UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LIDIANE SOARES RODRIGUES

*A PRODUÇÃO SOCIAL DO MARXISMO UNIVERSITÁRIO EM
SÃO PAULO: MESTRES, DISCÍPULOS E 'UM SEMINÁRIO'
(1958-1978)*

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

*A PRODUÇÃO SOCIAL DO MARXISMO UNIVERSITÁRIO EM
SÃO PAULO: MESTRES, DISCÍPULOS E 'UM SEMINÁRIO'
(1958-1978)*

VERSÃO CORRIGIDA

Lidiane Soares Rodrigues

Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História Social da
Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de doutora em História.

Orientador: Ulysses Telles Guariba Netto

SÃO PAULO
2011

RESUMO

O presente trabalho elabora uma biografia coletiva dos professores e alunos da Universidade de São Paulo, que, em 1958, começaram a ler *O Capital* de Karl Marx. Contrastadas as leituras esparsas anteriores e posteriores à constituição desse grupo, esta se caracteriza pela convergência de esforços de áreas diferentes, pela insubordinação à disciplina partidária e às vulgatas dela decorrentes *pari passu* a adesão e defesa da disciplina *scholar*; pela ênfase em questões de método e pendor teórico, mobilizadas, segundo a área de cada um dos participantes, para a elaboração de teses que dialogam entre si. A reconstituição das linhas de força condicionantes dessa inovação pressupõe acompanhar percursos de mobilidade social, filiações magistrais, tensões geracionais, gradiente de autonomização, profissionalização e diferenciação disciplinar. A cristalização das relações horizontais – com os amigos de seminário; e verticais – com os catedráticos a que estão ligados encontra-se em seus doutoramentos. Para que a análise realçasse tais dimensões, refizemos o percurso dos seminaristas, da graduação ao doutorado, acompanhando rotações institucionais que marcaram o itinerário coletivo. O exame se concentra mais detidamente entre o início das atividades e a publicação da última tese oriunda desses estudos (1958-1978).

Palavras-chave: Universidade, marxismo, cientistas sociais brasileiros, institucionalização, trajetórias.

ABSTRACT

The present work develops a group biography of the professors and students from the University of São Paulo which started to read Karl Marx's *Capital*. Having contrasted the sparse readings made before and after the constitution of this group, this study is characterized by the converging of endeavors from different areas, by the insubordination to the party discipline and to the vulgates due to them simultaneously to the adhesion and support of the *scholar* discipline, by the emphasis in questions of method and theoretical penchant, mobilized, according to the area of each of the participants, to the elaboration of thesis which dialogue among themselves. The reconstitution of the conditioning lines of force of this innovation assumes following trajectory of social mobility, magisterial affiliations, generational tensions, gradient of empowerment, professionalization and discipline differentiation. The crystallization of horizontal relations – with friends from the seminar; and verticals – with the professor

who they are connected with is present in their doctorate works. In order to enhance the analysis of such dimensions, the trajectory of the seminar students was retaken, from the undergraduate course to the doctorate, following institutional rotations which marked the group itinerary. The examination concentrates itself more accurately between the beginning of the activities and the publishing of the last thesis originated from these studies (1958-1978).

Keywords: University, marxism, brazilian social scientists institutionalization, trajectories.

*Para meus pais,
como sempre.
Para meus mestres,
como nunca.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado no período compreendido entre 2006 e 2011. Conteí com auxílio de tantas pessoas, que o emprego desse tal “eu” aproxima-se, francamente, do impossível. Gostaria de ser sucinta para não fatigar o leitor, mas temo não fazer jus a todas elas ou omitir alguém.

Naturalmente, dirijo meu primeiro agradecimento a Ulysses Telles Guariba Netto, orientador que vê graça em minhas aventuras desde o mestrado, pela confiança com que me deixou livre para as viragens e viagens que me pareceram mais profícuas, pelos depoimentos que me deu, esforcei-me para fazer o melhor uso deles. Utopia minha supor que possa encontrar o modo ideal de agradecer ao professor Fernando Antônio Novais. Por seu estímulo, por seu exemplo – desconheço mais belo equilíbrio entre rigor e elegância, severidade destituída de hostilidade – pelo auxílio generoso, é difícil saber se me orientou, se me inspirou ou me deu testemunho. A ele, minha mais profunda gratidão, sempre temendo não estar à sua altura, sempre disposta a escalar o que me falta para alcançá-la.

Sou especialmente grata a Sandra Margarida Nitrini e Modesto Florenzano, diretora e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pelas autorizações necessárias ao acesso de documentos institucionais e confiança depositada a respeito do idôneo uso dos mesmos. Nos arquivos e bibliotecas pelas quais passei, além de ser assistida com prontidão, pude travar boas relações, e registro aqui meu “muito obrigada” aos funcionários que me auxiliaram, em especial aos do Serviço de Expediente, aos da Assistência Acadêmica e aos da Seção de ex-alunos desta instituição, que espero contemplar na menção a Maria da Luz e Luciana Roman. O acesso aos documentos dos arquivos dos professores não teria sido o mesmo sem o sopro de espírito que ganhavam com os comentários de Elisabeth e Cida, do Centro de Apoio a Pesquisa em História (CAPH); e de Eliana e Marli, da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da FFLCH-USP. À sentinela do acervo e da biblioteca de Florestan Fernandes, Vera Lúcia Cósia, agradeço o auxílio inestimável, incluindo a decodificação de caligrafias bem próximas do indecifrável.

Muito importante foi a breve atividade docente na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp). Em fase de estruturação da tese, o convívio com os professores, somado às trocas francas que pude realizar, às viagens semanais e à minha

posição temporária propiciaram ângulo raro de observação e aprendizagem. Agradeço a todos, como quem tem saudade e se encanta com a vivência, destacando Paulo Henrique Martinez e os alunos. Ao primeiro, pelo modo austero e algo enviesado com que me desafiou a assumir a profissão. Lembro dos alunos com quem trabalhei em Assis, com ternura e lhes agradeço a disponibilidade de espírito com que recebiam meu descortino, incontornável levá-lo à sala de aula.

Mantive um diálogo amigo em fases diferentes da tese com pessoas cuja omissão seria imperdoável. Nutri-me do entusiasmo delas pelas idéias que apresentava, sem o qual não teria ido adiante. Aí estão meus muito estimados Jorge Grespan, Luiz Carlos Jackson, Miguel Palmeira, Márcia Consolim, Sylvia Gemignani, Marcos Del Roio, Kátia Gerab Baggio, e também, Íris Kantor, Rogério Forastieri, Marcos Napolitano, Bernardo Ricúpero. As diferenças entre eles decerto denunciam o quão variado foram os caminhos que precisei trilhar e, para mim, a diversidade atiza a vontade de viver, sinônimo de pesquisar. Esse trabalho me ofereceu a oportunidade de estreitar esses laços, conhecendo melhor pessoas que quero próximas a mim. Competência, seriedade e amizade foram cultivadas no diálogo, na troca epistolar e documental, com Francini Venâncio de Oliveira e Rodrigo Ramassote. Impossível agradecê-los como se deve, tampouco não destacá-los. Além deles, auxiliaram-me na aquisição de materiais preciosos, Dirceu Franco, Nelson Cantarino e Fernando Sarti Ferreira, e lhes sou grata por isso. A vivência dos meses em que estive envolvida em trabalho com Flávio Aderaldo ainda não foi elaborada, e não consigo deixar de registrar que lhe sou devedora de coisas que incorporei no modo de ser, de sentir e, talvez, de escrever. E melhor me encontrei nelas. A Heloísa Fernandes gostaria de fazer menção especial por ter me respondido prontamente a respeito de dúvidas pontuais, e pelo afago que me deu a respeito de uma hipótese. Foram mais que depoimentos e esclarecimentos o que me ofertaram Ruy Fausto e Roberto Schwarz. Desfaleço ao me referir a eles e a tulipas.

O bonde da “cultura do contra” me seqüestrou muitas vezes na direção de uma rua chamada pecado, a cujo ponto final se chega a pé, na contramão e, digamos logo, estudando junto. Os “radicais” leram o trabalho ou partes que lhes interessava dele, e discutiram fervorosamente comigo, como “especialistas” ou como “expectadores”. Especialmente aos comentários de Ramone e William sou grata pelo têm de testemunho e aguda inteligência, “radicais” em todas as ocasiões. Tentei considerar suas

observações, incorporando-as, como indícios ou como saltos que não logrei dar sozinha. Expresso também meu apreço pelos diálogos historiográficos com Roberto, Pedro e Gabriel, recém estabelecido e muito animador. O extinto “Grupo de estudos fascismo e ditadura” tem lugar nesse itinerário, seus membros orgânicos e iniciais sabem o *quanto*, embora não *como*, este trabalho se liga a eles, e, do mesmo modo, o “Grupo de estudos Marxismo e História”, capitaneado pelo Lincoln Secco. O entendimento deles, de uma porção de amigos que não cabem em palavras, e de minha família, com relação ao “rechaço ao mundo”, *rigorosamente monástico e bem atípico*, que me impus nos últimos tempos, requer menção juntamente com a expectativa de que encontrem no que segue algo que tenha feito esse isolamento valer a pena, e a promessa de ser mais presente.

Fui bolsista da CAPES num período da pesquisa, o que viabilizou o trabalho, e, por isso, a agência recebe os devidos agradecimentos.

*

No período compreendido entre depósito e elaboração da versão corrigida deste texto, o diálogo com as pessoas já mencionadas tornou-se mais intenso e a ele se uniu o entusiasmo e interesse de tantas outras. Ao agradecimento a elas devem se somar os que dirijo a Renato Martins, Victor Vigneron e, muito especialmente, a Éder Luiz Martins. Carlos Eduardo Jordão Machado me propiciou encontro (inesperado) com Emília Viotti, pelo qual fico agradecida. Por uma etnografia de minha (auto) defesa, Rafael Benthien deixou-me pensativa por meses a fio, e penso que cresço com isso. Membro da banca examinadora que, por motivo alheio a sua vontade, não pode estar presente, Maria Arminda do Nascimento Arruda realizou, com seriedade e sensibilidade, leitura ímpar, e gentilmente recebeu-me para uma conversa a respeito do trabalho. Sou sinceramente grata por isso. Eu fui honrada pela leitura cuidadosa de Fernando Novais, que, em posse de seu exemplar da tese, repleto de sinais nas marginais, me deu numerosas sugestões, advertências e dividiu comigo suas memórias. Convicta de que a vida é breve, para tamanha arte, concluí o texto, nesse afago da musa Clio. E, então, sorri.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I. Espírito de contradição organizado.	34
1. Um bonde chamado desejo.	34
2. Nova força produtiva, velhas relações sociais de reprodução: José Arthur Giannotti e João Cruz Costa.	57
3. Questão de método? Troca de Musa.	82
4. Filosofia e Ciências Modernas: Karl Marx, antídoto e emplastro. <i>Dismal science I</i>	104 117
Capítulo II. Nenhuma paixão desperdiçada.	120
1. Trincheiras e soldados de Florestan Fernandes.	120
2. Usos sociais d’ <i>O Capital</i> num ninho de tigres e leões.	152
a. História social de um vencedor nato.	152
b. Florestan Fernandes no Seminário: adversário cúmplice. <i>Bumerangue</i>	173 182
c. No coração do desterro.	194
3. Anatomia de tese: capitalismo, escravidão e marxismo em São Paulo.	210
a. Marxismo dominante.	218
b. Marxismo dominado.	231
<i>Providências de um jovem regente na periferia da malha social</i>	252
Capítulo III. O canto da Musa e o desencantamento do mundo.	255
1. Alegres trópicos.	255
a. Fernand Braudel, a Cátedra de História da Civilização e o Brasil.	256

b. <i>Pro Brasilia fiant eximia</i>	260
c. <i>Non duco ducor</i>	276
d. Entre historiadores. Era possível, na São Paulo de 1932?	289
2. Eduardo D'Oliveira França e Fernando Antônio Novais: mestre e aprendiz de ofício.	298
3. Heresia e fé de ofício: combates pela história.	319
4. <i>Esprit de géométrie et esprit finesse.</i>	345
a. Saída à francesa.	345
b. Etapa crítica.	352
<i>Dismal Science II</i>	378
Capítulo IV. Benjamin.	393
1. Três meninos.	394
2. Tradição e relação magistral.	421
a. Arte do desencontro.	421
b. Tribulação de um chefe de família.	443
3. 8 ½ de Roberto.	452
a. Errância.	452
<i>Jogo da amarelinha</i>	491
b. Bertha Dunkel.	494
Capítulo V. Amor sem uso. Tempo de ficar velho.	507
CONSIDERAÇÕES FINAIS	524
ANEXOS	534
FONTES E BIBLIOGRAFIA	542

Figure porte absence et présence, plaisir e déplaisir.
Chiffre à double sens. Un clair et où il est dit que le sens est caché.
Blaise Pascal

INTRODUÇÃO

Na São Paulo de final dos anos cinquenta, um grupo de professores e alunos da Universidade de São Paulo começou a ler *O Capital* de Karl Marx. Em suas teses, as marcas desta e de outras leituras empreendidas coletivamente é discernível o bastante, para despertar o interesse de uma pesquisa a respeito das linhas de força condicionantes dessa realização. Eis o que procurei fazer no presente trabalho, ressaltando três dimensões do “Seminário Marx”, a saber: biográfica, disciplinar e institucional. Para tanto, concentrei os esforços de reconstituição e análise no período compreendido entre o início das atividades do grupo de estudos e a publicação da última tese oriunda delas (1958-1978) – recuando e avançando no tempo sempre que necessário para aquilatar alguns argumentos.

Solicitados recorrentemente a prestar depoimentos a respeito, seja do grupo, seja do marxismo, os membros hesitam, resistem. O filósofo José Arthur Giannotti, por exemplo, “fica numa sinuca de bico” ao testemunhar algo cuja “mitificação ainda está em curso” e sobre o qual “não me interessa mais falar”¹. Ainda assim, continuam as solicitações, multiplicam-se as menções aos “componentes do grupo d’*O Capital*”, aparecem mais alunos deles, pululam citações. Em numerosas ocasiões tive a oportunidade de perceber a alta voltagem das paixões de epígonos e adversários, bem como a ciência que têm delas, os seminaristas. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso acredita estarem os “debates havidos no seminário, agora um tanto mitificados e, por consequência, mistificados, apaixonados e confusos”², e dá recado contundente: “desiludam-se os caçadores de incongruências e de contradições”³. Mesmo reticentes, eles não deixam de dar os depoimentos solicitados – insistindo em sentenciar a miscelânea em que foram encalacrados, *malgré lui même*. Indagado a respeito de problema conceitual, desenvolve-o, tomando posição, o historiador Fernando Antônio

¹ José Arthur Giannotti. Depoimento. In. CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 320.

² Fernando Henrique Cardoso. Depoimento. In. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*, p. 330.

³ Fernando Henrique Cardoso. “Relendo papéis antigos”. In. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 5ª ed., p. 10.

Novais, e também dá recado incisivo: “Marx provavelmente não concordaria, mas para mim esse fato não tem a menor importância”.⁴

A contrapartida dessas esquivas encontra-se nos agentes sociais do embaralhamento em que permanece o grupo envolvido. Quando, em conversas informais, simpósios, cursos realizados durante a pós-graduação, dizia estar interessada na introdução das leituras de Karl Marx na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e imaginava ser estratégico o estudo do “grupo d’*O Capital*” para realização do meu propósito, era comum ser colocada contra a parede: “Por que não analisou a ‘obra’ de tal ‘autor’?”; “e fulano?”, “ele também foi do grupo, não foi?” Não? “Como não, claro que foi!”; “afinal eles eram marxistas ou não?” “Muito antes deles já havia marxistas no Brasil”.

A realização da pesquisa caminhou em solidariedade tanto com os incômodos que se manifestam nestas perguntas quanto com as reticências dos seminaristas. Instada a pensar a respeito das rotações que sofreu o projeto inicial de pesquisa, inevitável ao redigir esse texto introdutório, reconheço serem também meus alguns daqueles incômodos, e também minhas algumas daquelas reticências. Vale uma palavra a respeito da tarefa de trabalhar com essa dupla face de Jano, que me esforcei para converter em “força produtiva” na compreensão desses pólos opostos e interdependentes.

Os alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), em 1978, convidaram Antonio Candido a participar de evento público e ele “quis apenas falar sobre uma coisa, fazer variações em torno de um tema (...) o tema do contra”. Na organização familiar, na Arte e na Literatura, na Universidade, “a nossa cultura, naquilo que ela tem freqüentemente de mais vivo, de mais fecundo e de mais inspirador, é também uma cultura do contra (...) a cultura nos interessa neste momento, sobretudo na medida em que ela é do contra”. Até mesmo na moda. Se aquele evento fosse vinte anos antes, em 1958, dizia ele: “estariamos todos, nesta mesa, de roupa escura, de gravata e os senhores também. Hoje, a única pessoa de gravata aqui está de paletó vermelho, que é o professor Sérgio Buarque de Holanda [*risos*]”.⁵ Naquele

⁴ Fernando A. Novais. Entrevista. In. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 219.

⁵ Antonio Candido. “O tempo do contra”. In. DANTAS, Vinicius (seleção, apresentação e notas). Antonio Candido. *Textos de intervenção*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2002, p. 379-381.

mesmo ano, Antonio Candido publicou na revista *Discurso* outra variação do tema, “Radicais de ocasião”. Nesta oportunidade, fez um apanhado das manifestações de um tipo oposto ao do “revolucionário profissional”, aquele “homem sem qualquer compromisso com a revolução” e que, no entanto, em “algum instante da vida faz alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura.” Considera que esta circunstância torne “atraente investigar os atos discordantes dos conformistas, os escritos radicais dos conservadores, os períodos de lucidez revoltosa dos desinteressados, as lutas passageiras dos apáticos.”⁶ Era o mesmo fenômeno a chamar sua atenção, e, no âmbito universitário – no qual “os alunos sempre acham que existe a favor demais nas universidades, mas é engano deles”⁷ – a que a vida da maioria presente no evento mencionado se ligava, ele se esforçava por compreender, como era possível que, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, os alunos “saíssem” com “uma mentalidade aristocrática e conservadora”, e na FFLCH/FFCL-USP, com “uma mentalidade radical pequeno-burguesa”. Em ambas: ricos ou pobres, independentemente de sua origem social.⁸ Convocando os estudantes para levar adiante esse “ser a favor do contra”, dizia: “é preciso agora perceber que nós temos, daqui por diante, nessa fase da cultura brasileira, de nos compor *dialeticamente* com a mentalidade do contra”⁹ – referindo-se à necessária participação no processo anunciado de abertura política e redemocratização do país.

Não encontrei registro mais conciso da ambiência e grade de valores que inspiraram porção da bibliografia que me orientou inicialmente na pesquisa, e que animava os anos de graduação de quem se formava nesta Faculdade de Filosofia, sob a batuta dos herdeiros desta “cultura do contra”, até tempo recente.¹⁰ À luz dela pensei, inicialmente, ser interessante o estudo do “radicalismo” na cultura universitária de São Paulo. Para dar ênfase aos nexos entre as esferas política e científica, parecia-me

⁶ Antonio Candido. “Radicais de ocasião”. *Discurso*, n. 9, 1978.

⁷ Antonio Candido. “O tempo do contra”, p. 372.

⁸ Antonio Candido. “Tempo do contra”, p. 376-377. O autor falava para um público da FFLCH-USP, a respeito da antiga FFCL-USP. Há, naturalmente, nesta e em numerosas intervenções, um alinhamento de continuidade entre ambas, estabelecido, entre outros fatores, por esta componente de “radicalismo”.

⁹ Antonio Candido. “Tempo do contra”, p. 374. O destaque em itálico é meu.

¹⁰ Opto por referendar a porção dela acionada em apoio de muitos argumentos da tese, e, possivelmente a mais representativa da inspiração da “cultura do contra”. Paulo Arantes. *Um departamento francês no ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; *Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; *Sentido da formação. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

profícuo o estudo comparado de itinerários de cientistas que não se dedicaram exclusivamente a uma ou a outra, e a participação deles nos momentos do regime militar, precisamente aquele em que havia acordo a respeito da melhor produção ser a do “contra”. Achava curioso o intenso envolvimento dos cientistas sociais e dos filósofos – em oposição às reservas de conjunto dos historiadores, algo, estranho à tradição do *métier*.¹¹ Sem meditar muito a respeito, comecei a levantar o material, ler o que tinham escrito os expoentes “do contra”, em meados dos anos setenta, e me deixar levar pela bibliografia, que, centrando o debate nas concepções de democracia, procurava ligá-las *simultaneamente* à emergência dos partidos no período seguinte, mormente a partir de 1988, e ao pensamento social e político brasileiro.¹² Ao familiarizar-me com ela, a nítida divisa entre o acento no estudo das obras/idéias e o privilégio do suporte institucional, pareceu-me não ser arena minha e fui adiante, apostando na possibilidade de realizar análises “internas” e “externas”.¹³

As tentativas fracassadas de emprego da noção de “radicalismo”, para *a análise eu começava a realizar*, tornaram-se patentes por muitos motivos, e, em especial, pela recorrência com que me vi atada aos julgamentos dos agentes. Estabelecido que o melhor de nossa cultura é “ser contra”, de algum modo o expoente de radicalidade era índice de fidelidade à modalidade mais legítima de produção cultural. Não era cabível julgar, imputar a etiqueta de uns a outros, e também não teria maturidade para recompor todo o conjunto que tornou tão sagradas as manifestações de disposições heréticas, pois era em torno delas que, no final das contas, o trabalho começava a patinar, custava a se

¹¹ Cf. Capítulo 3.

¹² Daniel Pécaut. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. Gildo Marçal Brandão. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007; Luiz Guilherme Piva. *Ladrilheiros e semeadores. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Ed. 34, 2000. José Carlos Reis. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 9ª ed. Milton Lahuerta. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999. Variação deste tom, encontra-se também no trabalho de Marco de Antonio Perruso – que, encontrado em fase mais avançada, a seguir descrita, intensificou a convicção de que a alternativa que me desenhava parecia mais profícuo, pois algumas inferências são passíveis de questionamento pela desconsideração da morfologia das instituições em que se encontram: *Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.

¹³ No Seminário Temático “Intelectuais, biografias e política no século XX”, coordenado por Ângela de Castro Gomes e Francisco Carlos Palomanes (XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009), a apresentação de Fábio Keinert apresentou a divisa em registro objetivante, tributando-a às modalidades diversas e regionalizadas de institucionalização disciplinar. Era passo preparatório para a elaboração da tese: *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011.

estruturar. Além disso, multiplicavam associações várias, denominações, acusações: radicais, marxistas, esquerda, esquerda não-marxista, esquerda universitária anti-comunista. A respeito delas, meu mestrado possibilitou verificar a centralidade de Florestan Fernandes, no período que se seguiu a sua aposentadoria compulsória. O “1978, tempo do contra” é marco na redefinição de sua imagem pública, coroa o empenho em se tornar expoente de radicalização política. Ao editar e elaborar introduções para os livros de Lenin, e passar a se apresentar como “marxista-leninista”, estava, notavelmente, demarcando distância geracional e tentando intervir tanto na leitura de sua obra pretérita quanto no repertório e referências da nova esquerda.¹⁴ Neste mesmo ano, seu pupilo, Fernando Henrique Cardoso, concorria ao senado por São Paulo e se elegia suplente de André Franco Montoro. Em pontas diversas do quadro de posições constitutivas da “cultura do contra”, era evidente: aliados e concorrentes de outrora não deixavam de reagir à crescente visibilidade pública de expoentes da antiga cadeira de Sociologia I da FFCL-USP. É Antonio Candido que informa do costume de autodenominação “marxista-leninista” de Florestan, faz ressalva – “isso só é possível na Rússia” – e, em entrevista, de 1978, parece prestar conta: “[Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Jr., João Lafetá, José Miguel Wisnick] esses são os meus Fernando Henriques, os meus Otávio Iannis”.¹⁵ Caminhando rumo a um embaralhamento insuportável, achei por bem dispor com vagar os itinerários, recuando ao menos à entrada deles na FFCL-USP e voltei-me para os trabalhos da equipe de Florestan Fernandes – com a expectativa de que perceberia o momento em que a concorrência em torno do gradiente de radicalismo se estabeleceu no círculo. Nesse ínterim, cumprindo meus deveres como aluna da pós-graduação, assistia ao curso do professor Fernando Antônio Novais e, intrigada com a inteligibilidade que suas lições me propiciavam para o entendimento dos sociólogos e do marxismo, voltei-me para a discussão dos mesmos, em torno do tema “capitalismo e escravidão”. Era impossível não ouvir a voz do historiador em algumas passagens de análise documental da tese de

¹⁴ Procurei assinalar este empenho de autoconstrução social, em se afastar das instituições e do perfil profissional, ser identificado como expoente máximo da frente política de resistência à ditadura militar, por meio de seus escritos auto-reflexivos, memorialísticos e das edições de autores marxistas. (*Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010). Recuperar Lenin parece um lance de aproximação e distanciamento do repertório dileto da “nova esquerda”. (Cf. Tom Bottomore. *Críticos da sociedade. O pensamento radical na América do Norte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970).

¹⁵ Antonio Candido. Entrevista concedida a Mariza Peirano. In. *Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1992, p. 36; “Um militante incansável”. In.: Paulo H. Martinez. (org.) *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 44.

Fernando Henrique Cardoso. Intrigada, passei a investigação paralela que me perseguia desde a graduação, a respeito de historiografia e sociologia, devorando o que ambos escreveram.

No voltejo assinalado, muitas das trajetórias que investigava reapareciam como jovens acadêmicos, aos quais estava inviabilizada a possibilidade de participar da política partidária. As relações com as quais havia me deparado ganhavam sentido à luz do que outrora havia sido a comunidade de destino da acanhada vida universitária paulistana e no centro do embaraço estava, era forçoso reconhecer: o marxismo. Leituras e leitores de Karl Marx e de marxistas, periódicos, editoras especializadas, ramificações da diferenciação interna aos *habitués* da dialética atravessando as três universidades paulistas: espécie de subsistema, de vulto nada desprezível, apresentando segmentações. Tratar do marxismo implicava revisitar o “Seminário”, confrontar sua produção com os leitores de Marx da geração anterior da faculdade, e com o Marx da geração seguinte. Fiz isso. Mas custei a reconhecê-lo, decerto. Não estou plenamente convicta das razões disso, mas pondero: por um lado, a ciência a respeito de teses a respeito da presença do marxismo na universidade, e por outro, evidência incontornável: também são minhas as reticências dos seminaristas, também eram meus os incômodos da “cultura do contra”, implícito nas perguntas que me eram endereçadas, a respeito do pertencimento ao grupo e da qualificação autor/obra como “marxista”, bem como da primazia ou não do grupo na leitura de Karl Marx. Essas insistências revelaram-se indicadores irrefutáveis da disputa pelo pertencimento a ele, seja real, imaginário, ou de empréstimo, associando “autor/obra” de predileção pessoal ao “mito do Seminário”, ou sacando um marxista mais antigo, mais radical, mais de esquerda, no limite, “mais marxista” que os membros do grupo. Tornou-se compreensível a hesitação que assinalei, pois os seminaristas parecem bem menos preocupados com as etiquetas. As assertivas do filósofo, do sociólogo e do historiador, acima destacadas, entendidas no quadro da recepção esboçado, são também enfática solicitação para que a discussão se desloque da disputa simbólica em torno de “ser ou não ser”. Sensível à direção para a qual a recepção atual puxa o grupo, um de meus objetivos tornou-se compreender o sentido que eles deram ao intuito, *à época em que começaram as leituras*.¹⁶

¹⁶ Como o fez Pierre Bourdieu, na construção do “espaço dos possíveis”, para construir “o ponto de vista de Flaubert”, “*pomo-nos no seu lugar*, mas por meio de uma operação inteiramente oposta a essa espécie de identificação projectiva na qual se exercita a crítica ‘criadora’.” (Pierre Bourdieu. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Trad. port. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 111).

Amalucado? Ouço a reprovação. Impossível? De acordo. Mas agi como se não fosse, e tentei realizá-lo como alguém ciente de que na busca de certezas, encontra-se somente dúvidas; e de que *chegar ao limite da objetivação depois de batalhar para alcançá-la é derrota mais honrada, e menos preguiçosa, do que a que se decreta desde o início*. Dúvidas bem elaboradas parecem-me valer mais que a certeza quanto à falência absoluta da razão. Empenhei-me, então, em contornar os incômodos e as reticências, acima mencionados, primando, modesta e pedestremente, pela objetividade, diria mesmo, por evidências simples, bem empíricas.

Quanto aos primeiros, quando se tratava da cobrança de nomes, lembrava a idade, posição institucional, filiação disciplinar, temática, desenhando, literalmente, as posições dos agentes e colocando-as em movimento no tempo. Quando se tratava de “obras” tentava pontuar “estou a analisando a *nota coletiva* nas *teses*”. Nem sempre aceito o procedimento, o caldo entornava e achei mais interessante tratar o embaralhamento como índice de pontos em que deveria me deter com mais esmero – razão pela qual sou francamente grata aos diálogos, mesmo os pouco amistosos. Eles ofereceram rastros e indícios, e alguns, denunciaram vícios meus.¹⁷

A hesitação, o rechaço às indagações, como se já as previssem, cedendo logo em respondê-las, às vezes, além do que lhes perguntam, confessando intenções, declarando adversários, interlocutores, modelos de excelência, suas diferenças internas – tudo isso leva a supor que os seminaristas *sentem o tempo* por meio da impossibilidade de controle sobre a *recepção social e intelectual* do que fizeram. Até onde me foi possível avaliar, o cômputo tem sido, para eles, negativo. A tentativa de dizer “não foi bem assim” é recorrentemente vencida pela direção conferida pelos quadros de recepção, e estes têm oscilado vertiginosamente.¹⁸ Ainda que seja exíguo o período abarcado pela pesquisa, as transformações econômicas e sociais que o caracterizam, bem como o desdobramento delas, especialmente no plano da sociabilidade universitária, tornam os professores leitores de Marx de 1958 quase incompreensíveis para os jovens estudantes

¹⁷ Entre estes, vale a pena mencionar uma comunicação, em que Florestan Fernandes era listado “entre tantos outros”, como membro do “grupo d’*O capital*”. Só então me dei conta: para os que herdaram o legado, em São Paulo, é cristalina a distância do Marx do sociólogo e o do Seminário, a ponto de se duvidar que um tenha a ver com outro; para alguém relativamente alheio ou rival dela, da interdependência entre o Seminário e o sociólogo, só semelhança existe. Dá o que pensar. E me dediquei a fazê-lo.

¹⁸ Nas oportunidades em que me valho da noção “quadros sociais de recepção”, faço-o nos termos em da análise de Victor Karady (“Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens”. *Revue française de sociologie*, XX, 1979).

de 1978. Relendo a intervenção de Antonio Candido deste ângulo, muitos exemplos que oferece de “cultura do contra” adensam-se, sinalizando a distância geracional face àqueles a que se dirigia: “até uma geração antes dos senhores nós vivíamos ainda com padrões morais milenares”.¹⁹ Como ignorar tratar-se de um homem de sessenta anos, compartilhando o tempo dos jovens *simultaneamente* em trânsito afetivo com o tempo de sua formação? Os jovens de 1978 contribuem para a consagração daqueles professores em início de carreira em 1958, e fazem-no segundo critérios relativamente alheios aos que eles tentavam corresponder quando liam Marx, tendo em mira o desafio de provar que marxismo era a melhor teoria explicativa, manuseá-lo nas teses, sem ser reducionista.²⁰ Os seminaristas ofertam um precioso, por vezes, comovente, conjunto de depoimentos, declarações e entrevistas, parece-me, por causa disso – não querem mais falar no assunto, e, no entanto, não podem deixar de fazê-lo. Outrossim, é preciso, como manda a boa hermenêutica, transportar-se para o *tempo em que se formaram, estruturaram seu estilo de ser, pensar e escrever* – imaginando-o, sim, porém com método. Para homens da formação deles, indivíduos que falam sem parar a respeito de si próprios e não distinguem a relevância de episódios pessoais da dimensão coletiva, assemelham-se àqueles blasonadores, fanfarrões, do tempo do *blablablá* aquém do filosófico, além do bacharelesco, desproporcionado e desequilibrado, histriônicos enfim.²¹ Desse modo, é sempre com alguma reserva com relação à exposição autobiográfica que a realizam. O modo como Roberto Schwarz o expressa é notável: “a verificação interior não deixa de ser um documento”.²² Interessa no que objetiva de seu tempo, naquele acorde em que vibra junto o coração pessoal e o da história contemporânea.²³ Aí tentei me colocar, afiando os instrumentos.

¹⁹ Antonio Candido. “Tempo do contra”, p. 370.

²⁰ Roberto Schwarz, conversa realizada em parceria com Rodrigo Ramassote (21/11/2011). Decerto, a esta altura, parecerei excessivamente assertiva ao leitor. Espero propor-lhe outras dúvidas, se chegarmos juntos, em “amor sem uso, em tempo de ficar velho”.

²¹ Ricardo Terra, Marcos Nobre. *Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender*. São Paulo: Papyrus, 2007, p. 21.

²² Roberto Schwarz. Entrevista. In. SCHWARTZ, A. *Artes do conhecimento. 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 463.

²³ Entre historiadores, não é muito valorizada a atenção à história contemporânea. Curioso alento, contudo, pode ser encontrado num medievalista: “alguns, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta Clio contatos demasiado ardentes. (...) Isto é, certamente, atribuir-nos um fraco domínio dos nervos. É também esquecer que, a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média

No uso da “verificação interior”, meu horizonte se delineou pensando *com* os seminaristas, não *contra* eles; à luz da história contemporânea que também tentavam iluminar e que talvez ofereça mais inteligibilidade a esta altura. Esta providência me pareceu tanto mais adequada pelo fato de que entre os estudiosos da vida intelectual e seus “sujeitos-objeto” há uma afinidade que a justifica: os dois lados compartilham um propósito objetivante, os dois querem “objetivar o sujeito da objetivação”²⁴. Não é raro encontrar, subentendidas nas declarações, antecipações de respostas, como se estivessem a supor o que lhes será perguntado, bem como a chave analítica em que serão tratados. Tivesse atinado antes para isso e não me intimidado com o esquivo deles, teria os incomodado mais.²⁵ Entretanto, passei metade do tempo destrinchando o embaralhamento, e a outra metade meditando a respeito dele. Em todo o percurso, decidida a ultrapassá-lo por dentro. Os colegas de ofício vão se lembrar, certamente, do que Carlo Ginzburg assinalou a respeito da composição narrativa de *Sthendal*, n’*O vermelho e o negro*, para realçar o isolamento das personagens – “uma narrativa na terceira pessoa é bruscamente interrompida por uma série de breves frases atribuídas a um dos protagonistas da narração.” O procedimento “põe o leitor numa relação estreita, quase íntima, com os personagens mais importantes do romance”. Stendhal *voyeur* faz de *Mademoiselle de la Mole*, na biblioteca da mansão e no baile, uma *voyeur* da escuta pela posição em que se encontra, como quem inclina a cabeça atraída pela conversação da roda, querendo apreciá-la, “obrigando quem lê a fazer a mesma coisa”.²⁶ Como ela, também tentei ouvi-los. Cabe, naturalmente, ao leitor o julgamento do que logrei com essa modalidade de acesso. Descrição mais exata dele do que a literária, teria, mas fique esta pelo que tem de cultura dos sentimentos, é incontornável que ela saia de cena na discussão que devo empreender a seguir.

matemática de um intervalo de tempo.” (Marc Bloch. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Trad. André Telles, p. 61).

²⁴ Pierre Bourdieu. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, p. 240.

²⁵ Conversei sobre o seminário pessoalmente com Fernando Antônio Novais, a quem recorri por mais de uma vez, com Ruy Fausto e Roberto Schwarz; por correspondência, com Paul Singer. Sou imensamente grata pela generosidade com que me receberam.

²⁶ Carlo Ginzburg. “A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores”. In. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rose Freire d’Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 183. “A srta. de La Mole, inclinando a cabeça com o mais franco interesse, estava tão perto dele que seus belos cabelos quase tocavam seu ombro.” (STHENDAL. *O vermelho e o negro*. Trad. Raquel Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 318).

O Seminário já foi objeto de teses. No conjunto, elas atentaram para o debate teórico-metodológico²⁷, qualificaram o tema dentro das relações entre “universidade e marxismo”²⁸, e adotaram a caracterização do grupo como uma manifestação do “marxismo ocidental” de Perry Anderson.²⁹ Localizando-as no conjunto da bibliografia ligada à história do marxismo em âmbito mais geral, observa-se algumas recorrências de procedimentos que não são destituídas de interesse mesmo num sumário balanço bibliográfico como o exigido neste momento: o interesse na história das idéias de Karl Marx, de seus interlocutores e leitores, dos autores marxistas, a avaliação da coerência dos ideais, das idéias e dos programas, seja com a prática política – a rigorosa atenção ao problema da *práxis* – seja com a inteireza do pensamento de Karl Marx – pedras de toque do marxismo.³⁰ Daí a necessidade de trabalhos sobre Marx e grandes autores marxistas, o recorte autoral favorece a reconstrução da integridade das obras e do pensamento. Naturalmente, o cenário histórico, a dimensão econômica e política entram em linha de conta, variando as maneiras de estabelecer os nexos explicativos.

Se for verdade que uma introdução cristaliza – pelo que afirma e pelo que deixa de afirmar – os problemas mais agudos do trabalho que apresenta, torna-se tanto mais instigante meditar a respeito do que Eric Hobsbawm afirma, ao abrir sua alentada coletânea da história do marxismo: ela “não pode ser *apenas* a história do que os marxistas, e Marx, em primeiro lugar, pensaram, escreveram e discutiram, uma história que se explicita na tradicional reconstrução da árvore genealógica das idéias, ou através do método marxista de análise da relação entre “consciência” e o “ser social”³¹. O *historiador* intuía, ou já havia enfrentado na organização dos volumes, o problema a respeito do qual está advertindo seus pares. Não fosse a tendência de se deixarem levar

²⁷ É de interesse notar que a primeira delas foi concebida por Enno Dagoberto Lidke Filho (*Teoria social e método na escola da USP (1954-1962)*). Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília) – já em 1977, ano em que ocorre a primeira publicação de uma reflexão a respeito do grupo, da pena de Fernando Henrique Cardoso, para a segunda edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*; em que Roberto Schwarz volta ao Brasil; em que Fernando Antônio Novais, sob pressão dos amigos, dá retoques finais para a publicação de sua tese. Estas e outras “coincidências” são analisadas em momento oportuno, à luz dos “quadros do contra”.

²⁸ Éder Luiz Martins. *Marxismo e universidade no Brasil. Um estudo sobre o ‘Seminário de Marx’*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, 2008.

²⁹ Luiz Fernando Silva. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e mentes, 2003. A tese citada na nota anterior também adota essa denominação.

³⁰ Perry Anderson. “Posfácio”. In. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.

³¹ Eric Hobsbawm. “Introdução”. *História do marxismo*, v. I. *O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 12. O destaque em itálico é meu.

pela genealogia das idéias, por que advertir os marxistas? A contenção de nervos rigorosamente britânica, impediu que Hobsbawm zombasse seus colegas, auxiliado pelo jovem Karl Marx esculhambando o “divertimento científico” de “explicar as curiosidades de formulações teóricas nebulosas” como se o fundamento delas não estivesse “nas relações terrenas reais”.³²

Neste filão bastante diversificado, tão difícil de se delimitar quanto mais fácil seja de se identificar – “estudos ligados a Marx e marxismo” – por vezes, adota-se procedimentos que traem a pretensa filiação que pretendem estabelecer ao tomá-lo por objeto, produzindo trabalhos não-materialistas e algo encomiásticos. A alternativa encontrada à ironia da situação cria “vãos interpretativos em escala planetária” redundando em “descompasso entre um lastro precário de evidências e a crônica olímpica de um desenlace vaticinado”.³³ Nem sempre consideram a *sócio-lógica* dos usos e das leituras da obra de Karl Marx – grupos de estudo, universidade, partidos, tendências partidárias, sindicatos, movimentos sociais. Em detrimento dela, tem relevo, uma história de teses e de idéias, mesclada às dificuldades de levá-las à prática política. Sobretudo no que se refira à *praxis*, sempre objeto de apologia a contrapelo: de difícil equação, como não procurar quem a tenha realizado e aplaudi-lo?

Também este quadro requer compreensão e até onde a minha foi, aí está, por um lado, a valorização da cultura letrada, herdeiros que somos, como ainda seja possível ser, da tradição iluminista. Por outro, a sina do estudo empático às diferentes correntes dentro do pensamento marxista, embaralhando-se, nela, a história das correntes inspiradas em Marx e epígonos: leninismo, trotskismo, stalinismo, maoísmo, esquerda anti-comunista; gramscinianos, lukacianos, sartreanos, luxemburguistas. Envolvida nas discussões dos protagonistas a que dão vida – profícuos debatedores a respeito da fidelidade às idéias de Marx e seguidores, interessados na elaboração de categorias auto-definidoras, por meio do decreto desta fidelidade – nem sempre a bibliografia se

³² Karl Marx e Frederick Engels. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 44.

³³ Sérgio Miceli. “Contra o retrocesso”. *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 1999. Para poupar desentendimentos: o ponto é retomado na discussão inicial a respeito das relações estabelecidas entre a obra de Karl Marx, e a de filósofos/tradições filosóficas. A constatação não implica menoscabo, ao contrário. *Justamente* o teor hagiográfico que caracteriza os “marxistas revolucionários”, pressuposto na adoção de “marxismo ocidental”, nos termos de Perry Anderson, pareceu-me exigir, para ênfase no suporte institucional dos resultados da atividade e do trabalho de legitimação de Karl Marx, uma denominação que não se confundisse com aquele tom: *marxismo universitário*. Os estudos com dicção filosófica foram acionados sempre que a discussão os convocou.

desvencilha de uma “subordinação em última instância” dos arranjos e rearranjos dos grupos às divergências entre tomadas de posição com relação a teses.³⁴

Como não poderia deixar de ser, esse pendor também foi o meu, e por esta razão procurei me valer desta bibliografia. Ela permitiu a montagem de numerosos diálogos com as idéias políticas, filosóficas, bem como a inserção dos seminaristas no cenário político partidário, além do acadêmico. Contudo, as recorrências assinaladas, e o acúmulo já considerável dos estudos nessa linhagem obrigaram-me a buscar uma alternativa. O balanço que realizei encontrou tanto as teses mencionadas quanto uma infinidade de menções ao grupo, espalhadas por publicações oficiais e buchichos oficiosos, concorrendo para a sensação de que muito já foi dito e escrito a respeito dele. Tanto trabalho para chegar ao que já havia sido advertida. De acordo, até este ponto.

O “Seminário Marx” não foi *pesquisado* como *grupo*, contudo. Por que expulsar a sócio-lógica da lógica? Por que não voltar à segunda – acento dado pelos colegas que também se dedicaram ao grupo – depois de um voltejo pela primeira? Eis, parcialmente, o programa da tese. Alguma contribuição possível, na contramão da rua de mão única, caminho dos “radicais”.

Se o marxismo era o fio da meada daquele novelo cheio de “nós” (e “eles”) da cultura do contra, o *grupo* está no centro da discussão que não lhe dedicou alguns instrumentos analíticos. É por acreditar que ele os requeira que me arrisquei a fazê-lo. Nesse sentido, é válido, desde já assumir inspiração na análise que a professora Maria Arminda do Nascimento Arruda realizou de Florestan Fernandes junto à cadeira de Sociologia I. Como mostro no capítulo primeiro, o filósofo José Arthur Giannotti, junto ao Seminário, tem papel similar ao do sociólogo junto a sua equipe, e dificilmente eu teria atinado para isso, não fossem as pesquisas e aulas dela.³⁵ Seguindo a trilha dos passos de Raymond Williams, em seu conhecido estudo, “The Bloomsbury fraction”,

³⁴ Notável alternativa a isso se encontra no trabalho de Leôncio Martins Rodrigues. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In. FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1981, v. 3, t. 3, p. 361-443.

³⁵ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001; “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.” In. MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995; “A Sociologia de Florestan Fernandes”. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010. Não apenas o papel de liderança e organização, porém, também o apelo político de alguns comentaristas embaça a figura, comprometendo as análises, como a autora assinalou: “Apresentação”. In. Florestan Fernandes. *Leituras e legados* São Paulo: Global, 2010.

tentei ultrapassar a dificuldade envolvida na análise de um “simples” grupo de amigos.³⁶ No entanto, conforme ia concebendo os contornos que poderia dar à análise, a pesquisa do *grupo* como *grupo* passou a ser, para mim, fazer o que Heloísa Pontes fez para *Clima*. Acompanhar a aproximação dos rapazes, seus modos de ser e sentir, suas escolhas e renúncias, face ao cenário urbano e à estruturação social dele, o trabalho conjunto, a diferenciação dos caminhos.³⁷ A *educação sentimental* de Flaubert por Pierre Bourdieu foi reveladora juntamente à coleta de materiais, visita a arquivos e leitura de atas da Congregação da FFCL-USP. Por fim, se nem remotamente me aproximei do que Carl Schorske realizou para a “geração da revolta edípica coletiva” da Viena em fim de século, nessa digressão, impossível não reconhecê-lo, aqui e acolá, como parte da educação sentimental envolvida nesta pesquisa.³⁸ Estas análises estiveram comigo na escrivaninha, na cabeceira, nas viagens, e não estou a mencioná-las por uma questão estritamente intelectual.

Aquelas constantes, identificadas nos estudos voltados a Marx e ao marxismo, resultam da desconsideração de elementos para os quais elas atentam, e padecem de certo menoscabo com o suporte institucional que concorreu para a emergência do grupo e de suas teses. Se é verdade que ninguém em sã consciência ignora sua ligação com o sistema universitário, este comparece como pano de fundo, não como influxo condicionante. O quadro atual, é forçoso reconhecer, parece ideal para a manutenção desse impasse que vou caracterizando. Há uma reserva dos interessados em marxismo com relação à história social da cultura e das elites intelectuais e políticas, bem como dos praticantes desta com relação a eles.³⁹ Insisto e grifo, para evitar mal entendidos:

³⁶ Raymond Williams. “The Bloomsbury fraction”. In. *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso Editions, 1982.

³⁷ Heloisa Pontes. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁸ Carl E. Schorske. *Viena fin-de-siècle. Política e cultura*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³⁹ Muito embora expoentes do marxismo, notadamente o frankfurtiano, tenham, a seu modo, investigado as assimetrias sociais na base da cultura, a obra dos mesmos, entre nós, parece servir a uma espécie de eterna releitura *deles próprios* e reafirmação de suas idéias, que, levada às últimas consequências implicam a extinção de qualquer programa de pesquisa que não o de suas obras. Algo do embaraço no projeto da teoria crítica está na base disso. Adorno não “chega nunca a explicar por que milagre a teoria crítica foge às limitações impostas pela sociedade, as mesmas que ele denuncia nas outras teorias.” Além disso, na visada do último Adorno, “a verificação experimental continua pelo menos incômoda e há, sempre presente, o perigo de só se encontrar o que se busca”. (Prefácio da tradutora do inglês para o alemão, Lilyane Derouche-Gurcel. Rolf Wiggershaus. *A escola de Frankfurt. História, desenvolvimento, significação política*. Rio de Janeiro, Difel: 2002). Ainda que de maneira esquemática, pode-se afirmar que há algo desse labirinto nos interessados em sua obra mantendo-os presos a estudos que mesclam história de suas idéias, balanço bibliográfico e teoria.

reconhecida a necessidade de especialistas nos autores de referência, a *exclusividade* da leitura interna dos teóricos esvazia a capacidade analítica dos mesmos voltada para o mundo e arrisca eliminar outros enquadramentos teóricos como ilegítimos.⁴⁰ A polarização indicada impede que se atine para rentáveis conexões, tornando a proposta de análise centrada na produção *social* e *intelectual* dos marxistas e dos marxismos, um projeto que provoca resistência e deboche. Outrossim, bem ponderadas as demandas por especialistas em autores de referência, é forçoso reconhecer que também elas são construídas socialmente, e espero ter contribuído para iluminar como o foram.

Quando consegui reordenar meu material, possibilidade aberta pelas análises acima mencionadas, foi como sentir o poder de uma revelação, sair do enfado das paráfrases, fantasma a rondar o trabalho de história intelectual, aproximar-me, enfim e de fato, de um objeto. O instrumental analítico em processo de adoção, quando voltado ao Seminário, despertava um entusiasmo impossível de conter. Dei vazão a essa alegria da descoberta dos documentos, agora mais diversificados, mesclando-se à heurística conceitual e teórica e, quando uma hipótese pôde ser averiguada por meio de uma preciosa documentação – relativa à biblioteca de Florestan Fernandes – o rumo com que flertava virou compromisso, matrimônio por amor, não por conveniência.⁴¹ Passo a apresentá-lo juntamente com os capítulos em que dividi a tese.

⁴⁰ Desconheço registro *escrito* mais representativo desse enrosco do que o livro de Michael Burawoy (*O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010). Entusiasma as idéias iniciais do autor, sobretudo o sugestivo paralelo entre Bourdieu no universo acadêmico francês e Marx contra os jovens hegelianos (Idem, p. 30). No entanto, é difícil não concluir a leitura do livro supondo que melhor seria chamá-lo *O marxismo contra Bourdieu*, pois a comparação é, não apenas abandonada, como o autor passa a trabalhar com uma caracterização do sociólogo que, correspondesse ao que fez, não valeria o próprio livro: “[ele] jamais examinava os trabalhos daqueles que tinha por antagonistas”, “reduzia suas contribuições [dos que admirava e reconhecia]”, usando “táticas de distinção pelas quais alguém silencia seu inimigo, torna-o invisível e, quando isso não é possível, transforma o antagonista em um *outro* sem valor e indigno de atenção.” (Idem, p. 132). Dispensável entrar na brincadeira dos espelhos e dizer que o sociólogo é alvo desta estratégia no conjunto do livro, a despeito das menções honrosas desconexas; e que, a procurar a coerência no conjunto, diríamos, Marx com relação aos jovens hegelianos teria sido igualmente displicente.

⁴¹ Considero dispensável listar os rendimentos a que me refiro, registrando apenas este, a respeito da biblioteca de Florestan Fernandes, por duas razões. A primeira: uma discussão que confrontasse teóricos de um lado e de outro, tornaria o volume da tese mais pesado, e o objeto dela, menos inteligível. Evitei ao máximo o tom de polêmica ou professoral, daí não corrigir inferências equivocadas, por desconsiderarem dados a que tentei dar relevo, salvo em casos nos quais a omissão comprometeria o andamento (Cf. Capítulo 3). Eis, aliás, no cômputo, o ganho fundamental da adoção acima apresentada. Na medida em que constatei erros crassos oriundos da desconsideração da morfologia institucional, a divisa “interessados nas idéias / interessados nos intelectuais” pareceu-me uma armadilha – e, como tal, à espera de ser desmontada. Assim a cada capítulo, procurei seguir adiante as assertivas de “leitura interna”, *não comprometidas pela desconsideração desses dados “externos”, silenciando a respeito das outras para não torturar o leitor*. A segunda razão diz respeito a biblioteca de Florestan e se liga à preocupação que tive em reconstituir a história de modo que as personagens fossem reconhecidas por elas próprias, por

As condições que propiciaram a emergência do “marxismo universitário” – denominação que adoto, para designar “certa nota coletiva, com pouca margem para a propriedade privada de idéias”⁴², encontrada nas teses dos seminaristas selecionados, segundo critérios apresentados adiante – são indissociáveis das oportunidades da cidade de São Paulo, centradas nos experimentos de ensino universitário que nela tiveram vez a partir dos anos trinta, e em particular, do perfil de recrutamento social das novas instituições, das relações magistrais e tensões geracionais que logo passaram a marcá-las. Procurei mobilizar a biografia dos seminaristas e dos professores catedráticos a que se ligaram na medida em que elas objetivavam essas oportunidades, respeitando, portanto, as reservas acima mencionadas. Aptidões e disposições ganham realce, igualmente, quando necessárias para examinar a divisão social do trabalho na realização das tarefas, em cada área de origem dos membros, e no grupo que formaram.

Quando em 1958, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Fernando Antônio Novais montam um grupo de leituras com alguns alunos, e passam a se reunir, em ambiente doméstico, como cabe, entre amigos, as duas décadas de funcionamento da FFCL-USP, na qual haviam se bacharelado, contava com ganhos do acúmulo das inovações promovidas pelas missões francesas. Dentre elas, angariada com certa dificuldade, desde seu estabelecimento em 1934, a divisa entre a esfera política e científica, pressuposto da leitura que empreenderam. O feitiço universitário da leitura de *O Capital* colocava de escanteio o amadorismo das partidárias e militantes. Em contrapartida, a realização dela pressupunha a instituição acadêmica que caminhava na direção contrária às visadas globalizantes ambicionadas, requerendo, subseqüentemente à autonomização da política, a profissionalização e a segmentação inter/intra disciplinar. Com efeito, o programa de leituras, os percursos disciplinares, assim como as teses que se ligam ao Seminário Marx, estão atravessados por duas linhas de forças opostas, incidindo de modo variado em cada área. De um lado, a especialização decorrente da

seus familiares e amigos, e se tornassem inteligíveis para o público mais amplo. A adoção do instrumental e dos trabalhos acima permitiu levar a cabo este objetivo, ao mesmo tempo em que ofertava âncora teórica inestimável, por conferir ao trabalho pendor historiográfico (em sua dimensão narrativa), e salvar das conexões aleatórias em que poderia redundar por paráfrases típicas da história das idéias. O estudo da biblioteca de Florestan Fernandes, apenas parcialmente acionado aqui, foi decisivo e contou com uma consulta a seu antigo companheiro de partido, Paulo Henrique Martinez, a que agradeço pelas informações; e também com o esclarecimento afetivo de sua filha, Heloísa Fernandes, a quem agradeço em especial, pelas palavras de estímulo e confiança na direção que eu tomava.

⁴² Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”. *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março, 1998, p. 100.

institucionalização disciplinar; de outro, o freio a ela implicado na apropriação de Marx. O paradoxo que anima o percurso: a segunda depende da primeira. O *empreendimento de ler* a obra magna de Karl Marx, com *método, construiu social e intelectualmente*, um “Marx-partidário” e um “Marx-universitário”, por meio do desnível entre os produtores de um e outro; e da concorrência entre ambos. Do ponto de vista da história do marxismo consiste precisamente numa mínima, mas crucial, diferenciação interna promovida pelo aumento do número de leitores.

Jovens, porém não novatos, os professores assistentes introduziam no universo acadêmico uma vertente teórica vulgarizada pela política partidária, e, não poderiam, por isso, ligar seus trabalhos a tal vulgarização.⁴³ Cientes, contudo de que o marxismo se distingue precisamente por postular a unidade entre teoria e prática, viram-se diante de um impasse. Se chancelassem a política, nem eles nem Marx seriam chancelados academicamente. Eliminando-a, era a interlocução com o marxismo que arriscavam. Como sair dessa rua sem saída? Como cabe ao *homo academicus*. Vetadas as possibilidades de intervenção prática *deles próprios*, sob o risco de perda da credibilidade de seu empenho, procuraram nos agentes a que dedicaram suas pesquisas, o nexo da tal *praxis*. As questões de fundo teórico e metodológico presentes em todas as teses que defenderam dialogando com o grupo denotam este esforço, e elas são apresentadas, no diálogo com as respectivas áreas e com os outros seminaristas, a cada capítulo da presente tese.

Se *nesta nota comum* é notável a centralidade das “questões de método” capitaneadas por José Arthur Giannotti, *noutra*, em contrapartida, é notável a agenda de pesquisa da Sociologia I, sob batuta de Florestan Fernandes, desde 1954, procurando extrair o máximo de rendimento da pesquisa sobre o negro, patrocinada pela Unesco, levada a cabo por ele, Roger Bastide e equipe numerosa. As teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Antônio Novais e Roberto Schwarz são testemunhos cabais dessa influência, recebida de modo variado e enviesado, segundo o envolvimento com a Sociologia, no caso dos dois primeiros, com a História e a Crítica Literária no caso dos dois últimos; mas, todos, no conjunto, tangenciando o problema “capitalismo e escravidão” – item, portanto, a compor a *nota*

⁴³ Eles não eram os primeiros leitores de Marx na FFCL-USP. Eles eram o primeiro *grupo de leitores d’O Capital* de Marx e de outras obras de autores marxistas e não marxistas. Esse ponto e as implicações desta diferença são retomados na abertura do capítulo primeiro.

coletiva.⁴⁴ Pelo que fica exposto, é imperativo que se sublinhe: a legitimação do estudo da obra de Karl Marx em âmbito acadêmico, no médio prazo, autorizando teses a respeito do pensamento deste autor, não se desvencilha da prova dos nove inicial a ser vencida, qual seja, o emprego de sua teoria e método na explicação dos fenômenos aos quais se dedicam diferentes disciplinas. O tema “capitalismo e escravidão” fez convergirem este desafio e o diálogo com as pesquisas da Sociologia I.

Há uma dupla relação, em todas as disciplinas, com as leituras realizadas no seminário. De quem se aventura por ele, exige-se formulação a respeito da posição de sua área com relação a Karl Marx. No caso que nos interessa, o que isso acarreta? Por um lado, os componentes do grupo não teriam a concepção que têm de suas respectivas disciplinas, não fosse o domínio das leituras de Marx e dos autores marxistas, tal como elas foram realizadas nas reuniões coletivas. Por outro, tentaram dar um enquadramento teórico e explicativo ao material com que trabalharam, valendo-se deste trunfo raro à época da concepção deles. De acordo com o estado de avanço ou recuo na autonomização, profissionalização e especialização, em suas respectivas áreas, lograram mais ou menos sucesso, ao incorporar Marx – e esta avaliação é reputada, parcialmente, a eles próprios.

A modernização do trabalho científico, de que dependia o projeto que vimos delineando, ao mesmo tempo em que concorria para frear os processos correlatos de especialização e segmentação temática e explicativa, favoreceu e dificultou a incorporação do marxismo. As áreas originárias de cada seminarista espelham estas possibilidades e aquilatá-las pressupõe entender a estruturação das mesmas à altura do início das atividades e no decorrer da concepção das teses. Por esta razão, foi preciso recuar ao período de graduação deles. A evidência da relativa e ainda frágil autonomia da instituição, bem como os gradientes diferentes de profissionalização e segmentação internas das suas áreas, exigiram a elaboração dos quatro capítulos em que se apresenta a história do desejo de termos um marxismo à altura da complexidade de nosso capitalismo periférico e dos esforços dos rapazes para isso. Cada um deles é dedicado primordialmente a uma área, cujo desenvolvimento na FFCL-USP é acompanhado por meio da graduação dos seminaristas dela oriundos – Filosofia, Sociologia, História e

⁴⁴ Os participantes, as posições de professor-assistente e (ex)alunos, as possíveis motivações no interesse pelo tema “capitalismo e escravidão” são discutidas na primeira seção do primeiro e do último capítulos.

Crítica Literária – sendo todas atravessadas pela Economia, alocada na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA-USP). Indispensáveis, os economistas que participaram do grupo recebem tratamento em todos os capítulos, e o modo de introduzi-los se liga à posição de sua disciplina no conjunto das que foram mobilizadas para este intento.⁴⁵ Escolhi este “modo de apresentação”, pois, como disse, literalmente, desenhei as dimensões biográfica, institucional e disciplinar cristalizadas nos itinerários dos seminaristas. Os contornos eram de linhas paralelas em movimento descompassado, no processo de tomada de distância das modalidades pretéritas de produção – sobretudo, Filosofia, História e Crítica Literária. A Sociologia, exercendo força de atração, para tomarem esta distância, e repulsão por não se disporem inteiramente ao “cientificismo” dela, parece sinalizar o ponto de convergência que faz das paralelas, transversais. A estruturação dos capítulos visa expressar essas forças antagônicas agindo simultaneamente.⁴⁶

Alguns processos típicos da diferenciação entre o campo religioso, o político e o científico deram as coordenadas da reconstituição de eventos de mais interesse, nos casos da Filosofia e da História, não por acaso ausentes no caso da Sociologia – em que a incorporação do marxismo se liga mais acentuadamente à diferenciação e concorrência interna que à tensão com a tradição, como no caso das duas primeiras.⁴⁷ O nexos delas com as instituições preexistentes, com bacharéis em Direito, com os nacionalistas e setores católicos, são tão significativos do ritmo lento de sua modernização quanto a ausência deles na terceira.

Nas pequenas turmas das primeiras décadas da FFCL-USP decerto a relação entre professores e alunos tinha a marca da aproximação pessoal em que o fascínio pela

⁴⁵ A diferença no acúmulo dos estudos de história disciplinar ofereceu dificuldades adicionais e elas foram contornadas graças ao auxílio inestimável de dois pesquisadores da área de Filosofia e de Crítica Literária, Francini Venancio de Oliveira e Rodrigo Ramassote. Suas pesquisas, contudo, também não são equivalentes e a diferença do enquadramento do processo de institucionalização da Filosofia (que trato com mais vagar) e da Crítica Literária (que deixo a cargo de Rodrigo) deve-se a isso. De todo modo, o que devo a eles não cabe em nota, e que nesta fique o registro disso.

⁴⁶ O estudo seminal de Wolf Lepenies é acionado a todo tempo (*As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996. Trad. Maria Clara Cescato) – pois encontramos na estruturação das disciplinas aquela constante oposição entre ciência e arte. Nos casos estudados, como no trabalho citado, ela esta ligada à fase da autonomização disciplinar. Nos itinerários, contudo, *as tomadas de posição revelaram-se altamente oscilantes*, conforme o entrelaçamento de dimensões variadas – fase da carreira, juízo relativo à sua área e às áreas concorrentes, e interlocução com colegas de seu ofício ou de outros ofícios. Cf. Capítulo 1 e 4.

⁴⁷ Max Weber. “Considération intermédiaire: théorie des degrés et des orientations du refus religieux du monde”. In. GROSSEIN, Jean-Pierre (org.; trad.). *Sociologie des religions*. Paris : Gallimard, 1996.

aula se mesclava à admiração por aquele que a expunha, e para *todos* os seminaristas, isso foi decisivo. Porém, a diferença marcante da relação entre cada um deles e os catedráticos aos quais ligavam suas carreiras, pode ser entendida como tributária deste ritmo não-sincrônico de cada disciplina lidar com a modernidade em geral e com a modernização dela própria. *A relação magistral se revelou estratégica para apreensão daqueles ritmos.* A atenção para isso foi possível por meio dos livros de George Steiner e de Françoise Waquet, a respeito das relações entre mestres e discípulos, pois nos permitiram apreciar com mais cuidado as tensões envolvidas na relação dos seminaristas com seus mestres.⁴⁸ Em cada capítulo, procuramos realçar nesta relação os estímulos recebidos para se empenharem com tanto afinco na incorporação do repertório teórico e metodológico de Karl Marx e do marxismo, realçando, pelo contraste, as circunstâncias das áreas que propiciaram cooperação ou competição entre mestres e discípulos.

As relações magistrais, entendidas, assim, como a cristalização da hierarquia universitária, ofereceram o eixo vertical da análise que se completou pelo eixo horizontal em que os seminaristas, debruçados sobre *O capital*, estabeleceram vínculos estreitos, constitutivos de rara interdependência, resultado da convergência de poucos ao mesmo objetivo. A composição do grupo, com membros de áreas diferentes, auxiliou na execução da leitura, decerto. Mas ela também foi decisiva para a relativa eliminação da concorrência entre eles, acirrando-a posteriormente com os colegas de suas áreas. Em que se pese as leituras divergentes e concorrentes de Giannotti e Bento Prado Jr. (filósofos), ou entre Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (sociólogos) – entre sociólogos e filósofos, assim como entre eles e o historiador, o acento, sobretudo no início das atividades, encontra-se na cooperação, não na competição.

Talvez pareça estranho – a mim pareceu, e é justo que pondere – mas se alcancei alguma compreensão dos *vínculos* constitutivos do círculo, foi por meio da releitura, com a cabeça fervilhando em meio à imensidão do material levantado, apenas parcialmente utilizado na tese, d’*A sociedade de corte*, de Norbert Elias, em curso

⁴⁸ George Steiner. *Lições dos mestres*. Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2010, 2ª ed.; Françoise Waquet. *Os filhos de Sócrates. Filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI*. Trad. Marcelo Rouanet. Rio de Janeiro: Difel, 2010. A diferença de encaminhamento nos dois autores não impediu o uso de ambos, dentro do propósito indicado.

ministrado por Sérgio Miceli.⁴⁹ Incontáveis são as confissões pelas quais teria passado incólume não fosse Elias, seus indivíduos, a sua análise de nossa sofrida sincronização social do tempo. Esta digressão não se completa sem considerar a questão que ainda permanecia sem equação, embaçando o retrovisor. *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim, não cabe em citações de aporte aqui e acolá. A bem dizer, fomentou o empenho em direções profícuas, sobretudo, pois, a respeito do que poderia render a idéia da mobilidade social para a política moderna, havia passado incólume ao que o autor sugere.⁵⁰ Foi este ponto, contudo, que, no curso de Luiz Carlos Jackson, permitiu equacionar aquela constatação algo confortante de que independentemente de nossas posses, o Largo São Francisco e a FFCL-USP nos produzia conservadores e radicais, respectivamente. O *radicalismo* – que, de modo incontornável, suspeito ser meu ponto de fuga, talvez em *sfumato* – tornou-se mais inteligível por meio da consideração da *heterogeneidade dos percursos* sociais, marca característica da FFCL-USP, a conferir fisionomia à história e às saudades da Maria Antonia.⁵¹

⁴⁹ “O conceito de ‘coerção’ é preferível, como um instrumento de análise mais abrangente, quando usado no sentido de uma coerção recíproca de indivíduos sobre outros indivíduos (...) portanto no sentido de uma coerção no âmbito de uma análise de interdependências...”. Norbert Elias. *A sociedade de corte*. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 265.

⁵⁰ O primeiro contato com este livro ocorreu em curso que foi divisor de águas, freqüentado por jovens aspirantes a historiadores, que tentavam entender, desvencilhando-se dos lugares comuns, a relação entre historiografia e sociologia. No último ano da graduação, em 2002, em “Pensamento Social Brasileiro”, curso ministrado pela professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, foi possível começar a destrinchar o enigma de *Circuito Fechado*, de Florestan Fernandes: primeiro texto que éramos convidados a ler na graduação em História. (Karl Mannheim. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Florestan Fernandes. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976). A este respeito é cabível uma observação. Há uma memória constitutiva do sistema universitário e traiçoeira para todos. A dificuldade de contornar os lugares comuns postos e repostos pelos mecanismos de esquecimento/memória implica a identificação das condicionantes de seus critérios seletivos. Em linguagem historiográfica: evitar o anacronismo. No decorrer da pesquisa, cheguei a esboçar um texto introdutório a respeito de como entendia as relações entre “História e Sociologia”, pois algumas alternativas ao anacronismo enalacrado naquela memória institucional, havia encontrado na Sociologia. Mas os ganhos que ela oferecia passaram a ser tantos que julguei dispensável a referida introdução.

⁵¹ O professor Marcelo Ridenti me indagou a respeito desta linha de investigação, sugerindo que poderia ter feito um estudo “do bairro, das casas, das mobílias, etc.” – do grupo. Dentre as numerosas escolhas que tive de fazer, uma delas foi: um estudo dessa natureza (para o qual me falta talento e domínio teórico) ou atinar para o *nexo* entre os diversos *habitus* e o leque de possibilidades de escolha disciplinar, tomadas de posição temática/explicativa. Optei pela segunda, no intuito de então: manter-me no diálogo com os herdeiros do marxismo universitário – um dos motivos pelos quais realizei “leitura interna” das teses, procedimento que, diga-se de passagem, não é descartado pelo enquadramento adotado. A este respeito, aliás, o leitor que tiver a paciência do professor Marcelo, notará duas assimetrias. A primeira diz respeito ao estilo diferenciado da apresentação do material em cada capítulo; a segunda, ao desequilíbrio na apresentação dos textos – mais sucinta nos dois primeiros, mais vertical nos dois últimos. E é preciso que se diga, desde já: se a escolha parecer questionável, que não seja tratada assim por ser irrefletida. Explicito os motivos. No que se refere à diferença de estilo – narrativo e analítico – ressaltamos o esforço por incorporar o feitio da área em foco. Por exemplo, a lentidão da modernização do *métier*

Como fica evidente, a concepção da tese caminhou no diálogo com economistas e sociólogos. Ao conversar com estes últimos, e ouvir “nossa, isso realmente é coisa de historiador”, seguido de risos, percebi que denunciavam o quanto alguns colegas de ofício ignoram as “ciências irmãs”, e o quanto estas andam menos alheias ao que fazemos do que parece aos que a ela se opõem por birra. Distante da perspectiva – confessa ou escondida a sete chaves – da recusa dos conceitos, que não raramente substitui a boa razão por estigmas recíprocos, lançados pelas áreas umas às outras; e em busca aflita pelo canto de Clio, que, depois da emergência das ciências sociais só se ouve bem se com elas também estivermos afinados, encontrei refúgio, como não poderia deixar de ser, em um Mestre.⁵²

Musas e Mestres têm seus mistérios e falaram comigo por meio de “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”, documento que ordena o capítulo terceiro. “Toda a ciência é solidária. O historiador ‘cherche son plaisir où l’on trouve’. Contribuem todas as ciências, humanas ou não”. Eles me advertiram: “para conhecer esse monumento de complexidade que é o homem considerado no tempo, pensando, agindo, sentindo, a história mobiliza todos os recursos consolidados pela ciência.”⁵³ Agarrei-me a essas lições de Eduardo D’Oliveira França, como uma

historiográfico, a obsessão dos historiadores pelas origens, etc. dá, não apenas conteúdo, mas (con) forma o capítulo 3. Do mesmo modo, a racionalidade dos sociólogos, em meio a rompantes de paixões sub-reptícias, cujo registro só se encontra em vestígios (cf. Capítulo 3. “No coração do desterro”). No que se refere às seções finais dos dois últimos capítulos, como fomos advertidos, “parecemos até fazer a história das idéias que é criticada na concepção do trabalho”. Ora, por se tratarem de teses defendidas muito posteriormente ao encerramento das atividades do seminário, os capítulos não poderiam deixar de considerar os esforços dos seminaristas (Fernando Novais e Roberto Schwarz) por responderem *simultaneamente*: às leituras do grupo, às teses *já defendidas* e aos quadros de recepção alterados e com expectativas muito diferentes com relação ao marxismo, se contrastados com o período de sua formação. Em suma, engana-se o leitor (ou não foi bem sucedida a pesquisadora em sua redação) ao supor que os capítulos sejam *exclusivamente* a respeito das áreas em protagonismo. Por fim, vale informar que não incluímos neste volume o estudo a respeito da recepção das teses de História e Crítica Literária, mas ele nos (des) orientou a todo tempo. Por isso, razões similares às de Lygia Sigaud, ao apresentar em detalhe a letra do texto de Marcel Mauss (“As vicissitudes do ‘Ensaio sobre o dom’.” *Mana* 5 (2), 1999), concorreram para tal arquitetura: foi o modo que encontrei de recuperar angular o diálogo em que o texto foi concebido, tentando fissurar a recepção engessada. Por tudo que foi dito nesta nota, este exemplar tornou-se mais espesso do que eu esperava. Devo, por isso, desculpas pelo sobre-trabalho exigido.

⁵² “... a utopia da razão é a única saída no mundo desencantado.” (“Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. In. Separata. *Outorga do título de Professor Emérito. Fernando Antônio Novais*, p. 23). *Mestres não cabem em notas*. Não obstante, o refúgio a que me refiro encontra-se na formulação e encaminhamento de Fernando A. Novais, para uma questão de história cultural e intelectual – e, a meu ver, não se desvencilha da aposta naquela utopia. (Cf. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime.” In. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005).

⁵³ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”. *Revista de História*, n. 7, 1951.

mocinha que ouvisse os conselhos de sua mãe antes das núpcias. Sem abrir mão da reflexão a respeito das relações entre Sociologia e História, que preparava para introdução, optei por deixá-la espalhada pela tese, evitando indigesta “introdução teórico-metodológica”. Como Deus, a teoria também está bem em lugar algum, em todo lugar, nos detalhes.⁵⁴ No final das contas, o passeio pela Sociologia me fez voltar melhor à História: evitar o anacronismo, buscar explicações, historicizar conceitos – e ainda dar vazão ao ímpeto narrativo – foram possibilidades não apenas mantidas no horizonte, porém também convocadas no diálogo com as “ciências irmãs” e, bem ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, elas conferiram dicção historiográfica que este trabalho não teria sem a parceria.⁵⁵ Afiada no exercício da *tese sobre tese*, aprendido para realizar o intento, verifiquei, tergiversando a respeito desta: a referida introdução estava singelamente expondo minha querência. Por que não assumi-la, nessa curiosa seção que escrevo meditando a respeito do caminho semeado, tentando convencer o leitor de que o percorrer vale a pena, pois já o ladrilhei? Não seja excessiva a franqueza, penso ser preferível bem confessá-la à mal maquiá-la, pois ela é tão sincera quanto as energias que dediquei ao trabalho, colocando-me por inteiro *au service de mon objet et de rien d'autre*.⁵⁶ Meu desejo consiste em estar à altura da história que passo a contar. Não sei se uma boa história começa com confissões. Mas estou certa de que não se inicia sem evocar as *raízes clássicas da historiografia moderna*. Por isso, clamo, como sempre, e, mais que nunca, tomada pela fé de ofício: “Canta, Musa!”.

⁵⁴ “delicium-me essas obras em que a teoria, porque é como o ar que respiramos, se encontra em toda a parte e em nenhuma (...) na própria estrutura do discurso interpretativo”. Pierre Bourdieu. *As regras da arte*, p. 208.

⁵⁵ Cf. Capítulo 3: a historicização das ciências irmãs modifica a relação que a historiografia estabelece com elas em seu período de emergência.

⁵⁶ Adapto a conhecida assertiva de Max Weber em “Ciência como profissão”: “Dans le domaine scientifique, seuls ceux qui sont au service de leur objet et de rien d'autre ont une ‘personnalité’ (...) Ceux qui se posent ce genre de questions s’avalissent, alors que le dévouement intérieur à leur tâche et à elle seule les aurait élevés à la hauteur et à la dignité de l’objet qu’ils prétendent servir.” (*La science, profession & vocation*. Trad. Isabelle Kalinowski. Marseille: Agone, 2005, p. 25)

Capítulo I. Espírito de contradição organizado.

“faire la science d’une œuvre qui est la science, c’est faire avancer par là même la science de l’objet dont cette œuvre est la science. La lecture théorique des textes théoriques étant constituée en pratique scientifique (...), la philosophie est débarrassée, par annexion ou annulation, de la concurrence des ‘sciences dites sociales’ et les philosophes, gardiens et garants du déport, sont restaurés dans la fonction (qu’ils ont toujours revendiquée) de juges ‘en dernière instance’ de la pratique scientifique (dont ils sont par là même dispensés)”.

Pierre Bourdieu. “Le discours d’importance”.⁵⁷

“Adotei uma divisa: estudar os alemães modernos à moda francesa. Vamos ver o que vai dar. Afinal o nosso barbudo era alemão (judeu) e ainda vamos lê-lo no original.”

Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 28/10/1957.

1. Um bonde chamado desejo.

“Em navegação, a posição e as novas rotas são dadas em referência a certos astros, considerados fixos. (...) Se o presente não se situar exatamente em relação ao passado, será como um navio que perdeu a rota.”

Jean Maugué. “O ensino da Filosofia e suas diretrizes”, 1935.

Em 1958, em São Paulo, um grupo de professores decide ler coletivamente *O Capital* de Karl Marx.⁵⁸ Na moradia abastada ou no “sobradinho germinado e modesto”, em que se reuniam quinzenalmente para estudar, “o ambiente era de camaradagem, muita animação”, fazendo a “desigualdade de posses entre os participantes” ter algo de “coisa poética. Em vez de atrapalhar, contribuía para nos dar o sentimento da primazia do interesse intelectual e político.”⁵⁹ “Havia debates ásperos às vezes”⁶⁰, “a discussão e a crítica eram enérgicas, uns metiam o bedelho nos trabalhos dos outros, havia temas compartilhados e disputados, de sorte que o processo tinha uma certa nota coletiva, com

⁵⁷ In. *Ce que parler veut dire. L’économie des échages linguistiques*. Fayard, 1982, p. 212.

⁵⁸ Karl Marx. *El Capital. Crítica de la Economía Política*. México: FCE, 1999, 3ª ed. [Primeira Edição em Alemão: Tomo I, 1867; Tomo II, 1885; Tomo III, 1894]. Tradução de Wenceslao Roces, publicada em 1946 e utilizada, entre outras, conforme exposição seguinte, neste grupo de estudos. Naturalmente, o título desse capítulo é alusivo à definição de Hegel, instada por Goethe – mote de Paulo Arantes (“Origens do espírito de contradição organizado”. In. *Ressentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996). A incontornável inspiração em seu departamento francês levou à adoção do título da seção – remetendo-se ao “bonde da filosofia”, que, até onde vai nosso entendimento, carrega um desejo.

⁵⁹ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”. *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março, 1998, p. 100.

⁶⁰ Fernando Novais. Entrevista. In. José Geraldo Vinci de Moraes; José Marcio Rego. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 126.

pouca margem para a propriedade privada de idéias.” De todo modo, a “comilança final”⁶¹ não era indigesta como os textos.⁶² Embora nela continuassem os debates, em geral, sobre o futuro do país.⁶³ Um senso de missão e pioneirismo em torno do trabalho a que se propuseram talvez constituísse uma liga simbólica de coesão e atenuação daquelas diferenças de posses.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), teceram-se os laços de interdependência entre esses professores, os catedráticos a que estavam vinculados, e seus alunos. Criada em 1934, como resposta de um setor da elite paulistana às derrotas políticas de que padecia desde o rearranjo oligárquico encetado pela Revolução de 1930, a instituição tomou feições imprevistas face ao recrutamento híbrido de membros de elite em descenso e camadas ascendentes. Seu rumo foi marcado pelo descompasso do empreendimento face às demandas sociais da cidade, o que deslocou o objetivo inicial do projeto que visava formar as elites dirigentes, recuperando o papel de São Paulo nas diretivas, senão do Estado, da vida moderna nacional em âmbito cultural.⁶⁴ Indissociável do crescimento da metrópole, a modulação desta heterogeneidade variou em função da crescente demanda pelo ensino superior, redundando no novo perfil de recrutamento ao fim dos anos 1960.⁶⁵ É factível asseverar, contudo, que a sociabilidade universitária paulistana torna-se mais inteligível ao considerarmos as origens diversificadas em intenso convívio no espaço do edifício Maria Antonia, atravessando seu saguão, seus corredores, suas salas, suas aulas, seus corações e suas teses. A esta heterogeneidade ligam-se os frutos que a FFCL-USP dará à altura de duas décadas de funcionamento.

⁶¹ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 100.

⁶² Fernando Henrique Cardoso. “Roberto Schwarz, seminarista”. In. Maria Elisa Cevasco; Milton Ohata. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 330.

⁶³ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 101.

⁶⁴ Exame deste projeto encontra-se em Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982; e do recrutamento que viabilizou e deslocou o rumo do mesmo, em Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In. MICELI, Sérgio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

⁶⁵ É vasta a bibliografia a respeito do crescimento econômico de São Paulo e da mobilidade e diferenciação sociais por ele engendrado. Valeria talvez reportar aos trabalhos de referência básica: Richard Morse. *Formação histórica de São Paulo. De comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970; Joseph Love. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; Warren Dean. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, 4ª ed. O que afirmamos a respeito das demandas e do feito de recrutamento social universitário baseia-se em João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987; José Pastore. *O ensino superior em São Paulo (aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão)*. São Paulo: Editora Nacional/IPE, 1972.

O grupo ao qual dedicamos nossa pesquisa, cujos resultados começamos a expor, é pródigo para a observação do fenômeno: a sociabilidade acadêmica *realçava e ocultava* as diferenças de origem social entre seus membros, *sobretudo* quando elas pudessem ser aproveitadas intelectualmente. Rendimento este de desdobramento ambíguo, posto que na base da construção de mecanismos simbólicos de atenuação de conflitos e simultaneamente na raiz de distintos regimes de leitura e da hierarquia correlata a eles, que podem ser reputados, às diferenças de aquisição de capital cultural, previamente à entrada dos membros tanto no restrito círculo de leitura quanto na Faculdade. Além disso, o conjunto de inovações, em termos de organização do trabalho de pesquisa e docência, àquela altura acumulado de modo diferenciado nas diversas cadeiras que compunham a FFCL-USP, foi aproveitado e levado adiante pelos jovens professores seminaristas, que concentravam suas energias e faziam convergir suas especialidades.

Em meio a divergências de toda espécie – teóricas, políticas, pessoais – “o seminário ganhou um ar de fraternidade”⁶⁶; nós “estávamos, por causa da experiência do estudo do *Capital*, muito próximos”⁶⁷. Como em toda irmandade, esta se estruturou na rivalidade com o pai, que está acima, entre os irmãos que estão ao lado, e com outros, que dela não participam. Se primarmos por algum rigor, nada de interesse pode ser afirmado a respeito dela sem que antes se identifique, portanto, os membros do grupo.

Em “Notas metodológicas para leitura d’*O Capital*”⁶⁸, José Arthur Giannotti, após dois anos de atividade do grupo em tela, registra: “O presente trabalho é fruto da leitura feita juntamente com Ruth Corrêa Leite Cardoso, Fernando A. Novais, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Michel Levy, Octavio Ianni e Paulo Singer”.⁶⁹ Este “mesmo artigo, inteiramente refundido” foi publicado em *Cuestiones de Filosofía* e recebido pelos argentinos em 1961, repete todos esses nomes, adicionando “Bento Prado de Almeida Ferraz Jr”. (entre os dois primeiros anteriormente citados) e “Roberto

⁶⁶ Fernando Henrique Cardoso. “Roberto Schwarz, seminarista”. In. Maria Elisa Cevalco; Milton Ohata. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 330.

⁶⁷ Paul Singer. Entrevista. In. Paula Montero; Flávio Moura (org.). *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 82.

⁶⁸ José Arthur Giannotti. “Notas metodológicas para leitura d’*O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n. 29, maio-junho de 1960, p. 63. (doravante “Notas (1960)”).

⁶⁹ “Notas (1960)”, p. 63.

Schwartz” (depois de todos).⁷⁰ Vale notar, o nome por extenso do primeiro, em contraste com o modo pelo qual será re-conhecido posteriormente (Bento Prado Jr.); a grafia equivocada do segundo (Schwarz é a correta) estão aí a indicar a juventude de todos, seja por conta da formalidade do nome extenso, seja pelo equívoco passível de se cometer com nomes ainda destituídos de re-conhecimento.⁷¹

Passados cinco anos, José Arthur Giannotti agradecia, na publicação de sua tese de livre-docência, a amigos “com quem durante anos tem(os) discutido muitos dos problemas expostos agora de uma forma sistemática”, no estudo a respeito da dialética do jovem e do velho Marx. Mencionava então: “Fernando Novaes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paulo Singer e Sebastião A. Cunha” e a eles tributava: “se logramos delinear os contornos do pensamento do jovem Marx, será porque o convívio com esses colegas nos proporcionou uma visão geral do marxismo, que dificilmente obteríamos se trabalhássemos sozinhos”. “Roberto Schwarz nos ajudou a traduzir as passagens mais difíceis”.⁷² Atente-se: os nomes mantidos, os retirados (Francisco Weffort, Michel Levy, Bento Prado Jr.), o adicionado (Sebastião A. Cunha), uma grafia equivocada (Novaes), uma modificada (Paulo), e outra corrigida. A edição francesa deste livro registra na mesma toada de gratidão: “F.H.Cardoso; B. Prado, F. Novaes, P. Singer, R. Schwartz, O. Ianni”.⁷³ Atente-se para o nome que entra e sai da lista: Bento Prado Jr., e para a manutenção dos dois equívocos (Schwartz; Novaes).

“Qual a origem do seminário?” Como “tudo que é antediluviano, ela é nebulosa e há mais de uma versão a respeito”⁷⁴. Em meio a origem nebulosa, contudo, é indiscutível: José Arthur Giannotti, ao voltar da França, convidou os amigos para um grupo de estudos e cedeu ao apelo de um deles, conhecido por seu perfeccionismo: “como não lemos Karl Marx para valer, vamos às fontes!”⁷⁵ Como é comum em grupos

⁷⁰ Serviço de Expediente da FFCL-FFLCH/USP (Doravante SE-FFCL-FFLCH/USP. Todos os processos utilizados na pesquisa foram solicitados junto a este setor), processo 64.1.1105.8.1, fl. 8; José Arthur Giannotti. “Notas para um análisis metodológico de “El Capital”.” *Cuestiones de Filosofía*. Ano I, número I. 1er trimestre de 1962 (Doravante “Notas (1962)”). Conforme a nota da revista, o texto foi recebido bem antes da publicação. Agradeço a Fernando Sarti Ferreira por ter “desenterrado” o exemplar da revista na Biblioteca Central “Professor Raúl Cortazar” da Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires.

⁷¹ Cf. Pierre Bourdieu. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984, p. 83.

⁷² José Arthur Giannotti. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966, p. 11.

⁷³ José Arthur Giannotti. *Origines de la dialectique du travail*. Paris: Aubier Montaigne, 1971.

⁷⁴ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”. *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março/1998, p. 100.

⁷⁵ “Foi Fernando Novais que nos convenceu que primeiramente deveríamos atacar Marx pela raiz.” (José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 39. São Paulo, julho/1994, p. 247. Não

de estudos, um número restrito de indivíduos, unidos por laços de amizade, idealizam um trabalho a ser realizado coletivamente. Não raro, e rapidamente, dão-se conta da impossibilidade de realizá-lo. Em geral, convida-se então pessoas, por quem guardamos alguma estima, que acreditamos ter afinidades com os propósitos e tenham contribuições a oferecer para a realização deles. E assim foi.

O pequeno núcleo formado pelos professores-assistentes de catedráticos é composto por José Arthur Giannotti (Filosofia), Fernando Henrique Cardoso (Sociologia I) e Fernando Antonio Novais (História)⁷⁶. Os mais jovens, alunos e ex-alunos, destacadas promessas, também participavam das reuniões, Bento Prado Jr., Francisco Weffort, Michael Löwy, Roberto Schwarz.⁷⁷ É Fernando Novais quem convida seu ex-aluno, Paul Singer, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) – onde o historiador era auxiliar de Alice Canabrava. Por meio deles, também se unem ao grupo – Juarez Rubens Brandão Lopes⁷⁸ e Sebastião Advíncula da Cunha. Estes três últimos têm sua formação deslocada no núcleo da FFCL-USP. São convidados tendo em vista as dificuldades de acompanhamento das discussões econômicas dos textos que o grupo se dispõe a ler. Singer não é convidado apenas por cursar pelo domínio da “ciência cinza”. Ele e Schwarz possuem o indispensável domínio da língua alemã, que possibilita realizar a leitura d’*O Capital* em espanhol, francês e no original, em alemão.⁷⁹ Roberto Schwarz e Francisco Weffort tinham sido alunos de Fernando Henrique Cardoso, e Bento Prado Jr., de José Arthur

encontramos versão que ponha em dúvida este ponto. No entanto, a correspondência de Giannotti para João Cruz Costa sugere que o filósofo volta especialmente sensível a esta proposta.

⁷⁶ Há uma diferença no caso do historiador: seus amigos, no início das atividades, são assistentes na FFCL-USP, ele é assistente na FCEA-USP. Cf. Capítulo 3.

⁷⁷ O nome completo de Michael Löwy é Felix Michael Löwy. Pudemos constatar a grafia nas fichas de matrícula que encontramos na Seção de ex-alunos (Administração da FFLCH-USP). Esta informação foi confirmada por ele próprio para Ruy Fausto (por carta, em 18/04/2012), juntamente com a seguinte explicação: ele retirou o Felix e adotou os dois últimos nomes. No que nos concerne: as editoras ainda não chegaram a um acordo a respeito, de modo que procuramos seguir a variação da grafia delas, sempre que se fez necessário escrever seu nome, na qualidade de autor citado. Agradecemos a Marcelo Ridenti pela seriedade da brincadeira: “você não caiu na armadilha que denuncia, e errou a grafia do nome dele?” De todo modo, troca de nomes e de identidade(s) viram matéria de estudo ao ligarmos à imigração e ao judaísmo esse ponto. Remetemos o leitor, para tanto, ao capítulo 4.

⁷⁸ Juarez Brandão Lopes. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 96.

⁷⁹ São escassas as menções à tradução inglesa, muito embora, na Biblioteca de Octavio Ianni (parcialmente alocada na Unesp-Araraquara) encontre-se uma edição dela. Como é sabido, o próprio Karl Marx acompanhou a tradução francesa do vol. I, modificando para o “bom francês” algumas passagens. Uma reconstituição sucinta das primeiras traduções e edições d’*O Capital* encontra-se em: Lincoln Secco. “Leitura e difusão de *O Capital* de Karl Marx”. In. Osvaldo Coggiola. *Os caminhos da história*. São Paulo: Xamã, 2007.

Giannotti. Além disso, o grupo contou com freqüentadores esporádicos no início; outros se ligaram a ele posteriormente, seguindo as atividades até elas cessarem; e professores os visitaram quando auxílio em Filosofia ou Economia tornaram-se imprescindíveis.⁸⁰ Na ocasião em que leram Georg Lukács, por exemplo, Gérard Lebrun participou das reuniões.⁸¹

Considerando o “nebuloso” das origens e cotejando-se de modo circunstanciado o conjunto do material é possível identificar uma espécie de tríade disciplinar formada pelos professores-assistentes – Filosofia, Sociologia, História – desdobrada em díades com seus jovens alunos.⁸² Há, com efeito, a presença de um aluno para cada um dos “jovens assistentes provavelmente mais brilhantes da faculdade naquele momento”.⁸³ A estruturação das respectivas áreas chancela a brecha na quebra de hierarquia catedrática – alunos estudam com professores – porém sem perda dos papéis e distâncias, aqueles

⁸⁰ Juarez Rubens Brandão Lopes é introduzido no grupo em momento avançado das discussões. (Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 118). A respeito da visita de Lebrun, informação colhida em conversa informal com Fernando A. Novais.

⁸¹ Gérard Lebrun nasceu em Paris, em 1930. Formou-se em Filosofia na Sorbonne. Em 1960, quando Gilles-Gaston Granger voltou a França em definitivo, ocupou a cátedra de filosofia mantida pelo governo francês na USP por seis anos contínuos. De volta a França, tornou-se professor do Departamento de Filosofia em Aix-en-Provence. Sua segunda estada no Brasil, ocupando a cátedra francesa ocorreu entre 1973 e 1980, quando passa a alternar semestres letivos entre Aix-en-Provence e São Paulo. Frequentou o Partido Comunista Francês em sua juventude. Informações extraídas de “Apresentação” e “Sobre o autor”. In. Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Maria Lúcia M. o. Cacciola, Marta Kawano (orgs.) *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

⁸² O tom das declarações a respeito do grupo está marcado pelos papéis de alunos e professores nele. Os antigos alunos, Bento Prado Jr., Roberto Schwarz e Paul Singer além de se recordarem de modo carinhoso, em conjunto, não apresentam resistência com relação a falar a respeito do grupo. Já os professores falam do Seminário, registrando insistentemente não quererem falar dele. Fernando Novais expressa seu incômodo, afirmando que tem dificuldade de falar sobre o Seminário, pois “falar dele é falar de mim mesmo” – exercício para o qual os historiadores não foram talhados (Fernando Novais. Depoimento. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 313). Fernando Henrique Cardoso remete aos “debates havidos no seminário, agora um tanto mitificados e, por consequência, mistificados, apaixonados e confusos”. (Fernando Henrique Cardoso. “Roberto Schwarz, seminarista”, p. 330). Ênfase máxima nesse tom é a de Giannotti é enfático: “(fico numa) sinuca de bico”, ao testemunhar algo cuja “mitificação ainda está em curso” e sobre o qual “não me interessa mais falar” (José Arthur Giannotti. Depoimento. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 320). O fantasma do patrulhamento ideológico, a rondar estas declarações, parece se mesclar à hierarquia professor-aluno: seja por serem cobrados de esquerdismo incompatível com seus papéis no interior da instituição e dos compromissos com o trabalho de construção institucional que todos empreenderão (o que contempla o caso dos três professores); seja pelo envolvimento político e partidário muito posterior, sobretudo de Giannotti e Fernando Henrique Cardoso – convocando dos pares/alunos, permanentemente a cobrança pela “coerência ideológica”. Manter-se fora dessa arena, se não poupou, modificou a modalidade da mesma coerção sobre Fernando A. Novais, oriunda, em geral das posições dominadas no campo intelectual, quando “Karl Marx” for disputado como fiador simbólico de radicalismo político. Esta observação baseia-se no exame do conjunto de depoimentos e entrevistas reunidos em: Maria Cecília L. Santos (org.) *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988; os já mencionados *Retrato de grupo* e *Um crítico na periferia do capitalismo*; além das entrevistas que privilegiam as respectivas histórias de vida.

⁸³ Roberto Schwarz. Entrevista. In. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*, p. 230.

aproveitam de modo mais reservado, estes são os protagonistas⁸⁴. “Em nosso seminário havia não só igualdade intelectual a despeito das diferenças de hierarquia, da idade e do tipo de formação, como o jantar que se servia nos seminários era, em geral, bom e para todos.”⁸⁵

Delinear a feição de um grupo implica atinar para os que não fazem parte dele, seja por estarem “acima” desta igualdade, seja por não se estabelecer aquela mágica da afinidade eletiva. Convém caracterizá-los também.

Os seminaristas elegeram seus mestres de ofício, mas metade do olhar de todos eles dirigia-se a Florestan Fernandes. O sociólogo não foi convidado, não frequentou as reuniões, não se impôs, nem se fez convidar. Mas, há pelo menos oito anos ensaiava uma organização do trabalho intelectual em equipe, inédita no cenário, e idêntica à racionalização de esforços que Giannotti empreende com o grupo; e a irradiação de sua influência contava com seus dois principais assistentes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.⁸⁶ Outrossim, a leitura de Marx proposta no grupo se liga ao sociólogo não apenas por ter sido ele um dos primeiros a introduzir o autor nos cursos, mas pela subordinação desta leitura ao molde acadêmico. Daí ser possível adotar o que Maria Arminda do Nascimento Arruda assevera para o sociólogo, também para o filósofo: “o fundamental é trabalhar no plano das construções teóricas, distinguindo os princípios da análise dos seus desdobramentos políticos”.⁸⁷ Os assistentes – essa posição intermediária, entre (futuro) catedrático e (possível) professor do ensino médio, talvez fosse propícia à consciência dos dramas da hierarquia de modo conflitivo – sabiam, “se Florestan entrasse, era do jeito dele”⁸⁸ – “ou era Florestan ou era a gente”.⁸⁹ É notável que Giannotti e Novais prestem contas por não terem convidado Florestan Fernandes, como se estivessem na delicada posição dos dois sociólogos-assistentes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. O quadro deixa evidente: Florestan Fernandes não podia participar do Seminário e incontornavelmente não deixaria, de estar lá. Não fosse

⁸⁴ Roberto Schwarz. Entrevista. In. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*.

⁸⁵ Fernando Henrique Cardoso. “Roberto Schwarz, seminarista”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*, p. 330.

⁸⁶ O detalhamento deste paralelo encontra-se no capítulo seguinte.

⁸⁷ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia de Florestan Fernandes”. In. *Tempo social*, v. 22, n. 1, junho 2010, p. 17.

⁸⁸ Fernando Novais. Conversa informal.

⁸⁹ José Artur Giannotti. *Retrato de grupo*, p. 63.

como seminarista, como um gigante que carregasse no ombro o pigmeu ávido por ver longe.⁹⁰

Com as cátedras de suas respectivas disciplinas acima deles, e a cadeira de Sociologia I a exercer força de atração; com os amigos, ao lado; com os corações à esquerda, livro e cabeça abertos e mais alguns alunos, mas nem todos – põem-se a ler *O capital*.⁹¹ Quem são esses “nem todos”? Só se conhece a fronteira transitando nos dois lados e é por isso que a posição de um aluno é estratégica para traçá-la melhor, pois ele participou tanto do primeiro – doravante, simplesmente, Seminário ou Grupo d’*O Capital* – quanto de outro(s), afinal, “depois houve vários clones, sucessivas gerações começaram a fazer seminários do *Capital*.”⁹² Roberto Schwarz tinha vinte anos quando participou do Seminário, e repetiu a experiência com mais grupos de leitura – dispondo do tempo e da juventude, dos quais talvez seus professores não dispusessem. A origem “antediluviana, nebulosa” e com “mais de uma versão a respeito”⁹³ parece característica também do grupo paralelo e de tantos outros. No entanto, se também eles seguiram a dinâmica da irmandade – rivalizando com o pai/acima, com os irmãos/do lado, e com outros/fora – a posição superior passava gradualmente a ser a do Grupo d’*O Capital*, que imitavam e com o qual rivalizavam, como se para os outros grupos, este fizesse as vezes de Florestan Fernandes para o primeiro.

Decerto a frequência do grupo e o estilo de trabalho terão atraído alunos mais jovens que não estavam presentes quando do início das atividades, bem como colegas

⁹⁰ Na esteira da investigação de Françoise Waquet, emprego o *topos* do “pigmeu no ombro do gigante”, na intenção de aludir ao padrão da relação magistral no Ocidente, em oposição ao Oriente. Se este se define pela transmissão, aquisição e guarda de um conjunto mais ou menos estável de repertório, sendo cabível a denominação do mestre como “guru”, no Ocidente, “prevalece concepção bem diferente, alicerçada no progresso do Saber”. (Françoise Waquet. *Os filhos de Sócrates. Filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI*. Rio de Janeiro: Difel, 2010. Trad. Marcelo Rouanet, p. 18; p. 78-79). Como nos advertiu a erudição de Rogério Forastieri, a idéia é mais antiga, obteve considerável repercussão na Idade Média e encontra-se em Bernardo de Chartres. Além disso, chamou a atenção de Jacques Le Goff (*Os intelectuais na Idade Média*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1995, 4ª ed, p. 24-25).

⁹¹ No que se refira ao encaminhamento das relações, favoráveis ou não, na Filosofia e na História, com João Cruz Costa e Eduardo D’Oliveira França, respectivamente, as seções seguintes deste capítulo e o terceiro capítulo da tese.

⁹² Bento Prado Jr. Entrevista. In. Marcos Nobre; José Marcio Rego. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed.34, 2000, p. 210.

⁹³ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 100. O primeiro seminário manteve suas atividades até 1964 – quando o golpe civil militar afasta do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e a expectativa da vinda da reforma universitária acelera a produção de teses, inviabilizando a manutenção das reuniões (cf. os capítulos relativos a cada membro/disciplina). Em 1963, Ruy Fausto volta de sua estada na França e Roberto Schwarz da sua nos EUA. (Cf. Se este segundo seminário correu paralelo ao primeiro, tudo indica que no retorno de Schwarz, ele fica mais sistemático, por meio de sua atuação. (Processo 89.1.870.8.0, fl. 8; Ruy Fausto).

de trabalho. Segundo Fernando Novais, “o pessoal que ficou de fora e queria entrar ficou muito irritado e a solução encontrada foi organizar outros grupos.”⁹⁴ Segundo Paul Singer, “várias outras pessoas, o Weffort e etc. tentaram entrar mas já pegaram o bonde andando, nós já estávamos nos reunindo há meses, então estava realmente difícil de assimilar tudo aquilo que já tínhamos acumulado em termos de estudos comuns, então eles deixaram o grupo depois de algumas reuniões e formaram o grupo próprio deles e começaram do bê-á-bá, o que era correto.”⁹⁵

Com mais dois amigos de turma – também ingressantes em Ciências Sociais em 1957, e de famílias migrantes judias – Michael Löwy e Gabriel Bolaffi – Schwarz compunha os “três mosqueteiros. O santo padroeiro do Roberto se chamava Bertold Brecht, a minha Aparecida era Rosa Luxemburgo; não conseguimos nos converter reciprocamente, mas nos encontrávamos na comum admiração por são George Lukács”. Participava desse pequeno núcleo também Ruy e Boris Fausto – igualmente de famílias judias e imigrantes – o primeiro, àquela altura, mais próximo das discussões dos seminários⁹⁶. A eles se unia, por vínculo político e ideológico, Leôncio Martins Rodrigues.⁹⁷ Politicamente, eram todos, senão trotskistas, trocistas de Stalin.⁹⁸ Além

⁹⁴ Fernando Novais. Entrevista. In. MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 126.

⁹⁵ Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*, p. 82.

⁹⁶ Boris Fausto nasceu em 1930, em São Paulo, e formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1954 e ingressou no curso de História da FFCL em 1963, com estímulo de Fernando Novais, de quem se aproximou pelas relações estabelecidas com o grupo da faculdade, por seu irmão, Ruy Fausto, cinco anos mais moço. Não fez parte das reuniões do Seminário, mas dificilmente se possa supor que passou incólume às influências recebidas pelos amigos que o compunham. Ruy Fausto também cursou Direito e FFCL-USP. Ingressou no curso de Filosofia da segunda, em 1953 e formou-se em Direito pela primeira, em 1960. Informações retiradas das entrevistas de ambos encontradas em *Conversas com historiadores brasileiros*; *Conversas com filósofos brasileiros* e processo 89.1.870.8.0 (Ruy Fausto /SE-FFCL-FFLCH-USP).

⁹⁷ Leôncio Martins Rodrigues nasceu em 1934 e ingressou no curso de Ciências Sociais em 1959. Seu itinerário é retomado no capítulo seguinte.

⁹⁸ Em meio à enxurrada de siglas que denominam os grupos trotskistas, tem-se alguma dificuldade em localizá-los, com precisão a respeito do período de vinculação, atividade realizada e momento de abandono da militância. (Cf. Murilo Leal. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003). Encontramos contudo a localização e Boris Fausto e Leôncio Martins Rodrigues: o POR (Partido Operário Revolucionário), criado em 1952, como desdobramento da deliberação do III Congresso da IV Internacional (1951), segundo a qual seria constituído um Bureau Latino-Americano (BLA), sediado em Montevideu, tendo o argentino J. Posadas (Homero Romulo Cristaldi) como secretário. O BLA procurou impulsionar o trotskismo na América Latina e seu representante no Brasil agrupou militantes que vinham do Partido Socialista Revolucionário (PSR, 1939) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB, 1947) no POR. Entre os integrantes destacados por Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto, encontram-se: Antonio Pinto de Freitas, jornalista; Boris Fausto, estudante; Leôncio Martins Rodrigues, funcionário público (que tinha sido do PSR), Milton Camargo, engenheiro; Sebastião Simões de Lima, advogado (que tinha sido PSB). Dainis Karepovs; José Castilho Marques Neto. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1960)”. In.

de Ruy Fausto, possivelmente também estivesse aí Emilia Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Cláudio Vouga, Albertina Costa, Paulo Sandroni, Beth Milan, e o próprio Emir Sader, autor desta lista⁹⁹, ligeiramente diferente da elaborada por Roberto Schwarz, que adiciona Célia Galvão Querino e João Quartim Moraes, e pontua: o segundo grupo “era leitura d’*O capital* e discussão política”.¹⁰⁰

A incerteza a respeito de quem foram membros de quais grupos expressa, no final das contas, a ligação menos orgânica, do ângulo *intelectual*, entre esses leitores de Marx. A marca que os professores-assistentes do Seminário lograram deixar nos trabalhos uns dos outros é expressiva do laço de convívio informal e também da convergência de suas energias para o trabalho intelectual. Quatro componentes do Seminário produziram teses em que discutem a relação entre capitalismo e escravidão: Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz, Fernando Novais. Os três últimos se empenharam na apropriação de *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, mormente definição de marxismo ortodoxo e de totalidade.¹⁰¹ Além disso, dessas três teses, a ligação com as discussões no grupo permitiu que se destacasse uma peça que arma o esquema interpretativo e não por acaso os três a publicaram separadamente, padecendo aliás da fatalidade de terem esses extratos mais freqüentados pelos leitores do que o conjunto de suas teses.¹⁰² O problema da relação entre capitalismo e escravidão – bem como a agenda que a variação de ênfases e períodos a ele ligados – é sintomático da influência da cadeira de Sociologia I e de Florestan

Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, v. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 137-138. A mesma localização desses universitários, analisada em outra vertente, encontra-se em: Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 201.

⁹⁹ Emir Sader. “Nós que amávamos tanto o Capital”. In. *Praga*, n. 1, 1996.

¹⁰⁰ Este segundo grupo foi criado pelo crítico literário, em seu retorno dos Estados Unidos, em 1963, pouco antes do estabelecimento do regime civil-militar. (Os nomes mencionados nos foram dados por Roberto Schwarz, em entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote em 21/11/2011).

¹⁰¹ Georg Lukács. *Histoire et conscience de classe. Essais de dialectique marxiste*. Paris: Minuit, 1960. Trad. Kostas Axelos. Esta foi a edição lida pelo grupo.

¹⁰² Fernando Henrique Cardoso. *Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, 1961. Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado, 1972. Exemplares do Centro de Auxílio à Pesquisa em História (doravante, CAPH). Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 5ª ed., 2000. As peças publicadas separadamente – e que na economia argumentativa das teses têm papéis equivalentes são, respectivamente: “O método dialético na análise sociológica”. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais), v. II, março de 1962 (houve outras, cf. Capítulo 2); Fernando Novais, “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial”. *Cadernos CEBRAP*, n. 17, 1973; Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”. *Estudos Cebap*, n. 3, 1973.

Fernandes. Se este flanco temático comparece no seminário, reportando os seminaristas, em última análise, ao fôlego dos estudos patrocinados pela Unesco, a outra frente de pesquisa do “Brasil moderno” ligada a este sociólogo – preocupada com o desenvolvimento e industrialização – também se faz sentir, não por acaso, nas teses defendidas por Paul Singer.¹⁰³ Sem se ocupar desses temas, mas sob a égide de Florestan Fernandes – talvez à sua própria revelia – Giannotti, ao salientar a “vocação científica” que os animava, aproxima-se do sociólogo novamente, se apreendermos a assertiva num quadro cindido entre os “científicos” e “culturalistas”.¹⁰⁴

O mesmo não se verifica no conjunto dos trabalhos dos demais mencionados. Ao contrário, há uma variação de temas, enfoques, disciplinas, idades, interesses, graus variados de dedicação à vida intelectual que, se comparados com o primeiro grupo, apresenta mais diversidade e mais dispersão também. É correto reconhecer na Revista *Teoria e Prática* o resultado parcial de seus esforços – *em contraponto ao primeiro Seminário que não engendrou publicação periódica alguma*. No entanto, sua breve vida e o conteúdo das contribuições sustentam a caracterização que apresentamos; além de aparentar, novamente, a estratégia de organização do Seminário ao de Florestan Fernandes – não ter periódico sob sua responsabilidade, mas publicar nos disponíveis.¹⁰⁵ Um elo a unir, contudo, os esforços dos demais grupos consiste em não participarem do primeiro, *mantendo-se, contudo, sob seu raio de influência*.

Chama atenção também que nesses grupos haja mulheres e ativistas político-partidários, figuras ausentes do Seminário.¹⁰⁶ Este contraste parece-nos um indicador do

¹⁰³ Referimo-nos, não apenas, mas principalmente a *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. (São Paulo: Edusp, 1968) – que resulta de trabalho desenvolvido no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), da Sociologia I.

¹⁰⁴ José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 116. Retomamos essa divisa nas áreas, daí aqui estar apenas indicada. O clássico trabalho de Eric Williams, na base da inspiração intelectual do conjunto, recebeu, entre nós, edição recente: *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁰⁵ As ligações de alguns membros com a luta armada contra o regime civil-militar comprometeram a publicação. A revista foi apreendida pela polícia política, em 1968, e seu último número não chegou a ser publicado. (Informação de Ruy Fausto, conversa realizada em 09/10/2011). O parentesco da estratégia mencionada é retomado no capítulo seguinte.

¹⁰⁶ Entrevista de Michael Löwy para Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996. Segundo Michael Löwy, “os que militavam efetivamente eram vistos como curiosidade pelos outros alunos [entre eles estavam] Leôncio Martins Rodrigues (mais velho que eles), irmãos Sader, Weffort. A única mulher de que se tem notícia ter frequentado o grupo é Ruth Cardoso – na qualidade de esposa, pois casada, desde 1952, com Fernando Henrique Cardoso. Seu trabalho não nos pareceu ter a marca daquela nota coletiva, razão pela qual eliminamos no *corpus* de teses/itinerários em análise. Aproveitamos o ensejo de pontuar que restaria indagar por que o grupo não atraiu antropólogos,

propósito acentuadamente acadêmico do mesmo. O exame observa: os professores-assistentes são mais velhos, com famílias já constituídas ou em vias de constituição, teses em andamento e responsabilidades assumidas junto a seus catedráticos, relativas às carreias e às áreas em construção – não dispondo de tempo para dividir os afazeres de docência, confecção de doutorado e militância.¹⁰⁷ Quanto à ausência de mulheres, vale notar que em escala reduzida, o Seminário reproduz o perfil de recrutamento típico da FFCL-USP, como notou Sérgio Miceli¹⁰⁸: seus membros provinham de elites empobrecidas (Bento Prado Jr.); de famílias ligadas à burocracia estatal, civil e militar (Fernando Henrique Cardoso), ao magistério secundário e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais (Fernando Novais); migração interna em percurso ascensional (Giannotti, Ianni); estrangeiros (Paul Singer, Roberto Schwarz). Estando as escolas tradicionais reservadas para a reprodução das elites dirigentes, eis aí um conjunto para o qual permaneciam fechadas – ainda que o momento fosse de mudança de recrutamento delas – e, portanto, a FFCL-USP oferecia um horizonte a ser aproveitado. Em princípio, as mulheres se localizam nesse perfil. No entanto, se o Seminário tem a feição social da FFCL-USP, destoa da “abertura” da instituição para elas, posto que não se registram colegas de trabalho que o freqüentassem, embora Emilia Viotti (História) e Maria

geógrafos, cientistas políticos – escopo, obviamente que ultrapassa os limites desta tese, embora a interrogação não saia de nosso horizonte.

¹⁰⁷ É em função desta constatação que suas biografias são mobilizadas na reconstituição do leque de possibilidades profissionais e políticas com que tiveram que lidar. Vale notar também que entre membros desses “outros seminários” o pendor politizante, a passagem por partidos, possivelmente concorreu para inclinar muitos a área pouco estruturada do ponto de vista da institucionalização das atividades de pesquisa: a Política (Weffort, Leôncio Martins Rodrigues); temas políticos (Michael Löwy) ou, entre os que se propuseram a escrever tese a respeito de Marx, fizeram-no em chave política (Emir Sader), (antropo)lógica e política (Ruy Fausto), ou ainda, num ponto distante, história política (Boris Fausto). Cf. Bibliografia e documentação. Como mostraram Dimitri Pinheiro Silva e Fábio Keinert, o processo de autonomização da Ciência Política será capitaneada por um grupo geracional formado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, em fins dos anos 1960. (“A gênese da ciência política brasileira”. *Tempo social*, n. 1, v. 22). Registre-se também iniciativas similares em outras regiões, em tempos posteriores – e, talvez, ao seu modo, influenciadas e em tensão com a que será reconstituída a seguir. No Ceará, Francisco José Soares Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira, Hamatari Arraes, Marinaldo Braga, Meneleu Neto, Daniel Pinheiro empreenderam a leitura de *O Capital*, coletivamente, por volta de 1984. Um dos desdobramentos desse grupo (*Pensando com Marx: uma leitura crítico comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio). No dizer do pós-prefaciador, trata-se de obra de marxologia, que centrou “miras rigorosas na arquitetura” do livro, e reproduziu “pelo interior mesmo da reflexão marxiana o trancado determinativo de seus escritos”. (Idem, p. 335). Como se verá, há uma herança legada pelo Seminário aos leitores atuais de Marx, porém nenhum dos seminaristas do grupo em tela, tornou-se “especialista em Marx”. Ler *O Capital* tinha outra finalidade, subordinando-se aos projetos de pesquisa das respectivas áreas de que eram originários os jovens assistentes e seus ex-alunos.

¹⁰⁸ “Contra o retrocesso”. *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 1999.

Sylvia Carvalho Franco (Sociologia I)¹⁰⁹ – tenham se interessado por ele. Com efeito, o perfil reproduzido aí, em termos de divisão sexual do trabalho, não era o da FFCL-USP, mas o da Filosofia no conjunto dela, área mais masculina de todas. Não nos parece casual que precisamente a esta fosse a disciplina dominante na configuração do Seminário. Ausência de mulheres e rechaço ao pendor politizante se ligam ao caráter propriamente *universitário e profissional* da leitura de Marx que o grupo vai aos poucos delineando como atributo principal e exclusivo.¹¹⁰

É providencial que se desloque, portanto, a discussão a respeito das tomadas de posição política, do gradiente de marxismo ou de machismo de um ou outro grupo. Atributos edificantes como radicalismo político, epíteto “marxista”, abertura a mulheres, entre tantos outros, rendem visibilidade ao se prestarem a disputas pela ostentação dos fiadores simbólicos de bom mocismo à esquerda. Um fosso intransponível, entretanto, separa a afanosa e barulhenta disputa que se trava em torno deles e a pesquisa das condições que os tornam tão louvados e *objetivamente* possíveis. Em relação àqueles que ficam fora da irmandade do Seminário, os pólos excludentes e definidores um do outro se sumarizam assim: jovens estudantes / jovens professores

¹⁰⁹ Emilia Viotti da Costa nasceu em São Paulo, em 1928; formou-se em História e Geografia em 1951 – quando os seminaristas estavam entrando na FFCL-USP. Tornou-se professora no secundário do Mackenzie, no qual estudaram Ruy Fausto e Roberto Schwarz, e lecionou História para eles. Como assistente extra-numerária, foi professora de Fernando Novais. Em 1954, com bolsa do governo francês, estudou em Paris com Charles Mozaré e Ernest Labrousse; em seu retorno, que coincide com o ingresso de Sérgio Buarque de Holanda no setor de História da FFCL-USP, torna-se sua aluna. Em 1964, torna-se livre-docente junto a cátedra de História da Civilização Brasileira. No que se refira a suas referências na faculdade, afirma ter sido “mais influenciada pelos livros que li e por professores de outros departamentos do que pelos do Departamento de História”. (Emilia Viotti da Costa. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 70. As informações foram retiradas desta entrevista e do processo 61.1.1103.8.9). Em 1969, foi aposentada compulsoriamente pelo regime civil-militar e reconstruiu a carreira nos Estados Unidos. Todo o itinerário a aproxima do círculo – não fossem: 1. A pouca distância etária concorrendo para abrir um fosso em termos de adiantamento de carreira (por exemplo, já em 1956 auxilia Jean Glénisson na preparação do “manual” *Introdução aos estudos históricos* – cf. capítulo 3); 2. O pendor mais politizado. No contraste com os membros masculinos do círculo, o primeiro atributo a aproxima de Florestan; o segundo, de Ianni; e a condição de mulher, de Maria Sylvia Carvalho Franco – todos interlocutores do seminário, mas não identificados com ele. Cf. Capítulo 2.

¹¹⁰ A diversidade dos itinerários femininos (no “Seminário II” dificulta assertivas mais certas, mas o nexos profissionalismo/masculinização, nesta fase da modernização da esfera científica é evidência que não se pode ignorar. Marcelo Ridenti conta que havia no Rio de Janeiro um grupo de jovens intelectuais reunido para ler obras de Marx e este grupo, diferentemente do que tratamos, “mais sisudo”, era famoso, na época, por ser freqüentado por “belas mulheres”. “Um dos seus integrantes costumava dizer: ‘Quem não tem Cadillac pega mulher com o *Manifesto Comunista*’.” (Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*, p. 48). Em que se pese o feito diferenciado e regionalizado que, marcando os rumos das diferentes modalidades de se produzir Ciência Social, não deixaria de marcar também a sociabilidade dos leitores de Marx nas universidades, o contraponto ilustra o argumento a respeito do nexos: presença de mulheres / politização em oposição a grupo masculino / feito profissional. No regime hierárquico vigente nos anos 1950, a presença feminina em espaço masculino, possivelmente ainda fosse vista como de propósitos não-profissionais, e, se profissionais, com pouca seriedade. O ponto, naturalmente, é retomado em todos os capítulos.

com estudantes; políticos/ *scholars*; dispersão da diversidade / convergência produtiva das diferenças.

Procuramos sinalizar as direções por meio das quais o grupo foi socialmente delineado. Ao lado uns dos outros, amigos com numerosas afinidades eletivas, acima deles, os catedráticos de suas disciplinas, o exemplo de Florestan Fernandes, a mescla dos problemas de pesquisa daqueles com este – forças de atração e tensão que vamos demoradamente examinar. Fora da configuração, o perfil acima identificado. Uma vez em andamento as atividades, os membros que apresentam inclinações típicas desse perfil – politização, indisciplina, dispersão – tendem a se retirar do grupo: ponto que ficará evidenciado por meio da análise do *tête-à-tête* de filósofos (Giannotti / Bento Prado Jr. – não por acaso, o nome em titubeio nos agradecimentos do primeiro) e sociólogos (Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni).

Inicialmente, “o funcionamento do grupo era irregular”¹¹¹, por isso, ainda que tenham começado em 1958, é bem provável que a assiduidade – da reunião quinzenal, aos sábados, a partir das 14 hs, com um responsável pela exposição que apresentasse sem interrupções, sendo rotativa a tarefa, seguida da intervenção de cada membro, com o ponto de vista de sua disciplina – tenha sido construída aos poucos e decerto mantida com mais afínco entre 1961-1964.¹¹² Esse rigor, que faz jus ao nome, “Seminário”, foi resultado do empenho do filósofo do grupo – “a liderança mais ou menos aceita por todos (...) pois era quem tentava disciplinar os encontros (...) assegurava a sistemática. Uma das pessoas resistentes a essa disciplina era justamente Fernando Henrique.”¹¹³ Paul Singer nobilita o grupo: “raramente alguém deixava de ler o Capítulo”– e denuncia, pelo ‘raramente’: alguns não liam. Coisas recorrentes em grupos de estudos.¹¹⁴

O “consórcio das especialidades”¹¹⁵ era condição para uma leitura do livro que, ao diagnosticar nas outras “uma oscilação” entre “a vulgarização esquemática e a resenha honesta”, criava uma posição relativa a estas, para a leitura que passava a

¹¹¹ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Paul Singer. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 63.

¹¹⁵ Tomo emprestado o termo de Marcos Nobre, “A Filosofia da USP”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, mar. 1999; empregado recentemente por ele em *Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender*. São Paulo: Papirus, 2007. (em parceria com Ricardo Terra).

exercitar e defender.¹¹⁶ O questionamento da leitura amadora dos textos se casa no empreendimento com a disposição de uma crítica bem fundamentada “às barbaridades do Partido Comunista” – detentor, senão do monopólio de Karl Marx, da hegemonia desta referência.¹¹⁷ Ao fazê-lo, o “consórcio” criava para sua leitura uma posição elevada: diante do “extraordinário florescimento atual das ciências do homem, dificilmente cada pessoa seria capaz de dominar de uma forma crítica todos os terrenos explorados por Marx”.¹¹⁸ Um grupo heterogêneo era necessário para “caminhar com certa segurança no interior dessas ciências”. Necessária, a reunião de diversas disciplinas não foi suficiente e “nos custou horas a fio de irritantes discussões, a fim de chegarmos a um vocabulário comum”¹¹⁹ – o que as unia era o método de leitura da Filosofia em meio às diferenças dos sotaque disciplinares e lingüísticos, no fundo dessa irritação toda. Afinal, variando os motivos e fase da vida, fosse do interior para a metrópole (Bento, Novais, Ianni, Giannotti), fosse de outro país para o Brasil (Singer, Schwarz), ou do Rio de Janeiro para São Paulo (Fernando Henrique) – todos eram migrantes. A configuração parece reproduzir em paralelo o caminho de migração em plano disciplinar. Em matéria de disciplinas de origem, não é menos notável essa espécie de migração, pois, sob a *unidade do livro e do método da leitura* reuniram-se Filosofia, Economia, Sociologia, História e Literatura. O cadinho de acentos, sotaques, entonação, mesmo em português foi, talvez, com o tempo, se homogeneizando, do mesmo modo que a capacidade de tradução de problemas e conceitos de uma disciplina a outra, de uma língua a outra.¹²⁰

¹¹⁶ José Arthur Giannotti. “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n. 29, maio-junho de 1960, p. 63.

¹¹⁷ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*, p. 54.

¹¹⁸ Idem, p. 63. O tom de “apequenamento” dos leitores acadêmicos de Karl Marx é recorrente e, em geral, vai de par com o reconhecimento da “especialização” como um problema. Considerando o núcleo de obras e autores da configuração com a qual estamos trabalhando, o auge disso encontra-se na extensa introdução escrita por Florestan Fernandes para o volume “Marx/Engels – História”, da Coleção Grandes Cientistas Sociais, dirigida por ele próprio – introdução esta que inicialmente havia sido ofertada a José Arthur Giannotti. Cf. Lidiane Soares Rodrigues. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*, especialmente, cap. 3.

¹¹⁹ “Entretanto agora, mais de um ano de seminários quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa sociedade estudados por esse autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos.” “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n. 29, maio-junho de 1960, p. 61.

¹²⁰ “um problema que nós tivemos e temos ainda: linguagens muito diferentes. Mesmo entre nós, aqueles que vinham de famílias tradicionais, tinham uma fluência no português, uma familiaridade com a língua que não acontecia com os netos ou filhos de imigrantes, porque a linguagem em casa havia sido muito reduzida. Então, muitos de nós tivemos que conquistar uma língua portuguesa, e, em particular, nesse momento em que ela estava se destruindo, porque você examina o português de São Paulo, hoje, é um

O método de leitura adotado tornava a realização do programa impossível sem o domínio da língua alemã, constitutiva da dicção inconfundível do marxismo universitário. Roberto Schwarz brinca a respeito do aventureirismo da proposta, justamente, pois poucos a conheciam.¹²¹ Fernando Novais se lembra de seu aluno, Paul Singer, por ele ter sido “uma mão na luva, pois conhecia alemão, além de Giannotti”.¹²² Fernando Henrique Cardoso possivelmente não quisesse ficar de fora dos que tinham o alemão a seu lado, estudou durante cinco anos, mas confessa: “nunca dominei sequer para ler”.¹²³ Houve tensões em torno das traduções. “Lembro-me de uma discussão acirradíssima (...) cada um lia na língua que queria. Eu lia em alemão, obviamente, outros liam em francês. O Giannotti (...) começou a discutir trechos que não existiam na edição alemã. Achei que ele estava inventando (...) Isso dá uma idéia de como as reuniões eram sérias.”¹²⁴ Indubitavelmente. E, sendo assim, a realização do programa seria impossível também sem o domínio de outra língua: a Economia.¹²⁵

Apenas Paul Singer tinha domínio pleno das duas – no início das reuniões. E, para acompanhá-lo no alemão, contava com Schwarz; e, na Economia, com seus convidados Juarez Brandão e Sebastião Advíncula da Cunha. Não é de surpreender que Singer se afirmasse por meio do alemão – como sugeriu. Tampouco que Fernando Henrique Cardoso – que penou para tê-lo, e ainda não era familiarizado com a Economia, ironize ambos os domínios: “Singer tinha uma visão mais de economista, um pouco mais ‘vulgar’. Ele conhecia mais, vamos dizer, a mecânica.”¹²⁶; “nós queríamos estar em uma pequena cidade alemã, vivendo isoladamente, lendo em alemão”.¹²⁷

português que perdeu a sintaxe.” José Arthur Giannotti. Depoimento. Memória oral Biblioteca Mario de Andrade.

¹²¹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Pesquisa Fapesp*, n. 98, 2004, p. 14.

¹²² Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 125.

¹²³ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 77. Dá testemunho da delicadeza do ponto, o fato de que em numerosas considerações a respeito de Florestan Fernandes, frisar-se que ele traduziu Karl Marx para a editora Flama, mas ninguém mencionar a partir de qual língua, a não ser – dentre os que percorremos – Fernando Henrique Cardoso (*Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 76); talvez porque ele próprio confesse também não ter domínio do idioma.

¹²⁴ Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 79.

¹²⁵ “Fernando Novais era meu professor de História na FCEA e me convidou a integrar o grupo como ‘economista’, embora na época eu fosse apenas terceiranista”. Paul Singer. “Nos arredores...”, p. 85.

¹²⁶ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, 17/05/1997. Poucas qualificações são tão ofensivas do que o uso do termo “mecânico” – e correlatos como “mecanicismo” – no modelo de excelência que vamos caracterizando. A título de ilustração: Antonio Candido. Entrevista. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 1. 1974, p. 10; Mario Schenberg. Entrevista. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 3. 1980, p. 28.

¹²⁷ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 77.

Talvez seja do feitio dos bons jogadores transformarem em nota irônica quesitos que o rebaixam na disputa. Se assim for, também a Filosofia recebe sua físgada nessa assertiva de Fernando Henrique. Pudera. Era ela a disciplina dominante nesta configuração. Língua alemã e Economia eram instrumentais – sem elas, não se cumpriria o programa; somente com elas, também não.¹²⁸ Não por acaso, diferentemente de todos os domínios disciplinares – a Economia comportou mais de um representante; e a língua alemã também. Porém, a Filosofia, detentora do método, foi a área que as subordinou: ao demandá-las, estabelecer seu lugar, e dirigir a conquista daquele “vocabulário comum”, a que chegou o grupo, por meio do caminho que também construíram. A delegação coletiva do *monopólio do método* de leitura e do controle da disciplina ao filósofo José Arthur Giannotti obrigam esmero na reconstituição de seu itinerário.

Ele reunia competências basilares para o exercício da tarefa, “pela própria natureza de [seu] trabalho fora do grupo”¹²⁹, pois sua formação em Filosofia lhe conferia o domínio do método de leitura, outro ingrediente contra o amadorismo e panfletarismo. O método consistia na técnica da “explication de texte”, uma das “medidas profiláticas” encontrada em face da tarefa de criar, institucionalmente, a Filosofia “num solo em que, por si mesma, ela não brotou”.¹³⁰ O “departamento francês no ultramar” se constitui pela profissionalização desta técnica de leitura¹³¹ – em meio a

¹²⁸ “O pior é que estou me sentindo burro como uma porta, pois estudar língua é o trabalho mais idiota do mundo.” Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rothenburg, 26/07/1958. José Arthur Giannotti já estudava alemão quando foi para França em 1956. Mereceria tratamento à parte a relação entre filosofia e tradução, à qual seu trabalho se liga, em período que extrapola nossos limites.

¹²⁹ “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. Revista Brasileira, n. 29, maio-junho de 1960, p. 63.

¹³⁰ Conforme orientação geral de Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar*. São Paulo: Paz e terra, 1994. Seu conhecido esquema consiste em opor processos de centro e periferia, vaticinando em geral a pobreza da vida cultural local e seu caminhar em “botas trocadas” com relação à regra do centro: “a distância que vai da sempre lembrada tenuidade nacional à densidade européia: na falta do que pôr na forma filosofia, inverteríamos a ordem natural das coisas e principiávamos por onde os europeus terminavam, pela filosofia universitária, a qual carente de chão histórico próximo, devia mesmo parecer funcionar para uso próprio.” (Idem, p. 21). Em que se pese a arte, não se perca de vista o engenho: muitas das assertivas feitas nessa chave encerram antes um programa de pesquisa, ponto de partida, não de chegada. Assinalamos, por apreço a um antídoto à generalização indiscriminada dela (obviamente não é o caso do filósofo), em prol de não vulgarizá-la, e por tê-la, a um só tempo como referência, porém também como indício de uma poderosa intervenção nos quadros de recepção do ensaísmo de Roberto Schwarz. (Cf. Capítulo 4).

¹³¹ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 292. Não cabe discutir quem teve “a” idéia, pois o programa envolve os passos que estamos expondo. É indiscutível, porém, que o método de leitura se compatibiliza com o tipo de trabalho desenvolvido no Departamento de Filosofia. Em contrapartida, ainda que a ênfase da bibliografia tenha recaído na técnica de leitura, a estruturação da atividade filosófica universitária em tela teve de lidar com o problema de conciliar (ou não) esta técnica com o(s)

controvérsias a respeito de suas relações com os métodos da historiografia da filosofia e a necessidade de crescimento e segmentação interna – Lógica, Ética, Estética, inicialmente.¹³² O método de leitura, também no caso de Karl Marx, era profilático. Giannotti advertia: “os equívocos acontecem porque não se faz de Marx uma leitura filosófica”. Dito de maneira simples, e não por acaso por membros “não-filósofos”: filósofo é aquele que “exige uma conversão ao seu texto para ser entendido”.¹³³ Era “o tal método do Martial Guérout”¹³⁴; “com todo respeito à hermenêutica”.¹³⁵

O inventário do método e de sua incorporação assinala práticas sem as quais a leitura d’*O Capital* não teria ocorrido como ocorreu.¹³⁶ Paulo Arantes alinhava as lições de três estrangeiros que lecionaram nas primeiras décadas de existência da FFCL-USP – Jean Maugué, Martial Guérout, Victor Goldschmidt – na genealogia do método. O primeiro entendia que a Filosofia “não possui objeto próprio”, e, portanto, deveria proceder por alusões. Estas, tanto mais dificultosas num ambiente carente de matéria cultural, teria dado vez “à história dos sistemas filosóficos na estratégia geral do pensamento”. Esse esquema teria “arrumado a casa”¹³⁷, e, quando, em fins dos 1950, chegasse Martial Guérout, o receituário da ausência de juízo com relação aos sistemas filosóficos fosse absorvido sem grandes complicações. Por sua vez, Victor Goldschmidt

método(s) da escola francesa de historiografia da filosofia. A equipe de João Cruz Costa terá de enfrentar isso. Por economia de exposição, o ponto está em nosso horizonte, mas não pode ser desenvolvido. A respeito disso, são providenciais os trabalhos de Ubirajara Rancan de Azevedo Marques. *A escola francesa de historiografia da filosofia. Notas históricas e elementos de formação*. São Paulo: Unesp, 2007; e Carlos Alberto Ribeiro de Moura. “*História stultitiae e história sapientiae*”. *Discurso*, n. 17, 1988.

¹³² Excetuando-se Psicologia e Sociologia – áreas de diferenciação externa, como expomos a seguir – internamente, o miolo da segmentação se liga a estas três, que juntamente às anteriores e Introdução à Filosofia (1º ano); História da Filosofia (1º e 2º anos); e Filosofia Geral (3º ano) compõem o currículo em 1953, ano de formatura de Giannotti. Cf. *Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1953*. Seção de Publicações: FFCL-USP, 1953.

¹³³ Fernando Novais. Depoimento. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 314.

¹³⁴ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

¹³⁵ Fernando Henrique Cardoso. Depoimento. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 330.

¹³⁶ Nesta genealogia, os brasileiros – Gilda de Mello e Souza, Lívio Teixeira, Oswaldo Porchat e João Cruz Costa – não são fundamentais na *definição* dessas linhas de força. Os dois primeiros recebem menções que os ligam à *finesse* dos ensinamentos de Maugué (*Um departamento francês de ultramar*, p. 14, 66, 67, 76, 77, 71, 81), ou à boa incorporação da lição, em especial Lívio Teixeira com seu “temperamento filosófico austero” (Idem, p. 135). As ponderações que seguem resultam de desconfiança a respeito desse feito arrumadinho demais que o autor imputa à área. José Arthur Giannotti propôs reparos: a linhagem criada por Paulo Arantes consiste em seu *Bildungsroman*, e, neste, são “empurrados para a sombra” trabalhos como o doutorado dele próprio, sobre Stuart Mill, professores como Gilda de Mello e Souza e Lívio Teixeira. (José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 245). Tentamos partir daí para uma escovada a contrapelo nos fatos e nexos causais implícitos.

¹³⁷ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 87.

daria o tirocínio final: “O essencial de uma filosofia é uma certa estrutura”.¹³⁸ O “não-ensino da filosofia” caminharia portanto as seguintes trilhas: sistemas filosóficos irreduzíveis entre si, historiados e examinados sem juízos de valor a respeito do conteúdo de verdade que pretendem encerrar, sendo que todo o interesse reside em sua arquitetura. Propício “a deduções amalucadas”¹³⁹, havia quem entendesse que a “conversão ao texto” redundasse em “adesão ao marxismo”¹⁴⁰. Porém, o “casamento da filosofia universitária francesa com o marxismo”¹⁴¹ discernia-os: “É preciso amar a filósofo e acreditar nele, pelo menos por algum tempo. Se cada filosofia, na sua própria essência pretende ser verdadeira, como podemos compreender qualquer uma delas quanto a estudamos para refutá-la?”¹⁴² Não podemos. E, igualmente, também não a compreendemos se a estudamos para defendê-la acima de todas as coisas.

Um historiador, para Giannotti, diferentemente de Paulo Arantes, atentaria manobras em concursos, programa dos cursos e de formação de quadros. Assim, não deixaria “na sombra esses primeiros passos, sem dúvida canhestros”, de sua “carreira filosofante”, de modo a não interpretar a “guinada para o marxismo unicamente” como “mais um episódio da implantação do método estrutural”¹⁴³. Conviria realizar senão completa, ao menos parcialmente, o programa desse historiador hipotético. Conviria mobilizar alguns dados, tentando passar da “[articulação da] história categorial do Departamento Francês de Ultramar” para a “a história do vir a ser”¹⁴⁴: Jean Maugué permaneceu no Brasil entre 1935, quando vem como substituto de Etienne Borne, e 1944; Gilles-Gaston Granger permanece entre os anos de 1947 e 1953, quando volta para França, doutora-se e se torna professor na Universidade de Rennes; e, finalmente, no biênio 1948 e 1949, Martial Guérout dá cursos na FFCL.¹⁴⁵

¹³⁸ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 112.

¹³⁹ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 100.

¹⁴⁰ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

¹⁴¹ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 43.

¹⁴² Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 05/09/57.

¹⁴³ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”. *Novos Estudos Cebap*, n. 39. São Paulo, julho de 1994, p. 246. Dificilmente contudo, poderemos atinar para outra tarefa atribuída ao historiador: que deveria também considerar que “com intensidade idêntica à nossa e mesmo ímpeto transformador trabalhava o PE Henrique de Lima Vaz, na ponte entre Petrópolis e Belo Horizonte, e Ernildo Stein e Gerd Bornheim no Rio Grande do Sul” (Idem, p. 244).

¹⁴⁴ Aproveitando o trocadilho de José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 245.

¹⁴⁵ Cf. Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas. Unicamp Dissertação de Mestrado, 1991, p. 38. Denilson Cordeiro oferece os dados para os franceses que vieram depois destes “fundadores”: Claude Lefort (1955-1959), Gérard Lebrun (1960-

A gênese das categorias, como no caso d'*O Capital* – Maugüé, Guérault, Goldschmidt – não exclui a “história do vir a ser”, ela apenas não se encontra nas primeiras páginas do livro. Já foi notado que *Departamento francês de ultramar* inspira-se em *Formação da Literatura Brasileira: enquanto Antonio Candido* conta a história de um desejo – a dos brasileiros terem uma literatura; Paulo Arantes contaria a de outro – o de terem, os paulistas, uma Filosofia.¹⁴⁶ Mas é possível também identificar nele a inspiração nas *Considerações sobre o marxismo ocidental* de Perry Anderson, e buscar as contribuições para a história de outro desejo, para o qual o bonde da Filosofia foi indispensável: *o de ter(mos) um marxismo à altura dos dramas de nosso capitalismo*. Terá sido a Maria Antonia, seu ponto final ou inicial? É possível identificar o “ponto de fuga” d'*Um departamento francês de ultramar*: a constituição do “marxismo ocidental” no seu interior. Com efeito, do ponto de vista da cultura acadêmica, trata-se de um exemplar do fenômeno. Importa reconhecer, contudo, que se este epíteto é útil para *denominar*, é insuficiente para *compreender*, e implica a importação de uma ênfase que embaralha os termos que, em boa lição materialista, deveria objetivar.

O termo “marxismo ocidental”, notou Ricardo Musse, foi “recolocado em circulação”¹⁴⁷ em 1955, por Maurice Merleau-Ponty. Obviamente, a cidadania corrente que ganha, com Perry Anderson, em meados dos anos setenta, liga-se ao sucesso do enraizamento das leituras e estudos da obra de Marx ou nela inspirados, na produção acadêmica. A observação de que em seu esquema interpretativo, o “marxismo clássico” consiste no metro pelo qual se *julga* o “ocidental” foi recorrente, levando o autor a reconsiderar alguns de seus termos, na seguinte toada: “o marxismo clássico deveria ter sido submetido ao mesmo exame rigoroso e à mesma avaliação crítica que a tradição pós-clássica que dele derivou”, ou, dito de outro modo, a “unidade entre teoria e prática” do marxismo clássico não deve fazer dele algo que se leia “sem qualquer

1966; 1973-1980; em semestres alternados, vindo de Aix-en-Provence, até 1990); entre a primeira e a segunda estadas de Lebrun, assumiram também a cátedra francesa: Jean Gallard e François Warin; depois de 1980, assume-a Francis Wolff. (*A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2008, p. 154).

¹⁴⁶ Roberto Schwarz. “Um departamento francês de ultramar”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 39. São Paulo, julho de 1994.

¹⁴⁷ Maurice Merleau-Ponty. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1955], capítulo 2; Ricardo Musse. “Teoria e prática”. In. Ricardo Musse; Isabel Loureiro. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 13. A livre-docência do autor, recentemente defendida, não se encontrava disponível quando se concluímos este texto; no último capítulo dela consta o que pensa a respeito do marxismo no Brasil.

pressuposição acerca de sua coerência ou correção”.¹⁴⁸ Mantida como parâmetro a unidade “teoria/prática”, parece-nos, as alternativas que se apresentam ao imbróglio são pouco promissoras. Tampouco ignorar tal insistência seria apropriado. Mas, suspendê-la, inicialmente, e procurar outra angulação para o fenômeno pode ser um fio de Ariadne. A alternativa ao labirinto, proposta por esta reconstituição, consiste em suspender a obsessão pela tal separação da “prática política”, momentaneamente, e atentar aos esforços necessários para legitimação de Karl Marx como “autor”, impostos pelo suporte universitário do propósito.¹⁴⁹ Longe de tal separação ser uma solução para os próprios agentes em tela, ela será problematizada por eles ao estilo universitário: nas teses. Ainda que não seja raro encontrarmos os próprios participantes associando a adoção de Karl Marx como alternativa ao “embotamento” da institucionalização do saber, é em meio a ele que trabalham. Se a leitura de Karl Marx é livre das coerções partidárias, responsáveis pelas “barbaridades”, ela se encontra inevitavelmente subordinada à instituição da qual Karl Marx é eleito como símbolo-crítico. Parece-nos, na convergência de suas energias e especialidades, tal como ela se deu – entre amigos de áreas diferentes – residir objetivamente a “alternativa ao embotamento”.¹⁵⁰

*

O trabalho do filósofo José Arthur Giannotti resultou na legitimação de Karl Marx como autor digno de ser tema de teses; enquanto o do grupo criou um enquadro teórico e explicativo para seus problemas de pesquisa, ligado ao conjunto de questões metodológicas de suas respectivas áreas: História, Sociologia, Crítica Literária, Economia.¹⁵¹ O grupo recupera a metáfora já empregada para outros: trata-se de uma

¹⁴⁸ Perry Anderson, “Posfácio”. In.: *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 131.

¹⁴⁹ Os seguintes trabalhos – em que se pese as diferenças entre eles – parecem-nos desprezar este ponto, ainda que ofereçam outras contribuições: Perry Anderson. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004; José Guilherme Merquior. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987; Éder Luiz Martins. *Marxismo e universidade no Brasil. Um estudo sobre o ‘Seminário de Marx’*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, 2008; Luiz Fernando Silva. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e mentes, 2003.

¹⁵⁰ Ganha em inteligibilidade a reconstituição de Roberto Schwarz (“Um Seminário de Marx”. *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março, 1998) se a lermos, empaticamente, e com tais tensões em mira.

¹⁵¹ Vasta literatura já foi produzida a respeito das relações entre Marxismo e Filosofia. Examinando a bibliografia de referência em tela, é possível se extrair ao menos quatro vertentes dessas relações: 1. A inserção de Marx na tradição filosófica enraizada nacionalmente, à qual sua leitura se subordina (realçada por Perry Anderson); 2. A tentativa de complementar o sistema marxista, conferindo a ele uma filosofia que lhe faltasse (ironizada por Bento Prado Jr.); 3. A leitura de Marx como um filósofo – com todos os problemas a respeito de prática e teoria, método de leitura, daí decorrentes, mas antes de tudo, decidir se ele é um filósofo (trilha tomada pelo exame de Ricardo Musse, partindo da ironia de Bento Prado Jr.); 4.

ilha de marxismo universitário em meio à politização partidária por todos os lados. Antes da formação desse grupo de leituras, Karl Marx era autor citado aqui e acolá por professores, cursos, publicações; e havia na FFCL-USP leitores dele, sobretudo entre os que tinham algum tipo de militância política. Mantida na esfera em que teve origem, a obra de Karl Marx era esporadicamente referida no espaço universitário, de modo não-articulado entre os que a mencionavam. Estes, em geral, traziam suas leituras de outras instâncias para a FFCL.¹⁵² Após a introdução promovida pelo Seminário, puderam outros, mais politicamente engajados, dedicar-se também a Marx - e, obviamente, rivalizarem com a reserva dos professores com relação ao envolvimento político, *porém*

Como desdobramento, enquadrá-lo no interior da história da filosofia (procedimento assinalado também Perry Anderson, ligando-se evidentemente ao item 1). Em seu conjunto, as sugestões que permitem identificar essas quatro modalidades de relação da Filosofia com o marxismo inclinam-se para indicá-las de modo a estabelecer uma história das idéias filosóficas para cada uma delas. Mas não seria o caso de se perguntar se tantos caminhos, e, no interior deles, tantas vertentes, seriam possíveis sem a segmentação da Filosofia em numerosas áreas que comportam os estudos pressupostos naquelas linhas; a diversificação dos grupos de leituras de Marx; e, dando suporte social mais amplo a este processo, o crescimento dos sistemas universitários – entendido este, de modo simples: produtores, clientelas e agentes da circulação (revistas, editoras, etc.) que ligam ambos?

¹⁵² Um exame das menções a Karl Marx antes desse grupo passaria pela revista *Sociologia*; pelo tipo de citação do autor nas teses; pelos programas das cadeiras de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. Quanto à revista, a análise se deteria no número especial a propósito do centenário do *Manifesto Comunista* (Vol. X, n.2-3, 1948), que conta com “*Symposium* sobre as classes sociais”, e textos de Lourival Gomes Machado (“Sobre o conceito de realidade social em Karl Marx”) e Florestan Fernandes (“Análise sociológica das classes sociais”). Passando pelos programas, encontraria em “História das Doutrinas Econômicas”, lecionada em 1936, por François Perroux, os itens “1. A reação socialista; 2. O socialismo marxista” – aulas da segunda parte de seu curso, “As doutrinas relativas à Economia dirigida nas suas relações com os fatos contemporâneos” (*Anuário da FFCL*, 1937, p. 273). Se visitasse o manual de Paul Hugon, *História das doutrinas econômicas*, de 1942 (ele é responsável pela disciplina entre 1938 e 1972) encontraria de modo idêntico, “socialismo” como item de “Reações socialistas contra a Doutrina Liberal e individualista” e um capítulo a ele dedicado: “O socialismo marxista dito ‘científico’”. E não deixaria de observar que as menções que Antonio Candido faz a Marx em *Os parceiros do Rio Bonito*, tese defendida em 1954, ligam-se de modo frouxo às discussões do grupo que intentamos caracterizar. O autor, a certa altura de sua exposição chega a reportar-se a “um conhecedor dos nossos problemas agrários”, que teria mostrado “recentemente, em exposição oral, que a pequena propriedade tende praticamente a predominar sob a forma de parceira faltando apenas medidas governamentais de reforma para ver assegurada a sua vitória sobre o latifúndio impotente.” Quem é esse conhecedor? Ele esclarece: “Fúlvio Abramo, numa exposição feita no Partido Socialista Brasileiro sobre a situação econômica do País”. (*Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 188.). É expressivo do estágio de autonomização, que ele possa fazê-lo, do mesmo modo que o procedimento seria impensável nas teses do “Seminário Marx”. Em suma, se Marx não estava ausente, não era autor eleito; em Economia Política, comparecia por sua oposição política aos liberais, os professores que dele se ocupavam não o faziam de modo articulado – como fará o grupo – e transportavam por vezes o Marx da vida política para citações aqui e acolá. Vale atinar. Bruno Bontempi Jr. chamou a atenção para a presença da politização na FFCL, nos anos 1950, entre professores, ligar-se à militância contra o Estado Novo, quando eram alunos. Com a abertura em 1945, passaram a militar em partidos de esquerda, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), reestruturado. Seriam exemplos: Omar Catunda, Paulo Emílio Salles Gomes, Mario Schenberg, Antonio Candido e Florestan Fernandes. (*A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Doutorado em Educação. PUC-SP, 2001, p.70). Apostando nessa assertiva, uma boa pesquisa se dedicaria a investigar a distribuição e recomposição política e cultural do trabalho de contestação estudantil/professoral da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e da FFCL-USP, no período. Pois é certo que a protagonista do anti-getulismo foi a primeira e não a segunda.

seguindo o figurino acadêmico deles. Epígonos e rivais do Seminário são herdeiros do trabalho de legitimação encampado por ele. E, bem ponderadas as possibilidades, em 1958, um grupo que se dispusesse a ler Karl Marx e introduzi-lo no conjunto de autores a constar nas bibliografias, teses, aulas só lograria seu intento se o afastasse ao máximo da política partidária: a juventude da instituição estabelecida, a autonomia recente e conquistada a duras penas –que os seminaristas acompanharam por meio dos conflitos enfrentados por seus catedráticos – recomendava essa distância. *Em suma, se o grupo chancelasse a política partidária, ele é que não seria chancelado academicamente.*

Ao se reunirem, amigos oriundos de áreas diferentes, as rivalidades profissionais foram relativamente atenuadas – se comparadas à voltagem delas em suas respectivas áreas de origem – e os laços tornaram-se mais estreitos. O rendimento do trabalho, em cada trajetória foi diferenciado à luz do estado da arte de sua área. Não é possível, portanto, desvincular a trajetória dos seminaristas disso. É preciso reconstituir, como paralelas em diálogo, a história das diversas cadeiras em que se localizavam, entre o início da atividade coletiva e a defesa das teses que elaboraram com base nas leituras do grupo, começando pela Filosofia.

José Arthur Giannotti foi artífice da reunião das energias, problemas e soluções de seus mais próximos. Oras, se no “Seminário”, Filosofia era “leitura de texto com método”, o que foi o “Seminário” para a Filosofia? “Saímos ilesos” é resposta que não convence face às tarefas de um historiador que se inspire na visada de Norbert Elias, como saída à famigerada oposição indivíduo/sociedade.¹⁵³ Se no Seminário, ao filósofo se reservou o papel de mentor do método de leitura, é preciso localizá-lo simultaneamente, em seu espaço originário e nesta configuração, ou seja, retomar, ainda que brevemente, o estado da produção em Filosofia, na FFCL-USP, em 1958. Eis por que, o presente capítulo dedica-se ao exame da trajetória do filósofo, *buscando chegar aos possíveis móveis que o levaram à leitura de Marx. Quiçá, sejam os mesmos que posteriormente o afastam dela.* Recuando aos anos de formação na FFCL-USP, procuramos flagrar o cruzamento de suas disposições com episódios que lhe tenham sido caros, para encontrar os possíveis estímulos envolvidos na concomitante aposta n’*O Capital* de Karl Marx e busca de apoio junto a amigos *de outras áreas.*

¹⁵³ Estamos nos referindo, sobretudo, aos livros *A sociedade de corte* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Trad. Pedro Süsskind); *A sociedade dos indivíduos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Trad. Vera Ribeiro); *Sobre o tempo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Trad. Vera Ribeiro).

2. Nova força produtiva, velhas relações sociais de reprodução: José Arthur Giannotti e João Cruz Costa.

“Largar para fazer o quê? Ficar lendo e escrevendo em casa, quando uma porção de alunos interessantes ficarão em mãos vazias sem nenhuma orientação? Se já tivesse feito isso hoje eu não seria o que sou, nem Rodolpho, nem Aloysio e outros tantos. Desculpe a falta de modéstia, mas o seu trabalho continua em nós e outros virão para continuar”.

Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 28/01/1958.

No período compreendido entre o início da graduação de José Arthur Giannotti e o início das atividades do Seminário (1950-1958) entraram em cena e em luta os agentes do incipiente processo de institucionalização universitária da Filosofia, no interior e fora da FFCL-USP. Em âmbito interno, esses anos caracterizam-se pela segmentação de áreas inicialmente indiferenciadas da Filosofia – Psicologia e Pedagogia, sobretudo. Outrossim, no ambiente cultural paulistano, opunham-se “filósofos e filosofantes”: os primeiros detentores de um único diploma, na área; os segundos, graduados pela tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Esta seção tem em mira a reconstituição sucinta da segmentação interna e das lutas pela afirmação do ensino e produção universitários de Filosofia, tendo como objetivo desenhar o leque de alternativas aberto para o jovem José Arthur Giannotti.

*

O filósofo recorda: em seus anos de estudante, o curso “estava montado sobre três eixos: História da Filosofia (Lívio Teixeira), Filosofia Geral (Cruz Costa), Lógica (Granger)”.¹⁵⁴ Uma observação de relance em seu histórico escolar nota a correção da afirmação, *sobretudo se eliminarmos do elenco disciplinas da Psicologia, da Sociologia e da Educação*.¹⁵⁵ Conviria atentar para a seleção operada pela memória do filósofo.

Quando foi fundada a FFCL-USP, a Psicologia era disciplina obrigatória no primeiro ano do curso de Filosofia. Jean Maugué, que substituiu Etienne Borne, o responsável pela inauguração do curso no ano anterior, fica responsável por ela –

¹⁵⁴ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 245.

¹⁵⁵ As disciplinas cursadas nos respectivos anos eram: 1º. Introdução à Filosofia; Psicologia; Lógica; História da Filosofia. 2º. Psicologia, Sociologia II, História da Filosofia. 3º. Psicologia, Ética, Estética, Filosofia Geral. 4º. Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Análise Superior, Filosofia Geral. Informação extraída do Processo 64.1.1105.8.1 (Giannotti). O currículo corresponde às modificações sofridas nos currículos iniciais (de 1934), em função da reforma de 1946, como informa o *Anuário da FFCL-USP. 1939-1949*, p. 21-31.

juntamente com Filosofia, História da Filosofia e Filosofia das Ciências – a partir de 1935.¹⁵⁶ Em 1939, com a “federalização”, as cadeiras que constituíam o currículo – Filosofia, História da Filosofia e Psicologia – tornaram-se independentes.¹⁵⁷ Àquela altura, a Escola Normal concentrava os estudos de Psicologia, voltados, em geral para temas e problemas educacionais.

Annita de Castilho e Marcondes Cabral, uma vez bacharelada em Filosofia, pela FFCL-USP, em 1938, viajou aos Estados Unidos, estudou na New School of Social Research, em Nova Iorque, e travou contato com “o que havia de mais novo (...) em psicologia social.”¹⁵⁸ Dotada de “expressivo capital social. Contava com familiares próximos atuando na política, sendo que um de seus irmãos foi deputado federal”. Ela desempenhou importante papel na “valorização e institucionalização da psicologia em São Paulo. Fundadora da primeira Sociedade de Psicologia e do *Boletim de Psicologia*, empenhou-se pela regulamentação da profissão de psicólogo e pela criação do Instituto de Psicologia da USP”.¹⁵⁹

Em 1944, quando Maugüé retornou à Europa, em função da guerra, o provimento da cadeira de Psicologia foi articulado por ela e André Dreyfus, então diretor da FFCL-USP: Otto Klineberg, professor da Universidade de Columbia, vem regê-la, entre 1945 e 1947, e Annita Cabral trabalha como sua assistente.¹⁶⁰ Em 1953, propõe à Congregação da Faculdade a criação do curso de Psicologia, criado

¹⁵⁶ A consulta aos dois primeiros Anuários da FFCL-USP indica que do primeiro para o segundo ano de exercício docente, Jean Maugüé modificou o programa de Psicologia, e é factível sugerir que os temas ligados a ela tenham ganhado mais espaço gradativamente. (*Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, 1934-1935. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL, p. 163; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1936. São Paulo: 1937, p. 209). Apenas em 1939, com a federalização, a Psicologia passou a ser obrigatória nos três anos do curso de Filosofia (*Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949*, volume I e II. São Paulo: Seção de Publicações, 1953, p. 511). Doravante, os anuários são citados conforme o período que abarcam.

¹⁵⁷ *Anuário da FFCL-USP. 1939-1949*, p. 441.

¹⁵⁸ Maria Helena Bueno Trigo. “Os caminhos da internacionalização e as estratégias de legitimação dos psicólogos no Brasil.”, In. Ana Maria F. Almeida *et. al.* *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 2004, p. 304.

¹⁵⁹ Maria Helena Bueno Trigo. “Os caminhos da internacionalização e as estratégias de legitimação dos psicólogos no Brasil.”, p. 316.

¹⁶⁰ A passagem da orientação de Maugüé a de Klineberg implicou novo rumo à área, reconhecido pela professora, que pretendia conciliar estas vertentes em tudo opostas: “A pedagogia americana – talvez deliberadamente desprovida de encantos outros que a fria atração dos fatos nus e experimentalmente manipuláveis – parece ser a própria antítese da pedagogia universitária francesa. Seu instrumento não é o monólogo professoral artisticamente conduzido (*implicitamente, refere-se a Maugüé*) no sentido de profundidade, mas o diálogo nos seus democráticos seminários. Seu objetivo é a informação, não a formação.” (Annita Cabral. “A psicologia no Brasil”. *Boletim Psicologia* CXIX, n. 3 da FFCL-USP, 1950, p. 44).

efetivamente em 1957.¹⁶¹ Bento Prado Jr., aluno da “da última turma da Faculdade que precedeu a criação do curso de psicologia”, pondera: “o curso de psicologia fazia parte do de filosofia. Tínhamos a mesma massa de carga horária em psicologia e filosofia, e boa parte das minhas colegas foi fazer pós-graduação em psicanálise.”¹⁶²

A área contou, assim, para viabilizar a separação da Filosofia, com esta espécie de substituição das importações científicas, realizada por Annita de Castilho e Marcondes Cabral, cuja rotação, da Filosofia a Psicologia, talvez não se desvencilhe da dificuldade de prosseguimento da carreira, àquela altura, na faculdade, e em particular, na Filosofia.¹⁶³ Não surpreende, assim, que fossem defendidos doutoramentos em Filosofia, com temas e problemas familiares às áreas de Psicologia e Educação, nem que seus alunos migrassem para outras áreas. Os cinco doutoramentos realizados antes de José Arthur Giannotti é indicador disso. Foram confeccionados por João Cruz Costa, Cícero Christiano de Souza, Lívio Teixeira, Laerte Ramos de Carvalho, Linneu de Camargo Von Landgraf Schutzer. Três dentre eles compuseram o corpo docente da seção de Filosofia – Cruz Costa, Lívio Teixeira e Schutzer. Cícero Christiano de Souza tornou-se professor da Psicologia¹⁶⁴; e Laerte Ramos de Carvalho, da Pedagogia – segunda segmentação a que se deve atentar.

Laerte Ramos de Carvalho bacharelou-se em Filosofia pela FFCL-USP em 1942, e doutorou-se em 1951, sob direção de João Cruz Costa, com a tese *Formação filosófica*

¹⁶¹ Ecléa Bosi. “Memória da Psicologia”. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994, p. 379. As informações desconstruídas a respeito de Annita de Castilho e Marcondes Cabral (*Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 33 e p. 44) permitem afirmar apenas que ela fez sua carreira docente inteiramente na cadeira de Psicologia.

¹⁶² Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 210.

¹⁶³ “Lúcia, minha mulher, que fez filosofia, começou fazendo pós-graduação em psicologia clínica e só depois passou para etologia...”. Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 210. Ela não foi a única e se deve ter em vista que a viabilização das migrações femininas da área da Filosofia para o campo *psi* foi favorecida por outro deslocamento, especificamente na área médica, tendo aí destaque Durval Belegarde Marcondes, que, em função do uso clínico que pretendia fazer das idéias de Freud, viu-se hostilizado no meio médico, e buscou apoio nos leigos; e, isolado da Faculdade de Medicina de São Paulo (FM-SP), buscou apoio na FFCL, estabelecendo uma rede que ligava ela à Sociedade de Psicanálise de São Paulo e ao Serviço de Higiene Mental, dos quais era artífice e diretor, respectivamente. (Cf. Maria Helena Bueno Trigo. “Os caminhos da internacionalização e as estratégias de legitimação dos psicólogos no Brasil.”, p. 308-311). Uma análise da lenta abertura da docência para as mulheres encontra-se em: Carlos Claudinei Spirandelli, *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2008. A tese foi editada em livro homônimo (São Paulo: Humanitas, 2011). Infelizmente, o uso abundante que fizemos desse trabalho inviabilizou a modificação dos números das páginas citadas da tese. Aproveito o ensejo para registrar o agradecimento pela solidariedade no fornecimento de documentação, por parte de Claudinei Spirandelli.

¹⁶⁴ Ecléa Bosi. “Memória da Psicologia”. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994, p. 379. Cícero Christiano de Souza defendeu seu doutoramento em filosofia em 1942, sob direção de Jean Maugué, “Introdução ao estudo de alguns problemas metodológicos da psicologia”.

de Farias Brito. Em 1946, começou sua atividade jornalística no jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*)- ao qual foi encaminhado por meio dos filhos de Júlio de Mesquita Filho, então seus alunos na FFCL-USP, que, impressionados com o talento do professor apresentaram-no ao pai.¹⁶⁵

As contratações de professores da FFCL-USP faziam parte do esforço de Mesquita Filho em recuperar o controle do jornal, que desde 1940 se encontrava sob intervenção federal, e fazer valer suas posições a respeito dos rumos políticos, e em particular, educacionais.¹⁶⁶ Na esteira da redemocratização em 1946, como se sabe, a nova Constituição trazia o projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Laerte Ramos de Carvalho parece ser, então, o quadro ideal para que o jornal entre no debate a respeito delas, posto que “se abria uma oportunidade real para que o seu projeto político pedagógico se tornasse hegemônico”. Sendo Ramos de Carvalho representante da “escola que materializava uma parte daquele projeto [e dotado de] capacidade intelectual e entusiasmo pela causa”, era “o nome mais indicado para o rejuvenescimento da batalha educacional de *OESP*”.¹⁶⁷ Sua presença confere autoridade acadêmica ao discurso educacional do jornal.

Com uma formação menos “diletante” que a de João Cruz Costa, estando portanto mais disposto para vestir o figurino profissional das instituições; Ramos de Carvalho não deixava de seguir o programa dele de pesquisa das idéias filosóficas – ainda que em registro mais modesto, tendente antes a recortes temáticos que ao ensaísmo. Examinando suas possibilidades de investimento profissional, Bontempi tributa à oportunidade do “jornalismo educacional” no *OESP* e às dificuldades de afirmação de João Cruz Costa, a virada de Laerte Ramos de Carvalho, para a área da Pedagogia, alternativa viabilizada pelo falecimento, em 1951, de Roldão Lopes de Barros, catedrático da cadeira de História e Filosofia da Educação. O próprio João Cruz Costa o indica para assumir a regência em caráter interino. Uma vez no posto, carreou com ele os aliados que, na área da Filosofia estavam gravitando pelo *OESP*, e com os

¹⁶⁵ Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 135.

¹⁶⁶ Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 145. Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado são incorporados no mesmo ano.

¹⁶⁷ Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 143. Ainda que não seja objeto precípua de nossa análise, mencione-se que as ligações entre o grupo d’*O Estado* e os quadros da universidade pontilham este trabalho. Seguimos com atenção a variação do sinal político dessas relações. Os “malabarismos” do reformismo liberal face às clivagens internas das classes dominantes traduzido em suas páginas foram objeto de investigação de Maria Helena Rolim Capelato. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

quais já tinha laços mais antigos: Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Villalobos.¹⁶⁸ Conclui sua saída da Filosofia, abandonando o posto de “potencial sucessor de João Cruz Costa”, quando, em 1955, realiza o concurso de cátedra com a tese *As reformas pombalinas da instrução pública*.¹⁶⁹

José Arthur Giannotti realiza sua graduação, como fica patente, em fase de (in)diferenciação entre a Filosofia, Psicologia e Educação. Trata-se de incipiente segmentação, interna à FFCL-USP. Porém, também há modalidades de trabalho concorrentes no âmbito das relações semi-externas da faculdade. Por esta razão, não se esgota a movimentação institucional a que o jovem filósofo esteve exposto na diferenciação das seções e cursos. Ainda estudante, ele assistiu a:

“uma conferência de Haroldo Barbuy, na Biblioteca Municipal, sobre Hegel, na qual o tema do soberano (Fürst) era tratado como se fosse o Führer; a certa altura gritei lá do balcão: ‘É mentira!’. Ao sair um policial me pegou pelo braço e me levou até a saída, mas meus colegas que estavam na platéia, foram bloqueados por uma turma da Faculdade de Direito e alguns socos foram trocados. No dia seguinte, saía em manchete: ‘Tapas por causa de Hegel’. O pobre do Ennes [Silveira Mello], ainda estudante secundário, teve seu primeiro contato com a filosofia municipal, como dizia Cruz Costa. A gente tinha o gosto de demolir alguns mitos. Além de Barbuy, me confrontei com Euríolo Canabrava. Participei do III Congresso Brasileiro de Filosofia, do IBF. Quando dei com o texto do Canabrava, uma tentativa de contrapor formalmente à noção de consequência uma outra, aquela seqüência, percebi que era uma loucura total. O texto falava num processo de ‘tarkização’. Consultei o livro de Tarski e logo matei a charada: seu sistema de axiomas duplicava a definição axiomática de consequência, empregando variáveis diferentes. Achei tão inverossímil que consultei Granger, que estava por aqui. Na manhã seguinte, fomos os dois para as ‘Arcadas’. Depois da conferência, pedi um quadro negro a Miguel Reale, que dirigia o congresso e a sessão, e comecei a escrever o sistema de Tarski e o sistema correspondente de Canabrava, indicando a duplicação e apenas me contentando em dizer em voz alta o que escrevia. Canabrava não se aguentou e exclamou: ‘Está me acusando de plágio?’ – ‘Estou’ e fui me sentar, pedindo que o sistema de Tarski fosse reproduzido nos anais. Mario Casanova, que era professor na Faculdade e trabalhava no *Estadão*, interessou-se pelo assunto; fomos para a redação e publicamos, no dia seguinte, os dois ‘sistemas’. Foi a única vez, creio eu, que um sistema axiomático foi publicado num jornal. Só sei que Canabrava abandonou a lógica para se dedicar à estética.”¹⁷⁰

Maugüé lembrava, em seu programa de 1935, que “os gregos já zombavam Tales que caíra num poço porque contemplara as estrelas”¹⁷¹. Os filósofos paulistanos,

¹⁶⁸ Laerte Ramos de Carvalho foi professor de Roque Spencer Maciel de Barros no Colégio Paulistano, e o estimulou a estudar Filosofia na FFCL-USP. Uma vez formado, foi indicado pelo professor para trabalhar no *OESP* e se tornou assistente da cátedra por ele regida. João Eduardo Villalobos tinha igualmente sido aluno de Ramos de Carvalho no secundário, foi convidado para ser assistente extra-numerário em 1955, tornou-se auxiliar em 1959, e também foi trabalhar no *OESP*. (Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 221).

¹⁶⁹ Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 114. No auge da Campanha pela Escola Pública, este grupo terá papel relevante, mobilizando *OESP* a favor do ensino público. (Cf. Capítulo 2)

¹⁷⁰ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 100.

¹⁷¹ Jean Maugué. “O ensino da Filosofia e suas diretrizes”, p.35.

àquela altura, se não caíam em poços, trocavam socos e eram notícia. A anedota é expressiva da polarização entre “filósofos e filosofantes” em São Paulo no início dos anos 1950, da qual o concurso para a cátedra de Filosofia, aberto em 1950, é possivelmente um dos pontos mais altos, além de representativo dos conflitos implicados na conquista da autonomia universitária e da afirmação da FFCL-USP junto às demais escolas que compõem a universidade. A pausa para uma crônica breve pode nos fazer retornar à anedota acima, colocando em relevo o lado menos pitoresco e municipal dela.

Em 1949, abriram-se as inscrições ao concurso para provimento efetivo da Cadeira de Filosofia. Àquela altura, era motivo de orgulho que antigos alunos passassem a postos da alta hierarquia docente, sucedendo os primeiros catedráticos das missões estrangeiras para inaugurar as atividades. Já era de praxe que os brasileiros, recém-chegados a eles, ficassem responsáveis pelas aulas inaugurais, espécie de satisfação com a maturidade, a denunciar a juventude da escola.¹⁷²

Naquela ocasião, inscreveram-se os seguintes candidatos: João Cruz Costa, Vicente Ferreira da Silva Filho, Renato Cirell Czerna, José Oswald de Souza Andrade, Luiz Washington Vita, Heraldo Barbuy.¹⁷³ As duas últimas inscrições foram aceitas condicionalmente pelo Conselho Universitário, pois os candidatos não tinham diploma universitário.¹⁷⁴ Antes de o concurso ser efetivamente realizado, uma discussão preliminar é travada em torno das inscrições, arrastando-se por dois anos, envolvendo a

¹⁷² “Minha presença, hoje, nesta tribuna (...) explica-se, unicamente, pela circunstância casual de ser eu o mais novo dos professores catedráticos de nossa Faculdade”; “O professor (...) que vos fala neste momento, aqui se encontra apenas em virtude de uma praxe que já se tornou tradição nesta Faculdade: é ao professor catedrático mais novo que ainda não proferiu sua aula inaugural, que cabe ministrá-la” – respectivamente: “Aula inaugural de Aroldo de Azevedo em 15 de março de 1946”; Aula inaugural de Eurípedes Simões de Paula em 15 de março de 1949. *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 133 e p. 157.

¹⁷³ As informações para a elaboração da crônica foram retiradas do seguinte material: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1950*. São Paulo: Seção de Publicações, 1952; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1952*. São Paulo: Seção de Publicações, 1954; *Histórico do concurso da Cadeira de Filosofia*. Seção de Publicações da FFCL, 1952; “Em defesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Associação Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952 (AAA-FFCL). Oswald de Andrade não protagoniza os conflitos que seguem, mas chegou a escrever “A crise da filosofia messiânica” para este concurso. In. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (*Obras completas*, v. VI)

¹⁷⁴ Mas valeram-se de um regime de exceção, aberto pelo parágrafo segundo do artigo 13 do regimento do concurso. *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 97.

Congregação e a Diretoria da FFCL-USP, a Reitoria e suas comissões, o Conselho Universitário (Co).¹⁷⁵

A primeira querela diz respeito à competência legal do Co para arbitrar a respeito dos concursos para cátedra. Segundo legislação anterior a outubro de 1949¹⁷⁶, sempre que as Congregações que não fossem compostas por dois terços de professores catedráticos, o Co faria suas vezes. No entanto, legislação posterior cancelava à Congregação, caso completasse os 2/3 de efetivos com catedráticos de estabelecimentos congêneres, deliberar a respeito de concursos, e, então, não cabia ao Conselho Universitário aceitar ou não as inscrições. A segunda dificuldade diz respeito ao condicionamento das inscrições aceitas à luz do que seriam as exigências prévias para candidatar-se ao concurso. O diretor da FFCL-USP, Astrogildo Rodrigues de Mello, em 06 de março de 1950, questionou a legitimidade de tais inscrições, alegando que elas não cumpririam tais exigências, mas, em seguida, aos 17 de março, o Co aprovou as inscrições.

Há, então, duas manifestações de desagravo por parte da Congregação da FFCL. Em primeiro lugar, reportando-se ao Ministro da Educação e Saúde Pública e ao Conselho Nacional de Educação (CNE), denuncia como ilegítimo o aceite das inscrições condicionais, por parte do Co, que ignorava, assim não apenas o Diretor da FFCL, como também os pareceres do representante da Congregação no Co. Em nome “dos mais altos interesses da carreira profissional do professor e do ensino universitário”, requer a Congregação que tais inscrições sejam rejeitadas.¹⁷⁷

Para aprová-las condicionalmente, o Co apoiou-se em regimento do concurso da FFCL-USP – aprovado pelo decreto estadual n. 13.426, de 23 de junho de 1943, destaca que ele não poderia prevalecer sobre lei estatutária – segundo o qual podem “concorrer ao cargo de professor catedrático da cadeira em concurso, todo brasileiro, nato ou naturalizado, diplomado por institutos de ensino superior da Universidade de São Paulo ou de outros estabelecimentos superiores oficiais ou oficialmente reconhecidos pelo

¹⁷⁵ A exposição que segue está restrita ao encaminhamento desse concurso a partir de 1949. Mas tudo indica que as negociações em torno da abertura e dos termos de sua realização remonta ao retorno de Maugüé à Europa para lutar na 2ª Guerra Mundial, como se depreende do material epistolar de João Cruz Costa e Eurípedes Simões de Paula. Este material está sendo trabalhado por Francini Venâncio de Oliveira, em pesquisa para sua tese de doutoramento em Sociologia (FFLCH-USP), intitulada *Os fantasmas da tradição: ensaios sobre a trajetória de João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação*, sob orientação de Maria Arminda do Nascimento Arruda. A localização que fazemos dele deve-se ao avanço de sua pesquisa e a conversas de precioso auxílio.

¹⁷⁶ Lei 851 de 07 de outubro de 1949.

¹⁷⁷ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 101.

Governo Federal, em curso de que faça parte a disciplina da aderir em concurso ou disciplinas afins”.¹⁷⁸ Insiste a Congregação: o candidato não fica dispensado de diploma em nível superior. Aceitar as inscrições “criaria uma situação irregular, e mais do que anormal, verdadeiramente disparatada, entre candidatos (...) favorecidos com excessiva generosidade, pela dispensa de quaisquer títulos universitários, e os candidatos licenciados por Faculdades de Filosofia e, particularmente, por esta Faculdade, em que já se instituiu, com incalculáveis vantagens para o ensino superior, neste instituto, a carreira do professor universitário.” Argumenta também pelo bom cumprimento do Estatuto da Universidade de São Paulo.¹⁷⁹

A segunda manifestação de desagravo ocorre enquanto se aguarda a resposta ao recurso interposto ao Ministério. Em sessão de 19 de maio, o Conselho Técnico Administrativo (CTA da FFCL-USP) discute a legitimidade da deliberação do Co, tendo em vista que àquela altura já tinha vigência a lei segundo a qual a Congregação não deveria ser substituída por ele, mas completada com mais catedráticos. O CTA pede à Diretoria que se reporte à Reitoria “solicitando (que) fossem tornadas sem efeito as providências já tomadas com referência ao referido concurso” e que fossem aplicados os novos dispositivos legislativos.¹⁸⁰ Na sessão de 30 de maio de 1950, um ofício da Diretoria solicitava que fosse tornado sem efeito as medidas relativas aos concursos da FFCL-USP, pois o Co “aprovou as inscrições e escolheu, inclusive, os nomes das bancas examinadoras”. Esta sessão aprova a suspensão dos concursos na FFCL, a consulta ao Ministério da Educação a respeito da integração de 2/3 para todas as fases do concurso ou apenas para a realização das provas.¹⁸¹

Tudo parecia se resolver favoravelmente às reivindicações da Congregação. O parecer do CNE foi favorável ao provimento do recurso, inclinando-se a concordar a respeito das inscrições, e mencionando a questão da legitimidade das atribuições do Co,

¹⁷⁸ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 103.

¹⁷⁹ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 103. (Recurso da Congregação ao CNE). Estatuto aprovado pelo decreto-lei federal n.39 de 03 de setembro de 1939. “Para inscrição ao concurso de professor catedrático, em não importa que instituto universitário, figura a de apresentar o candidato ‘diploma profissional ou científico de instituto oficialmente reconhecido, onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe’.”

¹⁸⁰ Talvez a deliberação do CTA em 19 de maio deva algo aos conflitos da sessão de 16 de maio do CO. O caráter lacunar da publicação das atas não permite inferir mais que isso, mas autoriza a assertiva de que os representantes da FFCL no Co estavam buscando uma revisão da legislação relativa aos postos docentes. Cf. Nina Beatriz Stocco Ranieri (org.); Marcos Maurício Toba (coord.) *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*. São Paulo: Edusp, 2005, 74.

¹⁸¹ Cf. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*, p. 74.

a que pedia satisfações. Em 25 de outubro de 1950, o Co, acatando a Comissão de Legislação e Recursos (CLR), conclui pela anulação das resoluções anteriormente tomadas, reconhecendo que cabe à Congregação, e não a ele, deliberar a respeito dos concursos.¹⁸² Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL-USP desde 21 de junho ¹⁸³, ao tomar conhecimento da resolução do Co, cancelou todas as inscrições que não satisfaziam às exigências do artigo 84 dos Estatutos da USP, e isso implicou ter como candidato único à cátedra de Filosofia, seu amigo, João Cruz Costa. A Congregação aprova a deliberação do diretor, agora com membros convidados para completá-la.¹⁸⁴ É realizada uma consulta junto ao CNE, por parte do Co, a respeito das atribuições desta Congregação especial e da participação de tais convidados nas deliberações, para que não houvesse dúvidas do que o legislador estabelecia ao afirmar que eles “participarão, com direito de voto, das sessões da congregação, concernentes ao concurso”.¹⁸⁵

Ainda se estava, contudo, longe de chegar à realização do concurso. João Cruz Costa ser o único candidato abriu nova rodada de querelas jurídicas, revelando esses segredos de que não se fala, pois todos sabem.

Vicente Ferreira da Silva Filho, Renato Cirell Czerna e Heraldo Barbuy deram entrada em recurso, face às novas circunstâncias. O último, cujo questionamento se dirigia à revogação das deliberações do Co, logo desistiu.¹⁸⁶ Os dois primeiros protestavam contra a anulação de suas inscrições pelo diretor e se dirigiram a ele e ao Co. Este, atendendo a seus recursos, assim deliberou: “a indagação essencial que cabe a este E. Conselho é saber se ‘Filosofia do Direito como disciplina satisfaz aos reclamos da lei, na sua letra e no seu espírito, para garantir aos bacharéis em direito inscrição no concurso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ponderando que se trata da primeira investidura dessa cátedra da Faculdade de Filosofia de São Paulo e tendo em vista que a nossa Universidade só se beneficiará

¹⁸² Cf. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I, p. 77.

¹⁸³ Datas retiradas do Arquivo Eurípedes Simões de Paula (AESP-CAPH). Entre 21/06/1950 e 03/01/1958, quando é exonerado a pedido, ele é diretor por três vezes consecutivas.

¹⁸⁴ Entre eles, Sérgio Buarque de Holanda.

¹⁸⁵ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 117.

¹⁸⁶ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 94. No entanto, examinando seu pedido, na mesma sessão do Co, ele é também considerado: denegado “por não ser o recorrente portador de diploma profissional ou científico de instituto oficialmente reconhecido, onde se ministre o ensino da Filosofia”. (Idem, p. 100).

pelo concurso de vários candidatos, dado o alto nível cultural da nossa Faculdade de Direito, não temos dúvida em concluir pela afirmativa”.¹⁸⁷

Estabelece-se então um conflito entre a FFCL-USP – por meio de seu diretor e da Congregação – e a Reitoria, por meio de suas Comissões. Na sessão de 05 de fevereiro de 1952, em que o Co aprovou o parecer da CLR, favorável aos candidatos, Eurípedes Simões de Paula argumentou, na qualidade de conselheiro, contra a equivalência Filosofia do Direito na Faculdade de Direito/ Filosofia na Faculdade de Filosofia; mencionou que quando Vicente Ferreira da Silva Filho formou-se nem mesmo a disciplina era parte da grade curricular.¹⁸⁸ Numerosos debates se seguiram, naturalmente, e teve destaque a consultoria realizada pelo conselheiro Monteiro de Camargo junto a Miguel Reale e Leonardo Van Acker, que confirmavam a posição tomada pela CLR. Se o Conselheiro destaca o valor intelectual e a projeção desses nomes, a serem levados em conta para que se acate ao parecer deles; Eurípedes chega a afirmar que “pela amizade entre o professor Miguel Reale e os candidatos, seu parecer traz consigo um vício de suspeição”¹⁸⁹. Entretanto, a posição da FFCL-USP foi vencida. Também Eurípedes e Cruz Costa o traziam.

Comunicada pelo diretor, a respeito do parecer da Comissão, aprovado pelo Co, apela novamente a Congregação ao CNE, “não podendo conformar-se com essa decisão, que contraria a legislação em vigor e, em última análise, as finalidades a que se propõem as Faculdades de Filosofia”.¹⁹⁰

A Congregação entregou seu pedido de recurso ao reitor, Ernesto de Moraes Leme – oriundo da Faculdade de Direito, da 88ª turma, formado em dezembro de 1919 – com vistas a encaminhar o documento ao Ministro da Educação e Saúde Pública. E, no entanto, ele voltou para o próprio Co, cujas deliberações sofriam protesto. A CLR é

¹⁸⁷ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 99. Trecho do “parecer da comissão de legislação e recursos”, aprovado pelo CO em sua sessão de 5 de fevereiro de 1952. Sublinhe-se: “primeira investidura” refere-se às cátedras da área de Filosofia. O primeiro concurso com reverberação pública mais ou menos equivalente a este, possivelmente, seja aquele que reprova Antonio Candido. Ele tem sido objeto da narrativa cuidadosa de Rodrigo Ramassote, na tese, em preparação, intitulada *Inquietudes na produção intelectual de Antonio Candido: crítica literária e ciências sociais no conjunto de sua obra*, a ser defendida na Antropologia (IFCH-Unicamp), sob orientação de Heloisa Pontes.

¹⁸⁸ Vicente Ferreira da Silva Filho, recorrente e candidato, formou-se em 18 de janeiro de 1938. As informações a respeito dos anos de formatura foram retiradas de: Arcadas-Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Arcadas. AAA-FD-USP) em seu sítio eletrônico. As informações a respeito das formaturas de numerosos personagens desta tese na referida instituição foram retiradas desta fonte, pela agilidade que propicia no encontro dos dados. As consultas foram refeitas entre setembro e outubro de 2011.

¹⁸⁹ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 102.

¹⁹⁰ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 103.

acionada e emite parecer em que afirma não haver legitimidade no recurso, uma vez que ao Co “compete jurisdição em última instância nos negócios de nossa Universidade”¹⁹¹. Assim, “por falta de apoio legal não pode receber o Egrégio Conselho Universitário o presente recurso e conseqüentemente encaminhá-lo ao Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública.”¹⁹² O recurso é encaminhado então como pedido de reconsideração, para a Comissão de Ensino e Regimentos (CER), a que caberia opinar a respeito do título de bacharel de Vicente Ferreira da Silva Filho. Ela opina pela manutenção da inscrição no concurso, considerando como suficiente o título de bacharel por ele apresentado.

Os representantes da FFCL no Co, Eurípedes Simões de Paula e Aroldo de Azevedo, opuseram-se aos pareceres das duas Comissões, alegando que: “o fato de competir ao Conselho Universitário a jurisdição superior da Universidade não significa que possa ser considerado a última instância para assuntos de ordem legal, referentes à vida universitária” e não há razão para afirmar que não é cabível a solicitação de recurso, pois este é um dos pilares do Direito.¹⁹³

Ao apelar para o CNE, a Congregação da FFCL, parecia ganhar vantagem no jogo de forças. O parecer da Comissão de Ensino Superior ao CNE, dando provimento a seu recurso, solicita audiência do Co. Este, entretanto, nega-o novamente, alegando autonomia das universidades estaduais¹⁹⁴. Diante disso, a Congregação delibera a retirada de seus representantes junto ao Co e prepara documento em protesto contra a não admissão da competência ministerial para julgar o recurso, apelando à instância federal, mais uma vez, posto que a conduta do Conselho implica violação dessa autoridade. Dirigindo-se ao ministro da educação, afirma a Congregação: “levada a estes extremos”, a alegada autonomia universitária “importaria num flagrante desrespeito às leis federais que regem o ensino superior e universitário e num profundo golpe à autoridade e jurisdição de Vossa Excelência.”¹⁹⁵

*

Muitas são as dimensões dos conflitos que envolveram as inscrições no concurso para cátedra de Filosofia entre 1950 e 1952. Por ocasião da fundação da FFCL-USP, a liderança e orientação de docentes europeus “empenhados em difundir uma atitude

¹⁹¹ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 109.

¹⁹² *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 111.

¹⁹³ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 113.

¹⁹⁴ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 120.

¹⁹⁵ *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 120.

cognitiva com roupagens científicas”, com destaque para “papel central desempenhado pela missão francesa na montagem e vertebração institucional” implicou “uma ruptura com centros tradicionais de ensino superior de implantação mais antiga, mormente com a mentalidade jurídica”.¹⁹⁶ Some-se a esse elemento, a centralidade que a FFCL-USP tinha no constructo institucional, espécie de coração do organismo que agremiava as antigas escolas tradicionais – Direito, Medicina e Engenharia. Na consideração de Fernando Limongi, “a incorporação das ‘faculdades profissionais’ ao projeto não parece ter sido objeto de negociações e contatos estreitos”.¹⁹⁷ O quadro é bastante propício para o estabelecimento de conflitos no interior da Universidade entre as escolas que existiam antes da constituição desta unidade e aquela que era concebida como nova, moderna, cosmopolita, central, portanto, sobrepondo-se a elas. O concurso em questão expressa cabalmente o conflito, assim como as sucessivas provas de força das outras escolas contra a FFCL-USP, que somente em 1960 consegue conduzir um reitor que lhe fosse mais favorável.¹⁹⁸ Os órgãos do poder universitário são controlados prioritariamente por membros oriundos dessas, espécie de resposta à assimetria do agregado das escolas, cabendo à FFCL, uma subordinação do ponto de vista institucional, muito embora, em 1950 fosse já a segunda maior Faculdade da USP quanto ao número de matrículas.¹⁹⁹ Os embates deixaram evidente que disputas institucionais e intelectuais levaram as partes a recorrerem à letra da lei. Não parece casual que na reitoria de Miguel Reale e Ernesto de Moraes Leme, ambos da Faculdade de Direito, o jogo de forças pendesse desfavoravelmente para a FFCL – ainda que tudo estivesse sustentado pela legislação, cuja vigência é acionada ou ignorada de modo bastante flexível. Na reitoria de Luciano Gualberto (da Faculdade de Medicina), por

¹⁹⁶ Sergio Miceli. “Por uma Sociologia das Ciências Sociais”. In. Sergio Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 21. Daniela Ferreira procurou reconstituir as linhas de força que estabeleceram o campo filosófico no Brasil, abarcando o período de 1934 a 1983 – compreendido entre a criação do primeiro curso universitário e da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF) – e estabeleceu três grupos: os filósofos juristas (bacharéis de antigos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais), os filósofos católicos (possuem títulos de Filosofia e outra disciplina, adquiridos em instituição católica), e os filósofos (portadores de diploma exclusivamente em Filosofia). No episódio reconstituído, encontram-se apenas os juristas e os filósofos, pois a baliza foi dada por 1950. Mas é certo que a visada de conjunto teria de contemplar os católicos ligados à Faculdade São Bento e posteriormente ao *Sedes Sapientiae*. Mas isso está além de nossas condições. Daniela Maria Ferreira. *Conversão e Reconversão: circulação internacional dos filósofos de origem católica*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas/Unicamp, 2007.

¹⁹⁷ Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In.: MICELI, Sérgio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 185.

¹⁹⁸ Cf. Capítulo 2.

¹⁹⁹ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 5.

outro lado, ficou evidente certa tentativa de imparcialidade, notável na revogação das deliberações do Co, quando este fazia as vezes de Congregação.

Se ajustarmos, contudo, o foco procurando o espaço propriamente intelectual em que se moviam os agentes envolvidos nesses conflitos, ganha relevo não apenas a oposição entre as escolas – ciosas, seja de sua tradição, como a de Direito, seja de sua modernidade, como a de Filosofia – como também a disputa entre “filósofos e filosofantes”. Eles se movem na concorrência pela definição da atividade filosófica legítima e na busca por uma âncora institucional que a abrigue.

Em 10 de outubro de 1949, no mesmo ano em que abriram as inscrições para o referido concurso, Miguel Reale, formado em 1934, pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, então catedrático de Filosofia do Direito nesta mesma faculdade e reitor da USP, fundou o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF).²⁰⁰ Vicente Ferreira da Silva, Heraldo Barbuy, Renato Cirell Czerna, Luiz Washington Vita – todos inscritos no concurso para provimento da cátedra de Filosofia da FFCL-USP, em 1950 – foram signatários de primeira hora, juntamente com Antonio Paim e Leonardo Van Acker, o mesmo que prestou serviço de consultoria jurídica, a respeito do encaminhamento dado aos recursos da FFCL-USP.²⁰¹ A querela que por dois anos mobilizou-os envolvia além do Co e da Congregação da FFCL – que figuraram a rivalidade entre as escolas – dois grupos com concepções da atividade filosófica diferentes, rede social de apoio e recursos desiguais à disposição para acionarem.

Por volta de 1947, a convite de Roland Corbisier, o núcleo fundador do IBF participava de reuniões junto ao Grupo de Itatiaia²⁰², que ganharia forma institucional com a criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que se tornaria Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955. A iniciativa de Miguel Reale, em prol do IBF, liga-se ao malogro da “tentativa de se organizar um núcleo de estudos de filosofia brasileira”²⁰³ junto a este grupo, em função de divergências intelectuais. A maioria dos membros do IBF eram da Faculdade de Direito,

²⁰⁰ Foi nomeado reitor a 10 de agosto de 1949 por Adhemar de Barros, conforme: Miguel Reale. “Minhas memórias da USP”. In. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994. Do IBF, Reale foi presidente e Horácio Lafer, vice-presidente.

²⁰¹ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia*. Tese de doutorado, FE-USP, 1998, p. 133.

²⁰² Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 17. Para uma história das idéias do “Grupo de Itatiaia”, o IBESP e o ISEB: Daniel Pécaut. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*.

²⁰³ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 91.

e sua direção o considerava uma “extensão da Cadeira ou Departamento de Filosofia do Direito, da Faculdade de Direito da USP”.²⁰⁴ Miguel Reale, gozando de máxima projeção, se comparado a outros ibefeeanos, “personalizou e liderou a trajetória do Instituto”, dele vinha o “encaminhamento que o Instituto daria às questões da Filosofia no Brasil, ou seja a Filosofia como instrumento de auto-consciência nacional e o IBF como meio de se alcançar este objetivo, tendo por limite o campo filosófico da metafísica, considerada tradição do pensamento filosófico ocidental”.²⁰⁵

Em 1950, o IBF organiza o I Congresso Brasileiro de Filosofia. No ano seguinte, cria a *Revista Brasileira de Filosofia (RBF)*, como veículo privilegiado de divulgação das atividades “desenvolvidas pelos membros do IBF e principais articulistas da Revista, em Encontros, Congressos nacionais e internacionais, em especial a Miguel Reale”; sendo recorrentes as notícias relativas “à ampliação das atividades do IBF em outros Estados da Federação, o que passava a idéia de ampla adesão às suas propostas”, bem como a menção a seus participantes “como ‘amantes desinteressados da Filosofia’” – o que, ao atenuar as diferenças entre os membros, empenhava-se em “traduzir um consenso que viabilizava e legitimava o IBF como o representante legítimo da Filosofia no Brasil”.²⁰⁶ Além disso, muitas eram as frentes de atuação do instituto: oferecia cursos de formação filosófica, editava livros, separatas da *RBF*, anais de congressos, promovia eventos (congressos, seminários, nacionais, internacionais) e articulação com outros institutos; contando sempre com apoio financeiro de órgãos públicos no patrocínio dessas atividades.²⁰⁷ Por meio de seu periódico, os ibefeeanos veicularam “sempre que possível uma imagem de grandeza, de desprendimento e imparcialidade nas suas ações”²⁰⁸, procurando-se manter distante de grupos como o ISEB ou qualquer outro com pretensões de intervenção política, e aliaram a isso uma “tática do isolamento, isto é, pela ausência de um confronto aberto”, evitando realçar as diferenças entre eles e “outros grupos que se dedicavam ao estudo da Filosofia pudessem vir à tona”²⁰⁹.

²⁰⁴ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 33.

²⁰⁵ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 134.

²⁰⁶ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 5.

²⁰⁷ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p.134; p. 52. A *RBF* tem auxílio do Ministério da Educação e Cultura até 1995 (Idem, p. 57).

²⁰⁸ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 51.

²⁰⁹ Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e filosofia no Brasil*, p. 133.

O envolvimento no concurso desmente esta suposta atitude. Não era a hierarquia da legislação nem sua interpretação que estava em jogo nos conflitos que mobilizaram o grupo dos bacharéis em Direito ligados ao IBF e a Congregação da FFCL, seus diretores e candidato. Tratam-se de disputas relativas à definição legítima da atividade filosófica, galvanizadas pela assimetria de poder entre as escolas, e em torno dos recursos prioritariamente institucionais acionados pelos agentes para fazer valer suas concepções e interesses. O protagonismo de Reale no concurso, no IBF, no cenário paulistano concorre ainda para o revestimento político dos conflitos, em função de sua participação pretérita no integralismo, e posterior na reforma universitária do regime instaurado em 1964. Um exame mais aprofundado do jogo de forças talvez encontrasse aí o suporte especificamente social da feição cosmopolita/moderna/radical que ao longo dos anos a FFCL-USP passa a desfrutar e manipular simbolicamente, em oposição ao nacionalismo patrioteiro/tradicional/de direita dos membros das escolas tradicionais.

Cruz Costa tornou-se, enfim, catedrático. Na seção de “Noticiário” da *Revista de História*, capitaneada por seu amigo historiador, Eurípedes Simões de Paula, esse conturbado concurso ganhou uma nota dignificadora.²¹⁰ Institucionalmente, punha de escanteio os filósofos do IBF – até segunda ordem. E, no entanto, não se pode afirmar que no interior da FFCL-USP ficasse ele alocado num ninho que construísse à sua imagem. Ao contrário. E seu deslocamento – extra/intra institucional – parece expressar o ritmo em que avançavam as mudanças de recrutamento, profissionalização da faculdade. A multiplicidade de áreas, em que se pese a já assinalada indiferenciação institucional da Filosofia – com relação à Psicologia e à Educação – e o estado incipiente de conquista de autonomia universitária objetivam-se na trajetória dele, do doutoramento em 1942 à cátedra em 1952. Quiçá, previamente à entrada na FFCL.

Nascido em 1904, em São Paulo, estudou no Ginásio do Estado (1918-1922), e depois fez uma viagem a Europa, visitando Portugal, Espanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França – em que se ficou por vários meses, e frequentou um curso livre de ciências naturais, no Museu de História Natural de Paris, em 1923. Quando voltou ao Brasil, entrou na Faculdade de Medicina, mas não se formou nela. Por volta de 1930, prepara-se para viajar a França, com objetivo de estudar em uma faculdade de letras e filosofia. Diante da criação da FFCL-USP, aborta o plano, e é o primeiro matriculado na

²¹⁰*Revista de História*, vol. VIII, 1954, p. 511. As notícias de concursos não parecem ter sido feitas com sistemática. Os relatos enviados, em geral, são de amigos dos candidatos. A nota, neste caso, foi escrita pelo próprio historiador.

nova faculdade.²¹¹ Em 1934, é aluno de filosofia de Etienne Borne e de História, de Emile Coonaert – recrutados de primeira leva das missões francesas, por Georges Dumas, que já conhecera na França. No ano seguinte, é aluno de Fernand Braudel, cuja amizade cultiva com gosto, ao longo de toda a vida, resultando em constantes negociações de quadros para o setor de História.²¹² Formou-se e logo se tornou assistente de Jean Maugué. Em 1938, obtém o diploma de professor secundário, pelo Instituto de Educação, em seu último ano de funcionamento. Já em 1939, torna-se professor contratado de Filosofia, e a reforma que divide as cadeiras delega a ele, Psicologia e Lógica.

Sua rede social de apoio é, portanto, estabelecida de modo relativamente independente da FFCL, previamente ao estabelecimento dela, e, uma vez em seu interior, trata de estreitar tais vínculos. A vida universitária não lhe opera um corte, senão acomoda-lhe melhor as inclinações já constituídas e as relações de compadrio já estabelecidas. “Filho único de pais abastados, a sua formação foi a do *gentleman* culto que lê, observa, segue cursos aqui e fora, viaja, como quem está se preparando interminavelmente para algo que não sabe direito o que possa ser”²¹³. Tendo borboleteado por várias instituições antes da FFCL-USP, e tecendo com os professores, brasileiros e estrangeiros, laços de forte amizade e apoio mútuo, não teria de empenhar seus esforços no estabelecimento de uma área específica de cuja existência dependesse a sua própria, senão cultivar a diversidade de suas relações. Astrogildo Rodrigues de Mello, Eurípedes Simões de Souza – dois diretores envolvidos na defesa da FFCL/Cruz Costa – e Eduardo D’Oliveira França, mentor da Associação dos Antigos Alunos da FFCL (AAA-FFCL), também são formados pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Se também o grupo de Reale vem do Largo, é porque a disputa no controle das escolas traduz a diversificação no interior das elites paulistanas, em peleja pelas instituições de ensino superior, agora, agrupadas numa certa unidade, que se torna tão conflitiva quanto elas, a Universidade de São Paulo.²¹⁴

²¹¹ Informações retiradas do processo 46.1.204.8.8, fl. 14 (João Cruz Costa).

²¹² Cf. capítulo 3.

²¹³ Antonio Candido. “Lucidez de Cruz Costa”. In. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 184.

²¹⁴ Os percursos de Astrogildo Rodrigues de Mello, Eurípedes Simões de Souza, Eduardo D’Oliveira França são analisados no capítulo dedicado à 5ª Secção de Geografia e História, pois nela se graduaram na FFCL. Aroldo de Azevedo, mencionado na Aula inaugural de 1946, também é formado em “Ciências Jurídicas e Sociais”. Vale mencionar, a contrapartida do percurso esboçado acima para Cruz Costa, em

O processo de segmentação seguiu *pari passu* os conflitos de acomodação da hierarquia entre as escolas, atravessadas pelo valor da tradição e da modernidade. O caso da Pedagogia parece expressar tanto o lado interno à Filosofia quanto o externo à instituição universitária. A posição de vanguarda/ modernidade/novidade se estabeleceu em oposição ao “bacharelismo” ultrapassado e ao “profissionalismo” interesseiro. Face a tal polarização, é de interesse a ambígua posição daqueles que se ocupam de questões educacionais e defendam como tarefa legítima para a FFCL-USP, a formação de professores: educadores, pedagogos, administradores escolares – de modo que, ao defenderem suas concepções ficam sempre reféns da hierarquia dos saberes da instituição.²¹⁵ Nem profissionalizante, como as antigas escolas; nem desinteressados, como supostamente era o saber da FFCL-USP, Educação e Pedagogia ficam prensadas. Entretanto, o crescente número de formados, suas demandas por mercado de trabalho, são desestabilizadores dessas nobilitadoras oposições: quais oportunidades oferece a eles a instituição, se nem o mercado de trabalho para professores de ensino secundário lhes está garantido – posto que minado de profissionais liberais mal sucedidos?²¹⁶ *Concomitantemente* aos conflitos para o estabelecimento de normas de um universo profissionalizado, que regresse o acesso ao magistério superior em Filosofia, padecia a outra ponta deste processo de problema similar.

Embora a Constituição de 1946 determinasse, para o provimento de cátedras do ensino secundário oficial, a realização de concurso de títulos e provas, não ocorreram concursos públicos entre 1943 e 1948, no estado de São Paulo. *OESP* encampa uma série de críticas a esta situação, atacando o governo do Estado, na pessoa de Adhemar de Barros, e sua administração - que nomeou, em 1949, como reitor, Miguel Reale - como inimigo da profissionalização da atividade docente. A presença de Laerte Ramos de Carvalho na redação de *OESP* agiliza a articulação do jornal com os licenciados organizados na AAA-FFCL. Estes realizam o 1º Congresso de Ex-Alunos da FFCL-USP, em que é pauta central a reivindicação do direito de exercício do magistério secundário e normal – visto o imperativo da sobrevivência da própria instituição. Daí defenderem a revogação das leis que equiparam diplomas da FFCL-USP com os

seu trabalho consiste no embaralhamento de diversas áreas – Medicina, Filosofia, Pedagogia, História. Cf. pesquisa já mencionada, em andamento, de Francini Venâncio de Oliveira.

²¹⁵ Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP...*, p. 170.

²¹⁶ Informação retirada de Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP...*, p. 175.

normalistas. A AAA-FFCL vigiava religiosamente as idas e vindas da legislação a respeito do mercado de trabalho para os egressos da faculdade e um dos pontos altos dessa articulação com *OESP* culminou na greve de 1951 encampada juntamente com o movimento estudantil, e apoio da Congregação, contra a “lei 23” – que permitia, em localidades que não contassem com licenciados em faculdades de filosofia, o magistério de profissionais liberais. *OESP* defendeu a legitimidade da causa do movimento grevista, ressaltando pontos problemáticos: política salarial, critérios de contratação, prerrogativas dos licenciados da FFCL. Mesmo diante do risco de perda do ano letivo de 1951, o *OESP* se solidariza ao movimento, que, é, enfim, vitorioso.²¹⁷

As lutas por estabelecimento de mercado profissional para os formados pela FFCL-USP, no topo (disputa de cátedra) e na base (ensino médio), são correlatos – e fica evidente no livreto produzido pela AAA-FFCL que a união geral em torno desta causa ocorre pois os interesses dos agentes em várias posições na hierarquia – licenciados, alunos, catedráticos, Congregação – convergem para a defesa da instituição de que todos são “filhos”.²¹⁸ Aqueles que ouviram Marialice Mencarini Foracchi, oradora da turma de 1952, ler seu discurso na cerimônia de formatura, compartilharam com ela da indignação e preocupação face ao que foi reconstituído acima. Ela lembrava o percurso de sua turma, cuja “confiança ingênua” e “entusiasmo” foram perdidos no ganho de “equilíbrio e ponderação” em meio a decepções. Os “ataques lançados contra a Faculdade não só provêm dos diferentes setores da vida social que se definem hostis

²¹⁷ Mais detalhes desses episódios encontram-se em Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP...*, p. 180-185.

²¹⁸ “ainda há pouco vetou o Presidente da República, por considerá-lo contrário aos altos interesses do ensino, o desastroso projeto de lei 23/51 que vinha garantir aos diplomados por qualquer curso superior, que não os das Faculdades de Filosofia, direito de acesso ao magistério secundário. Se um mal menor mereceu tal repulsa, como garantir, para o caso presente, aos bacharéis em Direito, inscrição a concurso para cadeira peculiar às Faculdades de Filosofia?” “Em defesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (Associação Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952, p. 31). Trata-se de um livreto editado pela AAA-FFCL, oferecido em homenagem “aos ilustres membros do Conselho Nacional de Educação”. Nele encontramos minuciosa análise dos deslizes da interpretação jurídica que constam nos pareceres aprovados pelo Conselho Universitário. A publicação visa “externar aqui a admiração dos licenciados ao Diretor da Faculdade de Filosofia, nosso incansável companheiro de lutas, pelo destemor com que, leal e sinceramente vem defendendo a Faculdade de Filosofia contra as traiçoeiras tentativas de seu torpedeamento”. (p.1.) O livro oferece testemunho de que os episódios relativos a esse concurso movimentaram o corpo docente e discente da Faculdade. O mesmo fica patente no cuidado da seção de Publicações em divulgar os documentos e na entrevista sensibilização dos ex-alunos licenciados. Ao que tudo indica, seus amigos historiadores-juristas, vizinhos na FFCL-USP (cf. Capítulo 3) estão na articulação geral da produção desses documentos. Aqueles impressos pela Seção Gráfica, em separata ou no Anuário, têm a intervenção de Eurípedes Simões de Paula e possivelmente de Astrogildo Rodrigues de Mello. O folheto da AAA-USP, a de Eduardo d’Oliveira França. A minúcia do detalhamento na discussão jurídica denuncia essa participação, juntamente com os laços de amizade e interesse na defesa da Faculdade.

ao seu funcionamento, por não perceberem o significado de sua missão”. São partes dele, também a “própria estrutura interna da Universidade que abriga elementos incapazes de desenvolver juntamente à reconhecida capacidade profissional, a indispensável consciência universitária.” Assim, “estamos sempre a verificar a prematura realização de concursos com resultados quase sempre previsíveis (...) as acintosas renovações de contratos de professores sem títulos suficientes e sem habilitação comprovada para a regência de cátedras. E quem sai prejudicado é sempre o aluno, quem sai decepcionado é também o aluno que espera encontrar na Faculdade de Filosofia a formação intelectual digna e inspirada nos altos valores morais predominantes na concepção de Universidade”.²¹⁹ Entre os formandos de 1952, além de Marialice Mencarini Foracchi, estavam Maria Sylvia Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Villaça Corrêa Leite. E, vale imaginar, José Arthur Giannotti – um ano mais moço, amigo dos dois últimos, que logo se casariam – talvez estivesse presente também.

É esse o quadro em que José Arthur Giannotti se gradua. Trata-se de período caracterizado pela lenta e truncada definição das atividades filosóficas em feito universitário, marcado por conflitos políticos na busca pela autonomia do constructo institucional correspondente a elas, traduzidos tanto na diferenciação das seções na FFCL-USP, quanto na oposição da escola a outras unidades universitárias e, no plano dos agentes, entre aqueles ligados à aposta ou ao rechaço do perfil de formação e reserva de mercado docente que justificam a existência das faculdades de filosofia. É, com efeito, em período posterior a sua graduação, e tendo-o como protagonista empenhado, que a Filosofia passa a ter projeto institucional e intelectual próprios, buscando diferenciar-se de outras atividades, delimitando os termos de seu trabalho, com política de formação de quadros. A organização interna não vinga sem o enfrentamento das ameaças à tentativa de auto-regulação dos pares, sem o embate com outras escolas.²²⁰

Foram aqueles tapas, enfim, trocados por (causa de) Hegel? Dificilmente.

²¹⁹ Marialice Mencarini Foracchi. “Discurso de Oradora da turma”. In. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 166-173.

²²⁰ Mas nem sempre quem desempenha o papel político de estabelecer a maioria da autonomia, encampa conjuntamente o trabalho delimitado, correspondente à área, como é o caso em tela, exemplarmente ilustrado por João Cruz Costa. O duplo deslocamento de João Cruz Costa – ultrapassado para o gosto dos jovens vindouros, sem inserção no *IBF* – é ponto que está sendo desenvolvido por Francini Venâncio de Oliveira, como já mencionamos.

Além do estado de indiferenciação disciplinar, dos conflitos envolvidos para estabelecer a aderência entre diploma, título e cargo docente/cátedra, por meio da crônica fica também reconstituído o ambiente social em que José Arthur Giannotti era incitado a adentrar. Destituído dos nobilitadores diplomas de Direito e Medicina, dos quais tantos ao seu redor se valiam para ganhar o pão e fazer filosofia nas horas vagas (ibeefeanos); destituído igualmente de renda, heranças e capital social, dos quais outros se valiam para reunir a municipalidade interessada em Filosofia, Artes, Literatura (como Cruz Costa), ou para converter-se a outra área promovendo substituição de importações (como Annita Cabral); sem estar na hora certa no meio ideal, não logrou obter outra chance (como Ramos de Carvalho), senão a entrega apaixonada a tudo que pudesse abarcar tendo como catapulta a Filosofia.

O sentimento desta condição de forasteiro talvez tenha concorrido para a forte atração por um professor estrangeiro que definiu a área a que se dedicaria. Inicialmente interessado em estética – área pela qual também Cruz Costa se interessava – quando se deparou “com aquele baixinho falando francês, tudo mudou – a começar por ter de aprender francês e lógica simultaneamente. O curso de lógica de [Gilles-Gaston] Granger fascinou nossa turma – eu sempre estudo em turma – e lhe pedimos mais dois anos de cursos complementares.”²²¹ Granger, ao voltar para a França, indica-o como substituto, e ele é nomeado assistente extra-numerário, ficando responsável pelos cursos de Lógica. Porém, tinha que fazer “bicos, quer dando aulas particulares, quer prestando serviços a um tio deputado, Vicente Botta, então eleito.”²²² Aberto concurso para sociologia da educação nas escolas normais do interior, ele presta, passa e escolhe Ibitinga para lecionar. João Cruz Costa o apóia, com intenção de comissioná-lo, artimanha impedida pelas relações esgarçadas entre ele e o então governador, Jânio Quadros. Além de estudar alemão e confrontar a comunidade local – não habituada a sua maneira de trabalhar²²³ – o concurso propiciou também a oportunidade de “ler com

²²¹ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 92. “Até a entrada da minha turma, em 1950, Granger não era apreciado na faculdade. Ao contrário, ele era hostilizado pela turma anterior. Depois, quando esse pessoal (...) saiu do Departamento de Filosofia e foi para a Educação, abriu-se um espaço, e nós rapidamente assumimos postos de comando no Departamento”. (José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 54). Os cursos complementares solicitados pela turma de Giannotti a ele foram: “Matemática e meta-matemática”, realizado em 1951 e “Teoria das formas lógicas”, em 1952. Informação extraída de seu memorial descritivo (Processo. 64.1.1105.8.1, fl. 7).

²²² José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 93.

²²³ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 93.

cuidado” os textos de Florestan Fernandes, de quem já tinha sido aluno²²⁴, para se preparar para as provas, afinal o sociólogo estaria na banca de avaliação. Segundo ele, concluiu: “o que ele fala da indução sociológica, de autores como os próprios Durkheim e Weber, é de um delírio total”.²²⁵ Delírio ou não, a agenda de leituras não foi ignorada. Ao contrário. Os “três caminhos para a indução sociológica”, “confusos” nas formulações teóricas de Florestan Fernandes, quando confrontados com suas análises sociológicas²²⁶, ocuparam o filósofo. O juízo a respeito do delírio parece querer despistar a evidência: sua conduta com relação a Sociologia expressa a hegemonia desta e o estímulo dela à concorrência. Será casual que, ciente das “birras” de Cruz Costa com os sociólogos, ele lhe dê “razão quando metralha seus ares sabidos”; porém os defenda face a pose de outros sabidos pois “são os únicos que tentam uma ‘consciência científica’ da nossa realidade”?.²²⁷ Como todos os outros seminaristas, Giannotti procurou a área de intersecção entre os ensinamentos do catedrático a que ligou o seu destino e as predileções externas ao *métier*.²²⁸ Nesse sentido, reconhece ter sofrido “influência profunda” de Cruz Costa, ao aprender “a desconfiar das elucubrações metafísicas e a colocar o pé na realidade brasileira.”²²⁹ *E, para a geração de Giannotti isso implicava, incontornavelmente o diálogo com a Sociologia.*

José Arthur Giannotti, como Florestan Fernandes, não tinha tempo a perder. Não desperdiçaria suas energias num trabalho que já estivesse feito. Com efeito, as leituras ligadas a empreendimentos institucionais idênticos, resultaram opostas: a institucionalização da sociologia pressupunha a visita dos clássicos, e, indagando o que

²²⁴ Consta em seu boletim, a disciplina de Sociologia II, cursada em 1951, quando Florestan era assistente de Fernando de Azevedo; obteve nota oito. (Processo 64.1.1105.8.1, fl. 6).

²²⁵ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 63.

²²⁶ José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 116, p. 118.

²²⁷ Correspondência de José Arthur Giannotti a João Cruz Costa. Rennes, 13/01/1957.

²²⁸ Esse empenho é especialmente notável na troca epistolar. Respondendo a advertência de João Cruz Costa a respeito de suas inclinações para o idealismo e fenomenologia – que o professor deduz, em função dos círculos que passa a frequentar na França – Giannotti, em tom de quem quer convencer, assevera: “Depois de ter chegado a todas essas idéias geniais, pude finalmente compreender o sentir o valor e o interesse de seus trabalhos, ó Mestre (Eu quero o troço da República). Sem bajulação agora. (...) O que o senhor prefere, que eu fique brigando com os Canabravas e os Vicentes, mostrando a todo mundo as suas burrices e as suas contradições, as suas charlatanices; ou fazer algo como o senhor faz, antepor-se a eles com um trabalho produtivo? E onde poderei encontrar melhores instrumentos para demolir todo esse formalismo lógico, ou essas quintessências respeitadas, senão na lógica de Hegel e de Husserl, que são lógicos também do objeto? (...) Essa catilinária toda não tem apenas a função de convencê-lo da autenticidade e da importância dos meus estudos. É preciso que eu me convença também que eu não estou perdendo tanta coisa, quando num domingo de sol eu fico em casa estudando (...)” (Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 13/01/1957).

²²⁹ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94.

há de especificamente sociológico em Karl Marx, Florestan Fernandes criou seu “Marx-sociólogo”, tentando regionalizá-lo nos termos da disciplina.²³⁰ Com o mesmo propósito animando o filósofo, “Marx-filósofo” tinha sinal contrário, não havendo o especificamente “filosófico”, ele redundava na negativa da regionalização formulada pelo sociólogo. Giannotti não buscava sociologia em Marx, e a ela não estava indiferente, posto que estivesse preocupado com o “caráter formalista ao extremo e pragmático das ciências em geral”.²³¹ Se ele é a fim ao propósito do sociólogo (Marx/Ciências Modernas; Marx/Sociologia, como uma delas), uma peculiaridade do marxismo universitário nascente do Seminário, em relação aos leitores de Marx que vieram antes, consiste em que o trabalho dessa questão ficará com o filósofo, pensando-a em termos epistemológicos e não disciplinares/particulares. Se Florestan retira do conjunto da obra, um “Marx sociólogo”; Giannotti faz o mesmo, porém seu “Marx filósofo” toma por objeto a própria ciência.²³²

O discípulo reporta-se ao mestre, recorrentemente, como alguém que lhe ensinou mais que o conteúdo disciplinar. O mestre é também um orientador de conduta, que presta auxílio na carreira, desde os primeiros passos dela, é modelo de inspiração de trabalho, alvo de admiração intelectual. Gilles-Gaston Granger e João Cruz Costa não foram apenas professores de José Arthur Giannotti: prestaram-lhe auxílio inestimável na vida, e ele precisava disso. E Florestan Fernandes ofertou-lhe inspiração e modelo de trabalho. As manifestações a respeito das três fontes magistrais são abundantes – mas vale atentar para as *maneiras* por meio das quais esses laços são estabelecidos e reconhecidos.

O jovem repleto de “receio e a ansiedade” que “assaltam quem publica seu primeiro livro” agradece Granger e Cruz-Costa em 1963, quando seu doutorado era publicado.²³³ Ambos pelo auxílio material, o primeiro por ter-lhe demarcado as “balizas

²³⁰ Maria Armanda do Nascimento Arruda. “A sociologia de Florestan Fernandes”. In. *Tempo social*, v. 22, n. 1, junho 2010, p. 17.

²³¹ José Arthur Giannotti. “Notas para um análisis metodológico de “El Capital”.” *Cuestiones de Filosofía*. Ano I, número I. 1er trimestre de 1962.

²³² Cf. Seção 4, a seguir.

²³³ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Boletim n. 269. Cadeira de Filosofia n. 5. São Paulo: FFCL-USP, 1964, p. 5. A aflição não era por menos, e o filósofo assume suas pretensões. Queria ele que o trabalho fosse mais que “um volume a mais na escassa bibliografia filosófica de nosso país. Por mais acadêmicas que tenham sido minhas intenções, tenho a esperança de que indiretamente possa contribuir para a instauração entre nós do pensamento filosófico rigoroso que tanto nos tem faltado.” (Idem).

da vida” intelectual e profissional²³⁴, o *segundo* por ter-lhe “corrigido a linguagem e o estilo”, pela “personalidade extraordinária” e “cáustica maneira de encarar o mundo”, com as quais lhe vigia os atos: “ninguém foi tão importante para minha formação.”²³⁵ Naturalmente, Florestan não se encontra entre os agradecimentos, no entanto, o filósofo lhe ofertaria um exemplar, assim: “Para o prof. Florestan Fernandes em testemunho da admiração de sempre Giannotti. São Paulo 24/9/64”; em seu segundo livro, repetem-se os dizeres, com diferença sutil. Se não ousa chamá-lo de “mestre” – “Ao prof. Florestan, este testemunho de minha amizade e profunda admiração. Giannotti. São Paulo, 24/11/66”²³⁶ – aproxima-se pela introdução da “amizade”, ausente na oferta anterior. Em ambas, de todo modo, a admiração denuncia ímpeto mimético do jovem aspirante, inspirado. É na condição de autor já renomado que Giannotti emprega o termo de reconhecimento, ao oferecer seu grande livro, *Trabalho e reflexão*: “Para Florestan, sempre mestre, do Giannotti SP 9/3/83”²³⁷. Não nos parece casual.

A voltagem da competição na Filosofia e o papel que advogava para si próprio no interior das tarefas institucionais implicava imposição de força, auto-afirmação, em modalidade similar à da Sociologia. Note-se a diferença, por exemplo, do oferecimento: “Ao mestre Florestan Fernandes, com a admiração e a amizade do Fernando Novais” – do testemunho/admiração (Giannotti), que mantém a distância da hierarquia e a confissão implícita da inspiração que teima não se reconhecer subordinado; à admiração/amizade/maestria, eixo que nas duas pontas eleva o mestre, mas no meio (amizade) coloca o discípulo no mesmo nível. A dar prova de que esse raio de influência se irradiava por meio dos assistentes, o historiador ofertava, “À Éline e ao

²³⁴ “foi o Prof. Gilles-Gaston Granger quem marcou as balizas da minha vida profissional. Ministrou as primeiras aulas de lógica a que assisti, por dois anos consecutivos regeu cursos extra-curriculares de lógica matemática, acedendo assim com muita gentileza a um pedido meu e de meus colegas, e logo que foi nomeado professor na Universidade de Rennes fez questão que o Governo Francês e a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), me concedessem a bolsa de estudo que me permitiu continuar a trabalhar sob sua direção. Ao voltar mais uma vez para o Brasil, foi ele o diretor de minha tese, lendo solícitamente os originais e fazendo inúmeras sugestões. Em suma, tem sido do estudo de seu pensamento que o meu tem tentado se constituir.” (...) José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*, p. 5. (Agradecimento datado em: São Paulo, março de 1963).

²³⁵ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*, p. 5.

²³⁶ Respectivamente: José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica; Origens da dialética do trabalho* – exemplares da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar (doravante, Colesp-Bco-UFSCar)

²³⁷ José Arthur Giannotti. *Trabalho e reflexão*. Exemplar da Colesp-Bco-UFSCar.

Octávio, cardeal da Sociologia, estas tentativas de um pároco da História. Fernando.”²³⁸ – num auto-rebaixamento cavalheiresco, o historiador engrandece a ambos e nobilita, no final das contas, o consorte interdisciplinar. O contraste com o historiador é notável – e dele se colhe o testemunho de oferecimento do livro resultante de seu doutoramento para dois figurões da Sociologia, como se lentidão do mesmo processo, nesta área, favorecesse outros tipos de disposição.²³⁹

Área eminentemente masculina, com expoentes altos de disputa pela predileção magistral, via incontornável de reconhecimento, a Filosofia apresenta duas peculiaridades – evidentes na comparação da relação dos demais seminaristas com seus mestres. Giannotti não se relaciona com seus superiores sem que com eles estabeleça controvérsia violenta – ela parece indício mais autêntico de reconhecimento do que as convencionais declarações de dívida, acima destacadas. Ao invés do elogio laudatório, silenciando críticas, atenuando conflitos, Giannotti parece fazer questão de ressaltá-los, como se não quisesse engrandecer o mestre para tomar de empréstimo sua magnitude, mas contabilizar a dívida, quitá-la logo, e acumular por si próprio. Granger, Cruz Costa e Florestan Fernandes são alvos dela.²⁴⁰ A segunda peculiaridade consiste em que diferentemente da relação eletiva e exclusiva de que desfrutaram seus colegas – Fernando Henrique e Florestan; Fernando Novais e Eduardo D’Oliveira França; Roberto Schwarz e Antonio Candido – Giannotti multiplica seus mestres. Não por acaso

²³⁸ Fernando A. Novais para Octávio Ianni. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, exemplar da Coleção Octavio Ianni – Unesp – Araraquara.

²³⁹ Cf. Capítulo 3.

²⁴⁰ Giannotti não se preocupa em ocultar o apelido que Cruz Costa lhe reservou: “Husserl da Aclimação” – peça de ironia fina que denuncia a desproporção das ambições intelectuais; nem que o catedrático jamais “admitiu a possibilidade de abdicar de seus poderes imperiais, notadamente de nomear ou de demitir *ad nutum*” (José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94; “Um livro polêmico”, p. 244.). Tampou se incomoda em registrar: “[ele] dizia abertamente que o seu verdadeiro discípulo era Ruy Fausto”. (José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94). É notável como as duas últimas observações parecem ter origem na vivência da disputa – seja pelo poder de nomear, seja pela predileção do mestre. A dar ensejo a estas assertivas, o tom ambíguo de disputa por predileção magistral, pulsando com a rivalidade com João Cruz Costa encontra-se em: Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 202; assim como em Ruy Fausto. Indagado a respeito da afirmação de Giannotti, a respeito de ser ele, Ruy Fausto, o preferido de Cruz Costa, esclareceu em gentil conversa pessoal. “Cruz Costa me disse uma vez: você completa o quadro. Eu não gostei, mas agora entendo. Ele não tinha ‘preferido’, pensava no conjunto”. (Entrevista realizada em parceria com Francini Venancio, em 05/10/2011). Com relação a Granger, naturalmente não é em torno das relações cotidianas que se apreende o ponto, porém não menos significativa é a resenha que Giannotti lhe dedica: “Pensamento formal e ciências do homem”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. I, novembro de 1961. Quanto a Florestan Fernandes, tensões miméticas, inspiração no itinerário social com o qual ele pode relativamente se identificar (cf. seção seguinte), pontilham o presente trabalho.

seu empenho é estabelecer a síntese entre eles. E a organização do Seminário não se desvencilha desse esforço – parece remeter a lição de todos eles.

Nem o estilo de controvérsia com os mestres, tampouco a multiplicação deles têm contrapartida nos itinerários dos seminaristas.²⁴¹ Pouco recorrente também parece ser que se eleja, como discípulo, dois mestres; sendo o mais comum, o inverso, um mestre / vários discípulos. A relação de não exclusividade para com um mestre parece possibilitar mesmo a multiplicação deles, pulverizando características que normalmente os pupilos reconhecem concentradas no único e grande mestre, que dispensam das imperfeições que Giannotti gosta de realçar. As excentricidades de Giannotti com relação a seus mestres – a rota de colisão como caminho do encontro, enfim – talvez se ligue ao fato de ser, no interior do grupo de referência de Cruz Costa, uma espécie de exceção no conjunto, destituído dos trunfos que os outros possuem. Mas não é tudo. Posto que em espaços de recrutamento heterogêneo, as alianças entre membros de origens sociais diferentes ocorram, elas se dão em geral em função de empreendimentos profissionais compartilhados. A ambigüidade de Cruz Costa – defesa da instituição, titubeio na profissionalização, avesso ao dos “jovens turcos” – talvez sugerisse que a eles coubessem tarefas a princípio destinadas a ele.²⁴² As providências de Giannotti ao voltar da França não se desvencilham disso. Cabia ao jovem filósofo dar provas de sua competência e fidelidade, *construir a indispensabilidade de seu trabalho para a constituição de uma instituição de excelência*. Ele era nova força produtiva a superar velhas relações de produção.

²⁴¹ Salvo a de Fernando Henrique Cardoso com Florestan Fernandes. Em contrapartida, a multiplicação dos mestres, sem equivalente nos colegas seminaristas, aproxima-o de Florestan Fernandes. Os dois pontos são retomados no capítulo seguinte. Por tudo que foi exposto nos últimos parágrafos, seria dispensável sublinhar que o “papel similar” a que aludimos introdutoriamente, chama atenção para o parentesco na organização social do trabalho intelectual e o *habitus* afinado de ambos. Não se trata de equiparar o “tamanho” de um a outro – tarefa de que nos dispensamos, deixando-a para os mais habilitados e aflitos por sentenciar e disputar juízos de valor.

²⁴² A denominação refere-se aos jovens oficiais do exército do Império Otomano que no início do século XX defendiam a ocidentalização, o positivismo e o freio às nacionalidades nos balcãs. João Cruz Costa empregava o termo para se referir a José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr., Ruy Fausto e Oswaldo Porchat.

3. Questão de método? Troca de Musa.

“O modo de vida real de Robespierre (frugalidade, economia, habitação modesta, senhorio pequeno-burguês e patriota), seus trajes, sua toilette, sua recusa de tutear, sua ‘incorruptibilidade’ não podem mostrar seu sentido total senão em certa política que se inspirará em certos pontos de vista teóricos (e que os condicionará por sua vez). Assim, o método heurístico deve considerar o ‘diferencial’ (caso se trate do estudo de uma pessoa) na perspectiva da biografia. (...) Nada pode ser descoberto se, de início, não chegarmos tão longe quanto nos for possível, na singularidade histórica do objeto. Creio necessário demonstrar o movimento regressivo com um exemplo particular.” Jean-Paul Sartre. *Questão de método*.²⁴³

Como não pode ser comissionado de Ibitinga para a FFCL-USP, em 1955, Giannotti, por seus próprios esforços, volta a São Paulo, por ser aprovado em concurso, e passa a lecionar Filosofia no Colégio Basílio Machado, voltando então à condição “gloriosa” de professor extranumerário da FFCL-USP.²⁴⁴ Contudo, logo deixaria o posto para, com uma bolsa do governo francês e da CAPES, partir para Rennes, reencontrar Granger, conhecer Victor Goldschmidt, “seu método e sua maneira de encarar a história da filosofia”²⁴⁵; graças ao qual pode “compreender o sentido da análise estrutural de um texto filosófico”, reavaliando a importância de Martial Guérout.²⁴⁶ O encontro com Goldschmidt foi “um dos pontos mais altos de minha viagem à Europa”, e dele também “me considero discípulo”.²⁴⁷

Giannotti permanece em Rennes no primeiro semestre de 1957, quando, conseguindo a renovação da bolsa, vai para Paris, onde permanece até julho de 1958. Neste mês, aproveita para ficar em Rothenburg e estudar alemão, antes de retornar ao Brasil.²⁴⁸ Ao partir, “imaginava escrever uma tese de doutorado sobre a noção de conceito na lógica formal”.²⁴⁹ Como sói ocorrer, projetos grandiosos habitam a imaginação dos jovens e, com aconselhamento, os redimensionam. Assim foi – com

²⁴³ Jean-Paul Sartre. *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1967, p. 114. Trad. Bento Prado Jr.

²⁴⁴ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 93. A qualificação irônica é do próprio filósofo.

²⁴⁵ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill*, p. 6.

²⁴⁶ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill*, p. 6.

²⁴⁷ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill*, p. 6.

²⁴⁸ O filósofo estudou alemão durante sua primeira saída de casa paulistana – quando foi lecionar em Ibitinga, e passava o tempo “estudando Kant e alemão com um fabricante de queijos, mas obrigando-o a seguir os manuais do Instituto Goethe”. (José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 93). A sequência tempo/espço assinalada – assim como algumas inferências a seguir – foram elaboradas por meio da correspondência com João Cruz Costa.

²⁴⁹ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94.

auxílio de Granger e Goldschmidt.²⁵⁰ Quando voltou ao Brasil, acelerou o doutoramento²⁵¹, capitaneou o Seminário, foi nomeado em 1959, assistente da Cadeira de Filosofia, responsável por Lógica, preparou *John Stuart Mill: o Psicologismo e a Fundamentação da Lógica* que lhe rende o título e o prêmio Fábio Prado (1961). A rotação não foi a única. Há projeto intelectual sem vivência social? O Seminário se inicia com seu retorno da França. Quem não se põe a imaginar o que ocorreu entre a ida e a volta?

O circuito de Rennes se mescla ao de Paris no deslocamento de São Paulo. Estudar com Gilles-Gaston Granger, conhecer Victor Goldschmidt, valorizar o método de Martial Guérout: a vida retirava-o do “núcleo dominante da filosofia francesa da época, mergulhada no existencialismo”; mas não o impedia de “participar também do grupo Socialismo ou Barbárie”, assistir aulas de Merleau-Ponty no Collège de France, e prosseguir depois as discussões no seu apartamento de Claude Lefort – que já conhecia e o convidava sempre.²⁵² Familiarizava-se assim com a “crítica ao marxismo ligada ao existencialismo”, mergulhada na fenomenologia²⁵³, e na crítica trotskista da burocracia soviética, com “Socialismo e Barbárie” especialmente atizado pela crise da URSS e por seus desdobramentos no Partido Comunista Francês (PCF). Desdobramentos estes que Giannotti acompanha e informa Cruz Costa, sempre lhe pedindo notícias deles por aqui.²⁵⁴

A aproximação da fenomenologia promoveu a desconfiança do mestre. Imaginou que seu aluno o estava traindo.²⁵⁵ O desagravo, contudo, não era apenas em relação à “história da filosofia brasileira”. Interessar-se por fenomenologia, em âmbito

²⁵⁰ “[Goldschmidt e Granger] me disseram que eu estava querendo refazer a obra de Platão na modernidade e foi assim que mergulhei profundamente em Husserl [descobri então que] era preciso lidar com toda a lógica contemporânea, o que escapava de minha competência.” Refez a escala. Aliou ambição e possibilidade de realização. Resolveu “circunscrever mais ainda (...) e preparar um doutoramento sobre Stuart Mill”. José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94.

²⁵¹ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 246.

²⁵² Giannotti conheceu Lefort num curso sobre Hegel (“História e Historicidade”), em 1954, quando substituíra Granger na FFCL-USP. José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 246; “na École Normale da rue D’Ulm, segui [Jean-Claude] Vuillemin. Em Rennes e em Paris fiz um círculo de amigos, dos quais ainda conservo Claude Imbert.” José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94; Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 55.

²⁵³ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 54.

²⁵⁴ “houve umas brigas na direção do P.C. Pode me contar o que realmente houve? (...) se isso continuar assim o único membro do partido vai ser o Prestes, aí então que ele permitirá a livre discussão (...)”. Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 21/06/1957.

²⁵⁵ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 94.

municipal, era associar-se à direita e ao integralismo, de que Miguel Reale e os seus eram bons representantes. A “atmosfera de desconfiança geral” se dirigia “à fenomenologia, porque, na situação brasileira da ocasião, a fenomenologia e o existencialismo tinham sido assimilados pela direita local.”²⁵⁶

O cultivo das amizades na Europa, não o livrou, contudo, da solidão do viajante a se descobrir mais brasileiro do que quando está no Brasil. A França é “sua mestra” e lhe ensinou, sobretudo “que não é francês”.²⁵⁷ Se sua inserção meio titubeante no círculo filosófico, antes de partir, talvez não lhe ofertasse segurança, a distância talvez denunciasses seu pertencimento a ele e Giannotti se perguntava a respeito do que ocorria em São Paulo.²⁵⁸ Parece ter sentido agudamente essa tomada de distância e vivido entre o gosto pelo mundo que descobria e a desconfiança de que se não pertencia a ele, também não era de todo alheio ao que havia deixado.²⁵⁹

Além de prestar contas de seus estudos, informar a respeito das aulas que freqüentava, despistar suspeitas de “traição” com a fenomenologia, em sua estada, José Arthur Giannotti também: indica nomes de possíveis professores para vir ao Brasil, fazendo o *lobb* para uns e outros, aproxima-se deles com este objetivo; negocia a compra de livros e revistas para a faculdade; recebe os alunos brasileiros; media conflitos entre eles e João Cruz Costa, primando pela conciliação em torno do esmero de todos com a faculdade; dispõe-se a providenciar hospedagem para o mestre, que pensou em ir a França e o consola – pois entre uma confissão e outra manifesta intenção de abandonar a instituição. As negociações que empreende, a respeito de quadros docentes e compras, contudo, terminam neste tom: “ficamos só nisso, pois o senhor é o chefe”²⁶⁰.

Ele próprio, Giannotti, foi objeto de negociações e é com ânimo renovado que agradece: “Caro, ilustre e magnânimo MESTRE. Sua carta foi muito bem vinda, principalmente por me comunicar o novo status (para usar fala de sociólogo) que

²⁵⁶ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 200. Segundo ele só com o retorno de Giannotti a fenomenologia passou a circular no Departamento de Filosofia. (idem, p. 225).

²⁵⁷ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 18/5/1957.

²⁵⁸ “Quando se fica muito tempo fora do país, a gente perde completamente a noção das suas coisas”. Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 10/01/1958.

²⁵⁹ “Aviso: não sei mais escrever língua nenhuma. estou perdendo o sentido das formas portuguesas, penso metade francês, metade português, mais ainda, estudo seriamente o alemão. Processe então o sentido de minhas palavras nessa bagunça sibarítica que lhe envio.” Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 05/12/1957. O destaque é do filósofo.

²⁶⁰ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 05/12/1957.

ocuparei na faculdade, isso significa gaita e muito lhe agradeço todo o seu esforço. Pode preparar tudo que em agosto estarei aí para pegar no duro”.²⁶¹ No entanto, a alegria duraria pouco. No início de 1958, Janio e Cruz Costa voltam a trocar farpas e o governador não poupa o filósofo.²⁶² Naturalmente, Giannotti fica ao lado de seu mestre. Porém, não esperava que a querela comprometesse seu “novo *status*”. E é com apreensão que quebra um protocolo – “eu nunca gostei de lhe falar claramente a propósito de minha assistência”; porém, entre voltar para lecionar no secundário, tornar-se uma “maquininha de dar aula”, sem “tempo para estudar e preparar minha tese” ou permanecer aqui, apesar de querer rever essa “São Paulo formidável”, amigos e família – fico com a segunda opção. “Se o senhor puder expor a situação ao Diretor (...) e me responder logo que for possível, pois se quiser me virar para arrumar algo por aqui, não devo perder mais nem um minuto”. Não me faço de “importantão que vem da Europa. Somente preciso preservar o tempo que me é necessário para meu estudo, que finalmente não é mais meu, pois tenho consciência, talvez falsa é verdade, que se continuar a trabalhar bastante, serei um professor do mesmo quilate que um médio professor universitário francês. Isso seria importante para mim e para o nosso país”.²⁶³ Giannotti recebeu “um sabão enorme” por este pedido – era a ganga contra a “honra da prestação de serviços” à instituição. Mas Cruz Costa arranhou-lhe o cargo de Gilda de Mello e Souza, que saía em licença.²⁶⁴

A saída de uma cena em que não era protagonista propiciou ao filósofo a tomada de distância do engessamento das possibilidades previsíveis, estimulando um deslocamento em relação às picuinhas locais, promovendo a dúvida. A experiência européia lhe ofertava *socialmente* o que a condição de estranho no ninho de Cruz Costa não lhe facultava, e, *intelectualmente*, algo que a paulistana lhe censurava. Na França, pode experimentar fenomenologia à esquerda e o exercício disciplinado junto a uns – Granger, Goldschmidt, Guérault – sem excluir a sociabilidade junto a outros – “Socialismo ou Barbárie”. Pólos que poderiam ser aproximados, vivência que poderia ser revivida, chamando os amigos para uma “releitura dos textos marxistas e da nova produção francesa”.²⁶⁵ Talvez quisesse mesmo apenas repetir a socialização do “salão”,

²⁶¹ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 14/10/1957.

²⁶² Episódio reconstituído no capítulo seguinte.

²⁶³ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 14/03/1958.

²⁶⁴ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 93.

²⁶⁵ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 247.

nas “mercredis philosophiques”: “à noite o pessoal vem beber cognac no meu quarto e ficamos conversando até bem tarde”.²⁶⁶

A sensibilidade ao senso de proporções, aconselhado por Granger e Goldschmidt, fazendo par com a pressa por titular-se, e a busca por força nos laços de amizade ganham sentido. Face à instabilidade profissional, deslocamento na partida, risco de sair do jogo na volta, gosto pela vida dos grupos franceses, Husserl na mala, fenomenologia sem integralismo e alemão lapidado – por que não atender à sugestão do amigo historiador, e ao invés de se ocupar com a recente literatura marxista, “atacar Marx pela raiz”?²⁶⁷ O filósofo, já tentado pela idéia de “ler o barbudo em alemão”²⁶⁸, só poderia se colocar a serviço de todos, e todos, a serviço dele. E, como acumulava quebra de protocolo e puxões de orelha, já que havia aprendido a valorizar o “método de leitura” de Guérout, destinado a obra de grandes filósofos²⁶⁹, porque não exercê-lo em autor cuja obra *não constava no panteão clássico da Filosofia* de então? Se Descartes merecia o método, e a fenomenologia, alguma marginalização – ele mesclaria o que aos outros só ocorria separar. Em suma, as vertentes que polarizavam na cultura filosófica municipal não eram excludentes na França e sua estada bastou para que ele as trouxesse mescladas na bagagem. Em termos intelectuais e sociais, os amigos seriam o suporte para a superação daquele deslocamento anterior a partida: não era, afinal, apenas pelas competências disciplinares que buscou apoio em outras áreas. Talvez não o encontrasse na sua própria.

A reunião parece ter, inicialmente, o tom de reserva e cautela – protegendo-se dos espaços públicos, reunindo-se fora do horário de trabalho, em ambiente doméstico.

²⁶⁶ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 05/09/1957.

²⁶⁷ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 246.

²⁶⁸ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 28/10/1957. Ressalte-se desta tentativa o sentido moderno e civilizador atribuído ao empreendimento – tom que abunda na troca epistolar do filósofo – se tivermos no contraponto a formação ornamental dos juristas de outrora. Segundo Sérgio Adorno, no “espírito que animava as Arcadas”, era “frequente que os grandes sistemas filosóficos fossem conhecidos através de ‘filósofos menores’ ou de intérpretes nem sempre autorizados.” (*Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 102). O suporte social desse ensino, e a permeabilidade da FFCL-USP aos juristas, são retomados no capítulo 3.

²⁶⁹ Muito embora houvesse controvérsias a respeito. Na arguição de tese de Laerte Ramos de Carvalho, a respeito de Farias Brito, houve um questionamento a respeito do “valor” do autor em questão. O candidato respondeu como se fosse historiador: é preciso compreender a existência dos pensadores, independentemente de seu “valor intrínseco” registram a vida do pensamento. Informação retirada de Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*, p. 91. Fique sinalizado: o que se esperava era o método voltado ao “grande autor”. A quebra de expectativa com relação a isso talvez não fosse inédita; em compensação, o sucesso seria.

Afinal, quem “sabe no que vai dar”?²⁷⁰ Ciosos contudo, do que faziam, selecionando a dedo os aliados, podiam vir a público depois de algum tempo. Não deixa de ser instigante imaginar que talvez para Giannotti fosse também a convergência de três inspirações: manter os pés no chão (Cruz Costa); casar-se com uma ciência (Granger); trabalhar em equipe (Florestan).

Aos trinta anos, a empolgação do filósofo era indisfarçável e confessava sua ligação com o programa de leitura estrutural do texto na primeira manifestação pública da fixação dos propósitos dos leitores d’*O Capital*: “na falta de um escrito metodológico do próprio punho do autor, recorre-se geralmente a textos colhidos a esmo ao longo da leitura de suas obras. Mas o que se obtém é por demais fragmentário para explicar e esclarecer o sentido da produção científica do próprio Marx”. É preciso então “extrairmos da própria obra efetuada os processos metodológicos que levaram à sua realização”, e, por isso “minha intenção é subordinar o livro à mesma técnica de interpretação dos textos filosóficos”. Já podia arriscar afirmar: “em suma, o livro de Marx exige a mesma conversão ao texto, que reclama toda obra filosófica de importância (...)”²⁷¹. Embora valha desconfiar se no retorno da França em 1958, ele já estivesse delineado em contornos tão nítidos – sendo possível supor que o redimensionamento de suas ambições para o doutorado foram de par com os estudos coletivos - é notável a motivação confessa na base da adoção do “método de leitura estrutural”, voltado a Karl Marx: incorporá-lo entre os autores legítimos a requerer tal leitura e prová-lo, praticando.

Este não era o único intuito. Jogar para escanteio os “ensaios sobre o marxismo [que] oscilam entre a vulgarização esquemática e a resenha honesta, mas no fundo incompreensível, porque reproduz idéias fora de seu andamento dialético” envolveu seqüestrar Karl Marx para o diálogo com as ciências, e a reunião do Seminário, sob seu comando, possibilitava isso. Da eliminação do monopólio partidário de Marx, ao

²⁷⁰ Bordão recorrentemente empregado pelo filósofo na correspondência.

²⁷¹ José Arthur Giannotti. “Notas para uma análise metodológica de O Capital”. *Revista Brasiliense*, n. 29, maio-junho de 1960, p. 63. Vale o depoimento de Paulo Arantes: para alguns membros do grupo, “até hoje, filosofia é sinônimo de leitura de texto” (*Um departamento francês de ultramar*, p. 241). A empolgação vai de par com cuidado e receio, que recolhemos no pedido defensivo de não julgamento: “Estou praticamente no início de minha exploração e os resultados obtidos, provisórios ainda, não deveriam vir a público se não fosse o desejo de corresponder à calorosa expectativa da turma da “Revista Centro”. Tudo o que disser o digo em nome de todos nós, pois o trabalho é conjunto, vale somente no propósito de abrir um diálogo entre os dois grupos que poderá ser muito proveitoso. A partir de um exemplo analisado de forma sumária, procurei extrair as conclusões mais importantes a que chegamos, ainda que não se façam sentir os elos que as enfeixam. Nada portanto tem a intenção de ser probante, o que teremos em seguida é apenas uma série de sugestões.” (José Arthur Giannotti. “Notas...”, p. 63)

rebaixamento das leituras vulgares, mesmo não partidárias, por meio do recurso da técnica de leitura, chega-se ao empunhar de autoridade requerido para o decreto: “Não é corriqueira a tradução dos pensamentos de Marx em termos da ciência moderna? Resta a saber entretanto, se a ciência contemporânea procede dialeticamente no sentido marxista, o que exige o trabalho prévio de se compreender com clareza e nitidez, inserida na constelação de suas intenções, o que seja realmente a dialética”.²⁷²

Reflitamos. Marx (1818-1883) não se posicionou *academicamente* com relação às ciências, tanto pela incipiência da institucionalização delas nas universidades, quanto por seu percurso alheio a esta demanda.²⁷³ Em relação a uma disciplina, em particular, que tomou posição, e para tanto, revirou-a pelo avesso, a Economia Política. Não parece casual que logo os seminaristas providenciassem economistas para lhes fazer companhia, e que todos eles tenham se interessado, *sem se especializar*, por Economia – disciplina, por sinal, tão “fora” da FFCL, como o grupo se imaginava inicialmente. Àquela altura, o ensino da disciplina se localizava na cadeira de Economia Política, regida por Paul Hugon; e o bacharelado em ciência econômica, na FCEA, fundada em 1946. É de se atinar para tal condicionante do marxismo universitário que vimos reconstituindo, em contraponto: dificilmente ele emergiria no quadro da ciência econômica já institucionalizada e em estágio avançado de especialização e a correlata matematização que a acompanha. Não seria esta evidência de fundo a animar a *boutade* do historiador Fernando Novais: “*O capital* é um livro contra a economia. Está escrito lá, “Crítica da economia política”, portanto não pode ser de economia.”²⁷⁴

O acordo com relação ao método não implicava uniformidade de leituras, não encerrava a questão de *como ler a obra*, e logo os problemas a respeito de pressupostos e pertinência disciplinar teriam vez.

Não há resposta unívoca para quem indague em que lugar da biblioteca alocar *O Capital* – as classificações disciplinares ou temáticas redundam sempre insatisfatórias. Seja aquele que indague por isso um leitor apaixonado, que argumente por reservarmos

²⁷² José Arthur Giannotti. “Notas ...”, p. 63. Esta análise se inspira no exame que Pierre Bourdieu realizou de “Sur la Dialectique Historique. Quelques Remarques Critiques à propos de ‘Lire *Le Capital*’”, texto de Étienne Balibar. In.: *Ce que parler veut dire: l’économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1989. Agradeço a William Nozaki a providencial indicação desta análise.

²⁷³ Cf. Joseph Ben-David. *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*. São Paulo: Pioneira, 1974; Wolf Lepenies. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996. Trad. Maria Clara Cescato; Fritz K. Ringer. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã*. São Paulo: Edusp, 2000. Trad. Dinah de Abreu Azevedo.

²⁷⁴ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 208.

uma seção inteira da biblioteca para Karl Marx – por justo que seja – restaria ainda decidir o lugar dos demais autores *em relação a (e com) ele*. Por sua falta de resposta, a pergunta parece mais interessante. Ela põe em evidência que *as controvérsias a respeito da leitura não se encerram com o método adotado, dele decorrendo outras*. Alguns não têm dúvida a respeito do livro ser de Economia. Assertiva a que se pode responder: está no título, *crítica da Economia Política*, não pode ser de Economia.²⁷⁵ Outros diriam: História! Porém é certo que nem o historiador do grupo chancelaria tal leitura. Pode-se supor que a Sociologia não entrasse na briga: seja por Marx não ter concluído o capítulo das classes sociais; seja porque Florestan Fernandes já havia legislado a respeito de “Marx sociólogo”.

Este tipo de controvérsia só poderia vir do par oposto a lhe conhecer o segredo, outro filósofo. José Arthur Giannotti e Bento Prado Jr. divergiam a respeito das preliminares de leitura. O duelo foi marcante para os demais. Fernando Novais afirma “sobre o Lukács, houve debates incríveis entre Giannotti e Bento Prado Jr.”²⁷⁶ “Eu jamais tinha tido contato com Filosofia. A presença do Giannotti, do Bento Prado e outros filósofos que vinham de vez em quando foi extremamente rica para mim”²⁷⁷ – confessa Paul Singer. Fernando Henrique Cardoso em todos os depoimentos memora ironizando o preciosismo da discussão – e se valorizando por entrar de empréstimo nela – “tinha que se decidir afinal se havia ou não antropologia fundante”. Eu dizia: “não, ela já foi fundada”.²⁷⁸ Vale notar, a seu modo, Fernando Novais, Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso confessam a ascendência intelectual dos filósofos na configuração do grupo: “de maneira geral, todos éramos discípulos do Giannotti, pois ele trazia uma leitura original do Marx”.²⁷⁹

O que unia Bento Prado Jr. e Giannotti, além da Filosofia? Com relação ao marxismo, o mesmo recuo crítico a catecismos partidários – “[eu] era anti-stalinista com horror ao naturalismo e cientificismo da dialética da natureza”, “duas manifestações patológicas de um mesmo equívoco místico transcendental”.²⁸⁰ Em contrapartida,

²⁷⁵ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 208.

²⁷⁶ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

²⁷⁷ Paul Singer. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 58.

²⁷⁸ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 127; Fernando Henrique Cardoso, no lançamento do livro *Retrato de grupo*, em São Paulo, 25/11/2009.

²⁷⁹ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 127.

²⁸⁰ Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia (1956-1959) na memória de um ex-aluno”. In. Maria Cecília L. Santos (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 69.

Giannotti “nunca [suportou] a disciplina partidária do PC”²⁸¹. Bento Prado Jr., no tom de (ex) aluno, sublinha a “a maneira perfeitamente nova para nós com que [Giannotti] fazia convergir os fios da lógica, da lingüística estrutural e da fenomenologia, na sua leitura da obra de Marx. Contribuição inédita no Brasil, de interesses teóricos que tinha tudo para provocar meu interesse intelectual.”²⁸² Bento Prado Jr. militou na juventude comunista e passou depois à juventude socialista, quando conheceu Paul Singer, Mauricio Tragtenberg, Roberto Schwarz.²⁸³ Segundo ele, foi “marxista de carteirinha até antes de entrar na Universidade – até meados de 1954. Eu me lembro que, em 1956, depois do vestibular, estávamos tomando uma cerveja no Grêmio, conversando sobre a invasão da Hungria, quando chegou o Giannotti e disse: ‘O que os marxistas franceses vão dizer disso?’ Pedante, eu falei: ‘Mas ainda existem marxistas na França?’. E o Giannotti perguntou: ‘Você não é marxista?’. E eu, que não tinha 18 anos, respondi: ‘Não, eu fui no passado’.”²⁸⁴ Manter-se à esquerda sem aderir ao marxismo partidário ou a censuras no tange a “cultura burguesa” – patente em declarações do tipo: “socialismo, sim, mas com Proust e Kafka”²⁸⁵ – define seu horizonte de expectativas e decerto foi um elemento de aproximação ao grupo de leituras de Giannotti. Quando entrou na FFCL, lembra-se “de Gabriel Bolaffi (embora a Faculdade fosse pequena, ainda era aluno de primeiro ou segundo ano e não tinha muito contato com os professores de outros departamentos) que me disse: ‘Você se interessa por marxismo, não quer conversar com o Fernando Henrique, um jovem professor que a gente tem aí?’”. Foi um primeiro contato, quando se falou dos *limites* do marxismo contra o marxismo vulgar. Mas, na verdade, foi o Giannotti que propôs o Seminário institucionalmente e fora da Universidade, ferindo algumas susceptibilidades. Inclusive a do Florestan [Fernandes].”²⁸⁶ Para ele, foi “uma experiência notável”, ainda que breve, pois casou-se ainda estudante, teve de trabalhar e deixou de “freqüentá-lo sistematicamente (...) as conversas eram muito vivas, e o conteúdo era fortemente técnico – aliás eu acompanhava os seminários com alguma dificuldade.”²⁸⁷

²⁸¹ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 54.

²⁸² Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia...”, p. 80.

²⁸³ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 199.

²⁸⁴ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 204.

²⁸⁵ Bento Prado Jr. “Reparos a sereia desmistificada”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 340.

²⁸⁶ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 205.

²⁸⁷ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 205.

Leituras concorrentes – seja de Marx, seja de outro autor – não se desvencilham da mobilidade ou linearidade dos percursos sociais, traduzidos na aderência às tarefas profissionais, no manejo do tempo ocioso e do tempo produtivo, nem da vivência da heterogeneidade social típica da FFCL-USP. O conflito estabelecido *no topo* da hierarquia disciplinar é exemplar cabal a respeito de disposições sociais em jogo. Dito de outro modo, a afinidade estabelecida pela área – Filosofia – e pelas convicções políticas anti-comunistas – não subsumem clivagens sociais.

Bento Prado Jr. era sete anos mais novo que Giannotti. Coursou Filosofia entre 1956 e 1959, e fez o curso secundário no tradicional Colégio Bandeirantes. Deu aulas no Colégio de Aplicação da FFCL em 1959 e no ano seguinte tornou-se instrutor extranumerário da Cadeira de História da Filosofia, paralelamente também foi professor contratado da Cadeira de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia de Rio Claro. Como Giannotti, com bolsa do governo francês, vai estudar na França com Victor Goldschmidt e Gilles-Gaston Granger.²⁸⁸ Com efeito, após a entrada na faculdade, o percurso é similar: arranjos aqui e acolá em postos de ensino menos prestigiados até o dia de chegar à cátedra; assistência extranumerária; bolsa francesa. As diferenças substantivas encontram-se no trajeto prévio à aparente identidade.

Bento Prado Jr. contemporiza as tensões e procura se dissolver no conjunto dos seminaristas, afirmando que “na verdade, quem circulava com facilidade era só o Fernando Novais, não porque fosse economista, mas por entender de história econômica – aliás, ele e o Paul Singer”. Quanto à Filosofia, ela fornecia “as metafísicas necessárias, que, por acaso eram opostas – hoje em dia acho que, *grosso modo*, ele tinha razão naquele debate propriamente dito.”²⁸⁹

“Elegante no pensar e no trato, rebuscado no vestir”²⁹⁰, Bento Prado Jr. tinha também na frase o “caimento sempre perfeito”.²⁹¹ Literato de si próprio, sua ficção realizava-se por meio dos alunos mais suscetíveis de fascínio por sua “fuga iconoclasta”²⁹², pela mitologia do *désouvement*, associada por eles “naturalmente” a este “espírito livre”. Um exame mais objetivo talvez identificasse um estilo profissional

²⁸⁸ A prorrogação da bolsa, inicialmente prevista para 1960/1961 permite que fique até 1962, em Paris seguindo os cursos de Jean-Claude Vuillemin no Collège de France e de H. Gouhier na Sorbonne. Cf. Processo 64.1.1107.8.4, fl. 6.

²⁸⁹ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, Idem, p. 205.

²⁹⁰ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan., 2007.

²⁹¹ José Arthur Giannotti. “Às voltas com Bento Prado Jr.” *Folha de S. Paulo*, jan., 2007.

²⁹² Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 164.

de sustentar o anti-profissionalismo, se realçar a mescla de descenso social, dilapidação de capital econômico e empenho em salvaguardar a posição dominante por meio da erudição vinda de ambiente doméstico. Ele era filho de um “patriarca inteiramente abacharelado”, que não podia evitar “que os credores lhe devorassem a fazenda arruinada pela quebra do café”. “Despojado da propriedade nobilitadora da terra”, não sendo mais “homem de mando”, e, ainda que “obrigado pela crise a ganhar a vida ensinando latim”, o “porte fidalgo dos de sua raça” não havia perdido. Até porque, era “professor por vocação antes de sê-lo por necessidade, leitor de Pascal, poeta, latinista, aluno de Quine quando de sua estada no Brasil que gostava de dar aulas de matemática e análise literária a seus filhos.”²⁹³ Não surpreende que o filho apreenda “a vida do espírito como decorrência necessária, quase uma emanção, da grande propriedade rural” – e seu gosto fosse confessado na apreciação do livro de memórias de Oswald de Andrade: afirmava que o que há de melhor nele “é o título: *Um Homem sem Profissão*”, bem de acordo com o cultivo do “ócio laborioso de sua profissão indefinida”. Certamente muito trabalho teve em *aparecer* como *desocupado das ocupações* mais ligadas ao mundanismo profissional em curso corrente na Faculdade – dando testemunho disso um aluno: “alternância entre impulso ilustrado que se esgota em si mesmo e tônica quietista dominante, Bento [tomou] o partido de só pensar (...) e escrever (...) quando o prazer de fazê-lo é forte demais. Como o rompante de um capricho que brota do fundo de uma alma diletante?”.²⁹⁴ A despeito do tom desconfiado, o registro de Fernando Henrique Cardoso é o mesmo de Paulo Arantes: “O Bento era mais ligado ao estilo rebelde, digamos assim, menos acadêmico. Mas só aparentemente, porque no fundo fez uma carreira universitária perfeita e tal.”²⁹⁵ É com ironia que Bento menciona “um professor mais exigente que os demais [que] propunha oito horas como tempo mínimo a ser consagrado diariamente à leitura”,²⁹⁶ e a “atmosfera difusa e geral de ‘tecnicismo’, no sentido do elogio de um estilo seco e analítico e da desqualificação

²⁹³ Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia (1956-1959) na memória de um ex-aluno”. In. SANTOS, Maria Cecília L. (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 68-69.

²⁹⁴ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 164. No encaminhamento de Paulo Arantes, as componentes classistas não estão ausentes, apenas não são articuladas ao leque de possibilidades no horizonte dos jovens instados a escolher e renunciar. Alguns, com sofreguidão; outros, com deleite.

²⁹⁵ José Arthur Giannotti. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mário de Andrade.

²⁹⁶ Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia (1956-1959) na memória de um ex-aluno”. In. SANTOS, Maria Cecília L. (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 69.

de qualquer forma de ensaísmo, do qual o curso de filosofia escapava parcialmente graças a figura de João Cruz Costa.”²⁹⁷

Em tudo se opondo à inspiração que a Musa instigava, cabalmente incorporado por Bento, a transpiração da “verdadeira força produtiva”: José Arthur Giannotti.²⁹⁸ Ele reprova em Bento Prado Jr. a exemplar conduta de exceção ao modelo em constituição: havia aqueles que “gostavam do bar, como o Bento Prado”²⁹⁹, que “infelizmente não foi muito assíduo. Não tinha paciência para agüentar o grupo de estudos”.³⁰⁰ Não surpreende que julguem de maneira oposta o mesmo – mais técnica/menos ensaio: como a relação com o tempo disciplinado e o trabalho duro poderia ser a mesma em dois destinos simetricamente opostos de descenso e ascenso?

Oriundo de uma família de imigrantes italianos estabelecida no interior da cidade, que decidiu vir para São Paulo “para dar educação superior aos filhos”, o pai de Giannotti “fez todo o sacrifício, uma coisa impressionante. Ele estava mais ou menos bem de profissão em São Carlos. Vendeu tudo, teve uma oferta de emprego, veio para cá. Mais tarde ele perde o emprego, passamos mal. Mas, posso dizer, nós éramos cinco, morreu um irmão”. As oportunidades da cidade, mais o empenho do pai e as disposições intelectuais estimuladas por tais elementos vingaram na família: “eu fiz Filosofia, o outro irmão fez Engenharia na Poli, a minha outra irmã fez São Francisco, a outra Psicologia”.³⁰¹

As tomadas de posição polares resultam, como se vê, de disposições prévias hauridas em sinas diversas, com sinais trocados. O pai de Bento Prado Jr. o instigou à dedicação às coisas de espírito ao estilo das camadas dominantes, no qual sustentar uma conduta fiadora de certa dissidência encerra um charme – “ao invés de ganhar dinheiro

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Talvez seja uma boa oportunidade para esclarecer alguns implícitos – significativos – das referências em tela. Quem o fez foi Bento Prado Jr., evidentemente interessado nesse esclarecimento: “Trata-se de um trocadilho, que prolonga o trocadinho de Foucault inscrito no título do livro, que mistura nosso Departamento da USP com um *departement d’Outre-mer*. *La muse du Département* é um título de um romance de Balzac – o que remete, no contexto literário armado pelos trocadilhos que se encaixam, a algo como “a inspiração literária na província” (aliás, o Paulo desencavou, não sei onde, uma revista do século XIX, que trazia o belo título de “Ensaio filosófico paulistano”, que acrescenta um pouco de cor local na brincadeira...). Está na cara que Paulo jamais pensou em colar-me o desmoralizante apodo de ‘musa do departamento’, visando antes a prática solitária, na época, do estilo ensaístico, sempre dependente de uma problemática, rara ou rala inspiração. Já nas origens do Ensaio como gênero literário, Bacon caracterizava essa forma de escrita como ‘apenas uma forma de afinar os instrumentos das musas’. (Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 225-226).

²⁹⁹ José Arthur Giannotti. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

³⁰⁰ Jose Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*, p. 55.

³⁰¹ José Arthur Giannotti. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

plantando café como lhe pediam os ancestrais, poetava no mais apurado latim”³⁰²: compensação possível da dilapidação material, e, sobretudo da perda de perspectiva de ocupação de postos no Estado, na base do desdém politizado pela política. A condição do imigrante do interior da família de classe média é bem outra e dela não se dissocia o perfil de trabalho defendido por Giannotti, flagrante prova de que o modo como nos relacionamos com o emprego do tempo denuncia a equação entre origens e ambições.

As leituras concorrentes – duelo ironicamente denominado “Sobre a Antropologia Fundante ou não d’*O Capital*”³⁰³ – traduzem os percursos esboçados na medida em que ligam Giannotti ao emprego dirigido do tempo e dos esforços, calibrado com o “momento técnico e mais sério” e afasta Bento Prado Jr. disso. A oposição preliminar consistiu numa defesa da leitura lógica e conceitual, por parte de Giannotti, e outra, por parte de Bento Prado Jr., segundo a qual “a noção de valor tinha por trás uma visão particular do ser humano, uma antropologia fundante”. Ora, para o primeiro, há “história categorial e uma história do vir-a-ser”, daí pensar a “categoria valor ligada aos comportamentos da troca mercantil, mas igualmente como tais comportamentos se exerciam em vista de uma medida, cujo movimento se explicitava em dinheiro, capital”³⁰⁴ – formas que o valor assume, nos primeiros capítulos d’*O Capital*. À primeira vista, parecem se opor os dois pelo acento na lógica que sustentasse uma epistemologia (Giannotti) e pela queda à fenomenologia (Bento Prado Jr.).

No entanto, há zonas cinzentas de intersecção nos passos dados pela leitura que Giannotti faz de Marx, sinalizando duas orientações em tela, para Paulo Arantes. Se ele era “fenomenólogo de vocação”³⁰⁵, era também “epistemólogo preparado pelo ensino de Granger, que por sua vez era inimigo de morte dos adeptos da *Erlebnis*”.³⁰⁶ Desse modo, a leitura lógica e conceitual sustentaria ao longo dos anos o empenho de “trazer o marxismo para uma ontologia (regional) do ser social”.³⁰⁷ Bento Prado Jr. pensava por meio de “uma antropologia existencial, como vinha exposta na recém-publicada

³⁰² Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 167.

³⁰³ Fernando Henrique Cardoso. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

³⁰⁴ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 77.

³⁰⁵ “No entanto, ambos estávamos intoxicados pela fenomenologia e, como era natural, procurávamos encaixar nossas manias no texto de Marx.” (José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan. 2007).

³⁰⁶ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 242.

³⁰⁷ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 242.

Critique de La Raison Dialectique, por certo muito mais interessado em dar razão a Sartre do que em reanimar os estudos brasileiros de Marx”.³⁰⁸ Eis o ponto: Bento Prado Jr. parece aderir menos ao propósito de organização institucional e rotinização do feito profissional da atividade dos filósofos e *no seminário* esta indisposição se manifesta no contraponto a Giannotti, na adesão a Sartre.³⁰⁹ Estava mais ligado a Sartre do que à tarefa hermenêutica “profilática” – ainda que não desprezasse, obviamente, seus recursos. Assim, “insistia que por trás das análises da mercadoria, cujo primeiro movimento formal resulta na categoria de dinheiro, havia uma concepção muito particular do homem”, ligando a análise de Marx a uma “antropologia fundadora”. É evidente que Giannotti, que em 1961, defendia doutorado “contra a fundamentação psicológica da lógica”, junto com Gérard Lebrun, só poderia ver em Bento Prado Jr. “aquele que mistura lógica com psicologia”.³¹⁰ Segundo ele, defendendo esse “cruzamento do psicologismo com o marxismo humanista, Bento fez uma aliança com Michel Debrun (...) para resistir a nossos [dele e de Lebrun] ataques logicistas (...)”.³¹¹ Examinado à luz dos trajetos sociais retratados, o duelo se liga aos propósitos de “profissionalização” mencionados e a necessária diferenciação interna de domínios. A pretensão de Giannotti parece ser diferenciar onde Bento Prado Jr. mescla – nesta fase da segmentação interna. Depois, já “catedrático”, mesclar com método, as tarefas que todos separam – criando para si uma posição que corresponda intelectualmente ao poder institucional que logra alcançar.

Elementos de convergência e divergência entre Giannotti e Bento Prado Jr. ficam esboçados. A atração por uma leitura não partidária, a novidade da iniciativa, a juventude com brilhantismo, redundando em virtuosismo, aproximaram ambos, mas as diferenças nada genéticas que entraram em confronto na definição de uma modalidade de trabalho, afastaram Bento Prado Jr. Ele próprio tributa às suas núpcias o fato de ter saído do Seminário, mas é difícil supor que fosse o matrimônio e não o estranhamento com a disciplina, o enfado com o caráter “fortemente técnico” a retirá-lo do grupo. Se estas divergências, sumarizadas no epíteto “sobre a Antropologia fundante ou não d’O

³⁰⁸ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 242.

³⁰⁹ E não na dúvida a respeito do método: “o privilégio da análise estrutural dos textos clássicos nos parecia instrumento pedagógico essencial (opinião, aliás, que até agora me aparece sensata)”. Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia (1956-1959) na memória de um ex-aluno”, p. 67.

³¹⁰ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.

³¹¹ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.

Capital”, redundavam na definição da atividade filosófica legítima, eram resultantes de trajetos sociais opostos e disposições para modalidades conflitivas de prática intelectual.

Esquadrinhando as linhas de força, poderíamos caracterizá-las: no que se refere ao âmbito da área de origem, a Filosofia, ambos se solidarizavam com João Cruz Costa, no que ele representava em termos de defesa e tentativas de afirmação institucional. A título de exemplo, solicitados por Cruz Costa a participarem do “Congresso Nacional de Filosofia”, ambos foram.³¹² Mas distanciavam-se dele como jovens que viam nos mais velhos aquele posto que consagra uma competência que deve ser deles, jovens, e não daquele detentor, mais velho. Assim, ironizavam o estilo bonachão e irônico de Cruz Costa, este, em contrapartida, os batizava de “jovens turcos” – como quem os lembrasse de seu lugar no tempo, conotando o filistino de suas investidas.³¹³ Giannotti, neste fogo cruzado entre Bento e Cruz Costa, é “força produtiva” entre dois tipos de ensaio – um pré e outro pós-universitário, e ele desconfia de ambos.

Por fim, o filósofo do seminário foi José Arthur Giannotti, embora a musa da Filosofia fosse Bento Prado Jr. Chama atenção que, se do ponto de vista estritamente intelectual, os objetivos traçados pelo grupo requeriam numerosas pessoas, e de áreas diferentes; do ponto de vista do conjunto das relações, talvez ele só comportasse *um* membro de cada área. É difícil nos satisfazermos com a casualidade de que mais membros de cada área se interessem e se retirassem, em especial, pelas nada coincidentes duplas que se cindem: Giannotti-Bento/Filosofia; Fernando Henrique Cardoso-Octávio Ianni/Sociologia – áreas em que a concorrência profissional parece mais acirrada que na História. Em contrapartida, um punhado de economistas, portanto, pertencentes a uma disciplina “fora do páreo” – ali desempenhando o papel mais de “tradutora” – puderam se manter. A competição minaria as relações de amizade com os da mesma área, favorecendo a aproximação com os vizinhos?

A medida profilática de instauração da tríade – história e análise dos sistemas filosóficos, em sua arquitetura, porém não sem seu conteúdo, suspensão do juízo a respeito dos mesmos – não foi tudo em matéria de institucionalização das atividades. Este processo só se completaria com a segmentação interna de áreas àquela altura relativamente indiferenciadas – lógica, ética, estética, epistemologia. Não bastasse isso, o quadro se complica ainda mais pelo fato de que as diferenças se dessem mesmo dentro

³¹² Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 207. No currículo preparado por ambos para o concurso de 1964 consta a participação no congresso do IBF (em 1958/59).

³¹³ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 202.

da própria fenomenologia – “havia fenomenologia para todos os gostos”³¹⁴ e sua chancela “simbólica” ter vindo pelo próprio Giannotti, trazendo-a desligada da posição política de direita em seu retorno da França. O trajeto social do filósofo do Seminário encontra-se na base da experiência que tornou possível forjar o estilo de “discrepar seguindo o figurino”³¹⁵. Se “não ocorreria a ninguém em sã consciência” explicar Marx como Goldschmidt comentava Platão³¹⁶, só poderia ocorrer se este *alguém* desviasse *socialmente* antes de inovar *intelectualmente*. No ponto em que se encontram Filosofia e leitura de Karl Marx somam-se a proposta de profissionalizar e institucionalizar de maneira orientada as atividades filosóficas, típica dos ascendentes que reconhecem na seriedade do trabalho a “sua chance”; bem como dois anos de deslocamento da ambiência municipal, que o distanciam da adesão a associações do tipo fenomenologia-direita, viabilizando aproximações que para outros eram impossíveis. Por outro lado, se o estranho procedimento – hoje tão corriqueiro – “teve força de uma revelação”, é porque os quadros para sua recepção tinham disposições similares à tal discrepância e não a julgaram dentro de um figurino de tamanho inadequado. A heterogeneidade social também era marca do grupo, e a própria Faculdade já contava com a feição plebéia de trabalho científico, personificada em Florestan Fernandes. Era a hora e a vez dos novos “chato boys”.

José Arthur Giannotti e Bento Prado Jr. receberam de Gilles-Gaston Granger a mesma lição, mas não a aprenderiam do mesmo modo. Sequer a enunciação dela é coincidente. Granger de Giannotti aconselha: “se pretende estudar epistemologia, case-se com uma ciência”³¹⁷; já o de Bento, “diz que a filosofia não pode ter uma formação puramente filosófica. A filosofia é essencialmente parasitária, não tem assunto próprio (então) é indispensável que, além da formação filosófica, tenha-se uma formação científica, domine-se uma ciência.”³¹⁸ A reserva monástica que envolve o empenho na atividade científica, inverte-se na metáfora da virilidade, e Giannotti assevera: “desde logo manifestei minhas tendências polígamas, pois eram todas as ciências que pretendia abranger”³¹⁹. Investigando as relações entre ciência e filosofia, opondo a “verdadeira

³¹⁴ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.

³¹⁵ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar* p. 247.

³¹⁶ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 44.

³¹⁷ José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 119.

³¹⁸ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 211.

³¹⁹ José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 119.

dialética de Karl Marx” contra o formalismo da ciência, abarcou tantas quantas lhe fosse possível.³²⁰ Já Bento Prado Jr., quis “obedecer” ao “imperativo e, no caso, a minha ciência é a poesia.”³²¹ Parece perfeito o modo como Paulo Arantes apresenta o aprendizado dessa lição, a saber: “se o valor que funda a indestrutibilidade das filosofias ao longo da história independe da verdade de juízo à qual cada uma delas aspira, por que não identificá-las de vez a obras de arte, à realidade original e auto-suficiente que elas promovem?”³²² A preocupação de Giannotti, evidentemente incidiria na relação entre Filosofia e Ciência, e a de Bento Prado Jr., naquela entre Filosofia e Arte, em particular, Literatura. O acerto de contas de Giannotti com as ciências modernas tem contrapartida no de Bento Prado Jr. com ela. Este último conta que “Giannotti dizia: ‘você dá uma definição tão larga do que é ciência’ (...) que *As ligações perigosas* do Lacos passam a ter um caráter de uma teoria científica”, ao que, evidentemente protesta. Para ele, “a definição de Giannotti, com estritas condições lógicas e ontológicas, é tão estrita que boa parte da ciência vai para a cucuia.”³²³ No que se refira a ciência, Bento Prado Jr. defende que “não se opõe brutalmente o científico ao não-científico, mas se estabelece uma tábua de gradação de cientificidade crescente e decrescente, contínua.”³²⁴ A sustentação intelectual *pari passu* a ostentação social, ligada à boemia e à elegância do traje e da escrita, compõem sua estratégia de afirmação e defesa o domínio literário como “pura fruição (de) uma finalidade sem fim, exposta no emaranhado formal dos arabescos”³²⁵.

Se as modalidades de incorporação das lições não se dissociam do processo social que leva cada um a elas, esta oposição, remete à erudição adquirida por Bento em família e à cultura incorporada por via escolar, por Giannotti. Do mesmo modo, se ambos são imigrantes na São Paulo dos anos cinquenta, o trânsito de Bento Prado Jr. é, de nascença, nas artes. O mapa afetivo da cidade de Giannotti é bem outro.

“Basta eu descrever um dia meu (...) Eu ia a pé com o meu colega até a Ladeira do Carmo (...) quando nós tínhamos ginástica, a gente atravessava a Rua Direita, ainda no escuro. Depois eu voltava a pé de novo para casa, chegava a uma hora, e botava o rádio a todo volume para ouvir a música dos mestres que era *La belle de la Coppe*, que era do amigo Mário de Andrade. Depois nós saíamos, atravessávamos (...) íamos para a Rua Florêncio

³²⁰ Cf. próxima seção.

³²¹ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 211.

³²² Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 195.

³²³ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 217.

³²⁴ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 218.

³²⁵ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 213.

de Abreu, onde estava a Discoteca. Ficávamos algum tempo ali esperando, para ver se entrávamos na cabine e nós tínhamos esse direito de ouvir quarenta minutos de música. Para todos nós era muito importante porque a gente não ia apenas ouvir música. A gente ia, sobretudo, explorar o universo musical, que, naquela época, era muito reduzido no Brasil. Depois nós andávamos de novo até à Rua Major Sertório, onde estava a Biblioteca Infantil. E lá, na Biblioteca Infantil, a gente se encontrava, lia. Eu, que fui sempre mais Caxias, eu vinha para cá, conversava dois ou três minutos com uma turminha que sempre estava em volta da estátua – que nós chamávamos “o grupinho da estátua” – depois a gente ia trabalhar. (...) Eu voltava para estudar um pouco de arte – sempre me interessei por artes plásticas e, naquele momento, a Biblioteca era muito boa. A gente tinha..., eu não me lembro de ter outra biblioteca de arte tão boa em São Paulo (...) Então eu explorava muito esse acervo.”³²⁶

José Arthur Giannotti graduou-se entre 1950 e 1953, e tinha sido aluno do “científico”, do Colégio Estadual Presidente Roosevelt – mesma escola que por esta época recebia Fernando Antonio Novais, como aluno do “clássico”. Porém, não era um calouro “típico”, quando passou a aluno regularmente matriculado na faculdade. Já a freqüentava como ouvinte no curso de Letras Clássicas, desde 1948. A via de aproximação com a FFCL-USP passa pela sociabilidade dos arredores da Maria Antonia, e, como fica evidente “neste seu dia”, a inclinação inicial passa por estética, e o deslocamento social, anteriormente descrito, também: opor o “grupinho da estátua” aos que trabalham parece confissão involuntária disso. E não é a única. Ele participou do Congresso Infanto-Juvenil de Escritores, junto à Biblioteca Municipal e à Biblioteca Infantil. Na segunda edição do evento, ele ganha com trabalho sobre fábulas, em segundo lugar. Nesta ocasião, aproximando-se de Rudá, filho de Oswald de Andrade, passou a freqüentar sua casa e “a conhecer toda a intelectualidade paulista”³²⁷, então houve “a possibilidade de conhecer novas idéias, o modernismo, além de abalar meu moralismo pequeno-burguês”.³²⁸ Oswald também o teria apresentado a Vicente Ferreira da Silva, e, tendo ganhado dele, a *Paideia* de Jaeger, criou uma sistemática própria de estudos: lia cada grego correspondente a cada capítulo, de Homero a Platão. Passou depois a freqüentar um curso correspondente ao programa na Faculdade de Filosofia, sem matrícula formal. Decidiu-se pela Filosofia não sem alguma resistência familiar, com a qual negociou o curso de Direito, que acabou por não fazer. A esta altura a paixão pela literatura alimentava a ambição de especializar-se em estética. O pendor para o diletantismo em oposição à necessidade da profissão possivelmente foi enfrentado previamente à entrada na Faculdade.

³²⁶ José Arthur Giannotti. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

³²⁷ José Arthur Giannotti. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

³²⁸ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Trans/Form/Ação*, n. 1, 1974, p. 26.

O trânsito de Giannotti na cidade, como se vê, liga-se ao circuito de João Cruz Costa e ao dos futuros ibefeeanos, contra os quais aquele lutaria. O próprio Vicente Ferreira, face a escolha de Giannotti por Filosofia na FFCL-USP lhe teria erguido o dedo e acusado de “não acreditar na vocação, procurando a escola e a profissão de professor”.³²⁹ Se este entendia que “tudo isto é trama da Faculdade de Filosofia”; o tempo e o desnível social daqueles que ela abrigou assinalam que não aderir à trama era luxo a que as camadas ascendentes não podiam se dar.

A polarização nos modos de ambos incorporarem a mesma lição remete à divisa entre os defensores da modalidade “científica” e dos da “cultural – artística”, estes, em geral, adotando o ensaio como forma adequada a seu objeto e método; aqueles, pensando para a criação de linguagem autoreferenciada transmitida pela institucionalização da área. O contraponto é estruturante, não apenas da Filosofia, mas também da Sociologia, como se retomará no próximo capítulo, e, *mutatis mutandis* da História. Pelo menos até a modificação que se observa no recrutamento social da Faculdade nos anos setenta, ele se nutre da composição social heterogênea que une de modo interdependente camadas em descenso e em ascenso. E, se as primeiras se inclinam à profissionalização/ ciência, e as segundas ao ensaio/cultura, é certo que uma se define em contraponto a outra, mas não elimina o empréstimo de ganhos, tampouco a influência recíproca.³³⁰

João Cruz Costa prepara sua aposentadoria em 1964. Agastado com o nível da intervenção política na faculdade, foi preso, acusado de comunista, e obrigado a cantar o hino nacional perante os militares. Não perdeu o prumo e solicitou aos milicos que o acompanhassem. Mas já não agüentaria mais e tratou de arranjar seu esquema de sucessão. Em meio aos conflitos a respeito da realização do concurso de cátedra ou já em regime departamental – Giannotti a favor do segundo; Bento Prado Jr. sentindo arrepios ao ouvir a palavra “créditos”³³¹ e com o fantasma da perseguição política ocorrida na Universidade de Brasília, cujos quadros foram destituídos de seus cargos já nos primeiros meses do regime civil militar, tendo um antigo membro desse núcleo, à frente, Laerte Ramos de Carvalho³³² – foi realizado concurso para Filosofia. Acelerava-

³²⁹ Idem, p. 27.

³³⁰ Este ponto é retomado no capítulo 4.

³³¹ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 244; Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 206.

³³² Laerte Ramos de Carvalho é diretor, entre 1961-1965, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), cargo deixado para assumir a reitoria da Universidade de Brasília, criada em 1962. Reitor da UnB, entre 08 de setembro de 1965 e 3 de novembro de 1967, tem destacado papel na reforma

se a confecção de teses, que não correspondiam a pesquisas desenvolvidas pelos candidatos ou a suas inclinações. José Arthur Giannotti, o mais adiantado, já doutorado, escreve “Alienação do Trabalho Subjetivo”, como tese de livre-docência, publicada em seguida pela Difel, como *Origens da dialética do trabalho*. Bento Prado Jr., sem doutorado, preparou em dois meses e meio sua livre-docência *Presença e campo transcendental – consciência e negatividade na Filosofia de Bergson*³³³ - prova, pela negativa, de que, embora sartreano, em assuntos profissionais, a toada era outra.³³⁴ A banca composta por João Cruz Costa, Lívio Teixeira (indicados pela Congregação), Arnold von Buggenhagen, Gérard Lebrun e Arthur Versiani Velloso aprovou os dois candidatos em junho de 1965.³³⁵ A despeito do desfecho previsível desse concurso, a lucidez de João Cruz Costa notou problemas semelhantes em pontos diferentes desses candidatos: “linguagem: nem sempre, a meu ver, suficientemente clara para o que não é especialista / do ponto de vista didático notei um certo desequilíbrio nas partes da conferência proferida”, foi seu parecer parcial à prova didática de José Arthur Giannotti. E, “quanto à linguagem: é perfeita, utilizando vocabulário preciso. É claro e revela calma ao expor / quanto à didática é quase perfeita, necessitando apenas que o candidato tenha mais em conta que nem sempre os seus ouvintes estão tão a par da matéria quanto ele”, à prova didática de Bento Prado Jr. Notável: ambos passaram a falar entre especialistas e o próprio catedrático se sente fora do diálogo.³³⁶ Quanto ao estilo, talvez ninguém melhor que Lebrun para detectar o semelhante na diferença:

“O professor Giannotti defendeu sua tese sobre ‘Alienação do trabalho subjetivo’ (...) a despeito do estilo às vezes pesado e das concessões às vezes excessivas ao maneirismo verbal hegeliano-marxista (...) soube reconhecer que certos equívocos subsistiam em sua tese (a respeito da dialética), mas mostrou sempre um domínio e uma segurança que confirmam a

universitária, nos trâmites do convênio Mec-Usaid e toma parte nas demissões sob ordens do regime civil militar instaurado em 1964. (Cf. Luiz Antonio Cunha. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 2ª ed., p. 44-45). Sua participação nesse processo causa alvoroço entre os antigos colegas da FFCL-USP.

³³³ “Sobre o autor”. Bento Prado Jr. *A retórica de Rousseau e outros ensaios*. (org. Franklin de Mattos). São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 439.

³³⁴ É recorrente que seja indagado a respeito do tema da livre-docência não ser Sartre. Por tudo que vimos expondo, parece-nos que longe do autor “seguir o preceito sartreano de pensar contra si próprio”, como costuma responder, tratava-se de autor ainda não incorporado ao panteão da Filosofia. Registre-se a participação de Maria Clara Rezende Teixeira Constantino, com a tese “Investigações para uma ordenação dos problemas de teoria de História”. Não aprovada no concurso, fez carreira em História.

³³⁵ Cf. Processo 64.1.1107.8.4 (Bento Prado Jr.); 64.1.1105.8.1 (José Arthur Giannotti).

³³⁶ Respectivamente, processo 64.1.1105.8.1. e processo 64.1.1107.8.4

excelente impressão produzida pelo trabalho escrito. Seria difícil exagerar a importância de seu livro e de sua defesa, o professor Giannotti é, sem dúvida alguma, um filósofo de categoria.”

“O professor Bento Prado apresentou a sua tese sobre: ‘Presença e campo transcendental’ (...) pessoalmente contestei certas afirmações do candidato a respeito da interpretação ‘fenomenológica’ a meu ver abusiva que ele fez de Bergson. O candidato (...) embora tendo sido constrangido confessar certos aspectos artificiosos do trabalho (...) manteve com firmeza e elegância o essencial de suas posições. O brilhante deste jovem professor, a profundidade da informação dele fizeram com que o interesse dessa defesa [n.i.] constante. Eu considero portanto habilitado nesta prova esse candidato de categoria excepcional”.³³⁷

O duelo que mobilizou Bento Prado Jr. e Giannotti – assim como as atenções daqueles ao redor – foi levado por anos a fio; e, por ocasião da morte do primeiro, o estilo veemente do segundo não se abateu em sentimentalismo. Giannotti homenageou-o mantendo o estilo da controvérsia – “sua morte interrompe esse diálogo e me priva de um amigo adversário. Visto que em geral só penso na contramão, uma parte de mim mesmo foi-se embora.”³³⁸ O tempo parece atenuar os conflitos, sobretudo quando a *diferença com relação às novas gerações evidencia o que antigos* adversários guardavam em experiência comum. Parece ser o caso, pois se assertiva de Giannotti era enunciada por ocasião da morte de Bento, na memorização de vinte anos dos eventos de 1968, este lembrava a respeito daquele: “Giannotti jamais foi, como eu vítima da mitologia romântica da escrita solitária.”³³⁹ Ambos foram “abusivos” em suas inclinações ao olhar de Lebrun, e herméticos ao de Cruz Costa. Numa de suas tiradas borgeanas, o historiador Fernando Novais, sugeriu que fossem como “Los teólogos”, que tinham também leituras rivais e condenavam a heresia um do outro. Jorge Luis Borges imaginou: “Tal vez cabría decir que Aureliano conversó com Dios y que Éste se interesa tan poco em diferencias religiosas que lo tomó por Juan de Panonia. Ello, sin embargo, insinuaría una confusión de la mente divina. Más correto es decir que en el paraíso, Aureliano supo que para la insondable divinidad, él y Juan de Panonia (el ortodoxo y el hereje, el aborrecedor y el aborrecido, el acusador y la víctima) formaban una sola persona.”³⁴⁰

³³⁷ Respectivamente, Gérard Lebrun, parecer da “Defesa de Tese” de José Arthur Giannotti e de Bento Prado Jr.(Processos 64.1.1105.8.1. e 64.1.1107.8.4), emitidos em 02/05/1965 e 03/05/1965.

³³⁸ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.

³³⁹ Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia (1956-1959) na memória de um ex-aluno”, p. 79.

³⁴⁰ Jorge Luis Borges. “Los teólogos” (Aleph). In. *Obras completas I*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 857. Sugestão dada pelo historiador em conversa informal.

Do ângulo do historiador, o ensaio borgeano oferece a melhor maneira de apreender os dois filósofos. Parece ser mesmo esta a natureza da díade: para os que a observam, trata-se de uma mônada.³⁴¹ Para Bento Prado Jr., por exemplo, unidade havia no par Giannotti/Fernando Henrique. É que, do ponto de vista do ensaio e da boemia lítero-filosófica, de um lado se apresentavam os que gostam de seminário formal, e de outro, os que gostavam mais de “boteco” – e Bento preferia este, na companhia de Pierre Clastres, para quem explicava sua diferença com relação aos dois.³⁴²

³⁴¹ Cf. Georg Simmel. “O indivíduo e a díade”. In. Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (orgs). *Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. Trad. Roberto Schwarz.

³⁴² Bento Prado Jr. “Lembranças e reflexões sobre Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Jr.” (Realizada por Piero Camargo Leiner e Luiz Henrique Toledo). *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, p. 431.

4. Filosofia e Ciências Modernas: Karl Marx, antídoto e emplastro.

“... desconfie dos professores de lógica...”

Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Paris, 18/05/1957.

“La lutte pour le monopole du commentaire légitime du Capital ne serait pas aussi acharnée si elle n’avait pas pour enjeu, en réalité, l’imense capital symbolique que représente le marxisme, seule théorie du monde social qui soit efficiente à la fois dans le champ politique et dans le champ intellectuel”.

Pierre Bourdieu.³⁴³

José Arthur Giannotti foi o primeiro dos seminaristas a doutorar-se. Para tanto, abriu mão de sua ambição de discutir a noção de conceito na lógica formal, não arriscou discuti-lo em Karl Marx, embora já bradasse no Seminário, “tudo derivava do conceito, o conceito de capital, o conceito de trabalho”.³⁴⁴ Optou por defender *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica* – acertando os ponteiros entre o jovem formado na FFCL-USP e o futuro em vista.³⁴⁵ Uma leitura meio às avessas de detalhes ignorados pode surpreender ambições inconfessadas. Com efeito, seu *Stuart Mill* (defendido em 1960) e “Notas (1960)” são faces de uma mesma moeda que chamaríamos de “Marx-antídoto” – não fosse o receio de tal denominação parecer acintosa.

A divisão social do trabalho estabelecida no Seminário conferiu a José Arthur Giannotti uma posição homóloga à que ele criou para Filosofia, por meio da dialética de Karl Marx, junto às ciências modernas e seu formalismo. Não é demasiado supor que isso já estivesse em seu horizonte ao doutorar-se e já operando na coordenação e subordinação dos colegas/disciplinas. As condições de existência das ciências e a filosofia entranhada nelas definem um programa de investigação e desenham o mapa das posições/saberes que sustentam o filósofo no topo da hierarquia, como superego teórico, fruto colhido por ter aberto mão da veleidade com estética.³⁴⁶

³⁴³ Pierre Bourdieu. “Le discours d’importance”, p. 213.

³⁴⁴ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 77.

³⁴⁵ Não é possível desenvolver o ponto, mas a tese deve algo à carga de Psicologia no currículo da Filosofia em sua graduação, bem como ao esforço por tomar distância desta área, já cindida da matriz filosófica e eminentemente feminizada.

³⁴⁶ Reduzimos as citações ao mínimo necessário, remetemos o leitor mais curioso à abertura da tese (*John Stuart Mill...*, p. 1-3, exemplar do CAPH). Houve modificações no texto preparado para a publicação – algumas com o intuito de atualizar seu pensamento, como ele adverte (Boletim n. 269, Cadeira de Filosofia 5. São Paulo: Seção de Publicações da FFCL-USP, 1964, p. 5); outras realçando argumentos. Como sói ocorrer, advogar papéis de vulto vai de par com o auto-rebaixamento. Era com “receio e a ansiedade” que “assaltam quem publica seu primeiro livro” que desejava ter feito mais que “um volume a mais na escassa bibliografia filosófica de nosso país [na esperança de que] possa contribuir para a instauração entre nós do pensamento filosófico rigoroso que tanto nos tem faltado”. (José Arthur

A posição da Filosofia, com o antídoto da dialética, tem respaldo também em lições de Maugüé, muito embora Giannotti não tenha sido aluno dele.³⁴⁷

“As ciências especializaram-se [mas] participam todas de uma mesma verdade total que ultrapassa as forças do espírito do indivíduo, mas que seria compreensível por uma inteligência universal, por Deus, por exemplo. (...) O que faz a comunhão das ciências, assim como de todas as atividades humanas, é que todas testemunham, com pureza maior ou menor, a mesma energia. Podemos surpreender-nos com as analogias que os fenômenos da natureza, divididos pela necessidade de estudo, apresentam entre si. Mas, bem mais surpreendidos seremos por este fato essencial e simples, de que em todos estes domínios há qualquer coisa de idêntico (...) se as ciências e as artes representam manifestações concretas do poder espiritual do homem, a filosofia é uma tentativa superior, do segundo grau. Ela pretende reaver na sua unidade abstrata, esse poder, ou se se prefere, o sentimento desse poder. A filosofia é reflexiva. É o espírito ou a inteligência que se apreende a si mesma. (...) É através de outras ciências, das matemáticas, da física, ou de outras artes, da pintura, da música, que a filosofia se exercerá. Eis por que ela parece inapreensível. É que como o Deus do Antigo Testamento, a filosofia tudo apreende mas continua a ser invisível. Não possui objeto próprio. Fácil é compreender que a filosofia (...) não pode apresentar-se como um conjunto de conhecimentos objetivamente transmissível. A sua sorte está ligada aos encaminhamentos, às vicissitudes, ao progresso das atividades científicas, morais e estéticas sobre as quais ela medita. (...) A filosofia representa o mais notável esforço do espírito para descobrir a si mesmo. Sendo a mais abstrata das atividades do homem é também a mais próxima da verdade total.”³⁴⁸

Giannotti poderia ser esse filósofo de Jean Maugüé.³⁴⁹ Se a Filosofia é meditação sobre um conjunto de práticas, a reunião dos amigos deu o “assunto” a Giannotti. Em suma, a organização que ele propunha o ligava de modo inesperado a

Giannotti. *John Stuart Mill*...Boletim, p. 5). Seria um modo talvez de fugir do foco a esta altura, mas parece-nos que a tendência a auto-depreciação conjugada com esse advogar de grandes tarefas, sobretudo se implicarem confronto com a geração anterior (neste trabalho, nos casos da Sociologia e da Filosofia, objetivada nos catedráticos) tem uma substância social comum àquela que Carl Schorske analisou. *Viena fin-de-siècle. Política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Trad. Denise Bottmann.

³⁴⁷ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 245.

³⁴⁸ *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1934-1935*. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL, p. 35 (sublinhados meus).

³⁴⁹ Digno de nota: no programa, Maugüé parecia mais diversificado do que na apropriação de suas lições – traduzidas na alternativa ciência ou arte. Seus primeiros discípulos criaram a segunda vertente como definidora exclusiva de seu projeto. (Cf. Heloísa Pontes, *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima* em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das letras, 1998.) Mas não se deve ignorar que os plebeus, afeitos à primeira, talvez devam algo ao programa, transmitido por toda sorte de práticas cotidianas que concorrem para o estabelecimento de lugares comuns: aulas, citações, conversas, leituras extemporâneas; e, em abono à assertiva, remetemos a dois registros: a intervenção do filósofo em uma atividade de extensão universitária (“A posição do filósofo perante a crise atual”, 11/6/1937) e o discurso de João Cruz Costa, como paraninfo da turma de 1949, quando Giannotti já freqüentava a FFCL-USP. O primeiro afirma: “O que caracteriza o Universo do século XX é a confiança que o mesmo deposita na técnica das ciências e no poder que essa ciência fornece à indústria afim de que esta obtenha uma mais fácil exploração das riquezas do planeta. A crise ‘contemporânea’ decorre apenas, segundo o orador, do afastamento entre os meios de produção, que a ciência pôs à disposição do homem, e as diversas organizações sociais sobre as quais ainda se calca a civilização industrial. A desigualdade, como dizem os economistas, entre as possibilidades de produção, de um lado, e os poderes de distribuição e de absorção que a sociedade permite, de outra parte, é flagrante.”(*Anuário da FFCL-USP, 1937-1938*, p.68). O segundo pontua a distância entre hábitos pretéritos e os presentes, tributa o avanço aos estrangeiros e ao lento trabalho de rotinização da disciplina, terminando por afirmar “Já hoje, a simples retórica dos bem falantes, não consegue obter o crédito que encontrava ainda há poucos anos.” *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 301.

Maugüé, posto que distante do grã-finismo do pólo estética, a ele associado. Além da formação do grupo, seu projeto de retomada da “unidade abstrata, esse poder, ou se se prefere, o sentimento desse poder” pipoca nos textos programáticos e na execução dos mesmos. É o que se encontra em sua tese a respeito de Stuart Mill e em seu programa de leitura d’*O Capital*:

(I) “somos levados a abandonar aquela posição que empresta um caráter pré-científico ao antagonismo das escolas, aceitando por conseguinte a ciência globalmente, tal como se apresenta em crise, verdadeiro campo de batalha em que as doutrinas negam-se umas às outras, de maneira mais radical. Seria ingênuo, todavia, atribuir, a cada corrente que atua no pensamento contemporâneo, uma completa autonomia, como se cada uma instaurasse por conta própria um universo de discurso particular, pelo simples fato de se opor às outras.”

(II) “São estes os temas que gostaríamos de propor à consideração dos leitores. O rápido inventário dos procedimentos metodológicos de ‘O Capital’ basta para indicar em que estrita medida Marx trabalhava na dependência da lógica hegeliana. Seria o livro uma de suas aplicações? Quais são as alterações substanciais que sofreu por causa da famosa inversão do método dialético? Sem uma cuidadosa comparação de Marx e de Hegel o exame da razão dialética não poderá ir a diante. Isto posto, será possível então retornar ao estudo das ciências contemporâneas e verificar o até agora postulado marxista de que a ciência, por sua própria natureza, é dialética no sentido de Marx. E se por acaso isso não se averiguar, então das duas uma: ou o método dialético é uma forma filosófica e superada do conhecimento científico, ou sendo imprescindível a unidade do saber que o método postula, está ocorrendo uma crise tal na ciência contemporânea, que ela desconhece até mesmo seu próprio sentido.”³⁵⁰

Ressaltamos seu entusiasmo com a técnica de leitura como alternativa aos riscos políticos e epistemológicos. Mas o excerto acima (II), que conclui o programa de “Notas (1960)”, denuncia outro propósito. Passa-se, quase imperceptivelmente, *do método de leitura aplicado a Marx ao método de Marx*, acesso viabilizado pelo primeiro. Este “mesmo artigo, inteiramente refundido é publicado em *Cuestiones de Filosofía* Ano I, n. – Buenos Aires”³⁵¹ – dois anos depois. Cotejando as versões, como parece pedir esta advertência do filósofo, encontra-se, entre muitas alterações, uma modificação que transforma a pergunta, sublinhada acima, em resposta:

“Estos son, para terminar, los temas que nos gustaría proponer a la consideración de los lectores. El rápido inventario que hicimos de los procedimientos metodológicos de *El Capital* es muy incompleto, pero de todos modos es suficiente para indicar em qué estricta medida Marx trabajaba bajo la dependencia de la lógica hegeliana. Sería el libro apenas una de sus aplicaciones científicas? Cuáles son las alteraciones sustanciales que sufrió por causa de la famosa inversión del método dialético? Y éstas sólo resultan las primeras cuestiones. El estudio estructural de la obra de Marx se completa así mediante una cuidadosa comparación entre Hegel y él. Sólo en tanto se cumplan estas etapas será posible proceder a un examen completo de la ciencia, en particular de las ciencias humanas, y verificar hasta qué punto éstas son dialécticas por su propia naturaleza, lo que ha sido tomado por los marxistas como un postulado. Además, a primera vista, dado el carácter formalista al extremo y pragmático de las ciencias en general, parece que se da exatamente lo contrario. Entonces, una de dos: o el método dialéctico consiste en una forma filosófica y superada del conocimiento científico, o las ciencias contemporâneas, en la

³⁵⁰ Respectivamente: José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill...*, p. 5 (Tese, exemplar do CAPH); “Notas (1960)”, p. 72.

³⁵¹ Processo 64.1.1105.8.1 (Giannotti), fl. 8.

medida en que sería imprescindible la unidad del saber que postula la dialéctica, estarían sufriendo una crisis tal que las lleva a desconocer hasta su propio sentido.”³⁵²

Granger lhe dissera: “case-se com uma ciência”. E ele: “por que não, várias?” – decerto pensando, “por que não, todas?” Subordinando o formalismo delas pela arma que a dialética lhe oferece, o próprio mestre foi alvo da lição.³⁵³ O excerto dirige-se a este ponto, opondo de um lado o método dialético e de outro o formalismo e pragmatismo das ciências em geral. É que o trabalho de legitimação institucional da leitura de Karl Marx seguiu *pari passu* a reflexão a respeito da relação entre seu método e o método das ciências modernas, em ato, no Seminário, e em texto, em *História e consciência de classe* (doravante *HCC*). Com efeito, quando o grupo se debruçasse sobre este livro *as posições disciplinares a instigar identificações* com a crítica de Georg Lukács à (cons)ciência burguesa reificada *já estavam distribuídas*.³⁵⁴ O programa que consta nos textos que a presente seção coloca em tela são tributários *tanto dessas posições quanto das disposições oriundas delas* para melhor adotar a crítica do húngaro:

“...il serait vain d’espérer et d’attendre que la cohésion de la totalité, à la connaissance de laquelle les sciences particulières ont consciemment renoncé en s’éloignant du substrat matériel de leur appareil conceptuel, puisse être conquise par une science les embrassant toutes, par la philosophie. Car cela ne serait possible que si la philosophie rompt les barrières de ce formalisme tombé dans le morcellement, en posant la question selon une orientation radicalement différent, en s’orientant vers la totalité matérielle et concrète de ce qui peut être connu, de ce qui est à connaître. Pour cela, il faudrait pourtant percer à jour les fondements, la gènese et la nécessité de ce formalisme.; il faudrait encore que les sciences particulières spécialisées soient non pas liées mécaniquement en une unité, mais refaçonnées, intérieurement aussi, par la méthode philosophique intérieurement unifiante.”³⁵⁵

É rente a tal preocupação que Giannotti escreve “Marxismo, técnica y alienación” e discute como se processa a alienação na sociedade capitalista, defendendo que ela se liga menos à máquina que à propriedade privada e ao trabalho a ela correspondente³⁵⁶. A crítica da economia política é mobilizada por Giannotti nos termos

³⁵² José Arthur Giannotti. “Notas (1962)”, p. 43.

³⁵³ José Arthur Giannotti. “Pensamento formal e ciências do homem”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. I., novembro de 1961.

³⁵⁴ Haroldo Santiago, ligando esses passos iniciais a *Trabalho e reflexão* (1983) afirmou: “O esquema da investigação empreendida por Giannotti faz lembrar a metáfora estoica do ovo: lógica como casca, ontologia como clara e, pó fim, a gema ética”. Naturalmente, nossa exposição fica entre a casa e a clara. “Marx no espelho de Wittgenstein”. In.: Ricardo Musse; Isabel Loureiro. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 197.

³⁵⁵ Georg Lukács. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Minuit, 1960. Trad. Kostas Axelos e Jacqueline Bois.

³⁵⁶ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica y alienación”. *Pasado y Presente*, n. 5-6, 1964, p. 32.

de um Marx epistemólogo: ele *situa o método de Marx (não alienado) em relação ao formalismo das ciências modernas (alienado)* – “conviene recordar que Marx entendía por ciencia una cosa muy diferente de lo que hoy en general se entendie por ella.”³⁵⁷ Nele, “se identifican ciencia y teoría del conocimiento”, implicando a crítica dos que se ocuparam do mesmo objeto.³⁵⁸ Giannotti faz da ciência de Marx, antídoto ao à ciência moderna, no que tange ao levantamento empírico de seu material de pesquisa; no que tange à aparência dos mesmos; no que se refere ao método crucial para arrancar deles a “substância”³⁵⁹. Entretanto, uma vez assumido que, diferentemente do que ocorre com as ciências em geral, “para el marxismo no es suficiente el criterio positivista de la verificabilidad, pues le cabe descubrir la necesidad del hecho dada por el empirista como incuestionable”³⁶⁰ – resta saber “onde o critério de validade dos conceitos empiricamente inverificáveis?”³⁶¹ Há verificabilidade para um método que pulsa na unificação produtiva de momentos antagônicos?³⁶² O filósofo reconhece no conhecimento teórico e aplicado, a mesma alienação na base das “exigencias técnicas del trabajo moderno [que] imponen el parcelamiento de las tareas”³⁶³; e identifica no formalismo o sintoma disso: “en la base de la ciencia y de la técnica moderna entrevimos el mismo vicio, momento de la alienación mayor del sistema de producción de nuestras vidas”.³⁶⁴

Se lhe perguntassem quais estudiosos da obra de Marx pareciam “ao mesmo tempo mais inovadores e mais rigorosos [Lebrun] responderia: Althusser e Giannotti.”³⁶⁵ Giannotti reconhece serem “os problemas levantados por suas

³⁵⁷ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica y alienación”, p. 25.

³⁵⁸ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica y alienación”, p. 29.

³⁵⁹ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica y alienación”, p. 26.

³⁶⁰ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica y alienación”, p. 26.

³⁶¹ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 287.

³⁶² Em trecho exclusivo de “Notas (1962)” comparece o problema empirismo/ verificação: “En general, los primeros capítulos de los três volúmenes son esenciales para comprender el modo de constitución de las categorías y el tercer volumen, en particular, para el claro entendimiento de las relaciones entre un análisis categorial y un análisis empírico. Este se atiene exclusivamente a las apariencias y a la inducción de sus invariantes y de este modo no va allá de la conceptualización del mundo tal como es vivido por la clase dominante.” (p. 35).

³⁶³ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica e alienação”, p. 33.

³⁶⁴ José Arthur Giannotti. “Marxismo, técnica e alienação”, p. 33.

³⁶⁵ Gérard Lebrun. “Orelha” de *Origens da dialética do trabalho*.

especulações” de “enorme importância”, e discorda da “justeza da interpretação.”³⁶⁶ É que são outras suas motivações. Se Lebrun acerta na arguição – “[trata-se de] estudo sobre a dialética ‘primitiva’ do jovem Marx que visa a por em evidência a ruptura entre os trabalhos de juventude de Marx (ainda sob influência de Feuerbach e de um certo ‘idealismo’, - mais humanista do que economista) e as obras de maturidade”.³⁶⁷ – destaca justamente a afinidade de ambos, não o que os separa.

A regra segundo a qual a generosidade é apanágio dos gabaritados e o rigor, arma dos recém-chegados, parece perfeita para o caso. Em tudo se contrapõe aos comentários de Lebrun – colega de trabalho de Giannotti – os de João Quartim de Moraes, ex-aluno dele, responsável por resenhar *Origens da dialética do trabalho* em 1967, no número especial de *Teoria e Prática*, dedicado aos cem anos de publicação d’*O Capital*: “essa digressão histórica seria realmente necessária? Na verdade, a oposição radical entre o Marx dos ‘Manuscritos’ e o do ‘Capital’ em vez de obrigar o estudioso a passar pelo primeiro para chegar ao segundo, deveria, ao contrário, dispensá-lo desse esforço”³⁶⁸ O comentário denuncia o rechaço de Giannotti ao enquadramento *possível no interior das atividades em processo de ordenação institucional*: história da filosofia, análise da arquitetura do sistema filosófico ou história das idéias filosóficas de Marx?³⁶⁹ Sua insatisfação se deve ao fato de que “a questão que coloca sobre a possibilidade da dialética será respondida de tantas maneiras quantas forem as perspectivas em que se situa ao colocá-la.”³⁷⁰ Com efeito, Giannotti parece recusar a normatização profissional, mas não abrir mão dos recursos que se ganha com a organização institucional dessa mesma atividade. No passo em que seu crítico propõe escolhas, Giannotti quer abarcar o conjunto de possíveis.³⁷¹ Se no

³⁶⁶ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”. *Teoria e prática*, n. 3, 1967. Sem a necessidade da etiqueta, “marxismo ocidental”, é para ele que, sem alarde, Lebrun atenta, ao localizar a tese na “literatura ‘marxologista’ contemporânea”; “encerrada a época dos práticos (Lenine, Rosa Luxemburgo) – que sabiam do que falavam porquanto o faziam – parece que um estranho destino cegou os marxólogos a ponto de torná-los enfadonhos e os marxistas a ponto de torná-los profetas”; é “curiosamente do lado da Universidade que começa a quebrar-se essa tradição monótona: na França como no Brasil concorda-e em estudar Marx do modo pelo qual Guerroult comenta Descartes.” Gérard Lebrun. “Orelha” de *Origens*.

³⁶⁷ Gérard Lebrun. Parecer da “Defesa de Tese” de livre-docência de Giannotti (Processo 64.1.1105.8.1)

³⁶⁸ João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.” *Teoria e prática*, n. 3, p. 84.

³⁶⁹ João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.” p. 90-91.

³⁷⁰ João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.” *Teoria e prática*, n. 3, p. 90.

³⁷¹ “Não é a ausência de continuidade entre os ‘Manuscritos’ e ‘O Capital’ que há de colocar problemas de método para o marxista ou marxólogo. Porque ou seu projeto é descrever a trajetória intelectual de Marx, e então caberá analisar as teses do jovem Marx, e mostrar como o Marx dos ‘Manuscritos’ se

contraste com Bento Prado Jr., Giannotti o obrigava a optar; aqui, ele opta por não cindir. É sua poligamia como resposta a Granger a atualizar a lição de Maugué: “De um lado o movimento de análise que tende para as ciências objetivas, e de outro, o esforço para encontrar, através das análises particulares, a sua origem comum. É este esforço que se denomina filosofia.”³⁷² Giannotti não realiza o programa que seu ex-aluno lhe cobra³⁷³; não aposta na sistematização da dialética d’*O Capital* sem investigar como Karl Marx chegou a ela, e, portanto, não analisa a dialética dos “Manuscritos” por si própria, como “sistema autônomo”, senão na base da futura maturidade do autor: todas as vertentes no horizonte de um trabalho de Filosofia à época – técnica de leitura, história da filosofia, filosofia – eis o que quer abarcar o candidato à livre-docência.

O manifesto “contra Althusser” – assim como seu estudo sobre as *origens da dialética do trabalho* – não podem ser lidos no quadro dos interesses exclusivos relativos a estudos da obra de Marx, nem na taxonomia profissional da Filosofia. Na primeira chave, o horizonte é de especialização autoral; na segunda, institucional. A cobrança por ambas é sinal dos novos tempos; o novo deslocamento de Giannotti, sinal dos velhos.³⁷⁴ Mas seu trabalho, e o dos seminaristas, resultam do último fôlego desta fase de ordenamento institucional e *lenta* segmentação que marcou as duas primeiras décadas de vida da FFCL-USP. É o que fica evidente se pensarmos que “rodeio” pela história, “desnecessário” para o “balanço geral da dialética marxista”³⁷⁵ não o era para os propósitos que seu período de formação permitia arquitetar e executar.

A epistemologia já acenada resultava do trabalho com Gilles-Gaston Granger, e tinha por pedra de toque afirmar “o pressuposto de uma descontinuidade radical entre o ‘concreto’ e o trabalho de conceptualização da ciência”.³⁷⁶ Acordes então de que “só há ciência quando uma linguagem sintaticamente bem estruturada ‘corta as amarras com noções forjadas diretamente em contato com as percepções vividas da coisa’”³⁷⁷ –

converte no Marx de ‘O Capital’, ou então sistematizar (...)” João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.”, p. 85.

³⁷² Jean Maugué, “O ensino da Filosofia e suas diretrizes”. *Anuário da FFCL-USP*, 1934-1935, p. 35.

³⁷³ Cf. João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.” *Teoria e prática*, n. 3, p. 86. Em oposição a “[fazer] análise histórica e estudo sistemático [porque] antes de tudo é necessário investigar o exercício da atividade científica de Marx”. José Arthur Giannotti. *Origens...*, p. 9.

³⁷⁴ Cf. caracterização das linhas de pesquisa de Franklin Leopoldo da Silva. “Pesquisas no Departamento de Filosofia”. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, 1994.

³⁷⁵ José Arthur Giannotti. *Origens...*, p. 10.

³⁷⁶ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 254.

³⁷⁷ José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill...*, Boletim, p. 11.

postula-se um hiato entre ciência e percepção. Mas daí não se reduz a ciência a “mera linguagem – o que seria negar-lhe todo o poder sobre as coisas”. Em suma, “o conceito não é extrapolação do percebido, mas não obstante encerra uma referência ao objeto”.³⁷⁸ Mais ainda: autonomia do discurso filosófico, ponto de partida da leitura é ponto de chegada histórico de um processo de autonomização dele e das ciências.³⁷⁹ Todo o problema, obviamente, consiste em estabelecer um princípio racional para explicação: relação existente entre *material* [discurso filosófico/ ciência] *autônomo e o referente externo, não só porque a respeito dele ela deva ter algo a dizer, mas também porque nele se encontram as condições de existência dessa mesma autonomia*. Incorporando os ganhos do método, Giannotti estava “mais uma vez contrariando igualmente os dogmas uspianos relativos à autonomia do discurso filosófico”.³⁸⁰ Cumprir o programa que lhe cobravam equivaleria a cometer, na Filosofia, o mesmo equívoco de formalismo, que denunciava nos cientistas modernos. Revisar a trajetória de Marx – com tais tomadas de posição relativas a autonomia/referente – permitia pensar a historicidade da viragem e provar, no autor do momento, aquela “*relação* entre o sistema pensado e o sistema real”, ponto de divergência entre ele e resenhista, mas pensado a todo tempo no Seminário, comparecendo em todas as teses. Dois anos após a defesa de sua livre-docência, indaga, “contra Althusser”: “em que termos poderá examinar a ‘coupure’, a separação entre a problemática da juventude e a da maturidade, caso se mantenha exclusivamente no plano da análise dos discursos?”³⁸¹ Althusser explicaria “a passagem do discurso antropológico para o discurso científico d’O capital” por uma “inexplicável mutação das estruturas da linguagem?”³⁸² Entretanto, a (trans) formação dos sistemas conceituais não é indiferente à história, referente real e condicionante dos mesmos, no final das contas, se entendermos “a própria realidade como um processo de constituição categorial”.³⁸³ É esta questão que se encontra na crítica à “índole

³⁷⁸ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 256.

³⁷⁹ Cf. Capítulo 4.

³⁸⁰ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 278.

³⁸¹ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”. *Teoria e prática*, n. 3, 1967, p. 80.

³⁸² José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”. *Teoria e prática*, n. 3, 1967, p. 80.

³⁸³ Difícil aquilatar a relevância da discussão a respeito da “antropologia fundante” com Bento Prado Jr. para o jovem Marx de Giannotti. No rol dos filósofos, sob o impacto da experiência proposta por Giannotti, entre os selecionados por Cruz Costa, deve-se destacar que o humanismo do jovem Marx, assim como posteriormente, a crítica a Althusser, foi objeto de *Ruy Fausto*: “Sobre o destino da antropologia na obra de maturidade de Marx (1968)”. In. *Marx: Lógica e Política. Tomo I*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

positivista”³⁸⁴ da “radical oposição entre objeto de conhecimento e objeto real” althusseriana.³⁸⁵ A crítica de Giannotti junta “o que Althusser e a epistemologia francesa haviam separado”³⁸⁶. Tal separação elimina, não resolve, um problema, qual seja, o de que a formulação teórica *corresponde e não corresponde* aos dados empíricos da realidade imediata. Para Giannotti, não era possível, como queria Althusser, “[de um lado ter] a *realidade* cuja existência é independente do conhecimento, [e de outro] a *produção do conhecimento* que como tal se move num universo autônomo, partindo de fatos teóricos e chegando a outras teorias mais gerais, adequadas e percucientes.”³⁸⁷ A cisão estabelecida por Althusser institui “duas ordens separadas, a do conceito e a do real, a manterem entre si obscuras relações de conhecimento.”³⁸⁸ Mas um dos nós a serem desatados pela epistemologia consiste justamente no estabelecimento desta relação, negada na formulação althusseriana. Não se trata de postular um “paralelismo integral entre pensamento e realidade, negando ou escamoteando a especificidade do modo de ser do teórico”. A recusa à separação teoria/realidade “não quer dizer que estejamos confundindo o objeto do pensamento com o objeto real, mas simplesmente que ao percorrer o caminho do abstrato ao concreto estamos formulando um discurso que *reproduz* uma síntese essencial que se dá além da prática teórica”.³⁸⁹ Na história, em suma. Pois, em matéria de leitura d’*O Capital*, estamos às voltas com a diferença entre “método de exposição e de pesquisa”, Karl Marx, ao “separar a análise da essência da análise do devir numa determinada situação objetiva”, não estabelece a autonomia dessas categorias, e fazê-lo em nada auxilia no avanço do estudo seja de sua obra seja do capitalismo. “Como o valor, por exemplo, logrou impor-se numa sociedade é um problema *histórico* diferente da gênese categorial que se reproduz a todo instante.”³⁹⁰ A exposição d’*O Capital* se inicia pela “gênese categorial”, mas ela “não cria

³⁸⁴ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 47. “Em torno da questão do Estado e da burocracia” e “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos” retomam os argumentos são retomados à luz de estudos empíricos (José Arthur Giannotti. *Estudos CEBRAP*, n. 17, 1976; *Estudos CEBRAP*, n. 20, 1977).

³⁸⁵ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”. *Teoria e prática*, n. 3, 1967, p. 66.

³⁸⁶ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 263.

³⁸⁷ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”, p. 68. Não ignoramos que aí está *História e consciência de classe*, novamente a se casar com a disposição das posições nesse cenário. Enveredar por essa relação, contudo, desviaria de foco.

³⁸⁸ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”, p. 68.

³⁸⁹ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”, p. 70.

³⁹⁰ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”, p. 73.

propriamente nada, seus produtos são apenas categorias que estipulam condições objetivas de existência, as quais não se confundem com as causas históricas de um determinado fenômeno.” Nos termos de Althusser, tudo se passa como elas efetivamente criassem, na ordem do objeto do conhecimento.³⁹¹ O rechaço de Giannotti é ao formalismo em que redundava Althusser, idêntico àquele já criticado nas ciências modernas positivistas.³⁹² E ao risco de perda do referente. A certa altura desta resenha, evocando Spinoza, o resenhador ironiza: “como lembra Spinoza, o conceito de cão não late.”³⁹³ Talvez respondesse o filósofo: mas não confundimos um cão com uma cadeira.

Indubitavelmente, nessas tomadas de posição está a animá-lo a manutenção das ciências sob domínio da Filosofia. O arranjo dessa geopolítica disciplinar não envolve apenas hegelianismo, incorporação da história, manifesto contra positivistas. Entre a dúvida de “Notas (1960)” e a assertiva de “Notas (1962)”, Giannotti doutora-se, prossegue capitaneando o Seminário, é o único titulado na equipe de Cruz Costa. Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni doutoram-se em 1961, ano em que Fernando Novais sai da FCEA-USP para lecionar na FFCL-USP e Roberto Schwarz vai para os EUA. Era o ritmo diferenciado da profissionalização e institucionalização a alvoroçar os primeiros, a receitar cautela ao historiador, obrigar a ida do último ao estrangeiro. Se todos estavam envolvidos no trabalho um do outro, metendo o “bedelho”, é certo que os problemas dos sociólogos na manipulação empírica de seu material foi mote para o filósofo – e manteve o historiador alerta.³⁹⁴ Levando a sério o que Giannotti afirmou – o Seminário era “um grupo acadêmico onde (sic) cada um iluminava e retirava a parte que mais interessava à sua própria carreira”³⁹⁵ – pode-se entendê-lo como o modo possível de ele superar a falta de assunto da Filosofia – nos termos de Maugüé. Combinando o avanço da carreira com o avanço sobre disciplinas particulares, uma vez catedrático, elegeria duas vítimas desse ímpeto – “totalizante”, antídoto à alienação delas e suporte da dominação filosófica –: Sociologia e Economia. Já era hora

³⁹¹ José Arthur Giannotti. “Contra Althusser”, p. 75.

³⁹² “em lugar da historicidade da estrutura como momento do real, preferiram simplesmente a historicidade das idéias e do conhecimento científico (...) ressuscitar Comte e a apaziguar por fim todo o espírito dos velhos mestres da Sorbonne (...) é impressionante que as idéias e o positivismo de Althusser e de seu grupo venham precisamente engrossar as águas do anti-historicismo que predomina nesse país: estruturalistas, althusserianos ou existencialistas, cada um à sua maneira, trazem a história para a égide do psicologismo (...)”. “Contra Althusser”, p. 82.

³⁹³ João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.”, p. 99.

³⁹⁴ Cf. Capítulo 2.

³⁹⁵ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 247.

de passar da subordinação da boutade – “Florestan tinha estabelecido os três porquinhos”³⁹⁶ – ao duelo dos grandes. Se em seu doutorado confessava ambição e esperança – “para que talvez se possa um dia chegar à tomada de consciência radical da ciência enquanto objeto da filosofia – esse trabalho tem apenas o caráter de primeiro exercício”³⁹⁷ – menos de uma década depois lá estava a realizá-las. A posição advogada para a Filosofia implicava passar da *infiltração no terreno do adversário à anexação dele*.³⁹⁸

“É possível que seja o acaso que nos permitiu reunir sob a mesma rubrica questões tão diversas, como a consciência coletiva de Durkheim, a noção de pertinência, em Lévi-Strauss, o modo de produção em Marx e a polêmica Husserl-Heidegger? Com o problema da reflexão não tocamos os limites da consciência burguesa contemporânea, limites bem mais amplos do que Merleau-Ponty julgava quando tentava ultrapassar a filosofia da reflexão?”; “Acreditamos que um dos problemas mais difíceis, mas também um dos mais frutuosos consiste justamente no pensar esta reflexão que obsidia os discursos dos antropólogos tanto quanto o dos filósofos.”³⁹⁹

“o nascimento da Sociologia não é um fato isolado; integra-se no amplo esforço do pensamento contemporâneo de re-situar a questão da objetividade” (...) “Merleau-Ponty inicia as *Aventuras da dialética* examinando como a obra de Max Weber abre uma crise na noção de entendimento tal como é pensada pelos clássicos. Os trabalhos de Lévi-Strauss têm dado o que pensar aos filósofos, principalmente quando interpreta os fenômenos sociais como signos a meio caminho entre a imagem e o conceito. Vimos ademais como o problema da forma domina o pensamento durkheimiano. De todos os lados se pensa a herança kantiana como um obstáculo que, embora tenha sido declarado tantas vezes ultrapassado, reaparece constantemente no horizonte. Ela se impõe todavia segundo interpretações diferentes. No fundo, para Lévi-Strauss, a estrutura ainda é uma função de unidade que, imune às vicissitudes dos conteúdos, recua progressivamente até ancorar na instância secreta do córtex cerebral. Durkheim nesse ponto se aproxima mais da problemática pós-kantiana, que pensa a forma como reflexão e, por conseguinte, busca sua reposição nas suas relações com o conteúdo. Não é nessa linha que se situa a preocupação de explicar a origem social das categorias e do simbolismo recorrendo a um fundo anterior à lógica e à objetividade?”⁴⁰⁰

“É natural e legítimo que o cientista social descuide cada vez mais de sua formação filosófica, mas isso deveria precavê-lo contra a precipitação no tratamento das questões de método, porquanto, de seu ponto de vista, a contribuição valiosa de que é capaz somente provirá da tomada de consciência dos problemas tratados praticamente durante toda sua carreira científica.”⁴⁰¹

³⁹⁶ José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 50, 1998, p. 119.

³⁹⁷ José Arthur Giannotti, *John Stuart Mill...* tese, exemplar do CAPH, p. 10.

³⁹⁸ Na mão oposta, um cientista social poderia se empenhar em destacar da Filosofia um quinhão próprio. Como Fernando Pinheiro Filho assinalou, uma preocupação de Durkheim consistia em “provar que também as categorias do conhecimento conforme pensadas por Kant são na realidade representações coletivas. (...) Como estratégia de combate, Durkheim seleciona o problema mais relevante colocado pela discussão filosófica (...) para então fecundá-lo com o condão que só a aproximação sociológica teria, a de expor seu impasse e solucioná-lo”. (“A noção de representação em Durkheim”. *Lua Nova*, n. 61, 2004, p. 146). Como Durkheim se movia num campo de hegemonia filosófica e Giannotti, em um de hegemonia sociológica – os procedimentos são similares, os sinais, invertidos.

³⁹⁹ José Arthur Giannotti. “O problema da reflexão”. *Discurso*, n. 1, 1970. Plano de pesquisa apresentado ao CNRS-França, agosto de 1969, p. 61. A esta altura, já tinha sido aposentado compulsoriamente, e já se encaminhava a retomada de seu posto de superego teórico no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

⁴⁰⁰ José Arthur Giannotti. “A sociedade como técnica da razão. Um ensaio sobre Durkheim”. *Estudos CEBRAP*, n. 1, 1970, p. 96-97.

⁴⁰¹ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”, p. 101.

Ao trazer a discussão para seu *métier*, delibera também o exclusivo de seu *métier* na discussão: a “metafísica” e a “ontologia” nos sociólogos, são, “muitas vezes nebulosas”.⁴⁰² É que para fundar a Sociologia, Durkheim precisou provar a autonomia do social, e há aí uma posição filosófica: entender a “sociedade como razão que se pensa” – como tal posição “não se encontra[m] no nível do discurso explícito ou superficial” – o filósofo é quem pode postular as condições de existência dessa “regionalização” e “fazer recuar ao limite máximo as tomadas de posição ontológica”⁴⁰³, uma vez que, com Merleau-Ponty, acredita “toda ciência segrega uma ontologia”⁴⁰⁴. Não surpreende o teor da “nota introdutória” ao texto de Giannotti, publicada na revista *Discurso*: “Não se cogita, contudo, de forma alguma, atribuir à filosofia o papel de leitora do discurso alheio”.⁴⁰⁵ Tampouco que ao resenhar o livro de Celso Furtado, *Dialética do desenvolvimento*, de 1965, defenda a divisão social do trabalho do conhecimento – “não cabe nem a um [filósofo] nem a outro [cientista] ditar normas e soluções fora de seus respectivos domínios” – desde que a “essência do pensamento científico” seja matéria da Filosofia.⁴⁰⁶

O feito inconfundível de Giannotti “pensar na contramão”⁴⁰⁷, àquela altura já era corrente: opôs a si próprio, Bento; a Stuart Mill, Husserl; a Marx Jovem/humanista, Marx velho/cientista; e agora seria, a Durkheim, *seu* Marx/ele próprio. A estratégia consiste em contrastar a divisão social do trabalho, em chave durkheimiana, a algo como “o que Marx faria com isso”. O ardil do trabalho argumentativo chega a duas observações do maior interesse: 1. A concepção de ciência positivista e a aderência ao mundo burguês implica, em Durkheim e nos economistas não marxistas, a extensão da sociedade burguesa para todas as outras pretéritas⁴⁰⁸; e 2. “Não deixa de haver ironia nesta comparação; o autor, tantas vezes acusado dos vícios de economismo e de reducionismo, de desconhecer o caráter *sui-generis* do social [Marx], é quem cuida de marcar as diferenças entre a divisão de trabalho de fundamento fisiológico” e social;

⁴⁰² José Arthur Giannotti. “A sociedade como técnica da razão”, p. 96.

⁴⁰³ José Arthur Giannotti. “A sociedade como técnica da razão”, p. 98.

⁴⁰⁴ José Arthur Giannotti. “O problema da reflexão”, p. 52.

⁴⁰⁵ “Nota explicativa” para “O problema da reflexão”, p. 51.

⁴⁰⁶ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”. *Revista Civilização Brasileira*, n. 3, julho de 1965, p. 101.

⁴⁰⁷ José Arthur Giannotti. “Diferenças genéticas”. *Folha de S. Paulo*, jan., 2007.

⁴⁰⁸ José Arthur Giannotti. “Sociedade como técnica da razão”, p. 94. Nas passagens em que tal idéia é defendida, o filósofo parece se dirigir a Durkheim como Marx aos economistas sicofantas de seu tempo.

“enquanto o campeão da autonomia do social a pensa exclusivamente em termos biológicos (...) processo de constituição duma rede de órgãos interdependentes. De nada vale a grita em favor da especificidade do social, quando o seu movimento repete (...) o itinerário da produção biológica.”⁴⁰⁹ Novamente, Marx antídoto do formalismo e mais, do próprio equívoco da regionalização do social. Esse mesmo Marx chancela a aproximação – via erros – de Celso Furtado a Durkheim: neste, a divisão social do trabalho parece ter vida própria, como no economista brasileiro, o desenvolvimento tecnológico.

Os “erros de Celso Furtado, às vezes chocantes, são frutos de um pensamento que, ao tentar resolver questões em geral descuidadas pelas ciências conservadoras do homem (...) desafia seus instrumentos habituais”: ocupou-se de problemas históricos e teve que “dar aos seus conceitos maior flexibilidade possível”, para isso buscou socorro na dialética. Contudo, o *Marx de Furtado* é o da “ciência acadêmica e não pondo em xeque as interpretações do marxismo vulgar, termina em um impasse, ressuscitando a intransponível oposição entre a estática e a dinâmica sociais, enfim, por retroceder a um pensador tão tradicional como Durkheim.”⁴¹⁰ Vale dizer, trata-se de filosofia universitária se pretendendo anti-acadêmica ao denunciar equívocos dos cientistas. O erro mais grave de Celso Furtado, para Giannotti, consiste em “alinha(r) indiscriminadamente numa mesma posição todos aqueles que falam da totalidade qualquer que ela seja”⁴¹¹ Há apenas quatro anos, Fernando Henrique Cardoso adotava precisamente esta estratégia para defender a “totalidade dialética”: distingui-la das demais noções. Decerto, “pouca margem para a propriedade privada de idéias.”⁴¹² O filósofo elenca – como quem acompanhou de perto o amigo aflito para por em operação o arcabouço teórico – as dificuldades preliminares para o manejo.⁴¹³ A primeira “reside na escolha da totalidade a ser tomada como ponto de partida”: nação, cultura, sociedade, sistema produtivo? Difícil não supor que as observações de Giannotti – e em particular esta – não deva algo também aos impasses da tese de seu amigo sociólogo, recém defendida, na qual a despeito da centralidade que teve a noção, também oscilou em sua

⁴⁰⁹ José Arthur Giannotti. “A sociedade como técnica da razão”, p. 91.

⁴¹⁰ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”, p. 102.

⁴¹¹ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”, p. 103.

⁴¹² Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 100.

⁴¹³ Cf. Capítulo 2.

caracterização.⁴¹⁴ “Celso Furtado dá uma resposta implícita, já que a nação brasileira constitui o objeto privilegiado de sua análise. A segunda é resolvida graças à intervenção de um fator causal exógeno a cada totalidade: o desenvolvimento tecnológico, que teria a função de dar andamento às totalidades integradas e de alinhá-las na linha unidimensional da história.” Assim sendo, tudo se passa como se em Celso Furtado o desenvolvimento tecnológico fosse autopropulsor, equivalente à divisão social do trabalho, que tem força de um “impulso próprio”, em Durkheim.⁴¹⁵ Como se o filósofo moderno fizesse o papel do jurista bacharel, empunha sua autoridade e sentencia: “Embora o pretenda, sua concepção não é marxista.”⁴¹⁶ Karl Marx passou de antídoto a emplastro.⁴¹⁷

Dismal science I

“Nunca entendi direito
os neoclássicos.
Mas agora me dou conta
que aquele nosso último beijo,
que foi mesmo o último,
é que determina
a utilidade marginal
deste nosso amor.”
Ruy Fausto, “Walras”, 1985.

Um seminarista que não leu com o grupo *HCC*, que não se formou na FFCL-USP, que não se ocupa da investigação capitalismo/escravidão⁴¹⁸ – e que no julgamento do filósofo não “cruzou com a filosofia em exercício no grupo”⁴¹⁹ – dá a contraprova da influência exercida pelo grupo nas concepções que os seus membros vão desenvolvendo a respeito da própria disciplina. No mesmo número comemorativo de *Teoria e Prática*, em que duelavam os filósofos *pour et contre* Althusser, o economista Paul Singer

⁴¹⁴ Cf. Capítulo 2.

⁴¹⁵ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”, p. 108.

⁴¹⁶ José Arthur Giannotti. “A propósito de uma incursão na dialética”, p. 108.

⁴¹⁷ Beneficiado pela maturidade, o filósofo ponderaria: “[trata-se] de pecado de juventude, de exagero de fiel recém-convertido”. Mas tem também seu sentido: “demarcar limites, lembrar que a filosofia tinha o seu aprendizado e que temas eminentemente filosóficos não podiam ser tratados apressadamente”. (“Um livro polêmico”, p. 245).

⁴¹⁸ “(...) eu não li Lukács. Tenho esse livro [*História e consciência de classe*], acho que devo ter lido parte, mas nunca o estudei como deveria”. Paul Singer. Entrevista. In. Isabel Loureiro (org.). *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: 2009, p. 20.

⁴¹⁹ José Arthur Giannotti. “Um livro polêmico”, p. 247.

publicou: “A contribuição de Marx para a economia moderna”⁴²⁰ – o título o aproxima de Florestan Fernandes, “Marx e o pensamento sociológico moderno”; de quem aliás, estava próximo, pois, por meio da roda do seminário, tinha adentrado também o grupo da Sociologia I e trabalhava como pesquisador do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). E, no entanto, seu Marx faz par com o epistemólogo de Giannotti, como espécie de anti-economista.

São dois argumentos em que se sustenta sua apresentação de Marx: a afirmação de sua superioridade entre os que vieram antes e a atualidade de suas idéias para os que vieram depois – e enfrentam problemas diferentes daqueles do capitalismo de sua época.⁴²¹ Ele é tão enfático na qualificação – ele não era um “acadêmico” – quanto na consagração, glorificando-o por ter se imposto como cientista em termos acadêmicos.⁴²² Como “Marx não somente pôs ‘sobre seus pés’ a filosofia, mas também a economia”⁴²³, é a atitude perante sua obra que divide “todas as ciências sociais” e o abismo entre marxistas e anti-marxistas, na economia é “particularmente profundo”.⁴²⁴ O atributo exclusivo de Marx em meio aos economistas remete àquele antídoto ao formalismo, como o manjava Giannotti. Para Singer, “qualquer economista que reconhecesse o caráter histórico do capitalismo e que, portanto reconhecesse que ele teve um começo e provavelmente terá um fim, assumiria automaticamente uma atitude crítica perante o sistema. Os defensores deste, por outro lado, teriam que negar a historicidade do capitalismo e ‘ipso facto’ da economia como ciência.”⁴²⁵

Paul Singer divide os economistas entre “acadêmicos de tradição marginalista”/anti-marxistas e marxistas. Caracteriza os primeiros pelo componente profissional da atividade, e os segundos por tomarem como objeto a “análise do funcionamento global dos sistemas sócio-econômicos”⁴²⁶; associa a análise fragmentada aos acadêmicos e a de conjunto aos marxistas. Ser marxista é se ocupar de uma escala

⁴²⁰ Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”. *Teoria e Prática*, n. 3, 1967.

⁴²¹ “Até Marx, a economia viveu a sua idade da inocência” Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 53.

⁴²² “A transformação que Marx operou na lei do valor permitiu-lhe preservar o caráter objetivo da economia enquanto ciência, o que se mostrou uma vantagem inegável da economia marxista frente à sua competidora acadêmica.” (Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 58).

⁴²³ Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 61

⁴²⁴ Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 53.

⁴²⁵ Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 55.

⁴²⁶ Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 53.

com a qual os demais não se preocupam e não estão talhados para. Pois áreas “da economia moderna profundamente influenciada por Marx” – a saber, planejamento econômico e teoria do desenvolvimento – são precisamente as que pressupõe tal “totalidade”.⁴²⁷ Esta modalidade de desafio de Marx/economista marxista à “ciência de sua época” remete a Giannotti, no Seminário; a Lukács em *HCC: Karl Marx / Ciências Modernas*.⁴²⁸ Não é banal que ele pareça se referir ao Seminário ao mencionar as providências dos jovens economistas ao voltarem-se para Marx.⁴²⁹

A princípio, o propósito de Paul Singer poderia aproximá-lo do que foi o de Florestan Fernandes, e, analogamente, buscar um “Marx-Economista”. Contudo, a contribuição de Marx para a ciência econômica moderna e contemporânea fica delineada precisamente pelo que ele tem a antepor a suas especializações, e a oferecer a respeito de temas que não são tratados com seriedade se não na escala global. Novamente, como em Giannotti, Karl Marx é antídoto à ciência empírica e modelo intelectual. Nesse sentido, a taxonomia “eles” (não marxistas / anti-marxistas) e “nós” (marxistas) é parte de um jogo de forças em que está em disputa a verdade acerca da “totalidade” – quilate mais precioso, pois tudo se passa como se o grupo soubesse que a âncora institucional, as diferenças entre as disciplinas e especializações intra disciplinares tivessem algo de incompatível com o filão teórico a que deviam o atributo de “marxistas”. E, no entanto, a legitimação da verdade alcançada por meio dele requeria enquadrá-lo nos termos da valorização científica e universitária.⁴³⁰

⁴²⁷ “O economista do desenvolvimento precisa de uma teoria do Estado que integre os condicionamentos sociais da ação política no plano econômico com a própria estrutura da economia nacional e o seu relacionamento com a divisão internacional do trabalho. Ele encontra em Marx esta teoria, menos na análise explícita do que na metodologia por ele utilizada. No fundo, o economista do desenvolvimento está (tanto quanto Marx estava em sua época) à procura de fissuras e de contradições num sistema que ele deseja ver substituído. Nesta procura, o materialismo histórico é certamente um guia muito mais seguro que o utilitarismo benthaminiano que, com a mais ingênua *secura* apresenta o burguês moderno, particularmente o *burguês inglês*, como o *homem normal*.” (Paul Singer, “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 62 – sublinhado nosso).

⁴²⁸ José Arthur Giannotti. “Prefácio”. *Origens da dialética do trabalho*.

⁴²⁹ “quando o desenvolvimento colocou-se na ordem do dia, os jovens economistas que se voltaram para ele encontraram no ‘marxismo’ corrente quase que só fórmulas sedições e repetições dogmáticas de velhas teses. (...) Não houve remédio então, para os economistas que se propunham a enfrentar a problemática do desenvolvimento, do que voltar a se debruçar sobre os alentados volumes de *O Capital* e *Teorias sobre a mais valia* para reaprender como Marx abordava os problemas de uma economia em mudança”. Paul Singer. “A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 63.

⁴³⁰ Restringimos a exposição ao mínimo essencial. Mas vale mencionar, há outras contrapartidas em um e outro: o rebaixamento de outras leituras de Marx (“A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 63); o método de Marx como alternativa para exames individualistas / psicologistas “una mistificación que trasnfiere la explicación válida tal vez para el comportamiento del individuo, a la sociedad global.” (“Marxismo, técnica e alienação”, p. 28); necessidade história e uma crítica das doutrinas anteriores. (“A contribuição de Marx para a economia moderna”, p. 54).

Capítulo II. Nenhuma paixão desperdiçada.

“Ne vivre que de son travail, et régner sur le plus puissant. État du monde sont choses très opposées.”
Blaise Pascal⁴³¹

1. Trincheiras e soldados de Florestan Fernandes.

“a soma de duas fraquezas não compõe uma força”
Florestan Fernandes, 1977⁴³²

Florestan Fernandes era, há quatro anos, regente da cadeira de Sociologia I, deixada por Roger Bastide, professor da segunda missão francesa de fundação da FFCL-USP, quando se iniciou “um Seminário de Marx”.⁴³³ O sociólogo punha, então, “em andamento uma forma de reflexão sociológica absolutamente comprometida com a idéia universal de ciência e que se exprime no modo pelo qual constrói o seu discurso”⁴³⁴, tomando distância do ensaísmo, priorizando questões ligadas ao desenvolvimento e à constituição da sociedade burguesa no Brasil. A elaboração e a execução deste projeto são acompanhadas do empenho em garantir o suporte institucional pressuposto no feitiço de trabalho a ele correspondente e uma equipe capaz de levá-lo a cabo. Como não encontrou uma cadeira prontinha para colocar em prática suas concepções sociológicas, é factível supor que, desde a assistência junto a Roger Bastide e a Fernando de Azevedo, elas tenham sido gestadas, rente ao percurso da construção institucional à frente da qual se colocou. Suas providências imediatas visavam equipar o quadro docente da cadeira, e ele calculou, não arriscou.⁴³⁵ Poderia fazê-lo, àquela altura? É de se duvidar, pois estava “ciente de que suas chances de afirmação intelectual encontravam-se diretamente ligadas à ampliação de seu poder

⁴³¹ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 71. (Edição de Michel Le Guern). Aludo, no título do capítulo, ao livro homônimo de George Steiner.

⁴³² Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In.: Florestan Fernandes. *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 142-43.

⁴³³ A apresentação das missões francesas, de seus professores, das tarefas estabelecidas em seus contratos e dos conflitos políticos que as envolveram é realizada no próximo capítulo. Como mencionei na introdução, a disposição narrativa, subordinou-se, sempre que necessário à argumentativa. Mas é óbvio que o que se conta lá, não se perde de vista aqui, tampouco nos demais capítulos.

⁴³⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 236.

⁴³⁵ “[Fernando de Azevedo não tinha os preconceitos, mas eu próprio] só procurei assistentes dentro de um circuito muito fechado de alunos...”. Florestan Fernandes. “Fernando de Azevedo: um autêntico reformista”. In. *A contestação necessária*. São Paulo: Ática, 1995, p. 190.

institucional”⁴³⁶, e para viabilizá-lo, não mediu esforços, mesmo contraindo inimizades, ao instar rotações em postos docentes. No entanto, é incontornável observar: seu empenho *não beneficiou exclusivamente sua cadeira* – bem ao contrário. Sendo indispensável a equipe, fiel escudeira, para início das operações em conjunto, para garanti-la, dirigiu-se numerosas vezes ao poder público envolvendo-se em conflitos que, superados, cacifaram seu grupo *pari passu* a afirmação da autonomia universitária. E esta era, indubitavelmente, de interesse dele e de seus concorrentes. Descobrir os critérios que lhe orientaram a seleção de alunos pressupõe uma anatomia do pequeno grupo; e reconstituir as querelas em que se meteu para garantir a estabilidade dos postos docentes implica rever os conflitos da FFCL junto ao governo do Estado de São Paulo, os quais Florestan Fernandes não pestaneja em capitanear, *ao seu modo* – ligando a luta pela autonomia da instituição às condições de existência de sua própria cadeira.⁴³⁷ Reconstituímos estes conflitos e apresentamos a equipe, a consumir as energias do jovem regente – com vistas a esquadrihar as condicionantes da incorporação de “um Seminário de Marx” entre os sociólogos. Quiçá se encontre pistas para o vetor oposto também, a incorporação da Sociologia I, no Seminário.

*

Florestan Fernandes assume a regência da Sociologia I no ano letivo em que Jânio Quadros assume o governo do Estado de São Paulo. Durante seu governo (1955-1959) numerosas querelas foram estabelecidas em torno do orçamento destinado ao ensino universitário. Foi, porém, a Anísio Teixeira, desde 1952, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que Florestan Fernandes se dirigiu, quatro meses depois de assumir a

⁴³⁶ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 187.

⁴³⁷ A bibliografia dedicada a Florestan Fernandes tem assinalado a indissociabilidade entre o estabelecimento da Sociologia institucionalizada e a construção social de si próprio, na base da equação ativa de suas dificuldades sociais e da aposta no racionalismo moderno. Nela nos amparamos para a *estabelecer o sentido* dos episódios reconstituídos a seguir: Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001; “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.” In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995; “A Sociologia de Florestan Fernandes”. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010; Sylvia Gemignani Garcia. *Destino Impar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002. Não apenas o papel de liderança e organização, porém, também o apelo político de alguns comentaristas embaça a figura, comprometendo as análises, como a autora assinalou: “Apresentação”. In. Florestan Fernandes. *Leituras e legados* São Paulo: Global, 2010.

cadeira, fazendo “Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”⁴³⁸, e solicitando “providências cabíveis ou possíveis da CAPES”.⁴³⁹

Quais eram estas sugestões? O documento faz diagnósticos e proposições, procurando estabelecer o emprego racional dos recursos humanos e materiais como princípio dos investimentos no setor. Segundo ele, é preciso modificar a “organização do ensino das ciências humanas”, eliminar o feitiço “antiquado”, com currículo engessado pelo regime de cátedra; adotar a “organização departamental, conservando-se (...) a estabilidade dos professores e defendendo-se critérios rigorosos de seleção”. Um “número reduzido de bolsas, para alunos de excepcionais qualidades científicas” garantiria o “treinamento intensivo no campo da pesquisa”, contornando uma das dificuldades mais graves, o desperdício dos “talentos e vocações”, que se revelam no curso. Como “o desenvolvimento das ciências humanas depende da formação de pessoal suficientemente diferenciado e capaz de estabelecer continuidade nos trabalhos de pesquisa”, é defensável a adoção do departamento e a instauração de bolsas, pois permitiriam amparar o início da carreira, dando suporte a equipes de pesquisadores. Só por meio delas se pode “estabelecer projetos de pesquisa de alcance científico definido”, criar o “verdadeiro espírito de pesquisa científica”, fincar os marcos do “conhecimento da sociedade brasileira, de seus problemas e os meios racionais de tratamento deles”. “Se fosse possível assegurar para esses jovens, como penso, um treinamento adequado no campo do ensino e da pesquisa, eles estariam em condições de operar em centros universitários brasileiros e nos desenvolvidos, com maior eficiência ainda que os antigos professores estrangeiros”.⁴⁴⁰ Os problemas presentes e pretéritos enfrentados pelo sociólogo apresentam-se nas entrelinhas do diagnóstico e das sugestões: o trabalho em equipe vivenciado no mestrado que realizou na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP)⁴⁴¹, bem como na pesquisa patrocinada pela Unesco com Roger Bastide⁴⁴², o

⁴³⁸ Florestan Fernandes. “Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas” (maio de 1955). In. *A Sociologia no Brasil*, p. 94-99.

⁴³⁹ Florestan Fernandes. “Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”, p. 94.

⁴⁴⁰ “Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”, p. 94-97.

⁴⁴¹ “De lá, a despeito de tudo, carregou outro componente peculiar de sua carreira, o espírito de trabalho em equipe”. Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A Sociologia no Brasil”, p. 174.

⁴⁴² Cf. Fernanda Arêas Peixoto. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000. O panorama nacional da pesquisa encontra-se em Marcos Chor Maio. *A história do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1997. (Agradeço a Bernardo Ricúpero e Antonio Brasil Jr. pela cópia deste trabalho).

risco de perder os “talentos” que já identificou⁴⁴³, a cátedra e sua sociabilidade típica freando a racionalidade necessária à organização do trabalho⁴⁴⁴. Se, “não obstante a boa vontade demonstrada, daí nada resultou de positivo”, Florestan Fernandes disse a que veio, e, Anísio Teixeira reconheceu nele um aliado. Em agosto do mesmo ano, ele participava das reuniões de organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e foi convidado para dirigir a seção do mesmo em São Paulo (CRPE-SP). Alegando estar “atarefado demais”⁴⁴⁵, Florestan declina do convite.⁴⁴⁶ Tratando-se dele, é preferível indagar quais tarefas eram essas a supor descaso com os educadores.

Mário Schenberg, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula e Florestan Fernandes protagonizaram conflitos característicos da disputa da FFCL-USP por espaço no interior da universidade, premida, por um lado, pelo governador, e, por outro, pelo Conselho Universitário (Co), dominado pelas escolas tradicionais, suas rivais. Ensejando a assertiva segundo a qual “o desenvolvimento de uma ‘cultura de autonomia universitária’”, tipicamente uspiana, foi forjada ao longo de décadas, suporte sem o qual não se alcançaria “resultados acadêmicos expressivos”⁴⁴⁷, é possível reconstituir esses conflitos, ligando-os à tal conquista e colocando em relevo disputas políticas na base do processo de “racionalização da produção do conhecimento”, cristalizada na instituição em tela e “acoplada a um tecido social que marchava em sentido análogo.”⁴⁴⁸

⁴⁴³ Em 1955, trabalharam, sem remuneração correspondente à carga de trabalho, ou sem remuneração, Marialice Mencarini Foracchi, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira da Queiroz e Maria Sylvia Carvalho Franco (que, com o comissionamento interrompido, demite-se do cargo). Cf. “Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”. In. *A sociologia no Brasil*, p. 103.

⁴⁴⁴ Anunciada por Roger Bastide, a intenção de fazer de Florestan seu sucessor, Fernando de Azevedo tentou mantê-lo trabalhando nas duas cadeiras (Sociologia I e II). Discrepam as versões de Antonio Candido e de Florestan a respeito disso (Respectivamente, “Fernando de Azevedo: um autêntico reformista”, p. 195-196; “O jovem Florestan” In. Florestan Fernandes. *Leituras e legados*. São Paulo: Global, 2010, p. 349. Ele teria magoado Fernando de Azevedo ao dizer que não conversariam “de coração para coração”, mas de “cabeça para cabeça”. O episódio “não se resume a um embate de ordem pessoal. Revela acima de tudo uma tentativa de ruptura com os padrões hierárquicos de sociabilidade que regulavam as relações”. (Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 187).

⁴⁴⁵ Fernando de Azevedo assume a direção do CRPE-SP, após Antonio Candido e Florestan Fernandes declinarem do convite. Cf. Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH, EDUSF, 1999, p. 106.

⁴⁴⁶ A reunião realizada em agosto de 1955 tinha por objetivo discutir o plano de instalação do CBPE, a partir da análise do “Documento Klinenberg”. Entre outros, estavam presentes: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Charles Wagley, Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Bertran Hutchinson, Florestan Fernandes, Egon Schaden (Cf. Libânia Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 179).

⁴⁴⁷ Nina Beatriz Stocco Ranieri . “Introdução”. In.: Nina Beatriz Stocco Ranieri (org.); Marcos Maurício Toba (coord.) *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 12.

⁴⁴⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 196.

Florestan Fernandes indicou Marialice Mencarini Foracchi para auxiliar de ensino, a fim de ocupar a vaga de Fernando Henrique Cardoso, que ele havia nomeado como primeiro assistente. O pedido foi negado. O sociólogo afirma ter recebido a denegação “com ânimo compreensivo”, acreditando que “a decisão de Vossa Excelência procura atender, com certeza a necessidades mais complexas”. Contudo, lamenta as “consequências, tanto no que respeita à perda assim sofrida pelo pessoal regularmente remunerado da Cadeira, quanto no que concerne aos prejuízos da carreira científica de uma candidata de grande valor intelectual e moral.”⁴⁴⁹ E redige um “Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”, tornando-o público, após dirigi-lo ao governador.

Já Mário Schenberg, não recebeu com “ânimo” tão “compreensivo” a lentidão da resposta para a contratação de César Lattes. Pudera. Engenheiro eletricista formado, aos 21 anos, pela Escola Politécnica (1935) e no ano seguinte em Ciências Matemáticas pela FFCL, ele já tinha sido assistente de Gleb Wataghin na USP; estagiado no Instituto de Física de Roma e na Universidade de Zurique (1938); trabalhado com George Gamow, com bolsa da fundação Guggenheim (1940); estagiado no Instituto de Estudos Avançados de Princeton e no Observatório Astronômico de Yerkes (1940-1942) e trabalhado no Centro de Pesquisas Nucleares da Universidade de Bruxelas (1947-1953). Era, desde 1944, catedrático de mecânica racional, celeste e superior; e, nesta ocasião, diretor do departamento de Física.⁴⁵⁰ Pediu afastamento sem vencimentos, por dois anos, acusando a USP de descompromissada e decadente em termos de ensino e pesquisa. Em sessão convocada para discutir especialmente o caso, e sua repercussão pública, realizada em 12 de outubro de 1956, o reitor tenta defender a USP, ponto por ponto, contra as alegações do catedrático.⁴⁵¹ Insuspeitos de solidariedade com Jânio Quadros, eram reitor e vice-reitor, respectivamente, Alípio Corrêa Neto, da Faculdade de Medicina e presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Eurípedes Simões de Paula, da FFCL-USP. Àquela altura, o primeiro ensaiava demissão, pois o PSB tinha rompido relações com Jânio.⁴⁵²

⁴⁴⁹ Florestan Fernandes. “Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”, p. 100-101. Encaminhado a Jânio Quadros em 02/04/1956; publicado n’*O Estado de S. Paulo*, em 10/10/1956.

⁴⁵⁰ Por dois meses, foi deputado estadual. *Mário Schenberg (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, p. 63.

⁴⁵¹ Cf. o sumário da argumentação: *Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I., p. 136.

⁴⁵² *Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I, p. 136.

Dando-se por rogado, o governador responde com uma carta endereçada ao reitor, lida na sessão seguinte do Conselho Universitário (Co). Indispondo-se com o reitor e com Schenberg, afirma que “não serão toleradas manifestações daquela natureza”, e que está “decidido a apurar imediatamente a responsabilidade de todo servidor que faça críticas públicas à autoridade hierárquica superior”.⁴⁵³ Schenberg não havia se calado: advogou publicamente a não submissão dos professores aos caprichos dos homens da política.⁴⁵⁴ Um dos Conselheiros chega a supor: “diante do ofício governamental, os professores ficam tolhidos de criticar as autoridades superiores”? O vice-reitor, Eurípedes, a presidir a sessão, responde, procurando apaziguar, em seu tom conciliador⁴⁵⁵, e passa a ler o documento produzido pela Congregação, dirigido ao “Povo e ao Governo”, a propósito do caso de Schenberg. A Congregação entende que o episódio “se articula numa longa seqüência de outros, de origem bem anterior à atual administração. A virtude que teve foi a de desencadear nossa ação, há muito requerida, mas por nós próprios sopitada”.⁴⁵⁶ A tomada de posição se dá pela autonomia universitária e pela luta por condições que a viabilizem, incluindo nas reivindicações, desde a construção da Cidade Universitária até a ação do Estado com relação à garantia de mercado de trabalho para os bacharéis da FFCL-USP.⁴⁵⁷ O teor é inequívoco: a Congregação se empenha em alçar-se acima de clivagens político-partidárias, demarcando aí o seu espaço político.⁴⁵⁸ Aprovado unanimemente, na Congregação, no Co, o Manifesto foi lido, mas não despertou entusiasmo.⁴⁵⁹

Jânio Quadros solicitou penalidade disciplinar a Schenberg. O reitor comunicou o pedido a Eurípedes, e sua Congregação instituiu uma comissão processante, composta

⁴⁵³ *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*, p. 136.

⁴⁵⁴ Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 99-101.

⁴⁵⁵ Afirma: “o ofício refere-se apenas manifestações públicas”. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*, p. 137.

⁴⁵⁶ “Problemas atuais da Universidade de São Paulo. Manifesto da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao Povo e ao Governo”. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL da USP, 1956, p. 12-13. (Doravante, “Manifesto da Congregação”).

⁴⁵⁷ “A menos que a legislação do Estado garanta aos nossos licenciados um aproveitamento condigno, e não permita que leigos lhes façam concorrência em pé de igualdade, permaneceremos expostos a um duplo perigo: o de não atrair para nossos cursos grande número de elementos altamente aproveitáveis e o de gastar muito dinheiro com [quadros que servirão] empresas particulares”. “Manifesto da Congregação”, p. 20.

⁴⁵⁸ “[A Congregação defende como] seu dever elementar manter-se afastada, porque acima, de toda luta político-partidária, para somente cuidar do que lhe compete: o bem e os progressos deste Instituto, juntamente com o da Universidade.” “Manifesto da Congregação”, p. 12.

⁴⁵⁹ Cf. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*, p. 137.

por Fernando de Azevedo, Antônio Soares Amora e Aroldo de Azevedo – para apurar o delito funcional e a eventual penalidade. No Co, Fernando Henrique Cardoso, representante dos ex-alunos, e Eduardo D’Oliveira França, catedrático de História da Civilização Moderna e representante da Congregação da FFCL-USP, argumentam que não se deveria julgar Schenberg sem ouvi-lo. Mas são vencidos.⁴⁶⁰ Antes que a comissão da Congregação realizasse seu trabalho, o Co deliberou “votar danosa moção de despreço”, “lamentando” que o físico houvesse se “afastado da ética universitária”.⁴⁶¹

A Congregação reage, repelindo a nota do Co, e aprovando o relatório da comissão processante, que afirmava não haver delito formal que justificasse penalidade, apesar de reconhecer “alguma agressividade” nas entrevistas. Os professores da FFCL-USP entregaram para o governador o relatório que elaboraram, em mãos. Não foram, contudo, bem recebidos. Jânio repreendeu Eurípedes, por ser incapaz de manter seus professores em ordem, e pediu seus cargos, de diretor e vice-reitor. Eurípedes devolveu-os, declarando que não importaria “restrições à liberdade de os professores publicarem suas opiniões”; e que nenhum deles “se prestaria a servir de instrumento para a imposição das restrições recomendadas”.⁴⁶² Naturalmente, seguiram-se numerosas manifestações de solidariedade a Eurípedes, valorizando sua dedicação às funções administrativas, criticando Jânio. Uma delas, em particular, injuriou o governador.

Vinha de um professor “que, por coincidência, haveria de ser o mais estimado, e sempre à vanguarda, pois é ele o primeiro aluno” da FFCL-USP, “o primeiro douto”, e só poderia mesmo ser o “primeiro punido”: João Cruz Costa. Esse primogênito disse que era “leviano” da parte do governador chamar Eurípedes de incompetente.⁴⁶³ Jânio lhe impõe penalidade disciplinar, por ter cometido “delito funcional”. Cruz Costa defende-se, com auxílio de Linneu de Camargo Schützer – bacharel em Direito pelo Largo São Francisco, da turma de 1953, e seu auxiliar de ensino. No “Memorial do impetrante”, elaborado por Schützer, há uma extensa discussão a respeito dos poderes envolvidos no julgamento de infrações, no que se refira a professores universitários. Tratam-se de dilemas indissociáveis da “multiplicidade e variabilidade das fontes

⁴⁶⁰ Informação foi retirada do trabalho de Wagner Romão. Nas atas publicadas por Nina Beatriz Stocco Ranieri e Marcos Maurício Toba, essa votação parece ter sido suprimida. Registramos aqui nosso agradecimento ao autor pelo auxílio nessas passagens de delicada reconstituição.

⁴⁶¹ Linneu de Camargo Schützer (Advogado). “A crise da Universidade de São Paulo”. Memorial do impetrante. Mandado de Segurança 86.533. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958, p. 6.

⁴⁶² Linneu de Camargo Schützer. “A crise da Universidade de São Paulo”, p. 7.

⁴⁶³ Linneu de Camargo Schützer. “A crise da Universidade de São Paulo”, p. 9.

normativas, que longe de garantirem a eficácia da legislação de ensino”, revelam ausência de clareza com relação a “medida do controle que [o Estado] exerce sobre a educação superior”⁴⁶⁴.

Com efeito, Cruz Costa catalisou insatisfações com o governo. Os deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo em 08 de janeiro de 1958 votam uma moção: “[Jânio] trata a [Universidade] de São Paulo – orgulho dos paulistas – como um feitor ignorante e mal educado”, destituído “do belo, eficiente e altruístico espírito universitário”⁴⁶⁵. Do outro lado do Atlântico, Giannotti, preocupado com “essa política financeira do Jânio” que “vai acabar com nossas pretensões filosóficas”, não estava a par dos episódios e perguntava ao mestre: “O que foi isso que quase foi preso? Brigando com Jânio? Até o senhor?”⁴⁶⁶ Uma vez informado, mandava uma carta “de solidariedade de quem se honra de ser seu aluno”, fazendo votos de que “agüente firme o tranco”, “mostre para essa gente áulica, que filósofo tem tutano, que filósofo sabe lutar também”, e “continue a afirmar que o nosso ilustre governador dos quadros é LEVIANO”, no final das contas, “isso em sua folha de serviços será uma honra”.⁴⁶⁷ Meses depois, a justiça dá ganho de causa a Cruz Costa. Antonio Candido, transferido para a recém fundada Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, “por um recorte de jornal, soube da sua esperada vitória no Supremo”. Solidário, felicita o amigo, embora “não [seja] apenas um triunfo pessoal, coroando a pertinácia e a altivez com que o Sr. defendeu o seu direito, mas um triunfo da liberdade de expressão.”⁴⁶⁸

Os conflitos não se desvencilham da proclamada austeridade orçamentária janista⁴⁶⁹: os 3,5% da receita geral do estado, destinados a USP, reduziram-se a 1,5%, entre 1953 e 1957.⁴⁷⁰ Daí a necessidade de se defender: despesa com ensino e pesquisa

⁴⁶⁴ A autora lista: o Congresso Nacional, o Presidente da República, o Ministério da Educação, o antigo Conselho Federal de Educação ou o atual Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais de Educação. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I., p. 12.

⁴⁶⁵ Citado em Linneu de Camargo Schützer. “A crise da Universidade de São Paulo”, p. VIII.

⁴⁶⁶ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa (Paris, 10 de janeiro de 1958). O destaque é do correspondente.

⁴⁶⁷ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa (Paris, 11 de janeiro de 1958).

⁴⁶⁸ Correspondência de Antonio Candido para João Cruz Costa (Assis, 14/10/1958).

⁴⁶⁹ Tampouco da polêmica em torno da expansão do ensino superior para o restante do Estado, encampada pelo governador. Cf. Anna Maria Martinez Corrêa. “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Memória da criação das escolas que vieram a integrar a Unesp.” In. *Unesp 30 anos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

⁴⁷⁰ Informação retirada do relatório produzido pelo Co, na reitoria seguinte à de Alípio Corrêa Neto, de Gabriel Teixeira de Carvalho (também da Faculdade de Medicina), parcialmente transcrito em: Linneu de Camargo Schützer. “A crise da Universidade de São Paulo”, p. XI.

não é gasto, mas investimento. O “Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo” foi elaborado por Florestan Fernandes em função das contratações, porém, discute, fundamentalmente, o aproveitamento racional dos talentos, uma das maneiras de fazer render os recursos públicos destinados ao setor.⁴⁷¹ Contudo, face à tarefa de comprimir despesas e impor sua autoridade, Janio não se sensibiliza e, meses depois, responde: as circunstâncias “não me deixaram alternativa. Cumpri o dever no drama financeiro de São Paulo e continuarei a cumpri-lo, a qualquer custo”.⁴⁷²

Interessa assinalar o parentesco do “Manifesto da Congregação” com o “Relatório” de Florestan Fernandes. Há um teor comum, e diz respeito ao uso racional dos recursos. Se for verdade que a cultura humanística e dita desinteressada estava no topo da hierarquia das modalidades de saber no ambiente paulistano, acioná-la, como justificativa para angariar recursos, não era factível. Esta a razão da adoção pragmática do argumento utilitário, sem eliminar a tensão dele com o valor que a cultura humanística, que vai aparecendo aqui e acolá, com dificuldade de se impor diante do enfrentamento do poder e da necessária justificativa da demanda orçamentária. A caracterização, no “Manifesto da Congregação”, d’Os “dois aspectos da cultura” dá testemunho disso e correspondem, não por acaso, à polarização em curso entre a cadeira de Sociologia I e II, qual seja, do lado da primeira, temas ligados a superação do passado, com teor aplicado, “interessado”; e do lado da segunda, a vertente da análise da cultura, com pendor humanista e “desinteressada”.⁴⁷³ Ora, a defesa de orçamento como investimento pressupõe virtuais possibilidades de retorno rentável ao próprio Estado. Daí a ênfase no aproveitamento dos talentos que destacamos no relatório de Florestan e no “Manifesto da Congregação”, esta ambigüidade.⁴⁷⁴ Com efeito, a defesa do caráter utilitário acentua-se quando se trata de justificar gastos. No “Manifesto”

⁴⁷¹ Os “jovens com reais aptidões para a carreira científica” não podem ser desperdiçados; contudo, isso exige, “naturalmente subvenções especiais para o custeio da pesquisa e manutenção dos candidatos”; “o Governo não pode pensar em economia, mas deve preparar-se, ao contrário, para aumentar de modo contínuo as dotações financeiras e as equipes de pessoal docente ou de pesquisa.” “Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”, p. 101.

⁴⁷² Trecho de carta de Janio Quadros, de 09/10/1956, lida na sessão do Co de 12/10/1956. (*Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I., p. 136).

⁴⁷³ Cf. Carolina Pulici. *Entre sociólogos: versões conflituosas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp, 2008.

⁴⁷⁴ “Sem desprezar o valor das produções artísticas e literárias que, pelo contrário, cada dia mais necessárias se tornam à vida do homem civilizado, pode-se, porém, dizer que os últimos cento e cinquenta anos constituem o limiar da era científica do mundo”. “Manifesto da Congregação”, p. 9-10.

afirma-se com ênfase: se “lembrarmos que o pensamento disciplinado, quando se aplica aos dados da observação, é o único fator do progresso material”, torna-se evidente que a Universidade não é “mero luxo de sociedades adiantadas e ricas, mas, pelo contrário, são de importância maior, justamente para os países materialmente ‘sub-desenvolvidos’ e pobres”; e, neles, a instituição ainda se encontra “em fase de ‘instalação’, ou seja, naquela em que a inversão de capitais necessariamente sobrepuja a sua retribuição.”⁴⁷⁵ O mesmo, dito de outro modo, por Florestan Fernandes: “Todos sabem que o fomento do ensino científico e da pesquisa científica estão associados, em todos os países, à utilidade que o conhecimento científico possui no controle da natureza e do meio ambiente pelo homem”. Há outras motivações para o trabalho científico. “Entretanto, deve-se ter em conta que as dotações, públicas ou privadas (...) são concedidas, renovadas ou ampliadas porque se espera que as descobertas científicas possam aumentar o bem-estar social, o progresso da civilização e o poder das nações.”⁴⁷⁶

Em 1959, uma comissão responsável pela produção de um “Relatório sobre as necessidades urgentes da FFCL”, composta por Florestan Fernandes; Erasmo Garcia Mendes e Walter Shützer, a Congregação se manifestava a este respeito, afirmando: a FFCL tem crescido “por influxos relacionados com o ensino ou com o aumento contínuo da população escolar”. As reformas pelas quais passou tinham por objetivo “eliminar lacunas na formação intelectual dos alunos ou melhorar as condições de seu treinamento científico”, tais como: a criação do quarto ano, do curso de especialização, em 1946; o treino prático na didática de disciplinas especiais (em 1954), o desmembramento em dois cursos diferentes, do antigo curso de História e Geografia, bem como de Filosofia e Psicologia (em 1956). Entretanto, ao aumento das atividades docentes não correspondeu o aumento de pessoal estável, sobrecarregando uns e outros, rotinizando a precariedade e os arranjos provisórios. A comissão ofereceu indicadores do crescimento institucional: demanda crescente pelos cursos, intensificação da produção de teses, numerosos concursos de doutoramento, livre-docência e cátedra, colaboração regular em oito periódicos. Trata-se, porém de um “crescimento desordenado de expansão interna”, a despeito de comprovadamente a instituição ser produtiva e “dotada de grande vitalidade”⁴⁷⁷. Em suma, “a ‘crise’ que vem afetando o

⁴⁷⁵ “Manifesto da Congregação”, p. 14.

⁴⁷⁶ Florestan Fernandes. “A ‘crise’ das Ciências Sociais em São Paulo”. In. *A Sociologia no Brasil*, p. 85.

⁴⁷⁷ “Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL-USP, 1959, p. 9.

funcionamento da FFCL deriva da falta de correspondência entre o ritmo de crescimento da população escolar, do ensino, da pesquisa ou da produção intelectual e o ritmo de crescimento dos recursos financeiros, materiais e humanos, postos regularmente à sua disposição”.⁴⁷⁸

Schenberg, Eurípedes, Cruz Costa e Florestan estão na ponta de lança da luta pela autonomia universitária. São evidentes, entretanto, a convergência com relação ao mesmo propósito e as maneiras por meio das quais se fazem ouvir. O último, no caminho do “ânimo compreensivo” e dos laboriosos relatórios. Os demais, cuja rede social de apoio disponível era mais diversificada, contavam com reputação já gabaritada (Schenberg), ou cargos de relevo (Eurípedes), desafiaram frontalmente o governador. O contraste responde também pela maior e menor reverberação pública das bravatas, e talvez tenha se tornado ainda mais sensível ao risco do isolamento, e de uma rede social rarefeita, Florestan Fernandes, processando-se então uma “sincronia com a racionalização da sua própria conduta”, “para contornar a crise gerada por situações motoras da marginalidade social”.⁴⁷⁹ As condições em que assume a regência implicaram escolhas e renúncias, num horizonte de possíveis. Ao declinar do convite para a direção do CRPE-SP, por exemplo, optava não apenas pela cadeira de Sociologia I, mas se entregar por inteiro aos conflitos que tivesse de enfrentar por ela. Daí se voltar, constante, mas *cautelosa e justificadamente*, para o âmbito dos poderes federal e estadual. Inimaginável de sua parte declarações de desafio a Jânio, equivalentes às dos demais. Rastros e indícios irrefutáveis dessa entrega e da ciência que parece ter da dificuldade que o isolamento poderia lhe imprimir consiste na participação em comissões, com adoção constante do papel de presidente ou redator, na profícua produção de relatórios, e, de balanços e mais balanços, cujo volume e tom são de surpreender, considerando tratar-se de um sociólogo com apenas trinta e quatro anos, movimentando-se num circuito profissional ainda acanhado. É como se tomasse para si próprio, as tarefas de defesa da instituição, demanda que reconhece em todos, muito embora tome distância da *modalidade* de manifestação dos demais, insistindo na racionalização do uso dos recursos e na necessidade de aumento deles. Terá passado incólume a sedimentação de suas concepções sociológicas a isso? Difícilmente. “A rotinização do saber sociológico alicerçou-se em normas fixadas ao desenvolvimento da

⁴⁷⁸ “Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”, p. 5-10.

⁴⁷⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p.319-320.

carreira científica, traço novo e distintivo da produção disciplinar”, e Florestan Fernandes é a figura de referência neste processo, ao estabelecer, a divisa “entre reflexões consideradas rigorosas e científicas e aquelas vistas como impressionistas e arbitrárias”⁴⁸⁰. *O arbítrio que rechaçava na prática sociológica também tentava eliminar da vida institucional, no limite, inexistente quando regida por ele.*⁴⁸¹

Para completar este balanço, vale assinalar a diferença da disputa, em relação à do período exposto no capítulo anterior, especialmente no caso do concurso de Cruz Costa. Elas não se processam entre agentes das escolas tradicionais face à FFCL-USP, pleiteando postos docentes, mas entre ela e poder público. O peso dessas escolas se faz presente, haja vista as divergentes tomadas de posição do Co e da Congregação da FFCL. Mas as posições do primeiro parecem respostas a conflitos desencadeados pela segunda, não pelas escolas que o hegemonizam. Por fim, *assinale-se também o contraste, no que se refere à maneira de conduzir a cátedra, entre Florestan Fernandes e Cruz Costa*. Impossível não atinar: o modo como se tornam catedráticos condiciona no modo como preparam seus sucessores. Os argumentos dos relatórios e a conduta pública de Florestan Fernandes têm contrapartida nos critérios de seleção e no modo de organização da equipe. Cruz Costa arrisca Giannotti – cujo retorno da França para a faculdade fica comprometido pelas tensões. Florestan garantiu Fernando Henrique Cardoso, antes de reportar-se a Jânio e não arriscaria esgarçar a relação com o governo como fizeram os demais.⁴⁸² Não se ignore, contudo, em meio a tanto comedimento, a paixão por superar seu desterro, oculta, sob a ciência das coisas e sob a conduta da reta razão.⁴⁸³

No final do governo Jânio, Florestan Fernandes tinha garantido ao “círculo restrito” as condições mínimas para lecionar e pesquisar. Ao recrutar membros novos, o

⁴⁸⁰ Maria Armanda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 204; p. 206.

⁴⁸¹ Defendendo a modalidade departamental contra a catedrática, Florestan afirma: “(...) vários professores se arrogam uma soma de liberdades e de direitos que entrava o funcionamento orgânico dos serviços da escola. Outros tantos alunos aproveitam-se do relaxamento da disciplina para agir de maneira análoga. Tal situação não pode perdurar, se pretendermos adotar critérios racionais na programação de nossas atividades de ensino e de pesquisa. De outro lado, precisamos cuidar, expressamente, de redefinir, entre professores e alunos, os alvos e os padrões ideais do labor universitário. Corremos o risco de ver a tolerância e a complacência rebaixarem, irremediavelmente, os níveis médios de trabalho de professores e alunos. Realizadas essas três condições, será possível substituir a rotina que produziu tão maus resultados por uma autêntica *política universitária*, de fomento do bom ensino e de incentivo da investigação criadora. (...) Tende-se a (...) definir-se a liberdade dos professores em termos de um individualismo pré e antiuniversitário.” “FFCL: lições pedagógicas de uma crise de crescimento”. In. *Educação e sociedade no Brasil*, p. 270-272.

⁴⁸² A comparação mais precisa de João Cruz Costa aguarda conclusões de Francini Venancio de Oliveira.

⁴⁸³ Cf. Seção seguinte, “No coração do desterro”.

sociólogo brigou por contratações, e foi se “acotovelando com algumas modalidades de pensamento desinteressado” de “remanescentes do grupo *Clima*”.⁴⁸⁴ Entre 1953 e 1958, os rearranjos docentes se processam numa órbita em cujo centro ele se encontra. Ruy Coelho regressa dos EUA e se torna assistente de Fernando de Azevedo, que acabava de “perder” Florestan. Gilda de Mello e Souza sai da Sociologia I, transfere-se para Estética, na Filosofia. Maria Isaura Pereira de Queiroz, amiga deles, auxiliar de ensino na Sociologia I entre 1951 e 1956, muda-se para Sociologia II, como auxiliar de ensino, em 1957. Antonio Candido sai desta cadeira, e, no ano seguinte vai lecionar Literatura em Assis.⁴⁸⁵

A coesão do grupo de Florestan era inédita no cenário. O princípio da arquitetura dele é idêntico ao defendido nos reclamos aos poderes públicos: racionalização no aproveitamento e exploração dos recursos humanos e materiais. Como é certo que a “capacidade de Florestan em congregar jovens sociólogos competentes e aguerridos, aliada à sua visível predisposição para o debate sobre concepções intelectuais e para a política acadêmica devem ter sido atributos decisivos”⁴⁸⁶ – passamos à anatomia dessa juventude e ao sociólogo que *vai se tornando um mestre enquanto a organiza*.

Fernando Henrique Cardoso, auxiliar de ensino desde 1953, passa a ser o primeiro assistente, em 1954. Prova de força e de predileção concorreram para esta invertida de expectativa. A escolha “natural” seria Renato Jardim Moreira, marido de Maria Sylvia Carvalho Franco, mais velho e auxiliar de ensino há mais tempo. Florestan começou provocando “ciúmes”.⁴⁸⁷ Em 1955, tornam-se assistentes extra-numerários, Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco e Marialice Mencarini Foracchi. No ano seguinte, o primeiro se elevaria a segundo assistente; em 1959, as duas últimas se tornariam auxiliares de ensino, e, em 1961, assistentes.⁴⁸⁸

⁴⁸⁴ Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras*, p. 107.

⁴⁸⁵ Cf. Claudinei Spirandelli. *Trajetórias intelectuais*, p. 45; Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 187-201.

⁴⁸⁶ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”, p.167.

⁴⁸⁷ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. In. Elide Rugai Bastos *et. al.* *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 71.

⁴⁸⁸ Informações retiradas dos processos de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi. (Respectivamente: 63.1.1299.8.0; 64.1.1083.8.8; 70.1.929.8.7); adicionadas às encontradas em Carolina Pulici e Claudinei Spirandelli (Respectivamente: *Entre sociólogos*, p. 240-243; e *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, p. 43-53).

Comparando o recrutamento das cadeiras de Sociologia I e II, Carolina Pulici observou que “a pertença aos antigos círculos oligárquico-aristocráticos brasileiros foi comum à primeira geração de professores brasileiros alojados na Cadeira de Sociologia II”⁴⁸⁹; ao passo que, depois de meados dos anos 1950 esses grupos não mais se reproduzem na Faculdade. Estabelecendo o contraste até a reforma universitária de 1969, a assertiva tem sua veracidade no contraponto com a Sociologia I, que privilegiaria membros de camadas médias baixas em ascensão, arrimos de família; em suma, “alunos pobres” para os quais “a disciplina no trabalho e a oportunidade de cursar a Faculdade de Filosofia” eram “dois critérios em que a capacidade de realização individual é a medida determinante das coisas”.⁴⁹⁰ Atentando-se à montagem inicial, contudo, a consideração pode ser matizada. A composição inicial – Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco e Marialice Mencarini Foracchi⁴⁹¹ – sugere que algo de excepcional na turma de ingressantes no curso de Ciências Sociais em 1949.⁴⁹² Com exceção do primeiro, veterano da turma anterior, todos eram calouros nesse ano.

As instalações da FFCL-USP se encontravam na Praça da República⁴⁹³, quando Florestan Fernandes, mestrado há dois anos, foi professor deles. Iniciava, então, com Roger Bastide a grande pesquisa do “Projeto Unesco”⁴⁹⁴, e todos esses alunos

⁴⁸⁹ Carolina Pulici. *Entre sociólogos*, p. 124.

⁴⁹⁰ Carolina Pulici. *Entre sociólogos*, p.144.

⁴⁹¹ As participações de Renato Jardim Moreira escasseiam, daí o exame dos quatro alunos apenas. Cf. “Entrevista de Mário Wagner Vieira da Cunha” (Edição final e notas de Fernando Antonio Pinheiro Filho e Sergio Miceli). *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 2, p. 297. Celso de Rui Beisiegel, Lourdes Sola, José Carlos Pereira, Cláudio José Torres Vouga, Luiz Pereira, José de Souza Martins, Sedi Hirano, José César Aprilanti Gnaccarini, Gabriel Bolaffi e Gabriel Cohn aproximaram-se da Sociologia I apenas depois de 1961, por ocasião da criação do Cesit. Cf. Carolina Pulici. *Entre sociólogos*, p. 240-243.

⁴⁹² Se “o ‘bom assistente’ era aquele evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual à minha, em quantidade e qualidade” (Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 185) – é preciso descobrir como os descobria.

⁴⁹³ Fernando Henrique Cardoso. Depoimento. *Língua e literatura*, v. 10-13; 1981-1984, p. 158.

⁴⁹⁴ Florestan Fernandes, em 1964, divide suas pesquisas em “Pesquisas de campo” e “Pesquisas de reconstrução histórica”. Na segunda, lista três: 1. Organização de um fichário da documentação conhecida sobre os Tupinambá (1945-1946); 2. Formação da Sociedade Paulistana (séculos XVI e XVII) (1948); 3. Escravidão negra em São Paulo e a Desagregação do Regime Servil. (1951-1952) (SE-FFCL-FFLCH/USP 64.1.879.8.3).. Em São Paulo, o projeto da pesquisa a respeito das relações raciais contou com a convergência de um interesse prévio já manifestado pela Anhembi na figura de Paulo Duarte. Assim, embora as pesquisas para a UNESCO tenham sido realizadas um pouco depois, é possível supor que o item dois - reconstrução histórica da formação da sociedade paulistana -tivesse em vista já um estudo a respeito disso, que se liga ao item 3, aí já articulado com o projeto UNESCO. A atenção ao pormenor quer assinalar o horizonte de Florestan Fernandes, quando conheceu esta turma de estudantes, pois, se ele dirigiu a atenção em busca de talentos, isso se deve à demanda pelos mesmos.

participaram com eles das pesquisas sobre relações raciais, exceto Ianni.⁴⁹⁵ O convívio da pesquisa estreitou laços entre o jovem professor assistente e os alunos mais empenhados, assim como entre Bastide e Florestan. Vale mesmo supor que se alguma dúvida houvesse com relação à sucessão da cátedra, tenha sido dissipada nesse trabalho conjunto.⁴⁹⁶ Difícil saber se o jovem humilde, recém egresso da vida hostil dos trabalhos manuais pouco qualificados, olhava os alunos com aquela atenção desesperadamente criteriosa de quem procura aliados, por se saber só, mas é de se suspeitar que sim, pois nesse ínterim Bastide anuncia querer ser sucedido por Florestan.⁴⁹⁷

Ele não tinha trinta anos quando foi professor daquela turma; entre ele e o aluno mais jovem desse grupo, Fernando Henrique Cardoso, a diferença é de nove anos; entre ele e o mais velho, Renato Jardim Moreira, de apenas seis.⁴⁹⁸ Se a distância estabelecida pela hierarquia universitária abria um fosso entre os iniciantes e o professor que “dava aula de avental branco (...) xingava muito, era sério” e “didaticamente mau”⁴⁹⁹; a juventude dele o aproximava, dando-lhes esperanças de que não levariam muito tempo

⁴⁹⁵ Ele interrompeu a graduação quando as atividades desta pesquisa estavam fervilhando, nos anos de 1951-1952. A consulta a seu processo (64.1.1083.8.8, fl. 6), e a conferência dos agradecidos embasam a assertiva (Roger Bastide e Florestan Fernandes. *Branco e negros em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008, 4ª ed, p. 24-25). A turma compunha-se de oito formandos: 1. Maria Neusa Avenia (B/L); 2. Fernando Henrique Cardoso (B/L); 3. Marialice Mencarini Foracchi (B/L); 4. Maria Sylvia Carvalho Franco (B/L); 5. Ruth Villaça Corrêa Leite (B/L); 6. Altair da Silva Macuco (L); 7. Carlos Corrêa Mascaro e 8. Helena Maria Paniza (B/L). Apenas os alunos “6” e “7” não constam na mencionada lista de agradecimentos de Roger Bastide.

⁴⁹⁶ De uma perspectiva contrastante e relacional, estamos, obviamente de acordo com a interpretação de Heloísa Pontes, Dimitri Pinheiro da Silva e Claudinei Spirandelli, a respeito das razões que levaram Roger Bastide a escolhê-lo. O regime de cátedras tinha uma “ordem natural” (do acúmulo de tempo em servir), mas ela não valia para o caso de ascensões femininas, sendo elas bloqueadas nesta possibilidade pela vigência sobreposta à tal ordem, do patriarcalismo. Mas é difícil não supor que outras “ordens” não tenham entrado em jogo na escolha de Florestan Fernandes, preterindo-se Gilda de Mello e Souza: os fortes vínculos consolidados na parceria da pesquisa da UNESCO, alguma solidariedade com a condição de masculina de “provedor” familiar. Além disso, uma das atribuições da segunda missão francesa (Cf. Capítulo 3) consistia em garantir o prosseguimento autóctone da instituição, e, a identificação da disposição à entrega total de Florestan a ela decerto concorreu para a escolha.

⁴⁹⁷ “Na verdade, começara a seleção muito antes de substituir o professor Bastide (...) em fins de 1954 (...) já dispunha de um pequeno grupo que podia trabalhar articuladamente comigo, e, em conjunto, nós mesmos forjamos o espaço para continuarmos crescendo.” (“Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 183). Roger Bastide informa em entrevista: “O Florestan foi o último [que formei]. E aqui fui obrigado a ficar um pouco mais de tempo. Porque ele não tinha ainda o doutoramento”. (“Entrevista com Roger Bastide” (Realizada por Irene Cardoso em 1973). *Discurso*, n. 16, 1987, p. 186.

⁴⁹⁸ Os respectivos anos de nascimento são: Fernando Henrique Cardoso, 1931; Octavio Ianni, 1928; Renato Jardim Moreira, 1926; Maria Sylvia Carvalho Franco 1930; Marialice Mencarini Foracchi (1929). Os dados foram retirados das fichas de matrícula deles, encontradas na Seção de ex-Alunos da FFLCH-USP, para se evitar as informações irritantemente conflitivas.

⁴⁹⁹ Fernando Henrique Cardoso. Depoimento. *Língua e literatura*, p. 158-159.

para adquirem tal estatura. É o que denuncia Fernando Henrique Cardoso, que embaralha juventude com competência, aproximando as idades: “Ele era muito bom (...) tinha vinte e poucos anos e eu dezoito.”⁵⁰⁰ Com efeito, os laços tecidos entre o mestre e esses quatro alunos não podem ser aquilatados sem a consideração da juventude de todos e do crescimento conjunto que alimentou o sentimento de pertença coletiva, fundamental para o empreendimento em torno de um objetivo comum. A austeridade do professor ia junto com um entusiasmo. Ele “transmitia com frequência a seus alunos aquele mesmo ardor, aquela mesma vontade terrível de dominar o conhecimento, de mostrar que havia de desenvolver durante toda a vida uma profissão” e que “era o trabalho mais importante do mundo. O resto não importava.” É verdade que num “curso sobre Durkheim dado pelo professor Roger Bastide”, tudo era “tão claro! Se fosse o professor Antonio Candido que nos explicasse Weber, então era um Weber fascinante”. Porém, “o homem que nos dava impulso para ler tudo isto era Florestan Fernandes.”⁵⁰¹ Belo momento em que “as distâncias entre professores e alunos [eram] felizmente, pequenas, porque todos [tinham] o sentimento vivo de participar, lado a lado, na construção de alguma coisa (...) os assistentes, continuando discípulos dos seus mestres, querem permanecer colegas dos seus alunos”.⁵⁰² Se Florestan tinha entrado “em pânico”, “sentindo demais o peso”, daquilo “que ‘deveria saber’ mas não sabia”, por não ter aprendido nada que “fosse sólido, seguro”, se tinha concluído “que nada tinha a dar aos alunos e que eles seriam pelo menos durante algum tempo, [minhas] vítimas”, o efeito que exerceu sobre eles foi bem diferente do exercido pelas missões francesas, em particular naqueles menos abastados. Mario Wagner Vieira da Cunha, professor comissionado das primeiras turmas da FFCL-USP, teve uma carreira destacada posteriormente, e, no entanto, recorda em tom amargo: a “coisa estava tão alta, tão

⁵⁰⁰ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. In. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 68. Esse diapasão do desejo mimético aparece em numerosas declarações, destacamos uma: “Florestan criou uma linguagem (...) que nós todos tentamos imitar com desespero.” (Fernando Henrique Cardoso. “A paixão pelo saber”, p. 29).

⁵⁰¹ Fernando Henrique Cardoso. “A paixão pelo saber”. In. Maria Ângela D’Incao (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987, p. 24.

⁵⁰² Antonio Candido. “Discurso de Paraninfo (1947)”. *Anuário da FFCL-USP 1939-1949*, p. 283. “O que importa (...) é lutar pela criação de novas oportunidades de aprendizagem, de treinamento científico e de aproveitamento intelectual (...) formar alunos com mentalidade científica e aptos para se ajustarem às condições de trabalho intelectual imperantes em nossa sociedade se confunde com o próprio progresso das ciências humanas no Brasil.” “Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”, p. 98.

inacessível (...) que realmente era motivo de frustração (...) não havia intermediários para a gente chegar a alguma coisa.”⁵⁰³

Quem eram esses alunos que não poderiam escapar?

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931, no Rio de Janeiro. Primogênito em uma família de militares, qualquer genealogia “atesta os indicadores de alta origem social e a participação direta de seus ascendentes nos eventos mais relevantes da história do Brasil contemporâneo”.⁵⁰⁴ Cursou o primário e o ginásio entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em função de deslocamentos do pai, teve professora particular de francês, algo relativamente comum à época, entre famílias abastadas. Em 1949, prestou dois vestibulares, sendo reprovado em um – o latim da Faculdade de Direito; e aprovado em outro, o de Ciências Sociais para a FFCL-USP.⁵⁰⁵ A escolha, que parece declinante, não foi motivo de conflito familiar.⁵⁰⁶ Aluno exemplar, antes de concluir a graduação, precisou da autorização do reitor, dada sua pouca idade, para tornar-se professor assistente na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA-USP), responsável por ensinar História Econômica da Europa⁵⁰⁷. Alguma dificuldade teve de ser enfrentada – “meu inglês era deficiente [apanhei] muito para poder ler aqueles livros de história econômica da Europa” – mas a pior delas, ao que parece, dizia respeito aos desentendimentos com a catedrática, Alice Canabrava, o que levou ao abandono do posto.⁵⁰⁸ No breve período em que ficou sem alocação na Faculdade, trabalhou numa pesquisa sobre força de trabalho em São Paulo. Mas logo Florestan Fernandes o trouxe

⁵⁰³ “Entrevista de Mário Wagner Vieira da Cunha”, p. 297. Florestan, no mesmo tom: “Vocês não conheceram a Faculdade de Filosofia da praça da República, não tiveram aulas com os professores franceses que desanimavam os estudantes”; e dá idéia do quanto a sofreguidão de que padeceu como estudante foi importante na concepção de ensino que adotou: “Logo que assumiu papéis ativos, a geração *between* cortou essa pretensão a dar um grande salto. Era pejorativo ler manual (...) Os manuais ficavam para os ignorantes, para os principiantes. Nós reabilitamos os manuais.” (Entrevista para projeto História da Antropologia, citada por Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 202).

⁵⁰⁴ Afrânio-Raul Garcia Jr. “A dependência da política”. In. Maria Angela D’Incao, Hermínio Martins (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 96.

⁵⁰⁵ Cf. Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. (tradução de Dora Rocha). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 58. A respeito do exame de latim, monopolizado por Alexandre Correa, figura importante no próximo capítulo, num clima de “matadouro”, ver: Boris Fausto. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 227-228.

⁵⁰⁶ Cf. Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 73. Vale supor que, se não enfrentou constrangimento familiar, não ficou incólume ao social, posto que a observação a respeito dessa escolha alcance pergunta a ele dirigidas. Citamos uma, insuspeita de indisposição com sua figura: “Mesmo com todo esse pedigree, você preferiu a sociologia?” (Entrevista concedida a Miriam Leitão, 09/1984. In. *Playboy. Especial entrevistas*, p. 209).

⁵⁰⁷ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 71.

⁵⁰⁸ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 72.

de volta, ainda que em posição inferior à de assistente, como auxiliar.⁵⁰⁹ Declínio que foi compensado pela nomeação que logo ganharia: primeiro assistente da Sociologia I.

Maria Sylvia Carvalho Franco nasceu no mesmo ano que ele, em Araraquara, e veio para São Paulo estudar no tradicional *Des Oiseaux*. Seu pai era delegado de polícia e sua mãe descendente dos Pinto Ferraz, família proprietária de terras no interior do estado. Marialice Mencarini Foracchi nasceu em 1929. Era filha de um imigrante italiano abastado (proprietário da empresa Café do Ponto) com uma quatrocentona do Vale do Paraíba, descendente dos Marcondes Ferreira e irmã do proprietário da Companhia Editora Nacional, Octales Marcondes Ferreira. Foi aluna do Colégio Nossa Senhora de Sion e do Instituto Mackenzie.⁵¹⁰ Antes de se ligar à Sociologia I; já tinha sido assistente extranumerária de Laerte Ramos de Carvalho, na Cadeira de História e Filosofia da Educação, entre 1953 e 1954 – defendendo mestrado sob orientação dele, “Educação e planejamento (aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação)”, em 1959. Nesses anos, Maria Sylvia começava sua carreira, como Fernando Henrique Cardoso, no Instituto de Administração da FCEA.⁵¹¹ Ela defende apenas o doutorado, em 1964 – no mesmo ano que sua colega; ambas, nesse nível, sob orientação de Florestan Fernandes, junto à Sociologia I.

Nessa composição inicial, o único membro que corresponde ao perfil associado à Sociologia I *em contraste com a II*, e aproxima-se da experiência plebéia de Florestan Fernandes, é Octavio Ianni. Jocosamente apelidado de “italianinho de Itu”⁵¹², nasceu, em 1926, neste município, em que também fez seus estudos. Seus pais eram imigrantes do sul da Itália e “retiravam o sustento da venda de miúdos na rua com o auxílio de uma

⁵⁰⁹ Na pesquisa sobre força de trabalho, também trabalhava Ruth Cardoso, sua companheira (Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 72). Vale assinalar, a respeito de sua passagem pela FCEA: ele foi contratado – como Maria Sylvia Carvalho Franco – para prestar serviços técnicos ao Instituto de Administração, órgão anexo à cadeira de Administração da FCEA-USP (10/1951 a 08/1952), somente depois se tornou primeiro assistente de Alice Canabrava (08/1952 a 06/1953). (Cf. Processo 63.1.1299.8.0)

⁵¹⁰ Ambas, na ocasião da montagem da equipe, eram casadas. Maria Sylvia Carvalho Franco com Renato Jardim Moreira. Cf. Claudinei Spirandelli. *Trajetórias intelectuais*, p. 43-53.

⁵¹¹ Assinale-se de passagem, em maio de 1955, quando Florestan se dirige a Anísio Teixeira, a renovação desse posto é indeferida por Jânio Quadros. (Cf. SE-FFCL-FFLCH/USP. Processo 51.1.13265.1.9). Elas correspondem aos casos a que Florestan Fernandes se refere: em função da falta de recursos, as “pessoas escolhidas foram ‘plantadas’ em outras cadeiras...”. (“Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 183).

⁵¹² Dispensável chamar atenção para o sentido social do epíteto, que avisa o indivíduo de seu duplo não-pertencimento (regional/Itu-São Paulo; nacional Itália-Brasil). Inf. registrada em Marcelo Ridenti. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 115 – mas corrente à boca pequena.

carroça”.⁵¹³ Tendo cursado regularmente a faculdade em 1949 e 1950, nos dois anos seguintes interrompe a graduação; casa-se, trabalha como assistente de editora na Companhia Editora Nacional, e como tipógrafo em Osasco.⁵¹⁴ Florestan Fernandes reconhecia a si próprio nele, que, no “ar sério, tranqüilo, ensimesmado, modesto e retraído, desconfiado”, levava para a “faculdade contas a saldar com aquele mundo estranho”; era “desajeitado” em meio às “pessoas que ostentavam certa superioridade”⁵¹⁵. Retomando a graduação, Fernando Henrique, já professor, dá-lhe aulas.⁵¹⁶ À desvantagem social somou-se a etária, ou, talvez, nesta se manifestasse aquela: era cinco anos mais velho que Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia Carvalho Franco, comprometendo algo da “mágica” de ostentar o virtuosismo intelectual com pouca idade, típico da cultura escolar competitiva, e atroz quando incorporada na sociabilidade discente. Dá o que pensar: o pólo dominado (corpo discente) incorpora inteira e prazerosamente a hierarquia escolar que estabelece sua posição dominada.⁵¹⁷

O período em exame (1954-1961) oferece contraste interessante com o quadro docente da Sociologia II. Os componentes desta cadeira, neste período, cursaram a faculdade em momento anterior ao de Florestan Fernandes, e o enlace deles remonta a esses anos. Fernando de Azevedo, catedrático desde 1943, foi orientador de Antonio Candido (primeiro assistente); este formou *Clima* com Ruy Galvão (segundo assistente); ambos eram amigos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (desde 1957, auxiliar de ensino). Além de mais novos, os componentes da Sociologia I foram colegas de graduação, e, todos juntos, alunos de Florestan Fernandes. As relações de amizade entre iguais, de um lado, e entre desiguais (alunos / professor) de outro são importantes: a hierarquia que articula a Sociologia I não se estabeleceria entre os membros da Sociologia II, cujos laços a afrouxariam. Outrossim, a Sociologia II apresenta variação nos membros, que se opõe à estabilidade por que lutou Florestan Fernandes para os seus. Assim, Antonio Candido decide mudar para Assis, em 1958, após lhe ser

⁵¹³ Carolina Pulici. *Entre sociólogos*, p. 133.

⁵¹⁴ “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins” (Por Conrado Pires de Castro). *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 22, n. 1, p. 239.

⁵¹⁵ Florestan Fernandes. “O encanto da vida”. In.: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída. *Humanismo e compromisso*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996, p. 11-12.

⁵¹⁶ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 70.

⁵¹⁷ Cf. Pierre Bourdieu. “A excelência e os valores do sistema de ensino francês”. In. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 5ª ed., p. 240.

oferecido um curso de “sociologia da educação”, retornando em 1961, para teoria literária, contando com auxílio de João Cruz Costa.⁵¹⁸ Fernando de Azevedo deixa a faculdade para ser secretário da cultura de Prestes Maia, justamente neste ano. Maria Isaura Pereira de Queiroz, que, depois de três anos com Florestan como catedrático migra para Sociologia II, em 1957, possivelmente, ao passar a segunda assistente tenha sido estimulada a montar seu Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru), dando vazão a sua predileção temática. Apenas em 1964, ano de criação desse centro, a cadeira adquire uma estruturação mais fixa, que dura pouco, até a reforma universitária de 1970. Em suma, a Sociologia II, ao congregar interesses diversos, foi suporte passageiro para alavancar tal diversidade dos projetos individuais, tão logo as condições para tanto eram dadas. Sua unidade se estabelece no contraponto à Sociologia I, e não com relação a ela própria, com projeto definido.

O exame da seleção indica convergência entre o princípio de aproveitamento racional dos recursos, defendido pelo sociólogo junto aos poderes públicos, e o adotado por ele próprio. O bom desempenho discente foi um critério na seleção indicada.⁵¹⁹ Competências “concentradas” nessa turma se realizaram em meio às intensas e variadas atividades demandadas pela pesquisa para a Unesco.⁵²⁰ Como se sabe que os investimentos escolares são, em geral, inversamente proporcionais ao capital cultural recebido por via familiar, tudo levaria a crer que seus escolhidos teriam origens em extratos menos privilegiados do que aquele que de fato esse grupo inicial tem. Porém, como ficou assinalado, além da boa educação vinda de casa, estudaram em bons colégios e não padeceram dos “esforços sobre-humanos” que viabilizaram o percurso de

⁵¹⁸ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 193; Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados (1961-1978)*. Dissertação de mestrado. Unicamp: IFCH, 2006, p. 54-55.

⁵¹⁹ Alguém poderia se perguntar a respeito das médias simples desses alunos, bom indicador para o ponto. O cálculo delas chega às seguintes: Fernando Henrique Cardoso, 7.71; Marialice Mencarini Foracchi, 7.18; Octavio Ianni, 6.87. (Cf. Processos, respectivamente: 63.1.1299.8.0, fl. 6; 70.1.929.8.7, fl. 5; 64.1.1083.8.8, fl. 6. O processo de Maria Sylvia não dava a informação necessária). O mesmo cálculo realizado para José Arthur Giannotti chega a média 6.75, abaixo, portanto, de Ianni. Seja pela tradição das “notas mais baixas” no curso de Filosofia ou não, no caso de Ianni, é possível supor que o empenho se sobrepôs a desempenho, chamando atenção de seu professor.

⁵²⁰ Mas não exclusivamente. Nos arquivos do sociólogo, encontram-se os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira a respeito dos estereótipos ligados aos sírio-libaneses. Dificilmente aquele fosse um mero trabalho de aproveitamento de curso. Por volta de 1949-1950, a pesquisa sobre os sírios talvez ainda não tivesse sido abandonada. Os comentários do professor nos trabalhos de seus alunos indicam correção atenta ao conteúdo das *inferências e interpretações* que eles conseguem extrair dos dados que levantam. Considerando-se que o curso foi oferecido por Florestan Fernandes na condição de assistente é possível concluir que o olhar afiado para identificação de bons quadros entre os alunos fosse preocupação não apenas sua, mas também de Roger Bastide. Mais adiante veremos que essa habilidade também Florestan Fernandes procurou ensinar a esses aliados.

Florestan Fernandes, salvo Octavio Ianni. Aquela típica displicência dos bem nascidos, que nada ou muito pouco devem à instituição escolar, não corresponde ao caso deles. Ao contrário. Somando *boa formação, empenho, alto desempenho e capital social* tornaram-se mais atraentes para o aproveitamento institucional, face às condições em que se via Florestan Fernandes. Marialice Mencarini Foracchi pode azeitar as relações entre o grupo e a Companhia Editora Nacional, favorecendo suas publicações.⁵²¹ Se nesta editora, a presença de Fernando de Azevedo já lhes era favorável, tanto melhor com a presença de uma socióloga, como ele, interessada no tema educacional. Ainda na vertente editorial, vale assinalar o flanco, senão aberto, favorecido pelas relações de Octavio Ianni com a Editora Civilização Brasileira, que, de meados dos 1960 em diante publica numerosos livros do pessoal da cadeira.⁵²² Já Maria Sylvia Carvalho Franco fez “uso do capital social de que dispunha, trazido de relacionamentos familiares, bem como da consciência de um novo tempo que chegaria, tornando o ‘mundo oligárquico’ ultrapassado.”⁵²³ Fernando Henrique Cardoso terá seu talento intelectual e socialização política familiar aproveitados, numa guerra de posições em que a cadeira se infiltra em órgãos do poder institucional universitário. Em suma, Florestan Fernandes reuniu e somou diversificado capital social discente e racionalizou seu emprego. Diante da tarefa de sobreviver num meio social do qual não era parte enraizada, longe de Roger Bastide, o primeiro mestre que lhe amparou, abrindo as portas para tantos outros, as dificuldades da socialização plebéia talvez o acometessem, com o sentimento de que “a soma de duas fraquezas não compõe uma força”⁵²⁴ – na base dessa conduta calculada, pautada por “critérios estritos”. Se as fraquezas não compõem uma força, é necessário que alguém fraco reúna os fortes que puder congrega ao seu redor, mantendo-os aliados e sob controle. Entre a racionalização da conduta e o sorriso do acaso, Florestan encontrava a felicidade clandestina.

Enquanto brigava em instâncias do poder público, para garantir a consolidação desse pequeno grupo, Florestan não descuidava da frente acadêmica e intelectual. Se,

⁵²¹ Cf. “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins”, p. 239.

⁵²² Ou de colegas próximos a ela. Por exemplo, Thales de Azevedo, membro de sua banca de doutoramento, conforme a inscrição de livro ofertado a Octavio Ianni sugere: “Ao querido amigo e grande colega Octavio, a quem devo a organização deste volume e apoio para publicação, afetuosamente (?) Thales”. (*Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Orelha escrita por Octavio Ianni). Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

⁵²³ Claudinei Spirandelli. *Trajetórias intelectuais*, p. 116.

⁵²⁴ “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 143.

examinada em contraste com a carreira de seus concorrentes, sua ascensão é “meteórica” – entre os 27 e os 34 anos, saltou do degrau mínimo (mestrado) ao máximo (a regência de cátedra)⁵²⁵ – chama a atenção, que, após a livre-docência adquirida em 1953, ele preste o concurso para efetivação da cátedra apenas em 1964, premido pelo prazo da conjuntura política, e insatisfeito com a tese, como sói ocorrer com os que se colocam por inteiro nela.⁵²⁶ O tempo entre uma e outra é maior do que aquele gasto para ir do grau mais “baixo” ao mais “alto”. Se a subida meteórica se liga à necessidade de títulos em função da promessa entrevista na escolha de Bastide, o “freio” se deve aos cuidados com a “matéria prima discente”. Afinal, não foi apenas em aula que Florestan Fernandes transmitiu “aquele ardor”. Não bastava reuni-los, importava organizá-los, segundo uma divisão do trabalho que considerasse as inclinações pessoais. As providências tomadas indicam de modo inequívoco esse propósito: titulação, exploração do circuito já amealhado na pesquisa da Unesco, ampliação das relações intra e extra universitárias, divisão das tarefas docentes, publicações em periódicos, elaboração de coletâneas didáticas, emissão de juízos a respeito da Sociologia e defesa coletiva de ideais comuns a respeito do *métier*.⁵²⁷

Conforme Maria Arminda do Nascimento Arruda assinalou: o “setor de Sociologia I”, “está abandonando o antigo doutorado francês para uma concepção ligada ao estilo americano, em que o mestrado é a primeira gradação da carreira”⁵²⁸ – assertiva válida para todos eles, com exceção de Maria Sylvia Carvalho Franco, que defenderá apenas o doutoramento. O empenho de Florestan Fernandes pelas titulações dos membros da equipe foi imediato. Quando são reunidos, somente Fernando Henrique Cardoso possui mestrado, mas já em 1957, Octávio Ianni defende “Raça e mobilidade social em Florianópolis”. No ano seguinte, orientada por Laerte Ramos de Carvalho, Marialice Mencarini Foracchi defende: “Educação e planejamento (aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação).”

⁵²⁵ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 184.

⁵²⁶ Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*, v.1. São Paulo: Globo, 2008, 5ª ed., p. 21 [1964].

⁵²⁷ O conjunto desses juízos foi analisado por Carolina Pulici, atentando ao período 1954-1969 (*Entre sociólogos*, p. 69-segts). Luiz Carlos Jackson assinalou: justamente “por não estar diretamente vinculado a nenhuma revista (como os grupos da ELSP), o grupo reunido por Florestan Fernandes em torno da Cadeira de Sociologia I produzia e publicava em abundância, sob o manto da neutralidade científica”. (“A Sociologia Paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. *Tempo Social*, v. 16, n. 1. São Paulo, jun. 2004, p. 276). Decerto, a canalização dos esforços para aulas e teses, tornava mais rentável o aproveitamento dos periódicos disponíveis, poupando o trabalho de ter de gerenciar o seu próprio.

⁵²⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 215.

Em 1955, Ianni, Fernando Henrique e Renato Jardim Moreira – viajaram para o sul do país. Premidos pelo tempo, mas respaldados por relações de Antonio Candido e Florestan Fernandes, coletam dados, bibliografia e selecionam as comunidades de seu estudo. É verdade que a pesquisa realizada na região meridional foi marcada pelas “condições habituais de escassez de recursos, impondo sérias limitações do período de permanência em campo”.⁵²⁹ Contudo, a viagem contou com a subvenção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do CAPES – por intervenção de Anísio Teixeira e Charles Wagley. Contato “arranjado” por Antonio Candido⁵³⁰ e a “boa vontade dos amigos e o prestígio do nome” de Florestan, tanto entre os que ele próprio recomendou encontrarem quanto entre as “novas relações” que estabeleceram⁵³¹ abriram portas de arquivos, bibliotecas, facilitaram o acesso aos materiais no pouco tempo disponível.

Trata-se da primeira experiência de pesquisa capitaneada exclusivamente por Florestan Fernandes. Desdobramento do trabalho já realizado anteriormente com Roger Bastide, a atividade renderá para Ianni o mestrado e para ele e Fernando Henrique, o doutorado. Entre o mestrado de Ianni e o doutoramento de ambos, virá a lume, pela coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* – livro que em sua composição cristaliza a configuração da Sociologia I. Com autoria de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, responsáveis cada qual por uma parte do livro, mas assinando juntos, “introdução” e “conclusões”; prefácio de Florestan Fernandes, a obra é dedicada a Roger Bastide e Antonio Candido. Por sua vez, Marialice Mencarini Foracchi auxiliava na repercussão preparando para o *Suplemento Literário*, um comentário crítico.⁵³²

Se a região sul não havia sido contemplada pelas investigações propostas pela UNESCO, não era esta a única razão para os sociólogos voltarem suas atenções a ela. Dentre as advertências encontradas em *Cor e mobilidade*, chama a atenção esta, dirigida ao nexo entre problema de pesquisa, levantamento empírico e a escolha do “caso típico”

⁵²⁹ Florestan Fernandes. “Prefácio”. In. Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. XVIII.

⁵³⁰ Cf. *Cor e mobilidade social*, p. XL; correspondência de Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Florianópolis, 18/07/1955.

⁵³¹ Cf. Correspondência de Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Porto Alegre, 12/05/1955.

⁵³² Marialice Mencarini Foracchi. Comentário Crítico. *Suplemento Literário*, n. 221, dezembro de 1960.

e “atípico”. Por outro lado, bem ponderada, do ponto de vista analítico, a escolha estratégica da região sul, manter os assistentes em tema já trabalhado, é sinal do empenho em extrair o máximo rendimento do trabalho já acumulado, e ao mesmo tempo aprofundar visadas teóricas.⁵³³

As atividades didáticas e as iniciativas editoriais são meticulosamente pensadas e indissociáveis. O nexos entre elas indica racionalização de tempo e energias devotadas à docência, fazendo-os render publicações oriundas da preparação de aulas e da escassez bibliográfica a obstaculizar o trabalho.⁵³⁴ Florestan Fernandes, por quatro anos letivos (1956-1959), deu o mesmo curso para o quarto ano da graduação: Sociologia Aplicada. Fez a atividade render-lhe a publicação “A Sociologia Aplicada: seu campo, objeto e principais problemas”⁵³⁵, artigo central de *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, resultado de “muitos anos de trato consecutivo com os mesmos problemas”, em que “acabamos descobrindo algumas soluções originais para questões controvertidas ou mal colocadas no passado.”⁵³⁶ Novamente, Marialice faz trabalho auxiliar.⁵³⁷

O mesmo esforço pela rentabilidade do trabalho é observado no caso de Fernando Henrique Cardoso que, por anos consecutivos leciona a mesma disciplina para primeiro ano do curso, “Introdução a Sociologia” e organiza com Octávio Ianni uma coletânea destinada a esta disciplina: *Homem e Sociedade. Leituras Básicas de Sociologia Geral*.

⁵³³ “Até hoje, não se fez nada semelhante no Brasil. Mesmo os autores que se referem à exploração de *casos típicos*, em suas investigações nunca realizaram sondagens prévias suficientemente aprofundadas da realidade. Doutro lado, negligenciaram a importância de publicar trabalhos que contivessem o material porventura utilizado na seleção dos casos e que permitissem apreciar os próprios critérios de seleção.” (Florestan Fernandes. Prefácio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, p. XIX). Nesse sentido, vale assinalar que a viagem foi parte da seleção das cidades – os sociólogos noticiam o professor conforme averiguam a pertinência delas aos propósitos da pesquisa. Correspondência de Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Florianópolis, 18/07/1955.

⁵³⁴ Abundam exemplos, selecionamos os mais representativos, a canalização dos esforços é central.

⁵³⁵ Em duas partes na revista *Sociologia*. “A Sociologia Aplicada como disciplina autônoma” (vol. XX, n. 1. São Paulo, março de 1958); “Campo e problemas da Sociologia Aplicada” (vol. XXI, n. 3, São Paulo, 1959).

⁵³⁶ Florestan Fernandes. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976, 3ª ed. [1ª ed. 1959], p. 8. O livro reúne quatorze artigos, bem desiguais entre si. Desequilíbrio que ele reconhece ao se justificar: “é inegável o interesse em favorecer edições que facilitem o conhecimento do estado atual da teoria sociológica no Brasil. Tanto os nossos especialistas, como os especialistas estrangeiros têm a lucrar com isso, já que assim podem perceber melhor as orientações imprimidas pelos sociólogos brasileiros às suas tarefas (...) professores e alunos da matéria, que são muitos e precisam ser levados em conta, sempre encontrarão, em alguns capítulos, material de interesse didático para os seus estudos. A nossa bibliografia sociológica ainda é escassa, para anular motivos desse gênero.” Florestan Fernandes. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976, 3ª ed. [1ª ed. 1959], p. 8.

⁵³⁷ Marialice Mencarini Foracchi. Comentário Crítico. *Suplemento Literário*. Abril de 1961.

⁵³⁸ A distribuição das responsabilidades docentes era combinada, levando em consideração a demanda de tempo para elaboração de trabalhos individuais, a primazia de um ou outro na fila dessa disponibilidade, as oportunidades de converter o trabalho docente em publicação. ⁵³⁹

Além de organizá-la, os dois assistentes escrevem uma introdução para a coletânea e Florestan Fernandes a abre com um artigo intitulado “Conceito de Sociologia”. Os textos, classificados em três seções – “os sistemas sociais”; “a interação social” e “os processos de interação social” – foram selecionados, não “pela excelência do conteúdo ou da forma literária”, mas na “intenção de preencher uma velha necessidade do ensino de sociologia no nível introdutório”, apesar de ser muito difícil “organizar livros que tenham alguma utilidade didática e sejam, ao mesmo tempo, cientificamente íntegros”. ⁵⁴⁰ Vale dar voz à queixa, por testemunhar a distância entre o que projetam e o que lhes é possível fazer: “nada justifica, senão o atraso cultural ainda vigente em nosso meio, que a iniciação e o treinamento elementar numa disciplina qualquer tenham que ser feitos através de traduções. É francamente constrangedor ter de utilizar traduções de manuais [...] como tivemos que fazer”. ⁵⁴¹ Concorreria para o constrangimento, a comparação com as atividades do Seminário, em que *O Capital* era lido em pelo menos três línguas estrangeiras: alemão, francês, espanhol? ⁵⁴²

⁵³⁸ A parceria em empreendimentos didático-editoriais é levada adiante pelos sucessores. Luiz Pereira e Marialice Mencarini Foracchi organizam a coletânea *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964; Marialice Mencarini Foracchi e José de Souza Martins, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. São Paulo: LCT, 1977.

⁵³⁹ “não tenho qualquer reivindicação a fazer quanto a cursos: resolvam junto com Octavio, e acatarei realmente com prazer, qualquer curso novo durante qualquer dos semestres ou todo o ano (...) não vacile: deixe todo o trabalho da faculdade conosco que não o envergonharemos e cuide da tese.” (Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Paris, 08/02/1962). Doutorados os pupilos em 1961, era tempo de Florestan se dedicar a tese de cátedra, enfim.

⁵⁴⁰ Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (orgs.). *Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, viii, 1961. 317 p. (Série Biblioteca Universitária. Série 2 – Ciências Sociais, v. 5), p. 1, p. 3.

⁵⁴¹ Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. “Introdução”. In.: *Homem e sociedade*, p. 2.

⁵⁴² A atividade editorial de mais relevância consiste na direção da Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, pela Difel. Seu perfil difere das supra-citadas. Nela, publicam-se parcela considerável das teses da Sociologia I, dos seminaristas, e do círculo mais amplo que logo se ordena em função desse núcleo. É interessante assinalar que os três primeiros livros publicados são: *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*, de Pierre Monbeig; *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide; *Mudanças sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes, em 1960. A “Apresentação” que elabora para este livro dá idéia do caráter que quer imprimir a ela e é parte da ação conjunta de emissão de diagnósticos similares entre os membros da equipe, a respeito da Sociologia: “O antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco pela radicação no Brasil do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura. (...) o público tem pouco acesso à bibliografia moderna sobre os problemas brasileiros”. (Fernando Henrique Cardoso. “Apresentação”. In. Florestan Fernandes. *Mudanças sociais no Brasil*. São

O que se expôs atesta o altíssimo nível de dedicação de todos ao conjunto. Esses duros anos iniciais são marcados pelas dificuldades e a fraqueza do grupo – meio à mercê da “austeridade” janista, dos lances de Florestan, das relações de Fernando Henrique.⁵⁴³ Também a penúria estreita vínculos. A partir de 1959, consolidado o núcleo duro, o grupo cresce, favorecido pela conjuntura política e vindo a público com os frutos do trabalho encubado nos primeiros anos. Os contratos estavam garantidos; os mestrados, defendidos; as ramificações transversais incrustando os membros em outras frentes diversificavam e fortaleciam a rede de apoio. Para o período em foco, é válida alguma desconfiança a respeito da propalada “promoção da competição por Florestan entre seus assistentes”⁵⁴⁴ – a *colaboração* parece reger as relações, cujo pressuposto era a coordenada hierárquica que o recrutamento propiciava. A posição de Florestan Fernandes “administrava o desencontro dos assistentes”⁵⁴⁵; autoridade coordenando forças que, sem ela seriam desperdiçadas – “amor sem uso”⁵⁴⁶ – “todos nós dependíamos, para o trabalho em comum, de condições institucionais que não existiam e carecíamos, para diferentes fins, de recursos que não nos eram dados”⁵⁴⁷. Para contornar dificuldades, tinha que *somar talentos e ordená-los, de modo a multiplicar resultados*.

Paulo: Difel, 1960, p. 1-2). Conforme análise de Heloísa Pontes, *Corpo e Alma do Brasil* encontra-se num momento de viragem do caráter das “brasilianas”, tomando distância do feitio anterior, “as análises sociológicas ganharão primazia, desfocando a literatura, e ocupando assim o lugar da produção ensaística de cunho histórico-biográfico e social”. (“Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’”. In. Sergio Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, 2ª ed., p. 475). Assinale-se de passagem que a dedicação de Fernando Henrique Cardoso à direção da coleção parece ter sido mais intensa no início dela, posteriormente, é possível que só tenha “emprestado” seu nome. (Sugestão ofertada em conversa informal, por Flávio Aderaldo, editor da Hucitec, que teve breve passagem na Difel. A respeito dele, consulte-se Conceição A. Cabrini; Maria do Carmo Guedes. *Editando o editor*, 2. São Paulo: Edusp). Conrado Pires de Castro chamou atenção para a estratégia de ramificação institucional do grupo por meio da implantação de membros em casas editoras, assinalando, por meio dela, a hierarquia interna à cadeia. Assim, enquanto Fernando Henrique Cardoso encontra-se na direção desta Coleção, sozinho; “Octávio Ianni e Luiz Pereira, por sua vez, dividiriam com Ruy Coelho a direção Biblioteca de Ciências Sociais que a editora Pioneira passaria a editar, tendo como primeiro número o livro *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, de Florestan Fernandes.” Este era, com efeito, o pólo mais fraco no interior da cadeia, e, em particular Luiz Pereira, cujo nome, na primeira edição desse livro de Florestan Fernandes vem grafado: “Prof. Lima Pereira” – nítido sinal de que ele ainda não “tinha um nome”. (*Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*. Tese de doutorado. Unicamp: IFCH, p. 188-189).

⁵⁴³ Cf. “História social de um vencedor nato”, a seguir.

⁵⁴⁴ “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins”, p. 252.

⁵⁴⁵ “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins”, p. 267.

⁵⁴⁶ Expressão cunhada por Roberto Schwarz – para outro contexto, em tudo diferente. Mas nem tanto. (“Amor sem uso”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 1, 1981).

⁵⁴⁷ Na “estrutura de pequeno grupo (...) havia concentração de autoridade, que tinha necessariamente de convergir para mim”. Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 186.

As três direções dos movimentos de Florestan Fernandes – governo do estado, governo federal, montagem de equipe – convergem na Campanha pela Escola Pública. Entendendo-a nesse quadro, é factível afirmar que a mesma força que o afastou do CRPE-SP, empurrou-o para ela – afinal considera que “países subdesenvolvidos são, também, os que mais precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional”⁵⁴⁸. Seja no plano analítico, seja no institucional, “educação” se subordina ao projeto das investigações da sociologia do desenvolvimento, que confere identidade à Sociologia I.⁵⁴⁹

Prevista já na Constituição de 1946, a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDBEN), o debate em torno dela seguia morno, em comparação com a afanosa disputa de sua direção, estabelecida entre os defensores da prioridade da escola pública e os defensores da “liberdade de ensino”, no final dos 1950.⁵⁵⁰ Em 1956, ano de criação do CBPE, o projeto de reformas promovido pelo MEC é acusado de anticristão, desnacionalizante e antidemocrático. No início de 1958, bispos gaúchos e mineiros, dirigindo-se diretamente contra Anísio Teixeira acusam sua gestão de trabalhar na direção do monopólio estatal da educação com vistas ao estabelecimento da revolução socialista e, por isso, solicitavam seu afastamento da direção do INEP. Embora não tenham faltado manifestações de solidariedade em defesa de Anísio, o ministro procurou uma solução de meio termo: mantê-lo na CAPES e afastá-lo do INEP, colocando na direção deste, João Roberto Moreira, também ligado a escolanovistas. Em face disso, Darcy Ribeiro, inconformado, lidera um protesto tão bem sucedido que lhe rende a vice-diretoria do INEP.⁵⁵¹ É bem possível imaginar conversas de Fernando de Azevedo com Florestan Fernandes, colocando-o a par do drama vivido pelos educadores, com os quais se identifica plenamente por meio dos conflitos recentes com o governo do estado.

Marcando a entrada agressiva da iniciativa privada no debate, o “substitutivo Lacerda” pauta a discussão da LDBEN, então travada em torno do argumento das

⁵⁴⁸ Florestan Fernandes. “A educação popular no Brasil”. In.: *Educação e sociedade no Brasil*, p. 351.

⁵⁴⁹ Cf. “Anatomia de tese”, a seguir.

⁵⁵⁰ “os primeiros defendendo o emprego de recursos do estado em escolas oficiais, com ensino obrigatório, gratuito e leigo; os outros na defesa da transferência desses recursos a instituições particulares que ministrariam o ensino conforme as orientações ideológicas e religiosas das famílias”. Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 220.

⁵⁵¹ Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 225; Helena Bomeny. *Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 46-47.

“fragilidades do sistema público”, mostrando a “inconveniência de se investir recursos do Estado em instituições que não cumpriam a contento a sua função”. Com a visibilidade em alta, Darcy Ribeiro sai na frente da oposição a Carlos Lacerda e figura com ele um “show de acusações recíprocas”, na imprensa e na TV.”⁵⁵² Porém, é outra, naturalmente, a dinâmica da Campanha em São Paulo. Retomando os princípios afeitos aos escolanovistas dos anos trinta, somou as forças de um novo grupo, ligado à História e Filosofia da Educação (da FFCL), nas figuras de Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Rodrigues Villalobos, contando também com o grupo constituído por Florestan Fernandes⁵⁵³: espectro diversificado, a convergência se estabeleceu mais em função do adversário comum – ensino privado e católico – que de sua unidade interna. A Campanha também contou com a participação da Associação de Antigos Alunos da FFCL-USP.⁵⁵⁴ A estratégia consistia em esclarecer amplos e diversificados públicos, na capital e no interior, na publicação sistemática das numerosas intervenções que fizeram.⁵⁵⁵

Meia vitória ou derrota, do ponto de vista do sistema universitário, pelo menos dois desdobramentos precisam ser ressaltados. No Rio de Janeiro, a Campanha se processou em meio à campanha presidencial, aos preparativos da transferência da capital, estando já em trâmite os projetos da construção da Universidade de Brasília, à qual os esforços de Anísio e Darcy seriam dedicados. Em São Paulo, os desdobramentos mais sensíveis da promulgação da LDB dizem respeito ao estabelecimento do formato da autonomia universitária. Pela nova LDB, a autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar era garantida e deveria ser executada segundo estatutos específicos; sendo necessária a reformulação deles. Era o anúncio da Reforma Universitária que se realizaria, com percalços, somente em 1970.⁵⁵⁶

⁵⁵² Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 225.

⁵⁵³ Cf. Capítulo 1 (Oriundos e ainda próximos do curso de Filosofia da FFCL-USP).

⁵⁵⁴ A Campanha propicia uma aproximação dos veteranos dos escola-novistas. Eduardo d'Oliveira França está entre eles, na qualidade de ex-aluno do então extinto Instituto de Educação e mentor da AAA-FFCL-USP. Cf. Capítulo 3.

⁵⁵⁵ Florestan Fernandes formula os objetivos da Campanha em termos de diagnóstico da situação educacional, crítica a LDBEN e intervenções públicas. “Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública”. In.: *Educação e sociedade no Brasil*, p. 354-358. Não apenas o volume de intervenções, mas o modo de organização desta “frente composta” – com pelo menos duas frentes, Comissão Executiva e Grupo de Planejamento, dividido em pelo menos duas subcomissões – sugere expressiva mobilização.

⁵⁵⁶ Luiz Antonio Cunha. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 109. Em 1962, a Congregação elabora um regulamento para a FFCL-USP (As discussões prévias e o texto final dele encontram-se no Livro de Atas da Congregação da FFCL-FFLCH-USP, n. VI (33/10/1961 a 21/06/1963). Mário Guimarães Ferri, então diretor, assinala o propósito de racionalização na nova organização

Do ponto de vista do grupo de Florestan, esquecer “um pouco os aventais” e “peregrinar”, “pregando”⁵⁵⁷, por sindicatos e escolas, reforçava a coesão. Isso ocorria tanto pelas atividades implicadas nesse envolvimento – grupos de discussão, produção de diagnósticos, viagens, colaboração num tipo de trabalho diferente daqueles das salas de aula – quanto pela associação crescente de uns com os outros, como se diferenças individuais, para os que os viam de fora, fossem relativamente apagadas, realçando-se a unidade. A visibilidade intelectual, política e social tornam-se crescentes. O auge e desfecho dela concentra-se entre 1964 e 1970.⁵⁵⁸

Do ponto de vista da trajetória de Florestan Fernandes, ocorre uma suspensão do “lugar de orfandade”⁵⁵⁹, dando lugar ao pertencimento a um grupo, por ele construído, *e, irreversivelmente reconhecido como tal. A coesão para os de fora* amarrava talvez ainda mais os *de dentro dela* numa interdependência. Mas a sina de origem não se apaga nem se esquece. Ele “conheceu por dentro vários dos mecanismos de exclusão social que mais tarde se tornariam objetos de suas agudas análises sociológicas”.⁵⁶⁰ *O envolvimento na pesquisa a respeito das relações raciais obrigou Florestan Fernandes a reviver seu passado. A Campanha também.* O caminho social que tinha percorrido implicava domínio de pontos de vista diversificados, remetendo à vivência em patamares diferentes da estratificação social.⁵⁶¹ Não há relato da Campanha em que o sociólogo não faça questão de registrar o espanto e a inabilidade de Laerte Ramos de Carvalho diante da platéia de trabalhadores, em que teria dito algo como “Florestan, esse pessoal está discutindo a educação como se fosse feijão e arroz”; ao que respondeu:

departamental (“Discurso do diretor Prof. Dr. Mário G. Ferri no encerramento da solenidade de colação de grau de bacharéis e licenciados da turma de 1963”. Separata encontrada no CAPH). Em trâmite nas instâncias universitárias desde então, ao que tudo indica – face a crise dos excedentes, a emergência das paritárias e ao rumo do regime civil militar a partir de 1969 – não vingou.

⁵⁵⁷ Expressões empregadas por Fernando Henrique Cardoso. “A paixão pelo saber”, p. 25.

⁵⁵⁸ A notoriedade do grupo se patenteia de vários modos, e um deles consiste no convite que recebem para dar um curso para oficiais do Estado Maior do II Exército. Anos depois o sociólogo avaliaria ser este “um meio de recrutamento de talentos e de mobilização dos intelectuais para formar o braço civil da insurreição militar.” Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1954, p. 89-91.

⁵⁵⁹ Termo empregado por Maria Arminda do Nascimento Arruda (“Uma sociologia do desterro intelectual”. In.. Florestan Fernandes. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o ‘poder institucional’*. São Paulo: Globo, 2010, p. 13).

⁵⁶⁰ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 165.

⁵⁶¹ Uma de suas intervenções iniciava-se assim: “a Câmara Municipal de São Paulo houve por bem escolher um dos paulistanos de origem mais humilde para exprimir sua solidariedade àqueles que procuraram resguardar o ensino público brasileiro dos terríveis perigos que o ameaçam”. Florestan Fernandes. “A educação popular”, p. 345.

“pois talvez seja assim para eles”.⁵⁶² Na ocasião, estavam numa das conferências da Campanha, ocorrida no Sindicato dos metalúrgicos, na Rua do Carmo, em fevereiro de 1961.⁵⁶³ É reconhecível em sua obra “uma sociologia da solidariedade social”, enquanto “conhecimento generoso, posto que concebido do lugar das classes populares” e “acepção sociológica da noção, isto é, de coesão e de integração.”⁵⁶⁴ Na resposta a Laerte Ramos de Carvalho, é a vivência social na base dessa sociologia que tem vez. A repercussão alcançada pela Campanha permite interpretá-la como uma saída da “torre de marfim”⁵⁶⁵, uma dimensão nada secundária, consiste precisamente nesses laços de integração, *simultaneamente* com o grupo que criou e com o público representativo de suas origens – azeitando uma coesão inédita. *Educação e sociedade no Brasil*, livro que reúne suas intervenções na Campanha, é dedicado “com enternecido reconhecimento, a todos aqueles que me apoiaram no decorrer” dela, “encorajando-me pelo calor de sua simpatia, pelo conforto de sua solidariedade, pela elevação dos seus exemplos”.⁵⁶⁶ O sociólogo afirmava, em 1963, que a Campanha foi “tormentosa e intensa atividade

⁵⁶² Florestan Fernandes. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 60. O mesmo episódio, variando os ingredientes (“eles falam de educação como se falassem de pão e feijão”) encontra-se também em Florestan Fernandes. *Memória viva da educação brasileira, 1. Florestan Fernandes*. Brasília: MEC/INEP, 1991, p. 55.

⁵⁶³ Informação obtida em *A condição de sociólogo*, p. 60. O sociólogo finalizava a intervenção com o apelo: “O trabalhador sindicalizado (tem) o dever de agir como mandatário dos interesses educacionais das populações pobres do campo e da cidade. Cabe-lhe a tarefa de desmascarar os interesses escusos (...) e de apontar, inflexivelmente, as medidas que devem ser tomadas para combater o analfabetismo, para eliminar as lacunas e as inconsistências do nosso sistema de ensino e para democratizar a cultura através da escola pública. Ou seja, a tarefa histórica que o transforma em advogado indeclinável da expansão e fortalecimento do sistema público de ensino – o único que pode ser concebido, por suas origens, natureza e funções, como a verdadeira arma do povo em sua luta pelos *Direitos do Homem* na esfera da instrução.” *Educação e sociedade no Brasil*, p. 617. “O trabalhador e o projeto de Diretrizes e Bases”. In.: *Educação e sociedade no Brasil*, p. 408.

⁵⁶⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “Apresentação”. Florestan Fernandes. *Leituras e legados*. São Paulo: Global Editora, 2010, p. 21.

⁵⁶⁵ A participação na campanha é tratada como um momento de “politização” do “acadêmico”, por: Bárbara Freitag. “Democratização, Universidade, Revolução”. In. *O saber militante*; Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cesit*, p. 76-82. O próprio Florestan Fernandes, no tom de suas memórias e depoimentos nos anos 1970, tendente à politização, oferece a trilha para os comentadores: “até essa época eu ficara preso nas malhas da profissionalização do sociólogo”; “(descobri com a campanha) que não se deve incentivar o isolamento do intelectual”. (*A condição de sociólogo*, p. 61; p. 64). Estamos tentando apreender o episódio de outro ângulo. A organização das partes componentes de *Educação e sociedade* é salutar a respeito do modo como o próprio sociólogo concebia à época tais intervenções. Ele compila num mesmo volume tanto os relatórios produzidos pelas comissões de que participou na FFCL quanto suas intervenções na campanha pela escola pública – sequencialmente, diga-se de passagem, correspondendo às partes II e III do livro: indício seguro dos dois âmbitos que nos empenhamos por realçar. No prefácio, ao apresentar as quatro partes do livro, fica saliente que o elemento que liga ambas consiste em seu “empenho de corpo e alma”. (“Prefácio”. In. *Educação e sociedade*, p. XIX).

⁵⁶⁶ Florestan Fernandes. *Educação e sociedade no Brasil*, s.p.

intelectual, na qual me empenhei de corpo e alma”.⁵⁶⁷ E não foi exclusiva nem essencialmente da condição de “professor, sociólogo, socialista” que “extraíu” o “elemento inconformista que deu sentido” à participação, mas dos dramas sociais que cuja nervura conhecia na própria pele.⁵⁶⁸

Se no CBPE, educadores e cientistas sociais disputaram espaço em meio a estratégias de afirmação profissional ⁵⁶⁹, na Campanha, convergiram contra o que lhes parecia uma ameaça comum, a busca pela delimitação dos suportes institucionais e públicos sem os quais nenhum dos dois se constitui como campo de atividade autônoma. Eis o que parece estar na base de assertivas como a que sustentou em 1960, portanto no auge da Campanha, estando, na Cidade do México, em um “Seminário sobre aspectos sociais do desenvolvimento econômico da América Latina”. Acredita Florestan que, “entre os fatores que restringem o ritmo de crescimento das instituições científicas e tecnológicas estão as atitudes do próprio especialista.” ⁵⁷⁰ À passividade face a insuficiência de recursos orçamentários e políticas permanentes de fomento institucional, à falta de iniciativa para o uso racional do que dispõe, soma-se “a hostilidade recíproca: cada qual luta com seus colegas pelo domínio exclusivo da maior parcela possível daqueles recursos”. Assim, “em vez de se unirem para tirar maior proveito dos meios disponíveis e de sua capacidade de colaboração, afastam-se dos ideais científicos de cooperação intelectual e de ação planejada.” ⁵⁷¹ Combater o “antigo vazo tradicional de largar as instituições a seu próprio destino”⁵⁷², tornar convergentes

⁵⁶⁷ Florestan Fernandes. “Prefácio”. In.: *Educação e sociedade no Brasil*, p. XIX.

⁵⁶⁸ “Tudo se passou como se me transformasse (...) em porta-voz das frustrações e da revolta dos meus antigos companheiros da infância e da juventude (...) coube-me o dever de elevar ao mundo cultivado do Brasil as angústias, os sentimentos e as obsessões dos esbulhados, e honro-me ao lembrar que não trepidei, por um instante, diante dos imperativos desse dever.” Florestan Fernandes. “Prefácio”. In.: *Educação e sociedade*, p. XX.

⁵⁶⁹ Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 256. Se na Sociologia I cristalizava-se a hierarquia dos temas da faculdade, mantendo *educação* como menos valorizada; o mesmo não se pode dizer dos *educadores*. Apreendendo o órgão “em meio às estratégias de valorização do campo pedagógico e como parte do programa de cientificização das profissões modernas”, Libânia Xavier assinalou disputas típicas de afirmação das identidades profissionais nos debates para instauração do centro, particularmente, entre estes e os cientistas sociais – a propósito de algumas divergências de Florestan Fernandes na mencionada reunião de agosto de 1955. Já Conrado Pires de Castro chamou atenção para o teor racionalista, ligado a defesa da ciência e da modernidade, nesta intervenção. Por isso, apresentam leituras ligeiramente diferentes da divergência de Florestan Fernandes na mencionada (Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 32; Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras*, p. 76).

⁵⁷⁰ Florestan Fernandes. “Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina”. In.: Florestan Fernandes. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed., p. 259.

⁵⁷¹ Florestan Fernandes. “Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina”, p.260.

⁵⁷² Florestan Fernandes. “Prefácio”. In.: *Educação e sociedade no Brasil*, p. XIX.

os esforços de especialistas em áreas diferenciadas, pois não há “boa utilização das oportunidades oferecidas pelo meio depende, literalmente, das iniciativas tomadas pelos próprios especialistas”⁵⁷³ – são as convicções defendidas, formuladas em sua atuação política em prol do ensino e da pesquisa nas diversas frentes que procuramos reconstituir. Era a entrega típica das personalidades empenhadas e dos que ascendem socialmente, cuidando com zelo das condições que lhe possibilitaram isso, buscando tornar acessível a outros também.

O primeiro balanço que Florestan Fernandes publica de sua própria trajetória liga-se à objetivação provocada pelas pesquisas sobre o negro, pela Campanha e pela inédita socialização em grupo, no qual, se não era “igual”, também não era “estranho no ninho”. O período por ele recortado corresponde ao do término de sua graduação até o estabelecimento da equipe (1943-1959). Os trunfos acumulados, conquistados com disciplina, pontilham o tom de maturidade do sociólogo, às vésperas de seus quarenta anos. Pensava nas escolhas “racionais” que fizera, em detrimento de interesses juvenis represados?⁵⁷⁴ Refletir a respeito do caminho percorrido, como um viajante que parasse para respirar um pouco antes de prosseguir, liga-se também ao destino de seus ex-alunos. Quando a “parceria eletiva entre mestre e discípulo torna-se o eixo da jornada”, tanto o pupilo sofre desesperadamente para corresponder às expectativas do mestre, quanto este, sofre desesperadamente ao se realizar na “dependência decrescente do pupilo”.⁵⁷⁵ Para compreendê-lo, importa agora descer do sobrevôo no grupo e atravessá-lo por dentro – na busca da excepcionalidade de Fernando Henrique Cardoso no interior dele.

⁵⁷³ Florestan Fernandes. “A ‘crise’ das Ciências Sociais em São Paulo”. In.: *A sociologia no Brasil*, p. 83.

⁵⁷⁴ Note-se, ainda a esta altura, o pêndulo entre “cultura dos sentimentos” e “cultura científica”, o reconhecimento de uma, o modo como outra é incontornável – ambigüidade já vista no “Manifesto da Congregação”. Segundo ele, é evidente “a necessidade de se conjugar o pragmatismo, imanente à civilização industrial ao humanismo e ao relativismo, inerentes à tradição acadêmica e científica européia (Florestan Fernandes. “Prefácio”. In.: *Mudanças sociais no Brasil*, p. 6). Forçoso reconhecer, com Conrado Pires de Castro, que o sociólogo escolheu a “ciência” não por “uma guerra sem quartel” ao feito humanista, erudito, cultural, mas pelas reduzidas chances dessa modalidade integrar “talentos não germinados, que não puderam permanecer tempo suficiente na fina estufa das luzes para medrar as latências do pensamento desinteressado.” (*Desenvolvimento nas sombras*, p. 107).

⁵⁷⁵ George Steiner. *Lições dos mestres*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 66.

2. Usos sociais d'*O Capital* num ninho de tigres e leões.

“Não se duvida que a sociologia tem todas as inspirações burguesas, mas onde está o pensamento marxista para derrotá-la?”
Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 08/01/1957.

a. História social de um vencedor nato.

“meu pai era político. Está no meu sangue”.
Fernando Henrique Cardoso.⁵⁷⁶

A relação de um mestre com os seus já foi entendida como a da encomenda de um retrato a vários pintores: algo da feição do retratado encontra-se em todos, porém entre si, tendem a se diferenciar.⁵⁷⁷ Assim é o caso em tela. Nos discípulos de Florestan Fernandes, “determinadas características se acentuam e outras se esfumam, em decorrência do impacto de ocorrências internas e externas à organização acadêmica”.⁵⁷⁸ Enfrentando juntos os desafios profissionais criados por eles próprios, o grupo se via no mestre, e este, em cada componente. A produção intelectual, social e profissional “de todos eles se explica pelo *aprendizado recíproco*”⁵⁷⁹, e, no entanto, este não dispensava papéis nitidamente definidos.⁵⁸⁰

Havia dois “escalões” de decisão. No primeiro, além de Florestan Fernandes, estavam Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; no segundo, Maria Sylvia Carvalho Franco e Marialice Mencarini Foracchi. Entre os dois níveis, havia “uma escala de responsabilidades na estrutura docente”; “formamos uma disciplina que valia para todos e que se aplicava com maior rigor aos que estavam no tope”.⁵⁸¹ Desenha-se aí Florestan ao centro, ao seu lado direito superior, os dois homens, e do lado esquerdo

⁵⁷⁶ Entrevista concedida a Brigitte Leoni, e citada pela biógrafa. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 44. Aludo, no título desta seção, a texto de Sergio Miceli (“Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato”. *Novos Estudos*, n. 77, 2007). Agradecimento modesto pela reviravolta – *dentro do texto, dentro da vida* – promovida por seu curso de pós-graduação, de que fui aluna, no segundo semestre de 2009, às vésperas de completar trinta anos.

⁵⁷⁷ Trata-se de uma das figuras identificadas por Françoise Waquet para ilustrar a relação dos mestres com os discípulos, destes entre si e destes com os mestres (Françoise Waquet. *Os filhos de Sócrates*, p. 78).

⁵⁷⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 191.

⁵⁷⁹ José de Souza Martins. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 157.

⁵⁸⁰ “Era preciso jogar com as pessoas, usar o seu tempo e o seu talento, ou deixá-las livres para certas tarefas e, o que era mais importante, impunha-se que o esforço de ensino e de pesquisa fosse visto por todos, malgrado as diferenças de posições, de prestígio e de compensação diretas ou indiretas, como *trabalho diferenciado de uma equipe*.” (Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 187). Destaques do sociólogo.

⁵⁸¹ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 185-186.

inferior, as duas mulheres. Demonstrar-lo pressupõe considerar as assimetrias entre os sexos na divisão social do trabalho intelectual de modo associado ao percurso profissional, assinalando mais ou menos identificação ao do chefe da cadeira.

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni realizaram mestrado e doutorado, na Sociologia, com Florestan Fernandes. Apesar de ser mais velho que os demais, de ter interrompido a graduação e de não ter participado das pesquisas em 1949-1952, Ianni forma com Fernando Henrique uma irmandade, ancorada na paternidade do catedrático, seguindo ambos, caminho paralelo: publicam juntos dois livros, doutoram-se juntos, com o mesmo tema, e viajam juntos para tanto⁵⁸², escrevem com Florestan os dois projetos de pesquisa do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), criado em 1962. Nas operações de avanço sobre outras cadeiras, são eles os enviados. Ambos recebem chancela de ir ao exterior, depois de doutorarem-se. Os planos para a cadeira seguem casados aos da carreira deles. Fernando Henrique Cardoso disputaria o concurso na Sociologia II, e Ianni, a oportunidade seguinte – estratégia inviabilizada em função do golpe militar e do exílio do primeiro.⁵⁸³ Vale ressaltar, se Ianni é aquele que mais se aproxima em termos de origem social de Florestan Fernandes, o ritmo de sua escalada não é o mesmo que o dele, desnível compensado pelo apoio na fratria. Visto na relação com Ianni, facilmente se reconhece Fernando Henrique como o irmão mais forte, a auxiliar e proteger, papel que o iguala ao patrono da relação, Florestan, que o escolheu como braço direito. Naturalmente, ele não deixaria de levá-lo para o seminário idealizado pelo amigo Giannotti. Amizade esta que não se intensificou na FFCL-USP, mas foi estabelecida um pouco antes, quando ambos freqüentavam a Biblioteca Mario de Andrade.⁵⁸⁴ Talvez pelo auxílio mútuo que reconheceu no lugar de origem institucional, Ianni não tenha se adaptado ao feito de duelo capitaneado por Giannotti – e mantenha relativa distância do círculo.

Não são os mesmos, porém, os papéis de Fernando Henrique e Ianni: ser primogênito, predileto, prodígio teve seu custo para o primeiro. É dele, o primeiro

⁵⁸² Quanto às publicações, ver seção anterior; quanto aos doutorados, a seguinte.

⁵⁸³ Uma vez aberto o concurso para Sociologia II, Fernando Henrique, exilado, responde a Florestan, que parecia consultá-lo: “Escrevi também ao Octávio, animando-o e tenho escrito também aos meninos, animando-os, contendo-os. Não permitirei, de nenhuma maneira que façam, ainda que inadvertidamente, o Octávio sentir-se ‘culpado’, de uma culpa que não tem, por concorrer à cátedra de Sociologia II. E ficarei, de coração, contente se ele ganhar. Nunca apreciei mesquinhas e muito menos agora que estamos por baixo, caberia alimentar intrigas (...) que não servem para construir.” Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Santiago do Chile, 07/08/1964.

⁵⁸⁴ Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.

mestrado em Sociologia defendido na FFCL-USP, em 1953.⁵⁸⁵ Em 1955, quando os respectivos postos são distribuídos, é o único com titulação, e isso parece mesmo indicar ter sido ele o primeiro escolhido de Florestan Fernandes.⁵⁸⁶ Vale dizer, no percurso dos temas trabalhados nas teses com vistas às titulações há uma espécie de ziguezague, refém do andamento das pesquisas de Florestan Fernandes: industrialização paulistana, no mestrado – quando a história econômica de São Paulo o interessa; relações raciais no Sul, no doutoramento – quando é estratégico “replicar” a pesquisa da Unesco em região não explorada; industrialização, novamente, na livre-docência – estreitando relações no plano internacional (Cepal/sociologia do trabalho francesa), com mira no Cesit.

Seja pelo gargalo das contratações ou por não serem escolhidas com prioridade, os percursos das mulheres destoam em relação ao padrão cristalizado no do mestre. Marialice Mencarini Foracchi, ainda que tenha os dois títulos, realizou o mestrado na área de Educação. Maria Sylvia Carvalho Franco defendeu apenas o doutorado, na Sociologia, é exceção no conjunto. Se os dois sociólogos caminham rentes a temas e problemas de Florestan Fernandes, as duas sociólogas seguem rotas temáticas desviantes – ainda que ligando seus objetos à problemática definidora da cadeira, modernização social e do desenvolvimento industrial. Com relação à presença de mulheres docentes, nos cursos de Ciências Sociais, as sociólogas pertencem à segunda geração, caracterizada por uma “convivência (mais) diversificada no interior da Faculdade”, apresentando “carreira regular e constante no Curso de Ciências Sociais”. Em contraste com a “geração pioneira”, estabeleceram relações mais produtivas com seus orientadores, e se beneficiaram tanto das mudanças sociais mais amplas quanto do

⁵⁸⁵ Fernando Henrique Cardoso. *A evolução da indústria em São Paulo*. Mestrado, FFCL-USP: 1953.

⁵⁸⁶ Segundo o *Catálogo de Teses e dissertações (1942-1997)*, é dele o primeiro mestrado em Sociologia defendido na faculdade, em 1953, “A evolução da indústria em São Paulo”. Em seu processo, no item “Pesquisas realizadas”, consta “Levantamento do material histórico sobre o processo de industrialização em São Paulo apresentado para obtenção do grau de Especialista em Sociologia”. Fica evidente que o trabalho servia de suporte para a parte que cabia a Florestan Fernandes na pesquisa da Unesco, e não é casual que ligue ao projeto “a preocupação de Florestan com a cidade de São Paulo. Talvez o modelo fosse Chicago, já que a Sociologia americana tinha tido enorme élan com estudos sobre Chicago - Sociologia urbana. Florestan fez várias tentativas, todas elas frustradas, para que se obtivessem recursos para um estudo sociológico sobre a cidade de São Paulo. Este estudo não foi feito em termos de Sociologia urbana, mas foi feito de outra maneira. O estudo sobre a evolução história dos negros (que é extraordinário) é ao mesmo tempo um estudo sobre São Paulo”. (Fernando Henrique Cardoso. “A paixão pelo saber”, p. 33; também em “Apresentação”. In Roger Bastide e Florestan Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*, p. 9). Do mesmo modo, o levantamento realizado por Maria Sylvia Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Marialice Mencarini Foracchi, a respeito da “Evolução dos padrões da organização ecológica da cidade de São Paulo”. Com a diferença de que elas não o converteram em título.

“caminho aberto” pelas precursoras. Com efeito, alcançada nova etapa no avanço da profissionalização, são critérios mais profissionais que marcam os percursos.⁵⁸⁷ A despeito disso, é notável a divisão sexual do trabalho e a hierarquia correspondente. Críticos do sistema de cátedra, postos a prova nesta dimensão que em geral é a prova dos nove, os sociólogos parecem denunciar o limite de suas pretensões de inovação.⁵⁸⁸ E, ainda assim, é indiscutível: o expoente mais alto de racionalização das atividades *responde pela possibilidade das sociólogas entrarem no jogo da competição especificamente profissional*. Em outras áreas, a competição se estabelece em outro patamar.⁵⁸⁹

Esse escorço torna-se mais inteligível considerando disposições tributárias das diferenças de origem quando se avalia um membro com relação a outro e todos com relação a Florestan Fernandes. Socialmente, Fernando Henrique Cardoso é aquele que mais dista do chefe e aquele cuja carreira mais se assemelha à dele. Já Maria Sylvia Carvalho Franco é aquela cuja origem social mais se assemelha à de Fernando Henrique Cardoso e cuja carreira mais se diferencia da de seu colega e de seu mestre. *Mutatis mutandis*, o argumento de Claudinei Spirandelli a respeito de Maria Sylvia Carvalho Franco talvez seja válido também para Fernando Henrique Cardoso. Defendendo “o estudo de temas concernentes às modificações na sociedade brasileira contemporânea, no que diz respeito à introdução e ao desenvolvimento do capitalismo”, fez “uso do capital social de que dispunha, trazido dos relacionamentos familiares, bem como da consciência de um novo tempo que chegaria, tornando esse ‘mundo oligárquico’ ultrapassado. A capacidade de se saber líder será convertida para ficar em evidência na nova ordem, em legitimar suas tomadas de posição.” Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia Carvalho Franco aproximam-se desse perfil, como típicos herdeiros de setores das camadas dominantes e elites dirigentes, ainda que remontem a fontes

⁵⁸⁷ Claudinei Spirandelli. *Trajetórias intelectuais*, p. 144.

⁵⁸⁸ São numerosos os indícios, indicamos apenas alguns. O empenho pelo rendimento dos esforços e a racionalização em que se observa a mão de Florestan Fernandes (conduzindo a distribuição de aulas, o aproveitamento para publicações, etc.) não tem contrapartida quando se examina o currículo das sociólogas. Ainda que não tenhamos encontrado registro, vale a hipótese: os deslocamentos assinalados em função do trabalho (viagem para o sul do país dos três homens, Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso), talvez fosse inviável para elas, já casadas, e com seus respectivos deveres. Mas a evidência mais gritante em termos de manutenção da hierarquia de cátedra em meio a disposição de inovação consiste no absoluto silêncio com relação ao nome de Maria Sylvia Carvalho Franco na correspondência trocada entre Florestan, Ianni e Fernando Henrique, em que se discute os possíveis quadros a conduzir a cadeira, para o caso de eles serem atingidos pelas artimanhas dos grupos rivais, na conjuntura do golpe civil-militar.

⁵⁸⁹ Cf. Capítulo seguinte.

diversas (oligarquias / militares). Não surpreende que percebessem a “força que o conhecimento e os valores burgueses teriam nos novos tempos do mundo pós-guerra” , cedo carreando “suas capacidades para esse novo estilo de pensar”⁵⁹⁰ – e, também, de trabalhar. Nem é, portanto, por acaso, que o expoente máximo de rivalidade intelectual dentro do grupo se traduza no desafio de ambos a Florestan. Talvez, o itinerário, a princípio declinante com relação aos antepassados, tenha tornado ambos mais dispostos a reverter a tendência, empenhando energias na recuperação, em novos tempos, das posições de *status*, prestígio e poder.

Se os atributos de força ficam assim indicados, não se delineia a singularidade de Fernando Henrique Cardoso no conjunto. Vale, por isso, considerar a conversão das disposições prévias às atividades profissionais. Ele apresenta um itinerário universitário de destaque – e não apenas pela precocidade intelectual, já assinalada, e no final das contas, traço da equipe. Ao contrário, a ela, em seu caso, crescentemente se sobrepôs o papel de gerenciamento das relações intra e extra-institucionais da Sociologia I, e os exemplos disso abundam. Vale acompanhar como se mesclam as operações da “guerra de posições” nas instâncias de poder universitário, a ramificação das relações, e a internacionalização delas. Se, sozinho, Florestan empreendia sua “guerra de movimento”, desestabilizando os postos docentes das cadeiras⁵⁹¹, segurava as pontas na Congregação e no CTA⁵⁹², a força que tinha para suas proposições dependia do artilheiro de Fernando Henrique Cardoso.

No início do governo Jânio, quando Florestan assumia a regência, o pai de Fernando Henrique era eleito deputado por São Paulo, pela legenda do PTB; e ele, já casado, formado e auxiliar de ensino, participava, então, da campanha “O petróleo é nosso”⁵⁹³. Nesse ínterim, mergulhava também na articulação pelo estabelecimento da Associação dos Auxiliares de Ensino da USP (AAE-USP), composta pela “esquerda” da Faculdade de Medicina e pelo grupo da FFCL próximo a Sociologia⁵⁹⁴: jovens

⁵⁹⁰ Claudinei Spirandelli. *Trajetórias intelectuais*, p. 117.

⁵⁹¹ Cf. Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 169-201.

⁵⁹² “... cada um de nós – mas eu e Fernando Henrique, em particular – formávamos nódulos dentro de uma estrutura de poder mais ampla.” (Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 187).

⁵⁹³ Cf. Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 45; Afrânio-Raul Garcia Jr. “A dependência da política”, p. 100.

⁵⁹⁴ Fernando Henrique Cardoso. “Depoimento”. In. Amélia Império Hamburger (org. e edição). *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 475. Considerando-se a “turma do Luiz Hildebrando, que trabalhava com o Samuel Pessoa (...) que era comunista” (Idem), e a breve e juvenil aproximação de Fernando Henrique

preocupados com o plano de carreira, com a arbitrariedade de seu destino profissional sob arbítrio catedrático, e com a recuperação do regime de tempo integral.⁵⁹⁵ Este setor modernizante, na intenção de disputar espaço com os grupos que dominavam a política universitária, centrados na Faculdade de Direito, Politécnica e “direita” da Medicina, instam o jovem sociólogo Fernando Henrique Cardoso a se tornar representante dos ex-alunos da USP junto ao Co. Antonio Delfim Netto era seu suplente, em função da tentativa de atrair mais aliados, que os levou até a Economia e a Arquitetura.⁵⁹⁶ Esse ameadado obteve sua primeira vitória na disputa pela vaga no Co, e Fernando Henrique Cardoso, sua primeira experiência de exercício do “capital científico temporal”⁵⁹⁷, pelo qual foi criando gosto ao mesmo tempo em que conquistava o círculo⁵⁹⁸, de modo que nesta instância permaneceu até 1964 – variando sua categoria de representação conforme mudava de *status* docente.⁵⁹⁹ Fazia jus a sua educação, mantendo discrição com relação à ascendência e aos postos de mando ocupados por familiares.⁶⁰⁰ Naturalmente, não precisava exibi-los, para ser reconhecido como um mandatário nato, “um dos nossos” – e, de lambuja, aproveitava os dividendos da estóica *noblesse* de ocultá-los quando precisava acioná-los.⁶⁰¹ Mas o jogo apenas começava.

Cardoso dos comunistas, por meio de *Fundamentos*, fundada por Caio Prado Jr. e editada pela Brasiliense (Cf. Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, p. 77; Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 75) – é de se supor que o flerte lhe tenha rendido certa facilidade de aproximação.

⁵⁹⁵ Maria Cecília Spina Forjaz. *As Ciências Sociais na Fapesp*. São Paulo: Idesp, 1989, p. 13.

⁵⁹⁶ “o Florestan, nessa época, não era ativo na vida política universitária (...) era muito mais um acadêmico”. (Fernando Henrique Cardoso. “Depoimento”. In. *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 475).

⁵⁹⁷ Cf. Pierre Bourdieu. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984, capítulo 3, especialmente, p. 138-sgts.

⁵⁹⁸ “Eles [membros do Co] ficaram um pouco surpresos comigo porque eu era afável, sabia reverenciar os mais velhos, essa coisa toda”. (Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 74); “fui me entrosando, acho até que ficaram um pouco surpresos, porque imaginavam que eu fosse um incendiário. Eu nunca fui, sempre fui, pelo menos educado. Apesar de jovem, eu não era agressivo, mas colocava as questões e fui ganhando muita simpatias e muitos apoios no Conselho. (...) poucos anos depois de minha eleição íamos jantar juntos”. (Fernando Henrique Cardoso. “Depoimento”. In. *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 477).

⁵⁹⁹ “Entrei no Co e lá fiquei até 1964, primeiro como representante dos auxiliares de ensino, depois dos doutores e, mais tarde, dos livre-docentes, conforme fui mudando de categoria.” (Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 23).

⁶⁰⁰ “Um dia descobriram que meu pai era deputado pelo PTB, o presidente do Banco do Brasil era meu tio, o prefeito do Rio e o ministro da Guerra eram meus primos, ninguém sabia disso em São Paulo, nunca, ninguém sabia. Isso durante o governo de Getúlio Vargas e também do Juscelino (...) E me levaram ao Rio porque tinham que liberar uma verba. (...) [Porém], sendo um rapaz considerado ‘comunista’, nunca usei nada disso, nem tive nenhuma mordomia, mesmo quando meu pai foi deputado (...).” (Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 74)

⁶⁰¹ “Em São Paulo, nunca usei isso, meus colegas nem sabiam de meus parentes.” (Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 74) “Um dos nossos”: assim Ulhôa Cintra

Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987), à frente do Governo do Estado de São Paulo entre 1959 e 1962, assumiu-o ostentando a bandeira de “racionalidade administrativa e planejamento de ações governamentais”, e estabeleceu com a USP uma relação oposta à do governo anterior, aproximando-se dos “grupos modernizantes”⁶⁰²: tê-los como aliados conferia credibilidade, pelas credenciais da “base científica” que ela representava, à plataforma política nucleada no planejamento⁶⁰³. Plínio Soares de Arruda Sampaio, subchefe da Casa Civil do Governo Carvalho Pinto, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1954, e quadro da Juventude Universitária Católica (JUC), foi colega de Fernando Henrique Cardoso no curso primário. Conta que certo dia, o sociólogo “apareceu em meu gabinete dizendo que precisávamos apoiar o nome de Ulhôa Cintra para reitor, um nacionalista avançado”, afinado com “pesquisa e desenvolvimento”. Plínio consulta então Carvalho Pinto, cujo irmão era professor da Faculdade de Medicina, a quem o governador solicita uma sondagem de confiança. Com a chancela do governador, nas palavras de Plínio, “tramamos e ganhamos”.⁶⁰⁴ Como? O ideal seria amealhar apoio a um nome ligado a uma das “escolas tradicionais”, posto que elas não compunham bloco único, talvez alguém afinado com o “grupo modernizante”, para atrair a simpatia de escolas mais jovens. Eis o cálculo para escolha de Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1907-1999)⁶⁰⁵, levado à reitoria por esta trama e pelo traquejo de Fernando Henrique Cardoso, responsável pela conversão de voto dos indecisos no Co.

se referiu a ele para defendê-lo de “suspeitas de comunismo” levantadas por um dossiê policial. “No fundo esse ‘um dos nossos’ quer dizer outra coisa, quer dizer pessoa educada, com certa cultura, construtiva”. (Fernando Henrique Cardoso. “Depoimento”. In: *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 478).

⁶⁰² Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cesit*, p. 105. Estamos suprimindo o itinerário político de Carvalho Pinto, mas não seria destituído de interesse examiná-lo com mais vagar numa possível investigação a respeito da relação dos governos do Estado com a USP. Sobrinho neto do presidente Rodrigues Alves, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1931, integrante da Sociedade de Estudos Políticos de Plínio Salgado, entre 1938 e 1947, assessor jurídico da prefeitura de São Paulo (gestão Prestes Maia), secretário estadual de finanças do governo Jânio Quadros (no estado). Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro após 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁶⁰³ Conforme entrevista concedida por Plínio de Arruda Sampaio a Wagner Romão e citada em *A experiência do Cesit*, p. 105.

⁶⁰⁴ Plínio de Arruda Sampaio. Depoimento. In.: Amélia Império Hamburger (org. e edição). *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2004, p. 516.

⁶⁰⁵ Formado em 1931 – portanto antes da reordenação promovida pela aglutinação das escolas tradicionais no formato universitário – gozava de respeitabilidade em sua área, atestada por estágios no exterior e por ter formado “escola em que o conhecimento teórico se associa à pesquisa experimental de laboratório”. Amélia Império Hamburger. “Nota biográfica”. In.: Amélia Império Hamburger (org. e edição). *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2004, p. 459-460.

A mútua colaboração dos setores modernizantes apenas se iniciavam, e, pivô dela, Fernando Henrique Cardoso carregava os proveitos para o conjunto da FFCL. No gabinete de Ulhôa Cintra, em 1962, foi membro da Comissão de Ensino e Pesquisa do Co⁶⁰⁶; e entre 1961 e 1963 foi representante do Co no Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Saúde e Assistência Social da USP (CTA-ISSU). Postos de representação e destaque seguem paralelamente aos ligados à reitoria, ao governo do Estado e às negociações com elites empresariais. Em 1958, é eleito representante dos assistentes junto à Congregação; em 1960, é eleito membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia; em 1961, é indicado pelo Co e Governo do Estado, para representar a USP junto ao Conselho de Revisão Agrária. Nesse ano, também é eleito suplente dos representantes do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL junto ao Conselho Administrativo do CRPE-SP; e para o Conselho Deliberativo do mesmo; no ano seguinte, torna-se secretário da Sociedade Brasileira de Sociologia. Lapidando o traquejo que trouxe do berço, criou e aproveitou oportunidades ofertadas pela posição no Co. É verdade que embates políticos e institucionais foram capitaneados por Florestan Fernandes, eles estavam ligados a sua posição regente e de membro da Congregação. Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia Carvalho Franco – seja pelas duas últimas serem mulheres, seja pelos três não terem o trânsito social na elite política e econômica equivalente ao do colega – não eram mobilizados na mesma proporção pelo trabalho político exigido, limitando-se, aqui e acolá, a participações no CRPE ou numa palestra, solicitada em função da Campanha⁶⁰⁷. Não há, na equipe, equivalência em acúmulo e variedade de funções em frente administrativa e representativa – no âmbito do poder institucional.

No âmbito das relações internacionais, deve-se, ainda, remontar a 1954, quando Georges Friedmann, um dos “papas” da sociologia industrial na França, em visita a São Paulo, é ciceroneado por ele – em função de seu francês fluente e da disponibilidade do

⁶⁰⁶ Em seu gabinete, Ulhôa Cintra construiu dois grupos de trabalho: um interdisciplinar e um de ensino. No primeiro, estavam William Saad Hossne, Francisco Lara, Crodowaldo Pavan, Oscar Sala, Paulo Emílio Vanzolini, Ruy Coelho, Eurípedes Simões de Paula, Aziz Simão, Aziz Ab’Saber. No segundo, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Foram destacados seus esforços para a construção da Cidade Universitária, antiga demanda da comunidade, feita “sua Brasília”, e na criação da Editora da USP. Amélia Império Hamburguer. “Nota biográfica”. In: *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 460.

⁶⁰⁷ Marialice Mencarini Foracchi e Octavio Ianni também participam do “poder temporal” (na Fapesp, no CRPE-SP, junto ao governo do Estado). Mas a comparação do dispêndio de tempo e articulação da rede de apoio, indiscutivelmente assinala a centralidade de Fernando Henrique Cardoso.

automóvel para honrar nossa hospitalidade. Em 1959⁶⁰⁸, Alain Touraine, enredado no cruzamento entre França e Chile, passa pelo Brasil para conhecer o grupo de sociólogos a que se referia Friedmann. Torna-se amigo Fernando Henrique Cardoso, e a partir de então, ambos planejam intercambiar pesquisadores enquanto trocam idéias⁶⁰⁹. Começando pelo próprio Fernando Henrique, que, uma vez doutorado, vai ao *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, a convite de Touraine, percorrendo um circuito europeu considerável para a curta temporada, ainda se constringendo, como moço bem formado, pois “não é fácil assim expor numa língua que não é a da gente mas com a cara e a coragem tenho interferido sempre nos seminários”.⁶¹⁰ Nesse ínterim, Touraine se entusiasma em estreitar os vínculos com São Paulo; Fernando Henrique Cardoso encontra Bastide, Métraux, Friedmann; preocupa-se com a titulação seguinte – afinal, na condição de consultor especial das Nações Unidas para elaboração do projeto e dos instrumentos básicos de pesquisa realizado em colaboração com a CEPAL sobre “A mentalidade do empreendedor capitalista em São Paulo” (1961)⁶¹¹, tinha um relatório, que mandava para Florestan, pedia que lesse, e tentava agilizar as coisas: “seria bom conversarmos sobre este texto logo que eu volte para que o assunto ‘livre-docência’ possa resolver-se com a brevidade que a situação nos impõe”. Informa ao professor que tem lido a bibliografia francesa, italiana, remexido no material que levou copiado, porém, “escrever que é bom é muito difícil em terra estranha e sem livros da gente.”⁶¹² E segue negociando os quadros do Cesit, de que será diretor, ao voltar até 1964.

Dentre as realizações que o agenciamento político de Fernando Henrique Cardoso logrou alcançar, a criação do Cesit – mais um caso de aliança entre pólo intelectual e artístico emergente e frações cultas economicamente bem posicionadas –

⁶⁰⁸ Informação extraída de Alain Touraine. “Prefácio”. In. Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 16.

⁶⁰⁹ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 88-93.

⁶¹⁰ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes, Paris, 11/01/1963. Conforme o currículo preparado para o concurso de livre-docência, ele participou de “Seminários sobre ‘Le problème de La “participation” et La Société Moderne” (Centre de Sociologie Européenne, Paris, 20/11/1962); preferiu conferências “Développement économique et société de masse dans Le Brésil” (Institut des Hautes Études de L’Amérique Latine de Sorbonne, Paris, 14/01/1963), “L’ascension sociale des noirs dans Le Brésil” (Société Présence Africaine, Paris, 23/01/1963), “Problèmes de la sociologie industrielle” (École des Hautes Études de l’Université de Paris, 06/02/1963), 3 seminários sobre a pesquisa relativa aos empreendedores industriais e a formação da sociedade capitalista no Brasil (Laboratoire de Sociologie Industrielle. Université de Paris, 02/1963), “Le Brésil Contemporain: analyse socio-politique” (Université de Louvain, Bélgica, 02/1963). Cf. Processo 63.1.1299.8.0, fl. 25-26.

⁶¹¹ Cf. Processo 63.1.1299.8.0, fl. 15.

⁶¹² Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes, Paris, 11/01/1963.

representa-as cabalmente, concentrando os ganhos na Sociologia I, mas não se resumindo a ela. Era hora já de se colher os frutos daqueles anos iniciais, e a Sociologia I era a cadeira mais preparada para absorver de modo proveitoso os ventos favoráveis.

A viabilização material para equipagem do Cesit de recursos técnicos e de pessoal contou com dotações da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Na direção desta, encontrava-se Fernando Gasparian, amigo de adolescência de Fernando Henrique Cardoso, filho de industrial do ramo têxtil, formado em engenharia pela Universidade Mackenzie, à frente da empresa familiar, e do Sindicato de Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, a maior patronal da época. Em contrapartida, a Fapesp foi implantada em 1961 e Ulhôa Cintra foi Presidente do Conselho Superior entre 1961-1969.⁶¹³ São estreitas, em função da novidade da instituição e da imprecisão dos critérios inicialmente adotados, as relações entre a USP e a Fapesp.⁶¹⁴

Os projetos do Cesit – “Economia e sociedade no Brasil – Análise sociológica do subdesenvolvimento” e “Empresa industrial em São Paulo (Projeto de Estudo)” – convergem para a agenda do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).⁶¹⁵ No entanto, “a ciência social carioca (...) sempre se mostrou decididamente politicista, a braços com a formulação de diagnósticos e respectivas palavras de ordem”.⁶¹⁶ Ao se aproximarem da agenda de seus rivais, faziam-no, os paulistanos, após o acúmulo de duas décadas de acanhamento político, e cultivo de uma “mentalidade cientificista”, o que autoriza afirmar que a aproximação da ciência à política que “se dava, contraditoriamente, no âmbito de uma alternativa ‘antipolítica’, em que toda perspectiva prática de atuação deveria ser cientificamente fundamentada”.⁶¹⁷ Outrossim, além do problema da intervenção ser encaminhado no próprio terreno da tradição sociológica, o intercâmbio com o poder público é projetado em função de assessorias possíveis. Ainda que o projeto de pesquisa do Cesit não tenha sido contemplado pelo Plano de Ação de

⁶¹³ A demanda pela criação da agência remonta aos anos 1940. Cf. Amélia Império Hamburger (org. e edição). *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*; Shozo Motoyama, Amélia Império Hamburger e Marilda Nagamini. *Para uma história da FAPESP. Marcos documentais*. São Paulo: Fapesp, 1999.

⁶¹⁴ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 123; Maria Cecília Spina Forjaz. *As Ciências Sociais na Fapesp*. São Paulo: Idesp, 1989, p. 27, p. 38. Além do grupo de Florestan Fernandes, obtiveram recursos nesses anos iniciais, também Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antonio Candido – que, retornando de Assis, nesse ínterim, montava sua equipe, e precisava de bolsas para seus alunos. Cf. Capítulo 4.

⁶¹⁵ Cf. Caio Navarro de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

⁶¹⁶ Sergio Miceli. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”, p. 114.

⁶¹⁷ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 22.

Carvalho Pinto, ele se colocava na mira dos sociólogos ao elaborarem-no⁶¹⁸ – nada mais distante, portanto, que produzir “palavras de ordem”. O problema central consistia em “adequar e refinar os métodos inerentes à perspectiva aplicada da Sociologia a contextos menos orgânicos e mais heterogêneos como o Brasil.”⁶¹⁹

Atentar à zona nublada de (in) diferenciação disciplinar especificamente entre Economia e Sociologia é relevante. Se, no cenário nacional há o predomínio da primeira sobre a segunda, na análise do desenvolvimento⁶²⁰, em São Paulo, a segunda, avança na direção da primeira, por meio de temas, problemas e demanda técnica. *O reconhecimento da necessidade do conhecimento técnico dos economistas é compatível com a perspectiva adotada no interior da Sociologia I com relação a ela mesma: dificilmente de outra área viria a demanda por estes profissionais.*⁶²¹ É o que se observa no argumento de Fernando Henrique Cardoso, fazendo o *lobb* da contratação de Nuno Fidelino de Figueiredo, seu amigo, ao Cesit.⁶²² Afirma ele que acredita faltar “conhecimentos de problemas técnicos como salário, organização racional do trabalho”, e ele, “com a experiência que tem” ajudará a “ter os pés mais plantados na terra”.⁶²³

O centro se torna um dos canais de intercâmbio internacional da Sociologia I. Mas na cidade de São Paulo, o circuito dos economistas, entre a cátedra de Economia

⁶¹⁸ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 121.

⁶¹⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 322.

⁶²⁰ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 26.

⁶²¹ O exame dos textos de Florestan a respeito da relação entre Economia (Política) e Sociologia assinala a atenção ao assunto que as torna relativamente idênticas em fases de pouca especialização de ambas: organização social do trabalho. Vale notar: estas reflexões são anteriores à regência da cátedra. Exemplo interessante disso encontra-se em marginália, ao lado da afirmação conhecida de Karl Marx [“Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada é, naturalmente, o ponto de partida. O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século XVIII. São robinsonadas que não expressão de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra um refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida.”] – ele anotou, junto à primeira frase: “ponto de vista sociológico”; e junto à segunda, “retorno à vida primitiva”. Exemplar de sua biblioteca: Karl Marx. *Crítica da Economia Política*. São Paulo: Flama, 1946, p. 201.]. Já Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni parecem se dirigir mais acentuada mente para os agentes e é esta orientação que figura nos projetos de pesquisa do Cesit. Assim, os argumentos parecem atinar para dois passos da reflexão disciplinar – a proximidade com questões de organização social que caracteriza também a Economia Política, que implica considerar a economia como parte de uma “estrutura social”. Num segundo momento, de modo estratégico, pois voltando suas atenções para a intervenção no debate a respeito do desenvolvimento, a afirmação de certa determinação social da vida econômica, como assinalou Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 26.

⁶²² Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Paris, 11 de janeiro de 1963.

⁶²³ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Paris, 11 de janeiro de 1963. Fundo Florestan Fernandes.

Política e Doutrinas Econômicas, na FFCL-USP, a FCEA-USP e a Escola Livre de Sociologia e Política mescla-se ao do grupo de Florestan Fernandes, por meio do Cesit e do Seminário, de vários modos e por muitos motivos. Nesse sentido, ao estado das “artes” não são indiferentes as relações pessoais. Fernando Henrique informa Florestan que Giannotti havia conversado com ele a respeito de Sebastião Advíncula da Cunha, economista que seria igualmente bem vindo aos trabalhos, por ser “sério e competente”, além de ter declinado de um convite de Celso Furtado, por não querer sair de São Paulo. E dá a coordenada para que Florestan Fernandes o encontre: por meio de Fernando Novais ou no “Plano de Ação”. Nuno Fidelino, que havia pertencido aos quadros da Cepal, ministrou um curso de extensão universitária sobre desenvolvimento econômico na América Latina. De outra parte, Sebastião Advíncula da Cunha trabalhara no “Plano de Ação” do governo Carvalho Pinto, e conquistou Florestan, que chegou a incentivá-lo a prestar concurso na Faculdade de Economia.⁶²⁴ Paul Singer havia conhecido Sebastião Advíncula em serviço de consultoria e o introduziu nesse círculo.⁶²⁵ Sebastião não impressionou apenas Florestan, mas também Fernando Novais. A *boutade* – “foi a primeira vez que eu vi um sujeito capaz de explicar um texto todo em linguagem matemática”⁶²⁶ – reconhece no final das contas o quanto sua colaboração foi providencial: “ele nos deu aula sobre Keynes”.⁶²⁷ Juarez Brandão Lopes, também convidado de Singer para o Seminário, completa o quadro dos economistas cuja aproximação da Sociologia atravessa a um só tempo as oportunidades de pesquisa e trabalho cristalizadas no Cesit e a sociabilidade mais ampla em torno do Seminário. Vale assinalar que na aproximação com os economistas, nem só das relações de Fernando Henrique Cardoso vicejou a rede. Relevante foi também, a relação pessoal de Florestan Fernandes com Mário Wagner Vieira da Cunha – “eu me relacionava muito bem com o Florestan, nós morávamos quase vizinhos, de modo que tínhamos muito contato (...) por toda a vida, tivemos muito boas relações.”⁶²⁸ Afinidades concorreram no cultivo da amizade, tanto mais forte entre homens com percursos sociais ascensionais viabilizados no interior de instituições cuja marca de elitismo lhes é particularmente sensível, e quanto mais empenho eles ponham nesse mesmo percurso.

⁶²⁴ Cf. Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 124-125.

⁶²⁵ Informação dada por Paul Singer para nossa pesquisa.

⁶²⁶ Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

⁶²⁷ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 210.

⁶²⁸ “Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha”, p. 280.

A experiência de humilhação social compartilhada – cujo sentido por eles vivido talvez escapasse àqueles que a imprimiam⁶²⁹ – e das dificuldades envolvidas na superação de sua condição modesta estreita o vínculo, tanto mais duradouro, quando a colaboração, sem a qual não venceriam, é tecida por eles próprios, “iguais de origem”.⁶³⁰ E desse elo beneficiaram-se Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia Carvalho Franco na oportunidade de se dirigirem a FCEA-USP.

A incipiente diferenciação interna conduz a Sociologia por temas econômicos, mas a direção de sua atividade impõe a demanda por economistas profissionais. Em contrapartida, a baixa especialização destes também favorece a aproximação.⁶³¹ Por isso, puderam, os sociólogos se aproximarem da especificidade da área e articulá-la à sua, mantendo constante o diálogo com a Economia, apresentando variações de acordo com mais ou menos proximidade de uma ponta (relações raciais) a outra (industrialização) – do projeto da Sociologia I.⁶³² Maria Sylvia Carvalho Franco

⁶²⁹ “Um dia até me assustei, o Arbousse-Bastide fazia entrevistas com os alunos e achava que eu era um dos pobretões da classe. Quando contei para ele o meu ordenado, que era maior que o dele, ele disse: “Mas, como?”. Eu disse: “Trabalhando em vários lugares, eu estou ganhando às tantas. Era um jogo assim.” “Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha”, p. 262.

⁶³⁰ “minha posição também foi muito reforçada pelo auxílio que o Florestan me prestou quando tive algumas dificuldades (...) várias vezes eu tinha necessidade de procurar o Laerte [Ramos de Carvalho, vizinho de Florestan] e explicar a situação, defender meus interesses. Florestan era um grande amigo em tudo isso, o elemento de ligação com o Laerte. Depois nós, por toda a vida, tivemos muito boas relações. Tenho muita admiração pelo trabalho do Florestan. Como sempre, fiz certas reservas, nas arguições de tese dele, dizia a ele francamente o que pensava daquele Estudo do Método Sociológico sobre o qual tive de arguir.” “Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha”, p. 280.

⁶³¹ Dificilmente o intercâmbio assinalado teria ocorrido na modalidade que a disciplina adquire. A tomada de distância em definitivo do diletantismo e dos bacharéis em Direito, ocorre nos anos 1970, implicando tecnificação dos cursos e matematização do ensino. (Cf. Maria Rita Loureiro. “Introdução”. In: *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Vozes/Fipe, 1997, p. 10).

⁶³² Richard Morse assinalou que “poucos teriam escolhido as relações entre negros e brancos como ponto de partida para uma investigação das bases de uma nova sociedade industrial”. Contudo, foi por esta via que Florestan Fernandes se viu obrigado a “reconstituir a história econômica de São Paulo e sua transição para o capitalismo; ver a Abolição como uma revolução ‘de brancos para brancos’, que apressou a consolidação da economia industrial e urbana; justapor os fenômenos de estratificação racial e estratificação social, gerando a hipótese de uma transição de uma sociedade estamental a uma sociedade de classes, criando uma ‘revolução burguesa’; identificar mecanismos de controle aplicados a todos os grupos sociais marginalizados; ver os movimentos de ‘protesto dos negros’ dos anos 20 e 30 como prenúncio do populismo”. (Richard Morse. “Economia manchesteriana e sociologia paulista”. In.: Richard Morse. *A volta de McLuhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 153). A observação é digna de nota sobretudo à luz de sua indagação motora: “por que motivo (...) a economia ganhou destaque em Manchester enquanto a sociologia teve ênfase em São Paulo?” (Idem, p. 134). Vale assinalar *nesta passagem* um recorte desta tese. As duas vertentes indicadas são constitutivas da Sociologia I – relações raciais (ainda ligada aos trabalhos de Bastide) e industrialização (fase de maturidade, concentrada na pesquisa do Cesit). Foi preciso escolher para realização do estudo a presença das leituras de Marx numa ou noutra direção. O diálogo que lograram estabelecer entre Economia, Sociologia e Marxismo por meio da discussão da industrialização obrigaria outro rumo analítico. Com este problema em vista, “Marxismo na Economia Brasileira”, de Guido Mantega oferece um bom roteiro (*História do marxismo no Brasil*, v. II. Campinas: Unicamp,

aprofunda, contra a vontade, seus estudos da disciplina, após o doutorado.⁶³³ Já Fernando Henrique Cardoso, na prova escrita de livre docência, não hesita: “análise econômica e crítica sociológica da economia, a partir desse momento, tornam-se uma e mesma coisa”.⁶³⁴

*

Fernando Henrique Cardoso fez render as vantagens da administração de Carvalho Pinto, para áreas de interesse da Sociologia I, cavou postos para aliados e amigos, já com mira na Reforma Universitária⁶³⁵, ampliou o raio de relações, rumo à recém instituída Fapesp⁶³⁶, angariou e somou recursos materiais e humanos necessários ao Cesit – cuja instauração não se viabilizaria, em termos de suportes financeiro e político, sem seu capital social constituído via familiar e escolar.⁶³⁷ Do núcleo duro de sua cadeira, Florestan Fernandes, por meio da rede mobilizada por Fernando Henrique Cardoso parecia mesmo chefe de uma família com muitos agregados.⁶³⁸ Ganhava contorno institucional a “maturidade do projeto de Florestan Fernandes, posto que os

1995.). Parece-nos, também, que foi essa a direção adotada – porém não explicitada – pela tese de Éder Luiz Martins, a respeito do Seminário. Em contrapartida, com certo menoscabo pela morfologia institucional – e, portanto, desconsiderando a interlocução entre os pares dos seminários – Milton Lahuerta liga leitura d’*O Capital* à agenda desenvolvimentista. (Cf. “Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica.” *Perspectivas*, n. 28, 2005).

⁶³³ “Parece que escolhi, para estudar, uma época particularmente complicada que não pode ser entendida sem um montão de economia, o que é o diabo”. Correspondência de Maria Sylvia Carvalho Franco para Florestan Fernandes. New Haven, 28/10/1965. Registramos agradecimento a Claudinei Carlos Spirandelli por ter nos ofertado esse documento.

⁶³⁴ Fernando Henrique Cardoso. “Desenvolvimento econômico e desenvolvimento social”. Prova escrita do concurso de livre-docência. (Processo 63.1.1299.8.0, fl. 58).

⁶³⁵ Instituída a Fapesp; criadas as disciplinas de sociologia rural e de teoria literária (cf. capítulo 4) e, nesta esteira, o Cesit (1962), o IEB (1962) e o Ceru (1964), por mais que se bata na tecla da diferença de “projetos” que caracterizam o primeiro e o segundo (João Ricardo de Castro Caldeira. *IEB: origem e significados*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002), é rigorosamente impossível não atinar para a coordenação deles, tendo em vista o novelo de amizade e trabalho conjunto que os animam e os desafios que imaginavam ter de enfrentar frente a reforma universitária. Os dados parecem indicar estratégia diversificação nos centros para aquisição de financiamento, pari passu, as especializações disciplinares. A diversidade do IEB não deve algo ao ritmo da profissionalização na historiografia? (Cf. Capítulo 3).

⁶³⁶ “A razão pela qual Florestan foi para o primeiro Conselho da Fapesp é porque eu estava nesse grupo. Isso foi inédito nas áreas de ciências humanas, e foi pela minha influencia política (...) pusemos o Florestan lá e a Fapesp começou a funcionar”. (Fernando Henrique Cardoso. “Depoimento”. In. *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*, p. 480.).

⁶³⁷ Cf. seção anterior.

⁶³⁸ Vale mencionar o grupo que a Sociologia I reúne para a realização das traduções da já comentada coletânea *Homem e sociedade*. Professores da Sociologia II, seminaristas, futuros quadros do Cesit – a arquitetura institucional dela cria demanda por quadros que se localizam em outros espaços, ainda que concorrentes.

trabalhos sobre o negro eram ainda ligados aos interesses de Roger Bastide”⁶³⁹; consolidando o grupo, ampliando sua influência, angariando novos quadros e conferindo a feição plebéia inconfundível – orgulhosa de si e bem distante daquela “imagem de atitude ‘desinteressada’ que alguns membros da Cadeira de Sociologia II oferecem de si mesmos, e na qual gostam de ser reconhecidos”.⁶⁴⁰

Como a hierarquia interna ao Seminário não reproduz as das áreas, mas não é indiferente a elas, Fernando Henrique Cardoso carrega para sua participação nele, a desenvoltura social, os bons modos e o papel de articulador que vamos assinalando. Também aí tem destaque nas relações internacionais. Junto com Luís Meyer, àquela altura, diretor cultural da Faculdade de Medicina, Bento Prado Jr., José Arthur Giannotti e Ruy Coelho, o sociólogo compôs a comissão de recepção do casal Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, em 1960 – para alvoroço da esquerda universitária, especialmente a não comunista e trotskista⁶⁴¹, empolgada com a Revolução Cubana, à qual o casal aderiu e defendia⁶⁴². Fernando Henrique Cardoso teve destaque no trabalho de ciceroneá-los. Foi ele quem conduziu o debate com Sartre na Maria Antonia, foi ele que, no lugar de Ruy Coelho, traduziu na conferência de Simone de Beauvoir sobre o feminismo, revezava com Bento Prado Jr., receber o casal em casa, convidando outros.⁶⁴³ Ao partir, Sartre autoriza a tradução de suas obras por Fernando Henrique Cardoso.⁶⁴⁴ Bento garante ter Sartre se encantado por este jovem. Anos depois, *Questão de método* saía traduzido pelo filósofo, na Difel, editora em que se encontrava o sociólogo.⁶⁴⁵

⁶³⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 201.

⁶⁴⁰ Carolina Pulici. *Entre sociólogos*, p. 114.

⁶⁴¹ “...participei de uma delegação de militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira da Quarta Internacional” que encontrou Sartre num hotel da Avenida Ipiranga. “O ilustre visitante nos ouviu com paciência, não fez muitas observações e, depois de nossa partida, comentou com um amigo: ‘Tive uma reunião com os trotskistas. Estavam lá a direção, a base e a heterodoxia...’. A direção era o Ruy; a heterodoxia era eu; e a base eram dois ou três companheiros, já que o grupo, como se dizia na época, cabia num Volkswagen.” (Michael Löwy. “Prefácio”. In. Rodrigo Davi Almeida. *Sartre no Brasil. Expectativas e repercussões*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 14).

⁶⁴² A respeito da afinidade entre as causas políticas em torno das quais se mobilizou Sartre e *Les Temps Modernes*, e a intelectualidade brasileira, ver: Rodrigo Davi Almeida. *Sartre no Brasil. Expectativas e repercussões*. Para a reconstituição do roteiro da viagem de Sartre e Simone no país, ver: Luís Antônio Cantatori Romano. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. São Paulo: Fapesp, 2002.

⁶⁴³ Informações extraídas de Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 28, p. 30-1.

⁶⁴⁴ Cf. Afrânio-Raul Garcia Jr. “A dependência da política”, p. 102. Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 32.

⁶⁴⁵ Jean-Paul Sartre. *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1967. Trad. Bento Prado Jr.

Indiscutivelmente mais forte – do ponto de vista social, pelo manejo do capital social dos relacionamentos familiares, pela naturalidade com que desliza nos conflitos e picuinhas da sociabilidade típica de elites – Fernando Henrique Cardoso tornou-se o fiel escudeiro para operações institucionais e internacionais, a “guerra de posições”, da Cadeira de Sociologia I. Era como peixe n’água que ele fazia estripulias onde Florestan, sozinho, derraparia – talhado melhor, talvez, para “guerra de movimento”. Em termos de visibilidade de sua figura, em que se pese o apelo político do envolvimento do grupo em questões de reverberação pública – desenvolvimento, educação – Florestan logrou de fato escolher alguém que lhe fizesse sombra.⁶⁴⁶ Era o lugar *natural* para o rapaz que cresceu em meio a crônicas familiares grandiosas, incutindo-lhe a convicção de que ele e os seus eram personagens em histórias nas quais a maioria das pessoas vê longínquos heróis – os militares de sua família tomam parte no governo do país desde o fim Segundo Império. Em meio a uma educação refinada e disciplinada, chegou a nutrir na infância o desejo de ser papa.⁶⁴⁷ Traindo a formação sociológica e revelando a sócio-lógica da formação, afirma, por vezes, “meu pai era político. Está no meu sangue”.⁶⁴⁸ Difícil encontrar um indício seguro a respeito da ciência da divisão do trabalho – parcialmente pensada por Florestan Fernandes, mas que se sedimentou decerto pelo feitio sociável desse *sangue*. No entanto, as tarefas a ele delegadas e a visibilidade delas desequilibravam a autoridade da cátedra.

Na “Apresentação” que elabora para livro de seu professor, afirma: “o livro (...) distingue-se pela integridade científica e pela atualidade na maneira de tratar os temas discutidos, refletindo a formação especializada do autor, que é um *scholar*”.⁶⁴⁹ *Fernando Henrique não é ainda doutor quando empenha a autoridade pressuposta na emissão desse juízo* – daí a graça. E, no entanto, na qualidade de diretor da coleção da Difel em que ela é publicada, “Corpo e Alma do Brasil”, a assertiva é apropriada. Não é apenas por meio da assinatura do aluno que a fissura da hierarquia fica evidente. Na

⁶⁴⁶ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 185.

⁶⁴⁷ Informação extraída de Boris Fausto, que redigiu a contracapa do livro: Paula Montero; Flávio Moura (orgs.). *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

⁶⁴⁸ Entrevista concedida a Brigitte Leoni, e citada pela biógrafa. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 44.

⁶⁴⁹ Fernando Henrique Cardoso. “Apresentação”. In. Florestan Fernandes. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, p. 1.

publicação dos dois projetos de pesquisa idealizados para dar início às atividades do Cesit⁶⁵⁰, um detalhe – a nota inicial de esclarecimento – chama atenção:

“Trabalho elaborado em colaboração com FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e OCTÁVIO IANNI, divulgado pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho em 1962. Escrito pelo autor, com exceção do trecho assinalado no texto (pp. 345-346), redigido por FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.”⁶⁵¹

À altura da página que a nota indica, encontra-se a delimitação precisa dos quatro parágrafos redigidos por Florestan Fernandes e por Fernando Henrique Cardoso e, novamente, uma nota de esclarecimento: “Até o asterisco na página 346: trecho redigido por FERNANDO HENRIQUE CARDOSO”.⁶⁵² O trecho diz respeito à justificativa dos critérios de seleção das “unidades de investigação” e é factível supor que Florestan Fernandes o tenha solicitado especialmente para compô-lo, não sendo resultado de reaproveitamento algum.⁶⁵³ Trata-se de estabelecer, com a maior exatidão possível, o que é de um e de outro, onde um começa e outro termina, deixando sem dúvida a *autoria/autoridade* do texto e do trecho intercalado. A colaboração necessária para enraizamento e segurança da cadeira na Faculdade, bem como para a criação do Cesit estava temperada da tensão típica da busca por emancipação por parte do pupilo/discípulo, e do reconhecimento dela, por parte do catedrático/mestre. Comparando-se com as disciplinas que investigamos, a Sociologia, ponta de lança da profissionalização e hegemônica no quadro, propicia o estabelecimento de uma tensão competitiva no topo da hierarquia, é por meio dela que se apreende a coroação da relação magistral.

Ela se liga também ao gargalo institucional incontornável do sistema de cátedras. Examinando as relações de força envolvidas na viabilização do Cesit, Wagner Romão assinalou o desencontro entre as vantagens que dele extrairia Fernando Henrique Cardoso e o rendimento para a cadeira de Florestan Fernandes. O primeiro, vivendo o “risco de eternizar-se no cargo de assistente”, em função do regime de cátedras, poderia se estabelecer num patamar “intermediário de poder”, por meio da adoção de uma área em ascensão – a sociologia industrial e do trabalho. O segundo

⁶⁵⁰ “Economia e sociedade no Brasil – Análise sociológica do subdesenvolvimento” e “Empresa industrial em São Paulo (Projeto de Estudo)”

⁶⁵¹ “A empresa industrial em São Paulo (Projeto de Estudo)”. In.: *A sociologia no Brasil*, p. 338.

⁶⁵² “A empresa industrial em São Paulo (Projeto de Estudo)”. In. *A sociologia no Brasil*, p. 345.

⁶⁵³ Procuramos o trecho em livros de Fernando Henrique Cardoso e não o encontramos. Além disso, os quatro parágrafos compõem um raciocínio com início, meio e fim – evidência em que se baseia a afirmação.

pretendia aproveitar o Cesit para a rotação em seus temas, para firmar-se no cenário das polêmicas com o ISEB e Guerreiro Ramos⁶⁵⁴, para recrutar “possíveis talentos que seriam integrados aos quadros da Sociologia I”.⁶⁵⁵ Com efeito, em 1962, a Sociologia I se apequenava face ao que ela própria havia produzido. Nada mais previsível.

Já em 1959, inequivocamente, assinalava Florestan: o entrave não se encerra na cadeira de Sociologia I, mas está estabelecido pela cátedra, espécie de freio geral ao investimento, por parte dos professores, na formação de quadros e equipe, posto que a conquista dos postos correspondentes ao percurso de desenvolvimento intelectual não estimulava como recompensa dos esforços de ninguém.⁶⁵⁶ Talvez o drama fosse experimentado como hipótese do futuro imediato⁶⁵⁷; talvez a ciência dessa “expectativa ausente” instigasse, não apenas os alunos. Em 1962, Fernando Henrique Cardoso estava “pronto” para se tornar catedrático e tanto ele quanto seu mestre sabiam disso. Mas a tensão da relação magistral, chegando a seu auge não se desatava com a conquista de cátedra para o jovem merecedor dela. Era como se FFCL-USP atendesse às demandas para as quais era solicitada, sem ser ressarcida em termos orçamentários e pessoais – em diversas escalas, uma só e mesma crise: a de crescimento não planejado. Com efeito, a “crise que começava a se instalar no interior do grupo acirrou-se em função de eventos de ordem vária”⁶⁵⁸ e um deles consistia no crescimento interno à cadeira sem contrapartida na instituição universitária, espécie de gargalo na escalada das carreiras

⁶⁵⁴ Este “debate por si só envolve perspectivas opostas sobre a relação do pensamento sociológico com a dinâmica histórica no período, e foram nutridas por posições institucionais diferentes”, de modo que a “ênfase de Guerreiro Ramos na necessidade de se criar uma Sociologia nacional, esbarra na crença de Florestan Fernandes sobre o valor superior da ciência. O limite manifesta-se na desconsideração de Guerreiro Ramos sobre certas modalidades da pesquisa” Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 238-240. Um contraponto dos “dois padrões” encontra-se em Lucia Lippi Oliveira. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, especialmente capítulo. 4.

⁶⁵⁵ Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 118.

⁶⁵⁶ “vários professores se arrogam uma soma de liberdades e de direitos que entrava o funcionamento orgânico dos serviços da escola. Outros tantos alunos aproveitam-se do relaxamento da disciplina para agir de maneira análoga. Tal situação não pode perdurar, se pretendermos adotar critérios racionais na programação de nossas atividades de ensino e de pesquisa. (...) Tende-se a ligar a unidade das escolas a um precário padrão improfícuo de isolamento e a definir-se a liberdade dos professores em termos de um individualismo pré e antiuniversitário.” Florestan Fernandes. “FFCL: lições pedagógicas de uma crise de crescimento”, p. 270-272.

⁶⁵⁷ “Cabia-me orientar e supervisionar as atividades docentes e a preparação das teses de mestrado ou de doutoramento. Mas, dentro de cinco ou dez anos, no máximo, eles alcançariam a plenitude de sua capacidade profissional e o nosso relacionamento se transformaria por completo.” Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 192.

⁶⁵⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 203.

que eram alavancadas naquele nicho. O caso de Fernando Henrique Cardoso é paradigmático, mas não exclusivo.

E, no entanto, eternizar-se “abaixo” do mestre na instituição talvez não fosse seu único, ou primeiro, temor. Quando Florestan Fernandes, tornando-se regente, subdividiu-se em chefe de cadeira, de pesquisa, orientador, negociador de vagas, professor, relator de comissões, elabora balanços e mais balanços, as insígnias de reconhecimento especificamente intelectual não lhe faltam. Ao contrário. A proeza de suas realizações garante-lhe respeitabilidade especificamente profissional – independente do critério meio solidário meio perverso que reconhece valor nos esforços sobre humanos do rapaz humilde para superar a sina social. Ele tornou-se mestre em Ciências Sociais, com “A organização social dos Tupinambás”, sob orientação de Herbert Baldus, em 1947. Este “feito científico do mais alto valor”, com que iniciava as titulações desafiava a concepção corrente à época de que por meio da documentação não se poderia reconstituir a organização social dos Tupinambás, o que levou Alfred Métraux a estudá-los parcialmente, com ênfase na religião e cultura material.⁶⁵⁹ A grandeza deste “feito” fica registrada no prefácio que Baldus tem a “honra e o prazer” de escrever. Mais que isso. Nas palavras de Baldus, “o dinâmico Florestan Fernandes foi a alma [de seu] seminário, mostrando-se capaz de discutir com rara penetração qualquer assunto apresentado, e revelando-se um dos mais esperançosos cientistas sociais brasileiros da nova geração”. Pela “presente obra, porém, o autor não só obteve o grau de Mestre em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política, Instituição Complementar da Universidade de São Paulo. Tornou-se mestre de verdade, o mestre Florestan Fernandes.”⁶⁶⁰ Baldus não era o único, àquela altura, a ter o jovem em alta conta. Lourival Gomes Machado, seu colega, da Política, na separata da revista *Sociologia* com a qual presenteou Florestan, assim a ofertou, em 1948: “Ao Florestan, esperança maior deste departamento, do seu amigo, Lourival”.⁶⁶¹ *Organização social dos*

⁶⁵⁹ Antonio Candido. “O jovem Florestan”, p. 350. Os trabalhos de Alfred Métraux a que alude Antonio Candido datam de 1928, “La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani” e “La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani”. Um ano antes ele escreveu: “Les migrations historiques des Tupi-guarani”. Informações retiradas do prefácio de Herbert Baldus (junho de 1948) para *A organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, s/d, p. 9.

⁶⁶⁰ Herbert Baldus. “Prefácio”. *A organização social dos Tupinambás*, p. 13.

⁶⁶¹ Trata-se de separata da revista *Sociologia* (Vol. X, n.2-3, 1948), exemplar da Biblioteca de Florestan Fernandes (COLESP-UFSCAR). Mariza Peirano analisa os primeiros trabalhos de Florestan Fernandes, considerando-os de Antropologia, e não a fase funcionalista de sua Sociologia, buscando compreender como e por quê “se os livros sobre os Tupinambás não ‘pegaram’, seu autor ‘pegou’.” (*Uma Antropologia no Plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília: UnB, 1992, p. 74.

tupinambá foi publicado pelo Instituto Progresso Editorial (IPE-SP). Foi o primeiro livro da “coleção estudos brasileiros”, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. O historiador, membro da comissão do “Prêmio Fábio Prado”, com o qual o livro foi premiado, fez elogio público ao jovem que despontava no cenário, como a melhor representação do espírito animado pela instituição universitária.⁶⁶²

Os passos seguintes mostraram não se tratar de sucesso circunstancial. Ele se doutorou, em 1951, sob direção de Fernando de Azevedo, na FFCL-USP, defendendo *A função da guerra na sociedade tupinambá, e em 1953, tornou-se livre-docente com Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*.⁶⁶³ Por meio da sequência dos temas das teses, o sociólogo deixa entrever simultaneamente a escolha por “organizações sociais já fora da história e sem presente”; explorando a vantagem do “objeto distante no tempo”, “mais propício ao exercício puro do pensamento, por ficar protegido das injunções perturbadoras da história e mais facilmente aprisionável pelos princípios racionais do conhecimento”⁶⁶⁴; assim como a gradação de complexidade culminando na tentativa de “construir um quadro teórico adequado ao conhecimento sociológico – que é na verdade, a primeira experiência de amplo espectro exclusiva no campo teórico, à qual outras se seguirão no futuro – exprimindo o alcance do seu projeto”.⁶⁶⁵ Alçava a “maturidade intelectual, evidente na tentativa de repensar os fundamentos teóricos da disciplina sociológica, através de uma das suas contribuições clássicas”, aliando a isso preocupações práticas relativas a investigação sociológica.⁶⁶⁶ A indicação sucessória de Roger Bastide, mais o fato de ele estabelecer como condição para aceitar o encargo das pesquisas da Unesco, a participação de Florestan, assinalam o auge que poderia alcançar até assumir a regência. “Ele tinha trinta anos e estava sendo considerado como igual por um sociólogo eminente, que fora seu professor. Ao aceitar a

⁶⁶² Sérgio Buarque de Holanda. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. (org. Antonio Arnoni Prado). São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 314. As informações a respeito de sua participação na comissão e direção da coleção foram extraídas do processo 58.1.757.8.9, fl. 66. Thiago Lima Nicodemo discute a inserção universitária do historiador e sua inclinação à profissão em *Urdidura do vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.

⁶⁶³ Publicado em: Boletim n. 170. Sociologia n. 4, 1953, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, 2ª ed.

⁶⁶⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 36.

⁶⁶⁵ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 318.

⁶⁶⁶ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 148.

tarefa, pode-se dizer que assumiu simbolicamente a consagração que o destacava como sociólogo mais completo de sua geração”.⁶⁶⁷

E Fernando Henrique Cardoso? O sociólogo sabia que a divisão do trabalho da Sociologia I discriminava-o para a guerra de posições, comprometendo tempo e energia, os quais deveria dirigir para o acúmulo de capital propriamente científico – de que já tinha domínio Florestan Fernandes, mas ele, não. Era essa ciência do sacrifício da vida intelectual que se manifestava na ironia da resposta endereçada a Florestan Fernandes, que lhe contava do andamento das negociações para o Cesit. Da França, já doutor, Fernando Henrique escrevia-lhe: *“sua eficiência é de tirar o chapéu”*. *O senhor viu como “tenho que ‘dar pulos’ para dar conta simultaneamente da minha carreira e da política e da administração universitária.”* Um tanto injuriado, emenda: *“(temos que) enfrentar de forma radical o problema da distribuição de tempo”,* para não deixar que o Cesit atrapalhe *“os programas pessoais de desenvolvimento intelectual e de cumprimento de nossas obrigações acadêmicas.”* Para isso, *e para que “o diretor” – ele próprio – do centro não se sobrecarregue,* adverte: vamos aparelhar o Cesit com quadros, pois, *“pensando nas relações futuras”,* decerto precisaremos de uma *“secretária”,* para *“agenciar e agendar”* as *“trocas intelectuais, viagens e relatórios”*. Então, poderei me concentrar.⁶⁶⁸

Difícil desvencilhar o investimento de Fernando Henrique Cardoso em “um Seminário de Marx” do risco de se tornar figura apagada *intelectualmente* face ao mestre, especialmente em matéria que se encontra no topo da hierarquia – teoria e método.⁶⁶⁹ Quiçá, até em relação aos tigres e leões com garras crescentes. Era preciso afiar as suas. Pois esta área, em que a profissionalização avança, estimulando a competição não apenas entre os discípulos, mas entre mestre e primeiro pupilo – oferece a todos o senso de aceleração do tempo no decreto da obsolescência dos velhos. Tudo se passa como se envelhecessem mais rápido pelo ritmo de desafio dos novos. Dentro desse quadro, tão natural quanto convidar Ianni, da parte de Fernando Henrique Cardoso, talvez fosse não convidar Maria Sylvia Carvalho Franco, concorrente/abaixo, nem Florestan Fernandes, concorrente/acima. Ele não foi convidado, não frequentou as

⁶⁶⁷ Antonio Candido. “O jovem Florestan”, p. 351.

⁶⁶⁸ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Paris, 08/02/1962.

⁶⁶⁹ Neste sentido, vale o registro do acordo com a observação de Leôncio Martins Rodrigues: “foi um intelectual com extraordinária capacidade para a política e que não consegue abandonar nenhum desses campos”. “Fernando Henrique Cardoso: ciência e política como vocação”. In. André Botelho; Lília Moritz Schwarcz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 404.

reuniões, não se impôs, nem se fez convidar. *No entanto, era onipresente na ausência, como cabe a um mestre.* Ela, em contrapartida, valeu-se das estratégias condizentes a sua posição, *fazendo-se* interlocutora do seminário. A reação de ambos ao Seminário consiste em indício irrefutável de que o empenho dos jovens passava a existir no cenário, impactando-o ao provocar outros agentes. A seção seguinte trata de Florestan Fernandes, um não-seminarista no seminário.

b. Florestan Fernandes no Seminário: adversário cúmplice.

“Achei natural – pois eu era o ‘professor’ (...) os ‘novos’ vinham a todo vapor tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem.”
Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, 1976.

Em meio à leitura e decifração de *História e consciência de classe*, conversavam os seminaristas, admirados, a respeito de Georg Lukács. Como aquele monumento era possível? Tamanha sofisticação filosófica, erudição literária, conhecimento histórico, crítica, engajamento? Incontornável buscar a resposta considerando o círculo de amigos, livros, diálogos, enfim, que o formaram. “Ele freqüentava o “Círculo de Weber”, em sua juventude” – alguém mencionou. E Roberto Schwarz respondeu: “Ah, bom. Agora está explicado. Esse sujeito tinha, de um lado, Arnold Hauser, Karl Mannheim, Georg Simmel, Ernest Bloch, e tinha como professor Max Weber. E eu!? Meus amigos são: Lowy, Bolaffi, Novais. E meu professor, é...”. Sem deixar que o ex-aluno concluísse a frase, Fernando Henrique Cardoso, completou-a: “e o professor é Florestan Fernandes”⁶⁷⁰. Notável. O sociólogo, antevendo o perigo de ser equiparado a Max Weber, *em registro rebaixado, pela fina ironia do jovem leitor de Machado*, adianta-se, cria uma “deixa” para, do rebaixamento a que o aluno gostaria de expor os professores, *e elevar-se para baixo, como se ele fosse aluno e não professor, e rebaixar para cima, seu professor-ausente*. O sociólogo forja, com isso, a *illusio* da quebra de hierarquia, bem típica de grupos que cultivam a imagem progressista e à esquerda – como se no seminário, não houvesse “professores”, como se ele fosse “(ex) aluno”. Para fazê-lo,

⁶⁷⁰ A anedota foi gentilmente ofertada pelo historiador Fernando Novais, em conversa informal. Para um exame de Lukács antes da adesão ao marxismo, freqüentador do “Círculo de Weber”: Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira. “Considerações biográfico-intelectuais sobre um diálogo vivo: Georg Lukács e Max Weber na Heidelberg do início do século XX”. *Idéias*, n. 1, Campinas, 2010.

furta de Schwarz o clímax da *boutade*, e no mesmo passo recupera a autoridade, dando a última palavra antes da explosão do riso.

Perspicácia? Sem dúvida. Mas também, Florestan, onipresente.

Os seminaristas não se esqueceram de chamá-lo. Eles não o convidaram. O reconhecimento coletivo dos seminaristas, de seu papel, em sua área e na FFCL-USP, levou-os a considerar que “se Florestan entrasse, era do jeito dele”⁶⁷¹; “ou era Florestan ou era a gente”; “[Florestan] só participava de um jogo se fosse o capitão”.⁶⁷² E, ainda assim, ele estava lá, era em seus ombros que pareciam pular para ver mais longe. No entanto, esse “ou ele ou nós”, é expressivo de que o papel de mestre, por ele exercido, não era apenas para Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Daí a ambigüidade das declarações com relação à sua ausência presente: reconhecê-lo implicava não convidá-lo, e não convidá-lo implicava confessar a inspiração nele. Era o reconhecimento da hierarquia que punha o sociólogo de fora. Mais interesse há em notar que sempre tenham que se explicar por isso, mas não pelo fato de não terem chamado João Cruz Costa, Eduardo D’Oliveira França, tampouco Antonio Candido. A cada capítulo nos empenhamos em assinalar o grau de exposição ao perfil de trabalho de Florestan Fernandes, a que estiveram sujeitos os seminaristas, com acento individual, dimensionando o rechaço e permeabilidade de suas áreas à emergência desta “ilha de Sociologia” e a disposição deles, face a elas, para introduzirem algo de Florestan nestas áreas. Por esta razão, vale neste capítulo, alinhar o conjunto, sistematizando os elementos que, como *grupo*, o Seminário importou do raio de influência da Sociologia I. De modo que, enfim, à pergunta, “Florestan Fernandes fez parte do “Seminário Marx”? Vale responder: como seminarista, não. Como mestre, sim.

É indubitável que nas mentes dos corações que batiam do lado certo, à esquerda, e liam Karl Marx – alguns para dar testemunho disso – pulsava a história contemporânea. Em 1953, quando Giannotti se graduava e Fernando Novais era calouro, Stálin, “guia genial dos povos no caminho do socialismo”⁶⁷³, falecia. Em 1956, quando Giannotti se preparava para viajar para Europa, Ianni e Fernando Henrique começavam a por em ordem o material levantado na viagem para o Sul, e Novais se bacharelava, organizava-se o XX Congresso do Partido Comunista da URSS

⁶⁷¹ Fernando Novais. Conversa informal.

⁶⁷² José Artur Giannotti. *Retrato de grupo*, p. 63.

⁶⁷³ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 205. Desnecessário assinalar a ironia.

– e o “chão saía dos pés” de numerosos comunistas.⁶⁷⁴ O filósofo, circulando pela Europa, acompanha a vida política da esquerda. O historiador, encaminhando-se pela FCEA-USP, acompanha a historiografia econômica do Brasil⁶⁷⁵ – e, portanto está a par das publicações de Caio Prado Jr., que se mantém fiel ao nosso Partido Comunista, editando a revista *Brasiliense*, na qual os colegas dele e de Fernando Novais, da Sociologia I, publicam. Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, atentos ao quadro político e às reformas propostas por Carvalho Pinto, intervém no debate sobre a reforma agrária.⁶⁷⁶ Em escala mais ampla, o XX Congresso do PCUS implicou rearranjos nos PCs nacionais, e no Brasil não foi diferente: “funcionou como detonador da discussão o informe confidencial de Khruchov que denunciou os crimes de Stalin”⁶⁷⁷ e redundou na “Declaração de março de 1958”, em que o PC “reconhece formalmente que o capitalismo de fato se desenvolve, que o faz por trilhas não previstas e que, com ele, se afirma uma tendência democratizante do regime político”⁶⁷⁸; “ao contrário da insistência no atraso e na estagnação, nos impasses, reconheciam-se o desenvolvimento (...) a ampliação do mercado interno, o surgimento de um importante setor da indústria pesada, o crescimento dos efetivos do proletariado industrial”.⁶⁷⁹ O documento tem centralidade na história dos comunistas brasileiros. Na França, referência espiritual incontornável, em 1956, a vitória da Frente Republicana, nas eleições de janeiro de 1956, criou a expectativa do fim da guerra da Argélia, o que não ocorreu. Em junho, *Le Monde* publica o relatório Khruchov. Porém, o divisor de águas entre os intelectuais é a

⁶⁷⁴ “O grupo de Historiadores [um ‘seminário marxista’, mantido entre 1946 e 1956] do Partido Comunista Inglês se dissolveu no ano da crise comunista, em 1956”. Eric Hobsbawm. *Tempos interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 216. Vale chamar a atenção para a inversão das coisas: o “nosso” não concentra historiadores, não se organiza em torno de partido, não se dissolve, mas se inicia depois dessa “crise”.

⁶⁷⁵ Cf. Capítulo 3.

⁶⁷⁶ Cf. Fernando Limongi. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, v. 2, 1987. Luiz Carlos Jackson chamou atenção para os artigos de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Paul Singer no número especial, dedicado à questão agrária, da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (n. 12, 1961) – de Minas Gerais – em diálogo com a análise de Caio Prado Jr. a respeito do problema. (“A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. *Tempo Social*, v. 16, n. 1. São Paulo, jun. 2004, p. 274). Mais detalhadamente e em perspectiva dialógica, também esboçou os termos da relação entre Caio Prado Jr. e a “escola paulista de sociologia”: *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese de doutorado. São Paulo, 2003 – especialmente capítulo 3.

⁶⁷⁷ Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 25.

⁶⁷⁸ Gildo Marçal Brandão. *A esquerda positiva*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 244.

⁶⁷⁹ Daniel Aarão Reis. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In. *História do marxismo no Brasil*, v. V. Campinas, SP: Unicamp, 2002, p. 85. Acordando no que se refere à centralidade do documento, este autor e o citado anteriormente divergem a respeito do julgamento dele.

invasão da Hungria, pela URSS. Se no pós segunda guerra, a pergunta era “o que faremos se a URSS invadir a França?”⁶⁸⁰, agora indagavam-se “o proletariado pode atirar contra o proletariado”? E Sartre – como sempre, tomando a frente da tendência – quebra “essa espécie de contrato tácito que o ligava ao PCF”.⁶⁸¹ Mantendo-se engajado, presta solidariedade aos argelinos contra os franceses; aos cubanos contra os norte-americanos. Não surpreende a simpatia pelo grupo de leitores de Marx não vinculados ao partido comunista – que, no final das contas, no Brasil e pelo mundo, perdia o monopólio simbólico e intelectual da leitura do livro “fundante” e de seu autor: *O capital* de Karl Marx. A esquerda brasileira, em seu leque de facções⁶⁸², segue, sob influxo “teórico e prático” dos rumos da guerra fria e dos conflitos internos ao bloco socialista, atenta, aos rompantes que desafiam o que se concebe como possível, como foi o caso da revolução cubana.

Atentos ao mundo, como cabe a todos que queiram oferecer algo de valor a ele, os episódios, as personalidades políticas, os intelectuais engajados que protagonizavam a história contemporânea estavam na mira do grupo. Porém, nenhuma das figuras ou grupos, intelectuais ou políticos, supracitados, ofertou-lhes um modelo de ser⁶⁸³, agir⁶⁸⁴ ou trabalhar.⁶⁸⁵ Os seminaristas colocaram-se à altura dos problemas de sua história

⁶⁸⁰ Herbert Lottman. *A Rive Gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Trad. Isaac Piltcher.

⁶⁸¹ Michel Winock. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Trad. Eloá Jacobina, p. 654.

⁶⁸² Não se ignore as oposições internas anteriores a 1953-1956 aos comunistas. Cf. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1960)”. In. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, v. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

⁶⁸³ “sempre impliquei com o anti-intelectualismo no Partidão. (...) Se eu fosse me comparar ao Caio Prado Jr. eu diria: eu sou um Caio Prado que nunca entrou no Partido Comunista. (...) A questão na época era ser intelectual, acadêmico, universitário, de esquerda e insatisfeito com o marxismo partidário que estava em curso.” (Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 207).

⁶⁸⁴ “Para um aluno de Granger, o livro de Caio Prado Jr. [*Dialética do conhecimento*, 1952] era um desastre”. José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 118.

⁶⁸⁵ Diferentemente da “segunda geração” de seminaristas, que lançou mão de *Teoria e prática*, inspirada em *Past and Present*. Cf. Emir Sader. “Nós que amávamos tanto *O capital*”. *Praga*, n. 1, 1996. Diga-se de passagem, no que se refira a visibilidade editorial, o grupo parece ter a mesma prática que o de Florestan Fernandes: sem dispor da concepção de periódico algum, pode canalizar suas energias para a produção intelectual, como notou Luiz Carlos Jackson (“A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”, p. 276). Não por acaso – talvez com exceção de Roberto Schwarz e Bento Prado Jr. – os demais publicam precisamente em revistas nas quais têm trânsito o grupo da Sociologia I, como *Brasiliense*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Também a este respeito, o “Seminário II”, procede de modo diferente, investindo esforços no periódico *Teoria e Prática*.

coeva por meio da tomada de distância deles⁶⁸⁶ – atitude cabal da lição sócio-lógica de Florestan Fernandes.⁶⁸⁷ Por que ele lhes fornecia uma maneira de ser, agir e trabalhar, é que o confrontariam. Era o adversário cúmplice, que se impunha a respeito do que lhes interessava, com exercício sua autoridade intelectual *pari passu* a negociação das teses com os catedráticos em suas áreas, que ganham inteligibilidade no encontro dessas linhas de força.⁶⁸⁸

Uso racional dos recursos humanos, estudo da formação da sociedade de classes e do capitalismo no Brasil à luz de seu lugar no mundo⁶⁸⁹, o primado das relações sociais, com predileção pelos “de baixo”⁶⁹⁰, rechaço ao amadorismo e tomada de distância da política partidária⁶⁹¹, “obsessão teórico-metodológica”: a composição articulada desses elementos já tinha a assinatura de Florestan Fernandes. E a modalidade de trabalho adotada pelo seminário era a de sua equipe e de nenhum outro

⁶⁸⁶ Roberto Schwarz afirmou: no “fim das contas o desafio essencial para uma esquerda à altura do tempo, não ocupavam o primeiro plano em nossa imaginação” (“Um seminário Marx”, p. 101). Emir Sader, participante da “segunda geração do seminário” discordou disso e procurou restabelecer o lugar desse empenho junto à história da esquerda mundial. (“Nós que amávamos tanto *O capital*”. Praga, n. 1, 1996). Não é de fundamental interesse para nosso propósito apresentar os argumentos de ambos para as assertivas opostas – puxando para o âmbito acadêmico e para o político. Porém, *que ela se estabeleça desse modo* fazer parece-nos sim interessante, sobretudo pois, empenhado em decretar o teor político do grupo, Emir Sader precisa indicar as limitações intelectuais do adversário; e, indicando a natureza acadêmica do grupo, Schwarz não deixa de valorizar as “teses políticas” do grupo – *Empresário industrial*, por exemplo, “tese universitária, mas já a meio caminho da intervenção política (...) concluía por uma alternativa inesperada para a esquerda.” (“Um seminário Marx”, p. 109). A todo tempo, estamos envolvidos com as dificuldades de constituição de um campo científico autônomo no país – e a maioria das trajetórias que compõem a história reconstituída neste trabalho espelham-na de algum modo. Afrânio-Raul Garcia Jr. trabalhou o problema por meio do caso de Fernando Henrique Cardoso dando tratamento ímpar ao itinerário em questão – que ainda tem sido tratado ou de modo idealista (ênfase em se a famigerada questão da presidência corresponder ou não ao que defendeu na obra) ou hagiográfico. (“A dependência da política” In. Maria Angela D’Incao, Hermínio Martins (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010).

⁶⁸⁷ E talvez por isso possam qualificá-lo: “alguns dos argumentos mais inovadores e menos ideológicos do debate brasileiro dependem dele, com sua ênfase no interesse material e nas divisões da sociedade”. Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 99.

⁶⁸⁸ “A aposta no rigor e na superioridade intelectual de Marx, embora suscitada pelo atoleiro histórico do comunismo, era redefinida em termos da agenda local”. Roberto Schwarz. “Um seminário Marx”, p. 101.

⁶⁸⁹ “todos líamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso.” José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 116

⁶⁹⁰ “assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo que era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular.” Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 105.

⁶⁹¹ Roberto Schwarz enfatiza o “desnível”, que “indicava regimes diferentes de reflexão social, dos quais um se estava tornando anacrônico”. Ele ligava-se à modernidade da “instituição especializada, de estudiosos profissionais”, deixando “patentes os lados arcaicos e amadorísticos das lideranças do campo popular”. Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 102-103.

agente coevo. Por isso, a autoridade e o modelo de excelência intelectual a que se antepunham os seminaristas era o pressuposto *das condições que os alçava no cenário da produção universitária*.

Na racionalização dos esforços e competências específicas, reunindo e tornando rentável para todos, o “consórcio de especialidades”, na imposição da disciplina, no cuidado com a hierarquia, na exposição pública dos riscos assumidos – a equivalência entre o sociólogo/Sociologia I e José Arthur Giannotti/Seminário é notória. Fernando Henrique Cardoso, braço direito do primeiro, tem papel homólogo junto ao segundo, atenuada, contudo, a hierarquia institucional e, *reposta*, entretanto, a assimetria intelectual. É sob dupla dominação intelectual que ele se destaca em termos de prestígio institucional.

Outrossim, excetuando-se Bento Prado Jr., todos os seminaristas trabalharam *profissionalmente* com temas afins aos da cadeira de Sociologia I, nas suas duas fases: de estabelecimento (1954-1961), em que gestava os últimos trabalhos ligados ao tema das relações raciais; e de expansão (1962-1970), em que a sociologia industrial e do trabalho se desdobrava daqueles. José Arthur Giannotti persegue como pode a Sociologia, por via epistêmica. Capitalismo e escravidão são temas das teses de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, em tensão com eles, a de Maria Sylvia Carvalho Franco – por se ligarem a Florestan Fernandes – mas se espraia pela tese de Fernando Antônio Novais e Roberto Schwarz.⁶⁹² Paul Israel Singer e Juarez Lopes Brandão trabalham com temas da sociologia do trabalho e do desenvolvimento, ligados ao Cesit. Enquanto José Arthur Giannotti preparava “Notas para uma análise metodológica d’O Capital” para a *Brasiliense*, Florestan Fernandes dava sinais da ambígua relação que manteve com o Seminário. Quem lesse, em 1959, o excerto a seguir, poderia mesmo achar que ele andasse freqüentando as reuniões:

“O historiador ou o economista, por exemplo, teimam em ignorar a contribuição específica do etnólogo ou do sociólogo para os seus estudos em realização. Nisso, são pagos com a mesma moeda por estes. O crítico literário ou romancista continuam fascinados por modelos pré-universitários de trabalho, plenamente justificáveis no passado mas obsoletos em nossos dias. O jornalista ainda se aterra a ambições olímpicas, da autosuficiência poligráfica. E assim por diante! A consequência fatal é sempre a mesma... Esterilização dos esforços bem sucedidos e um eterno recomeçar do marco zero, por temor à colaboração, ao diálogo e ao trabalho verdadeiramente intelectual, que é coletivo. Após os resultados e investigações

⁶⁹² A vitalidade dos estudos das relações raciais, em São Paulo, pode ser apreendida, talvez pelas modificações que o tema vai sofrendo, em obras e autores que estão no raio de influência tanto do marxismo quanto da Sociologia I, muito embora não se liguem institucionalmente a nenhum dos dois – por exemplo, Paula Beiguelman, Emilia Viotti. Mas a delimitação precisa desse alcance requereria também um balanço da historiografia anterior ou alheia ao raio de influência da pesquisa da Unesco. Naturalmente, isso ultrapassa nosso escopo.

etnológicas ou sociológicas criteriosas, historiadores retomam temas sobre a vida social entre os aborígenes, colonização do Brasil, etc., segundo chavões inconsistentes e deformativos. O ‘como se’ orienta a interpretação dos processos econômicos, descritos como forças autônomas e incondicionadas socialmente. O crítico trata de obras realizadas conforme diretrizes científicas como se discutisse um discurso parlamentar de Rui Barbosa. Inversamente, o sociólogo ou o etnólogo ignoram mais do que deveriam os resultados a que chegaram aqueles seus colegas que permitiriam estabelecer interpretações mais integrativas das relações entre a estrutura social e a economia, o fluxo histórico e as repercussões dos padrões de gosto ou de consumo literário na organização do público e no destino final das produções intelectuais, etc.”⁶⁹³

Aprovação mais cabal da iniciativa dos seminaristas dificilmente se encontraria nos arredores. E, no entanto, “Florestan tomou a iniciativa como um golpe”, sentindo-se “intelectualmente ameaçado”, pela “nova geração”, que “ganhava corpo, adquiria autonomia e ocupava espaços. O próprio fato de o principal mentor na organização do grupo ter sido o jovem professor de filosofia, José Arthur Giannotti, poderia configurar-se em traição’.”⁶⁹⁴ No mesmo ano em que testemunhava – como atesta o trecho supracitado – a afinidade com o propósito do grupo, publicava *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, livro que reúne artigos que se “tornaram, com o tempo, de consulta mais ou menos difícil. Outros, em menor número, pareciam merecer um destino menos ingrato e incerto, que o assegurado pelas edições originais”⁶⁹⁵. O leitor atento percebe a qual “ingratidão e incerteza” se refere o sociólogo, ao deparar com algumas advertências. Mas nenhuma delas se iguala ao sentido da primeira nota de rodapé de “Marx e o pensamento sociológico moderno”:

“Escrito como introdução à edição brasileira de *A Crítica da Economia Política*, traduzida pelo autor (Editora Flama, São Paulo, 1946, págs. 7-28. Os editores só puderam aproveitar parte do trabalho em sua forma original. Esta é a primeira edição completa.”⁶⁹⁶

“Marx e o Pensamento Sociológico Moderno”⁶⁹⁷, juntamente com os demais artigos, “traduzem, em níveis diferentes, preocupações e convicções fundamentais do autor, em face dos principais problemas lógicos, empíricos ou práticos da Sociologia como ciência”⁶⁹⁸. São evidentes que preocupações similares àquelas de que se ocupou

⁶⁹³ Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Coleção Brasileira, volume 307. Prefácio de Florestan Fernandes, p. XVII-XVIII.

⁶⁹⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A escola de sociologia paulista”, p. 204.

⁶⁹⁵ Florestan Fernandes. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1976, p. 7.

⁶⁹⁶ Florestan Fernandes. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1976, p. 301.

⁶⁹⁷ A nova publicação deste texto não o salvou da sina a que se refere Florestan. A versão dele citada em geral é a da Flama, incompleta e politizante.

⁶⁹⁸ Florestan Fernandes. “Marx e o Pensamento Sociológico Moderno”. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976 (3ª ed.), p. 7.

Giannotti junto ao grupo de leituras. É tanto mais significativo que o “primeiro Marx” de Florestan tenha sido dirigido para um grupo político, e, no entanto, seu conteúdo e preocupações fossem em *stricto sensu* universitários, como se percebe na leitura *tête-à-tête* dos trechos suprimidos com “Análise sociológica das classes sociais”, escrito para a revista acadêmica *Sociologia*, dois anos depois.⁶⁹⁹

Se o “Marx de Florestan” não é o mesmo “Marx do Seminário”, este herda daquele, “o modelo de exposição das idéias, ligado a um intelectual que organiza rigorosamente seu texto, sobre o qual ele exerce um controle racional”; implicando a “precisão da linguagem científica como principal elemento ordenador”⁷⁰⁰; afastando-se de critérios de julgamento alheios a ela. É sintomático que Florestan Fernandes apresente destacado empenho no domínio teórico, metodológico, conceitual – típico dos “momentos nos quais os impulsos à delimitação disciplinar espoucam”, em que as “inclinações avaliadoras tendem a crescer”⁷⁰¹ – e os seminaristas também. Ainda que o sociólogo o faça com vistas à delimitação de terreno, patente no título do texto supramencionado, e os jovens borrem este processo com o primado da “totalidade” haurido em Marx e leituras a ele complementares. Trata-se de igualar-se ao mestre assimilando as “regras da arte” de que ele é o exemplo. Como *homo academicus*, vivem, aliados e rivais, permanentemente a “discussão teórica como resultado do papel professoral” e, não raro, “considerações epistemológicas transformam-se no objetivo primeiro (...) como se o problema da investigação se solucionasse exclusivamente no

⁶⁹⁹ Praticamente metade do que Florestan Fernandes escreveu foi eliminado e a metade restante presta-se (em comparação com a retirada) ao tom encomiástico, como cai bem a uma editora política. O interesse consiste em assinalar: a publicação completa do texto de 1946, num livro que se liga a sua ascensão como sociólogo, um ano após o início do Seminário não nos parece gratuita, embora seja difícil ter certeza a respeito disso. Considerando apenas o período anterior à aposentadoria compulsória (em 1969), registra-se as seguintes publicações tendo por autor central Marx: em 1946, “Introdução”. *Crítica da Economia Política*. São Paulo: Flama, 1946 – editora trotskista. Em 1948, “Análise sociológica das classes sociais”. *Sociologia*, vol. X, n. 2-3. Em 1954, *Apontamentos sobre os problemas da indução da Sociologia*, publicado como parte II de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, 2ª ed.

⁷⁰⁰ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 212. O ponto é reconhecido de modo circunstanciado pelo filósofo do grupo – quando o tema na prosa não é “por que não chamar Florestan?”: “Florestan Fernandes, naquela época propunha três caminhos para indução sociológica: o funcionalismo, adequado para análises sincrônicas, a compreensão para apreender os sentidos das relações sociais e o método dialético, para apreender processos de mudança. Se nenhum de nós aceitava essa tripartição metodológica, ao menos ela nos alertava sobre a diversidade dos processos de conhecimento e nos colocava diante do desafio de compreender de que modo qualquer reformulação da dialética como método de explicação científica, devia resolver melhor os problemas colocados pelos métodos concorrentes”. José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 116.

⁷⁰¹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 200.

adestramento em manejar conceitos”.⁷⁰² Vale um contraponto que realce isso. Afinal, a valorização da teoria produz, socialmente, ecléticos e empíricos.

⁷⁰² Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 116. Segundo Mariza Peirano, Alfred Métraux escreve em seu diário no dia 12 de novembro de 1951: “Longa conversa com Florestan Fernandes, mais intoxicado do que nunca com suas próprias teorias e metodologias” (*Uma Antropologia no plural*, p. 66). Encontra-se muito além de nossas possibilidades, mas não é questão menor e vale menção e estudo à parte o modo como Giannotti e Florestan Fernandes leram Hegel e Marx nessa empreitada. Uma pista a orientar a observação acima e este hipotético estudo é oferecida por Norbert Elias: “Ao considerar a concepção de Hegel acerca da história universal pura metafísica especulativa, tendemos a esquecer que, não importa o quão fantástica seja sua resposta, o problema ao qual se referia era decididamente diferente daquele que ocupava a mente de seus predecessores e muito similar ao que se apresentaria aos primeiros sociólogos (...) a ênfase não recaía [mais] sobre os modelos imutáveis da natureza e da razão, mas sobre o padrão mutável da história, sobre o desenvolvimento da humanidade.” (“Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”. In: Federico Neiburg, Leopoldo Waizbord (orgs.). *Escritos e ensaios I*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 187). Para remeter ao que chegamos, de modo sintético: do mesmo modo que Giannotti foi obrigado a lidar com a Sociologia para encontrar o lugar da Filosofia na modernidade, Florestan teve que se ver com a herança filosófica para delimitar o espaço da Sociologia e os textos privilegiados – mas não únicos – para se observar como o fez, são aqueles em que trata de Marx. Atestando o que dissemos a respeito das duas versões de Marx para Flama e para *Ensaaios*, sanamos a curiosidade de um possível leitor empático. A seqüência mais extensa eliminada pela editora dedica-se a relação entre Karl Marx e seus predecessores – Hegel e Feuerbach, baseando-se em considerações de Hans Freyer, e sua “tentativa de fundamentação filosófica da Sociologia” (“Marx e o pensamento sociológico moderno”. In: *Ensaaios de sociologia geral e aplicada*, p. 309, sublinhado nosso, e também os seguintes). Num tom de entusiasmo e autoconfiança: “quem conhece o processo de desenvolvimento intelectual de Marx sabe que o problema não é o grau de influência de cada um, isoladamente, mas como se operou a transição de Hegel a Feuerbach e a posterior superação das duas posições”. (Idem, p. 310). Quer o jovem sociólogo de 26 anos, quando escreveu para flama, e de 39 anos, quando publicou novamente, chamar a atenção para o “clima do pensamento moderno propriamente falando. Refutando, ao mesmo tempo, as explicações do comportamento humano dadas pelo ‘materialismo contemplativo’, de Feuerbach, ou pelos sobreviventes do historicamente superado ‘materialismo mecanicista’, Marx apresenta uma nova interpretação do homem, de sua posição diante da natureza e na História, de sua vida em sociedade, dos móveis da ação humana e do desenvolvimento das formas sociais no tempo. O historicismo de Hegel e do homem abstrato de Feuerbach desaparecem, cedendo o lugar a duas realidades: o homem tal como existe concretamente e a História como produto de sua atividade organizada e orientada socialmente. Num trecho magnífico, Marx situa-se diante dos dois problemas: ‘A História não faz nada... Acima de tudo, é o homem, o homem real e vivo quem faz tudo isso e realiza combates; estejamos certos de que não é a História que se serve do homem como um meio para realizar – como se ele fosse uma pessoa particular – seus próprios fins; não é mais que a atividade do home que persegue seus objetivos [trata-se de trecho d’A Sagrada Família, citada em espanhol]. O estudo de como os homens realizam coletivamente os seus objetivos vai constituir uma das principais tarefas de toda sua vida; a outra dedicava à própria orientação racional daquela atividade (participação dos movimentos operários, transformação do Socialismo Utópico em ‘Socialismo Científico’, etc.). Nesta introdução, dada a natureza da obra apresentada, interessa-nos apenas a primeira questão, embora, como se verá adiante, seja impossível separar o aspecto teórico do aspecto prático do Marxismo. Antes de prolongar a análise, todavia, seria conveniente fazer um breve resumo da filosofia de Marx, cuja essência não poderia estar contida em sua simples localização histórica. A dificuldade da empresa reside na natureza dos escritos de Marx e Engels, que não lhes permitiu a sistematização de suas concepções filosóficas. Uma tentativa de sistematização muito útil, apesar de um tanto incompleta na análise da superação do hegelianismo por Marx foi levada a efeito por Sidney Hook.” (Idem, p. 314). Florestan parece se preocupar, sem a denominação que se tornaria a coqueluche, posteriormente, com o “jovem Marx”. Os últimos sublinhados destacam a “cobrança” implícita, típica de um impulso *scholar* – a busca do sistema filosófico, no final das contas, nada mais nada menos do que o ponto que permitiria a qualificação da obra como filosófica e encaminharia algumas discussões de Giannotti no seminário. Difícil saber se o filósofo leu esta versão do texto. Porém, sabe-se, Florestan o leu atentamente, como demonstra o convite feito para que escrevesse a “Introdução” de “Marx/Engels-História”, na coleção Grandes Cientistas Sociais, no centenário de morte de Marx; e a bibliografia de *A natureza sociológica da Sociologia*, em que o filósofo comparece no item “Sociologia e marxismo”, com o capítulo 2 de *Origens da dialética do trabalho*, “Primeira crítica da Economia Política”.

*

Bumerangue

Em 1943, Antonio Candido acompanhou a visita organizada por Roger Bastide à cidade de Tietê, com o objetivo de ver um batuque e colher dados para tese de Lavínia Costa Vilela. Ele ficou alguns dias a mais que os colegas, analisando a repercussão do ocorrido entre os grupos e tentou relacionar “a aceitação ou não da festa com a estratificação social; a classe mais alta e a mais baixa aprovaram o batuque enquanto a classe intermediária, preocupada com a possibilidade de ascender socialmente envergonhava-se do ocorrido” – e, de outra parte, uma camada heterogênea tendia a manter a certa autonomia de juízo, os intelectuais. Antonio Candido mostrou a Florestan, que lhe disse: “Isto aí é Mannheim, por que você não citou o Mannheim?”. E ele respondeu: “uma vez posta em circulação as idéias são de todos”. A malandragem, reconhece, deve-se ao fato de que “quando se é moço”, tem-se “vergonha de confessar e Mannheim era a grande moda daquele tempo”, por isso “despistei”. Mas, curioso, “fui pegar Mannheim (...) e vi que se tratava de uma das idéias básicas de *Ideologia e utopia* (...) cheguei a conclusão parecida por uma via puramente empírica, como é de meu feitio”.⁷⁰³

Em 1974, alguns filósofos lançaram o periódico *TRANS/FORMAÇÃO*, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.⁷⁰⁴ Uma de suas seções era dedicada a entrevistas, “Sobre o trabalho teórico”. Os sabatinados iniciais foram: Antonio Candido e José Arthur Giannotti, no número primeiro; João Cruz Costa e Florestan Fernandes, no segundo. A primeira pergunta endereçada a eles era: “Como interpreta a sua produção teórica? Haveria um projeto comum ou uma ‘linha-mestra’ que a

⁷⁰³ Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em *A tradição esquecida*, p. 161. Abundam os exemplos, sendo digno de nota que esta parece ser a providência inicial do crítico – afastar-se das elucubrações teóricas, como se estivesse se defendendo de possíveis investidas, cientes do valor que “teoria” passa a ter entre as gerações vindouras. “A primeira coisa a ser dita é que minha atividade intelectual é de cunho muito empírico; basta ler os meus escritos para ver que não tenho vocação para a abstração, não tenho cabeça filosófica. A minha tendência é a de todo o nosso grupo na Faculdade: fomos animados pelo que denominei ‘paixão pelo concreto’.” (Idem, p. 126). Esta esquivia implica o sentimento de delegação da tarefa em outros, que procuram desentranhar o miolo teórico das análises, evidente no esforço de Paulo Arantes em distinguir o emprego do termo dialética em Antonio Candido em *Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁷⁰⁴ Dois anos depois, oficialmente, um dentre os *multicampi* da Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Cf. Marcia Tosta Dias. “Unesp: criação e reforma”. In. MARTINEZ, Anna Maria Corrêa. (org.). *Unesp 30 anos*. São Paulo: Unesp, 2006.

percorre? Teria havido rupturas, cortes epistemológicos? Quais e em que momentos?”⁷⁰⁵

Antonio Candido respondeu: “eu não seria capaz de distinguir ou de definir a ‘linha teórica básica’ de minha atividade, porque a considero regida por preocupações muito empíricas. Sempre tive a tendência para o concreto e as situações como se apresentam. Talvez, em parte, devido à atividade precoce de crítico literário de jornal, tendo que falar semanalmente das obras que apareciam.”⁷⁰⁶ Giannotti, por sua vez, soltou: “Vamos à primeira parte da questão. Linha mestra..., diria, muito mais, uma obsessão. Já em meu primeiro trabalho, me ocupei com o empirismo (...) No fundo reside a obsessão da recusa do empirismo, a idéia fixa a respeito do universal, do conceito cuja constituição não se liga exclusivamente à semelhança. (...) No que diz respeito à segunda parte, não creio que tenha havido qualquer corte epistemológico, pois desconfio muito desse conceito.”⁷⁰⁷ João Cruz Costa respondeu: “Meu projeto teórico? Não sei, não: creio que nunca o tive” Depois de contar seu trajeto, conclui: “não houve, pois, nada de especulativo nos meus desígnios. Ao contrário: as minhas intenções eram práticas.”⁷⁰⁸ Já Florestan Fernandes: “pelo que sei, só Comte sabia o que ele ia fazer durante todo o resto da vida”, “as preocupações teóricas de qualquer intelectual (...) “se alteram ao longo do tempo”.⁷⁰⁹ O ensino que teve na FFCL-USP enfatizava o “aspecto teórico do trabalho” e isso não implicava orientação “para as técnicas através das quais se faz análise e a crítica das descobertas, ao mesmo tempo que se procede à síntese”, pois “não havia curso de técnicas e métodos aplicados à investigação e, muito menos, cursos de técnicas e métodos aplicados à parte lógica e de construção da inferência (indução, dedução, etc.). Esses cursos surgiram mais tarde, igualmente por influência nossa [de sua parceria com Candido].”⁷¹⁰

O contraste é notável. Enquanto Antonio Candido e João Cruz Costa declinam da pergunta a respeito do pendor teórico, José Arthur Giannotti e Florestan Fernandes mergulham nela. Questionam os termos em que ela é feita – Giannotti “desconfia” do

⁷⁰⁵ São sutis as variações desta pergunta, não alterando o sentido dela para nosso argumento.

⁷⁰⁶ Antonio Candido. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 1, 1974, p. 1.

⁷⁰⁷ José Arthur Giannotti. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 1, 1974, p. 25.

⁷⁰⁸ João Cruz Costa. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 2, 1975, p. 87-88.

⁷⁰⁹ Florestan Fernandes. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 3 (publicação em livro da entrevista do sociólogo em *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 2, 1975).

⁷¹⁰ Florestan Fernandes. *A condição de sociólogo*, p. 7-8.

“conceito” de “corte epistemológico” e Florestan reconstitui os dramas do ensino de teoria, da dificuldade de articulá-la com pesquisa, diferencia-a de “história das idéias”, para, só então, passar a responder a pergunta, com numerosas ponderações⁷¹¹ – mas não a pergunta; e o tom professoral, no caso deles, faz da entrevista, espécie de aula. No mesmo número (1), a distância entre Candido e Giannotti se estabelece em torno da rejeição do “trabalho teórico” e da obsessão pelo rechaço ao trabalho empírico, respectivamente. Em números diferentes (1 e 2), as afinidades cruzadas ficam patentes: Antonio Candido/João Cruz Costa; Giannotti/Florestan – objetivando as etapas de formação individual, construção de seus respectivos grupos e alicerce do capital social para tanto na posição com relação à teoria.⁷¹² Os dois primeiros são amigos leais e possuem afinidades quanto às concepções “empíricas” em suas áreas.⁷¹³ A segunda dupla, por mais afinidades que tenha, manifestam-na em registro da rivalidade.⁷¹⁴ Sina das áreas em seu tempo – mais ou menos profissionalizado. Sina da origem e trajetórias sociais, a azeitar sempre as relações, algumas tanto mais afetuosas quanto mais estreitas, outras, tanto mais vincadas quanto mais esgarçadas pela hostilidade. Dimensão de Florestan Fernandes indiscutivelmente importada para o Seminário, e não apenas por meio de seus sociólogos.

No quadro dos mestres, discípulos, áreas e amigos: Giannotti e Florestan, afins, e Fernando Henrique – sob dupla coerção teórica. Cruz Costa, mestre *institucional* de Giannotti, não lhe cobra pendor teórico, mas este o desenvolve – parcialmente sob

⁷¹¹ “o que se entendia por teoria, realmente era um ensino altamente abstrato e que levava os estudantes a trabalhar principalmente com idéias. Quando se falava em teoria, o que se pensava era mais em história das idéias, ou, então, em balanços críticos em certa área de trabalho”. (Florestan Fernandes. *A condição de sociólogo*, p. 8).

⁷¹² Já indicado o privilégio das relações de Cruz Costa, em contraste com Florestan Fernandes; as vantagens delas, no caso de Candido, para a montagem da área de teoria literária, são reconstruídas e analisadas no capítulo 4.

⁷¹³ Nesse sentido, é a díade que estabelece com ele, e não apenas de Cruz Costa, que caracteriza Antonio Candido, ao afirmar: “creio que desconfiava da especulação pela especulação e tendia à análise das situações concretas, o que o arrastou para a perspectiva histórica”; “para alguns foi companheiro, amigo e modelo”. (“Lucidez de Cruz Costa”. In. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 186, p. 188). Já Giannotti diria, a respeito de Cruz Costa historiador: “Como não detectar na história das idéias no Brasil de João Cruz Costa uma mistura de boa investigação empírica com um historicismo descosido?” (“Recepções de Marx”, p. 118).

⁷¹⁴ “Nessa época, Florestan escreve um livro muito ruim...” (José Arthur Giannotti. Depoimento. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 321). A tomada de distância de Giannotti envolve também a “geração between”. Obviamente, ele o localiza junto aos professores de seus colegas, ao lado de Cruz Costa e de Antonio Candido. E a respeito do sociólogo afirma: “Como não deixar de ver essa confusão [ciência e ideologia] nas obras de Florestan Fernandes: de um lado, seus maravilhosos estudos sobre a sociedade Tupinambá e sobre os negros o Brasil, e, de outro, suas elucubrações metodológicas distribuindo em nichos diferentes processos indutivos contraditórios?” (“Recepções de Marx”, p. 118).

influência da hegemonia da Sociologia I. Porém, Giannotti é “teórico” para os amigos/cientistas e para o mestre/ensaísta. Não era o que confessava a João Cruz Costa? “O senhor tem birra [dos sociólogos]”, mas eu os prefiro às “imitações e as poses dos físicos e dos matemáticos”, pois “são os únicos que tentam uma ‘consciência científica’ da nossa realidade”.⁷¹⁵ Em contrapartida, Roberto Schwarz fica exposto, neste sentido, a duas modalidades diversas – pendor empírico de Antonio Candido e teórico de Giannotti. O historiador Fernando Novais apresenta-se, neste quesito, em posição similar à de Fernando Henrique Cardoso: sob influência em sua área, via Eduardo D’Oliveira França, da reflexão teórico-metodológica, e, no seminário, de Giannotti. E, no entanto, por serem Literatura, Crítica Literária e Historiografia, domínios anteriores à institucionalização de feito universitário moderno, em posição similar à de Candido/Schwarz, obrigado a estabelecer um diálogo com a tradição que o distingue nesse quadro. Vistos na linha horizontal, acima do seminário, dois catedráticos dos seminaristas, com rede social de apoio poderosa, são esquivos à teoria (Cruz Costa/Candido); os dois outros, com apoio titubeante ou rarefeito, defendem-na, acordes com as possibilidades de suas disciplinas.⁷¹⁶ Feito o contraponto, matizemos agora, no tempo.

Da viagem de 1943 à entrevista de 1974, permanece a reserva de Antonio Candido com relação a teoria e a busca pela afirmação do valor da análise empírica. Entre uma e outra, há seu doutoramento – *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista (1954)* – e a livre-docência de Florestan Fernandes – *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia (1953)*. No juízo de Mariza Peirano, é provável que a primeira “tenha sido recebida de forma ambígua, no mínimo, na medida em que enfatizava mais a etnografia que a análise teórica”.⁷¹⁷ Ele nos parece tanto mais certo quando se considera o padrão que a segunda inaugura, qual seja: coroar as titulações anteriores à conquista de cátedra, com uma tese a respeito de teoria e método, *após* tê-los manejado na análise dos materiais “empíricos”.⁷¹⁸ Segundo Luiz Carlos Jackson, em *Parceiros*, “a

⁷¹⁵ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 13/01/1957.

⁷¹⁶ Cf. Primeira seção deste capítulo e os capítulos 3 e 4.

⁷¹⁷ *Uma Antropologia no plural*, p. 34.

⁷¹⁸ O leitor talvez pudesse nos sugerir que a “carreira paralela” na Crítica Literária, de Antonio Candido, obrigasse a considerar aqui seu trabalho a respeito d’*O método crítico de Silvio Romero*. O exame apresentado no capítulo 4, acreditamos, explica a razão pela qual não o fizemos, preferindo contrastar aqui as linhas de força da Sociologia – entre sociólogos; e lá, o ziguezague dos destinos mistos.

associação de autores” – Marx d’*A Ideologia* figura ao lado de Robert Redfield, Audrey Richards, Claude Lévi-Strauss, Malinowski, Sérgio Buarque de Holanda – “causou certa polêmica”.⁷¹⁹ Em declaração dada a ele, o próprio autor defende-se: “ouvi dizer, [que havia críticas quanto a] eu ter misturado autores tão díspares, penso que não cabem, porque toda tentativa de síntese parte necessariamente de elementos díspares. O importante é chegar a um ponto de vista integrado, harmonioso e realmente explicativo (...) pensando bem, Marx também poderia sofrer reparos pelo fato de haver misturado Hegel, Ricardo, Adam Smith, Malthus, economistas liberais e socialistas franceses.”⁷²⁰ Dito de outro modo, à época da defesa e da publicação, o avanço da discussão teórica se fazia sentir, talvez a demanda por “ser [exclusivamente] marxista”, estivesse, nesta esteira, em sedimentação.⁷²¹

Parece correta a assertiva segundo a qual a taxonomia que os concorrentes produzem uns sobre os outros é indicativa de que todos se concebem na disputa. Estando um agente incontestavelmente consagrado – e, portanto, fora do jogo – a emissão do juízo fica fora da dinâmica competitiva. Parece ser o caso de José Arthur

⁷¹⁹ Em seu juízo, este não é um “problema metodológico do livro. A presença de Marx, restrita à teoria da história da *Ideologia alemã*, afirma a preocupação histórica nos *Parceiros* e direciona a análise para o nível da produção dos meios de vida e sua transformação.” Luiz Carlos Jackson. *A tradição esquecida*, p. 51. Com efeito, o analista torna matizados, os absolutos que se prestam à disputa entre os agentes.

⁷²⁰ Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em *A tradição esquecida*, p. 141.

⁷²¹ Digno de nota e de pesquisas futuras: a relação de Antonio Candido com a “dialética” e o marxismo poderia considerar – assunto de interesse para o estudioso da cultura acadêmica paulistana – as circunstâncias em que o crítico *produziu* outros “dialéticos”. Tem sido matizada a formulação de Antonio Candido a respeito da “geração de 1930”, encontrada do prefácio de *Raízes do Brasil*. Para Bernardo Ricúpero, a unidade que estabelece entre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. pode ser vista também como a unidade do “leitor” Antonio Candido. Leopoldo Waizbort chamou atenção para o conjunto de autores e trechos editados da primeira edição/versão de *Raízes*. E o sentido dos mesmos, como ele mostrou, auxilia a localizar no *tempo* o prefácio de Antonio Candido. (Ambos: Seminário Intermediário GT Pensamento Social da ANPOCS, 17/03/2009). Nesta esteira, talvez fosse o caso de se lembrar que *Raízes* recebeu de Candido um prefácio em 1963 e o mais conhecido, de delimitação daquele trio, em 1967 – no qual, além da “geração de 1930”, o crítico sugere um Sérgio Buarque “que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana”, e não opta “por um deles (...) mas pelo jogo dialético entre ambos” – os tipos ideais (Weber) – idéia não ausente quatro anos antes, mas timidamente acenada no último parágrafo, e prestando-se antes a uma referencia ao valor do ensaio como método do que à dialética como forma. (Respectivamente: “Prefácio”. In. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 239-240; “Prefácio”. In. *Raízes do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1963, p. XI). Difícil supor o emprego inocente de “dialética”, em pleno 1967, na qualidade de relator das Paritárias, para qualificar obra/autor, ligado à sociabilidade da FFCL-USP (Sérgio Buarque de Holanda era catedrático de História da Civilização Brasileira, cf. cap.3). Trata-se de indício irrefutável do quanto estava interessado em ligar-se à grade de valores da “esquerda universitária” – cujos rumos vão lenta e imperceptivelmente se distanciando do marxismo universitário que caracterizamos, ainda que dele seja herdeiro. Dispensável dizer que esta observação não quer afirmar ou duvidar a correção dos juízos, mas localizá-lo em sua ambientação histórica. (Sobre as paritárias e participantes: CUNHA Luiz Antonio. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 2ª ed, p. 142-143). Não é destituído de interesse que este prefácio (1967) afirme a *dialética entre os tipos ideais* e não tenha sido qualificado de “ecletico”. Tentamos trabalhar adiante este ponto.

Giannotti – na promotoria da lógica contra o ecletismo – avaliando *Parceiros*, quando Candido já pertence a categoria dos intocáveis em matéria de consagração, e em franca divergência do registro acima indicado, da recepção, quando o autor era concorrente. Em relação a Cruz Costa e Florestan, Antonio Candido era “uma exceção, mas naquele momento, seu período de sociólogo, o âmbito de sua obra ainda era muito restrito. Mas enquanto ele puxava o fio da formação da literatura brasileira, tentávamos abrir caminho para compreender estruturas e sistemas.”⁷²² Para ele, de um lado, havia “Antonio Candido, com a finura tradicional, nos levava até o Rio Bonito; de outro, Florestan Fernandes, que resumia o esquema conceitual em que estávamos metidos”, com seu livro muito ruim, *Teorias da indução sociológica*.⁷²³

O tom elogioso pode retirar um do páreo, e o depreciativo, colocar outro no jogo.

“Ecletismo” consiste em termo que encerra alerta providencial, inibindo o arbitrário de combinações desleixadas. Ponderemos que haja algo tributário do escopo do próprio Karl Marx a embaralhar o quadro. Com efeito, sua obra mescla ciências modernas, teoria e filosofia da história – além da análise da história contemporânea a ele – justamente por não ser concebida sob nenhum desses compartimentos. Parcialmente por conta disso, a discussão a respeito do ecletismo encaminhada segundo o princípio da “pureza” e não do princípio racional a orientar a síntese, estabelecendo critério outro que não a devoção autoral exclusiva para salvar/condenar o que estiver em julgamento, está encalacrada na re-produção irrefletida de etiquetas. Ainda assim, não é destituído de interesse investigar as condicionantes do fenômeno, afinal, “eclético” presta-se a uso social similar ao dos mexericos elogiosos e depreciativos.⁷²⁴ É que, em função da grade de valores intelectuais característica do “sentimento de dialética”, algumas qualificações podem derrubar a respeitabilidade dos agentes, tanto quanto, outras, consagrá-los. Dentre as mais temidas, parece figurar “ecletismo” – muito embora, bem ponderadas as coisas, queira apenas indicar, na maioria das vezes, o oposto de exclusividade/superioridade teórica. Tudo se passa como se adoção exclusiva de Marx fosse fiadora de filiação legítima. Ora, de uma perspectiva relacional, o

⁷²² José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 118. Note-se que o filósofo distancia Antonio Candido em ponto que serve de aproximação da crítica literária à filosofia, cf. capítulo 4.

⁷²³ José Arthur Giannotti. Depoimento. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 321.

⁷²⁴ Sigo a trilha do capítulo 7 (“Observações sobre a fofoca”), de Norbert Elias e John Scotson (*Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Trad. Vera Ribeiro e Pedro Süsskind).

inquisidor e a vítima são construídos socialmente; e “ecclético”, se *localizado no tempo*, pode ser entendido como caixa de ressonância de uma *doxa* sem autoria, alimentada pelo repeteço irrefletido da boca pequena e suas orelhadas, e nada indiferente, portanto, à confecção dos trabalhos – até que se objetivem as relações de força de que ela é sintomática.⁷²⁵

Três constantes são facilmente discerníveis no emprego de “ecclético” – ao menos considerando nosso material. É um expediente comum da disputa disciplinar, em fases nas quais os terrenos são delimitados na órbita legítima de referências teóricas – e o contraste dos juízos acima indicados, a respeito de *Parceiros* é exemplar, especialmente tendo em vista a constância da autodefesa de Antonio Candido.⁷²⁶ Em segundo lugar, assume, no limite, feição caricata, quando Marx entra na discussão, como fica patente na declaração supracitada de Antonio Candido, e, não por acaso, também em Florestan Fernandes – que, em tom de autodefesa, retoma o princípio de validade de cada vertente teórica *pari passu* o jeito afoito de os novos se afirmarem: “às vezes eu tinha vontade de rir por dentro. Na pesquisa sobre a empresa industrial, por exemplo, alguns elementos mais jovens opuseram tenaz resistência a certas ‘técnicas’ tradicionais, como o estudo de caso”.⁷²⁷ Tendo influenciado os jovens de modos distintos, vale dizer, ambos defendem-se do pendor teórico *tal como ele vai se estabelecendo*. O crítico, repondo o acento no processo e resultado das análises – parece tomar distância tanto do marxismo quanto da feição filosofante dele.⁷²⁸ Florestan, particularizando o uso das teorias e métodos em função da natureza dos objetos no interior da disciplina que lhe interessa – a *Sociologia*. João Cruz Costa não deixa de

⁷²⁵ Segundo José de Souza Martins, as “mesmas restrições feitas vagamente a essa linha de interpretação de Antonio Candido eram feitas com muito mais severidade ao também suposto ecletismo teórico de Florestan Fernandes, sobretudo porque ele incorporara Marx em sua sociologia” (Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em *A tradição esquecida*, p. 211). O conhecido comentário de Gabriel Cohn, em evento que homenageou Florestan Fernandes, intitulado “Ecletismo bem temperado” não deixa de ser uma defesa do mestre contra tais restrições, na medida em que esboça uma tentativa de amarrar por dentro a coerência do constructo. (“O ecletismo bem temperado”. In.: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987).

⁷²⁶ Do mesmo modo, vale assinalar, a “polêmica” do *marxismo contra Bourdieu*, atualmente. Cf. “Introdução” deste trabalho.

⁷²⁷ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 192.

⁷²⁸ Antonio Candido procura se desvencilhar tanto da pecha de marxista quanto da de “teórico”, por vezes, simultaneamente. Quando indagado a respeito dos *Manuscritos econômico filosóficos*, responde: “Nunca os li. Eles foram divulgados posteriormente. Li muita coisa de Marx na mocidade, mas no livro o que mais está presente é a *Ideologia Alemã*, que me impressionou profundamente devido ao relevo que dá aos meios de vida como fator de sociabilidade, e ao trabalho como fator de humanização, de possibilidade do homem se definir em face da natureza.” (Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em *A tradição esquecida*, p. 140).

cutucar: contrapõe-se aos “jovens turcos”, por ter preocupações práticas, ao passo que eles são muito “especulativos”.⁷²⁹

Por fim, praticamente todos os acusadores de ecletismo também são acusados dele. A começar, por Florestan: “meus professores não tentavam encaminhar os estudantes para a Sociologia, a Economia, a Filosofia ou a Estatística. O ensino era eclético”. No interior de seus objetivos, a combinação a ser evitada: domínios disciplinares antes de distingui-los. Fernando Henrique Cardoso foi indagado, a respeito de sua tese de doutorado – escrita contra o ecletismo de Florestan – ser ou não eclética.⁷³⁰ Giannotti já se sentiu obrigado a dizer: “não sou dado ao ecletismo, nem estou procurando fazer média.” À primeira vista, seria ironia do destino que o próprio filósofo fosse convocado sistematicamente a se explicar por conta de suas combinações autorais e vertentes filosóficas inusitadas.⁷³¹ Por sua vez, ainda que caminhe entre as reservas e a atração pela teoria, a historiografia não passaria incólume a inquisições de princípio – fundamento dessa linha de fogo. Numerosas vezes Fernando Novais foi convidado a dar explicações a respeito de “como foi possível” aproximar marxismo e *Annales*.⁷³² Também o crítico literário Roberto Schwarz foi posto contra a parede ao publicar *Um mestre na periferia do capitalismo*.⁷³³

⁷²⁹ João Cruz Costa. Entrevista. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 2, 1975, p. 89.

⁷³⁰ “Apesar desse ecletismo, relendo seus textos hoje dá a impressão de que a questão da dialética marxista o absorvia” (Pergunta feita a Fernando Henrique Cardoso. Retrato de grupo, p. 25).

⁷³¹ “Comentários de José Arthur Giannotti”. In. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 19, 1985, p. 59. Melhor inventário – e o tom do texto não é indiferente ao efeito que o filósofo parece querer causar no leitor – dessas combinações inesperadas há que o balanço de Paulo Arantes: “vinha (ele) dando um jeito de introduzir a ontologia na perspectiva neo-transcendental de Granger, que aliás era a sua. Agora a isenção recomendada pelo estruturalismo historiográfico não o impedia de julgar improcedente o ponto de vista empirista em lógica – além do mais, discretamente apoiado nos raciocínios de Husserl, outra heresia por adesão doutrinária. A essa intenção crítica juntava-se uma curiosa argumentação metafilosófica acerca da impermeabilidade do empirismo ao referido método historiográfico, pois uma das regras do dito sistema não lhe permitia vir a ser objeto do seu próprio discurso filosófico. Noutras palavras, não há arquitetônica gueroultiana na ausência de um discurso autônomo regulado por uma clara consciência filosófica de si mesmo. Não por acaso Giannotti esqueceria estas incompatibilidades na hora de abordar os enunciados de O Capital, que em matéria de consciência filosófica autônoma era igualmente pouco ortodoxo. (...) Pois foi a este lógico husserliano, discípulo heterodoxo da epistemologia de Granger, que coube conduzir a análise metodológica de O Capital no Seminário Marx”. (*Um departamento francês de ultramar*, p. 247). Como procuramos indicar no capítulo anterior, já em 1967, um ex-aluno lhe cobrava a aderências aos procedimentos adequados à linha de pesquisa de análise dos sistemas filosóficos, lógica ou história da filosofia.

⁷³² Tentamos desembaraçar o nó criado por fração da geração seguinte, valendo-se dos meios dos próprios historiadores: por meio da paciente reconstituição da história da cadeira de História da Civilização. A assertiva baseia-se nesse trabalho, cf. capítulo 3.

⁷³³ “Eu era um estudante de filosofia quando ouvi um professor [das novas gerações frankfurtianas] reclamar do ‘ecletismo’ do livro, da falta de distinção entre o sentido preciso de categorias adornianas, benjaminianas e lukacianas, para não dizer da incorporação de Brecht, um autor eminentemente avesso à especulação filosófica.” (Jorge de Almeida. “Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo

O leitor atento às datas dos materiais não terá deixado de notar que “outras inquisições” caracterizam o espaço das identificações possíveis e de interesse dos agentes – no que se refira a ecletismo. É preciso apreendê-las, a um só tempo, localizando a etapa da profissionalização e a geração que se liga a ela. Ao menos entre os agentes a que nos dedicamos, “eclétrico” sinaliza uma posição não apenas a ser desqualificada, mas ultrapassada – pela “nova” geração, mais especializada e com mais domínio da teoria/teórico(s) que presta(m) tal serviço. Não parece casual que a posição de vítima/acusada seja sempre ocupada por alguém mais velho, formado em fase menos avançada do processo de especialização.

Assim, a leitura de Karl Marx realizada pelo Seminário é mais profissionalizada e especializada do que aquela que realizou Florestan Fernandes – pelas competências lingüísticas e disciplinares mobilizadas – e parece estar aí um dos fundamentos pelos quais decretam o “ecletismo” do mestre, de modo que “não se colocou com força a idéia de assimilação integrada das diferentes contribuições dos clássicos, antes basilar”.⁷³⁴ Em contrapartida, interessado no “Marx sociólogo”, “em nenhuma ocasião [Florestan Fernandes] buscou ser reconhecido como um marxista puro”⁷³⁵ – pois Marx não interessava por si próprio, mas o que ofertava para sua análise. A respeito desse ponto, vale dizer, a despeito das reservas teorizantes, a assertiva vale também para Antonio Candido: “Quero ainda esclarecer que sofri muita influência de Marx, mas nunca me considerei marxista propriamente dito, obrigado a ser coerente com a totalidade de sua filosofia.”⁷³⁶ Assim, em relação ao grupo, Florestan é eclético e Antonio Candido pouco teórico – embora o pólo teorizante do Seminário, não apenas não ouse dizê-lo, como procure aproximar-se dele. Em relação às gerações seguintes, o Seminário é eclético. Muito embora, a acusação se processe em registros diversos. *Em suma, leitura*

engano”. (In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 47). Como a seguir se evidencia, estamos de acordo com a observação a respeito: “... buscaríamos em vão... ensaios de Schwarz sobre Adorno e outros teóricos dessa tradição... Levando a sério o ‘primado do objeto’, o debate com esses autores deixa de se estabelecer em um confronto abstrato de abordagens e sistemas, encontrando enfim seu lugar na crítica de obras específicas...” (Idem, p. 46).

⁷³⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 206.

⁷³⁵ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 206.

⁷³⁶ Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em *A tradição esquecida*, p. 151. A postura liga-se à sua “paixão pelo concreto, tenho pouca cabeça teórica e tanto em literatura quanto em sociologia a teoria é para mim um instrumento, não uma finalidade. Isso não significa menosprezo. Acho que o intelectual só é eminente quando tem boa cabeça teórica. Eu não tenho e reconheço as minhas limitações. Sou um bom analista e quando fui nomeado professor de literatura privilegiei imediatamente a análise, destacando a realidade do texto, que é para o crítico aquilo que o fato social é para o sociólogo” (Idem, p. 162).

de Marx realizada pelo Seminário é mais profissionalizada do que a de Florestan – fundamento do decreto “ecclético”. Porém o Marx do seminário é menos especializado do que pretendia Florestan que ele fosse. E, por fim, Antonio Candido, Florestan, e os seminaristas estão de acordo: o primado é do objeto, o fundamental é a análise, a teoria é instrumental. Para tanto, com relativa distância do primeiro, convergem os caminhos dos últimos: método e teoria, em devendo ser de domínio de todos, não é área de especialização, nem fim em si, e deve ser submetida à prova dos nove, o rendimento analítico.

Com efeito, nenhum seminarista se “especializou” em Marx.⁷³⁷ De modo que, no empenho dos seminaristas, “não se tratava de perceber as contribuições do marxismo para as Ciências Sociais, mas o caminho poderia ser inverso”. E, se a “assimilação da dialética não fora dogmática, nublava a especificidade da investigação sociológica, por causa do princípio altamente integrado da análise marxista, empreendimento diverso daquele que havia sido caro ao mestre e ao qual ele dedicou grande parte de seu fôlego”⁷³⁸ – a despeito disso, mantinham a âncora do compromisso com o manejo teórico a serviço da análise e explicação dos fenômenos. A especialização intradisciplinar, a emergência da Economia e da Ciência Política em modalidade norte-americana, não autorizariam mais estas realizações, muito embora o clima político favorecesse a disseminação e interesse por autores do marxismo. Realizado o trabalho de legitimação deles no sistema universitário, a especialização em *autores, obras, frações de obras* se tornaria rotineira, e, tão logo, necessária para a aquisição de cidadania acadêmica em alguns nichos. O ponto nos leva ao segundo eixo de relações conflitivas – o embate entre os novíssimos e o ponto em comum entre Florestan-Seminário. Em função da alta especialização, os “velhos”, incontornavelmente, são decretados ecléticos e suas combinações, esquizofrênicas. No limite, separando o dever

⁷³⁷ Parece-nos, aliás, que Giannotti fica prensado entre duas cobranças – esta, da “especialização em Marx”, ao passo que o autor foi para ele um momento na perseguição de um problema, e não um ‘exclusivo’; e outra, do abandono da filosofia pela Economia ou Sociologia (Por mais que o nariz torça para a segunda, é difícil não encontrar esta alternativa no encaminhamento que Paulo Arantes dá aos limites do Seminário-Giannotti, se tivermos a âncora firme no horizonte dos possíveis nos anos 1960. Cf. *Um departamento francês de ultramar*, p. 290). Arriscamos afirmar que a insatisfação de Giannotti com *Um departamento francês no ultramar* não se desvencilha desse ponto (“o que realmente me incomoda o livro de Paulo é sua acusação generalizada de que o método estrutural provoca um vazio histórico em torno do texto?”. “Um livro polêmico”, p. 248). Com efeito, o exame das teses dos seminaristas torna insustentável a assertiva “[trata-se de] um marxismo mais afiado na leitura d’*O Capital* do que na crítica do capitalismo.” (*Um departamento francês de ultramar*, p. 292). Isso ocorre na geração seguinte, apenas, tributária do trabalho de legitimação de Marx como “autor”, mas criadora de outro marxismo, em função das circunstâncias que teve de enfrentar.

⁷³⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 206.

de manejar os autores teóricos em análises a serem defendidas do dever de defendê-los em sua “correção”, “pureza”, o quadro torna-se mais propício para o decreto do ecletismo.

*

Delineado o quadro no interior do qual o Seminário é tributário de Florestan Fernandes, é incontornável pontuar: o “Marx de Florestan”, entre 1958-1964⁷³⁹, não é o mesmo do “Marx do Seminário”, e esta diferença não se esgota no contraponto entre leitura profissional/Seminário e Marx sociólogo/Florestan. Como sói ocorrer, contudo, é patente que entre o grupo e Florestan Fernandes, nesse quesito, mais um ponto de convergência exista, qual seja, legitimar Marx para os estudos sociológicos – o que recoloca a todos na configuração do campo científico. Se o catedrático o faz recortando o âmbito das relações sociais, e o grupo pretende fazê-lo abarcando todas as esferas – tradução do consórcio de disciplinas que o compõe – ambos se localizam no interior do mesmo tipo de trabalho. Em detrimento da combinação dos “três porquinhos”, adequada aos objetivos de Florestan Fernandes; nas teses resultantes do seminário, encontra-se a eleição de *uma referência teórica delimitada e de um problema central que a justifica*: Karl Marx e a formação do capitalismo. Este marxismo buscou construir interpretações de largo alcance a partir do entendimento do centro e da órbita subordinada à etapa de formação do capital, em escala global. No interior desse escopo, outros autores poderiam ser incorporados, de maneira distinta da combinatória de Florestan Fernandes, que buscava integrar autores como Durkheim, Weber e Marx, ligando o uso de cada um aos temas e problemas tratados – não por acaso, ensinados no curso de “Métodos em Sociologia”, objetivo anterior ao privilégio de autor algum. Assim, se “a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do *capital*, cuja órbita era de outra ordem”⁷⁴⁰ – especifique-se: não o procedimento científico, mas certa *combinação* de elementos. Ora, peculiaridade sociológica e história contemporânea eram coordenadas diletas de Florestan Fernandes. Porém, *o eixo sobre o qual as articulava, não era especificamente o do capital* – precisamente o que passa a animar a concepção da primeira obra produzida como fruto do seminário, *Capitalismo e escravidão no*

⁷³⁹ A relação de Florestan Fernandes, parece-nos, muda após seu exílio e procura dialogar com o marxismo encontrado nas teses dos ex-alunos – dimensão evidente em *A revolução burguesa no Brasil* e na “Introdução” elaborada para Marx/Engels-História, na Coleção Grandes Cientistas Sociais.

⁷⁴⁰ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 104-105.

Brasil meridional; é central em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, e orienta Schwarz na leitura que realiza das obras da Sociologia I⁷⁴¹. Evidentemente, daí resulta interpretações não apenas diferentes, mas irreduzíveis, sobretudo no que tange à formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos termos do seminário; e no que tange à formação e desenvolvimento da ordem social competitiva, nos termos de Florestan Fernandes. No interior de suas formulações, as “anomalias” poderiam ser “corrigidas” pelo conhecimento sociológico de nossas especificidades, sustentáculo de uma sociologia intervencionista, base de um dos ramos nos quais subdividia a disciplina, a Sociologia Aplicada. O reconhecimento da especificidade, por parte de Florestan Fernandes, como “anomalia pátria” se ligava a seu projeto de intervenção na direção da formação da ordem social competitiva, para a qual teria papel central as ciências sociais. Se Florestan Fernandes *não via, ainda, na anomalia uma maneira de ser*, mas, mantendo-se nos marcos de seu projeto de realização da modernidade, tendia a reconhecer no “anômalo”, a necessidade de superação, também não punha em dúvida a possibilidade desta, senão a partir de *A integração do negro na sociedade de classes*⁷⁴² (1964) – tese de cátedra, e já ensaiando resposta às teses de seus alunos. A diferença instaurada pelo grupo se justificava: do mesmo modo que a formação, desenvolvimento e expansão do capitalismo subordinava os demais fenômenos, o teórico, por excelência, desse processo subordinava os demais.⁷⁴³ Todos os seminaristas parecem tentar

⁷⁴¹ Tentamos identificar, apresentar e analisar a artimanha da leitura que realiza delas no capítulo 4.

⁷⁴² “Parece-me que a questão crucial resulta do afrouxamento da esperança de Florestan em relação à possibilidade efetiva de o Brasil realizar-se como sociedade moderna, para cujo concurso as Ciências Sociais e a Sociologia em particular seriam fundamentais. Esse processo de reorientação não é facilmente localizável, mas é possível afirmar que já se encontra formulado em *A sociologia numa Era de Revolução Social*, e, em *A integração do negro na sociedade de classes*”. (Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 265). A diferença maior talvez diga respeito ao equacionamento da singularidade e a âncora na aposta de realização plena da sociedade moderna no país. Justamente esta aposta é colocada em dúvida em *Empresário industrial*, por Fernando Henrique Cardoso, de modo representativo em seu encerramento: “No limite a pergunta será, então, subcapitalismo ou socialismo?” Fernando Henrique Cardoso. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964, p. 187. Com efeito, *Empresário industrial* desarranjava o esquema tanto de entusiastas do desenvolvimento quanto de céticos com relação a ele. Dito de outro modo: nem as especificidades impediriam o desenvolvimento capitalista; nem este se daria segundo parâmetros clássicos. No arremate de Roberto Schwarz, sendo as “anomalias” o “arranjo sociológico e político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional”, “nada mais normal do que elas, portanto.” (Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 107). Algumas ponderações creditadas por Roberto Schwarz a Fernando Henrique Cardoso poderiam ser atribuídas a Florestan Fernandes, por exemplo: “E pior ainda, quando enfim suprime a escravidão não é para integrar o negro como cidadão à sociedade livre, mas para enredá-lo em formas velhas e novas de inferioridade, sujeição pessoal e pobreza, nas quais se reproduzem outros aspectos da herança colonial, que teima em não se dissolver e parece continuar com um grande futuro pela frente, o qual é preciso reconhecer, ainda uma vez, como fundados na evolução moderna da economia.” (Idem, p. 106)

⁷⁴³ Cf. Anatomia de tese (seção seguinte); e a seção do capítulo 4 dedicada à leitura que Roberto Schwarz realiza das teses da Sociologia I.

realizar, em suas áreas, este desiderato e seu sucesso dependeu do cruzamento da incorporação da Sociologia, do Marxismo e do momento de “profissionalização” deles, articulado ao de cada área. Não por acaso, a anatomia de tese dos sociólogos assinala o embate da virada desta transição: compromissados com as análises e dotados de profundo entendimento dos textos teóricos tentam eles prestar contas com as duas vertentes.

c. No coração do desterro.

“ só através de ocorrências indisfarçáveis ou dramáticas esse tipo humano se livra da obnubilação inerente ao apego fanático às normas, valores e modelos ideais de organização da personalidade.”
Florestan Fernandes, 1964.⁷⁴⁴

A irrupção da “ilha de Sociologia” no pacato mar da Literatura, coroada com a regência de cátedra, a partir de 1955 – e promovendo o rearranjo docente de seus concorrentes – reproduzia a polarização eles-eu, vivida por Florestan Fernandes, na condição de aluno da FFCL-USP, invertendo, porém, o sinal dela.

No período que corresponde à graduação dele, o grupo *Clima* trazia à cena os primeiros resultados do experimento universitário, rompendo “com a concepção de trabalho e padrão de carreira da geração anterior que tinha um pé na literatura e outro na política”.⁷⁴⁵ *Clima* formou-se em 1939, ao final de um curso de Jean Maugüé, professor do qual os componentes – Antonio Candido (1918); Decio de Almeida Prado (1917); Paulo Emilio Salles Gomes (1916-1977); Lourival Gomes Machado (1917-1967); Ruy Galvão de Andrada Coelho (1920-1990); Gilda de Mello e Souza (1919-2005) – eram admiradores, editou uma revista homônima entre maio de 1941 e novembro de 1944. Amigos e “partes indissociáveis de um grupo”⁷⁴⁶, reciprocamente se produziram, dizendo uns aos outros, quem são e, juntos, a que vieram. O “intenso sentimento de amizade” que os uniu liga-se “às experiências intelectuais compartilhadas na Faculdade de Filosofia e às origens sociais semelhantes”⁷⁴⁷, na base do alinhamento que deu

⁷⁴⁴ A integração do negro na sociedade de classes, vol. II. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2008, p. 486.

⁷⁴⁵ Heloísa Pontes, *Destinos mistos*, p. 14.

⁷⁴⁶ Heloísa Pontes, *Destinos mistos*, p. 149.

⁷⁴⁷ Heloísa Pontes, *Destinos mistos*, p. 150. Os pais de Decio de Almeida Prado, Antonio Candido e Paulo Emilio Salles Gomes eram médicos. Ruy Coelho era filho de advogado. Gilda de Mello e Souza provém de uma família de fazendeiros médios. Lourival Gomes Machado, o menos favorecido, filho de comerciante, oriundo de uma família pernambucana em descenso. Candido, Lourival e Gilda vieram do interior (de Minas, no caso do primeiro e de São Paulo, nos dois últimos casos. (Heloísa Pontes. *Destinos*

suporte para projeto coletivo, instado pela na reação comum aos estímulos do ensino universitário. Assim, “atentos ao que se passava na literatura, no cinema, nas artes plásticas e no teatro, fizeram da crítica o elo de ligação entre a tradição intelectual brasileira, fortemente impregnada pelo ensaísmo, e o estilo acadêmico instaurado pela universidade.”⁷⁴⁸

As afinidades que deram contornos ao *grupo* contrastam com os atributos que conferem caráter ao itinerário *solitário* de Florestan Fernandes e dão ensejo à pesquisa da produção social de seu isolamento – *sentimento constante* do sociólogo, mesmo no auge de sua inserção acadêmica. Origem modesta, que remonta à imigração portuguesa, à desagregação familiar, à trajetória escolar interrompida, filho de pai desconhecido, trabalhando em bicos desde a infância, ele “conheceu por dentro vários dos mecanismos de exclusão social que mais tarde se tornariam objetos de suas agudas análises sociológicas”.⁷⁴⁹ “Sua origem social, somada às dificuldades de toda ordem que enfrentara na infância e na adolescência, dificilmente lhe franquearia o ingresso numa faculdade como a de Direito ou Medicina”⁷⁵⁰ – vale dizer, também o manteria distante daqueles que estavam na FFCL-USP, mas poderiam estar nelas, exceção talvez de Fernando Henrique, de quem de todo modo aproxima-se já na condição de professor.

Vicente – como era chamado, então – trabalhava como garçom, no Bar Bidu, localizado na Rua Libero Badaró, por volta de 1937, quando a instalação do Ginásio Riachuelo na vizinhança aumentou a frequência de professores entre os clientes e eles o estimularam a voltar a estudar. Contando com auxílios vários⁷⁵¹ e superando desestímulos múltiplos, foi o que fez. Ele trabalhava de dia, estudava de noite, enfrentava a “resistência rústica” da mãe, e a “chacota dos colegas, que o ridicularizavam”: “vai ficar o miolo mole de tanto ler”.⁷⁵² No “curso de madureza”,

mistos, p. 150). Tratam-se de jovens de “famílias bem posicionadas socialmente, que puseram o montante de capital cultural e o seu funcionamento a serviço da educação, da realização e da segurança e do êxito pessoal de seus filhos”. (Idem, p. 164).

⁷⁴⁸ Heloísa Pontes, *Destinos mistos*, p. 174.

⁷⁴⁹ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 165.

⁷⁵⁰ Heloísa Pontes, *Destinos mistos*, p. 171.

⁷⁵¹ Jair de Azevedo Ribeiro e Manoel Lopes de Oliveira Neto auxiliaram na conciliação entre trabalho e estudos. O segundo lhe arranhou novo emprego, no Laboratório Novoterápica – no qual começou como entregador de amostras e chegou a chefe de seção de materiais – que conciliaria com a assistência da Sociologia II. (Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 147).

⁷⁵² Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 147.

descreve ele, “pela primeira vez, uma inserção social basicamente harmoniosa”⁷⁵³, promovida por objetivos e dificuldades em comum, criando “um mundo novo, em que os professores e as lições não seriam o único eixo”.⁷⁵⁴ O espaço escolar propiciava o encontro, mas os vínculos se estreitavam por aspirações comuns, e logo o Riachuelo, foi como um “segundo lar”.⁷⁵⁵ Ele e os amigos formaram um grupo de estudos reunido “depois das aulas, até bem tarde”, numa “dura rotina”, e também aos sábados e domingos.⁷⁵⁶ Por volta de seus vinte anos, Vicente descobria “uma nova forma de companheirismo, no qual a amizade era um fim em si e para si; o dar e tomar não eram parte de uma luta, de um confronto com os outros”, como em sua infância vivida entre a rua e uma socialização escolar caracterizada pela violência “que minava nossa cultura de machões em potencial”.⁷⁵⁷ Na época dos exames finais, prontos e ansiosos os rapazes humildes, uma “novidade amarga” os abateu: a distribuição das provas em cidades do interior impedia a participação deles todos – que trabalhavam e não podiam se ausentar da cidade. A intervenção de um colega que contornou o problema; porém, não fosse a solidariedade a multiplicar a força que somavam, e que sozinhos, jamais teriam, Vicente, que se sentia reprovado antes mesmo dos exames, e outros, teriam desistido.⁷⁵⁸ A travessia difícil, superada, lhe deu alguma confiança. “Sem querer, descobri algo dentro de mim de que jamais suspeitara.”⁷⁵⁹ Declinando da idéia de estudar engenharia – que exigia dedicação integral – e por influência de Luis do Amaral Wagner⁷⁶⁰, tio de Mario Wagner Vieira da Cunha, professor primário comissionado da FFCL-USP, decide cursar Ciências Sociais nesta instituição, e entra, em quinto lugar no vestibular, em 1941. Porém, nesta instituição, os “professores e as lições” foram seu “único eixo”, ao contrário do que fora o *Riachuelo*. As “dificuldades propriamente escolares e de formação” – deficiência em língua estrangeira, aprendizado tardio – não eram

⁷⁵³ Sylvia Gemignani. *Destino ímpar*, p. 61.

⁷⁵⁴ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 148.

⁷⁵⁵ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 149.

⁷⁵⁶ O diretor, Benedito de Oliveira, dava a eles a chave do prédio aos fins de semana. O “cenáculo” foi animado por Jussieu da Cunha Batista, cujo avô era da Academia de Letras do Piauí, e apresentaria em breve Florestan aos trotskistas. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 153.

⁷⁵⁷ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 146.

⁷⁵⁸ A avaliação é dele: “eu próprio, afinal de contas, poderia ter desistido não fosse o grau de coesão que o nosso grupo adquiriu” (“Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 153).

⁷⁵⁹ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 153.

⁷⁶⁰ Informação retirada de Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 168.

compartilhadas e “somaram-se aos problemas de sociabilidade com os colegas”⁷⁶¹, que, “se não se revelaram hostis, também não abriram as comportas do seu ‘círculo’.”⁷⁶² Separado dos iguais/alunos, Florestan compensou seu isolamento indo em busca da estima e atenção de não-iguais: os professores.

Maugüé o impressionava – mas não o procurou; Antonio Candido o seduzia – também tentou se aproximar dele.⁷⁶³ Mas somente por meio de “contactos mais lentos e, na verdade, provocados por mim”, obteve sucesso junto a Roger Bastide.⁷⁶⁴ Como os provocou? Seu primeiro trabalho, escrito como aproveitamento do curso de Bastide, tinha como tema a “crise da explicação causal na sociologia”. Recebeu quatro e meio de nota e “comentário piedoso”⁷⁶⁵: “esperava uma dissertação, não uma reportagem”.⁷⁶⁶ A alternativa não deixava margens de dúvidas: desistir ou se empenhar com voracidade. Ficou com a segunda. No semestre seguinte, com o “alvorço do primeiro amor”⁷⁶⁷, elaborou um trabalho sobre o folclore, assunto para o qual sua “experiência de vida tão recente” favorecia a coleta de dados. O entusiasmo não foi pouco, converter a difícil vivência citadina em aproveitamento intelectual certamente o animou, de modo que fez “um levantamento e uma análise que estavam acima do que se poderia esperar de um trabalho de aproveitamento e, em particular, de um estudante do primeiro ano.” Recebeu, porém, nova bordada: uma nota nove, com o comentário: “foi longe demais no tratamento sociológico do folclore.”⁷⁶⁸ Lavínia Costa Vilela substituiu Bastide, na

⁷⁶¹ Heloisa Pontes, *Destinos mistos*, p.144.

⁷⁶² Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 159.

⁷⁶³ Florestan Fernandes escreveu quatro resenhas sobre trabalhos de Antonio Candido, todas publicadas no Jornal de São Paulo: “Nova Geração” (09/09/1945); “Os rodapés” (16/09/1945); “Brigada Ligeira” (23/09/1945); “O método crítico de Sílvio Romero” (30/09/1945). A leitura delas permite concluir que Florestan Fernandes acompanhava *Clima* e, em particular, os escritos de Antonio Candido. Rodrigo Ramassote dividiu comigo este material e lhe sou grata por isso.

⁷⁶⁴ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 159. Nem sempre o vetor da eleição magistral é unívoco. É possível supor que a certa altura das relações entre Florestan Fernandes e Roger Bastide, a reciprocidade eletiva sobrepôs-se à iniciativa do aluno, em particular, no episódio da insistência por sua participação na pesquisa da Unesco.

⁷⁶⁵ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante.”, p. 157.

⁷⁶⁶ “Reuni como me foi possível a bibliografia acessível na Biblioteca Municipal e na Biblioteca Central da Faculdade”. Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 161.

⁷⁶⁷ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 161.

⁷⁶⁸ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 161. Uma apresentação da questão do folclore em Florestan encontra-se em: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti; Luís Rodolfo da Paixão Vilhena. “Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore”. *Estudos históricos*, v. 3, n. 5, 1990.

ocasião.⁷⁶⁹ Neste mesmo semestre, Paul Hugon, catedrático de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, diferentemente dela, havia se impressionado com o trabalho de Florestan, reconhecendo nele “um ponto de partida para uma tese de doutoramento”. A par das dificuldades do aluno, arranhou-lhe um trabalho junto a Roberto Simonsen, que recusou polidamente.⁷⁷⁰

A reprovação inicial atíçou a dedicação do estudante. A segunda reprovação resultava da avaliação de alguém que não estava no mesmo patamar do mestre francês, envolvia sua experiência social recente na cidade, era, em alguma medida uma resposta ao desagravo da “reportagem”, implicando ênfase na dimensão não só de coleta, mas de análise, e vinha de modo díspar a uma avaliação positiva de docente estrangeiro e em posição superior à de Lavínia, que o havia rebaixado. Essas circunstâncias decerto lhe envolveram da coragem necessária para o lance: procurar Bastide. E a nota logo tornou-se irrelevante, face o interesse do professor no folclore, seu cuidado para com a condição de Florestan, sua indicação para trabalhar com Sérgio Milliet na Biblioteca Municipal, a possibilidade de publicar artigos em *O Estado de S. Paulo*, a intervenção junto a Emílio Willems para publicar na revista *Sociologia*, da ELSP, seu trabalho sobre o folclore.⁷⁷¹ “Bastide tornou-se, daí em diante, o meu principal professor e um dos meus melhores amigos. Hugon e Willems, por sua vez, dispensavam-me a atenção que, naquela época, só se dava aos estudantes de talento reconhecido, que desfrutavam uma posição intelectual ambivalente, a meio caminho entre o amigo, o protegido e o futuro colega.”⁷⁷² Difícil não associar a tal apoio a possibilidade de nesse ínterim “quebrar-se o gelo” com os colegas – que cancelaram sua participação numa espécie de boicote à má qualidade de ensino dos assistentes.⁷⁷³

⁷⁶⁹ Ela era da turma de ciências sociais e políticas de 1935, na FFCL, autora de uma das primeiras teses de sociologia, *Algumas danças populares no estado de São Paulo* (1945). Cf. Nota biográfica encontrada na “Entrevista de Mário Wagner Vieira da Cunha” (Edição final e notas de Fernando Antonio Pinheiro Filho e Sergio Miceli), p. 264.

⁷⁷⁰ O título do trabalho era: “A evolução do comércio exterior no Brasil da Independência a 1940”. Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 160.

⁷⁷¹ Entre as conversões de desvantagens realizadas por Florestan Fernandes, esta é digna de nota. Se os professores estrangeiros “abrasileiraram” os brasileiros, os que, como Florestan Fernandes, não tinham domínio senão da cultura da cidade de São Paulo converteram tal domínio em espécie rara no quadro de afrancesamento geral. Sobre a Escola Livre de Sociologia e Política, ver também: Iris Kantor; Débora A. Maciel; Julio Assis Simões. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de formação. (1933-1953). Depoimentos*. São Paulo: Escuta, 2001.

⁷⁷² Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 162.

⁷⁷³ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 159-160.

Jussieu da Cunha Batista, amigo do Riachuelo, trabalhava na *Folha da Manhã*, e apresentou Florestan Fernandes para Hermínio Sacchetta (1909-1982), por volta de 1943, promovendo sua aproximação com o trotskismo.⁷⁷⁴ Florestan frequentou este círculo entre 1943 e 1946.⁷⁷⁵

Já licenciado em Ciências Sociais, ele se casou com Miriam Rodrigues, com quem teria seis filhos. No ano seguinte, em 1945, matriculou-se no curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da ELSP, colaborando “nos desenvolvimentos antropométricos e folclóricos da pesquisa dr. Emílio Willems”, que resultariam no livro sobre Cunha⁷⁷⁶, e tornou-se segundo assistente da Sociologia II, junto a Fernando de Azevedo.⁷⁷⁷ Neste mesmo ano, é um dos responsáveis da *Folha da Manhã* para

⁷⁷⁴ Hermínio Sacchetta iniciou sua carreira na imprensa em 1928 no *Correio Paulistano*, tornando-se, em seguida, redator de *A Cigarra*. Militante profissional do Partido Comunista (PCB) a partir de 1934, foi até 1937 um dos principais editores do jornal *A Classe Operária*. Por discordância com o Comitê Central, foi acusado de ‘fraccionismo trotskista’ e expulso do PCB, após violenta campanha de difamação. Em 1939, tornou-se dirigente do recém fundado Partido Socialista Revolucionário (PSR), seção brasileira da IV Internacional. Trabalhou até 1969 em vários jornais: *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Jornal de São Paulo*, *O Tempo*, *Shopping News*, *Diário de São Paulo*, *Diário da Noite*. Em agosto desse ano, divulgou manifesto da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso e processado. Proibido de exercer a profissão, apenas em 1975 voltaria à atividade, na editoria de exterior da *Folha de S. Paulo*. Informações retiradas de: Florestan Fernandes. “Hermínio Sacchetta: amigo e companheiro de jornada”. In. *A contestação necessária*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 156. Uma localização da “facção Sacchetta” dentro das correntes e gerações do trotskismo encontra-se em duas econômicas reconstituições: Dainis Karepovs; José Castilho Marques Neto; Michael Löwy. “Trotsky e o Brasil”. In. João Quartim Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. II. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995, p. 243-244; Dainis Karepovs, José Castilho Marques Neto. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1960)”. In. Marcelo Ridenti, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. V. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2002, p. 130-135; Murilo Leal. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

⁷⁷⁵ Considerando o primeiro artigo publicado na *Folha da Manhã* em 01/07/1943; e o último em 15/02/1945 – contabilizam-se ao todo, 26 contribuições (Processo 64.1.879.8.3, fl. 42). No ano seguinte, Flama publica a tradução e introdução que Florestan Fernandes elabora para *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Não encontramos indícios de ligações posteriormente. Sylvia Gemignani Garcia notou que Florestan Fernandes oscila entre explicações realistas e idealistas a respeito de sua trajetória pregressa e suas dificuldades em equacionar suas inclinações políticas com a dedicação ao trabalho profissional. Há momentos em que se responsabiliza pessoalmente pela desistência da militância trotskista e há outros em que a liga à fraqueza do movimento político. (*Destino ímpar*, 113-120). Segundo Florestan Fernandes, Sacchetta fica “enciumado” de ele ter começado a colaborar n’*O Estado de S. Paulo*, a convite de Sérgio Milliet, e o convida para colaborar na *Folha da Manhã* (Florestan Fernandes. “Hermínio Sacchetta: amigo e companheiro de jornada”, p. 156). Considerando que seu primeiro artigo n’*O Estado* saia neste mesmo dia (“O negro e a tradição oral”, 01/07/1943) – a história carece de sustentação; mas faz desconfiar do sentido geral da participação dele no grupo ter a ver com sua inserção universitária, pois dá a entender que a valorização d’*O Estado* concorreu no convite de Sacchetta.

⁷⁷⁶ Emílio Willems. *Uma vila brasileira. Tradição e transição*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1947.

⁷⁷⁷ Processo 64.1.879.8.3, fl 8.

acompanhar o Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros.⁷⁷⁸ Em 1945, o Partido Socialista Revolucionário (PSR) – a que Florestan se liga por meio do grupo de Sacchetta – faz a proposta de criar a frente eleitoral com o nome de Coligação Democrática Radical, lançando um “Anteprojeto de programa técnico-eleitoral”⁷⁷⁹, do qual Florestan Fernandes e João Cruz Costa eram signatários, entre outros da FFCL-USP. Era uma tentativa de unir forças à esquerda, que fracassou. A fração dela reunida no jornal *Vanguarda Socialista* – apoiou Eduardo Gomes; o PCB lançou Yedo Fiúza, candidato próprio.⁷⁸⁰

Nosso jovem trabalhou na Novoterápica até 1947, três anos após se casar, dois depois de sua contratação como segundo assistente da Sociologia II, um depois de publicar sua tradução de Marx, desvincilhando-se desse emprego no mesmo ano em que conquistava o mestrado na ELSP e era orador de sua turma.⁷⁸¹ Vicente começava a se tornar Florestan⁷⁸², ao se despedir dessa multiplicidade de atividades⁷⁸³ – que contrastam com o exclusivo profissional do período seguinte, testemunhando o quanto os breves anos em tela concentram as decisões.

⁷⁷⁸ Felipe Victor Lima recuperou a cobertura do congresso pelos jornais paulistanos: *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2010.

⁷⁷⁹ O “Anteprojeto de programa técnico-eleitoral” foi publicado em livro de homenagem a Florestan Fernandes: Paulo H. Martinez (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998 (p. 225-248).

⁷⁸⁰ Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”, p. 136.

⁷⁸¹ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 156.

⁷⁸² “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 156-157. A rotação do nome/identidade é associada por ele ao ano de 1947.

⁷⁸³ Sem que sejam centrais, duas observações a esta altura não são indiferentes. *Vanguarda socialista* remonta à cisão de Mario Pedrosa com a IV Internacional; e consiste num núcleo importante da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). (Dainis Karepovs; José Castilho Marques Neto. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”, p. 134; Margarida Luiza de Matos Vieira. “O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)”. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Araújo (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, v. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 163). Estiveram, em graus distintos e em momentos diversos, ligados ao PSB, “renomados professores”: Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Paulo Emílio Salles Gomes, Azis Simão, Lourival Gomes Machado; além do médico-reitor, já referido, Alípio Correia Neto. (Alexandre Hecker. *Socialismo sociável. História da esquerda democrática em São Paulo*. (1945-1965) São Paulo: Ed. Unesp, 1998, p. 93). Vale assinalar – do ponto de vista ideológico, sendo todos avessos ao PCB e ao stalinismo, os acadêmicos parecem transportar para suas filiações partidárias clivagens que se observa também na faculdade. Não parece ser *exclusivamente* a afinidade de projetos a uni-los, mas a malha social em que cada um se enreda condicionando as possibilidades de adesão. Boa pista para investigação disso: no PSB, “a pecha de trotskista” denominava não necessariamente alguém ligado ao trotskismo, porém, em geral, os “que se destacavam pela discussão teórica e pela inflexibilidade na aplicação de seu ideário”. (Idem, p. 187). Vale notificar aqui, um agradecimento: em parceria com Rodrigo Ramassote realizei profícua conversa com Alexandre Hecker, a respeito das filiações políticas dos professores universitários no período.

Era notável a felicidade clandestina e o tom juvenil com que abria a introdução de Marx, revelando que se valeu de todos os recursos intelectuais que dispunha – “A audácia desta introdução justifica-se como parte da tarefa atribuída pelos editores ao tradutor. Por isso, escrevo-a ao mesmo tempo contrafeito e com certo orgulho, ambos muito compreensíveis.”⁷⁸⁴ O tom é de segurança recém conquistada, conferida mais pela ciência do ouro que tem nas mãos do que pela certeza de que faz o uso mais apropriado dele.⁷⁸⁵ Segue a mesma toada o discurso proferido durante a “honrosa incumbência de vos dirigir a palavra em uma solenidade de tamanha relevância para nós”⁷⁸⁶: a formatura em que, na qualidade de orador saudava o paraninfo da turma, Herbert Baldus, seu orientador. Florestan o distingue como professor por se impor à estima da turma não por meio de aptidões didáticas ou eloquência, mas por “elimina[r] barreiras” que separam professores e alunos; e “com a mesma decisão apaga todas as distinções formais que dificultam o entendimento amistoso”. Assim, “começa como professor e termina como amigo”. Eis “o principal motivo por que o convidamos para nosso padrinho.”⁷⁸⁷ Herbert Baldus, por ser o paraninfo ganhou realce em seu discurso, mas o tom comovente como adota seus “mestres” não se dirige apenas a ele.⁷⁸⁸ Devendo os auxílios a Bastide, os ensinamentos a Baldus, dedicava *A organização social dos Tupinambá*, “como testemunho de amizade e admiração” a Fernando de Azevedo, sob cuja sua direção, ele se doutoraria. Ainda que não tenha sido aluno dele, seu o estímulo que “fez aguçar as [minhas] ambições”, ao acenar a hipótese de torná-lo

⁷⁸⁴ Florestan Fernandes. “Marx e o pensamento sociológico moderno”, p. 301.

⁷⁸⁵ O emprego da primeira pessoa enunciando as tarefas e o tom juvenil desaparecerão posteriormente – “começarei pela própria Crítica da Economia Política. Depois, abordarei algumas questões gerais, suscitadas por este livro, e passarei à análise sumária da contribuição de K. Marx e F. Engels às ciências sociais e de sua influencia. Por conta das dúvidas dos estudos tendenciosos ou superficiais da obra científica de Marx transformaram em moeda corrente, senti-me obrigado a estender as indicações bibliográficas e a abusar de citações.” (“Marx e o pensamento sociológico moderno”, p. 301).

⁷⁸⁶ Florestan Fernandes. “Considerações sobre os estudos sociais no Brasil”. In.: Florestan Fernandes. *A Sociologia no Brasil*, p. 77. Discurso pronunciado em 1º de março de 1948, como orador da turma de bacharéis e mestres em ciências sociais da ELSP, que concluíram os estudos em 1947. Foi publicado em *O Estado de São Paulo*, 11/4/1948.

⁷⁸⁷ Florestan Fernandes. “Considerações sobre os estudos sociais no Brasil”, p. 78.

⁷⁸⁸ “Em uma sociedade como a nossa, em que a transmissão do conhecimento e a formação ética se encontram de tal modo entregues à ação dos educadores, seria um truismo afirmar que se refletem nos alunos os traços predominantes das personalidades dos próprios mestres, pois eles se desenvolvem à sua imagem, recolhendo o que melhor lhes podem oferecer de sua inteligência, de sua sensibilidade e do seu caráter. Afortunados são os alunos que, a nosso exemplo podem encerrar um período de aprendizagem afirmando as qualidades positivas de seus professores, chamando-os de mestres. Porque, na verdade, o mestre não é só aquele que ensina: é também aquele que forma e que modela.” Florestan Fernandes. “Considerações sobre os estudos sociais no Brasil”, p. 77-78.

professor da faculdade.⁷⁸⁹ Florestan Fernandes, como Giannotti, multiplicava os mestres. Ao final de sua graduação, o sociólogo não disputava a atenção de seus colegas, e nem com eles, a dos mestres. *Estes o disputavam*. Nem sempre freqüente, a “competição entre os mestres” é típica de quadros em que abundam professores “para número reduzido de estudantes”⁷⁹⁰ – e aqueles estão empenhados em projetos que não dispensam estes. Paul Hugon tentava trazê-lo para a Economia Política, e chegou a intervir junto a Fernando de Azevedo. Este, por sua vez, havia convidado Florestan Fernandes para ser seu segundo assistente na Sociologia II. Eduardo Alcântara de Oliveira⁷⁹¹, por sua vez, acreditava que ele “poderia dar conta do recado como segundo assistente de estatística”.⁷⁹² De algum modo, a FFCL, na figura de seu corpo docente não gostaria de perdê-lo para as circunstâncias que tornavam difícil também sua própria existência e sobrevivência dentro dela. Florestan Fernandes seguia distante dos iguais – colegas / alunos – e próximo dos não-iguais – professores/ padrinhos – que faziam as vezes do suporte social necessário para existir institucionalmente, que faltava a Florestan, sem amigos, família, ou “geração”.⁷⁹³ Não por acaso, uma vez doutorado, seria objeto de disputa entre Fernando de Azevedo e Roger Bastide.⁷⁹⁴

A constituição, estabelecimento e ramificação de seu grupo, por meio de sua autoridade, suspendem para Florestan Fernandes, a permanente “condição de estranho” – na base da total dedicação ao trabalho prescindindo de qualquer forma de fruição: esta não precisava ser elidida para que aquele continuasse intenso. Se o sociólogo era o “professor”, e, portanto, um não-igual, a qualidade desta relação não tinha o conteúdo de marginalidade cravado no coração das outras. Se repassarmos cada grupo ao qual Florestan Fernandes (não)pertenceu é o que se ressalta.

⁷⁸⁹ Florestan Fernandes. “Fernando de Azevedo: um autêntico reformista”, p. 188. Esta “hipótese” é aventada durante a graduação e Florestan teria lhe respondido: “É muito complicado abrir as portas da Faculdade de filosofia para uma pessoa como eu”. Posteriormente, Florestan Fernandes declina do convite realizado por Azevedo, afirmando ser incompetente para o cargo, e que é revertido pela intervenção bem-humorada de Antonio Candido (“todos sabemos que Florestan Fernandes é muito burro”). O episódio é tratado com sensibilidade por Sylvia Gemignani Garcia (*Destino ímpar*, p. 100-105). Vale assinalar que o exercício realizado aqui se inspira no que ela fez neste trabalho, ainda que com objetivo diferente.

⁷⁹⁰ Françoise Waquet. *Os filhos de Sócrates*, p. 33. As modificações que marcam o crescimento da FFCL são posteriores ao período em tela. Sua turma (de graduação) não chega a 15 formandos.

⁷⁹¹ Licenciado em Filosofia e Ciências Sociais, em 1938, na ocasião era 1º assistente da cadeira de Estatística Geral e Aplicada. *Anuário da FFCL-USP. 1939-1949*, p. 35.

⁷⁹² Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 164.

⁷⁹³ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 143.

⁷⁹⁴ Cf. Seção 1, deste capítulo.

Com relação à primeira socialização (infantil) escolar, marcada pela hostilidade; o Riachuelo ofertava uma experiência satisfatória. Em compensação, deste à FFCL-USP, o isolamento, tendo por referência o que *poderia ou gostaria que fosse* o grupo de referência, é notável. Compensando-o na busca pelos professores, valeu-se do único atributo que tinha a oferecer: o esforço – e o modo de demonstrá-lo é representativo também do senso a respeito das dificuldades de ser desprovido de trunfos sociais e culturais. Ora, padecendo por descobrir sua defasagem na FFCL-USP, sendo introduzido por um amigo do Riachuelo num círculo, em que por vezes encontrava outros do madureza⁷⁹⁵, e no qual era bem vindo precisamente por trunfos que lhe faltavam na faculdade, é de se supor que a atração de Florestan Fernandes pela “facção Sacchetta” comportasse alguma compensação *social* ao *isolamento* e elitismo do ambiente universitário – sobretudo, se atinarmos para a natureza nada pragmática desse dispêndio de tempo.⁷⁹⁶

O jovem formando em Ciências Sociais se identificava com o grupo imaginária e ideologicamente. Socialmente, contudo, não. Os militantes trotskistas desse período ligavam-se a carreiras tradicionais combinadas às oportunidades do mercado editorial – compondo o quadro o advogado-jornalista; o professor-jornalista; o jornalista-escriptor.⁷⁹⁷ Era em desalinho que Florestan seguia, enfrentando encargos intelectuais, discentes e docentes, os dois empregos, seus deveres de filho e marido. Não “podia ser um militante devotado a todos os papéis e obrigações”; e, “logo entraram em cena as

⁷⁹⁵ Na lista dos cem primeiros signatários do “Anteprojeto” encontra-se Ênio Chiesa, por exemplo – colega que auxiliou na viabilização dos exames do madureza. “Anteprojeto”. In.: *Florestan ou o sentido das coisas*, p. 247.

⁷⁹⁶ Para ele, “o que havia de melhor no mundo subterrâneo das atividades políticas, que perduraram além da queda da ditadura Vargas, era o convívio intelectual e político que mantínhamos com certa assiduidade e intensidade”. Florestan Fernandes. “Hermínio Sacchetta: amigo e companheiro de jornada”, p. 159.

⁷⁹⁷ Os mais próximos, além de Sacchetta, eram: José Stacchini (jornalista); Alberto Moniz da Rocha Barros (advogado) Plínio Gomes de Melo (jornalista e advogado), Vitor Azevedo (jornalista e escritor), Luis Washington Vita (jornalista). Os nomes foram retirados de “Hermínio Sacchetta: amigo e companheiro revolucionário”, p. 158. As profissões foram retiradas da publicação do “Anteprojeto” (*Florestan ou o sentido das coisas*, p. 247-248), razão pela qual nem sempre o coincidem com as indicadas individualmente Dainis Karepovs, José Castilho Marques Neto, e Michael Löwy. O fato da profissão variar na própria bibliografia/documentação do trotskismo pode indicar que o recrutamento típico se dava entre camadas intelectualizadas, mas cujo ganha-pão não se ligava exclusivamente à ocupação que conferia tal “intelectualização”, em suma, a inclinação do meio pendia ao feitiço “polígrafo”. Hipótese corroborada quando se atina para o grupo da primeira geração segundo os três autores: Mário Pedrosa (199-1981, jornalista e crítico de arte), Lívio Xavier (1900-1988, jornalista e advogado), Aristides Lobo (1905-1968, jornalista e professor), Plínio Gomes de Mello (1900, jornalista e advogado), Rodolpho Coutinho (1897-1952, advogado e professor), João da Costa Pimenta (1890-1975, gráfico), Victor de Azevedo Pinheiro (1905-1979, jornalista e escritor), Hilcar Leite (1912, gráfico e jornalista), Fulvio Abramo (1909, jornalista). (“Trotsky e o Brasil”, p. 245).

teses”, “fonte de atrito constante”.⁷⁹⁸ Então, “por iniciativa de Sacchetta, atendendo às restrições que os companheiros faziam”, desvinculou-se da militância. Pudera. *Também na militância pagava o preço da aquisição tardia do capital educacional e social – com a perversidade adicional de não lhe oferecer a remota possibilidade de superá-la. Estranho num ninho, não se tornou filhote de outro. No grupo trotskista também não se encontrou.*⁷⁹⁹ Em contrapartida, a concentração de pequenas realizações, acompanhada da multiplicação de tarefas, fazia-o vislumbrar na dedicação, tanto quanto possível, exclusiva aos estudos, a possível superação. Renúncias e escolhas parecem se concentrar na fase de adesão irreversível e entrega apaixonada à profissão. Diferente entre os que esperava serem iguais, restava-lhe orientar todas as suas energias ao que lhe parecia possível e àquilo que reconheceu como *sua e única* chance: a carreira era seu “espaço possível para angariar prestígio intelectual e se afirmar socialmente.”⁸⁰⁰ Incluindo aí a constituição de um grupo de referência, *que nunca teve, até construí-lo*. Nele, se não era um igual, também não era um estranho. E a pressa com que fez seus filhotes se tornarem leões expressa também a ânsia do mestre por torná-los iguais a ele. E seus discípulos não hesitam em responder positivamente. Crescentemente identificado com seu grupo, ele que se ligou a todos os outros pelo signo da margem, agora se unia por meio de objetivos e valores comuns, por meio de lutas compartilhadas, chegando ao auge desta união em torno de 1960-1962, com o fim da Campanha pela Escola Pública, a criação do Cesit, os doutoramentos dos primogênitos.

⁷⁹⁸ Florestan Fernandes. “Hermínio Sacchetta: amigo e companheiro de jornada”, p. 159.

⁷⁹⁹ A ordenação da lista dos cem primeiros signatários do “Ante-projeto de manifesto programa” da CDR é de interesse para se atinar para possíveis clivagens sociais na sociabilidade em tela. Os quatro primeiros nomes, masculinos, correspondem a professores universitários (Edgar Barrozo do Amaral, Roldão Lopes de Barros, João Cruz Costa e Mario Wagner V. da Cunha); os quatro últimos nomes, femininos, são, duas a duas, donas de casa e costureiras (Mercedes M. Roque e Myriam Fernandes, esposa de Florestan; e Inês Rocha e Altina Silva Costa, costureiras). Dos professores universitários às donas de casa/costureiras, encontram-se, nesta seqüência: professores-assistentes da Faculdade de Filosofia, assistente da Escola Paulista de Medicina, escritor e médico, escritores e jornalistas, jornalista, jornalista e advogado, jornalistas e acadêmicos, jornalista e estudante, advogados, funcionários, professores secundários, licenciados da Faculdade de Filosofia (nesta categoria, aparece o primeiro nome feminino), comerciante, corretor, farmacêutico, bancários, comerciários, artesão, acadêmicos, contador e estudante. Sabe-se que esse tipo de lista pode ser produzida no calor da hora, estando os primeiros nomes a indicar talvez os presentes nas reuniões de sua elaboração. Mas é evidente que a disponibilidade para tal presença, não desmente, corrobora nosso argumento: a lista reproduz na ordenação a hierarquia social das profissões masculinas/intelectuais às femininas/braçais. Publicado em: Paulo H. Martinez (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, 247-278. O organizador do volume e Wladimir Sacchetta confirmaram-me que a transcrição segue a ordem do documento, registro meu agradecimento a ambos pela informação.

⁸⁰⁰ Heloísa Pontes. *Destinos mistos*, p. 185.

Seu grupo de referência, contudo, era fruto de sua autoridade. A perda dela talvez lhe parecesse a perda do próprio grupo. Não por acaso, nem apenas por ser a ponta de lança da profissionalização, foi aí que a incorporação do marxismo deu ensejo para a concorrência entre mestre e discípulo – caso único entre os examinados. Florestan, contemporâneo de *Clima* na faculdade, dele estava socialmente apartado; mestre para todos os membros do *Seminário Marx*, embora dele estivesse socialmente menos distante, estava temporal e institucionalmente segregado. O parentesco das origens sociais mais modestas dos seminaristas se patenteia ao observar, além das informações que vamos expondo: como Florestan, os seminaristas ligaram a sua sorte à do catedrático que conquistaram, por iniciativa deles próprios – com exceção de Fernando Henrique Cardoso.

Florestan, singularmente, não conquistou apenas os mestres; foi dele a iniciativa em direção aos discípulos. A lealdade deles é questão de vida ou morte, e sua união, entre si e junto a ele, também; e, por isso sua relação o “grupo seletivo” se aproxima do que George Steiner chamou de “tristeza inerente a toda paternidade, nela está a sombra da traição projetada onde mais se concentra a luz da fidelidade”⁸⁰¹ – qual seja, a autonomia daqueles que antes dependiam dele. No entanto, haverá testemunho mais preciso do reconhecimento desta conquista do que o fato de Florestan Fernandes responder seus alunos, buscar uma síntese em suas teses, manter-se em diálogo com o Seminário?⁸⁰² Nem os laços de família de *Clima* nem os laços citadinos d’*O Seminário* lhes sendo ofertados, a malha que logrou construir para si próprio foi cultivada e cristalizada nos livros e teses de seus filhos/discípulos.⁸⁰³

⁸⁰¹ George Steiner. *Lições dos mestres*, p. 66.

⁸⁰² Na avaliação de José de Souza Martins, a obra de Florestan Fernandes “perde muito do seu significado se não se leva em conta a interação fecunda dele com seus assistentes Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia Carvalho Franco. Foram esses assistentes que, no diálogo, puxaram Florestan para uma Sociologia que se poderia classificar como de esquerda”. (Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 157). Luiz Carlos Jackson encontrou o diálogo de Florestan Fernandes com Maria Sylvia Carvalho Franco, parcialmente apresentada adiante (*Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2003). Um voltejo pelas marginais de alguns livros de seus alunos, bem como do círculo mais amplo que a Sociologia I congregava (cf. Capítulo 3) sugere – à luz do contexto de concepção de *A integração do negro na sociedade de classes* e de *A revolução burguesa no Brasil*, que Martins e Jackson dois sociólogos não apenas tenham razão, como que aí resida um tema de bastante interesse.

⁸⁰³ O que o sociólogo afirma a respeito de “geração” traduz em tintas fortes o tipo de elo que tentamos vincular: no limite, a sua geração é a dos seus alunos e não a de seus parceiros de ingresso na instituição ou de sua faixa etária. “Quando me via compelido a falar em termos de geração, sentia-me confuso, porque me considerava mais próximo dos que vinham, e um tanto envergonhado, como se estivesse me apropriando de um valor alheio, pela evocação de uma amorfa categoria de referência, que me parecia valorizar-me pela idade e pelo significado da contribuição positiva de outros.” (“A geração perdida”. In. *A sociologia no Brasil*, p. 213).

Daí a mágica biblioteca.

Os “livros eram sua fortuna (...) tal como só as crianças sabem fazer com seus tesouros, seus livros eram valores de uso, lidos e relidos”⁸⁰⁴ – e organizados segundo critérios nada óbvios. Será que por desconfiar da razão e dos modos dos sociólogos, Bento Prado Jr. seja tão certo neste ponto? Pois sua “impressão” é “de que a importância do seu departamento dentro da faculdade, da sua tarefa de formador de formadores era muito próxima do coração.”⁸⁰⁵ E como não senti-lo pulsando no oferecimento de sua última tese, *A integração do negro na sociedade de classes*, para a família que constituiu com Miriam Rodrigues; e em *A revolução burguesa no Brasil*, seu último grande livro de fôlego, para a família de alunos?⁸⁰⁶ Quem se dispuser a encontrar na ordem dos livros a desordem do coração, e visitar a biblioteca de Florestan Fernandes, transportada e instalada tal e qual sua própria ordenação para a Universidade Federal de São Carlos, poderá encontrar testemunho disso. No interior das seções dela, há sub-seções que, à primeira vista, poderiam ser chamadas de “Sociologia brasileira”. O visitante que *ler a biblioteca* notará que em nas duas prateleiras superiores da sala 3, segunda estante, encontram-se os livros de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia Carvalho Franco, José de Souza Martins, Marialice Mencarini Foracchi, Luiz Pereira – *nesta ordenação* – cujo princípio de classificação não se resume sob o epíteto “sociologia brasileira”.⁸⁰⁷ A disposição dos

⁸⁰⁴ Heloísa Fernandes. “Amor aos livros – reminiscências de meu pai em sua biblioteca”. In. *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 49. O que segue inspira-se neste texto e se deve ao auxílio da autora, pelo qual registro meu sincero agradecimento.

⁸⁰⁵ Bento Prado Jr. Entrevista. Caderno Mais! *Folha de S. Paulo*. 29/07/2007.

⁸⁰⁶ Respectivamente: “Este trabalho é dedicado a Maria Fernandes, minha mãe, Myriam Rodrigues Fernandes, minha esposa, e Heloísa Rodrigues Fernandes, Noêmia Rodrigues Fernandes, Beatriz Fernandes Denser, Sylvia Fernandes Arantes, Florestan Fernandes Júnior, Myriam Lúcia Fernandes e Rogê Ferreira, meus filhos. Espero que encontrem em suas páginas motivos para relevarem as minhas falhas e me quererem bem.”; “À memória de Marialice Mencarini Foracchi e aos colegas e amigos a quem estive ligado mais intimamente, durante vários anos, na aventura comum de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira: Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Maria Sylvia Carvalho Franco, Leoncio Martins Rodrigues Netto, José de Souza Martins, Gabriel Cohn, José Cesar A. Gnaccarini e José Carlos Pereira”.

⁸⁰⁷ O parentesco entre casa/biblioteca; discípulos/filhos, acima sugerido, além de ter contado com a consulta à filha do sociólogo; indagou também a respeito de livros da equipe que não estivessem concentrados nesse espaço afetivo. Assim, do mesmo modo que chama atenção que livros sobre América Latina (de Ianni) não se encontrem na seção reservada a esse assunto; chama atenção que nem todos os de Fernando Henrique estejam agrupados na “família”. É o caso de *Os partidos e as eleições no Brasil*, por exemplo, localizado numa seção notavelmente dedicada a estudos eleitorais – ou seja, catalogado segundo a razão das coisas. Vale atentar que o exemplar, sem sua típica indicação da data de compra, possui o artigo de Fernando Henrique Cardoso repleto de marginálias, fazendo desconfiar da leitura do restante do livro. Não é por ser uma obra coletiva (com outro grupo) que se explica o deslocamento. A separata “La contribution de Marx à la théorie du changement social”. In: Marx et la Pensée Scientifique

livros, nestas prateleiras, seguia a do coração e, esta, a do ânimo que a relação magistral lhe dava, daí a seqüência de hierarquia dos temas (sociologia do desenvolvimento, agrária e educacional), mesclada à da cadeira (os dois primeiros homens; as duas mulheres com que inicia as atividades) – sem que nenhuma delas ordene de todo o conjunto. Era a forma que tomava esperança de suplantar o “lugar de orfandade”⁸⁰⁸, entregando-se, como os “que não têm nada para dividir” e, por isso, “repartem com os outros as suas pessoas”.⁸⁰⁹

Contemporaine. (The Hague, Paris, La Haye: Mouton, s/d) encontra-se numa estante da sala 1 destinada a estudos sobre Marx. O volume está ao lado da separata de *Sociologia* (“Sobre o conceito de realidade social na obra de Karl Marx”), ofertada por Lourival Gomes Machado.

⁸⁰⁸ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “Uma sociologia do desterro intelectual”, p. 13.

⁸⁰⁹ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 144.

Houve um dar e um tomar – e o que deu recebeu em troca, talvez numa proporção maior do que se pode reconhecer à distância. É provável, mesmo, que a cadeira de Sociologia I teve maior importância para mim do que eu para ela! Entre os últimos cinco anos da década de quarenta e os cinco primeiros anos da década de cinquenta eu encerrara o ciclo de formação e me impusera como um sociólogo de reputação profissional muito sólida. (...) Eu era o ‘professor’, não só no consenso dos estudantes e dos meus colaboradores, como também no meio acadêmico e nos círculos intelectuais. Não obstante, eu me via, de chofre, diante de uma enorme responsabilidade, trabalhando com um grupo de alta qualidade intelectual e estimulado por mim mesmo a por em prática uma competição discreta mas sem quartel. Era como seu

*eu tivesse de enfrentar uma revolução psicológica, moral e intelectual nas circunstâncias mais duras, pois ninguém pretendia ‘abrir guarda’ ou ‘reduzir as exigências’. Os meus assistentes traziam consigo ventos novos que vinham principalmente da França ou da Inglaterra. Eles haviam sido meus alunos e me respeitavam: o que eu lhes dera, porém, fora um mero ponto de partida e o respeito, para ser mantido, deveria ser continuamente reconquistado. No processo de auto-afirmação psicológica e científica, eles impunham, claramente, o peso da renovação que eles configuravam, graças a Lukács, primeiro, a Sartre, em seguida, a Goldman, mais tarde, e a uma pletora de leituras menores, em que se confundiam a ‘nova esquerda’, a ‘contracultura’ e os principais representantes mais recentes da sociologia européia ou norte-americana. Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a nova geração. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíram um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural – pois eu era o ‘professor’. Tampouco me ralei, já que tinha muito o que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação: os ‘novos’ vinham a todo vapor tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me condenava a um precoce ocaso, ou teria de suplantar-me. Às vezes eu tinha vontade de rir por dentro. Na pesquisa sobre a empresa industrial, por exemplo, alguns elementos mais jovens opuseram tenaz resistência a certas ‘técnicas’ tradicionais, como o estudo de caso. Ora, eu me lembrava de Lenin usando questionários e levantamentos empíricos com o maior empenho para conhecer o estado das opiniões políticas e ajustar a orientação prática de um partido revolucionário! O contraste parecia-me chocante e amargo. A questão de fundo, todavia, ficava de pé. De uma hora para a outra eu me arriscava a converter-me numa variante do arcaico ‘professor catedrático’ ou poderia encarnar a tão denegrada ‘posição empírico criticista’. O que quer dizer eu tinha de recomeçar, gostasse ou não, reciclando a minha concepção de sociologia e redefinindo o que eu vinha admitindo como sociólogo. Esse, em suma, foi o quinhão que me tocou na revolução mental que a reconstrução da cadeira de Sociologia I provocou dentro de mim. Diante de um grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores, os quais se dispunham a interpretar o Brasil e a periferia do mundo capitalista à luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar à testa do grupo.*⁸¹⁰

⁸¹⁰ Florestan Fernandes. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, p. 190-192. O mapa da biblioteca foi fornecido por Vera Lucia Coscia, e a agradeço por isso e muito mais.

3. Anatomia de tese: capitalismo, escravidão e marxismo em São Paulo.

“La douceur de la gloire est si grande qu’à quelque objet qu’on l’attache (...)
on l’aime”⁸¹¹
Blaise Pascal

No salão nobre da FFCL-USP, nos dias 12 e 13 de outubro de 1961, ocorreram os doutoramentos dos sociólogos, com todos os lugares disponíveis ocupados e algumas pessoas acompanhando as discussões em pé. Na platéia, os colegas do grupo de estudos – Marx dava suporte à tese, os seminaristas, à cerimônia – os da Sociologia I e II, alunos e ex-alunos.⁸¹² Ela tinha uma dimensão de festejo coletivo – marcava o momento em que a faculdade ultrapassava as fases de substituição das importações de catedráticos e de estabelecimento da “geração between”. Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni eram os dois primeiros alunos formados por um professor brasileiro, inteiramente produzido pelo sistema universitário paulistano, a doutorarem-se em Sociologia.⁸¹³ Florestan Fernandes orgulhava-se. Era por meio deles que seu trabalho se realizava, afinal as conquistas individuais se engrandeciam pelo que havia refletido uma na do outro. A cerimônia cristalizava as relações hierárquicas e magistras, coroando anos de convivência marcada pela divisão social do trabalho e das dificuldades, azeitando laços pessoais, atizando expectativas.

Entrava em cena uma “jovem geração [que] pusera empenho em tornar público ao que viera” e o fez com “competência em carreira brilhante”, cheia “de vida, estuantes de ambição”, “às vezes brutal como uma *Blitzkrieg*”, de todo modo, pronta para “reformular o mundo”. Não foi por menos que a “paulicéia registrou homenagem pública” aos “dois jovens assistentes, que marcariam época”, “por sua aprovação em doutoramento, como nos rituais de algumas tribos, a gente universitária” *jantou* Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, “saudados pelo magnífico reitor no restaurante

⁸¹¹ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 75. (Edição de Michel Le Guern).

⁸¹² O registro fotográfico da banca examinadora e da platéia presente na defesa de Octavio Ianni é uma das imagens mais veiculadas nas publicações. É capa de *História das Ciências Sociais no Brasil, volume 2* (org. Sergio Miceli. Editora Sumaré, 1995); compõe a iconografia da entrevista de Fernando Henrique Cardoso em *Retrato de grupo* (Cosac Naify, 2009, p. 24); e também a de *Florestan Fernandes. Sociologia e consciência social no Brasil*. (org. José de Souza Martins. São Paulo: Edusp, 1998, p. 76, p. 77). Estão na platéia – entre outros – Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Paul Singer. Não pudemos encontrar/identificar José Arthur Giannotti. De todo modo, não era apenas na tese que o seminário estava presente.

⁸¹³ Cf. Comissão de pós-graduação. *Catálogo de teses e dissertações (1942-1997)*. São Paulo: USP-FFLCH, junho 1998, p. 64.

‘Fasano’, da avenida Paulista.”⁸¹⁴ Como não contar com a presença de Ulhôa Cintra – participe das operações da Sociologia I? Sendo, porém, motivo de honra aos sacrificados que a comunidade se fortaleça alimentando-se deles, foi preciso, antes, que provassem estar à altura disso. Nada melhor que um conjunto de examinadores que os elevasse à iguaria paulistana.

Com Florestan Fernandes na presidência, argüiram Octavio Ianni: Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Thales de Azevedo e José Loureiro Fernandes. No dia seguinte, Fernando Henrique Cardoso foi argüido por Lourival Gomes Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Thales de Azevedo e Laudelino de Medeiros. Tal como os itinerários, os livros de coletâneas, os temas, as viagens, as datas do doutoramento – e tudo mais que contasse com a mão firme do mestre – a composição da banca é paralela. Há dois componentes em comum na composição das respectivas bancas: Sérgio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo examinam os dois candidatos.

Sérgio Buarque de Holanda era, àquela altura, o primeiro catedrático a introduzir “historiografia moderna” na cátedra de História da Civilização Brasileira e dirigia coleção homônima na Difel. Nesta editora, também o candidato Fernando Henrique Cardoso era diretor de coleção: “Corpo e Alma do Brasil” – cujo nome presta homenagem ao próprio Sérgio⁸¹⁵ – na qual serão publicadas as teses de doutoramento em exame. Nada mais apropriado do que sua presença.⁸¹⁶ É de se desconfiar que os sociólogos ansiassem pela argüição de Sérgio Buarque de Holanda – senão, por que não

⁸¹⁴ Oliveiros S. Ferreira. “Maria Antônia começou na praça”. In. Maria Cecília L. Santos (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*, p. 24.

⁸¹⁵ Cf. Heloísa Pontes. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’”, p. 475. A coleção tem o mesmo nome de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1935.

⁸¹⁶ Impossível escamotear uma controvérsia: de um lado, o itinerário de Sérgio Buarque de Holanda; de outro, a noção de “historiografia moderna”. Pontilhando algumas perspectivas sobre o itinerário e obra de Sérgio Buarque de Holanda, há uma tendência a opô-lo ao feitio de trabalho da Sociologia I. Registre-se, por exemplo, o encaminhamento dado por João Ricardo de Castro Caldeira à ausência da Sociologia no IEB. (*IEB: origem e significados*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 63-67). Parece-nos que esta interpretação supõe uma relação com de Sérgio Buarque de Holanda com o sistema universitário – cujos contornos assumem exemplaridade na Sociologia I – que talvez encontre formulação mais matizada em Robert Wegner (“Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”. In. EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*. Campinas, SP/Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008). Em contrapartida, o emprego do termo “historiografia moderna” denomina a vertente de trabalhos historiográfica que dialoga com as ciências sociais. E se diálogo implicar cooperação e rivalidade, concomitantemente, nesta tese, o acento está na primeira, por dois motivos: é ela que caracteriza a troca estabelecida no seminário com vistas à produção das teses; e só depois de melhor aquilatá-la, o analista pode alcançar o outro lado da moeda, a rivalidade, com inteligibilidade. Do contrário, parece-nos, reproduz irrefletidamente os lugares comuns. O histórico da cátedra de História da Civilização Brasileira é sucintamente realizado no capítulo seguinte.

suprimir as discussões de “semântica histórica”, instrumental no final das contas para o argumento que querem defender?⁸¹⁷ Como o historiador, Thales de Azevedo também examinou os dois candidatos, e sua presença se vincula a relações da cadeira que remontam ao “Projeto Unesco”, justificando-se, outrossim, pela afinidade de perspectivas.⁸¹⁸

Caio Prado Jr. e José Loureiro Fernandes avaliaram apenas Octavio Ianni. Lourival Gomes Machado e Laudelino de Medeiros, apenas Fernando Henrique Cardoso. José Loureiro Fernandes e Laudelino de Medeiros, diferentemente dos outros dois examinadores, estão menos enredados na vida paulistana, e, como Thales de Azevedo remontam às relações da pesquisa. É na qualidade de conhecedores, cada qual na porção da região sul examinada pelos sociólogos, que compõem a arguição.⁸¹⁹ Caio

⁸¹⁷ A assertiva se baseia no conhecido esmero do historiador com as palavras – tratado por Pedro Meira Monteiro (Pedro Meira Monteiro. “Sérgio Buarque de Holanda e as palavras: uma polêmica”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 48. São Paulo, dez., 1999.). Destacamos apenas um exemplo em cada tese, entre tantos possíveis, que nos pareceram escritos para o historiador. São notáveis, em Ianni, as longas citações de documentos (*O negro na sociedade de castas*, p. 39-40; p. 44), algumas mantendo o português de época (Idem, p. 50, p. 67, p. 83, p. 132). Outrossim, como se prestasse contas com a possível arguição, registra: “As fontes compulsadas registram índio, administrado, carijó ou peça para significar indígena escravizado” (Idem, p. 41, destaques do sociólogo). Na tese de Fernando Henrique Cardoso, há alguns procedimentos típicos do *métier* historiográfico e cacoetes nada sociológicos como “necessidade de crítica cuidadosa das fontes”, “baseando-se na documentação disponível”, lamento pela a escassez da documentação e que a existente tenha sido ignorada por outros autores. Mais que esses elementos de superfície, é notável o empenho em realizar de maneira articulada: a problematização das fontes, confronto entre elas e com a bibliografia disponível, particularização das afirmações dos viajantes, condicionada, seja pela “racionalização ideológica”, seja pelo espaço geográfico. Esses procedimentos se concentram na seção 2 do capítulo 2, denominada “A democracia gaúcha” – e, parece-nos, não são acessórios. Apesar de nossas observações, é preciso deixar registrado: segundo Azis Ab’Saber, Sérgio Buarque de Holanda teria encontrado um erro semântico na tese que a desabonaria por completo. Preferimos deixar a outros memorialistas ou a outros especialistas na região a decisão a respeito de “negro” significar “aquele que não está bem situado no campo do social” (“Respostas”. In. *Anais do 1º Simpósio Nascentes O rio e a cidade*, p. 121) – e, de que modo, a tese desaba ou se confirma com tal ponderação. Janes Jorge me informou a respeito desse material, providenciou-me uma cópia e lhe sou grata por isso.

⁸¹⁸ Ele ficou responsável pela pesquisa em Salvador (Bahia), entre 1951-1952, e a publicou em “As elites de cor”. Em trabalho posterior, segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Thales de Azevedo foi pioneiro em teorizar “a sobreposição na estrutura social brasileira de duas hierarquias: a primeira, uma ordem econômica de classes sociais, baseada em relações sociais abertas e de mercado, onde dominam os contatos categóricos; e a segunda, uma ordem bipolar de *status* e prestígio, demarcada principalmente por marcas adscritas como ‘cor’ e origem familiar, onde imperavam os contatos primários e simpáticos permitidos por uma rede de relações pessoais.” (Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. “Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960”. In. Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 153).

⁸¹⁹ Cf. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas* (Universidade Federal do Paraná). Número especial. Curitiba, v. 4, 2007. Laudelino de Medeiros, examinador de Fernando Henrique Cardoso tem papel pioneiro no desenvolvimento da Sociologia no Rio Grande do Sul. Assumidamente de direita, no período do regime civil militar teve destacado papel na eliminação de parcela do corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O convite é indício cabal do quanto o critério de Florestan Fernandes afastava-se de outros que não os intrínsecos ao trabalho. Jaime Valim Mansan trabalhou no arquivo, até pouco, desconhecido, de Laudelino de Medeiros. (MANSAN,

Prado Jr. e Lourival Gomes Machado, catedrático de Política na FFCL-USP, em contrapartida, possuem numerosas relações com a cadeira de Sociologia I.⁸²⁰ Quanto ao primeiro, pode-se supor que algumas visadas de uma “sociologia política” na tese de Fernando Henrique Cardoso, o convocassem como membro.⁸²¹ Quanto ao segundo, não se ignore a atenção de Ianni para com a demografia histórica e a história econômica.⁸²² Por fim, parecem designados a avaliar “Marx” nas respectivas teses, posto que, no conjunto, são os que se destacam como conhecedores delas.

Os convites a Thales de Azevedo, Gilberto Freyre – que declinou dele⁸²³ – Laudelino de Medeiros e José Loureiro Fernandes assinalam o empenho em manter ativa a rede de relações estabelecida pelas pesquisas. Por outro lado, do mesmo modo que Sérgio Buarque de Holanda – e por aproximações similares, como rede de afinidades traduzidas em publicações, diálogo do trabalho historiográfico com Economia e Sociologia, proximidade ao circuito universitário – Caio Prado Jr. não esteve apenas nesta ocasião, examinando os sociólogos.⁸²⁴ Era a “geração de 1930”,

Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. PUC-RS, Porto Alegre, 2009). Agradeço a ele o auxílio prestado e materiais que compartilhou comigo.

⁸²⁰ Cf. Fernando Limongi. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasileira”; Luiz Carlos Jackson. “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1941-1965)”.

⁸²¹ Por exemplo, a discussão, em perspectiva histórica, da relação entre Estado Português, colonos e as vicissitudes da colonização, resultando em uma “sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul, mais próxima do patrimonialismo-patriarcal que do patrimonialismo-estatal.” (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 113. A primeira edição é de 1962, pela Difel. Todas as citações a seguir são da edição da Paz e Terra). Ou então, a discussão dos conceitos relativos aos tipos de dominação, concentrados no Capítulo 2: “A sociedade escravista (realidade e mito)” em que conclui por caracterizá-la: “tipo de dominação autocrático, numa sociedade patrimonialista, estruturada estamentalmente. (Idem, p. 90).

⁸²² Concentrada em Octavio Ianni. *O escravo na sociedade de castas*, p. 104-sgts.

⁸²³ Gilberto Freyre também foi convidado, para a banca de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, (Cf. “FHC fala sobre Gilberto Freyre”. Entrevista a Mario Cesar Carvalho. Folha de S. Paulo, 12 de março de 2000), e de Octavio Ianni. Declinou do convite, porém, por conta de compromissos internacionais. (Cf. Wamireh Chacon. *A construção da brasilidade. Gilberto Freyre e sua geração*. São Paulo / Brasília: Marco Zero/Paralelo 15, 2001, p. 101-102). As cartas de 1946, 1952 e 1961 – citadas por Chacon – assinalam esforço de Florestan Fernandes em aproximar-se de Freyre e aproximá-lo de seus trabalhos. Este empenho remonta, aliás, a Roger Bastide, seu tradutor para o francês, que o convidou para o exame da livre-docência de Florestan Fernandes em 1953. Também deste convite, Freyre declina – e se lamenta, como fica evidente nas duas cartas que enviou para Bastide e para a faculdade, justificando-se. (Publicadas em *Revista USP*, n. 29, 1996, p. 72 e p. 75, respectivamente). Fernando Henrique Cardoso (na entrevista citada nesta nota) sugere que as relações tornaram-se de fato pouco amistosas – a despeito das divergências em torno da “democracia racial” – após a instauração do regime civil-militar e as tomadas de posição política favoráveis a ele, por parte de Freyre.

⁸²⁴ Sérgio Buarque de Holanda participou também do exame de doutoramento de Maria Sylvia Carvalho Franco; do concurso de (efetivação de) cátedra de Florestan Fernandes – ambos em 1964; e do concurso de cátedra na Política, de Fernando Henrique Cardoso, em 1968. A querela na Congregação, que o

ainda não nascida da pena de Antonio Candido⁸²⁵, a abrilhantar a ocasião e dar testemunho do diálogo do sistema universitário com o ensaísmo modernista.⁸²⁶ Como afirmou Maria Arminda do Nascimento Arruda, os sociólogos em tela “enfrentaram problemas amplamente tratados pelos chamados intérpretes do Brasil dos anos 30, e que perseguiram intelectuais brasileiros desde o século XIX, ainda que o modo de construção do pensamento fosse diverso.”⁸²⁷

Ambas as teses nascem do plano, imaginado por Florestan Fernandes, de esgotar o projeto de investigação que remonta às pesquisas da Unesco. Porém, como observou Maria Arminda do Nascimento Arruda, se, “à primeira vista se [elas] enquadrariam no tema sobre as relações raciais, apresentam uma inflexão, expressa na ênfase sobre as relações escravistas”, e sugere que o trânsito pode ser entendido à luz da necessidade de dialogar *simultaneamente* com o escopo da Sociologia I (questão racial) e com o Seminário (relações escravistas e capitalismo).⁸²⁸ Evidência de que esta área de intersecção foi motivo de muito debate é oferecida pela modificação dos títulos das teses. Enquanto Ianni defende *O negro na sociedade de castas. O regime servil numa comunidade do Brasil meridional*, como tese, publica-a, como livro: *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. Fernando Henrique Cardoso ousa empregar *Formação e desintegração da sociedade de castas. O negro da ordem escravocrata do Rio Grande do Sul* ao intitular a tese, e de modo mais comedido preciso, publica-a em livro: *Capitalismo e escravidão. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Note-se que ambos retiram “castas” do título,

colocou nesta última foi reconstituída por Wagner Romão (*A experiência do Cesit*, p. 135-139). Mencionei apenas as mais próximas ao círculo em tela. Outras são encontradas em Maria Regina C. R. Simões. “Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo”. *Revista de História*. Número jubilar, t. 2., v.3, p. 621-857, 1974. Caio Prado Jr. também esteve na banca examinadora do concurso de livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, realizada em 1963.

⁸²⁵ “Prefácio” à quarta edição de *Raízes do Brasil* (1967). Antonio Candido. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ed. Comemorativa. [1936], p. 235-250.

⁸²⁶ A perspectiva histórica estruturante do feitiço dos ensaios da geração de 1930 e suas relações com a noção de *formação* foram analisadas por Maria Arminda do Nascimento Arruda (“Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, v. 16, n.1, 2004); e, em co-autoria com o historiador Fernando Novais (“Revisitando os intérpretes do Brasil”. In. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005). Uma apreciação dialógica desses nexos encontra-se em Élide Rugai Bastos. “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”. In. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)*. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré, 2002.

⁸²⁷ Maria Arminda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 297-298.

⁸²⁸ “No mesmo campo, situa-se a obra do historiador Fernando Novais (...) a vertente interpretativa é semelhante, guardados os requisitos inerentes ao métier”. Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil”, p. 207.

embora afirmem a validade do conceito.⁸²⁹ Diga-se de passagem, Ianni eliminou “servil” não apenas do título, mas da tese.⁸³⁰ Além disso, o subtítulo que ele criou para a tese (*Apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional*) e o título de Fernando Henrique (*Capitalismo e escravidão*) assinalam a afinidade do recorte ambicioso das teses naquela espécie de cabo de força – o problema das relações *raciais* puxando para período mais recente, o das relações *escravistas* ara a relação das regiões e a economia colonial. E, como não reconhecer o empenho na análise da diacronia – sincronia – diacronia, que dão as coordenadas de fato da apresentação de seus capítulos, abarcando a ocupação do espaço sulino ao fim do escravismo, no título original de Fernando Henrique Cardoso? Os dois doutorandos, tentando aliar análise sincrônica e diacrônica estão se referindo à perspectiva histórica, que ordenando as sociedades analisadas no

⁸²⁹ Além de insistir Octavio Ianni em que, a despeito do reduzido número de escravos em Curitiba, isso não torna o regime social menos representativo do que seja uma sociedade de castas, ao longo de toda a tese a idéia é retomada, opondo a ordem fechada, de casta à outra, aberta, de classe – implicitamente. Pela ambigüidade da linguagem remetendo às matrizes teóricas, o trecho é expressivo do que vamos assinalando: “Em poucas palavras, é uma categoria social cujos membros são alienados não só no produto do seu trabalho como também em sua própria pessoa; ou seja, é uma casta alienada, que não está em condições de apreender, enquanto casta, o sentido da própria existência social, quer em face da casta à qual se acha submetida quer de si mesma.” (Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 232-233.). Fernando Henrique Cardoso *afirma* a validade de “castas”, a despeito de evidências que poderiam colocar o conceito em dúvida. No encaminhamento da questão da mobilidade ascensional do mulato, considera-o “como um negro ao mesmo tempo privilegiado e estigmatizado pela dupla condição de trãsfuga da raça e *parvenu*” por meio dele, “toda a ambigüidade da situação de negro como se revelava no matiz mais claro da pele”. (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 265). Assim sendo, eram a própria demonstração da “inexistência do sentido de repugnância mútua entre as camadas sociais que constituíam a sociedade servil”; e, nesse sentido, “denunciavam a existência de uma inconsistência cultural na sociedade de castas brasileira.” (Idem, p. 265). Passando em revista autores canônicos, pondera: eles não eliminam de todo a possibilidade de intercuro sexual e ao matrimônio entre as castas, de modo que “o ponto central da questão estaria portanto, na definição da posição social da prole gerada pelas relações entre membros das diferentes castas”. (Idem). Apesar do mulato ser “privilegiado”, “isso não quer dizer que a sociedade escravocrata brasileira não fosse regida por princípios de casta. Ao contrário, não só era como é possível mostrar que, mesmo no presente, há vestígios deste sistema”.⁸²⁹ Ainda que no Brasil, “não só a ‘repugnância recíproca’ não [tenha se mantido] rotineiramente, como a ‘repugnância social’ da prole [tenha sido] incompleta: o paternalismo patriarcal ‘tolerou’ e ‘protegeu’ o fruto das uniões ilícitas entre os negros e os brancos, a partir do período de desagregação da ordem servil”; nada impede “falar em sociedade escravocrata de castas, e com mais forte razão, o emprego do conceito está justificado quando se pensa em todos os outros princípios que definem as situações de castas, apresentados pacificamente pela literatura especializada. Apenas, cabe fazer, como fiz, ressalva de que o sistema de valores da sociedade de castas brasileira apresente inconsistências culturais típicas.” (Idem, p. 266).

⁸³⁰ Além do título da tese e das seções dela, em todas as passagens que cotejamos, houve alteração. Assim, as seções da tese e do livro, transformam-se: “O apogeu do regime servil”/ “O apogeu do regime escravocrata”; “A desagregação da sociedade servil”/“A desagregação da sociedade escravista”. Em geral a modificação consiste no servil/escravista ou escravocrata; porém não é regra. Assim, lemos na tese: “três principais polarizações do sistema sócio-cultural do regime servil”; e nas edições em livro: “três principais polarizações do sistema sócio-cultural vigente”. Respectivamente: Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*. Tese de doutoramento. FFCL-USP, 1961, p. 185; *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962, p. 148. As citações do doutoramento de Ianni são sempre as da tese, em função da quantidade de modificações que seu texto sofre. Vale mencionar, não apenas este, a modificação de porções substanciais dos textos parece ser um padrão no sociólogo.

tempo, mas procurando também compreender a dinâmica de seu funcionamento e as condições de sua modificação. Trata-se de apreender a estruturação, a dinâmica e a crise da estratificação social – em castas, estamentos e classes. Não por acaso, Florestan Fernandes, entendia haver a vigência acoplada desses três princípios de estratificação social, freando o pleno funcionamento da ordem competitiva.⁸³¹ Questão teórica capital, do ponto de vista estritamente sociológico, *castas, estamentos e classes sociais* é herança deixada pelos dois sociólogos – cujo Marx privilegiava o método – aos mais jovens.⁸³² Dito de outro modo, o “Marx deles” não é o das classes sociais.⁸³³ Contudo, em momento no qual o círculo ainda era relativamente restrito, “Marx” talvez não se segmentasse tanto, como se observa nos anos seguintes. É válido, neste sentido, afirmar – sobretudo com relação à tese de Fernando Henrique Cardoso, em que é mais

⁸³¹ Maria Armanda do Nascimento Arruda. *Metrópole e cultura*, p. 299.

⁸³² Testemunho disso deu um segundo anista na época das defesas, que havia estudado no Colégio Roosevelt, tinha interesse por marxismo, e acabaria, impressionado pela grandeza dos mestres, e instigado pela oscilação conceitual, indagando-se: afinal – *castas, classes ou estamentos*? Ele defendeu seu doutorado nove anos depois, a respeito desses conceitos em Weber e Marx. Trata-se de Sedi Hirano. *Castas, estamentos & classes sociais. Introdução ao pensamento de Marx e Weber*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2002, 3ª ed. revista.

⁸³³ Fernanda Peixoto defende ser necessário um “exame mais detido da noção de classe social com a qual opera Florestan”; pois, ainda que “inspirado pelo marxismo”, talvez houvesse um “eco do sentido de classe, tal como empregado pelas ciências sociais americanas nos anos 30, que vêem-na como relação social aberta – e portanto valorada positivamente – oposta à casta, vista como camada fechada?”. (Fernanda Peixoto. *Diálogos brasileiros*, p. 194). Segue mesma direção a ressalva de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães: por não participarmos “do universo de valor que encara positivamente as classes”, é necessária atenção redobrada para compreender a “maneira positiva com que os cientistas sociais das décadas de 40, 50 e 60 relacionaram classes e *status* à cor”. (Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. “Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960”. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 147). A conotação positiva de “classes” é tributada às clivagens que se devem “apenas a diferenças adquiridas pelos indivíduos como resultado de sua competição num mercado livre”. Por isso são tomadas como “‘boas’ diferenças, ao contrário das diferenças existentes nas castas, às quais, por se deverem a características herdadas e inatas, independente do desempenho individual, são consideradas ‘más’ diferenças.” (Idem, p. 146). As ressalvas mencionadas parecem feitas *ad hoc* também para uma leitura das teses esposadas por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni – o “marxismo” deles não se encontra, preferencialmente, no manejo de “classe social”. O tratamento dado pelos sociólogos ao problema da mobilidade social, de algum modo encerra a valoração positiva referida anteriormente, no sentido de que, caso tivesse plena vigência, a sociedade de classes chancelaria a mobilidade ascendente, de modo a dar outro conteúdo à metamorfose sofrida pelo ex-escravo: não de escravo a negro, mas a cidadão, para nos valer dos termos de Ianni e Florestan. As teses são repletas de assertivas como: “A democracia brasileira e sua matriz social classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime (...)” (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 264; “Despreparados psíquica e socialmente pra os novos *status*, muitos permanecem à margem do sistema econômico-social ‘branco’, incapazes de um reajustamento satisfatório para eles e segundo as expectativas dos brancos.” (Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 329-330). É “situando a problemática na passagem da sociedade tradicional para a sociedade de classes” que Florestan Fernandes “investiga a situação dos negros no prisma das formas sociais excludentes e das possibilidades de integração” (Maria Armanda do Nascimento Arruda. “Dilemas do Brasil moderno”, p. 195) – este arco mais amplo de preocupações liga as teses dos discípulos às do mestre, muito embora não tenham feito dele o assunto principal da tese.

acentuado o esforço teórico – esta combinação entre Weber e Marx é tributária do mestre.⁸³⁴ E, talvez, não apenas no que se refira à chancela ao “ecletismo bem temperado”, ou seja, desde que justificado pelo problema de pesquisa, mas pela disposição em conciliar, que, se talvez tenha base em sua educação, foi requerida a todo tempo nas operações institucionais. Não era ela que estava em ação na conhecida tentativa de unir Sartre e Lukács – os dois pólos opostos do topo filosófico do seminário? Não por acaso, Bento Prado Jr. define Fernando Henrique seminarista como aquele que “fazia mediação entre as diferentes posições”, estando “sempre entre os dois lados”, manifestando “uma discreta ironia”, e “não propunha idéias novas”.⁸³⁵

É de interesse que Ianni e Fernando Henrique tributem a atenção à diacronia, ao “marxismo”.⁸³⁶ Até se poderia ouvir Giannotti com seu Marx-antídoto ao formalismo, objetivando os conceitos das disciplinas que interpela por meio da historicização dos mesmos – atingindo, como vimos, a relação de Paul Singer com a Economia, dos sociólogos, com a Sociologia. Mais remotamente, poderíamos supor: não está aí também, por alguma outra via que não a leitura, o Marx de Florestan, designado para processos diacrônicos? “As formas sociais, segundo Marx, devem ser consideradas em seus termos próprios e peculiares, porque variam no espaço e no tempo”, devendo por isso, serem estudadas “em seu processo interno de mudança”.⁸³⁷ As duas pontas do cabo de força – entre o passado-presente das relações escravistas; o presente-passado das relações raciais – são puxadas pelo futuro-passado: a aposta nas possibilidades da floração moderna em âmbito nacional, *a integração do negro na sociedade de classes*. Dimensão pela qual talvez nas entrelinhas, Fernando Henrique Cardoso peça desculpas por não ter logrado cumprir junto à região que lhe cabia.⁸³⁸

⁸³⁴ “A intenção era entender o sistema escravocrata brasileiro e utilizar uma ferramenta sociológica que é dúplice, weberiana e marxista. (...) A compreensão disso tudo (...) era muito confusa. Como é que você iria explicar o problema da relação ‘de classes’ numa sociedade que não é de classes, que era escravocrata” Fernando Henrique Cardoso. Entrevista a Vicente Torres Freire. In. *Memórias do presente*, v. 2: 100 entrevistas do ‘Mais!’. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 262-263.

⁸³⁵ Bento Prado Jr. entrevista a Brigitte Hersant Leoni, citada pela biografia. *Fernando Henrique Cardoso*, p. 89.

⁸³⁶ “Tomando a realidade social segundo seus critérios, podemos conhecer o estado e os sentidos das conexões sincrônicas e diacrônicas dessa mesma realidade, integrando interpretativamente, os homens, os grupos sociais, a organização da sociedade, a estrutura econômica, o sistema cultural.”; “... como estamos interessados numa análise estrutural diacrônica, preferimos apanhar as funções dos processos em termos das transformações da estrutura econômico-social global, onde as funções se classificam, adquirindo sua plena significação explanativa.” (Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 20; p. 332).

⁸³⁷ Florestan Fernandes. “Karl Marx e o pensamento sociológico moderno”, p. 334.

⁸³⁸ “É verdade que a problemática fundamental da integração dos negros à sociedade de classes formada depois da Abolição está delineada nos capítulos finais dos dois livros. Entretanto, os resultados gerais do

a. Marxismo dominante

“... que no fundo de sua alma nenhuma dúvida paire quanto à natureza de minha estima, de minha consideração e de minha admiração não só pelo meu amigo Florestan, como pelo meu professor a quem devo muito do que sei hoje, a quem devo o estímulo na juventude, o apoio na crise dura por que passei na cadeira da Alice e ao Florestan Fernandes homem de fibra, a quem devo a coragem de me haver defendido sempre...”

Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes, Paris, 1968.

Fernando Henrique Cardoso escreveu uma “Introdução” para seu doutorado, na qual defende a “utilização da interpretação dialética na sociológica”, discutindo as “implicações sobre o tipo de problemas selecionados para análise, bem como a forma de sua explicação e apresentação na monografia”.⁸³⁹ Segundo ele, não seriam graves os prejuízos do leitor que não se detivesse na fração mais substancialmente teórica dela, podendo avançar caso lhe conviesse.⁸⁴⁰ Florestan Fernandes, já injuriado com as atividades do Seminário, manifestou-se arredio à ousadia de seu assistente. Pudera. *Mutatis mutandis*, a iniciativa poderia ser entendida como espécie de dois em um: Florestan havia cumprido as três etapas da titulação, escrevendo ensaio a respeito de método e teoria sociológica *após* o doutorado, com vistas a livre-docência; seu aluno parecia, numa tacada só, querer fazer o mesmo. Melhor indício da ciência do risco de rebaixamento intelectual talvez não haveria, não fosse, junto a esta correria, a “ameaça” que fez ao professor – estimulada e, no limite, chancelada, justamente por sua posição de destaque, em aparente igualdade a ele. Segundo ele, tendo Florestan Fernandes desaprovado sua introdução teórica. “Então (ameacei) defender a tese com o *Lourival Gomes Machado*, catedrático de Política, com quem eu me dava bem e *que Florestan não considerava academicamente sólido*. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi

programa de investigações sobre o negro no Brasil Meridional só ficarão completos com a publicação posterior de trabalhos sobre a ascensão social dos negros.” (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 22).

⁸³⁹ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 23.

⁸⁴⁰ “A discussão dos pressupostos metodológicos da investigação foi feita em nível abstrato e com certo grau de complexidade, como a natureza dos problemas versados impunha. Entretanto, o leitor sem interesse especial em questões desse tipo poderá, sem graves prejuízos para a compreensão do trabalho, iniciar a leitura pela segunda parte da Introdução, que, como o resto do livro, refere-se a questões concretas, passíveis de serem explicadas de forma simples e clara.” (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 24).

‘um pega pra capar’”⁸⁴¹ Por que o sociólogo, de feitio conciliador, desafiaria o mestre? E, por que não defendeu com Lourival? A pergunta, talvez por ser tão óbvia quanto a resposta, jamais lhe foi feita.⁸⁴² Ele perderia, numa só tacada, Florestan e a respeitabilidade intelectual e institucional da Sociologia I – pois, se a cadeira dependia dele, também ele precisava dela. A reforçar o argumento a respeito do investimento nos estudos de Marx e marxistas como compensação da visibilidade *exclusivamente* institucional, pelo sociólogo, ressalte-se que, insatisfeito em *defender* tal “Introdução” na tese, publica-a separadamente duas vezes, ambas em ambiente acadêmico não paulistano, porém não alheio à grade de valores deste, em círculos com os quais o núcleo mantém relações freqüentes.⁸⁴³

*

“Introdução” documenta as discussões do Seminário: a leitura d’*O Capital*, as referências autorais, especialmente Jean-Paul Sartre e Georg Lukács, a defesa da superioridade do “método dialético” em relação a outros, na sociologia, e a tentativa de estabelecer os termos de uma síntese, que, parece-nos, anuncia-se veladamente na epígrafe escolhida. Trata-se da assertiva de Karl Marx na *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem”: piscadela de olho do sociólogo, talvez, também por Lukács no capítulo quarto de História e consciência de classe, “A reificação e a

⁸⁴¹ Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos*, p.76.

⁸⁴² Ao menos, em nenhuma das entrevistas que consultamos ao longo da pesquisa.

⁸⁴³ “O método dialético na análise sociológica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. II, março de 1962 (de Minas Gerais). “El método dialectico en el analisis sociológico”. *Pasado y Presente*, n. 7-8, oct-março 1965 (revista argentina com tendência gramsciniana). O consórcio de disciplinas casado com o das estratégias de visibilidade encontra expressiva marca no fato de que *nas duas revistas* também José Arthur Giannotti comparece com textos de caráter metodológico e epistemológico: “Pensamento formal e ciências do homem”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. I, novembro de 1961; “Marxismo, técnica y alienación”. *Pasado y Presente*, n. 5-6, abr-set, 1964. A dar testemunho de que elas não são alheias à grade de valores do profissionalismo paulistano, vale atentar para a “rejeição ao marxismo”, identificada nos últimos números dela, por Maria Arminda do Nascimento Arruda, em nome justamente do profissionalismo, com o “prenúncio de novos tempos”. (“A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais”. In: Sergio Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.I. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 356-361). Cotejando-se cinco versões da “Introdução” – a da tese; a da primeira edição (Difel); a da segunda edição (Paz e Terra, 1977); e as dos periódicos – podemos afirmar: as duas últimas são idênticas entre si, e, do mesmo modo, as três primeiras. Quando trata de sua discussão / conciliação com Florestan Fernandes por causa da tese, afirma Fernando Henrique, por vezes, ter publicado a versão integral da introdução, deixando na tese uma versão mais “abrandada” do desafio. A menos que haja outras publicações deste texto, nas publicações acima mencionadas, dificilmente se encontram duas “versões” – senão ajustes aqui e acolá, adaptando o texto aos suportes e orientados por um princípio de simplificação da escrita. Diga-se de passagem, é padrão do sociólogo a economia de modificações – ao contrário de Ianni – pelo menos nos textos com que trabalhamos.

consciência do proletariado”.⁸⁴⁴

Três elementos podem ser destacados para uma apresentação sucinta da *Introdução*. Há um objetivo assumido pelo autor ao escrevê-la, há um recurso de que se vale para tanto e há, fundamentalmente, uma idéia defendida sobre a interpretação dialética nas pesquisas sociológicas. Motivo pelo qual o texto pode ser representativo do “desafio de firmar o bom nome da dialética nos terrenos da ciência”.

O objetivo da *Introdução* é propor a interpretação dialética como um recurso válido para a Sociologia enquanto ciência. Considerando que as ciências sociais se desenvolveram sem aproveitar satisfatoriamente as contribuições de Marx, assegura Fernando Henrique Cardoso que “o problema para a utilização da interpretação dialética estaria na determinação dos procedimentos metodológicos requeridos por esse tipo de abordagem e na discussão da compatibilidade desses procedimentos com a problemática sociológica”.⁸⁴⁵ Tais pontos ligam-no a Florestan: pertinência do método à área, nexos entre problema e escolha do método. É justo, portanto, cotejar tese com “Introdução”: está no escopo delimitado para/pelo próprio sociólogo.

O recurso de que Fernando Henrique Cardoso lança mão, tendo como propósito justificar sua escolha teórica, consiste na comparação da “interpretação dialética” com outras linhagens sociológicas que também se arvoram na noção de *todo*, para a compreensão da ação social – principalmente, o funcionalismo e o estruturalismo. Assim, “o problema não está em saber se a dialética como a interpretação funcionalista ou a abordagem ‘estruturalista’ etc., utiliza a noção de *todo*, mas está em determinar *como*, ou seja, mediante que requisitos metodológicos e com que intenções cognitivas constroem-se as totalidades nas diversas formas de interpretação.” Seu intuito é “salientar a peculiaridade dessa forma de conceber e explicar teoricamente a realidade social”.⁸⁴⁶ Daí explicar: a análise dialética diferenciar-se da funcional, no que se refere ao manejo da noção de “todo”, porque nela, o “concreto aparece como o resultado de um processo de conhecimento”. Torna-se insuficiente “a descoberta que se obtém nas

⁸⁴⁴ Georg Lukács. *Histoire et conscience de classe*, p. 109.

⁸⁴⁵ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 24.

⁸⁴⁶ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 25. Para ele, “também na análise funcionalista a noção de ‘todo’ desempenha um papel de primeira importância”, de forma que, “as análises ao nível dos sistemas sociais globais, ou das unidades funcionais totais, transformaram-se mesmo em postulado para a determinação das funções sociais”. Nesses *constructos*, as “unidades funcionais” são “definidas de molde a possibilitar a análise das relações de coexistência ou de interdependência nas condições empíricas em que as ‘unidades funcionais’ se manifestam.” Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p.25.

explorações descritivas das condições e fatores cujos efeitos resultam na produção, numa determinada ‘ordem’, de um sistema integrado ou de uma situação social dada”, para que as relações “que se procura determinar numa totalidade assumam sentido heurístico”. De maneira que, elas “não devem ser retidas conceptualmente como simples reprodução no pensamento de relações empíricas, nem basta que a teoria seja capaz de descobrir os padrões que regem as conexões entre essas relações”. O imediato, o real, articula-se por mediações com a *totalidade*, na interpretação dialética. Essas mediações se dão por meio da elaboração de categorias capazes de apreender, “as contradições do real” e de “categorias não definidas empiricamente”, que desvendam “as relações essenciais que aparecem de imediato (...), ‘mistificadas’.”⁸⁴⁷ Entendendo que haja “um movimento de determinações essenciais (...) que se objetivam *sob formas que ao mesmo tempo as negam e exprimem*”⁸⁴⁸, pretende o autor, “tendo partido da análise do escravo como mercadoria” chegar à ação social do “negro enquanto homem”.⁸⁴⁹ Dito de outro modo, “o real como ponto de partida não é um objeto empírico”.⁸⁵⁰ Quase se escuta as lições do filósofo contra o empirismo, a favor da lógica da construção conceitual.⁸⁵¹

Por meio da comparação, aproximações e distanciamentos são demarcados com a finalidade de apontar a especificidade da dialética. Contudo, para que a pretensão de elaborar categorias explicativas num registro dialético, no interior de uma totalidade concreta seja possível, é evidente, e reconhecido pelo autor, o ponto de contato estabelecido com as “correntes estruturalistas”. A advertência, porém, quanto à particularidade da dialética é certa: a semelhança de procedimento é formal – “num e noutro caso os requisitos metodológicos para a generalização dependem da elaboração interpretativa de categorias capazes de exprimir determinações gerais.” Isso porque os estruturalistas “elaboram modelos que exprimem relações vazias de conteúdo significativo, para assim reter interpretativamente, como *padrões* quaisquer tipos de ação social concreta.” Por sua vez, o que pretende a dialética é sintetizar tanto as

⁸⁴⁷ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 27.

⁸⁴⁸ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 29 (destaques do sociólogo).

⁸⁴⁹ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 38.

⁸⁵⁰ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p.30.

⁸⁵¹ Desmentindo afirmações posteriores do sociólogo, tais como: “Para nós, sociólogos, a discussão conceitual não é tão decisiva assim, há sempre a preocupação com as referências à ‘realidade’.” Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*, p. 77-78. Atente-se: é recorrente esta tentativa de “despistar” leitores da discussão teórica, em contraste com o investimento do dele na área.

“*determinações gerais* (os processos sociais recorrentes) como as *determinações particulares* (os processos emergentes), vislumbrando nestas o elemento explicativo do sentido das totalidades sociais.”⁸⁵² Eis aí o aspecto a ser destacado pelo autor: a análise dialética é apropriada para processos de transformação global, nos quais as ações humanas não estão inscritas nas “funções sociais” previstas no “todo” funcionalista ou nos “papéis” do modelo estruturalista.⁸⁵³

Eis a idéia que sustenta a defesa em curso. A interpretação dialética seria uma alternativa, no interior da ciência sociológica, à previsibilidade postulada em outras correntes, cujos recursos estão mais adequados para análises sincrônicas, mas não dão conta de viragens na ordem social global. *Chegava ele a um acordo com Florestan?* Era, afinal um “referendo explícito ao caráter profícuo da interpretação dialética”, e o doutorando, “após um discurso sobre o método, busca, todavia, pensá-lo do ângulo da análise sociológica”.⁸⁵⁴ Daí assegurar: “a representação da atividade social vista em conexão com o ‘funcionamento’ de um sistema de interação já constituído” só se completa quando se retoma “o pólo oposto, que é a atividade social que constitui os padrões de integração funcional. Só assim se entende por que a atividade social recorrente diferencia-se no próprio processo de repetir-se.”⁸⁵⁵ Em outras palavras, a interpretação dialética torna-se defensável e *necessária*, especialmente para a abordagem da desagregação de um tipo de sociedade – momento em que o *diferenciar-se ao repetir-se* é decisivo para os rumos que ela toma, processo no qual a contradição entre sincronia e diacronia dão o eixo para análise e no qual não apenas as *ações* dos sujeitos ganham relevância histórica, como a consciência que logram alcançar do conjunto torna-se matéria de análise, abrindo o escopo para o conceito lukaciano de “consciência adequada”. É neste sentido que a superioridade e a legitimidade da

⁸⁵² Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 31.

⁸⁵³ “O método dialético permite, portanto, a análise da interação social a partir de situações, condições, fatores e efeitos sociais recorrentes que produzem configurações sociais estáveis, fixando padrões de inter-relações. Desse ângulo a análise torna-se estrutural. Porém, mesmo neste caso não se confunde com a abordagem ‘estruturalista’. Esta, por imposições lógico-metodológicas, ordena os elementos que integram os modelos estruturais em sistemas abstratos de relações. Graças a este artifício, é possível prever todas as possibilidades de interação reguladas por padrões estruturais, *independentemente do conteúdo e do tipo particular de ação* que concretamente se desenrola num grupo dado. Assim, todos os fatos observados que exprimem normas estruturais podem ser explicados, formalmente, através do modelo. Entretanto, os modelos, por causa dos requisitos metodológicos de sua construção não retêm os conteúdos significativos das ações sociais”. Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p.33 (destaques do sociólogo).

⁸⁵⁴ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “*A sociologia no Brasil*”, p. 206.

⁸⁵⁵ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p.34.

“interpretação dialética” são delimitadas. Ela não se apresenta como uma alternativa à análise da interação social, senão da interação social em processos nos quais a alteração dela se torna predominante – ou, para retomar os termos antes empregados, quando o *diferenciar-se* se sobrepõe ao *repetir-se*. Há, portanto, implicitamente, a destinação de uma problemática sociológica para a interpretação dialética – tal como em Florestan. Para tanto, contudo, a âncora é o conceito de *praxis*, sartreano.⁸⁵⁶ Dessa maneira, a contribuição da perspectiva interpretativa dialética, para a Sociologia, consiste na análise do “processo de modificação das condições estruturais e funcionais”. Isso porque, é no interior da *totalidade concreta* que a ação humana se configura como *praxis* – negação e afirmação da ordem social, que, nos contextos de desagregação, *apontam* para a transformação estrutural da “integração social total”. *Praxis*, contudo, é noção que alimenta numerosas controvérsias. No entendimento do sociólogo, operar com esse conceito propicia atinar para que “fins desejados, condições de realização das ações e resultados obtidos” não sejam tratados como fatores externos uns aos outros ou contrapostos por sua natureza – “como condições subjetivas individuais, por um lado, e fatores independentes da ação humana particular, por outro”.⁸⁵⁷ Com efeito, *praxis* lhe parece ser a saída para a desaprovação de uma perspectiva segundo a qual a “objetividade das coisas” e a “subjetividade da ação” por se desencontrarem irremediavelmente, devam ser analisadas de maneira separada. Ao contrário, interessa-lhe a unidade de ambas – aspecto passível de apreensão no interior da perspectiva de *totalidade* elaborada, por incorporar a *negação* como momento constitutivo.

Na segunda parte de sua introdução teórico-metodológica – aquela pela qual o leitor poderia iniciar, sem graves prejuízos para o entendimento – Fernando Henrique Cardoso apresenta, como de praxe, a que se destina cada capítulo no conjunto da tese. Mas, se o procedimento é corriqueiro, a prestação de contas com *O Capital*, não: “No presente trabalho procurei guiar-me por estes cânones gerais da dialética marxista. Apenas, como o livro diz respeito à análise de um processo histórico-social, a estrutura

⁸⁵⁶ “(...) na análise das seqüências funcionais e na construção de modelos estruturais, se é possível reter, logicamente, as condições de redefinição dos sistemas e se, portanto, cabem análises diacrônicas, em nenhuma circunstância o próprio processo de modificação das condições estruturais e funcionais é representado de forma que se entenda ação social humana como *praxis* que transforma pela negação e que, ao transformar, necessariamente atribui e nega *sentido* a um universo determinado. Por isso mesmo, a validade das explicações funcionais e estruturais restringe-se àquelas situações nas quais existe um universo de significações sociais dado e um padrão definido de integração social total.” Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 39 (destaques do sociólogo).

⁸⁵⁷ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão*, p. 43.

do trabalho não é lógico-sistemática.”⁸⁵⁸. É como se dissesse para aquele leitor-cúmplice, ou, quiçá, para o amigo Giannotti, “superegoteórico”: diferentemente de Marx, que parte da mercadoria como categoria mais geral e passa às transformações do valor em capital e dinheiro, chegando à história das formas somente no término do livro I, “eu adoto” outro procedimento, diferente daquele de Marx – por se tratar de processo histórico-social – mas não *indiferente* a ele. Se não pode acompanhar as formas do valor, pode, como Marx com relação a mercadoria, partir do “*constituído* [ainda que] o tema que se procura desenvolver no livro é o *processo de constituição* de uma totalidade histórica que implicou a dupla alienação de senhores e escravos. O ponto de partida do trabalho é, portanto, na verdade, o momento final de um processo histórico”.⁸⁵⁹ O ponto a respeito do qual não pode deixar de bater continência, obviamente, refere-se ao tratamento de categorias alienadas, quando a tarefa do sociólogo-marxista é justamente rasgar o véu das aparências.⁸⁶⁰ Passando ao segundo capítulo (“A sociedade escravista, realidade e mito”), dificilmente não há aí uma tentativa de paralelo entre senhor - escravo e dialética entre capital e trabalho, patente na justificativa: “a análise da camada senhorial tal qual ela se inseria na realidade histórica como um modo determinado, e também alienado, de existência é o reverso da medalha da análise da mão-de-obra escrava”.⁸⁶¹ Nos capítulos terceiro e quarto (“Senhores escravos na ordem escravocrata gaúcha”; “Estrutura econômica e política da sociedade escravocrata”) considera ter chegado a “uma perspectiva totalizadora”⁸⁶². Isso porque, no terceiro, “(...) procura-se definir as relações entre os senhores e os escravos tanto em função de suas determinações gerais (abstratas) como em função das determinações particulares”; entendidas estas como as relações de interação.⁸⁶³ É a

⁸⁵⁸ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 34.

⁸⁵⁹ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 35.

⁸⁶⁰ Assim, em notável paralelo com discussões lideradas por Giannotti: “se as determinações contidas no primeiro capítulo são, num sentido, as mais ‘concretas’, porque objetivadas como fatos históricos, noutro sentido são as mais abstratas, pois desenvolvem-se no nível mais superficial da totalidade concreta: os escravos aparecem como *coisas*, como mercadorias, reguladas pelo processo econômico, sem que a análise do capítulo se revelem, entretanto, as vinculações com a prática social global que nos faziam aparecer sob esta forma e, menos ainda, as tensões derivadas da condição de homem da mercadoria-escravo.” Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 35.

⁸⁶¹ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 35.

⁸⁶² Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 36.

⁸⁶³ “Neste capítulo, a análise é, simultaneamente, particular e geral: a caracterização formal das relações entre senhores e escravos (como relações de violência e de alienação mantida pelos efeitos da violência) exprime-se de forma particular em cada situação singular, e cada situação singular (a estância, a família, a charqueada, o mercado urbano) revela, em sua unicidade, as determinações gerais mediatizadas pelas

partir do quarto capítulo que entraríamos, por assim dizer na “história *en se faisant*”⁸⁶⁴. Nele, “o jogo dialético do particular e do geral”, a esta altura “mediatizado pelo movimento da razão que determinou as categorias essenciais de sistema capitalista e escravidão” – que dizer, em sua tese também o concreto é “concreto como pensado” – conduz a análise “do nível da discussão das condições funcionais e estruturais de manutenção do sistema escravocrata para a análise da atividade social concreta, vista, a um tempo, como resultado social e como procedimento de invenção da história”.⁸⁶⁵ No modo como apresenta o capítulo, é possível para o leitor ouvir, numa espécie de subtexto – também aqui a história entra em cena depois da apresentação das categorias, tal qual no livro de Marx, lido com Giannotti. Como “só na desagregação revelam-se de forma nítida as condições, fatores, processos e mecanismos que interferem no seu funcionamento”⁸⁶⁶, é por meio dela que o sociólogo analisa, enfaticamente no capítulo quinto, “os requisitos de funcionamento do sistema servil”⁸⁶⁷. Pela mesma razão, é neste estágio de *crise final do sistema social* que “a consciência das condições de funcionamento do sistema evidencia-se, para os coevos”⁸⁶⁸. Podendo então o sociólogo “lidar com vários níveis da totalidade concreta: analisam-se, simultaneamente, as condições da ação (estruturais e organizatórias), a consciência real e possível da situação social e a ação como *praxis*”.⁸⁶⁹ Chegaria ele então “ao termo, tendo partido da análise do escravo como mercadoria com a análise do negro enquanto homem, evidenciando-se com isso o propósito mais geral do presente trabalho, que é o de estudar um momento da história da luta do homem contra a alienação.” No capítulo final, “os problemas discutidos deixam de ser relativos às condições gerais da *praxis* do negro para circunscreverem-se à temática da transformação dessas condições pela *praxis* do homem negro.”⁸⁷⁰ A chegada a este “termo” cujo percurso foi partir do escravo-mercadoria e chegar ao negro-homem dificilmente disfarça, na série de paralelos que vimos identificando, a retomada do paralelo com *O Capital* de Marx, da

formas particulares de existência. Nenhum dos dois pólos, contudo, dissolve-se no outro.” (Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 36)

⁸⁶⁴ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

⁸⁶⁵ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p.37.

⁸⁶⁶ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

⁸⁶⁷ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

⁸⁶⁸ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

⁸⁶⁹ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

⁸⁷⁰ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 37.

mercadoria que nega sua forma inicial? Invertendo assim o início da apresentação de seus capítulos, tudo se passa como se dissesse: “eu também, como Karl Marx, parti da mercadoria”, mas a mercadoria, neste caso, era um homem, ou seja, a negação dela, e, com isso, cumpro o papel do sociólogo marxista – desvendo o véu da aparência chegando às determinações essenciais. Para isso, toma como unidade de análise precisamente o momento de crise dessa sociedade, em que seus elementos mais fundamentais se revelariam.⁸⁷¹

O recurso à “interpretação dialética”, à “totalidade concreta”, e à *praxis* compõem o quadro, então, para a *explicar a constituição e desagregação de um tipo de sociedade* sem abrir mão da *subjetividade* como ação que *afirma e nega* a ordem das coisas, ou seja, da singularidade – três aspectos que, no interior das linhagens sociológicas consagradas como recursos interpretativos, se não são desprezadas, também não se sobressaem.

Engajar-se partidariamente não garantiria nem a leitura pretendida, nem a legitimidade intelectual. Por isso, a preocupação com a “unidade prática-teoria” não se configura à maneira dos grupos políticos correntes à época. Contudo, o abandoná-la distanciaria o grupo de aspecto definidor do próprio marxismo. O conflito foi encaminhado à luz da coerção não partidária, mas acadêmica. A saída para o impasse estaria em encontrar no *tempo pretérito* um momento no qual a *praxis* pudesse se tornar objeto de análise: a desagregação de uma sociedade escravista, a consciência possível e “impossível” oferecida aos agentes pelo escravismo e pela forma específica de constituição daquela sociedade, encontros e desencontros entre as intenções da ação humana e os resultados dela. Há, a todo momento da defesa da dialética, uma valorização da “ação humana criadora” que coloca ao sociólogo, e simultaneamente, o problema da desagregação da ordem escravista e da formação da sociedade de classes. Não está em jogo *qualquer praxis*, mas a de senhores e escravos num processo de decomposição geral da ordem social, tornando-se então, objeto pródigo para que o sociólogo enfrente os dilemas últimos das fronteiras entre teoria social e história, entre

⁸⁷¹ Por isso, ao comentar o primeiro capítulo, afirma: “Expõe-se a participação do escravo no ‘sistema de produção’, encarando-se este como algo *constituído*, e aquele como uma peça da engrenagem econômica, quando o tema que se procura desenvolver no livro é o processo de constituição de uma totalidade histórica que implicou a dupla alienação de senhores e escravos. O ponto de partida do trabalho é, portanto, na verdade, o momento final de um processo histórico”. (Idem, p. 35) E ainda, ao analisar a concorrência entre saladeros e charqueadores, garante: “só em conjunturas altamente favoráveis aos grandes lucros pode manter-se a economia escrava competindo com a produção assalariada” (Idem, p. 186).

regularidades previsíveis e inéditos improváveis, entre as elaborações da consciência – do seu objeto e de si mesmo – e a ação social. Em suma, a alternativa ao dilema central – como fundamentar a legitimidade da leitura estritamente acadêmica se a própria corrente teórica, em sua raiz convoca a tal unidade –; junto ao que foi prometido na “Introdução” obriga que se verifique a coerência entre o discurso do método de seu exercício.

*

Como o sociólogo defende que *praxis* consiste em noção que poder resolver o problema da ação histórica, entendida como sinônimo de “projeto” na acepção sartreana, é de se supor a recusa tanto do voluntarismo quanto do determinismo.⁸⁷² Com efeito, ele é repetitivo ao afirmar o que a ação dos homens “faz diferença na história”, nas passagens relativas ao método. Entretanto, na análise propriamente dita, o que encontra(mos) é a irrelevância de suas ações e a limitação de suas consciências. Seu material “empírico” desmente os conceitos que tenta unir. Nem os senhores alcançaram a “consciência” de que sua falência se devia ao regime de trabalho⁸⁷³; tampouco, os

⁸⁷² “(...) não se tentou explicar a relação entre fins desejados, condições de realização das ações e resultados obtidos, como uma sucessão de fatores externos uns aos outros, ou opostos pela própria natureza (como condições subjetivas individuais, por um lado, e fatores independentes da ação humana particular, por outro). Desses equívocos procurei guardar-me nas interpretações, graças à utilização do conceito de *praxis* (...) uma passagem de objetivo a objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade na direção da objetividade, enlaçado entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa, *em si mesmo*, a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, determinações cardeais da atividade. O subjetivo aparece então como um momento necessário do projeto objetivo. Para tornarem-se condições reais da *praxis*, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares (...)”. Idem, p. 43.

⁸⁷³ Como ele demonstra no capítulo IV. Note-se como o “metro” da consciência é central no argumento: “as causas apontadas nos documentos da época para explicar [a ruína] [indicam, em geral] fatores secundários no processo econômico [assumindo] papel primordial nas tentativas de explicação que foram empreendidas. Isso significa que as formas de consciência social desenvolvidas pelas camadas dominantes não permitiram que os problemas reais da economia gaúcha caíssem no horizonte de sua crítica. Nem poderia ser de outro modo, pois a percepção mais profunda da situação real obrigaria o desenvolvimento de formas de consciência e de crítica impossíveis para os charqueadores (...) o conhecimento objetivo da situação, sua crítica e o encaminhamento de soluções levariam à negação das condições que garantiam a situação estamental a que se ligavam criadores, charqueadores e exportadores. Era, por isso mesmo, socialmente inexequível. Por este motivo, a consciência desenvolvida foi quase sempre limitada ao plano político, deixando à margem as condições propriamente sociais e econômicas. À dominação exercida pelas Províncias do Norte, aos erros da política tributária, às questões de fronteira, inclusive o contrabando, atribuíam-se todos os males e limitações da economia gaúcha”. (*Capitalismo e escravidão*, p.171). Como quem se desculpa por ter tomado partido de uma postura reprovada pelo grupo de referência, recua do “determinismo”, acusação que ronda sempre as análises sociológicas: “seria fácil inferir a ligação necessária entre a visão conservadora e escravocrata dos charqueadores com a situação objetiva da economia do charque...” (*Capitalismo e escravidão*, p. 204). E torna a reinventar o problema, indagando, por que não fizeram isso ou aquilo (Idem), para concluir precisamente, pela “ligação necessária” que tentava matizar: “Na verdade, mesmo que as condições que regulavam socialmente a formação de atitudes críticas se tivessem desenvolvido no sul de forma plena e sem ambigüidades, os ‘charqueadores progressistas’ não teriam possibilidades para agir antecipadamente como o patriarcado

escravos, de que sua condição se devia à fase de emergência/consolidação do capitalismo industrial, nas mais diversas ocupações⁸⁷⁴, generalizando sua condição nem alçariam a “consciência da totalidade”⁸⁷⁵. O livro se movimenta num ziguezague entre a subjetividade histórica sofregamente buscada pelo sociólogo, impossível para os agentes, e a condicionante sócio-econômica, inexorável. Com efeito, como assinalamos, o esmero da análise, tanto quanto o titubeio documenta um dos impasses do próprio grupo, por meio do exame dele, nos agentes de que se ocupam: a questão da unidade entre “prática e teoria”, o sentido da *praxis*, que se descobre pelo conjunto das articulações da “totalidade”. Aliás, a tal “totalidade” repousa naquela profícua e traiçoeira área de intersecção entre a Sociologia I e o Seminário. Se na “Introdução” não há dúvidas a respeito do que ela seja, na tese, ela consiste simultaneamente no “sistema social” e no “sistema capitalista”. É em nota de rodapé, que ele parece acertar as contas com crítica que poderia receber de seus amigos seminaristas:

rural paulista do Oeste agiu mais tarde no que se refere à escravidão, pois o sistema escravocrata se impunha como um instituição nacional que respondia às necessidades da economia exportadora e às aspirações das camadas dominantes do país. Neste passo, a condição de dependência da economia sulina dentro da econômica brasileira (cujo *tônus* dominantes era dado pelo setor exportador de produtos tropicais) reaparece como fator limitativo”. (Idem, p.206)

⁸⁷⁴ A recusa em centrar a análise *no sistema escravista* e a insistência em balizar o problema por meio do *escravo*, leva a ambigüidade a pontos de raro drama – dignos do estilo sartreano de descrevê-los. O sociólogo investiga as variantes do condicionamento da consciência em função das ocupações (*Capitalismo e escravidão*, p. 150-153); chegando a impasse notável – em *ocupações mais favoráveis à consciência, a economia a limitava; naquelas em que o fator econômico era favorável, as condições de violência a impediam*. (Idem, p. 215-220). E segue entre evidências que vão no sentido contrário do que quer defender. Por um lado, “a resignação do escravo à situação era aparente” (Idem, p. 140); por outro, o alcance das revoltas “não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos: não abalava a propriedade servil e os mecanismos de sua manutenção. Por isso, no conjunto, esforço pela liberdade desenvolvido pelos escravos apenas indicam a contradição fundamental: o escravo era considerado como uma *coisa* pelos senhores, comportava-se em regra de forma heteronômica graças à coerção contínua de que era vítima e, no entanto, tinha a possibilidade de representar-se como um ser humano, pois podia negar subjetivamente o que afirmava no comportamento manifesto: a condição de ser que age em função dos interesses e da vontade do senhor.” (Idem, p. 142).

⁸⁷⁵ Como não poderia deixar de ser, os conceitos estão “historicamente saturados” – nos termos dos sociólogos; ou, simplesmente, historicizados. Assim, a discussão via Lukács puxa para o paralelo da relação trabalhador/capitalista – e é preciso ponderar: “É certo que também o operário livre, o trabalhador parcial é uma peça, uma *coisa*, para o industrial. Mas, neste caso, o salário denuncia à consciência do operário e do capitalista a possibilidade real de a *peça* transformar-se em homem: o operário contrata e reivindica. Na escravidão, o senhor também remunera o escravo, mantendo-o e alojando-o. mas essa relação bilateral se oculta inteiramente à consciência graças à própria operação de compra onde o resgate é pago não ao escravo, mas ao traficante de escravo. Assim, o senhor julga que nada paga e nada deve ao escravo e este fica privado de qualquer instrumento que lhe permita perceber, imediatamente, o tipo de transação em que foi envolvido. Nestas circunstâncias, o escravo assemelha-se, de fato, às condições inanimadas de trabalho. Por isso é percebido socialmente pelo senhor tal qual aparece, na realidade, de maneira imediata: como incapaz de volição e de reciprocidade, *res, instrumentum vocale*”. Idem, p.146. A ponderação se repete. Ao leitor curioso, indicamos a físgada que o sociólogo sugere em Celso Furtado por não ter o mesmo cuidado que ele. (Idem, p. 185-186).

“Seria possível levar um pouco mais longe a análise para mostrar que ainda não era neste nível – dos interesses da Nação, isto é, dos grupos dominantes do país – que deveríamos procurar a explicação global dos mecanismos de sustentação da escravidão como instituição e de sua validação no plano ideológico. Realmente, o ângulo mais correto e completo, a partir do qual se pode explicar a escravidão no Brasil, situa-se na discussão da formação do sistema capitalista mundial.”⁸⁷⁶

A pesquisa pautada realizada junto a Sociologia I, de um lado, formulada nos termos da ordem social em plano nacional, requerendo-lhe a análise da mobilidade social. De outro lado, a busca por ligar tal plano “à história contemporânea do *capital*, cuja órbita era de outra ordem”⁸⁷⁷ – projeto último dos seminaristas. Seria apenas com a “introdução” que Florestan Fernandes teria se injuriado? Ou com o não cumprimento, afinal, do projeto inicial da pesquisa – mais talvez do que suas conclusões divergentes, ao fim e ao cabo, mínimas? No final das contas, a advertência, registrada em 1960, após o levantamento do material no Sul, a respeito da dificuldade de dar um balanço global acerca das relações raciais no país, em função da diversidade de métodos adotados, permanecia válida.⁸⁷⁸ Sendo assim, era o “Marx de Florestan” ou o projeto de articulação entre teoria/método, problema de pesquisa, objeto – que sofria fissura? Com efeito, não é indiferente, neste resultado final, a distância entre a coleta de dados (1955), ordenada por problema prévio (remontando a 1950), e o *início* do seminário, apenas em 1958.

*

No doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, as relações assimétricas da Sociologia I e do Seminário estão cristalizadas. Desafiar o mestre liga-se às da primeira, afirmar a “totalidade dialética”, às do segundo. Fernando Henrique Cardoso tomava para si, ao mesmo tempo em que recebia, a delegação de sustentar e ostentar – publicamente, em alto e bom tom, e sujeito aos desafios implicados na defesa de uma tese – os atributos exclusivos que dão feição própria ao grupo, mormente no que se

⁸⁷⁶ Idem, p. 206. Afirmamos que “poderia” pois, parece-nos que ele se empenhou nesta direção, como dá testemunho, em particular, o final do capítulo IV, verdadeira “economia política” da organização do trabalho escravo – procurando mostrá-la como “contradição em si mesmo quando o sistema capitalista em que ela se insere tende ao crescimento (Idem, p. 184).

⁸⁷⁷ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 104-105.

⁸⁷⁸ “o estado geral das relações na sociedade brasileira não pode ainda ser considerado conhecido. De um lado, faltam-nos dados importantes sobre o passado, dados estes que já foram parcial ou totalmente perdidos. Além disso, a situação de contacto no presente não foi investigada segundo um plano ordenado e critérios uniformes. Há trabalhos que se concentram apenas sobre um dos aspectos do fenômeno. Outros abordam o mesmo aspecto, mas com penetração de análise diversa. Enquanto uma monografia mergulha profundamente no problema, outra permanece na sua superfície. E assim por diante. Até mesmo as pesquisas patrocinadas pela Unesco padecem dessas falhas” (Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, p. XXV).

refira a repertório e tomadas de posição epistemológicas. Defendendo a “totalidade dialética”, em detrimento de totalidades/grupos, frágeis e com menos poder/alcance explicativo, defendia igualmente a superioridade do grupo que a tornava seu atributo exclusivo, definidor e distintivo. Ao prestar contas com seus dois mestres intelectuais, Florestan e Giannotti, o sociólogo armava-se com o segundo contra o primeiro e documentava o quanto ele e o filósofo deviam ao rival aliado. E tentava sair do ombro dos dois para ficar do tamanho deles. Maria Arminda do Nascimento Arruda, referindo-se a um trecho desta tese, observou: “a autoria desse trecho poderia ser atribuída a Florestan Fernandes”⁸⁷⁹. A assertiva, pelo que fica exposto, é válida para numerosas passagens e raciocínios. Por fim, se Fernando Henrique Cardoso estava encalacrado na interdependência Sociologia I-Seminário, premido pelos que estavam “acima” dele, não deixaria de atirar os que estavam “abaixo”, com a sua ousadia. Embora não fosse indiferente – sobretudo para os seminaristas – menos a correção da tese que o modelo de trabalho delineado estabelece-se como parâmetro de excelência: domínio teórico, pesquisa empírica, ginástica para junção de ambos, primando por amplos recortes temporais que permitam articular formação e desintegração dos “sistemas”. Ainda que ele próprio reconheça, como se assinalou, a dívida com o objetivo último da Sociologia (relações raciais) e com o do Seminário (relações escravistas e capitalismo). Os impasses, as frustrações, o que não se logra fazer: haverá melhor documento que esse? Os doutoramentos eram “uma espécie de prova de fogo para o marxismo, porque a idéia era de fazer teses que além de marxistas fossem melhores do que as outras”.⁸⁸⁰ E se Giannotti já era doutor, esta prova foi enfrentada primeiro pelos sociólogos, que se empenhavam em mobilizar o marxismo para iluminar a história contemporânea. Obtivessem sucesso e a glória seria conjunta; se fracassem, também não faltaria o melhor consolo à ciência: que alguém prossiga o plano.

⁸⁷⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A Sociologia no Brasil”, p. 206.

⁸⁸⁰ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*.

b. Marxismo dominado.

“Em suma, nas relações professor-estudante, haveria que ressaltar o significado do pensamento científico. Quer queiramos ou não, a dúvida metódica sempre leva a perguntas impertinentes ou incômodas. E às vezes a ações.”

Octavio Ianni, “Variações sobre a juventude a sociedade moderna e Marialice”, 1970.

“Parece razoável supor que a vida de trabalho, com a autoridade associada a ele, tenha se encarregado de fazer dessas mulheres dominadas, pessoas também dotadas de ousadia e capacidade de decisão.”

Maria Sylvia Carvalho Franco, *O moderno e suas diferenças*, 1970.

No ano de 1950, Octavio Ianni realizou uma pesquisa sob orientação de Roger Bastide, a respeito dos “estereótipos de negros e mulatos na obra de Machado de Assis”.⁸⁸¹ O romancista encontra-se listado entre as fontes primárias de Octavio Ianni, com o seu *Memórias póstuma de Brás Cubas* – sendo citado uma vez na tese, quando o sociólogo discute a “ascensão social do liberto” e o impasse dos escravos que “ganhassem alforria imediata ou em testamento”. Pois “nem sempre a manumissão era uma alteração positiva da situação do escravo (...) muitas vezes o egresso perdia não só a segurança econômica como também a psico-social”, posto que “no captiveiro, não aprenderam a dirigir-se a si mesmos, sendo-lhes a liberdade uma fonte de novas tensões para as quais não estavam preparados.”⁸⁸² Para lhe dar apoio, Machado de Assis é convidado, em rodapé:

“Como diz um personagem de Machado de Assis, apontando com humor esse aspecto da questão, o diploma da Universidade ‘era como uma carta de alforria: se me dava a liberdade, dava-me a responsabilidade. (Cf. Memórias póstumas de Brás Cubas, edição do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960, pag. 151.)”

A piscadela de olho para os paralelos não é muito sutil: diploma da Universidade/carta de alforria; personagem/Ianni; aprovação/dificuldade diante da liberdade. Com efeito, poucos romancistas deram tantas oportunidades para o espelhamento da carreira social na Faculdade de Filosofia e isso se liga, obviamente, ao recrutamento típico dela. Não há veladamente a confissão de alguma dificuldade do sociólogo com a tese?

Os impasses de Fernando Henrique Cardoso documentam sua ligação orgânica com o seminário, e sua posição dominada *intelectualmente*, tanto nele quanto na Sociologia I. Na tese de Ianni, a ausência desses impasses testemunha os laços frouxos com o grupo, bem como sua posição na cadeira. As questões em comum abordadas por

⁸⁸¹ Cf. Processo 64.1.1083.8.8, fl.16.

⁸⁸² Octavio Ianni *O negro na sociedade de castas*, p. 223.

ele e Fernando Henrique Cardoso, em que se pese o vínculo com a vertente marxista, não passam pelo seminário, mas ligam ambos a Florestan Fernandes. Precisamente por esta razão, reconhece-se em Ianni um empenho em se afirmar como marxista, e por esta via se “alforriar” da ascendência, tal como seu colega.⁸⁸³ O leitor mais sensível entrevê logo os termos invertidos das duas tentativas de ultrapassar o mestre, atravessando o estilo. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, parece confessar, contra sua própria vontade, os limites de seu trabalho.⁸⁸⁴ Já em Ianni, eles são ponto de partida, apresentados logo na introdução: não poderá trabalhar a integração sócio-cultural dos africanos na nova cultura⁸⁸⁵; há uma carência bibliográfica a respeito do assunto, implicando ajustes em seus objetivos, e não hesita em confessar suas próprias dificuldades pessoais na conciliação do tempo dedicado a tese.⁸⁸⁶ A posição de prestígio institucional do primeiro, suas relações variadas e a delegação coletiva estavam a lhe dar suporte e amparo no desafio – com elas, não contava Ianni. Daí pontuar aqui e acolá: “não será possível esta monografia chegar a tanto”.⁸⁸⁷ O contraponto – ousadia / comedimento – pontilha a concepção de ambas as teses, distanciando os que o círculo universitário aproximou (Florestan/Fernando Henrique), revelando as afinidades incontornáveis entre os que compartilham a sina de origem

⁸⁸³ “O tipo de exploração descritiva e interpretativa levada a efeito nesta obra, na medida em que depende do autor, é o resultado da aplicação do método dialético.” *O negro na sociedade de castas*, p. 20.

⁸⁸⁴ Como ressaltamos, é em nota que assinala o limite da “totalidade” (a respeito do fim da escravidão entendida nos quadros do capitalismo) e é apenas na edição em livro que presta contas com a discussão a respeito da mobilidade social, “débito” com Florestan.

⁸⁸⁵ Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 8.

⁸⁸⁶ “O processo de observação da realidade, como seria desejável que se desenvolvesse, atendendo aos alvos explicativos propostos, não pode ater-se àquelas exigências. De um lado, as condições materiais de realização da pesquisa impossibilitaram um levantamento sistemático, contínuo e seletivo dos dados, pois a coleta do material desenvolveu-se em fases interrompidas, segundo as oportunidades oferecidas pelas variações dos compromissos do autor, devidos às suas atividades didáticas, e não de conformidade com as exigências internas da investigação. Por isso, o levantamento dos dados não seguiu uma lógica própria, inerente ao projeto, mas flutuava segundo exigências alheias.”; “a insuficiência de evidências relativas a determinados setores da realidade nos levou a desenvolver a exposição de modo a compensá-las algumas vezes e contorná-las outras; ou então, fomos obrigados a silenciar sobre fenômenos que seriam fundamentais a uma explanação completa. Algumas referências no texto revelam essas falhas no material, na medida em que afetaram a exposição.” (*O negro na sociedade de castas*, p. 17-18). Ianni reclama da “consciência histórica” da sociedade mas não a submete ao tipo de análise que permite Fernando Henrique Cardoso empunhar: “[neste parte do trabalho] os textos são tomados não mais como *fontes*, porém como *objeto* de estudo.” (*Capitalismo e escravidão*, p. 84) – ao discutir “realidade e mito” da sociedade escravista no sul. É reconhecível aí os ecos do seminário – pode-se ouvir de um lado o amigo historiador, de outro o filósofo, trata-se de passagem representativa do modo como o sociólogo incorpora os procedimentos de leitura do grupo e o coloca a serviço da crítica documental enquadrando as representações em categorias marxistas. *Mutatis mutandis*, o procedimento é retomado pelo historiador Fernando Novais e pelo crítico literário Roberto Schwarz.

⁸⁸⁷ Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p.35.

(Ianni/Florestan).⁸⁸⁸

Também em Ianni há a defesa da dialética, em contraste com outras vertentes. No entanto, o sociólogo não as castiga como seu amigo, é com menos ênfase que decreta a insuficiência delas. Talvez porque o poder explicativo da “totalidade” não seja o seu suporte básico, mas “estrutura econômico-social” – com a qual aproxima a disciplina com a qual mais flertavam os sociólogos, a Economia (Política) das “Ciências Sociais modernas”.⁸⁸⁹ E, nesse sentido, se algum impasse atravessa a tese não é o mesmo que apresentamos em Fernando Henrique Cardoso – representativo das demais teses dos seminaristas – mas aquele já assinalado na Sociologia I: espécie de “determinação em última instância” do social pelo econômico ou vice-versa⁸⁹⁰, questão de que se ocupava também Florestan Fernandes.⁸⁹¹

A despeito da concentração da discussão teórica na “Introdução”, observa-se que Fernando Henrique Cardoso não possui um só capítulo sem alguma discussão conceitual, seja afeita à Sociologia, à Economia ou ao marxismo – é o procedimento recorrente a lhe conferir caráter. A recorrência procedimental em Ianni segue via oposta, privilegiando, não a teoria, mas a reconstituição histórica da colonização, considerando a ocupação do espaço, as necessidades que motivaram o emprego do trabalho escravo e

⁸⁸⁸ A modalidade de desafio de Ianni a Florestan remete ao perfil de desafio deste às autoridades públicas, reconstituído de modo relacional, na primeira parte deste capítulo.

⁸⁸⁹ Georg Lukács, em *História e consciência de classe*, define marxismo ortodoxo como *método*, via de acesso para inteligibilidade da *totalidade*. Entre outros, um dos móveis da formulação de Lukács a respeito da totalidade, sabe-se, consistia em rechaçar a idéia de predominância das determinações econômicas no processo histórico fosse o distintivo do marxismo. (Ricardo Musse. “A dialética como discurso do método”. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, p. 384). Ora, em face do exposto, o contraste entre as duas teses remete-se, curiosamente, à tal polarização na definição do marxismo. Em Fernando Henrique Cardoso, o empenho consiste no manejo da noção de totalidade com vistas a reconstituição dialética da praxis dos agentes, conforme vimos. Em Octavio Ianni há uma defesa da noção de “estrutura econômico-social”, definida e manejada nos termos do autor, como vimos, e desprendida da referência bibliográfica a autor canônico do marxismo. Vale dizer, se ele não está trabalhando com o conceito de “modo de produção”, certamente é o modo de *produzir*, as condições de ocupação do espaço e o regime de trabalho que dão as coordenadas de sua investigação. Do mesmo modo, se não está afirmando como petição de princípio político – como é o caso dos adversários de Lukács no debate de II Internacional – a “determinação em última instância pela economia”, está a todo tempo buscando a âncora nela. Fossem os sociólogos classificados segundo os marcos da II Internacional, estaria Fernando Henrique Cardoso “mais à esquerda” que Octavio Ianni, por incorporar a crítica radical à socialdemocracia inclinada a posturas reformistas e não revolucionárias.

⁸⁹⁰ “Em poucas palavras, a estrutura econômico-social é um conjunto integrado que se caracteriza por um tipo de ordenação e funcionamento dos seus elementos complementares e diferenciados, compreendendo as ações e as formas de interação produzidas pelo modo de organização do trabalho social, bem como as tensões ou outros fatores dinâmicos de preservação e alteração do seu estado.” (*O negro na sociedade de castas*, p. 27); “Evidenciam-se perfeitamente os limites das determinações do social pelas configurações econômicas, precisamente porque estas absorvem, polarizam, a *praxis* humana, essencialmente social, responsável pelo seu papel criador.” (Idem, p. 21)

⁸⁹¹ Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cedit*, p. 26.

seus desdobramentos. Parece ser esse suporte mais empírico seus pontos de apoio.⁸⁹² E, vale afirmar, nesse sentido, segue alguns trabalhos do próprio Florestan Fernandes.⁸⁹³

Ianni, como o colega, justifica o método dialético por impor ele “uma determinada maneira de integração dos níveis fundamentais da realidade”. Não liga, contudo, o propósito a Lukács⁸⁹⁴ – muito embora *História e consciência de classe*, e Sartre, de *Questão de método*⁸⁹⁵, estejam listados na bibliografia. Ianni também utiliza o

⁸⁹² O feitiço da reconstituição da primeira seção do capítulo II da tese, “gênese da comunidade”, repete-se, com objetivos distintos nos três capítulos seguintes, que tratam das três fases que correspondem à ocupação, colonização e variado emprego dos regimes de trabalho escravo e livre: na mineração, na fazenda de gado e na produção do mate. Esta seção mais geral, tem raciocínio idêntico e nomes distintos: “Categorias econômicas”; “Requisitos estruturais da sociedade de castas”; “Colonização e trabalho escravo”. Tem-se idéia de que o ponto não é de se desprezar, por meio da comparação da primeira (1962) com a segunda (1987) edição em livro – respectivamente, pela Difel e pela Hucitec. A primeira seção do capítulo III, “Categorias econômicas”, é renomeada como “Relações econômicas”, sem modificações em seu conteúdo. Ora, é nesta seção que Ianni procura explicar a “adoção” do trabalho escravo em Curitiba – e, portanto, nela se concentra seu “diálogo com o seminário”. Ele apresenta cinco “condições histórico-econômicas responsáveis pela constituição do regime servil em Curitiba”: abundância de terras (*O negro na sociedade de castas*, p. 99), indisponibilidade de trabalhadores livres na colônia e na metrópole (p.100), oferta elástica de escravos (Idem, p. 101), os requisitos do sistema constituído entre “a Metrópole, a Colônia e a África” (Idem, p. 102). O “detalhe” parece evidência reveladora, tanto da ciência, por parte do sociólogo, do valor do domínio teórico em 1962 (daí, “categorias”), quanto de seus investimentos posteriores nesse âmbito, que talvez o tenham levado a reconsiderar o que realizou (daí, simplesmente, “relações”).

⁸⁹³ Fernanda Peixoto notou que Florestan Fernandes em “Do escravo ao cidadão” tem como “ponto de partida” o “processo econômico e o seu objetivo central, observar como este repercute na constituição do agrupamento social, a cidade de São Paulo, verdadeiro ‘objeto da análise.’” (*Diálogos brasileiros*, p. 187). Com efeito, ele recorre numerosas vezes à história da colonização, à demografia histórica, discute a leitura de dados, inferências possíveis, tendo como orientação mais fundamental: “os movimentos característicos da ‘população de cor’ e as tendências à especialização profissional”, refletindo, “de forma considerável as flutuações das ‘fases’ ou ‘ciclos’ de evolução da economia paulista.” (Florestan Fernandes. “Do escravo ao cidadão”. In. *Negros e brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008, 4ª ed., p. 27). Às vésperas do início da pesquisa com Bastide, Florestan tinha publicado sua “introdução” a Marx para a Flama, participado do *symposium* sobre as classes sociais, na revista *Sociologia*, e estava às voltas com “O estudo sociológico da Economia Primitiva” (*Filosofia, Ciências e Letras*, n. 11, 1948) – decerto atizado pelo estudo dos Tupinambás. Em suma, um filão do “marxismo” de Ianni se aproxima do “marxismo” de Florestan Fernandes, ainda que nenhum os dois o empenhe como *distintivo*. Atente-se porém na matriz desse ponto já em Roger Bastide: “ou bem se examinam e discutem as diversas teorias sobre o papel do fator econômico na sociedade e neste caso se retomam velhos debates, como por exemplo, o entre Karl Marx e Max Weber; ou então se toma a vida econômica como variável, procurando-se ver como os outros fatos sociais – políticos, jurídicos, religiosos, demográficos e mesmo estéticos – modificam-se quando ela varia, tomando-se a seguir cada um desses fatos como variável e estudando-se a economia em função deles. Podemos perfeitamente considerar estas duas espécies de indagações como uma introdução lógica à Sociologia Econômica.” (Roger Bastide. “Introdução a um curso de Sociologia Econômica”. *Sociologia*, v. IV, 1942, p. 359-360).

⁸⁹⁴ “essa concepção impõe uma determinada maneira de integração dos níveis fundamentais da realidade, ressaltando-se a sua aglutinação singular” (Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p.21). Diga-se de passagem, não é uma vez apenas que “totalidade” é empregada com o sentido de “todo”, conjunto; e não como conceito: “Nesta comunidade, como se verá, o regime escravagista nunca chegou a dominar a totalidade do sistema produtivo, o que se verificou, por exemplo...” (Idem, p. 3).

⁸⁹⁵ Um indicador seguro da autonomia de um campo de produção simbólica consiste em seu grau de refração das questões “politizantes” – a chancela do tratamento delas ocorre pela submissão dele primordialmente às “regras da arte”. Talvez, no exame dos itinerários a adesão ao campo possa ser

bordão da diferença entre “método de exposição” e “método de investigação”. No entanto, não o faz sublinhando o problema oriundo *do método de leitura d’O Capital* – a oposição entre história categorial e do vir-a-ser, como Fernando Henrique: “a estrutura do trabalho não é lógico-sistemática”.⁸⁹⁶ A rigor, o conteúdo que Ianni atribui àquele bordão é válido para qualquer trabalho.⁸⁹⁷ Revirando as teses, enfim, logo se patenteia: a afirmação do “marxismo”, por Ianni, contrastada à de Fernando Henrique Cardoso não ostenta equivalente domínio teórico – e, no interior do modelo de excelência estabelecido no intercâmbio entre Sociologia I e Seminário, trata-se da cristalização de sua uma posição dominada.⁸⁹⁸

aquilatada – considerando o estágio de autonomização deste mais ou menos constante – tendo por parâmetro a retradução que o produtor logre ou não realizar. *Praxis* e projeto sartreano são noções operacionais para Fernando Henrique Cardoso analisar os limites da consciência de escravos, senhores, abolicionistas, e se é evidente que há aí uma dimensão auto-reflexiva; ela não se explicita, senão em “Notas às edições anteriores”, de 1977, às vésperas de sua entrada sem volta no campo político. (Cf. *Capitalismo e escravidão*, p. 15. Não se sabe se ele se refere à consciência dos agentes que analisa ou dos cientistas e das categorias analíticas – o trecho é mobilizado no último capítulo). Já Ianni, na própria tese, não procurava ligar *praxis* a seus agentes, como que “entregando o ouro”. Se parece querer separar-se da ilusão positivista (sujeito/objeto) não retraduzia o problema: a pesquisa não resulta de uma “decisão intelectual, que exprime uma relação artificial entre pesquisador e objeto”; mas da “*praxis* do cientista social, que se dá no presente em conexão e como resultado do passado e outros presentes estudados, todos manifestações de uma totalidade cuja essência é a forma de objetivação do trabalho social. Sob certos aspectos, esse passado se torna conhecido pela mediação do cientista, que o insere no presente, ao mesmo tempo que se integra o próprio cientista no devir da história.” Recorre então – conf. Pela primeira ou segunda vez – a uma citação de Sartre, de Questão de método, para ilustrar seu ponto: “o sociólogo e seu ‘objeto’ formam um par, em que cada um é interpretado pelo outro e do qual as relações deve ser, elas também decifradas como um momento da história’.” (Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 346-347).

⁸⁹⁶ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, 2ª ed., p. 34.

⁸⁹⁷ “Mas, convém lembrar, o método expositivo segue um caminho diferente do método de investigação, pois aquele cai no campo da comunicação social, com seus caracteres próprios, impondo a sua feição particular. A exploração dos dados disponíveis, conforme ela aparece na obra, é feita por partes, segundo as exigências de reconstrução explicativa, que apanha sucessivamente múltiplas categorias. Por isso, a exposição se desenvolve por etapas, expondo e examinando as evidências, realizando continuamente sínteses parciais e globalizadoras, conforme as impõe o entendimento dos fenômenos. Temas como a elaboração social da cor, a importância da colonização, a miscigenação e seus efeitos cumulativos, entre outros, são retomados diversas vezes até que o processo de incorporação do negro cumule plenamente explicado, isto é, até que as suas múltiplas significações se tornem explícitas. Assim, os problemas não se esgotam a não ser quando se tornam manifestos todos os seus significados, o que se dá no decorrer da exposição. (*O negro na sociedade de castas*, p. 29).

⁸⁹⁸ Na ordenação bibliográfica das duas teses, a disposição do material é inversa – cada qual colocando no topo da listagem os itens correspondentes a esses ao caráter da tese. A teoria está no topo para Fernando Henrique, e no fim para Octavio Ianni. Na tese do primeiro, a divisão e a ordem da listagem são: “Trabalhos teóricos sobre metodologia e sobre a caracterização dos sistemas sociais globais”; “Trabalhos de interpretação sociológica, etnológica ou histórica sobre a escravidão e os negros”; “Trabalhos sobre a formação da sociedade brasileira”; “Trabalhos gerais sobre a história política, economia ou social do Rio Grande do Sul”; “Trabalhos sobre problemas específicos da formação do Rio Grande do Sul e da área platina”; “Trabalhos específicos sobre o negro no Rio Grande do Sul”; “Memórias, notícias e viagens relativas ao Rio Grande do Sul”; “Anais, catálogos, coleções. Documentos impressos e relatórios”; “Relatórios e falas dos presidentes do Rio Grande do Sul”; “Jornais e revistas” (*Capitalismo e escravidão*, p. 281-303). Em Octavio Ianni: “Fontes primárias”; “Obras de elaboração descritiva e interpretativa sobre

Octavio Ianni *escreveu uma introdução para a tese*: tratou dos recortes de tempo e espaço, justificou estas escolhas e a organização dos capítulos – para a defesa do marxismo reservou as últimas nove, das trinta páginas da introdução. Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, *não apenas não a destacou do trabalho, fazendo render visibilidade por meio de outras publicações, como também a eliminou* da segunda edição em livro.⁸⁹⁹ Enquanto o virtuosismo teórico abre a tese de Fernando Henrique Cardoso e o acompanha por todo o texto pontilhando extensas notas, o pendor teórico de Ianni concentra-se na Introdução e na conclusão, e é notável como algumas idéias idênticas às do colega são desenvolvidas dispensando a “toada de filiações teóricas e sintonias militantes”⁹⁰⁰, tão característica do marxismo dominante.⁹⁰¹

Como a prova dos nove encontra-se no alcance efetivo das explicações, resta averiguar o sucesso ou o malogro dos pupilos, neste âmbito. Em função da ênfase – por ambos, tributada ao marxismo – com que defendem o valor heurístico dos períodos de crise⁹⁰², e do fato de terem deixado a desejar a prometida análise da mobilidade social, pela qual o professor ansiava, é de se perguntar, como explicam a supressão do trabalho

Curitiba, o Paraná e o Brasil: históricas, econômicas, sociológicas, antropológicas, etc.”; “Estudos sobre a escravidão e as relações raciais entre negros e brancos”; “Obras sobre técnicas e métodos de investigação e de tratamento das fontes dos dados”; “Trabalhos sobre conceituação e interpretação”; “Dicionários” (*O negro na sociedade de castas*, p. 368-387).

⁸⁹⁹ “A revisão geral do texto permitiu eliminar a introdução, as conclusões e as tabelas que sobrecarregavam desnecessariamente a primeira edição. Não houve a intenção de modificar a redação ou desenvolver as explicações. O livro guarda a poeira do tempo em que foi escrito, no tom e no andamento.” (Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec/Scientia et Labor” (UFPR), 1988, 2ª ed. revista e ampliada e acrescida de um capítulo final, p. 12). Duas ponderações: ultrapassa o objetivo desta seção, mas a eliminação da introdução, em seu caso, parece tributária da mudança de perspectiva com relação ao marxismo e do avanço de outras investigações a respeito das relações raciais. A edição da Hucitec é expressiva da diferenciação dos caminhos de ambos ao longo dos anos setenta. Em nenhuma das edições posteriores à primeira Fernando Henrique Cardoso somou novas investidas, já Octavio Ianni retomou numerosas vezes o tema do negro. Mas em outubro de 1962, quando ambos defendiam suas teses, ninguém vislumbraria a fragmentação dos destinos.

⁹⁰⁰ Sergio Miceli. “Entre o chão e as nuvens”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 61.

⁹⁰¹ Para desenvolver um ponto para o qual Fernando Henrique Cardoso convocaria Nabuco, Sartre, Lukács, Marx (Cf. *Capitalismo e escravidão*, p. 23; p. 43), Ianni pontua: “Veremos como se encadeiam e determinam-se os componentes principais da ordem servil, tais como o trabalho, o escravo, o senhor, pois, à medida que esse tipo de trabalho produz um modo peculiar de organização da vida dos homens, produz também o escravo e o senhor, os quais, por sua vez e reciprocamente, produzem o regime.” (*O negro na sociedade de castas*, p. 7). Difícil inferir com o material que consultamos, mas, a seu modo, o título da tese de Ianni “*Metamorfoses do escravo*” talvez assinale seu empenho em firmar-se na seara do marxismo –ao remeter-se às discussões sobre a variação das formas que assume o valor.

⁹⁰² Como os seminaristas, Ianni entende que os momentos de crise dos sistemas são mais propícios para a explicação de seus mecanismos de funcionamento. Em “Estrutura e dinâmica da sociedade escravocrata”, procura ligar consciência/comportamento dos agentes ao “estágio final” do sistema social, quando, também para o cientista a inteligibilidade se torna possível – “mais do que em seu estado constituído, o fenômeno social será melhor conhecido quando for examinado em sua etapa crítica, no estágio do colapso”. (*O negro na sociedade de castas*, p. 352-353).

escravo nas regiões estudadas. Assim o faz Ianni –

“Como tendência geral, contudo, a análise da escravatura numa área periférica como a que estamos examinando revela o seguinte: a estruturação ou o revigoramento da ordem escravocrata implica sempre a instauração ou desenvolvimento de instituições pré-capitalistas. Haverá uma época, entretanto, quando o próprio sistema capitalista, em que estão inseridas as economias coloniais escravocratas, já não suporta essa coexistência. Então, o que havia sido essencial ao processo de acumulação capitalista se torna impedimento à expansão ulterior deste sistema, razão pela qual o capitalismo, atuando externa internamente, destrói a escravatura.”⁹⁰³

– numa passagem textual ausente em sua tese⁹⁰⁴; defendendo idéia presente na nota de rodapé de seu colega; como se a tomasse emprestada.⁹⁰⁵

Difícilmente poderíamos reconhecer aí um ajuste de estilo, ou correção de trecho escrito no correr da hora ou algo que o valha. Trata-se de uma incorporação, algo postiça, da tese de Fernando Henrique Cardoso, que, por sua vez, titubeava ao colocá-la em nota de rodapé. Não surpreende ser a pedra de toque de escritos futuros de Florestan Fernandes, bem como a tarefa deixada para as próximas teses do seminário, que, oriundas de áreas com o ritmo de profissionalização e especialização *muito* mais lento teriam vantagens na incorporação da *visada totalizante* do marxismo.

*

Impossível prosseguir sem localizar os itinerários de Maria Sylvia Carvalho Franco, Marialice Mencarini Foracchi e Luiz Pereira à luz das relações de força estruturadas no núcleo duro da Sociologia I e do Seminário e documentadas no diálogo entre as teses – como esperamos ter mostrado acima. Os dos dois últimos, talvez por seguirem caminhos mais distantes e tema subordinado (educação) se *visto em relação* ao topo da hierarquia, na mira da primeira, que se porta como *principal concorrente*, são casos em que se observa o desdobramento da interdependência Sociologia I-Seminário, de modo *mais evidente e menos conflituoso*.

Nascido em 1933 em Piracicaba, Luiz Pereira foi aluno comissionado do curso de Pedagogia na FFCL-USP, no qual se licenciou em 1955 – um ano após a chegada de Florestan à cátedra, cerca de cinco após a seleção de alunos, ligeiramente mais velhos que o pedagogo, realizada durante as pesquisas da Unesco. A aproximação dele à

⁹⁰³ O trecho encontra-se à p. 94 (edição da Difel, de 1962); e à p. 76 (edição da Hucitec, de 1987).

⁹⁰⁴ Para aquele que alguma curiosidade tiver, caso o trecho constasse na tese, estaria à p. 115. Apesar de ser “revista e ampliada”, a edição de 1987/Hucitec, não suprimiu a passagem e a manteve no mesmo enxerto.

⁹⁰⁵ Outro seminarista seria incorporado de modo algo postiço também. Na seção “Trabalhos sobre conceituação e interpretação”, da bibliografia da tese não constava “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”, de José Arthur Giannotti (*O negro na sociedade de castas*, p. 384). Na primeira edição em livro, sim. (*As metamorfoses do escravo*, p. 306).

Sociologia I se dá por volta de 1957. Seu desempenho chamou a atenção de José de Camargo Severo, professor de estatística da FFCL/USP, e ele o indicou à Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, do CRPE-SP, então sob direção de Renato Jardim Moreira – passando então a contar com apoio do núcleo de sociólogos e trânsito nos circuitos sob influência dele.⁹⁰⁶ Conrado Pires de Castro realizou exame metódico de seu itinerário e produção intelectual. Identificou, por meio de vários indicadores, um crescente alinhamento ao perfil da cadeira de Sociologia I. Ele notou um “contínuo deslocamento dos canais de publicação de resenhas e artigos de sua autoria”⁹⁰⁷; acompanhado pela adaptação a outros temas e problemas. De modo que, “após uma incursão teórica e metodológica inicial sobre alcances e limites da competência disciplinar da sociologia da educação”, volta-se para “questões candentes no debate sobre as reformas educacionais brasileiras, deslocando seu foco de análise das questões de métodos para as funções e implicações da explicação sociológica da realidade presente.”⁹⁰⁸ Nesta direção, pode-se compreender o íngreme e solitário esforço do sociólogo, trancando-se “em seu apartamento durante três meses e [lendo] sozinho os três volumes d’*O Capital*, inteirando-se do debate teórico sobre a obra de Marx com extrema seriedade e avidez.”⁹⁰⁹.

Era à configuração estabelecida na intersecção Sociologia I-Seminário que procurava pertencer. E era bem sucedido neste empenho. Em 1961, não foram apenas Ianni e Fernando Henrique que se doutoraram. Ele também, com a tese *O magistério primário na sociedade de classes: contribuição ao estudo sociológico de uma ocupação na cidade de São Paulo*, em que é notável a “inquietação em torno da mudança social e dos princípios de estruturação da sociedade de classes”.⁹¹⁰ Chegando depois do primeiro grupo de alunos, não lhe foi destinado tema ligado às pesquisas pretéritas e a

⁹⁰⁶ Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 176-177. A apresentação seguinte baseia-se inteiramente nesta pesquisa.

⁹⁰⁷ Pontilhando-as: as “primeiras publicações aparecem em periódicos da área de pedagogia – Pesquisa e Planejamento/CRPE-SP, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos –, posteriormente sendo impressas quase que simultaneamente neste último periódico e no *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*, logo em seguida, a partir de março de 1959, passa a colaborar com assiduidade na sessão “Livros de 30 dias” da Revista Anhembi, para finalmente emplacar artigos assinados na Revista Brasiliense (...) só não publicou em *Sociologia* de São Paulo, na *América Latina* do CLAPCS/RJ, e nas mineiras *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*”. Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 179.

⁹⁰⁸ Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 187.

⁹⁰⁹ Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 192.

⁹¹⁰ Maria Armanda do Nascimento Arruda. “A trajetória da pesquisa na Sociologia”. *Estudos avançados*, n. 22, v.8, 1994.

ambigüidade dos sociólogos-seminaristas, entre relações raciais/escravistas, toma outro contorno, que se liga às possibilidades de inserção de temas dentro do projeto mais amplo da sociologia do desenvolvimento.⁹¹¹ Por esta mesma razão, como outros trabalhos produzidos pelo Cesit, também o seu apresenta desvios com relação ao projeto inicial.⁹¹² Em 1962, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, arquitetando os quadros do Cesit e a movimentação docente na Sociologia I, reconhecem Luiz Pereira

⁹¹¹ Conrado Pires de Castro entende que o ingresso de Luiz Pereira no grupo de se deva ao interesse de Florestan Fernandes firmar a Sociologia da Educação na sua cadeira. (Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 177). Decerto, a observação atenta para os intuitos da cadeira, vistos à luz de sua participação na Campanha pela Escola Pública. Como assinala Libânia Nacif Xavier, “o processo de hierarquização do campo intelectual foi acompanhado pela crescente conscientização das camadas médias da população urbana acerca do valor social do ensino”; e a dinâmica do processo de profissionalização da sociologia, estabelecimento de fronteiras em torno de temas e métodos, se “diminui” os estudos pedagógicos, tem de lidar, com o apelo social e político que o tema significa, obrigando que a sociologia se volte para eles. (Libânia Nacif Xavier. *O Brasil como laboratório*, p. 259.). No entanto, se a entrada de Luiz Pereira em cena obriga a consideração da área de educação na Sociologia I. Porém menos que firmar nela esta área temática, o percurso testemunha o contrário – a sobreposição à questão educacional da sociologia do desenvolvimento. Vale aproveitar o ensejo a respeito desse tema para assinalar um problema encontrado na bibliografia relativa ao exame de concepções conflitivas *no interior do métier*. Na pesquisa de Carolina Pulici, por exemplo, o oferecimento de mais cursos relacionados a temas educacionais pela Sociologia II, é dado como indício do perfil “desinteressado”/Humanista em contraste com o perfil competitivo e voltado para temas do desenvolvimento da Sociologia I. Ao eleger como indicador do contraste que estabelece entre a Sociologia I e II, a relação com os centros de pesquisa – Ceru, Cesit, CBPE, entende que o CRPE parece “também de alguma maneira ter dado respaldo institucional às reflexões de que eram porta-vozes os antigos integrantes do grupo *Clima*” (*Entre sociólogos*, p. 106). No entanto, outra talvez seria a perspectiva se considerássemos o contraste entre Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Darcy Ribeiro, realizado por Helena Bomeny. E ainda: no exame proposto por Libânia Nacif Xavier, a respeito das intervenções de Florestan Fernandes no CBPE, ele parece corresponder ao “desinteressado”, pois a pesquisadora interpreta sua “reprovação” aos educadores como parte da “deslegitimação do campo educacional justamente pela sua característica pragmática e por sua refração à adoção de métodos e procedimentos científicos, verificada sobretudo pela imprevisibilidade de seus resultados, assim como por sua urgente necessidade de aplicação prática e sua evidente vinculação ao poder político estatal” (*O Brasil como laboratório*, p. 35; também, p. 250-255). Dito de outro modo, contrastado com o interesse aplicado dos educadores, Florestan é defensor da “ciência pura”; contrastado com a Sociologia II, Florestan é o representante da “ciência aplicada”/interessada. Por outro lado, Libânia Nacif Xavier e Conrado Pires de Castro indicam a presença do grupo de Florestan Fernandes nesse mesmo espaço, e não de modo tão subordinado, mas impondo orientações na própria agenda de pesquisa (respectivamente: *O Brasil como laboratório*, p. 154; *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*, p. 77). Tornando-se insuportável a dificuldade de se adotar alguma perspectiva sintética, face à divergência da bibliografia que não parece estar dialogando entre si; e, simultaneamente reconhecendo a correção das *oposições circunstanciadas e vistas cada qual no interior de um métier próprio* é iluminadora as confissões observação de Sérgio Miceli, com relação ao tema que a ele foi destinado na Sociologia I. Possivelmente a idéia seja válida também para o caso da educação: “a permissão tácita de ‘eleger’ um objeto de feitiço escancaradamente culturalista (...) fora condicionada à exigência de conectá-lo à estrutura social (...) podia-se estudar esse tema insólito, contanto que se buscasse encaixar objeto tão incômodo em presilhas convencionais do saber sociológico de então.” (Sérgio Miceli. “Éter caseiro”. In. *A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.15).

⁹¹² A pesquisa que origina *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* tinha a intenção de investigar trabalho e educação com vistas ao desenvolvimento da sociedade industrial, porém redundava numa crítica da alienação provocada por esta mesma sociedade. Conrado Pires de Castro. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras*, p. 194. Para uma apresentação dos “desvios” dos demais trabalhos: Wagner Romão. *A experiência do Cesit*, p. 201-214.

como membro estratégico. Ele está entre os mais bem cotados⁹¹³, e a proximidade ao pólo forte da FFCL-USP, implica, no alvorecer dos anos 1960: ser sociólogo (e não pedagogo), conhecer *O Capital* (e não só as referências clássicas da Sociologia), investigar agentes da industrialização (e não mais relações raciais). As rotações de seu percurso consistem em indicadores irrefutáveis dos móveis intelectuais da configuração em tela, responder a eles possibilitou alavancar sua carreira de um dos pontos mais baixos (Pedagogia/Educação) a um dos mais prestigiados: é ele quem Florestan Fernandes escolhe para ficar à frente da herança da Sociologia I quando for aposentado compulsoriamente, com Fernando Henrique, Ianni e outros.

A viragem de Marialice Foracchi à Sociologia/marxismo é mais lenta se vista em contraste com a vinda da Pedagogia, de Luiz Pereira: seu doutorado, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, é defendido apenas em 1964.⁹¹⁴ Com Luiz Pereira, atravessará os tempos difíceis a partir de 1970. Defende, neste ano, a livre-docência, *A juventude na sociedade moderna* –tendo-o na banca como examinador, composta também por Maria Sylvia Carvalho Franco.⁹¹⁵ A socióloga contou com uma espécie de arguição pessoal e não oficial de Octavio Ianni também. Essas três arguições dão idéia do empenho de Marialice – *e dos examinadores* – em manter-se naquela intersecção entre Sociologia I-Seminário: todos eles, variando a predileção da artilharia num ou noutro sentido, bombardearam a candidata a respeito de problemas conceituais relativos à oscilação de marcos teóricos, em seu caso, Mannheim e Marx e aos impasses que se desdobram daí para a articulação entre método e problema de pesquisa.⁹¹⁶

⁹¹³ Inferência realizada por meio da correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes, discutindo os rumos da cadeira e a criação do Cesis.

⁹¹⁴ Vale assinalar: não é indiferente, ao que segue, a saúde frágil de Marialice Mencarini Foracchi. Em 1967, por exemplo, complicações a impediram de envolver-se no rebuliço em que Florestan Fernandes estava metido. (Cf. Arquivo Marialice Mencarini Foracchi. CAPH). Ainda que o aprofundamento desse tipo de nexos ultrapasse nosso propósito, é impossível não aventar que a socióloga talvez buscasse manter-se enredada no miolo da interdependência ao investigar assunto tão presente e tão caro à dinâmica da própria cadeira, a “radicalização” do movimento estudantil, na tese de livre-docência, defendida em novembro de 1970. A socióloga, juntamente com Luiz Pereira, conduziu a herança da cadeira, por ocasião das aposentadorias compulsórias a partir de 1970. Ela faleceu em 30 de junho de 1972.

⁹¹⁵ O presidente da banca foi Ruy Galvão de Andrada Coelho, e os demais membros, Michel Debrun e Azis Simão.

⁹¹⁶ A apresentação da tese, tal como realizada nos casos de Ianni e Fernando Henrique, tornaria o capítulo desnecessariamente gigantesco e material homogêneo demais para fins diversos. As “arguições” – anotações tomadas pela autora durante a cerimônia – bem como o parecer datilografado de Ianni encontram-se no “Arquivo Marialice Mencarini Foracchi” (CAPH) e nos pareceram mais apropriadas ao argumento. O resumo meio formal delas também se encontra no processo da autora.

Você desenvolve toda a discussão com base no pressuposto de uma 'crise do sistema'. Isto é, 'movimento estudantil' e a 'contestação estudantil' adquirem significado na medida em que estão referidos à crise do sistema. Portanto, colocam-se as seguintes questões: a) Em que consiste a crise do sistema? b) E, em que medida os sistemas brasileiro, latino-americano e capitalista (mundial) estão em jogo? c) Quais são as peculiaridades de cada um desses sistemas? (...) Você reconhece que o radicalismo (de esquerda) da juventude tem fundamento psico-social, que você analisa. Nesse sentido, você está dando continuidade a algumas explorações de seu livro sobre o estudante. Mas haveria que tornar mais explícito o próprio processo político, conforme ele aparece nas organizações, partidos, campanhas etc. como uma realidade propriamente política. E de como estudantes e processo político se encadeiam. Essa seria uma maneira de demonstrar como se verifica o encadeamento da 'crise do sistema' com a 'contestação', já que as relações e estruturas políticas são a via por meio da qual se encontram esses dois elementos da sua análise." (...) "A sua análise dá a impressão de que a crise de transição do 'tradicional' ao 'moderno' seria o fundamento de todo o radicalismo. Aqui colocam-se dois problemas: a. Essa problemática não seria peculiar apenas às sociedades latinoamericanas (ou sub?) b. Como conciliar essa razão com a idéia de 'crise do sistema'? Minha impressão é de que de fato há uma crise do sistema (capitalista), devido ao agravamento de algumas das suas contradições (internas e externas), como por exemplo a guerra do Vietnã. Ou então as lutas negros e brancos. Etc.

Octavio Ianni. "Variações sobre a juventude a sociedade moderna e Marialice, 24 de setembro de 1970.

provocação – arguição (...)

m.e. – quebra cabeça intelectual e político – tese não resolve – é um desafio intelectual

sociedade moderna (no singular) – (presente histórico é o que eu quis referir)

sociedade moderna não denota parte infl. Da teoria da soc. de massa? Sim! Mas preciso desmistificá-la.

m.e. soc. capit. avançadas - // o esquema teórico foi montado

soc. capit. periféricas - // aqui não foi porque já tinha o esquema (...)

A tese é sobre o m.e. (...) e aí pago com a noção de geração em detr. à categoria de classe (no que se refere a soc. avançadas) Na América Latina geração e classe se inverte. Por que? (...) A noção de classe entra pela porta dos fundos. Mas como usar classe (...) Como relacionar geração e classe. Luiz expõe suas perplexidades. Tentativas de explicação marxista proposta por Lefebvre, Gortz – parecem insatisfatórias ao Luiz. Eu como pesquisadora não mudei não pude mais fazer pesquisa.

Anotações de Marialice Mencarini Foracchi durante a arguição de Luiz Pereira, 27/11/1970.

a constituição da crise – as contradições – que não são caracterizadas (...) No fundo: fazer um trabalho na sua problemática na problemática que você valoriza – como eu deveria ter feito – numa ordem de preocupações metodológicas válidas mas que eu não assumi. (...) No fundo: modo de entender e valorizar a Sociologia que resulta menos da consistência teórica dessa do que do modo pelo qual a assumimos como perspectiva de análise e como vocação. (...) a nova era que se anuncia não traz uma conotação marxista (No fundo: como me proponho diante do marxismo e das crises políticas do presente). (...) A perda da visão marxista – angustiante e talvez inconsc. proposta pela conexão biograf. e hist. como se propõe numa conj. de classe (...) Está presente como algo sobre o que deve agir a praxis sem ser ela mesma o motor da história. (...) Crise da explic. na sociologia – é preciso procurar uma saída para ela.

Anotações de Marialice Mencarini Foracchi durante a arguição de Maria Sylvia Carvalho Franco, 27/11/1970.

“Eu como pesquisadora não mudei não pude mais fazer pesquisa”: pudera, Marialice estava adoentada e preparava a tese de livre-docência às pressas. Como ela, Maria Sylvia Carvalho Franco também não foi aposentada e corria pelo título, posto que a acachapante reforma universitária deliberava a respeito da escassez de titulados para ocupar os novos postos. Aceleravam-se as titulações na intenção de defender a faculdade de uma possível incrustação de aliados do reitor Miguel Reale. Em 1970, agora, na Filosofia – modificação de área estimulada por Gilda de Mello e Souza e Marilena Chauí – Maria Sylvia era livre-docente, com *O moderno e suas diferenças*.

Dentre as arguições acima, a dela foi a única que expressou uma dimensão autoreflexiva, ao propor que a candidata pensasse sua relação com o marxismo e a sociologia, ao passo que Ianni e Luiz Pereira, decerto por suas posições *intelectualmente mais seguras no interior da configuração, por serem sociólogos marxistas acima de qualquer suspeita, àquela altura*, tomavam o nexo das duas vertentes de modo não problemático. Por isso, é para o itinerário da “espiã do seminário” que converge todo o interesse. Ela, como Florestan Fernandes, não podia participar dele.

Já identificamos a divisão sexual do trabalho, a hierarquia a ela correspondente e a oposição de origem social entre mestre e pupilo preferido na Sociologia I *pari passu* a identificação de ambos no encaminhamento da carreira, em termos de obrigações de titulação e a diferenciação de investimentos no poderes do campo científico. Seria casual que Maria Sylvia e Fernando Henrique desafiassem frontalmente Florestan, com suas teses de doutoramento, ao passo que Marialice e Ianni não rivalizassem com ele? Parece-nos que não. O sociólogo e a socióloga são os dois elementos do núcleo cujas origens sociais mais distam da de Florestan – a ele devem menos que seus colegas.

No caso do sociólogo, como vimos, era imprescindível compensar a possível *exclusividade* da visibilidade institucional; e empreender tal intento remonta à incorporação de disposições dos vencedores natos, acionadas a todo tempo na sociabilidade universitária a lhe atizar os ânimos. No caso da socióloga, mesclam-se tais disposições, notável na segurança intelectual que ostenta sem alarde, e a conjuntura política.⁹¹⁷ Como Luiz Carlos Jackson assinalou, seu doutoramento ocorre num momento em que Fernando Henrique Cardoso está no exílio, arranjando-se no exterior e Florestan Fernandes, tentando trazê-lo de volta. É de se supor que, confiante, lançar o desafio fosse parte de sua estratégia de afirmação e disputa do lugar de destaque, ao lado de Florestan.⁹¹⁸ Contudo, se assim o for, desafiar o mestre, como seu colega o fez, implicava, àquela altura, desafiar também o marxismo do Seminário. Foi o que ela fez,

⁹¹⁷ “on connaît, pour en avoir souvent observé les effets, la loi qui veut que la propension à prendre des risques – dans les investissements de tous ordres – est fonction des sécurités objectives et de l’assurance qu’elles favorisent” (Pierre Bourdieu. *Homo Academicus*, p. 144). A visada a respeito dos móveis no desafio ao mestre (por parte do sociólogo e da socióloga), assim como o encaminhamento da relação entre Florestan Fernandes e os poderes públicos, no início do capítulo, procuraram seguir esta trilha, cuja pista encontramos na análise que Lygia Sigaud realizou para a trajetória de Edmund Ronald Leach e Miguel Palmeira, para a de Moses Finley. (Respectivamente: “Apresentação”. In. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996, especialmente, p. 41-43; *Moses Finley e a “economia antiga”*, especialmente cap. 4 e 5).

⁹¹⁸ Luiz Carlos Jackson. *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2003, p. 142.

tal como era possível no interior da parte que lhe cabia do projeto mais amplo da cadeira. Afinal seu tema, e o de Marialice Mencarini Foracchi, diferentemente dos dois pupilos do mestre, não eram desdobramentos da pesquisa já avançada das relações raciais. Ao contrário, os temas delas (educação / sociologia agrária) eram subordinados às demandas criadas pelo projeto da própria cadeira e como tais, estavam submetidos ao topo da autoridade dela.

Luiz Carlos Jackson remontou o interesse da Sociologia I pela sociologia agrária às críticas que o grupo realizou aos estudos de comunidade e à radicalização política em torno do tema, por volta de 1961 – na qual também tomou parte Caio Prado Jr., nas páginas de *Brasiliense*. O grupo teria então atinado “para a necessidade de incorporar [a questão agrária] à discussão sociológica do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. As intervenções de Ianni e Fernando Henrique a respeito do problema “sinalizariam as direções a serem seguidas, constituindo programas de pesquisa” – e a eles se liga a tese de Maria Sylvia Carvalho Franco, *Homens livres na Velha Civilização do Café* – e de José Cesar Gnacarinni, *Formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural*.⁹¹⁹ A tese da socióloga não era, porém, o primeiro enquadramento crítico aos estudos de comunidade, daí o notável diálogo com *Parceiros* de Antonio Candido, seu amigo e membro da banca examinadora.⁹²⁰ Tampouco inaugurava o ramo da sociologia agrária na faculdade, senão na Sociologia I, afinal Maria Isaura Pereira de Queiroz ficou na Sociologia I até 1957 e constituiu o Ceru em 1964, mesmo ano em que Maria Sylvia se doutora. O ponto da divergência com Florestan Fernandes, possivelmente se referisse à caracterização que a autora adota a respeito do caráter capitalista da colonização portuguesa no Brasil:

“Desse ângulo, verifica-se como o sentido do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira está nitidamente marcado pela sua gênese moderna. Ela já nasceu como uma sociedade ‘burguesa’, em sua expressão colonial, mas integrando o que ela tem de mais caracteristicamente essencial e incoberto, isto é, a produção lucrativa, acentuadas conforme os requisitos dos grandes mercados desta era. Ao se pensar globalmente o movimento de constituição do sistema capitalista mundial, a organização da produção açucareira e sua correlata formação social surgem como um dos movimentos iniciais daquele processo: com a sua implantação aparece, já o capital determinando um sistema de produção e, integradamente, um sistema de relações sociais.”⁹²¹

⁹¹⁹ Luiz Carlos Jackson. *Representações do mundo rural brasileiro*, p. 133.

⁹²⁰ “A Antonio Candido reservo, nesta página de gratidão, como em minha amizade, um lugar especial.” (Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969, p. 17). Para uma apresentação da recepção dos estudos de comunidade: Luiz Carlos Jackson. *Representações do mundo rural brasileiro* – capítulo 1.

⁹²¹ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH. FFCL-USP, 1964, p. 37. A respeito desta divergência, Luiz Carlos Jackson identificou uma possível resposta de Florestan Fernandes à socióloga em “Anotações sobre capitalismo

– *no intuito de tomar distância das* “ociosas tentativas de reconstruir a história brasileira conforme o esquema sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade capitalista tal como se observa em algumas tentativas de aplicação das teorias marxistas.”⁹²² Para tanto, ela remonta aos nexos entre os “empreendimentos coloniais portugueses e o capitalismo”, realçando a diferença entre a banda oriental e ocidental da colonização ibérica – a segunda modificando a produção das terras de que se apossou; recorrendo a todo tempo à comparação entre escravismo antigo e moderno, via Max Weber. Para a socióloga é ele que possibilita “enriquecer o conhecimento dos regimes escravistas em seu ressurgir moderno, ao permitir que se assinale essa semelhança marcante de fenômenos e se evidencie, ao mesmo tempo, a especificidade das formas em que essa contradição se desenvolveu quando produzida em meios inteiramente diferentes”.⁹²³ A semelhança consiste na escravidão como instituição; a diferença, na direção do escravismo antigo – involução – oposta à que caracteriza o desfecho do escravismo moderno, diferenciação e integração econômicas.⁹²⁴ *No entanto, a autora não se ancorou nesta oposição, apenas para afirmar o valor heurístico dela, porém para fazê-lo em detrimento do que ofereceria Karl Marx para discussão similar. Menos o conteúdo do que o *modus operandi* do rebaixamento que tenta impor ao autor é representativo do perfil de seu desafio ao pólo dominante e masculino da cadeira, nesta ocasião e nas futuras. As teses de Fernando Henrique, Ianni e Fernando Novais, encontram aporte na idéia de Marx a respeito do emprego do trabalho escravo na colonização.*

“A necessidade de recorrer ao trabalho escravo nas possessões portuguesas poderia ser compreendido de acordo com a perspectiva marxista ‘ortodoxa’, que aponta nas áreas coloniais as dificuldades de constituição de uma camada de homens compelidos a vender sua própria força de trabalho como único recurso de sobrevivência (...). Marx, ao formular sua teoria da colonização pensou como realidade os domínios ingleses da América e o século XVIII. Para esse objeto, as suas formulações são válidas. As possibilidades de amplificação que esse saber encerra, contudo, e sua transferência para situações inteiramente diversas, como a dos estabelecimentos portugueses, precisam ser tratadas com cuidado. (...) Tendo-se em vista o início da produção nas colônias portuguesas, trata-se de um “absurdo, como recurso de inteligibilidade, o esquema: importou-se escravo porque na colônia era impossível a preservação de homens livres na condição de expropriados. Convém lembrar que o entrosamento entre a produção colonial e o comércio capitalista, que determinou a organização das grandes unidades produtoras firmadas sobre o domínio e a exploração de uma massa trabalhadora, ocorre em uma fase em que jamais poderiam ter sido utilizados homens livre, pela muito simples e muito forte razão de que o sujeito expropriado dos

agrário e mudança social no Brasil” (1967). In. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 3ª ed.

⁹²² Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 3.

⁹²³ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 30.

⁹²⁴ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 30-34.

meios de produção, e obrigado a vender sua força de trabalho não existia como categoria social. Não estavam dadas, historicamente, ainda, as condições que haveriam de determiná-lo.”⁹²⁵

Antepor ao raciocínio lógico e conceitual o dado empírico e histórico: eis o procedimento “muito simples, muito forte” e eficaz, em função do nível de discussão conceitual do Seminário e de Florestan Fernandes, a ponto de obrigar seus concorrentes a respondê-la, direta ou indiretamente. O mesmo procedimento pode ser encontrado pontilhando-se a tese. Ao cabo dela, por exemplo, a autora conclui pela inoperância do conceito de sociedade de classes e de formação estamental, para o caso estudado.⁹²⁶ Diante da não correspondência entre conceito e evidência, a socióloga opta por decretar o equívoco do primeiro, não por introduzir nele a problematização, ou a exceção – procedimento que caracteriza o empenho dos colegas homens.⁹²⁷ Parece-nos que o enquadramento geral do problema da tese tem base neste estilo também – afinal, segundo ela “o interesse por essa pesquisa derivou antes de preocupações de ordem prática que de um interesse estritamente teórico. Este foi se delineando e definindo na medida em que a investigação progrediu”.⁹²⁸ Com efeito, a atenção a um agente (homens livres) dá suporte a um constructo que denuncia a desatenção dos colegas de cadeira à exceção no interior da regra (ordem escravocrata / senhor – escravo); ou ao inorgânico produzido pelo setor orgânico.⁹²⁹ É engenhoso como ela faz do que é

⁹²⁵ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 14. Sublinhados meus, itálicos dela.

⁹²⁶ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 391. “Do ponto de vista teórico, os resultados obtidos põem em evidência uma formação social difícil de ser adequada ao saber e elaborado e cristalizado a partir de realidades sociais em que os critérios econômicos e especificamente sociais puderam ser dissociados (...) [ela] é resultado último da produção de mercadorias e não [implicação] de um conceito de honra ou de um ideal de vida vinculados a um esquema firme e objetivamente significativo de tarefas e contra-prestações. De outro lado, o fundamento da produção de lucro e da articulação da sociedade com base na situação econômica não pôde também ser utilizado em suas mais importantes implicações teóricas: a partir da diferenciação de posição econômica não chegou a constituir-se uma situação de classe para nenhum dos grupos de homens livres que coexistiram nessa sociedade.” (Idem, p. 392)

⁹²⁷ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão*, p. 265; Octavio Ianni. *O negro na sociedade de castas*, p. 232-233. No caso da modificação de título de sua tese, passando de *Homens Livres na Velha Civilização do Café* a *Homens Livres na ordem escravocrata* é possível encontrar também as marcas do tenso diálogo com Florestan Fernandes. Com efeito, assinala-se uma abstração nesta modificação, como se passasse da identificação do recorte histórico para o conceitual. Seria alongar demais a apresentação aprofundar este ponto, porém, assinale-se, de passagem, o modo como ela procura lidar com a documentação apresenta afinidades notáveis com o *métier* historiográfico – ela parece dar especial valor a lidar com eles: inicia o capítulo 1 com longa citação de um processo-crime.

⁹²⁸ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 46.

⁹²⁹ Note-se, no entanto, o pendor pelo empírico em relação à abstração, em passagem singela: “[nas páginas anteriores] usei a noção de que o português teria praticamente criado o agente de trabalho que completaria o sistema que visava estabelecer [o escravo]”. Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres*

secundário no esquema dos colegas, o centro de sua reflexão. É como se dissesse – sendo o Brasil, capitalista desde o início, meu “sistema” não é o capitalismo global, mas a fazenda.⁹³⁰ E, nela, interessa menos escravo-senhor que a população a respeito da qual o esquema dos colegas talvez não tenha muito a dizer, senão que seja exceção/ *homens livres à regra/ordem escravocrata*. Tudo se passa como se o paralelo entre a hierarquia da cadeira e dos temas fosse a um só tempo repostado e invertido. Ela/seu objeto ocupam na cadeira/esquema interpretativo, posição dominada/de exceção. Não por acaso, se o trabalho se inclina à sociologia agrária, preocupada com o desenvolvimento do capitalismo, também pode ser lido na chave de uma sociologia política.⁹³¹ Ela embaralha o que os sociólogos ajeitam, deslocando esquemas. Com efeito, parecem os ângulos das posições que logramos ocupar, condicionarem e estimularem visadas sob prismas diversos e não alheios a elas. Como ficou evidente, não é ignorar ou desconhecer conceitos que decreta o erro dos mesmos, mas atravessando a pesquisa e recuperando a formação que, ao fim e ao cabo, localiza-a junto a Florestan Fernandes e, portanto, com forte pendor para a teoria. Maria Sylvia Carvalho Franco converteu sua condição de dominada duplamente – no sentido institucional pelos homens da Sociologia I e do Seminário – na tentativa de dominá-los no sentido intelectual, também com expoente em segunda ordem. No conjunto, seus investimentos são simultaneamente teóricos e empíricos– mas ela parece querer se exercitar nesse plano conceitual para *decretar a falácia dos conceitos*.⁹³²

na *Velha Civilização do Café*, p. 19. Dificilmente um seminarista não abstraísse do agente (português/agente de trabalho) para o sistema (colonial/escravista).

⁹³⁰ Por ser esta a “sua” “unidade sistêmica”, no interior dela encaminha as “contradições” que autora trabalha – produção doméstica e produção para o comércio, tendo por categoria central “mercado” e aporte em Weber. Cf. Luiz Carlos Jackson. *Representações do mundo rural brasileiro*, p. 1145-159.

⁹³¹ Cf. André Botelho. “Sequências de uma Sociologia Política Brasileira”. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007; “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social*, v. 22, n. 1, 2010; Gildo Marçal Brandão. No limite, eliminando o primado das relações sociais, e a buscando a feição comum entre as teses da equipe, afirma Gildo Marçal Brandão: “Não há tempo aqui para desenvolver o ponto, mas o mais provável é que tenha sido a descoberta do papel ‘desmedido’ do Estado nessa história e não apenas o diagnóstico sobre a natureza associada e moderna do capitalismo brasileiro, que tenha a um tempo aberto as portas da política para esse conjunto intelectual(...) da concepção originária de uma formação capitalista de base escravocrata e patrimonialista até a inflexão que permite pensar o país como uma formação estatal essencialmente burocrática e patrimonialista (...) há todo um caminho pelo qual muito se incorporou do diagnóstico da sociedade brasileira que de Tavares Bastos até Raimundo Faoro e Simon Schwartzman, de Rui Barbosa a Assis Brasil e a Bolívar Lamounier, fez a tradição liberal”. (*Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 129-130).

⁹³² Considerando a pressa com a qual a socióloga reúne os escritos para a defesa de livre docência em 1970 (Cf. Marilena Chauí. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 305) ela nos parece documentar a reflexão em curso, sem conclusão. *O moderno e suas diferenças* denota intenso empenho em frente teórica, além da atenção para a relação entre literatura e ciências sociais – em indisfarçável flerte com o pólo dominado da configuração, procurando por meio da primeira equívocos da segunda (Cf.

No entanto, acaba por deliberar também *a falácia dos problemas a que eles dão origem* – e esse ponto a mantém como espécie de inimiga íntima do Seminário e de Florestan. Afinal, se for verdade que a dialética para andar precisa de dois, afirmar a “gênese burguesa” da sociedade colonial, por entender que a busca por traços tradicionais ou pré-capitalistas seja “dualista” implica nada mais nada menos do que eliminar o *problema* na origem das teses dos colegas, do mestre e ao qual sua própria tese não passa incólume. Se “o fato decisivo é que a escravidão foi aqui implantada em conexão com os processos de mudança do mundo europeu; que se orientava progressivamente para a utilização do trabalho livre, processo que correu paralelo com a intensificação da divisão do trabalho social e com a generalização da forma mercantil dos produtos do trabalho”⁹³³ – importa chegar ao conteúdo desta “conexão”, que não

p. 164-sgts, em que analisa “A hora e a vez de Augusto Matraga). Antes de concluí-la – ao menos no formato mais ou menos apresentável para a banca – a socióloga chegou a escrever para Florestan, como quem prestasse contas por alguma discussão pendente que retomou aos estudos das tipologias na distinção entre o tradicional e o moderno, agora no plano teórico. (Correspondência de Maria Sylvia Carvalho Franco para Florestan Fernandes. São Paulo, 29/05/1970). Seria preciso dispor de espaço que não temos para investigar o nexos entre a confecção apressada desta tese e a redação final de *Homens livres* – somando-se a confissão epistolar ao trecho que citamos a seguir, o nexos existente fica (ainda que impreciso) gritante: “Procurei usar os conceitos de relação comunitária, de autoridade tradicional e de sociedade estamental conforme os requisitos dos tipos ideais, para esclarecer sua inadequação à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, ressaltar a técnica defeituosa de generalização que tem levado à impropriedade no uso desses conceitos. De passagem, quero apenas advertir que essa objeção não se resolve com o argumento da distância entre situações empíricas e conceitos puros. A referida impropriedade vem de se esquecer que os tipos ideais em que pese seu caráter formal, são construções teóricas que expõem o caráter singular do fenômenos culturais. Nessa medida são históricos.” *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 13-16. (A similaridade com os capítulos 2 e 3 de *O moderno e suas diferenças* é notável). Não bastasse isso, o investimento em problemas afins aos do seminário, na modalidade altamente valorizada por ele (Marx no original e discussão de conceitos), na mesma toada de sustentação de domínio teórico para melhor assinalar erros é facilmente encontrada em: “Organização social do trabalho no período colonial”. Revista *Discurso* n. 8. Ano VIII, 1978. Dez anos depois, ainda daria testemunho disso em seu antológico memorial de titularidade. Com efeito, ali confessava o que se poderia assegurar – esteve sempre em busca de apreciar o “nexos entre as premissas filosóficas e os postulados científicos, a coerência entre os métodos aí decorrentes e os resultados obtidos. Empenhava-me em discernir rumos para fora do ecletismo imperante no uso descontextualizado das fontes teóricas”. (Processo 88.1.1289.8.9, fl. 11). E, em nosso entendimento, sua socialização universitária problemática estava na base desse impulso objetivante ao final das contas.

⁹³³ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 35. O ponto será encaminhado com mais precisão – conferindo conteúdo ao “em conexão” – na tese de doutoramento de Fernando Novais. Porém, talvez seja um bom indício da posição da História, àquela altura, como área de menos visibilidade em relação a Sociologia – o fato de que a socióloga desconsidere um artigo do historiador, escrito em 1957, com o qual talvez ela tivesse se aproximado do conteúdo daquela “conexão”. (Cf. Capítulo 3. Referimo-nos a: Fernando A. Novais. “Colonização e Sistema Colonial”. In. *Aproximações. Ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.). Vale chamar a atenção que este objetivo encontra-se na mira da autora, que, no limite, padece da ausência da tese do historiador: “[nas interpretações correntes] não se chega a indagar da especificidade desse conjunto particular, que não é inteligível nem pelo seu caráter escravista nem pela sua condição de fornecedor de artigos para o comércio capitalista, mas que só pode ser explicado quando descoberto o nexos entre esses dois componentes e o feixe de significações peculiares e reciprocamente referidas que eles encerram. Só através da descoberta da singularidade dessa situação histórica a sociedade colonial se tornará inteligível.” (Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 4).

pode ignorar a concomitância da adoção do trabalho escravo nas colônias, articulando-a com o processo inverso no centro.⁹³⁴ O quanto a socióloga se empenhava em participar da interdependência social que se mobilizava em torno desse problema fica evidente na edição que realizou no texto de sua tese. O leitor das edições em livro⁹³⁵ talvez não desconfie que o parágrafo que os abre – dizendo a que veio o volume – encontrava-se entre os últimos parágrafos da introdução da tese, sem o realce que lhe cabe.⁹³⁶

Talvez só fosse possível a ela uma conduta mais afirmativa quanto ao valor de sua tese – de modo relativamente independente do poder dela fissurar as demais – quando, em 1969, por meio do IEB o livro fosse enfim aceito para a publicação⁹³⁷, e ela,

⁹³⁴ É notável como ela estava às voltas do problema: “a massa de homens formada com a escravidão e engajada na produção para o mercado, estava completamente apartada dos movimentos de circulação de mercadorias. O seu trabalho só encontrava razão de ser na medida em que se objetivava em produtos destinados à venda, mas as suas necessidades não podiam ser satisfeitas, em nenhuma medida, por atos correlatos de compra. (...) inexistiu qualquer distante viabilidade de suprir, em qualquer parcela, mediante troca, as necessidades desses homens, separados que estavam, por um mar tenebroso, os momentos de produção e circulação de mercadorias.” (Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 28).

⁹³⁵ Ao todo, foram quatro edições, em editoras diferentes, todas paulistas: a primeira, em 1969, pelo IEB; a segunda, em 1974, pela Ática; a terceira edição, em 1983, pela Kairós; e a quarta, em 1997, pela editora universitária da Unesp. A edição de 1983 – no centenário de Marx – chama atenção pelo pequeno porte e pelo perfil marcadamente oposicionista e à esquerda, além de ter sido concebida por estudantes de filosofia na então FFLCH-USP. Parece indicativo dos círculos aos quais a socióloga se associa em sua atividade docente. Um histórico desta e de outras editoras com o mesmo perfil encontra-se em: Flamarion Maués Pelúcio Silva. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2005.

⁹³⁶ “A escravidão aparece neste trabalho tratada apenas de maneira circunstancial” (Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, p. 40); em lugar da epígrafe de Sartre (de *Questão de método*), seguida de considerações a respeito dos nexos entre conceitos e tempo histórico, a tese começa assim: “O escravo aparecerá tratado, no decorrer desse livro, apenas de maneira circunstancial”. (*Homens livres na ordem escravocrata*, p. 7). É inviável a apresentação completa dos trechos editados para a versão em livro. Para que se tenha idéia, contudo, tanto do impacto da “Introdução” de Fernando Henrique, quanto da diferença entre o livro e a tese de Maria Sylvia, mencione-se o seguinte. A dela tinha 49 páginas, sem notas de rodapé; a dele, 35 páginas, com 25 notas. A introdução da socióloga, na tese, possui cinco partes (quais sejam: Os empreendimentos coloniais portugueses e o capitalismo; O escravo como categoria econômica; Os produtores do novo mundo; Os latifúndios coloniais; O agregado); em livro, ela é reduzida a duas e, insistimos, trata-se de outro texto, literalmente: “Proposições gerais; Objeto e plano do livro”, com 10 páginas e 11 notas de rodapé. O exame que realizamos – do conjunto da tese – conclui que a versão de 1969 suprimiu polêmicas (como a crítica à “teoria da colonização de Marx”) cujo encaminhamento era dispensável para sustentação da tese, ajustando passagens com o objetivo de dar nitidez aos contornos de suas próprias idéias/sua tese – que ficam nubladas, por vezes, no texto original. Decerto introduções fizeram carreira na Faculdade, despertando emulação e ironia. Bento Prado Jr., como se viu, membro inadaptado ao seminário, não deixava de ironizar os “longos e enfadonhos prolegômenos metodológicos em voga em outros departamentos da Faculdade de Filosofia.” (Bento Prado Jr. “As filosofias da Maria Antônia”, p. 77).

⁹³⁷ Diferentemente dos colegas, que em menos de um ano publicavam seus doutorados pela coleção Corpo e Alma do Brasil/Difel, via cacife de Fernando Henrique; ela o fazia pelo IEB, cinco anos após a defesa da tese, possivelmente por intermédio das relações de amizade com Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda; e depois de sofrer a “virada de mesa” política que atingiu a cadeira de Sociologia I. A socióloga tentou publicá-lo pela editora universitária e não foi

enfim, querida e respeitada na área de docência e pesquisa que passava a se dedicar, a Filosofia.

O perfil dela – *domínio teórico, trabalho empírico, ataque teórico* – é tão *sui generis* quanto os deslocamentos que poderiam ser assinalados em seu itinerário e socialização universitária. Mulher entre os homens de Florestan, bem-nascida entre num círculo tendencialmente plebeu, dominante socialmente, mas dominada institucionalmente, na cadeira dominante, fora tanto do Seminário quanto da incipiente institucionalização da sociologia rural, mas ligada pessoalmente aos que estavam à frente tanto de um quanto de outro. Em breve, seria também de esquerda, entre os não aposentados, socióloga entre filósofos. Sem encontrar posição institucional e profissional correspondente a sua dedicação e empenho, não surpreende que entre a conciliação possível e a discórdia entrevista, optasse por leva a segunda a expoente máximo. As marcas de sua inserção problemática – *exemplar*, por compartilhar com os do lado e os de acima padrões de trabalho; e *não satisfatória*, por não estar no páreo, efetivamente, da conquista institucional correspondente ao que seria o reconhecimento *naquela interdependência Sociologia–Seminário* cristaliza-se no *estilo* de instaurar a controvérsia. Com efeito, ela não está para o pólo dominante masculino com pendor teórico como um pólo dominado e feminino de trabalho empírico – inversão fácil e típica, adotada consciente ou inconscientemente, pouco importa, pelas mulheres.⁹³⁸ O desconcerto dominante na origem/dominada na socialização universitária; dominante intelectualmente/fora do páreo institucionalmente atçou a socióloga a se indispor com pouco e mirar o domínio dos dois pólos – teórico e empírico. E, como sói ocorrer, se a violência simbólica dos fortes se estabelece sem as marcas da violência, uma mulher fora do lugar é também uma mulher com atributos socialmente não femininos. Fazendo nossas as palavras deste que em breve se torna alvo dela, “em país tão sentimental, ainda mais em se tratando de mocinhas, deve-se assinalar o incomum dessa iniciativa [machadiana de estudar] a beleza, a aventura e a tensão próprias ao uso da razão”.⁹³⁹ Mas era ela e Florestan, os dois não convidados do seminário, pura razão? Aos trinta e dois anos, ela ofertava ao mestre sua primeira publicação, assim: “Para o prof.

bem recebida por Mario Guimarães Ferri, crescentemente adversário da cadeira entre 1964-1969. (Correspondência de Maria Sylvia Carvalho Franco para Florestan Fernandes. São Paulo, 18/11/1965).

⁹³⁸ Como observou Pierre Bourdieu, é “tipicamente masculina”, a idéia de “grande teoria”. Todos os casos femininos que se apresentam nesta tese foram analisados seguindo a trilha do sociólogo em *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 3ª ed., p. 22).

⁹³⁹ Roberto Schwarz. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 24.

Florestan, os primeiros resultados, bastante modestos, de uma confiança que muito me honra. M. Sylvia. S. Paulo, 23-11-62”.⁹⁴⁰ Passados dois anos, e alimentadas talvez algumas expectativas de reconhecimento, na abertura das páginas originais de sua tese, ela afirma: “Agradeço A Florestan Fernandes, pela distinção de me haver incluído entre seus colaboradores. De suas qualidades de mestre e amigo, desejo destacar a atitude intelectual de autonomia e responsabilidade que soube transmitir e tem garantido a todos nós”.⁹⁴¹ Prestes a completar quarenta anos, com a posição institucional garantida, mas talvez a expectativa de reconhecimento frustrada, o agradecimento é ligeiramente modificado:

“Não foram poucas as dívidas que contraí na realização deste estudo. Meu primeiro reconhecimento se dirige a Florestan Fernandes. Juntamente com toda uma geração de cientistas sociais, me favoreci de sua influência construtiva, de sua atuação inovadora e das perspectivas que abriu ao desenvolvimento da sociologia no Brasil.”⁹⁴²

O deslize lembra aquelas personagens vão da doçura inicial dos romances ao recrudescimento da educação sentimental. O tom da jovem de 32 anos diante daquele que respeita, admira e diante do qual se diminui (“resultados modestos”), com a mesma intensidade com a qual se engrandece – ter sua (com)fiança é “uma honra”. O senso de honra mesclado ao de estima se faz sentir no segundo trecho: pertencer ao grupo (“todos nós” não é apenas ela) é uma “distinção”. Possivelmente se sinta, já, maior. Se antes se dirigiu a ele como “prof.”, e, então, como “mestre” é porque seus esforços já não eram mais vividos como tão iniciais, posto que a carga “discípula” é a contrapartida dessa forma de tratamento e implica algo mais do que “prof.” Já nos agradecimentos do livro, um tom de distanciamento pessoal e algo da frieza racional: “dívidas”, “reconhecimento”, “favorecimento” – semântica do cálculo. Eis o que expõe publicamente. No entanto, o exemplar particular do mestre revela em privado aquilo que publicamente foi mantido oculto e inverte o sentido da dedicatória do livro ou do exemplar. Em contraste com inscrições públicas e pomposas por meio das quais os “tigres e leões” dedicam seus livros e assinam os exemplares do mestre; no caso dela, o seco “A Florestan Fernandes” que vem a público na impressão do livro torna-se íntimo e pessoal com algo mais que sua assinatura – a dedicatória, “não [d]o exemplar, mas da obra”. “De coração”.

⁹⁴⁰ Maria Sylvia Franco Moreira. “Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo: técnica e resultados de uma pesquisa de treinamento”. Boletim n. 259. Sociologia I, n. 9. 1962. Exemplar da biblioteca de Florestan Fernandes.

⁹⁴¹ Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na Velha Civilização do Café*, s/p.

⁹⁴² Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 16.

<i>Providências de um jovem regente na periferia da malha social</i>		
Autoria /Data	Documento	1ª publicação
Florestan Fernandes, maio de 1955.	“Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”. Destinatário: Anísio Teixeira.	
Florestan Fernandes, abril de 1956.	“Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”. Destinatário: Jânio Quadros.	
Florestan Fernandes, agosto de 1956.	“Ciência e Sociedade na evolução social do Brasil”.	<i>Revista Brasiliense</i> , n. 6.
Florestan Fernandes, 1956.	“Desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil”.	<i>Sociologus</i> (Versão reduzida), n. 2, 1956; completa, Anhembi, n. 75 e 76, fevereiro de 1957.
Florestan Fernandes, 1957.	“As Ciências Sociais em São Paulo”,	<i>Jornal do Comércio</i> , RJ, 10/11/1957; <i>Jornal do Ceupes</i> , n. 1, 1959.
Florestan Fernandes, 1958.	“O padrão do trabalho científico dos sociólogos brasileiros”.	<i>Revista Brasileira de Estudos Políticos</i> BH, n. 3, 1958.
Florestan Fernandes (presidente e redator da comissão), 1959. Comissão instituída em 21 de novembro de 1958 na Congregação da FFCL: Erasmo Garcia Mendes; Walter Shützer (membros da comissão).	“Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”.	Seção Gráfica da FFCL da USP. São Paulo: 1959.
Florestan Fernandes (redator da comissão). Comissão Paritária instituída em 08 de abril de 1959, na Congregação: Eduardo D’Oliveira França (coordenador eleito pelo grupo); Crodowaldo Pavan (substituto de Mário Guimarães Ferri); como estudantes, Francisco Lane Jr. (Presidente do Grêmio da FFCL) e Camal Schaim e Nabor Ricardo Ruegg.	“FFCL da USP: lições pedagógicas de uma crise de crescimento”.	

No final dos anos 1950, o livro *A etnologia e a sociologia no Brasil* reúne, em sua segunda parte, alguns desses textos. Nos anos 1970, faria as vezes dele, o livro *A sociologia no Brasil*. Nestas notas procurei indicar numa seqüência cronológica os trabalhos produzidos, para dar idéia da frequência e intensidade com que se concentraram nos anos que correspondem à montagem da Cadeira, cuja anatomia procuro fazer a seguir. Não ignoramos as críticas dirigidas a estes textos por Wanderley Guilherme dos Santos. Segundo ele, o paradigma institucional, emblematicamente encontrado na perspectiva de Florestan Fernandes, não elabora uma história das Ciências Sociais no Brasil, porém uma “cronologia das etapas de institucionalização educacional da atividade dos cientistas sociais brasileiros.” Para esta perspectiva, “a organização burocrática universitária coincide com a difusão de técnicas modernas de investigação social (...) e assinalam a passagem no tempo do período pré-científico para o período científico de investigação social no Brasil”. (Wanderley Guilherme dos Santos. “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira.” In.: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 26). São alvos da crítica, em particular, os seguintes textos de Florestan Fernandes: “Ciência e Sociedade na Evolução Social do Brasil” (1956); “Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil” (1957); “O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros” (1958). As primeiras investidas do autor podem ser localizadas em meados dos anos 1960: “Preliminares de uma controvérsia metodológica”. In.: *Revista Civilização Brasileira*, n. 5-6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, de março de 1966; “A imaginação político-social brasileira”. In.: *Dados*, n. 2/3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1967; “Raízes da imaginação política brasileira”. In.: *Dados*, n. 7. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970. Acreditamos, contudo, que a oposição mereceria tratamento em separado, e que ela remonta a típicas oposições entre Rio de Janeiro e São Paulo; a fases diferentes da profissionalização de disciplinas também diferentes (Sociologia e Ciência Política). Os textos do jovem sociólogo paulista são lidos de maneira interessada, e o leitor que tivesse primeiro lido as críticas para posteriormente voltar-se à reflexão criticada, não conteria a surpresa em encontrar Florestan Fernandes afirmando: “É preciso notar que a referência a autores [Tavares Bastos, Perdigão Malheiros e Joaquim Nabuco acabaram de ser mencionados] e à sua produção intelectual não é feita com a intenção de analisar as suas contribuições, mas apenas de estabelecer um ponto de referência explícito para a compreensão das ligações da transformação da sociedade brasileira com o processo de desenvolvimento da sociologia”. (“Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil”. In.: *A etnologia e a sociologia no Brasil*, p. 195).

Para
FLORESTAN FERNANDES
pela influência construtiva que exerce no desenvolvimento da sociologia no Brasil
com reconhecimento e amizade
Fernando Henrique

A
FLORESTAN FERNANDES
por sua atuação inovadora no campo da investigação científica, com admiração e amizade.
Q. Lami
16/5/62

A
Florestan Fernandes,
não o exemplar, mas a obra.
De coração,
M. Sylvia.
S. Paulo, 1970.

Continua...

Capítulo III. O canto da Musa e o desencantamento do mundo.

“La foi embrasse plusieurs vérités qui semblent se contredire”.
Blaise Pascal⁹⁴³

1. Alegres trópicos.

“o acaso – sempre benéfico – favoreceu a secção de história, dando-lhe, como estudantes, alguns juristas”.
Fernand Paul Braudel, 1935.⁹⁴⁴

No ano da graça de 1958, quando o jovem professor-assistente, de vinte e cinco anos, bacharelado e licenciado há dois, em Geografia e História, na FFCL-USP, Fernando Antônio Novais, começa a se reunir com seus amigos um pouco mais velhos para ler *O Capital*, Fernand Braudel escreve “Histoire et Sciences Sociales. La longue durée”.⁹⁴⁵ O jovem Novais e o já maduro Braudel estão separados pelo Atlântico, mas unidos pelos combates da História junto às ciências sociais e por Eduardo D’Oliveira França: mestre do seminarista, discípulo do grande historiador francês, e catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea. No intuito de ressaltar as condições e coerções institucionais que tornaram possível a tese em História, oriunda do Seminário, é imperativo reconstituir em linhas gerais o percurso desta cadeira.

Em 1934, há três seções que compõem a faculdade, quais sejam: Filosofia, Ciências e Letras. Dentro da segunda, há cinco sub-seções, sendo a quinta, História e Geografia, composta, por sua vez de cinco cadeiras. Dentre elas, três são ocupadas por brasileiros e as duas, por franceses. Os brasileiros são responsáveis por História da Civilização Brasileira; História Americana e de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani e os franceses, por Geografia Física e Humana e História da Civilização.

Em 1934, Pierre Deffontaines assume Geografia Física e Humana, e Pierre Monbeig o sucede no ano seguinte. Em 1937, ocorre nela uma divisão informal, de modo que Emmanuel de Martonne leciona geografia física e Pierre Monbeig, geografia humana. A divisão é formalmente instituída em 1939, resultado da federalização, e João Dias da Silveira passa a reger Geografia Física, tornando-se catedrático em 1950. Pierre Monbeig leciona na cadeira de Geografia Humana até 1946; assumindo-a nos anos

⁹⁴³ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 384. (Edição de Michel Le Guern).

⁹⁴⁴ “O ensino de História e suas diretrizes”. In. *Anuário da FFCL-USP, 1934-1935*, p. 126.

⁹⁴⁵ Fernand Braudel. “Histoire et Sciences sociales: la longue durée”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, v. 13, 1958, p. 725-753 – na seção “Débats e combats”.

seguintes, Roger Dion e Pierre Goussier. Ela passa às mãos de um brasileiro em 1950, quando Ary França torna-se catedrático. No caso de História da Civilização, Émile Coornaert rege a cadeira no seu primeiro ano letivo; e Fernand Braudel vem para substituí-lo no ano seguinte. Jean Gagé substitui Braudel em 1938, e, no ano seguinte, a federalização delibera pela separação dela em História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea – embora o desdobramento definitivo seja oficial apenas em 1942.⁹⁴⁶ As substituições ocorridas nas cátedras ocupadas por franceses – Pierre Deffontaines / Pierre Monbeig e Coornaert / Braudel / Gagé – remontam às três missões francesas de fundação da instituição.

a. Fernand Braudel, a Cátedra de História da Civilização e o Brasil.

O primeiro grupo de professores franceses caracteriza-se por ser uma “delegação transitória, a maior parte dos contratados não tinha, na realidade, a intenção de ficar três anos e somente aceitaram o cargo em razão da inauguração tardia da USP”.⁹⁴⁷ Menos improvisada, a segunda missão foi pensada desde o outono de 1934. Nela, “a figura típica” consiste no “jovem professor efetivo, professor de um liceu de província, muito diferente da figura dos professores que vinham do quadro do Instituto de Alta Cultura”; mais que “embaixadores culturais” disseminando a cultura francesa, ou conferencistas para “inaugurar” cursos, os professores da segunda missão têm “estudantes a formar e a continuar acompanhando”.⁹⁴⁸ Além de Fernand Braudel e Pierre Monbeig, nesta, encontram-se também Jean Maugüé e Claude Lévi-Strauss.

⁹⁴⁶ Por meio do decreto-lei estadual n. 12511, de 21 de janeiro de 1942. Cf. *Anuário da FFCL-USP 1939-1949*, p. 451. Um levantamento dos currículos de História e Geografia, e uma tentativa de interpretar suas modificações à luz das constantes “reformas universitárias”, foi realizado por Diogo da Silva Ruiz (“A instituição do ensino universitário de geografia e História na FFCL-USP entre 1934-1956”. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, jan./jun., 2007).

⁹⁴⁷ Desse modo, reduzia-se a estada para apenas seis meses. Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”. HAMBURGER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996, p. 268.

⁹⁴⁸ Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 277. Os compromissos assumidos por esta missão leva Patrick Petitjean a defender que ela rompe em definitivo com o perfil dos “embaixadores culturais”. Já Hugo Suppo acredita que também ela se ligue a uma série de empreendimentos da política de Estado da França que tinha por objetivo precípua a propaganda da cultura francesa pelo mundo. (Hugo Suppo. “A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias”. *Revista de História*, n. 142-143, 2009, p. 311).

Uma infinidade de picuinhas, interesses e inimizades dariam o roteiro da crônica dessa “agitada missão”. Conflitos de ordens diversas – laços de parentesco, concorrência profissional entre os franceses, importadas para o Brasil; confissão religiosa deles, a provocar desconfiança católica brasileira – animam o trabalho e as contratações. Para as escolas “profissionais” – Politécnica, Medicina e Direito – as missões são instrumento dos “paulistas contra Vargas”, e da FFCL-USP, contra elas. A afanosa disputa, interna às missões, desenrola-se em meio aos arranjos e desarranjos na mal costurada composição das escolas na universidade, e querelas pela ocupação de suas cátedras por brasileiros ou estrangeiros. Os professores estrangeiros são de países aliados ou do eixo, liberais ou fascistas? A tais questionamentos mesclam-se as correntes políticas locais, que acreditam reproduzir a polarização do cenário europeu de entreguerras. Não bastassem esses fatores, a embaralhar o quadro, as expectativas profissionais dos franceses – salário, horas de aula, tempo disponível para pesquisar e viajar, validade do contrato, possibilidade de retorno – a mantê-los em tensão entre si, e tentando negociar com as elites contratantes. Assim, a segunda missão se indispõe com Paul Arbousse-Bastide, desestabilizando sua liderança e vigilância, operadas sob mando de Georges Dumas⁹⁴⁹ – conflito protagonizado especialmente por Braudel e Lévi-Strauss.⁹⁵⁰ A necessidade de uma figura como a de Arbousse-Bastide, cujo *status*

⁹⁴⁹ Georges Dumas é figura central das relações científicas entre Brasil e França, e tem destacado papel na montagem das faculdades de filosofia, em São Paulo no Rio de Janeiro. Médico, professor, diretor de um laboratório de Psicologia patológica, agrégé de Filosofia e doutor em Letras, Dumas tinha relações com o Brasil desde 1907. Neste ano foi fundado o Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine, do qual Dumas seria animador mais ativo. Médico, com tese em filosofia sobre Auguste Comte e Saint-Simon, recebia alunos brasileiros em seu laboratório no Hospital Saint Anne, e, por meio de Maurício de Medeiros, é introduzido no Rio de Janeiro. Passa então a ser o enviado do Groupement à América Latina. Auxiliado pelo Fundo para a Expansão Universitária e científica da França no Estrangeiro (1912) e depois pelo Serviço de Obras Francesas no Estrangeiro (1919), criou os Institutos Franco-Brasileiro de Alta Cultura no Rio, em 1922, e em São Paulo, em 1925. Por ocasião da seleção dos docentes para compor as missões, foi solicitado na indicação dos franceses. (Cf. Jean-Paul Lefebvre. “Les professeurs français des mission universitaires au Brésil (1934-1944)”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1990, n°12.; Patrick Petitjean. “Entre a ciência e a diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940”. In. HAMBURGER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996, p. 91-193).

⁹⁵⁰ Arbousse-Bastide veio com a primeira missão. Nasceu em Gard (1899), licenciado em letras (1920) e agrégé em filosofia (1928). Foi professor no liceu de La Rochelle e suplente na Faculdade de Letras de Besançon. Veio para o Brasil com 35 anos e aqui permaneceu 12. De volta à França, concluiu o doutorado sobre o positivismo brasileiro. (Informação extraída do *Anuário da FFCL-USP*, 1935, p. 329). Quanto a Lévi-Strauss, suas tomadas de posição política comprometeram suas relações com os brasileiros; disputas disciplinares com Arbousse-Bastide; o privilégio da pesquisa e das viagens em detrimento das aulas, minaram a renovação de seu contrato. Naturalmente, as explicações e justificativas, partindo de variadas fontes indicam uma ou outra razão para os conflitos, indo do parentesco de Dumas e Arbousse-Bastide ao problema da implantação da tradição durkheimiana. (cf. Jean-Paul Lefebvre. “Les professeurs français des mission universitaires au Brésil (1934-1944)”. *Cahiers du Brésil Contemporain*,

parecia oscilar de acordo com a necessidade de força sobre os missionários, evidencia a maleabilidade dos contratos e a incerteza de seu cumprimento – tanto do lado francês quanto do brasileiro. Os paulistas/contratantes viam-se sob a ameaça de possível extinção da FFCL-USP, por conta das rotações políticas em nível federal e estadual. Por parte dos franceses, a variação entre promessas do contrato e sua efetivação, adicionadas à hostilidade local, estimulava a agitação interna. Difícil não reconhecer nisso a instabilidade da jovem instituição, e a dificuldade de acerto formal dos contratos – que acabam por dar margem a todo tipo de manifestação de idiossincrasias.

A segunda e “mais agitada” das missões tem também a substituição mais truncada. Os trâmites para a vinda da terceira sofreram do acúmulo dos conflitos mencionados, galvanizado pela instauração do Estado Novo em 1937.⁹⁵¹ Em junho desse ano, estudantes da Faculdade de Medicina, onde, provisoriamente, ocorriam aulas da FFCL-USP, invadem-nas, esbravejando contra Mesquita, reivindicando a expulsão dela.⁹⁵² Nesses anos, a minúscula comunidade universitária ficou “ciganeando as classes de um lugar para outro”⁹⁵³; “verdadeiro nomadismo através de prédios os mais diversos”.⁹⁵⁴

“Crise que a ameaçou de extinção”⁹⁵⁵: assim o alvoroçado ano de 1938 foi vivido e guardado na memória institucional.⁹⁵⁶ Não era por menos. Em seguida à instauração do Estado Novo, e à nomeação de Adhemar de Barros como interventor de Getúlio Vargas em São Paulo, é extinto o Instituto de Educação (IE). Criado em 1933,

1990, nº12; Claude Lévi-Strauss e Didier Eribon. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Trad. Léa Mello e Julieta Leite, p. 32; Fernanda Peixoto. “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”. *Mana* 4 (1), 1998.

⁹⁵¹ Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 280.

⁹⁵² Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 323.

⁹⁵³ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França” na cerimônia de outorga do seu título de emérito [1994]. In. Informe. Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Edição Especial, 2004, vol. I, p. 262.

⁹⁵⁴ Eurípedes Simões de Paula. “Aula Inaugural (11/03/1949)”. In. *Anuário da FFCL, 1939-1949*, p. 162.

⁹⁵⁵ Irene Cardoso; “Entrevista com Roger Bastide” (1973). *Discurso*, n. 16, 1987, p. 183.

⁹⁵⁶ Da qual é possível duvidar, como o faz Bruno Bontempi Jr., concluindo recorrentemente pelo gerenciamento hábil que a FFCL fez dos conflitos pretéritos, investindo-se do capital simbólico da rebeldia política. (Cf. *A Cadeira de História e Filosofia da Educação da USP...*, p. 29-74). Convincentes seus argumentos, optamos por outro caminho. Ao invés de fazer o denunciamento da “memória”, mudando o sinal dos discursos, pareceu-nos viável e interessante reconstituir os conflitos do período, com todo o risco implicado, considerando que o rechaço aos estrangeiros foi *compreendido* como risco de sobrevivência da própria FFCL-USP. Eis aí o que pensar.

na esteira das realizações escolanovistas, incorporado a universidade em 1934, teve uma existência transitória, ambivalente, posto que seu ensino era de nível normal e superior, e destituído da respeitabilidade das escolas tradicionais. Até sua eliminação, dividiu as tarefas com a FFCL-USP, por um lado, viabilizando a “pureza” desta, ciosa da eliminação de componentes utilitários e práticos de seu ensino humanista e desinteressado, e por outro, “constituindo-se na via de passagem obrigatória para a profissionalização possível para a maioria de seus diplomados”.⁹⁵⁷ Fernando de Azevedo, então diretor do Instituto, indignava-se que o Co desse “caução a esta supressão, inclinando-se diante da perda da autonomia universitária e preparando assim o assalto seguinte (...) efetuado quando da nomeação de Alexandre Correa”⁹⁵⁸.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pelo Largo São Francisco em 1912, então professor na Faculdade Católica de São Bento, o terceiro diretor da FFCL-USP, Alexandre Correa, foi nomeado por Adhemar de Barros. Em exercício, por ocasião do término dos contratos da segunda missão e encaminhamento da próxima, tenta intervir nas cláusulas contratuais, desdobrar a cadeira de Filosofia para incorporar o tomismo, exige que o ensino seja ministrado em português, em cumprimento do decreto federal de abril de 1938.⁹⁵⁹ Sua breve direção é expressiva de uma das pressões contra a FFCL-USP e os estrangeiros: a vertente católica.⁹⁶⁰ Alfredo Ellis Jr. amigo pessoal e de Partido (Republicano Paulista) do interventor é por ele nomeado diretor em 1939, mesmo ano em que também se torna catedrático de História da Civilização Brasileira. Era expressivo da corrente nacionalista, também contrária aos moldes “estrangeirados” da FFCL-USP. Se nenhum dos dois diretores levou a cabo a extinção da escola, também não apostavam nela como seus idealizadores, sendo contrários às contratações de professores estrangeiros, dificultando sua permanência, interpondo-se nas negociações para trazê-los.⁹⁶¹ Ellis Jr. permanece na diretoria até março de 1941 e na cátedra até 1956.

⁹⁵⁷ Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 185-187.

⁹⁵⁸ Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 321. Uma comissão é mobilizada para colocar em vigência o decreto que extingue o IE e cria a seção de Educação junto à FFCL. A porção publicada das Atas do Co não registra polêmica a respeito da extinção, mas frisa a necessidade de cuidar dos interesses de alunos e professores do IE. (Cf. *Autonomia universitária na USP: 1934-1969*, vol. I, p. 40).

⁹⁵⁹ O decreto não atingia o ensino universitário, dirigia-se ao básico e secundário.

⁹⁶⁰ Cf. Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 324. Ele foi diretor entre 25/6/1938 e 27/02/1939. Cf. *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 812.

⁹⁶¹ Cf. “As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana”, p. 181.

Na passagem da segunda para a terceira missão, em 1938, Lévi-Strauss é substituído por Roger Bastide e Braudel por Jean Gag. A permanncia em So Paulo, a prioridade das aulas, o alijamento da poltica foram incorporados nos artigos dos contratos; e Arbousse-Bastide dispensado na posio de testa de ferro – tentativa, juntamente, mudana de perfil docente – de evitar a repetio de problemas.⁹⁶² O rigor das medidas levou Pierre Monbeig a qualific-las de vexatrias. A perda de influncia de Mesquita no cenrio poltico deixava a misso em desabrigo.

Com a ecloso da segunda guerra mundial, em 1939, a permanncia de alguns foi prorrogada, o retorno de outros, adiantado. A terceira misso, cuja estada era prevista at 1940, foi marcada por isso: Roger Bastide permanece at 1954; Monbeig, da segunda, renovou seu contrato, e ficou at 1946, como Gag, que veio na terceira. Em contrapartida, Jean Magu parte para a guerra em 1944.

b. *Pro Brasilia fiant eximia*

Programa de ensino e pesquisa, formao de alunos e seleo de quadros, com vistas a garantir o prosseguimento da instituio, realizados por Fernand Braudel em sua estada e na passagem de basto a Jean Gag – os rumos, em suma, da Cadeira de Histria da Civilizao – adquirem inteligibilidade luz desse quadro. Como ele transitou em meio hostilidade de que poderia ser alvo, por parte dos nativos, e rivalidade de que foi alvo, por parte dos outros missionrios? O “permanente estado de encantamento” a que os alunos eram levados pelas “luvas de couro na mo, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia”, em sbria elegncia, sua “inesquecvel faceta de ator, a dico perfeita, as variaes da voz, a expresso da fisionomia” – em suma, o primoroso gerenciamento de sua figura, esmero que lhe rendeu o ttulo de “le prince charmant”, esconde menos que revela, esse lado clandestino da vida docente.⁹⁶³

⁹⁶² Patrick Petitjean. “As misses universitrias francesas na criao da Universidade de So Paulo”, p. 279. Para Georges Dumas, a agitao e a “ingratido” deste segundo grupo se devia juventude e ao incio de carreira, que os levava a “valorizar excessivamente a vida universitria paulistana”. As informaes so confirmadas pela entrevista de Roger Bastide concedida a Irene Cardoso, em 1973. (*Discurso*, n. 16, 1987).

⁹⁶³ Depoimento de Alice Canabrava. In. BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. So Paulo: Associao Editorial Humanitas, 2004, p. 92-93.

Fernand Braudel não chegou com seus colegas no Brasil, pois esperou o nascimento de sua filha com Paule, sua segunda esposa. Viajou sozinho, no transatlântico *Marsilia*, um navio de luxo, no qual pode “estabelecer contatos com todos os homens que dominavam, no Exterior, a vida econômica do Brasil”.⁹⁶⁴ Ele tem 33 anos, esposa e filha a caminho, e tantos documentos fotografados para preparar sua tese, que no hotel em que se hospedou, ao chegar, seu material de trabalho ganhou um aposento e ele, outro. Depois, instalou-se numa “bela mansão na rua Padre Manuel, nos Jardins, lindamente equipada, com criadagem, inclusive automóvel com *chauffer*”⁹⁶⁵ – relativamente próximo às instalações da Faculdade de Medicina, onde ele lecionaria.

Ele é, em geral, lembrado pelos demais missionários como uma “figura superior”. Para Lévi-Strauss, ele “era seguro de si, da diferença de idade, da sua posição mais elevada na hierarquia universitária”⁹⁶⁶; e “nos tratava com certa superioridade. O que não impediu (...) de ele usar toda sua influência a meu favor”⁹⁶⁷ – opondo-se a Arbousse-Bastide. Porém, a diferença não era etária – ao chegarem, Braudel tem 33 anos, Lévi-Strauss, 27 – encontrava-se na condição profissional. Diferentemente dos outros “que apostavam na experiência brasileira para a obtenção de uma especialidade que lhes garantisse a inserção no sistema universitário francês, Braudel já havia tido sua iniciação na África. O Brasil representava a possibilidade de ampliação de horizontes, de aprendizado, de reflexão sobre o material já levantado”.⁹⁶⁸

Contratado para a cadeira de “História da Civilização”, o historiador elaborou um texto programático estabelecendo como entendia “O ensino de História e suas diretrizes”, para o primeiro *Anuário* da FFCL-USP. Ele “deliberadamente” limitava “o

⁹⁶⁴ Entrevista. *Jornal da Tarde*, 1984. “Para um jovem professor de história, que conhece muita coisa nos livros, foi uma instrução prévia extraordinária”.

⁹⁶⁵ Em *Fernand Braudel: uma biografia*, Pierre Daix, numa toada hagiográfica, trata esse traço peculiar ao historiador com relação aos demais membros de uma perspectiva defensiva e ironizando Maugué e Lévi-Strauss, “deslumbrados” pelo motorista e o Chevrolet. Para tanto chega a opor informações de entrevistas a discursos de outorga de títulos, numa boa pesquisa investigativa das confusões em torno de um ou dois anos e esclarecendo factualmente os episódios. A despeito da utilidade do trabalho em matéria de levantamento de informações, o tom prejudica a reconstituição (Idem, p.129-140), e o autor se entrega a explicações como a que encontramos para a vinda de Braudel para o Brasil: “era muito forte nele o gosto pela aventura” (Idem, p. 129). Fernanda Peixoto, cujo argumento orientou a reconstituição, informa de modo mais sóbrio: “como ganhavam bem, não demoraram a encontrar um local fixo de moradia. Lévi-Strauss alugou uma casa na rua Cincinato Braga, a poucos quarteirões da avenida Paulista; Paul Arbousse morou primeiro na Av. Brasil e depois no Brooklin; Maugué manteve-se hospedado no Hotel Esplanada, perto do Teatro Municipal”. Fernanda Peixoto. “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”, p.88.

⁹⁶⁶ Claude Lévi-Strauss e Didier Eribon. *De perto e de longe*, p. 39.

⁹⁶⁷ Claude Lévi-Strauss e Didier Eribon. *De perto e de longe*, p. 40.

⁹⁶⁸ Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*, p. 214.

ensino da História moderna que, nas faculdades européias tem tendência a ser amplificado”. Sendo a denominação da cátedra “por si mesma um programa, e foi isso, por certo, que quiseram os fundadores da Faculdade”; reconhece nela um “domínio sem limites”, “confiados” ao professor e talvez fosse “um conselho tácito para que nos elevássemos, quanto possível, acima do que se relaciona exclusivamente com erudição, do que diz respeito à corrida aos armamentos bibliográficos.” Como “os estudantes já conhecem as linhas gerais da História dos tempos modernos”; como têm eles uma “simpatia evidente” pela antiguidade, e “quase todos os historiadores de nomeada mundial foram especialistas de história antiga e medieval” – tudo leva ao privilégio de “épocas longínquas, completamente ignoradas” e a eliminação de qualquer assunto do período moderno.⁹⁶⁹

A mobilização de tantos argumentos leva menos a crer que a desconfiar da justificativa pedagógica e historiográfica do programa. Na avaliação de um ex-aluno, tratava-se de “algo positivamente absurdo, mas compreensível àquela altura”, na do próprio Braudel, anos depois: “não deixava de ser uma extravagância”.⁹⁷⁰ Outro ex-aluno, proferindo a aula inaugural da faculdade, já em 1949, lembrava-se do mestre francês como “grande conhecedor de História moderna, principalmente do século XVI na Península Ibérica”⁹⁷¹: precisamente o conteúdo eliminado daquele programa. Neste mesmo ano, preparava-se um anuário retrospectivo de uma década (1939-1949). Registrava ele, com tom de dificuldade superada, posto que “História da Civilização” já havia se subdividido em Antiga/Medieval e Moderna/Contemporânea: “[Coonaert, Braudel e Gag – os trs missionrios franceses responsveis pela ctedra] insistiram, nos seus relatrios anuais, na necessidade de um desdobramento mnimo que no forasse os docentes disperso de seus esforos entre assuntos de cursos muito variados.”⁹⁷² Os ex-alunos desconversam e denunciam e aquela “elevao”, do

⁹⁶⁹ Fernand Paul Braudel. “O ensino de Histria e suas diretrizes”. In.: *Anurio da FFCL-USP. 1934-1935*, p. 121-128.

⁹⁷⁰ Entrevista. Eduardo de Oliveira Frana: um professor de Histria. *Estudos Avanados*, 1994, p. 151. Fernand Braudel. Entrevista. *Jornal da Tarde*, 1984.

⁹⁷¹ *Anurio da FFCL- USP. 1939-1949*, p. 160.

⁹⁷² “Cadeira de Histria da Civilizao Antiga e Medieval”. *Anurio da FFCL-USP. 1939-1949*, p. 451.

documento de 1935, que convence ainda menos se lida à luz do diagnóstico de “dispersão” –tributado aos franceses.⁹⁷³

Para o anuário relativo a seu segundo ano, Braudel apresentou um programa descritivo de aulas – e nos põe novamente em dúvida. Albert Soboul conta que certa vez se dirigiu a ele com a intenção de estudar a revolução francesa e ouviu: “ça n’existe pas!”.⁹⁷⁴ O observador do programa que levar a sério tanto Soboul quanto a elipse temporal entre os irmãos Gracos e Napoleão III só pode se perguntar: ou “Braudel antes de Braudel”, que esteve no Brasil, era muito diferente do “Braudel depois”, que deu aquela resposta a Soboul, ou aquela ganga que se esconde com esmero tem algo a revelar.⁹⁷⁵ As duas hipóteses obrigam a consulta do terceiro programa apresentado por ele, em 1937. Este informa que “deixando a cargo do seu assistente certos trabalhos sobre organização dos cursos que o ocupavam, pode consagrar muito mais tempo ao ensino, procurando dar um cunho nitidamente prático à formação de futuros pesquisadores e professores”. Além disso, dentre as numerosas modificações do programa, chama atenção a subdivisão “*História ibérica*”, que contempla “das origens até as grandes descobertas marítimas. Este curso servirá no corrente ano (1938) de introdução às cadeiras de História da Civilização Brasileira e Americana.”⁹⁷⁶

Todos os professores estrangeiros, da segunda e terceira missões, tiveram de lidar com o problema *do conteúdo de suas disciplinas à luz da tarefa de construção institucional*. Mas talvez nenhum deles estivesse tão próximo de uma área cujo *monopólio* fosse brasileiro, e encerrasse uma dimensão política de Estado: história nacional. Em domínios que ofertam “uma dada imagem da Nação [em] seus contornos”⁹⁷⁷, a diretriz de sua organização e conteúdo é indissociável da questão

⁹⁷³ Além disso, o programa da cadeira não era descritivo das aulas, pouco informando a respeito do ensino e guardando vaga relação com o documento programático (“O ensino de História e suas diretrizes”) que constava no mesmo anuário.

⁹⁷⁴ Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 129.

⁹⁷⁵ Cf. Anexo. “Programas da Cadeira de História da Civilização (1935-1938)”.

⁹⁷⁶ “Cadeira de História da Civilização”. In. *Anuário da FFCL-USP, 1937-1938*, p. 179-180. A memória registra a seu modo, a informação: “No terceiro ano, à universidade real acabou sobrepondo-se à universidade mundana. (...)”. (Fernand Braudel. Entrevista. *Jornal da Tarde*, 1984).

⁹⁷⁷ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 20. Sendo imensa a bibliografia a respeito do assunto, reportamos à fração dela que nos orientou: Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (trad. Denise Bottman); Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino); Ângela de Castro Gomes. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte/MG:

nacional: História, Geografia e Línguas.⁹⁷⁸ Outrossim, em âmbito paulista, a questão nacional e a pedagógica eram faces da mesma moeda. A posição de São Paulo na federação e a proporção de imigrantes em sua população – colocando, por vezes, em dúvida a pertinência ao conjunto nacional – faziam de história do Brasil, da história de São Paulo e do ensino de línguas braços armados da afirmação da pertença à federação e de seu destaque no interior dela.⁹⁷⁹ É de se imaginar o expoente dessas tensões se atentarmos que: em 1934, há 14 estrangeiros e 3 brasileiros no corpo docente; em 1936, ele se compõe de 8 franceses, 6 italianos, 6 brasileiros, 3 alemães, 1 português e 1 norte-americano – portanto, em torno de três vezes mais professores estrangeiros que brasileiros.⁹⁸⁰ O rechaço às missões estrangeiras, a oscilação vertiginosa do julgamento delas consistem na manifestação, em âmbito acadêmico, das tensões que tangenciam o problema da nacionalidade. Não por acaso, ela se encontra na hostilidade entre cátedra ocupada por estrangeiro/francês e a cátedra de História da Civilização Brasileira – mais propícia ao conflito latente com os missionários, posto serem seus professores os eruditos em matéria histórica do país no qual vinham eles trabalhar. Na mal disfarçada eliminação de história moderna do segundo ano de aulas, Braudel parece querer tomar distância de temas correlatos à história do Brasil – como se fincasse bandeira branca em areia movediça. Entre as amizades cultivadas no período, Braudel lembra-se de João

Argumentum, 2009; Rogério Forastieri da Silva. *Colônia e nativismo. A história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997. Em tempo: como assinalou Lucia Maria Paschoal Guimarães, a bibliografia a respeito do IHGB (e de seus “equivalentes” regionais) “espelha um afastamento recíproco, que por algum tempo marcou as relações (dele) com a comunidade universitária” (Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção imperial*. São Paulo: Anablume, 2011, 2ª ed., p. 25). Não sendo nosso objeto precípuo os institutos, a bibliografia a que se refere foi aproveitada de modo instrumental, e, procuramos considerar tal observação no manejo dela.

⁹⁷⁸ Os conflitos a seguir não se dissociam da discussão a respeito do ensino de história não universitário. Deve-se assinalar que “História geral e do Brasil” foram unificadas na matéria “Historia da Civilização”, pela reforma de 1931, de Francisco Campos – era a primeira elaboração, pelo Ministério da Educação de um programa para as escolas secundárias. (Kátia Abud. “Formação da Alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, n 36, v. 18, 1998). Há uma campanha, em 1939, pelo retorno do ensino de história do Brasil, particularizado, que se realiza, em 1942, sob Capanema. (Francisco Iglésias. “A história no Brasil”. In. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979, p. 283).

⁹⁷⁹ “A população da capital da província em 1872, antes que se formassem as companhias de imigração, não passava de 23 mil habitantes. Por volta de 1920, quase dois terços dos seus 580 mil eram forasteiros ou descendentes.”. (Warren Dean. *A industrialização de São Paulo*, p. 58). Esse quadro entrou em linha de conta na elaboração dos programas de reformas dos educadores escolanovistas, preocupados com a alfabetização em língua portuguesa dos filhos dos estrangeiros. (Cf. Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 140-143).

⁹⁸⁰ A saber: André Dreyfus (biologia); Plínio Ayrosa (etnologia e língua tupi-guarani) e Antonio Soares Romeo (física). A disposição das informações no próprio anuário são indicadores fortes: a cada ano, as novas contratações e abertura de cátedras são noticiadas. Os professores são classificados em: estrangeiros e brasileiros, não necessariamente ligando-os às disciplinas.

Cruz Costa “um humanista de um requinte extraordinário”, com sua “biblioteca [onde] me ensinou a ver o Brasil”, incluindo nessa lição, “dizer o que tínhamos que ler sobre o Brasil e como nos devíamos comportar.”⁹⁸¹ Não é difícil supor que tais aconselhamentos fossem seguidos e orientassem uma conduta de boa convivência – a que não passou incólume a execução das tarefas estabelecidas no contrato: conteúdo de curso, formação e seleção de alunos. Ao se aclimatar – no *Marsilia*, com Cruz Costa, com Julio de Mesquita Filho, com os amigos de Almeida Prado, e atentando às reações a suas intervenções, “Braudel se deu conta de que autores e temas fora de moda ou pouco apreciados na França eram estimadíssimos no Brasil”.⁹⁸² Na zona minada em que pisava era melhor ter cuidado com temas e abordagem. Oras, por que desapontar o gosto do “país novo”, se ele tinha toda a competência para satisfazê-lo?⁹⁸³

⁹⁸¹ Entrevista. *Jornal da Tarde*, 1984. Nela, refere-se à companhia de Cruz Costa, de Mesquita Filho, de Paulo Prado, aliás, apreciando *O retrato do Brasil* e sua coleção de pinturas, de Almeida Prado e dos médicos que conheceu. Ao elogiar a amizade brasileira – inexistente na França – põe a pensar a respeito dos auxílios que precisou e das contrapartidas que devolveu naquele triênio.

⁹⁸² Luís Corrêa Lima. *Fernand Braudel e o Brasil. Vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 100.

⁹⁸³ Carlos Antonio Aguirre Rojas interessou-se pelo período de estada de Fernand Braudel no Brasil, com vistas a elaboração de sua biografia intelectual. Insiste fortemente na qualificação intelectual da biografia que prepara, lamentando a “vulgarização” de Braudel como “empresário, detentor de um certo poder intelectual e institucional”, por ofuscar e relegar “a um segundo plano” seu “verdadeiro legado essencial: o conjunto de sua obra escrita, de sua produção teórica e historiográfica”. (*Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 33). Sem desqualificarmos escolhas analíticas, valeria assinalar que a adoção de algumas delas, com demasiado receio de contágio pelas perspectivas rivais, podem comprometer seu próprio desenvolvimento. Assim, a insistência em recusar o exame de condições não estritamente “teóricas e historiográficas” leva o autor a conclusões que embaraçam mais que auxiliam na realização de seus objetivos. Por exemplo, ao expor os programas de curso de Fernand Braudel em São Paulo, baseando-se exclusivamente no conteúdo deles publicado nos Anuários e apagando, de modo programático, o quadro político com que tem que lidar o historiador. Parece-nos que o rechaço do autor consiste no outro lado da moeda do tom denunciante que, por vezes, assumem análises “externalistas”, sobretudo, entre historiadores, como se o trabalho de construção institucional e azeiteamento de relações sociais e políticas desmerecesse o “legado essencial” dos autores. Nosso esforço, esperamos, a esta altura já escancarado, dirige-se para uma alternativa ao denunciamento de um e a ingenuidade de outro, procurando sinalizar divisões do trabalho no interior da vida científica e os nexos entre o dito “estritamente intelectual” e “não estritamente intelectual”. Também interessou-se por “Braudel no Brasil”, Luís Corrêa Lima. O autor procura reconstituir o contexto que tornou possível tal estada, e não o rechaço em nome do “legado essencial”. No entanto, é possível supor que não fez deste contexto uma condicionante das possibilidades da atividade docente do historiador. O texto programático de Braudel - em meio a política local e a seu tênue equilíbrio na missão e junto à elite que o emprega - em função da “abrangência” que acima discutimos é lido e interpretado como gênese da noção de “história total”. Parece-nos que tal leitura distorce o próprio conceito - que está longe de querer defender a ligação da antiguidade à contemporaneidade, algo próximo de manual, tal como apresentada no curso - como se deixa levar pela artimanha implícita, que procuramos realçar. (*Fernand Braudel e o Brasil. Vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 118). É constitutivo das Ciências Sociais o exercício reflexivo, infinitamente mais dificultoso para os historiadores – seria a história da historiografia o filão mais resistente à modernização (diálogo com as ciências sociais) do *métier*? Talvez, de todo modo, esta nota seria dispensável, já fosse corrente em nossos métodos a idéia de que “não só os impérios tem construtores, a história também os tem”. (José Jobson de Andrade Arruda e José Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, p. 17).

Aos programas e justificativas de Fernand Braudel, bem como à seleção de alunos, subjazem as tensões com a cátedra de História da Civilização Brasileira: os motivos díspares e inconvincentes de Braudel, em “O ensino de História e suas diretrizes” (1935); a elipse entre os Gracos e Napoleão III (1936); a aproximação cordata e combinada do conteúdo de história ibérica, como propedêutica para história do Brasil (1937-1938). Somente em seu terceiro ano de docência no Brasil (1937), Braudel parece ter-se arranjado, garantido um assistente e planejado seu conteúdo à luz de cadeira vizinha – de História da Civilização Brasileira. Pudera. A dar testemunho dessa aproximação, a comunidade local noticiava em seu anuário, tomando emprestado o brilho do historiador, como seu próprio: “o catedrático de História da Civilização, prof. Fernando Braudel, teve acesso a uma cátedra na ‘École des Hautes Études’, da Sorbona, uma das mais altas aspirações do magistério superior francês”.⁹⁸⁴ Nessa esteira, uma comunicação proferida na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, como atividade de extensão universitária – parte das atribuições dos professores estrangeiros – em outubro de 1937: “A formação das Américas”. Nela, além de insistir numerosas vezes no parentesco entre Europa e Brasil, “mais próximo daquela do que a Rússia”, menciona, como se estivesse a se embasar nele, Oliveira Vianna, e Affonso de Escragnolle Taunay, fazendo menção elogiosa aos paulistas e à sua história das bandeiras.⁹⁸⁵

Naturalmente, “tomou-se cuidado em não indicar, para o setor de Brasil, um estrangeiro”⁹⁸⁶; e, por ocasião da criação da faculdade, “o nome do grande historiador não poderia deixar de ser lembrado para o exercício da nova cátedra”⁹⁸⁷: Affonso de Escragnolle Taunay, filho do Visconde de Taunay – cujo estabelecimento familiar no Brasil remonta a 1816, quando veio integrando a missão artística francesa, para organizar no Rio de Janeiro uma Escola de Belas Artes.⁹⁸⁸ Taunay nasceu em Desterro

⁹⁸⁴ Fica implícito que ele auxilia para que “agora, em período terminal de férias, chega-nos de Paris a grata notícia de que a Faculdade de Direito da Universidade daquela Capital acaba de designar, por quase unanimidade de votos, o nome do prof. Francois Perroux, para suceder ao prof. Truchy na cadeira de Economia Política”. Anuário da FFCL, 1936, p. 86. Braudel se recorda: “Em 36 fui nomeado para a Sorbonne, mas consegui ficar mais um ano no Brasil”. (Entrevista. *Jornal da Tarde*, 1984)

⁹⁸⁵ Notícia de conferência: “A formação das Américas”. In. *Anuário da FFCL-USP, 1937-1938*, p. 78.

⁹⁸⁶ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.”, p. 212.

⁹⁸⁷ Odilon Nogueira de Matos. *Afonso de Taunay. Historiador de São Paulo e do Brasil*. Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, v. 11. São Paulo, 1977, p. 39.

⁹⁸⁸ Odilon Nogueira de Matos. *Afonso de Taunay. Historiador de São Paulo e do Brasil*, p. 21.

(SC), em 1876. “Concluiu estudos humanísticos em 1876 e formou-se engenheiro civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1900. Nomeado preparador da Escola Politécnica de São Paulo em 1899, passou a professor substituto em 1904 e a professor catedrático de física experimental em 1910. Em 1917, foi nomeado diretor do Museu Paulista (MP)”.⁹⁸⁹ Próximo aos beneditinos, ele foi professor de física no Ginásio São Bento, e primeiro catedrático de “História Universal”, por ocasião da criação de sua Faculdade Livre de Filosofia e Letras. Nesta instituição, foi professor de Alfredo Ellis Jr. e de Sérgio Buarque de Holanda.⁹⁹⁰ Como se vê, trata-se de “uma categoria de intelectual, tão cara ao século XIX, que transita entre as letras (crítica e ficção), a ciência, a história e a política”⁹⁹¹. Em 1939, Taunay passa a se dedicar exclusivamente à direção do MP, e Ellis Jr. o sucede na cátedra de História da Civilização Brasileira.

Atestado incontestado de suas preocupações com os suportes básicos para a constituição de uma produção historiográfica encontra-se, entre outras fontes, no documento produzido no início de suas atividades na FFCL-USP, em 1935. Taunay oferece de modo enxuto um diagnóstico a respeito do estado da produção e dos aparatos a ela necessários no Brasil. Denuncia a precariedade da organização arquivística, que faz pesquisador perder-se em informações díspares “perdidas num *mare nostrum* de papéis sem catalogação”; reclama da ausência “de retratos dos homens mais notáveis do Brasil nos nossos primeiros séculos” – cujas feições desconhecemos; tem esperanças em acervos portugueses ainda não catalogados. Nessa toada, ajuíza – positiva e negativamente – os autores. Para mencionar dois apenas: Roberto Simonsen tem “ensaios excelentes”, pois deduz “em capítulos fortemente documentados e argutamente apresentados, conclusões originais e abundantes sobre a história econômica do Brasil,

⁹⁸⁹ “É membro da Academia Brasileira e Paulista de Letras, dos Institutos Históricos Brasileiros, de São Paulo, Baía, Ceará, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Sergipe, Pará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, dos Institutos Arqueológicos de Pernambuco e Alagoas.” Este e o trecho acima transcrevem sua apresentação no primeiro anuário da faculdade; seguida da lista de seus trabalhos: aproximadamente sessenta publicações, dividida em 12 categorias diferentes, a saber: ficção, história do Brasil, *De Brasiliae rebus pluribus*, História de São Paulo, Biografia, História da cidade de São Paulo, História da Literatura e da Arte no Brasil, Lingüística, Assuntos científicos, Traduções, reedições comentadas, Em preparação” (*Anuário da FFCL-USP, 1935*, p. 330). Por que optamos por transcrever? De um lado, a supressão, no anuário, das informações que acima incluímos, fora da transcrição, parece querer firmar sua pertença à nova instituição em detrimento das antigas; de outro, o contraste entre sua apresentação e a dos franceses, evidencia a juventude e inexperiência destes, tão valorizados. Atendo-se aos casos que nos interessam, chama atenção o item “publicações” de Braudel (nascido em 1902), o modo genérico: “publicou artigos”, indicando as cinco revistas, e a modesta menção, “Colaborou no livro: ‘Histoire et historiens de l’Algerie’.”. No quadro conflitivo que reconstituímos, esta elaboração do anuário não nos pareceu aleatória.

⁹⁹⁰ Cf. Odilon Nogueira de Matos. *Afonso de Taunay historiador de São Paulo e do Brasil*.

⁹⁹¹ Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*, p. 235.

matéria até hoje muito pouco ventilada em seu conjunto”; já Oliveira Vianna, peca, em suas “páginas magníficas” por ser pouco cuidadoso na consulta às fontes. Sinais opostos, o mesmo critério, preocupação básica: documentação. Além de chamar atenção para esses pontos, reclama da falta de estudos pormenorizados, e dá notícia de estar atualizado com as críticas dos *Annales*, com a menção: “tem os nossos fastos sido largamente explorados, mas em geral, sob os aspectos daquilo que se chama hoje a história batalha.” Reclama que ainda não se atentou para a história do povoamento para além do litoral, mote, naturalmente, com amparo em Capistrano de Abreu.⁹⁹² Para nosso propósito, interessa pontuar: conhecia, em suma, os dois lados da batalha em torno da história-batalha, e se apropriava deles, com o itinerário de um historiador não profissional, porém não amador, empenhado, primordialmente em unir a atividade de historiador de São Paulo à de historiador do Brasil, tendo como plataforma de operações, o “Museu do Ipiranga”.⁹⁹³ Foi por ele que optou quando a constituição de novembro de 1937, impedindo o acúmulo de cargos públicos, obrigou-o a escolher entre a cátedra e o museu.⁹⁹⁴

Paraninfo da turma de formandos de 1939, quando deixava a FFCL-USP, como manda o figurino, proferiu discurso repleto de elogios à criação da faculdade,

⁹⁹² Affonso de Escragnolle Taunay. “A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. *Anuário da FFCL-USP. 1934-1935*, p. 122-131. Como fez notar Ana Claudia Fonseca Brefe, é indissociável, em Taunay, o trabalho como historiador e como “demiurgo” do Museu Paulista – sutilmente entrevistado nas passagens destacadas. (*O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*). São Paulo: Ed. Unesp, 2005). Há uma vasta bibliografia a respeito do historiador, e a parcela dela que consultamos, naturalmente, orientou-nos. Optamos, contudo, pela exposição deste documento, ao invés de caracterizá-lo por meio dela, por entender que concentre as preocupações relativas à cadeira e à nova instituição.

⁹⁹³ No empenho de matizar oposições do tipo tradicionais / modernos, Angela de Castro Gomes fez notar que, no período republicano, “é no terreno adubado pelo conhecimento da escola metódica francesa (...) que os historiadores do IHGB, a despeito de suas diversidades, foram construindo uma história da história, que ia dos ‘antigos aos modernos’.” (Ângela de Castro Gomes. *A República, o IHGB e a História*, p. 159). Forçoso reconhecer a validade da observação para o caso em apresentação. Taunay estava em dia com a agenda crítica à “história de batalhas”, pode ser considerado um “metódico à brasileira”, espécie de “mosaísta”, a reunir peças documentais, que acreditava, “como havia aprendido com Capistrano de Abreu, que a História deveria ser composta por diversas ‘monografias pormenorizadas’ que se detivessem à vida comum, aos costumes.” Em suas aulas e discursos, não deixou contudo de defender “os procedimentos da crítica externa e interna do documento em busca da verdade moderna”, inspirado na *Introdução aos estudos históricos* de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). Karina Anhezini. “Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso Taunay”. *Revista de História*, n. 160. São Paulo, junho, 2009, p. 257. A pesquisadora conclui nesta direção, considerando a aula inaugural de Taunay como catedrático de “História Universal” (de 1911). Esta aula foi também examinada por Itamar Freitas (*Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão/Aracaju: UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 29-50), que, seguindo outra linha, não diverge em suas conclusões daquela autora. Agradecemos ao autor pelo envio de seus livros, de difícil acesso.

⁹⁹⁴ Odilon Nogueira de Matos. *Affonso de Taunay historiador de São Paulo e do Brasil*, p. 40.

ênfatizando tudo que ela representava em matéria de atualização nacional.⁹⁹⁵ Na qualidade de diretor do MP, averiguou as tarefas que os “novos docentes” deram aos alunos. Alegrou-o que fontes consultadas esporadicamente por “especialista ou amador”, fossem exploradas por estudantes a “abeberar-se ao farto manancial” na “busca de dados históricos, geográficos, demográficos, econômicos.”⁹⁹⁶ E, como cabe a alguém de seu cabedal, em meio a etiqueta cordata, não perdeu a oportunidade de se afirmar. É que ele se viu procurado por “inteligente aluna”:

“[que não sabia onde] encontrar dados sobre o movimento da navegação nos portos paulistas, sob o governo de certo capitão-general setecentistas de princípios do século, tema que lhe fora distribuído. Desanimada com o resultado das pesquisas iniciadas recorria ao acervo do Museu. Fiz-lhe ver que o seu recém-chegado professor não se achava de todo ao par do que eram os nossos depósitos arquivais e de quanto se mostravam falhas as nossas velhas estatísticas. Em princípio do século XVIII eram por assim dizer inexistentes. Lembrei-me depois com pequena malignidade, que quase seria o caso de, por analogia, pedir ela ao distribuidor da tese informações sobre a tonelagem dos navios em demanda do porto de Marselha, lá pelos anos em que, após a cena famosa da entrega da taça feita pela blea Gyptis ao eleito de seu coração, ao audaz navegante da magnífica cidade francesa, marítima, mediterrânea e porta do Oriente”.

“Tive, então, o ensejo (isto nos primeiros tempos, convém frisá-lo) de verificar quanto vários dos professores recém-chegados estavam sobremodo distantes das nossas realidades, julgando, por exemplo, que os nossos depósitos arquivais dispusessem de elementos que não poderiam possuir.”⁹⁹⁷

Trapalhadas episódicas deste tipo marcaram as oposições profissionais – a FFCL-USP era “muito jovem para ser levada a sério pelos professores de direito, de medicina e da Escola Politécnica”, e também por estes historiadores brasileiros. Não por acaso, os “franceses são considerados como ‘pretensiosos amadores e agitadores’.”⁹⁹⁸ Considerando-se que o primeiro missionário francês do setor de história, Émile Coornaert, veio apenas para inaugurar o curso, e apostando que o friso de Taunay “nos primeiros tempos” ressalte a tolerância recíproca e tensa, posterior, que tem testemunho no programa parcial de história ibérica acordado em 1937-1938, é ao segundo missionário, Fernand Braudel que ele se dirige.

⁹⁹⁵ A criação da FFCL “veio corresponder a essa incoercível instigação”: a repercussão, no Brasil da “imperiosidade da diferenciação imposta pelo desenvolvimento da cultura moderna, dominadora de todas as grandes organizações do ensino universitário mundial”. “Discurso do prof. Affonso d’Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939”. In. *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 227. As publicações, os esforços, as turmas de formandos atestam que “sua curta existência apresenta uma série de brilhantes conquistas”. “Discurso do prof. Affonso d’Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939”, p. 232.

⁹⁹⁶ “Discurso do prof. Affonso d’Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939”, p. 230.

⁹⁹⁷ “Discurso do prof. Affonso d’Escragnolle Taunay, paraninfo da turma de 1939”, p. 230.

⁹⁹⁸ Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”, p. 285.

O historiador, ao chegar, tomou parte nas picuinhas, afinal, “os franceses nunca estão num lugar sem arrumar umas briguinhas”⁹⁹⁹: entendendo que a hierarquia das posições no sistema de ensino francês deveria valer no interior da missão, defende a desigualdade de salários e, como professor efetivo mais antigo, não aceita ganhar o mesmo que Paul Arbousse-Bastide. Quando a missão lhe confia uma carta a Dumas, ela se indis põe com ele, por possivelmente ter alterado o sentido dela. Nas investidas de Arbousse-Bastide contra Lévi-Strauss, apóia o segundo, já contando com trânsito entre os paulistas. Aclimatando-se, negociou aqui e acolá, e se tornou representante da segunda missão.¹⁰⁰⁰ Freqüentando a roda de elite local, e em estado alerta, já escolado em vida no estrangeiro, percebia a “sociedade terrivelmente instável. Hoje você era rico, amanhã pobre e depois obrigado a refazer sua fortuna” e “fechada [na qual, não] havia muitos canais com todas as camadas”. Aproximava-se com cordialidade, deixava que das áreas fronteiriças do nacional cuidassem os nativos.¹⁰⁰¹ As picuinhas entre os franceses ou com brasileiros renderam reflexão a todos os estrangeiros, decerto, a respeito de seus papéis e do que poderiam e deveriam fazer.¹⁰⁰² E, olhando para a massa de documentação a ser colocada em ordem para a tese, aproveitava, pois “havia muitas distrações e feriados no Brasil [então] tinha muito tempo para [eu escrever] a tese escondidinho.”¹⁰⁰³

O trabalho de gerenciamento das relações feito por Braudel não poupou seu sucessor, Jean Gagé, de problemas da condição de professor estrangeiro em meio ao acirramento do nacionalismo. Ernesto de Souza Campos, diretor da FFCL-USP até junho de 1937, a despeito do esmero com que preparou o *Anuário* em que presta contas de suas atividades para com a reitoria, deixou registrado, por meio das informações sutilmente díspares, os conflitos daqueles anos.¹⁰⁰⁴ Nele, encontramos tanto Braudel

⁹⁹⁹ Fernand Braudel. Entrevista. *Jornal da tarde*. 1984.

¹⁰⁰⁰ O ziguezague de Braudel é reconstruído com base nas entrevistas dele (além da citada, de 1984: Entrevista concedida por Braudel a Marcelo G. Tassara, parte de trabalho do filme-documentário: ‘O Brasil, os índios e finalmente a USP’. Disponível no Caph). e Patrick Petitjean. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo”.

¹⁰⁰¹ Inferência desta reconstituição e do contraste entre os três programas, cf. Anexo.

¹⁰⁰² “... essa oligarquia precisava de uma opinião pública de inspiração civil e laica para fazer frente à influência tradicional da Igreja e do exército, assim como ao poder pessoal, que, ao criar a Universidade de São Paulo, ela se propôs levar a cultura a uma clientela mais vasta” (Claude Lévi-Strauss. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 97).

¹⁰⁰³ Fernand Braudel. Entrevista. *Jornal da tarde*, 1984.

¹⁰⁰⁴ Na listagem de professores, não consta, por exemplo, o nome destinado a lecionar, justamente “História da Civilização Brasileira”.

assinalando o acordo com a cátedra hostil aos franceses, quanto Jean Gag negociando contdo. No texto programtico, que os recm-chegados escreviam, afirma: “[o contdo dos cursos] foi estabelecido, de acordo com a diretoria da Faculdade e no quadro dos regulamentos em vigor, por entendimento entre o Professor Fernand Braudel e seu sucessor”. Constatando a desproporo do espao reservado a “Histria da Civilizao Antiga”, passa a se explicar: “poder ser julgado excessivo; as condies da vida nacional brasileira parecero no requerer especialmente o conhecimento dessas civilizaes antigas; e as condies materiais do ensino, o afastamento dos ‘stios’ dessas civilizaes e dos museus europeus que delas possuem as recordaes, parecem tornar particularmente difcil o seu estudo em S. Paulo”¹⁰⁰⁵. E tenta justific-lo: “desobstruda muito mais do que a moderna duma quantidade de ‘fatos’, se presta, mais que qualquer outra, ao estudo de conjunto duma ‘civilizao’”; alm disso, “suscita nos estudantes brasileiros um interesse pelo menos igual, quando no superior, ao que dedicam histria europia das pocas modernas e contemporneas”¹⁰⁰⁶. O argumento, de novo, sai pela tangente; e se entrev a mo firme de Braudel.

Mal tolerados em seu conjunto, qualquer passo em falso dos professores estrangeiros poderia atar hostilidade. Jean Gag, ao chegar em 1938, recebido em meio reverberao do Estado Novo, da interventoria de Adhemar de Barros, da diretoria de Correa e de Alfredo Ellis Jr.. O quadro mais factvel de entendimento de sua blindagem remete ao domnio de histria do Brasil, caixa de ressonncia do rechao aos franceses, seja por nacionalistas, seja por catlicos.¹⁰⁰⁷

A escolha dos dois primeiros catedrticos de Histria do Brasil ganha inteligibilidade nesse quadro. Alfredo Ellis Jr. no desvia das linhas j traadas no perfil de seu antecessor, Taunay: nem profissional, nem amador. Em 1917, formou-se na Faculdade de Direito do Largo So Francisco; transitou entre a advocacia, a produo de romances, contos, historiografia, com inclinaes para biografia de ilustres figuras e histria das bandeiras. Membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histrico

¹⁰⁰⁵ Jean Gag. “Consideraes sobre o curso de Histria da Civilizao”. *Anurio da FFCL-USP*, 1937-1938, p. 29-30.

¹⁰⁰⁶ Jean Gag. “Consideraes sobre o curso de Histria da Civilizao”. *Anurio da FFCL-USP*, 1937-1938, p. 30.

¹⁰⁰⁷ “Parece-nos indispensvel dedicar em uma Faculdade sul-americana um curso especial ou mesmo uma Cadeira especial consagrado ao estudo da histria Ibrica para que se mantenha o contacto necessrio entre a cadeira geral de Histria da Civilizao e as de Histria Americana e Brasileira”. (Jean Gag. “Consideraes sobre o curso de Histria da Civilizao”. *Anurio da FFCL-USP*, 1937-1938, p. 31).

e Geográfico de São Paulo, foi deputado estadual em 1925 e em 1934. Trata-se de mais um exemplar do típico historiador dos institutos, “homem erudito, que transitava, com fluência, por diferentes domínios intelectuais”.¹⁰⁰⁸ O mesmo processo que leva Alfredo Ellis Jr. à diretoria o leva à cátedra¹⁰⁰⁹ – que, para assumir, defendeu *Meio século de bandeirismo, 1590-1640*.

Taunay e Ellis Jr. eram eruditos, ligados à produção anterior ao sistema universitário, radicavam-se, de modos distintos, nos ensinamentos de Capistrano de Abreu.¹⁰¹⁰ Tratam-se de historiadores de transição, entre os tempos dos “eruditos/autodidatas”, e a chegada da “vez dos profissionais do saber específico, pesquisadores e professores formados nos quadros universitários”¹⁰¹¹. A divisa profissionais / polígrafos tem sua validade nesses casos – desde que, matizada, pelo reconhecimento do laborioso empenho na construção institucional de arquivos e museus, a que se dedicaram – indispensáveis ao *métier*, pré ou pós universitário. Estas constatações reafirmam processos similares em diversas áreas. Há, contudo, uma peculiaridade a se realçar. Taunay e Ellis Jr. não se vincularam apenas à historiografia brasileira, mas, pela presença de seus familiares nas elites políticas, à história do Brasil. E este vínculo foi a condicionante mais básica da produção edificante e algo heróica dela. A indiferenciação entre campo político e intelectual, no caso da historiografia e dos historiadores implica atinar para a ausência de divisa entre a história em que se vive/protagoniza e que se escreve, “história 1 e história 2”.

Jean Gag permaneceu no Brasil entre 1938 e 1946. Negociou conteúdo de aula e contratos, e levou a cabo a divisão da cadeira de História da Civilização, em duas: Antiga/Medieval; e Moderna/Contemporânea; deliberada pela federalização das Faculdades de Filosofia. E também nisso, Braudel dá a última palavra. Vejamos como.

Entre as atribuições da segunda missão, constava o auxílio no estabelecimento de condições para o prosseguimento autônomo da vida institucional, além do ensino. A

¹⁰⁰⁸ Antônio Celso Ferreira. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 123.

¹⁰⁰⁹ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.”, p. 212. Avaliando a produção de teses entre 1939 e 1949, notou: das 22 teses defendidas, 12 foram na História. O fato da área contabilizar mais da metade do que as demais somam juntas é indicativo antes de “sua condição de área tradicional e de domínio mais consolidado”, que da rotinização do trabalho universitário na área. (Idem, p. 213).

¹⁰¹⁰ Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer, Vera Lúcia Amaral Ferlini. “Escola uspiana de história”. *Estudos avançados*, n.22, 1994.

¹⁰¹¹ José Jobson de Andrade Arruda e José Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, p. 41.

seleção dos quadros para isso não se desvencilha dos conflitos na base da oscilação dos programas de aula. Também neste quesito, Fernand Braudel apresenta suas peculiaridades no contraste com os demais missionários, e o setor de História, com as demais disciplinas.

No tom que lhe é característico, Lévi-Strauss informa ironizando: como “cada um de nós tinha a sensação de arriscar o sucesso ou o fracasso de sua carreira no Brasil”, cercava-se de “uma corte (...) exclusivamente sua [e] mais importante que a do vizinho”, algo “bem francês, bem universitário, mas [nos trópicos] um pouco ridículo”.¹⁰¹² Braudel, também tipicamente, porém em tom de alegria, traça cenário idêntico. “Do ponto de vista do ensino foram anos maravilhosos”; para mim, “foi muito mais importante ir ao Brasil do que para vocês virem à França”; devotava energias aos alunos, que apesar de não terem “formação suficiente ou o mesmo controle dos europeus acostumados a concursos, eram muito inteligentes”; “passava deveres, eles vinham à minha casa e os ensinava uma segunda vez.”¹⁰¹³ O tom é cortês, mas o desapontamento indisfarçável. Diagnosticava faltar “aos estudantes paulistas, muitas vezes, uma cultura geral de base, sem a qual é difícil progredir com rapidez”.¹⁰¹⁴ Para ele “quem se destina à História, importa possuir, além das noções históricas, três disciplinas essenciais: o português, o latim e uma sólida cultura filosófica.” Esta consiste “em um ‘mise en place’ do pensamento”, retomando “a velha fórmula, é preciso pensar o próprio pensamento.” Se os estudantes “têm uma forte tendência para filosofia sem o saber” que sejam “disciplinados neste domínio”, para desembaraçarem “seus trabalhos da névoa que aí se introduz sob o nome de idéia geral.”¹⁰¹⁵

Alguns alunos – teriam eles tais domínios? – chamaram sua atenção: “o acaso – sempre benéfico – favoreceu a secção de história, dando-lhe, como estudantes, alguns juristas. Não é de espantar que, conhecedores das fortes disciplinas do direito, esses estudantes se tenham regular e automaticamente posto à frente dos seus companheiros.” O historiador, face a esta “ligação fortuita, eficiente para o recrutamento de estudantes de valor”, defendia: é “necessário que a ponhamos ao abrigo de uma ruptura tão fortuita como o seu estabelecimento”.¹⁰¹⁶ Ou, dito de outro modo, se o acaso nos favoreceu, que

¹⁰¹² Claude Lévi-Strauss e Didier Eribon. *De perto e de longe*, p. 41.

¹⁰¹³ Fernand Braudel, *Jornal da Tarde*, 1984.

¹⁰¹⁴ Fernand Braudel. “O ensino de História e suas diretrizes”, p. 125.

¹⁰¹⁵ Fernand Paul Braudel. “O ensino de História e suas diretrizes”, p. 125.

¹⁰¹⁶ Fernand Paul Braudel. “O ensino de História e suas diretrizes”, p. 126.

o cálculo impeça uma virada da sorte. A atenção devotada a eles tocou o coração de um, em particular, que confessaria: “nós éramos importantes para os professores que cuidavam a sério de nos preparar, sem descurar suas pesquisas”.¹⁰¹⁷

A quais alunos se referia Fernand Braudel?

A Caio Prado Jr., Roberto Sergio de Paiva Meira, José Egydio Bandeira de Mello; Ubaldo da Costa Leite; Eurípedes Simões de Paula; Antônio de Paula Assis; Eduardo D'Oliveira França; Astrogildo Rodrigues de Mello; Affonso Antônio Rocco – alunos do Largo São Francisco. E, digno de nota: trata-se de favorecimento peculiar do setor de história – conclusão decerto estabelecida pelo convívio de missionários em outros setores, em possíveis diálogos a respeito de quem selecionariam, de como conduzir suas atividades sociais e didáticas. Dentre estes alunos, com exceção dos dois primeiros e do último, o deslocamento para a FFCL-USP não se desvencilha da “Revolução constitucionalista de 1932”, vivida do ângulo da Faculdade de Direito.¹⁰¹⁸ Se, ao se matricular em na jovem instituição pactuavam, como lhes era possível, do projeto da “comunhão paulista” e da resposta política que ela propunha para a derrota de 1932 – vale dizer, ao escolherem a seção de História e Geografia, davam prosseguimento, a seu modo, àquela tradição na qual *são indiferenciados os papéis de estudar, escrever e fazer história*. A história os derrotara, mas a ela e a São Paulo dedicariam seus melhores esforços.

Os elos entre esses historiadores – juristas, paulistas, derrotados em 1932 – com o Largo, com a FFCL-USP e com a história (1 e 2) têm pouco de casuais. Taunay estava certo a respeito de Braudel não entender o Brasil? Ou o aconchego encontrado num setor da elite paulistana, nos encontros promovidos por Cruz Costa, em que retomava a conversa de aula com Caio Prado Jr., nas viagens com Julio de Mesquita Filho, propiciaram-lhe entendimento típico da condição de estrangeiro? Às clivagens locais, os professores franceses não passaram incólumes, “uma viagem inscreve-se

¹⁰¹⁷ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira França”, p. 261.

¹⁰¹⁸ Reunindo os nomes dos alunos dos primeiros e segundo anos, e ouvintes, de História e Geografia, dos quais Braudel era professor quando produziu o documento, consultando posteriormente o arquivo das Arcadas, chegamos à numeração da turma e data da colação de grau deles: Caio Prado Jr. (97ª turma 01/03/1929); Roberto Sergio de Paiva Meira (99ª turma 11/12/1930); José Egydio Bandeira de Mello (102ª turma 05/01/1933); Ubaldo da Costa Leite (103ª turma 05/01/1934); Eurípedes Simões de Paula (104ª turma 28/12/1935); Antônio de Paula Assis (104ª turma 28/12/1935); Eduardo d'Oliveira França (105ª turma 29/12/1936); Astrogildo Rodrigues de Mello (105ª turma 07/01/1937); Affonso Antônio Rocco (106ª turma 18/01/1938). Pode-se inferir que foram, simultaneamente, alunos de Braudel e da Faculdade de Direito: Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Antônio de Paula Assis, Affonso Antônio Rocco.

simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social”.¹⁰¹⁹ Somada aos ganhos de *rendimento da conversão da formação prévia* desses alunos “adiantados”, essa aclimação decerto – conduziu-o a escolha de membros afinados com as causas paulistas e não tão distantes do escopo intelectual que as elites esperavam das missões.¹⁰²⁰ Braudel levou a cabo seu diagnóstico a respeito dos alunos, *impondo suas escolhas* aos missionários que o sucederam, atento ao significado delas para os brasileiros, e manteve estreito vínculo, *auxiliando* seus escolhidos nas tarefas de viabilização da produção historiográfica de feitio universitário.¹⁰²¹ Dentre eles, Eurípedes Simões de Paula e Eduardo D’Oliveira França foram “como dois irmãos na corte da mesma namorada: a Faculdade, cujo bem queríamos”¹⁰²². Antes, porém, de padecerem com seus corações batendo forte pela mesma “mulher amada”¹⁰²³, encontraram-se em outros bancos e trincheiras. Eles estavam em meio à recomposição dos quadros da elite dirigente, face a reestruturação das oportunidades pelo Estado que emerge da “Revolução de 1930”, da estratificação social em transformação, e para quem historie a vida intelectual, ela não tem nada de fortuito.¹⁰²⁴

¹⁰¹⁹ Claude Lévi-Strauss. *Tristes trópicos*, p. 81. Se o feitio algo conciliador de Fernand Braudel chancela a assertiva – “Nós éramos a maior distração da alta sociedade” (Entrevista. *Jornal da tarde*, 1984) – tão ferina quanto passagens controversas de Lévi-Strauss que tem estilo oposto ao do historiador, só podemos supor que o etnocentrismo de uma parte teve alguma contrapartida na exaltação exótica que se fez deles. Digno de nota: a relação dos *Annales* com o colonialismo francês na África – questão que nos toca tangencialmente – foi analisada por Carole Reynaud Paligot, que verificou, em contraste com a ausência de “especialistas” entre os primeiros annalistas, um atenção cerrada a ela, inspirada, por vezes, nos administradores coloniais. (“Les Annales et la culture coloniale”). Conferência proferida na Faculdade de Letras e Ciências de Assis/Unesp, em setembro de 2009.

¹⁰²⁰ Confessa-o de modo cifrado, talvez à espera de um historiador: “a política estava sempre presente. Quando terminavam as aulas, políticos, representantes do governador lá chegavam e procuravam discutir com Júlio de Mesquita Filho quem estava lá (...) não escondiam uma certa preocupação de ver que estávamos formando intelectuais novos, recrutados num nível mais modesto”. (Entrevista. *Jornal da tarde*, 1984).

¹⁰²¹ Cf. a exposição seguinte.

¹⁰²² Homenagem da Congregação à Memória do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula. Orador: Eduardo d’Oliveira França. FFLCH, USP, 1977, p. 8.

¹⁰²³ “Esta a vida que mais me empolgou: era como brigar por mulher amada”. “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 264.

¹⁰²⁴ Cf. Sergio Miceli. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil”. In. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, formaram-se quadros políticos para o Império e a Primeira República. Os cursos jurídicos eram o “celeiro” dos destinados “às carreiras jurídicas, à magistratura, à advocacia, e ao Ministério Público, à política, à diplomacia, espalhando-se também em áreas afins na época, como a filosofia, a literatura, a poesia, a ficção, as artes e o pensamento social. Constituíam, sobretudo, a pepineira da elite política que nos conduziu durante o Império.”¹⁰²⁵ Seus membros tomaram parte nas causas “liberais” que mobilizaram o cenário nacional: Abolição da escravidão, Proclamação da República, cisão com o PRP e fundação do Partido Democrático (PD). E, a partir de 1930: oposição a Vargas.¹⁰²⁶

Contudo, nem as Arcadas, no alvorecer dos anos 1930, nem a cidade, tinham as feições da “São Paulo dos estudantes”, típica da segunda metade do XIX.¹⁰²⁷ O crescimento urbano se fazia sentir em seus bancos pelo aumento do número de estudantes, pela presença de uma “nova leva, proveniente dos competentes e rígidos Ginásios do Estado” mesclados ao grupo social a que a escola se destinava – as elites dirigentes.¹⁰²⁸ *Pari passu*, propostas de renovação eram encetadas nas próprias fileiras.¹⁰²⁹ Alcântara Machado criou a Associação dos Antigos Alunos em novembro de 1931, com o propósito de estimular a renovação e, na qualidade de diretor, tinha em mira a reforma do edifício, provocando controvérsias. Em que se pese a diferenciação das instituições escolares que já lhe retirava a exclusividade, o novo perfil de recrutamento

¹⁰²⁵ Alberto Venancio Filho. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 273.

¹⁰²⁶ A oscilação – entre rusgas e alianças; entre opor-se pelas diferenças e unir-se contra o poder central/regime de Vargas – que se acompanha nos anos trinta, na criação da USP, na disputa de poder no interior dela pode ser verificada em diversas instâncias, por exemplo, entre o jornal *O Estado de S. Paulo* (aliado do Partido Democrático) e o Partido Republicano Paulista. Cf. Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. Para uma análise minuciosa: Maria Lígia Coelho Prado. *A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁰²⁷ A Faculdade de Medicina data de 1893, a Escola Livre de Farmácia e Obstetrícia de 1899 e a Escola Politécnica de 1913.

¹⁰²⁸ Em média as turmas tinham 70 alunos; a de 1930, teve 170. (Informações extraídas de: Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827-1997)*. São Paulo; Alternativa, 1998, p. 167). Na década de 1940, registra-se cerca de 20% de alunos com sobrenomes estrangeiros, oriundos de famílias migrantes (Idem, p. 164).

¹⁰²⁹ “As discussões a respeito do currículo e do ensino de Economia Política - disciplina prensada entre o Direito e as Ciências Sociais - reconstituída por Alberto Venancio Filho, parecem-nos expressivas do “descompasso entre o sistema educacional e as realidades econômicas e sociais (...) tornando cada vez mais agudo (e) em poucos ramos assumiu tal descompasso caráter mais agudo do que no campo do Direito.” (*Das arcadas ao bacharelismo*, p. 313).

– a fase de transição, em suma, que também ela teria de enfrentar, caracterizada pelas novas demandas que emergiam – “a mística das Arcadas, todavia, sobrepujava a tudo”.
1030

Se eles se encontraram, não sabemos. Mas decerto estavam entre as 1500 pessoas que na tarde de 09 de julho de 1932, encontraram-se em frente à Faculdade de Direito, e clamavam pela insurreição. Quais as relações que estabeleceram naqueles conturbados dias, tampouco podemos asseverar, mas podemos imaginar que em meio às aulas suspensas depois dessa manifestação, quando as Arcadas se transformaram em “uma movimentada, às vezes confusa, sede de recrutamento” da batalha paulistana pela Constituição¹⁰³¹ – ambos estivessem eletrizados com a grandeza da missão. A aproximação entre Eurípedes Simões de Paula e Eduardo D’Oliveira França liga ambos e a amizade à história de São Paulo, das Arcadas e da constituição da USP. Na qualidade de estudantes do Largo, centro articulador de operações dos “paulistas contra Vargas”, participaram dela, os jovens Eurípedes e França.

Na “Campanha pela Autonomia e Constitucionalização”, capitaneada por São Paulo em fins de 1931 e 1932, mais conhecida por sua fase militar – “Revolução Constitucionalista” – os dois se envolveram. Se, por um lado, “o desejo de constitucionalização é sempre apontado como o principal móvel e a revolução apresentada como um movimento de inspiração popular, de adesões espontâneas”¹⁰³²; por outro, é certo que se tratava de recuperar o que fora perdido em 1930.¹⁰³³ A “Frente Única pela Constituição”, formada em fevereiro de 1932, reunia antigos inimigos, do PRP e do PD contra o governo federal, que havia nomeado um interventor alheio à política do Estado, João Alberto Lins de Barros. Como motes da campanha de mobilização, constavam a “exaltação da paulistanidade, a recuperação da figura do bandeirante, e, principalmente, a defesa dos chamados ideais democráticos, uma permanência na tradição das Arcadas.”¹⁰³⁴ A participação popular na campanha, em

¹⁰³⁰ Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas*, p. 166.

¹⁰³¹ John W. F. Dules. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas*. São Paulo: Edusp, 1984, p. 70-71.

¹⁰³² Vavy Pacheco Borges. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 68.

¹⁰³³ Cf. Stanley Hilton. *A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Vavy Pacheco Borges recupera a oscilação das explicações para as motivações que envolveram os paulistas em 1932 à luz do avanço da história política republicana. (*Memória Paulista*, p. 61-85).

¹⁰³⁴ Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas*, p. 169.

suas duas fases, assinala o apelo que tinham os ideais de constitucionalismo, patriotismo, regionalismo, sem alguma dose de xenofobia.¹⁰³⁵

“Mil novecentos e trinta e dois, eu era calouro de Direito, quando chegou a revolução dos paulistas contra a ditadura. Aquele clima apaixonado intoxicou-me irreversivelmente deste amor à liberdade que, como um vício, nunca mais me deixou” – assim, Eduardo D’Oliveira França, lembra sua chegada a São Paulo – e, pode-se aventar, “1932” foi também as “boas vindas” da cidade para o rapaz.

Nascido em Queluz, interior de São Paulo, em 1915, Eduardo D’Oliveira França foi aluno do Ginásio Nogueira da Gama, entre 1927 e 1931. Ingressou na Faculdade de Direito em 1932 e nela se formou em 1936.¹⁰³⁶ Ele era calouro de Eurípedes Simões de Paula, quando eclodiu a “Revolução”. No mesmo ano do conflito, “para fazer render o tempo que desperdiçava, matriculei-me na Escola Normal da Praça”¹⁰³⁷, onde seu pai havia estudado.¹⁰³⁸ Decerto 1932 possibilitou-lhe dar vazão a disposições e ideais que trazia de casa e foi constitutivo desse estilo, no qual o espírito de liberdade vai de mãos dadas com senso de hierarquia e lealdade de grupo. Para ele, “a trincheira é uma grande escola: aprende-se não só a enfrentar o perigo sem esquivas, mas sobretudo a valorizar o companheirismo, a apurar o valor dos outros e a amar o chão da trincheira que nos protege. Setor Sul, Batalhão *Fernão Sales*, motivo de exaltação para cada um de nós, ‘pátrias-amadas’ recrutados a granel.”¹⁰³⁹ À “causa paulista”,¹⁰⁴⁰ ele se entregou, “em 24, como em 30 e 32, embora travestidas de argumentos, eram [as minhas] posições essencialmente afetivas, quando mal começava a pensar politicamente”.¹⁰⁴¹

Eurípedes Simões de Paula nasceu em São Paulo, em 15 de novembro de 1910. Foi pré-alfabetizado no Colégio Des Oiseaux, aos seis anos, e aluno interno do Colégio São Bento, entre 1917 e 1925, quando talvez tenha encontrado Taunay pela primeira vez. Passou então a estudar no Ginásio do Estado, até 1930. Após obter a caderneta de

¹⁰³⁵ Vavy Pacheco Borges. *Memória Paulista*, p. 71.

¹⁰³⁶ As informações biográficas de Eduardo D’Oliveira França foram retiradas de seu processo (SE-FFCL-FFLCH/USP, 46.1.207.8.7).

¹⁰³⁷ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 260.

¹⁰³⁸ Segundo seu currículo houve naquele ano uma concessão especial do governo que permitiu aos bacharéis fazer o curso em um ano apenas. (SE-FFCL-FFLCH/USP, 46.1.207.8.7).

¹⁰³⁹ “Discurso proferido pelo professor Eduardo D’Oliveira França”, p. 260.

¹⁰⁴⁰ Cf. Maria Helena Rolim Capelato. *O movimento de 1932, a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁰⁴¹ Eduardo D’Oliveira França. “Prefácio”. In. Anna Maria Martinez Corrêa. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. XIV.

reservista de 2ª categoria do exército nacional em 1926; em 1930, matriculou-se no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); no ano seguinte, ingressou na Faculdade de Direito do Largo, bacharelando-se em 1935. Quando a “Revolução” eclodiu, Eurípedes foi ativo participante dela, sendo preso em ação, e confinado no presídio da Ilha das Flores.¹⁰⁴²

A vivência nas Arcadas e o envolvimento nos “destinos históricos” do país, a partir de São Paulo, dão idéia do apelo, para alguns estudantes de Direito, de um curso superior em História e Geografia, como o fizeram, entre outros, os moços, que chamaram a atenção de Fernand Braudel. Não foram poucos os historiadores que passaram pelo Largo: Perdigão Malheiro, Washington Luís, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, Caio Prado Jr., Brasil Bandecchi, Francisco Martins, Raul de Andrade, Ernani da Silva Bruno, Célio Debes.¹⁰⁴³

Em 1935, eram demolidas as Arcadas, para serem reerguidas. A reforma das instalações, ao seu modo, confessava o valor atribuído a história de São Paulo como história do Brasil. Alcântara Machado, jurista, historiador e mentor da reforma, por meio dela, oferece bom testemunho das concepções historiográficas difundidas no Largo. No conjunto, a ornamentação arquitetônica e os vitrais podem ser entendidos como “alegoria de uma História do Brasil animada e fundamentada pelo Direito e por valores universais”: Força, Temperança, Filosofia, Justiça.¹⁰⁴⁴ Taunay, Alcântara Machado e Alfredo Ellis Jr., não casualmente, e com ênfases diferentes, produzem estudos a respeito do bandeirismo – figura mobilizada intensamente em 1932, “forjando o mito do patriotismo paulista”, espécie de “símbolo da lealdade do estado à nação”¹⁰⁴⁵. “Membros das elites imbuídos do ‘orgulho paulista’, ao estudar a própria descendência, procuraram reforçar sua legitimidade estabelecendo laços entre essas elites e os heróis do passado bandeirante, legitimando-as.”¹⁰⁴⁶

Dito de outro modo: no itinerário dos historiadores cuja prática se realizou em período anterior ao molde universitário, há uma indiferenciação entre história como

¹⁰⁴² As informações biográficas de Eurípedes Simões de Paula foram retiradas de seu processo (SE-FFCL-FFLCH/USP, 46.1.123.8.8); e completadas com o esboço elaborado por Raquel Glezer (“Eurípedes Simões de Paula: uma bibliografia”. In. *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH, 1983, p. 661-706).

¹⁰⁴³ Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas*, p. 195.

¹⁰⁴⁴ Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas*, p. 190.

¹⁰⁴⁵ Vavy Pacheco Borges. *Memória Paulista*, p. 71.

¹⁰⁴⁶ Vavy Pacheco Borges. *Memória Paulista*, p. 72.

acontecimento e história como área de conhecimento. Do mesmo modo, no Largo São Francisco, o corpo discente e docente tinham suas energias mobilizadas para a “história”, *indiferenciadamente*: estudos históricos e possibilidades de intervenção nos rumos históricos eram face de uma mesma moeda, e na base de uma ou outra direção, a componente típica do grupo dominante e a mesma vivência escolar, ligando-os aos historiadores dos institutos. Vínculo este tanto mais estreito, considerando a valorização de São Paulo – pelos historiadores do IHG-SP e pelos alunos do largo em nossa mira. Ter em vista a observação de Maria Helena Bueno Trigo, pode tornar produção e sociabilidade desses historiadores mais inteligível: os paulistas de quatrocentos anos “falam de si como se fossem os agentes imprescindíveis do processo histórico. É como se o tempo deles fosse coincidente com o tempo político institucional. Confirmam pois, a idéia tão difundida sobre o grupo dominante como sendo aquele que faz a história.”

1047

Na concepção de história/historiografia do Largo formaram-se Eurípedes e França e, decerto isso concorreu para que, tornando-se historiadores universitários, não se desvencilhassem por inteiro, nem pessoal nem politicamente, dos historiadores dos institutos; produzindo historiografia, entendessem-na como parte de fazer história; interessam-se pelo insuflar de renovação, fosse no Largo, fosse em outra faculdade. Os corações desses jovens se encontraram na luta de 1932, na derrota, e na busca de alternativas a ela. Ambos, como a elite paulista, ligaram seus destinos aos investimentos compensatórios da derrota militar. Aquela, idealizando a Universidade de São Paulo, eles, tornando-se alunos da unidade dela que concentrava as pulsões daquela derrota: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Eis a marca indelével na vida da “geração de 32 [que] descobriu [um] compromisso nascido da decepção injusta – vencer em outro plano para reaver o bem perdido. A liberdade havia de voltar, choramingávamos de raiva” e amargavam em seus verdes os anos: Eurípedes tinha 20, enquanto seu calouro 17 anos. “E foi assim que vimos nascer, nos escombros do sonho político, a Universidade de São Paulo, a oferecer horizontes para a busca da redenção dos espíritos machucados pelo desgosto da derrota.”. As esperanças de 1932 eram “amor contrariado: vira teimosia”.¹⁰⁴⁸

¹⁰⁴⁷ *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer*. São Paulo: Anablume, 2001, p. 25.

¹⁰⁴⁸ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 260. Parece mesmo expressão disso que França se referisse à FFCL como “minha Faculdade”; e Eurípedes, “Nossa Universidade” (Respectivamente: Fernando A. Novais. “Discurso de saudação” proferido na cerimônia de outorga do

A Universidade de São Paulo era a resposta à humilhante derrota impressa pela “federação” à sua “locomotiva”.¹⁰⁴⁹ E se sua criação é parte das investidas paulistas contra o governo Vargas, esta bandeira em comum concorreu para a integração da Faculdade de Direito no novo constructo institucional. Quando ocorre a fundação da USP, ela se encontra “combalida e cheia de incertezas embora com pleno impulso de recuperação, traduzido pela própria reforma de seu prédio”.¹⁰⁵⁰ Para que ela pudesse integrar a USP, foi necessário que passasse da União ao Estado – incluindo aí, prédio, instalações, e todo seu patrimônio. Esse trâmite, a centralidade no projeto universitário, atribuída à FFCL, a derrota de 1932 talvez conferissem a escola um sentimento de estar sendo ultrapassada. E logo se verificou que a “integração foi de âmbito puramente formal”, fazendo-se forte a “resistência das faculdades tradicionais, na qual se destacava a faculdade de Direito”, e a presença dos professores estrangeiros acirrava a oposição.¹⁰⁵¹

Eurípedes foi aluno da primeira turma do curso de Geografia e História e o concluiu em 1936. Neste ano, fez o curso de formação pedagógica de professor secundário do Instituto de Educação da USP (IE-USP); escolhido por Braudel para ser assistente, foi contratado em maio de 1937. França, em 1933 matriculou-se IE-USP; e em 1935 se tornou, novamente, calouro de Eurípedes – cuja influência por tal escolha, reconhece juntamente com a de Astrogildo Rodrigues de Melo – que “elogiaram muito a faculdade”¹⁰⁵² – ao se matricular no curso de História e Geografia, na FFCL-USP, que conclui em 1937.

É factível supor que Eurípedes tenha ficado entre o Direito, o Exército e as incertas oportunidades da instituição recém fundada. Assim, chegou a ser nomeado “solicitador da comarca da capital” em outubro de 1933; em março de 1935, “estagiário junto a Promotoria de Resíduos” da mesma, cargo de que se exonerou a pedido em 27 de dezembro de 1937. Em 1933 inscreveu-se como solicitador-acadêmico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1936, já formado, passa ao quadro de advogados.¹⁰⁵³

título de emérito a Eduardo D'Oliveira França, p. 10; Eurípedes Simões de Paula. Carta para Miguel Reale, 1973, CAPH-AESP.)

¹⁰⁴⁹ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira França”, p. 260.

¹⁰⁵⁰ Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy. *Arcadas*, p. 180.

¹⁰⁵¹ Alberto Venancio Filho. *Das arcadas ao bacharelismo*, p. 307.

¹⁰⁵² “Eduardo de Oliveira França: um professor de História”. *Estudos Avançados*, 1994.

¹⁰⁵³ Raquel Glezer. “Eurípedes Simões de Paula: uma bibliografia”. p. 661-706. Para Janice Theodoro, “seu projeto era significativamente tributário da sua história pessoal e da sua formação familiar.”

Apenas no final de 1937, Eurípedes parece ter abraçado a idéia de dedicar-se à História e Geografia, e, vale dizer, tal escolha se liga decerto às promessas entrevistas nas providências tomadas para o retorno de Braudel, então representante dos missionários nas negociações por contratação, e na arquitetura das cadeiras que já se vislumbrava no acordo entre ele e Gag, que se tornaria diretor de tese de Eurpedes.

Eduardo D'Oliveira Frana, em 1936, por concurso, nomeado professor adjunto do Grupo Escolar Alfredo Bresser, da capital, permanecendo em comisso na FFCL-USP. No ano seguinte, 1937, prestou concurso para cadeira de assistente de Educao, aprovado, ingressou na Escola Normal Pe. Anchieta. Alm dessas atividades, tambm se dedicou ao magistrio, em escolas particulares tradicionais como o Colgio Rio Branco, o Colgio Bandeirantes, o Ginsio Saldanha da Gama.¹⁰⁵⁴

Frana adotou a docncia como profisso, antes de seu veterano, Eurpedes. Talvez por influncia familiar: sua me era professora e o levava para o trabalho na escola, seu pai, alm de cuidar do stio onde moravam, tambm lecionava. O contraste entre as ocupaes de ambos assinala que as de Frana foram *exclusivamente* ligadas educao, a despeito da formao jurdica. Comparando-se os itinerrios prvios conquista de ctedra conclui-se que se o primeiro foi beneficiado pela escolha de Braudel, pois estava adiantado no curso de Histria e Geografia, em um ano, mas talvez tergiversasse na adoo da carreira universitria. Frana, se j tinha abraado a carreira docente estava em desvantagem, para assumir o primeiro posto, mas formava com o veterano a dupla selecionada pelo historiador francs. De todo modo, suas atenes profissionais se dirigem primordialmente ao ensino, sendo possvel supor que antes de ser professor de Histria, seu desejo fosse ser, simplesmente, *professor*.¹⁰⁵⁵ No encontramos registro algum de passagem dele por espaos profissionais – como no caso de Eurpedes – ligados ao Direito, e observamos que paralelamente s duas graduaes, ele se dirige a instituies de formao pedaggica. A cidade de So Paulo facultava-lhe dar vazo, ainda que em meio s incertezas, inclinao que trazia do ambiente familiar. Os anos de (in)definio profissional de Eurpedes e Frana, 1937-1938, so

(“Eurpedes Simes de Paula (1910-1977)”. In. *Revista de Histria*, n. 160, 2009, p. 37) – como a autora afirma, mas no desenvolve esta pista, procuramos segui-la.

¹⁰⁵⁴ Consta ainda em seu currculo: “ professor por concurso de histria do comrcio em cursos tcnicos comerciais. professor de curso superior de administrao e finanas”. (46.1.207.8.7).

¹⁰⁵⁵ “...aderi a investida e optei pela Histria e Geografia depois de muito hesitar abandonando o Instituto de Educao onde ajudara a fundar o Grmio 2 de Agosto...” “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira Frana”, p. 261.

marcados pela instauração do Estado Novo, pela partida de Braudel e vinda da nova missão, pela interventoria de Adhemar de Barros, pelas diretorias a ela ligadas, pelo fechamento do IE-USP, em que ambos estudaram, e incorporação dele à FFCL-USP. No caso de Eurípedes, é factível sugerir que neste quadro de dúvidas, o suporte oferecido por Braudel concorreu que entre o Direito e a História, a balança pendesse para a segunda opção. Tudo parece sinalizar que a habilidade de Braudel foi decisiva e garantiu que a fortuidade do acaso que o trouxe à FFCL não se repetisse em seu afastamento. E, no entanto, ele não abandonara o Exército.

Já o coração de Eduardo d'Oliveira França desencontrava-se da razão, nas Arcadas: “amei a Faculdade, mas nunca me integrei todo, com a sensação de insegurança, de anonimato, com professores que não me conheciam – um entre duzentos e setenta.”¹⁰⁵⁶ Na FFCL, não. Diferentemente do Largo São Francisco, “os professores estrangeiros eram mais ligados aos alunos”; e ele estava entre os alunos de Braudel, o que significava: estava entre poucos, e dentre estes, entre os raros, pois para o historiador francês, alunos mesmo eram somente “os que *elegia*”¹⁰⁵⁷, e privilegiava com convívio privado. Na Faculdade de Filosofia, França era, então um entre dezessete, com relação a seus colegas de classe; era um entre quatro, junto a seu grupo de referência, os três mosqueteiros.¹⁰⁵⁸ Mas, sobretudo, era *um, junto* com outro, Eurípedes, com relação ao mestre Braudel, que lhes investia da tarefa de honra: ser seus sucessores. Afeiçoava-se mais a esta vivência, como é fácil de compreender se sentirmos o acanhado ambiente dos poucos números em tudo afinado com sua origem. E, se ele emprega com gosto tantas metáforas amorosas e bélicas para expressar o ardor com que se dedicou à FFCL, há algo aí tanto de sua sensibilidade quanto do transportar daquelas motivações nutridas por “1932”.

Difícilmente a um bacharel do Largo São Francisco na “São Paulo dos estudantes” ocorreria a idéia de buscar um segundo diploma. O trânsito dos alunos que “beneficiou a seção de História”, para falar como Braudel, parece traduzir o novo papel da Faculdade de Direito, a concorrência que tem de enfrentar com o estabelecimento da FFCL, a instabilidade típica de fases de transformações sociais e rearranjos políticos. Se era raro, mas possível, a busca por um segundo diploma; não era comum que os

¹⁰⁵⁶ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira França”, p. 260.

¹⁰⁵⁷ “Eduardo D'Oliveira França: um professor de História”, p. 152.

¹⁰⁵⁸ Eduardo d'Oliveira França refere-se assim, “os quatro mosqueteiros”: Eurípedes, Astrogildo, Pedro Moacyr e França, no discurso de emérito.

emigrados para a FFCL concluíssem curso e construíssem suas carreiras nesta escola.¹⁰⁵⁹

Eurípedes Simões de Paula – como João Cruz Costa – esteve entre os 182 inscritos no primeiro ano de funcionamento da FFCL; entre os 37 que se matricularam para o segundo ano, e entre os trinta que concluíram seus cursos: são exceções no conjunto das primeiras matrículas, como a maioria dos que se formaram. Eduardo D’Oliveira França matriculou-se no segundo ano de funcionamento dela, o que o retira desta contabilidade, porém não desse perfil. Como se sabe, foram numerosas as liberalidades para garantir a existência do corpo discente nos primeiros anos de existência da FFCL, dentre elas a dispensa de “concurso de habilitação” àqueles que já tivessem diploma superior ou fossem matriculados em outros cursos – casos de Eurípedes e França. Em geral, os dispensados por esta razão elevam a taxa de evasão, pois em busca de “ilustração, vida social e novidades”, indispõem-se com obrigações escolares.¹⁰⁶⁰ Os dois representam, portanto, exceções, em relação aos que buscam o segundo diploma na FFCL, por concluírem o curso.

Fernando Limongi sugere que os ingressos por vestibular, mais jovens, cujo primeiro diploma viria pela FFCL-USP seriam casos mais interessantes para a comparação com “os ingressantes nas faculdades profissionais, podendo-se defini-los como aqueles alunos que a FFCL conseguiu recrutar ‘concorrendo’ com essas faculdades.”¹⁰⁶¹ Observa ele: “enquanto a maior parte dos alunos que ingressavam nas faculdades profissionais recebera sua formação escolar nas principais escolas particulares da capital (o Liceu Nacional Rio Branco, Ginásio Paulistano), ou em tradicionais escolas mantidas pela Igreja (como o Colégio São Luiz ou o São Bento, ou ainda, no aristocrático Ginásio do Estado da capital), o diplomado da FFCL, fez seu curso médio no interior, em escolas públicas, em geral municipais, quando não em

¹⁰⁵⁹ Arriscamos dizer que o caso de Caio Prado Jr. parece ser mais típico do recrutamento do Largo: inscrito oficialmente no curso, não o conclui, pois o envolvimento político o impede. A escolha, vista em contraste com a de outros, sinaliza o cumprimento *objetivo* de sua origem de classe, *até certa altura de sua trajetória*, a despeito da ruptura *ideológica* que estabelece com ela, *posteriormente*, ao aderir ao Partido Comunista. E, parece-nos, é este itinerário sinuoso – se angulado no contraste com os demais ao seu redor – que pode abrir novas frentes de investigação. Naturalmente esta sugestão requer mais pesquisa. Foi elaborada a partir de nossa pesquisa, e com vistas no trabalho de Paulo Iumatti. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

¹⁰⁶⁰ Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 189.

¹⁰⁶¹ “Se analisados desta forma, os dados não são muito confortadores para a FFCL.” Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 195.

escolas normais do interior”.¹⁰⁶² Então, Eurípedes e França são *tipicamente alunos da Faculdade de Direito e atipicamente, da FFCL*.

Inicialmente, a prioridade da FFCL na formação de professores para o secundário foi impossibilitada, pois dependia de plano articulado de reforma do ensino nos três níveis – básico, médio e superior. Na prática, “a seleção de ‘vocações científicas’ acabou se impondo como prioridade na fase de expansão” e a formação de professores secundários teve vez apenas com a expansão do ensino médio, nos anos 1950. À altura dos anos 1930, a política educacional adotada delegou lugar subordinado à “expansão quantitativa”. Estrangulamento do mercado para professores do ensino médio de um lado, e partida dos franceses, de outro, tornaram possível a ascensão de recém formados aos postos de docência da própria instituição, numa proporção relativamente elevada. Com efeito, ela atraiu “profissionais já atuantes no setor. Alguns passarão por seus cursos antes de assumir funções didáticas na nova faculdade”; outros, “dispensaram a passagem pelos cursos da FFCL e ingressaram diretamente em seu corpo docente”. Em suma, “em função da presença de professores estrangeiros quando do início de suas atividades, tratava-se de assumir os postos de iniciadores desta ou daquela tradição de trabalhos científicos.”¹⁰⁶³

As duas trajetórias – iniciadas nos bancos do Largo São Francisco e concluídas nos postos de direção da FFCL-USP – ganham sentido à luz das transformações mais amplas e oferecem as linhas de força definidoras das condições de produção historiográfica universitária. Os dois juristas-historiadores objetivavam a segmentação das elites paulistas na diferenciação de suas instituições de ensino, bem como o sentido de 1932 em 1934. Os dois se uniram ao projeto de implantação do quartel general desta nova trincheira, a universidade, motivados por ideais similares aos que os estimularam a aderir à Revolução de 1932. Se “em última análise, a campanha pela criação da universidade está ligada à luta pelo controle do setor educacional tomado em seu conjunto”¹⁰⁶⁴, eles fizeram parte dela com perfis sociais desviantes da *clientela* típica da

¹⁰⁶² Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 202.

¹⁰⁶³ Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 218. Exemplos do primeiro caso: Antonio Augusto Soares Amora, Lívio Teixeira e Aroldo de Azevedo (professores do Liceu Nacional Rio Branco); para o segundo caso Alfredo Ellis Jr. e Othoniel Mota (professores do Ginásio Paulistano). (Idem, p. 217). Vale notar contudo, que a observação é válida para áreas previamente consolidadas no mercado editorial e no ensino: Filosofia, Literatura, História e Geografia.

¹⁰⁶⁴ Fernando Limongi. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”, p. 179.

FFCL-USP, mas estimulados pelos mesmos ideais, e dotados de capital cultural e social, dos *fundadores* dela: estratégia braudeliana, veleidades paulistanas.

*

Fernand Braudel cumpriu o desiderato: aproveitar o acaso que trouxe os juristas, não deixando a cargo dele a manutenção dos mesmos junto a Clio. Mas esta tarefa não foi cumprida apenas durante aquele o triênio de sua estada.

À passagem de Braudel a Gag, em 1938, sucedeu a federalizao, em 1939, implicando a diviso de Histria da Civilizao em: Antiga e Medieval; Moderna e Contempornea. Eurpedes Simes de Paula assume as responsabilidades didticas e cientficas da primeira, e escolhe como assistente Eduardo D'Oliveira Frana; a cargo de Gag, ficam as da segunda, e ele escolhe como assistente, Olga Pantaleo. A federalizao no implicou contrataes compatveis com as divises a que deu origem.¹⁰⁶⁵ Apenas com o decreto estadual de 1942, o desdobramento foi tornado oficial, as contrataes encaminhadas, e doutoramentos, obrigtorios para assistentes, acelerados – ento regulamentados.¹⁰⁶⁶ Neste ano, doutora-se Eurpedes Simes de Paula, com a tese “O comrcio varegue e o Gro Principado de Keiv”, sob direo de Gag. Mas ele no havia se desligado do exrcito. Nem a Faculdade de Direito, da oposio a Vargas. E ambos se uniam no sentimento de nacionalismo e anti-fascismo, a animar os coraes paulistas entre 1942-1945. Convocado, em 1943, para o servio ativo do Exrcito, como oficial da reserva, o jurista-historiador, agora pracinha, apresenta-se, e designado para o 6 Regimento de Infantaria em Caapava (SP), seguindo com o 1 Escalo da Fora Expedicionria Brasileira (FEB) que desembarcou em Npoles. Fez a Campanha da Itlia, foi notcia em So Paulo e manteve correspondncia – para alegria dos historiadores – com Joo Cruz Costa.¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶⁵ Assim, em 1941, Frana soma s tarefas de assistncia de Eurpedes, a reger a cadeira de Histria da Civilizao do Colgio Universitrio, anexo faculdade. Os acordos da distribuio de aulas so testemunhos: Gag, conhecedor de Antiga, fica com Moderna; no entanto, histria romana e bizantina, so excees do acordo – deveriam ser dadas por Eurpedes, mas ficaro a cargo de Gag, posto que era especialista nesta rea.

¹⁰⁶⁶ *Anurio da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 415.

¹⁰⁶⁷ Aquela indiferenciao entre escrever e fazer histria ultrapassa os protagonistas em tela. Note-se o que escreve Joo Cruz Costa: “tu ests agora , no mais a ensinar histria mas a viver histria, histria de uma etapa nova da nossa terra, do mundo, da humanidade”. Correspondncia de Joo Cruz Costa para Eurpedes Simes de Paula. So Paulo, 14/08/1944.

Eduardo D'Oliveira França passa a reger a cátedra de Antiga/Medieval, e nomeia o licenciado Pedro Moacyr Campos, para seu assistente.¹⁰⁶⁸ Em 1943, divide suas energias entre a substituição de Eurípedes, o que inclui aulas de história Greco-romana, na seção de Letras, e a elaboração de sua tese de doutoramento.

Quando voltou da guerra, Eurípedes tinha 35 anos, saudades e menos incertezas profissionais. É impossível dissociar seus intentos de um propósito de fundo afetivo ligado ao vazio da guerra, ao padecimento pela falta dos amigos, ao receio de ter sido esquecido. Empenhou-se, ao voltar, em *ser necessário à Faculdade, para dela nunca mais se desvencilhar*. As providências tomadas nos anos imediatamente posteriores ao retorno apontam nesta direção.

Desliga-se do exército em 1945 e no ano seguinte presta o concurso para se tornar catedrático de História Antiga e Medieval, defendendo a tese “Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade”. Torna-se membro do CTA e representante da Congregação da FFCL no Co, cargo ocupado até 1950, período no qual também é vice-diretor da FFCL. Nos quatro anos seguintes, é diretor da FFCL (1950-1954), protagonizando episódios decisivos.¹⁰⁶⁹ Inicia, no mesmo ano desta conturbada diretoria, um de seus empreendimentos mais bem sucedidos, a *Revista de História*, da qual será diretor até falecer. Não surpreende que refira-se, por vezes, à FFCL, como família, e aos alunos, como afilhados.¹⁰⁷⁰

Sua movimentação implica rotação das posições de seus amigos. Com seu retorno, França volta a condição de assistente, e Pedro Moacyr é rebaixado a auxiliar-técnico. Intervindo como diretor de tese, favoravelmente à habilitação de França, este defende “A realeza em Portugal da Idade Média e as origens do absolutismo”, em 1946. Neste mesmo ano, Jean Gagé partiu, deixando sua assistente, Olga Pantaleão, regendo interinamente a cátedra de História Moderna e Contemporânea.¹⁰⁷¹

¹⁰⁶⁸ Pedro Moacyr Campos cursou Direito no Largo São Francisco e lá se formou em 1944, mas foi licenciado em Geografia e História em 1940. Foi assistente extranumerário sem vencimentos da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval em 1943; e 1º assistente substituto da mesma, entre 1944 a 1946 - em função do deslocamento de Eurípedes para a guerra. Cf. *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 55.

¹⁰⁶⁹ Cf. Capítulos 1 e 2.

¹⁰⁷⁰ “deverá passar pela mente de meus queridos afilhados”. Eurípedes Simões de Paula. “A Universidade e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Separata de: *Revista de História*, n. 54, São Paulo, 1963, p. 527 (discurso de paraninfo, turma de 1962).

¹⁰⁷¹ Entre julho de 1946 e junho de 1947. Olga Pantaleão. Depoimento. In. Eva Alterman Blay; Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (org.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 114; *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 459.

No segundo semestre de 1947, Fernand Braudel volta ao Brasil, e, como catedrático desta mesma cadeira, retira a assistente de Gag e nomeia Frana como seu assistente. A estada de Braudel no Brasil, desta feita, mais breve que a primeira, porm no menos decisiva. Indica mile Lonard, para assumir o posto no ano seguinte, e este mantm Frana como assistente. Com a partida de Lonard, em 1949, Frana se torna regente. Em 1951, defende sua livre-docncia “Portugal na poca da restaurao” e, no ano seguinte, torna-se professor catedrtico.¹⁰⁷² A ctedra de Histria Americana tambm seria conquistada, no ano de sua breve visita, por um dos jovens que havia chamado sua ateno: Astrogildo Rodrigues de Mello, que a havia regido interinamente entre 1941 e 1946.¹⁰⁷³

¹⁰⁷² Dois anos mais nova que Eduardo D’Oliveira Frana, formada um ano depois dele pela FFCL, Olga Pantaleo defendeu tese de doutoramento sob orientao de Jean Gag em 1944, “A penetrao comercial da Inglaterra na Amrica Espanhola, de 1713 a 1783”. Segundo Frana, Gag o preteriu por ela, desrespeitando a indicao de seu nome, deixada por Braudel, em 1938. (Entrevista. Eduardo D’Oliveira Frana. In. Snia Maria de Freitas. *Reminiscncias*. So Paulo: Maltese, 1993, p. 192). Como trabalhou na cadeira entre 1939 e 1947, seu caso poderia se aproximar ao de outras mulheres que no ascenderam ao posto de ctedra na FFCL – Gilda de Mello e Souza (Sociologia I, oportunidade “perdida” em 1954), Paula Beiguelman (Poltica, em 1968), entre outras. Seu caso poderia ser aproximado da primeira, talvez, pois a deciso parece, nos dois casos, passar pela predileo dos franceses – Braudel e Bastide. No que pudemos alcanar a respeito dos crterios de Braudel, tudo indica que ele queria fazer render a formao anterior dos cursos de cincias jurdicas e sociais – o que, obviamente, se um elemento objetivo da racionalidade do propsito em jogo, tem tambm seu quinho de diviso sexual do trabalho, na medida em que mulheres eram rarssimas naqueles cursos, de modo que estabelec-los como parmetro elimin-las da jogada. O prprio historiador refere-se a esse ponto delicado: afirma que, quando retornou a USP, ela “j era uma universidade brasileira”, “constituda por meus antigos alunos, com muitos defeitos e qualidades”. “O grande defeito, a meu ver, era a tentativa de marginalizar e eliminar as mulheres do corpo docente” (Entrevista. *Jornal da tarde*, 1984). As verses apenas aparentemente parecem incompatveis. Se Olga Pantaleo (e Alice Canabrava) tero seus trabalhos contemplados na revista especial dos *Annales* sobre Amrica Latina, em 1948 – sinalizando abertura de Braudel para elas – possvel supor que tanto Frana quanto ele confessem o ocorrido de modo verdadeiro. Mas Braudel procurava corresponder s expectativas locais, no que era aconselhado por Joo Cruz Costa, cujo rechao s mulheres nas ctedras sobejamente conhecido (“ns todos preferimos que a futura vaga do Gag seja preenchida pelo Frana. homem, amigo. Isso de catedrticos com catedrticos femininos no me parece cousa sria. Salvo para as excees (...).”). Correspondncia de Joo Cruz Costa para Eurpedes Simes de Paula, So Paulo, 28 de janeiro de 1945). Pantaleo deu prosseguimento a sua carreira, ocupando posies dominadas, se tivermos como parmetro a crescente centralidade da Universidade na capital, e ganhando projeo mais lentamente que seus concorrentes homens. Fez um curso de ps-graduao no Institute of Historical Research (Londres), com bolsa do governo britnico em 1950-1951. Foi professora de Histria Geral e do Brasil, por concurso no antigo curso secundrio entre 1949 e 1959, ano em que se torna professora titular de Histria Moderna e Contempornea na FFCL de Marlia, instituio em que tambm foi vice-diretora (1963-1965); e diretora (1971-1975). Foi professora visitante de Histria do Brasil e da Amrica Latina na Universidade de Indiana (EUA), em 1966-1967. Cf. *Anurio da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 54; “Notas biogrficas”. In. *Mulheres na USP*, p. 137.

¹⁰⁷³ Alice Piffer Canabrava, licenciada em Geografia e Histria, em 1937, doutora em 1942, com a tese “O comrcio do Rio da Prata de 1850 a 1640”, sob direo de Gag – diferentemente de Olga Pantaleo, possvel concorrente de Frana, que optou por se retirar para o interior – foi pouco tolerante com a hierarquia que interditava o acesso das mulheres ao topo. Doutorada no mesmo ano e com o mesmo orientador que seu rival, Astrogildo Rodrigues de Mello, concorreu ctedra de Histria da Civilizao Americana, originalmente regida por Paul Vanorden Shaw, de quem foi assistente. Foi preterida, juntamente com outro concorrente, Odilon Araujo Grellet, pela banca composta por: Jorge Americano, Zeferino Vaz, Jayme Coelho, Eremildo Luiz Viana e Srgio Buarque de Holanda. (Cf. *Anurio da FFCL-*

d. Entre historiadores. Era possível, na São Paulo de 1932?¹⁰⁷⁴

Quando Braudel der sua lição inaugural em 1950, no Collège de France, “As posições/responsabilidades da História em 1950”, são, no Brasil: Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História Antiga e Medieval; Astrogildo Rodrigues de Mello, catedrático de História Americana; Eduardo D’Oliveira França, preparando-se para ser catedrático de História Moderna e Contemporânea. Ao lado dos três, a cadeira de História da Civilização Brasileira seguia com Alfredo Ellis Jr. até 1956 – e todos com

USP, 1939-1949, p. 386). Alice Canabrava pertencia ao grupo dos professores primários beneficiados com o comissionamento, que contribuiu para o estabelecimento de um corpo discente propriamente dito na FFCL. Conforme assinalou Fernando Limongi, em geral, os comissionados eram aqueles professores se encontravam nas piores condições no magistério público – razão pela qual se sentiam atraídos com a oportunidade e se empenhavam com afinco nos estudos. Não haveria muito interesse no caso, que, a princípio parece apenas confirmar o padrão de dominação patriarcal típico das cátedras. Entretanto, os dois concorrentes apresentam atributos sociais simetricamente opostos, o que torna o caso bastante interessante. Alice Canabrava, muito tempo depois e já respeitadíssima em sua área, confessa nunca ter participado das reuniões privadas na casa de Braudel: “Imagine, eu caipirinha de Araras, almoçando na casa de Braudel, onde cada prato tinha um talher diferente. Um dia, ele me perguntou por que eu nunca aceitava e confessei a vergonha”. “Devo muito a Armando de Salles Oliveira. Se ele não tivesse convidado as professoras primárias para cursarem a faculdade, eu seria sempre a caipirinha do interior”. (Entrevista: “Turma de 37 da USP faz festa”. O *Estado de S. Paulo*, 15/5/1988). Ela tinha em desfavor dois atributos: ser mulher e professora comissionada; em contrapartida, Astrogildo Rodrigues de Mello, homem e ex-aluno do Largo. Competiam numa área com gradiente baixíssimo de profissionalização e altíssimo de tradição. Em relação a esta tradição – em que o bacharel, o escritor, o historiador se encaixavam bem – ele estava em vantagem. Com relação a nova instituição, em área cujo recrutamento é aparentado ao das antigas, também. O rechaço à feminização parece ter sido tanto mais forte quanto mais risco à respeitabilidade da área ela pudesse representar. Não é indiferente, neste caso, que a área forneça prioritariamente *professores*: manter a reserva de cátedras para os homens implica manter o *status* representado pelas carreiras que poderiam/deveriam ter seguido: Direito, Medicina, Engenharia. Nesse sentido, o que Alice tem em seu desfavor e Astrogildo a seu favor é indicativo da dependência do capital social e da clivagem entre os sexos que a incipiente profissionalização implicava. Não por acaso ela faria sua carreira na FCEA, cuja subordinação à FFCL se constituiu *pari passu* o recrutamento de figuras mal acomodadas nela. Como Alice Canabrava, outro comissionado fez carreira dentro da FCEA, Mario Wagner Vieira da Cunha. (Cf. *História da Faculdade de Economia e Administração da USP, 1946-1981*. São Paulo: FEA/AEX-FEA, p. 42-43). Os percursos femininos, na área de História, parecem estratégicos para se apreender o gradiente de modernização da área e bom exemplo disso consiste em Myriam Ellis, a primeira mulher a chegar ao topo: licenciada em letras neolatinas, assistente extranumerária sem vencimentos da cadeira de História da Civilização Brasileira, em 1947-1948, filha de Alfredo Ellis Jr. Se os laços de família, *independentemente de qualquer juízo de valor a respeito da qualidade dos trabalhos, e sobrepondo-se a esta regulação dos pares*, a azeitar a rede social de apoio for indicativo do gradiente inferior de modernidade/profissionalização, tem-se, no recrutamento da área, um dos motivos possíveis para sua lenta profissionalização.

¹⁰⁷⁴ Para esclarecer intenções e evitar malentendidos. Os títulos das seções anteriores (*Pro Brasilia fiant eximia / Non duco ducor* – Pelo Brasil, façam-se as melhores coisas / Não sou conduzido, conduzo) aludem ao brasão do Estado e da cidade de São Paulo, respectivamente. A razão última disso consiste na pergunta desta seção – alusiva a Lucien Febvre – e fundamental no que diz respeito, às idiossincrasias do setor de História. Nada mais alheio ao intuito do que a afetação entrevista no emprego do latim – como talvez possa sugerir a alguns.

ela viviam bem, apesar de não poderem intervir em seus rumos. E se o fizessem, teria direção distinta daquela impressa por Ellis Jr.?

O programa de aula e pesquisa e a seleção de quadros, realizados por Braudel, não foram indiferentes à reverberação institucional da vida política, concentrada nas tensões com a cadeira de História da Civilização Brasileira. Os primeiros catedráticos brasileiros das demais cadeiras também não passam incólumes a ela. A exposição acima deixou patente que eles estão encalacrados nas instituições de ensino prévias ao estabelecimento da universidade e, se, por um lado, estão dispostos à incorporação da novidade, da modernidade, do cosmopolitismo, não se desvencilham da grade de valores que freiam tal incorporação *do ponto de vista historiográfico*. No conjunto deles, os desvios de França permitem supor que seja ele o mais disposto a realizá-la, e sua escolha pelo IE-USP, ainda nos bancos do Largo parece indício seguro disso. Os três mosqueteiros que o acompanham na honrada tarefa de construção institucional dão, em contrapartida, sinais contrários – seja pela trajetória titubeante, seja pela adesão prioritária a tarefas administrativas, seja pela poderosa rede social de apoio estabelecida fora do nicho profissional de Clio, e importado para ele. Astrogildo Rodrigues de Mello e Eurípedes Simões de Paula nos oferecem exemplos cabais.

Em 25 de março de 1950, “teve a faculdade o ensejo de comemorar o centenário do nascimento do Senador Alfredo Ellis, tendo sido orador oficial o Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello”, que transbordava de emoção pela honra que o evento lhe conferia: “é que são tantos os laços de amizade, estima e gratidão que me ligam a Alfredo Ellis Junior que, se fosse possível, eu mesmo reivindicaria esta distinção”.¹⁰⁷⁵ Considerando-se que o IHG-SP – onde também ocorreram homenagens ao Senador – valorizava a “reificação de personagens e eventos regionais”; o exercício da produção da “história como uma forma de celebração e ritualização de um passado”; as biografias, para “consagrar personagens da história paulista, historiadores locais (...) e sócios mais ou menos ativos [criando] *nobiliarchias paulistanas*”; estabelecendo entre biografistas e biografados, um “ritual de elevação”, de promoção recíproca, por meio da leitura delas em grandes reuniões¹⁰⁷⁶ – se não soubéssemos se tratar de discurso proferido na FFCL-USP, diríamos estar entre os sócios do instituto. A abundância de adjetivos adornando a figura homenageada, a epopéia do estado de São Paulo face à União e os grandes feitos

¹⁰⁷⁵ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 179.

¹⁰⁷⁶ Lília K. Schwarcz. ‘*Os guardiões da nossa história oficial*’. *Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Idesp, 1989, p. 46-52.

do Senador, por ambos, dão o roteiro da apresentação. E se um dos traços definidores da produção historiográfica dos institutos consiste na postura de racionalismo, conotando imparcialidade e isenção política¹⁰⁷⁷, o orador não se furta também a isso, mobilizando um estudo “científico”, “um testemunho imparcial de um estrangeiro que aqui esteve compulsando nossos arquivos, e investigando e perquirindo, sem nenhum outro interesse que o de expor a verdade”, e que, não obstante, permite concluir: o “Senador Alfredo Ellis estava certo em seu regionalismo, que defendeu *à outrance*”¹⁰⁷⁸. Em que se pese o fato de ser uma homenagem – e a etiqueta deste tipo de cerimônia – o conteúdo encomiástico seria incontornável, mas o acento aí transcende os bons modos: o Senador é um herói, não um homem. Complete-se o quadro com o boletim da cadeira em que a biografia do senador é publicada pelo seu “melhor biógrafo”, seu filho e catedrático dela.¹⁰⁷⁹

Se, de um lado Astrogildo e Ellis Jr. atraem as energias nacionalistas e paulistanas, de outro, Eurípedes se liga à presença dos católicos. Ele foi aluno do colégio São Bento, onde Taunay foi professor, como mencionamos, de Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Este último, ainda que a bibliografia unanimemente assinale como marco da incorporação da inovação na cadeira de História da Civilização Brasileira, dirige-se a ela a convite de Eurípedes. Ironia do destino – seis anos depois de Eurípedes lutar contra os bacharéis em Direito inscritos no concurso de Filosofia de Cruz Costa – Sérgio Buarque de Holanda seria barrado, pelo mesmo motivo: diploma e currículo. Assim, regeu a cadeira de História da Civilização Brasileira como interino, entre 1956 e 1958, durante afastamento de Ellis Jr, por conta do infarto deste. Nesse ínterim, titulou-se na Escola Livre de Sociologia e Política, escreveu *Visão do Paraíso*, teve de abandonar o cargo de diretor do MP – posto no qual sucedia Taunay – para se tornar catedrático, entre 1958 e 1969. Dito de outro modo: acordando-se que a inovação nesta área tenha vez com sua chegada, ela ocorre pela importação de recursos intelectuais forjados em outros ares. E, de todo modo, a interdependência em tela remete à sociabilidade dos institutos, não fosse o constrangimento de se exigir de Sérgio Buarque de Holanda formalidades – experiência docente, títulos, currículo – que, à luz da erudição por meio da qual ele já se afirmava no cenário intelectual, parecia menoscar,

¹⁰⁷⁷ Lília K. Schwarcz. ‘*Os guardiões da nossa história oficial*’, p. 58.

¹⁰⁷⁸ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 182.

¹⁰⁷⁹ *Anuário da FFCL-USP, 1950*, p. 179. Alfredo Ellis Jr. *Um parlamentar paulista na República*. Boletim da FFCL-USP. São Paulo, n. 102, 1949. História da Civilização Brasileira, n. 9.

não o candidato, mas a instituição.¹⁰⁸⁰ No enquadramento que procuramos dar nesta pesquisa, tratam-se de vicissitudes típicas de itinerários que andam com a mudança dos ventos, e que, ligam como perfis de transição, com o sucesso e as dificuldades que enfrentam dois tempos: o pré e o pós profissionalização da área. Talvez por estar entre um e outro, tenha tanto a dizer e seja cânon em ambos – modernistas e universitários.

Amealhados na rede de sociabilidade típica dos “historiadores tradicionais”, os primeiros catedráticos em história transportam para o interior da FFCL-USP, *em doses diferenciadas e com desdobramentos díspares*, as causas de 1922 (Sérgio Buarque de Holanda), as causas de 1932 (Eurípedes, Astrogildo, França), e as nacionalistas em seu 1822, algo romanceado (Ellis Jr., Taunay) – sem que se saiba exatamente qual impulsionou mais um ou outro para lá e para cá. Não parece casual que, a despeito dos arranjos institucionais, pulsasse em todos o ímpeto por história do Brasil, no coração daquela indiferenciação entre fazer e escrever história. Assim, quando Ellis Jr. adoece, antes de se desligar do posto, Astrogildo rege sua cátedra.¹⁰⁸¹ Na abertura das teses de doutoramento e de livre-docência para cátedra, Eurípedes esforça-se por afirmar: tratam-se de contribuições a história do Brasil, muito embora não pareçam.¹⁰⁸² E França se dói pelos “ciúmes” de seus colegas que o recriminavam por direcionar alunos para o estudo do Brasil.¹⁰⁸³ Entre as atribuições de Fernand Braudel, como missionário e com

¹⁰⁸⁰ Todas as informações foram retiradas de Rodrigo Ruiz Sanches. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. *Revista Sociedade e Estado* n. 1, v. 26, jan. 2011; e de Maria Odila Leite da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. *Estudos Avançados*, v. 10. n. 22. São Paulo, set./dez., 1994. Para um exame do contexto de confecção e interlocutores da tese: Thiago Lima Nicodemo. *Urdidura do vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*.

¹⁰⁸¹ Cf. *Anuário da FFCL-USP, 1952*, p. 237.

¹⁰⁸² “além desses aspectos econômicos e culturais, pensamos que o assunto por nós escolhido tem também interesse para o estudo de nossa História Colonial, pois como os Portugueses no Brasil, os Varegues invadiram em pequeno número um território até então à margem do mundo mediterrâneo e estabeleceram aí uma colonização e uma civilização de base inteiramente mercantil, mesclando-se com os indígenas e utilizando-os como mão de obra na exploração dos produtos peculiares á região.” (Eurípedes Simões de Paula. *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*. São Paulo, 1942, p. 7). Como se prestasse contas com a história nacional, e, ao mesmo tempo não pudesse dela ser o historiador, na afirma: “O tema que escolhemos para tese de concurso, embora longínquo no tempo e no espaço, não é, por certo, estranho à nossa História. Se dum modo direto não se liga aparentemente ao âmbito da História Pátria, prende-se, todavia, às suas origens remotas.”; “com o estudo da contribuição norte-africana para a formação do povo e da cultura ibérica, localizaremos uma das facetas da nossa própria formação histórica, ligando - ainda que indiretamente - a matéria de nossa tese à História Nacional”. (*O Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*, p. 7).

¹⁰⁸³ “deparei-me com certa incompreensão de alguns colegas, porque sempre recomendei a meus alunos que se dedicassem à História do Brasil, quando outros entendiam que a pesquisa de nossos professores de História Moderna não deveria ser concentrada em História do Brasil. Ciúmes atrasaram a inovação.” (“Eduardo de Oliveira França: um professor de História”, p. 156). O professor França “desejou fazer sua tese sobre História do Brasil, mas não pode, porque era assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea. Assim, sua primeira tese foi sobre o poder real e as origens do absolutismo em Portugal.

uma tese engatilhada sobre o Mediterrâneo, estava também a elaboração de uma “tese secundária”, e o tema dela foi o século XVI no Brasil. O historiador reuniu material para ela, procurando se familiar com nossa bibliografia, em que era constantemente auxiliado por João Cruz Costa, mas nunca chegou a publicá-lo. Em sua segunda visita, trouxe um programa de História do Brasil do século XVI, e “houve uma reação contra. Um nacionalismo infantil reclamava que viessem professores do estrangeiro ensinar História do Brasil aos brasileiros. Então, achou-se mais político que Braudel não desse aquele curso”.¹⁰⁸⁴ Com efeito, nenhum francês ensinou história do Brasil ao Brasil.

Seguindo o exame de Fernanda Peixoto, afirmamos que Braudel teve uma estada breve (diferentemente de Maugué Gagé, Bastide, Hugon); não pesquisou assuntos brasileiros (diferente de Bastide, Monbeig e Lévi-Strauss); e não ensinou história do Brasil (como todos os historiadores franceses).¹⁰⁸⁵ A despeito disso, como sugerimos, sua influência não foi das menores nos arranjos institucionais. Restringindo-nos apenas

Isto porque, de certa forma, queria estar próximo da História do Brasil. Mas não podia explicitar esse fato, pois os catedráticos eram Taunay e Alfredo Ellis.” Fernando A. Novais. “Braudel e a missão francesa”. *Estudos avançados*, v. 8, n. 22, 1994, p. 165.

¹⁰⁸⁴ Entrevista. Eduardo D’Oliveira França. In. Sônia Maria de Freitas. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993, p. 200. Luís Corrêa Lima teve acesso a este material e publicou um resumo dele (*Fernand Braudel e o Brasil*, p. 165-193); ele não foi objeto da tese secundária. O mesmo pesquisador informa que a data estimada deste manuscrito é novembro de 1943. Supondo-a correta, pode-se inferir que a declaração de França refira-se ao semestre de 1947 em que Braudel visita novamente o Brasil e não aos três primeiros anos.

¹⁰⁸⁵ Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*, p. 486; com exceção de Léonard, que estuda os protestantes no Brasil. Fernand Braudel não passou incólume ao Brasil. Contudo, como assinalou Fernanda Peixoto, esse nexos não é apreendido diretamente em seu *Mediterrâneo*, mas por meio de sua colaboração na revista dos *Annales*, em que passa, ao lado de Monbeig, a ser assíduo comentador de trabalhos sobre o Brasil, são “os especialistas em América Latina na revista” (*Estrangeiros no Brasil*, p. 207). Ele resenhou *Formação do Brasil contemporâneo*, de seu ex-aluno, Caio Prado Jr., como um antigo professor dele, como um historiador, mas também como um conhecedor do território. Se ao Brasil não dedicou suas pesquisas, não deixou de voltar o olhar preocupado com questões de duração – como fica evidente em resenha escrita para o livro, não de um ex-aluno, mas de um estrangeiro, sobre o Brasil, *Town and country in Brazil*, de Marvin Harris - publicado inicialmente em *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 2, abril-junho, 1959. As citações seguintes são da compilação: *Escritos sobre a História*. (São Paulo: Perspectiva, 1969), “No Brasil baiano: o presente explica o passado”. O que lhe chama atenção como objeto se remete a um problema – durações. E o que o ele teria feito? “o fato saliente, ao qual eu pessoalmente teria, no lugar do autor, consagrado todos os meus cuidados (...) é o fato, surpreendente em si, de que Minas Velhas tenha sobrevivido, após a catástrofe das minas de ouro (...) com escassas fontes de renda e uma população medíocre.” (p. 229). Também teria “olhado de perto” os arquivos, tentando reconstituir a vida material dessa surpreendente sobrevivência. Chama a atenção que para sustentar seu argumento, Braudel se remeta a viagem que realizou em seu retorno ao Brasil, em 1947, a Ubatuba – contraponto, pois “não sobreviveu” (p. 230). O que teria feito – remete ao problema e ao *métier* e às rugas com as outras disciplinas, como fica evidente: “[as críticas foram menos contra o autor] do que contra uma antropologia que se fia demais no valor da investigação direta e impõe a todos estudo do qual um tratamento uniforme sem se aquietar com os prolongamentos evidentes e particulares” (p. 233). Indagado por que não teria publicado seu texto sobre o Brasil, Braudel responde: “Falar do Brasil para os franceses era uma coisa, mas para os brasileiros a responsabilidade era muito maior”. (Entrevista. *Jornal da tarde*, 1984): dá para suspeitar que tenha sofrido os conflitos aqui reconstituídos, *como parte interessada neles*.

ao contraste Braudel/Bastide, que redundava na oposição França/Florestan Fernandes, algumas diferenças entre História/Sociologia, na FFCL-USP, adquirem inteligibilidade – e selecionamos apenas aquelas que parecem ter influenciado os itinerários de Fernando Novais/Fernando Henrique, com desdobramentos nas possibilidades de cada área incorporar o marxismo do Seminário.

Roger Bastide escolheu Florestan Fernandes, *e isso se deu lentamente, ao longo da própria dedicação à formação do rapaz humilde, da aproximação entre ambos e do envolvimento conjunto em pesquisas* – em contraste, a escolha calculada, em meio aos conflitos políticos, assinalada já em 1935, no caso de Braudel. O historiador estabeleceu com seus pupilos outro tipo de sociabilidade, procurando extrair o rendimento da formação prévia, e evitando atritos com a grade de valores dos brasileiros. A convivência, escolar e privada, cultivada no período em que aqui esteve, e, posteriormente, por meio do aconselhamento permanente, de que dá provas a participação de historiadores dos *Annales* na *Revista de História* ¹⁰⁸⁶, as visitas ocasionais que realizou e a correspondência que manteve com os brasileiros. ¹⁰⁸⁷ Além das origens dos selecionados, a decorrência notável dessa diferença diz respeito à permeabilidade das instâncias de poder universitário a tais juristas-historiadores. Indicamos a presença constante de Eurípedes Simões de Paula, nos anos subseqüentes ao seu concurso de cátedra, no CTA, na vice-diretoria, na diretoria, no Co. No início da década de 1950, Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d'Oliveira França, formados pelo Largo São Francisco, ex-combatentes de 1932, são, então, catedráticos e Miguel Reale, veterano de ambos no Largo São Francisco, da turma de 1934, é reitor. ¹⁰⁸⁸

Considerada correta a afirmativa de que “a FFCL foi alijada” das instâncias de poder universitário, sendo a reitoria e o Co controlados por membros oriundos da Medicina, Direito e Engenharia – como se viu no concurso de cátedra para a Filosofia em 1950, nas contratações em 1955 – valeria assinalar o papel estratégico que desempenharam os dois catedráticos *precisamente por destoarem do conjunto, e serem reconhecidos não apenas como membros da FFCL, mas antes de tudo, colegas do*

¹⁰⁸⁶ A respeito da presença posterior dos *Annales* no âmbito da FFCL-USP: Fabrício Gomes Alves. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2011. Agradeço ao autor pelo envio de sua tese, antes mesmo de torná-la disponível para o público.

¹⁰⁸⁷ Preciosidade documental, que infelizmente não pode ser explorada neste trabalho, embora dê suporte à inferência acima.

¹⁰⁸⁸ Miguel Reale foi reitor da USP por duas vezes, entre 1949-1950 e 1969-1973.

Largo, que, na FFCL-USP estavam comprometidos com a grade de valores familiar às Arcadas.¹⁰⁸⁹ Isso não tornou o trabalho de ambos mais fácil, porém face as necessidades de defesa da FFCL-USP, os “antigos calouros” acionariam esses laços e sua competência de juristas de formação.¹⁰⁹⁰

Em contrapartida, os sociólogos, por meio da atuação de Fernando Henrique Cardoso, terão vez, somente a partir de 1955, com Florestan Fernandes já na regência da cátedra deixada por Roger Bastide. Se tomarmos como contraponto a introdução de um historiador em instâncias de poder universitário, teremos oito anos de vantagem: Astrogildo Rodrigues de Mello, em junho de 1947, torna-se “o primeiro diretor licenciado pela própria faculdade”.¹⁰⁹¹

Comparada com a Sociologia, a área de História seleciona no interior de camadas *tradicionalmente ligadas ao domínio da cultura*; não há, portanto correspondência entre inovação intelectual e irrupção social. Talvez por isso os manifestos analisados adiante não tenham o mesmo feitio que aqueles encontrados na Sociologia – de recrutamento distinto e mais próximo ao poder institucional, os historiadores parecem não elaborar suas concepções disciplinares do embate com ele, caso, como mostramos, de Florestan Fernandes. Esse contraste se traduz na organização do trabalho intelectual e nas respectivas adesões/rechaços de historiadores/sociólogos ao modelo da cátedra. Eduardo D’Oliveira França é corajoso defensor dela. Vimos, no capítulo anterior, como o feitio de trabalho dos sociólogos em torno de Florestan Fernandes era comprometido pela vigência catedrática. A tomada de posição com relação ao ordenamento em cátedras e departamentos tem contrapartida no estilo *oposto* ao qual cada um procura submeter seus alunos. Vimos como era operacional para Florestan Fernandes, a formação de uma equipe, com divisão do trabalho, hierarquia interna, mas subordinação pessoal em função de conquistas conjuntas – o que se

¹⁰⁸⁹ Miguel Reale – em texto de homenagem por ocasião da morte de Eurípedes – parece fazer questão de realçar: “minha primeira lembrança [dele] prende-se à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde ele foi meu ‘calouro’, no início da década dos trinta”. E ainda: “foi com igual senso jurídico que atuou no Conselho Universitário, durante três décadas”. (“Têmis e Clio na vida de Eurípedes Simões de Paula”. In. *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH, 1983, p. 515; p. 516).

¹⁰⁹⁰ “sei quanto era árduo o desempenho da delegação [da Congregação] recebida [no Co] a ponto de ser desafiado para apanhar na rua quando da defesa de professores nossos”. “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 264.

¹⁰⁹¹ *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 14. Neste anuário, todos os diretores são listados, mas a informação a respeito de ser o “primeiro” é destacada: trata-se da já mencionada confissão de juventude pelo orgulho do que parece ser maturidade institucional.

traduzia na escrita “científica”, hermética, pois do domínio exclusivo dos especialistas da área, e ao mesmo tempo democrática, pois tal domínio é de acesso universal aos que se puserem a aprender de modo escolar. Como se verá adiante, ao gosto de França, a produção historiográfica encerra algo de humanístico, literário, artístico; e, por esta razão, escrever é encontrar uma “expressão própria”, lapidar um estilo pessoal.¹⁰⁹²

Se, em história do Brasil, a incorporação dos *Annales*/inovação é freada pelo perfil dos dois primeiros catedráticos, até fins dos anos 1950, então, a inovação de *método* é empurrada para os segmentos de história que não se “ocupe do Brasil”, ou cujo acento não permita enquadrar na “história nacional”, e, nem mesmo “regional-paulistana”. Ora, precisamente esses eram os interesses, à mesma época, dos sociólogos, em especial os que se ligaram a Florestan Fernandes ou sofreram sua influência.¹⁰⁹³ É do início dos anos 1950, a adoção por Florestan Fernandes e Roger Bastide da cidade de

¹⁰⁹² Eduardo d’Oliveira França. “Uma experiência de seminário de utilização de textos”. In. PAULA, Eurípedes Simões (org.). *Anais do III Simpósio Professores História* (Franca, 1965), p. 275.

¹⁰⁹³ Aula inaugural de Eurípedes Simões: “A História, atualmente, não é uma disciplina isolada, ela está intimamente ligada a outras ciências – como a Geografia, a Sociologia, a Economia política, a Filosofia etc. Essa necessidade de colaboração nós a podemos ver aqui mesmo na nossa faculdade, onde muitos assistentes de outras cadeiras ao elaborarem suas teses de doutoramento, inconscientemente ou não, apoiaram-se decididamente na História. Isso vem provar que estamos certos e que a orientação por nós seguida é moderna. Esse é precisamente o espírito dominante no grupo aglutinado por Lucien Febvre e Marc Bloch onde, ao lado de historiadores, aparecem geógrafos, sociólogos, etnógrafos, economistas etc.”. *Anuário da FFCL-USP, 1939-1949*, p. 160. Convém agora indicar nossa posição em certa controvérsia que a reconstituição acima não ignora. Eduardo D’Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula formaram-se num tempo, formaram os seus em outro, e são julgados segundo parâmetros de um estado da arte que não corresponde a nenhum desses dois momentos. *Isso se deve não apenas ao percurso longo em que figuraram na Universidade, mas à qualidade das transformações que caracterizam esse período de tempo: esta saída à francesa, e entrada à americana*. Sem recusar a obviedade de serem diferentes, e no que se refere ao feito docente opostos, conviria ponderar de maneira objetiva. O longo período de vivência de dificuldades comuns - migração, expulsão das instalações da faculdade (1934; 1938, 1949; 1969); golpes em âmbito federal e estadual (1937, 1969); reformas universitárias (1939, 1942, 1962-1969); experiência militar (1932; 1943-45); luta pela existência da Congregação (1941) e pela autonomia universitária; representação no Co; para mencionar apenas as mais dramáticas, foi marcado por direcionarem o melhor de suas energias para a vida universitária. Estabeleceu-se entre ambos uma espécie de interdependência complementar, se suas atividades forem vistas com relação à constituição do aparato - de produção, circulação e divulgação - pressuposto na existência da historiografia universitária. Nesse sentido, sobretudo no que se refira a trajetória de Eurípedes Simões de Paula, é necessário mais cautela. Sua qualificação como “administrador”; assim como a insistência em retirar-lhe esta pecha, que redundaria na dignificação dela ou em bater na tecla do “grande intelectual esquecido” (Janice Theodoro. “Eurípedes Simões de Paula (1910-1977)”. In. *Revista de História*, n. 160, 2009; Oswaldo Porchat. “Eurípedes Simões de Paula”. *Estudos Avançados*, v. 8 n. 22, 1994); padecem do anacronismo por apagarem as condições em que se encontravam os suportes institucionais quando ele se constituiu como historiador. Não se avança muito defendendo uma grande obra, ou insistindo quanto ao seu papel de “atrapetar” a carreira para os outros - ambas posturas mais teimosas que objetivantes; e que, no entanto, possuem sua correção. *No período em que ele se torna este construtor, tudo está para ser feito*. Passadas três décadas, não fosse seu empenho, as “grandes obras” não existiriam. Trata-se de óbvia divisão do trabalho de construção do campo historiográfico em que os agentes investem suas habilidades em frentes diferentes, e que, articuladas e em desenvolvimento conformam o quadro. Em suma, sem Eurípedes não haveria França, nem vice-versa. E Braudel parece ter visto isso, para o bem da produção universitária paulistana.

São Paulo como “laboratório” de observação do presente e do passado. O primeiro, como assinalamos, empreende esforço típico de historiador para dar conta do passado de ocupação do espaço ligando-o aos problemas de seu interesse na pesquisa para a Unesco.¹⁰⁹⁴

O perfil social desses historiadores – juristas, herdeiros da elite política – destoa do recrutamento discente característico dos anos seguintes aos que logram chegar às cátedras, marcado pela abertura às classes médias, pela presença de professores formados pela FFCL-USP no sistema público de ensino. Como vimos testando, a hipótese é que desvios de natureza intelectual são indissociáveis de deslocamentos sociais. Concorre então, o novo feitio discente, para escapadelas aqui e acolá, atijando a atração por outras áreas em meio a leituras que também a estimulam, por exemplo, de Febvre, de Braudel, nas páginas da *Revista de História*. Em qual lugar institucional um aluno encontraria inovação de método, se ele se interessasse por história do Brasil / São Paulo, senão entre franceses, sociólogos e economistas? Todas as probabilidades indicam que ele apreciaria as aulas de Monbeig e se aproximaria dos sociólogos da cadeira de Florestan Fernandes. E se Clio, contudo, o envolvesse? Viveria eternamente nos territórios disciplinares fronteiriços – sempre de risco e tiroteios – se não elaborasse um princípio de articulação que sintetizasse o paradoxo entre a arbitrariedade e a necessidade das delimitações. Eis o horizonte dos possíveis – intelectuais e sociais – desse futuro historiador, cuja singularidade consistirá em fazer convergir, articuladamente, para seu constructo de análise: tempo, espaço, e tema que por convenção política e institucional, era de bom tom manter cindidos. Como terão sido os verdes anos de sua graduação?

¹⁰⁹⁴ Notável no capítulo 1 de *Branco e negro em São Paulo*. Não foi possível incorporar pesquisa que acaba de ser publicada, e, a bem dizer, leva muita água ao moinho desta argumentação: Diego Amorim Grola. *A memória das Arcadas. Construção material, simbólica e ideológica do edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo: Humanitas, 2012.

2. Eduardo D'Oliveira França e Fernando Antônio Novais, mestre e aprendiz de ofício.

“Mais ainda? Precisaríamos uma vida. E tínhamos um prazo”.
Eduardo D'Oliveira França, 1951¹⁰⁹⁵

A reconstituição das condições que propiciaram uma interpretação historiográfica inspirada no marxismo, na FFCL-USP, pressupõe acompanhar a trajetória de Fernando Antônio Novais; apresentando as afinidades eletivas com seu mestre, as inquietações e convicções que dela nasceram, *pari passu* a localização de alguns pares, na historiografia e fora dela, ao longo dos anos em que concebeu sua tese.

Fernando Novais se matriculou na FFCL-USP, no dia 16/ 03/1953. Ele vinha de uma família de classe média, era filho de professor, que se tornou diretor e inspetor de ensino.¹⁰⁹⁶ “Não era uma família intelectual, mas também não era uma família em que a vida intelectual não contasse”; e nela, era “o bom filho, o estudioso, o obediente, ao contrário do meu irmão”.¹⁰⁹⁷ Na infância do pequeno Fernando, a família seguiu as migrações impostas pela profissão paterna: Guararema, São José do Rio Preto, onde ele concluiu o ginásio, São Paulo, onde cursou o colegial, no Colégio Roosevelt, na Rua São Joaquim.¹⁰⁹⁸ Nesta escola, muitos formados pela FFCL-USP lecionavam, inspirando no corpo discente um interesse em se dirigir à faculdade. Foi o caso dele, que “achava que iria para a Faculdade de Filosofia”. Assim, como o irmão, não hesitou em escolher o clássico; porém, se ele optou pelo Direito, Fernando, inspirado na profissão do pai, pensava em ser *simplesmente, professor* – restava saber de qual disciplina. Não ia “fazer Ciências Exatas, pois não gostava. Então, era na área das humanidades.”¹⁰⁹⁹ E se a vida não impusesse tantos interditos materiais, talvez a escolha fosse outra, pois “era História ou Letras. Eu não sabia direito o que eram Ciências Sociais, Geografia era menos interessante do que História. Para ser franco (...) lia muita literatura (...) mas

¹⁰⁹⁵ Eduardo D'Oliveira França. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 13.

¹⁰⁹⁶ Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 200.

¹⁰⁹⁷ Fernando A. Novais. “Por que História?”. Entrevista. *D.O. Leitura*. São Paulo: Imesp, 2004. Realizada por Pedro Puntoni e István Jancsó, p. 53.

¹⁰⁹⁸ Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 119.

¹⁰⁹⁹ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 53.

achava que teria dificuldade nesse campo por causa de línguas estrangeiras. Não tinha dinheiro para fazer cursos de línguas estrangeiras (...), fiz um semestre na Aliança Francesa (...) me saí muito bem, mas não pude continuar (...) o orçamento de casa era rígido.”¹¹⁰⁰ A Aliança Francesa, localizada na rua General Jardim, era parte dos caminhos cruzados dos estudantes, por meio dos quais também suas vidas se atravessariam, selando laços indissolúveis de amizade – ela estava entre a Maria Antonia e a Biblioteca Municipal. Chegando a São Paulo aos quinze anos, além do curso de francês, ele também freqüentava aos sábados a tarde – como Ruth, Fernando Henrique, Giannotti, Bento Prado Jr., Roberto Schwarz, Paul Singer – a biblioteca, espécie de ponto de encontro de futuros alunos e recém ingressos na FFCL-USP. Assim, alguma familiaridade com o ambiente universitário já tinha ele: por meio da Biblioteca, dos professores do Roosevelt. Lá, Gilda Reale, irmã do então reitor, Miguel Reale, bacharel em Letras Clássicas na turma de 1943, foi sua “professora de grego, uma pessoa extraordinária, de uma cultura fantástica e era uma professora ótima”.¹¹⁰¹ E também, “Maria Simões, nossa professora de História (...) era extraordinária, absolutamente fora de série. Ela tinha acabado de sair da Faculdade de Filosofia, falava muito na História tradicional (...) que para ela era a de antes da Faculdade de Filosofia. Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo, conhecia todos, pois ela falava deles.”¹¹⁰² “Usava bibliografia de universidade (...) citava livros da coleção francesa *Peuples et civilisations*.”¹¹⁰³ Ao concluir o colegial, ele cursou o preparatório para habilitação na própria FFCL-USP, o que fez “acentuar a vocação”, e afiar o francês interrompido, pois por conselho de uma professora, comprou a coleção didática de história de Malet e Isaac, “devorou”, ficando “fascinado por História” e aprendendo francês ao mesmo tempo.¹¹⁰⁴

O maior impacto da passagem à vida universitária, contudo, foi “do ponto de vista vivencial. Novo ambiente, novos valores”¹¹⁰⁵. Sua graduação corria paralela à passagem de Getúlio a Juscelino; no plano dos costumes, os anos dourados daquela geração nascida no entre guerras, cujos padrões de sociabilidade conflitantes,

¹¹⁰⁰ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 53.

¹¹⁰¹ Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 200.

¹¹⁰² Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 53.

¹¹⁰³ Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 200.

¹¹⁰⁴ Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 201.

¹¹⁰⁵ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 54.

redundaram na tentativa de “conciliação entre um discurso crítico e de mudança e a manutenção de velhos padrões”.¹¹⁰⁶ Por um lado, em busca de mais autonomia, abertura para a informalidade da aparência, quebra da rigidez das autoridades, em alguma medida, compensatória da rigidez do período anterior. E, no entanto, a informalidade tardava. O uso feminino das calças compridas, por exemplo, era restrito a algumas ocasiões.¹¹⁰⁷ Nessa caixa de ressonância do ritmo da modernização, que é a relação geracional, assinala-se, “nos maiores centros urbanos e nos ambientes sociais mais arejados, a autoridade paterna ou materna e o respeito aos mais velhos” passando a “conviver lado a lado com o diálogo e as sanções morais, que levam ao desenvolvimento da responsabilidade pessoal”¹¹⁰⁸. Eis linhas de força a se cruzarem nos espaços da cidade, da faculdade, nos sonhos dos jovens ingressantes nela. E se nossas heresias tiverem mais fé de ofício do que alinhamento social com alguns cardeais do *métier*? Entre as afinidades eletivas com os amigos conta também o desalinho com relação ao conjunto de que queremos fazer parte, se forem, os amigos, também meio estranhos em seu ninho? Difícil não atinar para as similitudes entre a situação do jovem Fernando, em meio ao círculo de França, com a do jovem Giannotti, em meio ao de Cruz Costa. Eram alunos dos novos tempos. E estes eram apenas vislumbrados, ainda.

O primeiro ano de graduação de Fernando Novais não foi muito empolgante, a não ser pelas disciplinas da Geografia, pois no setor de História, “os cursos não eram brilhantes”¹¹⁰⁹. Despertaram seu interesse: Geografia Humana, com Ari França, Geografia do Brasil, com Aziz Ab’Saber e Geografia da Colonização, com Monbeig, como visitante, “absolutamente notável” e “todo em francês”.¹¹¹⁰ No segundo ano, Clio arrebatou-lhe o coração. Numa pequena sala da Maria Antonia, Eduardo D’Oliveira França, catedrático há dois anos, deu um curso de difícil classificação: “não era história econômica ou política”, “uma coisa genial”, era sobre a Renascença Italiana – Florença no século XV. “Ele costumava atrasar no mínimo 30 minutos, e começava a aula dizendo: ‘Olha, quero dizer aos senhores que a pontualidade britânica é a característica

¹¹⁰⁶ Maria Helena Bueno Trigo. *Espaços e tempos vividos*: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970). Tese de doutorado. FFLCH-USP, 1997, p. 94.

¹¹⁰⁷ Maria Helena Bueno Trigo. *Espaços e tempos vividos*, p. 93.

¹¹⁰⁸ Fernando A. Novais e João Manuel Cardoso de Mello. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, p. 613.

¹¹⁰⁹ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 55.

¹¹¹⁰ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 54.

dos medíocres. Professor que nada tem a dar oferece a seus alunos sua pontualidade. O que não significa que os senhores possam atrasar. Eu sou o último que entra nesta sala. Depois que eu entrar ninguém entra, não adianta pedir licença, estão proibidos de entrar atrasados. E não podem sair sem pedir licença, e fazer perguntas somente depois que eu terminar minha exposição”.¹¹¹¹ Entregue ao tempo da memória, França disse, certa vez: “ninguém resistia ao fascínio da iniciação” promovida pelos professores franceses.¹¹¹² Queria ele repetir o feito com seus alunos? Decerto. E o fez. Realizá-lo pressupunha estabelecer com nitidez a diferença de papéis por meio do exercício da autoridade professoral – notável, no controle do tempo dos alunos *por meio* do seu, na ocasião do ritual da aula. Por isso, “[confesso que] não éramos modelo[s] de simpatia, convencido[s] de que estávamos predestinado[s] a mudar os rumos do ensino e da cultura”.¹¹¹³ Era a *indiferenciação entre estudar história e fazê-la*, que em seu caso se liga ao “desabrochar do desastrado pendor pela docência: eram de elite os professores que encontrei, e acreditavam no que ensinavam”.¹¹¹⁴ Quanto ao jovem Fernando, é possível supor que, de um lado, a vivência da faculdade desafiava e desbaratinava o moço tímido, de outro, França e suas aulas acolhiam suas disposições, afeitas à disciplina, nutridas em ambiente familiar – em certa polarização com o irmão, em certa inspiração no exemplo profissional do pai, e na vida religiosa. Pois para ele, “a vida intelectual tem algo a ver com o sacerdócio, o que me remete a leituras muito antigas da minha adolescência e juventude, quando eu era muito religioso”.¹¹¹⁵ O rigor de França não o repeliria, ao contrário, atrairia.

“Ensinar a saber ã é ensinar o q sabe” -

é assertiva encontrada entre as anotações preparatórias de aulas de Eduardo D’Oliveira França, e sintetiza suas diretivas pedagógicas. Nesses manuscritos, pode-se ler, em letra miúda e caprichada, levemente inclinada à direita, dando sinais de cultivo da elegância da caligrafia, o título de uma das aulas:

*A Aula de História: Introspecção da aula
aula sobre aula*

¹¹¹¹ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 54.

¹¹¹² “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 261.

¹¹¹³ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 263.

¹¹¹⁴ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 260.

¹¹¹⁵ Fernando A. Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 199.

As anotações consistem num conjunto articulado de orientações para futuros professores *organizarem* suas aulas, *estabelecerem* com seus alunos uma relação propícia ao ensino tanto do conteúdo disciplinar quanto das técnicas de produção desse conteúdo, o que requer a imposição de autoridade, pressuposta na assimetria dos papéis. Na “aula como um todo”, deve o professor atentar para o aluno, a matéria, e o tempo - calculando sua distribuição para, “fazer render”: “tempo útil, tempo de amaciar e repetições”.¹¹¹⁶ Nas lições sobre “ser professor”, o professor que ele próprio se empenhava em ser e em formar, selecionava alunos com predisposições similares. Afirmar que ser historiador e ser professor sejam dois atributos da formação, para França, é correto, mas insatisfatório: são indissociáveis de tal modo que exigem uma só palavra. Adotamos “mestre de ofício” por reconhecer nesta aula um *ensino de ofício*, e, como na corporação, ensinar o ofício não é ensinar o que sabe, senão ensinar *o saber de fazer*: fazer aula/alunos/docentes – fazer história/historiografia. Para tanto, ele propunha dois tipos de seminário: os seminários de documentos e os seminários-aula.¹¹¹⁷ Herança francesa, também mantida por Eurípedes Simões de Paula e seus assistentes¹¹¹⁸, dela se tem registro entre as preocupações, em 1938, de Jean Gag, tanto com o “Esprito do ensino: cultura geral e formao histrica”; quanto com o “Preparo tcnico: as ‘questes pedaggicas’.” Tinha ele em vista “ao mesmo tempo ensino de ‘cultura geral’ e ‘ensino formativo’ visando preparar os alunos ao trabalho de historiadores originais”; e tambm, em funo do destino profissional da maioria, a ateno ao “preparo tcnico dos alunos ao mister de professores de histria para o qual, na maioria, se dirigem.”¹¹¹⁹

Segundo Frana, os seminrios de documentos consistem “numa variante da tcnica do uso de textos para a formao bsica de futuros pesquisadores” e posterior, do ponto de vista da aprendizagem, “tcnica do comentrio crtico dos textos”. A maioria dos seminrios “atm-se ao comentrio crtico dos textos apresentados, para

¹¹¹⁶ Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo D’Oliveira Frana. Arquivo Eduardo D’Oliveira Frana. (AEOF-CAPH).

¹¹¹⁷ Para um relato do seminrio de textos: Marco Morel, Andra Slemian, Andr Niccio Lima (orgs.; entrevistadores). *Um historiador do Brasil: Istvn Jancs*. So Paulo: Hucitec, 2010, p. 64-65. Para um relato do seminrio-aula: Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 120. No III Simpsio de Professores Universitrios de Histria, organizado pela Associao Nacional dos Professores Universitrios de Histria (ANPUH), criada em 1961, e realizado em Franca, em 1965, Eduardo D’Oliveira Frana, teceu esses comentrios de improviso, pois a sesso dedicada discusso de problemas didticos no tinha comunicao alguma inscrita.

¹¹¹⁸ Eduardo D’Oliveira Frana. “Uma experincia de seminrio de utilizao de textos”. In. PAULA, Eurpedes Simes (org.). *Anais do III Simpsio Professores Universitrios de Histria* (Franca, 1965), p. 287.

¹¹¹⁹ Jean Gag. “Consideraes sobre o curso de Histria da Civilizao”, p. 32.

que, praticando-o, o estudante aprenda a tratar as fontes, conhecendo os critérios de seleção, os procedimentos de compreensão de conteúdo, a elucidação de informações, os processos de comparação, enfim a inteligência do que lê”. Este tipo de seminário não pode ser substituído e é pressuposto pela modalidade desenvolvida por França. Ele consiste numa “etapa subsequente à crítica e comentário, isto é, na utilização do texto para redação da História”. Um dos objetivos desta atividade consiste em ensinar os alunos a produzir História por meio da combinação das informações extraídas das fontes; com a ressalva de que não o façam elaborando simploriamente a ordenação cronológica, “a mais elementar pela técnica primária de costura daqueles dados oferecidos pelos documentos”. O aprendiz deve ultrapassar a crônica e alcançar um “tratamento verdadeiramente historiográfico dos elementos levantados na leitura das fontes”, o que só é possível “mediante treino adequado que permita a superação do empirismo por um esforço de sistematização através do ensino concreto e prático das próprias técnicas de trabalho.” Para se chegar à redação, em pelo menos duas fases podem ser divididos os procedimentos descritos pelo professor. Uma é “preparatória” e visa à “inteligência” do material. Ela consiste na distribuição de três ou quatro fontes contemporâneas a respeito do mesmo assunto; exame da validade das informações; cotejo, entre os textos e com outras fontes, para identificação de convergências ou conflitos de dados. Criando uma situação de escolha para o aprendiz, “entre dados de vária procedência”, combate-se “a aceitação ingênua dos testemunhos”. Outra fase consiste na *definição do problema* que os fará retornar aos textos “para colherem os elementos que lhes permitam comprovar a correção das respostas que tenham encontrado”. Trata-se de desenvolver a capacidade de mobilizar os dados para a elaboração de “explicações válidas”, tomando distância da reprodução das informações; bem como, de tornar perceptível que tais *explicações variam conforme a ênfase dada aos “aspectos: o político, o cultural, o econômico, o social”*. Somente depois de definido o problema, elabora-se um plano de redação com itens e “previsão dos passos a serem utilizados e das conclusões finais”. Por fim, a terceira etapa consiste na redação, estando proibidas transcrições, “para evitar-se a tendência a fugir à expressão própria”; e a “invocação da autoridade de historiadores que tenham tratado anteriormente do assunto”. *No interior dessas regras*, tem o aluno *liberdade* quanto ao tema e quanto à ênfase, e a redação final deve ser composta assim: apresentação da problemática,

argumentação, com base empírica, e conclusão, com explicação.¹¹²⁰ Em suma: “não se pretende o aprendizado dos fatos de que tratam os textos, mas da técnica da utilização deles”; porque, afinal, *ensinar a saber não é ensinar o que sabe*.

Naturalmente, não eram poucas as dificuldades. E ainda assim, teima: se para nada servir, “terá sido útil ensinar os alunos a escrever História, o que geral e infelizmente não sabem, como se verifica nas provas de exames. E não sabem, porque nunca se lhes ensinou, dentro do sistema de passiva repetição de aulas mal anotadas contra o qual é preciso reagir.”¹¹²¹ Tratam-se de reverberações dos ideais da escola-nova adentrando sua pedagogia universitária, compondo a figura de mestre de ofício.

Esta modalidade de seminário acentua a dimensão de pesquisa em detrimento da docência, a segunda faz o inverso. Nela, os alunos deveriam dar uma aula a respeito de um tema, relativo aos conteúdos do ensino secundário, compartilhando das preocupações de Gag – os “alunos aprender a ensinar a histria somente quando eles mesmos, sob fiscalizao do professor, procederem a exerccios de aprendizagem”.¹¹²² No entanto, no magistrio de Frana, apenas “aparentemente [era] s para dar aula, coisa que as pessoas mais modernistas achavam pouco importante”. Pois aprendiam os alunos, “coisas assim, dessas que nunca se esquece”. Quais? Na memria do aprendiz cujo percurso vimos reconstituindo:

“ele dizia: para dar aula preciso conhecer o assunto, mas para dar uma boa aula a primeira coisa saber qual o problema que est inscrito no assunto. Agora, nos dizia o Professor Frana, formular um problema algo bem diferente de fazer uma pergunta. Fazer uma pergunta uma coisa muito simples: a respeito de qualquer assunto (...) pode-se perguntar ‘como’, ‘quem’, ‘quando’, ‘onde’ e est feita a pergunta. Formular o problema uma coisa muito mais complicada. E, como se no bastasse – nunca esqueci esta lio – resolvia desafiar os estudantes, a ns, pedindo que comessemos a exposio indicando qual era o problema, mas no em termos de pergunta, no devia haver ponto de interrogao. Imaginem a tremenda angstia que ns tnhamos ao preparar e tentar formular o problema sem fazer interrogao. Ele estava sentado no fundo da classe quando a gente no conseguia, raramente se conseguia, ele dizia, ‘l vem a perguntinha’. Lembro-me muito bem desses seminrios”.¹¹²³

¹¹²⁰ Todas as citaes do pargrafo encontram-se em: Eduardo D’Oliveira Frana. “Uma experincia de seminrio de utilizao de textos”, p. 273-275. Os destaques so todos nossos.

¹¹²¹ Eduardo D’Oliveira Frana. “Uma experincia de seminrio de utilizao de textos”, p. 276.

¹¹²² Jean Gag. “Consideraes sobre o curso de Histria da Civilizao”. Programa da Cadeira de Histria da Civilizao. *Anurio da FFCL-USP*, 1937-1938, p. 32. Supomos que pudesse ocorrer sorteio ou livre escolha, pois so mencionadas as duas possibilidades em depoimentos diferentes, respectivamente: Fernando A. Novais. “Discurso de saudao”, p. 11; Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 120.

¹¹²³ Fernando A. Novais. “Discurso de saudao”, p. 11.

Tanto no seminário-texto (1º) quanto no seminário-aula (2º) destaca-se o empenho em defender uma concepção segundo a qual o ofício é pesquisa e docência – notável pelo fato de orientar a boa aula de modo similar ao da boa história: “História problema”, sinônimo de Lucien Febvre. Ressalte-se aí: história não se faz só com documentos e não se resume a acontecimentos. Foi o que se observou nas “três fases da redação”, e é também o que se encontra nos manuscritos de aula: “a reflexão como ponto de partida – inquietação – as leituras devem sugerir a problemática associada ao campo de interesse – ter o que procurar – para provar”.¹¹²⁴

Eduardo D’Oliveira França não esposou suas concepções exclusivamente em aulas. É possível associar seu trabalho no conjunto dos colaboradores da *Revista de História*, *mutatis mutandis*, ao de Lucien Febvre nos *Annales*, pela autoridade pressuposta nos juízos e na controvérsia que a um só tempo instaura e na qual se posiciona – tratam-se de combates.¹¹²⁵ Autores e livros não são noticiados, são julgados. França os localiza em hierarquia meticulosamente construída, por meio de critérios, que, afanosamente defendidos, prestam-se a distinguir o bom do ruim, rebaixando uns, elevando outros, sem poupar qualificações negativas, economizando as positivas, e pronto a extrair das minúcias, os detalhes em que, como no velho ditado, Deus se encontra: títulos, subtítulos – dele não escapa a má formulação, em descompasso com o conteúdo – organização de material, disposição de notas de rodapé, vocabulário. E, ao introduzir nessa composição sóbria, metáforas bélicas e sexuais, leva o leitor a sentir aquele rompante de quem se põe acima, em tom lúdico, lembrando ao leitor tratar-se de cavalheiro honrado, com distinção para emitir de tais juízos.

¹¹²⁴ Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo D’Oliveira França.

¹¹²⁵ Não reservamos seção para caracterizar os *Annales*. O procedimento seria incompatível com o enquadramento geral adotado. Ao invés de medir o grau de adesão das tomadas de posição dos brasileiros aos ensinamentos dos franceses, preferimos partir das limitadas condições dos primeiros, base primeira das possibilidades de incorporação. Mobilizamos, tanto os documentos básicos dos *annalíticos* quanto a bibliografia que a caracteriza e os questiona, em função da reconstituição dos itinerários que conformam esse novelo de histórias e historiadores. Desta bibliografia vastíssima, pudemos armar nosso esquema com suporte na seguinte seleção: Marc Bloch. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; Lucien Febvre. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1977; Fernand Braudel. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978; *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; François Dosse. *A história em migalhas. Dos Annales à nova história*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Ed.Unicamp, 1992; Joseph Fontana. *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998; Charles-Olivier Carbonell. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1981; Peter Burke. *A escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997; Rogério Forastieri. *História da historiografia*; Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997; Fernando A. Novais e Rogério Forastieri (orgs.) *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

No primeiro número da *Revista de História*, ele saudou “duas auspiciosas eleições”: a de Lucien Febvre, para a Academia de Ciências Morais e Políticas, e a de seu “mais brilhante discípulo”, Fernand Braudel, para o *Collège de France*, “última etapa da carreira universitária em seu país”; comprovação do “sucesso da nova historiografia francesa.”. Congratulava-os, em nome do periódico e da instituição “afetiva e intelectualmente ligada aos dos grandes historiadores franceses” – com uma enxurrada atípica de elogios.¹¹²⁶ Do mesmo modo, não deixaria de resenhar *Métier d'historien*, de Marc Bloch.¹¹²⁷ No conjunto das intervenções, há uma coesão de base nas tomadas de posição, convergentes com o que expusemos por meio dos seminários-aula, dos seminários-texto e de suas anotações para aula. Se estes já deixaram patente a filiação com os *Annales*, por meio de bandeiras conhecidas e genéricas – “história-problema”, crítica documental, ultrapassagem da cronologia – interessa saber em que tal inspiração consiste dentro do quadro da historiografia brasileira de então. Com este objetivo, vale atentar para a intervenção mais representativa do que concebia como *métier d'historien* quando recebeu Fernando Novais entre seus aprendizes.

França, concomitantemente à conquista da cátedra, resenhou *Teoria Geral da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues. E sentiu “arrepios” ao ler: “a história serve de ganha-pão, aos bibliotecários, arquivistas, professores de história”. Não. A História não “serve” pelo valor “cívico”, “educativo”, “catártico” e nem mesmo aos políticos ela é útil. Afirmar que ela “serve a isso ou àquilo” consiste no modo pragmático de fazer a pergunta “para que serve a História” e “maneira americana de resolver simplista e empiricamente um grande problema, com dispêndio mínimo de reflexão. Desfiguração do problema”. Pois a “história pode servir a esses fins, mas não existe para esses fins.”¹¹²⁸

Tomar distância da política e do mercado e estabelecer um conjunto coerente de critérios compartilhados pelos pares-produtores da área: movimento característico dos que se empenham na constituição da autonomia dela.¹¹²⁹ O rechaço a qualquer forma

¹¹²⁶ Eduardo D' Oliveira França. “Duas auspiciosas eleições”. *Revista de História*, n. 1, 1950, p. 120-122.

¹¹²⁷ Eduardo D' Oliveira França. “O testamento de um historiador”. *Revista de História*, n. 8, 1951.

¹¹²⁸ Eduardo D'Oliveira França. “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”. *Revista de História*, n. 7, 1951, p. 115-116.

¹¹²⁹ O enquadramento que procuramos dar tem no horizonte não o *modelo* de campo, mas a movimentação dos agentes nos *processos* de autonomização, tal como Pierre Bourdieu formulou em *As regras da arte* – trabalho em que o conceito se arrematou após anos de elaboração. O transporte mecânico dele para o Brasil seria pouco recomendável. Distante que estamos, contudo, da defesa do “fim dos conceitos”, parece-nos que ao tratar da esfera intelectual/científica é na esteira dos estudos a respeito da

de utilitarismo – político e econômico – parece se prestar a apagar justamente as transformações políticas e econômicas que se objetivam em seu destino social. A decadência dos estratos tradicionais que relega o drama de se alocar nos setores dominados das elites dirigentes, como educação e cultura. Mas o rechaço aos poderes do dinheiro e da política se presta à afirmação da autoridade intrínseca ao *métier*. As linhas de força que se cruzam nas trajetórias dos que em geral a esposam parecem ser similares às que marcaram os caminhos que França percorreu, e expressam a transição em curso. Uma década antes, bacharel em Direito, ele talvez fosse professor, como tantos outros profissionais liberais que não lograram se acomodar em seu mercado de trabalho. Uma década depois, talvez licenciado pela FFCL-USP ou outra instituição. O desdém pela justificativa filistina, o antiutilitarismo, sem o qual as áreas da produção simbólica não se autonomizam, nutrem-se dessa vivência, atenuando as marcas de descenso social, ao manifestarem-se em inusitadas ocasiões e jogando papel importante na formação da sensibilidade dos jovens e na provocação dos pares.¹¹³⁰ Impossível não atinar também – naturalmente, sem estabelecermos uma ligação direta – para o momento de seu itinerário: no horizonte, a conquista da cátedra. A ela parece ligar-se o deslocamento sutil: da *indiferenciação* entre “história 1 e 2” do jovem de 17 anos, combatente derrotado em 1932, à concepção do ofício que delimita nitidamente a fronteira entre cultura e política, sem tirar o caráter que a segunda confere à primeira.

Importa reter dois focos de tensão que esta posição implica – e, como está patente, não apenas em relação a José Honório Rodrigues.¹¹³¹ Por um lado, a

modernização periférica que a apropriação pode ser realizada: ponderando-se as peculiaridades de nosso desenvolvimento capitalista. Se, ainda assim, formos colocados contra a parede, diria que França e discípulos parecem artífices daquela “revolução simbólica por meio da qual os artistas se emancipam da procura burguesa recusando-se a reconhecer outro senhor que não seja a sua arte”, cujo efeito consiste em “fazer desaparecer o mercado” e, se possível, o Estado. (*As regras da arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Trad. port., p. 103). Isso não significa que consigam, posta a precariedade de nossa modernização.

¹¹³⁰ “fiz o concurso de catedrático revivendo *Portugal na época da Restauração* e, com a cátedra ganhei o cobiçado tempo integral, o que me obrigou à monogamia e à despedida daqueles lugares onde lecionando, eu fora feliz talvez sem saber. Ganhava saudades com indenização por tempo de serviço.” “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 262.

¹¹³¹ *Teoria Geral da História do Brasil* é resultado de um curso que o autor ministrou no Instituto Rio Branco (RJ) em 1946. A respeito do livro em questão, Francisco Iglésias notou: “nunca se escrevera aqui nada do gênero”; ele apresentava “capítulos sobre as questões da história e tarefas do historiador, desenvolvimento da idéia de história, filosofia e história, metodologia” – elementos também observados por França. (“José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 62-63). Na avaliação de Rogério Forastieri, trata-se do primeiro livro de história da historiografia no Brasil (*História da historiografia*, p. 88). Dispensável dizer que a apresentação que segue tenta dar conta dos juízos de França na base da relação magistral com Fernando Novais – o que implica eliminar do horizonte a polaridade Rio-São Paulo, que na área da historiografia, como na das Ciências Sociais, também comparece, a seu modo. Assinale-se também que poderíamos ter escolhido outro material para atingir o

valorização do trabalho docente, colide com a hierarquia em voga na FFCL-USP, na qual o máximo de distância do utilitarismo encontra-se no desinteresse da pesquisa pura.¹¹³² Ela se justifica, quiçá, no interior da área de História, neste período, e pela atuação de França e dos missionários que a tinham em mira de modo articulado com a pesquisa. Por outro, ao recusar que a história seja “capítulo da moral”¹¹³³, distancia-se da concepção de história como “mestra da vida”, patriótica, cívica – seja no ensino, seja na historiografia: precisamente, aquela praticada no IHGB e no IHG-SP, e, portanto, na cadeira vizinha, de História da Civilização Brasileira, capitaneada por Ellis Jr., com quem mantinha boas relações.¹¹³⁴ Deixemos as tensões, para acompanhar sua resenha crítica.

Quanto ao “método e espírito do livro”, França o considera “quase decepcionante, tão rente ao século XIX”, à “história historisante”. Como estuda fatos, a “ginástica do historiador é caçá-los em documentos lídimos. Toda a metodologia gira em torno do documento – viveiro de fatos. Estabelecidos os fatos, eles devem ser coordenados e depois compreendidos. Plano Langlois-Seignobos com clarões de filosofia”¹¹³⁵ – e ele prefere o Langlois-Seignobois, do século XX: Bloch-Febvre.¹¹³⁶ Por meio destas duas linhas de predileção, vislumbra-se o fundamental: *Teoria* trata os fatos como “dados”, não indaga o que é o objeto da história, o tal “fato”. Tudo se passa como se traduzindo a primeira sentença d’*As regras* de Durkheim, José Honório dissesse: tratar os fatos históricos como coisa, deixá-los falar.¹¹³⁷ Em tom enérgico, por vezes irônico, França se opõe: “convenção pseudo-científica: os fatos são mudos como defuntos e quem fala é o historiador. E fala a língua de seu tempo.” O prurido dos fatos/documentos corresponderia à sensibilidade de “alguém que do tempo destinado a uma festa gastasse quatro quintos do tempo a preparar a ‘toilette’.” Contra a “tirania da prova material subjugando a inteligência” e contra o “historiador eunuco no harém dos fatos”,

mesmo objetivo. Contudo, além do texto ser representativo, a observação de Fernando Novais, respeito desta resenha, obriga que se detenha nela: “O Professor França se destacou sempre, por exemplo, pelas resenhas críticas (...) eu quero evocar (...) a longa resenha crítica da *Teoria da História do Brasil* (...) um texto absolutamente ímpar e memorável.” (Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 12).

¹¹³² Cf. Bruno Bontempi Jr. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP*.

¹¹³³ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 114.

¹¹³⁴ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos...”, p. 20; Lilia K. Schwarcz. ‘*Os guardiões da nossa história oficial*’, p. 58.

¹¹³⁵ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p.113, p. 114.

¹¹³⁶ Eduardo D’Oliveira França. “O testamento de um historiador”, p. 434.

¹¹³⁷ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 124.

produzido e pressuposto por ela, França dá as mãos a Febvre: não há história, há historiadores – são eles que *constroem* fatos, o que não significa dizer que os *inventem*. E o fazem com a voz de seu tempo – pois dele são também testemunhos. Idéia, aliás, que mobiliza a crítica em proporção bem razoável, servindo de mote para que vire e revire os passos do *métier*, o máximo de implicações extraídas dela. Trata-se, no fundamental de assinalar a falácia do suposto “objetivismo”: “fazer depender a certeza da objetividade é condenar a história à indecisão. Há um contingente de subjetividade que nada deve ao documento.”¹¹³⁸ Aliás, “é terrorismo metodológico a escravização aos documentos”.¹¹³⁹ O “historiador precisa provar, e para provar usa os documentos. Feita a prova surge a certeza. Muito simples. Como num processo judicial.”¹¹⁴⁰ Nem a história é simples, nem o historiador, mero trabalhador do Direito – destino ao qual o próprio França foi esquivo tanto quanto o Largo Ihe foi arredo, e que vai contornando por meio da nobilitação deste *métier*. É que as fontes “são apenas material para inteligência, quando o historiador não é somente comentarista de documentos. A justaposição de peças anatômicas não compõe o homem: é preciso um sopro de vida”.¹¹⁴¹ Não se prova “fatos que realmente aconteceram”, “por estarem documentados”: “provam-se hipóteses: explicações à espera de comprovação. E o que provoca a hipótese é a intuição dos fatos; não os documentos lidos”¹¹⁴².

Hipótese, então. Um estudante que tivesse assistido à homenagem prestada por Astrogildo ao Senador Alfredo Ellis, no ano anterior, e, envolvido com a modesta vida institucional, acompanhasse a *RH*, ao se deparar com França esbravejando a história historisante, a manipulação da objetividade como prova, a história edificante a serviço de causas cívicas: notaria a incompatibilidade das duas concepções de história? Estudante secundário na Era Vargas, perceberia o abismo entre o ensino que tivera e o que Ihe era prometido?¹¹⁴³ Tanto mais gritante, diga-se de passagem, se atentasse para a severa observação a respeito das biografias: “é condenável a má biografia, a biografia panegírica que é deformante por superestimar a eficácia histórica do indivíduo.”¹¹⁴⁴ Na

¹¹³⁸ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 131-132.

¹¹³⁹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 137.

¹¹⁴⁰ Eduardo D’Oliveira França, “A teoria geral da História”, p. 128.

¹¹⁴¹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 112.

¹¹⁴² Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 131.

¹¹⁴³ Cf. Kátia Abud. “Formação da Alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas”.

¹¹⁴⁴ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 127.

ausência de documento que teste esta hipótese, formule-se o problema: as inovações esposadas por França *poderiam vingar* nos domínios da história nacional, paulista ou contemporânea?¹¹⁴⁵ Diante dos sentimentos provocados por esses assuntos, mesmo a intervenção de expoentes *annalíticos* neles, faz desconfiar que a resposta seja: dificilmente. Mas este é outro ponto a ser deixado em suspenso, seu desenvolvimento nos retiraria o foco. Imperativo é reter: era possível defender posições da história à *annalíticos* e entender *sua/nossa* história à Langlois-Seignobos, ou mesmo ao feito heróico do nacionalismo de Taunay e Ellis Jr. Assim como a *RH*, cujas páginas, repletas de proclamações de adesão aos *Annales*, de artigos assinados por historiadores da escola, contam também com “os representantes da clássica historiografia brasileira, sobretudo em seções como a de ‘Numiástica’.”¹¹⁴⁶ Menos que “ecletismo” – acusação mais apropriada para áreas em que a disputa é atizada pela cientificidade – essa mescla parece expressar algo da relação entre as gerações de historiadores. Não sendo *métier* em que as gerações seguintes possam decretar os *erros* das anteriores – cabível em disciplinas mais “científicas”; os historiadores tentam se diferenciar pela divisa “novo”/ “novidade” – para a qual a presença lateral do “antigo” é, a um só tempo, estratégica (para realçar a novidade) e traiçoeira (no longo prazo, a novidade deve mais a antiguidade do que pôde cientificar-se).¹¹⁴⁷

“Intuição”, “sopro de vida” – como cai bem na crítica, permanecem “mágicas”, realçando certo virtuosismo e gênio. É o brilho do duelo: vencer como se não fizesse esforço. Mas ele se acha nos penosos manuscritos de aula, e neles, sua regra a respeito de “atitudes e comportamentos” afirma: “não é fazer a mágica / mostrar como se faz”. E para mostrar, ele anota, em um plano de aula destinada à orientação dos trabalhos: “partir de um problema e não de um campo / nasce de leituras e reflexões a armadura para responder demonstrando”. Àquela altura, “campo” referia-se à setorialização incipiente, notável já na bibliografia atualizada, muito embora ainda distante no plano da organização institucional em que trabalhava: “campos novos: história demográfica,

¹¹⁴⁵ “Não vou fazer a defesa dessa revolução que certos setores que estiveram à margem pretendem desfigurar como uma tentativa de revanche burguesa, como se do lado de lá estivesse cavaleiros da Távola Redonda (...) A Revolução de 32 foi uma unanimidade paulista. Foi nesse chão, molhado de desilusões que brotou a Universidade de São Paulo, não como um capricho, mas como uma claridade acesa no lusco-fusco da ditadura (...)” – é o que afirma a respeito de 1932 quando recebe o título de emérito. (“Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 261).

¹¹⁴⁶ Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil*, p. 240.

¹¹⁴⁷ Parece-nos ser esta a concepção que anima não somente da “Introdução” de Fernando Novais e Rogério Forastieri; mas também a seleção dos textos que se encontram em *Nova História em perspectiva*.

instituições, idéias, das relações sociais, técnicas, financeira, iconográfica”.¹¹⁴⁸ Ele reprova em José Honório o enquadramento das segmentações: “são áreas e não maneiras de estudo [econômica, religiosa, diplomática]. Divisão que se faz de acordo com a natureza dos fatos estudados. Puro andaime. Fraccionamento provisório.”¹¹⁴⁹ Com efeito: jamais confundir a *explicação* econômica com o *fato* econômico é lição que o discípulo terá anotado com esmero e mobilizado no “Seminário Marx”.¹¹⁵⁰ Decerto a esta perspectiva se liga a dificuldade de classificação daquele curso sobre a Renascença, assim como a lacuna que França aponta no livro resenhado. Sendo “clássicos os capítulos sobre disciplinas auxiliares”, “não há palavra” sobre a estatística, técnicas modernas de investigação, nem sobre as “ciências irmãs”, a sociologia, a política, a economia, a etnologia, a lingüística, a geografia; tampouco sobre filosofia. Não queria França “abrir a arena para o enfadonho embate sobre os limites de cada uma. Bairrismo de cientistas neófitos ou aposentados. Tema superado como o demonstra L. Febvre, uma vez que o rótulo de uma boa pesquisa importa pouco. Se ela é realmente boa”. Mas é certo que “da colaboração das ciências do homem resultará o melhor conhecimento de seu objeto, sem preconceitos de fronteiras. ‘Casa grande e senzala’ é história ou sociologia? Que importa? É bom e isso basta. O resto é problema de bibliotecário para saber em que gaveta do fichário deve classificar”.¹¹⁵¹

Embaralhar a classificação não é problema, da parte dos historiadores. A inanição de que sofre o trabalho que critica é, a um só tempo, daquele “sopro”, da “intuição”, que consiste ao fim e ao cabo em diálogo com as ciências sociais. E, atente-se, com especial atenção para a filosofia, “não [como] erudição”, mas como “maturação”. É que do alicerce “filosófico depende a concepção da história e seu método. No caminho incerto da filosofia da história deve-se guiar o carro da filosofia com tanta segurança quanto o da história”. José Honório seguiu com “heroísmo”, com “intrepidez”, “mas com certa insegurança”.¹¹⁵² França protesta: “a rigor não há teoria da história do Brasil. Seria surpreendente uma demonstração de sua existência. E ao

¹¹⁴⁸ Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo D’Oliveira França.

¹¹⁴⁹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p.126.

¹¹⁵⁰ Cf. seção seguinte.

¹¹⁵¹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 139- 140.

¹¹⁵² Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 115.

lado: teoria da história da França, teoria da história da Guatemala, teoria da história das Ilhas Fikji.”.¹¹⁵³

É possível, face ao descontentamento de França estabelecer um contraste, a respeito das tarefas pressupostas na modernização da produção historiográfica e sociológica. Ao destacarem-se da Literatura e da Filosofia, as ciências sociais, *simultaneamente*, opõem-se à produção pretérita e umas às outras: na definição de métodos e de objetos, estabelecem domínios próprios, por meio dos quais *excluem as rivais concorrentes* e se delineiam, diferenciando-se: sociologia, economia antropologia, política. Se a diferenciação das ciências sociais *entre si e com relação a produção anterior* pressupõe definição de método e objeto, o que a História tem para antepor à sua rival, a tradição? Decerto não é, senão por coerção institucional – como se entrevê na eliminação do horizonte história do Brasil – a imposição da exclusividade de objetos. Trata-se, de acordo com França, de mutilação da realidade, “quando se distingue o econômico, o religioso, o estético, o político” – estratégica para “poder abordá-la, sem se embaraçar na complexidade com que se apresenta. Há de fato ruptura de unidade de vida. ‘Unilateralidade de visão’ inevitável no estado atual da pesquisa. Periodização e especialização, duas formas de desfiguração da história. A primeira sacrifica a continuidade do fluir histórico com seccionamentos artificiais. A segunda destroça a unidade da realidade estudada. Outra adulteração: divisão pelo critério geográfico, pela área, pelo cenário dos fatos”.¹¹⁵⁴ Nesta etapa inicial da modernização do *métier* qualquer segmentação é entendida como mutilação, e a despeito de se reconhecer sua necessidade, depreciada. De modo a se criar maneiras e maneiras de se fugir dela, no limite, afirmando: “compreensão significa domínio da realidade pela visão de sua totalidade lógica, e essa visão dominadora o historiador alcança pela intuição”.¹¹⁵⁵

É por meio da busca de métodos que lhe são alheios que se moderniza esse *métier* – não pela exclusividade de objetos, nem pela segmentação da realidade. E sequer o método é exclusivo, ou definidor, variando conforme o *problema*. Para tanto, menos que pelear com os vizinhos, como os cientistas sociais, a historiografia precisa bater à porta deles e tomar de empréstimo algumas técnicas de investigação,

¹¹⁵³ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 113.

¹¹⁵⁴ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 125.

¹¹⁵⁵ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 131.

desconhecidas de seus antepassados. No que tange à diferença entre a relação da História com as várias ciências sociais, e delas entre si, portanto; se elas excluem-se umas às outras ao se constituírem como domínios, à história é facultado, tanto alimentá-las quanto aprender com elas sem excluir umas às outras.¹¹⁵⁶ Daí França recomendar que se comece não por um setor, mas por um problema; daí também o rebaixamento dos preocupados com etiquetas ao utilitarismo do bibliotecário, ao bairrismo de “neófitos ou aposentados”; daí seu entusiasmo: “Toda a ciência é solidária. O historiador “cherche son plaisir où l'on trouve”. Contribuem todas as ciências, humanas ou não. Seria ingenuidade supor que há ‘varren grounds’ para a curiosidade do historiador. Para conhecer esse monumento de complexidade que é o homem considerado no tempo, pensando, agindo, sentindo, vivendo, a história mobiliza todos os recursos consolidados pela ciência.”¹¹⁵⁷

Os historiadores escutam nesse brado os ecos dos *Annales* em seus primeiros tempos. E, tal como eles, transitava em meio a contradições que a fé de ofício abarca. Nem tudo era inovação – lá e cá. E não se rompia com tudo da tradição – lá e cá.¹¹⁵⁸ Eliminar a narrativa não seria modernizar, mas retirar o caráter definidor. E por que teria a história de ser ciência ao modo de Durkheim? Aliás, “que importa afinal que a história seja ou não ciência?”. França parecia sentir o peso da crescente valorização da “ciência” – de outro modo, como entender a notável invertida que respalda a assertiva: “foi o cientismo século XIX que pretendeu aristocratizar certos conhecimentos com o

¹¹⁵⁶ Estamos tentando objetivar, nos itinerários institucionais reconstituídos e em suas tomadas de posição, a assertiva mais geral: “Seu objeto (da história) é, por definição, indelimitável, e seu método se constitui de técnicas de lidar com os registros de vários tipos.” (Fernando A. Novais e Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História em perspectiva*, p. 19)

¹¹⁵⁷ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 140.

¹¹⁵⁸ Investigações recentes têm defendido: devem mais os *Annales* à tradição do que deixam entrever seus manifestos (Cf. Rogério Forastieri. *História da historiografia*); sendo factível encontrar nos alvos das críticas annalísticas, elementos antes ignorados. (Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. “História e Análise de textos”. In. *Domínios da história*, p. 275-stgs). Estando de acordo com esta perspectiva, o encaminhamento adotado é outro pois nosso *problema* também o é. Longe está de nossos objetivos o “resgate” do “valor” de historiadores aos quais se legou apressadamente posição idêntica à que os *Annales* legaram a Langlois-Seignobos – como se nota em: Karina Anhezini. “Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso Taunay”; Itamar Freitas. *Histórias do ensino de história no Brasil* (Registre-se, aliás, nosso agradecimento pelo empenho do autor em nos enviar seus livros e trocar idéias). Tampouco teríamos competência para estabelecer “um estatuto teórico a esta área do conhecimento (história da historiografia)”. (Fernando A. Novais e Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História em perspectiva*, p. 23) – muito embora, nossa tentativa se inspire neste enquadramento a respeito da historiografia. Nosso objetivo é bem mais modesto e consiste em apreender a dimensão universitária da produção das áreas, atadas inevitavelmente às relações sociais típicas desta instituição: os estímulos e limites em que se debatem os agentes, e em meio aos quais têm vez contornos os mais inusitados, e, recorrentemente, inovadores, nem sempre por pretenderem sê-lo, mas por não terem alternativas.

epíteto de científicos, como se os demais fossem plebeísmos da cultura. Ciência ou não, a história mostra o homem ao homem. Para os historiadores é ciência. É, e está acabado. Como se disséssemos: bonita ou feia, leviana ou virtuosa, quero casar com ela. E V. não gosta, não pense nela. E se não crê, trate de sua vida, que dela me encarrego eu.”¹¹⁵⁹ Por outro lado, eliminar dos historiadores a oratória implicaria menos honra, não mais “modernidade”. Se este era atributo do historiador dos institutos, por que retirá-lo dos universitários? Ao contrário, parecia nobilitá-los e fazer parte de sua aula a respeito do ofício – na base daquela divergência com a hierarquia que rebaixava o ensino em relação a ciência, na FFCL-USP. Não é por meio da oratória que seduzia também os alunos?

*A ventura de seus alunos: saber que o Professor França sempre foi um dos professores mais destacados. Sua qualidade didática, suas aulas eram memoráveis. Mas não só as aulas, seus seminários, as suas arguições de tese, algumas absolutamente inesquecíveis. (...) Tornou-se memorável o curso que o Professor França dava sobre a Revolução Francesa. Havia uma aula em que se discutia o que era revolução e ele terminava esta aula dizendo que revolução e história eram a mesma coisa. Era a vocação do professor que conseguia fazer vibrar as cordas da sensibilidade. Essa coisa era dele... Os cursos dele sobre a Revolução Francesa deixavam a gente absolutamente fascinado, extasiado. Ele tinha um domínio da exposição. A formação dele era em Direito, ele era cria da Faculdade do Largo de São Francisco e tinha o dom da oratória, coisa que o professor Sérgio [Buarque de Holanda] não tinha. O gestual dele, a impostação de voz, o domínio do quadro negro. Olha, não se perdia, você podia vacilar entre ver o último filme do Bergman ou assistir a aula do professor França.*¹¹⁶⁰

Se for necessário, seguindo sua lição, “atirar carga ao mar para não sossobrar no oceano dos fatos”¹¹⁶¹, poderíamos nos indagar: da história que aprendeu no Largo, aos três anos de convívio com Braudel, a passagem pelo IE-USP, o acompanhamento da revista dos *Annales*, o retorno de Braudel, a visita de Lucien Febvre em 1948, as conversas com Ellis Jr., Eurípedes, Astrogildo, Pedro Moacyr, as demandas de seus alunos: *por meio de qual fonte incorporou a ponta de lança da modernização em historiografia e por meio de qual força manteve a noblesse que o tempo roubava a galope, da vida e dos historiadores?* Não é esta peculiar combinação que lhe imprime caráter inconfundível? Se algum poder de intuição nosso “arcabouço filosófico” tivesse, diria: das *dificuldades* que teve de enfrentar para – face ao (re) conhecimento tanto da *modernidade* dos *Annales* quanto da *tradição* do *métier* – conceber suas duas teses, a de

¹¹⁵⁹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 117. Atente-se para a invertida que assinalamos a valorização da ciência segue não a “aristocratização”, mas a “plebeização”. Cf. Wolf Lepenies. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996. Trad. Maria Clara Cescato; Fritz K. Ringer. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã*. São Paulo: Edusp, 2000. Trad. Dinah de Abreu Azevedo.

¹¹⁶⁰ Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 11; *Um historiador do Brasil: István Jancsó*, p. 73.

¹¹⁶¹ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 123.

doutorado e a de cátedra. Qual aspirante não está com as questões de método à flor da pele em meio à confecção final de seu trabalho? Parece-nos vir daí o ânimo desse texto, “absolutamente ímpar e memorável”, concebido em fase de conclusão da sua tese de cátedra, em 1951.

“Tenho acompanhado as pesquisas realizadas antes de minha partida para a Itália, e verificando ao voltar os trabalhos realizados na minha ausência, julgo-os satisfatórios, e embora tenha verificado que as pesquisas realizadas foram embaraçadas por deficiências de fontes e de bibliografia, crônicas em nosso meio e agravadas pela interrupção das relações comerciais com a Europa, julgo tratar-se de trabalho digno de ser discutido.” Assim Eurípedes justificava a defesa de doutorado de França à diretoria, ao voltar da guerra e apressar seus amigos às titulações.¹¹⁶² Para França, o resultado esteve longe dos seus próprios parâmetros de aprovação: “[o doutorado veio] em meio ao atropelo das aulas e em regime de tempo parcial. Então, nada de bolsas. Desacatei *O poder real em Portugal* e a banca foi conivente comigo.”¹¹⁶³

A enfática defesa daquela modalidade de trabalho parece ser tributária das limitadas possibilidades com que desenvolveu sua tese, e que o obrigaram a atinar para dimensões que possivelmente não defendesse com tanta garra, não fossem as condições adversas que contornou para lograr realizá-la. Sofreguidão na base daquela anotação para aula, “o doc. ã governa a pesquisa”? ¹¹⁶⁴ Se a *abundância* de alguns recursos for prejudicial à maturidade com relação a eles, a *escassez* tornou França mais sensível ao uso racional desta preciosidade perversa chamada: documentação – que tanto ironizou na *toilette* de José Honório. A tese com a qual conquista a cátedra foi elaborada “sem consulta e pesquisa em biblioteca e assuntos europeus, nomeadamente portugueses.”¹¹⁶⁵ Insatisfeito, e, como se diminuindo a si próprio pudesse engrandecer o trabalho que empreendeu, apresenta-a: “quem, entre nós sem poder sair do Brasil, limitado pela carência de recursos documentais e bibliográficos, se dedicar à indagação da história geral da civilização, quase tudo o que pode aspirar, como contribuição à historiografia, é concorrer para o aperfeiçoamento dos métodos de elaboração histórica. A historiografia não progride apenas pela descoberta de novos fatos ou de novas relações entre eles. Há

¹¹⁶² Cf. As cartas de Eurípedes para João Cruz Costa, no período em que lutou na guerra. Transcritas na tese de doutoramento de Francini Venâncio Oliveira.

¹¹⁶³ “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D’Oliveira França”, p. 262.

¹¹⁶⁴ Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo d’Oliveira França.

¹¹⁶⁵ Fernando A. Novais. “Apresentação”. In. Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da restauração*, p. 9.

uma terceira frente: alargamento das possibilidades de compreensão, pela aplicação de novas técnicas de aproveitamento dos dados existentes. Consolo de pobre quer trabalhar.”¹¹⁶⁶ O uso e abuso da enumeração de agradecidos era incomum nas teses das primeiras décadas da faculdade. Daí o relevo quando ocorrem agradecimentos nominais. Nada casual aqui. Com efeito, a certa altura do capítulo “As idéias políticas da restauração”, França surpreende com um “precioso manuscrito da Biblioteca de Paris”, cuja transcrição desproporcional com relação ao conjunto de citações documentais obriga ele próprio a se justificar: “alongamos a citação para divulgar mais o precioso códice”. E informa: “[o documento] foi-nos comunicado graças à gentileza dos profs. Fernand Braudel e Vitorino de Magalhães Godinho”¹¹⁶⁷. Dois realces, um recalque. Os nomes dos gentis professores nos agradecimentos e lhe oferecendo material inacessível, uma escassez – na base do cuidado meticuloso da exploração articulada entre documentação e bibliografia. França apresenta como programático algo que, se o for, foi também, e antes, problemático, como se definisse sua posição de maneira favorável ao que ele próprio pôde ser. Método, senão é tudo, é essencial nesta modalidade de historiográfica, segundo a qual a “*toilette* dos documentos” consiste em “etapa de erudição apenas. A história vem antes ou vem depois. Não se constrói edifícios sem tijolos, mas um monte de tijolos não é um edifício”. “É quando entra o espírito que emerge a história”.¹¹⁶⁸ Quem se dispuser a buscar nas justificativas do que *fez* e do que deixou de *fazer* os contornos de um caminho traçado em meio às dificuldades e não às facilidades, ligando-os aos mestres, distanciando-o por vezes de seus *amigos, mas não de suas amigas*, encontrará, como em *Portugal na época da Restauração*, “a História, mais sentida que pensada, arrastando emocionalmente a[s] inteligência[s]”¹¹⁶⁹, na base daquele tirocínio-programa, absolutamente arrebatador:

“Tese: uma idéia e um método a serviço da idéia. Para nós foi: a idéia de um método.”¹¹⁷⁰

¹¹⁶⁶ Eduardo D’Oliveira França. “Prefácio”. In. Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da restauração*, p. 11.

¹¹⁶⁷ Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da restauração*, p. 275.

¹¹⁶⁸ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 133. Impossível, dentro do escopo proposto, avançar na direção que é tentadora, mas merece, para evitar equívocos, registro. A dar testemunho das trocas entre a historiografia extra e intra-universitária, note-se que pelo menos dois trabalhos (centrais na nossa exploração) de Eduardo D’Oliveira França chamaram a atenção de Sérgio Buarque de Holanda, antes de ele passar a se preparar para a cátedra de História do Brasil: a resenha de José Honório e a tese de cátedra (Respectivamente “Notas sobre o Barroco”; “Vária História”). In. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

¹¹⁶⁹ Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da restauração*, p. 264.

¹¹⁷⁰ Eduardo D’Oliveira França. “Prefácio”. In. *Portugal na época da restauração*, p. 11.

Fernando Novais, saudando-o por ocasião do título de emérito, compara a ousadia desta abertura à de Fernand Braudel no Mediterrâneo: “Amo apaixonadamente o Mediterrâneo. Talvez porque, como tantos outros e depois de tantos outros, cheguei até lá vindo das terras frias do norte”.¹¹⁷¹ Se acreditarmos em França - “amor contrariado vira teimosia” – a matéria destas teses sempre encerra desejo insaciável daquilo que não se tem – documentos, mar, e o que mais seja. O risco de não tê-los e o desejo de conquistá-los levam aos contornos.

França encarnava a exigência do máximo empenho e desempenho dos alunos, a avaliação meticulosa, rendendo baixas notas e poucos elogios, era também uma espécie de provação iniciática.¹¹⁷² Atiçar pela reprovação parecia estratégico. E certo. Pois, se nem todos respondem a este estímulo de maneira ativa, assim os fazem aqueles que foram criados no interior da cultura escolar, como os filhos de professores em geral, que de bom grado ele queria encontrar.¹¹⁷³ Passada a provação, Fernando seria aluno estimado, merecedor das energias que o mestre empenhava no “exercício do terrível espírito crítico” com que o obrigava “a repensar a cada passo”, suas idéias. Tornava-se merecedor também de “apoio e estímulo constantes”.¹¹⁷⁴ Desafio e apoio para responder positivamente a ele: o vínculo de ambos é crescentemente de caráter magistral. Fernando Novais recorda – como quem tivesse vencido, mas não esquecido – as marcas do ritual de passagem:

“O seminário que fiz por esta época, o Professor certamente não se lembra mais disso, era um seminário sobre a Reforma Protestante nos Países Baixos. Era no segundo ano, no fim do semestre, eu tinha conversado com o Professor França, admirava suas aulas e sabia que ele já apreciava como estudante, eu queria..., eu queria... fazia questão de fazer um bom seminário, que ele elogiasse, o que era raríssimo; o Professor França não era de muito elogio. Eu li uma quantidade industrial e me lembro que naquela época cheguei a ler um livro todo só, só para dar uma aula para curso secundário. Era um seminário-didático. Eu li um livro inteiro sobre a reforma nos Países Baixos. Consegui resumir e consegui formular aquilo que eu pensava ser o problema, sem fazer a tal interrogação. Quando terminou, o Professor França foi para a frente e disse: ‘Está tudo errado!’ Esta é uma frase que ele gostava muito de usar. ‘Está tudo errado!’ Desenhou um quadrado na lousa e escreveu E, desenhou outro e escreveu A, depois o terceiro e escreveu

¹¹⁷¹ Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 12.

¹¹⁷² Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 11-12.

¹¹⁷³ Como não notar que ao lembrar de Eurípedes, está mesmo é a se pensar, pelo contraste: “Eurípedes nunca soube dar notas – ou será que soube muito bem? –pois, sua humana complacência preferia acudir [os alunos] a julgá-los”. Homenagem da Congregação à Memória do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula. Orador: Eduardo d’Oliveira França, p. 11.

¹¹⁷⁴ Colho as expressões nos “agradecimentos” de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH (“ainda pela inesgotável paciência com que tolerou nosso atraso de longos anos” s/np.). “Eu me sinto muito feliz por poder estar participando desta homenagem ao mestre que ele sempre foi e é, encaminhada pelo discípulo que eu sempre tentei ser”. Fernando Novais. “Discurso de saudação”, p. 15.

E, e acrescentou: ‘Isto aqui é a Espanha, católica; isto aqui é a Alemanha, protestante; isto aqui é a França, que não sabe se é católica ou protestante; aqui estão os Países Baixos, eles tem que escolher, não podem não escolher. Este é o problema. Como não souberam escolher acabaram dividindo-se, sendo os Países Baixos católicos e os Países Baixos protestantes. Isso o senhor não viu e o senhor não entendeu nada do seu tema.

Imaginem a minha tristeza depois dessa noite, nos anos 50”.¹¹⁷⁵

Imaginemos.

¹¹⁷⁵ Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 12.

3. Heresia e fé de ofício: combates pela história.

“Le silence éternel de ces espaces infinis m’enfraie.”
Blaise Pascal¹¹⁷⁶

A solidão em que nos encontramos, por não correspondermos àquilo que gostaríamos de pertencer, não é parte, às avessas, deste pertencimento? Parece ser o caso, nesta configuração das pequenas salas, dos poucos números, da relação pessoal, “a História”, como sempre, “mais sentida que pensada” a furtar razão à sensibilidade; a restituir esta àquela. Para Eduardo D’Oliveira França, seria inadmissível um historiador que não tivesse algum domínio filosófico e teórico, pressuposto no diálogo recomendado com as ciências vizinhas, conformando um feitiço ao domínio da Clio, musa a ser esposada.

Quais as fontes de tal alicerce ofertadas aos alunos? Àquela altura, o curso de graduação em História e Geografia oferecia os rudimentos de filosofia sem os quais um historiador não se guia bem no trânsito disciplinar recomendado? Não. A sugestão de Braudel – se os estudantes “têm uma forte tendência para filosofia sem o saber” que sejam “disciplinados neste domínio”, para desembaraçarem “seus trabalhos da névoa que aí se introduz sob o nome de idéia geral”¹¹⁷⁷ – ainda não se traduzira em modificações na grade; muito embora fosse reiterada por França, ao afirmar depender “do alicerçamento filosófico”, “a concepção da história e de seu método”.¹¹⁷⁸ Concomitantemente à publicação da resenha apresentada, França foi convidado por seus alunos a proferir “Considerações sobre a função cultural da História”¹¹⁷⁹. E ele, apesar de suas “preocupações muito absorventes”, dispôs-se a atender aos alunos e “arranjar meia dúzia de pretextos para uma conversa em família”.¹¹⁸⁰ Novamente, o tempo: a quem ele o dedica, impõe que reconheça seu valor; e novamente, os alunos/filhos – ao

¹¹⁷⁶ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 161. (Edição de Michel Le Guern).

¹¹⁷⁷ Fernand Paul Braudel. “O ensino de História e suas diretrizes”, p. 125.

¹¹⁷⁸ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 115.

¹¹⁷⁹ Eduardo D’Oliveira França. “Considerações sobre a função cultural da História”. *Revista de História*, n. 8. 1951. (Realizada em maio de 1951).

¹¹⁸⁰ Em tom típico de desafio mesclado a desdém e senso de valor próprio, “tomara que surjam proposições que me embarcem porque então me será dada a alegria de sentir que meus alunos já pensam adiante de mim, e são capazes de me fazer tropeçar.” (Eduardo D’Oliveira França. “Considerações sobre a função cultural da História”, p. 253). Maria Helena Bueno Trigo, com seriedade e sensibilidade, tratou do *habitus* dos “quatrocentões” paulistas. Mestre França não se enquadra rigorosamente em seu recorte de pesquisa, no entanto, numerosas sugestões de seu trabalho estão no horizonte ao reconstituirmos o perfil dele. (*Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer.*)

feitio de um mestre.¹¹⁸¹ Estes pareciam estar, de fato, em busca de uma direção, como se infere da pergunta implícita que está respondendo França, ao endossar a proposta de criação de uma disciplina de “Introdução aos estudos históricos”, então reivindicação estudantil. O mestre despertava inquietações discentes com relação a um conjunto de pré-requisitos, em seus cursos e com aquela “memorável” crítica, a que os novatos não tinham acesso. Os problemas concernentes ao empréstimo de técnicas de investigação e repertório conceitual, mais o suporte filosófico, eram demandas reconhecidas, mas a segmentação de uma disciplina exclusivamente voltada para eles deu-se apenas por volta de 1957, e Jean Glénisson foi contratado para lecioná-la, com intermédio de Braudel. Depois de dois anos de atividade como professor de “Introdução aos Estudos Históricos” testemunhava ele, ao menos duas constantes importantes para uma melhor aproximação do quadro. A “questão nacional”, a atormentar a relação dos professores estrangeiros com os brasileiros, mesmo em tempos em que a cordialidade se sobrepõe a hostilidade.¹¹⁸² Outrossim, as expectativas de seus alunos:

“Ao longo dos dois anos que passamos em companhia dos estudantes brasileiros, alguns dentre eles – e os mais brilhantes – admiraram-se, por vezes, de não lhes ser ministrado um curso de filosofia da história: uma filosofia da história tomada no sentido hegeliano de especulação sobre o porvir da humanidade vista no seu conjunto. Tinham eles, então, tanta pressa em abandonar a feliz ‘ingenuidade’ em que ainda se encontravam frente à história, em favor de algum sistema *a priori*, suscetível de lhes fornecer uma receita definitiva? Não sabiam ainda que, se a história pode legitimamente dar nascimento a uma filosofia de tipo hegeliano, se ela pode, igualmente, atrair a atenção da filosofia das ciências, ela é, por outro lado, um ofício que todo historiador tem o dever estrito de conhecer. O século XX não é uma época em que seja permitido mascarar, sob generalíssimas reflexões, um desconhecimento profundo dos problemas reais. Quem pensaria em confiar a construção de uma ponte, de uma usina, a engenheiros que se limitassem a especular acerca do sentido profundo da arquitetura e da legitimidade dos trabalhos públicos?

¹¹⁸¹ Françoise Waquet notou a recorrência com a qual as figuras familiares são mobilizadas no estabelecimento das filiações magistrais. (*Os filhos de Sócrates*, p. 84-sgts). Vale notar, tanto na assertiva acima, de França, aos alunos em 1951, quanto na saudação de Fernando Novais a ele: “A sua concepção [da cátedra] como uma família. A sua democracia interna, muito curiosa (...) Sempre que se convidava alguém, fazia questão que houvesse unanimidade. Todos tinham direito de veto, porque ele dizia que nós temos que trabalhar como uma família e não pode entrar ninguém que não se dê com alguém. Todos podem vetar. Não só votar, como vetar. E é verdade que todas as vezes, sempre acabava sendo escolhido quem o Professor França queria, dada a sua capacidade de convencimento.” Fernando A. Novais. “Discurso de saudação” (proferido na cerimônia de outorga do título de emérito a Eduardo D’Oliveira França), p. 14.

¹¹⁸² “Europeu, francês, não nos competia ditar sua conduta aos nossos jovens estudantes do Novo Mundo. Cabe-lhes forjar com suas próprias mãos, os utensílios melhor ajustados a eles. Em compensação, estávamos em condições de proporcionar-lhes, o mais honestamente possível o fruto da reflexão e do trabalho dos historiadores de além Atlântico. Se doutrinas e nomes franceses aparecem com frequência talvez excessiva no decorrer deste pequeno livro, isto não se deve a qualquer vã preocupação nacionalista, nem ao intuito de falsear as perspectivas, mas sim porque é bem difícil escapar ao próprio meio e porque a lealdade ordena falarmos somente do que conhecemos.” Jean Glénisson. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Difel/Bertrand Brasil, 5ª ed. 1986, p. 7. (São Paulo: Difel, 1961, 1ª ed.; com auxílio de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa). Destaque nossos.

Conheceram-se muitos músicos que se dessem ao luxo de ignorar o solfejo? Certamente, a reflexão deve intervir em todas as etapas do trabalho histórico, mas trata-se, aí, de uma reflexão fundada no conhecimento e no trabalho.”¹¹⁸³

Um jovem de vinte anos, que estivesse entre os “alunos brilhantes” de Glénisson, possivelmente tivesse encontrado Clio em suas primeiras lições, no registro entre o mítico e o filosófico, nacional e edificante, posto que a incorporação da historiografia moderna no ensino escolar não se processara, e em âmbito universitário, engatinhava.¹¹⁸⁴ E como não supor que a modernização das concepções a respeito da história requer a abstração de recortes dominiais dela? Retomando a questão deixada em suspenso na seção antecedente: será possível entender a história do Brasil e a paulista em registro heróico, e a história “geral” no feitio moderno? Dificilmente. E, em abono a esta dúvida, chamamos atenção, na impossibilidade de apresentarmos exame detalhado do manual de Glénisson, para o item que ele dedica à “Da concepção cristã de história à laicização do pensamento” – que poderia ter por sùmula: modernidade em historiografia consiste no entendimento do sentido dos eventos como imanente a eles próprios, derivando suas divergências, dos métodos propostos para encontrá-lo.¹¹⁸⁵

Ora, o passeio de Novais por aulas “que não eram da História”, parece ligar-se a estímulos e limitações do curso, cujo expoente máximo de exigência e dificuldade se encontrava no mestre de sua afeição. Para um aluno, empenhado em corresponder ao papel de bom discípulo de França, formado antes de essas preocupações pedagógicas tomarem corpo no currículo, não resta dúvidas de que teria de vencer a timidez, deixar vir a tona o jeito “xereta”, bater nas salas de aulas dos vizinhos, pedir licença, ter aulas com eles, e, mais adiante: formar um grupo de estudos.¹¹⁸⁶

Foi o que Fernando Novais fez. Aconselhado por Gioconda Mussolini, “que exerceu grande influência em minha formação”¹¹⁸⁷, pediu a Antonio Candido para ser

¹¹⁸³ Jean Glénisson. *Introdução aos estudos históricos*, p. 6.

¹¹⁸⁴ É o que se apreende de “Esboço da historiografia brasileira no século XIX e XX”, de Moacyr Campos, no manual de Glénisson (p. 250-294); e também do já mencionado trabalho de Kátia Abud. “Formação da Alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas”.

¹¹⁸⁵ Jean Glénisson. *Introdução aos estudos históricos*, p. 206-250.

¹¹⁸⁶ Na Maria Antonia, “[estava] todo mundo junto”, facultando aos “xeretas”, “[assistir] às aulas que não eram da História.” Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 55.

¹¹⁸⁷ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 203. Gioconda Mussolini (1913-1969), professora de Antropologia, ingressa na faculdade como comissionada e antes de compor seus quadros tinha sido professora em diversas escolas primárias. Mais informações: Claudinei Spirandelli, *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*, p. 45.

seu “aluno ouvinte”. “Ah! Fico muito contente que o senhor queira fazer parte do meu curso (...) Mas eu quero dizer uma coisa para o senhor (...) quer mesmo assistir o curso (...) não vai faltar as aulas?”. Ao que respondeu: “Não professor, absolutamente” – e assistiu ao curso sobre organização social.¹¹⁸⁸ Antonio Candido o aceitara, usando também avental, como Florestan. No entanto, se o hábito era idêntico, a oração nem tanto. “Lembro que eu fui falar com o Florestan, queria fazer o curso dele chamado Métodos, e ele perguntou: ‘por quê?’ Eu estava querendo engatilhar uma fala, e ele: ‘O que o senhor leu de Sociologia?’ ‘Li o *Manual do Cuvillier*’. ‘É pouco. O senhor vai assistir ao curso de Introdução à Sociologia, que é dia tal, depois venha fazer o meu curso.’ Lá fui eu falar com a Gioconda [Mussolini]: ‘Olha, o Florestan me mandou embora, diz que não me aceita...’.¹¹⁸⁹ Depois de ser aluno de Ruy Coelho, voltou. E então, “vi que ele tinha toda razão: eu não ia entender patavinas (mesmo depois do curso de introdução), (...) não entendi direito (...) era difícilimo. Ele dizia: ‘Isso aqui não é para discutir autores, é para discutir os métodos em Sociologia, a partir das inspirações de três autores; Marx, Weber e Durkheim.’¹¹⁹⁰ Fernando Novais fez também o curso de Lourival Gomes Machado, “quando ele estava escrevendo o livro *Teorias do barroco* e nos dava aulas sobre Teoria da Arte, Sociologia da Arte, sobre o Barroco em geral e sobre o Barroco mineiro (...) Uma coisa magnífica. O Lourival era um expositor incrível.”¹¹⁹¹ Os anos em que o jovem estudante se movimentava entre estes professores da Sociologia correspondiam ao rearranjo dos mesmos nos pólos que já se entreviam.¹¹⁹² É notável que esteja, “entre sociólogos”, sob influência tanto na inclinação cultural (Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho) quanto da científica (Florestan Fernandes) – enquanto estudante em formação, ele não foi obrigado a escolher: Sociologia I ou II, ciência ou arte. É possível, aliás, supor, que as duas vertentes o interessassem. Em sua área de origem, esta polaridade tem tradução difícil. Tudo leva a crer que ela se manifestasse na oposição entre a vertente ascendente história econômica / “ciência” e, na falta de denominação mais adequada, “história não estritamente econômica” – caso de França. Esta segunda talvez pudesse ser aproximada do pólo “cultura” na Sociologia, por não ser a de mais destaque.

¹¹⁸⁸ Fernando Novais. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 203.

¹¹⁸⁹ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 55.

¹¹⁹⁰ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 55.

¹¹⁹¹ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 55.

¹¹⁹² Cf. Capítulo 2.

No itinerário exposto, assinala-se, por fim, aproximações e diferenças com relação a seus amigos de seminário: como Giannotti, fez uma graduação que abarcava dois domínios que viriam a se separar; Geografia e História tornam-se cursos distintos em 1955. Diferente do filósofo, não tomou distância, mas incorporou a disciplina irmã.¹¹⁹³ Como Schwarz, fez uma graduação, mas preparou-se para lecionar outra.¹¹⁹⁴ Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, transitou por outras disciplinas, durante a formação, e não depois dela.

Amiga de Gioconda Mussolini, que lecionava Antropologia para o primeiro ano de História-Geografia, Alice Canabrava solicitou que ela lhe indicasse um aluno. Assim, do meio para o final de sua graduação, Fernando Novais ocupa posto que já tinha sido de Fernando Henrique Cardoso e trabalha como auxiliar de ensino junto à cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, na FCEA-USP (1955-1956), passando pelo sufoco da relação interpessoal com a catedrática e da penúria financeira.¹¹⁹⁵ Ao final da graduação, presta concurso de ingresso ao magistério secundário e normal do estado, aprovado, leciona História Geral e do Brasil, no Ginásio Estadual de Viradouro, até o final de 1958, quando volta ao posto da FCEA-USP, oficialmente, na qualidade de assistente, até 1961.¹¹⁹⁶

Se a liberdade de estudante lhe facultou a apreciação dos pólos opostos, não tardava a lhe pesar coerções institucionais e deveres profissionais. Foi na qualidade de aluno que passeou entre a Sociologia I e II, foi na de professor da FCEA-USP, que se tornou seminarista. E, como tal, deveria fazer uma tese sobre “história econômica do Brasil”.¹¹⁹⁷ Nesse ínterim, acompanhava as possibilidades e limitações de carreira na FFCL-USP, compartilhando com seus amigos as dificuldades de suas respectivas áreas. No ano em que voltava a FCEA, Giannotti voltava da França, com boas idéias mas mal

¹¹⁹³ Como atestam suas declarações já contempladas, a participação em 1954 (2º ano de graduação), do 1º Congresso dos Geógrafos em Ribeirão Preto; em 1958, da Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Santa Maria (RS); e discussões conceituais, como adiante se mostrará. (Cf. *Curriculum Vitae* – Arquivo Fernando Antônio Novais/AFAN – CAPH).

¹¹⁹⁴ Cf. Capítulo seguinte.

¹¹⁹⁵ “ganhava uma miséria, mas valia o mérito de trabalhar com uma catedrática, assistir a suas aulas, ajudá-la a preparar as aulas” – e aprender, como sempre faz questão de frisar. (Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 121). Ele também lecionou no preparatório exame vestibular da Escola de Serviço Social da PUC-SP, no Colégio Estadual e Escola Normal Fernão Dias Pais, em que também Fernando Henrique Cardoso teve uma breve passagem, cinco anos antes.

¹¹⁹⁶ Anualmente a licença para lecionar na faculdade era renovada, entrando a catedrática com pedido junto ao reitor, que se dirigia ao Secretário de Educação do Estado de São Paulo. O procedimento é mantido posteriormente, por França. Cf. Processo 57.1.7706.1.2.

¹¹⁹⁷ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 57.

arranjado, com Cruz Costa, em pé de guerra com Jânio Quadros, sem lhe ofertar comissionamento, e alegando: “estar aqui é uma honra”.¹¹⁹⁸ Àquela altura, no final das contas, passavam o filósofo e o historiador pelas dúvidas com relação à permanência na “nossa faculdade”, já vividas por Fernando Henrique Cardoso – por volta de 1953, quando, por seu desentendimento com Canabrava, sai do quadro docente da USP – mas superadas pela ascensão de Florestan. Dentre os amigos mais próximos, o sociólogo estava mais seguro. Não surpreende que fosse resistente à disciplina imposta por Giannotti.¹¹⁹⁹

O seminário consistiu no coroamento de uma linha mestra que se definiu anterior e lentamente – assim parece ter feito parte de sua formação, pois é certo que não era mais um novato, e as coisas não começavam do zero. Indício irrefutável disso é que dele tenha partido a idéia de ler Marx, e não seus comentadores, e que tenham seus colegas a acatado.¹²⁰⁰ Contando com um acúmulo de disciplina e valorização dos estudos, oriundos do lar, lapidados pelo mestre do ofício, numa graduação de dedicação intensa aos estudos, envolvido com questões de história econômica, punha esta bagagem a serviço de um projeto próprio e coletivo: ler, de modo universitário, *O Capital* de Karl Marx, para incorporá-lo em sua pesquisa e enriquecer a *historiografia*. Se é verdade que o livro que ambicionavam dominar requeria “especialidades”, também é certo que a sensibilidade dos leitores para isso se constituiu em ambiente que lhes facultava a freqüentação dos vizinhos, e que, em seu itinerário fica especialmente evidente – seu trânsito, outrora discente, repetia-se, no “consórcio das especialidades”, como professor. Fosse outro o cenário, o livro não convocaria com tanta “naturalidade” este tipo de leitura coletiva.

Então, lá foi o historiador, abrir as páginas d’*O Capital*, *Crítica da Economia Política*, lê-la com o método dos filósofos, acompanhar as aberrações dos colegas nos domínios de Clio, fascinar-se com os duelos Sartre-Bento *versus* Lukács-Giannotti, espantar-se com “um sujeito capaz de explicar um texto todo em linguagem matemática”.¹²⁰¹ E, como “não era sociólogo, nem filósofo”, mas era “muito tímido”,

¹¹⁹⁸ Cf. Capítulo 1.

¹¹⁹⁹ “(Giannotti) assegurava a sistemática. Uma das pessoas resistentes a essa disciplina era justamente Fernando Henrique.” Fernando Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

¹²⁰⁰ José Arthur Giannotti. “Depoimento”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 320.

¹²⁰¹ Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

acomodou-se naquele “silêncio eterno dos espaços infinitos”¹²⁰², para, “com o tempo (integrar-se) melhor”. Não haveria mais timidez que o mantivesse quieto, ao ouvir seus colegas falarem “cada barbaridade em História”!¹²⁰³

Como seu amigo sociólogo, também o historiador se desentendeu com Alice Canabrava. Já casado, e com sua esposa esperando o primeiro filho, amargou o receio de que o contrato não fosse renovado.¹²⁰⁴ Fernando Henrique Cardoso no Co, como representante dos ex-alunos da USP, amealhando a rede em torno da reitoria de Ulhoa Cintra e do governo do Estado de Carvalho Pinto, aproveitava o “Programa de Ampliação dos Serviços Públicos” e cavava um posto de tempo integral junto a cadeira de França. Ele seria de Fernando Novais.¹²⁰⁵ Assim, em 1961, ligava-se institucionalmente à cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea e à família que França construía ao seu redor – fruto de artimanha de seu amigo, e do gosto de mestre. Clio sorria para Fernando Novais – havia-lhe arrebatado o coração, sete anos antes, e nesse tempo bem parecia lhe pedir provas de amor, sujeitando-o a condições adversas.

Na cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, como ocorria no sistema das cátedras, o professor responsável por ela concentrava o poder de ordenamento de seu pessoal. Cada cátedra tinha algo da fisionomia do próprio catedrático e de suas concepções disciplinares, portanto. Defendendo que “autoridade pressupõe liberdade. Livre de seus preconceitos e da preocupação de agradar” França estabeleceu a organização institucional condizente com ela, fundamental para o ofício. Contra o “despotismo das coisas”, a “probidade” como “chave do método”; trabalhado com critério pessoal e não “imposto por fichas ou documentos”, pois nada substitui “a virilidade do espírito, o amor à verdade, a fé no próprio homem, a capacidade de rastrear a realidade extinta”.¹²⁰⁶

A cátedra de França, na lembrança de um ex-aluno, oferecia, dentro deste estilo, duas vertentes, simétricas e opostas: “por um lado, as aulas do Fernando, que era a

¹²⁰² Tomo emprestada a menção a Blaise Pascal, do “Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. In. Separata. *Outorga do título de Professor Emérito. Fernando Antônio Novais*, p. 26.

¹²⁰³ Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 126.

¹²⁰⁴ Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 121.

¹²⁰⁵ Informações parcialmente extraídas de sua documentação profissional (AFAN-CAPH); adicionadas às obtidas em conversa informal com o historiador.

¹²⁰⁶ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 134.

sistematização teórica consistente. Por outro lado, as aulas de Manuel Nunes Dias, que era o burocrata mais acabado, um salazarista”. Arquitetura que testemunha cabalmente o estilo de França, “uma pessoa de uma lealdade, de uma correção visceral. Aquela coisa dos quatrocentões do Vale do Paraíba, que têm uma idéia de honra, de inteireza pessoal que independe – achavam eles e agiam em função disso – de opções políticas.”¹²⁰⁷ Os assistentes polarizam-se, simétrica e invertidamente, com relação ao catedrático, no centro. Se dele vinham as diretivas, interessa apresentar como Fernando Novais, à altura dos anos finais de sua graduação e desse ziguezague interdisciplinar e institucional, exercia aquela liberdade.

“Colonização e desenvolvimento econômico” é o segundo texto publicado pelo historiador¹²⁰⁸, e deixa evidente, desde logo o lado certo do coração: à esquerda, assim como sua roda, de que se tem notícia pelos amigos mais próximos e publicações de juventude, não indiferentes, mas meio alheias aos deveres profissionais.¹²⁰⁹ Então assistente da FCEA-USP, ele discute *como* o nexos indicado naquele título *tem sido formulado*, realçando equívocos. Um deles consiste numa “solução vulgar” e recorrente que atribui “a diferenças de natureza étnica os caminhos divergentes que [as] duas regiões seguiram na sua evolução histórica: o colonizador inglês seria inigualavelmente superior ao português”¹²¹⁰: quase dispensaria “refutação [pois] falta-lhe qualquer base científica e esteia-se fundamentalmente em certos preconceitos.”¹²¹¹ Há em Simonsen, uma alternativa a tal vulgaridade, posto que ele “fez notar que as exportações do Brasil-colônia eram enormemente superiores às das colônias inglesas da América do Norte – o que se lhe afigurou superioridade da Colônia portuguesa”. Então, “a inversão de posições explicar-se-ia basicamente pelas novas condições criadas pela revolução industrial e seu rápido desenvolvimento nos Estados Unidos”. Alternativa fracassada. Simonsen nada mais fez que “deslocar o problema”. Trata-se agora de “explicar as

¹²⁰⁷ István Jancsó. *Um historiador do Brasil*, p. 74; Fernando A. Novais, “Discurso de saudação”, p. 14.

¹²⁰⁸ “Colonização e desenvolvimento econômico”. *Jornal da Filosofia*, out-nov., 1957. As citações são extraídas do livro *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. (São Paulo: Cosac Naify, 2005). O primeiro texto que publicou foi uma resenha do livro de Pierre Monbeig, *O Brasil*, também no *Jornal de Filosofia*, ano I, n. I, 1956.

¹²⁰⁹ “Polônia, 963/1939” encontra-se em livro publicado pela Cinemateca, sobre o cinema polonês. Paulo Emílio Salles Gomes – ex-*Clima*, aos quais Novais referendava sendo aluno – estava àquela altura à frente da Cinemateca, com Rudá de Andrade, filho de Oswald, de quem Giannotti era amigo. In. *Cinema Polonês Hoje*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1962.

¹²¹⁰ “Colonização e desenvolvimento econômico”. In. *Aproximações*, p. 17.

¹²¹¹ “Colonização e desenvolvimento econômico”. In. *Aproximações*, p. 18.

razões que possibilitaram a expansão das novas técnicas industriais nos Estados Unidos e a impossibilitaram no Brasil”. E diagnostica: há um “vício metodológico” responsável pela fragilidade das teses rechaçadas: “a não consideração do problema em sua perspectiva histórica”.¹²¹² E em que ela consistiria, para ele, àquela altura?

Na mobilização de dois autores, alicerça-se para delineá-la: Vitor Magalhães Godinho, “um dos mais modernos historiadores da expansão européia”, e Caio Prado Jr. De Godinho, retém a perspectiva de que a expansão é fundamentalmente o contato de dois grupos, e que, para entendê-la, é preciso identificar as condições que moveram o primeiro grupo em direção ao segundo, qualificando as relações travadas entre eles. E de Caio Prado Jr.: os tipos de colônias – povoamento e exploração – “não decorre(m) (da estirpe) das metrópoles colonizadoras”, posto que a diretriz – “doutrina mercantilista de que as colônias existem para o enriquecimento das metrópoles” – teve variadas possibilidades de execução, realizando-se “plenamente (como na colonização portuguesa no Brasil), ou procurando novos ajustamentos”. Simonsen, “impressionando-se com o volume do nosso comércio colonial (...) não se preocupou em analisar a natureza e direções, vendo uma vantagem onde se evidencia exatamente o contrário”. Godinho e Caio Prado Jr. contra Simonsen armam esquema que permite inferir o que concebe como “perspectiva histórica”: “deve-se discernir, para fins de análise, dois setores de condicionamento – os da nação expansionista e os da nação ou região visadas – para se compreender as condições básicas em que se processa a colonização e seu desenvolvimento posterior”¹²¹³. O contraste entre seu julgamento e aquele que fez Taunay, das contribuições de Simonsen, sinaliza a distância da modalidade de historiografia que se vislumbra possível a esta altura.¹²¹⁴ Chegamos a imaginar Roberto Schwarz, aluno, anotando, em alguma reunião do seminário, em seu caderno: “Não será mais plausível, como proposta, buscar os termos de uma história comum – que hoje parece antes uma condenação – história de que sejam parte e

¹²¹² “Colonização e desenvolvimento econômico”. In. *Aproximações*, p. 18.

¹²¹³ “Colonização e desenvolvimento econômico”. In. *Aproximações*, p. 18-22.

¹²¹⁴ Taunay considerava seus “ensaios excelentes, deduzindo em capítulos fortemente documentados e argutamente apresentados, conclusões originais e abundantes sobre a história econômica do Brasil, matéria até hoje muito pouco ventilada em seu conjunto quando no entanto tem a importância imensa, capital que todos lhe reconhecem modernamente”. “A propósito do curso de História da Civilização Brasileira...”. *Anuário da FFCL-USP*, 1934-1935, p. 133.

reveladores tanto as *Memórias* quanto a *Letra Escarlata*, o Brasil como os EEUU? O processo social a compreender não é nacional, ainda que as nações existam.”¹²¹⁵

Em 1959, Celso Furtado publica *Formação Econômica do Brasil*. Fernando Novais, lê, estuda e resenha o livro. O senso de proporções obriga a procurar a maneira mais justa de apresentá-lo em poucas linhas. A saída encontrada consiste em tentar “revelar apenas o esqueleto da obra”.¹²¹⁶ Pode-se supor que a afinidade entre a metáfora das artes – ‘arquitetura’ do texto – e a do corpo – ‘esqueleto’ – deva algo à ligação e à incorporação do método de leitura do seminário, então em curso. A “linha mestra” encontrada consiste no “ponto de vista do fluxo da renda”, por meio do qual as “várias fases da história econômica do Brasil” são configuradas como “*economias* que se constituíram no decorrer desse processo, assinalando suas diferenças e semelhanças”.¹²¹⁷ O comentário, a dar notícia de suas preocupações, sugere parentesco com esquema erigido a partir de Godinho/Caio Prado Jr., contra Simonsen: “é impossível desvendar esse processo de constituição de economia capitalista no Brasil sem integrá-lo como um elemento do processo geral de formação e desenvolvimento do capitalismo moderno”.¹²¹⁸ Como não se sensibilizar também para um estilo se constituindo? Se o debate intelectual contém algo de duelo, para que este tenha o valor de que os cavalheiros se investem, os dois lados irmanam no ponto em que se digladiam e se elevam reciprocamente. Fernando Novais encerrava a resenha engrandecendo a ambos, e assinalando o ângulo da leitura: “É claro que não pretendemos desenvolver esses problemas numa simples resenha. Não os apontamos com vistas a desvalorizar a obra em questão, mas, pelo contrário, para mostrar como ela sugere a discussão dos problemas básicos da história econômica do Brasil. A importância da sua contribuição, na realidade, é tal que ela poderá ser discutida, mas não ignorada por quantos doravante tiverem a envergadura necessária para atacar esses grandes problemas.”¹²¹⁹ Parecia o historiador ciente do risco de um novato resenhar autor já destacado.

¹²¹⁵ Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In.: Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 149.

¹²¹⁶ Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*. In. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 – edição comemorativa de cinquenta anos. [1959], p. 381.

¹²¹⁷ O destaque em “*economias*” é do autor. Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica*, p. 379.

¹²¹⁸ Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica*, p. 382.

¹²¹⁹ Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 383. A ressalva a respeito de limitações de tempo e espaço da exposição – verdadeira etiqueta no gênero, que ele segue com rigor – é feita três vezes: na abertura do resumo; do comentário, e no fecho. Respectivamente: “Nos limites desta

No conjunto, os comentários críticos que publicou – nessa fase, correspondente ao retorno a FFCL-USP, na qualidade de professor assistente de França, ex-professor assistente da FCEA-USP e seminarista – apresentam duas características. Apesar de discordâncias cruciais, não se registra desqualificação dos que discorda, destacando-se a sobriedade das críticas sem tom polêmico. Ele apresenta, resumindo, indica o fundamental de sua divergência, e, às vezes, reformula o problema. Além disso, os juízos emitidos são coesos e documentam as aspirações relativas ao *métier*. As resenhas escritas para a *Revista de História* assinalam as idéias mais centrais do livro de que se ocupa; avisam o leitor das limitações da apresentação, como se dissesse em autodefesa: “não pôde, este que apresenta a obra, fazê-lo por inteiro”; identificam falhas; porém sempre com a ressalva: a despeito das fragilidades, o trabalho tem méritos e não pretende o resenhista ressaltá-las em detrimento deles. Com rigor, em suma, cumprem sempre o que a *noblesse oblige*, sem descuidar dos deveres de ofício. Primordialmente, o fundamento de seus critérios consiste no *alcance explicativo que lograram alcançar a respeito de seu assunto*.

Assim, o livro de Robert Latouche, *Les origines de l' économie occidentale*, “utilizando-se das mais recentes investigações monográficas e de larga dosagem de fontes primárias, recompõe o quadro histórico” de “decadência da chamada economia antiga e sua concomitante transformação no sistema feudal, atinge o início da desagregação deste último e a origem do regime capitalista”; chegando a uma “sólida refutação empírica da interpretação de Pirenne: não persiste o grande comércio até o surto islâmico, a circulação monetária do Império Romano não se mantém no período merovíngio, as origens das instituições senhoriais encontram-se no Baixo Império, etc”. No entanto, “não critica aquela interpretação no mesmo nível em que fora formulada”. Ao contrário, carece “de uma concepção sistemática dos fenômenos econômicos e sociais que lhe permitisse inter-relacionar os diversos processos descritos numa visão global de seu desenvolvimento histórico”. Eis o que compromete o livro, pois “a conceituação rigorosa dessas diferentes estruturas econômicas é premissa indispensável para se compreender cientificamente o processo histórico daquela fase.” O resenhista não descarta o valor do trabalho “sumamente importante”. Mas a hierarquia implícita

resenha, tentaremos fixar somente a linha mestra da explicação, duma vez que a densidade das reflexões exigiria uma longa exposição para acompanhar todos os seus passos”. ; “importa num certo empobrecimento do seu conteúdo. Por isso, não iremos respigar, no decorrer de duas páginas, motivos para observações de detalhe. Limitar-nos-emos a dois comentários sobre o esquema geral acima sintetizado.” (Idem, p. 379-381). Todos os destaques, no texto acima e nesta nota, são nossos.

em afirmar que não alcança o mesmo nível do trabalho a que se opõe é unívoca: falta-lhe o viço de “novas sínteses explicativas”.¹²²⁰

Ele resenha *Huang Hsing and the Chinese Revolution*, de Chung Tu Hsung e *Falange – a History of Spanish Fascism*, de Stanley Payne. No caso do livro sobre o líder chinês, personagem esquecida dos estudiosos, o *resenhista aprova* – “a exposição minuciosa dos fatos”, as “longas transcrições de documentos originais, devidamente traduzidos, tornando-se acessíveis, destarte aos historiadores do Ocidente” – *para melhor reprovar*: “esta é mesmo, talvez, uma das principais qualidades da obra, duma vez que a análise do processo político não se aprofunda na indagação das suas determinações estruturais, ficando num nível mais biográfico e descritivo. É no plano documental e biográfico [que] se situa sua contribuição, que é importante.”¹²²¹ No livro sobre a Falange, ele identifica méritos e problemas idênticos: “investigação segura de fontes de vária natureza”, “rigor técnico”, com “preocupação de manter a objetividade em meio a um tema explosivo”.¹²²² Fator de êxito em geral, para o gosto do resenhista ela foi cumprida tão a risca que chegou às raias do absurdo – aprova *realçando* a reprovação. O rigor da delimitação do tema fez o pesquisador “relegar a um pano de fundo um tanto nebuloso”, “tudo o que não dizia respeito diretamente ao objeto de análise”. Assim, por exemplo, crise econômica de 1929 é apenas mencionada; e o conjunto não foi repensado “à base do segmento estudado”.¹²²³ E a objetividade, “em si mesma louvável”, acabou por levar “o autor a manter-se no plano puramente descritivo em longos trechos, introduzindo assim certa desarmonia no conjunto da obra”.¹²²⁴ Sumarizando os juízos em tela: sendo importante, os documentos não são tudo; sendo louvável, a objetividade não deve eliminar o senso crítico; o fundamental consiste na amplitude da escala analítica e explicativa, o conjunto ilumina o segmento, e este, aquele – não tendo valor por si próprio. É notável o parentesco do juízo crítico de

¹²²⁰ Fernando A. Novais. Resenha de *Les origines de l' économie occidentale*, de Robert Latouche. *Revista de História*, n. 41, 1960, p. 559-561.

¹²²¹ Fernando A. Novais. Resenha de *Huang Hsing and the Chinese Revolution*, de Chung Tu Hsung, *Revista de História*, n. 60, 1964, p. 502-503. Trata-se da única resenha sem as mencionadas ressalvas.

¹²²² Fernando A. Novais. Resenha de *Huang Hsing and the Chinese Revolution*, p. 505.

¹²²³ Resenha de *Falange – a History of Spanish Fascism*, de Stanley Payne. *Revista de História*, n. 60, 1964, p. 505.

¹²²⁴ A “objetividade” do trabalho teria levado o autor a tratar de Primo de Rivera, com empatia tal que chega a afirmar “que, apesar de manter um retrato autografado de Mussolini no seu escritório, José Antonio não tinha nenhum respeito pessoal pelo líder italiano.” Resenha de *Falange – a History of Spanish Fascism*, p. 505.

França com relação ao livro de José Honório Rodrigues, sumarizado nesses três pontos; assim como certa ironia com relação ao feito americanizado dessas pesquisas.¹²²⁵

O trabalho de Manuel Nunes Dias é o único, entre os resenhados, cujo mérito consiste *simultaneamente* na amplitude do objeto, no modo como articula segmentos e conjunto, e no alcance explicativo. *O capitalismo monárquico português (1415-1459). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, em seu subtítulo “já nos indica a significação do tema abordado e a audácia da tentativa”, e ligam o autor a “preocupações de grandes predecessores (H. Sée, Hamilton, Sombart) que analisaram a gênese do capitalismo”. Ao investigar o papel que coube a Portugal nesse processo histórico, pode o autor trabalhar do “geral para o particular” – enquadramento de conjunto que apresenta na primeira parte do livro, “momento ibérico”. No primeiro capítulo “se estuda a crise econômica e social da Europa em geral, no segundo como esta crise se manifesta em Portugal, no terceiro a expansão e a superação da crise”¹²²⁶. Desse modo, a pesquisa confere à história da expansão portuguesa, nos séculos XV e XVI, “nova significação, investigando-se suas conexões mais profundas com a história européia e com a estruturação do moderno sistema capitalista, na sua fase mercantil.” Origens do capitalismo: nada mais, nada menos. E o papel de Portugal nessa grande transformação histórica. Assim, “encarada a expansão ultramarina portuguesa como forma de superação da crise européia, a primeira pergunta que surge é como foram atingidos e conquistados os novos mercados à distância, em seguida por quais mecanismos esses mercados foram explorados em função das necessidades do Ocidente cristão, e finalmente quais as repercussões da expansão pelo Ultramar sobre a própria economia e sociedade européia em geral e portuguesa em particular.” São estas questões a que o autor procura responder.¹²²⁷

Diferentemente dos outros trabalhos que resenhou, este consistia no primeiro volume da tese com que o autor “conquistou brilhantemente o doutoramento”¹²²⁸, com direção de França, na qualidade de primeiro assistente, e, portanto, ex-professor, e

¹²²⁵ Ambos pertencem à coleção *Studies in History, Economics, and Political Science* – e, para o historiador são expressões típicas da vida universitária americana. Apresentam “as qualidades técnicas que se exigem em trabalhos desta natureza: investigação rigorosa e exaustiva das fontes originais, apresentação cuidadosa e objetiva do material”. Fernando A. Novais. Resenha de *Huang Hsing and the Chinese Revolution*, p. 502.

¹²²⁶ Resenha de *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias. *Revista de História*, 1964, p. 236.

¹²²⁷ Resenha de *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias, p. 236.

¹²²⁸ Resenha de *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias, p. 235.

colega de trabalho do resenhista. Como não lê-lo como exemplar do que o mestre espera? A atenção do resenhista parece expressar a interdependência dos historiadores cujas teses e destinos ligavam-se aos de França. Nunes Dias, realça Novais, “refaz a história dos descobrimentos marítimos, mas é a história econômica desse grande movimento que o interessa de mais perto, procurando explicitá-la nas suas múltiplas implicações de natureza não-econômica (tensões políticas com Castela, cruzadismo, etc.)”¹²²⁹: sublinhemos, história econômica e implicações de natureza não-econômica. Entre os familiares deste núcleo, indubitavelmente, a aflição de todos passaria pela angústia da dúvida a respeito da indagação que os movia na produção dos trabalhos – “o que França diria disso”? Possivelmente, que história econômica, “está na moda” – e também esteve em seu horizonte, quando “inquiria as relações da economia colonial com a Restauração de 1640 e vice-versa”. Levantei dados, “fatos econômicos. Mas faltava o homem.” É que “história puramente econômica”, “obriga a jogar com estatísticas, rotas de comércio, técnicas agrícolas ou industriais, moedas e mercadorias”. E o homem? “Esse homem que produz e consome, que transporta, que trabalha, que compra e vende, tudo de uma certa maneira, em certa época? Que pensa, que sente, que age, que vibra com uma idéia ou sofre com uma derrota? O mesmo se diria da história diplomática, da história religiosa, da história social. Necessárias, mas incompletas, se isoladas”¹²³⁰. Elementos para aos quais Novais está atento ao ler Nunes Dias, ressaltando que a tese acompanha “minuciosamente o movimento expansionista português, nos seus avanços e interrupções, ligando cada um de seus momentos com o desenrolar das tensões sociais e eventos políticos de Portugal e mesmo projetando a história da expansão no quadro das relações internacionais”, assim “ao mesmo tempo se iluminam problemas menores e se explicitam as grandes linhas rediscutindo a bibliografia moderna à base da documentação primária impressa ou manuscrita.”¹²³¹ Em suma, história econômica, dimensões não econômicas, rechaço à mutilação da realidade. Empenham-se, resenhista e resenhado, em seguir a rota do mestre, tentando cumprir, como podem, suas lições: “compreender o homem não é apenas reunir e explicar os fatos. Os fatos são apenas sintomas para diagnóstico. Sem eles, o homem seria impenetrável. Apenas com eles, escamotear-se-ia o homem”.¹²³²

¹²²⁹ Resenha de *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias, p. 237.

¹²³⁰ Eduardo d’Oliveira França. “Prefácio”. In. *Portugal na época da restauração*, p. 11-12.

¹²³¹ Resenha do livro *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias, p. 237.

¹²³² Eduardo d’Oliveira França. “Prefácio”. In. *Portugal na época da restauração*, p. 11.

Fernando Novais resenhou também a coleção “Nouvelle Clio”, a apresentação de um conjunto de cinco livros, nas poucas linhas disponíveis, obrigou-o a mirar *the heart of the matter*: “a nova coleção reflete decididamente as mais recentes tendências da historiografia contemporânea. A primeira coleção intitulava-se *Clio: introduction aux études historiques*, “Nouvelle Clio” traz o subtítulo: *L’Histoire et ses problèmes*”.¹²³³ “História problema” atende pelo nome de Lucien Febvre, na bibliografia especializada ou no coloquialismo do ofício. Em contrapartida, quais seriam esses problemas? Ele destaca: “difícilmente uma coleção, com finalidades de fornecer os instrumentos de trabalho aos professores e pesquisadores, podia ser mais feliz no seu planejamento”. Dá o panorama da sistematização dos mesmos: “1. Descrição das fontes e bibliografia sistematicamente classificada; 2. Síntese da matéria, dando um balanço do estado atual dos conhecimentos; 3. Problemas: orientações e debates da historiografia contemporânea referente ao período e tema em questão.”¹²³⁴

É possível sumarizar as exigências recorrentes no conjunto dos exames acima, são representativas da modalidade de excelência que o historiador está concebendo. Parece-nos que eles podem ser apreendidos em duas partes. Os dois primeiros comentários apresentados documentam as inquietações de pesquisa. Em tela, a História, como área de formação; e a Economia, como disciplina auxiliar e filiação institucional; impondo o dever de produzir a tese em “história econômica do Brasil”. O segundo agrupamento do material consiste nos trabalhos historiográficos. Nele, destacam-se o rigor “técnico”, com o tratamento de fontes primárias, a busca de objetividade, o levantamento de dados empíricos como pré-requisitos, mínimos necessários, razão pela qual se localizam no ponto mais baixo da escala hierárquica do *métier* – critério na base da reprovação endereçada a Latouche, a Chung Tu Hsung e a Stanley Payne, que não foram além disso; e, em sentido contrário, da aprovação de Manuel Nunes Dias. A segmentação temática, o recorte de objeto e a escolha de ênfase são necessários, porém, o objetivo final consiste na busca pela iluminação dos processos históricos mais amplos, na contramão desses passos primários que estiolam a história – critério na base da reprovação do trabalho de Chung Tu Hsung, Stanley Payne, Roberto Simonsen; e, novamente, com sinal invertido, na aprovação de Godinho, Caio Prado Jr. e Manuel

¹²³³ Escritos por Jacques Godechot, Frédéric Mauro, Jean Baptiste Duroselle, Claude Fohlen, Jean Delumeau. Fernando A. Novais. Resenha da coleção “Nouvelle Clio”, dirigida por R. Broutouche e P. Lemerle. *Revista de História*, n. 68, ano XVII, 1966, p. 572.

¹²³⁴ Fernando A. Novais. Resenha da coleção “Nouvelle Clio”, p. 572.

Nunes Dias. Sendo constantes tais juízos, no período que corresponde basicamente às reuniões do seminário, é de se observar: eles foram lapidados concomitantemente às leituras, e conformavam o horizonte de preocupações que o dirigia a elas. Outrossim, a tentativa de se situar entre os economistas – Simonsen, Furtado – e o historiador da economia brasileira, Caio Prado Jr., assinalam as linhas mestras de aprendizagem vindas de França e os deveres para com Canabrava. O primeiro, exigindo a angulação de conjunto, rechaçando a segmentação, a segunda, a requerer a aproximação da *dismal science*. O historiador está premido entre um e outro: a tese deve ser de “história econômica do Brasil”, nos termos de Canabrava.¹²³⁵ Ora, tal recorte entrava em conflito com outra exigência, a da cadeira de França, a partir de 1961: tomar distância de história do Brasil, aproximando-se de Moderna e Contemporânea.¹²³⁶ Tratavam-se – história moderna e contemporânea, de um lado, e histórica econômica do Brasil, de outro – de duas proibições excludentes, traduzidas nos respectivos espaços institucionais. O historiador ultrapassa ambas, engendrando uma alternativa à condição relativamente insatisfatória em que se encontra, sob a tutela institucional dela, sob a inspiração intelectual dele: *sistema*. Embora esta palavra não seja empregada uma só vez no texto “Colonização e desenvolvimento econômico”, de 1957, o pressuposto do conceito pode ser entrevisto no empenho em ligar Godinho a Caio Prado Jr., sugerindo o exame do “conjunto do mundo colonial”, em oposição/interdependência com “conjunto do mundo metropolitano”. Ressaltemos a experiência na base desse (contra)recorte: as constrições institucionais. Observam-se os dois pólos das cátedras que não se misturam (História [econômica] do Brasil / História Moderna e Contemporânea), e que na bibliografia examinada (Simonsen) são desligados, serem aproximados naquela proposta de análise conjunta. A esta altura, obedecendo rigorosamente e transgredindo disciplinadamente ambas as constrições, estabeleceu como objeto, *o conjunto da colonização*, e englobou *geograficamente* o que o regime catedrático e bibliográfico mandava manter *tematicamente* separado.¹²³⁷

¹²³⁵ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 57.

¹²³⁶ O catedrático de História da Civilização Brasileira já era Sérgio Buarque de Holanda. Mas a tomada de distância de temas brasileiros alheios era a regra das cátedras, independentemente de quem as ocupasse.

¹²³⁷ O problema do “lugar” do Brasil numa historiografia moderna – não “patrioteira” – parece ter preocupado todos. Testemunho involuntário oferecido por Pedro Moacyr Campos: “(...) na obra de Sérgio Buarque de Holanda, discernem-se os frutos da inquietação intelectual brasileira, atribuindo-se ao país um belíssimo lugar na história das aspirações de todo o mundo ocidental, quiçá da humanidade. Não deixa de ser simbólico o fato de ter ele partido de um exame das Raízes do Brasil, em 1936, para chegar à Visão do

A apreciação do trabalho de Nunes permite supor uma leitura orientada, que talvez não descuidasse da divisão do trabalho/períodos na cadeira, nem dos estudos acumulados quando foi assistente de Alice. Atento àquela realização primeira da cátedra de seu mestre, identificando nele as normas da corporação, talvez se situasse o historiador, *identificando-se e diferenciando-se nela, num lance só*. Em 17 de junho de 1961, Eduardo D'Oliveira França dirigia-se ao diretor da FFCL, Mario Guimarães Ferri, com uma relação dos trabalhos de pesquisa de sua cadeira nos quais deveria colaborar Fernando Novais. Dentre eles, “A Política Colonial Portuguesa no Brasil, no século XVIII”, para sua tese de doutoramento.¹²³⁸ Engenho de França ou casualidade, as posições docentes, simétrica e opostas com relação a ele, de Nunes e Novais, e o lance de *identificação e diferenciação* no interior da família parecem promover posições análogas e com sentido inverso no recorte temporal (abertura dos tempos modernos – Nunes / da idade contemporânea – Novais) e conseqüente problema das respectivas teses (as “crises” que as protagonizam). Mas não nos adiantemos em capítulo de historiadores. Com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, para a realização de pesquisa, e auxílio da Fapesp para a viagem a Portugal, em 1965, estava o historiador em busca de documentos e de Braudel.¹²³⁹

Quando o historiador francês, “mais inacessível que o general De Gaulle”, atendeu a seu pedido por um encontro, em deferência a Eduardo D'Oliveira França, e perguntou-lhe a respeito do que pensava, ele desatou a “falar de sistema colonial. Falei uns vinte minutos, meia hora, ele fez umas perguntas sobre arquivos e tal”. Fez então três observações: 1ª. Aproveitar a França para falar com Gentil da Silva; mas a documentação não estava lá e ir definindo “qual era a documentação manuscrita que deveria ser exaurida – pois a relação entre bibliografia e documentação padecia de uma formulação, complicada, por conta da vastidão do recorte”. 2ª Refletir melhor sobre as durações – o que é longa, média e curta duração no trabalho que concebia. 3ª Fernando

Paraíso, em 1959. Pois, na verdade, somente através do empenho em busca da realidade brasileira é admissível a nossa integração histórica no plano ocidental, e somente rompendo o vício de considerar a história do Brasil como um compartimento estanque e isolado atingiremos, por seu intermédio, a realização de um ideal verdadeiramente humano, universalmente humano.” (“Esboço da historiografia brasileira”, p. 292-293). O texto foi publicado pela primeira vez justamente em 1961.

¹²³⁸ Cf. Processo 57.1.7706.1.2. (7706/57, fl. 106). As referências a este documento, que demandam a identificação de suas folhas, empregam a identificação indicada em parênteses – pois este processo foi numerado.

¹²³⁹ Cf. *Curriculum Vitae* – AFAN – CAPH.

Novais estava “muito teórico”: “Você deve começar diretamente na História, para depois fazer as reflexões teóricas que tem de fazer’ (...) ‘do jeito que está não é estilo de historiador”.¹²⁴⁰ É de se supor, se, nesta conversa Fernando Novais sentiu “que ele não queria falar de marxismo”¹²⁴¹ – é porque o historiador brasileiro queria, decerto por lê-lo com as lentes de Marx do seminário, privilegiando não as divergências com relação ao capitalismo, mas a convergência possível a respeito de método para a historiografia. É que na lição de França, o lugar da documentação no arcabouço do trabalho é estabelecido pelo nexos entre ela e o problema que move a pesquisa. Daí ser a precedência de fontes um disparate retrógrado, tanto quanto o uso delas como “prova”. O historiador que aprenda a lição delimita a documentação *pari passu* a esta formulação, sem muito apreço por “teses que começam assim: ‘As sugestões de uma documentação ampla encontrada em tal lugar me levaram (...)’”¹²⁴² A que levam, se o historiador não as conduzir? E esse *problema* é formulado no diálogo com as ciências sociais, no caso do historiador, o diálogo com elas àquela altura mesclava-se à incorporação do marxismo. Se já chega, no tom irritadiço de França, de tratar os documentos como se estivessemos num processo judicial, eles não provam “fatos”. “Provam-se hipóteses: explicações à espera de comprovação”¹²⁴³: é de se supor, seu discípulo foi a Portugal com uma hipótese/explicativa no horizonte e ela já tinha algo de seu marxismo: o esboço do sistema.

Os anos que se seguiram ao golpe enredaram o núcleo de sociabilidade do seminarista em atividades políticas que hostilizavam o pendor de timidez e comedimento que lhe são característicos. Viajar e tomar distância *física* do torvelinho arrebatador das energias condizia com as disposições de espírito e lhe dava condições de refletir a respeito dele.¹²⁴⁴ Joel Serrão, amizade cultivada nesta ocasião, testemunha:

¹²⁴⁰ Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 62.

¹²⁴¹ “Senti que ele não queria falar de marxismo: ‘Eu não sei como é que você vai fazer na sua perspectiva, como é que vai fazer para escapar dessa coisa de começar a falar em generalidade. Veja o seu mestre, o professor França: começa contando o negócio lá do feudo de Portugal, contando que o rei casou com a rainha. Tem de começar do concreto, depois você afunda nos seus... Não pode ficar inventando para fazer esse capítulo de generalidade. O sujeito ficou ouvindo quase meia hora. Impressionante.” (Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 62).

¹²⁴² Fernando A. Novais. “Por que História?”, p. 57. A “teoria se apossa da inteligência e a inspira. Quem procura sabe o que procura”. Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”. Revista de História, n. 7, 1951, p. 137.

¹²⁴³ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 131.

¹²⁴⁴ “Sempre fui visto como um sujeito menos engajado. Diziam certas coisas, algumas têm até um lado de verdade, como: ‘Ele não quer se engajar muito porque tem uma mulher que já é muito engajada. ‘Se ele se engajar vai acabar sendo preso’.” Fernando A. Novais. Depoimento. *Retrato de grupo*, p. 206.

“falávamos do nosso ofício – a história – mas também de sonhos e de perplexidades políticas, de literatura, de teatro, de cinema”.¹²⁴⁵ No entanto, se partia com tudo mais ou menos arranjado – Braudel, França, marxismo – há sinais de desconcerto: no contato com as fontes, no “inesquecível” da conversa com o historiador francês. Será casual que seja ao fim das reuniões do seminário, e posteriormente à viagem e ao encontro com Braudel que o historiador apresente publicações voltadas para a reflexão a respeito das relações entre história e outras disciplinas?

Em seu “Relatório de atividades de pesquisa à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral” (CPRTI)¹²⁴⁶, preparado em 1966, após seu retorno, o historiador presta contas: “dada a natureza do assunto – política colonial portuguesa relativa ao Brasil no fim do século XVIII e início do século XIX” – com “implicações muito amplas em várias esferas da realidade histórica, seríamos levados a utilizar conceitos e discutir esquemas interpretativos elaborados nos vários ramos das ciências humanas”. Ressalte-se: atinar para as múltiplas dimensões implica dialogar com as disciplinas que teorizam a respeito das esferas segmentadas. Articulá-las: dever do historiador. Outrossim, “o volume de fontes primárias impressas ou manuscritas a serem levantadas e analisadas dilatava-se da mesma forma em função do objeto de estudo”. O tom é de ciência da enorme abrangência de sua pesquisa, e de aflição, como quem pedisse mais tempo. Era a pesquisa bibliográfica, documental e arquivística a atormentá-lo, resultando em “mais de 3.000 fichas de anotações”, na reordenação do plano inicial, no abandono de alguns núcleos, “enquanto a pesquisa se ampliou noutros que se revelaram mais fecundos”. Informava uma subsidiária já redigida: “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”; e a publicação no *Staden Jahrbuch* de estudo sobre a posição do Brasil no antigo sistema colonial, em 1965.¹²⁴⁷ Notícia enfim estar em “fase de elaboração dos dados e redação”, e seu professor afiança: dentro de poucos meses, promoveremos a defesa de tese.¹²⁴⁸ Em setembro do ano seguinte, o historiador apresenta “Colonização e sistema colonial:

¹²⁴⁵ Joel Serrão. “Duas palavras desnecessárias”. In.: Fernando A. Novais. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Lisboa: Livros horizonte, 1975.

¹²⁴⁶ Fernando A. Novais. “Relatório de atividades de pesquisa à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral”. Processo 7706/57, fl. 137-141.

¹²⁴⁷ “Brasilien im Rahmen des Alten kolonialsystems”. In. *Staden Jahrbuch*, v. XVIII; publicado posteriormente em português: “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.

¹²⁴⁸ Processo 7706/57, fl. 136-141.

discussão de conceitos e perspectiva histórica”, no IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.¹²⁴⁹

Acerto de contas consigo próprio, com seu mestre, com Braudel e com as fontes: eis o que nos parecem esses três trabalhos, se lidos à luz desta etapa de elaboração da tese, do desfecho do seminário e do dever de estabelecer os termos da arrancada final da concepção dela. Difícil não notar certo cálculo nas providências do historiador de volta à periferia do capitalismo: o exame de um documento (“A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”); o estabelecimento de um conceito (sistema colonial), em torno do qual giram tanto *as discussões dos conceitos de outras disciplinas* (“Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”), quanto *o referido exame*, e o *estabelecimento do lugar* “d’O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. Parece-nos, entre a elaboração do conceito e estas três direções, a relação é de ziguezague permanente, daí a articulação da tese em construção.

No conjunto, os três trabalhos assinalam novamente a incorporação da técnica de leitura, manejada seja para estabelecer *a coerência das contradições* do “Alvará de 5 de janeiro de 1785”¹²⁵⁰, seja para o exame dos conceitos, seja para arquitetar o seu próprio texto. Em conjunto, algumas assertivas parecem denunciar a formulação que se fez em outro texto, guardado na gaveta, à espera de publicação ou certeza. Assim, a discussão conceitual apresentada no Simpósio, em 1967, sugeria ser “a maneira pela qual o Brasil se insere” na colonização européia mercantilista, e “as sucessivas posições que ele vai ocupando”, um “campo particularmente fecundo para a investigação e a reflexão do historiador”; trabalho que estava elaborado no texto para *Staden Jahrbuch* e, em certa medida, “testado” no exame do Alvará.

A centralidade do conceito de sistema colonial destaca-se na preocupação em defini-lo: “o conjunto desses mecanismos – processos econômicos e normas de política econômica – constituem o *Sistema Colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se, portanto, a categoria

¹²⁴⁹ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”. In.: SIMÕES DE PAULA, Eurípedes (org.) *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*. Coleção *Revista de História*, 1969. Publicado, com o mesmo título em *Aproximações*.

¹²⁵⁰ Manejo implícito à assertiva, “O próprio texto do famigerado Alvará não tem sido examinado em profundidade”(In. *Aproximações*, p. 62) – e patente no engenho de sua leitura.

fundamental de toda a análise.”¹²⁵¹ Vale notar: ultrapassamos a pontuação do “condicionamento recíproco” metrópole/colônia, formulada há dez anos – há aí um passo de abstração, no salto de “conjunto do mundo colonial”, para “conjunto de mecanismos que integra e articula”. Quando se ouve a lição de Giannotti, difícil não reconhecer algo da sedimentação dos estudos do seminário. Na tradição da filosofia do conceito, a “análise dos sistemas filosóficos” me despertava um “fascínio”¹²⁵², assegura o filósofo, que, acredita, “essa fascinação pelo sistema chega ao historiador do grupo. Não é à toa que Fernando Novais escreve sobre o sistema colonial, um dos mais belos livros publicados pelos membros do Seminário.”¹²⁵³ Com efeito: sistema, tal como vai sendo equacionado no seminário, requer a articulação das partes, não a mera justaposição delas, passo sem o qual o historiador cumpriria o programa em abrangência territorial, mas não *explicativa*. O conceito pressupõe a visada geográfica ampliada, mas não se confunde com ela.¹²⁵⁴ Sem a consideração do conjunto das colônias, não haveria sistema colonial, só com ela, também não. Daí reconhecermos na conquista do conceito, a “nota coletiva” do seminário. E também do tempo de sedimentação das discussões do grupo: diferentemente das anteriores, sua tese foi escrita *depois* dele.

A mencionada centralidade conceitual se manifesta também na operacionalidade dele: é critério para julgamento dos conceitos das disciplinas particulares, por abarcar, de modo, *ao mesmo tempo, mais abrangente e mais particular* que elas a realidade em questão. Novamente, é em meio a contradições que seguem esses passos. Trata-se de ser mais abrangente, pois dá conta do: “Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: as relações da metrópole portuguesa com a colônia-Brasil.”¹²⁵⁵ E ainda, pode por meio dele, mirar a historiografia brasileira, e diagnosticar: “a tendência é haver (...)

¹²⁵¹ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 260. (Citamos a publicação nos *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*.)

¹²⁵² José Arthur Giannotti. “Recepções de Marx”, p. 117.

¹²⁵³ José Arthur Giannotti. Depoimento. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 322. Ao tentar retomar as motivações primevas, o filósofo parece remeter àquelas que mobilizavam também Fernando Novais em “Colonização e desenvolvimento econômico: “era compreender as estruturas do capitalismo da época, (...) pois nos ruminavam problemas relativos ao funcionamento das relações sociais, tanto na medida em que se conformam ao ser atravessadas pelo processo produtivo, quanto se perfazem segundo incorporam peculiaridades culturais”. (“Recepções de Marx”, p. 116).

¹²⁵⁴ Milton Ohata sugere que em “Colonização e desenvolvimento econômico” (1957) indique a “longa e cuidadosa gestação de sua tese clássica”, “antes mesmo” do Seminário Marx. (Resenha de *Aproximações. Almanack Braziliense*, n. 3, maio 2006, p. 152).

¹²⁵⁵ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 261.

um espaço reservado para o período colonial, despontando o significado da colonização nas tentativas de autonomia e no estudo da Independência”. Fora isso, “análises setoriais da vida econômica, sem por isso ascender a uma visão global e integrada do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno”.¹²⁵⁶ Também com aporte do conceito, assinala equívoco geral da leitura do Alvará, lido antes no eixo da “história econômica brasileira”, quando deveria sê-lo do ângulo da “política colonial portuguesa” – e isso inclui: Varnhagen, Capistrano de Abreu, Lemos Britto, Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima, Caio Prado Jr.¹²⁵⁷ Digno de nota, o último, é tratado como interlocutor equânime, e, pode, por isso, o autor, ao mesmo tempo se aliar a ele e demarcar distância: a despeito de ter aberto “decisivamente o caminho” para a análise que ele quer empreender, Caio Prado Jr. “talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira, sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental”. Com efeito, as dificuldades do jovem historiador concorriam para que procurasse articulá-las.

O conceito rende também, como espécie de âncora firme, no estabelecimento das limitações dos conceitos das áreas vizinhas. Vale dizer: a cerrada atenção a elas obrigou-o a formular, com material de pesquisa, e não de modo teorizante, o nexo entre a história e as ciências sociais, procurando estabelecer o lugar e o papel do trabalho historiográfico, num só lance: “mediante a crítica dos conceitos vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos esses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuraremos agora explicitar”.¹²⁵⁸ Imperceptivelmente, deu-se um salto nesta definição de “perspectiva histórica”, com relação ao texto de 1957. Lá, “conjunto do mundo colonial”, aqui, pós-seminário, “totalidade concreta”. Era o historiador de França, dentro da “plataforma da nova geração” nova e já madura.

Assinalava no relatório para a CPRTI, as diversas dimensões da realidade a lhe exigir o domínio de disciplinas a elas dedicadas.¹²⁵⁹ Àquela altura, ele trafegava

¹²⁵⁶ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 243.

¹²⁵⁷ “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”. In. *Aproximações*, p. 61.

¹²⁵⁸ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 254. Destaques nossos.

¹²⁵⁹ Se aquilo a que nossos superiores e subordinados nos obrigam encerrar algum indício do que somos, é possível inferir que fosse já em 1962, reconhecido/conhecido de História econômica, Economia, e Geografia. Os cursos que a cadeira põe sob sua responsabilidade e os eventos para os quais é convidado atestam-no. No que se refira a aulas fora da Seção de História: em 1962, lecionou História moderna e

explicitamente pelos conceitos da Geografia, dos “teóricos práticos” do colonialismo e da Economia – evidentes no conjunto dos três trabalhos em tela. Com os primeiros está a discutir as modalidades e tipologias de migrações. Ressalte-se que a filiação ambígua – entre formulação para a ação e para o entendimento – dos segundos desperta-lhe atenção.¹²⁶⁰ Do mesmo modo, a discussão a respeito da coerência com os princípios da fisiocracia no exame do Alvará, pressupõe a atenção ao caráter prático e não teórico desta “fisiocracia”.¹²⁶¹ Geógrafos, homens dos Estados colonialistas, mercantilistas e fisiocratas portugueses: a interlocução dos seminaristas já se insinua – era o problema da teoria e da prática, que mobilizou todos, tornando-os sensíveis ao ponto nos agentes que investigaram, fossem colegas de outras áreas, fossem homens de ação. Vale ressaltar, dando testemunho de suas preocupações e da ligação delas com a “inesquecível” conversa, em nota de rodapé, no início do diálogo com os geógrafos:

“Caberia lembrar a recente reedição (1966) do clássico *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de Fernand Braudel (1ª ed., 1949), em que o entrelaçamento de geografia e história se realiza de forma admirável. O geógrafo Roger Dion, por seu turno, navega nas mesmas águas ao esboçar os lineamentos de uma geografia humana retrospectiva (*Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. VI, 1949). Max Sorre escreveu sobre as relações entre Geografia e Sociologia (cf. *Recontres de la géographie et de la sociologie*, 1957). História e Sociologia, História e Economia são objeto das indagações de F. Braudel no capítulo que escreveu ao *Traité de sociologia*, 1958, v. I, dirigido por Georges Gurvitch e no artigo dos *Annales* (out.-dez. 1958) sobre a ‘longa duração’. Multiplicam-se ultimamente os encontros interdisciplinares.”¹²⁶²

contemporânea para os alunos da Geografia (diurno e noturno); em 1963, História Econômica e Social (época moderna e contemporânea) para os alunos da Geografia (diurno e noturno) e das Ciências Sociais (diurno e noturno), e no ano seguinte, para elas, leciona novamente. Fora da USP, foi professor no curso de extensão universitária, da Faculdade Católica de Filosofia, em Salvador, Bahia, em setembro de 1963. Entre 1971 e 1974 lecionou, em tempo parcial, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, recém instituída. SE-FFCL-FFLCH-USP. 7706/57, fl. 1116. Os convites são igualmente significativos: em maio de 1961 dá uma conferência sobre a “Política Mercantilista da Época Moderna”, na FFCL-USP; e na Sociedade de Estudos Históricos pronuncia uma comunicação sobre *Formação*, de Celso Furtado. SE-FFCL-FFLCH-USP. 7706/57, fl. 104-105.

¹²⁶⁰ É que o historiador não deixa de credenciá-los: Wilhem Roscher “teórico germânico”; Paul Leroy-Beaulieu “economista francês”; Georges Hardy, “historiador, geógrafo e perito em assuntos coloniais” – nem suas elaborações, “feitas com fins práticos (colonialismo), as classificações em si mesmas não podem evidentemente apreender a peculiaridade dos momentos históricos (...) Nada obstante, ao discriminar os vários gêneros de colônias, as classificações procuram ordenar os componentes da realidade história da colonização em geral, e dessa forma acabam por nos abrir caminho na tarefa de identificar os componentes essenciais da colonização mercantilista” (“Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 249-251). O movimento é o mesmo ao tratar dos conceitos dos geógrafos – ao invés de decretar seus erros, assinala “eles se prestam admiravelmente aos fins a que se propõem”; cabendo ao historiador combiná-los “com outros elementos do conjunto, que, no contexto da época, assumem a posição de componentes essenciais que definem os demais e estruturam o todo, dando sentido à realidade”. (Idem, p. 246).

¹²⁶¹ “As violências e os ajustamentos a que a doutrina é submetida (... exemplificam...) as vicissitudes e as contradições com as quais a inteligência portuguesa do final de Setecentos procura equacionar, com as ferramentas mentais em voga...”. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”. In. *Aproximações*, p. 73.

¹²⁶² “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 246

Longe de expressarem idiossincrasias de mestre ou discípulo, as exigências assinaladas e a diretriz de cumpri-las vocalizam demandas mais amplas da corporação de ofício, evidentes nas entusiasmadas intervenções seguintes a sua apresentação no Simpósio, algumas esforçando-se para formular o comentário também com teor conceitual/teórico.

“Afirma que aplaude totalmente o trabalho apresentado e o endossa inteiramente. Diz que é importante tratar das questões conceituais, pois a ficarmos unicamente na questão da pesquisa empírica, arriscamo-nos a apenas amontoar dados num laborioso trabalho artesanal, a espera de um historiador que os elabore intelectualmente. Sem noção clara e precisa dos problemas e sem uma hipótese de trabalho, a pesquisa é inútil ou pelo menos aleatória.” Francisco José Calazans Falcon. FFCL da Universidade Federal do Rio de Janeiro, GB.

“Diz, antes de mais nada, que queria associar-se às palavras do Prof. Falcon pela sua procura de uma conceitualização clara, que, na verdade vinha fazendo falta desde o início deste Simpósio”. Eddy Stols. FFCL de Marília, SP.

“Afirma que a comunicação que o Prof. Fernando Novais traz a este Simpósio apresenta uma problemática conceitual extremamente estimulante para o diálogo e nisto, e não apenas por isto, está o seu valor, mas, e também na precisão dos conceitos, no rigor científico com que propõe, analisa e crítica problemas de conceito e método que o historiador deve ter em mira para trabalhar com um tema como a colonização.” José Roberto do Amaral Lapa. FFCL de Marília, SP.

“Inicialmente apresenta os parabéns ao Prof. Fernando Novais pela precisão com que situa os tipos de colonização e os conceitos e pelo trabalho em geral. Faz apenas uma observação quando o Autor, tratando da acumulação primitiva de capitais diz que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, no que concorda inteiramente; mas acrescenta ‘independizando-a das outras potências nacionais.’ Célia Freire D’Aquino Fonseca. FFCL da Universidade Federal de Pernambuco, PE.”¹²⁶³

E a Sociologia?

Terá a hegemonia dela – naqueles conturbados anos, não apenas intelectual ou institucional – freado a discussão de seus conceitos pelo historiador ou ele os incorporava de modo que não carecia cindir-se deles: objetivo, no final das contas, das reflexões destacadas. Difícil saber, mas em 1968, mesmo ano da publicação de “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial” no Brasil, ele proferiu, em 21 de junho, “Relações entre Sociologia e História” na Sociedade de Estudos Históricos.¹²⁶⁴ Aquele texto chamou atenção do sociólogo mais importante à época. Para o bem de Clio, ele deixou registro de suas exclamações nas marginais do livro em que lia Fernando Novais, e, dentre muitas, ressaltamos:

¹²⁶³ “Intervenções”. In.: SIMÕES DE PAULA, Eurípedes (org.) *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*. Coleção *Revista de História*, 1969, p. 262-265.

¹²⁶⁴ Cf. *Curriculum Vitae*. AFAN-CAPH.

aproveitava o que aprendera em “História Econômica Geral e do Brasil”, e, como as duas faces de Jano, olhando para dois lados do Atlântico, teria algo a dizer aos seminaristas sobre capitalismo e escravidão, assim como à historiografia brasileira. Restavam ainda alguns passos, e a chegada à *crise*. Parece heresia, mas é fé de ofício.

4. *Esprit de géométrie et esprit finesse.*

“les passions sont toujours vivantes dans ceux qui y veulent renoncer”

Blaise Pascal¹²⁶⁷

a. Saída à francesa.

Entre 1964-1969, o grupo de referência “fora da História”, de Fernando Novais se dispersa pelo mundo, pela cidade, pela política, encontrando-se por meio das cartas e do exílio. Sem alguns colegas historiadores, sem seus colegas seminaristas, às dificuldades do ofício se somaram as políticas. Encerram-se as reuniões do seminário capitaneado por Giannotti, com a saída de Fernando Henrique Cardoso do país, já em 1964. Giannotti e Bento aceleram a titulação e tornam-se livre-docentes e catedráticos neste ano, envolvendo-se nas operações de blindagem da Filosofia, para enfrentar o golpe militar, de cima; e, em breve, a emergência das paritárias, de baixo. Em contraponto, tem prosseguimento o seminário organizado por Roberto Schwarz, em seu retorno dos EUA – e nele, mal alocados estariam os professores do primeiro.¹²⁶⁸ O feito acadêmico de um e político do outro se delineia mais nitidamente por ocasião do golpe, sem que o intercâmbio entre ambos cesse, e aí estão os três números de *Teoria e Prática* a documentá-lo.¹²⁶⁹

Tudo se passa como se cada categoria respondesse ao contexto político a seu modo, marcado pela posição ocupada na hierarquia acadêmica. Os mais próximos da cátedra, investindo seu tempo em teses e titulações, sob o receio de que se repetisse a experiência da Universidade de Brasília. Em contrapartida, os mais próximos da vida estudantil, e mais distantes de títulos, e do compromisso neles implicado, atizando professores de direita, animando passeatas, assembléias, festas, ocupação das instalações, invasão da Congregação, paritárias. Indubitavelmente, a presença estudantil é decisiva e suas relações com o corpo docente se esgarçam. Não tivemos notícia de

¹²⁶⁷ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 71. (Edição de Michel Le Guern).

¹²⁶⁸ Cf. Capítulo 1 e 4.

¹²⁶⁹ Este não é o momento apropriado para a apresentação da análise de *Teoria e Prática*. Vale notar contudo, que seus idealizadores caracterizam a roda mais ampla constituída em torno do seminário de Schwarz. No entanto, entre os colaboradores há membros do primeiro grupo: José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer; e também outros menos vinculados, mas não alheios ao seminário, como Ruy Fausto e Bento Prado Jr., além do próprio Schwarz.

algo equivalente em período anterior na história institucional, cujas lutas se caracterizavam por, em geral, unir corpo docente e discente contra forças externas.¹²⁷⁰

Florestan Fernandes espelha caso raro, para o qual a alternativa das duas direções – profissão / política – é desnecessária, combinando aceleração dos títulos – dele e dos seus – com rompantes no cenário político, dignos de nota. Se tomados do ângulo de seu itinerário consistem no culminar de esforços a que devotava tempo e energias desde 1954, e a rotação das posições, a esta altura é notável. João Cruz Costa foi a estrela contra o “leviano” Jânio, em 1957. Quando se instauram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), após o golpe civil-militar de 1964, na FFCL-USP, o filósofo, indagado se sabia a letra do hino nacional, convidou os seus inquisidores a cantar com ele. Típico: irônico e debochado. Mas sem o impacto de outrora. Era a hora e a vez de Florestan. Ele fez convergir vozes da rebeldia contra o arbítrio político sobre a vida universitária. Quando o tenente-coronel Bernardo Schonmann foi interrogá-lo na faculdade, escreveu uma carta de “Autodefesa”, entregou-a, apesar de ser aconselhado por colegas a não fazê-lo. Foi preso por alguns dias. E, ao voltar à FFCL-USP, foi ovacionado por uma multidão que se pôs espontaneamente a cantar o hino nacional. Não era mais um jovem regente na periferia da malha social. Estava no centro dela. E tinha o bastão do radicalismo com ele.¹²⁷¹ Por ocasião da crise dos excedentes – em número crescente e galopante desde 1966 – defende a abertura de vagas a eles, com reformulação de currículo, aulas de manhã, tarde e noite, racionalizando recursos que sua cadeira dispõe, e outras, menos equipadas, não; sugere intervenções nelas, com o propósito de se adaptarem a seu esquema para atender à demanda dos excedentes. Seja por oposição política a ele ou despreparo das outras cadeiras para corresponder à sua proposta, Florestan vai acumulando rugas, crescentemente – culminando na acusação de ter apoiado a invasão estudantil da Congregação, o que o leva a pedir demissão.¹²⁷²

¹²⁷⁰ A hipótese a respeito das reações condicionadas pelas posições hierárquicas – assim como as exceções que pontuamos abaixo – não nos parece tão simples como na famigerada convicção a respeito da rebeldia juvenil e conservadorismo da maturidade. Arriscamos aventá-la por poder sugerir – por meio do caso de Florestan Fernandes – a interdependência entre as posições nesta hierarquia. Vale registrar também, em apoio a esta hipótese, declaração significativa de alguém que, estudante à época, concluindo sua segunda graduação, recém ingresso no corpo docente da FFCL: “Eu já estava do outro lado da barricada. A minha passagem aqui foi estritamente de espectador e, depois numa paritária. Já era professor, não estava do lado dos estudantes que fizeram a paritária, e sim do lado dos professores que concederam a paritária.” (Paulo Arantes. Entrevista. *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*, p. 125).

¹²⁷¹ Cf. Lidiane Soares Rodrigues. *Florestan Fernandes: Interlúdio (1969-1983)*, p. 41-43.

¹²⁷² O problema dos excedentes culmina na crise do Colégio de Aplicação (em outubro de 1967) e na invasão estudantil da Congregação da FFCL-USP (março de 1968). Um relato sumário, seguido de

Nem sempre com apoio dos excedentes que pretendia defender, nem dos congregados que tentava manobrar – a despeito da solidariedade que recebe, seu isolamento é incontornável e comovente.

No pólo oposto da hierarquia, institucional e disciplinar, encontra-se a inviabilidade de realizar esta convergência de atuação política e avanço profissional. Paul Singer parece concentrar no período suas últimas esperanças de participação política, canalizando fortemente suas energias para os investimentos profissionais mais viáveis. Ainda em 1963, é aluno de pós-graduação da FCEA-USP, trabalha como pesquisador no Cesit, a convite da UNE faz uma apreciação do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado para Jango, leciona Economia no curso de Ciências Sociais da FFCL de Rio Claro, e no ano seguinte, também de Araraquara. Em 1964, é membro do Diretório-Geral e Secretário-Geral do PSB em São Paulo, e, em função da saída de Mario Wagner Vieira da Cunha da FCEA-USP, também se desvencilha da instituição. Até que seu partido, o PSB, seja dissolvido em 1965 pelo AI-2, escreve, panfleta, organiza conferências na Biblioteca Municipal, participa da criação do Centro João Mangabeira. Defende, no ano seguinte, doutorado na Sociologia I, fazendo render título, a pesquisa do Cesit. Torna-se professor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (FHSP-USP), e trabalha com Elza Berquó para a instalação do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip). Singer, preparando-se para o Cedip, vai aos EUA e realiza um curso de estudos populacionais no *Office of Population Research* da Universidade de Princeton, abandonando outras atividades acadêmicas. Em 1968 torna-se livre-docente Demografia na FHSP-USP, com *Dinâmica populacional e desenvolvimento*, resultado estudos realizados em Princeton.¹²⁷³ Variedade de investimentos e aposta nos títulos, seu caso parece sinalizar a dificuldade da conciliação entre prática política e profissão – fechado o partido, a investida em títulos parece a alternativa mais racional. Ela se viabilizava pelo novelo de amigos e auxílios cujo epicentro, na Sociologia I, foi adensado pelas artimanhas de Fernando Henrique Cardoso junto à reitoria e governo do estado. Este, em por sua vez, retorna em 1968, em meio a dúvidas, tergiversações, prestígio e ataques políticos, para disputar a cátedra de

análise da repercussão em jornais, consta em: Maria de Lourdes Monaco Janotti. “Imprensa e ensino na ditadura”. In. FERREIRA, Antonio Celso, BEZERRA, Holien Gonçalves, LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Unesp, 2008.

¹²⁷³ Paul Singer. “Depoimento autobiográfico”, p. 20-sgts.

Política com Paula Beiguelman. E vencer. O sociólogo e todos os outros citados, com exceção de Schwarz e Novais, são aposentados compulsoriamente em 1969.

É tão fácil quanto temerário, associar a etapa crítica a que chegavam, ao passo conceitual que não foi dado. Porém, sendo preciso um idealismo pouco profícuo para ignorar a ambiência, melhor correr o risco e indagar: em meio a documentos, amigos, saudades, conceitos, e a arrancada final que arremata a tese, o que se passava com o historiador?

O exíguo período concentrou numerosas mudanças. A transferência para o *campus* da Cidade Universitária, tão aguardada, ocorre sem que se tenha concluído sua construção, a locomoção em seu interior é comprometida, as instalações precárias, o transporte, da biblioteca e da documentação administrativa – como tudo que se seguiu ao incêndio da Maria Antonia – improvisado. Desdobramento dos conflitos entre uspianos e mackenzistas em 1968, o desalojamento não realizava as expectativas de valorização das tarefas universitárias, representada por espaço próprio, reservado a elas.¹²⁷⁴ O cenário dramático conta também com o crescimento numérico dos alunos – assinalado constantemente nos relatórios da cadeira, com a sobrecarga de trabalho implicada – e do perfil deles, avessos aos encantos do mundo universitário, que tangia muitos que adentravam a faculdade nos anos iniciais da década de 1960 – e ainda sentiam “a estranha leveza de quem havia passado para o outro mundo”.¹²⁷⁵ No conjunto, as turmas pós-1964 pareciam mais entusiasmadas pela rebeldia imaginária que transporta para conflitos com autoridades escolares causas políticas ou partidárias nas quais não logram tomar parte objetivamente.¹²⁷⁶ Quiçá, os professores não-

¹²⁷⁴ A construção do campus estava prevista desde 1934, e por décadas alentou-se a “concepção romântica”, da “criação de um espaço que mantivesse, na cidade, as características de uma vida suburbana, onde paz e tranquilidade pudessem estar presentes, de forma a estimular a produção do saber.” (“*Campus da capital*”. In. Centro de Preservação Cultural da USP. *Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, p. 143.

¹²⁷⁵ “Sou de uma geração que subiu com espanto e orgulho, pela primeira vez, com os papéis da primeira matrícula nas mãos, os degraus de acesso ao saguão do prédio da FFCL (...) Subir era bem o termo: da rua para o solene, do senso comum para a ciência, da repetição para a criação, da resposta para a pergunta, do obscuro para o desvelado, do escuro para o claro (...) do feio para o belo.” José de Souza Martins. “A Sociologia como missão”. Discurso na cerimônia de outorga do título de Professor Emérito da FFLCH-USP, em 23 de outubro de 2008. Renato Soares Bastos providenciou-nos o texto completo, à época da cerimônia, e lhe sou grata por isso. Optamos por manter esta citação em função da carga simbólica de sua emissão nesta cerimônia. Não menos relevante para nosso argumento são as “memórias” do sociólogo, recém publicadas: *Uma arqueologia da memória social. Autobiografia de um moleque de fábrica*. São Paulo: Ateliê, 2011.

¹²⁷⁶ “com a publicação das listas de mortos e desaparecidos, é que se ficou sabendo quais eram, realmente, os relativamente poucos antigos alunos que se envolveram com diferentes grupos ideológicos na ação

aposentados fossem alvos de mais hostilidade que admiração. Difícil o percurso dos que partiram e também dos que ficaram.

Aos 29 de dezembro de 1969, Eurípedes Simões de Paula iniciava os trabalhos da Congregação, na qualidade de diretor e dela presidente. Dizia ser aquela sessão especial, pois era a última antes do desmembramento da FFCL. “Apesar da separação, continuaremos aqui e no Co com a mesma amizade de sempre e estaremos, a qualquer hora, dispostos a prestar toda a colaboração aos colegas que nos deixam.”¹²⁷⁷ Não se demoraram, os congregados, sequer nas discussões a respeito de orçamento, para as futuras unidades – não deliberado, pela reitoria, até então – prorrogaram contratos, aprovaram bancas, inscrições de doutoramento. Nem sinal de polêmica – exceto pela presença que se deixa perceber incômoda, de Laerte Ramos de Carvalho¹²⁷⁸. Eurípedes, cumprindo a ordem do dia, indaga, decerto sentindo a comoção de todos, “algum dos presentes deseja fazer uso da palavra?”. França queria, e fez: “[a reforma universitária] foi feita e deverá ser posta em prática apesar de um certo ceticismo. Saímos da antiga estrutura sem sabermos se acertamos ou erramos. (...) Esta Faculdade deveria ter comandado o processo de reforma o que infelizmente não conseguiu. Vivemos tantos anos para depois chegarmos ao provisório, o que é melancólico. Talvez ainda se possa consertar os desacertos, corrigir falhas e tornar esta Faculdade aquela que todos nós sonhamos.”¹²⁷⁹

A acachapante reforma universitária, ao aposentar compulsoriamente, modificar a composição do Co, cindir cátedras em Departamentos, rearranjar o pessoal das cadeiras, impôs também que se concluíssem as teses segundo o “regime antigo”, de modo que os candidatos a titulação deveriam entregá-las até o dia 31 de dezembro de 1972. Em vigor desde 1970, o “novo regime” de pós-graduação impunha a realização de cursos, cumprimento de créditos e prazo. Para os que já tivessem adiantado suas teses, no “regime antigo”, não cumprir o prazo, implicava, em suma, recomeçar o percurso. Não sendo mais possível a carreira docente sem os títulos de mestrado e doutorado, para os que já eram professores assistentes, a entrega da tese era fundamental para prosseguir. Ao todo, no final do ano de 1972, houve 821 inscritos para defesas,

direta contra a ditadura (...) quase sempre uma surpresa constatar que determinado morto ou desaparecido era aluno da escola, sem nenhuma visibilidade na ‘sociedade do saguão’, o que é muito significativo.” “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins”, p. 217-218..

¹²⁷⁷ Atas da Congregação da FFCL, livro XI, fl. 191. Assistência Acadêmica da FFLCH-USP.

¹²⁷⁸ Cf. Capítulo 1.

¹²⁷⁹ Atas da Congregação da FFCL, livro XI, fl. 198. Assistência Acadêmica da FFLCH-USP.

distribuídos em 19 faculdades e 7 institutos. Medicina e Filosofia foram as faculdades que mais receberam teses, respectivamente 193 e 108. Então reitor pela segunda vez, Miguel Reale reconhecia no número aproximado de 1200 doutores que em breve a USP teria, “um orgulho para qualquer universidade”, prova “de que o nível dos professores está melhorando muito”.¹²⁸⁰ Ironicamente, uma manchete noticiava: “Uma corrida pelo título de doutor”; bom indício de como qualidade e titulação tornaram-se sinônimos no novo padrão de trabalho, a fazer coro que a declaração do reitor. Premido pelo avanço incontornável do tempo, o historiador teve que entregar sua tese e é válido notar: os “agradecimentos” que na composição de uma tese são sua abertura, na vida real, foram os últimos a serem datilografados pela exímia profissional que prestou seus serviços ao autor, pois os data de 29 de dezembro.¹²⁸¹ Em suma, usou todo o tempo de que dispunha, e, insatisfeito, ainda se consolaria anos depois, “sempre será possível identificar omissões, pois se a arte é longa, como diziam os antigos, a vida é breve.”¹²⁸²

Nesse ínterim, o historiador capitaneou um grupo de estudos, com alunos “avançados”. Segundo István Jancsó, um deles, o objetivo era ler *Formação* de Celso Furtado: “a cada dois sábados, dois capítulos. E tinha economista”. Reedição, como quer István, ou não, da “mitologia uspiana” do seminário de que nos ocupamos, importa reter: o historiador reunia seus alunos, como havia se reunido com seus colegas; e, entre as leituras empreendidas, constavam: *Questão de método*, de Sartre; *História e consciência de classe*, de Lukács, *O dezoito brumário*, de Marx.¹²⁸³ Difícil não supor que repassasse os debates do seminário, com ex-alunos/historiadores, tendo em mira a justa medida da incorporação do suporte teórico à historiografia.

Pari passu ataçavam-lhe “irritações idiossincráticas”, os novos tempos, exigindo “tudo bem claro”, “simples, dividido, mastigado”, indústria da “bossa-nova dos manuais de história em nível superior (...) fontes, bibliografia, estado dos conhecimentos,

¹²⁸⁰ Declarações retiradas de: “Uma corrida pelo título de doutor”. *Jornal da tarde*, 05/01/1973. A portaria n.885, de 28/08/1969 dispõe sobre o regime de pós-graduação na USP. O prazo a que nos reportamos acima encontra-se no parágrafo 1º, artigo 8º. (Estrutura normativa da Universidade de São Paulo. Estatuto e Portarias que implantaram a reforma universitária).

¹²⁸¹ A ela há um agradecimento bastante especial: “A bibliotecária Herminia Muzanek cometeu a proeza, aparentemente impossível, de datilografar todas essas páginas num prazo incrivelmente curto.” (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH. s.n.p.). Doravante, por economia expositiva, as citações dela serão sempre “Tese de doutoramento, exemplar do CAPH”.

¹²⁸² Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. XII.

¹²⁸³ István Jancsó. *Um historiador do Brasil*, p. 50, p. 70-73, p. 84-85.

direções de pesquisa: ótimo para os estudantes... e para o professor”, “uma centena de páginas formato pequeno; cronologia para refrescar a memória; ‘*éposé des faits*’, très synthétique s’il vous plaît; ‘*dossier des questions*’, com textos de documentos, juízos coevos, extratos da historiografia; bibliografia sumária, para não assustar o freguês; índices onomástico, geográfico, etc.”¹²⁸⁴ Era como se o mundo de Clio fosse industrializado, embalado e entregue em casa a quem se dispusesse a pagar, de modo filistino – se contrastado com o percurso de conquista dele, repleto de esforço, disciplina, e lealdade ao mestre. Foi na busca por ser um “bom discípulo” que se processou a experiência da *constituição de um estilo*, impossível de ser definido, senão por meio das palavras que ele próprio emprega para caracterizar o mestre: sua “fidelidade profunda não domava nunca uma certa rebeldia inata, que assume mesmo ares de uma certa dissidência”.¹²⁸⁵ Afinal, da *constituição de seu estilo* fez parte Eduardo d’Oliveira França, cujo desprezo por “ausência de inquietação e rebeldia”¹²⁸⁶ obrigaria qualquer aluno a exercê-los e, ao mesmo tempo, com desespero, buscar o equilíbrio deles com o senso de hierarquia deste liberal, com pendores monárquicos.¹²⁸⁷ Como “não implicar com tudo que é novo?”¹²⁸⁸ A vertiginosa reviravolta nos itinerários dos amigos mais próximos, o drama da modificação de espaço, o estranhamento face o volume e hostilidade dos novos alunos, a urgência da defesa de tese – era, em suma, a saída à francesa, do tempo dos franceses.¹²⁸⁹ Em galopante ritmo americano. Ao senso de diferença promovido pela distância com relação aos novos – tempos, alunos, professores, influxos estrangeiros – devem algo, os passos finais da tese? Talvez.¹²⁹⁰

¹²⁸⁴ Fernando A. Novais. “Questions d’Histoire”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, v. 36, ano IV, 1972, p. 257. O tom é similar, embora o alvo seja a desleixada tradução de *História econômica e social da Idade Média*. Trad. port. *O Estado de S. Paulo, Suplemento Literário*, n. 380, 1964 – de Henri Pirenne.

¹²⁸⁵ Fernando A. Novais. “Apresentação”. (A fidelidade refere-se aos *Annales* e à historiografia francesa), p.10.

¹²⁸⁶ Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História”, p. 114.

¹²⁸⁷ “A última do Professor França neste campo foi manifestar-se a favor da monarquia, o que levou naturalmente à máxima divergência, mas nada disso jamais impediu que o nosso convívio fosse o melhor possível.” (Fernando A. Novais. “Discurso de saudação”, p. 14). O refúgio no qual se abrigam conflituosas aflições, oriundas destes e outros paradoxos, como a convergência inusitada entre França e o Seminário, seria, muito posteriormente, em nosso entender, o “marxismo pascaliano”.

¹²⁸⁸ Fernando A. Novais. “Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”, p. 22.

¹²⁸⁹ Assinala-se seu recuo “nos principais centros universitários, até mesmo na USP. A presença sistemática até o ano de 1970, torna-se esporádica, desde então”. José Jobson de Andrade Arruda e José Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, p. 60.

¹²⁹⁰ “Há um paradoxo, no plano do conhecimento: nós precisamos conhecer a verdade, mas só temos capacidade para incertezas” – é a leitura própria, radicalizada que faz de Pascal. Parece-nos compor com

b. Etapa crítica.

O historiador situa sua tese “na área da história da política econômica”, e pontua: um estudo desta natureza não tem em vista o desenvolvimento econômico como tal, embora não possa deixar de reportar-se a ele a cada passo”.¹²⁹¹ O *corpus* documental da tese é selecionado segundo “dois focos primordiais” de interesse – quais sejam: “a política econômica colonial portuguesa, relativa ao Brasil, no fim do Antigo Regime, e a ideologia que a informa”. O historiador se detém, assim na “Legislação, memórias econômicas”, os “dois conjuntos básicos de dados para os dois níveis (política efetiva e ideologia) na realidade que importa compreender; entre eles e em redor deles, procuramos alargar a investigação estudando instruções aos governadores e autoridades (particularmente aos vice-reis), regimentos e consultas do Conselho Ultramarino. Esta a documentação básica e diretamente relacionada com o tema; esforçamo-nos ainda, na medida do possível, por recolher também dados sobre aspectos da situação econômica, sobretudo no que diz respeito ao comércio ultramarino (...) centramos por isso nossos esforços nas tabelas das balanças de comércio, cujas séries contínuas só se iniciam infelizmente em 1796.”¹²⁹² Sendo sempre válida a recordação das lições: o lugar da *documentação é estabelecido pelo nexo entre ela e o problema que move a pesquisa*. “Política colonial portuguesa” consiste em política de Estado e *ao mesmo tempo*, história do pensamento econômico.¹²⁹³ Como “é legítimo destacar este segmento – a política econômica – do processo global, para focalizá-lo mais de perto; à condição, é claro, de não se perderem de vista as relações que vinculam sempre aos demais elementos que compõem o conjunto da vida econômica em desenvolvimento”¹²⁹⁴, as balanças de comércio de Portugal tornam-se estratégicas para avaliar sucesso e fracasso da política portuguesa.¹²⁹⁵

Seria engano supor que esse quebra-cabeça não estivesse montadinho por volta de 1968?

Sartre, sua lição de método. (Fernando A. Novais. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 132). É por apostar no método que arriscamos o que segue.

¹²⁹¹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 3.

¹²⁹² Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 5-6.

¹²⁹³ Fernando A. Novais. “Por que História”, p. 58.

¹²⁹⁴ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 3.

¹²⁹⁵ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 311-312; “Por que História”, p. 58.

O historiador já havia se casado com período e tema; situando-os em esquema metódico: “sistema colonial” – é *no interior dele* que “a política mercantilista [oferece] um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo Estado, que ao praticá-la se constitui e se fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em todas as direções”.¹²⁹⁶ Esta centralidade do Estado/política econômica é assegurada por não ser a economia de mercado plenamente vigente, ainda. Se a sociedade de que cuida o autor, a princípio, não equivale às que normalmente se qualifica como pré-industriais, também não se pode dizer que seja industrial – trata-se de período da transição feudo-capitalista.¹²⁹⁷ Nele, segundo posição tomada pelo autor em debate aberto na historiografia econômica, o Estado tem centralidade em organizar “tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de ‘originária’ ou ‘primitiva’, por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração das relações capitalistas no parque propriamente produtor”.¹²⁹⁸ A atenção com relação à autonomização da Economia não é explicitamente problematizada, no entanto, parece-nos estar em seu horizonte, a todo tempo, pressuposto do entendimento da política mercantilista como “prisma estratégico”, e do Estado absolutista, como “estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social”¹²⁹⁹ – correspondente ao período em que o mercado ainda não se constituiu força auto-propulsora.¹³⁰⁰ Em suma, política de Estado e

¹²⁹⁶ Fernando A. Novais. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 257.

¹²⁹⁷ Trata-se de discussão similar à que Moses Finley instaurou na “história da Economia Antiga”, dialogando com Karl Polanyi. Dentro deste escopo, contudo, era o contraste com as “sociedades não industriais” (antigas, no caso) que colocava em tela o anacronismo nas explicações que pressupunham agentes reagindo a estímulos de mercado, antes da existência histórica deste. Para uma apresentação do debate e análise das condicionantes sociais do mesmo, destaca-se a tese de Miguel Palmeira. *Moses Finley e a ‘economia antiga’: a produção social de uma inovação historiográfica*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2008. Ainda que esta linhagem não pareça compor o horizonte do historiador, àquela altura, vale supor que também aí se encontre algo do diálogo com a Sociologia, pois, como assinalamos, também Roger Bastide, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso estavam preocupados com as possibilidades de uma sociologia econômica. (Cf. Capítulo 2). O problema persegue o historiador, que o revira, para melhor situar a História, como se verá adiante.

¹²⁹⁸ Fernando A. Novais. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 257.

¹²⁹⁹ Fernando A. Novais. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 255.

¹³⁰⁰ A atenção que estamos a supor conta com indícios dispersos, mas bastante significativos. A caracterização contrastante do Mercantilismo: “a doutrina mercantilista tem o imediato objetivo de formular normas da política econômica, parte dessa problemática, e só para justificar o seu receituário é que se alça à formulação duma teoria explicativa da vida econômica como tal. Não parte de conceitos

pensamento econômico eram faces da mesma moeda, pois a *dismal science* ainda não se destacara como segmentação correspondente à esfera igualmente não autonomizada da Economia. Essa menoridade – enquanto esfera, enquanto ciência – parece-nos, vai de par à noção do risco que está a correr, e que deve resolver no plano não documental, mas bibliográfico: estudo de política econômica, pressupondo a todo tempo avanços da historiografia econômica.¹³⁰¹

Em relação à abertura dos tempos modernos e à instauração do sistema colonial do mercantilismo europeu, o esquema estava montado. São os “problemas da economia da Europa ocidental” que “levam ao esforço para abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados – a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de ‘superação da crise’ européia do fim da Idade Média. Ora, na organização e execução do movimento expansionista teve papel relevante o Estado monárquico absolutista, e mais uma vez vêm à tona as conexões entre os componentes do Antigo Regime”¹³⁰². Montado o esquema num pólo – de abertura do período –, era

puros e de uma sistemática explicação da economia para deduzir normas de intervenção nesta realidade, senão que percorre quase o caminho inverso; paralelamente, as preocupações de seus doutrinadores não ultrapassam as fronteiras de suas respectivas nações. É com a riqueza ‘da Inglaterra’ que se preocupa Thomas Mun, será com a ‘riqueza das nações’ que se preocupará Adam Smith: esse alargamento do horizonte intelectual, que marca etapa decisiva na constituição científica da teoria econômica, numa crescente generalização dos conceitos, corresponde expressivamente a momentos diversos da evolução política e econômica do Ocidente europeu.” Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 65. Parece-nos: a mesma a atenção já identificada na seção anterior – problema da teoria e da prática. Outrossim, ao responder as intervenções no simpósio de 1967, teve que se explicar para Francisco Falcon – destacamos, pois não se trata de interlocutor “menor”: “[algumas observações de Falcon talvez se devam ao fato de ter sido muito sintético], “concorda que não se pode conceituar capitalismo comercial como *modo de produção* (...) pois o modo de produção capitalista somente se integra a partir da revolução industrial (...) [porém seria igualmente errôneo] conceituar como fundamentalmente ‘feudal’ a vida econômica do Ocidente entre os séculos XVI e XVIII. (...) no que diz respeito às relações do absolutismo com as ‘ordens’ ou ‘estados’ parece ter havido algum a incompreensão; o Autor, concordantemente com o Prof. Falcon, não concebe esse regime político como algo desligado da sociedade (...) (daí ‘estranha e aparente projeção).” “Respostas do prof. Fernando Novais”. In. *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*, p. 265-266.

¹³⁰¹ Sua introdução, repleta de observações cautelosas – testemunhando ciência do que ambiciona e dos perigos que o rondam – preocupa-se em indicar as lacunas bibliográficas incontornáveis, relativas à história econômica, ao mesmo tempo pressupostas, como espécie de referência de controle para aquilatar o alcance da política econômica. A falta dela “limita o alcance de nossas conclusões”, e ele engendra alternativas a isso, notável no uso que faz das balanças de comércio, no último capítulo. Outrossim, por meio do método legítima o empenho: “em nenhum momento (perdermos) de vista esta contingência metodológica (...) o progresso dos estudos históricos – como aliás nos outros domínios das ciências humanas – se desenrola em meio a dificuldades semelhantes: a investigação de um dado segmento coloca problemas, levanta hipóteses para os demais, cuja análise muitas vezes, quando sistematicamente encetada, pode corrigir formulações do estudo inicial. É *mutatis mutandis*, o que se dá semelhantemente com as relações entre os estudos monográficos especializados e os balanços gerais mais ambiciosos”. Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 5-6.

¹³⁰² Fernando A. Novais. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 258. Talvez seja oportuno retomar ponto deixado em suspenso, na seção anterior: o lance identificação/ diferenciação entre Nunes/Novais. É possível notar na resenha/leitura que Novais realiza

preciso armar esquema equivalente, para o encerramento, em que se localiza o objeto de seu estudo – política ultramarina portuguesa no final do século XVIII.

Conforme o “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa”, preparado para ao Conselho Departamental, em 1970, havia ele se empenhado na elaboração de sua tese de doutoramento, cujo título era: “Política colonial portuguesa relativa ao Brasil (1777-1808)”, isto é, “no período entre o fim do consulado pombalino e a abertura dos portos brasileiros por D. João VI”.¹³⁰³ O historiador, novamente, dá testemunho do senso de proporções do que empreende, justifica o uso do tempo, padece pela escassez dele. Remonta os passos da pesquisa, salienta a estratégia da comunicação de 1967, “um enfoque de análise dos problemas da colonização europeia na época mercantilista, pelo menos como hipótese de trabalho”. Como não observar na justificativa desse passo, a convergência das lições de França com a liderança de Giannotti, se ele afirma: “do ponto de vista metodológico, a elaboração dessa perspectiva de análise parece-nos que devia necessariamente preceder (precedência lógica) o estudo mais concreto da política colonial portuguesa num dado período”. E, no entanto, “é claro que, no plano prático do trabalho do historiador, a elaboração dessa perspectiva mais geral se dá ao mesmo tempo e indissolúvelmente ligada ao trabalho da pesquisa documental e bibliográfica”. É esta concomitância das frentes de trabalho que assinalamos anteriormente, e é o processo, parece-nos que o transtorna àquela altura, posto que é preciso afinal dar conta

do trabalho de Nunes, um trabalho de se situar, também: os elementos que destaca na tese dele, apresentam-se, de modo diverso em sua tese – *não são indiferentes* ao que realizará, o que nos indica se esta leitura parte da preparação de sua própria tese. Assim, se Nunes Dias interessou-se pelo “enorme papel de Portugal” na gênese do capitalismo; ao passo que Fernando Novais, se justifica: Portugal, se não está no centro da grande virada histórica do final do século XVIII, porém isso “não o exime de englobar-se no curso dos movimentos gerais, que, dos centros de difusão se expandem para as demais áreas”. (Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 13-14). Destaca: “a expansão quatrocentista é encarada como modo de superação da crise europeia geral, isto é, a forma pela qual a economia e a sociedade europeias conseguiram romper as barreiras que no fim da Idade Média impediam o seu desenvolvimento.” (Resenha de *O capitalismo monárquico português*, p. 236). *Fernando Novais ocupa-se de problema similar, não na abertura dos tempos modernos, senão no encerramento do período*. Por fim, para não se multiplicar mais os exemplos, em Nunes Dias, “a história da expansão portuguesa dos séculos XV e XVI adquire nova significação, investigando-se suas conexões mais profundas com a história europeia e com a estruturação do moderno sistema capitalista, na sua fase mercantil” (Idem, p. 236.). Lendo a resenha, em suma, um hipotético leitor ficaria à espera do exame de Portugal na emergência da fase seguinte. Não que ele descuide disso, Nunes Dias, ainda segundo a resenha, pode alcançar em sua análise esta “forma específica de capitalismo de estado, o capitalismo de estado monárquico patrimonial ou capitalismo monárquico”; fundamental, pois possibilita “a compreensão do seu fracasso” (Idem, p. 238). Mas este fracasso é de se supor, tal como aquele protagonismo no encaminhamento da crise do feudalismo, requer explicação em outra escala, arquitetada por Novais. Essas sugestões são hesitantes. O arcabouço explicativo da abertura dos tempos modernos não seria o mesmo sem a leitura que ele faz de Vitorino Magalhães Godinho – inspiração cujo registro remonta a 1957. Difícil, para nós, encontrar o peso da condicionante no interior da cadeira de França.

¹³⁰³ Fernando A. Novais. “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa”. In. Processo 7706/57, fl. 202-205. A delimitação do período estava ausente no relatório anterior.

do fim do sistema colonial –assinalado na baliza final do período, pela dissolução do pacto. Qual o conceito que dará conta disso?

“Iniciados esses trabalhos em 1965, com nossas investigações em arquivos e bibliotecas de Portugal e depois prosseguidas e retomadas em arquivos e bibliotecas brasileiras, defrontamos com várias dificuldades teóricas e práticas, que esperamos ir superando na medida do possível, para já agora podermos ultimar o trabalho. Os problemas teóricos e metodológicos a que nos referimos estiveram ligados desde o início de nossas indagações, de um lado à delimitação e caracterização do tema das reflexões, e de outro, a definição precisa do enfoque a partir do qual ele deveria ser analisado. Noutros termos, e explicando melhor o andamento desses problemas, as sugestões das obras expoenciadas relativas ao período e em especial as de Jacques Godechot e Robert Palmer, de um lado, e doutro o exame acurado que intentamos proceder da legislação colonial portuguesa do período, levaram-nos à convicção de que tal época se define fundamentalmente como o momento de crise do antigo sistema colonial e que, portanto a política colonial (objeto precípua do estudo) coeva deve entender-se como uma política que se esforça por enfrentar uma crise estrutural. Isto nos conduzia necessariamente a alargar o campo de nossas indagações para o conjunto do sistema de colonização da época moderna pelo menos nos seus mecanismos básicos, alargando enormemente a área da pesquisa bibliográfica. Se, porém, no campo específico de nosso doutoramento, tal modo de proceder implicou num atraso na elaboração de nossa monografia, em compensação permitiu-nos definir um campo maior de reflexão e pesquisa, sugerindo concomitantemente outros tantos trabalhos em que vamos paralelamente trabalhando.”¹³⁰⁴

Caracterizada a época de constituição do Estado mercantilista, era necessário caracterizar também aquela em que se assiste ao fim do sistema colonial – e isto se faria com suporte bibliográfico, não documental – como fica patente no relatório. Com efeito, a transição se abre com a crise do feudalismo para ser concluída com a crise do Antigo Sistema Colonial, assinalando e revelando o papel histórico cumprido pelas colônias: aceleração da acumulação primitiva de capitais. Posto que “o desarranjo [de um sistema] não pode vir induzido de fora”, *crise* de um sistema “deriva do próprio funcionamento desse mesmo sistema”.¹³⁰⁵ Eis, parece-nos, o ponto central que leva à redação do capítulo dois da tese e rearranjo de seu plano de redação apresentado juntamente ao relatório supracitado.

Comparando-se as seções reservadas à “crise”, na exposição final e no plano prévio de redação, é de se supor que o conceito, ao lado de “sistema colonial”, já elaborado, tenha revelado seu poder explicativo nesta confecção final, e reajustado a exposição. “Crise” faz-se presente no plano de redação de 1970, expressamente, como conceito, apenas uma vez. De modo implícito aos acontecimentos, pode-se supor: três

¹³⁰⁴ Fernando A. Novais. “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa”. In. Processo 7706/57, fl. 202-203.

¹³⁰⁵ Fernando A. Novais. “Dimensões da Independência”. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 19.

vezes. Na tese, no entanto, como conceito, aparece três vezes e implícito aos eventos, uma vez, “Frustrações”.¹³⁰⁶

Tem-se idéia do trabalho meticuloso em tela, quando se lembra das “três fases da redação”, nas aulas de França.¹³⁰⁷ É também tentador associar a modificação geral observada àquela empreendida por Marx, no plano inicial de redação d’*O Capital* – afinal, também aqui o problema da exposição não é estilístico, mas metodológico, e, *mutatis mutandis*, a modificação assinala a ultrapassagem de uma constatação empírica (fim do sistema colonial) a outra, conceitual (crise do sistema).¹³⁰⁸ Esta rotação, parecidos, reorienta a exposição de modo fazer da crise uma espécie de alinhavo de todos os capítulos da tese, a emergir nas diversas esferas em ritmos distintos e com modalidades diferentes. Do ponto de vista da arquitetura do texto, o que o historiador notou a respeito do “sentido da colonização” em *Formação* de Caio Prado Jr. é válido para “crise” em sua própria tese. Segundo ele, “o autor procura definir o que chamou de “sentido da colonização”; segue-se a análise dos vários setores da realidade histórica agrupados em três conjuntos: “Povoamento”, “Vida material” e “Vida Social”, cada um deles subdivididos em capítulos”. O “sentido” é retomado ao cabo de cada capítulo e “uma indagação mais profunda revela o movimento do discurso: recorte do objeto, apreensão de seu sentido, reconstrução do real a partir desse ‘sentido’ (...) a essência do fenômeno explica as suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por elas”. Longe de se tratar de questão estilística, “simples recurso de ênfase; uma vez fixada a essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para a reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida. É, em suma, essa categoria que explica os vários segmentos (dá-lhes ‘sentido’), ao mesmo tempo em que por eles se explica, isto é, a análise dos vários segmentos vai enriquecendo e comprovando a categoria fundamental”.¹³⁰⁹ *Crise do Antigo Sistema Colonial* opera de modo idêntico: orienta a reconstituição e é enriquecida a cada capítulo pela

¹³⁰⁶ Cf. grifos no anexo.

¹³⁰⁷ Cf. Seção 2 deste capítulo.

¹³⁰⁸ Roman Rosdolsky tratou do problema em *Estrutura e gênese de O Capital* – ligando a modificação aos problemas da gênese/análise sistêmica e história das categorias do sistema. Hesitamos em elucubrar a respeito de mais paralelos que o aventado acima, mas registramos: parecem-nos haver muitos mais. Sobretudo: possivelmente, a formulação do conceito junto à bibliografia pode ter estimulado apostar, como Marx, em não “aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda apresentação do conceito de ‘capital’, embora muitas vezes de modo implícito – como o negativo presente mas não tematizado de cada forma que o capital assume”. (Jorge Grespan. *O negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 33).

¹³⁰⁹ Fernando A. Novais. “Caio Prado Jr. historiador”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2, 1983, p. 68.

reconstituição – não por acaso, comparece em todos os capítulos e arremata em diversos planos a significação dos eventos. Vale atentar: do mesmo modo que o início do século XIX interessa a Caio Prado Jr. por revelar “debaixo daqueles acontecimentos que se passam na superfície, (os) processos complexos de que eles não foram (...) na maior parte dos casos, apenas a expressão externa”¹³¹⁰; o mesmo se dá no recorte temporal de Novais. O sentido do tempo pretérito parece ser mais bem apreendido nos momentos últimos de sua sobrevivência. Note-se bem, a nota coletiva do Seminário, a atenção a Marx. Não é qualquer período que oferta processos de *transformação estrutural* – na mira, afinal de contas, dos seminaristas e de Marx. Em todas as teses que analisamos é esta escala de ruptura que anima os espíritos, chama-se: revolução. Na sua, “o processo varia grandemente no tempo e no espaço, mas no conjunto todo o arcabouço do velho regime político e social é revolvido, e a pouco e pouco se transfigura a paisagem do mundo ocidental: é efetivamente uma nova fase da história que se inaugura.”¹³¹¹

É duvidoso que a algum historiador escape os ecos do diálogo entre Novais e Braudel, na passagem do capítulo primeiro, “Política de Neutralidade”, para o segundo, “A crise do antigo sistema colonial”. E a conversa tem a nota conceitual da crise. Vale reparar: o primeiro capítulo da tese parece ter seguido a orientação de Braudel – não comece com “generalidades”. Esta aí “Política de neutralidade”, capítulo digno de uma história política, repleto de conflitos bélicos, com acento narrativo. Há um tom braudeliano na qualificação dos acontecimentos barulhentos, ondas de um mar agitado, que escondem movimentações mais profundas; numa espécie de concessão à “história historisante”, que se faz para melhor decretar sua falência: “a realidade, porém, transcendia a essas aparências manifestas no nível das relações internacionais”¹³¹² – mas, como se verá, também recuar, matizando as determinações que o próprio historiador estabeleceu. É certo que a narrativa é ordenada segundo o quadro de análise e a tese esposada no trabalho; figurando, contudo, numa espécie de adesão ao *métier*

¹³¹⁰ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 23ª ed., 1994, p. 9 [1942].

¹³¹¹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 1. Como se trata de ponto controverso, pois ao fim e ao cabo, o conceito de revolução como “transformação estrutural” desde logo pressupõe a definição dos princípios de articulação das estruturas, e não está livre de conotações políticas, o autor pondera em nota de rodapé: “Não queremos, evidentemente, com isso, dizer que com o advento da soberania política tenha desaparecido o caráter dependente (‘colonial’) da vida econômica das antigas colônias: ele assume novas formas.” (idem, p.2). À esta nota, na publicação em livro, adiciona em apoio ao que afirma, indicando a análise “das fases e formas de dominação externa” realizada por Florestan Fernandes em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. (Rio de Janeiro: 1973) – publicado no retorno do sociólogo do Canadá.

¹³¹² Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 59.

que não abandona elementos que lhe conferem caráter (narrativa, cronologia), mas subordinada aos dois conceitos centrais crise/sistema colonial.¹³¹³ E, no entanto, é o “sentido da crise” que orienta esta mesma narrativa. Isso fica evidente no trato dedicado à “política de neutralidade”, de Portugal, a qual, sendo reiteradamente fracassada, parece sinalizar os destinos arrastados por força maior que a dos homens, que, no entanto, lutam bravamente contra elas. Fica também patente em “Tensões e crise”, mas, sobretudo, no modo como encadeia o capítulo “analítico”, que “procura dar uma base para a reconstituição”¹³¹⁴ – e que concentra precisamente o “marxismo”, de que não queria falar Braudel:

“Esta observação é tanto mais importante quanto nos leva a considerar que é este primeiro elemento – a situação de Portugal e seus domínios ultramarinos no contexto das relações de forças econômicas e políticas do fim de Setecentos – que nos permitirá compreender a maneira peculiar e específica de manifestar-se aí a crise final do primeiro colonialismo europeu. Temos pois que fixar este ponto de partida de nosso estudo; mas é apenas o ponto de partida, e se quisermos compreender a última etapa do Antigo Regime e do Sistema Colonial Mercantilista, para estudar lucidamente a política ultramarina portuguesa na sua colônia americana nesta quadra crítica, devemos agora transcender o nível agitado das relações internacionais para nos aprofundarmos nos fenômenos estruturais de longa duração”.¹³¹⁵

Assim, à “Política de Neutralidade” sucede “A crise do Antigo Sistema Colonial”. Este é decerto o capítulo mais lido do livro. Ao buscarmos aquela “nota coletiva” do Seminário, é impossível não se referir a ele. Capítulo que “não é bem de história”, ele é “analítico, procura dar uma base para a reconstituição que se segue”¹³¹⁶; diríamos, também para a que o antecedeu. Como a “Introdução”, de Fernando Henrique Cardoso, e “Idéias fora do lugar” de Roberto Schwarz, trata-se de peça relativamente autônoma do trabalho, publicada por várias vezes separadamente.¹³¹⁷ E, diferentemente de ambas, não abre a tese. No quadro de constrições e estímulos institucionais, influências magistrais e filiais, que vimos esboçando, fica evidente que o historiador incorporou *e ao mesmo tempo tomou distância do Seminário pari passu* refletia a respeito das questões do grupo – possibilidade aberta pelo ritmo lento de

¹³¹³ Digno de nota: na composição da tese, o capítulo é estratégico, realiza a observação do texto programático de 1967: “torna-se para logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular.” Fernando A. Novais. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 261.

¹³¹⁴ Fernando A. Novais. *Aproximações*, p. 361.

¹³¹⁵ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 61.

¹³¹⁶ Fernando A. Novais. *Aproximações*, p. 361.

¹³¹⁷ *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Cadernos Cebrap, n. 17, 1974; 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995; edição portuguesa, Lisboa: Livros Horizonte, 1975; edição em inglês, “Brazil in the Old Colonial System”. In. GRAHAM, Richard (org.), *Brazil and the World System*, Austin, University of Texas Press, 1991.

profissionalização na historiografia, notável no longo tempo de elaboração de seu trabalho. Entre o início da atividade docente (1955), primeiro texto que publicou dando indícios de suas preocupações (1957) e a defesa de tese (1973) passaram-se dezoito anos. Entre a contratação como assistente junto a França (1961), e o doutoramento, doze. Se fizermos o contraponto com a área que é ponta de lança da profissionalização – a Sociologia – teríamos, entre o início da atividade docente de Fernando Henrique Cardoso (1952) e o doutoramento, dez anos; e entre o início da pesquisa que redundará na tese de doutoramento (viagem de 1955) e a defesa dele, seis anos. Com relação à Filosofia, entre o início da docência universitária de Giannotti (1956) e o doutoramento dele (1960), há apenas quatro anos; entre o início do seminário e a tese de livre-docência (sua “tese como seminarista”), apenas seis. O contraste dos ritmos possibilita inferir: a Filosofia é menos profissionalizada que a Sociologia, e mais que a História. Não surpreende que na tese do historiador o Marx/leituras do grupo não sejam acoplados (como na do sociólogo), nem uma mera fase de projeto mais amplo (como na do filósofo), mas organize o conjunto.

Sendo correto que haja limitações e estímulos específicos das áreas que tornam possível a incorporação dele nos respectivos trabalhos – a “nota coletiva” concentra-se no capítulo segundo, mas não se encerra nele, que, prestando-se a ordenar a reconstituição presente nos demais capítulos, leva a encontrar também neles esta nota. Um modo de ligar esses dois pontos – estímulos específicos das disciplinas no encontro de Marx e referências ao grupo de estudos, no conjunto da tese – consiste em adotar como chave de acesso o tratamento dado à parte mais estratégica da documentação, pois, além de ser algo particular ao *métier*, sua *interpretação é implicitamente* marcada pelas discussões teóricas do Seminário.¹³¹⁸ A caracterização da época como “crítica” implica angulação da documentação que talvez não estivesse tão nítida anteriormente, e um prisma estratégico para indicá-lo poderia ser o trato do “teórico por excelência do colonialismo ilustrado em Portugal”¹³¹⁹: bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, que mobiliza sua atenção pelo menos desde 1957 – quando ainda estava na

¹³¹⁸ Sobretudo, quando se vai rente a pista do autor: “os historiadores de inspiração marxista ou marxizante enfrentaram o problema (generalização dos conceitos / particularidade dos eventos) *en historien*, quer dizer, na própria pesquisa, dentro do recorte de seu projeto; e essa postura não é específica dos marxistas, mas da confraria em geral...” (Fernando A. Novais e Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História*, p. 53).

¹³¹⁹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH, p. 242-243.

FCEA.¹³²⁰ Estamos, como não poderia deixar de ser, novamente, às voltas do problema que mobiliza os seminaristas – teoria e prática dos agentes históricos que investigam e com os quais dialogam – com as operações de método de leitura acionadas e visadas políticas necessariamente contidas.¹³²¹

As contradições da ilustração portuguesa, particularmente no que diz respeito ao pensamento econômico e à cartilha formulada por ele com relação ao colonialismo, consistem, se entendidas como manifestações da crise, em objetivações do processo histórico. No final do século XVIII, teóricos e estadistas, para empreenderem análises e projetos de intervenção, mobilizavam “esquemas interpretativos da mentalidade das Luzes”. Deviam, porém detê-los naquele “limite que não extrapolasse para além da perspectiva reformista. Igualmente, as aberturas na política colonial deviam se manter nas fronteiras do sistema. Tal o quadro de determinações e possibilidades no qual se desenrolava a teoria e a prática da Ilustração em Portugal e no Brasil.”.¹³²² O limite assinalado implicava “articular os interesses recíprocos da metrópole e da colônia, sem romper o pacto”¹³²³ – por mais que as evidências se insinuassem na direção oposta.

¹³²⁰ É intrigante, precisamos registrar, o percurso que o bispo tem nas teses de Fernando A. Novais e Fernando Henrique Cardoso. Na tese do primeiro, ele se encontra fora do lugar da ordem alfabética. (Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH, p. 429). Na tese do segundo, está ausente na bibliografia, mas presente na publicação em livro (Ed. Difel, p. 326). Um dos membros de sua banca, Sérgio Buarque de Holanda, apenas cinco anos depois desta defesa, publicava prefácio às *Obras econômicas de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho*, que vinha à lume pela Companhia Editora Nacional. Tratava-se de desdobramento de estudo anterior, de 1944 [“Azeredo Coutinho (1742-1821)”]. *Revista Brasil Açucareiro*, dez. 1944]. A edição citada por Fernando Henrique na publicação é a de 1828, portuguesa, da *Academia Real das Sciencias*. Seu amigo, Fernando A. Novais, em sua tese, trabalhou com a edição que trazia a apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. Em conversa informal com o historiador, confirmamos o que o leitor pode suspeitar: naturalmente, foi ele quem indicou a leitura do bispo ao sociólogo.

¹³²¹ Estamos nos referindo à discussão a respeito do método de leitura adequado aos sistemas filosóficos autonomizados ou não – cf. Capítulo 1; retomada no capítulo 4. Parece-nos que o autor se aproveita do método como “disciplina” de leitura; mas o conteúdo que extrai dos “sistemas dos economistas” que analisa não fica no vácuo. Como tentamos mostrar a seguir. Vale assinalar, junto aos demais “cientistas” e homens de ação, Azeredo Coutinho, parece ter o mesmo papel que reconhecemos em personagens distintas nos trabalhos dos seminaristas, tendo em vista contornar dificuldade inescapável envolvida na apropriação do marxismo: cindir/unir (em que termos?) teoria e prática. É o que se observa na análise que Fernando Henrique Cardoso faz da “consciência do escravo”, do movimento abolicionista. É o que se observa no empenho de Fernando Novais em valorizar os ilustrados; arriscaríamos mesmo, talvez estivesse no ponto de fuga de Giannotti ao buscar o velho no jovem Marx. Não nos parece casual, diga-se de passagem, que o historiador chame atenção para o fato da implementação das idéias de Azeredo ser simultânea à sua formulação e “a política econômica colonial da Ilustração portuguesa não ficou letra morta, antes transformou-se numa prática efetiva”. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In. *Aproximações*, p. 176.

¹³²² Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 253.

¹³²³ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 246.

“Colonização e desenvolvimento econômico” (1957); “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial” (1965); “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII” (1966) e “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica” (1967) – em todos os textos preparatórios da tese, Azeredo Coutinho figura com certo destaque.¹³²⁴ O que marca a distância entre estas menções e o tratamento a ele dedicado no interior do “mercantilismo ilustrado”, na tese, parece-nos, consiste na incorporação de “totalidade concreta”, mesmo esforço de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a noção aqui está pressuposta na operacionalidade de *crise* e não em manifesto teórico metodológico, segmentado do conjunto.

Se o bispo economista fazia contraponto aos observadores dos EUA independentes (1957)¹³²⁵; era citado em abono à idéia da “estrutura monopolista do sistema colonial” (1965)¹³²⁶; como interessado no debate aberto na fisiocracia, a respeito da riqueza das minas (1966)¹³²⁷; era ligado a espécie de auto-consciência de seu tempo, dando suporte ao esquema do próprio historiador (1967)¹³²⁸, na arquitetura da tese é tomado como exemplar cabal das contradições do mercantilismo ilustrado, que busca se equilibrar entre o bafejo das Luzes e a visão mercantilista da colonização. Consistia ele na exemplar tentativa de enfrentamento dos problemas que se

¹³²⁴ “Para minha surpresa encontrei pensadores políticos e econômicos, como Azeredo Coutinho, os quais procurei valorizar no meu trabalho. Não é possível haver um pensamento reformista tão articulado e uma posição levada a cabo com tanta eficácia, se não estiver subjacente uma tremenda crise (...) a elite (...) só se movimenta dessa maneira e com tal intensidade quando está enfrentando uma situação muito dramática.” (Fernando A. Novais. *Aproximações*, p. 352).

¹³²⁵ Fernando A. Novais. “Colonização e desenvolvimento econômico”, p. 22.

¹³²⁶ “[o regime de monopólio permaneceu no século XVIII] pois, como dirá um dos mais lúcidos teóricos do colonialismo português no fim deste século, Azeredo Coutinho, é justo que em troca da defesa e da segurança propiciadas pela metrópole, ‘as colônias também de sua parte sofram (...) que só possam comerciar diretamente com a metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso’. Fernando A. Novais. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”, p. 54.

¹³²⁷ “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII”. In. *Aproximações*, p. 75.

¹³²⁸ “A ocupação, o povoamento e a valorização econômica do *Brasil* na Época Moderna, a sua colonização enfim, processando-se na etapa da ascensão burguesa vinculada ao capitalismo comercial, dá lugar a uma entidade específica (*colônia* da metrópole-Portugal); suas estruturas básicas configuram uma colônia *de exploração* por se formarem e se desenvolverem nos quadros e ao ritmo do Antigo Sistema Colonial de relações entre as economias centrais e periféricas do capitalismo mercantil. Parece que não o ignorava Azeredo Coutinho, teórico ilustrado do final do colonialismo mercantilista, ao lembrar que as colônias, em troca da segurança provida pela mãe-pátria, deveriam reservar a esta o exclusivo de seu comércio e não ter uma produção concorrencial à metropolitana; assim, dizia, ‘os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas’.” (“Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 43).

apresentavam àquela altura, por parte de teóricos e homens de ação. Os vários graus de “defasagem em relação à Inglaterra” redundavam num impasse. Removê-los “implicava, no plano teórico, na crítica do Antigo Regime como um todo, e pois também do próprio sistema colonial, indispensável para manter o ritmo de acumulação, sem a qual o atraso não se superava”. Impossível superar o dilema “sem negar o sistema como um todo” – condição que “imprimia um iniludível caráter ideológico às formulações reformistas; a impossibilidade prática de ultrapassar as contradições levava, por seu lado, às rupturas revolucionárias, e nelas, a colocação explícita do dilema: assim, nas assembléias revolucionárias da França, a dura opção entre os ‘princípios’ e as ‘colônias’, assim os vintinistas portugueses tendo que combinar liberalismo com recolonização do Brasil”.¹³²⁹ No interior desse amplo e contraditório quadro, minado de (im) possibilidades objetivas de superação da contradição, sem que se postulasse a cisão das partes, metrópole e colônia, cuja união possibilitaria a suposta superação, encontra-se o bispo. Assim o apresenta e analisa o historiador:

“(…) ‘A metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa e segurança das suas vidas e dos seus bens, mantendo-se em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e desses bens’. O traço ideológico reponta claramente na formulação: ‘Bons ofícios’ para a ‘defesa e segurança’ da colônia enquanto colônia; na fase de crise, quando os mecanismos da estrutura começavam a criar condições para o desatamento dos vínculos de dominação colonial, isto necessariamente significava ‘defesa e segurança’ da metrópole, enquanto potência colonial. Mais ainda, dados os mecanismos do sistema que se defende, ‘posse e fruição’ significam assimilação, pela metrópole, dos estímulos da exploração colonial. ‘Estes benefícios’, prossegue o bispo economista, ‘pedem iguais recompensas e, ainda, alguns justos sacrifícios; e por isso, é necessário que as colônias, também, por sua parte, sofram: 1. que só possam comerciar diretamente com a metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2. Que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da metrópole. Aqui defrontamos o colonialismo mercantilista na sua formulação mais ortodoxa. Como os referidos ‘benefícios’ eram na realidade vantagens efetivas da metrópole, vê-se bem que a reciprocidade do pretenso pacto era grosseira racionalização.”¹³³⁰

Na pena do “maior mercantilista ilustrado”, a mais bem formulada racionalização, “mistificação ideológica”. Pois, “tendo apreendido as relações recíprocas de atraso e interdependência Metrópole-Colônia, só restava supor a possibilidade do ‘bem comum’ de ambos, para evitar a alternativa da separação”.¹³³¹ Era fulcral, entre os teóricos do mercantilismo ilustrado, “a ideologia da colonização”: postular como articular interesses comuns da metrópole com a colônia. A qualificação recebida pelos teóricos, os economistas do reino, merece atenção: “ideologia econômica

¹³²⁹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 244-245.

¹³³⁰ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 243-244.

¹³³¹ “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In. *Aproximações*, p. 174.

e colonial do fim do antigo regime, em Portugal”. Com efeito, nas *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, poderia outro historiador encontrar material para uma “história científica” – história da ciência econômica em Portugal.¹³³² No entanto, em busca de uma “história total”, que ambicione explicar o conjunto, o mercantilismo ilustrado é enquadrado como parte de um todo.

Mas o “todo”, “não é a soma, é a síntese”.¹³³³ Dito de outro modo, não se trata de justapor estudos setoriais, adicionando uns aos outros, senão formular um princípio que os articule de modo explicativo: o sopro, de que falava França.¹³³⁴ Eis aí a operacionalidade do conceito de *crise* no interior da “totalidade concreta”, entendida como todo articulado. Tanto a legislação quanto a ilustração buscavam, contra a tendência do tempo de *crise* cuja força ia em direção à *distensão* de laços, *atar* as partes da unidade sistêmica: colônias e metrópoles. “Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias.”¹³³⁵ A “*peculiaridade*, real, da situação de Portugal e suas colônias no contexto do Antigo Sistema de colonização”, qual seja, “a desproporção entre a metrópole e seus extensos domínios, agravada pela defasagem econômica em face das potências mais desenvolvidas, que era uma ameaça de ruptura do sistema”, sofre, em função do período crítico, uma inversão, e “passa a ser vista como elemento que supera as contradições do pacto, e harmoniza as peças do conjunto”: dito de outro modo, torna-se uma *ideologia*.¹³³⁶ Nesse sentido, o bispo é expressão do “ponto limite a que podia chegar a tomada de consciência metropolitana”.¹³³⁷ Limite tal que chega a inverter o princípio mercantilista, mas não a formular a possibilidade /

¹³³² Ainda que remotamente, França não silenciou a respeito: “Historiografia científica. Outra expressão inteiramente vaga. Científica há de ser toda a historiografia séria e contemporânea. História da ciência, eis a coisa. Na verdade, história da cultura e seus capítulos: história da ciência, história da arte, história da técnica, da educação, dos costumes, etc. “A teoria geral da História”, p. 127. Oportuno registrar que o que defendemos a seguir elimina a interlocução – com vistas a alcançar a marca do seminário nesta tese – do historiador com a historiografia luso-brasileira e mesmo com especialistas no assunto do Iluminismo. Decerto concorreram para a montagem de seu argumento os estudos de Ernst Cassirer, Paul Hazard, Franco Venturi, Fritz Valjavec – para citar alguns. O risco que corremos, contudo, alicerça-se na centralidade de “crise” que reconhecemos na explicação por ele defendida.

¹³³³ Fernando A. Novais. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 143.

¹³³⁴ “A justaposição de peças anatômicas não compõe o homem: é preciso um sopro de vida”. “A teoria geral da História”, p. 112.

¹³³⁵ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 12.

¹³³⁶ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 247.

¹³³⁷ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 247-248. Destaque nosso.

necessidade de desatar os laços entre metrópole e colônia. O historiador chama a atenção: “invertendo a ortodoxia mercantilista, tira as conclusões últimas daquela ‘posição peculiar’ da metrópole portuguesa; e formula a *diretriz segundo a qual a metrópole pode e mesmo deve ter um comércio deficitário com a colônia, para tê-lo superavitário com as demais potências*. ‘Numa palavra, quanto os interesses e as utilidades da pátria-mãe se enlaçarem mais com os das colônias suas filhas, tanto ela será mais rica; e quanto ela dever mais às colônias, tanto ela será mais feliz e viverá mais seguramente. O credor sempre olha para o seu devedor como para a sua fazenda; ele concorre para o seu aumento e não o quer jamais arruinar, nem perder de vista; o devedor, porém não quer nem ver o seu credor, e quanto ele se faz menos solúvel, tanto mais procura ocasião de lhe fugir’. E a distorção ideológica reponta ainda uma vez: o prelado reformador não se dava conta de que a argumentação, tão engenhosamente elaborada, podia apresentar o reverso da medalha; a metrópole, devedora, pelo seu próprio argumento, devia querer arruinar a colônia, credora... não seria então mãe e sim madrasta. Mas não havia decerto perigo de ela, a metrópole, ‘procurar ocasião de fugir’ da colônia; o que havia, concretamente, eram as tensões internas do sistema engendrando as tendências das colônias em direção à autonomização. Para preveni-la, exatamente, impunha-se, na época da crise, afrouxar os laços até o limite em que se mantivesse o ‘enlace’, isto é, o sistema colonial”.¹³³⁸ Totalidade concreta, limite da (cons)ciência, caráter ideológico – eis aí outra nota coletiva inconfundível do seminário.

“Étude concrète, cela signifie donc: rapport à la société comme *totalité*” – eis como, em *História e consciência de classe*, Georg Lukács o opõe ao mesmo princípio defendido nos termos da “ciência histórica burguesa”; que se equivoca ao entendê-lo como indivíduo e consciência empíricos.¹³³⁹ Com efeito, é tomando como referência a “totalidade” que se pode ultrapassar a *descrição* do modo que os homens agiram, pensaram, sentiram. O filósofo húngaro delimita como “tarefa de uma análise histórica meticulosa” estabelecer a situação efetiva na qual se torna possível “desmascarar” a ilusão e alcançar a “conexão com a totalidade” – posto que ela não é acessível a

¹³³⁸ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 247-248. Destaque nosso.

¹³³⁹ Cf. “Son erreur [de la science historique bourgeoise] réside en ceci qu’elle croit trouver le concret en question dans l’individu historique empirique (qu’il s’agisse d’un homme, d’une classe ou d’un peuple) et dans sa conscience donné empiriquement (c’est-à-dire donné par la psychologie individuelle ou par la psychologie des masses). Georg Lukács. *Histoire et conscience de classe*, p. 72 – destaques dele. Naturalmente, tem em vista o “concreto” como “resultado”, síntese de múltiplas determinações e não como sinônimo de empírico.

qualquer situação histórica e social.¹³⁴⁰ Há, em suma, uma situação de classe que possibilita o acesso à totalidade, ao passo que outra situação, veta-a irretorquivelmente, posto que chegar a ela implicaria a negação das condições que tornam possível a existência da própria sociedade de classes.¹³⁴¹ O sumário desse enquadramento:

“Même les classes capables de domination ne doivent pas pourtant être toutes mises sur le même plan en ce qui concerne la structure interne de leur conscience de classe. Ce qui importe ici, c’est la mesure dans laquelle elle sont en état de devenir conscientes des actions qu’elles doivent exécuter et qu’elles exécutent effectivement pour conquérir et pour organiser leur position dominante. Donc, ce qui importe, c’est la question suivante: jusqu’à quel point la classe en question accomplit-elle ‘consciemment’, jusqu’à quel point ‘inconsciemment’, jusqu’à quel point avec une conscience ‘juste’, jusqu’à quel point avec une conscience ‘fausse’, les tâches qui lui sont imposées par l’histoire? Ce ne sont pas là des distinctions purement académiques. Car, tout à fait indépendamment des problèmes de la culture, où les dissonances résultant de ces questions sont d’une importance décisive, le destin d’une classe dépend de sa capacité, dans toutes ses décisions pratiques, à voir clairement et à résoudre les problèmes que lui impose l’évolution historique. On voit de nouveau tout à fait clairement qu’avec la conscience de classe, il ne s’agit pas de la pensée des individus, seraient-ils plus évolués, ni non plus de connaissance scientifique. Il est tout à fait clair aujourd’hui que l’économie fondée sur l’esclavage devait, de par ses limites, causer la ruine de la société antique. Mais il est tout aussi clair que, dans l’antiquité, ni la classe dominante, ni les classes qui se dressaient contre elle, de façon révolutionnaire ou de façon réformiste ne pouvaient, en tout état de cause, parvenir à une telle conception, que le déclin de cette société était donc inévitable et sans espoir de salut, *dès que ces problèmes surgirent pratiquement.* Cette situation se manifeste avec une évidence plus grande encore chez la bourgeoisie d’aujourd’hui qui, à l’origine, est partie en lutte contre la société absolutiste et féodale avec la connaissance des interdépendances économiques, mais qui devait nécessairement être totalement hors d’état de pousser jusqu’au bout cette science qui était la sienne à l’origine, cette science qui lui était toute à fait propre; elle devait nécessairement échouer, théoriquement aussi, devant la théorie des crises. Et, dans ce cas, Il ne lui sert absolument de rien que la solution théorique soit scientifiquement à sa portée. Car, accepter, même théoriquement, cette solution, cela équivaudrait à *ne plus considérer* les phénomènes de la société *du point de vue de la bourgeoisie.* Et de cela, aucune classe n’est capable, ou bien Il faudrait qu’elle renoncât volontairement à sa domination. La barrière qui fait de la conscience de classe de la bourgeoisie une ‘fausse’ conscience est donc objective: c’est la situation de classe elle-même. C’est la conséquence objective de la structure économique de la société et non quelque chose d’arbitraire, de subjectif ou de psychologique. Car la conscience de classe de la bourgeoisie, même si elle peut refléter le plus clairement possible tous les problèmes de l’organisation de cette domination, de la révolution capitaliste et de sa pénétration dans l’ensemble de la production, doit nécessairement s’obscurcir dès l’instant où surgissent des problèmes dont la solution renvoie au-delà du capitalisme, même à l’intérieur de l’expérience de la bourgeoisie. La découverte par elle de ‘lois naturelles’ de l’économie, qui représente une conscience claire par comparaison avec le Moyen-âge féodal ou même avec la période de transition du mercantilisme, devient, de façon immanente et dialectique, une ‘loi naturelle qui reponse sur l’absence de conscience de ceux qui y ont par’.”¹³⁴²

¹³⁴⁰ Cf. “Or, c’est la tâche d’une analyse historique très méticuleuse que de montrer clairement, grâce à la catégorie de la possibilité objective, dans quelle situation effective il devient possible de démasquer réellement l’illusion, de pénétrer jusqu’à la connexion réelle avec la totalité. Idem, 74-75.

¹³⁴¹ Cf. “Ici, la pensée bourgeoise doit cependant se heurter à une barrière infranchissable, puisque son point de départ et son but sont toujours, même inconsciemment l’apologie de l’ordre de choses existant ou, au moins, la démonstration de son immuabilité”. Idem, p. 69.

¹³⁴² Georg Lukács. *Histoire et conscience de classe*, p. 75-77.

Anotem-se as afinidades entre leitura do historiador e as assertivas do filósofo húngaro: *tomada de consciência* não equivale a “pensamentos empíricos” – simplismo da “ciência burguesa”; a delimitação das situações histórico-sociais que a facultam só é logicamente possível se tiver por referência a *totalidade concreta*, sem a qual ‘falsidade’, ‘mistificação’, ‘ideologia’ seriam termos destituídos de significado. Mesmo o homem mais refinado cientificamente – gênio de sua época, ou algo que o valha, como é o caso do *bispo economista* – tem suas possibilidades limitadas pela situação em que se encontra, de nada valendo que intelectualmente lhe esteja disponível a “utensilhagem” necessária para a apreensão dos rumos históricos, sobretudo, se a direção deles for a superação das condições e contradições que suportam esta mesma situação.¹³⁴³ “Utensilhagem”, no final das contas, “espelho e produto do seu tempo”¹³⁴⁴, é refém deste limite. Em suma, se há problemas cuja resolução depende da reestruturação sistêmica, os corifeus deste mesmo sistema não a aventarão, mas tentarão equilibrar sua intervenção no interior das estruturas que o mantém de pé. Daí ser a denominação “mercantilismo ilustrado”, não apenas descritiva, mas *explicativa*, pois se trata, no plano das formulações teóricas e políticas da ciência econômica da época, das mesmas contradições objetivas do sistema colonial em *crise*.¹³⁴⁵

¹³⁴³ Parece-nos, a atenção voltada para a “tomada de consciência” do Portugal metropolitano liga-se à preocupação com o mesmo fenômeno em situação colonial, que poderia redundar em sinal contrário, atinando para a necessária eliminação dos laços. “Quando, pois, em 1794, o vice-rei conde de Rezende mandava devassar os colóquios aparentemente acadêmicos dos membros da antiga Sociedade Literária, para ‘indagar se os sobreditos indivíduos se limitavam e continham só nos referidos sacrílegos e revoltosos discursos, ou se passando adiante haviam formado alguma idéia ou plano de sedição’, tinha lá suas razões. Em colóquios dessa natureza, em Vila Rica, também se formara o ambiente propício para a revolta; bastou o encontro desses intelectuais ilustrados com a presença viva e ativista de Tiradentes para se passar das idéias à ação. Por outro lado, no próprio corpo teórico do pensamento das Luzes germinavam contradições que podiam levar a uma leitura revolucionária; lidos esses textos em situação colonial, dificilmente deixariam de estimular a tomada de consciência das contradições do sistema”. (Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 176 – destaques nossos). Chama a atenção que este mesmo trecho, na publicação em livro tenha os termos “leitura revolucionária” e “em situação colonial”, destacados, pelo autor, com itálico – destaques ausentes na tese. (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 169).

¹³⁴⁴ Tomo emprestado o termo do autor para qualificar o “Alvará que proíbe as manufaturas no Brasil”. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”, p. 81.

¹³⁴⁵ Cedemos à tentação de, acreditando no velho ditado que afirma estar Deus entre os detalhes, assinalar uma minúscula diferença encontrada no texto da tese e no texto que o autor preparou para a publicação, em livro. Afirma ele, na tese: “a política relativa à colônia se manifesta como resposta aos problemas efetivos que a manutenção e a exploração do ultramar apresentavam à Metrópole. Ora, tais problemas são na realidade a manifestação, no plano da prática, dos mecanismos estruturais profundos que atuavam no conjunto do sistema e promoviam, nessa fase, reajustamentos fundamentais. Assim, o exame desses problemas nos conduz à análise estrutural, o que nos obriga a reportarmo-nos ao processo geral acima referido. Por outro lado, é necessariamente no aparato mental da época que os dirigentes metropolitanos se vão inspirar para, apercebidos com instrumentos de análise da realidade, elaborar os esquemas de

A diretriz que traçamos em seu itinerário – heresia como fé de ofício – tem prosseguimento. Se os interditos são contornados pela síntese, se as lições parecem melhor aprendidas quando desobedecidas, porque não seria assim com o seminário? Um hipotético “superego teórico” que avaliasse a passagem das formulações do filósofo húngaro para o historiador brasileiro não deixaria de assinalar, talvez mesmo em detrimento do que ressaltamos, o *distanciamento notável*: se Lukács refere-se à tomada de consciência, em termos de classes sociais; e totalidade, em termos de sistema capitalista, não são estes os elementos da equação historiográfica, e somos tentados a supor: a modificação talvez se deva à “historicização” dos conceitos. Em fins do XVIII e início do XIX, não é possível trabalhar com as noções de Lukács, *ipsis litteris*, posto que nem tais classes correspondem às que serviram de mote para o filósofo, nem o sistema capitalista – este, precisamente em fase de consolidação. Em contrapartida, como temos visto, justamente a Economia, ainda em processo de autonomização, favorece a entrada dos autores marxistas na interpretação histórica. É possível se rastrear, nas numerosas entrevistas concedidas pelo historiador, a menção a necessária historicização dos conceitos, para a qual, afirma ele, Lucien Febvre não nos deixou receita – cabendo, portanto a cada um encontrar sua justa medida, segredo de

ação que se corporificam nas normas efetivas levadas à prática. E mais uma vez amplia-se nosso quadro de referências, agora no universo das idéias que exprimem a consciencialização possível do movimento mais geral das transformações do fim do antigo regime. Através de dois caminhos, portanto, estabelecem-se necessariamente as conexões entre o fenômeno particular objeto da investigação e o processo geral de que é parte inseparável. ” (Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 3). No texto da publicação em livro, a palavra grifada foi substituída por “tomada de consciência”. (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 5). O historiador gentilmente nos esclareceu o motivo da modificação da palavra “consciencialização”: professor França disse que esta palavra não existia, muito embora o emprego dela fosse corrente entre os jovens. Ao modificar a palavra, o historiador aquilatau o argumento, daí o trecho intercalado no livro e ausente na tese – a seguir, indicado entre [*]: “Se retomarmos, agora, as considerações precedentes sobre as tensões de conjunto que emergem neste período final do século XVIII e início do XIX, engendradas pela passagem longa mas persistente ao capitalismo industrial – temos o quadro de receptividade da ideologia anti-colonialista da Ilustração. Será, *grosso modo*, a face reformista das Luzes que incidirá mais sobre a metrópole; na colônia, a face revolucionária. [* Esta a ambigüidade fundamental do pensar ilustrado, ao mesmo tempo reformista e revolucionário, dependendo da situação em que se processe a sua leitura. Por onde se pode compreender a divergência, ainda hoje, na interpretação de seu significado: uma das análises mais profundas, a de Michéle Duchet insiste nas limitações ideológicas das Luzes; o mundo extra-europeu, o indígena, o escravo, eram na realidade sempre objeto, nunca sujeito, do discurso iluminista, uma maneira de a sociedade européia se compreender a si mesma. Yves Benot, entretanto, que vimos acompanhando nessas páginas, procura acentuar sua dimensão anti-colonialista, e pois revolucionária. A contradição do real manifesta-se assim, no discurso que o exprime. *] A crise, de qualquer modo, era geral, e punha em xeque tanto o sistema mercantilista de colonização como o absolutismo da metrópole.” (A diferença dos trechos encontra-se no cotejo entre a Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 166; São Paulo: Hucitec, 1979, p. 158-159 – sublinhado nosso).

pesquisa.¹³⁴⁶ Parece-nos ser esta a operação em jogo na sua apropriação de Lukács / Marx.¹³⁴⁷

E, no entanto, o filósofo húngaro não consta em sua bibliografia. Diferentemente de seu rival no seminário, Jean Paul-Sartre, citado em passagem delicada da introdução:

“Não se passa, entretanto, da análise dos mecanismos estruturais à dos eventos – que é onde se acelera o tempo histórico – direta e imediatamente; isto importaria numa necessária deformação da realidade reconstituída. Torna-se imprescindível identificar e escalonar as múltiplas e variáveis mediações através das quais os movimentos de estrutura emergem na superfície dos acontecimentos. Esta é precisamente a tarefa do historiador, naquilo que tem de mais fascinante e difícil. De fato, a comunicação entre os vários níveis da realidade se faz de maneira progressivamente complexa e ampliando as possibilidades de variações na medida em que se aproxima da conduta efetiva dos homens na torrente dos acontecimentos; por outro lado, cada manifestação concreta estabelece novos elementos, redefinindo o conjunto.”¹³⁴⁸

A assertiva liga-se, por meio de singela nota de rodapé, a *Questão de método* – citado em edição brasileira, com tradução de Bento Prado Jr., seminarista “derrotado” no duelo com Giannotti, em defesa do filósofo francês contra o húngaro. Vimos como, na tese de Fernando Henrique Cardoso, representavam (lógica/fenomenologia; Lukács/Sartre; Giannotti/Bento) a oposição entre determinação e contingência na ação e consciência dos agentes. *Mutatis mutandis*, a mesma oposição. É patente que sua ressalva remete a questão das mais delicadas – era novamente, o historiador ciente dos riscos que o rondavam na ida às estruturas, no estabelecimento da dinâmica, na determinação sistêmica.¹³⁴⁹

¹³⁴⁶ “E o que é historicizar um conceito? Ninguém foi capaz de dizer e daí cada um faz do seu jeito...”. Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 128.

¹³⁴⁷ A rigor, crise como autonegação objetiva do capital, produzindo sua própria crítica, só existe no capitalismo já constituído. A crise do sistema, na tese, abre-se justamente na constituição dele – tendo por baliza a “Revolução Americana”. Para manter os trocadilhos: tudo se passa como se ele estivesse trabalhando com a gênese histórica das categorias; enquanto, n’*O Capital*, a ordem delas depende de sua articulação lógica no interior do sistema já constituído. Parece-nos que é em função dessa embocadura que o historiador formula: “De fato, não parto da análise das relações de produção, parto do movimento do capital comercial, é diferente. Isso porque acredito que esse modo de produção colonial é diferente dos outros e é isso que o caracteriza – não se pode, portanto, analisá-lo como os outros, uma vez que a obra de Marx, *O capital*, não é um modelo para analisar qualquer modo de produção. Este livro é uma análise do modo de produção capitalista. Outros modos de produção devem ser analisados sob outros ângulos. Estou certo de que o Antigo Sistema Colonial pressupõe uma dessas outras maneiras de análise.” (*Aproximações*, p. 358).

¹³⁴⁸ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH, p. 11-12.

¹³⁴⁹ Nas palavras de uma de suas alunas: “Apesar de ter trazido contribuições decisivas à *explicação* do Brasil, Fernando Novais costuma dizer que a História busca a *compreensão* (...)” (Laura de Mello e Souza. Texto da “orelha” de *Aproximações*). A observação parece-nos tanto mais significativa quando se considera que a aluna em questão tinha por tema inicial de seu mestrado: “a tomada de consciência da situação colonial no Brasil no século XVIII” (Cf. Fernando A. Novais. *Curriculum Vitae*. CAPH); e quando se tem em vista a constante preocupação do autor em afirmar: “em História, só há aproximações”. Vale dizer, modificações curriculares *pari passu* à especialização das áreas tornaram possíveis disciplinas como teoria da História e metodologia da História – logrando cumprir aquele desiderato de Braudel, no

Outra ressalva, com a mesma substância – o máximo da geometria do conceito e da finesse da contingência – encontra-se em texto publicado no mesmo ano em que conclui a redação da tese: “Tal é o mecanismo básico e estrutural da crise, no seu nível mais profundo, e ele não decorre de nenhum ‘erro’ ou malevolência dos autores do drama, antes procede do próprio funcionamento necessário do sistema. É claro que não se pode nem de longe pretender explicar as ações humanas no curso dos acontecimentos direta e imediatamente por esses mecanismos de fundo. Mas, por outro lado e igualmente, não se pode prescindir deles numa compreensão global; eles são o ponto de partida, delimitam os marcos estruturais, que condicionam imediata e indiretamente o curso da história. Quer dizer: a tarefa, verdadeiramente fascinante, do historiador, será procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos.”¹³⁵⁰

Quem não está com questões de método à flor da pele em meio aos arremates finais de sua tese? A tarefa, fascinante e difícil, talvez se deva ao fato de estarmos enclacados aos esquemas das determinações e, ao mesmo tempo, à agitação dos homens que delas tentam escapar – e sem o saberem, sabem; e sem dominá-las, nos encantam pelo modo como as contornam.¹³⁵¹ Aproximamo-nos da experiência na base deste equilíbrio, igualmente “difícil e fascinante” entre *esprit de géométrie et de finesse*, o marxismo pascaliano é o Marx de um historiador moderno – a um só tempo afeito à ciência e crítico do positivismo – tal como seu amigo filósofo, Giannotti.¹³⁵² Mas, para isso, não é possível afirmações teóricas de princípio, a prova dos nove consiste na mediação entre evento e estrutura. Vamos a ela.

documento de 1935, quando recomendava algum domínio não estritamente historiográfico, nem apenas em disciplinas auxiliares, para historiadores. Nesta esteira, rotinizou-se o emprego da oposição explicar / compreender, por meio da incorporação da hermenêutica nestas disciplinas. Não se verifica tal ênfase nos textos que vimos acompanhando. Porém, o problema está lá formulado, contudo, em outros termos. Foi possível notar tanto nas resenhas de Novais quanto nas de França, a expressão “compreender cientificamente” – em sentido que se opõe o descritivo/narrativo dos que os antecederam, mas menos “teórico” do que aqueles que os sucedem. (Fernando A. Novais. Resenha de *Les origines de l' économie occidentale*, p. 561).

¹³⁵⁰ Fernando A. Novais. “Dimensões da Independência”, p. 23.

¹³⁵¹ Novamente, difícil não entrever Marx nesse impasse constitutivo. Pois “a necessidade ‘absoluta’ significa que o capital teria o poder pleno de determinar endógena e univocamente a realização de suas potencialidades; ao passo que a necessidade ‘relativa’, implica, para sua realização, eu o capital resolva continuamente o conflito entre suas disposições opostas e igualmente necessárias, no que consiste justamente toda a dificuldade” – e fascínio. Jorge Grespan. *O negativo do Capital*, p. 47. Destaque nossos.

¹³⁵² “Tanto (nos contrapúnhamos) ao irracionalismo da direita (...) quanto ao cientificismo da própria esquerda, defensora do socialismo científico (mas misturando) na prática ciência com ideologia”. José Arthur Giannotti. *Recepções de Marx*, p. 118.

Diz-se, entre *habitués*, que a vida da dialética pulsa na unificação produtiva de momentos antagônicos. A esta vitalidade – entre determinação e liberdade, teoria e prática – parece o autor querer fazer jus no capítulo quarto, “Política Colonial”, dividido nas seguintes seções: “Formulação”; “Execução” e “Resultados”. Se na primeira, são retomadas contradições em que esteve envolta a ilustração portuguesa, entre reformas necessárias e revolução à espreita; se na segunda, as dificuldades que logrou enfrentar o Estado metropolitano por meio de austeras medidas; na terceira, os “resultados” são divididos entre “êxitos” e “frustrações” da política colonial ultramarina relativa à América Portuguesa, inspirada no mercantilismo ilustrado. Parece-nos momento alto da tese, ideal para apreender as lições de França relativas ao uso dos documentos; as do Seminário, tanto pelo duelo entre Sartre e Lukács quanto pela vontade de fazê-los convergir, e, sobretudo, no conceito de *crise*.

As fontes são as balanças de comércio de Portugal, com as colônias e com os países estrangeiros. Elas tornam possível aquilatar o nexo entre “história econômica” e “política econômica”, e, acrescentaríamos, também com (cons)ciência econômica, pois o período que compreendem diz respeito àquele em que os resultados das medidas empreendidas já se fazem sentir.¹³⁵³ Se “a política econômica deu certo, do ponto de vista econômico, eu precisava de um jeito de testar.” Ele testou. E seu exame assinala *êxitos* – diversificação das atividades produtivas da colônia e reequilíbrio da balança de Portugal no comércio com as demais nações. Eles eram, em larga medida, frutos de uma política econômica que soube aproveitar a conjuntura favorável dos mercados internacionais.¹³⁵⁴ Reaparece a figura do bispo economista, pois o que assinala o exame é que “é em função da exportação dos produtos brasileiros que o comércio internacional português consegue ser superavitário; noutros termos, é porque o comércio colonial português é deficitário que seu comércio exterior é superavitário”. Tinha, por assim dizer, o bispo, a ciência econômica, “tomado consciência” dos problemas de seu tempo e logravam êxito ao tentar encaminhá-los.

Sendo tal “consciência” tomada em “situação metropolitana”, ela se limitava, e limitados foram os seus êxitos. Arrastados pelas forças históricas que não podem controlar, nem em teoria nem na prática, os homens têm sucessos e “frustrações” – nem

¹³⁵³ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 311.

¹³⁵⁴ Significativa ponderação: “É bom lembrar que não é pequeno o mérito de uma política econômica saber aproveitar-se de uma conjuntura favorável, para não desmerecer a ação dos estadistas ilustrados”. Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 322.

sempre na mesma escala, como é o caso em questão. Assim, no que concerne a Portugal, apesar “do esforço, a política de incentivo não conseguiu conter a penetração do industrialismo nascente e consolidar suas conquistas na recuperação da defasagem econômica”¹³⁵⁵, legando à revolução liberal a tarefa de enfrentar o arcaísmo. No que se dirigia à colônia, na “explosão” do “feixe inextrincável de contradições”, em 1807-1808, com a vinda da Corte, aquilo que seria provisório, escancara enfim o sentido mais profundo da colonização. O pacto, invertido, não seria restabelecido. Revelava-se historicamente a separação das partes que teoricamente os ilustrados empenhavam-se em harmonizar, uma vez cumprido o sentido da colonização: a aceleração da acumulação primitiva de capitais.¹³⁵⁶ Com efeito, as duas partes da unidade dialética que compõem a tese/sistema colonial – metrópole/colônia, ou generalizando, centro/periferia do capitalismo – rearranjavam os princípios estruturantes de suas relações, adaptando-se ao novo quadro internacional.

A dupla face de Jano, na operacionalidade dos conceitos sistema colonial/crise, apresenta-se, autorizando incursões pela historiografia brasileira e luso-brasileira.¹³⁵⁷

Desse modo, “sistema colonial” abre caminho para a discussão a respeito de “capitalismo e escravidão” – marca da interdependência entre Florestan Fernandes e o seminário. E não parece casual que o historiador tenha denominado “sentido da colonização”, uma seção de sua tese e que, posteriormente, tenha modificado seu título: “colonização como sistema”.¹³⁵⁸ É evidente que um não contradiz o outro, mas o acento em “sistema” subordina o “sentido” a ele, ligando-o, também ao desfecho crítico em que tal sentido, apreendido na imanência dos eventos, cumpre-se objetivamente. É notável, na seção dedicada a “Escravidão e tráfico negreiro”, o modo como introduz: “a análise que vimos esboçando do Antigo Sistema Colonial não se completa sem o estudo, sumário embora, do tipo de economia que se organiza nas colônias”¹³⁵⁹ –

¹³⁵⁵ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento. São Paulo, 1972, exemplar do CAPH, p. 322.

¹³⁵⁶ “... a *peculiaridade*, real, da situação de Portugal e suas colônias no contexto do Antigo Sistema de colonização, torna-se uma *ideologia*: a desproporção entre a metrópole e seus extensos domínios, agravada pela defasagem econômica em face das potências mais desenvolvidas, que era uma ameaça de ruptura do sistema, passa a ser vista como elemento que supera as contradições do pacto, e harmoniza as peças do conjunto”. (Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 247).

¹³⁵⁷ Não temos condições de expor todas as divergências e convergências que estabelece com elas; no entanto, o que segue é inescapável, concentra os contornos e alternativas do historiador às coerções institucionais antes retratadas.

¹³⁵⁸ Cf. Anexo. (Primeira parte do capítulo segundo, “A crise do Antigo Sistema Colonial”).

¹³⁵⁹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 98.

buscando ligar a estruturação das atividades econômicas à formação social e ambas ao sistema colonial.¹³⁶⁰ No final das contas, tratava-se “naquele momento da história do Ocidente, de *colonizar para o capitalismo*” e, nesse sentido, “a implementação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação econômica da empresa colonizadora aos mecanismos do sistema colonial, tendente a promover a acumulação capitalista (...) do contrário, dada a abundância de um fator de produção (terra), o resultado seria (...) uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos.”¹³⁶¹ Das idéias mais contestadas, posteriormente, é daí possível defender: “paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”.¹³⁶²

*

Indício forte da preciosidade do nexa a mobilizar o autor é que justamente as passagens da tese relativas a esse ponto tenham sofrido modificações consideráveis.

“Encaradas, porém, na sua organização interna é que as economias coloniais revelam sua natureza profunda. E, de fato, não só a produção, mas também o modo de produção é definido nos mecanismos do sistema colonial. E aqui tocamos no ponto nevrálgico do sistema colonial; a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organizava-se no sentido de promover a acumulação capitalista nos quadros da economia européia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: assim em primeiro lugar, o regime do comércio se desenvolve nos quadros do exclusivo metropolitano; de aí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares às economias centrais; enfim, a produção se organiza de molde a permitir o funcionamento global do sistema. Em outras palavras: não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias européias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio – o comércio colonial; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação capitalista) que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo.” (Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 103-104 –destaques do autor).

“Mais ainda, toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que servem de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial. E de fato, não só a concentração dos fatores produtivos no fabrico das mercadorias-chave, nem apenas o volume e o ritmo em que eram produzidas, mas também o próprio modo de sua produção define-se nos mecanismos do sistema colonial. E aqui tocamos no ponto nevrálgico; a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia européia, ou, noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É nesse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: assim em primeiro lugar, o regime do comércio se desenvolve nos quadros do exclusivo metropolitano; daí a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares às economias centrais; enfim, a produção se organiza de molde a permitir o funcionamento global do sistema. Em outras palavras: não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias européias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio – o comércio colonial; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital), que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo.” (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 97 –destaques do autor)

¹³⁶⁰ Cf. Seção anterior.

¹³⁶¹ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 109. Destaque do autor.

¹³⁶² Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 112.

*

Caracterizando os debates dos seminaristas, encontramos a centralidade da discussão dos nexos entre capitalismo e escravidão no repertório de leituras e nas teses de doutoramento dos dois sociólogos que dele participaram. E como não ouvir as lições de do professor de lógica, ao ler na pena do historiador: Karl Marx “analisou a sociedade burguesa numa perspectiva ao mesmo tempo lógica e histórica, isto é, explicando simultaneamente a mecânica do seu funcionamento e as condições de sua instauração”¹³⁶³ – condições às quais se referia o autor, pressupondo o estudo a respeito da acumulação primitiva?¹³⁶⁴ Eis Fernando Novais, historiador, marxista, seminarista. E, entre os pólos do cabo de força – Lukács ou Sartre – ambos, via Pascal.

“Crise” permite outra incursão em historiografia luso-brasileira. Se mais ou menos polêmica, difícil dizer. Mas decerto, bem saborosa, afinal, “pensando bem”, a gente “tem de estudar História do Brasil, é onde a gente pode dizer alguma coisa de bom”.¹³⁶⁵ Esse engenho pede a arte de um voltejo.

Em julho de 1972, ano em que se assinala a “entrada oficial” das ciências humanas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sua XXIV reunião foi realizada na Cidade Universitária em São Paulo.¹³⁶⁶ Como parte das atividades do evento e figurando entre as celebrações do sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorreu um debate conduzido por Eurípedes Simões de Paula: “A Independência do Brasil: um debate” – no dia 5 de julho de 1972. Tomou parte nele, Eduardo D’Oliveira França. Noticiado o evento e o debate, França ganhou destaque por elencar uma série de questões a respeito do assunto que requeriam mais estudos. Eurípedes informa ao mesmo jornal: “estudar e ensinar a História da independência não é falar do grito de Dom Pedro, às margens do Ipiranga”: “O que precisamos fazer é buscar as razões disso tudo. As questões levantadas pelo professor França não foram, até agora, estudadas. E ainda há muita coisa por se ver e rever para que possamos contar

¹³⁶³ Fernando A. Novais. Tese de doutoramento, exemplar do CAPH, p. 107.

¹³⁶⁴ Digno de nota: a centralidade do ponto talvez tenha rendido discussões na defesa, questionamentos vários. Ao preparar o texto para publicação, ele adicionou em nota de rodapé, junto à citação d’*O Capital*: “Não cabe nos limites deste capítulo uma discussão aprofundada sobre a acumulação primitiva, a ser retomada à base das ‘formações econômicas pré-capitalistas’.” *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 69.

¹³⁶⁵ Fernando A. Novais. “Por que História”, p. 57.

¹³⁶⁶ Ana Maria Fernandes. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. Unb/Anpocs/Cnpq, 1990, p.173.

a história da nossa independência.”¹³⁶⁷ Não cabe aprofundar a comparação, mas o contraste no horizonte é necessário ao argumento: a distância entre a celebração de 1822, capitaneada pelo museu de Taunay, e esta, numa sociedade “científica”, registra o sentido de nossa secularização.¹³⁶⁸

Naquele mesmo ano, algumas destas questões eram encaminhadas por historiadores e reunidas num livro que pretendia tomar parte, tanto no debate quanto nas celebrações. Trata-se de *1822: Dimensões*. O organizador, retomando a intervenção de França na SBPC, assim sintetiza seu diagnóstico: “inexistência de monografias de base que fugissem à visão tradicional daquele momento”; elencava problemas a espera de soluções, lacunas bibliográficas, ausência de análises modernas [demografia, formações ideológicas]; problema da escassez e descontinuidade.¹³⁶⁹ Notavelmente, tanto a declaração que Eurípedes oferece ao jornal quanto a apresentação do organizador da coletânea, assinalam o empenho dos historiadores em fazer valer uma concepção moderna de historiografia, em área especialmente afeita a tradicionalismos: a independência, como marco simbólico de ruptura, episódio político, convida ao realce heróico. O assunto é tão propício ao *événementiellement*, que obriga os historiadores a se blindarem com mais artifícios.¹³⁷⁰

Quase se imagina o historiador penando com as provas da tese enquanto os colegas confraternizavam na SBPC – entre eles, Giannotti coordenando a mesa “A neutralidade da Ciência”.¹³⁷¹ Da coletânea, Fernando Novais participa com o artigo que

¹³⁶⁷ “Como aconteceu a unidade da independência do Brasil, se as cidades não eram cidades e sim aldeias rurais, povoadas de analfabetos? Como o Brasil conseguiu escapar do caudilhismo que havia em toda a América Latina? A independência do Brasil fez surgir uma nova ordem ou continuou existindo a ordem antiga, dos portugueses?” Segundo o jornal “essas são algumas das principais questões que os estudiosos da História do Brasil vão procurar responder. Elas foram levantadas pelo professor Eduardo D’Oliveira França (...) ontem num debate sobre a Independência do Brasil”. Dá para se imaginar o mestre acompanhando as provas da tese do seu aluno dileto, afirmando: “O movimento de independência (...) não foi um movimento isolado. Era, isto sim, uma simples mostra do que acontecia no mundo ocidental. A nossa revolução – vamos chamá-la assim – teve características internacionais da revolução burguesa. Os homens de nossa independência eram quase todos saídos de Coimbra. Que idéias trouxeram de lá esses bacharéis?” [*O Estado de S. Paulo. Jornal da Tarde*, p. 15. 06.07.1972]

¹³⁶⁸ Cf. Ana Claudia Fonseca Breffe. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*.

¹³⁶⁹ Carlos Guilherme Mota. “Preliminar às Dimensões”. *1822: Dimensões*, p. 9-10.

¹³⁷⁰ Diga-se de passagem, como se pedisse “desculpas” por isso, Carlos Guilherme Mota, na mesma preliminar do livro, faz a ressalva: “De certa maneira, retorna-se, neste conjunto, à história *événementielle*, sem desconsiderar os Autores, entretanto, a existência de processos maiores em que se articulavam as diversas regiões” - referindo-se à segunda parte do livro em que se trata da independência em várias regiões do vasto território.

¹³⁷¹ “XXIV Reunião Anual da SBPC”. In. *Ciência e Cultura*, n. 3, v. 24, março de 1972, p. 280.

a abre: “As dimensões da Independência”. A razão temática disso é evidente. O encaminhamento da crise do Antigo Sistema Colonial, digamo-lo de modo simples, consiste no arco das revoluções liberais do final do século XVIII e início do XIX, e, nas colônias / periferia isso significa: independências. O autor tomava parte nos debates da história do seu país, desejo, afinal de todo historiador; a respeito do evento, por assim dizer, dos mais decisivos dela.¹³⁷² Seu esquema, na medida em que engloba as ligações mais substantivas entre as partes constitutivas do sistema colonial, parece ganhar em força precisamente quando logra explicar o esfacelamento dos nexos desse sistema, daí, poder intervir no debate a respeito da Independência.

Se a preocupação dos historiadores se dirigia ao problema da “história historisante”, a força explicativa desse constructo ia ao encontro das expectativas dos colegas de ofício. Não por acaso, introduz sua perspectiva procurando tomar distância de três vertentes, e, com isso, localiza a sua própria, dando seu diagnóstico a respeito das orientações adotadas na explicação da emancipação política. De um lado, os estudos de história econômica; de outro os estudos tradicionais de história política e, por fim, a historiografia conservadora portuguesa. A primeira vertente minimiza o evento, como se tudo pudesse ser resumido numa transferência da metrópole portuguesa para a inglesa. A segunda engrandece, e parece conferir à “emancipação política uma dimensão que ela não teve, nem poderia ter”. Dando por vezes “a impressão de que o centro de decisões de nossos destinos, em todos os níveis, se transferira realmente para dentro de nossas fronteiras, como se estivéssemos desvinculados do resto do mundo”. A terceira defende que o Brasil no final das contas nunca teria sido colônia, eliminando o problema de como vem a ser independente.¹³⁷³ A alternativa apresentada por ele consiste em pensar que: “da mesma forma que é impossível uma compreensão verdadeira da forma que assumiu a colonização portuguesa nas terras americanas, sem relacioná-las continuamente às coordenadas estruturais” do sistema colonial; “(...) pela mesma razão não se pode entender a separação e autonomização da colônia sem inserir esses eventos nos mecanismos de superação do antigo colonialismo”.¹³⁷⁴ Nesse sentido, é que se

¹³⁷² “Se você pensar bem, o Fernando diz ‘eu fui até 1808’, mas depois o que eu já vi de trabalho falando da Independência como ‘crise do sistema colonial’...”. (István, p. 303).

¹³⁷³ Fernando A. Novais. “As dimensões da Independência”, p. 16-18. Estamos, naturalmente, a simplificar os argumentos privilegiando o encadeamento deles. O ponto é mais complicado, sobretudo, no que concerne a esta última vertente.

¹³⁷⁴ Fernando A. Novais. “As dimensões da Independência”, p. 15.

compreendem as Independências como o encaminhamento da crise engendrada pelo próprio sistema:

“É que a contradição é inerente à sua natureza, quer dizer, ao funcionar desencadeia tensões que, acumulando-se acabam por extravasar seu quadro de possibilidades. Não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la; isto significa ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento, fazer crescer a produção. É certo que a produção se organiza de forma específica, dando lugar a uma economia tipicamente dependente, o que repercute também na formação social da colônia. Mas, de qualquer modo, o simples crescimento extensivo já complica o esquema; a ampliação das tarefas administrativas vai promovendo o aparecimento de novas camadas sociais, dando lugar aos núcleos urbanos etc. Assim, pouco e pouco se vão revelando oposições de interesse entre colônia e metrópole, e quanto mais opera, mais estimula a economia central, que é o seu centro dinâmico. A industrialização é a espinha dorsal desse desenvolvimento, e quando atinge o nível de uma mecanização da indústria (Revolução Industrial), todo o conjunto começa a se comprometer porque o capitalismo industrial não se acomoda nem com as barreiras do regime de exclusivo colonial nem com o regime escravista de trabalho.” (...) Tal é o mecanismo básico e estrutural da crise, no seu nível mais profundo, e ele não decorre de nenhum ‘erro’ ou malevolência dos autores do drama, antes procede do próprio funcionamento necessário do sistema.”¹³⁷⁵

Como se o poder do esquema obrigasse o próprio inventor dele a se prevenir – posto que é o tipo de armação que, por dar conta das determinações, parece sempre convidar à crítica a respeito do “determinismo” – matiza: “Nunca será demais insistir que esse esquema interpretativo não se propõe como sucedâneo dos estudos monográficos que devem iluminar cada processo específico; nem como modelo adaptável a toda e qualquer circunstância. Antes se apresenta como marco para as reflexões, ponto de partida e não de chegada. A tarefa decisiva, já o indicamos, consiste no estabelecimento das mediações que articulam a estrutura fundamental com a flutuação dos eventos.” Reiterava a cautela assinalada na introdução de sua tese – com efeito, a conclusão dos textos parece ter sido concomitante.¹³⁷⁶

Pelo “espesso tomo”, de 451 páginas, o historiador pede perdão, de modo sutil¹³⁷⁷, a sua banca examinadora, composta por Francisco Iglésias, Juarez Brandão Lopes, Luiz Pereira e Sônia Siqueira, Eduardo D’Oliveira França. O diretor da tese e Sonia Siqueira, da área de Ibérica, expressam, naturalmente o diálogo com a instituição, cujo percurso reconstituímos. Atente-se aos demais componentes: Francisco Iglésias também esteve na banca de Maria Sylvia Carvalho Franco; Juarez Brandão Lopes foi membro do seminário; Luiz Pereira foi o escolhido por Florestan Fernandes para prosseguir, após as aposentadorias, capitaneando aquela “geração órfã”, e, em 1973 já

¹³⁷⁵ Fernando A. Novais. “As dimensões da independência”, p. 23.

¹³⁷⁶ Fernando A. Novais. “As dimensões da independência”, p. 24.

¹³⁷⁷ Inferimos de: “nosso temor ao redigir esta nota de agradecimentos é de avolumar ainda mais este já espesso tomo...”, s.n.pág.

era reconhecido como parte da comunidade universitária ledora de Karl Marx.¹³⁷⁸ Na composição da banca, portanto, as fontes de interlocução nacionais do autor: historiografia política e econômica, marxismo e ciências sociais.

Dismal Science II

“Um reputado economista afirma
que assim como veio
a ditadura vai.
Escuto maravilhado.”
Roberto Schwarz, s/t, s/d.

Ciências Sociais e História dialogam com a Economia, no período em tela, preferencialmente por meio do pensamento cepalino e de sua agenda, na qual destaca-se o tema da industrialização.¹³⁷⁹ No que se refere à historiografia, a história econômica crescentemente ganha terreno.¹³⁸⁰ Como assinalou Fernando Novais, em 1970, “nenhum campo parece mais fértil (...) que os domínios naturalmente convergentes da história econômica e da teoria do desenvolvimento; nenhum outro certamente pode ser mais significativo e fecundo para os historiadores do chamado Terceiro Mundo, onde a luta pela industrialização em curso nos nossos dias imprime ao tema um caráter que transcende de muito o simples interesse acadêmico”.¹³⁸¹ Era o modo pelo qual a acanhada comunidade acadêmica paulistana, relativamente distante das agitações políticas de sua congênere federal, arriscava pensar as grandes questões que mobilizavam o país. Talvez por conta desta distância com relação ao Estado, do descompromisso com a direção da política econômica de qualquer governo do período 1945-1964, pôde aproximar o que era improvável caso tivesse que prestar contas com relação a assessorias a ministérios e afins.¹³⁸² Nesse sentido, “o marxismo acadêmico

¹³⁷⁸ Cf. Capítulo 2.

¹³⁷⁹ “com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos colocavam a mesma mensagem central, a da necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza.” Ricardo Bielschowsky. “Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha”. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 25.

¹³⁸⁰ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.”, p. 223.

¹³⁸¹ Fernando A. Novais. “Sistema colonial, industrialização, etapas do desenvolvimento.”. In. *Aproximações*, p. 127.

¹³⁸² A controvérsia a respeito da regionalização das Ciências Sociais, como pode se supor, não tem equivalência na historiografia em exame neste trabalho. Parece-nos indicativo dos móveis delas que a polêmica se desloque das condições de autonomia da produção para o “grau” de cientificidade a que se

praticado em São Paulo constituía-se em claro contraponto às idéias desenvolvidas pelos isebianos”, esta “resposta possível, dada a inserção universitária dos paulistas” estabelecia o diálogo “no âmbito de domínios próprios”, denotando também “o quanto era penoso para os paulistas enfrentar questões de natureza pragmática”.¹³⁸³ A esta condição se liga a inserção peculiar no quadro das correntes do pensamento econômico brasileiro – neoliberal, desenvolvimentismo, socialista¹³⁸⁴ – espécie de intersecção entre agenda cepalina e história econômica, a mobilização dos recursos teóricos da terceira vertente, contra a primeira, unida à segunda: cultivo de um antiliberalismo. Não era por menos, afinal “os países subdesenvolvidos tornaram-se um novo objeto para a velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado”¹³⁸⁵. Assim, se for verdade que o marxismo não tenha centralidade na conformação do pensamento econômico brasileiro, no que se refira à historiografia econômica, identificar esta divisa requer mais pesquisa.¹³⁸⁶ Possivelmente, ganhasse inteligibilidade se analisado em função da profissionalização da Economia, articulando as reações da historiografia tanto à emergência das ciências sociais quanto ao avanço da segmentação interna às mesmas.¹³⁸⁷ Não dá o que pensar a distância entre métodos e problemas das primeiras teses defendidas no setor de História, antes da criação da FCEA, em 1946; se

associam as duas linhagens de exame da história profissional – centrada nas instituições ou nos precursores “livres” delas. (De modo cabal: Lúcia Lippi de Oliveira. “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In. *História das Ciências sociais*, v. 2, p. 241). Ao nos remetermos acima a este ponto, queremos assinalar *objetivamente*: o flerte com governos e empresários teve vida curta, concentrou-se no Cesit, e se animava a comunidade acadêmica, dificilmente se pode dizer que, no período abarcado ela tenha logrado intervir nos rumos nacionais; e a aproximação de Fernando Novais dessas questões ocorre em meio a contingência do trabalho na FCEA. Os episódios seguintes, o destaque de algumas figuras no cenário político, em nosso entendimento, requer uma análise da reestruturação das elites profissionais – da política e da ciência; à luz das modificações no mercado de trabalho de ambas, promovida pelo regime civil-militar: antídoto para associações “amalucadas”, detratoras e encomiásticas, que atravessam o senso comum não interessado na pesquisa da vida intelectual e política. Esse trabalho começa a ser feito. Cf. Fábio Cardoso Keinert. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011.

¹³⁸³ Maria Arminda do Nascimento Arruda. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.”, p. 205.

¹³⁸⁴ Ricardo Bielschowsky subdivide o desenvolvimentismo, do pós-guerra ao início dos 1960 em: setor público nacionalista, setor público não nacionalista e setor privado. (Cf. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, parte I).

¹³⁸⁵ Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro*, p. 12.

¹³⁸⁶ Cf. Maurício Chalfin Coutinho. “*Incursões marxistas*”. Estudos avançados 15 (41), 2001. O autor defende exatamente o inverso do que se encontra em Maria Arminda do Nascimento Arruda: o pragmatismo teria aproximado marxismo e desenvolvimentismo. Em seu recorte, o critério de angulação – marxismo universitário ou partidário – é mencionado, mas não opera na análise. Talvez daí a assertiva um tanto apressada.

¹³⁸⁷ Infelizmente, na bibliografia que tivemos oportunidade de consultar, este ângulo de análise não foi adotado.

contrastadas com os rumos da historiografia econômica, marcada, nos anos setenta, pela “proliferação dos métodos quantitativos, sobrelevando o papel da história dos preços, da história social ou simplesmente quantitativa”? ¹³⁸⁸ Quanto ao nosso limitado escopo, interessa estabelecer uma maneira segura de assinalar a distância da política econômica da capital, privilégio dos cariocas, e a aproximação de correntes de interpretação econômica – sem se perder em paráfrases ou labirintos teóricos.

Com o modesto objetivo de apontar esse entrelaçamento disciplinar, temático e teórico nos itinerários dos seminaristas, indicamos a proeminência da discussão de método (capítulo 1) e de organização das atividades de pesquisa (capítulo 2), por meio da trajetória profissional e modelos esposados pelo economista Paul Singer. A hipótese de que uma das condições de emergência do marxismo universitário que vimos acompanhando consiste precisamente na não profissionalização da Economia no cenário, orientou este modo de apresentá-la. *Por não estar plenamente segmentada, a reflexão a respeito dela está espalhada por todas as áreas que tivemos oportunidade de visitar.* ¹³⁸⁹ Se for verdade que nos anos seguintes – contribuindo para isso o regime político autoritário a estimular as disposições heréticas nutridas no sistema universitário paulistano – aumenta o interesse pelo marxismo, concorrendo para a sedimentação do repertório de temas, autores, problemas de pesquisa, editoras, lugares-comuns, etc., com o avanço da americanização, o quadro foi *propício à segmentação no interior do próprio marxismo presente em teses, cursos e publicações*. Mas este mesmo quadro dificilmente possibilitaria a emergência de experiências como a que reconstituímos. ¹³⁹⁰

¹³⁸⁸ José Jobson de Andrade Arruda e José Tengarrinha. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, p. 58.

¹³⁸⁹ As evidências são numerosas, mas na pesquisa chamou atenção especialmente, a discussão a respeito do ensino de Economia Política nos cursos de Ciências Sociais; os programas de curso; as afirmações programáticas dos professores – tudo se passa como se justificar sua existência implicasse estabelecer seu valor perante elas e o mundo moderno. Cf. *Anuários da FFCL*.

¹³⁹⁰ Tanto a valorização simbólica do marxismo quanto a reestruturação da produção universitária e de pesquisa – indissociáveis do regime civil-militar – de meados dos setenta em diante, concorrem para a multiplicação dos grupos cuja força centrípeta encontra num autor – ou mesmo na interpretação de um autor – marxista (note-se, não mais de Marx). Têm vez no cenário gramscinianos, althusserianos e várias leituras lukacianas – orientações adotadas seja por orientarem a pesquisa de suas áreas nos termos desses autores, seja por se especializarem na leitura deles, seja simplesmente pela necessária credencial na área. E, vale dizer, esta pesquisa está por ser feita e contará com testemunhos preciosos. Menciono apenas dois, de filiações disciplinares diversas, a dar o que pensar: “Na linha moderna colocam-se os autores desejosos de interpretação. Entre eles, distingue-se a corrente marxista, na qual destacam-se alguns nomes de vasta obra e alguns outros que apenas começam. (Francisco Iglesias. IGLÉSIAS, Francisco. “A história no Brasil”. In. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979, p. 299). Eunice Ribeiro Durham, ao fazer um balanço dos influxos teóricos sofridos pela Antropologia afirma: “para os antropólogos que se enveredaram pela linha marxista, o problema que se colocava e ainda se coloca é o de integrar um método de pesquisa de campo

Se demonstrá-lo, infelizmente, ultrapassa o escopo deste trabalho, a intuição a respeito do período seguinte esteve no horizonte. E, não nos parece gratuito que, justamente o itinerário do seminarista cuja tese é defendida em momento no qual já se sente os novos ventos, concentre o problema da relação entre marxismo e economia. Poderia se supor uma casualidade – ter iniciado sua carreira na FCEA. Mas não é nada casual que emita numerosos juízos a respeito da *dismal science*. Parece ser recorrentemente solicitado a isso – seja pelos pares, seja pelo “exame de consciência”. Do mesmo modo, se algo de casual houve em seu intermédio na aproximação de Singer do grupo, sua permanência e integração nele tem mais que acaso. Um apanhado dos juízos de ambos a respeito da ciência triste possibilita arrematar pontos ainda soltos nesse emaranhado de esferas com autonomização truncada.

*

Como sói ocorrer, professores jovens, em início de carreira, facilmente aliam-se a alunos estudiosos, aproximando-os a faixa etária, as dificuldades, dúvidas e expectativas. Assim, o historiador convida Paul Israel Singer, seu aluno na FCEA, um ano mais velho que ele, para ler *O capital* com seu grupo. Parece expressivo da hierarquia disciplinar que tinha epicentro na FFCL na virada para os anos 1960, na cidade de São Paulo, que a *posição* institucional ocupada pelo historiador (assistente na FCEA), em comparação com a dos colegas de leitura fique abaixo da ocupada pelos sociólogos e acima da ocupada pelo economista (aluno da FCEA). Se o quadro é propício, como temos nos empenhado em mostrar, para despertar o interesse pela sociologia, Fernando Novais deu vazão a ele em seus anos de graduação e diálogos no seminário. Diferentemente de Giannotti, não elegeu Florestan Fernandes como interlocutor implícito, vincando-o à carreira, escolha condicionada pelas motivações ligadas à posição de Giannotti na Filosofia; em tudo diversas da de Novais, na História Econômica. O historiador teve de adentrar os domínios da Economia em função de suas

desenvolvido pelo funcionalismo com uma teoria explicativa que parte de outras premissas e caminha em outra direção. De modo geral, continuou-se a fazer pesquisa como a faziam os funcionalistas, mas tentando encontrar ‘ganchos’ que permitissem interpretar os resultados com conceitos como ‘modo de produção’, ‘relações de trabalho’ e ‘luta de classes’. Ora, esses conceitos são anteriores e exteriores às investigações em si, o que acaba produzindo freqüentemente um hibridismo desconcertante: trabalhos estritamente funcionalistas na descrição empírica, precedidos e prolongados por introduções e conclusões formuladas em linguagem marxista (...) A bem da verdade, é importante reconhecer que também os sociólogos (...) incorrem nesse hibridismo estranho.” (“A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: Eunice R. Durham *et al.* *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 24). Vale confessar que a intuição da diferença entre a experiência pioneira, a que dedicamos nossos esforços, e seus epígonos e concorrentes, objetivamente condicionados pela especialização, esteve a todo tempo em nosso horizonte.

obrigações na FCEA. Difícil saber se a disciplina lhe era realmente atraente, mas, nenhum historiador ignorava a proeminência dela, sobretudo com a guinada que a ascensão de Braudel lhe conferiu. Parece mesmo testemunhar seu compromisso profissional e a busca de um tema que teria de ser em “história econômica do Brasil”, o *encaminhamento* argumentativo encontrado em “Colonização e desenvolvimento econômico” (1957).¹³⁹¹

Concomitantemente à organização das primeiras reuniões do Seminário, Celso Furtado publicava *Formação Econômica do Brasil*. Fernando Novais e Paul Singer o resenharam, para a felicidade desta reconstituição. Há algo, aliás, de interesse nesta coincidência. *Formação* representa, “após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira”, um “trabalho de fôlego”, que procura “concatenar os vários aspectos da dinâmica de nosso sistema econômico”.¹³⁹² *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Formação da Literatura Brasileira* aparentavam-se a *Formação* de Furtado, guardadas as especificidades de suas áreas. Estas “formações” nutriram os seminaristas do repertório disciplinar preciso para a articulação com Marx – análise sistêmica a ligar as áreas a’ *O Capital*, e distingui-las neste emprego. Ressalte-se também que a comparação das resenhas de ambos revela a posição da Economia na hierarquia das disciplinas. Paul Singer, ao afirmar “[o livro] foi imediatamente captado pelo pessoal de História curiosamente não pelo pessoal de teoria econômica”¹³⁹³ – parece confessar tê-lo lido pelas lentes da FFCL e não da FCEA. É ele, aliás, que sai na frente e já em 1959, no *Suplemento Literário* d’*O Estado de S. Paulo* fazia as habituais congratulações – que elevam o autor à altura do resenhista e são tanto mais elogiosas quanto mais sérias as críticas que se pretende desferir – e vaticinava o ponto problemático do livro: “a impressão que se tem é que o autor passa metade do tempo expondo as leis gerais que teriam regido (e ainda regeriam) a economia nacional e a outra metade explicando que fatores impediram a sua plena

¹³⁹¹ Notável: “entre nós as atenções tem se voltado via de regra para o rápido e extraordinário surto de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos”. Como se dissesse “é compreensível que as coisas se passem assim”, prossegue: “a crescente intervenção do imperialismo norte-americano, em sua fase monopolista, nos vários setores de nossa economia, acaparando seus principais elementos, torna inevitável a comparação entre o desigual poder econômico das duas nações”. (Fernando A. Novais. “Colonização e desenvolvimento econômico”, p. 17). É com esse comparatismo com o desenvolvimento estadunidense que ele parece dialogar: “é fácil compreender que desligando-se da metrópole, as colônias inglesas da América do Norte tinham condições de desenvolverem uma política econômica autônoma – o que de fato se deu” (Idem, p. 22).

¹³⁹² Cf. Guido Mantega. *A Economia Política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 11.

¹³⁹³ Paul Singer. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 57.

realização. Seria o caso de perguntar-se: qual a validade das leis que nunca ou quase nunca se realizam?”.¹³⁹⁴ Há tradução disciplinar de um problema – da Filosofia à Economia, por enquanto – mais cabal que esta? Pois é evidente o parentesco da assertiva crítica com aquela que dirige Giannotti ao positivismo de Althusser, em seu rechaço ao “objeto real e objeto do conhecimento”.¹³⁹⁵

Alguns deslizes na apresentação do livro de Celso Furtado são indícios irrefutáveis da hierarquia e do intercâmbio disciplinar no seminário, angulados pela Economia. Com tirocínio acima, Singer localiza o zigue-zague de Celso Furtado em três momentos: na economia açucareira, na economia mineradora e no crescimento da década de 1920.¹³⁹⁶ A “história”, tão evocada na resenha, não sinaliza a diferença marcante entre os dois primeiros momentos e o terceiro: nos primeiros somos colônia, no último, não, com as variações nada irrelevantes que isso implica, em termos de política econômica, moeda e câmbio. *É que esta “história” mobilizada tem contrapartida naquela “filosofia” de Giannotti contra Althusser: é contra o formalismo de modelos que é acionada.* Outrossim, a “regra” não cumprida pela “história”, na apresentação do resenhista é ligeiramente modificada. Celso Furtado ultrapassa amarras dos cânones de sua área, destaca Singer, mas inevitavelmente leva à dúvida: “a própria validade histórica do método – a sua pretensão a universalidade – é de certa forma testada, na medida em que os resultados da análise cobrem, em maior ou menor grau, os

¹³⁹⁴ Paul Singer. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*. In.: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 – edição comemorativa de cinquenta anos. [1959], p. 369.

¹³⁹⁵ Cf. Capítulo 1.

¹³⁹⁶ Segundo Singer, Celso Furtado “sempre procura verificar o funcionamento de uma série de leis deduzidas de premissas teóricas (implícitas) em que ele se baseia.” Uma delas é por ele assim identificada: “o crescimento econômico é induzido de fora para dentro, sendo a intensidade da expansão produtiva proporcional ao estímulo representado por uma procura cada vez maior de nossos produtos coloniais nos mercados europeus”. Mas logo identifica o desacerto da lei geral em relação aos fatos históricos que a contradiriam, e “denuncia” o artifício do autor: “precisa recorrer a fatores específicos que teriam impedido que o processo econômico tenha evoluído de acordo com a regra acima mencionada.” Ora, quais seriam esses “fatores específicos”? “No caso do açúcar seria a extrema concentração da renda nas mãos dos senhores de engenho cujos gastos (monetários) produtivos ou de consumo eram feitos quase exclusivamente no exterior. No caso da mineração, tal concentração de renda não se tinha verificado, o que deixa o autor em dificuldades ainda maiores para explicar o insignificante desenvolvimento econômico induzido pela exploração mineira (...). O autor, depois de analisar todos os fatores que ‘deveriam’ ter levado a tal desenvolvimento, encontra finalmente uma saída na ‘incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável’. Mas é na análise do processo de industrialização que a contradição entre a lei geral e o comportamento da realidade se torna mais flagrante, pois é exatamente nos momentos de crise do comércio exterior da Primeira Guerra Mundial, crise e depressão de 1929 a 1939 e Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento econômico nacional foi mais intenso.” Paul Singer. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 369.

fatos”¹³⁹⁷. Singer leu o livro do economista exigindo-lhe história.¹³⁹⁸

É recorrente, nas recordações de Singer, associar sua aproximação com a Faculdade de Filosofia a relativo distanciamento de sua área de origem.¹³⁹⁹ Com efeito, a disposição crítica com relação aos parâmetros estabelecidos, ou em vias de estabelecimento, em sua área e sua insatisfação no interior dela – *mutatis mutandis*, *condicionante dos percursos de todos os membros reunidos em torno da mesa na qual O Capital era lido* – manifesta-se aqui por meio do comentário crítico a uma obra crítica da Economia. A afinidade entre as visadas de Celso Furtado a respeito dos limites do universalismo da ciência econômica, em face de situações peculiares, e as de Paul Singer dirigidas a Furtado, pode ser indicado por meio de uma passagem bastante significativa de *Formação*. Na quarta parte, “Economia de transição para o trabalho assalariado”, o capítulo “A tendência ao desequilíbrio externo” procura explicar porque o Brasil não se adaptava às regras do padrão-ouro, ou “a que preço as regras do padrão-ouro poderiam aplicar-se a um sistema especializado na exportação de produtos primários e com um elevado coeficiente de importação”.¹⁴⁰⁰ Ora, se “a teoria monetária

¹³⁹⁷ Paul Singer. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 368.

¹³⁹⁸ O contraponto do resenhista entre *teoria* e *história* talvez fosse destrinchado se o livro fosse lido na chave da economia retrospectiva. Não se trata de livro de história econômica nem de análise de sistema econômico, mas, colocando este em escala temporal de longo prazo – como Singer ressalta e valoriza – *isola fatores formadores de um modelo, que opera como metro no exame do material histórico*. Com acentos diferentes de acordo com os passos da argumentação: mercado interno, fluxo de renda, mercado de trabalho. O ponto para o qual estamos chamando a atenção fica também evidenciado pelo procedimento recorrente de valer-se dos EUA como termo de comparação, artifício confesso no capítulo XVIII, “Confronto com o desenvolvimento dos EUA”.

¹³⁹⁹ “No início do seminário, eu era o único que não era da faculdade de filosofia, e acho que isto, essa diferença, vem de uma falha histórica, difícil de aceitar. Fácil de explicar mas difícil de aceitar: é que a economia é uma ciência social e nós deveríamos estudar economia como estudamos ciência política, antropologia, psicologia, o que seja, ou seja, juntos. Mas por alguma razão que, acho, tem a ver com a profissionalização da economia, ela acabou sendo separada do corpo das ciências sociais, virou uma faculdade especializada, virou um mundo fechado nele mesmo e hoje em dia talvez a economia seja a primeira das ciências sociais que timbra em não ser histórica, deliberadamente aistórica.” (Paul Singer. Depoimento. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 324). *Essa posição se manifesta tanto no modo como apresenta sua disciplina quanto no modo como outros componentes o apresentam*. Fernando Henrique Cardoso não titubeia, Singer, “esse [era] já mais velho e experiente”, o único a ter militância pretérita; “tinha uma visão mais de economista, um pouco mais ‘vulgar’. Ele conhecia mais, vamos dizer, a mecânica.” Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, 17/05/1997. “Mecânico” é ofensivo do que o uso do termo “mecânico” – e correlatos, como “mecanicismo”, na grade de valores e modelos de excelência marxistas. (A título de ilustração: Antonio Candido. Entrevista. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 1. 1974, p. 10; Mario Schenberg. Entrevista. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 3. 1980, p. 28). Como assinalou Maria Arminda do Nascimento Arruda, a propósito da declaração de Fernando Henrique, “ela encerra, na verdade, a valorização de certas modalidades de leitura. Mas exprime, concomitantemente, gradações no interior do círculo.” Cf. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’.”, p. 205. É notável como a ganga precisa ser eliminada do requinte, quando objetivamente é pressuposto (sócio-)lógico dele.

¹⁴⁰⁰ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 – edição comemorativa de cinquenta anos [1959], p. 231.

do século XIX constitui, indubitavelmente, um instrumento de utilidade para explicar a realidade européia”, não necessariamente tinha o mesmo alcance para todas as partes do globo. Pois ela se erguia partindo da premissa de que se todos seguissem as regras do padrão-ouro, “o ouro disponível tenderia a distribuir-se em função das necessidades do comércio interno de cada país e das do comércio internacional”, de modo a solidarizar os sistemas de preços dos diferentes países. Assim, “estava implícito (...) que, se um país importava mais do que exportava – criando-se um desequilíbrio em sua balança de pagamentos”, ele exportaria ouro reduzindo seu meio circulante, o que acarretaria uma baixa dos preços – “contrapartida da alta do preço do ouro – criando-se automaticamente um estímulo às exportações e um desestímulo às importações, o que traria consigo a correção do desequilíbrio.” No entanto, o mecanismo não funcionava numa “economia de elevado coeficiente de importações”, na qual “um brusco desequilíbrio na balança de pagamentos exigia uma redução de grandes proporções no meio circulante, provocando verdadeira traumatização do sistema.”¹⁴⁰¹ Celso Furtado sentencia os limites de sua ciência triste.

“A análise desta questão é tanto mais interessante quanto projeta luz sobre o tipo de dificuldade que enfrentava o homem público brasileiro da época para captar a realidade econômica do país. Constituindo a economia brasileira uma dependência dos centros industriais, dificilmente se poderia evitar a tendência a interpretar, por analogia com o que ocorria na Europa, os problemas econômicos do país. A ciência econômica européia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um ‘corpo de doutrina’, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade. Ali onde a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supunha-se que tinha início a patologia social. Dessa forma, passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica da doutrina em confronto com a realidade. Essa inibição mental para captar a realidade de um ponto de vista crítico-científico é particularmente óbvia no que diz respeito aos problemas monetários. A razão disto deriva de que na Europa não se fez, durante o século XIX, nenhum esforço sério para elaborar uma teoria monetária fora do esquema do padrão-metálico. O político brasileiro, com formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão ouro. Na moeda que circulava no Brasil via-se apenas o aspecto ‘patológico’, ou seja, sua ‘inconvertibilidade’. E ao tentar aplicar a essa moeda ‘inconvertível’ as regras do padrão-metálico – particularmente aquelas que derivavam da teoria quantitativa – era levado a afastar-se mais e mais da realidade. Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconvertibilidade, os déficits, as emissões de papel moeda. Essa ‘anormalidade’ secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo – que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade – se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX.”¹⁴⁰²

¹⁴⁰¹ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, p. 231-232.

¹⁴⁰² Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, p. 236-237.

“Parece até que ele foi a uma reunião do seminário!” – talvez dissesse quem ignora a escala micro-histórica na história social dos intelectuais. Ele não foi. Mas endereçava aos antecessores crítica similar a que o jovem Singer lhe dirigia a ele. A resenha parece pretexto para pensar o lugar e a contribuição da Economia tête-à-tête com a História¹⁴⁰³; do ângulo de sua posição no seminário/FFCL em contraste com sua origem na FCEA, vinculações não indiferentes a suas convicções políticas.¹⁴⁰⁴

Enquanto o economista veio a público com certa impiedade, Fernando Novais, comedidamente, “convertia-se ao texto”, invertendo a associação “profissional”. É interessante notar que o historiador atente mais para aspectos econômicos da obra, em contraposição ao economista que antepôs história à teoria econômica – tornando sensíveis seus voltejos extra-disciplinares. Eram as obrigações do ofício e os postos de um e outro – aluno e professor – a orientar o tom: o primeiro mais arredio, o segundo mais cauteloso, mas não menos crítico. Também ele mobiliza História contra Economia.

Fernando Novais identifica a “linha mestra” do livro, concebido no “ponto de vista do fluxo da renda”, por meio do qual as “várias fases da história econômica do Brasil” são configuradas como “*economias* que se constituíram no decorrer desse processo, assinalando suas diferenças e semelhanças”.¹⁴⁰⁵ Sem o tom de Singer, mas destacando uma das partes que mantém o edifício furtadiano em pé, sugere: “a investigação, para aprofundar a análise até as determinações mais internas do processo histórico, deveria esboçar as etapas da instauração das condições capitalistas de produção no Brasil” – e não apenas assinalar que o fluxo de renda passa a desempenhar enfim o papel “fator multiplicador”, quando da instauração do trabalho assalariado, pois tal processo pressupõe, em boa toada marxista, “o trabalhador desprovido dos meios de

¹⁴⁰³ “Esta apreciação crítica não tem o objetivo de negar o valor de certas partes do livro que lançam luz sobre muito fato pouco ou mal explicado dos últimos decênios de nossa evolução econômica. Somos de parecer, no entanto, que mesmo as partes mais prejudicadas pelo método empregado são preciosas, pois assinalam falhas – a nosso ver sérias – da própria ciência econômica como ela é praticada hoje em dia.” Paul Singer. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 370.

¹⁴⁰⁴ Paul Singer brincaria, posteriormente, com certo esquerdismo de suas posições, afirmando: “(em 1968) Eu punha Keynes junto com os neoclássicos. O que eu não faria hoje (1997) de jeito nenhum”. Paul Singer. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 66. Informa Giannotti: “Paul Singer (me disse) que passava a considerar a produção de conhecimento na nova instituição (o Cebrap, após as aposentadorias, em 1969) como sua atividade política primordial”. (“Recepções de Marx”, p. 118).

¹⁴⁰⁵ O destaque em “economias” é do autor. (Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 379). Possivelmente sejam os referidos voltejos que adentrem a linguagem, e o raciocínio subjacente, que apresenta tais “economias” como “formas” (açucareira, mineira). Se a transformação delas no início d’O Capital se dá pela mudança de *formas* do valor, aqui elas correm no tempo e no espaço do território.

produção”.¹⁴⁰⁶ Sequer flertando com a suposição de que então, o problema do não cumprimento da “análise até as determinações mais internas do processo histórico” consista em acentuar os “influxos externos”, como Singer, a observação “nos conduz”, ao vetor contrário: “é impossível desvendar esse processo de constituição de economia capitalista no Brasil sem integrá-lo como um elemento do processo geral de formação e desenvolvimento do capitalismo moderno”.¹⁴⁰⁷ Não admira que *História e consciência de classe*, definindo marxismo como método e totalidade como ambição deste, fascinasse nossos seminaristas. De todo modo, a integração que o historiador lhe cobrava, consistia no que ele próprio concebia como “história”.¹⁴⁰⁸

O alinhamento promovido pela prática de leitura e estudos coletivos dos seminaristas – bem como as dimensões biográfica, disciplinar e institucional, condicionando suas possibilidades de apropriação dos ganhos – a marcar as diferenças de elaboração daqueles juízos – encontra testemunho ímpar na similaridade e diferença entre a crítica dirigida por Singer a Celso Furtado e a dirigida por Novais a Walt Whitman Rostow.

Em “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”, de 1970, o historiador se propõe a comentar *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Considerando “domínios naturalmente convergentes”, teria o americano logrado articular teoria e história econômica? Para o historiador brasileiro, ele fracassou. Se “ao economista se justifique isolar o universo econômico nas suas teorizações, ficando destarte tudo o mais (o quadro institucional) como dado, tal não pode ser a perspectiva do historiador, cujo objetivo não é construir uma teoria, mas compreender uma determinada época.”; dever de ofício que implica “articular os

¹⁴⁰⁶ Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 382.

¹⁴⁰⁷ Fernando Novais. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*, p. 382. Como defendia em “Colonização e desenvolvimento econômico”.

¹⁴⁰⁸ Cf. Acima, apresentação de “Colonização e desenvolvimento econômico” (1957). As duas resenhas têm seus laços com o grupo ainda mais realçados se as compararmos com outras resenhas do mesmo livro. Estas podem ser divididas entre as lançadas no primeiro momento de sua recepção – e nesse grupo se enquadram as de Paul Singer e de Fernando Novais – e aquelas ligadas a edições posteriores. Chama atenção que eles não tenham destacado a interpretação a respeito da “revolução de 1930” – ponto que não passaria em branco por dois pesquisadores, não por acaso, ligados a áreas cujas relações com o desenvolvimentismo e com o marxismo, requerem mais pesquisa – história política “contemporânea” (pensamos na tese de Boris Fausto, defendida, sob direção de Sérgio Buarque de Holanda, em 1967, *Revolução de 1930. História e historiografia*) e nos trabalhos sobre populismo, de Francisco Weffort. Ambos ligados ao círculo, não estritamente de leituras, mas de sociabilidade.

diversos níveis da realidade coeva com vistas a se atingir uma visão global.”.¹⁴⁰⁹

Talvez pelo empedernido objetivo de Rostow opor-se a Marx, ele oferece o ensejo ideal para se perceber que “nem mesmo as discussões reabertas com a publicação dos textos do jovem Marx, e especialmente os esboços sobre as formas econômicas pré-capitalistas, parecem ter inquietado a tranquilidade com que Rostow vai reduzindo o pensamento marxista ao seu próprio estilo de pensamento”¹⁴¹⁰ – e, portanto, para o resenhista apresentar o que ele entende por marxismo. Tivéssemos que dizer de modo sucinto? Arriscaríamos: História, a negação da Economia. Atente-se: incorporando e ultrapassando a crítica Giannotti/Singer ao formalismo da ciência moderna; equacionando o ponto em termos do desencantamento do mundo que a fragmentação em esferas acarreta.

Esperneava, outrora, França, contra a ausência do homem, entre os números.¹⁴¹¹ Ironizava a indistinção entre áreas e tipos de estudo – divisões de acordo com a natureza do assunto – sentenciando: “A verdadeira história é totalizadora: reencontra o que Marc Bloch chama a ‘unidade das consciências’.”¹⁴¹² Ora, não havendo objeto que sirva de suporte à segmentação da História, em relação às outras disciplinas, posto que tudo ela pode abarcar por meio dos “homens no tempo”, qual o seu atributo exclusivo – além daqueles que a tradição lhe legou (narrativa, cronologia, etc.) – no quadro que inevitavelmente tem de enfrentar: o das ciências modernas? Parece-nos, na pena do mestre e do discípulo: exatamente o atributo vetado a todas as outras áreas, a totalidade. “Há diferenças nodais entre o diálogo da sociologia, da economia, da antropologia, politicologia etc., entre si, e o de cada uma delas com a história. Pois, no primeiro caso, dialogam entre si diferentes esferas da existência, e no segundo cada esfera da existência dialoga com o conjunto delas.”¹⁴¹³ Em *sursis*, poderíamos perguntar: essa *indelimitação do objeto não requer uma disposição de espírito à aventura, tudo se*

¹⁴⁰⁹ Fernando A. Novais. “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”. In.: *Aproximações*, p. 132-133.

¹⁴¹⁰ Fernando A. Novais. “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”, p. 129.

¹⁴¹¹ Eduardo D’Oliveira França. “A concepção de uma história puramente econômica obriga a jogar com estatísticas, rotas de comércio, técnicas agrícolas ou industriais, moedas e mercadorias. Onde o homem? (...) Quando dizemos homem, não pensamos na biografia do ministro X ou do banqueiro Y. Mas no homem de um tempo que se parece com os homens de seu tempo.” “Prefácio”. *Portugal na época da restauração*, p. 12.

¹⁴¹² Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”, p. 124.

¹⁴¹³ Fernando A. Novais e Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História em perspectiva*, p. 25.

*passa como se (quase) tudo pode acontecer na história 1 – razão pela qual não há restrição racional com relação às ciências em meio a que deve trafegar o historiador e a história 2.*¹⁴¹⁴ Não é por acaso que esta concepção venha à tona com toda a força justamente contra a área caracterizada por ter a “mais precisa conceitualização”; por “recortar seu objeto com o maior rigor”, posto que seu objetivo final consiste em poder “dominá-lo racionalmente”: a Economia (E) – a qual justamente por isso tem o discurso “mais monótono”.¹⁴¹⁵ Em três direções se delineia a especificidade contrastante da História (H) face esta espécie de alteridade, *par excellence*, a representar a modernidade em ciência:

1. particularização dos conceitos (H) / universalidade dos mesmos (E – elimina o tempo);
2. reconstituição e explicação (H) / modelos em retrospectiva (E – incorpora o tempo);
3. totalidade (H) / segmentação (E).

A adoção dos conceitos sem a particularização dos mesmos; a confusão da variável tempo, em retrospectiva ou em operação para particularizar a validade dos conceitos e modelos; o recorte/isolamento do fenômeno/esfera econômicos, em detrimento da totalidade, implicam, no caso dos historiadores, “economismo”. Dito de modo simples, a não reflexão a respeito da diferença entre natureza do objeto estudado e o constructo teórico (ou disciplinar) acionado para sua explicação. Fernando Novais se debatia, ao que tudo indica, em meio ao problema, até chegar a tal formulação. Já no simpósio de historiadores se prevenia, confessando as possíveis críticas que estava a angariar: “nenhum dogmatismo, pois, nos anima o espírito”; foi “procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes do todo” que “cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora.”¹⁴¹⁶ À espreita, a acusação fatal. Análise globalizadora e História tornam-se crescentemente, face suas reflexões a respeito das disciplinas, sinônimos. Daí

¹⁴¹⁴ “Para conhecer esse monumento de complexidade que é o homem (...) a história mobiliza todos os recursos consolidados pela ciência”. Eduardo D’Oliveira França. “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”, p. 140.

¹⁴¹⁵ Fernando A. Novais e Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História em perspectiva*, p. 22. É recorrente esta assertiva, a dar provas que está longe de ser *boutade* descompromissada: “exemplifiquemos com a *economic science*. A possibilidade de variação é muito pequena. Os nossos economistas, coitados... Estudavam desenvolvimento, agora estudam inflação, patati-patatá. Varia pouco. Compara isso com a história. Estudava modos de produção, agora estuda homossexualidade, que é uma bruta variação. Os economistas não têm para onde sair. É uma monotonia. Quanto mais científica mais monótona a coisa. Chatíssimo. (Fernando A. Novais. “Francisco Iglésias e a historiografia”. In. PAULA, João Antonio. *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Autentica, 2001, p. 61).

¹⁴¹⁶ “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, p. 261.

a Economia tornar-se o outro por excelência, e nessa embocadura, reconhecer no marxismo – tanto melhor seria dizer elaborar junto aos amigos, este marxismo – o aporte mais seguro, posto que, igualmente negador da fragmentação pressuposta pela Economia.

Mas os adversários – como sempre, decisivos – também contribuem para que tome esta direção. Assinala o historiador, no exame do “manifesto não comunista”: Rostow reduz o marxismo a seu próprio pensamento, identificando-o com o “mais vulgar economismo”¹⁴¹⁷: o “escalonamento de tipos econômicos”, da famigerada sequência “escravismo, feudalismo, capitalismo”; o isolamento, “dentro da complexidade abrangente do pensamento de Marx de um segmento do conjunto – no caso, desenvolvimento econômico para criticá-lo e refutá-lo de *per si* e desligado do resto do ‘edifício’”; o não-dogmatismo como sinônimo de não-marxismo redundam em ignorar a história, confundindo-a com retrospectiva¹⁴¹⁸. No limite: o marxismo de Rostow é *sua* Economia. E, por isso, sentencia Novais: “esta deve, efetivamente, ser a posição conscientemente assumida pelo historiador no intercâmbio intelectual que estamos vivendo: de um lado, examinar em que medida as teorias correntes dão conta de processos históricos concretos; de outro, indagar até que ponto a não consideração de determinados segmentos da realidade histórica nas teorizações econômicas pode comprometer seu alcance explicativo; sugerir, quem sabe, as direções em que tal integração pode vir a se realizar”.¹⁴¹⁹ Em suma, é do historiador o alcance explicativo que não têm as ciências modernas, cujo pressuposto é precisamente abrir mão do conjunto da realidade. O recorte dos objetos e a setorialização das atividades humanas não deve redundar na fragmentação das explicações. Eis o nosso atributo exclusivo. E, se for verdade que os homens se parecem mais com seu tempo do que com seus pais, não é difícil vislumbrar a esta altura a “nota coletiva” nas concepções de Filosofia, Sociologia e História constituídas pelos seminaristas-professores. A analogia entre a posição da Filosofia, como super-ego epistemológico das ciências modernas, e a

¹⁴¹⁷ “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”. p. 129.

¹⁴¹⁸ “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”. p. 129. Rostow não considera o sistema colonial do séculos XVI a XVIII na “emergência do primeiro surto industrialista moderno” – e o faz, naturalmente, alicerçado em suas pesquisas e em seu conhecimento de Marx, uma vez que o livro examinado se pretende “não dogmático”, o que, em sua formulação significa “não marxista”.

¹⁴¹⁹ “Sistema colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”, p. 127-128. Até se pode imaginar o historiador tomando notas das aulas do professor de lógica no seminário: “a ciência como sistema é, num certo sentido, a negação de sua historicidade”. (José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Boletim n. 269. Cadeira de Filosofia, p. 9.)

História, como única disciplina à qual a modernidade ainda chancela a totalidade é evidente. Em contrapartida, a tentativa, a ousadia e incontornável dificuldade de Fernando Henrique Cardoso, prensado entre duas áreas cujas Musas lhe faziam sombra com a luz do encantamento, subordinado ao dever da profissionalização/fragmentação, tentar propor o mesmo para a Sociologia – concentra as impossibilidades (sócio) lógicas do intento.

“Je suis un historien marxiste, pas un marxiste historien” – eis a autodenominação de Albert Soboul, que “sempre inquietou” Fernando Novais. É como ele também se define, quando tem de responder às indagações constantes, repetitivas, e, quicá, coercitivas, a respeito de sua filiação ao marxismo. Ele permaneceu atento ledor de Marx, respondeu a numerosas críticas, que lhe foram atormentando o espírito e obrigando a reiterar argumentos e aquilatar pontos não explicitados na tese. Como já insinuamos, um deles diz respeito ao conceito de “modo de produção”, e, parece-nos, o Marx do historiador é antídoto também ao marxismo soviético, pois talvez o seu *“Je suis un historien marxiste, pas...”* consista em, simplesmente “sou historiador”.¹⁴²⁰ Para ele, Karl Marx não teorizou a respeito do que seja modo de produção em geral, senão a respeito do modo de produção capitalista – o que escreveu a respeito dos demais subordinava-se a este desiderato. Sendo assim, um critério de periodização seguro consiste precisamente no “modo de produção capitalista”: ele obriga a historicizar as coisas, estabelecendo um antes e um depois.¹⁴²¹ Em quê, perguntaríamos? Ao que tudo indica, o historiador chamaria atenção: “(modo de produção consiste em) um tipo especial de articulação das várias instâncias que envolvem inclusive dimensões não econômicas, e nessa concepção o modo de produção não está vinculado nem sequer a um sistema econômico. Pode existir um modo de produção que contenha várias ‘maneiras de produzir coisas’ articuladas com o sistema global. Repito: para mim é uma idéia muito ampla, é o critério de periodização da história, que envolve política, cultura, economia; trata-se da *forma de articulação das instâncias*.”¹⁴²² Se, no mundo secularizado, estão elas em crescente autonomização, o marxismo se presta a desvendar

¹⁴²⁰ “se me provarem (e acho que não me provaram) que a análise que faço não é marxista (...), eu continuarei acreditando que ela dá conta do objeto e, portanto, persistirei”. Fernando A. Novais. *Aproximações*, p. 363.

¹⁴²¹ “Muito bem, o que é modo de produção? Marx nunca explicou. Como ele formulou o modo de produção capitalista a vida inteira (...) nunca explicou direito o que era modo de produção. Nem sei se ele saberia ao certo definir... a maioria dos marxistas define modo de produção como sistema econômico”. Fernando A. Novais. Entrevista. *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 128.

¹⁴²² Fernando A. Novais. *Aproximações*, p. 363.

a aparência desta autonomia para surpreender a interdependência no chão da *produção* dos bens. Mas, sendo assim, o estudo de períodos ou sociedades não-capitalistas poderiam mesmo dispensar o marxismo – posto que a *indiferenciação* das esferas tem em outra instância seu *núcleo articulador*? Parece-nos que sim e que seu intrigante modo de concluir as reflexões a respeito das disciplinas modernas, da História e do marxismo – se Marx tivesse escrito a *O Capital* da Idade Média, o livro se chamaria *Das feudum. Crítica da Suma Teológica* – parece-nos, de fato, a chave do segredo para aliar *esprit de géométrie et esprit de finesse*. O primeiro, incontornável, pois bem ou mal, a modernidade nos concerne; o segundo, mais ao seu gosto, antídoto aos perigos e às inconseqüências do primeiro. Era a inclinação à ciência, no seminário, tão forte quanto a disposição à crítica de seu formalismo, manifestando-se em engenho e arte. No “silêncio pascaliano”, o canto de Clio resiste por meio da “utopia da razão”, “única saída no mundo desencantado”.¹⁴²³

¹⁴²³ Fernando A. Novais. “Discurso proferido quando da outorga do título de Professor Emérito”, p. 23

Capítulo IV. Benjamin

“Como um bicho enjaulado
penso em telefonar a uma amiga
em sair a passeio, em paquera
no parque, em telefonar a um amigo
em ler um romance, em ligar
o rádio, em ir à privada
em jantar embora tenha almoçado
há duas horas, tudo tudo
menos ficar aqui sentado escrevendo
é a impaciência de viver a tarde
vitalidade nada, é resistência contra
o livro que há sete anos quero
escrever para inscrever meu nome
entre os mortos tranqüilos e famosos
sou um exemplo, exemplo de uma piada
e estes versinhos, que salvam o dia.”

Roberto Schwarz, *Corações veteranos*, 1974.

Nos itinerários anteriormente reconstituídos, procuramos surpreender os vetores das relações de força que atingiam os professores do Seminário, em suas áreas, aquilatando possibilidades e constrictões institucionais que concorreram para a incorporação dos estudos coletivos em suas teses. A idade e a fase da vida profissional em que se encontra Roberto Schwarz no início das atividades impõem ressalvas ao procedimento. O nexos institucional e profissional, se não pode ser descartado, não segue a mesma direção verificada nos outros casos. É na qualidade de segundo anista, com posições à esquerda, que passa a ler *O Capital* com alguns professores e amigos pelos quais tem estima e admiração. Dessa condição não se dissocia o que logra realizar. Ele é, com efeito, o único freqüentador, na qualidade de aluno, que dá prosseguimento à agenda temática dos professores do seminário. A relação entre Bento, Roberto e Singer, na qualidade de (ex) alunos nesta configuração, não é destituída de interesse. Há no virtuosismo do jovem brilhante, ideal a atormentar a cultura escolar competitiva, atributos menos evidentes que condicionam suas realizações.

Um balanço, contudo é necessário, a esta altura. Como expusemos inicialmente, a polarização ciência – cultura se manifestou no grupo por meio da díade filosófica, que manifestava, na rivalidade aluno/professor, a polaridade estruturante da Sociologia. No entanto, fora do seminário, e em terreno especificamente filosófico, os seminaristas/filósofos rivais uniam-se na oposição a João Cruz Costa, cujo poder se

sobrepuja a eles. A estruturação incipiente da Filosofia em moldes universitários ilumina as posições em que são aliados e rivais, estando juntos contra Cruz Costa, mas um contra o outro no Seminário. Já no caso dos outros dois seminaristas/professores, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais, não há registro de rivalidade com seus ex-alunos. Ao contrário. No caso da díade sociológica, a tensão estabeleceu-se no páreo Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni - os dois principais assistentes de Florestan Fernandes. Contrastando: na Filosofia, cujo gradiente de organização das atividades em moldes universitários era inferior, se comparada ao da Sociologia, dois seminaristas se uniam contra o estilo bonachão do catedrático, a quem, acreditavam, cabia um papel que não cumpria, e legava a ambos. Na Sociologia, área em que o serviço tinha sido feito por Florestan Fernandes, a tensão já existente na cadeira foi transportada para o seminário. No caso da História, se o quadro não se identificava com o nível estruturado da cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes, Eduardo D'Oliveira França estava longe de se aparentar a João Cruz Costa. Distante do estilo deste, entregava-se ao trabalho universitário, e exigia dos seus a mesma entrega total, ao feitio de Florestan Fernandes. No entanto, também se distanciava do registro mais moderno de trabalho representado por ele. Na História, o gradiente de profissionalização, parece-nos, chegava à geração de nosso seminarista no patamar mais baixo de todas as disciplinas, de modo que a rivalidade *de feitio propriamente profissional* não tomava contornos nítidos.

1. Três meninos.

“É raro que duas pessoas se entendam.”
Roberto Schwarz, “Utopia”, 1972.¹⁴²⁴

Em 1958, o rapaz mais jovem entre os seminaristas cursava o segundo ano de Ciências Sociais. Roberto Schwarz tinha sido aluno de Fernando Henrique Cardoso, assim como Bento Prado Jr., de José Arthur Giannotti, e Paul Israel Singer, de Fernando Novais. A configuração propiciava, assim, “uma liga intergeracional com os mais moços”, por meio de relativa quebra da ordenação catedrática – alunos estudam com

¹⁴²⁴ *O pai de família e outros estudos*, p. 98.

professores.¹⁴²⁵ Mas não suprimia as posições de autoridade: os bons alunos aproveitavam, os professores protagonizavam.

Na tentativa de seduzir a Musa do Seminário, a Musa do Departamento desafiava-a. Bento tinha como parceiro no afrente a Giannotti, Roberto. A amizade de ambos havia se iniciado um pouco antes de entrarem na FFCL-USP, na Juventude Socialista, e se estreitaria nesses anos.¹⁴²⁶ A aliança *documenta o poder de atração do pólo dominante no Seminário*: alunos entre professores, no caso de Schwarz, era também cientista social, face à Filosofia, representada inicialmente pela díade Bento-Giannotti. Dupla subordinação, portanto. Entre os desafios deles, o mais expressivo e conhecido, possivelmente, seja este:

“Roberto começou sua brilhante carreira de falsário genial e fabricante de canulares de alto nível, inventando uma pretensa carta de Lukács dirigida a mim; nessa missiva, escrita num alemão impecável, o mestre de Budapeste agradecia o envio de artigos meus [Michael Löwy] e de Roberto, inspirados por sua obra, que mereciam grandes elogios, por sua excepcional qualidade intelectual e literária (estou citando de memória, não tenho mais esse precioso documento à mão). Cúmplice da manobra, levei a falsa mensagem de Lukács à seguinte reunião do Seminário Marx, onde ela foi lida e discutida, suscitando o ceticismo de alguns e a inveja de outros – não cito nomes.¹⁴²⁷

Nem é necessário. A inversão da hierarquia nos faz morrer de rir! Em tempo: *desde que a reconheçamos como legítima*. Do ângulo das relações geracionais, a ambigüidade consiste em que por meio do desafio que os jovens lançam aos mais velhos confessam a dominação simbólica a que estão submetidos – *por vontade própria*. A ironia, contudo, no calor da hora, dificilmente é entendida assim. Recolhe sua eficácia justamente do imediato de nossas emoções, caindo vítimas dela, os mais ciosos de suas posições. Talvez os mais velhos tenham sentido aquela físgada instantânea – “e se isso for verdade?”. Entre eles, quiçá, com uma dose mais dramática – pela centralidade de sua área e de seu papel – Giannotti: como Florestan Fernandes, não tinha tempo a

¹⁴²⁵ Roberto Schwarz. Entrevista. In. *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*, p. 230.

¹⁴²⁶ Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*, p. 340.

¹⁴²⁷ Michael Lowy. “Ad Roberto”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 334. Hesito em atribuir o gosto pelo humor, assim como outros elementos, à tradição judaica, ainda que não ignore esse elemento. Diferentemente do papel relevante dos mestres dentro desta tradição (Cf. George Steiner. *Lições dos mestres*), a respeito da qual não há dúvidas do transporte da vida doméstica para a escolar, com relação ao humor não há como inferir o mesmo, e nem tributar a este fator ou ao envolvimento com a poesia marginal, que também lidava com esse recurso, ou ainda a apreciação dos modernistas, em particular de Oswald de Andrade. Prefiro então manejá-lo como indicio das relações de força e recurso típico de uma posição dominada para objetivar estas relações, sem abrir mão de explicitá-la à posição dominante. De todo modo, dá o que pensar o exercício – do qual o exemplo que damos é apenas um – da ironia e a relação dele com o exame que faz dela em Machado de Assis, especialmente pois já lhe interessava a ironia machadiana.

perder, e decerto a farsa tinha o conteúdo do bom gosto dos ilustrados à esquerda, mas era de mau gosto, sentida em meio a seus esforços. Ou será que respondeu a provocação dos jovens com aquela superioridade com que destronou intrigas envolvendo seu nome, quando estava do outro lado do Atlântico? “[As intrigas são] um bom sinal, porque significa que estou ficando importante”.¹⁴²⁸

Se a graça se deve à inversão, tem mais a testemunhar a respeito da relação idade/virtuosismo intelectual. No “canular”, os mais jovens são objeto de reverência, sendo reconhecido por méritos a respeito dos quais nada era dito a respeito dos professores; registrando, às avessas a atração exercida por Giannotti, a quem todos, no final das contas, não deviam pouco, e concentrava o atributo de maturidade dos professores. Ora, eram os professores do seminário para os “alunos avançados”, rebeldes, brincalhões – como eles próprios se vistos com relação a Florestan Fernandes? Juventude e virtuosismo intelectual mobilizados na tensão com o sociólogo, pareceriam, de seu interior, voltar-se contra. Era o tempo acelerado de nosso avanço moderno a se cristalizar nas relações geracionais. Em contrapartida, como não reconhecer na anedota, a hierarquia catedrática em tensão com as competências pressupostas em sua própria sustentação, envolvendo letras e números? Singer e Schwarz – alunos – têm o domínio de pré-requisitos sem os quais o grupo não cumpriria a tarefa.¹⁴²⁹

A *famosa carta* oferece também indício do que era valorizado no grupo, e, em particular por Roberto, que os potencializa. Por volta de 1960, quando *História e consciência de classe* é traduzido para a língua francesa e o grupo interrompe a leitura d’*O Capital* para lê-lo, contando com as visitas auxiliares de Gérard Lebrun, também Theodor Adorno poderia ter escrito a carta; também Jean-Paul Sartre. Importa lembrar essa obviedade para indicar o autor que, depois de Marx, possivelmente fosse o mais admirado no Seminário. Uma carta de Lukács (sem ironia) tinha mais valor que a de qualquer outro autor. E ele – não Adorno, que também poderia fazê-lo, embora se viesse de Sartre o elogio não seria tão convincente – não ressaltava quaisquer atributos, porém o “alemão impecável” e a “excepcional qualidade intelectual e literária” dos textos que os rapazes tinham enviado para ele. Ora, por que haveria de elogiá-los com tanta ênfase – se a convivência com o alemão lhe era rotineira desde a juventude? Esse Lukács, de Bento e Roberto, persuadia pela coerência do juízo/gosto, porém era altamente

¹⁴²⁸ Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 18/03/1957.

¹⁴²⁹ Cf. Capítulo 1.

inverossímil nos elogios – posto que, para ele, convenhamos, domínio de língua e literatura alemãs era moeda corrente, não atributos raros. O tom cosmopolita faz troça do nosso provincianismo. Mas o testemunha involuntariamente. Como fazem os bons documentos.¹⁴³⁰

Unidos, entre outras afinidades, pela força exercida por Giannotti, Bento e Roberto não deixaram, também, de opor-se um ao outro. A discussão é do mais alto interesse: mais uma manifestação da oposição estruturante, ciência / arte. Merece apresentação detida, pois desta vez os condicionantes das tomadas de posição cruzam-se de modo novo.

“Estranho saber, esse que não se contenta com seu objeto e que lhe contrapõe a imagem do que ele deveria ser!”¹⁴³¹; e “que febre é essa [que convida a considerar] mal escrito o que é escrito”?¹⁴³² A súplica da crítica de Bento Prado Jr. ao livro *A sereia e o desconfiado* de Schwarz pode ser feita por esta indagação. Propondo-se a “interrogar seu método para iluminar seus pressupostos”, o filósofo tenta apresentar o que “se entende, nestes ensaios, por crítica e por literatura”.¹⁴³³ Bento Prado Jr. aponta e desaprova três elementos desse método: o racionalismo, o cientificismo e a desconsideração pela especificidade da linguagem literária - provocação à competência de um crítico literário, mas, rigorosamente, *nada de novo no front* da Sociologia. Assim caracteriza o método e é incisivo no terceiro ponto: não “há oposição entre uma e outra [crítica e literatura]: entre escrever um poema e analisar um romance não há nenhum abismo. Tanto num caso como no outro, o escritor-crítico nada mais faz do que *pensar* uma situação concreta e singular e tentar retirar dela sua verdade universal.”¹⁴³⁴ Esse “postulado da expressão contínua suprime a diversidade dos gêneros, dissolvendo-os”. Vale notar, retomando as polarizações entre Bento Prado Jr. e Giannotti a respeito da

¹⁴³⁰ Ainda há mais. A versão da história apresentada foi narrada em evento público por Michael Löwy; mas ela corre solta entre *habitués*, há cerca de cinco décadas. Há indício mais forte do quão estruturante são essas polarizações? Jovens / velhos; professores / alunos; posição dominante – seriedade / posição dominada – radicalismo político e irreverência? Valho-me aqui da versão registrada em livro, porém cada narrador dela, que tive a oportunidade de ouvir e conversar a respeito, acrescentava algo aqui e acolá – naturalmente, oferecendo-me indícios de sua própria filiação, como, parece ser também o objetivo do próprio Löwy, cujo empenho em afirmá-la superou o das demais, ao retirá-la do registro oral. Agradecemos às fontes orais e esperamos ter feito bom uso da verossimilhança encontrada entre elas, a documentação escrita e nosso esquema interpretativo.

¹⁴³¹ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”. *Teoria e Prática*, n. 2, p. 72.

¹⁴³² Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 67.

¹⁴³³ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 58.

¹⁴³⁴ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 71. - chama isso de “concepção expressionista” da linguagem.

atividade filosófica: em face da crítica literária, invertendo os sinais, ele parece propor a diferenciação naquilo que Schwarz quer mesclar - ao passo que, contra seu par, queria mesclar o que ele separava.¹⁴³⁵ Coerente com esta defesa da especificidade da literatura enquanto linguagem, defende também “a idéia de uma verdade que apenas ela sabe dizer - que é a contestação de todas as demais formas de discurso”.¹⁴³⁶

Segundo Bento Prado Jr. à “primeira vista, a literatura é fortemente privilegiada”, o crítico é cúmplice e não adversário, “pois o que esplende na qualidade do texto é uma verdade que pode tornar-se conceito”. Contudo, “quem perde nesse jogo é antes a ciência”. Ela, afinal de contas, “se vê condenada a confirmar, em seu próprio nível, as estruturas que herda de uma instância anterior e (a seus olhos) inferior (...) o que se dá a literatura rouba-se à ciência: a tirania da compreensão circunscreve *a priori* o campo da aplicação legítima do entendimento.”¹⁴³⁷

Para seu amigo, o crítico literário habita um intervalo – “entre a crítica que o livro faz ao mundo (iluminando as contradições que o atravessam) e a crítica silenciosa que o mundo endereça ao livro (indicando que as noções que o organizam são pobres e rasas diante da experiência que pretendem modelar)” – e nele se instala com o “*conhecimento* tanto de um como de outro.”¹⁴³⁸ A posição que quer para si próprio tem algo de hegeliana e “aparece na imbricação de dois temas: a atribuição de uma positividade à ilusão, e a idéia da verdade como resultado”. Bento identifica em Roberto a concepção de “boa linguagem” como aquela que – “por oposição à linguagem do entendimento que, incapaz de captar o movimento do Ser, de se alimentar do negativo, é condenada ao vácuo, à abstração e às falsas oposições” – “percorrendo ao mesmo tempo o nível da verdade e da ilusão, do ser e do não-ser, mostra a identidade e a diferença que os une, separando-os.”¹⁴³⁹ Contudo, a ilusão é ilusão “para o olhar retrospectivo que a vista do resultado, isto é, da verdade global: é por isso que a frase começa pelo seu fim -

¹⁴³⁵ Cf. Capítulo 1.

¹⁴³⁶ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 72. Antoine Berman assinalou, em meio às discussões a respeito da tradução – prática constitutiva da língua alemã - na tradição do romantismo alemão, a inclinação a defender a traduzibilidade de gêneros e línguas, indo de par com a versatilidade dos autores, transitando entre eles (*A prova do estrangeiro. Cultura e tradução na Alemanha romântica*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002. Trad. bras. Maria Emília Pereira Chanut, p. 152-segs.). Além dessa indiferenciação entre crítica e literatura, identificada por Bento Prado Jr., outros elementos poderiam remeter o feitiço de Roberto Schwarz ao romantismo alemão. Receamos, contudo, enveredar pelo caminho da associação de parentescos aqui e acolá, pareceu-nos, vários deles duvidosos e arbitrários.

¹⁴³⁷ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 72.

¹⁴³⁸ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 61.

¹⁴³⁹ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 69.

predileção pelo último ato (a Lógica é o Juízo Final, último ato por excelência), onde os conflitos eclodem e se resolvem, onde a intriga se desvenda em sua verdade e onde os personagens passam, finalmente, a coincidir com seus destinos.”¹⁴⁴⁰ Por esta razão, ressalta Bento Prado Jr., o valor Dostoiewski, para Schwarz, estaria então em sua “capacidade de captar o movimento da negação no interior do mundo da experiência”.¹⁴⁴¹ No limite, se o romancista russo tivesse levado a própria obra às últimas conseqüências, ele teria se transformado em Roberto Schwarz.

O “jogo de espelhos” entre o imaginado/nítido e o vivido/ambíguo “prefigura o outro extremo: a análise científica da sociedade.”¹⁴⁴² Razão pela qual “a economia é para Roberto Schwarz o que é a lingüística para Roland Barthes: descrição das estruturas que, em última instância, definem o campo de toda situação possível”.¹⁴⁴³ Ora, se a “leitura [é] definida como um vai-e-vem entre a obra e a experiência”¹⁴⁴⁴, para um racionalista como Schwarz, esta experiência não é a sua, pessoal, mas a elaboração científica a respeito da sociedade – não poderia, por exemplo, ser mito. Um dos pontos altos da crítica de Bento refere-se a isso, pois: “Roberto é evemerista e, como tal, intransigente em relação aos mitos”, deixando uma “dura alternativa”, entre “crer e descrer e que ignora a outra possibilidade, para além da crença e da descrença, que é a da compreensão”. Para o filósofo, “só se recusa um mito como falso em nome de outro; compreendê-lo é visá-lo em seu universo próprio, na lógica que o estrutura. Platônico, Roberto só pode salvar o mito através de um uso irônico e pedagógico no interior da ciência; o mito *ancilla scientiarum*.”¹⁴⁴⁵ Bento mostrava, em suma, que Roberto era “antes de tudo um incurável sociólogo, tão perspicaz quanto insensível à arte literária”.¹⁴⁴⁶

A crítica anti-crítica de Bento poderia ainda ser ilustrada por meio das divergências com relação a materiais afins. Em *A sereia e o desconfiado*, há dois estudos sobre Guimarães Rosa, romancista a respeito do qual o filósofo escreveu: “O destino decifrado. Linguagem e existência em Guimarães Rosa”. As assertivas de Bento

¹⁴⁴⁰ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 69.

¹⁴⁴¹ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 70.

¹⁴⁴² Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 66.

¹⁴⁴³ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 66.

¹⁴⁴⁴ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 66.

¹⁴⁴⁵ Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 65.

¹⁴⁴⁶ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 208.

sobre *Famigerado* – conto de *Primeiras Estórias* – são representativas da oposição em tela, pois trata de relação que também chamou a atenção de Schwarz. Em *Famigerado*, como se sabe, alguém chama Damázio de “famigerado”. Ele não sabe o que fazer pois desconhece o sentido de “famigerado”. Descobre significar “importante”. Satisfeito, elogia o saber do narrador, apenas depois de insistir para que este lhe confirme, com “linguagem de em dia-de-semana”¹⁴⁴⁷, que não foi ofendido. Bento Prado Jr. entende que a leitura do conto pode ser: “o analfabetismo não indica apenas uma carência e que ele pode significar uma virtude e um privilégio”.¹⁴⁴⁸ Trata-se de uma situação irônica, que “contrapõe o letrado ao iletrado” e o “Saber se encontra do lado mais inesperado: não dominar a linguagem, não saber utilizá-la, é devolvê-la à sua vocação mais primitiva”; o iletrado é o “personagem profundo”, não “nos comove o saber do narrador”. “Este nada mais representa do que a monotonia do dicionário de que é o porta-voz: no espanto e na admiração que o outro lhe vota, algo como uma nova sabedoria começa a despontar”. Nessa chave, o analfabetismo, está “além da mera escrita”, “remete a uma relação problemática com a Escritura, isto é, com um *Logos* mais primitivo, anterior a toda letra. A relação entre o letrado e o iletrado deixa, portanto de figurar um contato entre duas humanidades separadas pelo espaço da geografia e da cultura, para indicar uma relação interna do homem com o seu destino (...) nos encontramos diante de um analfabetismo que não é *literal*, pois tem uma função essencialmente estratégica: neutralizando a experiência corrente da linguagem, permite uma descida a uma dimensão esquecida e recalcada da própria linguagem.” Espécie de brincadeira constante de perguntar “o que é o que é”, “o analfabetismo nos devolve a uma perplexidade diante do destino de que nos afasta a falsa sabedoria sedimentada nos dicionários.”¹⁴⁴⁹ Schwarz, em contrapartida “arrefeceria o ânimo vanguardista dos amigos da transgressão dos limites da linguagem”.¹⁴⁵⁰

Tratando de *Grande Sertão: Veredas*, também Schwarz atentou para a relação entre letrado/iletrado; homem da cidade/homem do sertão. Diferentemente do filósofo, ligou o deslocamento do significado e da sintaxe ao rearranjo dos mesmos dentro de um “desenho lógico interno ao romance” que instaura um diálogo próprio, construído a

¹⁴⁴⁷ João Guimarães Rosa. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 13ª ed., p. 16.

¹⁴⁴⁸ Bento Prado Jr. “O destino decifrado. Linguagem e existência em Guimarães Rosa”. In. *Alguns Ensaios. Filosofia, Literatura e Psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, p. 199.

¹⁴⁴⁹ Bento Prado Jr. “O destino decifrado. Linguagem e existência em Guimarães Rosa”, p. 200.

¹⁴⁵⁰ Paulo Arantes. *Sentimento de dialética*, p. 55.

partir de novos significados. Não destrona significados correntes para problematizar a “vida profunda e pulsante da linguagem em si”, como parece supor Bento ao ver beleza no analfabetismo. Aqui, como alhures, o perfil de Bento encontra-se no caimento da frase de Paulo Arantes: “mesma negação do mundo, como recomendava Sartre, ou fome de absoluto, como só a boêmia transcendental sabia despertar, podia tanto aproximar o futuro uspiano dos cinamomos de Alphonsus Guimaraens, quanto nortear-lhe o juízo político pela Guerra Civil Espanhola, não o fato (que também o entediava), mas o mito (...). A tônica recaía, portanto sobre as sondagens em profundidade, sobre situações limite cujo desaforo envolvesse algum tipo de ascensão a uma esfera espiritual de problematização máxima”¹⁴⁵¹. O máximo expoente escolástico de rechaço ao mundo produtivo e material segue de mãos dadas com o máximo expoente do radicalismo à esquerda da “cultura do contra”. Da perspectiva racionalista de Schwarz, decerto analfabetismo seria remetido ao referente sociológico - *se assim o romance/ conto requeresse*.¹⁴⁵² E, pode-se supor, pelo tipo de avaliação que veremos mais adiante, ele não trabalharia o ponto como “falsa sabedoria dos dicionários” em oposição à “verdadeira do analfabetismo”. Isso porque, a “experiência corrente da linguagem” remete a componentes sociais do domínio da cultura: a falsa sabedoria do dicionário é domínio de classe, que nada tem de falso, ainda que seja arbítrio.¹⁴⁵³ Em suma: para Bento, não é a passagem do referente lingüístico para o sentido que ele adquire internamente à obra o que mais interessa, senão a suposição do mundo externo no interno, que o autoriza entender como “crítica a linguagem culta”, a vida da personagem iletrada enganada. Em síntese: “nada mais contrário à matriz realista que segundo nosso

¹⁴⁵¹ Paulo Arantes. *Departamento francês de ultramar*, p. 179.

¹⁴⁵² É verdade que “quem reler *A sereia e o desconfiado* verá que de fato o Realismo é termo de comparação e contraste onipresente” (Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 224), no entanto, o acento dos exercícios de leitura que nele se encontram está no exame da coerência entre projeto e realização da obra, senão, como explicar o exame de *Perto do coração selvagem*?

¹⁴⁵³ Este problema não seria abandonado no percurso de Roberto Schwarz. Já nos anos noventa, em trabalho que nos parece arrematar os pontos de seu projeto crítico, o exame do diário de Helena Morley lhe propiciaria oportunidade de retomar o problema, mantendo a chave racionalista da problematização. Afirma ele a respeito da prosa da menina: “a *prosa desconvenionalizada* depende da luta contra o prestígio e os automatismos da retórica, assim como a *figura clara* só se alcança ao cabo de árdua depuração (...) trata-se de recusar a mentira - sobretudo burguesa - sedimentada nas relações sociais, em nós mesmos, na tradição artística. [no caso de Helena, a expressão exata] não é conquistada contra, mas a favor do uso comum. Este parece encerrar a verdade que mentira, pois seu opositor é a linguagem elevada e, de modo geral, a ocultação do cotidiano trabalhoso e trivial, assim como o seu depositário é a oralidade com lastro popular, em circunstâncias de beletrismo a serviço da distinção de classe.” (*Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 131-132). Como assinalou Maria Elisa Cevalco, “ele não faz o gesto populista” de elevar a prosa da menina a Flaubert ou algo que o valha, mas procura “determinar do que escapam”. (“O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz”. In. *Terceira Margem. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. UFRJ, Ano XI, n. 16, 2007, p. 16).

filósofo infelicitiza a crítica de Roberto, do que os volteios gratuitos de um arabesco oscilando livre de qualquer lastro interpretativo.” No filósofo, não há “desejo de explicar”, apenas “a frágil consistência de uma finalidade sem fim”, “tudo o mais é redução”.¹⁴⁵⁴

A oposição está estruturada em torno da concorrência pela definição da prática que privilegie arte ou ciência. Guardadas as diferenças de modalidades em que se manifestou, ela foi estruturante da Filosofia, da Sociologia, da História. A oposição em tela, contudo, tem interesse especial por opor dois agentes de áreas distintas, tratando do mesmo material – diferentemente da oposição Antonio Candido / Florestan Fernandes, no interior da mesma disciplina, tratando de objetos diferentes. Esta particularidade do caso possibilita realçar que nestas tomadas de posição estão objetivados trunfos e defasagens sociais: aquele que foi alfabetizado em duas línguas e sofreu a experiência da imigração, como não poderia deixar de ser, por mais que problematize as formalidades em geral, não veria falsidade no dicionário. Já aquele cuja classe tem o apanágio do domínio do poder e das letras tende a desdenhá-lo, a não reconhecê-lo como dominação simbólica e social, e a embelezar a ausência do domínio de linguagem. Na oposição a Bento, Roberto inclina-se ao pólo científico. A crítica anti-crítica do primeiro vem da Filosofia anti-profissionalizante, pró-ensaística e a crítica do segundo, da Sociologia. E, no entanto, do pólo menos profissionalizado e pró-ensaístico dela, posto que, discípulo de Antonio Candido, implicitamente adotava algo de sua divergência com relação ao estilo de pesquisa e inclinações temáticas da Sociologia I. Nessa filiação, inclina-se ao pólo cultura e arte. É, portanto, a tomada de posição de Bento Prado Jr. com relação a Roberto Schwarz que o empurra para o pólo científico de que se tinha afastado.¹⁴⁵⁵

Na oposição a Schwarz, Bento fica com cultura; no duelo com Giannotti, também. Este, em relação a Florestan Fernandes, é “menos ciência”, como todos, diga-se de passagem; mas a posição de Bento o empurra para o máximo de profissionalização. O interesse reside, assim, na posição fixa de Bento Prado Jr – sempre próximo do pólo arte/cultura; e na variação da posição de Schwarz com relação

¹⁴⁵⁴ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 213.

¹⁴⁵⁵ Fizemos menção no capítulo 2, ao acompanhamento das discussões dos seminaristas por Maria Sylvia Carvalho Franco. É possível se inferir que ela tenha – senão tomado parte no debate acima de modo explícito – interessado-se por ele. A leitura de sua tese de livre-docência – em particular pelo fato de reunir às pressas escritos dispersos – possui indícios que apontam nesta direção. (*O moderno e suas diferenças*. Tese de livre-docência. Especialmente capítulo 4, em que a socióloga apresenta/analisa “A hora e a vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, p. 120-159).

aos filósofos que, no passado ou no presente, sempre o empurram para o pólo da ciência.¹⁴⁵⁶ No caso de Bento, é interessante notar que é a mesma concepção que o possibilita cobrar separação entre literatura e ciência social, linguagem científica e artística de Schwarz, mas não adotar a profissionalização das atividades filosóficas no feitio de Giannotti. Nas palavras de Paulo Arantes, feitas de Bento Prado Jr.: “se o valor que funda a indestrutibilidade das filosofias ao longo da história independe da verdade de juízo à qual cada uma delas aspira, por que não identificá-las de vez a obras de arte, à realidade original e auto-suficiente que elas promovem?”¹⁴⁵⁷ Daí então a adoção de que representação e literatura são incompatíveis e que o assunto da segunda é ela mesma.¹⁴⁵⁸

¹⁴⁵⁶ Nesse período, as posições relativas de José Arthur Giannotti e Bento Prado Jr., na Filosofia e no Seminário, consistem, respectivamente em ciência / cultura, como já foi esquadrihado. Nos anos noventa, também José Arthur Giannotti divergiu de Roberto Schwarz e, novamente, a Filosofia denunciava no crítico literário, a inclinação sociológica e cientificista. Na avaliação de Paulo Arantes, “estavam arraigadas as convicções filosóficas da casa: pois a mesma teoria posicional do objeto que Bento antepunha ao realismo e seus equívocos cognitivos e literários, levava Giannotti a sustentar contra Althusser que na própria realidade ocorre um processo de constituição categorial [*O que implica: Giannotti aliado de Schwarz, nos anos 1960, LSR*]. Não vejo outro fundamento para a reversibilidade entre análise literária e análise social invocada pela crítica realista.” No entanto, ao discutir *Um mestre na periferia do capitalismo*, Giannotti alinha com Bento Prado Jr. (de outrora) ao defender a “inconvertibilidade do juízo estético em valor de verdade” preferindo seu Machado “fantástico, das situações-limite, enraizado na ambigüidade e no niilismo, enfim, um escritor que sentiu o que ‘nós sentimos até hoje, bem quietinhos em casa, porque todos nós temos angústia’.” (Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 233. As críticas a Roberto Schwarz que unem Giannotti e Bento encontram-se em “Machado de Assis: um debate”. *Novos Estudos*, n. 29. 1991. Os destaques acima são meus). Vale dizer, como se verá adiante, a propósito de outras assertivas de Schwarz, o argumento também será mobilizado por Gérard Lebrun. Tudo se passa como se Bento Prado Jr. tivesse suas “impressões de juventude” confirmadas. A longo prazo, seria indício do “modo uspiano de lidar com as idéias gerais [...redundando em] um senso comum estético, pairando bem acima, na sua rarefação especulativa, das oscilações doutrinárias usuais (...) um rompante que vinha uma vez mais encarecer a primazia do absoluto literário, como nos anos 60, Bento Prado Jr. queria demonstrar.” (Idem, p. 233-234). Em que se pese o acerto da observação, mantida no plano do arabesco de Bento; por que não operar uma “redução” e equilibrar a balança? Parece-nos que Giannotti, como tantos que não puderam se dar ao luxo de ficar ao lado da “cultura” pois a “ciência” era a única chance de adquirir cidadania profissional na cidadela universitária, em fase mais estabilizada da vida profissional, deram-se aos prazeres reprimidos dos anos iniciais de labuta. As frentes a que o filósofo se dedicou parecem indicar tanto a ambição de abarcar tudo, como espécie de acerto de contas com os domínios que não lhe estavam acessíveis naqueles anos, mormente Estética. E não é o que o próprio filósofo confessa na abertura do seu *O jogo do belo e do feio*? “Ao longo da vida tive poucas oportunidades de escrever sobre as belas-artes, principalmente sobre a pintura, com a qual tenho convivido intensamente desde 1946, quando descobri o modernismo e o reduzido acerto da cidade de São Paulo daqueles tempos. Mas o interesse por elas já era suficiente para me imaginar professor de estética numa universidade brasileira”. (São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 7). Naturalmente, seria o caso de se investigar outra dimensão, além da biografia, que analisasse a variação da cotação do rendimento simbólico desses investimentos à luz da hierarquia temática dos dois tempos. Assunto para outro estudo.

¹⁴⁵⁷ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 195.

¹⁴⁵⁸ Paulo Arantes atribui ao segundo, a importação do tratamento dos sistemas filosóficos para a literatura, núcleo do argumento que condena os juízos críticos. Juntamente com a importação assinalada por Paulo Arantes: “[na nossa maneira de lidar com sistemas filosóficos] não há lugar para a apreciação crítica. Enquanto durasse a leitura, deveríamos conduzi-la como o mais estrito dos discípulos. Afinal, estávamos ali para assimilar os clássicos e não para julgá-los, o que seria, aliás, de péssimo gosto. Vistas as coisas de um ângulo profilático, tratava-se de uma providência de inegável bom senso.”. Paulo

É factível entender esse ponto fixo em seu enraizamento social: declínio social, domínio das letras, posição dominada nas elites dirigentes, inclinação para posições políticas à esquerda, radicais, descompromissadas com o efetivo exercício do poder em aparelho estatal. Daí também o alto grau de intelectualismo pressuposto na valorização do analfabetismo¹⁴⁵⁹; bem como de capital social envolvido no feitio de radicalismo. Já no caso de Schwarz, a posição que os filósofos lhe criam denuncia o quanto deve ele à Sociologia.

Não se compreende, contudo, nem os lances em que são aliados, nem aqueles em que são rivais, Bento e Roberto, sem a consideração do terceiro aluno, Singer. Os três são ideologicamente aparentados e se familiarizam com o universo político de esquerda em período anterior ao universitário. Bento foi, por volta dos 14 anos, da Juventude do Partido Comunista, e logo a abandonou pela Juventude Socialista, quando conheceu Schwarz, Tragtenberg, Singer.¹⁴⁶⁰ Este, por volta dos 15 anos, em 1947, aproximou-se do PSB. Por meio de *Vanguarda Socialista*, jornal ligado ao partido, e de feitio anti-stalinista, entre trotskismo e luxemburguismo, conheceu Mario Pedrosa. Paul Singer se filiou ao partido em 1954.¹⁴⁶¹

A afinidade *política* entre os três é evidente. Estão do mesmo lado da trincheira, que é o certo para o coração à esquerda – e tanto mais fidedigno no caso dos três, esquerda da esquerda. Face à concordância geral, não raro os estudos dedicados a trajetórias intelectuais e idéias da esquerda passam a apresentar o contexto histórico como pano de fundo que se justapõe a uma biografia admirável, posto que os pesquisadores são solidários às causas dos intelectuais que estudam. E, por fim,

Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 222.

¹⁴⁵⁹ Bento Prado Jr. gosta dessa “distorção feliz” em que a “linguagem perde a sua função espúria de comunicação, para reaparecer em sua essência como valor ou como residência.” (p. 223). (...) “O recurso aos modelos de linguagem rústica não é fruto de uma escolha ocasional: essa linguagem, que desconhece a codificação estrita de uma gramática que visa à eficácia operacional, é privilegiada para quem quer retornar àquele brilho das palavras que precede toda ação e prefigura as nervuras do imaginário. é o analfabeto, como o poeta, que consulta o volume interno das palavras, que interroga as franjas que a cercam, na esperança de alimentar a sua sabedoria. aquém da escrita é que se pode encontrar uma experiência de linguagem semelhante àquela que a literatura procurará restituir: esperança de captar, no puro movimento das palavras, no domínio exíguo que instauram, a verdade do mundo e da experiência.” (p. 224).

¹⁴⁶⁰ Bento Prado Jr. Entrevista. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 199.

¹⁴⁶¹ Paul Singer. Entrevista. Paul Singer. Entrevista. In. *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*. Bento liga numa mesma rede: Singer, Schwarz, Maurício Tragtenberg, Gita e Jacó Guinsburg. Porém, Singer afirma que os pais do Roberto Schwarz e de sua primeira esposa eram amigos, mas não se lembra de tê-lo conhecido antes do Seminário. (Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 340; Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 81).

apresentam divergências e preferências políticas de seus biografados, sem fazer daquele pano de fundo, força condicionante, e sem dimensionar clivagens sociais no interior do espectro político e intelectual de sua análise. Gostaríamos de sugerir esta angulação sem a qual, parece-nos, os estudos redundam ou em meros levantamentos de dados ou em hagiografias bem intencionadas, mas entediantes.

A afinidade da dupla Bento-Roberto torna-se mais interessante se contrastada com a afinidade de origem *social*, na dupla Schwarz-Singer: ambos de famílias judaicas centro-européias imigrantes do entre guerras, condição também de Gabriel Bolaffi, Boris e Ruy Fausto, Michael Löwy.

Com a intimidade que cabe ao mestre, Antonio Candido sugeriu, como vivência na base da formação das inclinações de espírito de Roberto Schwarz, sua condição de estrangeiro. A “experiência orgânica de dois pólos nacionais, lingüísticos e culturais” concorreu para constituir disposições para “temas e as idéias de oposição e contraste, quem sabe até favorecendo o pendor para o lado do marxismo”, vertente teórica que não rende sem ímpeto para ordenação de antagonismos. Seu mestre sugere, talvez aí se encontre a origem de seu “gosto pela tensão e o contraste” que o leva “a privilegiar as obras e os autores problemáticos”. Sergio Miceli, incisivamente, ressaltou a “costura autobiográfica” na escolha de estilo, temas e abordagem, na base, aliás de numerosos textos¹⁴⁶². Esse viver “prensado entre o alemão e o português, entre dois universos culturais de expressão e pensamento”¹⁴⁶³ é mais esclarecedor de sua obra e trajetória que a enxurrada de “filiações teóricas e sintonias militantes”.¹⁴⁶⁴ De acordo. Se a dialética para andar pressupõe “dois”, decerto a vivência dual – de país, de língua, de

¹⁴⁶² Sergio Miceli refere-se a: “Utopia”; “Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro” (In. *O pai de família e outros estudos*), bem como aos textos em que analisa ensaios de Antonio Candido, no conjunto “encadeia reminiscências de figuras centrais em sua formação pessoal e intelectual (...) para liberar situações e sentimentos de caráter afetivo, em vinhetas de tocante auto-análise”. (“Entre o chão e as nuvens”, p. 60). Também Francisco Alambert chamou atenção para as dificuldades do estrangeiro e a transformação de Anatol e Antonio Candido em sua “*persona* intelectual”, porém não arranhou tais pontos em seus argumentos como energia condicionante (“Lugar da dialética, dialética do lugar. Três notas sobre filiações, fidelidades e afinidades na formação intelectual de Roberto Schwarz”. In. MUSSE, Ricardo; LOUREIRO, Isabel. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 230-235).

¹⁴⁶³ Idem, p.61.

¹⁴⁶⁴ Idem, p. 61. O que vem a seguir é tentativa de desenvolver a observação: “tal prontidão auto-reflexiva constitui um diferencial de peso quando se compara a produção ensaística de Roberto àquela de outros contemporâneos (...) as notações pessoais como que o predispõem a um trabalho de auto-análise indispensável e ao mesmo tempo permitem recuperar pegadas do plasma criativo em que o próprio autor se reconhece”. (Idem, p. 61). Como se sabe, voltar as atenções para esse âmbito, ainda que o conjunto dos ensaios de Schwarz peçam-no, a nosso ver, indisfarçadamente, é controverso a ponto de haver quem, para fazê-lo, afirme não fazer: “sem querer fazer biografia (mas talvez já fazendo)...”. (Francisco Alambert. “Lugar da dialética, dialética do lugar. Três notas sobre filiações, fidelidades e afinidades na formação intelectual de Roberto Schwarz”, p. 230).

religião, de sensibilidade – favorece a inclinação a ela. Mas nem todo estrangeiro se inclina à dialética/sociologia/literatura *brasileira*. O conselho de Miceli – “melhor levar a sério acicates e bloqueios que modelaram essa entrega apaixonada ao trabalho intelectual”¹⁴⁶⁵ – para ser levado a cabo requer um contraste com itinerário idêntico na base dual, e que toma outros rumos, revelando a incidência de outras condicionantes. Acompanhar a sina de Singer e Schwarz pode ser profícuo, nesse sentido.

Paul Singer nasceu na Áustria, em 1932. Ele cursou o primeiro, e parte do segundo ano primário, em Viena, o que lhe deu domínio de alemão falado e escrito “o que me foi de grande utilidade posteriormente”.¹⁴⁶⁶ Sua família, de pequenos comerciantes judeus, vivia em Erlaa, subúrbio operário. Emigra para o Brasil, onde já tinha parentes morando em São Paulo, em 1940, em função da anexação da Áustria pela Alemanha, dois anos antes, quando nascia Roberto Schwarz.

Em 1938, os pais de Roberto decidem sair de Viena. Com passagens para Argentina, acabam por perdê-la, ao esperarem o filho nascer. Tinham o pequeno ainda no colo e muita pressa, em função de seus vínculos políticos junto à esquerda. Sem possibilidade de retorno, passam por Budapeste, Iugoslávia, Itália, França, até entrarem no Brasil com atestados falsos.¹⁴⁶⁷ Já Paul Singer, antes de vir para o Brasil, descobre “que é judeu”: foi “esclarecido” por sua mãe, quando pretendia sair à rua com bandeirinha nazista, na ocasião da anexação; a mesma que o obrigou a mudar de nome, intercalando “Israel”, entre Paul e Singer, exigência dos nazistas, que manteve quando se naturalizou brasileiro.¹⁴⁶⁸ Não nos parece indiferente, assim, que o primeiro seja alfabetizado de modo bilíngüe, e o segundo o seja primeiro em alemão, posteriormente em português. Tampouco, que Singer descubra-se judeu antes de migrar e Schwarz, estrangeiro, já no Brasil. O contraste indica: em seu caso, a dualidade é constitutiva.

No período compreendido entre os anos de 1926 e 1942, mais de 50.000 migrantes judeus entraram no Brasil, contabilizando mais da metade recebida desde

¹⁴⁶⁵ Sergio Miceli. “Entre o chão e as nuvens”, p. 61.

¹⁴⁶⁶ Paul Singer. Entrevista. Paul Singer. Entrevista. In. *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*.

¹⁴⁶⁷ Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”. *Estudos feministas*. Florianópolis, 18 (2): p. 473-489, maio-agosto/2010, p. 479. Os dados foram retirados desse texto. A O périplo anterior à fixação no Brasil, e a declaração de Roberto Schwarz (“Eu me considerava socialista desde menino. Como os meus pais eram antistalinistas, eu sabia algo sobre Stalin e chateava o pessoal do Partido Comunista.” Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 230) permitem a inferência acima.

¹⁴⁶⁸ Paul Singer. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 89.

1872.¹⁴⁶⁹ Nos anos 1930, havia cerca de 56.000 judeus em cidades brasileiras, estabelecidos em ofícios tipicamente urbanos (industriais, técnicos, comerciais e intelectuais e apoio da rede comunitária).¹⁴⁷⁰ No conjunto da migração, mesclam-se motivações de natureza econômica e política – padecem seja da perseguição por serem de esquerda, seja pelo anti-semitismo. Como fica evidente, as duas famílias em tela se estabeleceram no país num período de migração em massa da população judaica centro européia, mas também no auge das leis restritivas de migração no Brasil. Vale atentar para as duas pontas desse fenômeno: saída do lugar de origem, chegada ao país de refúgio.¹⁴⁷¹ A bibliografia dedicada ao assunto divide-se entre ressaltar o anti-semitismo na Era Vargas e suas leis restritivas ou a flexibilidade verificada na execução delas.¹⁴⁷² Contudo, avaliada em isolado a legislação estatal, não se explica “por que somente um ano depois que a proibição se impôs, mais judeus entraram no Brasil legalmente do que em qualquer outra época dos 20 anos anteriores.”¹⁴⁷³ O Brasil

¹⁴⁶⁹ René Daniel Decol. “Judeus no Brasil: explorando os dados censitários”. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n. 46, junho, 2000.

¹⁴⁷⁰ Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”. In. GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 289.

¹⁴⁷¹ A migração judaica, em seu conjunto, no Brasil, é composta por mais de 60 países. (Lesser, Jeffrey. “Como os judeus se tornaram japoneses e outras histórias sobre nação e etnia”. In. GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H (org.). *Experiência cultural judaica no Brasil. recepção, inclusão e ambivalência*. São Paulo: Topbooks, 2004, p. 241). Ela se concentra em São Paulo, que abriga aproximadamente metade da população judaica no Brasil. (Misha Klein. “‘Afro-ashkenazim’ e outras experiências com identidade”. Idem, p. 252).

¹⁴⁷² O contraponto entre as perspectivas adotadas por Maria Luiza Tucci Carneiro e Jeffrey Lesser é representativo. A historiadora, por meio de documentos inéditos do Arquivo Histórico do Itamaraty, põe em relevo as circulares secretas, e destacou o caráter antijudaico do Estado Novo, ligado a setores empresariais receosos de possível competição. Já Lesser, saca como as imagens estereotipadas dos judeus, variavam de sinal, positivo ou negativo - “as pressões externas, conjugadas com a perspectiva modernizante do governo, embasaram a política ambígua de Vargas no que concerne à entrada de judeus no país.” (Carlos Eduardo Calaça; Marcos Chor Maio. “Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil”. In. GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 438-439.) Grün chama atenção: ainda que houvesse indivíduos com convicções anti-semitas nas agências de Estado, “difícilmente poderíamos distinguir as restrições impostas aos judeus daquelas impostas pelo governo norte-americano de Franklin Roosevelt, ou pelo governo britânico, no mesmo momento.” Na verdade o país ofereceu lugar de acolhida para os que encontravam as portas dos EUA fechadas, dada certa flexibilização de regras discricionárias colocadas em funcionamento na “prática”. (Roberto Grün. “Construindo um lugar ao Sol: os Judeus no Brasil”. In. FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 374).

¹⁴⁷³ Jeffrey Lesser. “Judeus salvam judeus: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil (1935-1945)”. In. GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 318. Segundo ele, em “1939, apesar das ordens secretas que restringiam a entrada de judeus, entraram mais judeus no Brasil do que em qualquer época nos dez anos anteriores” (Idem, p. 331), e, assim, pode a “população judia no Brasil inchar de uns 15 mil indivíduos em 1920 para cinco vezes esse número apenas duas décadas depois.”(Idem, p. 324). Considerando o material que consultamos, parece precisa a avaliação: “ainda ocorre, com frequência, a emergência de uma perspectiva que se ocupa em isolar, registrar e denunciar culpados pelas desventuras de cristãos-novos e judeus no

recebeu muito mais judeus do que permitiria a execução das leis então em vigor”.¹⁴⁷⁴ E “o estudo da imigração, do cotidiano e da cultura popular propicia uma visão diferente da que se tem quando se estuda o caráter do Estado”. Embora “o discurso oficial entre 1937 e 1945 fosse próximo ao fascismo, a sociedade não acompanhou essa direção, a cultura oficial não suplantou a cultura popular e a mobilização patriótica não arregimentou a população, mesmo durante a guerra”.¹⁴⁷⁵ Além disso, a oscilação nos estereótipos relativos aos judeus também concorreu para que “as políticas absolutas nunca funcionaram tão bem quanto as relativas.”¹⁴⁷⁶

Os três alunos que vimos acompanhando tinham seus corações batendo à esquerda, e entrado deste lado da trincheira por caminhos que se ligavam às oportunidades oferecidas por São Paulo aos imigrantes, passíveis de aproveitamento variáveis, em função do capital educacional de suas famílias e das dificuldades a serem contornadas na fixação na cidade. A família de Singer já tinha ramificações na cidade: a irmã de sua mãe já estava em São Paulo desde 1925.¹⁴⁷⁷ A de Schwarz, não. Se os Singer contavam com um nicho familiar de apoio ao chegar, a escolha do Brasil decerto envolveu esta consideração. Já os Schwarz, talvez por aquela flexibilidade brasileira, consideraram arriscar a perda da Argentina, entrando com atestado falso.¹⁴⁷⁸ Ambas, contudo, dentro de suas condições, tiveram como providência imediata o aprendizado da língua.

Os pais de Schwarz estudaram língua portuguesa na Congregação Israelita

Brasil, o que resulta na ênfase de um sentido atemporal às perseguições sofridas por tais minorias. Distancia-se, assim, tanto do viés histórico quanto do sociológico, por relegar a segundo plano a contextualização e a interpretação do fenômeno em suas especificidades, ou seja, nas formas nas quais se apresentam nos cenários em questão.” (CALAÇA, Carlos Eduardo; MAIO, Marcos Chor. “Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil”. In. GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 450).

¹⁴⁷⁴ Roberto Grün. “Construindo um lugar ao Sol: os Judeus no Brasil”. In. FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 374.

¹⁴⁷⁵ Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”. In. GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 290.

¹⁴⁷⁶ Jeffrey Lesser. “Judeus salvam judeus...”, p. 332. Segundo o pesquisador, os estereótipos variavam de critérios, considerando seja o que representassem numa política de embranquecimento racial, seja seu papel no desenvolvimento econômico do país.

¹⁴⁷⁷ Paul Singer. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 75.

¹⁴⁷⁸ A exigência do atestado de batismo era um dos modos de restringir a entrada de judeus, “o Brasil exigia visto, batismo e possibilidade de retorno. O nazismo impunha: se sair com vida não tem volta. A trajetória foi homérica: Budapeste, Iugoslávia, Itália, França, tudo para não passar pela proibida Áustria. Finalmente a família obteve o que muitos fizeram com o apoio de alguns padres: ‘atestados falsos’.” (Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”, p. 479).

Paulista (CIP), fundada em 1936 por judeus alemães.¹⁴⁷⁹ Aí também obtiveram auxílio para cuidados com o filho, e foram aconselhados a respeito de onde se estabelecer e arranjar trabalho. Käthe era bióloga, Johann, advogado, mas “isso aqui de nada valia”. A família se desloca para Limeira. O bom desempenho de Johann na fábrica de Chapéus Prada parece ter concorrido para que ela se expandisse para São Paulo, onde finalmente a família se estabelece. Morar na Oscar Freire, em meio a alemães, poloneses, húngaros, italianos, mais ou menos do mesmo nível, de classe média, para Käthe, foi agradável, pois todos se ajudavam.¹⁴⁸⁰ Sydenham Lourenço Neto chamou a atenção para este ponto: mesmo que os imigrantes judeus fossem trabalhadores braçais, “eles contavam com um capital cultural acima da média da população brasileira. Durante o período estudado a taxa de analfabetismo no Brasil foi em média superior a 50% da população”.¹⁴⁸¹ Na ausência de anti-semitismo socialmente disseminado, seu capital cultural constituiu uma vantagem. Nesse sentido, embora “de nada valesse” ser advogado, não deixava se render socialmente pelo diferencial.

Paul Singer chegou ao Brasil aos oito anos. Ele encontrou seus parentes, primos mais ou menos da mesma idade, com quem podia conversar em língua familiar, e com os quais foi morar. Já alfabetizado, em alemão, “a grande preocupação passou a ser aprender português”: sem perda de tempo, logo foi matriculado do Liceu Franco-Brasileiro, na Vila Mariana.¹⁴⁸² O contraste assinala que enquanto Singer aprendeu inicialmente a língua alemã escrita na escola vienense, vindo a mesclá-la ao alemão familiar no Brasil; Roberto Schwarz cresceu entre o alemão doméstico e a língua portuguesa dos arredores. Difícil aquilatar em que medida essa ambivalência pode ser tributada às conseqüências da Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas, mas é preciso lembrar que em 1937, como parte dela, foi proibido o ensino de língua

¹⁴⁷⁹ A CIP remonta à Comissão de Assistência aos Refugiados Israelitas da Alemanha (CARIA), criada e junho de 1933, que prestava auxílio aos recém-chegados no Brasil. no ano seguinte, um grupo assessorado por ela cria a Sociedade Israelita Paulista (SIP), que, além de auxílio promovia atividades associativas para a comunidade judaica.

¹⁴⁸⁰ Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”, p. 481. Eva Blay informa que antes de ir para Limeira, Johann Schwarz escrevia para *O Estado de S. Paulo* “graças à ajuda de alguns amigos (como) Sergio Milliet, Affonso Schmidt, Paulo Duarte. Mas a ditadura getulista fecha esta porta também, e ele vai então trabalhar na Fábrica de Chapéus Prada, em Limeira”. Uma vez no interior, apresentou-se falando francês. Blay sugere que houve dificuldades em lidar com os trabalhadores subordinados, italianos fascistas. Importa daí reter: a ancoragem social de Johann se liga aos grupos intelectuais da cidade, além de alemão e português, em ambiente doméstico de Schwarz havia também francês – a familiaridade com línguas é também constitutiva.

¹⁴⁸¹ Sydenham Lourenço Neto. “A comunidade judaica brasileira, suas identidades e redes de associação”. (GT 25: Migrações Internacionais. 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009).

¹⁴⁸² Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 75 (Hoje, Liceu Pasteur).

estrangeira, restringiu-se a liberdade didática dos estabelecimentos particulares, e escolas alemãs foram fechadas. Em seu conjunto, as medidas tinham por objetivo o estímulo ao civismo, estando entre elas a obrigatoriedade do serviço militar longe da família, a distribuição de textos patrióticos pela Agência Nacional, a comemoração das datas nacionais, o incentivo ao escotismo. Em 1939, regiões de colonização foram ocupadas por tropas do exército, chamadas “agentes da nacionalização”, e foi proibido o uso público da língua alemã, as publicações periódicas teuto-brasileiras e se fecharam sociedades recreativas.¹⁴⁸³

“Não se falava em política no Brasil – pelo menos nos círculos em que eu vivia. Minha família (...) não falava em política. E subitamente meus professores começaram a falar” – foi quando Singer descobriu que tinha colegas em sua sala cujos pais eram do PC, com o qual simpatizou por volta dos quatorze anos. Já na família de Schwarz, falava-se de política. Seus pais eram politizados já na Europa e tinham amigos que padeceram da perseguição stalinista, o que os afastou do comunismo. Isso estimulou em Schwarz o gosto pela provocação dos comunistas, pois cresceu em “ambiente voltado para livros e muito discutidor.”¹⁴⁸⁴ Um segundo contraste assinalaria: se a aclimação na vida política e cultural de Schwarz se deu inicial e preferencialmente pela via familiar, a de Singer dependeu das vicissitudes do ambiente escolar.

Ambos passaram, diferentemente, pelo universo da socialização judaica. Käthe Schwarz afirmou em conversa: como austríaca de Viena “não sou assim tipicamente judia, não sou religiosa. Viena tinha judeus já meio assimilados. Minha vida não é típica de imigração”.¹⁴⁸⁵ No entanto, para Eva Blay, há sim elementos típicos em seu percurso, de modo que “à sua maneira, manteve a identidade judaica que tanto lhe custou” – considerando a rede de auxílio com que contou, a reestruturação familiar em terra estrangeira, a valorização da cultura, o aproveitamento que pôde dar à formação universitária que carregou para o Brasil.¹⁴⁸⁶ Contudo, sendo o percurso social

¹⁴⁸³ Giralda Seyferth . “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”. In. FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 307-311. O Clube Germânia, por exemplo, torna-se, Sport Clube Pinheiros (Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, p. 302). Note-se que, com relação a imigração/imigrantes alemã(es), também não há uniformidade de tratamento, seja na vida social, seja por parte do Estado. É com a entrada na guerra, em 1942, que o nacionalismo, já vigente, ganha novo alento, e a adversidade a idiomas e migrantes dos países do eixo se acirra. Cf. Boris Fausto. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 189.

¹⁴⁸⁴ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 227.

¹⁴⁸⁵ Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”, p. 476.

¹⁴⁸⁶ Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”, p. 487. Ela pode

objetivamente típico da imigração judaica, Käthe se percebe como exceção. Talvez isso se deva a certo empenho para se desvencilhar do duplo estranhamento – judia em país católico, austríaca entre brasileiros. Parece sinal disso, tanto sua assertiva – “com meu filho fiquei muito brasileira”¹⁴⁸⁷ – quanto a condução dos estudos dele por colégios como Mackenzie, Rio Branco, Porto Seguro.¹⁴⁸⁸ Note-se que se o primeiro é confessional, mas não é judaico; e se o último é alemão, também não é judaico. Ele também freqüentava o Clube Pinheiros, em que nadava – outra associação alemã e não judaica. Lá, vez ou outra, chamavam-no de judeu. Sem entrar na discussão a respeito da estigmatização, assinale-se: a diferença se fazia presente constantemente.¹⁴⁸⁹ Nos primeiros anos, pela marca judaica, incontornável na vida popular daquele tempo; posteriormente, pela marca do capital educacional e da disciplina – diferenciais em contraste com os brasileiros. Os casos de imigração judaica requerem mais sensibilidade para os atributos em jogo na vida cotidiana, posto que “tensões e conflitos” correspondem a “uma identidade hifenizada”, aqui, “de judeu-brasileiro”.¹⁴⁹⁰ Assim, no registro do duplo estrangeirismo e da tripla identidade – pois, se “os imigrantes tem em geral como identidade o país de origem e o de destino, os judeus somam a estas duas, a terceira” – tem-se delineada a especificidade da migração de

mobilizar sua formação universitária e desempenhar outros papéis além dos de esposa e mãe - e a oportunidade ilustra, como em numerosos casos, a vantagem do desnível cultural do imigrante judeu intelectualizado num contexto como o brasileiro. Com efeito, ela foi trabalhar no Instituto de Biologia da USP, que, na ocasião padecia de mão de obra qualificada - tinha 50 anos e era uma das raras mulheres. (Idem, p. 482). O caso da psicóloga Betti Katzenstein que migrou em 1937 e também trabalhou na Universidade de São Paulo parece ser similar (Cf. Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, p. 305-306).

¹⁴⁸⁷ Eva Blay. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”, p. 481.

¹⁴⁸⁸ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228. Segundo o historiador Boris Fausto, cuja família também é de imigração judaica, estudou no Colégio Mackenzie, e foi aluno do pai de Bento, “Italianos, espanhóis, armênios, árabes, judeus, protestantes e mesmo católicos conviviam na escola, sem que, da parte dos alunos, as diferenças étnicas fossem o centro das rivalidades e das agressões” (*Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 197). Some-se também o fato de que “embora houvesse escolas públicas de boa categoria, a maioria dos imigrantes de classe média acreditava que o ensino pago devia ser de melhor qualidade. Para os judeus, colocar os filhos em colégios católicos era uma hipótese descartada, pois não só esses colégios exigiam certificados de batismo, como obrigavam meninos e meninas a cumprir os preceitos da religião católica.” (Idem, p. 197). Já a passagem pelo Colégio Rio Branco, concorrente do Mackenzie, e recrutando alunos da burguesia industrial nativa, talvez possa sinalizar ascenso/descenso social. Para mais inferências seria necessário mais dados.

¹⁴⁸⁹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228. Em “Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro”, ele afirma: “também eu havia sido chamado de judeu, de alemão-batata etc., e tivera ocasião de sentir o fino sentimento que estes xingamentos inspiram” (In. *O pai de família e outros estudos*, p. 100) – num tom nada ameno se comparado com a entrevista citada. Possivelmente isso se ligue ao momento de ambas as assertivas, como tentamos desenvolver mais adiante.

¹⁴⁹⁰ Rosana Kohl Bines. “A prosa desbocada do ilustre escritor estrangeiro”. In. GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H (org.). *Experiência cultural judaica no Brasil. recepção, inclusão e ambivalência*. São Paulo: Topbooks, 2004, p. 201.

No que tange à socialização judaica em território brasileiro, a idade de ambos e os elos familiares estabelecem diferenças. Quando Paul Singer tinha dezesseis anos, foi criado o Estado de Israel. Os desdobramentos da Segunda Guerra, no que tange às descobertas da barbárie realizada pelos nazistas, sensibilizaram jovens judeus pelo mundo afora, fazendo que muitos aderissem ao sionismo. Nas palavras dele: “eu entrei nessa onda e passei a fazer parte de um agrupamento, de um movimento juvenil sionista socialista, que levava os jovens para Israel para criar Kibutz” – e nela permaneceu até os vinte anos.¹⁴⁹² Pela mesma época, ele concluía o secundário, tornando-se auxiliar de escritório e se aproximava do PSB. Suas primeiras escolhas profissionais se ligam ao envolvimento com o sionismo – “acabei me encaminhando para o curso técnico, eu fiz eletrotécnica na suposição de que seria mais útil no Kibutz ter um eletrotécnico do que outra coisa”; não haveria “lugar para médicos, engenheiros etc., numa comunidade que teria de ser agrícola”.¹⁴⁹³ Se o universo escolar o fez adentrar o universo político, o judaico se ligou à escolha inicial da profissão, e o do trabalho ao ativismo político, passaporte para vida partidária. Como eletrotécnico, filia-se ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Em 1953, participa, como dirigente, da greve de metalúrgicos, tecelões, gráficos, marceneiros e vidreiros, que paralisou, por mais de um mês a indústria paulistana, a “Greve dos 300.000”. Nosso leitor atilado vai percebendo os caminhos cruzados dos seminaristas na cidade de São Paulo. Alípio Corrêa Neto,

¹⁴⁹¹ Arnaldo Bloch. “As múltiplas identidades de um judeu”. In. GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H. (org.). *Experiência cultural judaica no Brasil. recepção, inclusão e ambivalência*. São Paulo: Topbooks, 2004, p. 314.

¹⁴⁹² Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 79. Durante o Estado Novo, o movimento sionista foi colocado na ilegalidade, o que foi revogado em julho de 1945. (Cf. Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, p. 298).

¹⁴⁹³ Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 76-77. Parece-nos que o elo com o sionismo talvez tenha concorrido para estabelecer vínculos de outra ordem. É interessante notar que uma das vocalizações externas, porém não alheia ao Seminário, Michel Lowy remete-se a Paul Singer com especial afeição e admiração intelectuais: “Na realidade, eu me considerava um discípulo de Paul Singer. Foi ele quem me iniciou na obra de Rosa Luxemburgo (...) tenho a impressão de que em conversas e discussões com Paul Singer aprendi tanto quanto na universidade [ele é alguém] que ao mesmo tempo tinha uma formação econômica marxista sólida, conhecia perfeitamente Marx, Rosa Luxemburgo, e tinha um engajamento sindical, operário e político muito forte. Ele tinha a preocupação de manter um vínculo com o sindicato e os sindicalistas, com as lutas operárias e com a esquerda, buscando uma alternativa política marxista fora dos quadros do Partido Comunista e da socialdemocracia, tal como era representada exoticamente pelo Partido Socialista.” “Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy” (a Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis). In. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1996. Sem colocar em dúvida a caracterização, é possível inferir que a afinidade eletiva socialmente mais decisiva não seja apenas a aproximação política ou a origem judaica, mas a marca do sionismo senão em suas convicções mais perenes, na prática social da família de Lowy (Cf. Idem, p. 8) e no percurso de Singer.

presidente do PSB, em breve seria reitor da USP. Singer, jovem liderança entre os metalúrgicos, participava do movimento que instituiria o direito de greve no Brasil, e, como os universitários, tinha “aversão à atuação dos comunistas”.¹⁴⁹⁴ Ele se naturalizou e se filiou ao PSB, tornando-se membro da Comissão Executiva Municipal, entre 1954-1955.¹⁴⁹⁵

Premido entre sua origem modesta, se comparada à de famílias judias mais intelectualizadas, mas vantajosa se comparada à de muitos companheiros de trabalho brasileiros; prensado entre a valorização dos estudos, tipicamente judaica, e a necessidade de se sustentar; bem como entre o nível universitário de seus colegas de partido, e suas limitadas possibilidades de se entregar inteiramente à vida do espírito; como tantos nesta condição, passa a “resistir muito à universidade”, torna-se autodidata em clássicos do marxismo e Economia e confere colorido político ao rechaço da instituição cujo acesso lhe é penoso. “Eu achava absolutamente burguês a universidade. Sociologia eu achava uma coisa burguesa, etc. isso era discutido, isso vinha do movimento”. É notável a tentativa de unir o *ethos* demandado pela posição política: sociologia, universidade são “coisas burguesas” em contraste com a vivência prática – não raro aqueles que sustentam tais assertivas já têm domínio delas, podem portanto, tratá-las no vão entre o desprezo e a objetivação. Singer prossegue: depois “eu me convenci de que era bobagem (...) eu teria que passar o resto da vida trabalhando em fábrica o dia inteiro e todas as minhas aspirações intelectuais teriam que ser transformadas em atividades de fim-de-semana ou de noite e eu queria realmente poder ter tempo de estudar, de ler, de pesquisar, de escrever.” De modo que “eu tinha vinte e quatro anos já, eu já era bem mais velho do que os meus colegas”, mas “fiz o vestibular para economia.”.¹⁴⁹⁶ Talvez ele passasse de excessivamente estudante em meio a militantes; para ser demasiado militante, entre “puros” estudantes. Desfazendo-se de justificativas que racionalizam a dificuldade com o ensino formal superior, e a ele aderindo com modesta ambição de não restringir seu tempo de estudo aos finais de semana: assim Paul Singer opta pelo curso de Economia, em 1956, na FCEA-USP. Lá

¹⁴⁹⁴ Alexandre Hecker. *Socialismo sociável*, p. 294-297.

¹⁴⁹⁵ Paul Singer. “Depoimento autobiográfico”. *Pesquisa e Debate*, volume 7, número 2 (9), 1996, p. 8. (Memorial acadêmico apresentado no concurso para professor de Macroeconomia, na FEA-USP, em 1983).

¹⁴⁹⁶ Paul Singer. Entrevista. *Retrato de grupo*, p.78. Referindo-se ao modo como era visto o autodidatismo, Mário Wagner Vieira da Cunha assinala o rechaço ao mesmo com bastante ênfase. (“Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, p. 261).

encontrará um professor, recém formado, assistente de Alice Canabrava, chamado Fernando Novais, e por ele será convidado a participar “como economista” do “Seminário Marx”. Pode se imaginar que o historiador fosse também excessivamente estudioso para os amigos militantes, e muito à esquerda/militante, se visto do ângulo do acahamento político do setor de História. De todo modo, Singer “tinha sido aluno [dele], que era o historiador da equipe que o Giannotti estava escalando. E o Novais me recomendou, como uma pessoa que poderia desempenhar o papel do economista no grupo. (...) Ele contou qual era a idéia e perguntou se eu queria participar (...) aí me convidou para ir à casa do Fernando Henrique Cardoso. Eu não conhecia nenhum deles.”¹⁴⁹⁷ Novamente, o acesso se dá a princípio por meio de uma relação formal e institucional não pela rede social de apoio familiar.

As primeiras escolhas de Singer se atrelaram ao horizonte do sionismo, e as seguintes, ao círculo político que se tornou referência central. Também a escolha do curso superior, no caso de Schwarz, passou pela sociabilidade judaica migrante. Teve, contudo, outra direção, inteligível à luz do circuito urbano freqüentado por ele.

Além do PSB, Bento e Roberto freqüentavam a Biblioteca Municipal e livrarias dos arredores, e, como sói ocorrer, os que padecem para aquisição da cultura são mais sensíveis aos crivos sociais envolvidos nela. Assim, lembra Schwarz do quadro social da Biblioteca Municipal, cindido pela divisa de pertença ou não à FFCL, pelas línguas estrangeiras em que os brasileiros liam, pela rivalidade, ao fim e ao cabo, encenada na cultura, mas condicionada pela clivagem classista.¹⁴⁹⁸

Também o filósofo recorda esses verdes anos. Ele, na Livraria Francesa, descobrindo “por puro acaso” Hegel de Alexandre Kojève, e Schwarz, “meio por acaso”, na Livraria Herder, a Escola de Frankfurt: germanofilia de um lado e francofilia

¹⁴⁹⁷ Paul Singer. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*, p. 57.

¹⁴⁹⁸ “[na Mario de Andrade] os alunos da faculdade se encontravam com o pessoal da intelectualidade boêmia, que não cursava a universidade e era bastante diferente. Era uma turma que lia muito existencialismo em espanhol, enquanto o pessoal da Faculdade lia em francês e se achava mais sério. Havia aí uma espécie de competição. A turma que não fazia faculdade bebia firme, e a turma da faculdade bebia menos. Em geral o pessoal da faculdade tinha a vida mais arranjada, porque os pais escoravam; enquanto que os que não faziam faculdade tinham uma vida mais irregular, às vezes beirando a pobreza. Alguns se viravam como *office boys* (...) enfim era um pessoal que não tinha conseguido ir para a faculdade e que lia e poetava como podia.” Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 231. A respeito do atrelamento das escolhas de Singer ao sionismo, ressalto o acento social, não ideológico, da assertiva acima. Em homenagem aos seus 80 anos, Roberto Schwarz fez uma declaração amiga, destacando a afinidade ideológica de ambos nesse quesito, ao se lembrar do jovem Singer defendendo que os judeus lutassem pelo socialismo nos países em que estivessem (Auditório FEA5-USP, 22 de março de 2012).

de outro, na opinião de Bento.¹⁴⁹⁹ O acaso, de que manda o bom método sempre desconfiar, aproximava um imigrante centro-europeu com família culta e um membro das camadas em descenso cujo desfrute da cultura sempre tivera como apanágio. A força da aproximação parece estar naquilo que os diferencia e distancia do grosso da população; mas não implica perda de idiossincrasias. O filósofo recorda de, por volta de 1957, Schwarz ter lhe apresentado dois poetas: Drummond e Gottfried Benn. O primeiro já era sua “grande paixão literária”¹⁵⁰⁰. Pudera: da cepa modernista, como não teria um predileto dentre eles, Bento Prado Jr.? O segundo não conhecia. Pudera: por íntimos e amigos que fossem, a diferença no percurso de apropriação do material cultural se entrevê a cada elemento que polariza um e outro, o poeta correspondia à “germanofilia” de Roberto no dizer de Bento, ou, diríamos nós, à aclimação dele e dos seus em São Paulo.

No *Suplemento literário* d’*O Estado de S. Paulo*, há mais ou menos um ano em circulação, Anatol Rosenfeld publicou um texto chamado “Gottfried Benn, mago e médico” em 23 de fevereiro de 1957. O poeta morrera no ano anterior e o texto, como Roberto a Bento, apresentava-o aos brasileiros. Decerto, face a apresentação de Anatol considerou o poeta alemão afinado à sensibilidade de Bento, mais avessa que adepta do racionalismo.¹⁵⁰¹

Roberto tinha uma relação especial com Anatol. Quando ele tinha quinze anos, seu pai faleceu.¹⁵⁰² Anatol, amigo dele, passou a acompanhar a vida escolar do pequeno e aconselhá-lo. Jantava uma vez por semana em sua casa, estreitando laços que já tinham estabelecido por meio de visitas dominicais que lhe fazia com o pai. Roberto contornou seu desejo inicial de cursar Medicina, realização impossibilitada pelo rígido orçamento, seguindo o conselho de Anatol: assistir aulas em cursos diferentes da FFCL e se decidir por um deles.¹⁵⁰³ Ele assistiu uma aula em Letras, uma em Filosofia, e uma

¹⁴⁹⁹ Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”, p. 340. A livraria Herder ficava na Rua 7 de abril; a Livraria Francesa ainda se encontra na Barão de Itapetininga.

¹⁵⁰⁰ Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”, p. 340.

¹⁵⁰¹ Anatol Rosenfeld. “Gottfried Benn, mago e médico”. In. *Letras Germânicas*. São Paulo/Campinas: Perspectiva/Edusp/Ed.Unicamp, 1993, p. 143.

¹⁵⁰² Deixando, aliás, um romance inacabado sobre a imigração. Seu falecimento foi carinhosamente noticiado em *Anhembi*, juntamente com “Pintores e fitas comunistas em Paris (I)”, em que ele dá notícia da vida cultural da cidade na qual veio a falecer. (Cf. *Anhembi*, n. 46, ano IV, vol. XVI, p. 179-180). A ligação de ambos à vivência prévia à autonomia assinalada pela entrada na vida universitária, parece-nos atestada na dedicatória de seu primeiro livro, *A sereia e o desconfiado* – “A Anatol Rosenfeld e à memória de meu pai Johann Schwarz”.

¹⁵⁰³ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228.

de Paula Beiguelman. Ele não nos conta quais foram os professores decepcionantes das duas primeiras tentativas. E, com efeito, seus nomes importam bem menos do que aquilo que se pode inferir: seu horizonte de escolha entre Letras, Filosofia, Ciências Sociais – áreas que remetem ao universo com os quais já tinha intimidade estabelecida em ambiente doméstico; *opostamente a Singer que cujo universo equivalente se delinea pelas relações de trabalho.*

A escolha pelo curso de Ciências Sociais, depois de assistir a uma aula de Paula Beiguelman, dá o que pensar. Nascida em Santos, em 1926, também ela era de uma família judia e imigrante – traços talvez entrevistados em seu sotaque polonês.¹⁵⁰⁴ Como temos assinalado, a movimentação no interior da FFCL, sobretudo nos seus primeiros lances, liga-se fortemente a afinidades entre o ambiente escolar e aquele em que se vive antes de adentrá-lo. A aproximação por meio da aula de Paula remete, no interior da configuração que vimos expondo, à aproximação de Fernando Novais a Gioconda Mussolini - também ela professora, como seu pai.¹⁵⁰⁵ É como se aqueles nos quais nos reconhecemos nos desse alguma força, expectativa, vitalidade.

Uma vez na FFCL, Roberto participou do estreitamento de laços não institucionais de Anatol com ela. “Nada menos profissional ou regulamentar que as associações que se formavam em volta dele” – o que, por vezes, ocorria pelo oferecimento de cursos, em que os custos eram divididos, reunindo o grupo uma vez por semana, depois do jantar, na casa de um dos participantes. Assistiam à aula por duas horas e depois tomavam chá e comiam bolo. “Eram associações que dependiam completamente da satisfação mútua e cuja parte de alienação, por isso mesmo era mínima, uma vez que não se consolidavam por investimentos em dinheiro, necessidade de diploma, medo de perder matrícula e outros interesses espirituais semelhantes.”¹⁵⁰⁶ Bento lembra-se de dois cursos desse tipo. Um no círculo de Jacó e Gita Guinzburg – que compunham a comunidade de judeus imigrados intelectualizados do entre guerras, na cidade de São Paulo – e outro organizado por ele e algumas amigas, cujo tema foi

¹⁵⁰⁴ Dimitri Pinheiro da Silva. “Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)”. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia da FFLCH, 2008, p. 87.

¹⁵⁰⁵ Cf. Capítulo 3.

¹⁵⁰⁶ Roberto Schwarz. “O intelectual independente”. In. GUINSBURG, J.; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995. [1993], p. 94.

Morte em Veneza.¹⁵⁰⁷ Para Roberto, o feitio dessas reuniões se assemelhava àquele do Seminário de que tratamos: “eles se realizavam em função de uma certa sensibilidade para apetites difusos na sociedade e não institucionalizados”.¹⁵⁰⁸ Talvez por ser muito jovem, por estar entre amigos e professores, por se sentir acolhido e ter enfim uma roda, em seu caso, a sociabilidade em que se enredava se sobrepunha inicialmente ao rendimento que poderiam ter os estudos desenvolvidos no seminário.

Como se observa, algumas aproximações podem ser estabelecidas entre os dois percursos sociais e o conteúdo delas resulta do que é típico da imigração em tela: providências com relação a língua, amparo e auxílio ou de familiares previamente estabelecidos ou de organizações judaicas, cuidado e valorização da cultura, escolha de uma profissão distante dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, reservado para a reprodução social das camadas tradicionais locais. Em contrapartida, a rede ameahada pela família que parece concentrar mais capital educacional possibilita a Schwarz delimitar um horizonte – Letras, Filosofia, Ciências Sociais – que remete aos remediados e aos ascendentes da cidade; ao passo que Singer, se numa visada *en passant*, parece ter o mesmo perfil, revela, pela escolha de curso e instituição com menos prestígio na vida cultural municipal, certa desvantagem. Ambos, contudo, expressam tipicamente o caso do nível cultural mais elevado em relação ao grosso da população local. Trata-se de uma experiência ambígua, em que a superioridade conferida pelo diferencial educacional presta-se também a repor a condição de estranho no conjunto – o atributo é vantajoso e penoso, a um só tempo, elevando e denunciando o deslocamento estrangeiro.¹⁵⁰⁹ A fisgada incômoda se entrevê na consideração empática das clivagens sociais envolvidas no domínio de língua e cultura – como destacamos no caso da Biblioteca Municipal para Schwarz; no do PSB para Singer; e, com sinal contrário, na opção por filosofar em língua hegeliana a respeito da

¹⁵⁰⁷ Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”, p. 340. Jacó Guinsburg nasceu na Bessarábia, em 1921, e imigrou para o Brasil por volta de 1924. (Cf. “Jacó Guinsburg: uma história de livros e de amizade”. Entrevista de Jacó Guinsburg a Lyslei Nascimento. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG - Volume 1, n. 2 – março, 2008).

¹⁵⁰⁸ Roberto Schwarz. “O intelectual independente”, p. 97.

¹⁵⁰⁹ A barreira que o domínio estabelece, fica registrada de modo enfático no livro *Devaneios de um solitário aprendiz da ironia* – em que Samuel Rawet narra uma viagem de navio a Lisboa, em terceira classe: “Criou-se a barreira, eu era um homem que lia”. Rosana Kohl Bines comenta: “A lógica bipolar que antagoniza de forma esquemática o intelectual e o operário, a cultura de gabinete e a pedagogia das ruas, informa as grandes dilacerações na obra de Rawet, criando claros-escuros que não encontram qualquer ponto de mediação, não se apóiam em qualquer noção de equilíbrio.” (“A prosa desbocada do ilustre escritor estrangeiro”, p. 202).

“identidade entre a identidade e a diferença” no caso de Bento.¹⁵¹⁰ Difícil não sentir também essa fisgada na menção que Roberto faz ao “alemão de óculos”, ao analisar Guimarães Rosa.¹⁵¹¹ Por outro lado, entendendo como correta a perspectiva adotada por Roberto Grün, segundo a qual a condição dos migrantes judeus “só é inteligível quando traçamos detalhadamente o pano de fundo da identidade nacional, fazendo das questões que podemos colocar sobre os judeus brasileiros questões sobre o Brasil”¹⁵¹²; é forçoso reconhecer, com ele, que “não podemos falar que a situação vivida pelos judeus no Brasil seja análoga àquela de sua experiência histórica tradicional. Pelo contrário, é necessário constatar que, no Brasil, *ser judeu é um trunfo*. Aqui, além de simplesmente satisfazer os desejos familiares, a identificação do indivíduo como judeu também fornece boas expectativas de inserção no mercado de trabalho, nas redes empresariais e mesmo nas redes de relações sociais.”¹⁵¹³ A peculiaridade, diga-se de passagem tem interesse para o estudo da gestão das identidades sociais, oposta ao “que costuma registrar a literatura sobre a situação vivida pelos judeus em outros países”.¹⁵¹⁴

A idade em que cada um chega ao Brasil também condiciona vinculações ao ambiente familiar e ao estrangeiro. Singer compartilhava com os seus a dificuldade de aprender outra língua; Schwarz aprendia duas ao mesmo tempo, e uma era doméstica, outra não – como se o território aí se demarcasse de modo oposto ao de seu colega seminarista. Singer envolveu-se no sionismo, Schwarz, não. Além do elemento etário – o primeiro tinha dezesseis anos quando Israel foi criado, o segundo, apenas dez – algo da assimilação contrasta aí. Se Singer opta pelo sionismo e depois desiste dele por outro tipo de agregação – política, como vimos; é fundamentalmente a associação cultural e esportiva não necessariamente judaica, mas preferencialmente alemã, na qual

¹⁵¹⁰ Bento Prado Jr. “Retoques a ‘A sereia desmistificada’”, p. 340.

¹⁵¹¹ Roberto Schwarz. “Grande-Sertão: a fala”. In. *A sereia e o desconfiado*, p. 38.

¹⁵¹² Roberto Grün. “Construindo um lugar ao Sol: os Judeus no Brasil”, p. 381.

¹⁵¹³ Roberto Grün. “Construindo um lugar ao Sol: os Judeus no Brasil”, p. 368.

¹⁵¹⁴ Roberto Grün. “Construindo um lugar ao Sol: os Judeus no Brasil”, p. 381 Roberto Grün, por meio do estudo da presença judaica na esfera política, elenca um “feixe de constrangimentos que rege a vida judaica no Brasil”: na média, um percurso ascensional, construção de instituições organizativas e significados a respeito de seu papel social. No conjunto são submetidos a certa vigilância comunitária que os instiga a cumprirem tal papel: “políticos não podem mercadejar na arena pública; empresários têm que moderar seu apetite econômico; a colônia tem que promover eventos artísticos e intelectuais que referendam a atribuída ‘vocação intelectual dos judeus’; as entidades judaicas têm de manter-se na linha de frente da luta anti-racista do país; embora os alvos principais do ódio racial nos estados do Centro-sul, onde os judeus se concentram, sejam os migrantes nordestinos e os negros. figuras públicas que se afastam desse figurino acabam perdendo a sua identificação como judeus, num processo que mereceria estudos aprofundados.” (Idem, p. 379). Nem Singer nem Schwarz dependem das associações judaicas, mas a grade de constrangimentos pareceu-nos válida para o conjunto da migração.

transita Schwarz adolescente. Se no caso de Singer entre ambiente doméstico judaico e germanizado e vida brasileira há alguma continuidade; no de Schwarz há contigüidade. É o que parece confessar no retorno de seu exílio – momento, diga-se de passagem, especialmente profícuo para este tipo de reflexão: “[meu interesse pelo Brasil, acho] foi durante muito tempo um interesse de estrangeiro: eu queria me apropriar de uma realidade que não estava em minha casa, mas estava em toda parte.”¹⁵¹⁵

A vivência prensada, sugerida por Antonio Candido e Sergio Miceli, esperamos, vai ganhando densidade, pela consideração dos nexos entre vida doméstica/estrangeira e vida escolar/brasileira. Roberto conta: “acabei desenvolvendo uma contradição: no ginásio só me dava com os maiores cafajestes, enquanto em casa tentava ser intelectual. Eu era esportivo, maníaco por natação e andava com uma roda nada estudiosa. Fiquei muito dividido até entrar na universidade. Isso também tem a ver com a vida de imigrante. A vida européia dos meus pais foi cortada pela Guerra. Eles custaram a fazer uma roda no Brasil, de modo que fiquei sem o ambiente que normalmente teria numa situação mais integrada”.¹⁵¹⁶ A oposição é nítida: comportado no ambiente germânico, judeu e doméstico; abrasileirado no ambiente social escolar. Trata-se, como se vê de uma experiência em que os termos duais não são indiferentes entre si, mas tensamente opostos e interdependentes. Ao ambiente doméstico opõe-se o escolar, em seus hábitos; à casa alemã judaica, as feições brasileiras; no limite, à dedicação intelectual, a esportiva. Levando ao limite nosso esforço de encontrar um atributo social mais incisivo na trajetória dos seminaristas, é tentador afirmar: essa dualidade constitutiva é constantemente revivida – a esta altura, estabelecida pela assimilação familiar na cidade de São Paulo. No entanto, com o avançar de seu percurso, a ambigüidade vai se repondo por meio de contingências acadêmicas e políticas várias, que, se devem algo a suas origens não encontra nelas a determinante exclusiva. Parece-nos que não apenas a dualidade da vivência o inclinou à dialética, mas a dificuldade permanente na ordenação dos dois lados o sensibilizou para a uma *materialismo atento às clivagens sociais e práticas, por vezes, naturalizadas nas configurações sociais em que se enreda*. Não nos adiantemos. A esta altura, importa reter – atributos que pudessem ser estigma em outros contextos sociais, na FFCL-USP e, em particular, no Seminário foram acionados de modo produtivo, propiciando integração satisfatória numa rede de interdependência

¹⁵¹⁵ Roberto Schwarz. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15, Rio de Janeiro, 1979.

¹⁵¹⁶ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228.

social: o alemão, a disciplina, a disposição para os estudos.

Afinidades eletivas da trinca – Bento, Roberto, Singer – estão caracterizadas: um membro da elite em declínio, dois imigrantes judeus, um de família mais intelectualizada, outro mais modesta; todos em desnível superior em relação à média da população em matéria de capital cultural. As tomadas de posição com relação aos nexos entre arte – ciência parece não se desvincular disso. Vale notar: fora, inicialmente do circuito da FFCL, Singer passa incólume a esta polarização. A posição fixa de Bento – na polarização com Giannotti e com Schwarz – sempre se inclinando à gradação menos científica, menos racionalista traduz as vicissitudes do empenho em fazer valer a literatura como guia espiritual, num mundo em que as ciências modernas e a nova estratificação social a ultrapassam. As posições de Schwarz são antagônicas de acordo com a relação em que se encontra: racionalista e pró-ciência em relação a Bento, alinhando-se a Giannotti; menos científico em relação ao perfil da Sociologia I, por se alinhar ao projeto de Antonio Candido. É notável: ele tem o mesmo nível de capital cultural que o exemplar de nossa elite local (Bento), mas em relação a ele, toma posição plebéia, na concepção interpretativa da literatura. Mas em relação a camada ascendente (Florestan Fernandes), fica no pólo oposto, ligando-se a membro declinante da elite. Entre pólos excludentes num momento, nada impede que quem esteja com o melhor do outro, no campo oposto, seja também talhado para elaboração da síntese das rivalidades. Mas não nos adiantemos.

2. Tradição e relação magistral.

a. Arte do desencontro.

“Outro prazer é o fato de ter sido saudado por Roberto Schwarz, mestre da crítica, o mais antigo dos meus companheiros de trabalho na disciplina de Teoria Literária. Na pessoa dele abraço os meus antigos alunos (...) nada é para mim motivo de maior orgulho do que ter sabido perceber neles as qualidades cuja eminência a sua carreira demonstrou. Sendo eu um homem mais de fala que de escrita, foi como professor que me realizei melhor.”
Antonio Candido, *A homenagem da Unicamp*, 1989.

No mesmo ano em que se inicia o “Seminário Marx”, Antonio Candido dá seu último curso na Sociologia da FFCL-USP, antes de se transferir para Assis, e Roberto Schwarz foi seu aluno. Ele, como os seminaristas, estabelece uma relação de inspiração intelectual, apoio profissional mútuo e preferencial, elegendo-o mestre e ligando seu destino ao dele. Sobre, “a gênese, recepção e importância desse ‘sentimento da dialética’, que (os) une (...) pouco resta a dizer depois do brilhante livro de Paulo Arantes”¹⁵¹⁷. Digamos algo então a respeito do cultivo desse sentimento e do enlace entre o professor e o aluno, sob constrangimentos incontornáveis e oportunidades facultadas pela instituição universitária. Surpreendê-los no encontro, eis o mote.

O período de graduação de Roberto Schwarz corresponde aos anos em que Antonio Candido empenha-se na superação da ambigüidade profissional que gradativamente se constituiu desde o término de sua graduação: em relação à geração modernista, a sua era de “chato-boys”, críticos “profissionais”; em relação ao perfil de trabalho Florestan Fernandes, na Sociologia, tornava-se ultrapassada. Difícil saber em que momento a irreversibilidade do curso de profissionalização, cientificização e institucionalização tornou-se sensível para ele. Impossível não o procurar.

Para Rodrigo Ramassote, a oscilação “entre docência na área de sociologia e a produção de conhecimento no âmbito da crítica literária” pontilhou toda a carreira de Antonio Candido até sua ida para Assis, no segundo semestre de 1958.¹⁵¹⁸ O pesquisador reconstitui o ziguezague, que remonta às frentes de atividade a que se dedica desde a conclusão da sua graduação – àquela altura, compatíveis. Graduado em Ciências Sociais entre 1939 e 1941, Antonio Candido torna-se em seguida assistente de Sociologia II de Fernando de Azevedo, cargo ocupado até 1958, e cria com seus amigos

¹⁵¹⁷ Jorge de Almeida. “Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano”. In. *Um crítico na periferia do capitalismo*, p. 51.

¹⁵¹⁸ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. Dissertação de Mestrado. Antropologia-IFCH. Campinas, 2006.

a revista *Clima* (1941-1944); segue escrevendo rodapés semanais para *Folha da Manhã* e *Diário de São Paulo* até 1947. Neste ano, considera Luiz Carlos Jackson, uma “nova fase, marcada por maior envolvimento do jovem professor na sociologia”¹⁵¹⁹ pode ser vista em sinais como sua frequência nos seminários da organizados por Emílio Willems, na Antropologia e nas aulas de Roger Bastide, na Sociologia I, bem como a preparação da pesquisa para doutorado em Sociologia¹⁵²⁰. Além da conquista do regime de trabalho integral para os professores assistentes, a rotação foi impulsionada pela derrota no polêmico concurso de 1945, para a cadeira de Literatura Brasileira – à qual concorreu com trabalho sobre Silvio Romero, e obteve o título de livre-docente em Literatura Brasileira, mas não a cátedra, apesar de seu notável desempenho. A virada resulta em seu doutorado, n’*Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, defendido em 1954, sob direção de Fernando de Azevedo, perante uma banca examinadora composta por Roger Bastide, Paul-Arbousse Bastide, Aroldo de Azevedo e Egon Schaden. No entanto, o ritmo acelerado das mudanças na direção da segmentação disciplinar *cria* uma posição ultrapassada para ele e o empenho, entrevistado na rotação Literatura / Ciências Sociais, novamente, parece não ser plenamente bem-sucedido. Tomada a distância da primeira, no interior das segundas, a diferenciação já se fazia sentir. Assim pode ser entendida a recusa de Roger Bastide em atribuir nota máxima para *Os parceiros*, alegando a zona imprecisa de localização dela, entre Antropologia e Sociologia.¹⁵²¹ Depois de seu doutoramento em Sociologia, Antonio Candido teria se dirigido a Fernando de Azevedo: “Agora que paguei meu tributo à sociologia, assim que puder pretendo sair da cadeira e me dedicar à literatura”.¹⁵²² Pudera. A congregação havia lhe dispensado do doutorado em Sociologia

¹⁵¹⁹ Luiz Carlos Jackson. “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940 -1965)”, p. 277. O discurso de paraninfo que faz à turma de 1947 parece indicativo de que ele, a esta altura, atinava com aflição para a concorrência universitária. Impossível por meio de transcrição sequer sinalizar o tom dele, mas a ênfase na advertência em torno do pedante, da distância entre sabedoria e ciência e do que “se chama *método*”, uma “fórmula pomposa para suprir o instinto seguro da realidade embotado pelo convencionalismo das noções pseudo-científicas (...) doença que tem ferido as universidades” - dá o que pensar. (*Anuário da FFCL-USP 1939-1949*, p. 285).

¹⁵²⁰ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 37.

¹⁵²¹ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 40. Na entrevista concedida a Mariza Peirano, em 1978, o episódio é mobilizado por Antonio Candido para, confirmando “impressões retrospectivas”, afirmar seu gosto pela Antropologia (*Uma antropologia no plural*, p. 28). A localização do 9,5 no interior das tensões institucionais e da “angústia de ensinar sociologia e escrever sobre literatura” foi realizada por Heloísa Pontes (*Destinos mistos*, p. 179).

¹⁵²² Antonio Candido. Entrevista. In. *3 Antonios & 1 Jobim*. São Paulo: Relume-Dumará, 1993, p. 112.

e ele o fizera por se sentir em tal obrigação. Feito, era cobrado pela adesão à área.¹⁵²³ Como assinalaram Jackson e Ramassote, nos dois anos seguintes ao doutoramento, ele encerra as publicações em sociologia com três artigos, o que contrasta com os doze publicados na área, no período de elaboração do doutorado.¹⁵²⁴

Chama atenção, no primeiro movimento – da frustração da literatura à frustração nas ciências sociais – o episódio do concurso, tanto pelo que implica no redimensionamento das escolhas de Candido, quanto no que objetiva a respeito das relações assimétricas entre a FFCL e a Faculdade de Direito, nas disputas de poder entre as escolas naquela primeira década de conglomerado delas. O regente interino da cadeira de Literatura Brasileira na FFCL-USP quando o referido concurso para catedrático foi aberto em 1944 era Mario Pereira de Souza Lima, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na 85ª turma, em 22/12/1916.¹⁵²⁵ Sabe-se do empate e do encaminhamento da decisão para o Conselho Universitário. Jorge Americano, formado em 1912, na 81ª turma da mesma Faculdade de Direito era, então, reitor da USP. E o leitor decerto já advinha o argumento: por meio de seus representantes interessados em disciplinas em processo de institucionalização e profissionalização, o Largo São Francisco conflita por espaço docente com a FFCL-USP, escola jovem e ainda destituída de respeitabilidade. Foi o que pudemos constatar no concurso de João Cruz Costa. Na Literatura Brasileira, o concurso põe em tela processo idêntico. Ocorrendo na primeira década de vida universitária da FFCL, seu desfecho é diferente. O jogo de forças pende favoravelmente ao membro cujo perfil de formação tradicional evidencia-se pela origem nas “Ciências Jurídicas”.¹⁵²⁶ Foi – de

¹⁵²³ Antonio Candido. Entrevista. In. *3 Antonios & 1 Jobim*, p. 112.

¹⁵²⁴ Luiz Carlos Jackson. *A tradição esquecida*. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Fapesp, 2002, p. 54; Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*, p. 43. São eles: “L’état actuel et les problèmes plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil” (1955); “O papel sociológico da escola na sociologia educacional” (1955) e “Possíveis raízes indígenas de uma dança popular” (1956). É interessante notar que eles remetem-se, respectivamente: à sociologia da educação, concentrada no CBPE, no mesmo período, com o qual, como Florestan Fernandes, Antonio Candido recusou-se a estabelecer uma relação mais orgânica (Cf. Capítulo 2); à sociologia agrária, a se concentrar nos esforços de Maria Isaura Pereira de Queiroz, e em no Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), criado em 1964; e com temática que facilmente poderia ser associada ao folclore, e era parte do projeto inicial de seu doutorado idealizado em 1947. Sobre tudo por meio dos dois primeiros, é factível afirmar: Florestan Fernandes protagonizava a segmentação, mas a ninguém ela deixava incólume, não se subsumindo à movimentação dele, portanto. No final das contas, Candido parece transitar nos temas meio satélites, na base de especializações num futuro próximo.

¹⁵²⁵ Cf. Consulta ao arquivo de “Arcadas”.

¹⁵²⁶ Episódio é reconstituído e analisado em pesquisa para tese de doutoramento, de Rodrigo Ramassote. Importa, contudo, assinalar o perfil bio-bibliográfico de Souza Lima, em apoio do argumento. Nascido a 6

modo mais matizado – o que encontramos na constituição do setor de História, mais permeável à integração desses membros em função da peculiar atuação de Fernand Braudel.

O vaivém pelas áreas é marcante em Antonio Candido e de especial interesse, pois objetiva processo que o ultrapassa. Ele atua inicialmente como crítico na grande imprensa e professor de Sociologia. Após a derrota de 1945, tenta investir na segunda, e, sentindo-se relativa e novamente derrotado, em função da recepção d’*Os Parceiros*, de novo, volta suas atenções para Literatura, como que abandonando em definitivo a Sociologia. Permanentemente contrariado por (re) calibrar a direção de suas energias num momento e vir a público com o resultado delas em outro, pareceria, a princípio um dar de ombros final e seguir aquilo a que chama o espírito. Mas, desta feita, esse espírito encontraria abrigo institucional, e seu histórico de lá e cá, contabilizando bem, seria mobilizado a seu favor – pois se seus pares tinham sido um problema, *criava ele então, um problema para seus pares*: a FFCL-USP perdia Antonio Candido.

No final de 1957, a ambigüidade assinalada tem a chance de se desfazer, com o convite de Antonio Soares Amora para organização da Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, no interior do estado de São Paulo. A análise de Ramassote é precisa. A “transferência momentânea para Assis” é de “importância crucial na redefinição da carreira profissional” do crítico literário: por meio dela tem seu “primeiro contato direto e regular com a docência e pesquisa acadêmica na área de Letras”; pode “selar em definitivo seu compromisso com a crítica literária”; aproveitar a vivência para posteriormente mobilizá-la na criação da Teoria Literária e Literatura Comparada

de novembro de 1893 em Juiz de Fora (MG), Souza Lima realizou o curso primário e secundário em Itu, entre 1905 e 1911. Na capital do estado, formou-se bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em (1912-1916), cursando ainda filosofia na Faculdade do S. Bento (1922-1923) – mas não chegando a concluí-lo. Sem nunca ter exercido a magistratura, após a conclusão do curso passou a lecionar Latim, História do Brasil, Literatura Brasileira e Portuguesa, Gramática e Filologia Românica e Portuguesa nos principais estabelecimentos de ensino secundário e superior da capital (Colégio São Luís [1920-1922], Colégio Anglo-Brasileiro [1921], Escola Normal da Praça da República [1922-1923], Ginásio do Estado de São Paulo [1923-], Ginásio Des Oiseaux [1930-1950], Ginásio São Bento [1930-35], Ginásio Nossa Senhora de Sion [1930-1935], Curso Pré-jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo [1933-1934], Colégio Universitário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [1938], Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sede Sapientae” [1933] e Faculdade de Filosofia S. Bento [1937 - nomeado]). Autor de *Teoria da Construção Gramatical* (1923), tese apresentada para concurso à Cadeira de Língua Portuguesa do Ginásio Oficial de São Paulo, e da *Gramática expositiva da língua portuguesa* (para uso das escolas secundárias), editada em 1937 pela Editora Companhia Nacional, na coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, coordenada por Fernando Azevedo, Souza Lima, ao assumir o posto passou a lecionar, para a 1ª série do curso de Letras Clássicas, conjuntamente com as aulas de Literatura Portuguesa. (As informações foram ofertadas por Rodrigo Ramassote e o agradecemos por isso). Para os que gostam de reviver o espaço urbano, por meio das coincidências: Mário Pereira de Souza Lima participou do segundo julgamento de Arias de Oliveira, o suspeito/culpado d’*O crime do restaurante chinês*, absolvido neste belo livro de Boris Fausto. (São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 191).

(TLLC-FFCL). E, sobretudo, ela propiciou a “recomposição simbólica da identidade profissional de Candido.”¹⁵²⁷

No máximo das tensões profissionais, premido por uma necessária definição, retirando-se do núcleo de referência paulistano: eis o *professor* Antonio Candido com que se depara Roberto, *aluno*, no curso de organização social em 1958.

Nenhum deles sabia, mas o homem a aproximá-los era Anatol Rosenfeld. Não apenas pelo conselho dado ao jovem – melhor declinar da Medicina e visitar a FFCL.¹⁵²⁸ É que, em 1956, quando Schwarz tinha dezoito anos, Anatol Rosenfeld, então seu tutor, passou a colaborar na seção de Letras Alemãs do *Suplemento Literário* do *Estado de S. Paulo*: amalhado bem paulistano de imigrantes alemães intelectualizados e elites locais com investimentos em cultura. Júlio de Mesquita Neto, então proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, idealizava um suplemento semanal de cultura e convidou Antonio Candido para coordená-lo. Ele indicou antigo membro de *Clima*, seu amigo Décio de Almeida Prado, e auxiliou-o na seleção de pessoal.¹⁵²⁹ Antonio Candido informa que quando estavam “planejando o *Suplemento*, foram feitas consultas a diversas pessoas qualificadas, para nos ajudarem na escolha do corpo de colaboradores; e Egon Schaden sugeriu o nome de Anatol.”¹⁵³⁰ Egon Schaden e Antonio Candido trabalhavam juntos na FFCL. Schaden licenciou-se em Filosofia na FFCL, na turma de 1937. Em 1943, tornou-se primeiro assistente de Emílio Willems, na cátedra de Antropologia, instituída com a federalização (1939-1941). Passou à regência dela com o retorno de Willems a Alemanha, em 1949. Ele tinha o hábito de promover, em sua casa,

¹⁵²⁷ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*, p. 47-48.

¹⁵²⁸ Com a hipótese de que conheceria Antonio Candido antes de entrar na faculdade, por meio de Anatol, perguntamos para ele. Roberto disse que não. (Entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote, 21/11/2011).

¹⁵²⁹ Uma caracterização sumária do *Suplemento Literário* indicaria: a concepção ampla de “literário”, envolvendo artes plásticas, cinema, teatro, filosofia e também ciências sociais; a presença de críticos renomados e iniciantes, acadêmicos e não acadêmicos. Além dos que figuram com destaque na exposição seletiva que fazemos, também compareciam: Augusto Meyer, Lúcia Miguel Pereira, Sérgio Milliet, Luís Martins, Wilson Martins, José Aderaldo Castello, Antonio Soares Amora, Sábato Magaldi, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado. Luiz Carlos Jackson chamou a atenção para o convívio, no interior do *Suplemento Literário*, tanto da crítica com o feitiço de *Clima*, como para as contribuições dos sociólogos ligados a Florestan Fernandes. (“A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940 - 1965)”, p. 278). Exame mais detalhado da localização do periódico no cenário de concorrência com outros congêneres, delineando o perfil e as contribuições pode ser encontrado em Marilene Weinhardt. *O Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo (1956-67)*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1987; Elizabeth Lorenzotti. *Suplemento Literário, que falta ele faz!*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

¹⁵³⁰ Antonio Candido. “A inteligência crítica e o gosto pela independência”. In. *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995, p. 54.

“tertúlias discretas”, que reunia a intelectualidade migrante de alemães em São Paulo, e entre seus convidados estava Anatol Rosenfeld. Novamente se entrevê um núcleo de imigrantes alemães na cidade de São Paulo, aclimatando-se e se auxiliando reciprocamente, em marcado distanciamento do conjunto mais amplo da população, no que se refira ao domínio da cultura erudita.

Quando se encontrava com Antonio Candido para almoçar, Schaden sempre contava a respeito dessas reuniões. Vez ou outra Anatol o visitava na FFCL-USP, e pelas conversas ou pelas visitas, Anatol e Antonio Candido se conheceram. Consultando Schaden a respeito de alguém para contribuir com Letras Alemãs e aceitando a indicação, Antonio Candido, amealhava Anatol para o circuito de produtores culturais, *sob influência do trabalho universitário*. Se não era a primeira experiência de Anatol no jornalismo cultural, possivelmente o fosse, no que tange à proximidade com a FFCL, laço que se estreitará, por meio de seus cursos e outras atividades que o vinculam à movimentação de Candido na instituição.¹⁵³¹

Anatol Rosenfeld formou-se na Berlim dos anos trinta. Em sua bagagem trouxe pelo menos dois domínios que possibilitaram seu estabelecimento em São Paulo. O lingüístico, relativamente raro, possibilitou os trabalhos de tradução – não apenas de textos ocasionais, também a apresentação de autores desconhecidos mas não destituídos de interesse para o público dos jornais com que colaborou. Além dele, um capital educacional que caiu bem aos interesses daquelas elites modernizadoras à frente de patrocínios que remontam à derrota de 1932, como temos visto. Como assinala Nanci Fernandes, a Berlim em que se formou fervilhava na produção em artes plásticas, cinema, teatro e literatura - e a diversidade de suas contribuições se deve, em parte, a

¹⁵³¹ Anatol Rosenfeld chegou ao Brasil aos 24 anos o período de sua aprendizagem da língua portuguesa e de adaptação ao Brasil completa-se, com alguma dificuldade, por volta de 1945, quando, ainda sem se desvencilhar do ramo comercial, Anatol Rosenfeld começa a publicar em jornais paulistanos. Registram-se traduções da agência de notícias *Press International*, fundada por Hugo Schlesinger, e encontram-se contribuições suas para a *Folha da Noite*. Em 1947, passa a contribuir com a *Crônica Israelita*, jornal quinzenal da CIP. Há também escritos ocasionais em *Brasil-Israel e Staden Jahrbuch*, jornal do Hans Staden Institute, coordenado por Egon Schaden, em que escreve sobre literatura brasileira. Entre 1950 e 1959, ele trabalha para a revista *Íris: Revista Brasileira de Foto, Cinema e Artes Gráficas*, estabelecida em São Paulo em 1947, de início, exclusivamente voltada para fotografia. Nela, além de fotografia, estética cinematográfica será objeto de suas atenções. Esse percurso foi elaborado com os dados extraídos de: Nanci Fernandes. “Introdução”. In.: Anatol Rosenfeld. *Na Cinelândia paulistana*. São Paulo: Perspectiva, 2002; Roberto Schwarz. “Os primeiros tempos de Anatol Rosenfeld no Brasil”. In.: GUINSBURG, J.; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995. [1993], p. 57. Heloísa Pontes tem dado atenção ao papel dos estrangeiros na renovação teatral; parece-nos que os processos mais amplos a que a pesquisadora liga suas personagens pode render numa análise do percurso de Anatol Rosenfeld, assim como do núcleo de migração alemã que concorre para a formação do jovem Roberto. (Cf. *Intérpretes da metrópole. História social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual*. São Paulo: Edusp, 2011).

esta origem, permanentemente retrabalhada nos anos em que no dizer de Roberto, “pusera em prática um plano de vida radical”, voltado, tanto quanto possível para seu “projeto filosófico de mais fôlego”.¹⁵³² De todo modo, seu itinerário apresenta traços típicos da imigração judaica centro européia desse período: baixa taxa de retorno, diferentemente do que é verificado entre italianos e portugueses, vantagem ofertada pelo desnível cultural do contexto em que se sedimenta, sobretudo depois da “adaptação”.¹⁵³³ Outrossim, não passa incólume à “efervescência social, cultural e política no interior das entidades judaicas”, entre as décadas de 1920 e 1940. “A leitura de jornais e revistas, de atas de diretorias e de conselhos de entidade e mesmo a memória das pessoas permitem constituir o quadro de um período de muita atividade, esperança e projetos”, exemplo disso, a criação do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (de esquerda) e a Federação Israelita. Em suma, há uma inserção relativamente bem sucedida da imigração judaica na cidade.¹⁵³⁴ Nesse quadro, compreende-se que quando, entre 1956 e 1964, esteve a frente da seção de Letras Germânicas do *Suplemento Literário*, não era inexperiente e já tinha se inventado “intelectual estrangeiro” entre nós.¹⁵³⁵

São muitas as maneiras pelas quais os alunos se esforçam para se aproximar dos professores. Porém, quando somos aprisionados pelo encanto de *um* professor, temos pleno domínio dos passos que damos? Quando Roberto escreveu “Sobre *O Amanuense Belmiro*”, naquele mesmo segundo ano, publicou-o no suplemento literário do *Última*

¹⁵³² Roberto Schwarz. “Primeiros anos de Anatol Rosenfeld no Brasil”, p. 58.

¹⁵³³ Vale realçar: “acossados pelas perseguições”, os judeus não vislumbram possibilidade de retorno, desejo que condiciona os percursos de outros grupos. (Boris Fausto. “Imigração: cortes e continuidades”. In. SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 19). As duas pontas do fenômeno migrante estão atadas a esse ponto: eles não retornam - são um “povo sem Estado, de estatuto ambíguo e periclitante, principalmente em países da Europa Oriental”; e, de outro lado, tendem a buscar a assimilação no país de refúgio, por meio de ramificadas associações (por vezes em quantidade desproporcional à comunidade, se comparadas com outras). Roberto Grün. “Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil”, p. 367.

¹⁵³⁴ Roney Cytrynowics. “Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, p. 293.

¹⁵³⁵ É bem difícil não supor que algo da versatilidade de Schwarz nos diversos gêneros a que dirige suas energias não deva algo a este mentor. Tema de pesquisas futuras. Anatol Rosenfeld é conhecido pelo *trabalho* que teve para se manter independente do *trabalho realizado em instituições* - os já citados depoimentos de Antonio Candido e Roberto Schwarz enfatizam esse traço, destacando suas esquivas em relação a convites. No entanto isso não o dissocia da rede de interdependência intelectual que estamos montando - é que estar fora da instituição é um *modo* de se relacionar e não ausência de relação com ela. Assim, participou de atividades de pós-graduação (curso sobre a personagem de ficção, dentro da área de TLLC) junto com antigos membros de *Clima*; encontro que se repete na Escola de Arte dramática. Também contribui em *Opinião* e *Argumento* - jornais de oposição ao regime militar. Nessa espécie de arredores da universidade, Antonio Candido parece ser seu constante introdutor.

hora. Então, uma “amiga espoleta”¹⁵³⁶ mostrou-o a Antonio Candido, dizendo que Roberto achava o artigo do crítico parecido com o dele. *A blague colhe sua graça na inversão de papéis e de autoridade intelectual*. Roberto parece querer despistar, desconversa: “Eu não tinha dito isso e se disse foi de piada, mas ele achou graça, leu e gostou e me convidou a colaborar no *Suplemento Literário* do ‘Estadão’, o que comecei a fazer quando estava no terceiro ano da faculdade. Foi assim que começaram nossas relações”.¹⁵³⁷ Antonio Candido repetia – se de caso pensado ou não, importa pouco, mas sinaliza muito a lógica social das aproximações – o que havia feito Roger Bastide com Florestan Fernandes. Muito embora os pontos de alavancagem de Schwarz fossem melhores.

Ler *O Amanuense Belmiro*, procurar *Brigada Ligeira*, livro de Antonio Candido em que “Estratégia”, sobre o romance de Ciro dos Anjos, foi reunido com outros escritos para *Folha da Manhã*.¹⁵³⁸ Antes de encontrá-lo, descobri-lo “inencontrável”. Ir “desenterrá-lo lá na Biblioteca Municipal”¹⁵³⁹. Estudar este e outros livros que o professor analisa.¹⁵⁴⁰ Como não reconhecer a tentativa de se aproximar de Antonio Candido? E ele foi certeiro, posto que já familiarizado por Anatol na prática de ler, refletir, publicar, estar junto, enfim, por meio das letras. Roberto talvez não calculasse, talvez fosse levado pelo encanto, mas do modo que lhe pareceu possível queria acessar algo da intimidade do professor, tentando compartilhar o sentimento que se estabelece entre dois leitores do mesmo livro. Sentimento que talvez em seu coração já pulsasse. É que os lances aparentam-se à movimentação de alguém que quer estar junto ao outro,

¹⁵³⁶ Roberto Schwarz. Entrevista. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 98.

¹⁵³⁷ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 229.

¹⁵³⁸ O livro hoje é bem mais fácil de se encontrar. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, 3 ed. revista pelo autor.

¹⁵³⁹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 229.

¹⁵⁴⁰ “Sobre o Amanuense Belmiro” encontra-se, em versão de 1964, portanto não a que os ligou, no livro (*O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 3ª ed. 1992, p. 11-20). Ela foi escrita para uma edição do livro de Ciro dos Anjos, porém o autor a desaprovou, deixando o crítico agitado, “dá para notar como o narrador é um elemento delicado”. (Entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote, 21/11/2011). Apenas pela economia de nossa narrativa não apresentamos mais lances dessa aproximação, deixando indicada apenas a linha de força dela por meio desse episódio. Porém, assinala-se. No *Suplemento Literário* ele publica análise de *Abdias* de Ciro dos Anjos (“Tempo de ficar velho”, 31/01/1959) – o foco são os tempos da narrativa e do narrador. *Perto do Coração selvagem* (Clarice Lispector), analisado por Candido em *Brigada Ligeira* ganha análise de Roberto em 1959 (In. *A sereia e o desconfiado*, p. 53-57), também. Guimarães Rosa é autor de que se ocupa Antonio Candido e que mobiliza também seu jovem aluno. Os três romancistas não eram objeto de atenção exclusiva de Candido – ao contrário, a crítica literária não passou incólume a eles. Mas se *seu crítico* os leu, ele parece muito interessado em pegar por dentro *como* os leu – estudando os mesmos livros e publicando seus estudos.

unir-se a ele. E, como é preciso avisá-lo disso, sem o quê a aproximação permanece imaginária, não bastava ler o romance e a crítica do professor. Escrever e publicar, como já o fizera Candido: era como a criança que pede a mão ao pai para ir andando na rua. Pois quem se põe em ombro de gigante não quer, *apenas*, ver mais longe do que veria sobre seus próprios pés. Quer também submeter-se de bom grado à rota que os passos do tal gigante trilham. E, por falar em tornar seu o caminho que o mestre iniciou, que fez Roberto quando, no ano seguinte, ao que lhe deu aulas, Antonio Candido publicou *Formação da Literatura Brasileira*?

Leu-o. Imediatamente.

Atinando para as “formações” dos seminaristas – em duplo sentido, deles em suas disciplinas, e formação de seus objetos/sistemas – *Formação econômica do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* estão para Singer e Novais, como *Formação da literatura brasileira*, para Roberto Schwarz.¹⁵⁴¹ Ele, porém, não resenhou seu “formação”. Teria a distância de Celso Furtado facilitado a crítica de Singer e Novais, e a proximidade de Antonio Candido, dificultado a de Schwarz? Ou imposto que o diálogo se desse de outro modo?

Paulo Arantes observou um paralelismo entre a posição de Machado de Assis em *Formação da literatura brasileira* e a de Antonio Candido em sua (auto) elaboração como crítico literário. Do mesmo modo que Machado em *Formação* é o ponto de maturação – por seu “modo peculiar de fixar e sublimar os achados modestos dos predecessores” – Candido “aprendeu mesmo com as falhas de formação dos predecessores, cujos achados modestos também soube fixar e sublimar.”¹⁵⁴² Leopoldo Waizbort, desenvolvendo o argumento, notou a força da idéia desse paralelo, por meio das “aparições” de Machado de Assis em *Formação da literatura brasileira*. Chamando a atenção para que “o momento de acabamento do ciclo formativo coincide com o momento de autoconsciência da crítica”, pôs em relevo: se “para Machado de Assis falta a crítica, como dimensão auto-reflexiva da literatura nacional, para Antonio

¹⁵⁴¹ “O lugar de *Formação da Literatura Brasileira* na estante é ao lado das obras clássicas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.” – afirma Roberto Schwarz em “Saudação a Antonio Candido”. *A homenagem da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 15. A evidência é entrevista por eles próprios, e, novamente, a ordem da biblioteca bem se assemelha a ordenações não estritamente objetivas.

¹⁵⁴² Paulo Arantes. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In. ARANTES, Paulo E.; ARANTES, Otília B. Fiori. *Sentido da formação. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 29-30.

Candido o diagnóstico machadiano já é, ele mesmo, a dimensão auto-reflexiva.”¹⁵⁴³ Se, nos termos do próprio Candido, sua *Formação* consiste na “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”¹⁵⁴⁴, ela seria também o desejo de Antonio Candido construir o lugar do crítico literário na tradição. Waizbort procurou ainda, partindo do esquema do livro, inferir a dupla dimensão da maturação do sistema literário, atentando para o nexo entre a seriação das gerações e autoconsciência/autocrítica dos romancistas. Nesse sentido, o diagnóstico de “falta de crítica” de Machado de Assis, em “Instinto de Nacionalidade” (1873) é indício da dimensão auto-reflexiva.¹⁵⁴⁵ Queria Candido superar a falta e contra-diagnosticar: detectá-la é, já, crítica literária incipiente. A maturidade se completa em “Machado de Assis crítico e em Antonio Candido, que se realiza aquela crítica que Machado diagnosticara faltante”.¹⁵⁴⁶ A bonita imagem de que ele lança mão no início do livro para aludir ao que trata como “tradição” – “espécie de tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os

¹⁵⁴³ Leopoldo Waizbort. *Passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 141.

¹⁵⁴⁴ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1850*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 27.

¹⁵⁴⁵ Machado de Assis. “Notícia da atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”. (1873). In. *Obras Completas*, v. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 1203-1206.

¹⁵⁴⁶ Leopoldo Waizbort. *Passagem do três ao um*, p. 141. Engenhosamente o autor assinala: ao estabelecer a crítica “como interior ao processo da literatura”, ela é sua “autoconsciência” e, “de modo hegeliano, quando ela chega, mostra o acabamento do processo formativo”. Ora, “o modelo do ‘sistema literário’, como triangulação de autores (e obras), público e tradição, não implicaria necessariamente a crítica como coruja de Minerva – embora ela seja certamente um elemento significativo no sistema ‘configurado’. Entretanto, uma vez em ‘interação dinâmica’, o sistema não segue absolutamente a mesma expectativa hegeliana da eternização do presente, mas adentra em nova fase, que recebe o nome de ‘sistema consolidado’.” *Passagem do três ao um*, p. 142. Leitores de Paulo Arantes e Leopoldo Waizbort terão notado que estamos tratando da tal “sedimentação” e “seriação” de que tanto fala o primeiro, mas procurando enfatizar objetivamente que a passagem (Machado- romancista (auto)crítico/ Candido – crítica sociológica / Roberto Schwarz (auto) crítica sociológica) ocorre no interior de um sistema universitário também ele em “formação”, condicionada por relações sociais específicas, entre mestres/discípulos, num certo feitiço de sociabilidade indissociável da cidade de São Paulo. Movidos por objetivos diversos, as conclusões acordam em alguns pontos e divergem em outros. Vale, por isso, lembrar que *Passagem do três ao um* é, no dizer do autor, resultado de uma “volta esquiva” à proposta de estudo das influências estrangeiras nas Ciências Sociais; daí a investigação de Auerbach e Lukács em Raimundo Faoro, Roberto Schwarz e Antonio Candido. Eis a proposta e enquadramento – posto que desconhecemos as justificativas. A sugestão de que ambos “estão alocados institucionalmente fora dos departamentos costumeiros da disciplina e tratando de tema visto como marginal” (Leopoldo Waizbort. “Influências e invenção na sociologia brasileira”. In. *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*, p. 169) é insustentável se contrastada com a pesquisa de Flávio Moura (*Diálogo crítico. Disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*). Dissertação de mestrado. Sociologia. FFLCH-USP, 2004) e teria que explicar por que não considera a alta frequência de *Os donos do poder* na bibliografia dos cursos de ciência política, uma modalidade de *inserção acadêmica*. Apreciando o estudo do ângulo de nossa investigação, as armadilhas oriundas desse *approach* abundam. Tanto melhor. Testamos o caminho que adotamos no contraste, suprimimos divergências interpretativas aqui e acolá – de todo modo, menores em relação ao auxílio que o trabalho nos deu e sem o qual não lograríamos levar a cabo nosso projeto. Abaixo fazemos referência a apenas um ponto – em função da delicadeza dele.

lineamentos de um todo” – se presta para figurar o que aventamos: Candido pegava a tocha da crítica de Machado e talvez despertasse em Schwarz “instinto de continuidade”: ser o próximo. É que o modo como os temas de estudo são escolhidos – ou nos escolhem – remetem a estímulos que dificilmente se resumem a argumentos estritamente racionais, restando ao historiador da vida intelectual intuir e verificar qual relação incide com mais força nesta adoção. Aos vinte e um anos, já colaborando com o *Suplemento Literário*, com o estimado Anatol, com seu antigo professor Antonio Candido como mediador dessa aproximação, Schwarz, devorando as páginas de *Formação*, deparava-se com a seguinte ressalva de seu mestre:

“Outra falha me parece, agora, a exclusão de Machado de Assis romântico no estudo da ficção, que não quis empreender, como se verá, para não seccionar uma obra cuja unidade é cada vez mais patente aos estudiosos. Caso o livro alcance segunda edição pensarei em sanar estas e outras lacunas”.¹⁵⁴⁷

Como não imaginar o coração desse jovem batendo mais forte: “será que eu poderia fazê-lo”? Se esse “instinto de continuidade” não lhe tiver ocorrido nesta passagem, com alguma probabilidade ele não lhe terá sido indiferente face ao argumento central do livro: maturação do sistema literário como seriação *consciente* entre as gerações, emergência da auto-crítica como indicador dela. Seria arriscado afirmar que o desejo dos brasileiros terem uma literatura alinhava *Formação*, mas o arremate da costura é o desejo de se ter uma crítica literária? Pelo momento em que leu *Formação*, tudo leva a crer que o autor a ser estudado – passo fundamental da elaboração de uma tese em estudos literários – estivesse emergindo em seu horizonte, juntamente com o problema de investigação de que seria mote, muito embora não soubesse como a ironia de Machado pudesse encontrar trânsito entre o círculo de esquerda em que circulava. Afinal, “quem era de esquerda lia Graciliano.”¹⁵⁴⁸

Sendo o romance a forma literária específica da sociedade burguesa, e estando ele envolto em debates e discussões a respeito desta mesma sociedade, decerto Lukács e Candido pareceriam se unir, tanto racional quanto afetivamente em seus constructos em gestação. Estudar as origens do romance no Brasil equivaleria, na particularidade da área – e dentro do programa crítico, pressuporia – a investigação da emergência da sociedade de classes, na Sociologia; a ruptura com a metrópole portuguesa, no caso da historiografia. Vale dizer, o encontro que temos assinalado – problemas e interesses oriundos das disciplinas particulares de cada seminarista com possibilidades abertas

¹⁵⁴⁷ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*, p. 14.

¹⁵⁴⁸ Roberto Schwarz. Entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote, 21/11/2011.

pelas leituras d'*O Capital*, de Sartre, de Lukács e o companheirismo do grupo – reaparece no percurso de Roberto Schwarz – com a particularidade de *pressupor a conclusão das teses de seus professores*. De um lado, Machado de Assis, pedaço faltante em *Formação* “do” mestre, de outro, a sociedade de classes *em formação*, “prova dos nove” para o marxismo “dos” mestres seminaristas – fonte principal de que se nutre para a formulação do referente histórico e sociológico sem o qual não vinga o programa de “Crítica e Sociologia”. Se a ironia machadiana o atraía, e Antonio Candido definia o romance como “espécie de bastardinho brilhante, sem tradição nem regras, perigosamente festejado pela curiosidade popular”¹⁵⁴⁹ – como não atinar que essa descrição caísse como uma luva para sensibilidade meio rebelde dele? Seria o romance, seu objeto, e a importação dele, um problema a investigar.¹⁵⁵⁰ A articulação desses elementos – particularidade burguesa, romanesca e completude do sistema literário – indissociáveis; redundando no capítulo 2 de *Ao vencedor as batatas*, que poderia ser

¹⁵⁴⁹ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*, p. 438. Antonio Candido se remete a Lukács em *Formação da literatura brasileira*, mas para o enquadramento que procuramos dar não se trata de redundância afirmar que Lukács e Candido se aproximassem na *leitura e nos afetos de Schwarz*. Por conta desta angulação, seria tolice passarmos a alusivas relações de nexos entre “teoria do romance” e *Formação*. Ademais, ninguém ignora que o romance seja a forma literária da era burguesa. Schwarz, no resultado final do processo que procuramos reconstituir, faz menção ao ponto, ligando-o a *Notas de literatura*, de Adorno, em edição alemã de 1958. (Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 5ª ed., 2000, p. 94; em língua portuguesa: Theodor Adorno. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003, p. 55). Evitamos, com todos os escrúpulos possíveis, o risco de procedimentos do tipo “ao ler isso, nosso autor pensou aquilo” – buscando filiações que, a despeito do tom erudito e convincente, parecem-nos arbitrárias.

¹⁵⁵⁰ Eis aí, assinale-se, logo a passagem que escapa ao nosso entendimento no trabalho de Leopoldo Waizbort. Tanto do ângulo da Literatura quanto da Sociologia, na tese de Roberto não é indiferente que o gênero analisado seja o romance: precisamente por ser ele e não outro o gênero, Lukács/teórico do romance e intérprete de 1848 (ver abaixo) pode ser articulado com o anti-realismo de Machado de Assis. E nesse sentido se quisermos alinhá-lo aos “realismos plurais”, “permitidos” por Auerbach (*Mimesis*), teremos de lembrar: a. Essa pluralidade não é aleatória; b. O critério que a ancora alicerça-se no Lukács/teórico do romance subordinado ao Lukács/intérprete de 1848; c. Chave para o enquadramento da ordem burguesa no Brasil na “totalidade sistêmica” do capitalismo na fase em que sua protagonista não é mais revolucionária e dá as mãos ao reacionarismo das nossas classes dominantes. Em suma, diferentes etapas de desenvolvimento do capitalismo implicam diferentes possibilidades de figuração do romance; a forma que insere o país na divisão internacional do trabalho à luz dessas fases é o que resta para articular. A despeito de Waizbort assinalar todas essas passagens lógicas, demoradamente, afirma “Faoro abster-se de discutir a forma da narrativa machadiana, lançando mão indistintamente, de acordo com a necessidade, em sua análise, de poesia, conto, romance, crônica, crítica”; afirma “não poder desenvolver o ponto” e segue adiante. (*Passagem do três ao um*, p. 37). O nó, a nosso ver, consiste na articulação de Marx com Weber em cada um dos referentes em operação na apropriação de Machado de Assis. Investigar isso pressupõe rever as relações do jurista com a Sociologia, de Roberto com o Seminário; não sem antes passar pela recepção de Weber. Em profícuo enquadramento, a idéia anima Luiz Werneck Vianna. *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio Janeiro: Revan, 1997; “Weber e a interpretação do Brasil”. In. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53. São Paulo, 1999.

lido como prólogo ao último capítulo de *Formação da Literatura Brasileira*, não escrito, como acima sugeriu o próprio Antonio Candido, levaria anos e paciência.¹⁵⁵¹

O vínculo magistral que intentamos reconstituir adquire contorno institucional justamente quando *Formação* é publicada. Terceiro anista, Schwarz, agitado, deu-se conta de que dificilmente ganharia o pão trabalhando na cadeira de Florestan Fernandes – fonte, direta ou indireta de oportunidade, como entrevista no caso de alguns amigos seus. E ficou “abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica, os levantamentos e as tabulações não eram comigo”¹⁵⁵². Com efeito, uma olhadela na grade curricular cumprida naquele ano dá idéia, se contrastada com suas primeiras contribuições no *Suplemento Literário*, da distância a que andavam suas inclinações daquelas que teriam abrigo na FFCL-USP.¹⁵⁵³ Chega-se a sentir a força de atração *entre dois deslocados pela mesma repulsão* – no caso em tela, àqueles questionários, números, tabelas da Sociologia I. Decerto o deslocamento concorreu para azeitar a identificação com Antonio Candido, que, àquela altura era o professor de sociologia insatisfeito que havia se decidido – apesar do custo de “subir para baixo”, invertendo o curso normal de uma carreira ascendente – por abraçar a Literatura no interior do estado. Por que não fazer o mesmo? “Ruminei o exemplo e fui até lá [Assis] me queixar da vida e pedir conselho, pois gostava mesmo é de literatura.”¹⁵⁵⁴

Além de Antonio Candido, os outros professores que Roberto ressalta ao reconstituir seu período de graduação são: Paula Beiguelman – cuja aula, como já

¹⁵⁵¹ Geralmente ignorado em função da reverberação de “As idéias fora do lugar”, o capítulo 2, “A importação do romance e suas contradições em Alencar” é, para nós, central para aquilatar a síntese que elabora entre as lições de seus professores. Optamos por apresentar esta síntese com outro material, pelos motivos que seguem. O que segue encontra suporte na recém publicada *Tempo Social*, que conta com um Dossiê “Crítica Literária”. (*Tempo Social*, v. 23, n. 2, nov. 2012).

¹⁵⁵² Roberto Schwarz. Entrevista. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 98.

¹⁵⁵³ Em 1959, ele cursou as seguintes disciplinas: História das Doutrinas Econômicas; Política (Introdução Conceitual); Etnografia (Geral); Estatística Aplicada; Ética (3); Sociologia I (Prática de Pesquisa); Política (Instituições Políticas); Sociologia II (Dinâmica Social). (Informação extraída de: Roberto Schwarz. Memorial acadêmico apresentado no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos Lingüísticos (IEL), UNICAMP, 1990. Agradeço a Rodrigo Ramassote pelo acesso a este material). No *Suplemento Literário* encontram-se os seguintes artigos: “Linguagem de uma novela” (20.12.1958); “Tempo de ficar velho” (31.1.1959); “No centro: Mário Chamie” (18.4.1959); “Entre ser e parecer” (19.9.1959); “Anchieta, teatro didático” (30.10.1959). Eles documentam a ligação de Schwarz com Anatol Rosenfeld, de modo interessante: o primeiro artigo toma por mote Thomas Mann (Morte em Veneza); o quarto, sobre Clarice Lispector (*Perto do coração selvagem*), começa com indagação de Gottfried Benn, a que já nos referimos; o terceiro é sobre poesia; o quinto é sobre teatro - dito de outro modo repertório da cultura alemã e diversidade de gêneros o ligam a Anatol, eis o que nos parece. Não constam em seu “Memorial” duas contribuições, nada desinteressantes: uma resenha de Wolfgang Kayser (*Die Wahrheit der Dichter / A Verdade dos Poetas*. Rowohit, Hamburg, 1959); e sua primeiríssima contribuição: “Dois sonetos” (18.10.1958), ilustrados por Marcelo Grassmann.

¹⁵⁵⁴ Roberto Schwarz. Entrevista. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 98.

vimos, arrebanhou-o para nossas searas – Fernando Henrique Cardoso, Lourival Gomes Machado, Azis Simão.¹⁵⁵⁵ Na Filosofia, foram-lhe caros: Gérard Lebrun, Gilda de Mello e Souza e José Arthur Giannotti.¹⁵⁵⁶ A diversidade é evidente e a combinação dá o que pensar. No caso dos últimos, estética não exclui lógica; no dos anteriores, professores da Sociologia I não excluem o gosto pelos da II. Chama mais atenção a presença ausente: Florestan Fernandes, de quem não foi aluno, embora todos aguardassem com ansiedade para vê-lo, com quem “implicava” pelo estilo, e do qual “escapou” no quarto ano para estudar estética.¹⁵⁵⁷ Com efeito, esta diversidade pode ser alinhavada, guardadas as idiossincrasias, numa posição dominada em relação à hegemonia disciplinar de Florestan Fernandes. Todos se ligam a trabalhos desviantes com relação àqueles com o feitio da cadeira de Sociologia I, com exceção de Fernando Henrique Cardoso, seu primeiro assistente. E, com relação a ele, atente-se. Em que se pese a empatia dos jovens para com professores igualmente jovens - espécie de promessa de que a distância seja menor do que de fato é - não sendo indiferente para um aluno de família politizada as predileções políticas dos professores, a conduta desse professor “ainda muito moço”, cativou-o: “tratava a sociologia conservadora com malícia, em cumplicidade com os alunos de esquerda, que ficavam felizes da vida”¹⁵⁵⁸.

¹⁵⁵⁵ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228-229.

¹⁵⁵⁶ Roberto Schwarz. Memorial acadêmico, 1990.

¹⁵⁵⁷ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 229. Difícil não imaginar que “O psicologismo na poética de Mário de Andrade” (1961) não fosse um trabalho de fim de curso para Gilda de Mello e Souza. É interessantíssimo o texto se abra opondo ciência e arte, ao seu modo: “[na ciência] Podemos dizer que a relação entre os significados e a camada material que os suporta, a linguagem, é de ordem puramente convencional e mecânica. Importa a significação intelectual, não a maneira pela qual é visada. no discurso poético, a situação é outra: a relação entre as camadas verbal e significativa deixa de ser arbitrária, ganha necessidade”. (In. *A sereia e o desconfiado*, p. 14). Em contrapartida, no desenvolvimento do problema do trabalho - limites do psicologismo de Mario de Andrade para a elaboração da crítica estética - as marcas do interesse pelo estudo da dialética ficam explícitas ainda que “Marx” não seja citado uma só vez. É que ele constrói o raciocínio por meio do esquema dois/negação/superação. Sinaliza as condições que levam o crítico e escritor a adoção do psicologismo, o momento de ensaio de negação do mesmo e vislumbre de superação. Jovem Roberto sinaliza seu propósito: “indicar o itinerário de Mário de Andrade nessa prisão de noções, suas duas atitudes fundamentais, opostas num mesmo universo, e uma possível terceira, apenas delineada (...) em que ficaria superado o beco inicial. Seriam: 1 - momento individualista (...); 2- momento antiindividualista (...); 3- superação dos conceitos anteriores, que desponta no conceito de *técnica pessoal*, em que *um* lirismo específico (subconsciente individual) encontra *uma técnica* (nível consciente) capaz de realizá-lo no plano do significado geral. (...) De modo grosseiro, entretanto, é possível dizer que a seqüência dos três reinados se fez na ordem que apresentamos.” (Idem, p. 15) Vale atentar para toda típica dos dialéticos: levar às últimas consequências uma tendência para testar a que ela pode chegar. É assim que ele manda uma como: “não supusemos em momento algum que Mário de Andrade se identificasse com os extremos a que tentamos levar seu pensamento. Quisemos apenas conduzir até o fim algumas posições psicologistas que foram suas, cuja consequência última seria a exigência de *viver o poema em lugar de escrevê-lo*.” (Idem, p. 17).

¹⁵⁵⁸ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 228.

O que decerto destoava do feitio de Florestan Fernandes – ligando-o ao núcleo da Sociologia I, como alguém obediente e rebelde ao mesmo tempo¹⁵⁵⁹. No conjunto, aquela gama variada de professores tem também em comum, não serem conservadores. Em suma, o jovem se inspira na convergência entre competência, posição dominada e progressismo político. No curso institucional de sua graduação, Roberto era atraído pelo pólo dominado da hierarquia disciplinar, portanto. E fora dele? Nos encontros do “Seminário Marx”, a atração é pela posição dominante, entrevista na sedução exercida por Giannotti, cuja expressão às avessas colhemos na dupla falsária que monta com Bento. Eram as ambigüidades de outrora se reporem? *A atração pelo pólo dominado* da vida universitária, evidente nos professores que elege como diletos caminhava com a inclinação pelo posto dominante fora dela. De todo modo, tanto o dominante/Seminário/Giannotti quanto os dominados/Sociologia/seus professores - eram posições resultantes da movimentação nucleada na figura de Florestan Fernandes, e estavam estes agentes, cada qual a seu modo sob raio dessa influência, incontornável, por ser alavanca de mudanças das quais o próprio sociólogo também padecia.

Quando Schwarz foi “choraminger” com Antonio Candido, este se encontrava numa condição institucional incompatível com seu prestígio intelectual, engrandecido pela publicação de *Formação*. Sua posição era um problema – agora não dele, mas dos pares. Como a FFCL-USP, tão ciosa de sua respeitabilidade, poderia desdenhar tal quadro? Providências precisavam ser tomadas.

Naquele ano, registrou-se o intento de criar uma disciplina chamada “Teoria Literária”, inicialmente denominada “Teoria Geral da Literatura”, manobra que facilitava a justificativa pelas congêneres anteriores - “teorias gerais” habitavam outras áreas, como Direito e Educação. Antonio Candido é nomeado para lecionar o curso. A criação do curso de TLLC [Teoria Literária e Literatura Comparada] “decorre da necessidade de providenciar um cargo na área de Letras para Candido, como alternativa diante da impossibilidade de ocupar uma vaga nas demais cadeiras desse departamento, já totalmente preenchidas.”¹⁵⁶⁰ Há certo cálculo no acordo com Candido; Schwarz deveria fazer uma pós-graduação no exterior, e ao retornar, trabalhar com ele. Embora

¹⁵⁵⁹ “[Florestan] que na época não aparecia como o mais avançado politicamente, era um dos mais ecléticos”; “[nos dávamos com] Florestan também, mas já com uma distância maior. Era uma questão de geração. E curiosamente ele se revelava o menos comprometido politicamente com o marxismo. Digo curiosamente porque depois ele vai ser o contrário, mas na época era assim que a gente o via. (“Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy”, p. 1; p. 2).

¹⁵⁶⁰ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 54.

quisesse ir para Alemanha estudar com Adorno, a demora desta bolsa e a agilidade da americana, que contou com intermédio de Candido, resultou em seu mestrado em Literatura Comparada e Teoria Literária, na Universidade de Yale, entre 1961-1963.¹⁵⁶¹ Note-se que Roberto Schwarz se *forma numa área para trabalhar em outra*, o que o aproxima de modo interessante de seu mestre. *Mutatis mutandis* – o período de graduação de ambos tem uma distância de quase duas décadas – tal como Antonio Candido, Roberto Schwarz pode graduar-se numa área e dedicar-se a outra, e, na migração disciplinar, não foi indiferente o capital educacional adquirido em ambiente familiar.

Antes de partir para os EUA, em junho de 1961, na cidade de Assis, ocorreria o “II Congresso de Crítica e História Literária”, organizado por Antonio Soares Amora com auxílio de Antonio Candido. O evento tem sido lembrado pelo descompasso entre o acanhado da cidade e a magnitude de sua realização, ao reunir, na “cidadezinha do interior”, vários figurões.¹⁵⁶² Para Antonio Candido, o evento possibilitou que estabelecesse contatos, selasse acordos; bem como vir a público com “Crítica e sociologia”, espécie de manifesto e acerto de contas.¹⁵⁶³ Manifesto contra a dicotomia formalismo ou sociologismo, acerto de contas com a ambigüidade profissional que tem contrapartida nessa dicotomia. Roberto a assistiu de “olhos e arregalados”. E adotou a intervenção como programa.

“Tentativa de esclarecimento” é o subtítulo de “Crítica e sociologia”.¹⁵⁶⁴ Com efeito, tentava Antonio Candido esclarecer tanto a oposição que se estabeleceu entre aqueles termos quanto, sem descartá-la, propor uma boa equação entre ambos, no quadro de uma diferenciação disciplinar. A conhecida oposição consiste em que outrora “procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela

¹⁵⁶¹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 236. Jorge de Almeida informa: a despeito de não ter ido estudar com Adorno, Schwarz contribuiu para divulgação da obra de Adorno nos EUA. (“Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano”, p. 46). Ao fim de sua graduação, Ruy Fausto e Michael Löwy - da turma de Schwarz, ambos - também tentaram bolsas, e, conseguindo-as, seguiram para França. (“Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy”, p. 6). Qualquer inferência a este respeito é temerosa, pois nos faltam dados, mas é de se supor que tenha sido a preocupação profissional a levá-lo a não aguardar a bolsa alemã.

¹⁵⁶² Entre eles: Sérgio Buarque de Holanda, Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Wilson Martins, Wilson Cardoso, Joel Pontes, Hércio Martins, Benedito Nunes, Adolfo Casais Monteiro, Afonso Romano de Sant’Anna, João Alexandre Barbosa, Décio Pignatari, Augusto de Campos, Haroldo de Campos, Teresa de Jesus Pires Vara. “Esboço de figurino”. In. AGUIAR, Flávio. *Pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas/Perseu Abramo, p. 234.

¹⁵⁶³ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 48.

¹⁵⁶⁴ Antonio Candido. “Crítica e sociologia” [1961]. In. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, 8ª ed.

expressar ou não certo aspecto da realidade e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.”¹⁵⁶⁵ Recusando a adoção “dessas visões dissociadas” e reconhecendo a legitimidade da segunda, sobretudo no que se refere às tarefas da “teoria e história sociológica da literatura, ou como sociologia da literatura”¹⁵⁶⁶, ele enumera seis modalidades recorrentes de oscilação entre “sociologia, história e crítica de conteúdo”¹⁵⁶⁷. E se o faz, é para melhor definir o que defende como “crítica”. Trata-se de recusar os dois extremos e delimitar a tarefa da crítica por meio da relação entre o que parece excludente - análise dita externalista/sociologismo e os “exageros compensatórios, que vão ao extremo oposto e afirmam que a obra, no que tem de significativo, é um todo que se explica a si mesmo, como um universo fechado”. Esse “estruturalismo radical, cabível como um dos momentos de análise, é inviável no trabalho prático de interpretar, porque despreza, entre outras coisas, a dimensão histórica, sem a qual o pensamento contemporâneo não enfrenta de maneira adequada os problemas que o preocupam”.¹⁵⁶⁸ Em contrapartida, aquelas modalidades de “sociologismo” cumprem sua tarefa, e embora não sejam “crítica”, “algumas delas [satisfazem] também as exigências próprias do crítico”¹⁵⁶⁹. Em suma, a natureza da relação entre os dois opostos delimita o espaço da crítica: “os elementos de ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra”¹⁵⁷⁰. Externo e interno não se eliminam, mas a autonomia do interno implica a formalização da matéria externa: “mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão de fantasia que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica.”¹⁵⁷¹.

¹⁵⁶⁵ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 5.

¹⁵⁶⁶ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 12.

¹⁵⁶⁷ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 10.

¹⁵⁶⁸ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 15.

¹⁵⁶⁹ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 12.

¹⁵⁷⁰ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 15.

¹⁵⁷¹ Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 13.

Candido está em suma, “às voltas com a questão da legitimidade de sua disciplina como um campo autônomo”¹⁵⁷².

Literatura e sociedade reúne além deste outros “estudos sobre aspectos sociais envolvidos no processo literário”¹⁵⁷³. “Estímulos da criação literária”, por exemplo, pode ser lido como a tentativa de precisar historicamente a validade do método proposto em “Crítica e sociologia”. Uma “vez que as manifestações do impulso estético variam segundo a cultura, o que para nós é acessório pode ser fundamental para os grupos iletrados.”¹⁵⁷⁴ Segundo ele, “diversamente do que ocorre com a nossa, a atividade artística do homem primitivo e do homem rústico (...) a autonomia do autor é menos acentuada, enquanto é mais nítido o papel exercido pela obra na organização da sociedade”¹⁵⁷⁵. Se, “no limite, as formas eruditas de literatura dispensam o ponto de vista sociológico, mas de modo algum a análise estética; enquanto as suas formas orais dispensariam a análise estética, mas de modo algum o ponto de vista sociológico”¹⁵⁷⁶. Em suma, o sociólogo e não o crítico estaria mais habilitado para a análise da arte e da literatura das sociedades não-modernas, posto que, nelas, a autonomização artística, não operando na fatura das obras, promove uma relação entre obra e realidade diferente da que se verifica na modernidade. No entanto, para “não ser acusada de onívora e totalitária, a sociologia não pode pretender o lugar da teoria literária. Embora possa constituir um elemento importante para a análise estrutural, o que propriamente lhe cabe são os aspectos sociais da criação, da apreciação, da circulação das obras. Ora, nas sociedades primitivas e nas rústicas, estas dependem por tal forma do entrosamento geral dos fatos sociais, que a sociologia tem nelas uma posição privilegiada”.¹⁵⁷⁷

Vale dizer, atentando para aquela polaridade que em “Crítica e sociologia” era o “externo”, chega a consideração relevante para a análise “internalista”, pois do mesmo modo, “não [está] mais considerando o traço social como assunto”, mas “interpretando-o como componente da estrutura das obras”¹⁵⁷⁸. “Na literatura erudita, esta concepção

¹⁵⁷² Flávio Moura. *Diálogo crítico*, p. 109.

¹⁵⁷³ “Prefácio à terceira edição” [1972]. In. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, 8ª ed., p. 1.

¹⁵⁷⁴ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”. In. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, 8ª ed., p. 48.

¹⁵⁷⁵ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”, p. 40.

¹⁵⁷⁶ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”, p. 46.

¹⁵⁷⁷ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”, p. 43.

¹⁵⁷⁸ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”, p. 55.

implica que a arte opera a partir de um certo nível de estilização da realidade, atuando de preferência sobre motivos já afastados das necessidades imediatas. Na literatura primitiva, dado o fato de o grupo estar muito mais diretamente condicionado por elas, a sua presença é crua, e elas se tornam fatores de poesia”.¹⁵⁷⁹

Há contrapartidas entre as questões de método de Antonio Candido e o método de leitura e análise dos sistemas filosóficos executados na FFCL-USP àquela altura, com os quais Schwarz se familiarizava, por meio dos filósofos e dos seminaristas. Aceitando-se a interpretação de Paulo Arantes para as posições tomadas por João Cruz Costa, no que se refere a objeto e método, poderíamos afirmar que ele e Antonio Candido estão de acordo a respeito da validade da leitura internalista, *condicionada historicamente pela emergência ou ausência da produção relativamente autônoma do material analisado*.¹⁵⁸⁰ Por isso, “a leitura ontológica de Giannotti deve ter falado à imaginação” de Roberto Schwarz: “quem acompanhar a evolução da noção de *forma*” em seus escritos “não terá dificuldade em rastrear momentos da lição de Giannotti quanto à objetividade das formas cuja gênese se expõe (...) no *Capital*.” Esta concepção de forma opõe-se a “formalistas e althusserianos, que tomam a forma como um fato lógico sem nenhum fundamento prático histórico”.¹⁵⁸¹ Esquemmatizando: “Crítica e sociologia”/ “Estímulos” está para sistema literário e método de análise das obras, como “Notas para uma análise metodológica d’*O capital*”, está para sistema filosófico e análise do método de Marx. Aquela “fatura” da obra de que fala Antonio Candido tem

¹⁵⁷⁹ Antonio Candido. “Estímulos da criação literária”, p. 55. Assim, “a literatura dos grupos iletrados liga-se diretamente à vida coletiva, sendo as suas manifestações mais *comuns* do que *pessoais*, no sentido de que, ao contrário do que pode ocorrer nas literaturas eruditas, nunca o artista ou poeta deixa de exprimir aspectos que interessam a todos. Por isso o ângulo sociológico nelas é indispensável, além de possuir razão de ser mais evidente” (Idem, p. 43). Vale informar que o texto apresentado foi originalmente concebido para pensar o cururu – dança falada do caipira e objeto inicial de Antonio Candido, que se transformaria n’*Os Parceiros*. Nesse sentido, a mesma assertiva a respeito do condicionamento do método ao contexto social e histórico poderia operar no diálogo com os estudos folclóricos, reivindicando a antecedência da Sociologia para os mesmos. (Agradeço a Rodrigo Ramassote pela observação). Portanto, assinala-se que apresentamos acima uma leitura de “Estímulos” imaginando possíveis convergências no horizonte do jovem Roberto e tendo em vista a unidade estabelecida entre ele e outros textos de Candido reunidos em *Literatura e Sociedade*, que teve sua primeira edição em 1965.

¹⁵⁸⁰ Paulo Arantes assinala o mesmo ponto, a respeito do método de João Cruz Costa, qualificando-o como um senso “apuradíssimo de ridículo”: não há razão em se ler à francesa, autores sem sistema filosófico. (*Um departamento francês de ultramar*, p. 107). Antonio Candido, como já ficou indicado, recorrentemente refere-se a própria atividade como “paixão pelo concreto”; observação que somada à amizade com Cruz Costa dá força à indicação acima, e fica sinalizada no que afirma sobre ele, como se fosse a respeito de si: “creio que desconfiava da especulação pela especulação e tendia à análise das situações concretas, o que o arrastou para a perspectiva histórica”. (“Lucidez de Cruz Costa”. In. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 186).

¹⁵⁸¹ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 288.

correspondência no exame das formas do valor e no modo como elas aparecem na fatura d'*O Capital* [livro/relação social] – ligando-se ao sistema capitalista “já constituído”, cuja história, não é contada no primeiro capítulo, que pressupõe sua vigência num sistema já formado.¹⁵⁸² Nem a teoria nem a literatura são grandes fatos lógicos, produções auto-referenciadas, cujo exame requeresse *exclusivamente* a “leitura estrutural/internalista”. Na literatura, “a forma opera a junção de romance e sociedade, princípio mediador que é parte dos dois planos, o da ficção e o real”.¹⁵⁸³ E, na leitura d'*O Capital*, as formas do valor no início do livro são o *post festum* “resultados do processo evolutivo” – ou seja, “concreto como pensado”, supõem, por assim dizer o processo histórico que não é narrado a princípio.

Restam duas observações. Forma literária e formas do valor – não são redutíveis uma a outra – a aproximação, seguindo sugestão de Paulo Arantes, trilha o método de leitura que possibilitou o estabelecimento da equivalência. E justamente por isso, a história do conteúdo das formas fica abstraída, *ainda que ao que tudo indique a obsessão de Giannotti consista precisamente em reconstituir a gênese dele e delas*. A autonomização do sistema literário é “narrada” em *Formação de literatura brasileira* e a constituição das formas do valor, em gênero de tragédia, nos capítulos “históricos” d'*O Capital*. Em segundo lugar, é de se supor que a importação que Schwarz realizou – em termos de objetividade das formas – do seminário para a crítica literária, se contava com a moeda de conversão acima exposta, dificilmente tinha todos os passos lógicos da operação resolvidos. Possivelmente, sequer Giannotti ou Candido os tivesse.¹⁵⁸⁴

Com relação ao crítico: o pressuposto da realização do programa exposto em “Crítica e sociologia” consiste no domínio de uma interpretação histórica e sociológica – do contrário, como re-conhecer na forma a apresentação da sociedade, de seu tempo?¹⁵⁸⁵ Outrossim, no que se refira à noção de sistema, muitos anos depois ainda

¹⁵⁸² “Ao se tomar um esquema como ponto de partida, na maioria das vezes sob forma de equação, dá-se por pressuposta uma certa situação histórica concreta, que somente ao término de seu desenvolvimento é capaz de o realizar (...) É neste sentido apenas, por investigar o processo histórico real em sua forma desenvolvida, que convém chamar de típico o método empregado. (...) Mas a conjuntura histórica pressuposta não intervém absolutamente na análise significativa do esquema.” (José Arthur Giannotti. “Notas para uma análise metodológica de O Capital”, p. 71).

¹⁵⁸³ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 288.

¹⁵⁸⁴ “no estágio ainda insatisfatório em que nos achamos, a situação é de caráter polêmico dada a insegurança dos pontos de vista”. Antonio Candido. “Crítica e sociologia”, p. 15.

¹⁵⁸⁵ “o crítico tem de *construir* o processo social em teoria (...) que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística”. Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In. Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 149.

remoeria, não por dúvida a respeito, mas por dúvida pelo desrespeito: “o livro (*Formação*) deveria ter sido intitulado: *Arcádia e o romantismo – momentos decisivos na formação do sistema literário brasileiro*. Assim evitaria muita confusão que até hoje ocorre, havendo quem diga que eu fiz uma história incompleta da literatura brasileira, ou desqualifiquei o barroco, etc. respondi a essas leituras erradas, baseadas na força do hábito, no prefácio da 2ª edição (...).”¹⁵⁸⁶ Os quadros de recepção lêem o que podem, por vezes, o que querem.

No que se refere a Giannotti: as formas do valor pressupõem a história do capitalismo, que não foi contada; quando se abre *O Capital*, o sistema capitalista “está pronto”.¹⁵⁸⁷ O filósofo, ainda que lamente “a ausência de estudos metodológicos do punho do próprio autor [Marx]”, seguia atento aos preparativos de “nosso barbudo” para *O Capital*.¹⁵⁸⁸ *Desnaturalizemos* a institucionalização que resultou dos esforços que vamos caracterizando: *O Capital* requeria o método da leitura filosófica, mas ela se sabia problemática. É legítimo valer-se de um método que pressupõe a autonomização dos sistemas filosóficos para ler um livro que vai na direção contrária *aos desdobramentos do mesmo processo histórico que origina tais sistemas* - qual seja, o rechaço às áreas especializadas, resultante final da fragmentação da própria realidade – patente em seu próprio título, *crítica da Economia Política*? Se Giannotti seguia a idéia de que “não há arquitetônica gueroultiana na ausência de um discurso autônomo regulado por uma clara consciência filosófica de si mesmo”; e é certo que *O Capital* “em matéria de consciência filosófica autônoma era igualmente pouco ortodoxo”¹⁵⁸⁹ – tinham, seminaristas, Giannotti e Marx, um problema em comum, qual seja, a historicidade e a objetividade da autonomização (das formas do Capital/subordinadas ao

¹⁵⁸⁶ Entrevista de Antonio Candido a Luiz Carlos Jackson, transcrita em *A tradição esquecida*, p. 175.

¹⁵⁸⁷ Para não injuriar o leitor, tentamos poupá-lo do retorno ao primeiro capítulo: “Várias são as considerações a propósito da relação entre o método dialético e a história efetiva, que poderíamos propor [...aqui], dá-se por pressuposta uma certa situação histórica concreta, que somente ao término de seu desenvolvimento é capaz de o realizar.” José Arthur Giannotti. “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n. 29, maio-junho de 1960, p. 71.

¹⁵⁸⁸ “seria impraticável e errado apresentar a sucessão das categorias econômicas pela ordem que foram historicamente determinantes; a sua ordem, pelo contrário, é determinada pelas relações que mantêm entre si na moderna sociedade burguesa, ordem essa que é exatamente a inversa da que parece ser a sua ordem natural ou a do seu desenvolvimento histórico. Não está em causa a posição que as relações econômicas ocupam historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade; nem tampouco a sua ordem de sucessão ‘na idéia’ (Proudhon), (uma representação nebulosa do movimento histórico). O que nos interessa é a sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa”. Karl Marx. “Introdução a uma crítica da Economia Política”. In. *Contribuição para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Flama, 1946, p. 227. Trad. Florestan Fernandes.

¹⁵⁸⁹ Paulo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*, p. 247.

sistema capitalista; da forma do romance/sistema literário). Juntamente com o problema da práxis – como fazer legítimo academicamente, e, portanto tomando distância da vida política prática, partidária ou não, uma corrente teórica, cuja peculiaridade consiste precisamente neste vínculo, prática e teoria – como vimos, norteador de numerosas discussões, este parece ser outro ponto não explicitado, mas que se entrevê em especial na tese em historiografia e em crítica literária, mas atravessa as preocupações de todos. E será casual que no exame da tese de Fernando Novais se apreendesse o ponto por meio de sua análise do “bispo economista” – assinalando etapa da “autonomização” ainda incompleta da Economia; e Roberto Schwarz abra a sua tese com sentença fulminante – “Toda ciência tem princípios de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil...” – convergindo para o mesmo ponto? Poder-se-ia completar: não há Economia Política; muito embora o autor complete, “não há liberalismo” como ideologia – outra face do mesmo ponto. O segundo capítulo da tese discute as contradições da importação do romance, *como forma* e se inicia com tirocínio similar: “O romance existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros”.¹⁵⁹⁰ Há certa herança de Marx que se manifesta na tendência à auto-reflexão – entre nós, à busca pelo processo de formação/completude dos sistemas, sem ignorar o conteúdo das formas que dão substância a eles. Como se sabe, Roberto Schwarz, seguindo a “tradição dialética”, “queria acompanhar a gênese da problemática do Machado. O que aconteceu é que de fato o plano inicial mudou um pouco, mas não no essencial. Vocês sabem que os primeiros romances de Machado são fracos. Daí, o meu plano inicial era a) “Idéias fora do lugar”, b) Alencar e a importação da forma romanesca, c) um capítulo breve sobre os primeiros romances, e d) a grande fase”.¹⁵⁹¹ No entanto, precisamente o item “c” revelou-se mais profícuo do ponto de vista da pesquisa, e o item “d” recebeu um livro à parte, *Um mestre na periferia do capitalismo*.¹⁵⁹² Seria o caso de se imaginar: o plano inicial corresponderia ao estudo da dialética de Marx-maduro; aquele mesmo que João Quartim cobra Giannotti por não ter realizado. Como Giannotti – e diferentemente de João Quartim, colega de seminário “2” – Roberto se entrega à gênese da forma romanesca machadiana, daí ter de apresentar em

¹⁵⁹⁰ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 11; p. 35.

¹⁵⁹¹ “Ao vencedor as batatas: 30 anos”. Entrevista com Roberto Schwarz. (por Lília Schwarcz e André Botelho). In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, v. 67.

¹⁵⁹² Nesse sentido, se Machado de Assis é ponto de fuga da *Formação*; Machado maduro é ponto de fuga de Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas*. Cf. Leopoldo Waizbort. *A passagem do 3 ao 1*, p. 61.

pormenor o labirinto/assunto dos romances da primeira fase que, na segunda, passam a forma. Daí também precisar de mais tempo. Vale observar também: seja por ironia do destino, seja por algo intrínseco à obra de Marx, seja pelos meios não previstos de influência intelectual, a esta altura é patente: Florestan deliberou que Marx se prestaria precipuamente à diacronia. Não é interessante que todos tenham seguido tal lição, impregnando fortemente de processos históricos, sempre que possível em busca da gênese das estruturas e da dinâmica delas?

*

Disposições de formação e posição no(s) Seminário(s) concorreram para que o o jovem Schwarz ligasse as lições dos mestres: sistema filosófico e literário, em sendo autônomos, não são a-históricos; as obras, requerendo análise interna têm no princípio de sua composição que faz a liga com o “externo”; esta forma a descobrir pressupõe um referente histórico-sociológico a ser armado pelo crítico literário. Mas isso não se processou de modo linear, de modo que importa assinalar sua posição junto à equipe de Antonio Candido, no que se refere às atividades docentes e modalidade de pesquisa e a de Machado de Assis, entre os autores e gêneros selecionados, à luz do programa de “Crítica e Sociologia”.¹⁵⁹³

b. Tribulação de um chefe de família

“[Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Jr., João Lafetá, José Miguel Wisnick] esses são os meus Fernando Henriques, os meus Otávio Iannis”.
Antonio Candido, 1978.¹⁵⁹⁴

A organização da Teoria Literária e Literatura Comparada (TLTC), realizada por Antonio Candido, foi dividida por Rodrigo Ramassote em duas fases: formação (1961-1965) e consolidação (1965-1970). Roberto Schwarz participa delas desde a fase das articulações prévias, seu mestrado em Yale tem por objetivo prepará-lo para isso.

As atividades do curso de TLLC iniciam-se em 1961. Em âmbito de graduação, são oferecidas duas disciplinas, inicialmente facultativas e ministradas por Antonio

¹⁵⁹³ Roberto Schwarz, como dissemos, organiza um seminário de leituras d’O Capital e discussão política, em seu retorno dos EUA. Aproxima-se do papel de Giannotti no primeiro grupo, por capitanear o segundo, e organizá-lo após jornada de estudos no estrangeiro? Não é o caso de avolumar a tese com conexões que careçam de pesquisa, tampouco ignorá-las seria adequado.

¹⁵⁹⁴ Entrevista concedida a Mariza Peirano. “Uma antropologia no plural”, p. 36.

Candido: “Introdução aos Estudos literários”, para primeiro anistas e “Teoria Literária e Literatura Comparada”, para alunos do 4º ano. Na especialização, ele ofereceu um curso sobre problemas de Ecdótica (Edição Crítica), examinando contos de Machado de Assis; no ano seguinte, novamente o autor é objeto de aula na especialização, que versará a respeito do romance *Quincas Borba*.¹⁵⁹⁵ Vale lembrar que em Assis tinha lecionado “Introdução aos estudos literários: crítica textual” e “O romance romântico brasileiro: Manuel Antonio de Almeida e Alencar”.¹⁵⁹⁶ Agora, Machado contista era pretexto de aula de ectódia; *Quincas Borba*, objeto de análise. Era como se aquela parte faltante de *Formação da literatura brasileira* não saísse tão logo de seu horizonte. Quando, em 1963, Roberto volta dos EUA, e é nomeado professor-assistente, encarregado de lecionar “Introdução aos Estudos Literários”, aos calouros, o conteúdo programático dos cursos de Candido na especialização mudam de período e gênero priorizados. Eles versam a respeito da produção poética de expoentes do modernismo, privilegiando exposição monográfica de obras de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.¹⁵⁹⁷ Será que aquela passagem da tocha – desejada pelo jovem Roberto – era então realizada pelo mestre-açu Acê?

No prefácio da primeira edição de *Formação*, assinado em 1957, Antonio Candido, como que se explicando a respeito de lacunas que reconhecia no livro, indicava-as, justificando-se: como o livro foi escrito ao longo de muitos anos, procurou manter-se fiel ao plano de redação; ou seria esta razão uma “racionalização para justificar, aos meus próprios olhos, a timidez em face de um tipo de crítica – a teatral”, que nunca praticou e rapidamente se especializa? De todo modo, considera uma falha “a exclusão de Machado de Assis romântico no estudo da ficção, que não quis empreender, como se verá, para não seccionar uma obra cuja unidade é cada vez mais patente aos

¹⁵⁹⁵ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 63.

¹⁵⁹⁶ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 47.

¹⁵⁹⁷ A partir dos dados que Rodrigo Ramassote oferece, seria possível inferir talvez mais nexos entre temas e problemas, de aluno e professor, que são bastante aparentados, entre os anos finais da graduação do segundo e a redefinição profissional do primeiro. (*A formação dos desconfiados*, p. 75-sgts). As primeiras pesquisas da área nascem como desdobramentos das aulas de Candido em nível de especialização. Rodrigo Ramassote refere-se às primeiras três pesquisas sob a orientação de Candido, que resultaram em: “O Se-Sequestro da Dona Ausente” (Telê Ancona Lopez); “Leituras francesas de Mário de Andrade” (Nites Teresinha Feres) e “Mário de Andrade e L’Esprit Nouveau” (Maria Helena Grembecki). (*A formação dos desconfiados*, p. 83). E a de Schwarz? Parece tratar-se de um caso típico em que eleição magistral faz par com o estabelecimento de convívio privado, fora de âmbito formal em *stricto sensu*. Se no caso de outros alunos a origem da pesquisa é facilmente localizada nos conteúdos programáticos das aulas, a definição de temas e problemas, denotando o âmbito público e institucional na relação com o professor; os caminhos da relação magistral que conduziram o discípulo dileto aos seus segue outro padrão.

estudiosos. Caso o livro alcance outra edição pensarei em sanar estas e outras lacunas”.¹⁵⁹⁸ *Mas não deu tempo*. E talvez aí haja alguma ambigüidade. É possível imaginar que ele pretendesse fazer isso. Já em 1961, no início das atividades de sua cadeira, assinalamos a escolha do autor no ecdótica. Mas a segunda edição de *Formação* sai no ano seguinte, sem a modificação aludida hipoteticamente na primeira. E ele logo vai prestando contas: “Ao contrário do que anunciava o prefácio da 1ª edição, não foi possível acrescentar matéria nova a esta 2ª. A tiragem esgotou antes do tempo previsto, outras tarefas absorveram o autor. Mas ela sai revisada, com vários erros corrigidos, lapsos reparados e melhoria de redação nalguns trechos.”¹⁵⁹⁹. Levando a sério o nexos que ele estabelecia para si próprio e ensinava aos alunos - preparar aulas que rendam artigos - Rodrigo Ramassote supôs encontrar em “Esquema de machado de Assis”, algo do que possivelmente ficou dito no curso. Estamos de acordo. Adicionamos, porém: talvez, a preparação do curso e de “Esquema” tivessem em mira um “capítulo” para *Formação* - que não vingou. Justamente no ano seguinte, com o retorno de Schwarz, imaginamos, a tocha era-lhe entregue, Machado ficaria com ele. “Esquema” parece mesmo o Machado de *Formação* que não compôs o livro, mas momento de encontro dos corredores. Considerando a distribuição de autores e gêneros exposta na seção anterior à luz da presença e ausência de um e outro à frente das aulas de TLLC – é possível imaginar a adoção de Machado ganhando força nos anos compreendidos entre sua leitura de *Formação* e a concepção de “Esquema de Machado de Assis”, publicado por seu mestre em 1968.¹⁶⁰⁰

¹⁵⁹⁸ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*, p. 14.

¹⁵⁹⁹ Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*, p. 17.

¹⁶⁰⁰ Seria necessário um exame cuja apresentação tomara páginas em que nos demoraríamos muito, mas o ritmo de apresentação de Machado em “Esquema” é similar, parcialmente, ao de numerosos autores em *Formação*. Esta linha de apresentação segue padrão verificado por Rodrigo Ramassote desde os rodapés dos anos quarenta (em pesquisa de doutoramento já mencionada). Porém, o leitor de Antonio Candido que lembra da “lei de evolução da nossa vida espiritual”, “dialética do localismo e do cosmopolitismo” (“Literatura e cultura de 1900 a 1945. Panorama para estrangeiros”. In. *Literatura e Sociedade*. Publifolha, 2000, p. 101), estranha a toada do texto. É que há um elenco de questões e autores universais aos quais se empenha em ligar Machado de Assis, e segue trilha bem diversa da apresentada em “Crítica e Sociologia” – apresentá-las tomara espaço que não dispomos, mas vale indicar: “Na razão inversa da sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas. A sua atualidade vem do encanto quase intemporal do seu estilo e desse universo oculto que sugere os abismos prezados pela literatura do século XX.” (“Esquema de Machado de Assis”. In. *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 18 [1968]). Há aí algo distante do próprio programa anunciado por ele em “Crítica e sociologia”. Chegamos a aventar que Candido tivesse interrompido efetivamente seu estudo de Machado e deixado-o a cargo de Roberto. Mas talvez o tom se deva simplesmente ao fato de ser destinado a um público estrangeiro. (“texto que li nas Universidades da Flórida (Gainesville) e (Wisconsin) Madison, respectivamente em abril e maio de 1968”. (Antonio Candido. “Nota prévia”. In. *Vários escritos*, p. 90).

Antonio Candido aceita o convite da Universidade de Paris VIII (Sorbonne) para lecionar e se ausenta em 1965. As atividades da área são divididas entre Roberto Schwarz e Walnice Nogueira Galvão.¹⁶⁰¹ Antonio Candido, em seu retorno, toma parte nas metamorfoses institucionais ligadas à Reforma Universitária, já em andamento¹⁶⁰², e, acionando a privilegiada malha social a seu dispor, organiza a pós-graduação, viabilizando as carreiras tardias dos amigos de *Clima*.¹⁶⁰³ Atente-se a unidade docente em torno desse “ideário crítico comum, contribuiu para homogeneizar as disposições intelectuais e cognitivas dos alunos” estabelecendo “os mecanismos de coesão interna e a eficácia do processo de socialização acadêmica na área”.¹⁶⁰⁴ Não deve surpreender a presença de *Clima* na produção de Roberto – a todo tempo, como aluno, como professor – esteve exposto à influência do grupo.

No conjunto das pesquisas que tivemos a oportunidade de consultar, a de Rodrigo Ramassote foi a que atinou para a semelhança entre Florestan Fernandes à frente da Sociologia I e Antonio Candido à frente da TLLC, deslocando o ângulo de análise das disputas pelas modalidades legítimas do *métier* sociológico. *Rente a seu argumento, com o foco nos casos dos seminaristas que nos interessam, vale sugerir outra aproximação e um contraste, entre os chefes de cadeira.*

Ambos agiram face a tarefa institucional tendo-a como o outro lado da moeda da profissionalização da área, buscando no diálogo com disciplinas vizinhas a diferença para melhor delimitação da sua própria. Assim, se a movimentação de Florestan Fernandes estabelecia tensões com Antropologia e Política; também estabeleceu parceria com Economia, cuja tradução em termos de pesquisa convergiu para o Cesit.¹⁶⁰⁵ Em contrapartida, na organização da pós-graduação, Antonio Candido ocupou-se de introduzir no currículo e nos alunos cursos e problemas não estritamente ligado às Letras, tais como: Cinema, Estética, Teatro, História da Arte. Conteúdos diversos – Florestan entre as ciências modernas; Candido entre gêneros artísticos –

¹⁶⁰¹ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 71.

¹⁶⁰² Entre elas, a transformação do “curso” de TLLC (1961-1965) em “área” de TLLC. Até então, a pós-graduação equivalia à “especialização”, realizada em geral no quinto ano. Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 16.

¹⁶⁰³ Antonio Candido ministrava *Teoria Literária A e B*; Paulo Emílio Salles Gomes, *Teoria e História do Cinema*; Ruy Coelho, *Sociologia da Arte ou Literatura* (optativa); Gilda de Mello e Souza, *Estética* e Walter Zanini, *História da Arte*. Para um balanço do rendimento para as carreiras tardias dos membros de *Clima*, *Destinos mistos*, p. 201-217.

¹⁶⁰⁴ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 73.

¹⁶⁰⁵ Cf. Capítulo 2.

similaridade de movimentação. Vale dizer: os professores, no seminário são aparentados a Florestan, transitam entre as disciplinas; os alunos, de Candido, transitam entre os gêneros – Schwarz é, sem dúvida, o melhor exemplo, como mostramos a seguir.

Por outro lado, ao contrário da conhecida reserva de Florestan Fernandes a respeito da ida ao exterior para completar a formação dos quadros; Antonio Candido a incentiva. A ida de Schwarz ao exterior implicou certa urgência, em adquirir uma titulação para a área a ser inaugurada, e retirar-se da condição de autodidata em estudos literários.¹⁶⁰⁶ No entanto, em geral, Candido dizia: “Brasileiro tem que sair¹⁶⁰⁷,” - não sendo o conselho mera providência circunstancial. Há outro contraste nos lances iniciais de constituição da equipe. A movimentação de Florestan Fernandes parece, aliás, surpreendentemente mais lenta e mais dependente de mecanismos institucionais, bem como do jogo de forças entre a FFCL e o governo do estado.¹⁶⁰⁸ *Era o custo do pioneirismo e da ausência de rede de apoio a pesar sobre Florestan; e a vantagem de repetir um feito, e dispor de rentável malha social, a auxiliar Candido.*

O paralelo deve assinalar também para a distância dos momentos iniciais – Florestan, em 1954; Candido em 1961 - e para a concomitância dos empreendimentos, a partir de então: quando os gatinhos de Florestan Fernandes estão virando tigres e leões, o crítico literário está começando a montar seu ninho. Antonio Candido não passou incólume aos exemplos de vida pessoal e profissional de Florestan Fernandes e o confessou ofertando a primeira edição d’*Os parceiros do Rio Bonito*: “Ao Florestan, no ano de seu maior triunfo”. Referia-se ele, decerto, à conquista efetiva da cátedra que regia há uma década, com a defesa d’*A integração do negro na sociedade de classes*.¹⁶⁰⁹ Se o crítico não passou incólume aos esforços “titânicos” de Florestan, pode-se supor que naquela década – de anúncio da Reforma Universitária (1961), em princípio, uma implementação lenta (1962-1966), sucedida de medidas de força (1966-1970) –

¹⁶⁰⁶ “Como eu vinha de Ciências Sociais, para ensinar em Letras precisava de um título apropriado.” Roberto Schwarz. Entrevista Fapesp, n. 98

¹⁶⁰⁷ Telê Ancona Lopez. “Ser aluna de Antonio Candido”. In. D’INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria. *Dentro do texto, dentro da vida. Ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

¹⁶⁰⁸ Cf. Capítulo 2.

¹⁶⁰⁹ Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: José Olympio Editora, 1964. Exemplar da biblioteca particular de Florestan Fernandes (Colesp-UFSCar). Praticamente todos os textos e intervenções que produziu a respeito da faculdade e do amigo oferecem indícios do “impacto Florestan” sobre ele, especialmente se fizermos o exercício de lê-los em contraste com os numerosos artigos a respeito de outras figuras (. Contudo, pela privacidade da oferta do livro, o que selecionamos acima pareceu mais expressivo.

esse impacto tenha sido especialmente forte, ainda que cada um deles tenha seguido caminhos próprios, ligados ao estágio de organização de suas cadeiras, na preparação e blindagem para a vinda das mudanças. Tinha-se tanta certeza de que viriam; quanto incertezas quanto a direção delas. Antonio Candido organizou a pós-graduação, em 1966, mas preservando-se, no auge das perseguições e demonstrações de resistência. Já Florestan Fernandes, armava-se desde 1962, expandindo contatos internacionais, montando o Cesit, acelerando defesas com vistas a garantir quadros prontos para as oportunidades que poderiam vir ou não com a reforma. Assim, no auge da politização, entre 1964-1966, lançou-se sem freios ligando o rumo de sua ascensão final na carreira à expansão da cadeira e à solidariedade política e classista com os alunos excedentes.¹⁶¹⁰

As arrancadas em ritmos e tempos diferentes têm desdobramentos nas trajetórias dos respectivos primogênitos. Roberto começa a carreira indo ao exterior, antes de lecionar na área; Fernando Henrique vai ao exterior *já como braço direito na guerra de movimento da cadeira* e somente depois da defesa de doutorado, armando as negociações para o Cesit. Se o âmbito escolar do *ensino e pesquisa* ligou Fernando Henrique a Florestan; Roberto, como o conjunto dos aliados de Antonio Candido, aproxima-se dele como *aluno* e também pelo apreço de seus escritos na imprensa.

Quais eram as linhas de força definidoras na equipe de Antonio Candido, que possibilitam localizar o trabalho de Roberto Schwarz no conjunto? O ponto é de todo interesse – afinal, seu exílio em 1970 não está previsto à altura da escolha de Machado de Assis.

As pesquisas da TLLC, entre 1961 e 1978, caracterizam-se, do ponto de vista temático, por duas vertentes: uma voltada para a produção literária modernista e outra

¹⁶¹⁰ Cf. Capítulos anteriores. Rodrigo Ramassote sugere que sejam calculadas as “saídas de cena” de Candido em 1964/1965 (Paris) e 1968 (Yale); elas preservam-no da exposição política e dos riscos envolvido nela, garantindo a organização da área. Em contrapartida, seu envolvimento com a radicalização se manifesta por meio das análises e cursos. Assim, em seu último curso no antigo regime de pós: “Leitura política dos textos literários: o Ricardo II, de Shakespeare” – é notável o transporte do clima de oposição ao autoritarismo para a análise que apresenta (*A formação dos desconfiados*, p. 75-sgts). Do mesmo modo, a demorada concepção do belo “Dialética da Malandragem” (1970) não esconde certa solidariedade social, junto àquela “alternância displicente e tolerante entre o terreno do lícito e ilícito” que “somente seria possível pela frouxidão dos mecanismos estatais” (Idem, p. 143). Vale lembrar: Antonio Candido foi relator da Comissão Paritária Geral da FFCL, a pedido da Congregação. Apesar disso, sua cadeira não sofre com as aposentadorias compulsórias em 1969. Na ausência de mais informações, a perspectiva adotada com relação às aposentadorias foi a seguinte: “as acusações não englobam todos os professores considerados, na USP, como sendo ‘de esquerda’. Inclui, por outro lado, muitos que nunca o foram. Mas certamente, consegue atingir todos os grupos que podiam ser considerados como os mais inovadores e aqueles que apoiavam a orientação da gestão Ulhôa Cintra.” (Cf. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. [1978] São Paulo: Adusp, 2004, p. 22).

para o estudo de representantes da crítica literária no Brasil.¹⁶¹¹ Ramassote notou que na distribuição temática, a primeira era estimulada pelos conteúdos de aulas, já a segunda por laços mais pessoais de Candido. Ela se ocupava de “como os principais críticos brasileiros enfrentaram o desafio de equacionar a análise da organização interna da obra literária com a apreciação conjunta dos condicionantes de ordem social”.¹⁶¹² Já para Paulo Arantes, esta segunda parece ser “uma outra história dos brasileiros cultivados, no seu desejo de ter uma crítica literária [e] também contribuir para formar a cultura nacional”.¹⁶¹³ É possível supor: dessa segunda vertente, Candido possivelmente fosse especialmente cioso, tratava-se de observar sua própria equação dos elementos internos/externos na tradição da crítica literária. Nesse primeiro enquadro, Roberto Schwarz localiza-se, a um só tempo, como *exceção e caso exemplar*. Do ângulo autoral, *não se ocupa de modernista nem de crítico literário*, mas de um *romancista anti-realista e autocrítico*. Desse modo, a referida equação, sendo problema a mobilizá-lo como crítico, é também trabalhada em Alencar e Machado – o problema de que outros estudiosos se ocupam nos críticos, ele se ocupa nos romancistas.

Do ponto de vista da proporção entre homens e mulheres, Ramassote constatou certo equilíbrio, dentro de duas diferenças: os homens são oriundos de outras instituições e as mulheres, em geral, foram alunas de Candido. E na “divisão do trabalho intelectual do grupo, é possível discernir dois tipos básicos de modalidades de pesquisa científicas: empíricas e interpretativas”, sendo a primeira realizada completamente por mulheres e a segunda, predominantemente, por homens. A assimetria – senão numérica, qualitativa, pois os trabalhos de alcance interpretativo são mais valorizados – completa-se pelas nas etapas de titulação: as mulheres passando por todos os degraus, já os homens, diretamente inscritos no doutorado.¹⁶¹⁴ Em suma, a “despeito do contingente elevado de mulheres, da formação escolar homogênea e das condições idênticas de trabalho, os dados apresentados indicam que a participação das mulheres fica restrita a modalidades de pesquisas de menor reputação”.¹⁶¹⁵ Nesse segundo enquadro, Schwarz é, novamente, *exceção e caso exemplar*. Ele foi aluno e cumpriu as duas etapas da titulação (mestrado e doutorado); como as mulheres. A tese, como a dos homens,

¹⁶¹¹ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 83.

¹⁶¹² Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 89.

¹⁶¹³ Paulo Arantes. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, p. 36-37.

¹⁶¹⁴ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 113.

¹⁶¹⁵ Rodrigo Ramassote. *A formação dos desconfiados*, p. 115.

destaca-se pelo alcance interpretativo. *O pólo masculino e o pólo feminino da divisão do trabalho encontram-se mesclados, portanto.*¹⁶¹⁶

As peculiaridades parecem-nos ligadas ao papel de primogênito e ao incipiente estado de organização da área, que requer um “fiel escudeiro”, acima e fora da ordenação institucional ainda inexistente, para aquele que a capitaneará. Os que chegam posteriormente estão fadados ao enquadramento já constituído. Se acompanharmos o acidentado dos períodos de proximidade e distanciamento entre Roberto e seu mestre, isso fica evidente: passaram um semestre juntos, como aluno e professor, às vésperas do segundo ir lecionar em Assis. Quando ele volta a USP, Roberto vai para os EUA. Quando ele volta, Antonio Candido vai para França. O período de convívio contínuo de trabalho é, portanto entre 1966 e 1970, entrecortado pela viagem de Antonio Candido em 1968 e pelo envolvimento político de seu aluno.

*

É providencial sumarizar papéis e posições relativas de Roberto Schwarz nos grupos de referência configurados. Como *graduando*, suas inclinações pendiam para o pólo dominado das Ciências Sociais; como *seminarista*, para o dominante; como *discípulo* de Antonio Candido, ele combinava reversivamente traços de regra e de exceção ao grupo. Em suma, ocupa tanto posições dominantes entre dominados como dominada entre dominantes. As diretivas em oposição valem também para atividade profissional e política: Roberto Schwarz esteve entre aqueles que se envolveram profundamente em modalidades de resistência política, entre 1964 e 1970, mantendo suas obrigações institucionais de docência, pecando talvez no ritmo de produção da tese de doutoramento. Da primeira leva de alunos de Antonio Candido, ele será o último a doutorar-se – e, em que se pesem idiossincrasias, alguma objetivação das áreas é patente, se notarmos, pelo ritmo dos seminaristas, que o pólo das disciplinas retardatárias em termos de profissionalização [História/Crítica Literária] são mais lentas para defenderem o doutorado do que os pólos opostos [Filosofia / Sociologia].

¹⁶¹⁶ É de se notar um caso de exceção entre as mulheres similar às exceções de Schwarz, entre os homens: Walnice Nogueira Galvão. Além de não fazer mestrado, seu doutorado, *As formas do falso*, tem caráter interpretativo de médio alcance – duas características que a ligam ao pólo dominante do grupo. No entanto, na livre-docência, ela realiza precisamente o que se inscrevia nas expectativas do trabalho das mulheres, como que invertendo o avanço na titulação com o recuo no feitio do trabalho menos reputado. Parece-nos interessante que justamente com o caso dela, Roberto Schwarz estabeleça similaridades que o fazem, como ela entre as mulheres, exceção e regra entre os homens. Além das peculiaridades no conjunto de homens e mulheres, ambos tinham formação em Ciências Sociais, não em Letras; eram próximos da polarização à esquerda na FFCL, e primeiros alunos a se ligarem a Antonio Candido como professores.

Outrossim, é difícil aquilatar o quanto a titulação no exterior o liberava das tribulações em que outros estavam envolvidos, posto que, a despeito da simpatia pelas causas políticas, tinham de correr para obtenção do título, tendo, em caso contrário que recomeçar a pós-graduação e contabilizar seus créditos – já sob a Reforma Universitária levada a cabo pelo regime civil militar.¹⁶¹⁷

¹⁶¹⁷ Cf. Capítulo 3.

3. 8 ½ de Roberto

“Incapaz da vida irrefletida, assim como da narração linear, multiplica-se o Professor em planos de vida diversos, todos mutuamente referidos (e não perde, entretanto, a noção de que a ‘análise é por certo, uma força do demônio’).”

Roberto Schwarz, “Tempo de ficar velho”, 1959.

a. Errância.

“a literatura modernista, porque começou em São Paulo, grande centro de imigrantes, encerra uma espécie de secreto desespero a manifestar-se na busca do ‘tipicamente brasileiro’, como se pretendesse o nativo libertar-se da alma do imigrante que, por contágio, se vai infiltrando na sua; mas justamente só quem traz em si um pouco de imigrante é que consegue descobrir esse ‘tipicamente brasileiro’, no curso do diálogo que se abre no espírito dividido contra si mesmo, entre o brasileiro e o recém-desembarcado da Europa.”

Roger Bastide, “Machado de Assis, paisagista”, 1940.

O itinerário de Roberto Schwarz não se desvencilha de um intenso envolvimento político: *exceção*, se comparado ao dos professores do seminário; *típico* se localizado ao lado dos “seminários” que proliferaram, posteriormente. E é entre um e outro – social e intelectualmente – que gesta a tese *Ao vencedor as batatas*. No enquadramento que adotamos, ignorar a elaboração dela *Ao vencedor as batatas* em meio aos exílios e vida política seria como dar férias à objetivação. Sua tese não seria o que é, sem o envolvimento político compreendido entre os anos em que retorna dos Estados Unidos e antes de partir para Paris. Engajamento e exílio ficam evidentes no percurso acidentado e demorado de realização dela – isolamento do grupo de referência (EUA-Yale, 1961-1963), engajamento no grupo de referência (FFCL-USP, 1963-1969), isolamento relativo (exilados e imigrados em Paris, 1970-1976) – e também em seu conteúdo.

Os dois anos de pós-graduação nos EUA são vividos sob o signo do choque e do contraste com a FFCL-USP em que se bacharelou. “Trabalhava-se demais na universidade, e de uma maneira que eu achava despropositada”; “líamos mais ou menos 120 páginas por dia, e a carga de *papers* era muito grande. Os americanos desenvolveram uma técnica de descrição ligada ao *New Criticism* que permitia escrever vinte páginas corretas quase sem idéias. Mesmo assim não era fácil.” Decerto não foi apazível para ele, que já era “entre aspas, um intelectual, já publicava artigos em jornal”, aquela “situação ginásiana”, “sem contar que a escola era quase exclusivamente masculina, o que também não era ameno”. No entanto, talvez por já ter passado pelas

aguras da adaptação, pode-se registrar empenho e desempenho – “espremi os miolos e para cada trabalho tratei, mal ou bem, de escrever”. No retorno ao Brasil, outro choque, “me aconteceu algo inesperado. Achei tudo tão lerdo que me vi tentado a continuar no ritmo que lá havia me parecido um sacrifício horrível. (...) Mas aí veio a efervescência política que me pôs outras idéias na cabeça.”¹⁶¹⁸ Um balanço desse lá e cá sinaliza: ao se aclimatar, o perfil calvinista de Florestan Fernandes, vez por outra ironizado, na ponta de lança do que se alcançava em disciplina e rigor entre nós, decerto lhe pareceu um acanhado esforço civilizatório para estabelecimento de hábitos de trabalho. Em que se pese sua capacidade de adaptação à disciplina puritana, acionando disposições constituídas em sua educação doméstica e escolar, a rebeldia secreta lhe deu a mão para suportar o insuportável: “O meu marxismo se consolidou lá, de birra”. É que “o principal foi ver os Estados Unidos de perto, a prepotência do império, o peso de uma grande universidade conservadora, inclusive algumas amostras de marcartismo.”¹⁶¹⁹ Ao voltar, com disposição para um ritmo de trabalho mais acelerado que o da cultura local, pode ser professor em horário de serviço e militante nas “horas de folga”, sem cansaço, mas capitalizando as energias de um lado para o outro. Como naqueles anos “a política estava em toda parte”, ele tomou parte nela por inteiro, unindo-se à “vivacidade” e à “euforia que hoje são difíceis de imaginar. O socialismo era uma promessa e não um palavrão”.¹⁶²⁰

A força que amarra os militantes uns aos outros e à causa maior que compartilham é coisa da qual só se tem alguma idéia quando a malha dessa interdependência arrebenta. Ela consome as melhores energias, todo o tempo, nenhuma paixão desperdiçada. No centro do turbilhão de “cultura e política entre 1964-1969”, Roberto “à vista da prisão e tortura de pessoas próximas, (julgou) prudente viajar. Andei bem, pois pouco depois meu apartamento foi visitado pela polícia.” Uma vez em Paris, como tantos exilados, foi acolhido por Violeta Arraes Gervaiseau.¹⁶²¹ Contou com a

¹⁶¹⁸ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 236.

¹⁶¹⁹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 236. Difícil não ler a análise d’*A letra escarlata* pensando nisso. (In. *A sereia e o desconfiado*).

¹⁶²⁰ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 236.

¹⁶²¹ Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau, a “Rosa de Paris”, nasceu em 1926, em Pernambuco. Graduiu-se em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; participou do MCP, com Paulo Freire. Presa e exilada em 1964, junto com Pierre Gervaiseau abrigou e auxiliou parcela considerável dos brasileiros e latino americanos na condição de exilados políticos. Impossível a reconstituição do ambiente dos exilados abrigados por ela, embora seja de nosso interesse, a esta altura, contudo, perderíamos o foco.

“solidariedade que colegas e governo deste país manifestavam aos refugiados – o que me valeu durante um ano o estipêndio destinado a ‘personalidades convidadas’. Assim, (pode) retornar à vida intelectual em boas condições”¹⁶²² – e entre elas estava a possibilidade de se isolar relativamente. Acreditando que a ditadura no Brasil “não seria eterna”, ele não chegou a tentar se estabilizar em trabalho algum na França, e para manter-se, contou também “com uma indenização de guerra que sua mãe lhe enviava”, vivendo “apertado”, mas “sem passar mal”.¹⁶²³ E, nas “circunstâncias difíceis da imigração faz diferença ter ou não ter um projeto de trabalho. Os que não tinham ficavam conspirando, tentando derrubar a ditadura lá de Paris, falando, falando e perdendo o pé”. Por isso, afirma Schwarz, “a tese para mim foi muito benéfica”.¹⁶²⁴ Em seu exílio, não tomou parte com a porção que conspirava, que vivia sob o ânimo dos anos anteriores; nem com aquela que se estabelecia, desvencilhando-se da expectativa de retorno. Desprendendo-se das duas linhas de força que o atavam ao ambiente político-intelectual paulistano, ele se põe a pensar e procura, como era de se esperar, Lucien Goldmann.¹⁶²⁵ Mas ele faleceu em 1970.

Distante no tempo e no espaço da defesa de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, a de Roberto também suscitou veleidades e polêmicas, em 1976. Mas, diferentemente dele, que confrontava seu diretor de tese, Schwarz teve de contornar a resistência de Raymond Cantel, que, dias antes da defesa, considerou-a inaceitável. Para ele, tratava-se da má “vontade de um católico de direita, incomodado com um trabalho

¹⁶²² Roberto Schwarz. Memorial acadêmico, 1990.

¹⁶²³ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 239.

¹⁶²⁴ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238. Esta “verificação interior” – especialmente a respeito do suporte representado pelo projeto de trabalho – coincide com o levantamento de fôlego realizado por Denise Rollemberg entre os exilados políticos do período (“Exílio. Refazendo identidades”. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 2. Rio de Janeiro, 1999). Ao que tudo indica, o crítico logrou escapar dos abalos psíquicos a que muitos sucumbem e também passar minimamente bem do ponto de vista material (-sobretudo quando se tem em vista o quadro de que tende a certa hostilidade com relação a estudantes e trabalhadores emigrados na França. Cf. “Políticas francesas de acolhimento dos estudantes estrangeiros”. In. *Circulação internacional das elites*, p. 197-198). Por conta de seu itinerário errante, *ao longo da concepção da tese*, naturalmente visitamos uma porção modesta da imensa bibliografia relativa às condicionantes de migração e exílio na produção intelectual – e foi de auxílio impagável Miguel Palmeira no acesso a ela. Seria talvez de se esperar que adotássemos a perspectiva de um “*habitus* migrante”, contudo, a cada passo da análise das mudanças de espaço/grupo de referência ficava difícil, *para o seu caso*, afirmar que “cada novo deslocamento é vivido como algo já familiar, não como um desenraizamento” (“*Habitus* de herdeiro, *habitus* escolar”. In. Idem, p. 99). – válido, decerto, para outros casos. No que nos concerne, estamos convencidos, tanto do ponto de vista conceitual quanto da reconstituição desses anos, mais pesquisa é necessária.

¹⁶²⁵ Roberto Schwarz. Entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote, 21/11/2011.

marxista”.¹⁶²⁶ No entanto, possivelmente a resistência se ligasse à cisão na crítica literária francesa, opondo a vertente universitária-sorbonnards – “dedicada preferencialmente ao biografismo positivista, e que rechaçava a leitura interna alimentada por outras disciplinas” – à “ideológica”, próxima da qual nosso crítico estaria. O impasse foi solucionado por meio da intervenção de Jean-Michel Massa, também especialista em Machado de Assis.¹⁶²⁷

Há diferença entre as duas tomadas de distância do núcleo de referência paulistano – a vivida entre 1961-1963, e esta, entre 1970-1978. A primeira tem por objetivo a aquisição de um título para atuação profissional, com data marcada para volta e emprego garantido no retorno. A segunda “era o tempo azado e a nau partiu, sem prévio aviso e sem qualquer previsto itinerário”¹⁶²⁸. Certeza mesmo só do objetivo: salvaguarda do risco policial e político, sem data marcada para volta ou emprego garantido no retorno, ao menos inicialmente. A ida a Yale é antecedida de intensos estudos e expectativas profissionais alternativas àquelas que eram as predominantes no círculo hegemônico da Sociologia I. Ao voltar, e encontrar “outro país”, esta hegemonia ainda tinha vigência, engrandecida pela reverberação política junto ao corpo discente esquerdista e oposicionista, o mesmo que, ao menos em escala escolar, contribuiria para atraí-lo para as relações entre cultura e política. A ida a França, é antecedida, portanto de anos de rara articulação das inclinações políticas com a atividade profissional. O ziguezague do nacional estrangeiro e também do profissional político propicia os ângulos de experimentação da vida social sem os quais seu Machado seria bem outro.

Os dois anos em Yale caracterizam-se pela bitola dos estudos sistemáticos, do compromisso com o financiamento da bolsa – em suma, pela opressão da disciplina e da burocracia, que o treina para um ritmo de trabalho à puritana, vantagem mobilizada para

¹⁶²⁶ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 239. Raymond Cantel era especialista na área de literatura popular, doutor em letras portuguesas, e dirigia o Institute d'Études Portugaises et Brésiliennes (Paris III) – entre outros brasileiros, José Guilherme Merquior teve pesquisa dirigida por ele (Verso Universo em Drummond, defendida em junho de 1972).

¹⁶²⁷ A querela, no fim das contas não se encerra ao campo francês, e bem vale supor que a singularidade da crítica literária uspiana - mormente a que se produz no espectro de influência da área de TLLC, se ligue às origens acadêmicas nas Ciências Sociais dos seus primeiros representantes. Vale mesmo dizer que esta singularidade é de algum modo responsável pela identificação construída por outros nichos entre “crítica sociológica” e “crítica marxista” – que obviamente estamos nos esforçando por dissociar. Ainda que não seja este o objeto da tese de Flavio Moura, a apresentação que faz de alguns livros que elegem Antonio Candido e epígonos como alvo de suas críticas deixa evidente a catalogação interessada que emprega, como sinônimos, “realismo socialista”, “cartilha sociológica” ; “escola uspiana”, “inclinação sociológica”. (*Diálogo crítico*, p. 26-sgts).

¹⁶²⁸ Pedimos vênha para citar os dois versos finais do poema “A nau que parte, ou o presente mais que perfeito.” Bento Prado Jr. *Revisão*, n. 3, ano 2, 1966.

causa maior em seu retorno. Já a estada na França caracteriza-se, em *contraste*, por *relativo* descompromisso institucional, propiciado, como vimos pelos “financiamentos” mais flexíveis, pela desobrigação de prazos rígidos, pela possibilidade de trabalho oferecida logo em 1970, quando começa a dar aulas de Literatura Brasileira na Universidade de Paris VIII (Vincennes), como “chargé de cours”. Nestes cursos tratou de Machado de Assis e João Cabral de Melo Neto, atividade que manteve até 1973, ano de publicação no Brasil de “As idéias fora do lugar”.¹⁶²⁹ Parece ter aprendido, entre tantas outras lições de Antonio Candido, aquela segundo a qual “a aula deve ser estudada, fundamentada, redigida”, e “batida à máquina de antemão. Com isso, dizia, em vez de vocês dispersarem seus esforços, a cada par de anos poderão dispor de um ensaio original quase pronto para publicar”.¹⁶³⁰ Como não supor que “Idéias” se nutriu de algo da docência, do exílio, da tomada de distância?

Já foi dito a respeito do ensaio que escreve por ocasião da morte de Rosenfeld, em 1974, que haveria ali traços auto-biográficos, mas nada encontramos que atinasse para que esse traçado é de *um exilado falando de outro*: “um intelectual estrangeiro” foi Anatol no Brasil e também Roberto nos EUA e na França.¹⁶³¹ O modo como define a situação estrangeira é a de quem a experimentou já adulto - “[face o perigo] condiciona-se um reflexo que manda não provocar e passar ao largo”.¹⁶³² No caso de Anatol, o reflexo implicou manter-se alemão, judeu, receoso de vínculos institucionais¹⁶³³; no

¹⁶²⁹ “As idéias fora do lugar”. *Estudos Cebap*, n. 3. São Paulo, 1973.

¹⁶³⁰ Walnice Nogueira Galvão. “A aula”. In D’INCAO, Maria Ângela e SCARABÔTOLO, Eloísa Faria. (org.) *Dentro do texto, Dentro da Vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 48.

¹⁶³¹ Trata-se de “Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro”. (In. *O pai de família*. São Paulo: Paz e Terra, 1978). Na bibliografia que pudemos consultar, esta observação apareceu na entrevista dada em 1979, na qual é indagado por Gildo Marçal Brandão: “Deixa abrir um parêntese e fazer uma provocação: você tem um ensaio sobre “Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro”. Afinal ele é sobre o Anatol ou sobre você? Inclusive no sentido percorrido pelo Anatol, do formalismo ao marxismo?” (“Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979); foi explorada, pelo tom alusivo ao ambiente imigrante por Sérgio Miceli (“O chão e as nuvens”, p. 60); e em viés bem diferente dos dois, Priscila Figueiredo, “Anatol Rosenfeld, figura de Roberto Schwarz”. (In. CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007). Naturalmente, nossa leitura não elimina as demais.

¹⁶³² “o intelectual imigrante tem de ser prudente em seu juízo, pois lhe falta o domínio das situações e da língua. Mas a questão não é só esta, de familiaridade: além da prudência há o receio de ser destrutado, e no fundo deste, o medo – por mais hospitaleiros que sejam o povo e o Aparelho de Estado. Medo em última instância de ser posto para fora do país, e medo normalmente de se ver enredado nos melindres de alguma questão patriótica ou de algum costume local”. Roberto Schwarz. “Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro”, p. 100-101.

¹⁶³³ Talvez, entre as razões da constante recusa de Anatol Rosenfeld em se ligar às instituições - tão louvada por Antonio Candido e Roberto Schwarz tenha razões bem diferentes das que animam as críticas à vida institucionais dos dois. É que “enquanto não enraizado no país de recepção, o imigrante inclinou-se

caso de Roberto, na França, implicou: abraçar-se.¹⁶³⁴ “Aproveitei minha estada para estudar o Brasil e, paradoxalmente, para me abraçar. Como eu era de São Paulo, talvez com a suficiência do paulista, acabei me abraçando bastante na Europa, onde circulavam políticos e intelectuais do Brasil inteiro além de dos asilados e refugiados.”¹⁶³⁵

E o que tinha na mala, no coração e na cabeça, quando foi para França?

Em 1970, acolhido por Violeta Arraes Gervaiseau, foi também por ela recomendado ao *Le monde*. O responsável por assuntos brasileiros no jornal solicitou um artigo de quatro páginas a respeito da situação cultural do país, para a semana seguinte. Ele não cumpriu nem prazo nem receita: levou seis meses e quarenta páginas para dar um dos balanços mais lidos e citados como referência para análise marxista da cultura, cujas condições de produção têm sido solene e paradoxalmente ignoradas.

Escrever “Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969” – título para publicação na *Les Temps Modernes* de “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas” – foi uma “uma grande experiência literária. Nos anos anteriores eu tinha levado uma vida intelectual participante e intensa, indo a peças, filmes e passeatas, participando na faculdade e discutindo tudo. Estava atualizado, com o país na cabeça, e agora, de repente, sem pressões nem obrigações pela frente – e sem nenhuma documentação. Eu recapitulava o que tinha visto, refletia a respeito e escrevia. Sempre

a encarar o Estado, corporificado em seus funcionários, como um aparelho temível de extorsão - ecoando, às vezes, percepções trazidas da terra em que deixou”; “no confronto entre nacionais e estrangeiros, estão fatores materiais e institucionais, levando-se em conta que os cargos públicos e os de representação política são vedados aos estrangeiros. A entrada destes por via indireta na vida política, e a de seus descendentes tanto nessa esfera como na dos cargos públicos de prestígio - diplomacia, magistratura, cátedras universitárias, sobretudo na área do direito -, constituiu um processo relativamente longo, que teve suas peculiaridades conforme a região do país, a trajetória de ascensão social do imigrante e outros fatores.” (Boris Fausto. “Imigração: cortes e continuidades”, p. 27).

¹⁶³⁴ Em 1979, respondendo a pergunta acima destacada, Schwarz afirma: “Não, nesse sentido eu penso que me sentia mais brasileiro do que o Anatol. Quer dizer, eu sempre me senti brasileiro, faltando conhecer o Brasil, enquanto que o Anatol, suponho, se sentia estrangeiro, querendo conhecer o Brasil. Não, não era parecido. Ele teve muita influência sobre mim, mas a minha relação com ele era mais para o polêmico.” (“Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”).

¹⁶³⁵ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 239. Desnecessário adentrar uma discussão especializada dos estudos de migração, mas vale registrar, como assinalou Leo Spitzer, que em tela se tem um caso repleto de nuances se examinado à luz dos desafios da assimilação, cujo registro universal, humanista e iluminista - constante nas visadas interpretativas de Schwarz, diga-se de passagem - não liberta os indivíduos dos condicionamentos de sua comunidade de origem, senão que estabelece em lugar de uma identidade enraizada, uma espécie de vazio, sujeito entre dois mundos. (Leo Spitzer. “A jornada ascendente, a jornada para o mundo externo: assimilação no século da emancipação”. In.: GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H (org.). *Experiência cultural judaica no Brasil. recepção, inclusão e ambivalência*. São Paulo: Topbooks, 2004). O problema remete ao caso em tela - no Brasil, ele tem vivência estrangeira judaico-alemã; mas nos EUA e na França, ele é brasileiro.

tive saudade dessa liberdade literária e muitas vezes me perguntei se voltaria a escrever alguma coisa assim, só com experiência, e aliás experiência altamente conflitiva, de interesse coletivo. São circunstâncias que não se repetem.”¹⁶³⁶ Naquele mesmo ano, “completei uma farsa teatral, *A lata de lixo da História*, onde uma distante e eventual abertura política era imaginada nos termos d’*O Alienista*.”¹⁶³⁷

O ensaio e a peça são testemunhos da partida do Brasil e da aclimação na França e cabe ao historiador ler “As idéias fora do lugar” neste tempo, e à luz dos ziguezagues nacional-estrangeiro / profissão-política que marcam os anos entre 1961 e 1978. Era a contingência a repor as fissuras – disciplinado em domicílio, rebelde na rua; alemão em casa, brasileiro na escola – já vividas na formação: intelectual paulistano em Yale, ao chegar nos EUA; *scholar* americano em São Paulo, ao voltar de lá; perseguido político em Paris, ao chegar lá; brasileiro, ao se aclimatar no exílio – errâncias e indeterminação dos contextos de ida e vinda. Como aquele “reflexo” que assinala em Rosenfeld, também desenvolveu, talvez preventivamente, “certa distância em relação a seu assunto. Esta distância, meio brincalhona, meio maldosa, é o que permite a ele ver todas as situações de diferentes ângulos, ora do europeu, ora do local, ora de cima ora de baixo” – que assinala em Machado de Assis. A distância re-conhecida – conhecida na vida, conhecida de novo, na literatura – é a de seu próprio percurso. No comentário informal de Roberto sobre Machado, pode-se sem dificuldade reconhecer essa aproximação: “mudanças de ângulo produzem uma ironia vertiginosa, que é muito objetiva e de espírito muito realista porque dá expressão sucessiva e sutil às posições

¹⁶³⁶ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238. As dificuldades envolvidas na análise de “As idéias fora do lugar” obrigaram-nos a tomar uma providência, sem a qual patinamos por muito tempo. Tratava-se de reconstituir os estímulos de contexto, realçando a dimensão documental, não para extinguir sua validade ou defendê-la, mas, para verificar a hipótese, a saber: este ensaio está para o “marxismo universitário” como a coruja de Minerva para o dia (Hegel), expressando a reflexão sobre si próprio. Os esforços que se concentram nesta seção têm este objetivo e a providência foi ler “Idéias” ao lado de “Remarques”. Foi com um alívio que escutamos, depois de expor o procedimento ao autor, “Sim! Faz todo o sentido”. (Entrevista realizada em parceria com Rodrigo Ramassote, 21/11/2011).

¹⁶³⁷ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238. A peça foi publicada em 1978 e encenada por três grupos amadores. Se Miceli atentou para a escolha do ensaio (“O chão e as nuvens”), Eva L. Corredor fez-lhe a seguinte observação em entrevista: “acho sua dialética pouco usual e muito interessante. Por exemplo, você contrapõe o local e o universal, sobrepõe coordenadas incongruentes, coisas que se chocam, até linguisticamente. Por exemplo quando um homem mais primitivo usa o imperfeito do subjuntivo para fazer graça, sarcasticamente, com a classe dominante. É uma espécie de dialética lingüística, surpreendente”. Roberto Schwarz. Entrevista a Eva L. Corredor. *Literatura e sociedade*, n. 1, 1996. São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC: 1996, p. 24. Como estou tentando dar as condições objetivas de elaboração ensaística para ele, parece-me que renda mais frutos pensar o ziguezague e o relativo descompromisso, em detrimento da discussão a respeito de inspirações teóricas, que redundaria na “influência” de “Ensaio como forma” de Adorno em seu estilo. Obviamente não o ignoro, mas dificilmente tal ensaio influenciaria o seu sem as condições para que isso ocorresse.

essenciais do processo social”.¹⁶³⁸ No itinerário que nos coube analisar, completariamos: imigração e exílio.

Roberto Schwarz não tinha uma tese sobre Machado de Assis ao chegar à França. Já o havia escolhido como autor, mas a respeito dele, carregava “apenas”, “a convicção de que o humorismo tão cosmopolita de Machado tinha a ver com as particularidades nada cosmopolitas do escravismo brasileiro.”¹⁶³⁹ Como bom aluno, tinha anotado a lição de “Esquema de Machado de Assis”: a ironia tinha carreira na recepção; a respeito da técnica arcaica e efeito moderno já tinham decerto conversado, mestre e pupilo; o valor “universal” de Machado de Assis torna-se indiscutível com a lista de filiações aos grandes que Antonio Candido estabeleceu¹⁶⁴⁰; por outro lado, Roger Bastide, como estrangeiro, havia sentenciado: Machado? Brasileiro e “mestre da literatura universal”.¹⁶⁴¹ Vai-se notando o quadro de problemas armado àquela altura, quando Schwarz parte para França. Resta-lhe equacionar o “processo social a compreender”, que “não é nacional, ainda que as nações existam”.¹⁶⁴² Dito de outro modo, “faltava uma conexão com o Brasil.”¹⁶⁴³ Dela não prescindiria, fiel ao programa de “Crítica e sociologia”: encontrar na forma – princípio de generalização que organiza os dados da realidade e da ficção – o referente sociológico de domínio do crítico e de intuição do romancista. Era preciso pensá-lo: formular o referente histórico-social para apanhá-lo na forma.

Além de não ter uma tese pronta, ao remexer as idéias e materiais, Roberto deixou o projeto dela modificar-se e surpreendeu-se. No plano inicial, “os romances da primeira fase iam dar um capítulo pequeno (...). Fariam uma transição meio anódina entre o romance urbano de Alencar e os grandes livros da segunda fase, que seriam o

¹⁶³⁸ Roberto Schwarz. Entrevista a Eva L. Corredor. *Literatura e sociedade*, n. 1, 1996. São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC: 1996, p. 29. Poderíamos multiplicar ao infinito as experiências em que Schwarz parece se re-conhecer em Machado, mas esta em particular não resistimos a fazer a menção: “Com maestria consumada e posição indefinida Machado circulava entre a intriga ultra-romântica, a análise social, a psicologia profunda, a edificação cristã e a repetição da mais triste fraseologia (...) A impressão é de alguém que se exercita em várias línguas.” (*Ao vencedor as batatas*, p. 144. Destaques meus.)

¹⁶³⁹ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238.

¹⁶⁴⁰ A ironia, notou Antonio Candido, chamou atenção já de seus contemporâneos. Antonio Candido. “Esquema de Machado de Assis”, p. 18-19.

¹⁶⁴¹ Roger Bastide. “Machado de Assis, paisagista”. [1940]. In. *Revista USP*, n. 56, 2002, p. 202.

¹⁶⁴² Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In. Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 149.

¹⁶⁴³ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238.

verdadeiro assunto”.¹⁶⁴⁴ Talvez naquela hora difícil em que chegamos a duvidar de que um dia a coisa vingue e nos pomos a reler nossos materiais como quem não quer nada, mas tem esperança inconfessa – Roberto decidiu rever os romances do primeiro Machado. Então, deu-se “conta de que ali havia um mundo original, que não havia sido visto. Nem por isso os livros ficavam bons, mas o meu interesse crescia muito e eles mostravam a consistência espantosa da evolução machadiana. Aí estava a dialética entre conteúdo, forma sociedade e classe que é o cerne da crítica marxista. Com isso me demorei muito na ficção inicial e acabei publicando em separado *Ao vencedor as batatas*, no qual o grande Machado, o da maturidade, não entrava.”¹⁶⁴⁵ De algum modo a expectativa se ligava à admiração por Lukács, por compartilhar com ele a idéia de que o grande romance crítico é o realista, daí o desprezo por este Machado “romântico”.

O exílio lhe propiciou aproximar o que a outros talvez não ocorresse, e também um distanciamento de suas próprias predileções, que puderam ser reelaboradas. Indagado a respeito de sua “desconstrução” do romance europeu por Eva Corredor, que sugeriu que o procedimento seria menos lukaciano que derrideano – respondeu: “O que me ajudou foi perceber o que o modelo lukacsiano estaria fora do lugar no Brasil.”¹⁶⁴⁶ Terá sido possível sacar isso sem a montagem do referente interpretativo a respeito do capitalismo, liberalismo e ordem social correspondente no Brasil – à distância daqueles anos 1964-1969? Supomos que, do ponto de vista lógico, não; e, possivelmente também não do ponto de vista sócio/lógico. Ainda que se possa ligar a lição de método dos professores – Giannotti no seminário¹⁶⁴⁷; Cândido na crítica¹⁶⁴⁸; Novais equacionando o papel do Brasil na formação do capitalismo¹⁶⁴⁹ – chegar à formulação supõe um percurso de distanciamento do que se enxerga como modelo, e o exílio terá concorrido para tanto. E, decerto, o que fez nesse exílio: *mesclou a reflexão a respeito da história*

¹⁶⁴⁴ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238.

¹⁶⁴⁵ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 238.

¹⁶⁴⁶ Roberto Schwarz. Entrevista a Eva L. Corredor. *Literatura e sociedade*, p. 21.

¹⁶⁴⁷ Impossível, para um historiador, resistir à tentação de compartilhar o que afirma Giannotti: “Como são bocós nossos historiadores que transpõe problemas e métodos, inteirinhos (...) e ficam se alienando nas formas sem terem material (...) o estudo desses[problemas] só pode ser feito, na medida em que responda aos nossos problemas atuais. Por que [q] a transposição dos ideais para o nosso país é feita por gerações que se alienam nas idéias estrangeiras?” Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 13/01/1957.

¹⁶⁴⁸ “Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos.” (“Literatura e cultura de 1900 a 1945. Panorama para estrangeiros”, p. 101).

¹⁶⁴⁹ Cf. Seção 4 do Capítulo 3.

recente à interpretação da história menos contemporânea de nosso XIX, argumento que cuja demonstração requer lentidão e paciência, equivalentes a tal formulação.

Separar-se do núcleo de referência, exilando-se, foi fundamental para que estabelecesse nexos entre trabalhos de professores seus que se recusavam a estabelecer nexos entre si. Dificilmente sem esta tomada de distância aproximaria dois *trabalhos* – *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* e *Homens livres na ordem escravocrata*, de Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia Carvalho Franco, que “não se bicavam e, se você dissesse que tinham feito trabalhos complementares, não ficariam satisfeitos. Mas a verdade é que daria para mostrar que tudo aquilo está interligado e se articula”.¹⁶⁵⁰ Como? Eis a questão. Nem a incompatibilidade entre os trabalhos dos dois é absoluta, nem as contrapartidas são totais. A apropriação que o crítico faz privilegia a parte de um que se articula com outro, *e interessa mostrar o princípio desta articulação*.

Isso nos conduz, novamente, aos seminaristas nos ombros de Florestan Fernandes. A articulação não está explícita em “Idéias”, cujo objetivo na economia interna da tese é apresentar o enquadramento do problema: *forma literária e processo social nas origens do romance brasileiro*. Já com a desinibição com a qual falamos das coisas quando elas não são nosso assunto principal, expondo os “pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, publicado por Antonio Candido em 1970, seu pupilo solta: “a reprodução da ordem escravista produz, na esfera dos homens livres, que não são proprietários e têm de viver no parasitismo, a mencionada dialética de ordem e desordem”.¹⁶⁵¹ Os dois objetos estão aí articulados – a ordem escravista com que trabalharam Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso *produz* os homens livres com que trabalhou Maria Sylvia Carvalho Franco. Há uma hierarquia no plano dessa síntese: a ordem social – categoria mais abrangente – produz tanto senhores e escravos quanto aqueles que, *livres em relação a este nexos orgânico, a eles estão presos como produto dessa mesma ordem*.¹⁶⁵²

¹⁶⁵⁰ Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 233.

¹⁶⁵¹ Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. in.: Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 141.

¹⁶⁵² Não se perca de vista o argumento. É patente que esta hierarquia conceitual e de abrangência encontra suporte na relação hierárquica no interior da ordenação institucional em que as teses foram defendidas. Fernando Henrique Cardoso, homem e braço direito de Florestan Fernandes; ela, como mulher, e excluída da possibilidade de alçar o mesmo posto, parece buscar no meio desta ordenação conceitual/institucional/social, a exceção. Cf. capítulo 2.

O princípio de articulação dos trabalhos se dá pela *abstração* do material empírico com que trabalharam, e num empenho de síntese por parte de Roberto: os romances dos quais precisa tratar, convicto que esteja de seus nexos “com as particularidades nada cosmopolitas do escravismo brasileiro” não se passam nem no sul escravista nem na velha civilização do café – recortes geográficos, nada indiferentes, para o caso de alguém que intentasse uma articulação de outro feitio.¹⁶⁵³ Dito isso, nem tudo foi dito a respeito de sua leitura dos dois assistentes de Florestan Fernandes.¹⁶⁵⁴ Se, por um lado, os trabalhos se articulam pela abstração assinalada, eles são apropriados num momento *lógico*, separadamente, para depois voltarem a dialogar.

Em “Idéias”, o trabalho de Maria Sylvia é *mobilizado e incorporado* para estabelecer o papel social do *favor* como “mediação quase universal” em oposição às relações formais e impessoais pressupostas na dinâmica da sociedade de classes. “Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura.”¹⁶⁵⁵ Das três classes de população, vimos, na operação de abstrair, a terceira é produzida pelas duas primeiras, e ela é o objeto de Maria Sylvia.¹⁶⁵⁶

¹⁶⁵³ Para o leitor de sua poesia tomar fôlego, poderíamos lembrar a respeito da abstração de espaço versinhos do exílio: “Vejo num globo terrestre / de portaria de hotel / a familiar cara larga / e torta do Brasil / simpática, geografia / não é história”. (“Canção do exílio”. In. *Corações veteranos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Frenesi, 1975, s.p). Se não for convincente tudo que expomos a respeito da inclinação do crítico para abstrações, a dar testemunho do feitio *calculado* delas, mais versinhos, nada singelos: “O que é o que é? / Muito progresso/pouco preconceito de raça/colossal exploração de classe”. Idem.

¹⁶⁵⁴ “vou confessar aqui um pecado. Eu implicava com a linguagem dele (...) assisti a algumas aulas dele, que eram abstratas e tinham uma sobrecarga de terminologia especializada.” Roberto Schwarz. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 229. Dispensável reiterar – por toda a polarização que o aproxima do núcleo “ciência”, anteriormente caracterizadas – que a indisposição para com o *estilo* de Florestan Fernandes não o afasta, senão o empurra, para a incorporação da Sociologia I, *por meio* dos assistentes mais destacados da Sociologia I.

¹⁶⁵⁵ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”. In. *Ao vencedor as batatas*, p. 16. Em entrevista a André Botelho e Lilia Schwarcz, ele afirma ter lido a tese de Maria Sylvia Carvalho Franco. Nela, o quinto item da introdução é “o agregado” (*Homens livres na velha civilização do café*. Tese de Doutorado, 1964. Exemplar do CAPH). No entanto, a versão citada em “Idéias” é a primeira edição em livro, pelo IEB (*Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969). No livro, ausente a sessão mencionada na introdução, consta, como na tese, o agregado como objeto privilegiado na terceira parte do capítulo II. Não fazemos a observação por preciosismo. É que, tal como se encontra na tese, a apresentação do agregado como item quinto da introdução, procura vinculá-lo à sua interpretação do capitalismo no Brasil. No livro, o vínculo é implícito, e a intenção é atenuada. Indicamos isso na tentativa de reforçar o argumento: Schwarz abstrai elementos empíricos de ambas as teses, vinculando uma a outra após fazê-lo, no que diz respeito ao referente sociológico da sociedade brasileira, *mas não à explicação de Maria*

Em “Idéias”, o doutorado de Fernando Henrique Cardoso é *citado* para assinalar “o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva”¹⁶⁵⁷. Ele se remete às passagens que em outra oportunidade identificamos dignas de Adam Smith do escravismo, em que o sociólogo examina a organização *irracional* do trabalho.¹⁶⁵⁸ Schwarz retém da leitura: não se tratava de “fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionavam na Europa, eram sem propósito no Brasil.”¹⁶⁵⁹.

Articulando os trabalhos dentro do princípio que identificamos: tanto escravismo [nexo orgânico] quanto os homens livres produzidos por ele [socialmente inorgânicos] retiram o Brasil da modernidade. O primeiro impede a racionalização da produção, o capitalismo como modo e sistema de produção. Os segundos, dependentes do *favor*, pela ausência da universalização do trabalho assalariado, expressam a impossibilidade da universalização das regras impessoais. Ambos tornam o liberalismo impraticável: “o

Sylvia a respeito da formação do capitalismo no Brasil nem à de Fernando Henrique Cardoso para o fim da escravidão - como abaixo tentamos mostrar.

¹⁶⁵⁶ Naturalmente, a leitura da “dívida” de Schwarz com os dois sociólogos recupera algumas passagens de Paulo Arantes em *Sentimento de dialética*. Contudo, o ordenamento objetivo das teses e personagens em tela redundam em conclusões mais ou menos diferentes; e procuro incorporar a visada nos pontos em comum. Parece-nos que a liga que o filósofo estabelece - desconsiderando laços sociais - implica falsos nós. Por exemplo, ao afirmar: “mas aqui seria preciso contrariar um dogma da esquerda e de toda sociologia uspiana” (p. 79) e não dar conteúdo a estas etiquetas, não fica especificado em que e como concordam ou discordam os autores; se são eles a “sociologia uspiana”, a “esquerda” ou ambos.

¹⁶⁵⁷ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”. In. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 5ª ed., 2000, p. 14. As citações referem-se a esta edição.

¹⁶⁵⁸ Tratam-se das passagens em que compara a organização do trabalho livre assalariado e do trabalho escravo, valendo-se de critérios como: produtividade do trabalho livre e do escravo (p.174); relação irracional da produção escravista em relação à demanda de mercado (p.175); alto custo do trabalho escravo como capital fixo em oposição à constituição do mercado de trabalho (p.176); ausência de especialização das tarefas, de divisão técnica – concluindo enfim que a produção na escravidão não está voltada para o mercado, mas para a reprodução da própria escravidão (p.177-179), e é por isso, anticapitalista. Vale dizer, o sociólogo parece tentar articular o approach weberiano com o de Marx, ensaiando a comparação da produção de mais valia absoluta e a relativa na produção, pois em sistema escravista, só se produz mais pelo aumento do número de horas de trabalho (As páginas indicadas referem-se a Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 3ª ed.)

¹⁶⁵⁹ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 14.

escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão, particular.”¹⁶⁶⁰

De um lado, pela “mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais” - *impraticáveis*: igualdade perante a lei e liberdade de trabalho. Mas, sendo a relação produtiva fundamental, a escravidão “não era o nexó efetivo da vida ideológica”; não “orienta-lhe o movimento”¹⁶⁶¹. Questão que poderia ser feita nos seus termos: por que, da relação produtiva fundamental *teria* que emergir a *lógica* da vida ideológica? As relações “não orgânicas” de trabalho – estabelecidas entre agregados e senhores, portanto, entre dois iguais perante a lei, sendo um deles não-proprietário – dos que não são “nem proprietários nem proletários” é regida “pelo *favor* direto ou indireto, de um grande”. Também nessas relações não tem vigência o liberalismo. “O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração, e serviços pessoais.”¹⁶⁶²

E, no entanto, se era “impensável no século XIX um fazendeiro escravista dar uma interpretação da Inglaterra em termos das relações escravistas”¹⁶⁶³, no nosso modo “original de ser falso”¹⁶⁶⁴, “pareceria óbvio aos contemporâneos que ele tentasse explicar a sua fazenda com as categorias do capitalismo inglês.”¹⁶⁶⁵ Era o liberalismo, *indescartável*, “havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais”; e *impraticável*: “este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.”¹⁶⁶⁶

Insiste o autor, que não se trata apenas do que já foi constatado por Sérgio Buarque de Holanda – a respeito de ser estrangeiro em sua própria terra, dado o implante civilizacional da colonização, e tampouco, “no caráter ornamental” da cultura, vindo da tradição ibérica, muito embora algo disso houvesse, pois “nada melhor, pra dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, que as idéias mais ilustres do tempo, no

¹⁶⁶⁰ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 17.

¹⁶⁶¹ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 16.

¹⁶⁶² Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 17.

¹⁶⁶³ Roberto Schwarz. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁶⁶⁴ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 12.

¹⁶⁶⁵ Roberto Schwarz. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁶⁶⁶ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 13.

caso as européias.”¹⁶⁶⁷ Chama ele nossa atenção: “é claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho.” Eram, no conjunto, ideologia, em sentido materialista: uma ilusão necessária e fundada nas aparências.¹⁶⁶⁸ Em suma, o liberalismo escancarava a escravidão como instituição abjeta e “transformava em escândalo a prática geral do *favor*”¹⁶⁶⁹. Nesse sentido, “combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento perdesse o pé.”¹⁶⁷⁰ Que é o liberalismo então, se não inverte os termos de aparência e essência, se não é ideologia, se não engana, se não afronta o que deveria criticar? Ideologia de “segundo grau”. *Questão que lhe poderia ser feita: por que tem o liberalismo de enganar?*

Tanto a relação de trabalho fundamental, a escravidão, quanto a não fundamental, dos homens livres, requerem e repelem a vigência dos princípios liberais – a partir da Independência política. Sendo o favor “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”; e, considerando “que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo”, e não em função de relações impessoais de trabalho – são os homens livres que o interessam, em função do labirinto de sua dominação, matéria de Machado de Assis. O *favor*, meio pelo qual adquirem existência social os homens livres, é a “mediação quase universal”. Mas, se os homens livres estão fora do laço orgânico, os escravos estão fora das relações humanas: “no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava”.¹⁶⁷¹ “Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma”; “lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava – ou seja a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar – este reconhecimento é de

¹⁶⁶⁷ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 18. Referimo-nos a conhecida passagem: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra”. (Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19).

¹⁶⁶⁸ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 12.

¹⁶⁶⁹ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 12.

¹⁶⁷⁰ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 12.

¹⁶⁷¹ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 20.

uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão.”¹⁶⁷²

Schwarz articula, portanto, os trabalhos de Maria Sylvia Carvalho Franco e de Fernando Henrique Cardoso, por meio das abstrações assinaladas, construindo um referente de interpretação do nexos entre capitalismo e liberalismo no século XIX no Brasil, tributário daqueles sociólogos, mas que não se encontra neles. Acionando a noção marxista de ideologia, pode afirmar que o liberalismo não teria *esta* função específica no caso do Brasil. ¹⁶⁷³*Tratam-se de dois passos na elaboração do argumento.* E importa assinalar: a abstração empírica que *elabora o problema sociológico, encontrado na forma literária*, liga-o enviesadamente a Florestan Fernandes. Maria Sylvia Carvalho Franco ao modificar o título de sua tese para a publicação - de *Homens livres na velha civilização do café* para *Homens livres na ordem escravocrata* fazia abstração idêntica à dele. Grosso modo, esta “ordem social global” liga-se à interpretação de Florestan Fernandes, em chave weberiana, trabalhada no drama do antigo escravo em face da formação da sociedade de classes. Se os homens livres estão fora do nexos orgânico de trabalho - estabelecido pelo sistema escravista / análise de Maria Sylvia; os negros estão fora do nexos orgânico do trabalho livre assalariado na sociedade de classes em emergência/ análise de Florestan Fernandes. Schwarz cita, apropria-se, desenvolve as sugestões dela e é tão difícil encontrar registro seguro da influência que possivelmente tenha recebido d’*A integração do negro na sociedade de classes* quanto é fácil imaginá-lo: por meio do seminário com seus leitores e assistentes, conversas com Antonio Candido, buchichos pós-defesas, típicos, mesmo quando a prática delas começa a ser rotinizada.¹⁶⁷⁴

E, no entanto, o referente sem o qual, sua tese é ininteligível e a apropriação dela, deliberadamente distorcida é o capitalismo mundial, pois “tanto a eternidade das

¹⁶⁷² Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 20.

¹⁶⁷³ Como sintetiza Leopoldo Waizbort, “o romance, tematizando o local em sua forma ‘quiproquoseada’ (...) alcança o todo.” (*A passagem do três ao um*, p. 42). Reiteramos: não aleatoriamente.

¹⁶⁷⁴ O leitor d’*A integração do negro na sociedade de classes*, tese de cátedra de Florestan Fernandes, defendida em 1964, de *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo* talvez se intrigasse com o não uso da primeira tese nas duas últimas, posto que o labirinto da dominação objetivada no drama da ascensão social é assunto virado e revirado em todas elas. Quando o leitor se depara, em *Ao vencedor*, com o passo da análise - “de fato, é melhor que fiquem todos em seu lugar e conheçam a sua condição. Não porque a diferença social seja justa ou porque a tradição a justifique, mas porque os mediadores do movimento – obséquio, bem como o desejo de subir – são ainda mais degradantes” – como não ser remetido ao universo dos ex-cativos na luta pela afirmação, e aos casos colhidos na pesquisa por Florestan Fernandes? Constatamos que a referência a *Integração* ocorrerá de modo *en passant* apenas em *Duas meninas* (p. 73).

relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das ‘elites’ eram parte – a parte que nos toca – da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo”. Com efeito, a coleção de desajustes que ele elenca explica-se à luz da “máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais que nacional, *estava condenada a mesma máquina quando nos produzia*”.¹⁶⁷⁵ Nas palavras de Paulo Arantes, “éramos de fato o produto do movimento internacional do capital, mas embora este se desenrole em escala mundial, vai compondo elementos que são diferentes e assimétricos; distinguimo-nos assim do padrão geral na medida em que a primitiva exploração colonial está na base da articulação entre sociedades dependentes e dominantes.”¹⁶⁷⁶ Este referente, articulado ao da interpretação do liberalismo e do escravismo na sociedade brasileira do XIX, revela o aluno-seminarista em dois sentidos: no projeto do enquadramento na totalidade e na interpretação do capitalismo mundial. Resta observar esses dois elementos em separado.

A consideração do Brasil nos quadros do capitalismo internacional é tão rente às discussões dos seminaristas que Roberto Schwarz tem se empenhado em criar uma espécie de assinatura de grupo, que patenteie a “audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso. Para o historiador da cultura e o crítico de arte em países como o nosso, antiga colônia, a tese tem potencial de estímulo e desprovincianização notáveis, pois permite inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar a uma irrelevância.”¹⁶⁷⁷ O aproveitamento desta “audácia” em sua tese é estratégico. Por meio dele é possível discutir a importação do romance realista por Alencar, chegar ao impasse formal mais central que Machado de Assis herda, para lograr depois de três romances de estudos trans/formar o tema em forma. Por meio dela também é possível identificar o “alcance mundial que têm e podem ter nossas esquisitices nacionais”¹⁶⁷⁸,

¹⁶⁷⁵ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 26.

¹⁶⁷⁶ Paulo Arantes. *Sentimento de dialética*, p. 38.

¹⁶⁷⁷ Roberto Schwarz. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000, p. 13. A idéia passou a ser reiterada numerosas vezes por ele: “a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do *capital*, cuja órbita era de outra ordem.” (Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 104-105.); de modo idêntico: Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 232.

¹⁶⁷⁸ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 27.

na medida em que o que *parece atraso* revela *com sinal contrário* a realização específica do capitalismo na periferia.

Excetuando-se José Arthur Giannotti, Paul Singer e Bento Prado Jr., os demais membros ocuparam-se de capitalismo e escravidão e é com eles que Schwarz está a dialogar para montar o referente histórico sociológico pressuposto em sua tese. Examinando-as, contudo, com mais vagar, chega-se a dados conflitantes com a versão do seminarista. A enfática defesa de “totalidade dialética”, concentrada na “Introdução” do doutorado de Fernando Henrique Cardoso não corresponde ao que de fato ele logra enquadrar no esquema explicativo, e, ciente disso, confessa, em nota de rodapé, como se acertasse as contas com crítica recebida de seus amigos seminaristas. Desnecessário que nosso leitor volte a capítulos anteriores, retomamos a referida nota:

“Seria possível levar um pouco mais longe a análise para mostrar que ainda não era neste nível – dos interesses da Nação, isto é, dos grupos dominantes do país – que deveríamos procurar a explicação global dos mecanismos de sustentação da escravidão como instituição e de sua validação no plano ideológico. Realmente, o ângulo mais correto e completo, a partir do qual se pode explicar a escravidão no Brasil, situa-se na discussão da formação do sistema capitalista mundial. Entretanto, seria escapar demasiadamente dos padrões relativos a uma monografia como essa, que servirá para dissertação de doutoramento, enveredar por uma análise desse tipo.”¹⁶⁷⁹

A defesa da “totalidade dialética”, não de modo postíço, concentrado na introdução, mas na explicação da tese, implicaria ligar o fim da escravidão à consolidação do capitalismo, investigando os nexos entre ambos concomitantemente no centro e na periferia. Fernando Henrique, em seu juízo, não o fez. Octavio Ianni tampouco. No caso da tese de Fernando Henrique Cardoso, as condições de elaboração dela – desdobramento de investigação maior, iniciada dentro de outro marco teórico, não-marxista, acoplagem do marxismo posteriormente ao levantamento de dados – tudo se passa como se a “Introdução” fosse/pudesse ser colocada em xeque pela pesquisa – expressando a ambigüidade em tela: pesquisa empírica realizada junto a Sociologia I, que enquadra o problema do ângulo da ordem social em plano nacional; em tensão com a busca por ligar os processos nacionais “à história contemporânea do *capital*, cuja órbita era de outra ordem”.¹⁶⁸⁰ A aspiração pelo estabelecimento dessa liga arquiteta

¹⁶⁷⁹ Fernando Henrique Cardoso. *Formação e desintegração da sociedade de castas. O negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*. Tese de doutoramento, FFCL-USP, exemplar do CAPH, p. 313. O exemplar recebe uma inscrição a caneta, precisamente a incorporada na publicação (em todas as edições) da tese: “Ver Eric Williams. *Capitalism and slavery*, já indicado”. Alguém desatento trocou o “m” pelo “n” no “Williams”, sem comprometer contudo entendimento. (Cf. *Capitalismo e escravidão*...São Paulo: Difel, 1962, p. 228; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 206).

¹⁶⁸⁰ Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”, p. 104-105.

seu trabalho, pois “é preciso compreender as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem o que é impossível compreender a forma do romance” – no programa lukaciano.¹⁶⁸¹ Em *Ao vencedor as batatas*, temos, novamente, o programa: a escravidão e a perspectiva da totalidade dialética – as coordenadas da formação do capitalismo e a criação decorrente de um centro e de uma periferia, postos e repostos nas etapas de sua evolução – conferindo inteligibilidade a ambos. Mas entre uma e outra tese, Fernando Novais defendeu a sua.

E cumpriu o desiderato. Cuidou de tratar a totalidade não como soma de partes, mas como princípio de articulação entre as partes do conjunto – antigo sistema colonial – Roberto Schwarz trata de fazer o mesmo, apropriando-se dos trabalhos dos professores. Mas, diferentemente do historiador, que lidou com tais partes no interior do sistema colonial *em crise*, tem o crítico literário, para completar os marcos do referente histórico sociológico pressuposto em seu trabalho, que encontrar o princípio de articulação entre periferia e centro do capitalismo na fase do neocolonialismo – posto que “o processo social a compreender não é nacional, ainda que as nações existam”.¹⁶⁸² *O passo é o mesmo dado pelo historiador para período precedente. Por outro lado, no que se refira a Fernando Henrique Cardoso, Roberto precisa dar o passo que ele não deu em seu doutorado, para o mesmo período; e que, quando ousou dar na direção do período subsequente às independências, fez nos moldes da chamada “teoria da dependência”.*¹⁶⁸³

¹⁶⁸¹ Leopoldo Waizbort. *A passagem do três ao um*, p. 38.

¹⁶⁸² Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, p. 141.

¹⁶⁸³ Em outra oportunidade, procuramos mostrar que a proposição do método histórico-estrutural, no que diga respeito a *Dependência e desenvolvimento na América Latina* toma distância da noção lukaciana de “totalidade concreta”; embora mantenha o jargão do marxismo. (“Dependência e desenvolvimento de uma polêmica.” (Seminário Temático “Intelectuais, biografias e política no século XX”, coordenado por Ângela de Castro Gomes e Francisco Carlos Palomanes (XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009). A bibliografia que discute as tomadas de posição no debate que foi central nos anos setenta é vastíssima e, na fração dela que pudemos visitar, nossas conclusões se alinham, com reservas, às de Christy Ganzert Pato. *Teoria da dependência: a forma adequada do capital na periferia do sistema*. X Encontro Nacional de Economia Política. *Anais do X Encontro Nacional da SEP*, 2005. Por tudo que vem exposto, pensamos ser difícil a aproximação da tese à “teoria da dependência”, senão como referência tão genérica que mais embaralha que esclarece. O próprio crítico, instado a refletir com vagar a respeito, não elimina a filiação (posto que, no final das contas, as variantes da teoria da dependência guardam com ele o acordo a respeito da existência da periferia e do centro do capitalismo). Porém também não se arrisca a especificá-la. André Botelho lhe indaga: “É curioso, por outro lado, como Maria Sylvia filia o seu ensaio a Fernando Henrique Cardoso, à teoria da dependência. Corretamente, pelo que estamos percebendo”. Roberto responde: “Todos pertencíamos a uma corrente mais ou menos comum”. (“Ao vencedor as batatas 30 anos”. Entrevista com Roberto Schwarz.). Com efeito, a socióloga é central na intervenção e empenho por alteração dos quadros da recepção de “As idéias fora do lugar”. (Cf. Capítulo 5). Assinale-se de passagem – por economia de exposição e para evitar o tom polêmico – não enumeramos as leituras

Capitalismo e escravidão deixava a desejar no enquadramento da tal totalidade. O passo dado por Schwarz consiste naquele “ir mais longe”, pois “o ângulo mais correto e completo, a partir do qual se pode explicar a escravidão no Brasil, situa-se na discussão da formação do sistema capitalista mundial”, subordinando a totalidade do estágio de consolidação do capitalismo no século XIX – não *formação* como nos séculos anteriores, nem *revolucionário* à francesa, temas de Fernando Novais; porém especificamente o do XIX, que Karl Marx de *Dezoito Brumário*, e Lukács, qualificam como reacionário. Subordinar a este processo maior implicava explicar – via totalidade do capital em consolidação – a “aberração local”, cujo funcionamento se iluminava em chave weberiana. Trata-se da síntese da “feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita.”¹⁶⁸⁴ Pressupondo as demais teses em seu argumento, o crítico literário dá salto que não se resume à somatória delas. No que se refere ao período com que trabalha, a tal “atualidade do atraso” implica considerar que o liberalismo também deixava, na Europa, de ser ideologia, após a reação burguesa de 1848. Para o momento de que se ocupa, afirma o mesmo que Fernando Novais, ao tratar da instituição “deveras edificante” do escravismo nas colônias, quando no centro do capitalismo em formação a tendência era o assalariamento do trabalho: “Bem é verdade, também, que Marx dizia que as colônias acabam por revelar o segredo da sociedade capitalista...”¹⁶⁸⁵

Em suma, Schwarz deu o mesmo passo que Novais para período subsequente ao dele, correspondente ao de Fernando Henrique, mas que este não logrou dar – importa assinalar que está pressuposto em seu referente uma interpretação em escala nacional quanto global, assim como o domínio de articulação de ambas.¹⁶⁸⁶ E chegou ao ponto de encontro entre “a reversão européia detonada pela secessão de 48 e a transposição do impasse moral das classes dominantes brasileiras”¹⁶⁸⁷

que tomam carona nos conflitos pela recepção e com as quais, naturalmente, o encaminhamento acima é relativamente discordante.

¹⁶⁸⁴ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. 34/Duas Cidades, 5ª ed, 2000, p. 30.

¹⁶⁸⁵ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, tese de doutoramento, p. 105.

¹⁶⁸⁶ “... considere-se que as idéias da burguesia, a princípio voltadas contra o privilégio, a partir de 1848 se haviam tornado apologética: a vaga das lutas sociais na Europa mostrara que a universalidade disfarça antagonismos de classe. Portanto, para bem lhe reter o timbre ideológico é preciso considerar que o nosso discurso impróprio era oco também quando usado propriamente (...) o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha...”. (Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 27).

¹⁶⁸⁷ Paulo Arantes. *Sentimento de dialética*, p. 102.

Sua tese desloca a de seus professores; tornando-as válidas, porém simultaneamente abstraindo-as, particularizando-as e as articulando. Assim, a “arquitetura do sistema capitalista”, aproveita de Fernando Novais – algo que Ianni e Fernando Henrique, em seus precoces doutoramentos não fariam para o XIX, algo que também Maria Sylvia não havia feito. Dela, aproveita a análise da morfologia social do país, subordinando-a ao movimento do capital *especificamente* do século XIX – em que de colônia se passa a país independente e periférico na divisão internacional do trabalho, imposta pelo capitalismo não mais em sua formação (XV-XVIII), mas já formado e em sua fase reacionária.

Contraditoriamente ele reabilita, ao particularizar a tese dela, a tese de um professor que não estava entre seus favoritos: Florestan Fernandes e a integração difícil do negro na sociedade de classes. O sociólogo, em contrapartida, também no exílio, como Roberto; também equacionando emoções, obras, relações e envolvimento político do período 1964-1969; também próximo do Cebrap, mas não vinculado a ele; fazia o mesmo que o crítico, porém, com sinal contrário. Enquanto Roberto encontrava o fio de Ariadne para tirar as teses de seus professores do labirinto; Florestan fazia o mesmo com as teses de seus alunos. Mas eram as teses dos professores do primeiro, quase as mesmas que a dos professores do segundo. Roberto produziu seu Machado, Florestan, seu último grande ensaio de fôlego *A revolução burguesa no Brasil*.¹⁶⁸⁸ Atente-se ao peculiar da situação, colhendo os nexos dos seminaristas com a cadeira de Sociologia I. É por volta de 1959-1960 que se localiza sua tomada de posição com relação a ela. Dito de outro modo, é em relação à fase da cadeira, na qual a sociologia da industrialização, concentrada no Cesit, passa a ter predominância. Aproximando-se de Florestan Fernandes nesta circunstância, outro aluno, por exemplo, seria envolvido nas pesquisas do centro. É o caso de Singer.¹⁶⁸⁹ Já Roberto, avesso a esse feitio, mostrou-se bastante disposto a incorporação dos trabalhos que resultavam do último desdobramento das pesquisas da Unesco.

¹⁶⁸⁸ O fôlego e a competência de Carlos Águedo Nagel Paiva impedem-nos de não remeter o leitor a: *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil; um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp/IE, 1991. A discussão que o autor empreende a respeito da recusa “peremptória de qualquer ‘modismo’ (...) de uma perspectiva iconoclasta” (Capítulo 2. “Florestan e a historiografia brasileira: em busca da superação pela síntese”) – parece-nos, em suas linhas definidoras, alinhar o sociólogo ao Seminário. Demonstrá-lo, contudo, demandaria outra tese.

¹⁶⁸⁹ A respeito de sua aproximação da Sociologia I, belo relato em: “Reminiscências de Florestan Fernandes”. (*Revista USP*, n. 29, 1989)

Assinale-se também o rendimento particular que deu às leituras do seminário se comparada com a de seus professores. É que Sartre e Lukács têm também uma produção em teoria do romance; crítica literária ou história da literatura. No caso de Sociologia e História, ainda que ambos também tenham algo a dizer a respeito das disciplinas, estes autores são incorporados prioritariamente como questões de método – posto que não se ocuparam tão proximamente de objetos como os de Roberto.¹⁶⁹⁰ Como ficou evidente, Marx e Lukács são também intérpretes da história contemporânea em *Ao vencedor as batatas*.

José Arthur Giannotti trabalhou com o problema do “sistema filosófico”, sua arquitetura, problema que levou de sua área, para o seminário e para a leitura de Marx. Fernando Henrique Cardoso trabalhou sistema/ordem social global, noção que levou de sua área para o seminário. Fernando Novais estudava o sistema colonial, tema oriundo de sua área, que, uma vez levado ao seminário, seria arquitetado em termos de estrutura, dinâmica e crise. Também Roberto Schwarz trabalhou com uma noção de sistema que carregava de sua área: sistema literário, nos termos de *Formação da Literatura Brasileira*. Novamente verifica-se, como no caso das várias dimensões das leituras dos autores marxistas – como assinalamos acima, sendo eles, ao mesmo tempo, intérpretes da história contemporânea, teóricos da literatura e aportes de método – dois “sistemas” em operação. O literário, escala nacional num primeiro momento, mas articulado ao segundo – o capitalismo em escala mundial. Assinalamos como as assertivas a respeito do liberalismo não fazem sentido se pensadas em recortes nacionais mas na forma de articulação das partes na totalidade – relações de subordinação postas e repostas pelo Imperialismo emergente, subsequente ao Antigo Sistema Colonial. Insistimos na centralidade dessa “chave sistêmica”, pois a recepção das teses, por vezes, tenta trocar esse o registro por um outro, geográfico.¹⁶⁹¹

Difícilmente o crítico teria aproximado trabalhos tidos como opostos pelo grupo de referência se dele não se distanciasse. A vivência ambígua do estrangeirismo de origem parece resposta pela condição do exílio – agora não opondo judeu-alemão a brasileiros; mas brasileiro exilado, um “estar aqui e acolá” que contribuiu para constituir

¹⁶⁹⁰ Impossível desenvolver nesse passo, porém, registre-se nosso empenho para a ponderação a respeito da recepção dos autores de Frankfurt: que não se impute em conjunto e bloco ao “Seminário Marx”.

¹⁶⁹¹ Ignorando o enquadramento teórico pressuposto, mas também passagens prosaicas como “para escapar aos acasos da paternidade, contudo, é preciso substituir a contingência da origem geográfica pelos pressupostos sociológico das formas, estes sim, atuais e indescartáveis.” (Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 51). Destaque nossos.

uma disposição a beber em fontes nas quais outros, demasiadamente incrustados às orientações polares, veriam alternativas incompatíveis. Entraram no constructo: a “Crítica e sociologia” de Antonio Candido; a sociologia de Florestan Fernandes, por meio de seus alunos; e o Seminário. Três linhas de força concorrentes e não equivalentes em força, convergiam em seu trabalho e em seu trajeto, equacionando a estruturação da literatura brasileira, assunto do primeiro; apreendendo a matéria social local encontrada por discípulos do segundo; e ligá-la às grandes coordenadas do capital, ambição maior nutrida pelos seminaristas.

O exílio, contudo, não auxiliou apenas a aproximação de trabalhos a princípio incompatíveis, redundando na *formulação de um referente próprio para análise do século XIX periférico*. Em numerosas passagens é evidente – mas é força animadora do constructo maior – *um leitor subjacente, tão cúmplice de seu repertório e de suas discussões, que não chega a ser uma piscada de olho, mas bem se confunde com aquele encontro de olhares que une dois entre tantos, e nada precisa ser dito – ao menos um ao outro*. Assim: “veremos em pormenor as vantagens que este recuo – a filiação conservadora no que diz respeito à tradição européia”; ou ainda, “reflexão e conformismo são menos incompatíveis do que se pensa e é preciso nuançar”.¹⁶⁹² Do mesmo modo que sugerimos anteriormente, duas perguntinhas de quem não compreendesse aquela troca mútua de olhar: “por que tem o liberalismo de enganar?”; por que, “da relação produtiva fundamental *teria* que emergir a *lógica* da vida ideológica?”; uma terceira: recuo em relação a quê; quem acha que reflexão e conformismo são incompatíveis?

A realização do programa de “Crítica e sociologia” pressupõe um referente, criado pelo crítico, de chave com a qual se acessa a forma. *Há, porém, neste programa, necessidade de negação deste referente, por meio de outro?* Mestre e pupilo não o afirmam explicitamente. Mas há, na operação de Roberto Schwarz um *duplo referente*: um explícito, de interpretação, como mostramos; outro, implícito, de *negação* do primeiro.¹⁶⁹³ Com efeito, as três perguntinhas supramencionadas só são feitas caso esse segundo referente, de negação, de crítica, de *radicalismo*, de oposição à ordem, de ser

¹⁶⁹² Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 85; p. 90.

¹⁶⁹³ Com relação a Antonio Candido, arriscaria afirmar que o segundo referente diz respeito a certa empatia com os dominados, não necessariamente negação da “totalidade”. Mas não dispomos de espaço para defender isso.

do contra – e tantas variantes que possa ter a mesma disposição – em chave marxista, não for compartilhado pelo leitor.

Discutindo as variações do tratamento do paternalismo por Machado, e o amadurecimento que ele alcança, considerando *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, o crítico observa a “relativa normalização das relações entre paternalismo e interesse material” como sinal da “maturidade deste romance [*Iaiá*]”, por ampliar a “matéria dos romances anteriores”, tornando o paternalismo “presente em toda parte e de várias maneiras, no centro dos conflitos e das figuras periféricas, enquanto terminologia, matéria de observação trivial e assunto de reflexão mais sustentada, enquanto clima, ideologia, elemento de caráter, e veremos também que enquanto mola profunda do enredo e da organização formal”.¹⁶⁹⁴ Esse processo de maturação é, para Schwarz, comparável ao de Marx. “Ver as observações metodológicas de Marx, segundo as quais o concreto no trabalho da crítica social, é um *resultado* e vem no fim, uma síntese de determinações abstratas. O que procuro indicar aqui, em relação ao trabalho do romancista, é análogo.”¹⁶⁹⁵ No desenvolver da análise de *Iaiá Garcia*, contudo, assinala o “limite”, espécie de ponto no qual esse processo de maturação teria estancado: “toda a descrença e ciência crítica acumuladas por Machado e pelas personagens destinam-se a escapar às ilusões do paternalismo, mas não a questioná-lo, o que seria faltar ao respeito e à gratidão”.¹⁶⁹⁶ E o respeito “é tanto mais necessário, dado o quadro sem saída histórica desta classe”. Trata-se da “transposição da impossibilidade em que se encontra o dependente de resistir, e dá fundamento honrado a uma desgraça prática. Ainda que divergindo e de má-vontade, e tendo horror à arbitrariedade, como deixar de ser submisso? Com que base? Misérias antigas, que chegaram aos nossos dias.”¹⁶⁹⁷ Difícil não identificar aí a realização tanto do programa de “crítica e sociologia” quanto do “instinto de nacionalidade”. Ainda assim, o “grande” Machado não é o de *Iaiá*, por quê?

Quando, em seu retorno ao Brasil, Schwarz publicou *O pai de família*, defendeu-se da leitura que Gérard Lebrun fez do livro. Assinalou: o “esquematismo” e o “reducionismo”, de que era acusado, não eram de seu esquema, mas da noção de marxismo que pressupôs seu crítico, ao identificar todo marxista como stalinista. Com efeito, Lebrun assinala “a facilidade com que [Schwarz] confunde critérios estéticos e

¹⁶⁹⁴ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 161.

¹⁶⁹⁵ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 162.

¹⁶⁹⁶ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 191.

¹⁶⁹⁷ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 191.

critérios políticos”, beleza com verdade – o belo só tem valor como conceito, sumário do desagravo em forma de pergunta: “Será que a beleza do Encouraçado Potemkin se mede pelo número de vocações bolchevistas que conseguiu suscitar?”¹⁶⁹⁸ A desaprovação de Lebrun se dirige a fundamentos dos juízos emitidos por Schwarz: a busca pelo produto artístico que apresente domínio racional da matéria tratada (belo como conceito); rechaço a divisão social do trabalho (confusões); ponto de fuga revolucionário, que, sendo ignorado, não adotado, ou mal desenvolvido redundando em obra menor. Em acordo ou desacordo com a reprovação de Lebrun, a identificação desses pontos é precisa. Eles podem ser encontrados em operação também na análise de Machado. De modo sintético, no exemplo acima, o mesmo parece operar: *Iaiá* é fruto de maturação, mas há limite. Qual? *A transposição estética do paternalismo não logrou a negação dele, e o crítico faz a pergunta na qual o romance freia – “como ficariam os dependentes, se a autoridade de seus protetores não fosse aceitável?”*¹⁶⁹⁹

A defesa do marxismo como método de apreensão da totalidade dialética impõe aos seminaristas o problema da unidade entre teoria e prática. Há, como temos nos esforçado para mostrar, uma dimensão auto-reflexiva alinhavando os trabalhos dos seminaristas, pois, insistimos, a leitura legítima academicamente conflita com algo próprio da corrente teórica por meio da qual se pretendem afirmar: como legitimar no campo científico, uma vertente que, de nascença, coloca a questão da unidade entre prática e teoria?¹⁷⁰⁰ Defendemos que o problema foi elaborado pelos seminaristas, em

¹⁶⁹⁸ Gérard Lebrun. “Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade”. *Discurso*, n. 12, 1980, p. 147.

¹⁶⁹⁹ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 191. Sem cair na armadilha de estabelecer nexos de arbitrários, que temos evitado, vale assinalar a relação – “melhor obra / posição política mais avançada” – em autor da dilação de Roberto e o pólo do segundo seminário. Em “Autor como produtor” (1934), Walter Benjamin procura sair da “enfadonha dicotomia”, “por um lado isso, por outro lado aquilo”, e se empenha em provar que “uma obra caracterizada pela tendência justa [orientação política revolucionária] deve ter necessariamente todas as outras qualidades”. (“Autor como produtor”. In. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas v I*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 121).

¹⁷⁰⁰ Outro caminho para indicar o mesmo empenho auto-reflexivo consiste em investigar o quanto ele se interessava pela dimensão auto-reflexiva dos materiais, o que fica documentado em *A sereia e o desconfiado*; e em artigo que acreditamos não ter sido publicado senão uma vez no *Suplemento Literário*: “Tempo de ficar velho” – título que, a despeito do conteúdo de *Abdias*, que se põe a analisar, dá o que pensar vindo de um rapaz de vinte e um anos e, a nosso ver, com relações instigantes com o tema do adulto e da criança, que volta a aparecer no exame de *8 ½ de Fellini*. Matéria para estudo à parte, registre-se o ponto: sua localização etária/ as gerações é cedo problematizada e constitui filão profícuo, denunciando que a vivência social desse núcleo não é incólume ao problema. Parece-nos que mais do que “ficar velho”, maturidade é concebida como capacidade de auto-reflexão voltando os instrumentos analíticos mobilizados no exame do mundo, para o exame do mundo a partir da objetivação dele no plano pessoal. Por outro lado, ao nos depararmos com uma afirmação como esta – “... a menina acerta sem querer com o que outros procuram em vão. Essa facilidade naturalmente tem algo de utopia, que sem se

suas pesquisas, daí encontrarmos em todas as teses examinadas uma espécie de ponto de fuga – agentes cuja atuação histórica lhes serviu de mote para refletir a respeito desta unidade entre teoria e prática. Em termos de problema de pesquisa estabeleceu-se um impasse entre determinação já inscrita na lógica sistêmica (social, colonial, etc.) e a possibilidade de reverter o rumo das coisas, traduzido na oposição entre Sartre e Lukács.

Na tese de Fernando Henrique Cardoso, é impossível não observar no empenho pela síntese entre Lukács e Sartre, nos embaraços em que o sociólogo se mete, para dimensionar a ação histórica do escravo e dos abolicionistas, a projeção da dificuldade em lidar com a condição de marxistas universitários, de esquerda, ciosos de suas tarefas científicas, que lhes obriga reserva para com a vida política.¹⁷⁰¹ Na tese de Fernando Novais, o emprego de Sartre e Lukács, vimos, comparecem de modo tensionado, garantindo ao autor a adesão ao racionalismo das ciências modernas simultaneamente ao vínculo com a tradição definidora por excelência de sua disciplina face à emergência daquelas: a dúvida, no plano explicativo, que obriga privilegiar a compreensão; a narrativa, no plano expositivo. Vale dizer, estabelecer como hipótese o próprio erro na elaboração da determinação, passo sem o qual as ciências modernas e o marxismo não é efetivamente incorporado, corresponde, no plano da elaboração teórica à introdução da incerteza que na *prática deve ser princípio e móvel da ação dos agentes*. A mencionada reflexão a respeito da possibilidade da unidade entre prática e teoria e do alcance da ação dos homens, em sua tese, encontra-se na interpretação proposta para o sucesso e malogro do mercantilismo ilustrado português. Na tese de Roberto Schwarz, o problema da determinação / liberdade – que, como indicamos mobilizou as melhores energias de Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais, e tomou feição autoral, por meio dos nexos entre Sartre e Lukács – parece pender a Lukács/determinação. Por exemplo: ao identificar uma “limitação” no ensaio “Dialética da Malandragem” de Antonio Candido, é justamente a precisão com que seu mestre encontra a formalização estética do

repetir à vontade está disponível para o pensamento.” (*Duas meninas*, p. 132) – ficamos a procurar os termos da equação desse ponto.

¹⁷⁰¹ Conforme prometido no capítulo segundo, atente-se a trecho, que, entre outros, não se sabe exatamente se o autor fala da condição intelectual que elabora conceitos ou dos envolvidos na luta pelo fim da escravidão – remetendo à “consciência possível”: “Os conceitos que permitem explicar o escravismo não se deduzem abstratamente através da pura crítica teórica: eles estão parcialmente elaborados na própria história concreta, e o trabalho do intelectual exige um mergulho analítico e crítico naquela. Este trabalho, entretanto, é necessário para os próprios movimentos sociais transformadores.” (Fernando Henrique Cardoso. “Nota à 2ª edição” (abril de 1977). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 4ª ed., p. 16).

movimento de um setor da sociedade brasileira que rende elogios. E, no entanto, como considera importante o nexos com a totalidade histórica em escala mais ampla de determinação do capital nas relações que as partes estabelecem entre si, compondo o sistema internacional, acaba por sentenciar: é que “no plano da história [Candido] prefere uma construção mais solta”.¹⁷⁰² Não é por meio da díade Sartre-Lukács que o problema determinação/liberdade; teoria/prática se manifesta em seu trabalho. Em sua tese, a mencionada “dimensão reflexiva” ligada ao problema da teoria e prática, parece-nos, atinge um limite: se os seus professores refletiram a respeito da *práxis* por meio de seus personagens, ele a pensou na chave de sua própria experiência geracional. Eis o momento de mostrar o que apenas sugerimos. O esquema de interpretação de Machado de Assis, sumarizado em “Idéias” é concebido no exílio e em concomitância com “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”.¹⁷⁰³ Seria possível a tese, e em particular “Idéias”, escrito entre 1970-1973, ter passado “incólume” ao esforço por objetivação desse ensaio? Pensamos que não, e que a dimensão reflexiva encontrada em “Idéias” tem contrapartida em “alguns esquemas” arquitetados aí encontrados. Esta contrapartida documenta: na tese de Roberto chega-se ao limite – a *praxis* é pensada por meio da objetivação de seu próprio trajeto, não dos de suas personagens/agentes, como no caso das teses dos professores.

Pode-se extrair de “Idéias” um programa de investigação do liberalismo que é a chave para se pensar o próprio marxismo no Brasil – e, evidentemente, sua condição intelectual, de marxista: a esquisitice do liberalismo teria implicações para seu par antagônico quando este emergisse nos trópicos. Grosso modo, para o marxismo, o liberalismo é ideologia: forma jurídica abstrata que nega o conteúdo social; aparência de igualdade que nega a essência da diferença, fundamentadas, respectivamente, no trabalho livre e na propriedade privada. Porém, “inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência”, “combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica”, burguesa, tornavam-se “despropósito”, deixavam de “também de enganar.”¹⁷⁰⁴ *Como não indagar, dando passo adiante: se o liberalismo não é ideologia*

¹⁷⁰² Roberto Schwarz. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, p. 147.

¹⁷⁰³ Machado de Assis e o golpe terem algo a ver um com outro já foi sinalizado por Paulo Arantes (*Sentimento de dialética*, p. 31). O desenvolvimento segue outra linha, contudo.

¹⁷⁰⁴ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 19.

na periferia, o marxismo, pode ser sua crítica?¹⁷⁰⁵ A dimensão auto-reflexiva é gritante, e revela o desejo de termos um marxismo a altura da complexidade desse capitalismo. Esta a indagação, parece-nos, é nutrida pelos anos cuja tentativa de objetivação encontra-se em “Cultura e Política, 1964-1969”. E vale supor que a porção reflexiva (pode o marxismo ser crítica?) tenha surgido no horizonte do *exílio posterior ao intenso envolvimento político*, antes da indagação (será o liberalismo ideologia?) emergir no referente que ele criava. Com efeito, esta última indagação, núcleo duro de “Idéias” resulta daquele isolamento no exílio e reflexão sobre o presente que orienta o constructo interpretativo da história, e a construção do referente para apreensão da forma artística.

Por volta de 1967, Roberto Schwarz estranhou-se com o juízo de Gilda de Mello e Souza, a respeito de *Arena conta Tiradentes*. Para ele, motivo de simpatia pelo conteúdo subversivo, para ela, uma “armadilha” da criação artística a transformar o povo em Cristo em versão *mass-media* e registro melodramático. Anos depois, reconhecia a exatidão e dureza do que ela afirmava e apesar de se querer como “um rapaz que é adepto desse tipo de objetivismo crítico”, tomou um “susto quando o objetivismo se voltava contra o próprio rapaz ou seus companheiros.”¹⁷⁰⁶ Reconhecia, com isso, a voltagem da crítica quando voltada para si próprio. Parece-nos tê-la realizado em “Cultura e Política, 1964-1969”. “Idéias” foi publicado em 1973, três anos depois de “Cultura e Política”, e a tese de que o ensaio é introdução foi defendida apenas em 1976. “Idéias fora do lugar”, defendemos, deve algo ao *processo de objetivação* de que “Cultura e Política” é resultado. E – talvez não imaginasse o crítico como o título escolhido facilitaria que fosse ironicamente deslocado e mantido fora do lugar de discussão que lhe deu origem. Se “Idéias” padeceu disso, e seu título, “Cultura e Política” sofreu do tirocínio que emitiu: “Apesar da ditadura da direita há relativa

¹⁷⁰⁵ O leitor pode imaginar a alegria substituindo o temor, ao nos depararmos com a seguinte assertiva: “Secundariamente, sin embargo, el tem general de las ‘ideas fuera de lugar’ tenía proyecciones espinosas en el presente: y si también el marxismo, como el liberalismo, estuviera ‘desplazado’? Es decir, y si también el marxismo contuviera presupuestos sociales europeos, inhallables em la ex-colonia?”. (Roberto Schwarz. “Las ideas fuera de lugar: algunas aclaraciones cuatro décadas después” – intervenção realizada pelo crítico literário em Buenos Aires, em 13/11/2009. In. *Políticas de la Memoria. Anuario de investigación e información del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura em la Argentina – Cedinc*, n. 10/11/12, verano 2011/2012, p. 25-27). Somente quando este capítulo já estava concluído, tivemos acesso, pessoalmente a este material. Até 11/2012, tentamos solicitar por correio, o periódico, mas não fomos bem sucedidos.

¹⁷⁰⁶ Roberto Schwarz. “Prosa crítica”. In. MICELI, S.; MATTOS, Franklin. *Gilda. A paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 167.

hegemonia cultural da esquerda no país” – a sentença possivelmente mais citada dessa intervenção.¹⁷⁰⁷ Para apoio dos nexos que temos como objetivo realçar, pedimos licença para uma apresentação rente ao andamento desse texto.

Para “compreender o conteúdo, a implantação e as ambigüidades desta hegemonia”, as primeiras páginas do ensaio se abrem com o mencionado tirocínio e recuam no tempo. Se a combinação – ditadura da direita / hegemonia cultural da esquerda – consiste numa “anomalia”, “traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69”; o crítico procura “delinear o mecanismo através do qual um dúbio temário socialista conquistou a cena”¹⁷⁰⁸. Segundo ele, isso ocorreu por meio de um “engano bem fundado nas aparências”, que guiou o Partido Comunista. Este acreditou em suas alianças conciliatórias, pautando-se mais pela luta anti-imperialista que pela luta de classes, e em sua espécie “desdentada de marxismo patriótico”, embarcava na onda populismo, muito embora este não fosse sua cria.¹⁷⁰⁹ Face ao quadro, a primeira problematização: “resultados culturais e horizontes de uma ideologia, já porque ela nunca está só, não são idênticos em tudo à sua função”.¹⁷¹⁰ A observação resulta da notável “disparidade” entre “prática (política) reformista” e “resultados culturais avançados”, que identifica no Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco – cujas origens, ligadas a propósitos eleitorais, foram ultrapassadas, propiciando, entre outros ganhos, a entrada do trabalhador rural, num só e mesmo passo, no mundo das letras e do sindicato¹⁷¹¹. Os contrastes são estabelecidos em três tempos, nessas páginas iniciais em que apresenta seu esquema de interpretação da história

¹⁷⁰⁷ Passados quarenta anos, o ensaio pauta a produção em sociologia da cultura e historiografia. No conjunto a bibliografia que consultamos parece se dividir entre a tendência a desenvolver hipóteses; questionar ou averiguar assertivas, sendo mais freqüente as duas últimas e acenos na direção de tentar ler o artigo como documento. Exemplos dessas tentativas encontram-se em: Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira* (São Paulo: Editora Unesp, 1993, especialmente p. 93-96); *Em busca do povo brasileiro* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000). Também questionando afirmações de Schwarz: Ferdinando Crespalde Martins. *As formas da revolução: artes plásticas, música, teatro na cidade de São Paulo (1964-1968)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP (Sociologia), 2003. Face à divisa/programa (“Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”), o primeiro pesquisador optou por redimensionar a política; o segundo, a profissionalização das produção simbólica – procurando assinalar a autoreferenciação delas. Em sentido relativamente oposto ao último, tentando considerar a cultura como espaço de articulação de forças com projetos políticos de resistência, Marcos Napolitano (*Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1985)*). São Paulo: FFLCH-USP, 2011).

¹⁷⁰⁸ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”. In. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed. 1992, p. 67.

¹⁷⁰⁹ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 63.

¹⁷¹⁰ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 67.

¹⁷¹¹ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 69.

recente, procurando indicar continuidade e descontinuidades, mesclas inesperadas, se tivermos como parâmetro uma “coerência revolucionária”: dos anos 1950 até 1968, um engano no centro da vida cultural – a conciliação de classes esposada no populismo, e no PC; acento de esquerda no vocabulário, na cultura, a despeito do golpe de 1964, pois a represália não atingiu de imediato os produtores simbólicos; e enfim “gigantesca volta do que a modernização havia relegado”, intensificadamente a partir de 1968, “a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc.”¹⁷¹² É notável aí a incorporação da ciência social preocupada com a história recente e prontamente disposta à tarefa de explicá-la.¹⁷¹³ Sumariamente, retém dela a idéia da direção fascista que o regime poderia tomar, bem como a interpretação segundo a qual a modernização periférica se faz “estruturalmente através de seu atraso social, que se reproduz em lugar de se extinguir”¹⁷¹⁴; ressaltando que a “combinação indica apenas a coexistência de manifestações ligadas a diferentes fases do mesmo sistema” e que, apesar da “famosa variedade cultural do país”, o “importante é o caráter sistemático desta coexistência, e seu sentido, que pode variar”.¹⁷¹⁵ Até aí, ensino, cinema, teatro não são objetos de análise, mas aparecem aqui e acolá por terem como matéria a referida combinação de atraso e modernidade. Oferecido os termos de interpretação da história recente, há um segundo movimento do ensaio, que passa, quase imperceptivelmente, não mais a tratar do material cultural como ilustração aqui ou acolá

¹⁷¹² Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 68.

¹⁷¹³ Não é possível identificar com precisão ou exclusividade a fonte de sua interpretação a respeito do golpe militar e da possível orientação fascista dele, assim como a respeito do “populismo”. Tratam-se de temas que ocuparam cientistas sociais e frações politizadas da comunidade universitária - e no conjunto as posições defendidas por Schwarz se ligam às dos que no espectro localizavam-se, ou se pretendiam, mais à esquerda. No que diga respeito ao conjunto de leituras do núcleo social reunido em torno da FFCL, destacam-se, com variações, esta interpretação: nos textos reunidos em *Teoria e Prática* (Especialmente, para virtualidade fascista: Rui Mauro Marini. “Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo”. *Teoria e Prática*, n. 3, 1968); a coletânea organizada para revista *Les Temps Modernes*, n. 257 de Jean-Paul Sartre por Celso Furtado (Publicada em português posteriormente: *Brasil: tempos modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 1979); Octavio Ianni, Paul Singer, Francisco Weffort e Gabriel Cohn, publicam pela Civilização Brasileira, em 1965: *Política e revolução social no Brasil*. pela mesma editora, da qual é próximo, Octávio Ianni, reunindo aulas recém ministradas no Institute of latin American Studies (Columbia University, NY), publica, adotando a interpretação “golpe/fascismo”, *O colapso do populismo*, em 1967. Por fim, o esquema que redundará em algo bem similar no constructo mais complexo de Florestan Fernandes começa a ser armado, já em dialogo com as teses de seus discípulos, em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, cuja primeira edição é de 1968. A mencionada coletânea e o texto de Rui Mauro Marini são referidos em nota de rodapé, assim como André Gunder Frank, *Le développement du sous-développement* e *Capitalisme et sous-développement*. Possivelmente a citação desses textos se deva à disponibilidade dos mesmos ao público francês - dificilmente não tenha lido mais que isso, e esse repertório foi, calculadamente ou não, acionado.

¹⁷¹⁴ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p.77.

¹⁷¹⁵ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 73.

desses pontos, mas a analisá-lo em contrastes: Tropicalismo / MCP; Arena / Oficina dão o eixo da argumentação, cinema e literatura vão surgindo para compor o cenário, apenas.

Como o crítico assinalou, o sentido da combinação pode variar: encontrada tanto no tropicalismo, como no MCP, tem sinais contrários num e noutro, sendo “incerta a linha entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração”, sob o “fundo ambíguo da modernização”. Se o primeiro vale-se dela para criar “conjunção esdrúxula”¹⁷¹⁶, encerrando “o passado na forma de males ativos ou ressuscitáveis, e sugere que são nosso destino”¹⁷¹⁷; o primeiro, por meio de seu método Paulo Freire, também apresenta arcaísmo (da consciência rural) e modernidade (do profissional especializado). E, no entanto, não lhe interessa a “justaposição de antigo e novo” para efeito de choque – “nada menos tropicalista do que o Método. Por quê? Porque a oposição entre os seus termos não é insolúvel: pode haver alfabetização.”¹⁷¹⁸

Recebe tratamento a seguir, a produção teatral, terceiro momento do ensaio. Os opostos são apresentados: Arena e Oficina. E ambos são têm seus “limites” assinalados. No caso do primeiro, inspirado no didatismo, “era inevitável um certo mal-estar estético e político diante do total acordo que se produzia entre palco e platéia”, ficando sem resposta as perguntas: “Se o povo é corajoso e inteligente, por que saiu batido? E se foi batido, por que tanta congratulação?”¹⁷¹⁹ Não pensar a respeito: eis o limite do Arena, que “redundava num impasse formal”. Ainda que se orientasse pelo método brechtiano, “em que a inteligência tem um papel grande”, por não elaborar a crítica ao populismo, ela acabava apanágio dos inimigos de classe, no caso da peça *Tiradentes*. Adoção irrefletida do populismo, não indaga a respeito da composição social das forças políticas, e “parece-lhe que vale mais uni-las pelo entusiasmo que separá-las pela análise crítica de seus interesses”.¹⁷²⁰ Em arremate, como parte que era da platéia dos espetáculos: “a confirmação recíproca e o entusiasmo podiam ser importantes e oportunos então, entretanto era verdade também que a esquerda vinha de uma derrota, o que dava um traço indevido de complacência ao delírio do aplauso”.¹⁷²¹ Já os

¹⁷¹⁶ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 76.

¹⁷¹⁷ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 78.

¹⁷¹⁸ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 76.

¹⁷¹⁹ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 80-81.

¹⁷²⁰ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 84.

¹⁷²¹ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 81.

espetáculos do Oficina, “ligavam-se ao público pela brutalização, e não como o Arena, pela simpatia; e seu recurso principal é o choque profanador, e não o didatismo”.¹⁷²² O acordo constrangedor entre público e palco no Arena, para o qual a derrota não era problema, cede lugar agora para a violência, como solução. “Ao que pude observar, passa-se o seguinte: parte da platéia identifica-se ao agressor, às expensas do agredido. Se alguém, depois de agarrado, sai da sala, a satisfação dos que ficam é enorme. A dessolidarização diante do massacre, a deslealdade criada no interior da platéia são absolutas, e repetem o movimento iniciado pelo palco”. O crítico, em tom de desgosto, pergunta: “este teatro conta à esquerda?”.¹⁷²³ O ensaio termina retomando o esquema inicial de interpretação do presente, passa novamente por produções várias que agrupa num mesmo feixe, em função de tratarem do problema que é também o seu: o engajamento de quem produz cultura.¹⁷²⁴

O leitor que tiver a curiosidade de contrastar “Cultura e Política” com os trabalhos reunidos em *A sereia e o desconfiado* e alguns d’*O pai de família* poderá notar que uma das dimensões a que dirige a sua atenção no primeiro parece ausente nos demais. Se esse leitor recordar o esquema já conhecido de Roberto, pelo menos desde a leitura de *Formação da literatura brasileira* (autor / obra / público), e adaptá-lo para produtores / obras / circulação talvez observe: “Cultura e Política” ocupa-se dos produtores e da circulação, ao passo que os demais ensaios são acentuadamente marcados “pela obsessão, de viés lukaciano, em averiguar hiatos entre coerência formal e o conteúdo ideológico das obras”¹⁷²⁵, em detrimento dos outros dois elementos.¹⁷²⁶ Com efeito, essa diferença sutil denuncia a inspiração em Benjamin de “Autor e produtor”. Como não notar a similaridade dada ao tratamento de Schwarz ao MCP e a discussão a respeito da autoria individual e coletiva da produção simbólica?¹⁷²⁷

¹⁷²² Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 85.

¹⁷²³ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 88.

¹⁷²⁴ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 89.

¹⁷²⁵ Sergio Miceli. “Entre o chão e as nuvens”, p. 59.

¹⁷²⁶ Fizemos a leitura com esta orientação seletiva, mas acreditamos que seria despropositado avolumar ainda mais o texto, apresentando o resumo e o argumento de todos os artigos.

¹⁷²⁷ Ou ainda, como destacou Iná Camargo a respeito de “Autor como produtor” (1934) – Benjamin sacou: “Enquanto os fotógrafos transformaram a miséria humana em mercadoria, os escritores da nova objetividade foram mais longe: transformaram a *luta contra a miséria* em mercadoria, em objeto de consumo.” (Iná Camargo Costa. “Palestra sobre ‘O autor como produtor’.” In.: CEVASCO, Maria Elisa; SOARES, Marcos. *Crítica cultural materialista*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 99).

Descendo o foco ao detalhe: n' *A sereia*, este hiato parece o mote de alguém que se exercitasse, valendo ponderar: a apreciação atenta menos ao conteúdo *ideológico* do que à capacidade dos artistas *formalizarem* a realidade social. Neste livro, o “esforço era o de apreender a coerência ou incoerência formal dentro de um espectro ideológico muito genérico”¹⁷²⁸. Por esta razão, não é ele que dá suporte ao juízo do crítico, preocupado em se exercitar mais na “crítica”, que na “Sociologia”, privilegiando o exame da coerência entre forma e conteúdo, e, somente se solicitado pelo material, o referente era acionado.¹⁷²⁹

Encontra-se realizado aí, portanto, apenas parte do programa analítico dos ensaios seguintes. Nos ensaios d' *O pai de família*, tudo se passa como se eles fossem hierarquizados segundo a capacidade de formalizarem a realidade social *e ao mesmo tempo a crítica dela*, metro do que assinala como “limite”. Se os exercícios de crítica do primeiro livro requerem do romancista/produtor, uma “intuição” a respeito de seu tempo, e, por parte do crítico, um referente histórico sociológico; no segundo, exige-se, de ambos, algo mais. E, mesmo a esta altura, o público não consiste num “limite”: não delineiam os juízos de 8 ½, ou d' *Os fuzis* – por exemplo.

Em “Cultura e Política”, a circulação/público parece-nos convocada, por um lado, pela costura autobiográfica, afinal o crítico escreve a respeito dos espetáculos e filmes de que era público, dos romances que leu, em meio a debates a respeito deles, em meio a uma identificação pessoal e política com a matéria representada por eles. Por outro, o tipo de material a que mais dedica atenção – nas duas oposições indicadas, Tropicalismo/MCP; Arena/Oficina – pode ser *formalmente* colocado em xeque não só pela capacidade dos produtores em representar/criticar. É que intervenção *no* e *do* público está inscrita no programa deles e do crítico. Não por acaso, com variações no argumento, em função das especificidades de linguagem, é por meio do elemento circulação/público que as obras têm seus limites assinalados pelo crítico. O tropicalismo produz imagens que não cansamos de olhar – daí a dificuldade de estabelecer seu lugar social: leva a justaposição atraso/moderno para a composição, mas não os coloca em movimento crítico, nem a seu público. Qual o limite do didatismo do Arena e das provocações do Oficina? O acordo entre palco e platéia assinala que o primeiro ensina o

¹⁷²⁸ Roberto Schwarz. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”.

¹⁷²⁹ Daí constatar que em “*Grande-Sertão a História quase não tem lugar - o que não é defeito; dentro das proposições do livro é virtude*”. (*A sereia e o desconfiado*, p. 50). Com o mesmo ânimo podem ser entendidos os exames de *Perto do coração selvagem* ou d' *A letra escarlata*, este requerendo referente histórico, o outro dispensando-o como princípio da composição.

que seu público já sabe – falência do programa, portanto. O regozijo promovido pelo segundo – no palco e na platéia, compostos de fortes resistentes às agressões e agressores, fiadores da conduta rebelde a ser celebrada por meio da estigmatização dos que saem do espetáculo, pequeno-burgueses, reprimidos e toda sorte de inferiores – é similar. Ambos apazem-se com o “ethos revolucionário”, atestado de sua superioridade espiritual, *alienando-se* no acordo e monopólio dos produtores e consumidores do código e do referente pressuposto na apreciação do material estético. Em um caso e em outro, o limite consiste em *produzirem um contra o outro para consumo próprio e do adversário*. Cultura do contra em curto(-)circuito: ensina-se para quem já sabe, critica-se quem já está pronto para se defender, o esquema de aliados e rivais é autoreferenciado, a superioridade espiritual – dos que gostam do povo, dos que não saem escandalizados é clivagem social com o próprio povo, e com os que não querem a violência. Se o programa consiste na construção racional da forma revolucionária, esta recepção coloca em xeque a realização dele. A forma que quer criticar a sociedade burguesa, incorporando a negação dela formalmente, cria um código para autoconsumo e autocongratulação. “Como dizer que conta à esquerda?” Por bem sucedidos que sejam os produtores simbólicos dentro daquela “obsessão lukaciana”, por bem sucedidos que sejam na formalização da *representação e crítica* – nenhum deles parece as realizar bem. Naturalmente, o crítico foi advertido de sua severidade.¹⁷³⁰

É possível, diante do quadro de juízos exposto, atribuir um conteúdo particular àquelas “circunstâncias que não se repetem”. Não ter “pressões nem obrigações pela frente”, vale dizer, nem políticas nem profissionais: o *distanciamento pós-engajamento propicia tanto a experiência necessária para avaliar de dentro, quanto a não necessidade de tomada de posição com relação às opções do período, redundando no confronto de todas contra todas, denunciando a razão de uma pelo equívoco de outra* – e vice-versa. Posteriormente, o crítico, pensando sobre esse pensar sobre, assegura: “(Cultura e Política) foi escrito com a intenção de apanhar um movimento de conjunto, um movimento no qual ninguém tinha razão.”¹⁷³¹

Nem tudo é desaprovado, contudo, pelo crítico – “dada a análise que fizemos, este é mesmo um critério de valor: só na medida em que nalgum ponto rompesse com o sistema de conciliações então engrenado, que não obstante lhe dava o impulso, a

¹⁷³⁰ Gerard Lebrun. “Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade”. *Discurso*, n. 12, 1980.

¹⁷³¹ Roberto Schwarz. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. (1979).

produção de esquerda escapava de ser pura ideologia”.¹⁷³² O MCP faz contraponto ao conjunto das reservas e reprovações, pois é o único a que não as dirige. É verdade que elogia um romance aqui e um filme ali por representarem um ou outro dilema que lhe interessa. Porém, apenas o MCP ganha o crítico. O motivo disso, vimos, no contraponto ao Tropicalismo, o MCP lograva ultrapassar a conciliação e os motivos políticos imediatos: emergindo em meio a “prática reformista” deu origem a “resultados políticos mais avançados”. No modo como o caracteriza, encontra-se o segredo que o fez atender àquele critério: “a começar pelo método Paulo Freire, de alfabetização de adultos”. Este método “muito bem sucedido na prática, não concebe a leitura como uma técnica indiferente, mas como força no jogo da dominação social”; procura, portanto, “acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política. Os professores, que eram estudantes, iam às comunidades rurais, e a partir da experiência viva dos moradores” ligavam-na “palavras geradoras”, que ofereciam condições para discussão e alfabetização. Ponto por ponto, atente-se: *método* – equivalente nesta atividade, da forma na crítica estética – que *junta* o que parece andar *separado*, cultura e política. Assim, “em lugar de aprender humilhado, aos trinta anos de idade, que o vovô vê a uva, o trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das letras e no dos sindicatos, da constituição, da reforma agrária, em suma dos seus interesses históricos. Nem o professor, nesta situação, é um profissional burguês que ensina simplesmente o que aprendeu, nem a leitura é um procedimento que qualifique simplesmente para uma nova profissão, nem as palavras e muito menos os alunos são simplesmente o que são”. Notável: “cada um destes elementos é transformado no interior do método”: dito de outro modo, a forma, cujo fracasso o público evidenciava, nas demais tentativas, aqui é o fiador de seu sucesso, na medida em que supera a divisão social do trabalho [professores/estudantes/trabalhadores manuais], desnaturaliza o monopólio da cultura como ornamento e distinção de classe: “a miséria e seu cimento, o analfabetismo, não são acidentes ou resíduo, mas parte integrada no movimento rotineiro da dominação do capital. Assim a conquista política da escrita rompia os quadros destinados ao estudo, à transmissão do saber e à consolidação da ordem vigente”.¹⁷³³

¹⁷³² Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 67.

¹⁷³³ Estamos nos referindo ao método de alfabetização, mas ele também oferece o exemplo do teatro ligado ao MCP: “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 69. O que já foi observado - parentesco entre este ensaio e “Autor como produtor” – neste ponto tem algo salutar. Nas palavras de Iná Camargo, “a obra precisa obrigar o meio de produção a melhorar e trazer mais consumidores para o processo de produção, transformar os leitores em colaboradores.” (“Palestra sobre ‘O autor como produtor’”, p. 99).

Esquematisando: a emissão dos juízos do crítico pressupõe um referente analítico, apresentado de modo explícito, na abertura e fecho do ensaio. Outro, implícito. Tivesse empenhado em fazer render o referente analítico, talvez não fosse *problema* a justaposição de atraso e progresso do tropicalismo, ou o *impasse formal* da apropriação do método brechtiano pelo Arena, ou o marxismo na forma mercadoria em vitrines. Há, contudo, um referente propriamente crítico/negativo, que opera como baliza dos “limites” e “fracassos”. Assim, se no seu horizonte de interpretação encontra-se a ciência social e o que ela afirma a respeito do presente histórico, em seus juízos, encontra-se, o que denominamos, na falta de termo mais apropriado, uma utopia revolucionária.¹⁷³⁴ Na tensão entre o referente de análise e o de crítica/negação pulsa o argumento. Daí o fundamento da resposta endereçada a Gerard Lebrun que o acusa de confundir estética e política: “na ausência de tais tensões, a reflexão sobre a cultura contemporânea fica sem assunto”¹⁷³⁵, constatando cabisbaixa e impotente, o óbvio – o capital que se critica e o Estado que oprime são os mesmos que financiam a cultura, engajada ou não.¹⁷³⁶

Se para ele, “nada, a não ser a deformação profissional, obriga ao critério unicamente estético”¹⁷³⁷, parece-nos que cindir sua interpretação do cenário contemporâneo, que alicerça a visada sobre os gêneros do esquema montado para leitura de Machado de Assis implica pressupor sua *adesão à divisão social do trabalho* de produção simbólica, e irrefletidamente cair vítima dos deslocamentos promovidos pelas leituras posteriores que estilham em registro especializado uma produção empenhada em negar esta mesma especialização –ciente, aliás do custo disso. O recuo por “Cultura e Política” foi realizado por ter sido elaborado concomitantemente à concepção parcial da tese e no exílio, porém não apenas por isso. É que, sendo a prova dos nove auto-

¹⁷³⁴ Observação similar à de Michael Löwy. *Redenção e utopia. O judaísmo literário na Europa Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 – ainda que o encaminhamento a seguir seja diferente. Naturalmente este capítulo, no conjunto, é devedor deste trabalho.

¹⁷³⁵ Roberto Schwarz. “Resposta a Gerard Lebrun”. *Discurso*, n. 12, 1980, p. 154.

¹⁷³⁶ “Este esquema explica aliás alguma coisa do caráter e do lugar social de parte do marxismo brasileiro. Num país dependente mas desenvolvimentista, de capitalização fraca e governo empreendedor, toda iniciativa mais ousada se faz em contato com o Estado. Esta mediação dá perspectiva nacional (e paternalista) à vanguarda dos vários setores da iniciativa, cujos teóricos iriam encontrar os seus impasses fundamentais já na esfera do Estado, sob forma de limite imposto a ele pela pressão imperialista e em seguida pelo marco do capitalismo. Isto vale para o conjunto da atividade cultural (incluindo o ensino) que precise de meios, vale para a administração pública, para setores de ponta na administração privada, e especificando-se um pouco valeu mesmo para isolados capitalistas nacionais e para oficiais do exército.” Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns esquemas”, p. 66-67.

¹⁷³⁷ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 47.

imposta abarcar a totalidade no plano da interpretação, incorporando a negativa à divisão burguesa do trabalho em seu próprio trabalho, os nexos que sinalizamos se não são fruto de regramento institucional, são parte da realização de um projeto intelectual. Como não supor que o crítico buscasse também para ele ultrapassar o ponto em que se “acerta no erro” por “reflexo involuntário” e alcançar a “elaboração reflexiva, da incongruência para verdade artística”.¹⁷³⁸ Seria casual que ele também nesse período escrevesse uma peça? Pensamos que não.

No conjunto da produção de Roberto Schwarz encontra-se, no período abarcado por nossa pesquisa, a publicação de seis livros – dois de poesia; dois de ensaios; um de teatro e sua tese.¹⁷³⁹ Nem todos os artigos e ensaios estão reunidos nos referidos livros, juntos somam mais de duas dezenas, alguns com traduções em mais de uma língua estrangeira.¹⁷⁴⁰ Os ensaios abarcam uma diversidade de materiais expressivos digna de nota: literatura (russa, anglo-saxônica, francesa, além de brasileira, obviamente); cinema; teatro; música; crítica literária; tradução. Há, com efeito, uma “atualização” do

¹⁷³⁸ Roberto Schwarz está se referindo a Alencar nestes termos (erro redundante em acerto, mas de modo irrefletido - e, portanto, resulta menor). *Ao vencedor as batatas*, p. 70.

¹⁷³⁹ Poesia: *Pássaro na gaveta*. São Paulo: Massao Ohno, 1959; *Corações veteranos*. Rio de Janeiro: coleção Frenesi, 1975. Ensaio: *A sereia e o desconfiado* (ensaios). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Teatro: *A lata de lixo da história* (teatro). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Tese: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, 1977. 3ª edição, 1988. 1977. No que se refere a sua produção poética, seria tornar ainda mais volumoso esse texto tratar das dissensões entre concretistas e marginais. Vale, contudo, atentar que a oposição se prorroga no tempo, alcançando os anos oitenta, carregando então seus papéis de críticos, dentro do novo quadro de produção literária, no qual “a oposição que se verifica entre as escolas críticas aparece reposta como uma oposição entre movimentos literários, ambos auto-intitulados de vanguarda, num exemplo claro de como cada concorrente, para existir no campo, precisa trazer consigo seus próprios críticos (mesmo que, como no caso concretista, poesia e crítica sejam exercidas pelos mesmos agentes), e como a capacidade de emplacar o autor ou escola como vanguardista é moeda valiosa de prestígio e legitimidade no campo, visto que também o crítico se valoriza ao ver valorizado o ideário que defende.” (Flávio Moura. *Diálogo crítico*, p. 107).

¹⁷⁴⁰ Receberam mais de uma tradução em língua estrangeira: “O cinema e os fuzis” (originalmente publicado em *Revista da Civilização Brasileira*, n. 9; posteriormente em *O pai de família e outros estudos*); recebeu tradução sueca e americana (respectivamente, “Filmen och gevären”, *ord. & bild*, n. 7. Stocolmo, 1968; “Cinema and the guns”, in Randal Johnson e Robert Stam. *Brazilian Cinema*, Brunswick, Associated university Presses, 1982); “Cultura e Política, 1964-1969” (originalmente publicado já em tradução para o francês, em *Les Temps Modernes*, n. 288, Paris, 1970, e, posteriormente em *O pai de família e outros estudos*) recebeu tradução cubana, alemã e italiana (respectivamente, “Cultura y política em Brasil, 1964-1969”. *Casa de las Americas*. Havana, julho-agosto de 1970; “Kultur und Politik im zeitgenössischen Brasilien”, transmissão do Hessischer Rundfunk, 13.4.1971 e 14.4.1971; “Cultura e política in Brasile”. *Angelus Novus*, n. 23, Veneza, 1972); “As idéias fora do lugar” (originalmente publicado em *Estudos Cebrap*, n. 3. São Paulo, 1973) recebeu tradução francesa, cubana e americana (respectivamente, “Dépendancenationale, déplacement d'idéologies, littérature”. *L'Homme et la société*, n. 26, Paris, 1972; “Dependencia nacional, desplazamiento de ideologías, literatura”. *Casa de las Americas*, n. 81, novembro-dezembro, 1973; “Misplaced ideas: litterature and society in late nineteenth-century Brasil”. *Comparative Civilizations Review*, n. 5, Carlisle, 1980). Informações extraídas do memorial acadêmico de Roberto Schwarz.

projeto de *Clima*, valendo-se de outro decodificador sociológico dos materiais e de novos instrumentos teóricos, inspirados na psicanálise e no marxismo – nutridos nos seminários de que participou. Visto em relação ao perfil do grupo d’*O Capital*, composto pelos professores, tem-se a impressão de que talvez o trânsito que eles têm em várias disciplinas, corresponda, no conjunto de sua produção à esta versatilidade, traduzida por sua vez não apenas no que examina, mas nas aventuras por gêneros expressivos como poesia, teatro, ficção.¹⁷⁴¹ Não bastasse isso, traduziu muitos textos, a maioria deles ligados a projetos coletivos em que tomou parte.

As traduções, poesia, teatro e ficção contudo, *se não se desvencilham de suas atividades profissionais, não as caracterizam*. É interessante notar: assim como a língua alemã se constituiu por meio de uma tradução – a bíblia luterana – Roberto Schwarz constituiu-se em meio à tradução como prática, posto viver num bilingüismo doméstico e externo.¹⁷⁴² Se for verdade que o impulso de traduzir “parte sempre da recusa de um (...) íntimo bem estar da língua”¹⁷⁴³, talvez este mal estar, no caso dele, refira-se a ambas as línguas – alemão e português – e possa ser aventado com relação às linguagens científica e artística. Daí a disposição para traduzir de uma a outra, e, entre os gêneros artísticos que dispõe de condições para se aventurar, não hesitar no trânsito. Numa concepção ampla de tradução, válida para línguas, linguagens e cultura, vale realçar com Antoine Berman, “o tradutor é ambivalente. Ele quer forçar dos dois lados: forçar a sua língua a se lastrear de estranheza, forçar a outra língua a se de-portar em sua língua materna.”¹⁷⁴⁴ A atividade de crítico literário é também esta, espécie de tradutor das obras que analisa.

*

¹⁷⁴¹ De difícil enquadramento, mas dando força ao argumento acima, são textos em que se encontra *costura autobiográfica combinada*: a. *com (auto)crítica* - como é o caso de “Revisão e autoria”, em que dá pistas a respeito de suas pretensões de composição artística; ou, em chave irônica, “19 princípios de crítica literária”; b. *com ficção e ensaísmo*, como por exemplo, “Utopia”, “continho marcusiano, em que o gesto erótico é um gesto de pensamento”, como assinalou Priscila Figueiredo (“Anatol Rosenfeld, figura de Roberto Schwarz”) ou, ultrapassando o período em tela, “Contra o retrocesso” (in. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999). Por fim, combinando costura autobiográfica com (auto)crítica; ficção, ensaísmo, ciência social e marxismo a criação de um alter-ego: Bertha Dunkel. Talvez, mesmo a forma ensaio apresente limites que podem ser estourados por meio desses voltejos, que valem o risco.

¹⁷⁴² Antoine Berman. *A prova do estrangeiro. Cultura e tradução na Alemanha romântica*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002. Trad. Brás. Maria Emília Pereira Chanut, p.54.

¹⁷⁴³ Antoine Berman. *A prova do estrangeiro*, p. 23.

¹⁷⁴⁴ Antoine Berman. *A prova do estrangeiro*, p. 19.

Machado de Schwarz consiste em mais uma lição incorporada – dessas que se incrustam a tal ponto que se tornam nossas e mal sabemos que foi um dia aprendida: “Como em quase todo romancista de certa envergadura, há (...) um sociólogo implícito”, como não procurar um Machado, dublê de sociólogo marxista?¹⁷⁴⁵ Este, aliás, parece-nos um caminho razoável para assinalar as contrapartidas entre “Idéias”, “Cultura e Política” e o nexos entre a tese universitária e o ensaio descompromissado, pois o crítico, sociólogo, seminarista, marxista é solidário com dificuldades que acredita serem compartilhadas por ele e Machado de Assis.¹⁷⁴⁶

“Em nosso marxismo, cujos esquemas pressupõem um trabalho historiográfico que não está feito” ocorre algo comparável com a dificuldade de Machado de Assis na introdução da Guerra do Paraguai em *Iaiá Garcia* - segundo Schwarz.¹⁷⁴⁷ Decerto o problema não era o romancista, e em 1976, “o sentido daquela guerra é mal conhecido” também na historiografia.¹⁷⁴⁸ E, no entanto, o problema também não eram os historiadores. Romancistas, historiadores, críticos são, também eles, ingredientes daquele quadro em que atraso combina com modernidade e o fascismo fica à espreita, no final das contas, “a falta de dimensão histórica tem fundamento histórico ela mesma, na distância imensa entre a vida popular e a História que fazem nossas elites”.¹⁷⁴⁹ Eis o

¹⁷⁴⁵ “Como em quase todo romancista de certa envergadura, há em Alencar um sociólogo implícito. Na maioria dos seus livros, o movimento narrativo ganha força graças aos problemas de desnivelamento nas posições sociais, que vão afetar a própria afetividade das personagens. As posições sociais, por sua vez, estão ligadas ao nível econômico, que constitui preocupação central nos seus romances da cidade e da fazenda”. (Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*, p. 540).

¹⁷⁴⁶ Discutindo as variações do tratamento do paternalismo por Machado de Assis, e o amadurecimento do enquadramento sociológico que ele logra fazer, considerando *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, afirma Schwarz: “(...) a relativa normalização das relações entre paternalismo e interesse material é um dos sinais da maturidade deste romance. É uma questão que permite acompanhar o discernimento com que evoluía Machado. (...) Nas grandes linhas, as observações que fizemos nos mostram que a matéria dos romances anteriores está ampliada, unificada e amadurecida. O paternalismo está presente em toda parte e de várias maneiras, no centro dos conflitos e das figuras periféricas, enquanto terminologia, matéria de observação trivial e assunto de reflexão mais sustentada, enquanto clima, ideologia, elemento de caráter, e veremos também que enquanto mola profunda do enredo e da organização formal. (...)” (*Ao vencedor as batatas*, p. 161). A intenção é patente: defender no processo de maturação “um ponto de chegada, e não de partida”. (Idem). Associa então o trabalho de Machado de Assis ao de Marx, em rodapé: “Ver as observações metodológicas de Marx, segundo as quais o concreto no trabalho da crítica social, é um *resultado* e vem no fim, uma síntese de determinações abstratas. o que procuro indicar aqui, em relação ao trabalho do romancista, é análogo.” E termina mesmo indicando o “Contra Althusser”, de Giannotti. (Idem, p. 162).

¹⁷⁴⁷ “Faz falta em *Iaiá Garcia* uma concepção clara do que tenha sido a guerra do Paraguai, e a integração desta através de motivos privados é hábil, mas desprovida justamente da mencionada dimensão.” Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 157.

¹⁷⁴⁸ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 157.

¹⁷⁴⁹ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 158. “(...) se é certo que a dissolução da guerra patriótica em motivos privados a integra coerentemente no tecido do romance, é verdade também que o capítulo não tem o efeito fundamental de seus congêneres europeus, mesmo ruins, que é de dar a

mais central, a opacidade da ciência resulta da (não) dinâmica das classes sociais no interior do país.

Tratando das dificuldades de Alencar para “importar” o “romance realista”, procura ressaltar “a força mimética do impasse formal” a que chega. Ainda assim, assinala a proeza do intento e da identificação do problema: a ação do romance realista seria impraticável dentro do “tamanho fluminense”. Novamente, trata-se do acanhado papel que o conflito social pode desempenhar em função da fragilidade da sociedade de classes. E, no entanto, “é um feito, seja qual for o resultado literário. Algo semelhante, para a geração dos que fizeram 20 agora, nos anos 60, ao salto dos manuais de filosofia e de sociologia, em língua espanhola, para os livros de Foucault, Althusser, Adorno. Entre uma alienação antiga e outra moderna, o coração bem formado não hesita. Ficava para trás a imitação miúda e complacente, o romancista obrigava-se a uma concepção das coisas, impunha nível contemporâneo à reflexão.”¹⁷⁵⁰ A comparação ilustra o nex: fragilidade dos conflitos de classe para impulsionar a ação histórica/narrativa; ensaio de equiparação com a forma do romance europeu e senso de proporções. Ou, dito de outro modo: o problema não está na importação da forma – posto que o Brasil é parte do Ocidente. Como ao mesmo tempo ele não é - o que se evidencia na formação social – trata-se de encontrar a *forma justa da importação*. Em seus termos, alienação mais moderna.¹⁷⁵¹

De um lado, portanto, a inserção no sistema internacional; de outro, a formação social. O nex que vimos nos esforçando para estabelecer não se encerra na metamorfose de um “Machado marxista” – antes, esta aparente projeção do crítico no objeto encontra fundamentação em uma interpretação da história contemporânea que

dimensão histórica do romance. (...) Enquanto os romancistas franceses, bons e ruins, progressistas ou reacionários, beneficiavam-se da clareza que tinham as classes sociais e seus historiadores no que respeita à Revolução de 1789, às guerras napoleônicas, à Restauração etc., os nossos romancistas ficavam sem apoio, eram obrigados a fazer historiografia, e ficção ao mesmo tempo, e de um jeito ou de outro pagavam a sua multa à cultura nacional pouco encorpada. É um caso de pressuposições sociais imprevistas que podem ter os empréstimos literários – tais como a maturidade maior da consciência de classe, ou o grau de divisão social do trabalho intelectual. Algo comparável pode ser observado hoje, em nosso marxismo, cujos esquemas pressupõem um trabalho historiográfico que não está feito.” (Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 157).

¹⁷⁵⁰ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 46.

¹⁷⁵¹ Nosso leitor atento já notou a reserva no uso de textos concebidos posteriormente, mas, note-se que o ponto redundará na discussão registrada em “Cuidado com as ideologias alienígenas”, em que afirma: “antes de mais nada esta questão precisa ser vista sem primarismo. Nem tudo que é nacional é bom, nem tudo que é estrangeiro é ruim, o que é estrangeiro pode servir de revelador do nacional, e o nacional pode servir de cobertura às piores dependências.” (“Cuidado com as ideologias alienígenas”. In. *O pai de família*, p. 115).

liga estruturalmente o XIX ao XX, em termos de formação social (não) moderna e inserção do país no sistema internacional. É o que fica na base de apreciações como esta. Sendo o materialismo histórico questão de (bom) método – e não de objeto – Machado é materialista. Como atinou Waizbort, “há, pois, uma espécie de materialismo no procedimento de Machado de Assis, que é enfrentar as relações sociais reais (donde seu realismo), que não são as do individualismo burguês europeu, mas as da família e do favor”.¹⁷⁵² Na peculiar ligação entre esses lados, o nó da dificuldade na importação do realismo, vale dizer, também do marxismo, tarefa na qual ele queria tomar parte.

Há mais ainda. Tudo se passa como se pudesse haver impulso marxista em não marxistas ou “intenção realista neste anti-realismo conservador”, de Machado de Assis. Sobretudo, “se o considerarmos expressão de experiência e ceticismo (...) em face do cabimento das idéias liberais no Brasil”. Note-se o ziguezague: o desgosto de Machado com o presente (idéias liberais / realismo) levará a postura avançada (sua segunda fase), passando antes por outra, a princípio retrógrada (anti-realismo), quando comparado ao da “Europa, onde representava um recuo intelectual”.¹⁷⁵³ “São confusões a que não havia como escapar, marcas genuínas da inautenticidade de nosso processo cultural. Nesse ponto, o século XX não mudou tudo, e a própria história da assimilação do marxismo no Brasil mostra muita coisa comparável.”¹⁷⁵⁴ Supõe-se então haver similitudes entre a importação do liberalismo/realismo e a do marxismo. Algo deste deve ser tão peculiar como algo daquele – considerando a frágil formação da sociedade de classes e seu nexos com o capital, que insere o Brasil nas trocas internacionais.

*

Jogo da amarelinha

É interessante notar que não entra em linha de conta, como condicionante da viragem de Machado de Assis, sua biografia ou carreira, ainda que ela apareça aqui e acolá. O elemento que joga este papel é a configuração da sociedade de classes burguesa a partir de 1848, como assinalamos: o sentido reacionário dela. E no entanto, deparamos com a assertiva: “a Machado, já agora só faltava a desilusão da desilusão:

¹⁷⁵² Leopoldo Waizbort. *A passagem do três ao um*, p. 54.

¹⁷⁵³ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 87.

¹⁷⁵⁴ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 87.

desiludir-se também do conservantismo paternalista”¹⁷⁵⁵ - a que havia chegado ao voltar-se para esfera doméstica, em função do “tamanho fluminense”. A observação se presta aos passos lógicos que levam o romancista até sua segunda fase, mas não deixa de sugerir que não bastou estudo do labirinto das relações paternalistas, mas também “desilusão”.

O descompasso social que fundamenta sua interpretação a respeito do liberalismo, em “Idéias” é similar àquele que dá suporte à sua interpretação e crítica do marxismo em “Cultura e Política”. Vimos em que consiste a primeira: liberalismo com escravismo; e a camada de homens livres, que, desprovidos de meios de produção, são o proletariado possível, regidos pelo favor. Vimos no que consiste a segunda: marxismo na forma mercadoria, marxismo como ideologia, dando suporte à conciliação de classes, consumo em curto circuito, como manifestação disso. *Em suma, se liberalismo não é ideologia no XIX, marxismo o foi no XX*. A “comédia ideológica” do liberalismo, que não engana, pois não tem contrapartida na sociedade de classes reproduz-se no caso do marxismo, que resulta também dessa sociedade. O liberalismo é postigo como o marxismo e, como ele, rendeu prestígio e distinção sociais.¹⁷⁵⁶ Em suma, tal qual “as idéias liberais”, que “não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”, as idéias marxistas correspondiam mais ao “anti-capitalismo” de elite do que propriamente ao socialismo. Do mesmo modo que o liberalismo, a hegemonia cultural de esquerda “degrada e condecora”¹⁷⁵⁷. Estabelecido o sistema de contrapartidas lógico conceitual, as indagações se multiplicariam: se o liberalismo não é ideologia, o marxismo pode ser crítica? Se a “ênfase no paternalismo não era contrária ao impulso realista”, ao contrário; se há impulso realista nas “declarações anti-realistas de Machado”, se o capitalismo no Brasil é peculiar, seria o marxismo a teoria mais adequada para interpretá-lo?¹⁷⁵⁸ Esta arte de fazer o conjunto das referências voltar-se a si próprio, objetivando os problemas da coletividade é paixão da dialética, herança e sintoma de nossa constante “preocupação em estudarmos nossos próprios autores”.¹⁷⁵⁹ Por isso, a intuição a respeito dos nexos entre Machado/Roberto não pode se encerrar senão pedindo auxílio a engenhoso argumento de Luiz Carlos Jackson. A certa altura de seu

¹⁷⁵⁵ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 87.

¹⁷⁵⁶ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 19.

¹⁷⁵⁷ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 20.

¹⁷⁵⁸ Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*, p. 154.

¹⁷⁵⁹ Mote de Élide Rugai Bastos em “Pensamento social da Escola Sociológica Paulista”, p. 183.

comentário, solta o tirocínio: “Brás Cubas não representaria tipicamente o grupo ao qual pertencia (a classe dominante), pois seria problemática sua inserção no mesmo. Sem se identificar subjetivamente com ele, o faz objetivamente (e por isso a interpretação de Roberto se mantém em pé). Desta contradição, retira o personagem *sua única motivação possível, a crítica impotente que atinge a si próprio antes de atingir os outros*, o que, se levarmos a sério (considerando a ironia que as constitui) as últimas linhas do romance, o condena ao mesmo tempo em que o redime”.¹⁷⁶⁰ Ora, notando que Roberto se aborrece com a fatalidade de termos de encontrar uma saída para o país¹⁷⁶¹ – é de se indagar: então, para ele, crítica tem valor por si própria, mesmo “quando ela vexa a todos e não serve a ninguém”?¹⁷⁶²

*

Assinalamos, em todas as teses a dimensão reflexiva, como se o problema da teoria e da prática fosse projetado nos agentes da análise. No caso de Schwarz haveria então, a partir da tentativa de sair desse impasse – destacamos que como membro mais jovem estava também mais inclinado ao chamado da prática política – a reflexão a respeito de sua própria tentativa. O esquema para interpretação do liberalismo no XIX só faz sentido no interior da equação do marxismo no XX. Nesse sentido, a compreensão de “Idéias” não pode prescindir da consideração do intenso enredamento social e político do autor *seguido do isolamento propiciado pelo exílio*. Com efeito, tanto “Cultura e Política” como *Ao vencedor as batatas*, em que se pesem o que oferecem ainda hoje para a agenda de pesquisa de seus objetos, *perdem em densidade de vivência na base dos projetos intelectuais quando se ignora essa dimensão, de profundo envolvimento sucedido por relativo isolamento*, bem como o duplo referencial assinalado, de interpretação e de crítica/negação.

O marxismo àquela altura não é um só e por esta razão é qualificado numerosas vezes.¹⁷⁶³ Roberto Schwarz considera-se um dialético.¹⁷⁶⁴ E se sua aproximação ao

¹⁷⁶⁰ Luiz Carlos Jackson. “Perspectivas sociológicas sobre Machado de Assis”. *Estudos históricos*, n.32, 2003, p. 83-84. Destaques nossos.

¹⁷⁶¹ “já que em última análise estávamos – e estamos – engajados em encontrar a solução para o país, *pois o Brasil tem que ter saída*. Ora, alguém imagina Marx escrevendo *O Capital* para salvar a Alemanha?” (Roberto Schwarz. “Um Seminário de Marx”, p. 114. Destaques dele).

¹⁷⁶² Ao empregar a frase, Roberto Schwarz está se referindo a Anatol Rosenfeld, como “fã da verdade”. (“Anatol Rosenfeld: um intelectual estrangeiro”, p. 99).

¹⁷⁶³ De modo bastante significativo, o emprego da palavra se concentra nas partes iniciais de “Remarques”. Marxismo: nas livrarias, p. 62, patriótico, p.63, rivais, p. 64, simulacro cristão do, p. 64, insuficientemente [marxista], p. 64, com tintura rósea, p. 66, deformação populista do, p. 66, sem

marxismo processou-se por âmbitos, *não exclusiva e nem prioritariamente* acadêmicos – família, Biblioteca Municipal – ele não deixa de ser um marxista universitário. Como seu Machado, “desiludiu-se da desilusão”? No interior dos diversos “marxismos”, como ele formula o lugar social do seu próprio? “Outro resultado oblíquo: paradoxalmente, o estudo acadêmico devolveia aos textos de Marx e Lenin a vitalidade que o monopólio do P.C. lhes havia tomado; saindo da aula, os militantes defendiam o rigor marxista contra os compromissos de seus dirigentes.”¹⁷⁶⁵ Completa-se a viravolta: liberalismo não é ideologia, marxismo não é crítica; marxismo vinculado a vida partidária é ideologia; marxismo desvinculado dela é crítica. Seu papel é oferecer o duplo referente, o de explicação/chave da forma, e o de negação/superação, que confronta o anterior. Estamos à volta, impossível não indagar, de delimitar um campo autônomo para a crítica, importando critérios políticos?

Mas como identificar esse segundo referente, se Roberto considera todas as matizes sob espectro político problemáticas: o marxismo do PC, ideologia; a encenação do Arena, ode ao povo sem indagação; a do Oficina, ode ao agressor, etc. Qual o conteúdo desta negação/superação? Se o referente de análise da história contemporânea não se esconde, o referente desta negação, desta superação, o conteúdo da utopia, nem tanto. Ele não se traduz completamente em nenhuma das opções político-ideológicas de seu tempo, com a ressalva, como vimos do MCP. Mas estaria documentada em alguma produção esta utopia? Pensamos que sim. E escondida a sete chaves.

b. Bertha Dunkel.

“Nos termos da representação literária: somente a personagem marginal, em vias de ruptura, estabelece a perspectiva e a atmosfera em face das quais o sistema *natural* prova ser arbitrário”.
Roberto Schwarz, “*A Letra Escarlata* e o puritanismo”, 1963.

“A imagem feliz é uma utopia cifrada.”
Roberto Schwarz, “8 ½ de Fellini”, 1964.

O referente construído para a identificação da forma artística se alimenta da ciência social; mas o ponto de fuga de seu juízo, a negação de conjunto, esmera-se numa peculiar formulação de sociedade alternativa à vigente. Resta investigar qual seja

adjetivo, p. 66, lugar social do marxismo brasileiro, p. 67, especializado em inviabilidade do capitalismo, p. 67, rigor marxista, p. 68, ensino de Marx, p. 68, banho de, p. 86, marxistas acadêmicos, p. 91.

¹⁷⁶⁴ Roberto Schwarz. Entrevista a Eva L. Corredor. *Literatura e sociedade*.

¹⁷⁶⁵ Roberto Schwarz. “Cultura e Política, 1964-1969”. In. *O pai de família*, p. 68.

ela. Se a racionalização da conduta se oporia ao paternalismo, negando-o, como Machado/Schwarz mostram, a disposição individual para tanto não basta, pois os agentes são presos num labirinto inescapável, que é o da ordem social.¹⁷⁶⁶ Roberto Schwarz empenhou-se em realizar o que cobrava dos produtores dos diversos âmbitos, deixando um testemunho, mais exato que qualquer etiqueta, como socialismo, crítica, revolução, etc., do que fosse esse segundo referente. Em 1968, batizou sua utopia de Bertha Dunkel.

A primeira aparição da figura apaixonante foi no número 3 da *Revista Teoria e Prática*. É preciso então localizá-la no âmbito desse periódico de vida breve. Precisamente um ano após as atividades da pós-graduação na área de TLLC começarem, ele foi co-fundador da revista, colaborando com ela nos três números editados.¹⁷⁶⁷ Nesse ínterim, colaborou também com *Revista Civilização Brasileira*. No período em tela – “cultura e política, 1964-1969” – estes foram os dois *únicos* periódicos que concentraram suas publicações.¹⁷⁶⁸

De maneira modesta e procurando despistar, Roberto explica como criou Bertha. Um “grupo clandestino de operários” lhe pediu uma explicação didática da idéia marxista de mais-valia. “Como não saiu ruim”, houve interesse em publicá-lo “âmbito maior”. Ele inventa então, para assinar o artigo, “essa Bertha Dunkel. Bertha para Roberto, e Dunkel, que quer dizer escuro, para Schwarz, que é preto”. Até aí teríamos um codinome, entre a busca de proteger-se da polícia, e os costumeiros trocadilhos. Dando, porém, prosseguimento ao filão das blagues, criou para ela uma biografia e para ele um papel, o de tradutor do panfleto (escrito em alemão) e crítico literário do mesmo. Tomou a liberdade de substituir “as batatas alemãs (dos exemplos) pelo feijão nacional, e o arado pela enxada”; bem como de analisar o encaminhamento dado por esta figura

¹⁷⁶⁶ É exemplar desse ponto as análises pontuais das tentativas de impessoalidade (moderna) no favor (não-moderno), por parte de Luís Garcia; e o romantismo anti-romântico de Estela. (Cf. *Ao vencedor as batatas*)

¹⁷⁶⁷ Ele Publicou nesta revista: “O raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira”. (n. 1, 1967), com Ruy Fausto; “Nota sobre vanguarda e conformismo”. (n. 2, 1968); “Didatismo e literatura - um panfleto político”. [n. 3, 1968; recebeu tradução sueca. “Didatik och literatur”, Zenit, n. 5. Estocolmo, 1968]. Também no n. 3 traduziu “Idéias para uma sociologia da música” [Theodor Adorno].

¹⁷⁶⁸ A *Revista Civilização Brasileira*, de Enio Silveira, foi publicada entre 03/1965 e 12/1968, teve 22 números, concentrou a discussão política do período e contou com colaboração de cientistas sociais de São Paulo. Já se conta com número expressivo de pesquisas a respeito desse periódico e uma caracterização dele pode ser encontrada em Rodrigo Czajka. “A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968)”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 35, 2010.

bem brechtiana aos problemas estéticos do didatismo.¹⁷⁶⁹ Já se percebe na brincadeira, o tom brincalhão, mas nada arbitrário. Ao jogar com a língua, é novamente a estrangeirice a dar as caras, a estabelecer a diferença e o desnível vantajoso do estrangeiro, como que invertendo as coisas, posto que em geral ele é que padece para saber da língua do outro.¹⁷⁷⁰ Um argumento que orienta esta tese: há mais de atributos sociais em jogo nos lances de aproximação e distanciamento das filiações políticas grupais, mesmo entre os que querem superar estas mesmas ligas sociais atrozes do que gostaríamos de assumir. O sarro de Bertha não se resume à política; a tradução não se encerra na língua. De todo modo, ele é autor (cria a personagem), tradutor, crítico. Estamos novamente em terreno de indiferenciação do trabalho de produção simbólica, posto que crítica e literatura não apenas são inseparáveis como, no limite, indistintas – como assinalou a crítica de Bento Prado Jr. a ele, e que na brincadeira com Bertha seria seu parceiro.¹⁷⁷¹

E então a “coisa teve um desdobramento engraçado porque um intelectual de renome, que conhecia tudo do movimento operário alemão, tinha lembrança de Bertha.”¹⁷⁷² Eis o ambiente e a direção históricas em meio aos quais viceja Bertha Dunkel:

¹⁷⁶⁹ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política. Didatismo e literatura”. *Revista Teoria e Prática*, n. 3, abril de 1968, p. 147-148.

¹⁷⁷⁰ “A língua comum dos imigrantes portugueses em uma ponta, a dos árabes ou japoneses, em outra, facilitaram ou dificultaram enormemente o processo de integração no país receptor. (...) Há (...) todo um universo inexplorado de piadas engendradas nos tempos da imigração em massa, nas quais, ora são ridicularizados os problemas encontrados pelo imigrantes no uso da língua, ora é ressaltada sua esperteza na utilização de uma aparente deficiência. é bastante conhecida, por exemplo, a frase dos feirantes japoneses, ou mesmo nisseis, em resposta a freguesas que regateiam com maior insistência: ‘No compreende’. (Boris Fausto. “Imigração: cortes e continuidades”, p. 51)

¹⁷⁷¹ Por um lado, o ímpeto analisado nessa seção nos remete à linhagem do romantismo alemão, à qual o crítico não é alheio. No que se refira a este ponto, a máxima (de Novalis) - “À crítica verdadeira pertence a capacidade de produzir ela própria o produto a criticar. O gosto sozinho apenas julga negativamente.” (citada em Antoine Berman. *A prova do estrangeiro*, p. 216) - parece cair como uma luva. Haveria outros pontos de aproximação: “no pensamento romântico, o conceito de crítica devia necessariamente recobrir, desloca e em parte ocultar o de *tradução* e (...) conseqüentemente, não se pode encontrar, nesse pensamento lugar autônomo para o ato de traduzir” (Antoine Berman. *A prova do estrangeiro*, p. 188). Seriam numerosos os parentescos a serem estabelecidos entre idéias e práticas de Roberto Schwarz e os românticos alemães. Já se chamou atenção para tanto, no que se refere à ironia (nas perguntas da entrevista que viemos utilizando, de 1979). Decerto a familiaridade dele com estas referências daria suporte a tal investida. Pensamos contudo, que fosse mais proveitoso examinar, como estamos tentando, o sentido dessas práticas no tecido social a que se dirigem.

¹⁷⁷² Roberto Schwarz. Entrevista Fapesp, n. 98. Seguimos a seguir os rastros de Bertha Dunkel. 1. DUNKEL, Bertha. “Commentario Willy”. In. *Almanaque. Cadernos de Literatura e Ensaio*. (Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr. coord.), n. 1. 1976. Um ilustre correspondente na seção “Cartas dos Leitores”, afirmou: “o artigo de Bertha Dunkel me aborreceu devido a sua falta de clareza. Fazer a crítica literária um exercício tão obscuro é pouco democrático. Já tratei de assuntos complicados, como o teatro barroco alemão, e nem por isso deixei de ser claro, embora estivesse lidando com uma figura tão sobrecarregada como é a alegoria. Penso que a falta de clareza, além de mostrar desprezo para com o leitor, é uma tentativa de trazer para a dicção crítica aquela *aura* que a obra de arte perdeu...”.

“Os anos vinte, na Alemanha, deram frutos de um radicalismo admirável, ligado à iminência da Revolução. Casais não casavam, pois antes dela não valia a pena, e, depois não seria mais necessário; não tinham filhos, pois seria melhor nascer já na era socialista, na era da razão. Entre um passaporte de dois anos e um de cinco, o de cinco parecia um despropósito, pois logo se aboliriam as fronteiras.”¹⁷⁷³

Em que consistem os “frutos de um radicalismo admirável”? Na não reprodução social. A díade na base dela não perpetua propriedade, no presente, pois no futuro próximo, ela seria eliminada. Também não cumpre outra etapa básica daquele trabalho de reprodução social, recusando-se a ter filhos: seria melhor os fazer nascer a serviço da sociedade futura. Viaja-se, mas a grande recusa da propriedade e da família também recusa as nações. Casamento/propriedade; filhos/reprodução; passaporte/nacionalidade: eis o capítulo das negativas de Brás Cubas. Machado registrando num sentido regressivo; Schwarz, no revolucionário. Brás se despede: “não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento”; e, em definitivo, “não tive filhos” – tudo no passado, defunto.¹⁷⁷⁴ Os casais que não reproduzem a ordem no tempo que dá origem a Bertha Dunkel, são fruto da transição desta para outra ordem, mais “avançada”, eis tempo em que “tudo seria revolucionado e racionalizado: coisas, costumes, formas e modo de produção”. Roberto completa a reconstituição por meio da apresentação dos projetos de “revolução e racionalização”, e destaca a síntese de opostos contra a mediocridade burguesa que obriga a mantê-los separados. Assim, ilustra a luta: a “Bauhaus, por exemplo, estudava e renovava desde colheres e xícaras até cadeiras, privadas e locomotivas. ‘Contra a mediocridade utilitária do lucro, o utilitarismo vibrante das necessidades reais, coletivas, muitas por descobrir!’. Klee combina pesquisa e construtivismo. “*A orientação prática dava (e dá) valor poético a razão*”. “No interior do experimentalismo, utilidade e beleza não colidiam, mas se complementavam e multiplicavam. Mesmo uma obra de teoria como ‘*História e Consciência de Classe*’ (1923) é poética em seu élan transformador. O melhor exemplo é a prosa de Brecht, que

Naturalmente, o “leitor” era Walter Benjamin. (Idem, p. 74). Roberto Schwarz informou que certamente o autor desta crítica/missiva não era ela, possivelmente Bento Prado Jr. (Em conversa, 21/11/2012). 2. Gérard Lebrun antepôs Bertha a Roberto, na crítica a *O pai de família*: “Não me espantaria que a saudosa Bertha Dunkel tivesse deixado um texto a esse respeito [*o intelectual pinta de vermelho sua torre de marfim ao invés de sair dela*], que Roberto bem poderia editar um dia desses.” (“Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade”, p. 150). 3. Mais recentemente, na homenagem cujas intervenções estão reunidas em *Um crítico na periferia do capitalismo*, Löwy a mencionou; e na contracapa da última edição de *O Pai de Família*, pela Companhia das Letras, também se lembrou dela.

¹⁷⁷³ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 147.

¹⁷⁷⁴ Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In. *Obras Completas*, v. 1, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 758.

é estranha e tem poesia justo porque é vigorosa e desabusadamente lógica. – É neste contexto – guardadas as proporções – que deve ser visto o didatismo de Bertha Dunkel, de quem traduzimos um folheto. O texto é de 1922 e ao que parece destinava-se a um curso de iniciação política.”¹⁷⁷⁵

Seu didatismo se caracteriza pela junção de “letras engajadas e formalismo”, “mais razoável do que parece”¹⁷⁷⁶ – pois, para Schwarz escolher um ou outro era “estreiteza desnecessária”, queria estar dos dois lados, e, portanto, custava nada mostrar que um podia “encontrar no outro o que lhe faltava”.¹⁷⁷⁷ “Problema central do bom didatismo”, problema de Brecht, de Benjamin: “a melhor fala – a fala mais racional – não se origina por necessidade das mesmas áreas, sociais e temáticas, em que progride o trabalho político”. Do mesmo modo que na formulação da teoria da Revolução, há um hiato, “distância entre o marxismo e os homens que precisam dele”.¹⁷⁷⁸ “Ela mesma é socialmente produzida, um produto de ‘especialização’: dum lado estão os que estudam (entre eles Marx), e do outro os que trabalham.”¹⁷⁷⁹ Trata-se do mesmo problema encontrado no exame de “cultura e política, 1964-1969”, e que redundava na desaprovação geral em contraste com a aprovação do MCP, experiência talvez inspiradora do “didatismo de Bertha Dunkel”.

Não reprodução social, aproximação e síntese de elementos que devem andar separados, superação da divisão social do trabalho e monopolização da cultura dela resultante: “ao movimento operário não pode interessar uma teoria ‘acessível’, mas pior do que a melhor, e ao movimento operário não pode interessar uma teoria que lhe seja incompreensível”. O horizonte é brechtiniano e benjaminiano, e nele a revolução é também um “vasto processo no qual as formas literárias estão se fundindo” e “muitos dos contrastes a partir dos quais fomos habituados a pensar podem não só deixar de ser relevantes como até mesmo atrapalhar nossas iniciativas.”¹⁷⁸⁰ Há algo disso no seu projeto de crítica, pois é o mesmo molde referencial que aciona para cinema, teatro e

¹⁷⁷⁵ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 147-148. O destaque é dele.

¹⁷⁷⁶ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 148.

¹⁷⁷⁷ Roberto Schwarz. “Nota, 1977”. “Didatismo e literatura (Um folheto de Bertha Dunkel)”. In. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 49.

¹⁷⁷⁸ No pólo oposto da hierarquia, mas com idade aproximada à de Roberto, quando emite tal assertiva, Giannotti: “Eu sei bem, que não somos nós, os estudantes de filosofia que vamos fazer nenhuma revolução. Mas a nossa tarefa não é, porque temos ócio de sobra, preparar as bases teóricas da teoria revolucionária?” Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa. Rennes, 13/01/1957.

¹⁷⁷⁹ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 149.

¹⁷⁸⁰ Iná Camargo Costa. “Palestra sobre ‘O autor como produtor’”, p. 94-95.

literatura – como se a indiferenciação lhe fosse mais apazível, até porque não lhe falta o capital cultural pressuposto no domínio do repertório delas.

A divisão social produz o desnível e para suprimi-lo de modo produtivo – e não populista e condescendente – “é necessário articular os seus dois termos sem atenuar a distância que os separa”. É que a “melhor prosa e a prosa operária não são a mesma coisa, assim como o melhor argumento não é o mais fácil. Por outro lado, a melhor prosa, se é inacessível ao operário, não é a melhor prosa, pois é inevitável que tenha, mesmo que não queira e combata ideologicamente, o prestígio do que é para poucos, o gesto da superioridade social.”¹⁷⁸¹ Como se vê o paralelo do problema não é segredo, mas o mesmo identificado em Arena, Oficina, Tropicália, marxismo-mercadoria, liberalismo no XIX. A crítica pela ironia está na beleza da supressão da propriedade, do casamento, da reprodução social, da famigerada *divisão social do trabalho e do homem*, do prestígio do monopólio da cultura.

A “dificuldade tem fundamento objetivo, ela é índice da desigualdade real e do caráter classista da cultura” e a alternativa clássica a ela consiste na “prática partidária, que retém e liga, na sua diferença, a consciência real do operário e as proposições marxistas, e quer fundi-las por força da atividade e do esclarecimento, mas não ao preço da confusão teórica.”¹⁷⁸² Não por acaso, o percurso de Bertha resulta na adesão a vida partidária, é esse o destino, mesmo dos mais estetizantes, em fases revolucionárias:

“antes de entrar para o PC em 1921, B. Dunkel era dona de uma certa reputação de poeta, verdade que escandalosa. Ainda colegial, mas já no após-guerra, havia participado de um concurso para estreantes ao qual mandara um poema descritivo, na linha dos Dinggedichte rilkeanos, sobre “Os testículos de Edgar”. Seu poema foi recusado, ‘pela natureza filistina do assunto’. Não obstante, foi muito elogiada pelo temido

¹⁷⁸¹ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 148. Como sói ocorrer, defender que “o melhor argumento não é o mais fácil” e tomar posições à esquerda resulta em situações de risco. A peça *A lata de lixo da História* foi publicada em 1977 e sofreu uma revisão que a descaracterizou. Roberto ainda não tinha voltado ao Brasil. Ao receber o exemplar dela e observando as modificações impostas pela revisão, como alguém de esquerda viu-se entre duas grades de valores. Citamos o trecho que dá idéia disso e se liga com a discussão acima encaminhada: “Dando um balanço nas modificações, acho que elas obedecem a um critério. Onde procurei puxar pela inteligência e vivacidade do leitor, o meu revisor procurou facilitar e entregar mastigado. As intenções são opostas, e é evidente que ele não tinha o direito de me impor a dele. Digo isto sem o propósito de ofender, pois imagino que se trate de pessoa de boa vontade (...) Que fazer? Noutro país ou com outra editora, armar um escândalo. Pensando na *Paz e Terra*, não é o que me ocorre. Sou mais amigo de sua intervenção corajosa na cena brasileira que de minha peça de teatro. (...) Para alguma coisa o meu modesto desastre terá servido.” (“Revisão e autoria” [14/11/1977]. In. *O pai de família e outros estudos*, p. 124-125).

¹⁷⁸² Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 149. Como *História e consciência de classe* é, na biografia de Bertha, fruto do mesmo tempo histórico que ela, é de se aventar que algo do que Georg Lukács pensa a respeito da organização partidária como alternativa para a reificação esteja no horizonte do criador dela. (Cf. “Remarques méthodologiques sur la question de l’organisation”. In. *Histoire et conscience de classe*).

crítico vienense Karl Kraus, para quem estes seus versos “eram tanto mais fantásticos, quanto são realistas”. Ao que parece, a sintaxe do poema era de efeito ambíguo, pois tinha rigor de filigrana mas também de epitáfio: embora desse ao seu objeto o esplendor da nitidez, não o tratava com benevolência, e tinha um traço entre ascético e assassino. – Após um período indeciso, B. D. aproximou-se dos comunistas, abandonando o que o futuro stalinista ferrenho J. Prickless chamava ‘suas fixações pequeno-burguesas’. Desde então parece ter se dedicado inteiramente à elaboração de textos didáticos e de propaganda, nos quais conservou, entretanto, a sua antiga tendência à formalização da frase, agora a serviço de uma causa melhor”.¹⁷⁸³

A combinação de improváveis, característica do tempo histórico acelerado, pré-revolucionário, comparece aí novamente: gênero alto / matéria baixa (poema com tema filistino – em sentido erótico; mas, supõe-se, filistino também é sua poesia panfletária e explicativa da mais valia); fantasia / realismo; didatismo / formalização da frase; precocidade/virtuosismo (colegial que impressiona Karl Kraus). Este último ponto, diga-se de passagem, parece-nos uma piscadela de olho que instaura graça pelo descabido, desproporcional, mas também sugere que em períodos revolucionários, “não havia abismo de idade, modo de viver ou formação”.¹⁷⁸⁴

Fosse preciso rastrear os referentes de vivência pessoal de Schwarz, sem favor nem dificuldade, listaríamos: as traduções de seus próprios textos de Yale¹⁷⁸⁵; a família era originária justamente dessa cultura centro europeia de esquerda, aliás, como sua mãe, Bertha era professora, como seu pai – admirador de Karl Kraus – tinha aspirações artísticas; como Schwarz apostava encontrar a melhor formalização pela via da posição social e política mais progressista; como eles três era atormentada por um stalinista de plantão e lhe julgar “pequeno-burguesa”. Anatol Rosenfeld e Antonio Candido também usavam pseudônimos.¹⁷⁸⁶

¹⁷⁸³ Roberto Schwarz. “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política”, p. 148.

¹⁷⁸⁴ “Cultura e política, 1964-1969”, p. 81. Com relação a nossa personagem ser poeta, suspeitamos que aí se tenha algo da hierarquia da cultura erudita alemã, em que poesia e filosofia estão no topo dela. Daí que ocupar-se de assunto baixo (mais valia) implique uma rebeldia a mais. (Cf. Wolf Lepenies. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996, parte III). Vale assinalar que Roberto Schwarz possui dois livros de poesia, e que eles se ligam a momentos de liberação profissional – o primeiro livro porque é jovem/aluno (1959), o segundo, pois é do exílio (1975). E a atenção dele para a mescla entre assunto baixo e gênero alto, liga apreço pelo modernismo com inspiração em Brecht. Lembre-se que em 1966, ele traduzia trechos de “Galileu Galilei” de Brecht para *Revisão*, publicação do grêmio da FFCL-USP. (Cf. *Revisão*, n. 3, ano 2, 1966); gênero alto/assunto baixo é destacado em “O bate-boca das classes”, introdução para *A Santa Joana dos Matadouros*, em 1982; peça também traduzida por ele. (In. *A Santa Joana dos Matadouros*. São Paulo: Cosac Naify, 2009).

¹⁷⁸⁵ Cf. Nota de esclarecimento d’*A sereia e o desconfiado*.

¹⁷⁸⁶ Informação a respeito de Anatol Rosenfeld extraída de: Nanci Fernandes. “Introdução”. In.: Anatol Rosenfeld. *Na Cinelândia paulistana*. São Paulo: Perspectiva, 2002). Informação a respeito de Antonio Candido (pseudônimos: Inácio Borges de Melo, Joaquim Carneiro e Fabrício Antunes) extraída de: Vinicius Dantas. (org.) *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2002, p. 52.

Porém, parece-nos mais interessante notar a *articulação* desses elementos que, se remetem decerto a cultura já entrevista em âmbito doméstico, *elimina exatamente este âmbito* das condicionantes do percurso de Bertha Dunkel. Ela, como Anatol Rosenfeld “não era proprietário(a), não era profissional, não tinha cargo, vivia sem família”¹⁷⁸⁷. Ela, como alguns personagens machadianos escolheu escapar do labirinto do paternalismo; diferentemente deles, logrou êxito – sua reputação era escandalosa, mas com o mérito do domínio de sua arte. Se, em literatura, “tudo é construção, gesto intencional (...) deve haver sentido em construir determinações sociais *como que para não lhes reconhecer validade*”¹⁷⁸⁸ – ou em não as considerar, substituindo-as por outras.

É a eminência da revolução a energia histórica que dá vida a Bertha – sua “condição de emergência” – como para Walter Benjamin, “a temperatura da luta de classes determina o grau em que se dá a fusão de linguagens diversas”.¹⁷⁸⁹ É no curso tendencialmente revolucionário da história que as compatimentações se dissolvem e o *didatismo* político pode ser *forma literária* e problema estético. Esta superação é central em seu ideário revolucionário – e lhe orienta a conduta. Schwarz cria uma situação em que é a um só tempo: o autor do conjunto, e, nesse sentido ficcionista; o autor do panfleto, e, neste sentido, a revolucionária alemã, poeta e professora; o comentarista do panfleto, e, nesse sentido, crítico literário; e, por fim, o tradutor - em dois sentidos, da língua (alemã) e da cultura (revolucionária).

Há graça, portanto, em ser ela uma mulher. E não é pouca.

Faz supor que não seja apenas da sina da origem familiar que ele pretende emancipar a sociedade – entrevista nessas “não-condicionantes”. Bertha está dispensada da descrição de sua beleza física, lugar comum quando se trata de personagens, escritoras, e toda sorte de mulheres-produtoras ou produzidas no trabalho simbólico. Comentando a cena do baile em *O pai Goriot*, Roberto, ciente disso, trabalha o ponto: “A beleza, como a descrevemos, é feminina e apela para o senso masculino de propriedade. Exibe-se aos presentes, mas destina-se a um só. Como a mercadoria, que põe gula no olhar de todos, mas responde somente à maior oferta, ela alimenta o seu brilho no desejo à volta” – ou seja, ela só existe pela cobiça que desperta, é objeto e não

¹⁷⁸⁷ Roberto Schwarz. “O intelectual independente”, p. 96. Também Priscila Figueiredo aproximou Bertha de Anatol, mas com motivação diferente. (“Anatol Rosenfeld, figura de Roberto Schwarz”, p. 126).

¹⁷⁸⁸ Roberto Schwarz. “Retrato de uma Senhora (o método de Henry James)”. In. *A sereia e o desconfiado*, p. 153.

¹⁷⁸⁹ Iná Camargo Costa. “Palestra sobre ‘O autor como produtor’”, p. 104.

sujeito.¹⁷⁹⁰ *A ausência do condicionamento da origem familiar e nenhuma menção a dotes físicos de Bertha – sequer em registro positivo – dão mais o que pensar.*¹⁷⁹¹

Decerto no horizonte dos pares havia uma figura feminina que preparava o terreno, de modo a não ser tão extravagante uma mulher nesta posição, até porque, nos manuais de boas maneiras dos corações à esquerda consta a superação das assimetrias entre os sexos, até segunda ordem.¹⁷⁹² Assim, um fio frágil decerto, mas o bastante para garantir a verossimilhança com o referente, remetia a Rosa Luxemburgo (contexto cultural de Bertha) e a Marta Harnecker (de Schwarz e seus amigos).¹⁷⁹³

¹⁷⁹⁰ Roberto Schwarz. “Dinheiro, memória e beleza (*O Pai Goriot*)”. In. *A sereia e o desconfiado*, p. 175.

¹⁷⁹¹ Considerando o conjunto de “mulheres” que aparecem em suas análises, Bertha Dunkel é parente alemã de Capitu e Helena Morley. Não é possível investigar mais a fundo isso, mas importa registrar a suspeita de filão profícuo. A análise de Virgília (In. *Um mestre na periferia do capitalismo*); a análise dos papéis de Carla e Luísa no 8 ½ de Fellini (In. *A sereia e o desconfiado*); a esposa de “Contra o retrocesso” (In. *Sequências brasileiras*) – remetem, em conjunto, ao exercício da inteligência; que, se não é exclusivo delas, nos papéis femininos, apresenta-se de modo paradigmático da dominação simbólica em regime de sociedade de classes. Vale dizer, a equiparação da mulher à mercadoria e seu apelo ao senso de propriedade masculino estão ligados ao entendimento de que “a articulação negativa de cabeça e coração – o progresso de uma é a minguagem do outro – corresponde à existência em regime de mercado: é preciso depreciar o que se vai comprar. (...) O conhecimento, em sociedade antagonística, é meio de destruição”. (“Dinheiro, memória e beleza (*O Pai Goriot*)”. In. *A sereia e o desconfiado*, p. 176). A visada solidária à condição de mulher parece advir das posições dominadas que ocupou; o enquadro que ela recebe a aproxima do pólo masculino, o qual, como homem, pode martirizar como ironia. Se a dominação entre os sexos puder ser encarada como o protótipo da dominação simbólica, a composição ganha ainda mais graça pelo nome em descompasso com a posição do stalinista: inclinado favoravelmente ao pólo dominante (stalinismo) das posições políticas dominadas (esquerda), é, como sugere a composição do nome Prick/less destituído do atributo fálico correspondente. Bertha é a grande recusa da incorporação das disposições femininas/dominadas. Atente-se à eliminação do atributo simbólico de poder masculino, com o “rigor de filigrana mas também de epitáfio”; no poema “Os testículos de Edgar”: “o esplendor da nitidez”/sem tratá-lo com benevolência; “traço entre ascético e assassino”. A criação, no que tem de meio atemorizante, a nosso ver, faz par com a sensibilidade do crítico em ofertar seus três grandes livros de análise dedicada a Machado, para mulheres. Às vésperas da entrega desta versão corrigida foi lançado *Martinha versus Lucrécia. Ensaio e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Prova de fogo para o argumento, ou confirmação dele pela racionalidade entrevista na anti-Lucrécia machadiana?

¹⁷⁹² Não por acaso, a presença feminina é aceita, bem recebida, ainda que em postos femininos do trabalho político. Nunca é demais assinalar que o labirinto da dominação não é transparente à vida social. Por isso, vale afirmar, com Pierre Bourdieu: “sem que se atribuam aos homens estratégias organizadas de resistência, pode-se supor que a lógica espontânea das operações de cooptação – que tende sempre a conservar as propriedades mais raras dos corpos sociais (...) enraíza-se em uma apreensão confusa, muito carregada de emoção, do perigo que a raridade, e, portanto o valor de uma posição social, bem como, de algum modo, a identidade sexual de seus ocupantes, ocorre com a feminilização”. Nesse sentido, a “violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres” em alguns círculos denota o empenho em proteger o atributo social no qual ostentam prioritariamente seu valor, a virilidade. (*A dominação masculina*, p. 115. Destaques nosso).

¹⁷⁹³ Aproximamos Bertha Dunkel de Rosa Luxemburgo, tendo no horizonte o caldo cultural centro-europeu e afinidades outras, como: ser autora diletta de anti-stalinistas, escrever a *A acumulação de capital* (1913) quando estava envolta nas questões do didatismo (do Partido Social Democrata Alemão), e acumular atributos que revelaram “limites” da esquerda com relação ao *ethos* que ela própria se propõe a

Um crítico, ao comentar uma obra, subordina-se, relativamente ao que comenta, aprovando ou reprovando o seu material. A atividade crítica envolve paradoxalmente uma posição de autoridade em relação ao que é comentado, seja ele aprovado ou reprovado, e ela é partilhada por ele com seus pares. É justo supor que não fossem poucos, fossem qualificados e prioritariamente homens, esses pares, compartilhando da posição de autoridade com relação a Bertha. Note-se que a posição criada por Schwarz diminui ele próprio e seu grupo de referência, com relação ao objeto/mulher analisado, enquanto a farsa é mantida. O nexos das relações entre objeto e sujeito da produção e circulação artística também vai do avesso nessa toada, contudo. Se no repertório artístico da maioria dos gêneros, as mulheres são objetos e os homens são produtores – banal lembrar que há mais mulheres retratadas nas telas do que as assinando – então, aqui, ela, como poeta, ele como crítico sugerem certo embaralhamento na divisão sexual do trabalho. Mantida a farsa, Bertha é como Rosa Luxemburgo, Marta Harnecker, Alexis Kollontai, Nadezhda Krupskaya, exceções que confirmam a regra: no conjunto, as mulheres reproduzem, não produzem. Revelada a farsa, eis a tragédia: o crítico, autor, tradutor, Roberto e ela, encontram-se no mesmo patamar, legando ao “enganado” a desconfortável situação de canastrão na hora que cai o pano. Daí, parece-nos, o crítico não revelar nomes, mas não perder a oportunidade de pontuar, dando prosseguimento à investida *crítica* – à divisão sexual do trabalho, à assimetria entre os sexos, à cultura bacharelesca, da “ordem do relevo social, ornato, fidalguia”¹⁷⁹⁴, mesmo com conteúdo esquerdista: havia quem se lembrasse de Bertha!¹⁷⁹⁵

A divisão social do trabalho – em processo de suspensão no tempo de Bertha, igualmente no MCP – também estilhaça a atividade de Roberto Schwarz. Ele é tanto na ficção de Bertha quanto na vida real, tradutor não profissional. Se é verdade, como

ter: ser mulher, judia, polonesa, discordar de Marx. Não bastasse isso, o elogio de Karl Kraus que Bertha recebe tem paralelo no de Lukács endereçado a Rosa (“Rosa Luxemburgo como marxista. In. *História e consciência de classe*). Marta Harnecker é conhecida divulgadora de Althusser na América Latina.

¹⁷⁹⁴ Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”, p. 19.

¹⁷⁹⁵ O desdobramento último dessa linha, parece-me alcançar *Duas meninas*, mas ultrapassa nosso escopo. De todo modo, ele está em operação no exame pontual do labirinto da dominação que enfrentam as “heroínas” de Machado, o crítico não deixa escapar o “grau de arbitrariedade a que se vê entregue o dependente, sobretudo se for mulher” (*Ao vencedor as batatas*, p. 181-186, destaques nosso) – e, parece-nos, no estudo de Iaiá Garcia, chega-se, dessa perspectiva, na primeira fase, ao ponto mais alto de elaboração. O drama, levado às últimas consequências em sua impossibilidade de saída histórica, expresso nas possíveis combinações das tentativas de sair da condição de dependência, acompanha todas as heroínas dos três romances “chatinhos”, todas “moças nascidas abaixo de seu merecimento”. (*Ao vencedor as batatas*, p. 88).

lembra, Marcio Seligmann-Silva, que “não pode existir uma tradução absoluta”¹⁷⁹⁶, Roberto aposta no denominador comum pressuposto na atividade de tradução: a razão. E esta tradução implica a comunicação entre dois mundos – lingüísticos, culturais, políticos, e de classe. Se for correta a interpretação segundo a qual a assimetria dos sexos é protótipo da dominação simbólica, o arremate que oferece “*Utopia*” talvez diga algo a respeito de Bertha, pressuposto, talvez, aqui, exposto.¹⁷⁹⁷ Esta espécie de ficção com ensaísmo, meio crônica, meio conto, vai do domínio de duas mulheres, à perda de ambas, passando pelo gesto erótico que, sendo conceitual, não é correspondido/compreendido. O desfecho, igualmente racional, conclui: “É raro que duas pessoas se entendam”.¹⁷⁹⁸

Supomos, daí ser fundamental, o tradutor – do marxismo para os operários, do alemão para o brasileiro, da esquerda para seu conservadorismo com relação às mulheres, dos esclarecidos à esquerda à reprodução que realizam da cultura bacharelesca – espécie de mediador da razão suprimida pela divisão do trabalho, dos sexos, das nações. *Ser estrangeiro*, já ensinou Simmel, não consiste em estar fora da interação social, porém, num modo específico de tomar parte nela, estranho ao círculo em que se encontra. Esse intervalo, que na prática implica duplo domínio de códigos e línguas, foi posto e repostado no itinerário de Roberto. Esteve mais ligado a origem familiar/migrante no início do percurso, condicionante que cede a outras contingências com o enredamento na malha social paulistana/universitária. De família alemã entre brasileiros, judeu entre presbiterianos, literato entre cientistas, aluno entre professores, brasileiro entre americanos, abasileirado/exilado entre franceses, dominado entre dominantes e dominante entre dominados, desvendou o Brasil por meio de um escritor mulato e suas heroínas: dois tipos sociais para os quais a dependência/favor não deixaram saídas históricas, ao alcance de parte dos estrangeiros, entre os quais podem

¹⁷⁹⁶ Marcio Seligmann-Silva “*Zeugnis e testimonio: sobre a diferença e intraduzibilidade entre dois conceitos.*” In. *Experiência cultural judaica*, p. 181.

¹⁷⁹⁷ Sem esta tentativa de especificação, também Priscila Figueiredo liga “*Utopia*” e Bertha Dunkel: “Por um instante, o país saía da órbita do destino, da repetição mítica. É para esse instante que está mobilizada parte da energia de *O pai de família*. Nele se aguarda, em vigília juvenil, o salto do artístico para o político. O folheto de Bertha Dunkel e a argumentação apaixonada em torno da prosa didático-política, se soam algo irônicas em 66, 68, é de auto-ironia, que tem o combustível da paixão – a mesma que suspende a vibração mais conceitual dos ensaios e nos insere no ambiente poético de ‘*Utopia*’, um contínuo marcusiano em que o gesto erótico é um gesto de pensamento. Não há separação. De um modo geral, porém, a aposta de que a arte e o cotidiano iriam se relacionar de maneira alterada se converteu numa efígie e esfriou.” (“Anatol Rosenfeld, figura de Roberto Schwarz”, p. 137).

¹⁷⁹⁸ “*Utopia*” (1972). In. *O pai de família e outros estudos*, p. 98.

imigrantes centro-europeus da Viena de fim de século serem incluídos, pelo desnível educacional que os eleva no conjunto.¹⁷⁹⁹ Recentemente, por ocasião dos trinta anos da publicação de “As idéias fora do lugar”, Roberto Schwarz foi qualificado como “o homem que releu a alma brasileira”¹⁸⁰⁰. Completaríamos: e a *traduziu* para ela própria. Será, como quer Roger Bastide, necessário esse senso de estranhamento para desnaturalizar o que para o Brasil é como o ar que se respira? Sim ou não, parece-nos certo que no arcabouço dele encontra-se o exercício da crítica justificada por si própria e que ela só caminha por meio de dois referentes – um, que possibilita a identificação; outro que requer a negação do primeiro. E este é pressuposto, salvo engano, salvo a Revolução aconteça. Afinal, “o que pode ser um mundo sem utopias, se não um mundo despossuído dos valores que ultrapassam a mera expressão do existente”.¹⁸⁰¹

Um amigo em outras troças dedicou a Roberto Schwarz uma pequena biografia em versos, prólogo para um “amor sem uso”, antecede “tempo de ficar velho”.

Sátiras

(Pedindo vênia. Exercícios poéticos.

Os personagens desses poemas são fictícios etc.)

(...)

Viena, fim de século

Quando Hitler foi informado

de que nascera um crítico literário

mandou matar todos os recém-nascidos.

Mas Roberto escapou

graças à cumplicidade de um príncipe.

Depois, tentou ser violinista

mas lhe faltava o talento.

Em poesia, teve vários acertos

mas um dia, meteu os paus

pelas mãos.

E jogaram-lhe no lixo

a sua única peça dramática.

Por isso insistiu na crítica literária.

¹⁷⁹⁹ Como assinalaram Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello: “Basta comparar os três tipos sociais que foram os protagonistas (...) da urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, o imigrante rural e o negro urbano e seus descendentes”; o patamar em que os dois últimos entravam na competição era “muitíssimo mais baixo que o do imigrante estrangeiro, o que impunha limites estreitos à sua progressão na ordem social competitiva.” (“Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In. *História da vida privada: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 584)

¹⁸⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14 de outubro de 2007. (Cultura)

¹⁸⁰¹ Fernando Novais. “Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”, p. 23.

*Durante os vinte anos
de uma gravidez prolongada
teve dois partos difíceis.
Os dois volumes
enfim nascidos honraram Machado
a Pátria
e o crítico transmigrado.
Honraram também
a Áustria distante;
não a sua,
que esta lhe deu um pontapé.
Mais e melhor
a falecida Áustria-Hungria
do imperador Francisco José.¹⁸⁰²*

¹⁸⁰² Ruy Fausto. *Os piores anos de nossa vida. Histórias – ‘suspiros poéticos e saudades’*. Brasília-DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2008, p. 44-45. Deste mesmo livro foi extraído “Walras” (Idem, p. 22), e aludimos a poema homônimo ao sub-intitular a seção do primeiro capítulo, “Troca de Musa” (Idem, p.52). Conhecido no Brasil e no estrangeiro como grande leitor de Marx e crítico de Althusser, o itinerário e as teses de Ruy Fausto, em função do enquadramento analítico adotado, não poderiam ser contemplados neste trabalho, sob pena de fazê-lo em desequilíbrio com os demais. O mesmo poderia ser dito a respeito de e Michael Löwy. É evidente que seus percursos e estudos são tributários da história que aqui se conta. Porém, pareceu-nos mais seguro ter como critério de seleção para análise a *nota coletiva* de um grupo inscrita nas *teses* que produziram – ainda que não se perca de vista que os que ficam de fora da configuração tornem mais nítidos os elos que a mantém unida, como, aliás, consideramos nos argumentos mais centrais da tese. Apostamos que o rendimento do esquema adotado aqui possa ser posto a prova face a outros itinerários de marxistas universitários e ganhar reparos. Contudo, incontornavelmente, pelos laços orgânicos que estabeleceram, este trabalho teria que começar pelo Seminário inaugural. Enfim, desnecessário dizer, mas para evitar malentendidos – inacreditavelmente, ainda recorrentes em história intelectual e sociologia dos intelectuais –: o estudo das condicionantes das realizações a que nos dedicamos não “diminui” as que não foram incluídas, tampouco as que toma para exame.

Capítulo V. Amor sem uso. Tempo de ficar velho.

“Ficou moderno o Brasil
Ficou moderno o milagre:
a água já não vira vinho,
vira direto vinagre.”

Antonio Carlos de Brito. Florais, s/d¹⁸⁰³

O advento do golpe civil militar fragmentou a comunidade que vimos reconstituindo. Seus caminhos se dividiram entre o exílio, o trabalho no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a permanência na Universidade de São Paulo. O exílio foi o destino de Florestan Fernandes (Canadá, até 1972), Bento Prado Jr. (França, até 1976) – por terem sido aposentados compulsoriamente – e Roberto Schwarz (França, até 1977) – que, perspicaz, sai de cena em função da proximidade com grupos de resistência. No Cebrap, reuniram-se Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes e Cândido Prociópio Ferreira – primeiro presidente do centro; professor na ELSP, cacifado por relações privilegiadas com o *stablishment* político e círculos empresariais, próximo a cadeira de Sociologia I, especialmente pelo auxílio prestado junto às pesquisas do Cesit. O Cebrap viabilizou as carreiras que chegavam ao seu auge e foram interrompidas pelas aposentadorias – todos os membros eram experientes em pesquisa e tinham convites para se arranjam no exterior. O *staff* inicial remonta às relações azeitadas em torno das investidas “modernizantes”, desde os arranjos para emplacar na reitoria Ulhôa Cintra, de que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi pivô.¹⁸⁰⁴ A viabilização do centro logo contou com a participação de membros cujos vínculos com o sociólogo remontam ao exílio no Chile, entre 1964-1968, e às incipientes aproximações entre paulistas e mineiros¹⁸⁰⁵; com o apoio de suas relações e de Prociópio Ferreira entre empresários e

¹⁸⁰³ Antonio Carlos de Brito. “Florais”. In. Heloísa Buarque de Holanda. *26 poetas hoje*, p. 41.

¹⁸⁰⁴ Cf. Capítulo 2. Naturalmente, os três primeiros estão ligados ao Seminário. Há uma controvérsia a respeito da relação entre Cebrap e Seminário. Alguns entendem o centro como desdobramento do grupo d’*O Capital*, outros, como uma ruptura. As duas perspectivas pontilham as entrevistas reunidas em *Retrato de grupo. 40 anos do Cebrap*.

¹⁸⁰⁵ Outra fase da vida intelectual se abre, razão pela qual se torna impossível o mesmo tratamento de pormenor. Apenas indicamos, generalizando os casos que são bem mais diversificados que essas linhas gerais. Nesse segundo grupo, encontram-se: Octávio Ianni (que terá passagem breve e dificultosa pelo centro, como outrora, pelo seminário); Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Lúcio Kowarick, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins, Francisco Weffort, Boris Fausto, Régis de Castro Andrade, Luiz Werneck Vianna e Maria Hermínia Tavares de Almeida. (Cf. *Retrato de grupo*, s/p.). Bernardo Sorj propõe uma análise da produção intelectual do centro ligando-o às “interpretações do Brasil” e às dificuldades de realizá-las. (*A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001). No conjunto, vale assinalar: muitos desses membros azeitam as relações entre a USP e o Cebrap – ou por não terem sido aposentados, e continuarem

políticos, persuadindo a Fundação Ford de que seus receios eram infundados, e os cientistas sociais, inofensivos perante a conjuntura política adversa¹⁸⁰⁶ – a despeito da “mística do intelectual perseguido”¹⁸⁰⁷, que não tardaria a ter seus rendimentos simbólicos, sobretudo entre as turmas ingressantes na então reformada FFCL-FFLCH-USP. É com elas que teriam de lidar a terceira ponta da mencionada fragmentação: os professores não aposentados, não por poucas vezes, colocados contra a parede por causa disso.¹⁸⁰⁸ João Cruz Costa providenciou sua aposentadoria já em 1965. Ele, os exilados e os aposentados deixavam na FFLCH-USP: Eurípedes Simões de Paula, Antonio Candido, Eduardo D’Oliveira França, Fernando Novais e Maria Sylvia Carvalho Franco.

Estivessem em qualquer das direções assinaladas, ou no cruzamento delas, entre 1964 e 1974, todos foram atingidos pela perda dos “que partiram sem dizer adeus”¹⁸⁰⁹. Difícil não supor que a vivência entre a pena e o fusil não tenham concorrido para definir quadros de concepção e recepção de obras que tiveram centralidade naqueles anos.¹⁸¹⁰ Os agentes, em cada direção apontada acima, e a seu modo, sofreram também

docentes (Weffort, Leôncio Martins Rodrigues); ou por ingressarem, como docente da USP, galvanizando os trabalhos desenvolvidos no Cebrap.

¹⁸⁰⁶ Cf. Fábio Keinert. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011, p. 63-69. Este trabalho opta ligar o Cebrap ao Cesit, ressaltando o nexos entre perfil de produção e condições de exercício profissional que caracteriza os anos setenta, ao invés de ligá-lo ao seminário. Adotamos a mesma perspectiva.

¹⁸⁰⁷ Nesse sentido, o mencionado trabalho de Bernardo Sorj é também testemunho; assim como o de Milton Lahuerta. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

¹⁸⁰⁸ “(O engajamento) pode desviar as energias dos estudos (em 1968) os alunos protestavam porque um professor, ao ensinar determinado problema estético, estava dando um curso que reputavam ‘alienado’; quando não se devia falar sobre Kant, mas sim sobre Debray. Isto é uma imbecilidade, que a presente conjuntura (1974) pode incrementar (...) a necessidade de oposição torna o intelectual aguerrido ideologicamente (...) acho que uma conjuntura como a atual é ruim de dois lados: porque é repressiva e porque, sendo repressiva, hipertrofia a reação intelectual até limites que ela não deveria atingir.” (Antonio Candido. Entrevista. In. *TRANS/FORMAÇÃO*, n. 1, 1974, p. 16).

¹⁸⁰⁹ “Para todos que partiram sem dizer adeus” é a dedicatória de José Arthur Giannotti em “O ardil do trabalho”. *Estudos Cebrap*, n. 4, 1973.

¹⁸¹⁰ Sugerimos, em outra ocasião, que as variações de entendimento e julgamento de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – como inviabilidade da autonomia continental face ao centro do capitalismo ou como chamado à luta política, ambas leituras possíveis em função da abertura/imprecisão das conclusões – poderiam ser parcialmente remetidas à experiência de perdas de alunos, amigos, professores articuladas à localização no espectro político e intelectual. São, afinal, abundantes no oferecimento de livros e nos agradecimentos deles, a referência a elas e, como já demonstrou Marcelo Ridenti, o recrutamento da luta armada dá suporte a esta hipótese (*O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993). Ela não nos parece facilmente descartada e não se desvencilham os comentários a respeito dos livros de Fernando Henrique Cardoso, da “ilusão biográfica”. O livro de enfrentamento das teses cepalinas, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é publicado no Brasil, apenas onze anos depois da formação do grupo, em 1969; escrito em parceria com Enzo Faletto. Em todas as suas entrevistas, Fernando Henrique Cardoso tributa uma coisa a outra, e, em geral, seus comentadores e seus antigos colegas. (Fernando Henrique Cardoso. Entrevista. *Retrato de grupo*;

o impacto da reforma do ensino universitário, realizada pelo regime autoritário, com a assessoria da *United State Agency for International Development* (Usaid)¹⁸¹¹; pela emergência de disciplinas que destronam a hegemonia da Sociologia; mormente, a Economia e a Ciência Política.¹⁸¹² Como tem sido assinalado, a censura aos conteúdos

Conversas com sociólogos brasileiros. Roberto Schwarz. “Um seminário de Marx”; José Arthur Giannotti, “Recepções de Marx”, p. 119. A liga estabelecida pelos dois últimos se justifica por entenderem que *Dependência e desenvolvimento* “insiste na noção de sistema” e analisa formas peculiares de dominação e crescimento – sem se deterem na identificação de qual noção sustenta tal sistema. Nesse sentido, o texto de Francisco Weffort escrito contra o livro em questão, parece, a um só tempo, “chamá-lo” de volta à minúcia da discussão teórica sustentada no Seminário, bem como, intenta afrontar o antigo professor, incorporando a lição do método de leitura e da crítica conceitual. Francisco Correa Weffort. “Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional.” In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971, p. 10.) Vale atentar para o lastro histórico que sustenta a identificação e condicionou a leitura de *Dependência e desenvolvimento*. No que diz respeito a Fernando Henrique Cardoso, a unidade estabelecida entre as obras *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, *Capitalismo e escravidão* e *Dependência e desenvolvimento* remete ao parentesco dos investimentos envolvidos em cada uma delas, peças de combate em sua afirmação profissional, a unidade de sua experiência pessoal orienta uma leitura conjunta desses livros. No que diz respeito a seus colegas e comentaristas, a fissura, ignorada a seu tempo, tinha razão de ser, sobretudo no que diz respeito à liga estabelecida entre o seminário e a “teoria da dependência”, baseada na unidade autoral de seu nome, plasmando uma falsa unidade de percurso e interpretativa. Ora, Fernando Henrique Cardoso sai do Brasil em 1964, por ocasião do golpe civil-militar, quando as reuniões do grupo estavam em curso, e, em seu retorno, em 1968, traz na bagagem um livro, *Dependência e desenvolvimento*, e a experiência acumulada nas passagens por Argentina, Chile e França, com intensa experiência acadêmica. Entre as condições de elaboração de *Capitalismo e escravidão* e de *Dependência e desenvolvimento* há aproximações e distanciamentos. As primeiras certamente ficaram mais evidentes na vivência e na memória dos contemporâneos, suscetíveis a dimensões de mais visibilidade da vida intelectual. Por exemplo, os títulos dos livros. Em ambos, dois elementos que senso comum acadêmico e político tomavam, em geral como incompatíveis, e que ele procura estabelecer conexões de sentido. Repete, em chave oposta a jogada do título de outro livro, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, cuja ligação de protagonismo-causalidade, também do senso comum, é questionada. Mais forte ainda que os títulos terá sido seu percurso para os que ficaram no Brasil em 1964. Saía do país para se refugiar na Argentina, por estar já na primeira lista do Inquérito Civil Militar aberto na Universidade; era associado ao marxismo, que já se associava a símbolo máximo de dissidência social e resistência ao regime; à ascensão da Sociologia I e voltava, com uma tese que questionava, nada mais nada menos que a Cepal, na qual teve, também com rapidez, ascensão notável. Estas condicionantes sociais certamente entraram em jogo no estabelecimento de uma unidade entre duas obras que um hipotético leitor, alheio a este tempo e a este espaço, dificilmente atribuiria ao mesmo autor. É certo contudo, que as aproximações se sobrepuseram aos distanciamentos das condições de elaboração dos dois livros, mas o exame destes oferece uma das chaves para a compreensão da força do sentido socialmente compartilhado daquelas. A estada na Cepal foi marcada também pela experiência de um seminário de leituras de *O Capital*, e dela ele sacaria mais uma vez uma obra. A disputa que estabeleceu com seus colegas seminaristas contra Florestan Fernandes impunha, contudo um empenho pela defesa do marxismo; aquele estabelecido na Cepal, exigia a defesa da Sociologia e da Política, contra a Economia. Não por acaso, em *Dependência e desenvolvimento*, ele é responsável pela parte “metodológica” E Enzo Faletto, pela pesquisa empírica. As teses centrais se sustentam contra Celso Furtado – um dos mentores da instituição, e de indiscutível renome internacional. Sua ascensão fulminante a diretor adjunto da área social da CEPAL não se desvincula dessas investidas; e a notável distância da armação do esquema interpretativo, em que se pese a presença da noção de ‘sistema’, ‘totalidade’ e dialética, também não. Estas observações são pressupostas no que afirmamos a seguir e se inspira, parcialmente, em: “L’illusion biographique”. In. Pierre Bourdieu. *Raison pratiques. Sur la théorie de l’action*. Paris : Ed. du Seuil, 1994.

¹⁸¹¹ Cf. Luiz Antonio Cunha. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 2ª ed.

¹⁸¹² Cf. Maria Rita Loureiro (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

das produções intelectuais e artísticas, no caso da ditadura civil-militar brasileira, diferentemente de outros países¹⁸¹³, não impediu que o próprio Estado fosse o demiurgo de iniciativas de financiamento do setor.¹⁸¹⁴ O exame dos investimentos em ensino superior, com vistas a expansão de vagas, oferece números que evidenciam o acanhado do período anterior, do ponto de vista nacional.¹⁸¹⁵ Desenvolvidas de modo indissociável à posição que seus respectivos estados ocuparam na federação desde os anos 1930, era inevitável que as universidades reagissem às transformações, diferenciadamente. Em São Paulo, e particularmente na USP, assinala-se o declínio final de um modelo, a coerção à adaptação aos novos tempos, em condições de precariedade que iam das instalações, à biblioteca, ao atraso dos salários, à dificuldade de regulamentação do ingresso docente – em meio ao aumento abrupto do corpo docente e cerrada vigilância política.¹⁸¹⁶ Nesse sentido, as condições mais difíceis para o exercício profissional parece ter sido aquela legada aos mestres dos seminaristas – Florestan, no exílio; e os demais, na USP – e àqueles que permaneceram com eles na faculdade reformada, Fernando Novais e Maria Sylvia.

Florestan Fernandes amargou sua frustração no exílio. Em contraste com outros casos de passagem pelo circuito internacional, em que os indivíduos o realizam em etapas anteriores da formação e, portanto, mais jovens, o sociólogo não se “atualizou”

¹⁸¹³ Não resistimos a mencionar a análise de Frederico Neiburg – pela acuidade e modo como trabalha a documentação (especialmente currículos e memoriais). O estudo do caso argentino oferece contraste e interesse: *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: Edusp, 1997. Trad. Vera Pereira.

¹⁸¹⁴ A assertiva é válida também para outros âmbitos da produção cultural, marcadas por intensa profissionalização, como a televisão e o jornalismo. Cf. Renato Ortiz. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001, 5ª ed., especialmente capítulo 2. A demanda por mão de obra qualificada propiciará a muitos artistas ungidos pela missão romântico-revolucionária a reconhecer nas novas oportunidades de trabalho, uma forma de dar prosseguimento a ela. Cf. Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. Naturalmente, os dilemas entre trabalhar para o capital e ser contra ele emergiriam e também seriam objeto de produção artística. O mesmo pesquisador investigou o ponto em *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2010, especialmente nos três últimos capítulos.

¹⁸¹⁵ Sérgio Miceli. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In. *História das ciências sociais*, v. 2, p. 9-24; Renato Ortiz. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”. *Novos Estudos*, n.27. São Paulo: julho de 1990. Números com direção análoga, para período posterior, podem ser encontrados em Simon Schwartzman(org.). *Universidades e desenvolvimento na América Latina. Experiências exitosas de centros de pesquisa*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

¹⁸¹⁶ A organização da UNESP em 1976 e o estabelecimento da UNICAMP em 1971 descentralizam o sistema universitário em São Paulo; porém, parece-nos, não elimina a centralidade da USP, em função dos quadros recrutados para estas instituições. As rivalidades não se dissociam de um intenso intercâmbio. A respeito do controle das contratações docentes, na USP, durante o regime militar: “Documento comprova existência de representação do DOPS na Reitoria da USP”. In. *Controle ideológico na USP*.

no exterior. Ao contrário. Quando voltou, retomou os planos do livro *A revolução burguesa no Brasil*, iniciados em 1966; e suas intervenções políticas, sua afirmação como socialista e marxista embaralharam o quadro das associações entre ciência e política, para uns; atijando em outros o desejo de também mesclá-las. O sociólogo parece mesmo dar vazão a ímpetos que no passado teve de conter – especialmente o da militância entre trotskistas. À primeira vista, talvez parecesse irônico que os – agora já não mais tão – jovens leitores d’*O Capital* de outrora estivessem à sua “direita”: impressão que o tom politizante dos seus escritos contribui para criar, na medida em que desloca as categorias de classificação para o critério político.¹⁸¹⁷ Estavam, contudo, dando, simplesmente prosseguimento a suas carreiras – o mesmo que fizera ele, outrora – sob as condições então vigentes: intervindo no quadro político, esporadicamente, ou quando convocados; por meio de produção de pesquisas com evidente solidariedade social, contribuição em periódicos oposicionistas.¹⁸¹⁸ Com efeito, muitas díades se desfazem e refazem nos anos 1970. Florestan Fernandes toma distância do núcleo do Cebrap e se aproxima de Ianni.¹⁸¹⁹ Parece mesmo deixar o antigo pupilo entregue a dupla com seu amigo (Fernando Henrique-Giannotti), enquanto amarga na “gaiola de ouro” a redefinição do mundo e de si.

¹⁸¹⁷ Cf. Lidiane Soares Rodrigues. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

¹⁸¹⁸ Cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

¹⁸¹⁹ Trata-se de hipótese que arriscamos afirmar, embasada no levantamento do oferecimento recíproco de livros (de Ianni para Florestan, e deste para ele). Para que nosso leitor não fique a desejar, selecionamos um conjunto mais representativo, pelas formas de tratamento de ambos e pelas referências ao acúmulo de experiências compartilhadas (no passado, mormente) e dificuldades presentes. Assim: “Ao prof. Florestan Fernandes com a amizade de sempre, principalmente nas horas difíceis. Octávio Ianni 10/12/68” (*O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968). Estamos aí, na virada do período cujas relações estamos caracterizando. A seguir, Ianni manifesta-se a respeito da saída de cena de Florestan: “Ao caríssimo Prof. Florestan Fernandes pelo seu feliz e esperado retorno Octavio Ianni 30/12/71”. (*Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971). Em fase de retorno à vida pública, Florestan se liga a ele na mesma toada, como quem precisa registrar o vínculo que se estabelece em meio a dificuldades: “Octavio: o combate continua. Sinto-me feliz e orgulhoso de contar com você, com seu apoio e a amizade tanto nas melhores situações, quanto nos piores momentos! Florestan 16/2/82”. (*A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982). Seu pupilo estava ao lado, co-respondendo, literalmente: “Ao querido mestre e amigo prof. Florestan Fernandes de quem eu me sinto também companheiro de lutas e ilusões O. Ianni 7/10/84” (*O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984). Por fim, parece-nos, pelo tipo de relação que vimos reconstituindo, expressivo o modo como oferta em 1986: “Para Octavio, irmão mais novo e único e para a Eline, com amizade e carinho, Florestan 22/2/86”. (*Nova República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985). Não estava apenas ao lado, era então um igual, irmão e a esta relação também co-respondia: “Ao querido amigo e mestre Florestan Fernandes com o abraço companheiro e carinho irmão O. Ianni 7/10/89” (*Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1989). Todos os livros citados nesta nota se encontram na BCO-UFSCar/Coleção Especial Florestan Fernandes (ofertados por Ianni) e na Coleção Especial Octavio Ianni na Unesp-Araraquara (ofertados por Florestan). Todos os destaques são nossos.

Aquele estilhaço inicial não impediu a retomada de auxílios mútuos, ramificação da rede de apoio, conformando mesmo uma espécie de internacional dos intelectuais, da qual o Cebrap era um “quartel general” nada desprezível.¹⁸²⁰ Vale dizer, o centro é repleto de elementos contraditórios que remetem a valorização de um perfil de produção crescentemente ultrapassado e em descompasso com as novas condições de exercício profissional em feitiço americanizado, que paradoxalmente o viabilizam.¹⁸²¹ Longe de se tratar de uma peculiaridade deste grupo, a concepção missionária que os intelectuais brasileiros em geral têm de si próprios é traço estrutural e constitutivo dos mesmos, e não se desvencilha da condição de reféns das iniciativas estatais no direcionamento e fomento da produção científica e cultural.¹⁸²²

Assim, nos anos iniciais, o Cebrap, revivia a sociabilidade que outrora vicejava na Maria Antonia, abrindo relativamente seu espaço para os ingressos na FFCL-FFLCH reformada, por meio dos amigos que nela ficaram. Giannotti e Fernando Henrique deram continuação à parceria. O filósofo reeditava as reuniões do seminário nos chamados “mesões do Cebrap”, em que “dizia exatamente o que estava pensando ou até mais do que estava pensando, para acirrar o debate”. É que “a fala terna cabe na oração”.¹⁸²³ Mas nem só em mesões se exercitava e mostrava fôlego em críticas que – tivéssemos mais espaço, com prazer apresentaríamos – poderiam ser chamadas de “Contra Althusser II” – e, assim, tomava, indiretamente, partido de seu amigo Fernando Novais.¹⁸²⁴ É que, não foi apenas durante a cerimônia de doutoramento que o

¹⁸²⁰ O caráter intergeracional, multidisciplinar, fazendo convergir pesquisadores de diferentes regiões brasileiras, recebendo quadros estrangeiros, em constante trânsito no circuito científico internacional, formador de quadros qualificados, prontos para o trabalho de assessoria política, em especial quando o mercado de trabalho a eles se abriu com a distensão política, fica evidenciado pela pesquisa de Bernardo Sorj. (*A construção intelectual do Brasil contemporâneo*); pelos depoimentos de *Retrato de grupo* e pelo esquema interpretativo de Fábio Keinert. (*Cientistas sociais entre ciência e política*). Florestan Fernandes e Octavio Ianni rebelam-se contra o financiamento da Fundação Ford – razão pela qual eles afirmam não aderirem ao Cebrap.

¹⁸²¹ Não é o momento oportuno de assinalar o ponto. Mas chama a atenção a observação de Sérgio Miceli a respeito dos relatórios que encontrou nos arquivos da Fundação Ford – em que os cientistas sociais justificavam mais para eles próprios do que para a agência, o valor da “ciência dialética”. (“A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992”. In. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2, p. 350).

¹⁸²² “A idéia é de que a existência de um mercado de trabalho acadêmico suficientemente autônomo em relação ao poder político, tal como se observa no cenário atual, não exclui a importância dos cargos no Estado, justamente um princípio heterônomo de legitimação”. Fábio Keinert. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*, p. 204.

¹⁸²³ José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 57-58.

¹⁸²⁴ “Em torno da questão do Estado e da burocracia” e “Notas sobre a categoria ‘modo de produção’ para uso e abuso dos sociólogos” retomam os argumentos são retomados à luz de estudos empíricos (José Arthur Giannotti. *Estudos CEBRAP*, n. 17, 1976; *Estudos CEBRAP*, n. 20, 1977).

historiador defendeu *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808). À pluralidade disciplinar de sua interlocução corresponderam linhas de força da recepção da tese: marxistas, universitários ou partidários, face ao avanço da especialização interna do debate teórico¹⁸²⁵; historiografia brasileira e luso-brasileira¹⁸²⁶; além das novas gerações, marcadas pela grade de valores do oposicionismo ao regime militar *pari passu* à imperceptível especialização na área, maquiada pelo apelo político de seus “micro-temas”, que redundou na chamada história em migalhas.¹⁸²⁷ Tendo que então lidar com as vertentes, cujos antagonismos foram objeto de sua

¹⁸²⁵ Para o que se pretende indicar as perguntas endereçadas ao autor são bastante significativas. Seleccionamos três: “não podemos (baseados em Caio Prado Jr.) aplicar o conceito de *modo de produção escravista* para caracterizar o nosso passado colonial. Dado isso alguns autores utilizam o conceito de *modo de produção colonial*. Como você vê esse problema?”; “A sociedade colonial brasileira até o século XIX compunha-se de um punhado de senhores, os ‘homens-bons’, com seus agregados dependentes, e uma grande massa de escravos sujeita a eles (...) Essa sociedade, em que alguns possuíam tudo, os senhores, e outros não possuíam absolutamente nada, os escravos (...) alguns historiadores caracterizam-na como sendo uma sociedade de classes, outros como sendo uma sociedade estamental, outros, estamental-escravista, etc. como você se coloca em relação a isso?”. “Como você explica uma colocação que lhe é atribuída: de que a produção colonial se organizava em função de alimentar o tráfico de escravos, sendo este a mais importante fonte de acumulação?” *Atente-se para as perguntas como caixa de ressonância das modalidades de recepção em curso. E atine-se, sobretudo na resposta das duas últimas, para o empenho do historiador, em fazer valor os termos em que a discussão foi gestada. Respondeu como historiador conhecedor de sociologia à segunda*: “Enfrentando o risco de dizer platitudes, lembremos que o essencial não é decidir se tal camada social é classe ou estamento, mas caracterizar a formação social como de classes ou de estamentos”. *E à terceira*: “Não fiz tal ‘colocação’ – que me é atribuída. O que afirmei é que, paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial. Não cabe aqui desenvolver a questão.” *Movimento*. 29 de dezembro de 1975. “História do Brasil”.

¹⁸²⁶ *Estrutura e dinâmica do sistema colonial* teve publicação portuguesa por iniciativa de Joel Serrão. Sua apresentação (sobretudo lida em contraste com os termos acima indicados, da recepção entre nós) é indício seguro do que estamos nos esforçando em mostrar. Afirma ele: “[trata-se] de um pequeno grande livro de um historiador inteligente, informado e culto, a cuja lição precisamos – nós, Portugueses – de estar bem atentos para compreendermos melhor um processo histórico que, entre nós, terminou em 25 de Abril de 1974. Parece contradição misturarmos uma visão estrutural – genética das realidades históricas de longa duração, às quais Fernando Novais e eu próprio estamos fundamentalmente atentos – com a fosforescência mais ou menos breve do evento político. Parece, e talvez não o seja. É que em 25 de Abril o que de mais fundo aconteceu pôs em causa o multissecular colonialismo português: o anúncio da independência de Moçambique, de Angola, da guiné iniciava o termo de ma maneira de estar no Mundo que do século XVI aos princípios do século XIX tivera como seu principal suporte o domínio do imenso Brasil. Agora, sem colônias nem possibilidades de vir a inventá-las, estamos despojados desse tremendo peso estrutural, e em condições, além do mais, de iniciarmos um balanço crítico do que fomos para definirmos aquilo que poderemos ser.” (Joel Serrão. “Duas palavras desnecessárias”. p. 6-7).

¹⁸²⁷ Como se sabe, ao tom dos trabalhos engajados e preocupados com estruturas, concebidos nos anos 1960; a historiografia que emerge de meados para fins dos anos 1970 é marcada pela multiplicação de objetos, de recorte circunscrito, forte apelo politizante e já foi chamada de “encantada” – pela carona que pega nas vertentes filosóficas de “crítica da razão”, e pela inspiração na terceira geração dos Annales. (Antonio Celso. “A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento”. In. Raquel Glezer. *Do passado para o futuro*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 337). Talvez em função do enquadramento que adotamos, não desvencilharíamos tal “proliferação” de objetos da expansão de vagas, da organização da pós-graduação em escala nacional – da produção em escala industrial, em suma, inevitavelmente redundando na segmentação crescente de mercado. Tanto mais expressivo disso parece ser a invenção da incompatibilidade entre macro e micro história que o leitor pode acompanhar pontilhando as entrevistas de *Conversas com historiadores brasileiros*.

labuta para arquitetar síntese – não surpreende que, cultivando o perfil “perfectibilista”¹⁸²⁸ de trabalhar, respondesse, *a seu modo*: em eventos, orientando teses, acompanhando as novas pesquisas historiográficas. Parece emblemático de seu estilo, o recado da quarta edição em separado de *Estrutura e dinâmica*, o capítulo dois da tese: “Não alteramos nem ampliamos o texto, não só porque estamos convencidos da justeza de suas proposições, como também porque entendemos que trabalhos desse tipo, como certas personagens, ganham autonomia e não devem ser alterados. (...) *Habent sua fata libelli*.”¹⁸²⁹

Fernando Henrique continuava a carreira de *insights* brilhantes e indisciplina para o prosseguimento deles.¹⁸³⁰ Mantinha o superego teórico, o filósofo, mas privilegiava as operações institucionais, para as quais ele era fundamental. Transitava, em função das constrições para levantamento de verba (pesquisas encomendadas, assessorias), e da dinâmica do centro, entre demógrafos, economistas, cientistas políticos, ambientalistas. Passado em relance, seu itinerário assinala constante ligação com as áreas na ponta de lança da profissionalização e especialização. E sua produção não passa incólume às aceleradas e acidentadas filiações disciplinares e institucionais.

“Agora mesmo, terminei de ver uma crítica (talmúdica, e cheia de citações dos mestres) que fiz ao artigo de Nun sobre marginalidade e estou começando a escrever umas notas sobre a dependência que já me aborrece de tão batida”.¹⁸³¹ Pudera. Os exercícios “talmúdicos” com *O Capital* e a dependência de sua visibilidade à teoria da dependência são faces da mesma moeda contraditória que o ata ao nicho mais importante de pesquisa dos anos setenta e ao mesmo tempo lega a ele a difícil equação entre pesquisa, domínio teórico e adesão disciplinar – que tanto seu mestre prezava. Entre 1970 e 1976, sua produção apresenta nítida clivagem, podendo ser agrupada em dois conjuntos – descontando-se a parcela de assessoria e encomenda, trabalhada

¹⁸²⁸ Termo empregado por Joel Serrão, “Duas palavras desnecessárias”, p. 6.

¹⁸²⁹ “Nova nota explicativa”. Fernando Novais. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (sec. XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 5ª ed. O trecho citado é datado de 1986.

¹⁸³⁰ “Uma vez ele me mostrou um artigo sobre os anéis burocráticos que era muito interessante. A idéia era tão boa que achei que devia ser aprofundada com novos dados. Por que não transformá-la numa hipótese de pesquisa? Ele me respondeu: ciência é assim, lanço agora a idéia e depois a retomo mais tarde”. José Arthur Giannotti. Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 60. O que segue parece ser a contrapartida, em termos das condições objetivas do exercício profissional, da crítica que João Manuel Cardoso de Mello dirige a *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: o enquadramento cepalino (centro/periferia) não considerou os “condicionamentos sociais e políticos do processo econômico”. Porém, ainda que altere, assim, a formulação do problema, não realiza o programa. (*O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 25-26).

¹⁸³¹ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. São Paulo, 09/11/1970.

coletivamente – e um deles se caracteriza pela ligação entre a polêmica em torno da dependência e a perícia dos conceitos marxistas.¹⁸³² Eles consistem em exercícios de avaliação do emprego e manuseio dos conceitos; e reiterada acusação de equívoco dos interlocutores, incluindo aí: Nicos Poulantzas, Anibal Quijano, José Nun, Rui Mauro Marini. As intervenções, em *detrimento dos problemas de pesquisa que deram origem ao debate teórico e metodológico*, centram-se *exclusivamente em método, teoria e conceitos*; mostrando o quanto é afiado na leitura d’*O Capital*, porém não necessariamente na crítica do capitalismo.¹⁸³³ Trata-se de uma curiosa mimese do trabalho de Giannotti, tanto pelo exercício de “superego teórico” como pelo fato de tomar posição crítica aos adeptos da leitura de Althusser. Contudo, um interesse especial se encontra nesses textos.

Na divisão social do trabalho intelectual, o domínio teórico encontra-se entre aqueles da mais alta respeitabilidade, é posse do baú com os segredos do ofício – a que todos os aprendizes e praticantes ambicionam, mas que alçam somente depois dos estágios probatórios de pesquisa empírica. No quadro em tela, tal domínio tem mais conotações. É que Fernando Henrique Cardoso tem a autoridade dos que se formaram em outros tempos; e, ao corrigir o marxismo de outros figurões atende a demandas de um meio simultaneamente em processo de especialização *interna ao debate teórico* e de apelos políticos. Com efeito, não raramente, o marxismo é tomado como antídoto à segmentação. Contudo, a especialização no domínio teórico dele – e por meio dela, a afirmação no campo intelectual – dispensa o manejo desta vertente no trato dos problemas de pesquisa propriamente ditos. Por isso, o exercício de exame e correção conceitual pretende-se antídoto para algo de que é sintoma – expressando a especialização, ambiciona elaborar receitas que a superem. Ao lado desta fração da produção seguem os trabalhos de análise e interpretação da conjuntura política, notável e crescentemente influenciados pela ciência política americana – dispensando toda a perícia que mobiliza na controvérsia com os interlocutores marxistas franceses e latino-

¹⁸³² São parentes da introdução da tese de doutoramento: “Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas”. (1971); “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?” (1970); “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” (1970); “Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica” (1969). (Todos publicados em *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972); “As desventuras da dialética da dependência” (01/1978). In. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979.

¹⁸³³ A sentença é de Paulo Arantes, para a nota coletiva do Seminário. *Um departamento francês de ultramar*, p. 292.

americanos.¹⁸³⁴ Socialmente, contudo, o efeito da ilusão biográfica faz destas vertentes inconciliáveis, elementos harmônicos em sua figura e o carisma que goza entre estudantes e camadas intelectualizadas e oposicionistas, de meados para o final dos anos setenta é tributária do gerenciamento de sua identidade associado a essas competências. Era o rendimento mais completo do uso social do marxismo, “teoria do mundo social que tem dupla eficácia, no campo político e no intelectual”.¹⁸³⁵

Pela primeira vez, em 1976, “a correria” impediu Fernando Henrique Cardoso de visitar Florestan Fernandes, com “o abraço de fim de ano” e compartilhar “as esperanças (magras é verdade) de melhores tempos no Ano Novo.” Mandava por carta o abraço e contava: “Ficarei aqui até abril, lendo um pouco e reescrevendo alguns ensaios sobre o ‘modelo’ político. Quero dar um balanço (...) e mudar de tema. Já os nervos não dão mais para voltar à mesma coisa de sempre e aos becos sem saída teórico-práticos.”¹⁸³⁶ Mas logo os novos rumos se alinhariam com sua “irresistível vontade de fazer coisas”.¹⁸³⁷ Em 1978, uma candidatura atropelada, incerta, de protesto, azeitada pela rede em torno do Cebrap que já havia colaborado com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974, na elaboração de seu “Programa de Campanha” o levaria ao Senado¹⁸³⁸, para não mais deixá-lo voltar a vida monástica da ciência, muito embora seja nela que ele acredite encontrar os seus.¹⁸³⁹

Mas enquanto a virada não vinha, Fernando Henrique Cardoso curti seu fastio, e nova direção impressa aos financiamentos da Fundação Ford, divergências teóricas se acumulando em cascata, a abertura política em vista entravam em jogo na saída de membros do Cebrap, e instauração, pelos mesmos, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec, em 1976) e do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp, em 1980), além do abrigo de alguns deles na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).¹⁸⁴⁰

¹⁸³⁴ Referimo-nos a *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; e, sobretudo a *Partidos políticos e eleições no Brasil* (org. com Bolívar Lamounier). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1975.

¹⁸³⁵ Cf. Pierre Bourdieu. “Le discours d’importance”, p. 213.

¹⁸³⁶ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. Princeton, 18/01/1976.

¹⁸³⁷ Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. São Paulo, 16/11/1969.

¹⁸³⁸ Mais detalhes dela: Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, p. 195-sgts.

¹⁸³⁹ Como assinalou Afrânio-Raul Garcia Jr., após 1978, suas intervenções respondem a demandas do campo político. (“A dependência da política”).

¹⁸⁴⁰ As divergências interpretativas e teóricas são enfatizadas nas motivações por Milton Lahuerta (*Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*). Os dados levantados por Sergio Miceli levam a

Roberto Schwarz volta, em 1978, e pensa que o “tempo passou e não passou”.

¹⁸⁴¹ Foi recebido pelo mestre-açu Acê, que lhe auxiliou na ida para a Unicamp; por crítica fulminante, mas que sempre eleva quem é digno de sua leitura, de Gérard Lebrun a *O Pai de família e outros estudos*¹⁸⁴²; pela intervenção de Maria Sylvia Carvalho Franco na recepção de “As idéias fora do lugar”¹⁸⁴³, concorrendo para que “muita gente que leu (quisesse) pôr as idéias no lugar”¹⁸⁴⁴ e intervindo na leitura que sua tese *Ao vencedor as batatas* teria¹⁸⁴⁵; pelo formalismo na crítica literária – e contra este feito de

crer que não terá sido indiferente as rotações na direção da Fundação Ford das estratégias por angariar financiamento “A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil. 1962-1992”. In: *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993. Paul Singer, entre outros cebrapianos, torna-se professor da PUC-SP. Tem aí destacado papel na organização institucional da área de Economia. Cf. Entrevista. *Conversas com economistas brasileiros*.

¹⁸⁴¹ Roberto Schwarz. “Nota, 1978”. In: *O Pai de família e outros estudos*, p. 61.

¹⁸⁴² Gérard Lebrun. “Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade”. *Discurso*, n. 12, 1980.

¹⁸⁴³ *Movimento*, em 29 de dezembro de 1975, cujo número era inteiramente dedicado a “História do Brasil”, além de Fernando Novais entrevistou também Maria Sylvia Carvalho Franco, que afirmou: “dizer do século XIX, período que exatamente serviu de base para essa teoria: como foi que as idéias liberais-burguesas passaram de cabeça para cabeça, dos civilizados cidadãos europeus para os rústicos senhores brasileiros? Por força de prestígio social, de atração ornamental da cultura ‘superior’? Pela difusão de idéias que transmigram nas consciências, indiferentes á radical diferença das bases materiais daqui e de lá, diferenças justamente postuladas para que as idéias possam parecer deslocadas? Teríamos, de um lado, as idéias e as razões burguesas européias sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso facto*, separar abstratamente os seus termos, ao modo já indicado e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil.” As entrevistas daquele número foram publicadas novamente pela Editora Brasiliense, com o título “As idéias estão no lugar”. (*Cadernos de Debate*, n. 1, 1976). Segundo ela, esta publicação ocorreu “à (sua) revelia, pela Editora Brasiliense. Em torno dela inventou-se uma ‘polêmica’, a qual, de minha parte, nunca existiu. Jamais recebi, da referida Editora, qualquer pedido de autorização para o uso desse texto, nem quaisquer direitos autorais a ele relativos, nunca tive em mãos um exemplar dele. De sorte que não tenho qualquer responsabilidade por essa publicação inescrupulosa. É com surpresa que, de quando em quando, recebo o pedido de alguém que me solicita indicações bibliográficas sobre esse opúsculo que desconheço.” (“Entrevista – Maria Sylvia Carvalho Franco”. *Pós-História*. Revista de Pós-Graduação em História. FCL. Unesp-Assis/SP., vol. 11. 2003.). No limite, associar “As idéias fora do lugar” ao “dualismo da teoria da dependência” elimina os pólos antagônicos que constroem o argumento e implica a eliminação da dialética –que não vive sem dois – e que faz o argumento andar. No enquadramento que temos dado aos movimentos de constituição dos grupos, parece-nos ser a “não-polêmica”, mais um, entre tantos indícios que encontramos, de que marxismo criado pelo Seminário é reconhecidamente distinto de outras vertentes do marxismo e da esquerda universitária – tanto pelos membros do grupo, quanto pelos que estão fora dele. O melhor exemplo disso talvez seja a proliferação das tomadas de posição aliadas a um e a outro lado desta não-polêmica, entre as quais destaco tão somente, a de Fernando Henrique Cardoso: *As idéias e seu lugar. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. *Cadernos Cebrap*, n. 33, 1980 – não apenas pelo título-trocadilho, verdadeira febre entre os que quiseram dele participar; mas pelo que afirma introdutoriamente (p. 7-15). A rigor, defende seu ex-aluno; não a interpretação dele, posto que do approach que compartilharam anteriormente, o sociólogo já se enfatiou e se distanciou. Instado a tomar posição – “Era uma rivalidade nas interpretações da obra?” –, Roberto responde: “Acho que as rivalidades mais fáceis de superar seriam estas”. (Entrevista. *Retrato de grupo*, p. 231). Será, a objetivação, também atributo dos logram superar as posições dominadas?

¹⁸⁴⁴ “Ao vencedor as batatas: 30 anos”. Entrevista com Roberto Schwarz. (por Lilia Schwarcz e André Botelho). In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, v. 67.

profissionalização da área voltou às ironias nas páginas de *Almanaque*, e à pareceria nelas com Bento Prado Jr., então professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), acompanhados agora da colega Walnice Nogueira Galvão e outros mais.¹⁸⁴⁶

Em 1978, entre os mestres, em um pólo está Florestan, leninista¹⁸⁴⁷; em outro, Antonio Candido, “radical”¹⁸⁴⁸: ambos, contudo, referências de conduta intelectual e política. Entre os discípulos, os ritmos em descompasso da profissionalização das disciplinas e a coerção deles sobre os agentes não tem indício mais revelador, talvez. Depois de transitar por Sociologia, Economia, Política, Fernando Henrique lançava o primeiro texto a respeito da experiência do Seminário, em 1977 – atenuando clivagens, e, como quem buscasse alinhar o que o tempo esgarçava, autodenominava-se “pedante” ao se referir a seu doutorado.¹⁸⁴⁹ Aproximava-se dos cinquenta anos; idade de Florestan ao ser aposentado. Ele, aliás, leu atentamente a auto-reflexão do pupilo – documentando como, face à emergência dos novos, diferenças geracionais de outrora

¹⁸⁴⁵ Se a disputa “em torno do lugar das idéias” remete a dinâmica típica dos grupos – em que aliados podem ser alvo de inimigos e vice-versa, transferindo as tarefas de defesa e ataque – remetendo às disputas em torno dos lugares junto a Sociologia I, mais substancial é outro problema. Trata-se da apropriação que as disciplinas particulares fazem de obras escritas num registro não especializado, pródiga no estabelecimento de polêmicas nem sempre profícuas. Bernardo Ricúpero faz a seguinte observação: “À primeira vista, a análise de Roberto Schwarz sobre o liberalismo no Brasil no século XIX é similar à de Wanderley Guilherme dos Santos. Como o autor de *Ordem burguesa e liberalismo político* e, antes dele, Oliveira Vianna e os conservadores do Império, parte da constatação de que existe uma inadequação entre as idéias liberais e o ambiente social brasileiro” (*Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, 2ª ed., p. 40). Ele não cai na armadilha deste “à primeira vista”, cuja visão enquadra a tese de Roberto Schwarz à direita – verdadeira morte para quem buscasse retornar ao campo intelectual paulistano em 1978, diga-se de passagem. Ao contrário, Ricúpero procura apresentar justamente a ambivalência do ensaio se lido no registro a que se propôs ou no da ciência política, cujo interesse se dirige ao “pensamento liberal” do século XIX. Desse ângulo, no limite, Schwarz entraria na nobre família dos que ao proclamarem tal inadequação adotam o “autoritarismo instrumental” – para o qual o Estado demiúrgico faz a vez do processo histórico que não vingou historicamente. Do ponto de vista de outra especialização – história das idéias políticas – ocorre o mesmo.

¹⁸⁴⁶ *Almanaque. Cadernos de Literatura e Ensaio*. Coordenação: Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr., n. 1, 1976. Roberto Schwarz informou que as “aparições” de Bertha Dunkel nesta ocasião não são de sua responsabilidade.

¹⁸⁴⁷ Assim queria ser reconhecido e, em 1978 se empenha por isso publicando pela Coleção Grandes Cientistas Sociais o volume dedicado a Lenin, com sua introdução. (*Lênin: Política*. São Paulo: Ática, 1978). Cf. Paulo da Silveira. “Um publicista revolucionário”. In. *O saber militante*. Maria Ângela D’Incao (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987.

¹⁸⁴⁸ Antonio Candido. “Tempo do contra”; “Radicais de ocasião”. *Discurso*, n. 9, 1978.

¹⁸⁴⁹ “Nota às edições anteriores” (Cambridge, 07/04/1977). In. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 1997. Parece-me ser o mesmo tom a alinhar o texto de homenagem aos sessenta anos de Antonio Candido: “como seria precipitado avaliar os efeitos do funcionalismo no pensamento antropológico da USP nos anos cinquenta opondo-o ao marxismo puro e simplesmente. Tanto para Antonio Candido como para Florestan Fernandes, pelo menos, havia uma continuidade possível e não ruptura entre as preocupações de Marx e os estudos antropológicos da escola de Oxford ou de Cambridge. Por certo no funcionalismo teórico a la Merton ou no pior Malinowski da teoria da cultura – e ambos influenciaram nossos autores – a ruptura já era completa.” (“A fome e a crença”. In *Esboço de figura*, p. 99)

seriam crescentemente atenuadas; embora o mesmo não possa ser dito para as tomadas de posição na política.¹⁸⁵⁰ No ano seguinte, Fernando Henrique acenava e pedindo votos, constringendo Giannotti.¹⁸⁵¹ E Bento, inconfundível, soltava: “Quem sabe ler, sabe governar. Bento Prado para senador” – “inverdade clamorosa era uma piada (...) sobre as presunções da oligarquia”.¹⁸⁵² Roberto de volta – a 1968, a 1978? – ao Brasil, chegava aos quarenta, repassava os termos de sua filiação intelectual e afetiva a Antonio Candido.¹⁸⁵³ Fernando Novais publicava em livro, enfim sua tese, defendida cinco anos antes, às vésperas de completar quarenta anos. Ainda que se reserve a consideração do feito de cada um, não é expressivo que numa ponta se encontre o seminarista com origem na Sociologia I – ponta de lança da profissionalização; já às voltas em balanços de experiência – e na outra ponta, o *métier* de modernização mais lenta, a historiografia do grupo, ainda hesitando a respeito de lançar a tese em livro?¹⁸⁵⁴ Fernando alinhava-se,

¹⁸⁵⁰ “gerações posteriores leram Marx pela mão de Althusser. Sem resquícios, talvez de uma problemática do sujeito e do historicismo. Estritamente científicos e materialistas. Talvez mais materialistas que dialetas. Apesar disso, ou quem sabe até por isso – não creio que a leitura althusseriana de Marx leve alguém a analisar de verdade um processo histórico. Vai ser preciso que da sombra de Gramsci ou de algum outro marxista não seminarista renasça um momento de liberdade para permitir, como Sartre e Lukács permitiram, apesar ou talvez até por causa de seus pecados, que o marxismo deixe de ser um catecismo (...)”. “Nota às edições anteriores” (Cambridge, 07/04/1977), p. 14. Ao lado deste trecho, Florestan, instado a dialogar, manifestou-se, caracteristicamente, deixando marginalia impagável para um historiador. *Nosso bom leitor pode apreciá-la ao final desta seção.*

¹⁸⁵¹ Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, p. 199.

¹⁸⁵² “Às voltas com Bento Prado Jr.” *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.

¹⁸⁵³ De modo maduro e sem alarde, pontuando a diferença entre ele e o mestre, e, tentando ligar e desligar 1968 de 1978, em homenagem aos sessenta anos de Antonio Candido, ofertou-se “Pressupostos, salvo engano de ‘Dialética da Malandragem’”. Note-se a tomada de distância: “o ensaio foi publicado em 1970, e a sua redação possivelmente caía entre 1964 e o AI-5. Neste caso, a reivindicação da dialética da malandragem contra o espírito do capitalismo talvez seja uma resposta à brutal modernização que estava em curso. Entretanto, a repressão desencadeada a partir de 1969 – com seus interesses clandestinos em faixa própria, sem definição de responsabilidades, e sempre a bem daquela mesma modernização – não participava ela também da dialética de ordem e desordem? É talvez um argumento indicando que só no plano dos traços culturais malandragem e capitalismo se opõem...” (In. *Esboço de figura*, p. 150).

¹⁸⁵⁴ Segundo seu editor, a tese lhe foi quase arrancada e estava repleta de anotações. (Conversa informal em dezembro de 2010). Vimos ao longo da exposição, como Bento Prado Jr., posição fixa na oposição ciência/arte defende “a idéia de uma verdade que apenas [a literatura] sabe dizer – que é a contestação de todas as demais formas de discurso”. (Bento Prado Jr. “A sereia desmistificada”, p. 72). Muitos anos depois, Fernando A. Novais, discutindo a tese do sociólogo Leopoldo Waizbort a respeito da influência e re-invenção de Auerbach por Faoro e Schwarz, afirma: “[Schwarz] não é de usar a obra literária para observar o que se conhece da realidade social por meio dos textos dos sociólogos. (...) a tarefa da sociologia da arte não é conhecer a realidade por meio da arte, que pode ser conhecida através de outra documentação; é observar aqueles aspectos da sociedade que só a arte revela. (...) Eu acho que Roberto faz a mesma coisa com Machado: o que se conhece da história do Brasil do Segundo Reinado e do começo da República que só é possível conhecer por meio de Machado? Ele vai enriquecer o conhecimento da história por meio de Machado. E não comprovar – que é a postura inversa da de Faoro. O que faz Faoro? Ele toma Machado e o contrapõe a *Os Donos do Poder*. Há uma reconstituição histórico-sociológica, que ele chama de sociologia histórica. (...) Ele comprova sua análise, já realizada, por meio de Machado de Assis. Ele diz: olha, eu analisei assim, a minha reconstituição do Segundo Reinado é esta, está lá, n’*Os Donos do Poder*. Muito boa, brilhante, não há dúvida alguma.

mais uma vez a França, cujo comedimento em publicar obrigou o discípulo a lhe arrancar a tese ¹⁸⁵⁵, mas também a Bento, de conhecida “timidez”¹⁸⁵⁶ no que se refira a publicações, e, longinquamente a Maugué.¹⁸⁵⁷ Coisas de Clio. Essas não se explicam.

Era tempo não mais dos esforços convergentes – que acompanhamos entre 1958-1964 – mas da impossibilidade de sincronização dos ritmos, objetivados nos itinerários de cada seminarista; e, simultaneamente, dois registros passam a coexistir nas intervenções: um diálogo autoreferenciado entre eles, outro com epígonos e adversários, nem sempre nomeados, mas sempre em viés autoreflexivo. Em que se pesem idiossincrasias das personalidades em questão é de se atentar: historiografia, crítica literária e ensaísmo lítero-filosófico tiveram ritmos diversos daqueles que acompanhamos na Sociologia – e que agora se manifestavam em outras disciplinas. Os elos feitos, desfeitos, e refeitos que reconstituímos em linhas gerais ofertaram os indícios da idéia que estávamos perseguindo, assinalam a objetivação de processos mais amplos a envolverem nossos agentes, nessa espécie de autoconsciência que as gerações tomam delas próprias face a emergência de outras.¹⁸⁵⁸

Independentemente de estarmos de acordo ou não (...) Ele diz: olha como isso aparece em Machado. É absolutamente diverso daquilo que faz Roberto. Acho que Roberto diria que isso aqui não tem nada a ver com dialética”. (Fernando A. Novais. “Influência e invenção na Sociologia Brasileira”. Comentário Crítico. In. *O que ler na Ciência Social brasileira. (1970-2002)*, p. 178). A maturidade propiciou ao historiador tomar parte naquela díade filosófica, a tal ponto de defender a perspectiva do ex-aluno de possível deslocamento de perspectiva, tomando, inesperadamente a posição de seu amigo, Bento, no debate a respeito de literatura. Como vai ficando evidente na oposição estruturante ciência/cultura – o seminário comportou variadas tomadas de posição ao longo dos itinerários de seus membros.

¹⁸⁵⁵ Cf. Fernando Novais. “Apresentação”. In. Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na época da Restauração*.

¹⁸⁵⁶ “Timidez da Filosofia”; “A musa do departamento”: duas seções do capítulo 4 de *Um departamento francês de ultramar* são dedicadas ao discernimento e comedimento de Bento Prado Jr. com relação às publicações.

¹⁸⁵⁷ O modo como se refere ao filósofo confunde-se ao modo como se refere a França e a ele próprio a respeito do discernimento com relação a publicações: “[Jean Maugué] em seu livro de memórias, escreveu: ‘Sempre me perguntaram por que não fiz tese. Ora, descobri que escrever é deixar de viver. E sempre me recusei a deixar de viver’.” (Entrevista. *Estudos avançados*, v. 8, n. 22, 1994, p. 162); “O Professor França pertence, como eu mesmo, àquele grupo dos que escrevem pouco e bem e que se contrapõe ao grande grupo dos que escrevem muito e mal. (...) ele dizia (...): ‘Não siga o meu exemplo’. Na realidade, nós sabemos que existe um número restrito, restritíssimo, raríssimo, de intelectuais que conseguem escrever muito e bem. Mas isso é muito raro. Os mortais normalmente têm que optar entre escrever muito e mal e pouco e bem. O Professor França pertence ao segundo tipo.” (Fernando Novais. “Discurso de saudação”, p. 9)

¹⁸⁵⁸ Tentamos, mas não conseguimos nos livrar de uma questão formulada por Mannheim: “é evidente que a unidade das gerações é constituída essencialmente através da similaridade de situação de vários indivíduos dentro de um todo social”; porém, “em qual momento os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dessa consciência a base da solidariedade grupal”? (Karl Mannheim. “O problema sociológico das gerações”. In. Marialice Mencarini Foracchi (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 71). Todas as oportunidades em que empregamos o termo “geração”, Karl Mannheim e suas formulações orientaram as nossas.

Entre as inumeráveis coisas de Clio que não se explicam, há numerosas a intrigar. Dois episódios nada indicam, como os mobilizados acima, senão o quanto dois destinos estiveram ligados e que a porção da vida que escapa à razão também quer ser narrada – se não, por que ser tão comovente? Se assim for, essa história não pode se encerrar senão com João Cruz Costa e Eurípedes Simões de Paula. O combatente de 1932, jurista, historiador, pracinha, diretor e vice-diretor, nosso representante no Co, era candidato a reitoria da USP, em 1977.¹⁸⁵⁹ Modestamente, indagado a respeito de ser bem “bem conceituado” entre os conselheiros que elaboram a lista tríplice para o governador, disse que não estava no páreo, concorria “apenas para animar a disputa”¹⁸⁶⁰. Em frente à Biblioteca Mario de Andrade, dias após esta declaração, foi atropelado. Eurípedes Simões de Paula faleceu, e no ano seguinte, seu amigo João Cruz Costa: os dois primeiros inscritos na FFCL-USP, em 1934. A respeito do “filósofo que não era filósofo”¹⁸⁶¹ Giannotti afirmou:

“Na semana passada um repórter me pedia, pelo telefone, dados sobre sua pessoa. Sua última questão, a mais formal, dizia: ‘Você acha que sua morte foi uma grande perda?’ Esperando continuar como seu discípulo respondi depressa: ‘Não, Cruz Costa cumpriu seu ciclo de vida; sua irreverência, sua ironia, sua forma de ser brasileiro estão vivas entre nós; para ele só restava uma vida vegetal, que sempre recusou’... ‘Mas isto eu não posso publicar, respondeu o repórter, isto fere os sentimentos da família’. Ele se esquece que sua família se entrelaça com seus amigos e seus estudantes na tentativa de aceitar risonhamente a finitude da vida e a indefinida expansão do espírito. Contra a carranca da ciência abstrata, temos a ironia dos acontecimentos; contra as promessas feitas para não serem cumpridas, temos a gravidade musical do comprometimento com tudo aquilo que é nosso e não comparece na cultura oficial; contra a versão burocrática da nacionalidade, opomos a tradição dos velhos cronistas de *por em estória* os acontecimentos decisivos do cotidiano.”¹⁸⁶²

Giannotti fazia o tributo clássico de filiação magistral: empregava a metáfora mais freqüente, a *familiar*, e em ocasião fúnebre. Ao seu modo, tinha *um* mestre.

A sessão de 5 de dezembro de 1977 da Congregação foi especialmente convocada para homenagear a memória de Eurípedes Simões de Paula, e, Eduardo

¹⁸⁵⁹ Eurípedes foi vice-diretor em 1947-1948 e diretor da “nossa faculdade” em 1950-1957; 1968-1972; 1974-1977. Eduardo D’Oliveira França também foi diretor dela, já reformada (1972-1974). Instado a colaborar com a vigilância política do regime civil-militar, demitiu-se do cargo.

¹⁸⁶⁰ “Sai hoje a lista tríplice para a reitoria”. Folha de S. Paulo. 27/10/1977.

¹⁸⁶¹ É como Francini Venancio de Oliveira o tem batizado.

¹⁸⁶² José Arthur Giannotti. “João Cruz Costa”. In. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994, p. 239. O texto foi escrito por ocasião da morte de Cruz Costa, em 1978 e publicado em *Discurso*, n. 9. FFLCH-USP, São Paulo, 1978, p. 7-8.

D'Oliveira França, recebia, “amargamente o decanato que era seu”; um “trágico privilégio do cavaleiro mais velho”, e, “mesmo temendo sua desaprovação”, dizia-lhe “o adeus de todos para que até o fim seja como sempre: os amigos diferentes que quando concordam têm a impressão de que alguma coisa está fora do lugar.” O estilo e a vida de Eurípedes, “gasta para atapetar a vida dos outros”, foram sensivelmente evocados por França, que realçou “o protetor que todos buscavam”, “um coração em atividade, amenizando as vidas em começo, amaciando as tensões com uma benevolência que, para chegar, não esperou a idade do avô”; seu empenho em equipar a Faculdade, não para se promover, porém acelerar carreira de outros – tempos de antanho! França contava como Eurípedes se fez, entregando-se “às canseiras da organização dos simpósios, dos ciclos de estudos, em andanças por todo o lado”, abandonando-se à História com uma “espécie de amor”, sem “desconfianças” – desses que entorpecem. E como servir e mandar se confundem nesses itinerários – França, ciente disso, e do risco de sua memória, defendeu-o (defendia-se também?): “a Faculdade, com todo o seu compromisso democrático, mercê de eleição e reeleições, engendrou o seu ‘coronel’, a autoridade de fato, mais que consentida, procurada. Isto se chama confiança. (...) Hoje em dia, a mentalidade política insiste numa simplificação classificatória: direita e esquerda. Quem não está de um lado (...) está de outro lado. Ora, ninguém se lembrava de inscrever o Eurípedes em uma ou outra banda.” Pois pairava acima disso, “uma espécie de getulismo sublimado (...) sua política era o governo da unidade sob seu comando e defesa.” França, naturalmente, não deixava se assinalar sua distância do feitio de Eurípedes, de longa data. Porém uma em particular era bem datada e se liga àquele 1976/1978: Eurípedes “sempre gostou de suas classes, até nos tempos mais recentes, quando elas tudo fazem para serem desamadas.”¹⁸⁶³

Era a cultura do contra! Ela deixava professor França irritadiço; Antonio Candido, intrigado; os estudantes, em polvorosa; professores de talhe elegante, não compreendidos; os de direita, acuados; os mais jovens, entusiasmados. A seus herdeiros legava o trânsito contínuo do coração junto ao espírito de confusão indiscriminado à cabeça do espírito de contradição organizado. Uns, erráticos, em busca de síntese.

¹⁸⁶³ Homenagem da Congregação à Memória do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula. Orador: Eduardo d'Oliveira França. FFLCH, USP, 1977, p. 11. Todas as citações desse parágrafo encontram-se neste texto.

Outros, em busca do tempo perdido dos Mestres. E todos, com saudade do que não viveram.

entre ciência e história, pesquisa e reflexão.

Alguns intelectuais das gerações posteriores leram Marx pela mão de Althusser. Sem resquícios, talvez, de uma problemática do sujeito e do historicismo. Estritamente científicos e materialistas. Talvez mais materialistas do que dialetas. Apesar disto – ou quem sabe até por isto – não creio que a leitura althusseriana de Marx leve alguém a analisar de verdade um processo histórico. Vai ser preciso que da sombra de Gramsci ou de algum outro marxista não seminarista renasça um momento de liberdade para permitir, como Sartre e Lukacs permitiram, apesar ou talvez até por causa de seus pecados, que o marxismo deixe de ser um catecismo e volte a ser forma inspirada, e mesmo apaixonada, de conhecimento da vida. Por sorte, pelo menos no Brasil, muitos continuaram lendo Marx buscando inspirar-se para entender a realidade contemporânea e não apenas para repetir o já sabido com um jargão de versículo de bíblia, conforme a moda. O esforço da pesquisa nas ciências sociais cresceu e o número de teses criadoras feitas pelas novas gerações é considerável. A persistência do esforço de pesquisa ao lado do intenso debate metodológico, apesar dos anos de repressão que a Universidade enfrentou no Brasil, é prova da vitalidade das novas gerações, que lutam contra o ranço burocrático conformista.

*

* *

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração de componentes sociais e a contextualização das práticas – norteadores desta pesquisa, aos quais se ligam os resultados – embasam-se na perspectiva segundo a qual os projetos dos produtores de cultura e ciência não se nutrem *apenas ou exclusivamente* de fontes intelectuais, mas, tanto estas quanto eles, logram elaboração, êxito ou fracasso, atados a grupos de referência e enalacrados nos dilemas da sociedade inclusiva.

Os itinerários que nos propusemos a acompanhar colocaram em tela as condicionantes da emergência de expressiva fração da produção acadêmica paulistana. Acompanhando as dimensões biográficas, disciplinares e institucionais, por meio “Seminário Marx”, sobressaíram-se a convergência das origens sociais diversificadas, dos ritmos distintos e incipientes, de profissionalização e especialização, das disciplinas em consórcio, e a autonomia científica e universitária como bandeira a mobilizar o conjunto dos produtores/professores, das obras/teses e do público/pares a que se dirigiam.

As transformações que atingiram a cidade de São Paulo e o tecido social universitário, especialmente na segunda metade dos anos setenta, alteram o quadro – e, portanto, Karl Marx e o marxismo, já admitidos em cursos, teses e publicações. O uso social que a filiação teórica chancela, em função da adversidade do regime civil-militar, no limite, recuou à ingerência de esfera heterônoma presidindo juízos. Considerando os índices dessa heteronomia *pari passu* a segmentação temática que se assiste em tantas áreas, no período, é factível afirmar que a articulação das condições que propiciaram a emergência do marxismo universitário não foram as mesmas que deram suporte à expansão das leituras de Marx e autores marxistas, redundando na multiplicação/fragmentação dos grupos – gramscinianos, lukacianos, althusserianos, etc. Naturalmente, o leitor percebeu os tempos e termos em comparação que pontilharam o uso do material, a ordenação da reconstituição e nossos esboços explicativos: as leituras de Marx anteriores e posteriores ao grupo – ambas caminhando a braços dados com critérios políticos de juízo a respeito de si próprias, e mais rentes às demandas não disciplinares, que a dos seminaristas. A estratégia foi se processando face ao desiderato de caracterizar os catedráticos de cada área e abarcar o período compreendido entre o início das atividades e a publicação da última tese a elas ligada (1958-1978). Esse propósito obrigou a avançar até 1978 e possibilitou perceber os regimes distintos de

leitura de Marx, os juízos concorrentes a respeito deles, a assimetria entre os mesmos – após sua institucionalização no âmbito universitário. Em contrapartida, recuar ao período dos mestres impôs averiguar as relações dos mesmos com a esfera política e com o marxismo, pelo menos até os anos 1940. Daí atentar para as posições de Florestan no trotskismo, Antonio Candido no PSB, França e Eurípedes em 1932, Cruz Costa e o círculo de Reale. Esse difícil vaivém propiciou aquilatar melhor as feições tanto da FFCL-USP, em que ingressavam os futuros leitores de Marx, quanto do sistema universitário paulistano, que agasalharia a recepção das duas últimas teses oriundas dos esforços do Seminário.

Imperativo a esta altura alinhar com fio vermelho as linhas horizontais que costuraram os paralelos verticais entre as áreas. A opção por acompanhar no pormenor a dinâmica delas – nos capítulos precedentes – recomenda movimento contrário, para que similaridades e diferenças esparsas ganhem devido realce.

Em todas as áreas, encontramos certo padrão no conflito entre a FFCL-USP e a tradição. Concentrados em instituições, os estudos/produtores prévios concorreram por espaço no interior do conglomerado de escolas que caracterizou os anos iniciais do experimento universitário. Pudemos acompanhá-lo, no caso da Literatura Brasileira, em 1945, com a derrota de Antonio Candido; no caso da Filosofia, com a vitória de João Cruz Costa em 1952. Apenas cinco anos depois do concurso em que seu amigo Antonio Candido fora derrotado, João Cruz Costa enfrentou as instâncias de poder político universitário, ficando à mercê de ziguezagues na composição das escolas no Co e da escola de origem do reitor. O desfecho bem-sucedido revelou a centralidade dos historiadores-juristas, na década compreendida entre 1946 e 1954 – marcam o retorno de Eurípedes da guerra, e de Florestan Fernandes assumindo a regência de cátedra – junto ao Co, à reitoria e à diretoria da FFCL-USP. Foi imprescindível o apoio e auxílio prestados por Eurípedes Simões de Paula e Eduardo D'Oliveira França a João Cruz Costa na ocasião, assinalando como o “filosofo que não era filósofo” pode beneficiar-se da permeabilidade das instâncias de poder aos membros do Largo São Francisco. Como fica evidente, há uma peculiaridade do setor de História no que se refere aos conflitos com os agentes e instituições prévias ao estabelecimento da universidade. O conflito foi singular, em consequência da incorporação de quadros favoráveis tanto à nova instituição quanto à modernização do *métier*. Na Historiografia, França e Eurípedes (para ressaltar apenas os que expomos) protagonizaram a tensão observada na Literatura Brasileira e na Filosofia, em registro diverso e menos acintoso com a tradição, em

função tanto do enraizamento dos estudos históricos, quanto da absorção deles, pelos catedráticos, nos bancos da Faculdade de Direito. Acomodaram-se com a tradição avizinhandos-se na Cátedra de História da Civilização Brasileira. Assim, os conflitos relativos a concursos não foram estabelecidos contra representantes das “ciências jurídicas”. Eles próprios juristas e membros de camadas em descenso, também não se (in) dispuseram de modo a afrontar seus adversários: estabelecida e reconhecida a tensão, mormente a respeito de história do Brasil e do feitio de trabalho historiográfico dos Institutos Históricos, ela foi mantida em suspenso, e contornada por meio da divisão de áreas, em recortes temático e geográfico – e sequer pudemos aquilatar débitos recíprocos, entre a nova e as antigas instituições da historiografia, em função dos limites de praxe. Na Sociologia, a ausência de conflito equivalente expressa tanto a modernidade da área, como decorre da longa permanência de Roger Bastide à frente da ordenação institucional, que promove a formação de um quadro inteiramente resultante do novo sistema universitário – Florestan Fernandes. Não implica, porém, ausência de tensões com os pensadores sociais que lhe antecederam, e estão aí as polêmicas de Florestan com os folcloristas, a discussão a respeito de sua passagem da Antropologia para a Sociologia e as rugas com Gilberto Freyre, entre outros, a testemunhá-lo.

Nos conflitos paralelos, envolvidos na tomada de distância das escolas tradicionais, são similares embates e oponentes, porém, as modalidades por meio das quais cada uma logrou contornar as dificuldades no estabelecimento de seu domínio próprio, com âncora institucional universitária, distinguem-se em função do momento de emergência da disputa, que oferta ou veta a possibilidade de acionar aliados em posições estratégicas, e também do perfil de seu recrutamento.

Na área de História e de Crítica Literária, a tensão se manifesta por meio de domínios específicos. O interdito do ensino e pesquisa em História do Brasil, reservado inicialmente aos dois catedráticos da área, Ellis e Taunay, tem contrapartida, no caso de Literatura Brasileira. O recorte nacional é ponto de convergência do conflito e energias nas duas áreas, portanto. Dispensável afirmar que não se trata de mera coincidência. Língua, Literatura, História (e Geografia) são matérias que dizem respeito à constituição cívica junto ao Estado Nacional. Nem surpreende nem é pura casualidade que a modernização do trabalho nestas áreas enfrentasse resistência ligada precisamente a este papel, objetivado no perfil de recrutamento e formação dos agentes a freá-la. O caso da Sociologia, justamente não apresentar conflito equivalente – concorrência por cátedras entre candidatos formados em “ciências jurídicas” e aqueles formados pela nova

instituição, a FFCL-USP, *em torno de domínios nacionais/recrutamento em camadas mais tradicionais* – parece significativo do nexos com a modernidade, peculiar à disciplina. As disputas envolvidas no estabelecimento da linhagem de brasileiros – sucessores de Bastide – possuem gradiente de modernidade mais alto, se comparado com os casos anteriores, documentado nas tensões classistas e de gênero a que dá vez.

A reconstituição dos anos de graduação dos seminaristas, mostrou-se profícua por colocar tête-à-tête os ritmos descompassados, as peculiaridades ligadas a cada *métier*, e a dimensão institucional da autonomização, profissionalização e especialização em cada uma das áreas que lograram se reunir em torno d'*O Capital*. Eles se formaram em período no qual suas respectivas disciplinas permaneciam indiferenciadas se contrastadas com as modificações institucionais posteriores, que concorreram para seus destinos profissionais. O período de graduação do conjunto dos seminaristas – do ingresso, em 1949, de Fernando Henrique Cardoso ao bacharelado de Roberto Schwarz, em 1960 – compreende onze anos de segmentações traduzidas em divisões de ordenamento institucional. No caso da Filosofia, segrega-se dela, a Psicologia, em 1956: Giannotti gradua-se num curso que posteriormente se tornam dois; Bento Prado Jr. pertence à última turma em que estas áreas estavam juntas. No caso da História, segrega-se a Geografia, em 1955: Novais é formado em ambas, e, formado, vai trabalhar na FCEA-USP junto à História Econômica. No caso da Sociologia, trata-se da área que no período abarcado já sofreu a segregação das ciências sociais vizinhas – Antropologia e Política – o que se processa, em conflito mais agudo com os agentes delas, do que nas demais. A última área, dentre as que acompanhamos, a se destacar, do ponto de vista institucional é Teoria Literária e Literatura Comparada, o que se processa por meio da malha social mobilizada por Antonio Candido, menos por um confronto com área dominante, do que por uma espécie de tentativa de se remediar a inusitada situação da FFCL-USP propiciar que ele ficasse de escanteio.

Os desdobramentos, para os seminaristas, são evidentes. Roberto Schwarz forma-se em Ciências Sociais e prepara-se para trabalhar em Crítica Literária. Novais, formado em História e Geografia, vai trabalhar em Economia, ao voltar a FFCL-USP, o curso é exclusivamente de História. Os seminaristas que não apresentam no percurso a cisão disciplinar do curso em que se formou originariamente são Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer. Mas a localização de suas disciplinas opõe drasticamente as duas sinas. Enquanto o sociólogo segue as etapas de titulação da carreira, indicador da estruturação de sua área e de sua adesão precoce a ela; o economista começa um

mestrado em Economia, que não conclui; doutora-se em Sociologia; é livre-docente na FHSP-USP. Em seu percurso, algo desse acidentado entre áreas liga-se à militância política. Se Singer e Fernando Henrique seguem uma linha mestra durante sua graduação; mas o primeiro transita por outras disciplinas, e posteriormente volta a sua; o segundo, no decorrer dos anos 1970, enquanto seus amigos se ligavam em definitivo a uma disciplina – passava ao trânsito que fora o deles outrora, e, sem se converter estritamente a nenhuma delas, *desvencilhava-se da vida intelectual*.

No que tange nosso interesse, a indiferenciação de áreas *durante a formação* dos seminaristas faz parte do entrelaçamento de experiências comuns e talvez tenha concorrido para alinhá-los na perspectiva de autonomizar e profissionalizar suas atividades, mantendo, porém reservas à especialização, ou alienação, para falar com eles – tornando-os defensores do *approach* das totalidades sistêmicas. Daí, que os voltejos por outras áreas, propiciado pela sociabilidade da antiga Maria Antonia, como parte constitutiva dos perfis não colidissem com a busca das especificidades das áreas, em que formulavam visadas de conjunto: sistema filosófico, sistema social, sistema colonial, sistema literário. Tanto mais se aventuraram por disciplinas afins, mais foram obrigados a pensar a sua própria. Isso também os uniu.

Como evidenciamos a todo tempo, a iniciativa do grupo se distingue das leituras anteriores – dentro e fora da universidade – pelo emprego racional dos recursos humanos de que dispunham: organização em grupo, representantes de disciplinas várias, método de leitura, realizada em alemão, francês e tradução espanhola diretamente do original, rejeição a julgamento político prévio à conversão ao texto. Decerto, esta rara reunião de competências foi decisiva para a *leitura d'O Capital*. Para a constituição da *nota coletiva*, contudo, o mencionado descompasso no ritmo de autonomização, profissionalização e segmentação foi um ingrediente produtivo – e, *sobretudo, não pensado* – pelo grupo. Aquilatar o ponto requer a articulação dos dois elementos acima indicados – similaridades e especificidades das áreas com relação à tradição e as graduações ambivalentes – com os lances de aproximação entre mestres e discípulos, de estabelecimento de seus vínculos e de indissociabilidade de seus rumos.

O modo como José Arthur Giannotti se liga a João Cruz Costa, e aos demais mestres, tem alguma afinidade com o modo como Florestan Fernandes lançou-se em busca de seus. Ambos esforçam-se para conquistá-los, para serem necessários a eles, não se ligam a um mestre exclusivamente, fragmentam atributos que em geral os discípulos concentram em uma só fonte de auxílio e inspiração. Não por acaso, o único

seminarista que não conquistou seu mestre, tomando a iniciativa da aproximação, mas foi escolhido por ele, foi Fernando Henrique Cardoso – era poupado da aflitiva situação da qual padeceram os demais. Ele foi capturado por Florestan Fernandes em momento de afirmação profissional deste junto a Roger Bastide, no qual ambos se envolvem na *pesquisa* encomendada pela Unesco. Juntos construíram a Sociologia I, por meio de estratégica divisão social do trabalho. O vínculo de Fernando Henrique com Florestan e mais o deslocamento de Giannotti em meio ao círculo de Cruz Costa parece ter concorrido para que o filósofo se identificasse às tarefas ligadas à organização e à institucionalização do trabalho filosófico abrigado na instituição universitária. Este trabalho de ordenamento institucional talvez lhe parecesse truncado na Filosofia e adiantado na Sociologia. Dificilmente a amizade com o sociólogo não lhe aticasse críticas a Cruz Costa. Dentre aqueles que assistiam à trajetória de ascenso por mérito de Florestan Fernandes, quem terá passado incólume? Nem os que dependessem do mérito, nem os que não se adequavam à dura concorrência que viria esse padrão vingasse. Seu percurso também evidenciava que não se repetiria sob quaisquer circunstâncias, senão sob ordenamento institucional regido por concorrência de competências. Eis um filão no leque das possibilidades disciplinares que redundou na convergência entre leitura de Karl Marx e Filosofia.

Fernando Novais encanta-se por Eduardo D'Oliveira França, recém catedrático, primeiramente, como *professor*. Vinculam-se anos depois, em momento de estabilização institucional do mestre: após ter se afastado, em 1961, França está retornando para a instituição e seu antigo aluno se desvencilhando da FCEA-USP. Roberto Schwarz é aluno de Antonio Candido quando este se encontra em máxima tensão institucional e ambigüidade profissional. A filiação – firmada no acordo a respeito da pós-graduação no exterior para trabalharem – também concorre para a definição profissional de ambos. Se, como Fernando Henrique-Florestan (Sociologia I), Schwarz-Candido (TLLC) são os artífices na construção das respectivas áreas em termos de ensino e pesquisa; diferentemente dos primeiros, eles inicialmente se desligam da área de formação para tanto. As duas duplas de mestres e pupilos sofrem, cada qual a seu modo, as injunções da conjuntura política. E, no conjunto, Fernando Henrique parece exceção em dois pontos: por ser alvo da iniciativa do mestre, e pela relação azeitada em atividade de pesquisa. Os demais se ligam a *professores*, e parte deles a iniciativa de estreitamento de laços.

O descompasso das áreas, além de impacto sobre a concepção das teses, propiciou variadas alianças em plano institucional. O contraste – Florestan e defesa de regime departamental na Sociologia; França e defesa de regime de cátedra, na História – faz-se presente nos percursos dos dois Fernandos, e possibilita aquilatar diferenças. Antecedência na tomada da cátedra pela geração de brasileiros, na História, ritmo de profissionalização universitária constante, porém lento, se contrastado com a Sociologia, em função do recrutamento social e do tipo de diálogo com a tradição. A despeito da diferença de idade entre Fernando Henrique e Fernando Novais ser apenas dois anos, a localização disciplinar e o vínculo com o ritmo de profissionalização de cada área concorrem para que se abra uma distância entre suas posições institucionais, ao mesmo tempo em que beneficia o historiador. Vale surpreendê-los em 1961. Fernando Henrique está às vésperas de defender o doutorado, arquitetando o Cesit, em operações de incrustação e institucional junto ao grupo de Florestan Fernandes, que, desde 1954, está à frente da Sociologia I; *o que o torna amigo de geração de Novais e colega de Co de seu mestre, por exemplo*. Eduardo D'Oliveira França, à frente de sua cátedra desde 1950, portanto quatro anos antes de Florestan Fernandes, goza de respeitabilidade na Congregação e é, com Fernando Henrique, representante da FFCL-USP no Co. O contraste sugere que a presença da FFCL-USP nas instâncias do poder universitário, observadas nos itinerários dos historiadores-juristas, está sendo ultrapassada pela organização da Sociologia I, que disputa em duas frentes, a do poder intelectual e institucional (Florestan/Fernando Henrique). E, como demonstraram as “trincheiras” do jovem Florestan regente, alijado da malha social, *dialogando com as duas frentes*, a área se fortalece, e suas concepções disciplinares se articulam a esse diálogo. Vimos que Giannotti, Novais, Fernando Henrique – os três professores do seminário – tiveram uma breve passagem pelo ensino público, os dois últimos, em compasso de espera também amargaram insatisfatória experiência na FCEA-USP, até o posto mais seguro junto ao mestre. Ora, a despeito da infiltração historiográfica nas instâncias de poder universitário, quem dispõe de recursos para auxiliar o historiador a voltar para a FFCL-USP é o jovem sociólogo, não os experientes historiadores-juristas.

Ainda no que concerne à relação entre História e Sociologia, vale assinalar que no início das atividades do Seminário, o *problema* de pesquisa de Fernando Henrique Cardoso já estava encaminhado, e ligava-se às pesquisas anteriores de Florestan Fernandes e Bastide. Fernando Novais pensava o problema de pesquisa rente ao início das atividades, em 1958, quando Roberto Schwarz ainda estava na graduação. No

conjunto, estão dadas as condições ideais para que, em uma área teoria, método, reconstituição e análise das ações dos agentes se encontrem tão articuladas (História), quanto noutra (Sociologia) enfrentem dificuldades para tanto. Diferentemente da tese de Fernando Henrique Cardoso, em que a entrada dos estudos de Marx com o grupo ocorre em fase já adiantada da pesquisa; nos casos da História e da Crítica Literária, os mesmos componentes – matriz teórica, documentação e elementos empíricos, explicação – atravessam o conjunto da tese e articulam-se de modo mais orgânico. Padece a tese do sociólogo da relativa desarticulação entre o enquadramento teórico que quer afirmar e o que efetivamente logra manejar junto aos dados empíricos – ele o reconhece, e talvez não imaginasse que fosse a incipiência de problema que não o abandonaria nos anos seguintes.

Na Sociologia, o vínculo magistral é indissociável da atividade coletiva de pesquisa; ao passo que nestas duas áreas, prioritariamente, a aproximação se processa pela docência. Tanto Fernando Novais – filho de professor; quanto Roberto Schwarz – pela origem judaica; apresentam percursos em que “lição de mestres/professor” tende a ser valorizada. Enquanto Fernando Henrique Cardoso lia *O Capital* e desafiava o mestre, Fernando Novais parece fazê-lo para seguir as lições de Fernand Braudel e França; Roberto Schwarz, as de Antonio Candido. Compreende-se, que, na Sociologia a criação de uma posição que correspondia à inovação teórico-metodológica estimulasse a competição com o chefe de cadeira; ao passo que em Historiografia e Crítica Literária, lograsse levar a cabo o projeto dos catedráticos. Era a competição profissional na primeira; a colaboração entre os “corredores passando a tocha” um ao outro, nas últimas.

O alinhamento França-Candido/Novais-Schwarz guarda todo o nosso interesse, em função dessas condições. É que assim como Eduardo D’Oliveira França padeceu pelos limites da ordenação institucional em cátedras ligada à “questão nacional”; *mutatis mutandis* também sofreu disso Antonio Candido, ao perder a chance de se tornar catedrático de Literatura Brasileira. Cada mestre contornou dentro de suas possibilidades o desconcerto, mas indiscutivelmente tomaram parte nisso as teses de seus pupilos. Assim, sem ser tese de literatura brasileira em *stricto sensu*, *Ao vencedor as batatas* pressupõe uma interpretação dela, continua *Formação*. Se, a princípio não ocorreria classificar a tese no rol da “teoria literária e literatura comparada” profissionalizadas, os argumentos centrais e secundários a todo tempo convocam a comparação com outras literaturas e teoria do romance articuladas à interpretação da

floração burguesa entre nós. A tese do pupilo, portanto, faz, *por meio do marxismo articulando as polaridades*, uma síntese entre a construção institucional do mestre (TLLC) e a parcela de sua produção relativamente não-institucionalizada. Na equação do argumento, propriamente dito, isso implica: “dialética do localismo e do cosmopolitismo”, passando da Literatura, para Crítica Literária.

Do mesmo modo, sem ser tese de história do Brasil, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, ao ampliar e aprofundar o “sentido da colonização” – conferindo-lhe o conteúdo que Caio Prado Jr. não tinha lhe atribuído, mostrando-o como um dos fomentos à aceleração primitiva de capitais na fase de formação do capitalismo industrial – estabelecia os termos da discussão a respeito da “civilização brasileira” na “civilização ocidental”, para voltar à nomenclatura inicial de nossas cátedras. Estabelecendo os marcos modernos e incontornáveis desse debate, realizava, também, a aproximação de obra produzida relativamente fora da ordenação institucional (*Formação do Brasil contemporâneo* é contrapartida nesse sentido de *Formação da Literatura Brasileira*); e de desejo interdito a seu mestre, por esta mesma ordenação, *por meio da abrangência do esquema que lhe possibilitava o marxismo*. Nesse âmbito, aquela “lei de nossa evolução espiritual”, a “dialética do localismo e do cosmopolitismo”, também tinha vez, transbordando da Literatura para a Historiografia.

Ao conceberem mais demorada e acidentadamente suas teses, se, por um lado, historiador e crítico literário lograram cumprir o desiderato deixado por seus mestres e colegas, por outro, vieram a público com as teses em novos tempos, sendo elas deslocadas em múltiplas direções, distanciando-as da interlocução em que foram gestadas. Assim, paradoxalmente, “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial” e “As idéias fora do lugar”, indissociáveis das teses de que são parte, adquiriram, “como certas personagens”, vida própria, assemelhando-se, por vezes, mais aos leitores que aos autores. Há, por fim, nas teses do historiador e do crítico literário, um último paralelo que, na falta de expressão mais adequada, pode ser chamado de recuo negativo. Mostramos que a arquitetura da crítica de Roberto Schwarz *pressupõe* dois referentes – um que decodifica a realidade, outro que a nega. Sem eles, decretos “normativos” do crítico perdem sentido. Do mesmo modo, a crítica do historiador a respeito da evolução do capitalismo na versão dos economistas deixou evidente a angulação assumida por ele. De modo sucinto; só é possível reconstituir e analisar a história do capitalismo se *pressupomos que ele poderia não ter se constituído*. É como se dissessem – “a

revolução é impossível, mas devemos agir como se não fosse. Apostem!”. Questão de método: história e consciência de classe.

Esta observação retoma, naturalmente, tanto a ambição amalucada quanto a cautela com abri a digressão sentimental introdutória. Afirmar que as teses padeceram do deslocamento promovido pelos quadros sociais de recepção – quem o ignoraria – é armar de argumento o leitor com pouca simpatia, que pode, simplesmente dizer: também esta leitura é um deslocamento. No entanto, quando defendi o esforço de compreender o sentido que os seminaristas conferiram a seus esforços, *à época em que começaram as leituras*, a despeito da ciência do fracasso da realização completa desse intento, dizia apenas, que, se este for só mais um deslocamento, foi realizado com método, cuja escolha se subordinou ao objetivo de reconstituir outros tempos. Como cabe a um historiador – benzendo-se toda vez que o pecado capital do anacronismo lhe tentava. Por isso, nem a reconstituição nem a análise se pretendem definitivas. Se rearranjar os termos de uma equação que julgou um pouco gasta, e propor dúvidas novas, ao menos torna o diálogo menos enfadonho, já que “*nous ne cherchons jamais les choses, mais la recherche des choses*”.¹⁸⁶⁴

O ritmo lento da Crítica Literária e da História, em relação a Sociologia, preservou a relação entre mestre e discípulo da competição. Esta condição privilegiada, não entrevista à época em que a Sociologia tinha centralidade, redundou na possibilidade de aprender com os colegas que deram a largada no uso do marxismo, bem como, em carrear para suas teses âmbitos nos quais seus mestres foram interditos institucionalmente – Brasil – com procedimento curiosamente nada patrioteiro – o marxismo como método. Áreas com tomada de distância mais lenta da tradição, a incorporação do feitio moderno de trabalho alcança a geração do seminário, e, este elemento concorre para o modo como incorporam o aprendizado em grupo. Ao realizarem o ideal mais almejado pela configuração, historiador e crítico literário, numa espécie de delegação coletiva, são reconhecidos pelos antigos colegas do grupo de estudos – e afinal, são todos – como “mestres na periferia do capitalismo”. Atendem, afinal àquela exigência de “certo sentimento íntimo”, que os torna homens “do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.¹⁸⁶⁵

¹⁸⁶⁴ Blaise Pascal. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004, p. 395. (Edição de Michel Le Guern).

¹⁸⁶⁵ Machado de Assis. “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade” (1873). *Obras Completas*, v.3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

ANEXOS

1. Programas da Cadeira de História da Civilização (1935-1938).
 - a. Programa da Cadeira de História da Civilização (Sem assinatura, 1935)
 - b. Programa da Cadeira de História da Civilização (Prof. Fernand Braudel, 1936)
 - c. Programa da Cadeira de História da Civilização (Prof. Fernand Braudel, 1937)
2. Grade curricular do curso de História (1953-1956).
3. “Relatório de atividades de pesquisa à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral”. (Prof. Fernando Antônio Novais).
4. “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa do Docente Fernando Antônio Novais”.
5. Anexo IV do “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa do Docente Fernando Antônio Novais”.
6. Índice de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* – tese.
7. Índice de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* – livro.

*

1. Programas da Cadeira de História da Civilização (1935-1938)

- a. Programa da Cadeira de História da Civilização (Sem assinatura) (1935)¹⁸⁶⁶

1ª parte: História Antiga e Moderna – Contemporânea

2ª parte: História Moderna e Medieval – Contemporânea

3ª parte: História Antiga e Medieval

O ensino da cadeira de História da Civilização terá caráter rotativo.

- b. Programa da Cadeira de História da Civilização (Prof. Fernand Braudel) (1936)¹⁸⁶⁷

Cursos Gerais

História Grega (1º e 2º anos). O quadro geográfico - Civilizações pré helênicas - O período aqueu - Evolução econômica e social do século XII ao século XVIII - A expansão helênica - Desenvolvimento político e social de Esparta e de Atenas no século VI - As guerras médicas - A formação do império ateniense - A época de Péricles.

História Romana (1º, 2º, 3º anos). As bases geográficas - povos da Itália primitiva - Origens de Roma - O período real - A conquista do Lácio (expulsão dos etruscos - invasão gaulesa - Dominação do Lácio - A conquista da Itália (a

¹⁸⁶⁶ *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1934-1935. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL, 1935, p. 289.

¹⁸⁶⁷ *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 1936. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL, 1937, p. 259-260.

guerra dos sanitas - a queda de Tarento) - A conquista do Mediterrâneo (guerras púnicas - Guerra no Oriente) - A conquista do Ocidente - As instituições romanas no II século - Os primeiros choques revolucionários - Os Gracos.

História Contemporânea (1º, 2º, 3º anos). Napoleão III - A 2ª República e o golpe de Estado de 1851 - O império autoritário: a guerra da Criméia - O atentado de Orsini - A unidade italiana - O império liberal: a política externa - as concessões liberais - O império parlamentar. O ministério Émile Ollivier - O plebiscito de 1870 - A guerra Franco-prussiana e o fim do 2º império. Revoluções de 1848 - A unidade italiana - A unidade alemã.

Cursos especiais (aulas de seminário)

Seminário (1º ano): Questões de História Geral - A unidade alemã - a unidade italiana.

Seminário (2º ano): Idade Média - A decadência e o fim do império romano - As grandes invasões - A reconquista de Justiniano - As invasões dos Árabes - O império carolíngio - As invasões normandas - O santo império romano-germânico - A organização feudal.

Seminário (3º ano): Noções de paleografia e decifração de textos franceses, espanhóis e italianos. Pré história - as primeiras civilizações do oriente próximo e da Grécia Antiga.

c. Programa da Cadeira de História da Civilização (Prof. Fernand Braudel) (1937)¹⁸⁶⁸

O ensino desta disciplina foi ministrado por várias maneiras. Foi dividido em três categorias: I – preleções; II – seminários; III – trabalhos práticos.

I. As preleções sobre matérias gerais foram dirigidas pelo Prof. Fernand Braudel, para os três anos em conjunto para entrar (sic) unidade e coesão ao curso. As matérias ensinadas foram:

a. O mundo na época napoleônica.

b. História romana (transcrição da república para o império).

II. Os seminários destinados a manter maior contacto entre o professor e os alunos, foram particularmente férteis, ocupando lugar proeminente no curso desta cadeira no ano findo, principalmente para os alunos do então 1º ano, que travavam conhecimento com a disciplina. Foram as seguintes as matérias ministradas em seminários.

1º ano.

a) *História ibérica* – Pelo Prof. Braudel (Curso de iniciação) – Das origens até as grandes descobertas marítimas. Este curso servirá no corrente ano (1938) de introdução às cadeiras de História da Civilização Brasileira e Americana.

b) *História oriental* – (Dos tempos prehistóricos até o 1º milênio A. C.) – pelo assistente E. Simões de Paula.

c) História romana (Das origens até o fim da república). Pelo assistente E. Simões de Paula.

d) *História grega* (Das origens até a guerra do Peloponeso, inclusive). Por d. Branca da Cunha Caldeira.

2º ano.

a) *História medieval* (Das grandes invasões até as cruzadas). Pelo Prof. Braudel.

b) *O mundo em 1900*. Pelo Prof. Braudel.

3º ano.

¹⁸⁶⁸ *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1937-1938*. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL, 1938, p. 179-181.

a) *História medieval* (Das cruzadas até a tomada de Constantinopla pelos turcos). Pelo Prof. Braudel.

III. Sendo finalidade desta faculdade a difusão da cultura e a formação de pesquisadores e professores do ensino secundário, o Prof. Braudel imprimiu uma diretriz eminentemente prática, satisfazendo a primeira com os seus cursos e as demais com a direção de pesquisas históricas nos arquivos, de trabalhos de cartografia histórica e de paleografia, bem como de pequenas monografias, etc.

Encarregou-se o assistente E. Simões de Paula de dirigir pesquisas históricas no Arquivo do Estado, com os alunos do 1º e 2º ano. Assim, tiveram estes a oportunidade de iniciar, manuseando nossos documentos de história, verdadeiros instrumentos da historiografia, a vida de pesquisadores. Os alunos colheram dados, de acordo com as instruções, e elaboraram pequenas monografias com os resultados.

Quanto aos diplomandos, o Prof. Braudel ministrou-lhes em seminário, um curso a que chamou de “Questões pedagógicas”, destinado justamente àqueles que iam ser brevemente professores da matéria. Fez várias demonstrações de organização dos cursos e fez com que cada aluno organizasse uma série de lições. Esse curso serviu, pois, como uma preparação para a vida prática, e, por isso, em íntima ligação com o curso de “Formação Pedagógica do Professor Secundário”, ministrado no Instituto de Educação desta Universidade.

2. Grade curricular do curso de História e Geografia.¹⁸⁶⁹

1º ano. 1953.

Geografia Física
Geografia Humana
Antropologia
História da Civilização Antiga e Medieval
Elementos de Geologia
Elementos de Cartografia

2º ano. 1954.

Geografia Física
Geografia Humana.
História da Civilização Moderna
História da Civilização Brasileira
Etnografia
História da Civilização Americana
Geografia do Brasil

3º ano. 1955.

Geografia do Brasil
História da Civilização Contemporânea
História da Civilização Brasileira
História da Civilização Americana
Etnografia do Brasil e Lga. Tupí-Guaraní.
Geografia Física
Geografia Humana

4º ano. 1956.

Didática Geral
Didática Especial
Psicologia Educacional
História do Brasil
Geografia Humana

3. “Relatório de atividades de pesquisa à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral”.¹⁸⁷⁰

No projeto de pesquisa que já anteriormente enviamos a esta comissão, procuramos caracterizar o tema de nosso trabalho e indicar as fontes que teríamos de nos apoiar. Dissemos então que, dada a natureza do assunto – política colonial portuguesa relativa ao Brasil no fim do século XVIII e início do século XIX – com implicações muito amplas em várias esferas da realidade histórica, seríamos levados a utilizar conceitos e discutir esquemas interpretativos elaborados nos vários ramos das ciências humanas; por outro lado, lembrávamos também que o volume de fontes primárias impressas ou manuscritas a serem levantadas e analisadas dilatava-se da mesma forma em função do objeto de estudo. Em suma, tanto a pesquisa bibliográfica como a documental e arquivística apresentariam sérios problemas de seleção, levantamento, classificação, etc. Não obstante, elaboramos um roteiro de trabalho (o projeto a que nos estamos referindo) que nos permitiu uma primeira aproximação com o material, possibilitando redefinições de hipóteses reequacionamento do plano de investigação.

¹⁸⁶⁹ Retirado do currículo de Fernando Antônio Novais, constante no processo 7706/57, fl. 79 (SE-FFCL-FFLCH/USP).

¹⁸⁷⁰ Processo 57.1.7706.1.2 // 7706/5 fl. 137-141.

A pesquisa em questão teve de envolver trabalho em bibliotecas e arquivos do Brasil e de Portugal. Como dissemos acima, no curso da investigação fomos levados a remodelar o nosso plano, em função e localização de novos núcleos documentais desconhecidos quando da elaboração do primeiro projeto, e levando em conta as disponibilidades de tempo dentre as quais trabalhávamos. Como ficará neste relatório, alguns núcleos foram abandonados, enquanto a pesquisa se ampliou noutros que se revelaram mais fecundos. Em síntese, podemos dizer que o material empírico encontrava-se praticamente coletado. Falta ainda o exame de alguns núcleos, que indicaremos mais adiante, mas o essencial está pesquisado e classificado. Estamos na fase de elaboração dos dados e redação, com algumas partes já redigidas.

Quero esclarecer que o nosso projeto nos possibilitou a obtenção de bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, o que nos permitiu estagiar por seis meses em Portugal. Fomos também contemplados com subsídio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que nos financiou as passagens.

Para maior clareza, dividiremos as atividades em duas partes: pesquisa de fontes impressas (livros, coleções de documentos etc.), e pesquisa de fontes manuscritas. Dentro de cada uma das categorias indicaremos as instituições em que realizamos o trabalho, descrevendo em seguida, o material pesquisado. Lembramos, finalmente, o critério adotado no levantamento da documentação manuscrita, aliás corrente em trabalhos deste gênero: durante os trabalhos nos arquivos, procedíamos a uma classificação das peças documentais em três grupos: documentos que precisaram ser microfilmados (são no geral documentos de importância essencial e muito extensos, ou documentos cuja unidade não pode ser rompida sob pena de perder o sentido, como por exemplo as memórias econômicas); documentos que foram transcritos (são as peças documentais mais importantes e curtas); documentos que foram sintetizados (são documentos longos, mas que pela sua natureza ou importância para o tema não exigem o texto completo, prestando-se assim à uma síntese do seu conteúdo). Os documentos do segundo e terceiro tipos foram transcritos ou sintetizados em fichas e depois classificados por assunto.

I

As fontes primárias impressas foram pesquisadas nas seguintes instituições:

1) Museu Paulista:

Na biblioteca do Museu Paulista trabalhamos sobretudo nas coleções de documentos e nas revistas especializadas. Foram pesquisadas: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Anais da Biblioteca Nacional, Revista do Arquivo Público Mineiro, Documentos Históricos, Publicações do Arquivo Nacional, Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo.

Trabalhamos ainda nas coleções de legislação impressa e manuscrita que esta biblioteca possui: com o título geral de 'Leis, Decretos e Alvarás', para o período que nos interessa cerca de uma dezena de volumes.

Utilizamos ainda algumas obras raras dessa biblioteca, como por exemplo Balbi-Essai statistique sur le Royaume de Portugal...1822.

2) Instituto de Estudos Portugueses (São Paulo):

Trabalhamos nesta biblioteca nas coleções de revistas portuguesas (Revista Portuguesa de História, Anais da Academia Portuguesa da História, Brasília, etc.), e nas coleções de documentos diplomáticos organizadas pelo Visconde de Santarém – Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, e em obras raras como por exemplo as de Duarte Ribeiro de Macedo.)

3) Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo):

Na seção livros raros, trabalhamos em obras como Raynal (ed. 1776) e no 'Atlas' que acompanha a referida obra.

4) Coleção Lamego, da Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Igualmente exploramos nessa coleção obras raras, como edições originais dos viajantes, obras de José da Silva Lisboa, obras de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, o "Correio Braziliense", etc.

5) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Na secção de livros raros, pesquisamos sobretudo a coleção da “Gazeta de Lisboa”. Teremos que voltar ainda a esta biblioteca, onde esperamos localizar alguns livros teóricos da política colonial do fim do antigo regime (franceses, ingleses, espanhóis) de que temos indicação, mas que ainda não pudemos encontrar.

6) Biblioteca Nacional de Lisboa:

Tanto na Secção de Leitura Geral como na de Reservados, localizamos numerosas obras da época que estamos estudando. Exemplificamos com as obras de José Acúrsio das Neves e de outros economistas do período, a coleção do “Correio Mercantil”, os viajantes estrangeiros em Portugal (por exemplo Link, Carrére, etc.).

7) Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa:

No que diz respeito a fontes impressas, nosso trabalho nesta biblioteca concentrou-se especialmente na coleção de Legislação organizada por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (cerca de 40 volumes, dos quais 10 interessam ao período de nosso trabalho).

8) Trabalhamos ainda nas seguintes bibliotecas porém mais rapidamente: Biblioteca Pública Municipal (Porto), Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

II

A investigação das fontes manuscritas se desenvolveu nas seguintes instituições:

1) Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:

Trabalhamos na série de códices de correspondências dos vice-reis. Devemos completar este levantamento, bem como consultar outros núcleos deste arquivo com os códices de memórias.

2) Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro);

Pesquisamos a série de códices de correspondência das autoridades.

3) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na Secção de Manuscritos desta biblioteca teremos de completar as lacunas de nossa série de dados estatísticos sobre o comércio externo de Portugal.

4) Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa:

Este arquivo é o principal núcleo da documentação do período colonial. Por isso, concentramos nossos esforços nesta instituição. Pesquisamos as várias séries de códices de consultas do Conselho Ultramarino (consultas reais, consultas mistas, consultas das partes), os códices de Legislação Ultramarina; localizamos várias instruções a vice-reis, governadores e autoridades. Trabalhamos também nas séries de documentação avulsa (caixas e maços) do Rio de Janeiro.

5) Academia das Ciências de Lisboa:

Nesta biblioteca, nossas atividades se concentraram, além da coleção de legislação já apontada, na coleção de memórias econômicas manuscritas. Como se sabe foram publicados pela Academia 5 volumes de memórias econômicas entre 1789 e 1815, que marcam o ponto mais alto do pensamento ilustrado em Portugal; há porém mais de uma dezena de volumes de memórias inéditas. Consultamos toda essa coleção, selecionando e anotando aos que interessavam de mais perto o nosso tema.

6) Biblioteca Nacional de Lisboa:

Trabalhamos na Secção de Manuscritos, sobretudo nos códices da Coleção Pombalina: localizamos, ali, correspondência diplomática, memórias, instruções a autoridades, legislação (coleções de legislação ‘josefina e mariana’).

7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa):

Nossas pesquisas neste arquivo, que é dos maiores da Europa, voltaram-se sobretudo para o núcleo documental do Cartório da Junta do Comércio, que para o nosso trabalho era o mais importante. Infelizmente, não nos foi possível trabalhar nos núcleos das Chancelarias. Dentro do prazo de que dispúnhamos, tivemos que elaborar uma escala a de prioridades. Trabalhamos, pois, na série de códices do Registro Geral das Consultas da Junta do Comércio: levantamos todo o período do reinado da Da. Maria I e do Príncipe Regente D. João. Este material foi na quase totalidade microfilmado.

8) Biblioteca da Ajuda (Lisboa):

Pudemos localizar nesta biblioteca cópias de correspondência consular do fim do século XVIII; as peças são porém esparsas, não formando uma série contínua.

9) Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística (Lisboa):

Pesquisamos nesta biblioteca as séries manuscritas das balanças de comércio do reino de Portugal. Coletamos as tabelas de importação e exportação de Portugal com seus Domínios e Nações Estrangeiras, a partir de 1796 até 1811. Nas séries desta biblioteca há algumas lacunas, que se completam com volumes existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

10) Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas (Lisboa):

Pesquisamos neste arquivo documentos da Junta do Comércio (documentação parcial, o núcleo mais completo é o da Torre do Tombo), bem como a balança de comércio de 1808.

Todo esse material foi coletado da maneira como indicamos acima. Desta forma, a coleta resultou em volumosa coleção de microfilmes e em para mais de 3.000 fichas de anotações. Procedemos em seguida à leitura dos microfilmes (já terminamos esse trabalho na sua parte essencial) e anotações em fichas para as futuras referências; ao mesmo tempo, trabalhamos na sistematização e classificação das fichas, segundo os assuntos, num critério que já corresponde grosso modo aos capítulos e itens do nosso trabalho. Assim, já podemos iniciar a redação de algumas partes da tese. O plano geral mantém-se desde que apresentamos o projeto.

Desejamos, outrossim, acrescentar que trabalhamos no preparo das provas subsidiárias de nossa tese, que se deverão realizar no mês de maio de 1966. O trabalho para uma das subsidiárias já se encontra redigido (trata-se de um estudo sobre “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”); se merecer, como esperamos, aprovação, será publicado num dos próximos números da ‘Revista de História’. Publicamos, no Staden Jahrbuch’ de 1965 um estudo sobre a posição do Brasil no antigo sistema colonial (“Brasilien im Rahmen des Alten Kolonialsystem”), que encaminhamos com este relatório.

Fernando Antônio Novais

Instrutor da Cadeira de História Moderna e Contemporânea

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

4. Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa do Docente Fernando Antônio Novais.¹⁸⁷¹

Senhores membros do Conselho Departamental:

Em cumprimento às determinações deste Departamento, temos a honra de submeter à apreciação de VV. SS. o relatório de nossas atividades didáticas e de pesquisa na vigência do ultimo contrário, isto é, de setembro de 1968 a setembro de 1970.

- I. Atividades Didáticas
- II. Atividades de Pesquisa:

Como pesquisador, nossas atividades nesses dois últimos anos se concentraram, como aliás era nosso dever, na elaboração de nossa tese de doutoramento agora em fase de redação. O tema versa sobre a “Política colonial portuguesa relativa ao Brasil (1777-1808)”, isto é, no período entre o fim do consulado pombalino e a abertura dos portos brasileiros por D. João VI. Iniciados esses trabalhos em 1965, com nossas investigações em arquivos e bibliotecas de Portugal e depois prosseguidas e retomadas em arquivos e bibliotecas brasileiras, defrontamos com várias dificuldades teóricas e práticas, que esperamos ir superando na medida do possível, para já agora podermos ultimar o trabalho.

Os problemas teóricos e metodológicos a que nos referimos estiveram ligados desde o início de nossas indagações, de um lado à delimitação e caracterização do tema das reflexões, e de outro, a definição precisa do enfoque a partir do qual ele deveria ser analisado. Noutros termos, e explicando melhor o andamento desses problemas, as sugestões das obras expoenciais relativas ao período e em especial as de Jacques Godechot e Robert Palmer, de um lado, e doutro o exame acurado que intentamos proceder da legislação colonial portuguesa do período, levaram-nos à convicção de que tal época se define fundamentalmente como o momento de crise do antigo sistema colonial e que portanto a política colonial (objeto precípua do estudo) coeva deve entender-se como uma política que se esforça por enfrentar uma crise estrutural. Isto nos conduzia necessariamente a alargar o campo de nossas indagações para o conjunto do sistema de colonização da época moderna pelo menos nos seus mecanismos básicos, alargando enormemente a área da pesquisa bibliográfica. Se, porém, no campo específico de nosso doutoramento, tal modo de proceder implicou num atraso na elaboração de nossa monografia, em compensação permitiu-nos definir um campo maior de reflexão e pesquisa, sugerindo concomitantemente outros tantos trabalhos em que vamos paralelamente trabalhando.

Julgamos, efetivamente, ter conseguido definir nas suas linhas gerais os parâmetros de um enfoque de análise dos problemas da colonização européia na época mercantilista, pelo menos como hipótese de trabalho (“Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”) que publicamos nos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História, São Paulo, 1969, pp. 243-268. Do ponto de vista metodológico, a elaboração dessa perspectiva de análise parece-nos que devia necessariamente preceder (precedência lógica) o estudo mais concreto da política colonial portuguesa num dado período; é claro que, no plano prático do trabalho do historiador, a elaboração dessa perspectiva mais geral se dá ao mesmo tempo e indissoluvelmente ligada ao trabalho da pesquisa documental e bibliográfica.

Retomemos, agora, a descrição dos trabalhos ligados propriamente à redação dessa tese de doutoramento, com vistas a dar um balanço de seu andamento. Para além da pesquisa bibliográfica, que temos procurado manter o mais atualizado possível (trabalhos como o de Deyon, 1969, sobre o mercantilismo; os mais recentes estudos de A. Silbert sobre história agrária portuguesa, 1966 e 1967; ou o estudo de J. C. Magalhães sobre o pensamento econômico em Portugal, 1967), nossas pesquisas em arquivos e bibliotecas dirigiu-se para as seguintes categorias principais de fontes: a legislação, as consultas do conselho ultramarino, as correspondências de governadores e vice-reis, as instruções dessas autoridades, e as memórias econômicas impressas e manuscritas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tal coleta envolveu (dada a extensão do período de estudo) ampla massa de dados, que foram fichados sinteticamente, ou mesmo copiados, ou microfilmados (para exemplificar, mais de vinte memórias manuscritas foram microfilmadas). Todo esse material já se encontra devidamente classificado, segundo o plano de trabalho (que juntamos a este relatório, anexo IV), e em parte já foi utilizado. O trabalho de leitura de microfimes e fichação do material para as citações revela-se particularmente moroso. Num outro plano, trabalhamos também nos arquivos e bibliotecas de Portugal e Brasil, com as “balanças de comércio de Portugal e domínio”, conseguindo levantar dados estatísticos para o período de 1796 e 1812. Este material, copiado à mão nos arquivos e bibliotecas (os livros de balanças dispersaram-se em vários arquivos e bibliotecas), foi posteriormente trabalhado estatisticamente, dando lugar à elaboração de meia centena de tabelas e gráficos, que já se encontram prontos. Com base nesse material de

¹⁸⁷¹ Processo 57.1.7706.1.2 / 7706/5 fl. 202-205.

fontes primárias e bibliografia é que já redigimos parte substancial de nossa tese. Encontram-se redigidos (vide anexo IV – Plano da Tese): a Introdução, o capítulo I (completo); o capítulo II (completo); estamos redigindo o capítulo III, já pronta uma parte introdutória não prevista para estabelecer conexão com o capítulo anterior, trabalhamos agora no item 1 do capítulo III; do capítulo IV temos esboçado o item 1, redigido o item 2, do item 3, já temos pronto o item c. O material estatístico acima referido entrará sobretudo como apoio documental do capítulo V.

Assim, pensamos ter dado um balanço no estágio da elaboração de nossa tese. Queremos lembrar mais uma vez que esses trabalhos nos permitiram definir um campo mais amplo de pesquisas em História Moderna, qual seja o antigo sistema colonial da época mercantilista. É nesse campo, dentro desse quadro, que pretendemos continuar nossos estudos e pesquisas nos anos vindouros. No plano mais geral, imaginamos escrever um livro sobre o Sistema Colonial da época moderna, desdobrando o capítulo II de nossa tese. Num plano mais monográfico, várias pistas nos foram sugeridas ao longo das pesquisas já feitas; assim, por exemplo, a leitura da “Gazeta de Lisboa” dos fins do século XVIII nos sugeriu um trabalho sobre a maneira como foi vista a revolução francesa em Portugal, nas suas primeiras fases; o estudo das balanças de comércio poderá ser aprofundado, investigando-se a posição de cada área ou conjunto de capitanias do Brasil no comércio do fim do século XVIII (na tese o Brasil é visto em conjunto). O estudo da bibliografia portuguesa sobre o período nos faz pensar num estudo de historiografia que mostraria as várias “visões” do período de D. Maria I e de D. João VI entre os historiadores portugueses. Tais são os trabalhos que temos em mente, alguns já esboçados, quase todos com material em parte já colhido.

Com estas informações, julgamos ter cumprido as normas do Departamento, a cuja apreciação submetemos este relatório.

Fernando Antônio Novais.

5. Anexo IV do “Relatório das Atividades Didáticas e de Pesquisa do Docente Fernando Antônio Novais”. Plano da tese.¹⁸⁷²

Introdução: colocação dos problemas

I – Portugal e o mundo colonial português nas relações internacionais do século XVIII.

1. A Paz de Utrecht e a evolução dos Sistemas de Aliança.
2. As zonas de tensão no mundo colonial.
3. Formação da preponderância inglesa.

II – A crise do Sistema Colonial.

1. Estrutura e funcionamento do Antigo Sistema Colonial.
2. A Revolução Industrial e as novas condições econômicas.
3. A crise do Antigo Sistema Colonial.

III. Os problemas da colonização portuguesa.

1. Defesa do patrimônio e conjuntura internacional.
2. Administração.
3. Economia colonial e Economia metropolitana.
4. O Brasil no sistema colonial português.

IV. Tentativas e soluções.

1. Tomada de consciência.
2. Influências da ilustração.
3. Diretrizes da política colonial: exemplo da política executada no Brasil:
 - a. Política comercial
 - b. Política agrícola
 - c. Problema das manufaturas.

V. Encaminhamento do processo.

¹⁸⁷² Processo 57.1.7706.1.2 / 7706/5 fl. 211.

1. A economia colonial portuguesa na conjuntura.

2. Preparação da ruptura do pacto.

VI. Conclusões.

6. Índice de Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) – tese.

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. POLÍTICA DE NEUTRALIDADE

- a. Portugal nas relações internacionais na Época Moderna
- b. Concorrência colonial e tensões internacionais
- c. Tensões e crise

CAPÍTULO II. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

- a. Estrutura e Dinâmica do Sistema
 - 1) “Sentido da colonização”
 - 2) O “exclusivo” metropolitano
 - 3) Escravidão e tráfico negreiro
- b. A crise do colonialismo mercantilista

CAPÍTULO III. OS PROBLEMAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

- 1. Manifestações da crise
- 2. Defesa do patrimônio
- 3. Preservação do exclusivo
- 4. Assimilação dos estímulos

CAPÍTULO IV. POLÍTICA COLONIAL

- 1. Formulação
- 2. Execução
 - a) diretrizes da política comercial
 - b) incentivos à produção
 - c) teares e forjas
- 3. Resultados
 - a) êxitos
 - b) frustrações

CONCLUSÕES

TABELAS E GRÁFICOS

FONTES E BIBLIOGRAFIA

7. Índice de Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) – livro.

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. POLÍTICA DE NEUTRALIDADE

- a. Portugal nas relações internacionais na Época Moderna
- b. Concorrência colonial e tensões internacionais
- c. Tensões e crise

CAPÍTULO II. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

1. Estrutura e Dinâmica do Sistema
 - a) A Colonização como sistema
 - b) O “exclusivo” metropolitano
 - c) Escravidão e tráfico negreiro
2. A crise do colonialismo mercantilista

CAPÍTULO III. OS PROBLEMAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

1. Manifestações da crise
2. Defesa do patrimônio
3. Preservação do “exclusivo”
4. Assimilação dos estímulos

CAPÍTULO IV. POLÍTICA COLONIAL

1. Formulação
2. Execução
 - a) diretrizes da política comercial
 - b) incentivos à produção
 - c) teares e forjas
3. Resultados
 - a) êxitos
 - b) frustrações

CONCLUSÕES

TABELAS E GRÁFICOS

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

a. Documentação bibliográfica: teses, livros, artigos, resenhas, em ordem alfabética, por autor, e cronológica, por elaboração.

ANDRADE, José Oswald de Souza. “A crise da filosofia messiânica” [1950]. In. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (*Obras completas*, v. VI)

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês no ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRAUDEL, Fernand. “Histoire et Sciences sociales: la longue durée”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, v. 13, 1958.

_____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

BASTIDE, Roger. “Machado de Assis, paisagista”. [1940]. In. *Revista USP*, n. 56, 2002.

_____. 1942. “Introdução a um curso de Sociologia Econômica”. *Sociologia*, v. IV, 1942.

CANDIDO, Antonio.

1945. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, 3ª ed. revista pelo autor.

1954. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, 3ª ed.

1959. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1850*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, 11ª ed.

1958-1961. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, 8ª ed. [1965]

1963. “Prefácio”. In. *Raízes do Brasil* [1936]. Brasília: Ed. UnB, 1963.

1967. “Prefácio”. In. *Raízes do Brasil* [1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

1968-1986. *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, 4ª ed. reorganizada pelo autor.

1970. “Dialética da Malandragem”. In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

1972-1992. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

1973. “De cortiço em cortiço”. In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

1978. “O tempo do contra”. In. DANTAS, Vinicius (seleção, apresentação e notas). Antonio Candido. *Textos de intervenção*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2002.

1978. “Radicais de ocasião”. *Discurso*, n. 9, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique.

1953. *A evolução da indústria em São Paulo. Dissertação de Mestrado*, FFCL-USP.

1957. “Desenvolvimento econômico e nacionalismo”. *Revista Brasiliense*, 12, 1957.

1959. “Condições e fatores da industrialização em São Paulo”. *O Estado de S. Paulo*, 16/08/1959; *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, BH, n., 11, 1961.

1960. “As condições sociais da industrialização em São Paulo”. *Revista Brasiliense*, n. 28, 1960.

1960. “Proletariado e mudança social em São Paulo”. *Revista Sociologia*, vol. XXII, n. 1, 1960.

1960. *Cor e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Coleção Brasileira, volume 307. Prefácio de Florestan Fernandes.

1961. *Formação e desintegração da sociedade de castas. O negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*. Tese de doutoramento, FFCL-USP.

1961. _____. Octavio (orgs.). *Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, viii, 1961. 317 p. (Série Biblioteca Universitária. Série 2 – Ciências Sociais, v. 5).
1961. “Condições e fatores sociais da industrialização em São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 11, Belo Horizonte.
1962. “O método dialético na análise sociológica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. II, março de 1962.
1962. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962; São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 1997.
1963. “Empresários industriais e desenvolvimento econômico na América Latina”. *Revista América Latina*, n. 1, ano 7, 1963.
1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
1965. “El método dialectico en el analisis sociológico”. *Pasado y Presente*, n. 7-8.
- 1969-1971. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.
1970. _____.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
1975. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
1975. (org. com Bolívar Lamounier). *Partidos políticos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
1977. “Nota à 2ª edição”. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 4ª ed.
1978. “As desventuras da dialética da dependência”. In. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979.
1978. “A fome e a crença”. In. Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
1980. *As idéias e seu lugar. Ensaaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*. *Cadernos Cebrap*, n. 33.
2003. “Relendo papéis antigos”. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 5ª ed.
- S/D. “La contribution de Marx à la théorie du changement social”. In: Marx et la Pensée Scientifique Contemporaine. (The Hague, Paris, La Haye: Mouton, s/d).
- COSTA, João Cruz. “Prefácio” (1968). In. MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974, 5ª ed. [1968].
- DURHAM, Eunice Ribeiro. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In. Eunice R. Durham et. al. *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Um parlamentar paulista na República*. Boletim da FFCL-USP. História da Civilização Brasileira, n. 9. São Paulo, n. 102, 1949.
- FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16ª ed. rev./ampl., 4ª reimpressão. [1969]
- FERNANDES, Florestan.
1945. Resenhas. “Nova Geração”. *Jornal de São Paulo*. 09/09/1945; “Os rodapés”. *Jornal de São Paulo*. 16/09/1945; “Brigada Ligeira”. *Jornal de São Paulo*. 23/09/1945; “O método crítico de Sílvio Romero”. *Jornal de São Paulo*. 30/09/1945.
1946. “Marx e o Pensamento Sociológico Moderno”. In. *Ensaaios de sociologia geral e aplicada*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976 (3ª ed.).
1949. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, s/d.
1958. *A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- _____. BASTIDE, Roger. *Negros e brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008, 4ª edição revista. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.
1959. *Ensaaios de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976, 3ª ed.
1960. “Resistências à mudança social”. Suplemento Literário. *O Estado de S. Paulo*. 01/12/1960 e 09/12/1960.
1960. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1960.
1962. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 2ª ed.

1964. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008, 5ª ed.
- 1964-1967. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 3ª ed.
1966. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
1973. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: 1973.
1975. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1975.
1976. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.
1977. *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
1978. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
1978. “Introdução”. In. FERNANDES, Florestan (org.). *Lênin: Política*. São Paulo: Ática, 1978. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
1983. “Introdução”. In. FERNANDES, Florestan (org.). *Marx/Engels – História*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
1995. *A contestação necessária*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
2010. *Leituras e legados* (Apresentação: Maria Arminda do Nascimento Arruda). São Paulo: Global, 2010.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- _____. *A juventude na sociedade brasileira*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____.; PEREIRA, Luiz. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- _____.; MARTINS, José de Souza Martins, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. São Paulo: LCT, 1977.
- FURTADO, Celso.
1959. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Ed. Comemorativa [1959].
1964. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
1967. (coord.) *Brasil: tempos modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, 3ª ed. (*Les Temps Modernes*, n. 257)
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho.
1962. “Os alunos do interior na vida escolar e social da cidade de São Paulo: técnica e resultados de uma pesquisa de treinamento”. Boletim n. 259. Seção Gráfica da FFCL da USP. Cadeira de Sociologia I.
1964. *Homens livres na velha civilização do café*. Tese de Doutorado, 1964.
1969. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1969.
1970. *O moderno e suas diferenças*. Tese de livre-docência.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira.
1950. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
1950. “Duas auspiciosas eleições”. *Revista de História*, n. 1, 1950.
1950. “O testamento de um historiador”. *Revista de História*, n. 8, 1951.
1951. “A teoria geral da História. Considerações a propósito de um livro recente”. *Revista de História*, n. 7, 1951.
1951. “Considerações sobre a função cultural da História”. *Revista de História*, n. 8, 1951.
1965. “Uma experiência de seminário de utilização de textos”. In. PAULA, Eurípedes Simões (org.). *Anais do III Simpósio Professores História*.
1976. “Prefácio”. In. Anna Maria Martinez Corrêa. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- GIANNOTTI, José Arthur.
1960. “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasileira*, n. 29, maio-junho de 1960.
1960. “Sugestões para melhoria do ensino de Filosofia no curso secundário”. (Em colaboração com Amélia Domingues de Castro). *Revista de Pedagogia*, ano VI, n. 11-12.

1960. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Tese de doutoramento.
- José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Boletim n. 269. Cadeira de Filosofia. São Paulo, 1964.
1961. "Pensamento formal e ciências do homem". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. I, novembro de 1961.
1962. "Notas para um análise metodológico de "El Capital". Cuestiones de Filosofia. Ano I, número I. 1er trimestre de 1962. (Homenaje a Maurice Merleau-Ponty).
1963. Resenha crítica de "La pensée sauvage". *Revista de Antropologia*, v. 11.
1964. "Marxismo, técnica y alienación". *Pasado y Presente*, n. 5-6, abr-set, 1964.
1964. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Boletim n. 269, Cadeira de Filosofia 5. São Paulo: Seção de Publicações da FFCL-USP, 1964.
1965. "A propósito de uma incursão na dialética". *Revista Civilização Brasileira*, n. 3, julho de 1965. (Resenha de Celso Furtado).
1966. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.
1967. "Contra Althusser". *Teoria e prática*, n. 3, 1967.
1970. "O problema da reflexão". *Revista Discurso*, n. 1, 1970. (Plano de pesquisa apresentado ao CNRS (França)).
1970. "A sociedade como técnica da razão. Um ensaio sobre Durkheim". *Estudos CEBRAP*, n. 1, 1970.
1971. *Origines de la dialectique du travail*. Paris: Aubier Montaigne, 1971.
- 1971-1975. *Exercícios de Filosofia*. Seleções Cebrap, 2. São Paulo: Brasiliense, 1975.
1976. "Notas sobre a categoria de 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos CEBRAP*, n. 17, 1976.
1977. "Em torno da questão do Estado e da burocracia". *Estudos CEBRAP*, n. 20, 1977 (Resenha de Bresser-Pereira e Carlos Estevam Martins).
1977. "Ciências como forças produtivas". In. *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1958. (Texto para SBPC de 1977).
1983. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
1985. "Comentários de José Arthur Giannotti". In. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 19, 1985.
1989. "Cebrap: vinte anos depois". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 25, 1989.
1991. Machado de Assis: um debate, *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, 1991.
1994. "Um livro polêmico". *Novos Estudos Cebrap*, n. 39. São Paulo, julho de 1994.
1998. "Recepções de Marx". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 50, 1998.
2005. "Dentre os guardados". *Discurso*, n. 35, 2005.
2005. *O jogo do belo e do feio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
2007. José Arthur Giannotti. "Diferenças genéticas". *Folha de S. Paulo*, jan., 2007.
- GLÉNISSON, Jean. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Difel/Bertrand Brasil, 5ª ed. 1986. (com auxílio de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa). São Paulo: Difel, 1961, 1ª ed.
- HOLANDA, Sérgio Buarque.
- 1944/1966. "As obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)". In. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
1952. "Notas sobre o Barroco"; "Vária História". *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
1973. "Sobre uma doença infantil da historiografia". In. COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história. Textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LEBRUN, Gérard. "Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade". *Discurso*, n. 12, 1980.
- LUKÁCS, Georg. *Histoire et conscience de classe. Essais de dialectique marxiste*. Paris: Minuit, 1960. Trad. Kostas Axelos.
- _____. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.
- IANNI, Octavio.

1957. *Raça e mobilidade social em Florianópolis*. Mestrado, FFCL-USP.
- “Fatores humanos da industrialização no Brasil”. *Revista Brasiliense*, n. 30.
1961. *O negro na sociedade de castas. O regime servil numa comunidade do Brasil meridional*. Tese de doutoramento, FFCL-USP.
1962. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.
1963. “O Estado e o desenvolvimento econômico do Brasil”. *Revista América Latina*, n.1, ano 7.
1967. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, 3ª edição revista.
1970. Octavio Ianni. “Variações sobre a juventude a sociedade moderna e Marialice (24/09/1970).
1988. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec/’Scientia et Labor” (UFPR), 1988, 2ª edição revista e ampliada.
- MACHADO, Lourival Gomes. “Sobre o conceito de realidade social na obra de Karl Marx”. *Sociologia*, vol. X, n. 2-3, 1948.
- MORAES, João Quartim de Moraes. “Sobre ‘Origens da dialética do trabalho’.” *Teoria e prática*, n. 3, 1967.
- NOVAIS, Fernando Antônio.
1956. Resenha de *O Brasil* de Pierre Monbeig, trad. port. *Jornal da Filosofia*, ano I, n. I.
1957. “Colonização e desenvolvimento econômico”. *Jornal da Filosofia*, ano I, n. 3, nov.
1961. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*. In. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Ed. Comemorativa de cinquenta anos. [1959]
1960. Fernando A. Novais. Resenha de *Les origines de l’ économie occidentale*, de Robert Latouche. *Revista de História*, n. 41.
1962. “Polônia, 963/1939”. In. *Cinema Polônês Hoje*. São Paulo: Cinemateca Brasileira, 1962.
1964. Resenha de *Huang Hsing and the Chinese Revolution*, de Chung Tu Hsung, *Revista de História*, n. 60.
1964. Resenha de *Falange – a History of Spanish Fascism*, de Stanley Payne. *Revista de História*, n. 60.
1964. Resenha de *O capitalismo monárquico português*, de Manuel Nunes Dias. *Revista de História*.
1965. “Brasilien im Rahmen des Alten kolonialsystems”. In. *Staden Jahrbuch*, v. XVIII; em português: “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.
1966. Resenha da coleção “Nouvelle Clio”, dirigida por R. Broutouche e P. Lemerle. *Revista de História*, n. 68.
1967. “Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”: “Intervenções”; “Respostas do prof. Fernando Novais”. In.: SIMÕES DE PAULA, Eurípedes (org.) *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História*. Coleção *Revista de História*, 1969.
1972. “Questions d’Histoire”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, v. 36, ano IV, 1972.
1972. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Tese de doutoramento. FFLCH-USP.
1972. Fernando A. Novais. “Dimensões da Independência”. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
1974. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Cadernos Cebrap, n. 17. 6ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995; edição portuguesa, Lisboa: Livros Horizonte, 1975; edição em inglês, “Brazil in the Old Colonial System”. In. GRAHAM, Richard (org.), *Brazil and the World System*, Austin, University of Texas Press, 1991.
1979. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, 1ª ed.
1983. “Caio Prado Jr. historiador”, *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2.
1986. “Nova nota explicativa”. Fernando Novais. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (sec. XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 5ª ed.
1997. “Apresentação”. In. FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
2001. “Francisco Iglésias e a historiografia”. In. PAULA, João Antonio. *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

2002. “Influência e invenção na Sociologia Brasileira”. Comentário Crítico. In. MICELI, Sérgio. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)*. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré, 2002.
2005. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
2011. _____. SILVA, Rogério Forastieri. “Introdução”. In. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PAULA, Eurípedes Simões de.
1942. *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*. São Paulo, 1942.
1946. *O Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*.
1963. “A Universidade e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras”. Separata de: *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História da USP, nº 54.
- PRADO Jr., Bento.
1967. “A sereia desmistificada”. *Teoria e Prática*, n. 2. (Resenha de *A sereia e o desconfiado*, de Roberto Schwarz).
- 1968-1982. *Alguns Ensaios. Filosofia, Literatura e Psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- PRADO Jr., Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 23ª ed., 1994 [1942].
- ROSENFELD, Anatol. “Gottfried Benn, mago e médico” (1957). In. *Letras Germânicas*. São Paulo/Campinas: Perspectiva/Edusp/Ed.Unicamp, 1993.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos.
- _____. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____. “Preliminares de uma controvérsia metodológica”. In.: *Revista Civilização Brasileira*, n. 5-6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, março de 1966.
- _____. “A imaginação político-social brasileira”. In. *Dados*, n. 2/3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1967.
- _____. “Raízes da imaginação política brasileira”. In. *Dados*, n. 7. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1967, 2ª ed.
- _____. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção *Os Pensadores*).
- SCHUTZER, Linneu de Camargo Von Landgraf. *Questão do progresso na moral de Homero e Hesíodo*. Doutorado em Filosofia. FFCL-USP, 1955.
- SCHWARZ, Roberto.
1958. “Dois sonetos”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (18.10.1958).
1958. “Linguagem de uma novela”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (20.12.1958).
1959. “Tempo de ficar velho”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (31.1.1959).
1959. “No centro: Mário Chamie”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (18.4.1959).
1959. “Entre ser e parecer”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (19.9.1959).
1959. “Anchieta, teatro didático”. In. *Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo* (30.10.1959).
1959. Resenha de Wolfgang Kayser. *Die Wahrheit der Dichter*. Rowohit: Hamburg.
1959. *Pássaro na gaveta* (poesia). São Paulo: Massao Ohno.
- 1961-1964. *A sereia e o desconfiado. Ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 2ª ed.
1970. “Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969”. *Les Temps Modernes*. Juillet, n. 288, 1970.
- 1964-1978. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2ª ed.
1973. “As idéias fora do lugar”. *Estudos Cebrap*, n. 3, 1973.
1975. *Corações veteranos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Frenesi, 1975.
1977. *A lata de lixo da história: farsa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *Almanaque*, n. 4, 1977.
1977. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed.34, 2000, 5ª ed., 3ª reimpressão.

1979. "Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da Malandragem'". In.: Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
1982. "O bate-boca das classes". In. *A Santa Joana dos Matadouros*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Tradução: Roberto Schwarz. Publicado originalmente em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 4, 1982.
- 1979-1986. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 2ª ed. [1987]
1990. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- 1987-1994. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
1993. "O intelectual independente". In.: GUINSBURG, J.; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995.
- s/d. "Os primeiros temas de Anatol Rosenfeld no Brasil". In.: GUINSBURG, J.; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995.
1994. "Um departamento francês no ultramar". *Novos Estudos Cebrap*, n. 39. São Paulo, julho de 1994.
- 1990; 1997. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras: 1997.
1998. "Um seminário de Marx". *Novos Estudos*, n. 50. São Paulo, março, 1998.
2007. "Às voltas com Bento Prado Jr." *Folha de S. Paulo*, jan. 2007.
2007. "Prosa crítica". In. MICELI, S.; MATTOS, Franklin. *Gilda. A paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
2011. "Las ideas fuera de lugar: algunas aclaraciones cuatro décadas después". In. *Políticas de la Memoria. Anuario de investigación e información del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura em la Argentina – Cedinc*, n. 10/11/12, verano 2011/2012. Buenos Aires 13/11/2009.
2012. *Martinha versus Lucrécia. Ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SADER, Emir. "Nós que amávamos tanto o Capital". *Praga*, n. 1, 1996.
- SINGER, Paul.
1959. Resenha de *Formação Econômica do Brasil*. In.: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 – edição comemorativa de cinquenta anos. [Publicada inicialmente em *Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo*, 1959].
1965. ____; Ianni, Octavio; WEFFORT, Francisco; COHN, Gabriel. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1967. "A contribuição de Marx para a economia moderna". *Teoria e Prática*, n. 3.
1968. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Edusp, 1968.
1989. "Reminiscências de Florestan Fernandes". In. *Revista USP*, n. 29, 1989.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx. Uma leitura crítico comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- VÁRIOS. "Machado de Assis: um debate". *Novos Estudos*, n. 29. 1991.
- WEFFORT, Francisco Correa. "Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional." In.: *Estudos Cebrap*, n. 1. São Paulo, 1971.
- WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira. Tradição e transição*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1947.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- b. Documentação bibliográfica – Coleções Especiais.

AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975. Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

____. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: José Olympio Editora, 1964. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

FERNANDES, Florestan. *Nova República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982. Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

GIANNOTTI, José Arthur. *Trabalho e reflexão*. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. José Arthur Giannotti. *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação da lógica*. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. José Arthur Giannotti. *Origens da dialética do trabalho*. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

_____. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1989. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

MACHADO, Lourival Gomes. “Sobre o conceito de realidade social na obra de Karl Marx”. *Sociologia*, vol. X, n. 2-3, 1948. Separata da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Flama, 1946. Trad. Florestan Fernandes. Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Exemplar da Coleção Octavio Ianni.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Exemplar da Coleção Especial Florestan Fernandes – BCO-Ufscar.

c. Discursos proferidos em cerimônias acadêmicas.

Antonio Candido & Roberto Schwarz. *A homenagem da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira (orador). *Homenagem da Congregação à Memória do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula*. Seção Gráfica FFLCH, USP, 1977.

_____. “Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira França” na cerimônia de outorga do seu título de emérito [1994]. In. Informe. Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Edição Especial, 2004.

FORACCHI, Marialice Mencarini Foracchi. “Discurso de Oradora da turma” [1952]. In. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

NOVAIS, Fernando A. “Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. In. Separata. *Outorga do título de Professor Emérito. Fernando Antônio Novais*.

_____. “Discurso de saudação” (proferido na cerimônia de outorga do título de emérito a Eduardo D'Oliveira França). In. *A docência como missão e o compromisso com a universidade pública*. DH-FFLCH-USP, Humanitas, 1997.

MARTINS, José de Souza. “A Sociologia como missão”. Discurso na cerimônia de outorga do título de Professor Emérito da FFLCH-USP, em 23 de outubro de 2008.

TAUNAY, Affonso de Escragno. "Discurso do prof. Affonso d'Escragno Taunay, paraninfo da turma de 1939". In. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949*, volume I e II. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

PAULA, Eurípedes Simões de. "A Universidade e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras". Separata de: *Revista de História*, n. 54, São Paulo, 1963. Discurso de paraninfo, turma de 1962.

d. Coletâneas de entrevistas, depoimentos e homenagens; entrevistas e depoimentos individuais, biografias.

AGUIAR, Flávio (org.). *Pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas/Perseu Abramo, 1999.

ARANTES, Paulo. Entrevista. In. Isabel Loureiro (org.). *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: 2009

BASTIDE, Roger. Entrevista realizada por Irene Cardoso (1973). *Discurso*, n. 16, 1987.

BASTOS, Elide Rugai et. al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

BOSI, Ecléa. "Memória da Psicologia". *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994.

BRAUDEL, Fernand Paul. Entrevista. *Jornal da Tarde*, s/d, 1984.

CANDIDO, A. Entrevista. In. *3 Antonios e 1 Jobim*. São Paulo: Relume-Dumará, 1993.

_____. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 1. 1974.

_____. Entrevista. *Praga*, n.1, set/dez 1996.

_____. Entrevista concedida a Mariza Peirano (1978). In. *Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1992.

_____. ABRANTES, Paulo Roberto; MARTINS, Marília; VENTURA, Zuenir (ent./org.). *3 Antonios & 1 Jobim*. São Paulo: Relume-Dumará, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Depoimento para o projeto "Memória oral" da Biblioteca Mario de Andrade.

_____. Depoimento. *Língua e literatura*, vol 10-13; 1981-1984.

_____. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, 17/05/1997.

_____. Entrevistas a Lourenço Dantas Mota. Brasília: Senado Federal, 1985.

_____. "FHC fala sobre Gilberto Freyre". *Folha de S. Paulo*, 12 de março de 2000.

CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, João Cruz. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 2.

CUNHA, Mario Wagner Vieira. "Entrevista de Mário Wagner Vieira da Cunha" (Edição final e notas de Fernando Antonio Pinheiro Filho e Sergio Miceli). *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 2.

D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria. *Dentro do texto, dentro da vida. Ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1955].

_____; ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. Trad. Léa Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída. *Humanismo e compromisso*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

FAUSTO, Boris. "Organizando a História Geral da Civilização Brasileira". *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Memória viva da educação brasileira, 1. Florestan Fernandes*. Brasília: MEC/INEP, 1991.

- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, “Entrevista” *Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História*. FCL. Unesp-Assis/SP., vol. 11. 2003.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. “Eduardo de Oliveira França: um professor de História” (Entrevista). *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, 1994.
- GIANNOTTI, José Arthur. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.
- GUINSBURG, Jacó. “Jacó Guinsburg: uma história de livros e de amizade”. Entrevista realizada por Lyslei Nascimento. *Arquivo Maaravi. Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, v.1, n. 2 – março, 2008.
- FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.
- GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista. *Trans/Form/Ação*, n. 1, 1974.
- _____. Depoimento para o projeto “Memória oral” da Biblioteca Mario de Andrade.
- In memoriam de Eurípedes Simões de Paula*. São Paulo: Seção Gráfica da FFLCH, 1983.
- LÖWY, Michael. “Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy” (realizada por Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis). In. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1996.
- MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio (orgs). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo).
- MARTINEZ, Paulo H. (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. “Luiz Pereira e sua circunstância. Entrevista com José de Souza Martins”. Entrevista realizada por Conrado Pires de Castro. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 22, n. 1.
- _____. *Uma arqueologia da memória social. Autobiografia de um moleque de fábrica*. São Paulo: Ateliê, 2011.
- MARTINS, Marília; ABRANTES, Paulo Abrantes (org.). *3 Antonios e 1 Jobim*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.) . *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de, CACCIOLA, Maria Lúcia M. Cacciola, KAWANO, Marta Kawano (orgs.) *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed.34, 2000.
- NOVAIS, Fernando A. “Por que História?”. Entrevista. *D.O. Leitura*. São Paulo: Imesp, 2004. Realizada por Pedro Puntoni e Istvan Jancsó.
- _____. *Movimento*. 29 de dezembro de 1975. “História do Brasil”.
- PAULA, Eurípedes Simões de. “Noticiário”. *Revista de História*, vol. VIII, 1954.
- PRADO JR., Bento. Entrevista. Caderno Mais! *Folha de S. Paulo*. 29 de julho 2007.
- _____. “Lembranças e reflexões sobre Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Jr.” (Realizada por Piero Camargo Leiner e Luiz Henrique Toledo). *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2.
- REALE, Miguel. “Minhas memórias da USP”. In. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994.
- SANTOS, Maria Cecília L. (org.) *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SCHENBERG, Mario. Entrevista. *TRANS/FORM/AÇÃO*, n. 3. 1980.
- SCHWARTZ, A. *Artes do conhecimento. 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. Entrevista a Eva L. Corredor. *Literatura e sociedade*, n. 1, 1996. São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC: 1996.
- _____. Entrevista. *Pesquisa Fapesp*, n. 98, 2004.
- _____. “Ao vencedor as batatas: 30 anos”. Entrevista com Roberto Schwarz. (por Lília Schwarcz e André Botelho). In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, v. 67.
- SINGER, Paul. Entrevista. In. Isabel Loureiro (org.). *Socialismo ou barbárie. Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: 2009.
- MICELI, S.; MATTOS, Franklin. *Gilda. A paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

MOREL, Marco, SLEMIAN, Andréa, LIMA, André Nicácio (orgs.; entrevistadores). *Um historiador do Brasil: István Jancsó*. São Paulo: Hucitec, 2010.

TASSARA, Marcelo G. "O Brasil, os índios e finalmente a USP". Filme-documentário.

THEODORO, Janice. "Eurípedes Simões de Paula (1910-1977)". In. *Revista de História*, n. 160 (1º semestre de 2009).

Vários autores. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

e. Documentação institucional.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1934-1935. São Paulo: 1935.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1936. São Paulo: 1937.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1937-1938. São Paulo: 1938.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949, volume I e II. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1950. São Paulo: Seção de Publicações, 1952.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1952. São Paulo: Seção de Publicações, 1954.

Associação Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952 (AAA-FFCL). "Em defesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras".

COMISSÃO. "Problemas atuais da Universidade de São Paulo. Manifesto da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao Povo e ao Governo". Seção Gráfica da FFCL da USP. São Paulo: 1956.

COMISSÃO. "Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo". Seção Gráfica da FFCL da USP. São Paulo: 1959.

Histórico do concurso da Cadeira de Filosofia. Seção de Publicações da FFCL, 1952.

Livros VI e XI de Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1953. Seção de Publicações: FFCL-USP, 1953.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco (org.); TOBA, Marcos Maurício (coord.) *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*. São Paulo: Edusp, 2005.

REITORIA (Miguel Reale). *Estrutura normativa da Universidade de São Paulo. Estatuto e Portarias que implantaram a reforma universitária* (1970).

SCHÜTZER, Linneu de Camargo. "A crise da Universidade de São Paulo". Memorial do impetrante (João Cruz Costa). Mandado de Segurança n. 86.533. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958.

SCHWARZ, Roberto. Memorial acadêmico apresentado no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos Lingüísticos (IEL), UNICAMP, 1990.

SINGER, Paul. "Depoimento autobiográfico". *Pesquisa e Debate*, volume 7, número 2 (9), 1996. (Memorial acadêmico apresentado no concurso para professor de Macroeconomia, na FEA-USP, em 1983).

Processos: Bento Prado Jr. (64.1.1107.8.4); Eduardo D'Oliveira França (46.1.207.8.7); Emilia Viotti (61.1.1103.8.9); Eurípedes Simões de Paula (46.1.123.8.8; 46.1.187.8.6; 46.1.326.8.6); Fernando Antônio Novais (57.1.7706.1.2); Fernando Henrique Cardoso (63.1.1299.8.0); Florestan Fernandes (64.1.879.8.3); João Cruz Costa (46.1.204.8.8); José Arthur Giannotti (64.1.1105.8.1); Leôncio Martins Rodrigues (81.1.230.8); Marialice Mencarini Foracchi (70.1.929.8.7); Octavio Ianni (64.1.1083.8.8); Ruy Fausto (89.1.870.8.0); Sérgio Buarque de Holanda (58.1.757.8.9); Maria Sylvania Carvalho Franco (88.1.1289.8.9).

RANIERI, Nina Beatriz Stocco (org.); TOBA, Marcos Maurício (coord.) *Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I*. São Paulo: Edusp, 2005.

f. Correspondências e documentos manuscritos de arquivos pessoais.

Anotações de Marialice Mencarini Foracchi durante a arguição de Maria Sylvania Carvalho Franco, 27/11/1970.

Anotações de Marialice Mencarini Foracchi durante a arguição de Luiz Pereira, 27/11/1970.

Correspondência de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. (1962-1969). Fundo Florestan Fernandes – Colesp-Ufscar.

Correspondência de Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso para Florestan (1955). Florestan Fernandes – Colesp-Ufscar.

Correspondência de Maria Sylvia Carvalho Franco para Florestan Fernandes (1965). Fundo Florestan Fernandes – Colesp-Ufscar.

Correspondência de José Arthur Giannotti para João Cruz Costa (1957-1958). Arquivo João Cruz Costa (Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH-USP).

Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo d'Oliveira França. Arquivo Eduardo D'Oliveira França (CAPH).

Curriculum Vitae. Arquivo Fernando Antônio Novais (CAPH).

g. Jornais e revistas (em ordem cronológica de publicação)

Revisão. Revista do Grêmio da FFCL-USP, n. 3, ano 2, 1966.

Teoria e Prática, n. 1, 2, 3. São Paulo, 1966-1968.

Ciência e Cultura, n. 3, v. 24, março de 1972.

O Estado de S. Paulo. Jornal da Tarde. 06.07.1972.

“Uma corrida pelo título de doutor”. *Jornal da tarde*, 05/01/1973.

Movimento. 29 de dezembro de 1975. “História do Brasil”.

Almanaque. Cadernos de Literatura e Ensaio. (Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr. coord.), n. 1. 1976.

Folha de S. Paulo. 27/10/1977. “Sai hoje a lista tríplice para a reitoria”.

“Turma de 37 da USP faz festa”. *O Estado de S. Paulo*, 15/5/1988.

“Eduardo D'Oliveira França, 85 anos. O professor que fez história”. *Isto É*.

O Estado de S. Paulo. 14/10/2007. (Cultura)

BIBLIOGRAFIA

a. Dicionários, obras de referência, catálogos, histórias institucionais comemorativas.

ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1988)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária FGV/CPDOC/Finep, 1984/4v.

História da Faculdade de Economia e Administração da USP, 1946-1981. São Paulo: FEA/AEX-FEA.

Centro de Preservação Cultural da USP. *Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial.

Comissão de Pós-Graduação. *Catálogo de teses e dissertações (1942-1997)*. São Paulo: USP-FFLCH, junho 1998.

HAMBURGER, Amélia Império (org. e edição). *Fapesp 40 anos. Abrindo fronteiras*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2004.

MARTINS, Ana Luiza, BARBUY, Heloisa. *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827-1997)*. São Paulo; Alternativa, 1998.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

PASTORE, José. *O ensino superior em São Paulo (aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão)*. São Paulo: Editora Nacional/IPE, 1972.

Estudos Avançados, v. 8, n. 22. São Paulo, set./dez., 1994.

b. Livros, artigos, teses.

ABUD, Kátia. “Formação da Alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, n 36, v. 18, 1998.

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.
- ADUSP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. [1978] São Paulo: Adusp, 2004.
- ALMEIDA, Ana Maria F.; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 2004.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALVES, Fabrício Gomes. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando Opinião*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Sartre no Brasil. Expectativas e repercussões*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANHEZINI, Karina. “Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso Taunay”. *Revista de História*, n. 160. São Paulo, junho, 2009.
- ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Sentido da formação. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade; TENGARRINHA, José. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: SP, Edusc, 1999.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol 2*. São Paulo: Sumaré, 1995
- _____. “A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais”. In. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- _____. “Prefácio”. In.. Florestan Fernandes. *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o ‘poder institucional’*. São Paulo: Globo, 2010.
- _____. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, v. 16, n.1, 2004.
- BEN-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BENJAMIN, Walter. In. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas v I*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro. Cultura e tradução na Alemanha romântica*. Trad. bras. Maria Emília Pereira Chanut. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- _____. “Cinqüenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha”. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BLAY, Eva. “Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz”. *Estudos feministas*. Florianópolis, 18 (2): p. 473-489, maio-agosto/2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOMENY, Helena. *Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BONTEMPI Jr., Bruno. *A Cadeira de História da Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Doutorado em Educação. PUC-SP, 2001.

- _____. “As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIV, n. 2, dezembro 2008.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997.
- BOTELHO, André. “Seqüências de uma Sociologia Política Brasileira”. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007.
- _____. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social*, v. 22, n. 1, 2010.
- BOTTOMORE, Tom. *Críticos da sociedade. O pensamento radical na América do Norte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1989.
- _____. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- _____. *As regras da arte*. Trad. port. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- _____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 3ª ed.
- _____. “L’illusion biographique”. In: Pierre Bourdieu. *Raison pratiques. Sur la théorie de l’action*. Paris: Ed. du Seuil, 1994.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. “Histoire et Sciences sociales: la longue durée”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, v. 13, 1958.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os aautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O movimento de 1932, a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARBONELL, Charles-Olivier Carbonell. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARDOSO de MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Conrado Pires de. *Desenvolvimento nas sombras e nas sobras: ensaio sobre a trajetória intelectual de Luiz Pereira*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2009.
- CATANI, Afrânio Mendes. *A Revista de Cultura Anhembi (1950-1962). Um projeto elitista para elevar o nível cultural do Brasil*. Maringá: Eduem, 2009.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Cavalcanti; Luís Rodolfo da Paixão. “Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore”. *Estudos históricos*, v. 3, n. 5, 1990.
- CEVASCO, Maria Elisa. “O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz”. In.: *Terceira Margem. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. UFRJ, Ano XI, n. 16, 2007.
- _____. ; SOARES, Marcos. *Crítica cultural materialista*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- CHACON, Wamireh. *A construção da brasilidade. Gilberto Freyre e sua geração*. São Paulo / Brasília: Marco Zero/Paralelo 15, 2001.
- CHMYZ, Igor. “José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira”. *Arqueologia*. Curitiba, v. 10, 2006.
- CORDEIRO, Denilson Soares. *A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. Doutorado em Filosofia. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

- COUTINHO, Maurício Chalfin. “*Incursões marxistas*”. Estudos avançados 15 (41), 2001.
- CUNHA Luiz Antonio. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 2ª ed.
- CZAJKA, Rodrigo. “A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968)”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 35, 2010.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 3ª ed.
- DECOL, René Daniel. “Judeus no Brasil: explorando os dados censitários”. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n.46. São Paulo, Junho, 2000.
- DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos Annales à nova história*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Ed.Unicamp, 1992.
- DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas, 1938-1945*. São Paulo: Edusp, 1984.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.; John Scotson. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro e Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. “Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”. In. Federico Neiburg, Leopoldo Waizbort (orgs.). *Escritos e ensaios I*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. “Imigração: cortes e continuidades”. In. SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *O crime do restaurante chinês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história, v. 1 e 2*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. Unb/Anpocs/Cnpq, 1990.
- FERNANDES, Nanci. “Introdução”. In. Anatol Rosenfeld. *Na Cinelândia paulistana*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002.
- FERREIRA, Daniela Maria. *Conversão e Reconversão: circulação internacional dos filósofos de origem católica*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas/Unicamp, 2007.
- FONTANA, Joseph. *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *As Ciências Sociais na Fapesp*. São Paulo: Idesp, 1989.
- FREDERICO, C. “A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade”. In.: MORAES, João Quartim de. (org.). *História do marxismo no Brasil. Influxos teóricos*, vol. II. São Paulo: Ed. Unicamp, 1995.
- FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão/Aracaju: UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- GARCIA JR., Afrânio-Raul. “A dependência da política” In. Maria Angela D’Incao, Hermínio Martins (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino Impar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rose Freire d’Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte/MG: Argumentum, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 25.

- GROLA, Diego Amorim. *A Memória nas Arcadas. Construção material, simbólica e ideológica do edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo: Humanitas, 2012.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do Capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H (org.). *Experiência cultural judaica no Brasil. recepção, inclusão e ambivalência*. São Paulo: Topbooks, 2004.
- GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*. São Paulo: Anablume, 2011, 2ª ed.
- GUINSBURG, Jacob; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo: Com-Arte, 1995.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável. História da esquerda democrática em São Paulo. (1945-1965)* São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- HILTON, Stanley. *A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric J. “Introdução”. *História do marxismo I. O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maira Celia Paoli, Anna Maria Quirino. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Ed. Comemorativa. [1936].
- _____. HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. (org. Antonio Arnoni Prado). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. “A história no Brasil”. In. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979.
- _____. “Introdução”. In. *Caio Prado Jr. História*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____.; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter. *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB/Edusp, 2008.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Fapesp, 2002.
- _____. *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2003.
- _____. “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. *Tempo Social*, v. 16, n. 1. São Paulo, jun. 2004.
- _____. “Perspectivas sociológicas sobre Machado de Assis”. *Estudos históricos*, n.32, 2003.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Imprensa e ensino na ditadura”. In. FERREIRA, Antonio Celso, BEZERRA, Holien Gonçalves, LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Unesp, 2008.
- JEANPIERRE, L. “Une opposition structurante pour l’anthropologie structurale : Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux États-Unis, *Revue d’histoire des sciences humaines*, 2004/2, n. 11.
- KANTOR, Iris; Maciel, Débora A.; SIMÕES, Julio Assis. *A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de formação. (1933-1953). Depoimentos*. São Paulo: Escuta, 2001.
- KARADY, Victor. “Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens”. *Revue française de sociologie*, XX, 1979.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LOWY, Michael. “Trotsky e o Brasil”. In.: MORAES, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil. Os influxos teóricos, v. II*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1960)”. In.: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, v. V*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo Leal. "Os trotskismos no Brasil: 1966-2000". In.: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura. Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. Trad. Karola Zimmer. São Paulo: Edusp, 2003.
- KEINERT, Fábio Cardoso. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011.
- _____; SILVA, Dimitri Pinheiro. "A gênese da ciência política brasileira". *Tempo social*, n. 1, v. 22.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- _____. "Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica." *Perspectivas*, n. 28, 2005.
- LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LEFEBVRE, Jean-Paul. "Les professeurs français des mission universitaires au Brésil (1934-1944)". *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1990, n°12.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996. Trad. Maria Clara Cescato.
- LEONI, Brigitte Leoni. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. (tradução de Dora Rocha). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1995, 4ª ed.
- LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. *Teoria social e método na escola da USP*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1977.
- LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2010.
- LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil. Vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: Edusp, 2009.
- LIMONGI, F. "Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 5.
- LOTTMAN, Herbert. *A Rive Gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris (1930-1950)*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Trad. Isaac Piltcher.
- LOURENÇO NETO, Sydenham. "A comunidade judaica brasileira, suas identidades e redes de associação". 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.
- LORENZOTTI, Elizabeth. *Suplemento Literário, que falta ele faz!*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LÖWY, Michel. *Redenção e utopia. O judaísmo literário na Europa Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1997.
- _____. "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 41, v. 14, outubro de 1999.
- _____; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações". In. Marialice Mencarini Foracchi (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado. PUC-RS, Porto Alegre, 2009.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Fernand Braudel, 2005.

- MARTINEZ, Anna Maria Corrêa. (org.). *Unesp 30 anos*. São Paulo: Unesp, 2006.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARQUES, Ubirajara Rancan de Azevedo. *A escola francesa de historiografia da filosofia. Notas históricas e elementos de formação*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MARTINEZ, Paulo Henrique Martinez. *Caio Prado Jr.: A dinâmica de um pensamento crítico (1928-1935)*. São Paulo: Edusp, 2009.
- MARTINS, Éder L. *Marxismo e universidade no Brasil. Um estudo sobre o 'Seminário de Marx'*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, 2008.
- MARTINS, Ferdinando Crespalde. *As formas da revolução: artes plásticas, música, teatro na cidade de São Paulo (1964-1968)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, Sociologia, 2003.
- MARTINS, José de Souza (org.). *Florestan Fernandes. Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- MARX, Karl. *El Capital. Crítica de la Economía Política*. Trad. Wenceslao Roces. México: FCE, 1999, 3ª ed.
- _____. ENGELS, Frederick. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MATOS, Odilon Nogueira. *Afonso de Taunay. Historiador de São Paulo e do Brasil*. Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, v. 11. São Paulo, 1977.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1955].
- MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- _____. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)*. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré, 2002.
- _____. *História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.
- _____. "Contra o retrocesso". *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 1999.
- _____. "Éter caseiro". In. *A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MONTEIRO, Pedro Meira. "Sérgio Buarque de Holanda e as palavras: uma polêmica". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 48. São Paulo, dez., 1999.
- _____, EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*. Campinas, SP/Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. "História stultitiae e história sapientiae". *Discurso*, n. 17, 1988.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo. De comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOURA, Flávio. *Diálogo crítico. Disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Dissertação de mestrado. Sociologia. FFLCH-USP, 2004.
- MUSSE, Ricardo; LOUREIRO, Isabel. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. "O legado de Marx no Brasil". In. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 63, 2008.
- _____. "A dialética como discurso do método". *Tempo Social*, v. 17, n. 1, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1985)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2011.

- NEIBURG, Frederico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de Antropologia Social e Cultural*. São Paulo: Edusp, 1997. Trad. Vera Pereira.
- NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.
- NOBRE, Marcos. “A filosofia na USP sob a ditadura militar”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, mar. 1999.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. SILVA, Rogério Forastieri. “Introdução”. In. NOVAIS, Fernando A., SILVA, Rogério Forastieri. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- _____. MELLO, João Manuel Cardoso de. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In. SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Contrastes intimidade contemporânea*, v. 4, de NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 4v.
- _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OHATA, Milton. Resenha de *Aproximações*. In. *Almanack Braziliense*, n. 3, maio 2006.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001, 5ª ed.
- _____. “Notas sobre as ciências sociais no Brasil”. *Novos Estudos*, n.27. São Paulo: julho de 1990.
- PÁDUA, Elisabete Matallo de. *Ideologia e filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia*. Tese de doutorado, FE-USP, 1998.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel Paiva impedem-nos de não remeter o leitor a: *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil; um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp/IE, 1991.
- PALIGOT, Carole Reynaud. “Les Annales et la culture coloniale”. Conferência proferida na Faculdade de Letras e Ciências de Assis/Unesp, em setembro de 2009.
- PALMEIRA, Miguel Soares. *Moses Finley e a ‘economia antiga’: a produção social de uma inovação historiográfica*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2008.
- PONTES, Heloisa. *Intérpretes da metrópole. História social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual*. São Paulo: Edusp, 2011.
- PATO, Christy Ganzert. *Teoria da dependência: a forma adequada do capital na periferia do sistema*. X Encontro Nacional de Economia Política. *Anais do X Encontro Nacional da SEP*, 2005.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1992.
- PEIXOTO, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas. Unicamp Dissertação de Mestrado, 1991.
- _____. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. “Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo”. *Mana* 4 (1), 1998.
- PERRUSO, Marco de Antonio. *Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PETITJEAN, Patrick. “As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In.: HAMBURGER, Amélia Império et al. (orgs.) *As ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.
- _____. “Entre a ciência e a diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940”. In. HAMBURGER, Amélia Império; DANTE, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.
- PINHEIRO FILHO, Fernando. “A noção de representação em Durkheim”. *Lua Nova*, n. 61, 2004.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- PULICI, Carolina. *Entre sociólogos: versões conflitivas da "condição de sociólogo" na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp, 2008.
- RAMASSOTE, Rodrigo. *A formação dos desconfiados (1961-1978)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2006.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 9ª ed.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, 2ª ed.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Unesp, 2010.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp, 2000.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. "Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, 2009.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez.
- ROLLEMBERG, Denise. "Exílio. Refazendo identidades". *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 2. Rio de Janeiro, 1999.
- ROMANO, Luís Antônio Cantatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. São Paulo: Fapesp, 2002.
- ROMÃO, Wagner de Melo Romão. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura d'O Capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamim. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.
- RUIZ, Diogo da Silva Ruiz. "A instituição do ensino universitário de geografia e História na FFCL-USP entre 1934-1956". *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, jan./jun., 2007.
- SANCHES, Rodrigo Ruiz. "Sérgio Buarque de Holanda na USP". *Revista Sociedade e Estado* n. 1., v. 26, jan. 2011.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1967.
- SCHWARCZ, Lília K. *'Os guardiões da nossa história oficial'. Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Idesp, 1989.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Universidades e desenvolvimento na América Latina. Experiências exitosas de centros de pesquisa*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- _____; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984.
- SECCO, Lincoln. "Leitura e difusão de *O Capital* de Karl Marx". In. Osvaldo Coggiola (org.). *Os caminhos da história*. São Paulo: Xamã, 2007.
- SIGAUD, Lygia. "Apresentação". In. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. "As vicissitudes do 'Ensaio sobre o dom'." *Mana* 5 (2), 1999.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil. Origens, cisões e propostas*. S/n. 2ª ed. rev. e ampliada.
- SILVA, Dimitri Pinheiro. "Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)". Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.
- SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2005.

SILVA, Franklin Leopoldo. “A experiência universitária entre dois liberalismos”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 1, 1999.

_____. “Origens e atuais linhas de pesquisa”. *Revista Estudos Avançados*, v. 8, n. 22. São Paulo: set./dez., 1994.

SILVA, Luiz Fernando. F. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e mentes, 2003.

_____. “A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’*O Capital*”. *Estudos de sociologia*, n. 3.

SILVA, Rogério Forastieri. *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru/SP: Edusc, 2001.

_____. *Colônia e nativismo. A história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. “Fernando Novais e os estudos de caráter historiográfico no Brasil”. Texto gentilmente ofertado pelo autor.

SINGARAVÉLON, Pierre. “Des historiens sans histoire? La construction de l’historiographie coloniale en France sous la troisième république”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 2010/5, n. 185.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

SPIRANDELLI, Carlos Claudinei Spirandelli, *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Sociologia da FFLCH, 2008.

_____. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulo: Humanitas, 2011.

STEINER, Georges. *Lições dos mestres*. Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2010, 2ª ed.

SUPPO, Hugo. “A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias”. *Revista de História*, n. 142, 2009.

TERRA, Ricardo, NOBRE, Marcos. *Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender*. São Paulo: Papirus, 2007.

TEIXEIRA, Mariana Oliveira do Nascimento. “Considerações biográfico-intelectuais sobre um diálogo vivo: Georg Lukács e Max Weber na Heidelberg do início do século XX”. *Idéias*, n. 1, Campinas, 2010.

THEODORO, Janice. “Eurípedes Simões de Paula (1910-1977)”. In. *Revista de História*, n. 160, 2009.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer*. São Paulo: Anablume, 2001.

_____. Maria Helena Bueno Trigo. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 1997.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. “O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965)”. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Araújo (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, v. V. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

VÁRIOS. Anais do Seminário Trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. *Arqueologia*. Número especial. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, v. 4, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio Janeiro: Revan, 1997.

_____. “Weber e a interpretação do Brasil”. In. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53. São Paulo, 1999.

WAIZBORT, Leopoldo. *Passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WAQUET, F. *Os filhos de Sócrates. Filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI*. Rio de Janeiro: Difel, 2010. Trad. Marcelo Rouanet.

WEBER, Max. *La science, profession & vocation*. Trad. Isabelle Kalinowski. Marseille: Agone, 2005.

_____. “Considération intermédiaire: théorie des degrés et des orientations du refus religieux du monde”. In. GROSSEIN, Jean-Pierre (org.; trad.). *Sociologie des religions*. Paris : Gallimard, 1996.

WEINHARDT, Marilene. *O Suplemento Literário d’O Estado de S. Paulo (1956-67)*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1987.

WILLIAMS, Raymond. "The Bloomsbury fraction". In. *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso Editions, 1982.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório. Educação e ciências sociais no projeto do centro de pesquisas educacionais*. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH, EDUSF, 1999.

c. Outras obras citadas.

ASSIS, Machado de. *Obras Completas*, v. 1, v.3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas I*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

FAUSTO, Ruy. *Os piores anos de nossa vida. Histórias – 'suspiros poéticos e saudades'*. Brasília-DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2008.

HOLANDA, Heloisa Buarque de Holanda (org.). *26 poetas hoje*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1998, 2ª ed.

PASCAL, Blaise. *Pensées*. Paris: Gallimard, 2004. (Edição de Michel Le Guern).

ROSA, João Guimarães Rosa. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 13ª ed.

STHENDAL. *O vermelho e o negro*. Trad. Raquel Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Bibliotecas e Arquivos visitados.

Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – Assistência Acadêmica, Seção de Recursos Humanos, Seção de ex-alunos.

Biblioteca Central da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FD-USP).

Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).
Biblioteca Florestan Fernandes.

Biblioteca Central da Universidade de Campinas (Unicamp). Biblioteca Cesar Lattes. Coleções Especiais. Sérgio Buarque de Holanda.

Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Coleções Especiais; Fundo Florestan Fernandes.

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Júlio de Mesquita Filho de Araraquara. Coleção Especial Octavio Ianni.

Biblioteca Mario de Andrade.

Centro de Apoio a Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH).